



AS FREGUESIAS DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL NAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758

Memórias, História e Património

Colecção – PORTUGAL NAS *MEMÓRIAS PAROQUIAIS* DE 1758

Volumes publicados:

Vol. 1 – As freguesias do Distrito de Braga nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
A construção de um imaginário minhoto setecentista.
Braga, 2003

Vol. 2 – As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
Alto Minho: Memória, História e Património.
Casa Museu de Monção / Universidade do Minho, 2005

Vol. 3 – As freguesias do Distrito de Vila Real nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
Memórias, História e Património.
Braga, 2006

Vol. 4 – As freguesias do Distrito de Bragança nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
Memórias, História e Património.
Braga, 2007

Vol. 5 – As freguesias do Distrito do Porto nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
Memórias, História e Património.
Braga, 2009

Vol. 6 – As freguesias do Distrito de Viseu nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
Memórias, História e Património.
Braga, 2010

Vol. 7 – As freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
Memórias, História e Património.
Braga, 2011

Vol. 8 – As freguesias do Distrito da Guarda nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
Memórias, História e Património.
Braga, 2013

Vol. 9 – As freguesias dos Distritos de Lisboa e Setúbal nas *Memórias Paroquiais* de 1758.
Memórias, História e Património.
Braga, 2016

Próximos volumes:

Vol. 10 – As freguesias dos Distritos de Castelo Branco e Portalegre nas *Memórias Paroquiais* de 1758.

Vol. 11 – As freguesias dos Distritos de Leiria e Santarém nas *Memórias Paroquiais* de 1758.

Vol. 12 – As freguesias dos Distritos de Évora, Beja e Faro nas *Memórias Paroquiais* de 1758.

JOSÉ VIRIATO CAPELA
HENRIQUE MATOS
SANDRA CASTRO

AS FREGUESIAS DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL NAS *MEMÓRIAS PAROQUIAIS* DE 1758

Memórias, História e Património

COLECÇÃO PORTUGAL NAS *MEMÓRIAS PAROQUIAIS* DE 1758

B R A G A | 2 0 1 6

Título

As freguesias dos Distritos de Lisboa e Setúbal nas *Memórias Paroquiais de 1758*.
Memórias, História e Património

Coordenador
José Viriato Capela

Estudos Introdutórios
José Viriato Capela, Henrique Matos e Sandra Castro

Leitura e fixação de texto das Memórias, recolha documental e bibliográfica, elaboração de índices e roteiros
José Viriato Capela, Henrique Matos e Sandra Castro

Edição
Casa Museu de Monção/Universidade do Minho

Livros/Estudos introdutórios, índices e roteiros disponíveis em:
http://repositorium.sdum.uminho.pt

Execução Gráfica:
Minhografe – Artes Gráficas, Lda.
Braga

Data de Saída
Dezembro 2016

Tiragem
500 exemplares

Depósito legal
417775/16

ISBN
978-972-97948-8-9

"Este trabalho tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528"

© Todos os direitos reservados aos autores.
Proibida reprodução integral ou parcial de harmonia com a lei.

NOTA PRÉVIA

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758, MUITO MAIS DO QUE UM REGISTO EPOCAL

Pede-me o Prof. José Viriato Eiras Capela algumas palavras introdutórias para o novo volume da obra que vem dedicando aos relatórios dos responsáveis paroquiais registando o que dizia respeito às suas circunscrições, como tinham ficado depois do grande sismo de 1755 e como eram antes e continuavam a ser enquanto terra, gente e tradição.

Correspondo em espaço breve mas com grande reconhecimento pelo que já foi feito sobre outros distritos, na presente iniciativa historiográfica. Como é sabido, esta importante documentação serviu depois, direta ou indiretamente, para muito do que se publicou até aos nossos dias sobre a corografia portuguesa. Mas dispor propriamente dos textos, em sucessivos volumes com apresentação científica e enquadramento histórico, só agora vai sendo possível, na medida em que o Prof. José V. Capela e os seus colaboradores nos vão oferecendo tão notável contributo.

Notável e imprescindível, não só pelo que nos oferecem os relatórios da altura mas também pela qualidade dos que os escreveram e pela realidade geográfica e institucional a que se referem. Dito doutro modo, pelos respetivos memorialistas e pelas próprias paróquias. Com tudo o que ambos representavam no Portugal setecentista – como já eram antes e como continuam a ser, apesar do tempo e da circunstância.

Os responsáveis paroquiais da altura, com designações diversas aliás, constituíam certamente o grupo cultural mais capaz e disseminado pelo território. Nem o incipiente funcionalismo estatal, nem os oficiais locais de diversos cargos, nem a nobreza urbana e provincial residente alcançariam a abrangência geográfica organizada e o impacto cultural disseminado do clero paroquial.

Tratando-se propriamente de presbíteros católicos, desempenhavam um papel central nas comunidades de então, que tanto se configuravam social como religiosamente, como representação e sentimento de pertença. Com o tempo, tudo confluíra na celebração eucarística, a que os outros sacramentos habilitavam ou faziam eco nos vários momentos da vida, acompanhando vivos e mortos. A presidência eucarística, que lhes pertencia, dava a cada pároco um lugar cimeiro na atualização local da memória cristã, que em maior ou menor grau absorvera a própria de cada terra.

Já Fustel de Coulanges (+ 1889), n' *A cidade antiga*, elucidou a origem cultual da polis e da civilização, como lugar dos vivos sobre o lugar dos mortos, como que garantindo pelo passado o futuro que fosse. E, se ainda hoje é visível a raiz cemiterial-cultual de tanta terra portuguesa, muito mais o era em meados de setecentos, quando as presentes *Memórias* foram escritas. Bem antes do liberalismo proibir enterramentos nos templos, sem que os defuntos deixassem de ter na evocação eucarística a sua oportunidade memorial.

Tutores de mortos e vivos, enquanto os garantiam na recordação comum, terra a terra e tempo a tempo, os párocos portugueses demonstraram na redação das *Memórias* que enviaram que, com maior ou menor habilitação literária, constituíam um conjunto sólido de transmissão do que fôramos, do que eramos e do que continuávamos a ser. Pelo que vai dito, quase só eles o poderiam verificar, compreender e transmitir. Memória que do templo se alargava a povoados e campos em redor – em redor do templo, mais precisamente.

Quanto à quadrícula paroquial, recordemos que se trata da mais antiga que tínhamos e ainda temos, se juntarmos geografia, culto e cultura. A partir do século V, foi-se desfazendo a concentração urbana do Império, como a sua organização política e administrativa possibilitava. Dum modo geral, digamos que sem segurança não há comércio e sem comércio não há cidades. E o próprio cristianismo, que não vive sem comunidade, se adaptara ao meio urbano, em torno de igrejas quase únicas e episcopais. Com a Alta Idade Média que se seguiu, dá-se a ruralização da sociedade e o desenvolvimento paulatino da "civilização paroquial", cada vez mais subdividida.

Foram as paróquias ou freguesias (conjunto de "filhos" duma determinada igreja batismal) que enquadraram as populações de antes e após a fundação da nacionalidade. Foram realmente as nossas "matrizes", como se chamaram as primeiras e principais. Mesmo no período árabe (século VIII ao XIII, para incluirmos o Algarve), as comunidade cristãs-moçárabes continuariam a ser, em mais casos do que podemos documentar, elos de memória familiar e local de grande persistência. Creio que só isso pode explicar, nomeadamente no caso de Lisboa, o rápido aparecimento duma disseminada rede paroquial do século XII para o XIII. Na verdade, aqui e ali, tratar-se-ia de reaparecimento.

Depois, a consolidação cultual e pastoral das paróquias foi prosseguindo, da Idade Média para a Moderna. O IV Concílio de Latrão (1215) e o Concílio de Trento (1545-1563) reforçaram muito o papel de paróquias e párocos e a vinculação paroquial dos fiéis, em termos sacramentais e catequéticos. Tempos a tempos, os visitadores (bispos ou em nome destes), velavam para que assim fosse. E, como a própria monarquia se legitimasse religiosamente, as comunidades locais católicas eram a primeira articulação da vida sociocultural do país. Daqui que as presentes "memórias", no que pretendiam como informação e âmbito, só pudessem ser "paroquiais". Mesmo em Lisboa, apesar do reforço da diocese enquanto tal, como "Patriarcado" a partir de 1716. Ficaria ainda mais adstrita à Coroa, mas não menos paroquialmente repartida.

Um último apontamento, quanto à data. Estamos no pós-terramoto, com muito escombro e desaparecimento, na capital e não só. Ora, é precisamente nestas alturas de grande sobressalto e interrupção que as sociedades revelam o que as constitui de mais sólido e persistente. Neste sentido, é bastante revelador o facto de as *Memórias* terem as paróquias como base e os párocos como redatores.

Reitero a gratidão ao Prof. José V. Capela e aos colaboradores do presente volume pela excelência do trabalho e o grande contributo historiográfico que assim prestam. Também a nós, que comemoramos em 2016 o tricentenário da qualificação patriarcal de Lisboa (Papa Clemente XI, 7 de novembro de 1716).

Manuel Clemente
Cardeal Patriarca de Lisboa

APRESENTAÇÃO

Homenagem a João Francisco Marques (1929-2015)
"grande historiador português"
(Jean Delumeau)

Na continuidade do programa da Edição das *Memórias Paroquiais de 1758* publicam-se agora os textos respeitantes às paróquias da cidade de Lisboa e dos territórios dos actuais distritos de Lisboa e Setúbal.[1]

A agregação neste volume destes dois territórios explica-se por duas razões essenciais que os *Estudos* de enquadramento e primeira exploração das *Memórias,* de algum modo, sustentarão. Participam ambos de uma grande unidade regional de base geográfica, em grande medida suportada na similitude e contiguidade das condições geofísicas dos territórios – que tiveram em grande medida a sua expressão no desenho do mapa de mais elevados riscos sísmicos e efeitos do grande Terramoto de 1 de Novembro de 1755 – e que vão, aliás, de modo particular, registados nos textos das *Memórias* destes espaços. E vão ambos os territórios fortemente articulados e integrados pela acção política e económica do grande centro urbano que é Lisboa, assim mais poderosamente afeiçoados desde a era de Quatrocentos. Tal explica, em parte, a tardia elevação do território de Setúbal e sua Península a entidade administrativa «regional» com a criação do distrito de Setúbal (1936). É certo que para se alcançar mais extensamente este território de construção de Lisboa era necessário avançar ainda mais pela agregação de paróquias dos actuais distritos de Leiria e Santarém, por onde se estende também o território do Patriarcado, mas os termos da edição destes *corpus* de *Memórias* na sua integração paroquial-concelhia-distrital obriga a estes seccionamentos. E de qualquer modo é por estes territórios dos actuais distritos de Lisboa e Setúbal que esta configuração se apresenta mais marcante.

Estes *Estudos* contribuirão para relevar, mais em particular, os termos pelos quais Lisboa se afirma como a grande capital da Monarquia e cabeça de toda a Sociedade Portuguesa que o monarca D. João V quer guindar ao nível e ao fausto das grandes capitais das Monarquias Europeias. E tendo em vista o *corpus* documental que permite entrever alguns condicionantes deste desenvolvimento, as Memórias e a História das paróquias da sua região envolvente será correlacionada com o papel por elas desempenhado nesse processo. Significa reconfigurar ou seguir, de algum modo, a mais pequena e parcelar participação destes pequenos corpos ou, no seu conjunto, de todo este vasto território de Lisboa e Setúbal naquele grande projecto de conjunto, a construção da grande Corte e capital ao serviço do engrandecimento da Majestade e da Monarquia.

---

[1] Isto, sem embargo de algumas delas já estarem publicadas por agregados, no todo ou em partes. Entre outras, para Lisboa: por Fernando Portugal e Alfredo de Matos – *Lisboa em 1758. Memórias Paroquiais de Lisboa*. Câmara Municipal, 1974; para Almada: «Vila e termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758» *in Anais de Almada*, nº 5-6 (2002-2003), pp. 23-75; para o Seixal: «Vila e termo de Almada-…*o.c.*», 2004; para Setúbal: Rogério Peres Claro – *Setúbal no século XVIII. As informações paroquiais de 1758*. Setúbal, 1957. Para Sines: José António Falcão – *Memória Paroquial do concelho de Sines*. Santiago do Cacém, 1987; para Cascais: Ferreira de Andrade – *Cascais. Vila da Corte*, 1964. Publicação por ordem alfabética por João Cosme e João Varandas – *Memórias Paroquiais (1758)*. (Vol. I, 2009 – em publicação dicionarística). E também às extensas passagens recolhidas por Francisco Luís Pereira de Sousa – *O Terramoto de Lisboa do 1º de Novembro de 1755 em Lisboa e um estudo demográfico*. Lisboa, 1928, vol. III, Distrito de Lisboa.

A bibliografia mais moderna sobre os programas e projectos de D. João V para Lisboa releva, por sobre as coordenadas políticas, económicas e sociais do desenvolvimento urbano, as político-artísticas, monumentais e culturais[2]. Neste quadro, de algum modo condicionado pelas fontes de informação que agora publicamos, queremos sobretudo relevar, de modo particular, os termos do engrandecimento da cidade enquanto grande estrutura de suporte da afirmação da Monarquia e majestade da Corte e do Monarca, com base no reforço dos elementos eclesiásticos e religiosos – e com eles da definição do poder divino dos reis – associados também eles ao engrandecimento da Igreja Portuguesa, pela igreja Lisbonense. Esta é, aliás, uma das principais coordenadas da definição do Absolutismo[3]. A criação da *Patriarcal* em 1716 e o seu papel central e coadjuvante neste processo de engrandecimento de Lisboa e do poder real será particularmente sublinhada, enquanto suporte do processo político de centralização da ordem eclesiástica na Igreja Lisbonense – agora elevada a maior diocese e seu titular a maior dignidade da igreja portuguesa – mas também a sua intensa articulação à construção da nova Majestade real[4]. Este é um programa que estas fontes documentam de um modo particular e ilustram nalguns dos seus aspectos que percorrem todo o ordenamento eclesiástico e paroquial do território nacional, não deixando de se poder perscrutar, de modo especial nos textos das *Memórias* destas paróquias, pela maior proximidade e vinculação a Lisboa, pela envolvente político-ideológico e cultural da Patriarcal.

Mas a grande metrópole política que é Lisboa, com o grande agregado urbano, centro de consumo, mas também grande entreposto de comércio nacional, colonial e mundial, lançará as suas primeiras bases de suporte e sustentação no seu território regional. As *Memórias Paroquiais* são particularmente elucidativas sobre os termos em que Lisboa constrói este vasto território económico, nos termos da diferenciação de diversos padrões, de especialização produtiva – para comércio internacional, para consumo, para laboração industrial e doméstica lisboeta – mas também nas condições de formação do seu grande mercado e áreas de comunicação que ultrapassam, em articulação e dimensão, os territórios de construção económica das grandes cidades e portos ibéricos seus concorrentes, Barcelona, Cádis-Sevilha, portos cantábricos[5]. E de um modo especial as condições e suportes que Lisboa pôs no terreno para mais extensamente integrar e articular este território (sobretudo pelo mercado sem feiras) e valorizar as vantagens comparativas da sua extraordinária rede hidrográfica que o mar do Tejo e as barras de Lisboa e Setúbal articulam a um vasto território a Norte e Sul do Tejo, por quasi toda a Província da Estremadura e do Alentejo, a Lisboa, a Portugal, ao Mundo. Seguiremos também os termos em que o salto político e burocrático que na grande cidade se monta para o governo do Reino, do Império, se estende e organiza no território da sua primordial e mais próxima acção e jurisdição, desde logo a primeira base do seu assentamento, designadamente, de que modo é que as inovações e modernizações administrativas trazidas ao Município e governo da cidade se expandem pelo seu mais próximo território.

Mas o território e a cidade de Lisboa constitui-se por sobre esta unidade e continuidade política, económica, comercial, numa grande sociedade e espaço de intercâmbios culturais, de vivência de memórias políticas (de conjunção na Reconquista e defesa do território), de convívio social-comunitário (na base dos votos e festas do Espírito Santo) que suportam votos e festas comemorativas em grandes peregrinações e círios que percorrem e articulam todo o território, com grandes pólos de concentração e conjugação, à cabeça a cidade de Lisboa e o seu termo saloio, mas que tem centros e círculos religiosos e votivos de referência por todo o território a Norte e Sul do Tejo. As *Memórias* ainda registam alguma vivacidade deste movimento regional; o seu património cultural, artístico e monumental vai de um modo geral bem fixado e historiado pelos párocos memorialistas que constituem nele a referência à identidade regional de base paroquial. E por sobre este quadro de fundo é possível seguir aspectos da evolução

---

[2] José Fernandes Pereira, Leonor Ferrão, Luísa Arruda – *Lisbon in the age of Dom João V (1689-1750)*. Simoneta Luz Afonso/IPM, 1994.

[3] Ângela Beirante e António Manuel Hespanha – "A representação da sociedade e do poder" in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso. Círculo de Leitores, Quinto volume, 1993, pp. 121-155.

[4] Rui Bebiano – *D. João V. Poder e espectáculo*. Livraria Estante Editora, 1987; Maria Beatriz Nizza da Silva – *D. João V*. Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.

[5] Jorge Borges de Macedo – *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*. Querco (2ª ed.), Lisboa, 1982. David R. Ringrose – *Madrid y la economia española, 1560-1850. Ciudad, corte y país en el Antiguo Regimen*. Alianza Editorial, Madrid, 1985.

político-religiosa dos Tempos Modernos, designadamente dos novos horizontes da Cultura e Civilização das Luzes, que se exprimem com os novos modelos e padrões artísticos na obra religiosa e civil, mas também as novas políticas religiosas e devocionais implantadas e ensaiadas em Lisboa, com grande renovação pós 1716, com a criação da Patriarcal, o protocolo da festa e cultura "à romana". E cujos grandes marcos e realizações vão por todo o território comemorados e aclamados, num programa nacional da maior envolvência e propaganda nacional dos fastos da Monarquia,[6] mas também de reformas religiosas e eclesiais.

De resto, o relato e fundo de referências e conteúdos memorialísticos destes territórios paroquiais do vasto "termo de Lisboa", dos actuais distritos de Lisboa e Setúbal, não se desvia muito do padrão nacional. Aqui e acolá, o impacto do peso da capital, a mais forte configuração do patronato régio e da patriarcal, as matrizes da cultura lisbonense podem trazer algumas nuances à configuração e abordagem de alguns temas. Alguns testemunhos maiores. No plano económico: as referências ao "desgaste" dos solos e dos montes pela sobre-exploração dos seus recursos naturais; ao desenvolvimento da monocultura da vinha e até da fruta, com dano dos cereais; enfim, a extensão e multiplicidade do sistema moageiro que o elevado consumo das farinhas por Lisboa obriga, na grande concentração de moinhos de vento, de maré e de grandes unidades moageiras; algumas referências à configuração de um esboço de parque industrial, particularmente ligado às indústrias da construção, acentuadas com o Terremoto e reconstrução de Lisboa. No plano político e social: a maior uniformização das estruturas políticas dos concelhos e paróquias (nos julgados de vintenas); a mais extensa extração da renda, designadamente da renda eclesiástica em proveito do patronato, beneficiários, *principais* e *familiares* lisboetas que muitos párocos não deixam de denunciar, que cria por muitas partes um proletariado de curas, mas também uma paróquia popular; os termos reverenciais e laudatórios com que são referenciados os "senhorios" e patronos e os ilustres do passado são também a maior expressão desta mais forte subserviência e articulação à sociedade nobiliárquica e eclesiástica da Corte. No plano devocional e religioso: a especificidade, singularidade dos cultos e devocionários próprios à cidade e diocese, mas sobretudo o grande movimento propulsor do grande devocionário português dos séculos XVII-XVIII que se expande pelas igrejas e território nacional (Sta. Maria e N.ª Sr.ª da Conceição, o *Corpus Cristi*, S. Jorge, S. Vicente, S. João e Santo Antoninho) e a inculcação mais intensa por meados do século da devoção ao Coração de Jesus. Mas também a marcar o ritmo da "crise" do século XVIII da devoção popular de matriz barroca, as expressões do recuo das práticas comunitárias na decadência das instituições confraternais.

Mas há um aspecto em que este corpo de Memórias se distingue dos corpos já editados para outros territórios. Tal tem a ver em geral com o grande espaço tomado nestas Memórias com as descrições dos danos do Terramoto de 1755. Na memória urbana, em particular da cidade de Lisboa, pela particular incidência do sismo, estas referências têm muito maior desenvolvimento. E, também, por força das características do território urbano, não se lhe aplicam, em total dimensão, o corpo dos *itens* do Inquérito, nomeadamente os que perguntam também sobre os *rios* e as *serras.* Aqui a *Memória* estender-se-á de modo particular sobre os danos do Terramoto, sobre os equipamentos (mosteiros, conventos,…) e no historial das suas instituições que agora correm sérios riscos de extinção, mas a que a maior parte sobreviverá, renovando-se muitas delas arquitetural e até espiritualmente. Por outro lado, em correlação com os efeitos do Megassismo, por todo este território a descrição dos seus impactos não deixam de ter maior desenvolvimento memorialístico, com considerações de diversa ordem – económica, social, política e religiosa – que alargam o campo de elementos de estudo e as reflexões sobre o Terramoto. Para relevar esse facto destacamos a sombreado, na edição das *Memórias*, as passagens que relatam os efeitos directos do Terramoto.

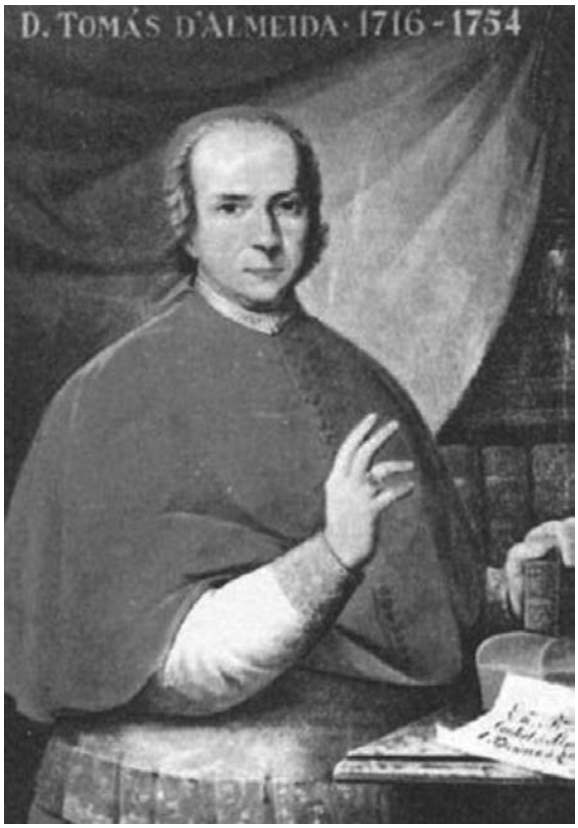
A edição deste volume com as *Memórias Paroquiais,* que corresponde, *grosso modo, a*o território do Patriarcado de Lisboa ocorre nos 300 anos da sua criação. A Patriarcal, que é efectivamente a realização maior do reinado de D. João V, inaugurará (pelo menos nos reinados do Magnânimo, de D. José I e

[6] Maria de Fátima Reis – *D. João V. O Magnânimo. Dinastia de Bragança. 1706-1750*. Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2009.

do seu ministro Marquês de Pombal) um novo quadro e patamar das relações Igreja-Estado com largos reflexos no futuro, pela sua ligação à Corte e à capital, mas que terá largo impacto e desenvolvimento nacional. Por isso nos *Estudos introdutórios* à edição destas *Memórias* não deixaremos de lhe prestar particular atenção, porque no essencial são as suas instituições diocesanas e paroquiais que congregam o essencial do corpo desta Memorialística que, em muitas passagens, como referimos, fixa também o primeiro tempo da acção do Patriarcado.

A edição deste volume vai enquadrada pela Casa Museu de Monção, Unidade Cultural da Universidade do Minho e com ela se pretende também homenagear a patrona desta Casa, Maria Teresa Cardeal Andrade Martins Salgueiro, lisboeta de nascença, com fortes ligações a Monção, onde constitui um legado à Universidade do Minho. Esta obra é também uma das componentes culturais das comemorações do centenário do nascimento da patrona que se celebram no ano de 2017. A edição da obra conta também com o apoio de Alexandre Soares dos Santos (que vem do volume respeitante ao Distrito da Guarda) e à FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia através do LAB.2PT. E contou com a participação de muitos alunos da Licenciatura e Mestrado de História e Arqueologia que ao longo dos anos 2014-2015 foram praticando a História e a Paleografia por alguns destes textos, assim como as primeiras leituras de Alberto Martins (bolseiro de investigação) e Joana Lima (funcionária da Casa Museu de Monção). E o estímulo sempre presentes de muitos colegas e amigos para continuar este projeto, (do João Francisco Marques (+), António Manuel Hespanha, Fernando Belchior…entre outros).

Um especial agradecimento às palavras introdutórias a esta obra de Sua Eminência Reverendíssima, D. Manuel Clemente, Cardeal Patriarca de Lisboa, que em tão breve espaço nos fixa o lugar da paróquia na constituição social e colectiva da Nação Portuguesa, que as Memórias Paroquiais de 1758 permitem alcançar de facto, muito profunda e extensamente. E também pelo estímulo a este trabalho que com a edição desta obra se vai aproximando da cobertura total do território nacional e realizando o projecto há alguns anos delineado.



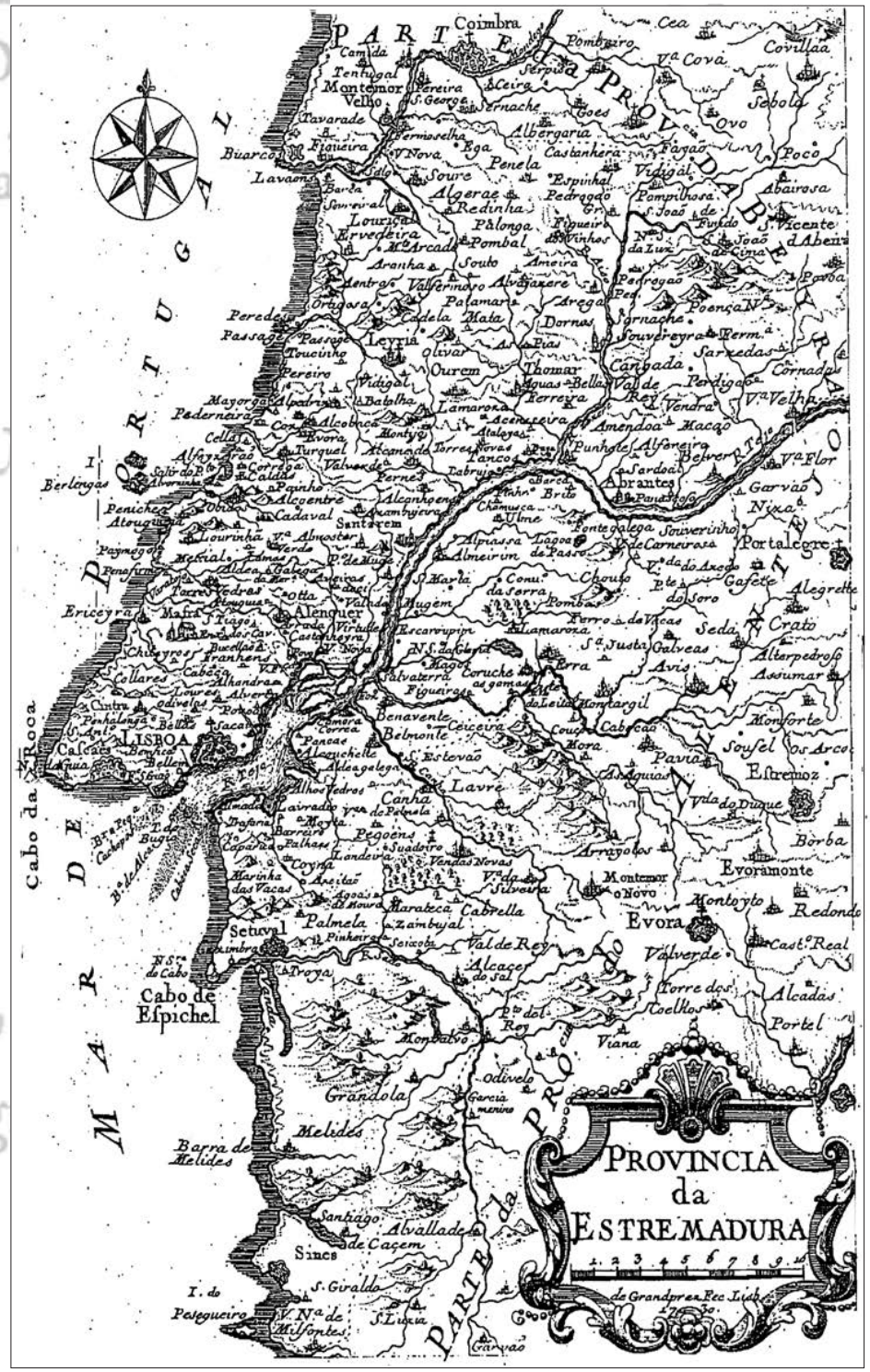
D. Tomás de Almeida, 1.º Patriarca de Lisboa (1716-1754)

ESTUDOS INTRODUTÓRIOS



ROTEIRO
TERRESTRE
DE
PORTUGAL,
EM QUE SE ENSINÃO POR JORNADAS
e Summarios não só os caminhos, e as distancias, que ha de Lisboa para as principaes terras das Provincias deste Reino, mas as derrotas por traveſſia de humas a outras povoações delle.
PELO PADRE
JOÃO BAUTISTA
DE CASTRO.
LISBOA,
Na Officina de MANUEL MANESCAL DA COSTA,
Impressor do Santo Officio.
ANNO M. DCC. XLVIII.
Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real.
240

A DESCRIÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO E OS PÁROCOS MEMORIALISTAS



◀ Mapa de Portugal da Província da Estremadura (1730).

1. A DESCRIÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DE PORTUGAL SOB O ANTIGO REGIME. A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DA DESCRIÇÃO LOCAL NO SÉCULO XVIII E AS *MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758*

1.1 – Geografias, cosmografias e corografias do Portugal Moderno

A representação cartográfica e, por ela, a visão do "Mundo" moderno constrói-se, na síntese de Vitorino Magalhães Godinho, sob o efeito das duas revoluções científicas: «a do século XIII, construindo a ecúmena em volta do eixo mediterrâneo e da teia caravaneira euro-asiática, e a de 1420-1450 a 1550, a qual traça a carta universal do globo, graças aos novos eixos científicos em latitude».[1] Elas são o resultado de grandes expansões geográficas, de novos e alargados contactos entre espaços até aí fechados e entre outras e diferentes civilizações e culturas. No final resulta um mundo desoculto e desmitificado, articulado e global, para cujo desenho da carta planisférica contribuíram decisivamente as viagens de descoberta e a obra científica dos portugueses da época de quatrocentos e quinhentos. Os *Roteiros* de D. João de Castro, o *Planisfério português anónimo,* vulgarmente conhecido por *Cantino* (1502), exprimem a enorme condensação e registo de experiências e avanços científicos que foi possível fazer do horizonte da cultura e náutica científica portuguesa, depois de quasi um século de roteiros e descobertas e cartografia científica.

O espaço passa a ser objecto de medidas astronómicas e de orientações relativamente precisas pela bússola e pela posição do meridiano do sol. O tempo passa a ser medido pelos relógios mecânicos que afastam as clépsidras medievais. O número e a precisão descritiva envolvem e impregnam progressivamente os mais diversos planos da vida humana e social.[2]

Na descrição do espaço e territórios o fantástico cede ao real; o tópico convencional e o estereótipo clássico cedem à descrição objectiva, à invenção e construção da paisagem real, com envolvência humana e diferenciação social. O económico, o administrativo, sempre articulados ao espaço, às apropriações e configurações sociais, emergem agora num plano novo e autónomo, fixando-se a perspectiva civilizacional e a definição humana, enquanto expressão de construção política e sócio-cultural. Tal está presente nos mapa-mundi, nos planisférios, mas também nas descrições locais e regionais. E ganham espaço nas obras portuguesas de referência desta abertura, no *Esmeraldo*, na *Peregrinação,* em *Os Lusíadas*, nalgumas *Crónicas*. E também nas descrições pelas quais se descobrem os espaços regionais do Reino, em Mestre António, Rui Fernandes, Cristóvão Rodrigues de Oliveira e também as cidades, à cabeça a grande cidade de Lisboa, em Luís Marinho de Azevedo, Gabriel Pereira de Castro, António de Sousa de Macedo, Luís Mendes de Vasconcelos, João Brandão, Damião de Góis, André de Resende, Francisco de Holanda.[3] E também nas descrições dos territórios e domínios ultramarinos, das suas praças e fortalezas, do Norte de

---

[1] Vitorino Magalhães Godinho – *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Difel, Lisboa, 1990.

[2] Idem – *Tesouros da cartografia portuguesa*. Edições Inapa, Lisboa, 1997.

[3] Joaquim Romero de Magalhães – "O enquadramento do espaço nacional", *in História de Portugal* (Dir. de José Mattoso). Círculo de Leitores, Terceiro volume, Lisboa, 1993, pp. 13-61.

África ao Índico que os *Roteiros* náuticos e de viagens articulam com as indicações necessárias à viagem e navegação. Nelas a terra plana e o espaço imóvel, de homogeneidade estática, dá origem à perscrutação das dinâmicas locais, regionais e mundiais, sua articulação e organização por centros, periferias e semi-periferias.[4] Cosmografia - plano de descrição que envolve o cálculo matemático – e corografia – que pinta os lugares – conjugam-se para descrever os diversos planos deste novo mundo globalizado. O ideal busca conjugar os dois níveis de descrição para que esta se volva completa. Para tal, João de Barros intentou escrever uma *Cosmografia* e uma *Corografia* de Portugal. E para a *História de Portugal* que projectou, pode fixar-lhe, apesar de praticamente não se afastar de Lisboa, como bem explanou António José Saraiva, uma "concepção planetária", consubstanciada na ligação estreita entre a História e a Geografia, segundo uma escala planetária e um mundo observado de um ponto de vista múltiplo. Os acontecimentos vão aí situados e referidos ao espaço e tudo começa pelo mapa e, se possível, a representação cartográfica à escala mundial. Por outro lado, o ponto de vista múltiplo assenta no pressuposto de que cada civilização tem a sua História.[5]

O Estado, e em Portugal mais intensamente o Estado mercador de quatrocentos e quinhentos, é o agente por excelência desta expansão geográfica, desta «globalização» e apreensão descritiva e promoverá o conhecimento numérico e quantitativo das suas populações e recursos; a vida administrativa, económica e social virá a ser progressivamente integrada em relações numéricas e quantitativas. Dos prelos nacionais saem logo as *Práticas de Aritmética*, tratados em que a ciência do número serve em particular e é ferramenta essencial do comércio, da navegação, do registo e contabilidade públicas.[6]

Sob o signo da construção do "Estado do Renascimento" lançam-se os principais instrumentos da fixação e delimitação territorial das fronteiras, da organização, unificação e integração social e política do território. A fronteira da raia seca fixa-se em termos políticos e estabiliza entre os últimos anos do século XV e 1540. A fronteira marítima, com as alfândegas e o controlo do movimento fronteiriço, instala-se ao longo do século XVI com as aduanas das sacas (D. João II) e os portos secos de 1559. Os postos de saúde promoverão a defesa sanitária contra as ameaças de origem marítima, a fronteira mais aberta e concorrenciada, e pelos livros de visita às embarcações pode medir-se o movimento marítimo e até o movimento comercial. Duarte d'Armas, por ordem régia, cartografará as fortalezas terrestres fronteiriças e Fernando Álvares Seco pôde, por 1534-39, elaborar a primeira representação cartográfica de Portugal como um todo (ed. de Roma de 1561). É uma representação realizada por estimativas, não há possibilidades de medir as longitudes com rigor[7], mas fazem-se esforços para a descrição corográfica e administrativa do território.

As traves mestras da arquitectura social e política, pela primeira vez lançadas nas *Ordenações Afonsinas* (1446-47), ganham agora outra compleição com as *Ordenações Manuelinas* (1512-1521), legislação e ordenamentos posteriores que impressos ganham outra pregnância. A reforma dos forais (1500-1525) e a reorganização administrativa dão nova e mais integrada arrumação ao território.[8] É possível entretanto recolher conjuntos de informação para a governação, da população, do oficialato, das rendas régias metropolitanas,[9] do Estado da Índia[10] e do Brasil[11] que permitirão organizar os primeiros "orçamentos"

---

[4] I. Wallerstein – *The Modern World System*. Academic Press, 1974.

[5] António José Saraiva – *Para a história da cultura em Portugal*. Publicações Europa-América, Lisboa, vol. II, 1961, pp. 329-355.

[6] *Tratado de pratica darismetyca ordenado por Gaspar Nicolas*. Edição com introdução por Luís Albuquerque, Porto.

[7] Joaquim Romero de Magalhães – "O enquadramento do espaço nacional"… *art. cit.*, Lisboa, 1993.

[8] Marcello Caetano – *História do Direito Português (sécs. XII-XIV). Subsídios para a história das fontes do Direito em Portugal no século XVI*. Ed. Verbo, Lisboa, 4ª ed, 2000.

[9] Vitorino Magalhães Godinho – "Finanças", *in Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão). Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1963-1971; António Manuel Hespanha – *As vésperas de Leviathan. Instituições e poder político, Portugal século XVII*. Ed. de autor, Rio de Mouro, 1987.

[10] Vitorino Magalhães Godinho – *Les finances de l'etat portugais des Indes Orientales (1517-1635)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1982.

[11] Diogo de Campos Moreno – *Livro que dá razão do estado do Brasil* (1612).

da Coroa. O processo de construção da república e pátria comum atinge o plano de mais lato desenvolvimento na fixação da Língua – pela Gramática mas também pela busca da perfeição estética-literária – que contraponha o português, ao latim e ao castelhano. E pela escrita da História de Portugal à escala planetária: na *História antiga,* pela busca de raízes, ainda que vá a Tubal; na *História moderna* que sirva directamente a governação, mais arreigada a uma descrição crítica e científica da História de Portugal de forte compleição geográfica; na *História do futuro*, que no contexto da união dinástica se volve inclusive autonómica (Monarquia Lusitana) e que sob uma visão providencialista quer organizar o próximo V Império Cristão português (Padre António Vieira).[12]

O Portugal Restaurado pós 1640 constrói-se na base do reforço da ideia e do princípio unitário monárquico, que assenta no progresso das ideias e programas do absolutismo. Ultrapassadas as veleidades «parlamentares», aristocráticas, burguesas e populares contemporâneos da «Fronda» em França, (1648-1652), a monarquia portuguesa reforça o seu poder, submete e enquadra a aristocracia fidalga, nobiliárquica e letrada sob o horizonte da construção do ideal social da contra-reforma e do barroco. E estruturará mais intensamente as suas rendas e bases económicas nas receitas alfandegárias e nas ultramarinas e no Brasil - para além da décima sobre os rendimentos internos - e desenvolverá a construção de um mais adequado maquinismo burocrático, incluindo o militar.[13] Tal reforço e construção do poder monárquico faz-se com o crescente recurso a bases de dados com informação numérica e quantitativa, à descrição desenvolvida dos territórios e domínios onde o económico e o administrativo ganham relevo, acompanhados muitas vezes da descrição cartográfica. Vai neste quadro particularmente mapeado o território marítimo e terrestre envolvente ao porto e cidade de Lisboa até Setúbal. Avanços neste domínio tinham já sido particularmente desenvolvidos no período da monarquia dual (1580-1640), sob o governo dos Filipes.[14]

Para servir a construção do Estado Restaurado – autónomo e independente de Espanha – desenvolvem-se as descrições globais e a construção de informações gerais que sirvam o poder monárquico. E em paralelo por sobre o dinamismo das economias regionais - em especial dos espaços mais articulados ao surto da economia brasileira - o reforço da sociedade nobre e fidalga e do poder da Igreja no contexto da reforma católica e do absolutismo, desenvolver-se-ão descrições parcelares, modernas e históricas, dos diferentes espaços económicos e territórios (províncias, comarcas, dioceses), da sociedade nobiliárquica (secular e eclesiásticas), das suas instituições e dos seus referentes.

Romero de Magalhães fixou os dois planos da evolução da descrição literário-geográfica por onde se desenvolve a descrição de Portugal na passagem do século XVI para o XVII: ao surto estadualista do humanismo e do renascimento corresponderá uma descrição geográfica sensível à quantificação e ao rigor, visando uma descrição do todo nacional; e ao Estado e sociedade do barroco, corresponderá uma fixação na descrição corográfica e regionalista, de configuração senhorial e localista.[15] À descrição nacional volver-se-á, tão só, por finais do século XVIII. A este esquema pode fazer-se corresponder e sobrepor o dos vectores e momentos mais expressivos da construção do Estado português e com ele e por ele, o do maior dinamismo social-burguês na sociedade portuguesa do século XV ao século XVIII, na cronologia de V. Magalhães Godinho.[16] Deste modo, a aproximação à descrição provincial e local do

[12] Eduardo Lourenço – *Portugal como destino seguido da mitologia da saudade*. Lisboa, Gradiva, 2ª ed., 1999.

[13] Vitorino Magalhães Godinho – "Restauração" *in Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão). Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1963-1971.

[14] Maria Helena Dias e Maria Fernandes Alegria – «Lisboa na produção cartográfica portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII: o espaço e o intercâmbio» *in Penélope – Fazer e Desfazer a História*. Edições Cosmos, nº 13, 1994, pp. 55-69.

[15] Joaquim Romero de Magalhães – "As descrições geográficas de Portugal: 1500-1600. Esboço de Problemas", *in Revista de História Económica e Social*. Lisboa, nº 5, 1980 (Jan-Jun), pp. 15-56.

[16] V. M. Godinho – *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Arcádia, 2ª edição correcta e ampliada, Lisboa, 1975.

território e sociedade portuguesa parece-nos uma preocupação sempre presente, que vai constantemente articulada aos programas de descrição do conjunto do Estado, território e sociedade portuguesa. À coroa e monarquia portuguesa sempre se tornaram necessários os dois planos, complementares, da descrição e conhecimento do Reino e do território: o político estadual e o corográfico.[17] O primeiro, co-natural e necessário à definição do Estado e ao controlo dos seus meios e instrumentos de actuação, designadamente a um conhecimento actualizado da força da população, dos impostos, da milícia, dos equipamentos militares, da organização administrativa e seu oficialato régio, obediente e disponível. Para tal, desde cedo a coroa fixou esta descrição e levantamento estatístico e até cartográfico nas *comarcas* e *concelhos,* malha territorial e administrativa mais homogénea e coerente. E desde o *encabeçamento das sisas,* ao longo do século XVI, o plano concelhio e a acção das câmaras régias volver-se-ão o quadro e a estrutura básica e preferencial para este programa e realização. Efectivamente, a implementação de programas nacionais de descrição e levantamento estatístico de dados e recolha de informações, levada a cabo no quadro das etapas de maior reforço e aumento do poder político estadual, por aí se realizarão. Mas em paralelo do conhecimento estatístico-político das forças e recursos e equipamentos da coroa, corre também a necessidade do conhecimento, com ele correlacionado, das forças e poderes que estruturam a sociedade e o território em toda a sua extensão. Daí também a necessidade da descrição e do conhecimento topo-corográfico, que naturalmente do plano e quadros administrativos (régios) pode envolver e atingir também o plano provincial e o local-paroquial, onde o plano estatístico e administrativo próprio à definição e à articulação com o Estado não é abandonado. Essa é uma descrição e uma tarefa que a coroa pode levar a cabo com o apoio e a colaboração das outras instituições e grupos sociais, detentores de poder público e senhorial, melhor situados e equipados para localmente proceder a essas tarefas, que procedem também por sua conta a tais realizações.

A essa contribuição – sobretudo da organização eclesiástica para os informes locais-paroquiais, e em especial a população – sempre recorrerá a coroa e até uma época tardia. E tal colaboração será institucionalizada com D. João V com a criação da *Academia Real de História* (1720) a quem será encomendada ex-ofício, a escrita da História antiga e moderna do reino, a eclesiástica e a civil, do Portugal sacro e profano. Aí colaborarão activa e intensamente os quadros da elite e cultura da sociedade eclesiástica e civil, com as da ordem régia, na construção e descrição da História de Portugal, que será em toda a extensão uma empresa monárquica e da ordem eclesial e nobiliárquica portuguesa.

Multiplicam-se as descrições regionais, com cartografia e tabelas e inúmeras corografias de circunscrição administrativas, de praças e fortalezas feitas pela coroa e seus magistrados locais. No plano da construção social do Estado e para a fixação dos referentes e legitimação social dessa construção, desenvolver-se em todo o esplendor, a História e a historiografia da nobreza e fidalguia (de sangue e titulada, letrada e militar) em especial nas genealogias. Particular desenvolvimento tem a História eclesiástica, em particular a História dos bispados e dioceses e a História das religiões (das ordens e mosteiros). Nelas ganha um particular relevo e autonomia a História religiosa, nas hagiografias e hagiologias.[18] A *História de Portugal* volve-se pois, no Estado e Sociedade da Restauração, a síntese das Histórias régia e eclesiástica com os contributos das casas nobres e religiões, das terras e suas figuras ilustres que contribuíram em conjugação com a Casa de Bragança e nova monarquia para a restauração e refundação de Portugal e para a qual buscam a construção de um destino comum.

---

[17] António Manuel Hespanha – *As vésperas do Leviathan…o.c.,* Rio de Mouro, 1987.

[18] Joaquim Veríssimo Serrão – *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica.* Vol. II. Século XVII, vol. III. Século XVIII. Editorial Verbo, 1973 e 1974.

1.2 – Portugal no século XVIII

a) A *Corografia Portuguesa* de Carvalho da Costa

Entrelaçando mais fortemente nessa escrita da História de Portugal, ao contributo nobre e fidalgo, civil, eclesiástico e militar, o contributo das terras, a *Corografia Portuguesa* (1706-1712) de Carvalho da Costa não deixará de dar ainda mais extensão social a este projecto. Nela enlaçará mais activamente o padre Carvalho da Costa a *corografia,* na definição de J. B. Castro,[19] a descrição de todo um Reino, com a *topografia,* representação e descrição de uma só província ou cidade, isto é, das suas partes. Por ela se fará a fixação dos elementos essenciais da construção e referenciação do Estado e monarquia, pós restaurada, designadamente nos seus fundadores iniciais. E se articulará de um modo activo à construção desse quadro social e político, o papel e o lugar do território, pelos contributos que arrancam da mais pequena freguesia rural, e se estendem à comarca, à província, ao bispado, à corte e se configuram e articulam ao todo nacional.

Matemático e astrónomo por formação, para a escrita desta obra suspenderá, como refere, por um pouco, o padre Carvalho da Costa estas competências. O verdadeiro amor à Pátria e o patrocínio do monarca D. Pedro II, a quem dedica a obra, levaram-no a tomar a «decisão de interpolar os estudos astronómicos a que me inclinavam com maior simpatia, o génio e a curiosidade, sujeitando-me às apertadas obrigações de historiador e trocando pelos infalíveis computos da Esfera, os duvidosos documentos da História».[20] Abandonará assim o plano *macro*, histórico-topográfico, astronómico e cosmográfico, para se situar no plano *micro,* sem o que entende não ser possível ultrapassar erros de descrição de obras maiores. Para tal adopta o modelo descritivo de base anatómico: «não se devem buscar nesta obra mais do que as notícias ou se nos é lícito dizê-lo assim, huma anatomia do reino de Portugal, em que se verão miudamente delineadas as partes interiores de que se compõem este grande corpo até agora tão pouco examinadas dos autores (do prólogo). Para tal não deixou de fazer largo giro pelo reino, «observando a arrumação das povoações, as distâncias entre umas e outras, as alturas das principais, «servindo-nos a este fim o estudo que sempre cultivamos da matemática». E com pena sua não pôde juntar a esta descrição, o que muito lhe agradaria, as plantas da *topografia* de Portugal que terá elaborado o padre João dos Reis, da Companhia de Jesus, «alemão, bom matemático e insigne na perspectiva e pintura» que faz questão de juntar numa 2ª edição.

À obra não juntou as plantas, mas referenciou para as principais terras as coordenadas astronómicas da latitude e longitude. E no final, em *Index alfabético* e em *Tábua* final, cada freguesia vai também referenciada à divisão e organização dos correios, que completa deste modo o da referência à situação relativamente à diocese e concelho, introduzindo aqui um novo quadro de referência, que ultrapassa o quadro estático da tradicional referenciação topográfica, para a integrar na dinâmica da circulação, centralização e unificação dos correios.[21]

A estrutura da obra adopta o plano descritivo da divisão por províncias, comarcas, concelhos, coutos e honras e, dentro destas, vão enumeradas as freguesias nas suas vilas e cidades e termos dos concelhos. A *Província* abre-se com uma breve caracterização geral, donde constam as referências e coordenadas essenciais: etimologias do nome, extensão, limites, serras e rios, pontes e fontes (com maior ou menor desenvolvimento em capítulos apartados), divisão comarcã, fertilidade. Segue-se a descrição das terras de cada *comarca* que integram a província. A descrição das vilas e cidades, cabeças de comarcas e bispados, é necessariamente a mais extensa. Para além daqueles dados da *Topografia geral*, aqui as descrições alargam-se e aprofundam-se no plano sobretudo da *Descrição social* das terras, daqueles ele-

---

[19] Padre João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal Antigo e Moderno.* Lisboa, 1ª ed. 1745-1758. 2ª ed. 1762-1763.

[20] António Carvalho da Costa – *Corografia portuguesa e descripção topográfica do famoso reino de Portugal com as noticias das fundações das cidades, vilas e lugares….,* Lisboa, Of. de Valentim da Costa Deslandes, 3 vols., 1706-1712.

[21] *As Comunicações da Idade Média* (coordenação de Margarida Sobral Neto). Fundação Portuguesa da Comunicações, 2005.

mentos integradores na ordem social e política da coroa e monarquia, por aqui se completando, aprofundando, eventualmente ultrapassam algum esgotamento do referencial nacional a precisar de vivificação: senhorios, doações, privilégios das terras e moradores, factos e figuras da história local-nacional mais relevantes, com largos discursos históricos, políticos, genealógicos, sobre a fidalguia e a nobreza (laica e eclesiástica), sobre a ilustração e varões ilustres, os mosteiros, igrejas e capelas e outras instituições eclesiásticas relevantes, com largo espaço para a hagiografia. E também para o urbanismo e equipamentos civis, com espaço relativamente alargado para a descrição da administração política, municipal e camarária, sem abrir porém espaço à referenciação dos nomes dos seus elementos locais que em muitas terras de mais baixo padrão político-social mal poderiam vir a esta história e construção social. Nem tão pouco os estratos mercantis e profissionais do mundo urbano. Segue-se a descrição das *freguesias,* em modelo padrão, de forma breve, com excepção daquelas freguesias que pela sua história e sociedade, o texto deva ser, naturalmente, mais desenvolvido. As referências fazem-se pelo nome e orago da terra, título do benefício paroquial, seu padroeiro/apresentador, ordem paroquial/beneficial, fogos de moradores.

De onde vem esta informação? No essencial, os elementos são colhidos na produção bibliográfica de referência da época. Para além do contributo do autor, esta obra fixa exemplarmente no plano histórico as diferentes construções e contribuições da historiografia do seu tempo por onde se constrói a História de Portugal nos seus imaginários, messianismos e profetismos e também no contributo das partes, da sociedade, sobretudo a militar, a literária, a letrada, sempre nobre, civil ou eclesiástica, mas agora também dos territórios, também por eles enquadrados na construção da Monarquia portuguesa. As referências historiográficas, geográficas e literárias são as mais expressivas dos campos da produção da cultura portuguesa antiga e também moderna. Aí se fixam - em referências que é preciso procurar e descortinar ao longo do texto as obras e autores maiores da *História p*átria, secular e eclesiástica, designadamente a *Monarquia Lusitana* de Fr. António Brandão e Fr. Bernardo de Brito; mas também ao «Príncipe dos Poetas», Luís de Camões e os cronistas João de Barros, Diogo Couto e Manuel Faria e Sousa e os clássicos da *História civil, genealógica* e *nobiliárquica*; da *História eclesiástica e historiografia monástica,* (suas hagiografias); da *História, Geografia e Corografia de Portugal moderna* e *antiga*.[22] A *Corografia* oferece-nos assim a partir da descrição das partes, ordem social, ordem administrativa, as províncias, as comarcas, os concelhos, as freguesias, uma descrição ordenada e do conjunto de Portugal. A descrição topográfica não diminui a visão de conjunto, naturalmente pela referenciação das coordenadas cosmográficas e geográficas, pelo modelo descritivo usado e aplicado uniformemente na descrição social, mas certamente também pelo rigor da recolha de dados, que não sabemos se foi feito essencialmente por inquérito geral, ou qual a parte da recolha pessoal de dados.[23]

O volume de informação permitirá na mesma base, naturalmente compor séries para tratamento estatístico e comparativo para a globalidade do território nacional. Não foi pois incompatível, bem pelo contrário, a descrição topográfica com a corográfica – descrição geral do país – como se realizou superiormente com esta *Corografia Portuguesa* de Carvalho da Costa.

b) A Academia Real da História (1720) e a nova História eclesiástica e secular

A *corografia* e a *topografia* de Carvalho da Costa é um ponto de chegada, mas também um ponto de partida da descrição histórico-geográfica de Portugal do século XVIII e para além dele. Ponto de che-

[22] A mais completa identificação destas obras citadas por Carvalho da Costa pode ser feita a partir de Joaquim Veríssimo Serrão – *A historiografia portuguesa…o.c.,* Ed. Verbo, 1973-1974.

[23] A. M. Hespanha – *As vésperas do Leviathan… o.c.,* I, pág. 93 e ss, pode comprovar pela correlação interna dos dados demográficos contidos na *Corografia*, a elevada coerência global, fiabilidade destes dados. Conferir também, Joaquim de Carvalho e José Pedro Paiva – *A diocese de Coimbra no século XVIII. População*, *oragos, padroados, títulos de párocos*. Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol 11. Faculdade de Letras, Coimbra, 1987.

gada da história e historiografia seiscentista – de matriz barroca e providencialista – que progressivamente dará lugar à história e historiografia, documental, crítica e científica da Academia Real de História que, sob o impulso das *Ciências,* em particular os progressos da *Matemática* e com esta das *Ciências Físicas, Naturais, Experimentais*, da *Geografia*, mas também sob o efeito do desenvolvimento da *Sociedade* e do *Estado* e das necessidades da *governação*, irão dar novo desenvolvimento ao campo da História. Ponto de chegada também da *topografia* que, do plano genérico dos seus desenvolvimentos no quadro da descrição barroca da *história local*, com os novos desenvolvimentos científicos e estatísticos do século XVII e primeira metade do século XVIII, avançará para um plano mais desenvolvido e aprofundado de descrição topográfica e de análise histórica local-paroquial.

A escrita de uma nova *História eclesiástica e civil* do Reino de Portugal encomendada à recém criada Academia Real da História por D. João V e a edição do *Mapa de Portugal antigo e moderno* do académico J. Baptista de Castro entre 1745-1758, volver-se-ão agora nesta 1.ª metade do séc. XVIII os dois planos essenciais de realização do programa da escrita de uma *História e geografia de Portugal antiga e moderna.* Por eles se avançará decisivamente na construção de uma nova História fortemente articulada à Geografia, mas também à História moderna, de actualidade, sem romper também com a História antiga, em ultrapassagem da clássica disputa e polémica entre *Antigos e Modernos*.[24]

É conhecido o quadro filosófico-doutrinário, mas também dos desenvolvimentos político-sociais que dão corpo à reunião e produção de condições que presidem nos séculos XVII-XVIII à abordagem laica e científica da sociedade e da natureza e por elas também a uma nova abordagem da História.[25] As análises totalizantes da sociedade e natureza humanas do passado cedem agora lugar a abordagens sectoriais e críticas que colocam em causa o sistema universal, teológico e finalístico de explicação do universo e fins da humanidade, colocando no terreno o papel da Razão e da Luz Natural e por elas, a maior liberdade do Homem na sociedade e na conquista da Verdade. Este será o verdadeiro campo de progresso das Ciências e também da História. A História abordará, de um ponto de vista laico, o estudo da origem e do devir das Sociedades, do Homem e das realizações humanas como factos tangíveis, não reduzidos à História dos indivíduos, mas interligados à História da sociedade. A História, como Ciência humana e social, é objecto de tratamento empírico e científico e deve ser tratada e abordada, na linha do pensamento de Voltaire e Condorcet, como a Filosofia Natural e como as Ciências.[26]

É possível na produção histórica e geográfica da Academia seguir alguns planos do desenvolvimento da nova História em ruptura com a tradição e paradigma historiográfico barroco. [27] Esses avanços vieram sobretudo da produção e da contribuição para a elaboração do texto e da investigação historiográfica do campo científico dos académicos matemáticos e filósofos, mas também dos geógrafos. A *Matemática*, desempenhará, de *per si,* mas também por via da *Geografia*, um papel decisivo nos avanços da descrição histórica. E o *Mapa de Portugal Antigo e Moderno* de J. B. de Castro volver-se-á o principal suporte e quadro dessa nova construção histórica.

É aqui oportuno lembrar a largueza dos horizontes científicos e da aplicação da matemática que agora se quer aplicar mais extensamente no nosso sistema escolar e científico. Nos termos da própria intitulação de um texto didáctico de um dos matemáticos mais conhecidos do século XVIII - ligado à escola dos matemáticos jesuítas – Inácio Monteiro (1724-1812) e o seu *Compêndio dos Elementos da Matemática* - na fórmula do subtítulo da referida obra, estes elementos são *necessários para o estudo das Ciências*

---

[24] Rómulo de Carvalho – *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Biblioteca Breve, 1982.

[25] Henry Kamen – *O amanhecer da tolerância*, trad. de Alexandre Pinheiro Torres. Editorial Inovar Limitada, 1ª ed., 1968.

[26] Joaquim Barradas de Carvalho – *Da História-Crónica à História-Ciência*. Livros Horizonte, Lisboa, 1972.

[27] Norberto Ferreira da Cunha – *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001; Idem – "História e método na historiografia portuguesa da 1ª metade do século XVIII", *in As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758*. Universidade do Minho, 2005, pp. 637-647.

Naturais e Belas Letras (1754-1756). Aí se explana que no estudo da matemática e seus elementos vão as partes essenciais à descrição geográfica e em particular à feitura de cartas geográficas, a aritmética, a álgebra, a geometria e a trigonometria; os capítulos mais importantes da física, a astronomia, a geografia e a cronologia.[28] É ciência essencial da vida e a conservação do Estado, di-lo Azevedo Fortes, o engenheiro-mor do Reino em 1729, na geometria prática sobre o papel e fortificação, ofensa e defensa das praças.[29]

Pela Geografia e pela Cronologia traz-se um contributo essencial para a História que se renova pelas novas coordenadas e dimensões introduzidas pelo tempo e pelo espaço. Por isso os sábios académicos, em 1721, na distribuição dos trabalhos que fizeram entre os seus membros, encomendariam a Azevedo Fortes «os pontos geográficos da mesma História e a fabrica dos mapas ou cartas geográficas (…)» porque «todos reconhecem a grande facilidade que dão as cartas geográficas para a inteligência das histórias…».[30] Caetano de Lima, também membro da Academia que inaugura a Geografia histórica moderna, apoiada nos novos conhecimentos científicos, matemáticos e astronómicos, para as observações astronómicas, representação das latitudes e longitudes, recorreu a Azevedo Fortes, a Manuel Pimentel e ao coronel José da Silva Pais, que lhe fizeram os mapas, aprofundando a História político-administrativa e ainda a História económica.[31] Para tal, a nova Geografia desempenha um papel essencial para a História e vice-versa: «hum historiador que não é geógrafo, hé como hum pintor sem desenho, como hum piloto sem carta de marear e como hum general sem mapa do paiz» (sessão da Academia de 19 de Agosto de 1723).[32]

Seria no território do Sul do Brasil que o desenho e a pintura das cartas e a descrição económica e social – e estatística – dos territórios progredirá intensamente ao longo deste período e reinado de D. João V, numa das aplicações mais conhecidas e concretas dos novos conhecimentos e técnicas aplicadas à cartografia. Com o objectivo de reconhecer, delimitar e exercer o domínio sobre aqueles territórios brasileiros – de delimitação indefinida e ameaça do domínio e concorrência internacional de França e Espanha – por efeito da aplicação da linha do Tratado de Tordesilhas, se procederá à mais intensa e moderna descrição e cartografia daquele território. Ao modo da cartografia francesa também em Portugal se enveredará pela produção de uma cartografia que sirva e se torne mesmo também *cartografia de Estado* para afirmar a soberania naquelas partes do território, disputado.[33] Nesse sentido D. João V recorrerá ao contributo dos padres matemáticos, jesuítas, a quem encomendou mapas «graduados pela latitude e longitude», com referências às principais terras, caminhos, estradas e limites da jurisdição do território sul brasileiro, zona de mineração de grande interesse para a coroa e concorrência castelhana. A descrição cartográfica do Sul do Brasil virá a atingir um particular desenvolvimento no conjunto da cartografia e descrição territorial portuguesa.

A contribuição dos matemáticos jesuítas vem também de encontro aos planos de desenvolvimento cartográfico dos cientistas e instituições portuguesas. Há neste contexto referências às observações astronómicas e seus registos feitos por Capassi em Lisboa, Porto e Braga, entre 1726 e 1727 para a publicação, nunca realizada, de uma *Lusitânia astronómica ilustrada*.[34] Neste âmbito deve-se referir o especial contributo de Azevedo Fortes que em 1722 publica o *Tratado do modo mais fácil e o mais exacto de fazer as cartas geográficas* (…) para servir de instrução à fábrica das cartas geográficas e apoiar a publicação de História eclesiástica e secular de Portugal, que o monarca encomendará à Academia. É uma obra para

---

[28] Miguel Correia Monteiro – *Inácio Monteiro (1724-1812). Um jesuíta português na dispersão*. Lisboa, 2004.

[29] M. Azevedo Fortes – *O engenheiro português*. Lisboa, 1728-1729.

[30] M. Azevedo Fortes – *Tratado do mais fácil e mais exacto de fazer cartas geográficas* (…). Lisboa, 1722.

[31] Luís Caetano de Lima – *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa*. Lisboa, Of. de José António da Silva, 1734-1736, 2 vols.

[32] Academia Real da História Portuguesa – *Coleção dos Documentos, Estatutos e Memorias* (…). Lisboa, 1721-1736.

[33] André Ferrand de Almeida – *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa* (1713-1748). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001.

[34] Idem – *A formação do espaço brasileiro, o.c.*, pág. 98, que remete para o IAN/TT, Cartório dos Jesuítas, Maço, nºs. 57 e 58).

«engenheiros» que por este modo pretende articular com esta tarefa da composição Histórica moderna. É um *Tratado* que entende fazer compor e anteceder – por uma questão de método – ao desenho das cartas e fixação dos pontos geográficos da mesma História, já que lhe era impossível proceder ao levantamento dos dados e elaboração de todas as cartas necessárias e, deste modo, permitir que outros engenheiros se aplicassem ao trabalho e dele resultasse «obra uniforme». Aí vão explanadas as técnicas e os meios para tal execução, explicando «o modo com que se deve dar princípio à carta geográfica de huma província ou bispado» (cap. VI). Como a História iria ser composta por bispados ou províncias, era absolutamente necessário que todos praticassem o mesmo *petipé*, as mesmas coordenadas, de modo que «se ajustem humas com as outras pelos seus confins ou limites e que de todas resulte a Carta Geral do Reino». E para tal efeito refere-se ao *Roteiro portuguez* onde vão impressas as taboadas das longitudes da navegação e onde também se poderão ver as latitudes e longitudes dos principais lugares» (cap. VI).

Os conhecimentos que permitem Azevedo Fortes produzir a obra são o resultado do seu trabalho de anos na «prática de tirar plantas e cartas de diferentes praças» (*Tratado do mais fácil, o.c.)*, mas também do estudo da literatura francesa, bem avançada na cartografia militar e arte das fortalezas. Azevedo Fortes faz parte, aliás, do notável corpo de engenheiros militares que na continuidade da Aula de fortificação e arquitectura militar (1642), instalada no contexto da guerra da Restauração, continuada nas Academias militares joaninas, haveriam de promover este campo de trabalho e estudo. E que nos legariam uma enorme produção de mapas e cartografia de praças e fortalezas militares da época da Restauração e posterior, de grande valor artístico e precisão descritiva, arquitectónica e militar.

Em conjugação da investigação histórica centralmente dinamizada pela Academia e académicos da Academia Real os seus correspondentes locais, que por vezes se organizaram em Academias provinciais, haveriam também de prestar uma particular atenção à História. Eles estão na origem de um geral desenvolvimento deste ramo de conhecimento, legaram-nos importantes descrições e contributos de História local e estão na origem de um grande florescimento de Histórias e memórias locais, desenvolvimento cultural e social provincial.

c) João Baptista de Castro: o *Mapa de Portugal (1745-1758)* com as *Noticias* das paróquias da cidade de Lisboa

No *Mapa de Portugal* (na 2.ª edição de 1762-1763, designado por *Antigo* e *Moderno*) recolhe e fixa João Baptista de Castro os novos horizontes científicos e históricos da descrição do País: uma descrição de conjunto, apoiada em mapas, medida e desenhada pelas léguas astronómicas e por roteiros de viagem. Abre-se o tomo I (1.ª parte) com a descrição político-administrativa e física e a económica do reino; no capítulo III, por uma «descrição circular pela margem marítima e terrestre», seguindo no seu interior a «divisão moderna pelas províncias» (cap. V); no capítulo VI, «os montes, promontórios e serras de maior nome»; no capítulo VII, «os rios, ribeiras e lagoas mais consideráveis»; no capítulo VII, «as pontes mais notáveis»; no capítulo IX, «as caldas»; no capítulo X, «a fertilidade do Reino em comum»; no capítulo XI, «os minerais»; no capítulo XII, «as moedas»; no capítulo XIII, «da língua e costumes»; no capítulo XIV, «do génio e costumes portugueses». Aqui vão lançados campos novos à descrição territorial onde inclusive se faz uma incursão pioneira no *génio* e costumes dos portugueses onde o elemento popular e da sua cultura têm entrada. Ao tomo II ficarão reservados temas clássicos da tradicional descrição de base fidalgo-eclesiástica da sociedade barroca: da descrição da sociedade eclesiástica e imaginário religioso, às Letras e às Universidades (seus cultores e elementos mais ilustres), aos mais famosos escritores dos mais diferentes ramos, à sociedade militar. No tomo III vão lançadas as tabelas topográficas, quadros sinópticos de referências essenciais para os lugares mais importantes, vilas e cidades, ainda que só se lancem os dados referentes à província da Estremadura. Essas referências podem agrupar-se em dois conjuntos

essenciais. O primeiro, de cinco tabelas, diz respeito à localização administrativa e geográfica: nome das povoações, comarca, diocese, altura do pólo e distância a Lisboa; o segundo conjunto diz respeito a oito elementos de referenciação social da terra: foral, paróquias (do respectivo termo), conventos, mosteiros, ermidas, fogos, donatário e feiras. A tabela, o número e quantitativo, a relação numérica de grandeza e riqueza, estão agora omnipresentes neste programa de descrição que é o *Mapa de Portugal* (1745-1758).

Os mapas, com as respectivas coordenadas astronómicas das latitudes e longitudes, desde Azevedo Fortes, Caetano de Lima e Baptista de Castro devem fazer parte integrante da nova História, sobretudo a moderna. O invento dos mapas, diz Baptista de Castro, «foi a mais engenhosa idea em que os homens tinham dado; pois em breve espaço e a huma vista nos mostra todo o mundo e por elle conhecemos o sitio e a grandeza de cada reino, província e lugar». E acrescenta: «O mais útil dos mapas é a inteligência da sua graduação».[35] Ao *Mapa de Portugal* (na 2.ª edição, última parte, parte V), junta Baptista de Castro um *Roteiro terrestre,* o primeiro digno desse nome, composto a partir da informação dos Correios. Antes tal havia sido intentado por Filipe IV em 1638 e também pelo matemático padre Carvalho da Costa que prometera um *Roteiro breve* de Lisboa para as principais cidades do reino.[36] Conforme escreve entrou a delinear «O Itinerário Moderno, constituindo a cidade e corte de Lisboa, centro de todos os roteiros, que distribuo para as principais povoações das províncias e desta faço produzir e derivar outras vias por travessas que servem como ramos, que vão pegar nos lugares circunvezinhos mais notáveis». Isto é, o Portugal topo-corográfico e político-administrativo ficava agora articulado pelo desenho de um roteiro de viagem e circulação que era o que os correios tinham plasmado no terreno, conjugando certamente centros de irradiação político-administrativa local e regional com condições físicas de circulação no território. Para a melhor enumeração dos lugares por longitudes e latitudes recorreu às informações, conjuntas, do Mapa de J. B. Hommau de 1736 e Manuel Pimentel.

O *Mapa de Portugal*, na 5ª parte, cap. II, *Da cidade de Lisboa,* § VII, contém a série das *Noticias* das *paróquias da cidade*, por ordem alfabética, com que o autor pretende compor a História eclesiástica da diocese. São um «verdadeiro e histórico sumário» de cada uma das paróquias, no dizer do autor, para que de facto se faz e solicita um significativo esforço crítico e documental na descrição moderna e histórica de cada uma das *Notícias* das paróquias, que são submetidas porém, a um Inquérito que se molda no essencial aos *itens* dos «velhos» inquéritos de base e origem eclesiástica. Para a redacção destas *Notícias*, que são pois, pequenas memórias das paróquias, recorre J. Baptista de Castro ao auxílio de um inquérito enviado aos párocos, com o apoio e com ordem da câmara da patriarcal. A recolha das informações terá decorrido até Maio de 1755, altura em que J. B. de Castro refere que não pode esperar mais pela *Notícia* referente à paróquia de São Cristóvão (VII, 83, pág 398 e ss) porque a obra tem de dar entrada nos prelos para impressão. Com excepção desta, os demais párocos responderam e executaram as ordens «com acerto e pontualidade». As informações dos párocos estão pois recolhidas por meados de 1755, antes portanto de 1 de Novembro de 1755 dia do Terramoto. Na sua versão final elas serão completadas por informações e indagações directas de J. Baptista de Castro sobre os danos do Terramoto e trabalhos realizados para erguer a cidade das ruínas do megassismo e procurar nos arquivos e bibliotecas que resistiram e permaneceram as informações históricas, institucionais e paroquiais necessárias para reinstalar a paróquia e normalização da vida paroquial.

As *Notícias do Mapa de Portugal* (1745-58) inserem-se assim no corpo dos Inquéritos então desenvolvidos, o de 1732, o de 1756, sobre o Terramoto; os de 1747 e 1758 (do padre Luís Cardoso e Secretaria de Estado). Delas todos, para as paróquias urbanas em que se fixam, resulta a melhor e mais extensa

[35] Padre João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal… o.c.,* Lisboa, 1745-1758.
[36] António Carvalho da Costa – *Corografia portuguesa* (…), *o.c.*, Lisboa, 1706-1712.

Notícia sobre a Lisboa paroquial (e urbana) de antes e depois do Terramoto de 1755. Delas nos utilizamos largamente para testar e contestar as informações dadas ao Inquérito de 1758[37] que chega às mãos dos párocos da capital pelos primeiros meses do ano (Fevereiro-Março). Estas *Notícias* serão pedaços de História local-paroquial que se enxertam na grande Geografia de Portugal que é o *Mapa de Portugal*, como parte daquela História eclesiástica da diocese e cidade de Lisboa, a que se circunscreve, neste campo da descrição paroquial, a obra para a escrita da História diocesana. No final, estas *Notícias* produzem um mais uniforme e sistematizado informe das paróquias antes do Terramoto. E ao mesmo tempo sobre os danos do Terramoto, os esforços e caminhos da reconstrução e reinstalação da vida paroquial e urbana nesses três anos decisivos de 1755 a 1758, ano em que o *Mapa de Portugal* é finalmente impresso. E corre em paralelo com os trabalhos de descrição e cartografia das paróquias da cidade, levada a cabo entre 1756 e 1768 e que nos legarão notáveis desenhos cartográficos e fixação toponímica dos arruamentos das paróquias de Lisboa com vista à delimitação administrativa paroquial no pós-Terramoto, que será fixada por decreto de 12 de Maio de 1758 que suporta a divisão paroquial de 1770.[38]

1.3 – Em direcção às *Memórias Paroquiais de 1758*

a) A descrição diocesana e paroquial

Ao longo da primeira metade do século XVIII estão «cristalizados» os tópicos essenciais da descrição regional e local de Portugal. Sob o impacto dos trabalhos e orientações da Academia Real de História e labor científico dos seus membros, ela iria evoluir e ultrapassar em muitos planos o quadro da descrição barroca fixada por Carvalho da Costa na *Corografia*. O plano e o conteúdo da descrição pretendia-se agora mais complexo e integrado, para o que o contributo dos novos conhecimentos científicos é determinante e deve ser participante. E o *Mapa de Portugal* de Baptista de Castro, de meados do século, condensará o essencial dos horizontes da descrição do território nacional, na confluência dos antigos vectores com os modernos da primeira metade do século XVIII.

O quadro da descrição geográfico-territorial que no Estado do Renascimento, por regra, se organiza a partir dos territórios da administração civil, as províncias e sobretudo as comarcas e os concelhos, evoluirá progressivamente até se fixar mais extensamente no quadro diocesano-paroquial. Ainda é aquele o quadro de divisão descritiva de A. Carvalho da Costa. Mas ambos os planos podem estar ainda presentes: o comarcão-concelhio; o diocesano-paroquial. Mas é este que agora ganha primazia. Tal evolução exprime bem as mudanças estruturais verificadas na configuração política da sociedade portuguesa – pós Restauração – e também a nova configuração do poder nos territórios. A evolução sócio-política exprime o mais elevado papel desempenhado pelos bispos e ordens religiosas no plano local, regional e nacional na construção do poder político, da cultura e nova ordem monárquica, como suportes e agentes essenciais neste domínio. O reforço da organização e divisão diocesana é a mais elevada expressão da configuração local e social do poder dos bispos e bispados na ordem pública e monárquica, que se exprime também pela mais forte reivindicação e uso do direito canónico e paroquial e na construção e organização de um poder e imaginário religioso de base eclesiásticos – na história das dioceses, dos bispos, das suas hagiografias e hagiologias – e por via das paróquias e do direito canónico-beneficial constrói a mais forte

---

[37] Há nas *Memórias Paroquiais de 1758* referência ao inquérito de 1756 para saber dos danos do Terramoto ou até sobre o Inquérito de J. Baptista de Castro sob a égide da Patriarcal (*vide Memória* de Povos e Castanheira, concelho de Vila Franca de Xira).

[38] IANTT – *Livro das plantas das freguesias de Lisboa* (1756-1768), publicados por Francisco Santana - *Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII. Plantas e descrições das suas freguesias. Recolha e Índices de* (…). Câmara Municipal, Lisboa, 1976. E também José Augusto França – *Une ville des Lumières. La Lisbonne de Pombal.* Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1988, (planta de Santa Justa, 1770).

unificação da comunidade local e sua articulação hierárquica, à Igreja e à Coroa. De facto, sob a acção das igrejas diocesanas construíra-se progressiva e continuadamente, desde a contra-reforma, um poder regional definido no âmbito das dioceses e um poder local no âmbito das paróquias. Bispos e párocos são chamados activamente à construção da ordem e sociedade política da monarquia portuguesa. Por isso, o quadro diocesano volver-se-á um plano privilegiado de actuação monárquica e ele será o único que sofre adaptações e configurações político-territoriais ao longo da Época Moderna, em resposta aos desígnios e projectos governativos político-territoriais da monarquia. A reorganização diocesana do território, mais extensamente levada a cabo por Pombal (1750-1777), será o instrumento mais visível da mais forte articulação e submissão dos territórios às políticas estaduais e sua gestão política do território.[39]

b) Os corpos e *itens* do Inquérito de 1758

Seguramente neste processo de constituição do Inquérito de 1758 o que precisa de mais lato tratamento e investigação são os termos da compreensão da composição dos *campos* e *itens* do Inquérito de 1721 e depois o seu alargamento em 1732 que, no essencial, passarão ao Inquérito de 1758.

E neste caso, em concreto, é importante seguir e perceber porquê e como dos *itens* do Inquérito de 1721, de base e quadro eclesiástico-paroquial, se alarga a inquirição à composição de um quadro de conhecimento mais alargado, que da paróquia se estende ao conhecimento das outras comunidades civis e políticas inseridas no seu território. E em particular ao seu enquadramento geográfico-económico pela introdução de dois corpos de questões, um sobre as *serras* e outro sobre os *rios*. De facto, por estes quadros, o Inquérito ganha agora outra envergadura. Por eles, as terras e as comunidades inserem-se mais extensamente nas coordenadas físicas, geográficas, económicas e "culturais" da sua composição, integram-se no quadro orgânico do seu funcionamento económico, e estruturação social e até cultural e identitário. Por eles, a descrição corográfica e paroquial tradicional à Carvalho da Costa na sua *Corografia Portuguesa* (1706-1712) ganha agora corpo e território; é possível acercarmo-nos das condições do seu funcionamento e estruturação interna, mas também da sua ligação aos territórios envolventes. Designadamente, por eles se salta da entidade e corpo paroquial para os corpos e entidades políticas e comunidades civis presentes nas terras que têm, muitas delas, na ordem comunitária dos pastos comuns e dos campos abertos do Sul de Portugal, dos baldios das serras e rios a sua base e razão de ser (comunidades de seareiros, monteadores, de pastores, profissões e atividades da floresta e dos rios....).

Relevaria os quatro condicionalismos mais gerais próprios ao século XVIII que nos parecem condicionam estruturalmente o novo desenho dos corpos e *itens* do Inquérito, nos termos com que vai fixado nos corpos e *itens* do Inquérito de 1732 que, como vimos referindo, passam quasi na íntegra ao Inquérito de 1758. Mas também explicam muitos dos termos das respostas dos párocos. Elencam-se tão só agora aqui genericamente, embora eles precisem de mais larga explanação que não tem aqui o seu espaço. Eles são os que decorrem: a) do desenvolvimento político e burocrático da monarquia portuguesa nessa primeira metade do século XVIII e seus esforços de melhor conhecer, descrever e articular o território, próprios ao governo e administração joanina que ganham então grande expressão, e antecedem, se é que não dão corpo ou preparam, as mais extensas medidas e inquirições do reinado de D. José e seu ministro Pombal; b) do desenvolvimento e impacto de uma "ciência geográfica", como ciência do território e da administração política, que quer fixar as coordenadas mais gerais das terras e agora também descrevê-las mais intensamente na sua constituição interna para fixar os seus quadros de funcionamento, fatores de equilíbrio e elementos de instabilidade, a que nos referimos; c) da evolução da economia e sociedade ru-

[39] João Francisco Marques – «Poder eclesiástico e implantação regional. Os limites do Arcebispado Bracarense através dos tempos» *in Obra Selecta*. Tomo II. Religião, Política e Sociedade. Roma Editora, vol. I, 2013, pp. 421-459.

ral portuguesa nesse mesmo século XVIII, em processo de crescimento demográfico e expansão agrícola, bem documentado para a primeira metade do século XVIII, a repercutir no crescimento das comunidades e expansão para os montes e rios, a aumentar as disputas e tensões sobre a propriedade e os usos dos baldios e comuns, e fazer crescer a força e afirmação das comunidades civis face às paroquiais;[40] d) da mais forte configuração e desenvolvimento das comunidades paroquiais por sob as ordens e a presença da acção dos párocos, do *jus paroquial* e do ordenamento eclesiástico, visitacional, e pastoral para as paróquias, que a si agregam mais fortemente – deste Trento – as comunidades aldeãs e civis do seu território.[41]

O Inquérito de 1732 e a visão do território que ele transporta alarga, pois, o centro da descrição do território do quadro da paróquia (e ordem eclesiástica e sociedade a ela articulada) para o quadro das comunidades no seu território. Esta circunvalação geográfica e económica sobre o território das comunidades civis, para além das paróquias, corre em paralelo com a ultrapassagem e trânsito de uma visão orgânica e cosmológica de base divino-eclesiástica, para uma nova ordem fundada pelos contributos da Filosofia e Ciência moderna setecentista, que ganha agora novo impulso sob a ilustração e Estado ilustrado e funda a nova sociedade e política civil de base secular. Os *itens* do Inquérito de 1758 do tempo de Pombal não acrescentam, porém como referimos, nada de substancial aos termos com que fora fixado ao tempo de D. João V, designadamente nos termos dos *itens* do Inquérito de 1732. Não se vê nele nada que o aproxime dos termos da descrição que o Estado das Luzes da segunda metade do século XVIII, ao modo do que o coevo Cadastro do Marquês de Enseñada desenha para a descrição e cadastração da propriedade, da economia, população, sociedade e dos territórios, de Espanha de Carlos III. Sem embargo de, para alguns pontos, a governação de Pombal não deixasse de proceder à recolha de informação ao modo moderno, onde a quantificação, o uso de tabelas impressas está presente, como se verificou para o lançamento da décima e «cadastração» da propriedade e renda de 1762, para a contabilidade e escrituração da fazenda na sequência da reforma do Erário (1761), para a descrição dos rendimentos dos benefícios paroquiais (1762 e 1775). Mas adentro do século XVIII, avanços decisivos neste campo da descrição geográfica, económica e política do território e suas províncias e comarcas só serão realizados no âmbito dos trabalhos da Academia de Ciências, designadamente nas suas *Memórias Económicas* (1784-1815) e dos novos contributos científicos da Geografia, da Fisiocracia e da Estatística.[42]

c) A realização do Inquérito Paroquial de 1758 em Lisboa e Setúbal

Posto em marcha pelo Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 18 de Janeiro de 1758, veiculado com ordens expressas para que no prazo fixado se procedesse em cada diocese à recolha da informação, os bispos deveriam fazer distribuir os Inquéritos e recolher as respostas redigidas pelos párocos pelos roteiros das suas visitações eclesiásticas e pastorais. Os párocos respondem regra geral com toda a solicitude e empenho. Podemos falar, pelos casos já estudados, numa taxa de respostas ao Inquérito próxima do pleno, sem embargo de alguns se terem posteriormente perdido. Houve algumas terras sem respostas, como em algumas igrejas, isentas dos Ordinários, onde os párocos podem entender que as ordens se não lhes aplicavam. E também algumas falhas na observância dos prazos de respostas. Pelo registo que temos para todos os distritos do Norte de Portugal, o prazo dos três meses para as respostas foi muito extensamente observado. Chegados os Inquéritos, impressos, às terras por mandatos dos vigários gerais diocesanos pelo meio de ambulatórias, por Fevereiro, Março, Abril, estão praticamente

[40] Aurélio de Oliveira – *Terra e trabalho. Senhorio e gentes no vale do Cávado durante o Antigo Regime. A Abadia de Tibães – 1620--1822*. Vol. I, 2013. Série «Tempos e Lugares»; Albert Silbert – *Le Portugal Méditerranéen a la fin de l'Ancien Régime- XVIII^e – début du XIX^e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. S.E.V.P.E.N., Paris, 1966.

[41] José Viriato Capela – «A paróquia, a junta de paróquia e a freguesia» *in Bracara Augusta*. Braga, 2009-2012.

[42] Vitorino Magalhães Godinho – *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Arcádia Editora, 2.ª edição, correcta e ampliada, 1975.

todas as *Memórias Paroquiais* redigidas por Abril-Maio; Junho e Julho são já casos raros. No arcebispado de Braga, a ordem ambulatória assinada pelo Provisor da Relação bracarense de envio dos Inquéritos com o papel impresso, data de 10 de Fevereiro. No distrito de Viana, do mesmo arcebispado, os registos mais precoces da chegada dos Inquéritos às paróquias são de 3-9 de Março (Paredes de Coura e Ponte da Barca); 70% das respostas estão escritas nos finais de Maio.[43] Mas as respostas dos diferentes palcos diocesanos e territoriais do País é quase simultânea. Vemos nesta excelente execução das tarefas, a maior imbricação da ordem eclesiástica com a ordem pública e a mais forte colocação da sociedade eclesiástica e dos Ordinários às ordens régias. Mas ela mede também, iniludivelmente, a capacidade da ordem pública e real de implementar as tarefas; se se quiser, também, a imediata obediência de hierarquia e ordem eclesiástica ao emergente poder "forte" pombalino.

Em Lisboa, as ambulatórias tinham possibilidade de chegar mais cedo às paróquias. As mais precoces vão registadas por 8 e 10 de Fevereiro (Campo Grande e São Salvador, c. de Lisboa e Azambuja, c. de Azambuja). Ao receber o Aviso do seu vigário geral a 24 de Fevereiro o pároco de S. Miguel de Alfama refere que lhe retardaram o envio, para explicar algum atraso na resposta. Mas para outros casos referem-se as chegadas dos impressos muito mais tarde, em alguns casos já pelo mês de Março. Mas, de facto, por estes territórios, a data da escrita e resposta aos Inquéritos é, em geral, mais precoce, o que a proximidade à Corte naturalmente explica. Para os 159 casos em que há referência à datação da redacção da memória, mais de 50% foram redigidas até ao mês de Abril, cerca de 35% na segunda metade do ano e só pouco mais de 10% serão redigidas para além do ano de 1758. Os casos de maior atraso são, aliás, os da cidade de Lisboa, o que tem a ver com as preocupações e trabalhos do Terramoto. Estendem-se pelo ano de 1759 as respostas de muitas paróquias de Lisboa: de Julho a Dezembro – Socorro, S. João da Praça, Stº Estêvão de Alfama, Stª Justa e Stª Rufina, Stª Engrácia, São Vicente de Fora, SSº Sacramento, São Paulo; em 1760, São Mamede e São João da Pedreira e ainda em 1761 São Lourenço. De 1759 são também algumas respostas de várias paróquias de Alenquer, Lourinhã e Vila Franca de Xira. As freguesias do distrito de Setúbal fazem, por outro lado, o pleno das respostas, adentro do ano de 1758. Os atrasos certamente obrigaram as autoridades a enviar nova carta circular para obter as respostas, como a que foi enviada pelo Provisor e Vigário geral de Lisboa de 20 de Julho de 1759 (Alfama, c. de Lisboa).

A tabela infra recolhe os casos para que há datação da escrita da Memória, a que corresponderá, certamente, a data da remessa.

Redacção das *Memórias Paroquiais de 1758*

Território	Ano de 1758				Anos pós 1758	Total
	Março	Abril	Maio	Jun-Dez		
Cidade de Lisboa	3	15	1	1	11	**31**
Distrito de Setúbal	2	11	15	12	-	**40**
Distrito de Lisboa (s/capital)	8	45	20	8	7	**88**
Total	**13**	**71**	**36**	**21**	**18**	**159**
%	8.1	44.6	22.6	13.2	11.3	

No território do Patriarcado, a Secretaria de Estado envia o Aviso ao Cardeal Patriarca. Caberá ao seu provisor e vigário geral D. José Dantas Barbosa, arcebispo de Lacedemónia, "prelado doméstico, assistente ao sólio pontifício" (Fanhões c. de Loures) enviar as ordens e inquéritos aos vigários gerais das varas, que pelos seus juízos eclesiásticos e oficiais os encaminhavam para os roteiros das suas circunscrições. Assinalam-se nas *Memórias* os envios a alguns vigários gerais das varas das diferentes comarcas,

[43] José Viriato Capela – *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005.

arciprestados e arcediagados em que se organiza o patriarcado, a saber, arciprestado da vila de Alenquer, arcediagado da vila de Óbidos, arcediagado da vila de Setúbal, vigararias do distrito de Cascais, Sintra, Torres Vedras, Lavradio. Para o arcediagado de Évora vão registados os territórios das vigararias de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, vila de Torrão.

Não é claro que os inquéritos – ditos interrogatórios, impressos, cédulas de interrogatórios, papel impresso de letra de forma – fossem enviados em toda a extensão a todas as paróquias. Para as da cidade de Lisboa não se justificavam os impressos com os *itens* das *serras* e até dos *rios*. O pároco de S. Nicolau, no coração de Lisboa, refere-se tão só ao corpo de 27 quesitos (que são os que dizem respeito à paróquia). Para as paróquias do termo e território naturalmente seguirá todo o corpo do Inquérito nos seus 60 *itens* ou quesitos.

Nas respostas, em geral, os párocos respondem a todas as perguntas, quando sobre elas há algo a dizer, e respeitam a ordem do questionário. Mas os termos das respostas mesmo as mais fechadas e diretas e passíveis de quantificação, podem envolver os mais diferentes termos de abordagem e apreciação. De qualquer modo, as marcas mais estruturantes à conformação das respostas estão presentes, pelos grandes quadros de referência que são os que mais fortemente condicionam as respostas e por isso conferem grande uniformidade às respostas e produto final do Inquérito.

A ordem e o espaço diocesano introduz a principal homogeneidade das respostas, naturalmente porque induz um quadro de referências culturais, político-eclesiásticas mas também pastorais e político-administrativas que aproxima as diferentes paróquias. Por seu lado, o quadro paroquial-eclesiástico coloca as respostas que dizem respeito à paróquia, igreja, e matérias religiosas e eclesiásticas no centro das informações, onde o benefício articula o pároco aos demais poderes civis e comunitários que variam bastante em relação com a sua natureza, padroado, dignidade e hierarquia do cura e seu múnus paroquial. Para além disso, o fundo de cultura literária e histórica - em especial da história eclesiástica - é muito intensamente mobilizado pelos párocos mais eruditos na escrita destas memórias, que o clima historicista de fundo promovido pela ação da novel Academia Real de História, não deixa de estimular. Estas diferentes circunstâncias posicionam de modo muito variado o pároco face à ordem, hierarquia e sociedade eclesiástica, à ordem pública e régia, à sua comunidade e condicionam de forma diversa os termos como os párocos respondem e se posicionam face a alguns quesitos.

O quadro da comunidade paroquial e ordem eclesiástica está, como dissemos, a ser agora, por 1758, objecto de muitas tensões e concorrência que condicionam e emergem nas respostas e comentários dos párocos memorialistas. De modo geral, os párocos são particularmente críticos face às interferências fortes que então a ordem paroquial e eclesiástica estão a sofrer com as medidas políticas, do Regalismo, agravadas desde D. João V e sobretudo com as primeiras medidas do Pombalismo. A maior ou menor aceitação das práticas e incursões regalistas na vida social e paroquial exprime-se em múltiplas posições e considerações dos párocos sobre diversos temas, em particular sobre as intervenções nas irmandades e confrarias e o ordenamento do *jus paroquial*. A ambiência criada pelo Terramoto de 1755 não deixou também de afetar os termos de algumas questões designadamente sobre aspetos da descrição e apreciação da vida moral e social das comunidades e da religião.[44] Alguns párocos são sensíveis e referem-se à conjuntura económica que por então vivem as suas comunidades; a saber, más colheitas, tempos adversos, as suas debilidades e pobreza estrutural. Alguns diagnosticam-lhe as causas, em geral, físicas e geográficas, mas também político-sociais. Em geral são mais frequentes nas regiões onde os párocos de aldeias primam por maior pobreza e dependência.

[44] João Francisco Marques – «A acção da igreja no Terramoto de 1755: ministério espiritual e pregação» *in Obra Selecta*. Tomo II, Religião, Política e Sociedade. Roma Editora, vol. I, 2013, pp. 229-235.

ITENS DO INQUÉRITO DE 1758
(com grafia actualizada):

O que se procura saber dessa terra é o seguinte
Venha tudo escrito em letra legível, e sem abreviaturas

1. Em que província fica, a que bispado, comarca, termo e freguesia pertence?
2. Se é do rei, ou de donatário e quem o é ao presente?
3. Quantos vizinhos tem (e o número de pessoas)?
4. Se está situada em campina, vale ou monte e que povoações se descobrem daí e qual a distância?
5. Se tem termo seu, que lugares ou aldeias compreende, como se chamam e quantos vizinhos tem?
6. Se a paróquia está fora ou dentro do lugar e quantos lugares ou aldeias tem a freguesia todos pelos seus nomes?
7. Qual é o orago, quantos altares tem e de que santos, quantas naves tem; se tem irmandades, quantas e de que santos?
8. Se o pároco é cura, vigário, reitor, prior ou abade e de que apresentação é e que renda tem?
9. Se tem beneficiados, quantos e que renda tem e quem os apresenta?
10. Se tem conventos e de que religiosos ou religiosas e quem são os seus padroeiros?
11. Se tem hospital, quem o administra e que renda tem?
12. Se tem casa de misericórdia e qual foi a sua origem e que renda tem; e o que houver notável em qualquer destas coisas?
13. Se tem algumas ermidas e de que santos e se estão dentro, ou fora do lugar e a quem pertencem?
14. Se acodem a elas romagem, sempre ou em alguns dias do ano e quais são estes?
15. Quais são os frutos da terra que os moradores recolhem em maior abundância?
16. Se tem juíz ordinário, etc., câmara ou se está sujeita ao governo das justiças de outra terra e qual é esta?
17. Se é couto, cabeça de concelho, honra ou behetria?
18. Se há memória de que florescessem, ou dela saíssem alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas?
19. Se tem feira e em que dias e quantos dura, se é franca ou cativa?
20. Se tem correio e em que dias da semana chega e parte; e se o não tem, de que correio se serve e quanto dista a terra aonde ele chega?
21. Quanto dista da cidade capital do bispado e de Lisboa capital do reino?
22. Se tem alguns privilégios, antiguidades, ou outras coisas dignas de memória?
23. Se há na terra ou perto dela alguma fonte, ou lagoa célebre e se as suas águas têm alguma especial qualidade?
24. Se for porto de mar, descreva-se o sítio que tem por arte ou por natureza, as embarcações que o frequentam e que pode admitir?
25. Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus muros; se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação. Se há nela ou no seu distrito algum castelo ou torre antiga e em que estado se acha ao presente?
26. Se padeceu alguma ruína no Terremoto de 1755 e em quê e se está reparada?
27. E tudo o mais que houver digno de memória, de que não faça menção o presente interrogatório.

O que se procura saber dessa serra é o seguinte

1. Como se chama?
2. Quantas léguas tem de comprimento e de largura; onde principia e onde acaba?
3. Os nomes dos principais braços dela?
4. Que rios nascem dentro do seu sítio e algumas propriedades mais notáveis deles: as partes para onde correm e onde fenecem?
5. Que vilas e lugares estão assim na serra, como ao longo dela?
6. Se há no seu distrito algumas fontes de propriedades raras?
7. Se há na terra minas de metais; ou canteiras de pedras ou de outros materiais de estimação?
8. De que plantas ou ervas medicinais é a serra povoada e se se cultiva em algumas partes e de que géneros de frutos é mais abundante?
9. Se há na serra alguns mosteiros, igrejas de romagem ou imagens milagrosas?
10. A qualidade do seu temperamento?
11. Se há nela criações de gados ou de outros animais ou caça?
12. Se tem alguma lagoa ou fojos notáveis?
13. E tudo o mais houver digno de memória?

O que se procura saber desse rio é o seguinte

1. Como se chama assim o rio, como o sítio onde nasce?
2. Se nasce logo caudaloso e se corre todo o ano?
3. Que outros rios entram nele e em que sítio?
4. Se é navegável e de que embarcações é capaz?
5. Se é de curso arrebatado ou quieto, em toda a sua distância ou em alguma parte dela?
6. Se corre de Norte a Sul, se de Sul a Norte, se de Poente a Nascente, se de Nascente a Poente?
7. Se cria peixes e de que espécie são os que traz em maior abundância?
8. Se há neles pescarias e em que tempo do ano?
9. Se as pescarias são livres ou de algum senhor particular, em todo o rio ou em alguma parte dele?
10. Se se cultivam as suas margens e se tem arvoredo de fruto ou silvestre?
11. Se tem alguma virtude particular as suas águas?
12. Se conserva sempre o mesmo nome ou o começa a ter diferente em algumas partes; e como se chamam estas ou se há memória de que em outro tempo tivesse outro nome?
13. Se morre no mar ou em outro rio e como se chama este e o sítio em que entra nele?
14. Se tem alguma cachoeira, represa, levada ou açudes que lhe embarassem o ser navegável?
15. Se tem pontes de cantaria ou de pau, quantas e em que sítio?
16. Se tem moinhos, lagares de azeite, pizões, noras ou outro algum engenho?
17. Se em algum tempo ou no presente, se tirou ouro das suas areias?
18. Se os povos usam livremente das suas águas para a cultura dos campos ou com alguma pensão?
19. Quantas léguas tem o rio e as povoações por onde passa, desde o seu nascimento até onde acaba?
20. E qualquer outra coisa notável que não vá neste interrogatório.

O Inquérito de 1758 tem porém algumas alterações significativas relativamente aos anteriores, designadamente ao de 1732 constante do *Dicionário Geográfico de 1747-1751* de Luís Cardoso de que pretende ser e está na continuação. São alterações que consideramos significativas e que exprimem a sua mais forte utilização para fins *político-administrativos* pela Coroa, mas sobretudo avanços no que diz respeito aos *parâmetros da descrição* do território que nos interessa aqui sobrelevar, entre os quais os numérico-quantitativos. Deixamos de lado a questão sobre os danos do Terramoto, pergunta que não é nova porque um especial inquérito para tal fim tinha sido gizado em 20 de Janeiro de 1756. A colocação da questão de novo neste Inquérito de 1758 terá a ver certamente com as falhas/faltas da resposta ao Inquérito anterior. O mais significativo tem a ver com a inclusão de dois novos *itens*, um relativo aos *Correios*, sua periodicidade de chegada e partida e se o não tem de que correio se serve, outra relativa à *distância* da paróquia à capital do bispado e à capital do reino. Estas questões estão em relação directa com a publicação recente do *Mapa e do Roteiro* de Baptista de Castro que acabara de publicar os dados essenciais dos correios e das distâncias entre as terras e por eles um novo plano de descrição geográfica do território. De facto, estas duas questões alteram substancialmente o quadro de referenciação topo-geográfico a que tradicionalmente se circunscreve a descrição local e paroquial. Por elas, a paróquia deixa de se fixar adentro de quadros genéricos de referência político-jurisdicional, que são quadros de referência sempre descontínua, quer no quadro concelhio ou comarcão da administração régia, quer no visitacional comarcão diocesano ou dos bispados. Pela nova descrição, para além de se alargar o quadro das referências a outros ordenamentos civis, a paróquia fica agora ligada por correio e por distância, a um quadro de referência que sempre se articula a posições centrais e centralmente ligadas e articuladas a Lisboa, capital do Reino, mas também às cabeças de comarca e de diocese, por dados numéricos e quantitativos de distâncias e tempos de viagem.

A envolvência numérico quantitativa é o outro plano em que a descrição científico-estatística mostra mais claramente o seu plano de evolução. De facto, estas informações quantitativas informam agora outros *itens* do Inquérito. Para além dos tradicionais dados pedidos sobre os fogos e moradores (vizinhos e pessoas), vêm agora associadas novas perguntas relacionadas com a medição de distâncias geográficas, a saber: quanto dista da terra aonde ele (correio) chega (*item* 20); quanto dista da cidade capital do bispado e quanto de Lisboa, capital do Reino. E também nos novos conjuntos de questões (*itens*) sobre a serra e os rios se introduz a informação quantitativa sobre as distâncias e extensão sobre as serras: "quantas legoas tem de comprimento e quantas de largura..." e sobre os rios: "quantas legoas tem o rio...".

Sobre essa enorme base de dados que a resposta ao Inquérito de 1732 produziu trabalharia o P. Luís Cardoso para a redacção e composição do *Dicionário Geográfico* ou *Notícia Histórica (…)*. Como tem sido referido, o facto de iniciar a publicação alfabética das entradas do Dicionário para o conjunto do território nacional significa obviamente que tinha em seu poder todo o levantamento e respostas do país. A organização do *Dicionário* volveu-se certamente em trabalho difícil e demorado. É que ele não se configurará à publicação das Memórias tal como elas foram redigidas o que redundaria e configuraria um Dicionário Paroquial ou de Memórias Paroquiais. Mas procedeu a todo um trabalho de selecção de conteúdos e redacção de textos para compor em toda a sua extensão o *Dicionário Geográfico*, com entradas que configurassem aquele plano, com outras matérias e sistemas mais alargados sobre a descrição das províncias, dioceses, elementos dos sistemas hidrográficos (rios, ribeiros), do sistema orográfico (serras, montes), para além dos conteúdos paroquiais. Esse trabalho estava pronto, conforme seu testemunho para os três primeiros volumes e trabalhava nos seguintes conforme se refere na edição do 1.º volume (1747), mas só viria a publicar os dois primeiros volumes, respeitante às entradas das letras A e B no 1.º volume de 1747 e à letra C do volume II de 1751.

Os dados do Inquérito de 1758 nunca viriam a ser utilizados para a escrita de um Dicionário geográfico ou de uma História geográfica e ou paroquial, com excepção em parte do *Portugal Sacro e Profano* de Paulo Dias de Nisa[45] (pseudónimo de Luís Cardoso) sob uma forma muito abreviada. Os seus informes foram sendo utilizados sectorialmente de modo indirecto para a recolha de dados sobre a população e rendimentos das paróquias ao tempo, por Pinho Leal no *Portugal Antigo e Moderno* (1873--1890); para a localização dos sítios arqueológicos pela Revista o *Arqueólogo Português*;[46] para a fixação da carta dos territórios de riscos sísmicos,[47] designadamente na monumental obra de Francisco Luís Pereira de Sousa – *O Terramoto de Lisboa do 1º de Novembro de 1755 em Portugal. Um estudo demográfico*, Lisboa, 1928 (vol. III. Distrito de Lisboa) que em infatigável trabalho foi buscar aos manuscritos das Memórias Paroquiais de 1758 as descrições e passagens sobre os danos do Terramoto para todo o território nacional.Mais extensamente têm sido usadas nas monografias paroquiais ou concelhias, designadamente desde o surto do movimento cultural do *Regionalismo* da primeira metade do século XX e vêm suportando investigações e estudos académicos da moderna História local e regional portuguesa.

2. PÁROCOS E MEMORIALISTAS. PERFIS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

2.1 – Perfis institucionais

A disponibilidade dos párocos para as respostas ao Inquérito é geral e vai por muitos afirmada ao Ordinário e à Coroa. E corresponde muitas vezes nuns casos ao amor à terra, paróquia e paroquianos, noutros à vontade própria de corresponder ao programa de descrição histórico-geográfico e nele inscrever as suas terras e paróquias, incluindo a melhor explanação das suas competências e adesão à causa e programas da Igreja e da Monarquia.

Os termos das respostas e composição das *Memórias* são muito variados: ora breves e sintéticas, respondendo objectivamente aos interrogatórios; ora mais extensas e documentadas com o contributo dos seus saberes históricos e geográficos que querem manifestar e procuram nas informações orais, nos documentais, na bibliografia. De realçar nuns casos as que compõem largos discursos sobre a História das terras, das suas instituições e figuras ilustres que articulam à História nacional[48]; noutros as que relevam extensas e belas descrições geográficas. E, de um modo geral, pelo grande impacto do Terramoto de 1755 na região, sempre por estas *Memórias* perpassam relatos mais extensos dos estragos nos edifícios religiosos e outros de maior envergadura, em particular para a cidade de Lisboa.

São múltiplas as circunstâncias que estão presentes à redacção e composição destas *Memórias* que envolvem e dão corpo aos quesitos, reportados pelos três conjuntos de temas que conduzem o Inquérito. Para nos aproximarmos a estas circunstâncias queremos reter aqui dois aspectos estruturantes nos termos com que os párocos se articulam à paróquia e dela produzem a final e, às vezes, uma muito original e

---

[45] Paulo Dias de Nisa – *Portugal sacro-profano* (1º e 2.º vols., 1767; 3.º vol., 1768).

[46] *O Arqueólogo Português*, vols. I a VIII (1895-1903).

[47] *Sismicidade de Portugal. Estudo da documentação dos séculos XVII e XVIII*. 2 vols., 1989.

[48] A História política (e também social) na sua mais extensa articulação à História geral – ou a História nacional feita nas terras – vai mais largamente historiada na *Memória* de Alenquer, no que diz respeito à crise política de 1383-85 até ao Portugal Restaurado, pelo papel que a terra, cabeça da Casa das Rainhas, tem na História de Portugal e Casa reinante (Mem. de S. Tiago de Alenquer). Tal como no quadro da História geral da Igreja, a Memória e história da igreja prioral de S$^{to.}$ Antão do Tojal – menina dos olhos do primeiro patriarca – vai profundamente articulada à história do governo eclesiástico diocesano e em particular à acção da patriarcal e seu primeiro patriarca, D. Tomás de Almeida. E deste horizonte vão fixados muitos termos das relações do governo da patriarcal com o poder real e a ordem civil.

pessoal composição memorialística, a saber, os agentes da sua colocação nas terras e termos da vinculação paroquial e beneficial (padroado-padroeiros); os do perfil eclesiástico do pároco, nos títulos da sua nomeação e estatuto. Eles criam um quadro estruturante à composição do corpo do clero paroquial, sobretudo nos do seu ordenamento hierárquico, estatutos que repercutem nas diferentes capacidades e termos da redacção das *Memórias*, incluindo a maior ou menor empatia com o ofício, o benefício, a paróquia e os paroquianos. Mas temos que ter sempre presente que para além destas e outras condicionantes mais gerais, cada memória é sempre um escrito e redacção individual, se bem que se verifiquem casos de largas colagens. É o caso das duas *Memórias* de Palmela em que os textos das duas paróquias da vila se «colam» um ao outro, nos aspectos de descrição comum. Mas cada memória, em última análise, mereceria um estudo e uma abordagem do perfil do autor-redactor.[49]

Os termos da selecção e escolha dos párocos para a paróquia parte dos padroados e padroeiros e são estes quem escolhem e indicam os párocos para as igrejas, adentro do quadro político e institucional do seu padroado e campo de intervenção e enquadramento das paróquias e respectiva colação, nos termos claramente definidos pelas *Constituições Sinodais* do Arcebispado.[50]

Como veremos,[51] quer na cidade de Lisboa, quer pelo território a Norte e Sul do Tejo, pelos distritos de Lisboa e Setúbal, estamos em presença de uma área de padroados da mais alta hierarquia que induzem uma forte articulação política e social do território pelos seus párocos. Em *Lisboa, cidade*, domina largamente o padroado da patriarcal, com mais de 50% das apresentações. Mas é largo o padroado real (da coroa, das casas reais, das ordens militares) que representa cerca de 20%. No seu conjunto, este padroado político detém cerca de 2/3 das igrejas. Os restantes vão aos institutos religiosos e particulares civis. Largo domínio, pois, das autoridades supremas do patriarcado e da coroa, agora poderosamente articulados na condução da sociedade e monarquia. Este é um padroado que constitui o corpo cimeiro do clero paroquial, composto pelos *priores*, o mais fortemente vinculado juridicamente às paróquias e participando directamente dos rendimentos do benefício paroquial. E institui também um mais vasto corpo de párocos «não beneficiados» de curas, vigários e até reitores de estatuto económico e vinculação paroquial e beneficial bem diferenciado, mas sempre menos abonado e instável na sua colação. Mas ele institui aí também um vasto corpo de beneficiados que sustentam nas paróquias e a quem reservam largas fatias do rendimento dos benefícios paroquiais. Pelo território do (actual) *distrito de Lisboa*, ao lado dos padroados de apresentação eclesiástica (com a patriarcal à cabeça), do padroado régio e de altas figuras civis é de realçar o padroado de origem e instituição comunitário-paroquial dos fregueses (representa cerca de 15%). Está aqui ainda bem presente a força e presença da comunidade dos fregueses na eleição e escolha do pároco (cura) que é feita entre os eclesiásticos presentes e que decorre da fundação (inicial) da paróquia pelos moradores. Mas ele constitui o mais pobre segmento do clero paroquial curado, sobrevivendo de ténues "côngruas" ou pensões de sustentação, à margem dos rendimentos dos benefícios. Pelo território do *distrito de Setúbal a Sul do Tejo*, a grande maioria do padroado é da Ordem Militar de Santiago e está na mão do Rei como Grão-Mestre da sua Ordem e Cavalaria ou anda constituído em comendas nobres e fidalgas. Os párocos vão aqui, tal como no padroado de origem e sustentação paroquial, na sua grande maioria constituídos em *curas*, de bem mais ténues rendimentos quando comparados aos priorados lisbonenses e de outras terras.

---

[49] O inventário dos párocos-memorialistas vai no Roteiro, *Párocos redactores das Memórias Paroquiais de 1758 (...)*.

[50] Neste caso, as *Constituições Sinodais* que D. Rodrigo da Cunha mandou imprimir (1640), na sequência do Sínodo diocesano, que para aí transportam o essencial dos decretos tridentinos e que estarão no essencial em uso ao tempo da redacção das Memórias (na reedição de 1737). O tratamento da matéria, vai no Lib. III, tít. VIII (*Do provimento das igrejas e benefícios do nosso Arcebispado*), pág. 265 (red. de 1737).

[51] Capítulo - *Sociedade e instituições paroquiais*.

Naturalmente, o patronato e sobretudo o nível de rendimentos constituídos nos benefícios e cura paroquial condicionam a escolha e a procura das paróquias, enfim, o perfil dos párocos (no seu estatuto económico, social, instrucional-cultural). Alguns exemplos que patenteiam esta realidade. Atente-se nos termos da apresentação dos párocos dos benefícios curados da Casa da Rainha, para o termo da vila de Alenquer, onde a Casa tem largo domínio patronal (e jurisdicional), como se referirá. Desde logo, o caso dos párocos da paróquia de Ventosa, um dos mais pingues benefícios que dá ao seu prior, pelos anos de 1758, um rendimento anuo de mais ou menos 700.000 réis. E sigamos o nome e perfil dos priores que foram sendo apresentados e colados, no relato do prior de 1758 José Rodrigues Pires: «Foi prior nesta igreja o doutor Toríbio Lopes, primeiro bispo de Miranda, eleito e nomeado por el-rei D. João III. Também foi prior o doutor Paulo de Palácios, granatense, doutíssimo expositor de S. Mateus e lente de Véspora de Escritura na Universidade de Coimbra, no tempo do senhor rei D. Sebastião. Mas com vénia de tão grandes párocos, o doutor Francisco Pinheiro de Macedo (…) benfeitor da igreja». Isto é, o rico benefício do priorado da Ventosa vinha assim sendo provido num alto corpo de eclesiásticos, de doutores, e de mais altas figuras com percurso na ordem e hierarquia eclesiástica que o padroeiro vai constituindo. O prior, pode ser, como em Aldeia Galega da Messejana, o «beneficiado» mais velho do corpo dos nomeados para a sua Colegiada. Na paróquia da vila (Nª Sra. da Assunção) é ao prior que cabe a apresentação dos cinco benefícios da igreja. E na Várzea o prior apresenta os oito benefícios. Isto é, vai aqui constituído um vasto corpo de beneficiados (simples e curados) bem articulados à Casa da Rainha, neles assentando as bases da constituição do poder politico e rede social da Casa.[52]

O provimento dos párocos das igrejas da Ordem de Cristo será, essencialmente feito em padres, freires, professos da Ordem e, do mesmo modo, muitos dos seus benefícios, simples ou com encargos de cura. O processo de apresentação e colação dos párocos nestes benefícios curados de Mestrado faz-se por oposição e concurso feito no Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, cuja apresentação o rei confirma por provisão e o prelado, o patriarca, na parte do patriarcado e o arcebispo de Évora no do seu arcebispado, promovem a colação eclesiástica. O mesmo se passa, por regra, com mais inclusão ainda, nos padroados particulares, civis ou eclesiásticos, onde a proximidade à casa do padroeiro é directa e a circulação e condução de rendimentos do benefício revertem de imediato para os membros da casa e família. Como mostra o registo memorialista da igreja de Vila Verde de Francos, do padroado da Casa da Angeja: «O pároco é prior, apresentado pela Casa de Angeja […]. Nela até o ano de 1650 foram priores os filhos segundos da Casa de Angeja, dotados de muita autoridade, letras e virtudes e desde aquele tempo sempre apresentaram esta igreja nos mestres de seus filhos e capelães». É benefício, que com os passais renderá, mais ou menos, por 1758, 500.000 réis (Vila Verde de Francos, c. de Alenquer).

O padroado de apresentação dos fregueses e paroquianos exerce-se, em regra, pelas interpostas pessoas dos eleitos anualmente pelo povo para o governo da igreja, os eleitos, os juízes, escrivães, procurador ou outros oficiais das mesas das confrarias (e/ou fábricas) das igrejas (Amora e Arrentela, c. Seixal, Sadão, c. Alcácer do Sal), que apresentam os curas eleitos ao provimento e colação. Em Espeçandeira (c. Alenquer) «sempre a eleição dos párocos foi privativamente dos paroquianos e oficiais da fábrica da igreja que dão a apresentação *in scriptis* ao clérigo que pelos mais votos dos ditos paroquianos hé por eles eleito para páraco. Os ditos oficiais fazem todos os anos finta pelos fregueses em que cada um é lançado conforme as suas possibilidades em certa quantia para a côngrua». Esta eleição e apresentação – anual e amovível – faz-se por regra todos os anos em dia de Páscoa da Ressurreição (Pero Moniz, c. Cadaval). O estatuto social deste clero eleito vai em conformidade com as pequenas côngruas de sustentação paroquial.

[52] Maria Paula Marçal Lourenço – *A Casa e o Estado do Infantado. 1654-1706*. JNICT – Centro de História da Universidade de Lisboa, 1995.

É, de qualquer modo, este clero paroquial o corpo social particularmente adaptado à realização deste vasto programa de inquérito paroquial que promove a Coroa com o apoio dos bispos e dioceses. É-o, desde logo, por razões burocráticas. Ele compõe a malha administrativa mais obediente e zelosa do serviço público e da igreja a que o seu estatuto, a sua forma de provimento e colação obrigam. Desde muito cedo, bem antes das medidas gerais e mais vinculativas de Trento (1545-1563), os bispos das dioceses de Lisboa, impõem a presença e residência na área dos seus curatos e paróquias.[53] Este patronato e esta vinculação política e eclesiástica do clero lisboeta ao supremo poder régio e da patriarcal, naturalmente impõe e obriga a respostas mais completas e qualificadas. A rede paroquial que cobre todo o território não deixará de corresponder do mesmo modo aos mandatos da ordem régia e da ordem eclesial. E veremos como aqui, por este território lisbonense, os párocos são chamados a desempenhar ao lado das suas tarefas religiosas e pastorais, algumas civis, que lhe dão mais forte presença nas comunidades. E lhes possibilitam responder mais amplamente à variedade de quesitos colocados pelo *Inquérito*. À posição e horizonte burocrático deste corpo social, como pastores e curas de umas comunidades que devem particularmente promover no aspecto religioso, sacramental, espiritual e social, assistência aos moribundos, mortos, pobres e miseráveis,[54] acrescem os recursos dos conhecimentos e da escrita que só eles em mais ampla escala por todo o território podem mobilizar para esta tarefa, a envolver particulares competências que em nenhuma outra parte se encontra em tão desenvolvido plano e extensão.

2.2. Perfis culturais. Corpos de referências bibliográficas

O tratamento estatístico de alguns dados a que submetemos alguma informação qualitativa e quantitativa das respostas aos inquéritos que constituem os Índices e *Roteiros*, mas também a abordagem textual e literária dos textos memorialísticos, revelam o grau e as capacidades de redacção, compreensão e proficiência de resposta – algumas Memórias têm elevado perfil literário – que nos mostra que estamos genericamente em presença de um corpo social com elevado grau de conhecimentos e literacia, nos mais diversos *itens* propostos pelos Inquéritos, naturalmente de modo mais objectivo nos que tocam aspectos da instituição e quadro eclesiástico e pastoral das paróquias. É certamente o que decorre, desde logo, do fundo comum da sua formação escolar e instrucional necessária à habilitação às primeiras Ordens, do presbiterado[55], que todos os párocos agora têm, que obtiveram antes ou depois no Seminário, no noviciado e formação das Ordens e Colégios, desde o primeiro nível de estudos e conhecimentos básicos e elementares da *Leitura*, da *Escrita* e da *Gramática Latina*, no estudo e aprofundamento de certas disciplinas de por si ou em largas combinatórias, a *Gramática*, *Língua Latina*, *Retorica*, o *Grego*, a *Filosofia*, a *Moral*, a *Teologia*, o *Canto Chão,* até a frequência e exame de estudos gerais e cursos universitários, nos colégios e escolas de Ordens de acesso e na Universidade portuguesa e estrangeiras.[56] Alguns memorialistas são párocos de grandes pergaminhos universitários, de carreiras eclesiásticas, académicas, com

[53] Atente-se no caso das *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa* publicadas pelo bispo D. João Esteves de Azambuja, de 13 de Janeiro de 1403 e saídas do Sínodo realizado entre [1393-1402], que obrigam os priores, reitores, vigários perpétuos raçoeiros e outros beneficiados a residência pessoal continuadamente nas suas igrejas e benefícios: *Synodicon hispanum* (Dir. por António Garcia y Garcia). Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1982 (II Portugal), pág. 326-327. Sebastião d'Abreu no *Institutio parochi seu speculum parochorum* (Eborae, 1665) diz que a residência dos párocos deve ser *pessoal*, na *paróquia* e *contínua* (Lib. 3).

[54] Sebastião d'Abreu – *Institutio parochi…o.c (Lib. 6)*.

[55] O aprendizado da Gramática, do Canto, dos Artigos da Fé e Sacramentos, Preceitos da Lei e as Sete Obras da Misericórdia e Sete Pecados Principais Mortais é particularmente exigida nas *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa* de 1403, aqueles que querem aceder a ordens ou benefícios, priores e vigários e outros quaisquer que tiverem cura de almas. *Synodicon Hispanum … o.c.*, pág. 320 – 521. A acção paroquial, o perfil moral, as tarefas essenciais do pároco e ministério de cura vão fixados em Sebastião d'Abreu – *Institutio parochi…o.c.,* Eborae, 1665.

[56] Breve apresentação do tema na perspectiva da redacção das *Memórias Paroquiais* em José V. Capela – *Párocos* (cultura bibliográfica): *Párocos* (escolaridade: perfis de instrução e competência), *Párocos* (títulos e níveis de rendimentos) in *As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758…o.c.*, 2005, pág. 689 e ss.

obra literária e bibliográfica, que naturalmente preenchem os benefícios curados mais ricos e de maior lustre, cuja selectividade e reserva os Ordinários e os padroeiros não deixam de proteger.[57] O modo de provimento por concurso e exame sinodal aplica-se em todos os padroados eclesiásticos. No padroado secular a apresentação era mais livre ao padroeiro. Mas sempre sujeita a sua colação à verificação dos requisitos, designadamente os de instrução que as mesmas *Constituições* fixam.[58]

Por sobre esta instrução e proficiência geral, reunimos das *Memórias,* o corpo de referências bibliográficas a que alguns párocos recorrem e mobilizam para uma composição mais erudita dos seus textos, que são também elas, um quadro de referência bibliográfica e cultural dos termos de redacção de muitas *Memórias*, cujos párocos não as citando expressamente, lhes respiram o ambiente, e constituem uma espécie de quadro de referência comum e padrão. Que remetem, a maior parte deles, directa ou indirectamente, para o campo de referências, os estudos e as publicações que se vêm a elaborar sob a égide da Academia Real da História, a laborar desde 1720, sob o patrocínio de D. João V, como se poderá atentar de seguida.

Quais são, pois, os recursos bibliográficos a que recorrem estes párocos? Quantos e com que extensão os usam? A fixação deste *corpus* de referências torna-se difícil de realizar pelo modo muitas vezes incompleto com que as referências bibliográficas e autorais são feitas, que só uma "exegese" textual mais extensa pode fixar mais rigorosamente. Na fixação dos textos das *Memórias* para esta edição fizemos um esforço de mais completa fixação destes autores e obras pela sua mais extensa e apropriada identificação que vai desenvolvida entre [ ]. Para aí se remete, pois, a melhor e mais extensa identificação destes autores e obras no contexto da sua utilização e referenciação pelos memorialistas.

Neste acervo de referências há dois conjuntos maiores de obras e autores: os que tratam e suportam a *História* e a *Geografia de Portugal* (sacra e profana) e a *História religiosa eclesiástica, a das Ordens e Religiões*, ambos, naturalmente, usados mais na perspectiva de História e Geografia antiga e moderna, nos eventos locais, instituições e figuras articuladas à História geral e nacional do Reino (e até das suas Conquistas).[59]

O primeiro grande corpo sobre a *História e Geografia de Portugal*, vai referenciado às obras de autores maiores da História e historiografia portuguesa, antiga e moderna, dos mais antigos aos mais modernos. Nos cronistas e crónicas antigas a referência a Damião de Góis e a Duarte Galvão; nos clássicos, a André de Resende no *De Antiquitatibus Lusitaniae* (…); a Gaspar Estaço - *Várias Antiguidades de Portugal* (…); F. de Meneses e Vasconcelos – *Historiarum Lusitanorum* (…); na mais moderna, a *Monarquia Lusitana* e a *Crónica de Cister* (…) (nas partes de Bernardo de Brito e António Brandão); a Manuel Faria e Sousa, no *Epitome de las Histórias Portuguesas* (…); a Francisco Manuel de Melo nas *Epanáforas* (…); a D. António Caetano de Sousa n*a História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (…) e nas *Provas*. A este corpo de História Geral (clássico) junta-se a Cronologia e os Fastos que são parte integrante de uma História geral, civil ou eclesiástica, que serve tanto a História geral, como a dos seus agentes e ilustres das terras: João de Barros das *Décadas* (…); Fr. António da Purificação no De *viriis illustribus antiquissimae provinciae Lusitanae* (…); Francisco de Santa Maria, no *Ano histórico, diário português, noticia*

[57] Entre outras figuras, podemos citar da lista dos párocos memorialistas, António Álvares Pereira, escritor, cura dos Mártires; José de Almeida, ilustre em Teologia moral, cura antecessor da igreja patriarcal; Manuel Correia, cura em S. Sebastião da Mouraria "um dos melhores comentadores de Os Lusíadas"; António Cortez Bremeu, prior de Salvador de Monte Agraço, perito na Jurisprudência canónica e civil; António José Buitrago, prior da vila de Castanheira do Ribatejo, fidalgo da Casa Real; Bernardo de Bulhões de Araújo, latinista e orador sacro; Brás José Rebelo Leite, escritor; Carlos José de Melo Pinto da Silva, poeta; Urbano José de Melo Pinto da Silva, escritor pároco de S. Sebastião da Pedreira; Joaquim de Salter de Mendonça, pároco de S. Cristóvão, desembargador, juiz dos casamentos e chanceler do Patriarcado.

[58] *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa…o.c., (1640-1737)*, designadamente em Lib. III, Tit. I. *Das Obrigações dos clérigos …* , Lib. III, Tit. VIII. *Do provimento das igrejas …* E sobretudo no Lib. III. Tit. X – *Do que pertence ao ofício dos priores e párocos das igrejas curadas».*

[59] O conteúdo destas obras e a sua importância para a Historiografia, Cultura e Literatura Portuguesa a seguir em J. Veríssimo Serrão – *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*. Editorial Verbo, vols. II e III (1973-1974).

abreviada de pessoas grandes e causas notáveis de Portugal (…); Inácio Barbosa nos *Fastos políticos e militares da antiga e nova Lusitânia* (…). Esta bibliografia recolhe também os melhores exemplares do alargamento do campo historiográfico à Geografia, a universal e cosmográfica e sobretudo à corografia e topografia, por onde esta historiografia faz importantes progressos e de algum modo se acerca da cultura bibliográfica das Luzes nas obras do século XVIII.[60] Ela vai referenciada ao *Atlas maior* de Joan Blaeu (na *Geografia blaviana*, citada também a partir de Lenglet – *Geographia com perguntas e respuestas* (…) (ou) *Methode pour etudier la geographie*) entre outras para situar Pedro Nunes no cômpito dos «mais excelentes matemáticos que teve o Mundo até ao seu tempo» (Alcácer do Sal), para além das referências genéricas a *Cartas geográficas* (S^ta. Maria da Graça, c. de Setúbal), neste caso para a descrição hidrográfica da região de Setúbal e sua posição nas *Cartas*. E em particular nas mais clássicas e sempre referenciadas obras maiores da cultura histórica e geográfica, local e regional portuguesa: o António Vasconcelos, na *Descrição de Portugal*, o António Carvalho da Costa na *Corografia portuguesa*, o Luís Caetano de Lima, na *Geografia histórica*, o Rodrigo Mendes da Silva, na *Población general de Espanha (e Descrição do Reino de Portugal)*. E os mais citados, coetâneos, João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal* (1745-1758), e Luís Cardoso no *Dicionário geográfico*, com que muitos párocos de 1758 contactaram na redacção das suas memórias que uns e outros usam. Mas, como é sabido, muita geografia, corografia e topografia (ou toponímia e até etimologia das terras) recorre também ao suporte a obras de história civil, administrativa e religiosa, designadamente nas hagiografias e vidas de santos que, como aquelas, se socorrem muito da geografia para a descrição de roteiros e posição geográfica dos grandes e pequenos centros e equipamentos de grande concurso devocional e romeiro.

O segundo grande corpo de textos e autores é o que se suporta da *História religiosa e eclesiástica*, das *ordens* e *religiões*. Este é de longe o campo da literatura mais abundante que naturalmente está em relação directa com a imensidão de institutos e comunidades religiosas com assento na capital e pela sua região envolvente. A mais extensa é a *História e a Crónica das religiões e ordens*, genericamente referenciadas, ou nas diferentes instituições, com certa relação com a sua maior presença. Dos *franciscanos* vêm as mais numerosas citações que correspondem à maior e mais antiga presença de cenóbios e casas da Ordem por toda esta região. Aí vão citadas as Histórias e Crónicas gerais e seráficas da Ordem das diferentes províncias: Fr. Manuel da Esperança e Fr. Fernando da Soledade na *História seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco na província de Portugal* (…), Fr. Manuel de Monforte, na *Crónica da província da Piedade* (…); Frei António da Piedade e Fr. José de Jesus Maria na *Crónica da província de S^ta. M^a da Arrábida* (…); Fr. Gerónimo de Belém na *Crónica da província dos Algarves* (…). Dos religiosos *carmelitas* e sua Ordem terceira, vem às *Memórias* Fr. Manuel de Sá, nas *Memórias históricas da Ordem* (…); Fr. José Pereira Santana na *Crónica dos carmelitas* (…) e Fr. Pedro da Cruz Zuzarte, *o Compêndio da regra dos irmãos da venerável Ordem Terceira de N^a S^a do Carmo* (…). Dos *domínicos,* a *História* e a *Crónica* de S. Domingos, em Fr. Lucas de Santa Catarina e Fr. Luís de Sousa. Dos *agostinhos*, Nicolau de S^ta. Maria, na *Crónica da ordem dos c*ónegos regrantes do patriarca Santo Agostinho. Dos jerónimos, Fr. José de Siguenza – *História de la Orden de San Jerónimo* (…). Da Companhia de Jesus, o padre Franco no *Ano Glorioso*, o padre Simão de Vasconcelos na *Vida do venerável Padre José de Almeida, da C^a. de Jesus* (…). Para os *Eremitas* de S. Paulo vai citado Fr. Henrique de S^to. António, na *Crónica dos eremitas da serra da Ossa* (…). Para Cister, Fr. Bernardo de Brito na *Crónica de Cister* e Fr. Ângelo Manrique nos *Anais cistercienses*; as *Crónicas dos cónegos regulares de Santa Cruz*. E para a Ordem de Santiago, Garcia de Medrano em *La regla y estabelecimento de la cavalleria de Santiago de Espada* (…).

[60] Ana Cristina Araújo – *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e problemas*. Livros Horizonte, 2003.

A *História das Ordens e Religiões* (eclesiástica em geral) corre em paralelo com as grandes referências das hagiologias, vidas de santos e devocionários, ainda que como saibamos, grande parte do suporte ao relato da imaginária, vidas e milagres de santos, relíquias, festividades, venha das obras de apoio à doutrina, à liturgia, a prática religiosa diocesana e paroquial, nos missais, breviários e demais livros litúrgicos, nos sermonários, nos catecismos. O *Agiológio Lusitano* do Jorge Cardoso (ou do seu continuador D. António Caetano de Sousa) é o mais largamente utilizado, numa concorrência com o *Santuário mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria (que é o livro de topo ainda das referências do *Mapa de Portugal (1745-1758)* de J. B. de Castro, por via do qual muitas referências são feitas e constitui o grande repositório para estes memorialistas); de Fr. Luís dos Anjos, *Jardim de Portugal* (…) para a doutrina e vida cristã, em geral; P^e. Manuel Fernandes – *Alma instruída* (…) para o séquito e práticas religiosas e devocionais, nas Ordens terceiras; para os Agostinhos, Fr. José de Santo António, *Íman espiritual* (…); para a Companhia de Jesus o já referido padre António Franco, *Imagem de Virtude* (…). A História eclesiástica, a diocesana e paroquial, na legislação e direito, entre outros, vai referenciado C. Baronio nos *Annales eclesiastici* (…); Stephanus Gratianus nas *Decisiones* (…); Fernando de Mendonça no *Concilio eliberritano* (…); o padre Sebastião de Abreu e o seu muito requisitado – *Institutio parochi seu speculum parochorum* (Eborae, 1665).

Mas os que aqui levam a palma são os dois maiores autores da historiografia clássica e «barroca» lisbonense a que mais largamente recorrem estes memorialistas, o Luís Marinho de Azevedo, *Fundação, antiguidade e grandezas de Lisboa* (1 tomo, 1652) e D. Rodrigo da Cunha (que foi arcebispo de Lisboa (1635-1642) na *História eclesiástica da igreja de Lisboa,* (ed.1642) (entre outras obras); obras arcaicas do século XVII que têm ainda muita presença na escrita e históricos destes memorialistas. E para além deles, outros que sobre matérias diversas evocam a sua autoridade.[61]

Para além destes dois quadros e obras maiores de referência como auxiliares da História e Geografia de Portugal e História religiosa e eclesiástica, as restantes citações são residuais: para o ordenamento político, evocam-se naturalmente as *Constituições Sinodais*, as *Ordenações do Reino* (…) e Jorge Cabedo de Vasconcelos, nas *Alegações de Direito* (…). Auxiliar essencial para a identificação dos ilustres nas Letras (sua bibliografia) e outros termos da terra (designadamente na História e Etimologia), recorre-se a Diogo Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana* (…) e a R. Bluteau no *Vocabulário Português e Latino* (…). Ao campo das Ciências podem ser agregadas duas obras muito referenciadas: Francisco da Fonseca Henriques (Francisco de Mirandela) no *Aquilégio Medicinal* (…) e João Lopes Correia no *Castelo forte contra todas as enfermidades*. E bem assim Zacuto Lusitano no *Clima de Portugal* (…).

E, finalmente, também o suporte de autores literários e poetas portugueses: o Fernão Mendes Pinto, a propósito do relato de acção militar contra o rei de Catão: «dê-se-lhe o crédito que merece o Autor», não deixa de anotar o memorialista de S^ta. Maria da Graça, (c. Setúbal) na convocação da legenda que corre do autor da *Peregrinação*. E Camões aí também chamado o "Príncipe de Poetas", sobre quem discute a sua naturalidade o memorialista de Alenquer que quer trazer para a sua terra: quer pelo «Amor que o Poeta mostrou ter a Alenquer e a seus naturais como se prova de diversos lugares de suas obras, como pela tradição que há de ter sido de um grande poeta o casal de Camões, deste termo». E retém a passagem de Camões que canta as penhas e cascatas de Alenquer: «Alenquer por onde soa o tom das frescas águas entre as pedras, que murmurando lavam» (Várzea, Alenquer). E parece-nos haver aí num ou outro texto, o fundo de relatos de lendas e histórias antigas (nos milagres, descrições de assaltos e resga-

[61] J. Veríssimo Serrão – *A historiografia portuguesa…o.c.* (1973-1974). Fernando Castelo-Branco – *Breve história da olisipografia*. Biblioteca Breve, Vol. X, 47, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

tes mouriscos) que nos evocam passagens de *romances* antigos ou textos de *romanceiro,* como é o caso do relato do milagre da Virgem da Graça e S^ta. Susana no resgate ao Conde Alberto, trazido de terras de África à sua terra e seio da sua família, ao tempo do rei D. Dinis que o pároco ainda retém nos testemunhos arqueológicos do evento, no ex-voto à Senhora do milagre, na pedra mó a que se encontrava preso o cativo e se encontra na capela de N^a S^a da Guia e na acção de graças da reprentação votiva do milagre, que se encontrava na sacristia da referida capela (Palmela, S. Pedro).

O *corpus* de autores e obras citadas compõe, nos seus textos principais, aquele conjunto de obras mais comuns à cultura eclesiástico-paroquial mais geral, do tempo, (até 1758) designadamente daqueles títulos que podem e são mobilizados para esta *descrição histórico-geográfica ou corográfica* das terras, paróquias, comarcas e dioceses. Mas a questão mais substancial é a de saber se estas referências dos párocos são o resultado da compulsão dos próprios autores ou livros ou colhida naquela bibliografia maior, mais vulgarizada e acessível. Que, neste caso, se pode colher nas obras mais comuns citadas a partir de Marinho de Azevedo, de D. Rodrigo da Cunha, do P. Carvalho da Costa e que aqui podemos estender a outros autores, designadamente aos modernos e coevos, como é o caso de J. B. de Castro, de Luís Cardoso e de outros com quem os memorialistas conviveram e nas mesmas referências bibliográficas buscaram informes para a resposta aos Inquéritos destas *Memórias Paroquiais* e que aí vão citados e que constituem o fundo da bibliografia e lugares comuns sobre Lisboa, a cidade, a diocese.

Parece-nos no final, relativamente breve, ainda que paradigmática, esta bibliografia referenciada pelos párocos. Num universo de quasi duas centenas de paróquias, só cerca de duas dezenas de *Memórias* é que citam estes suportes, a maior parte com uma, duas ou três referenciações, que com excepção das vilas de Setúbal e Alcácer do Sal, são provenientes do território de Lisboa e Norte do Tejo. Alenquer concentra o maior número, onde os párocos certamente querendo concorrer na erudição, enriquecem as suas *Memórias* com o concurso a estes autores. Em Setúbal, o prior de S^ta. Maria da Graça, Jerónimo Afonso Botelho, recorre a mais de uma dezena de referências, os títulos essenciais desta bibliografia (Jorge Cardoso, Fr. Luís de Sousa, as «*Crónicas das Religiões*», Francisco Manuel de Melo, o *Aquilégio*, Bluteau, Zacuto Lusitano e as «Cartas Geográficas»). Em Alcácer do Sal, o prior de S. Tiago, Luís Perdigão de Freitas, alargou o quadro, em que as obras geográfico-históricas são dominantes. No outro extremo, com mais de duas dezenas de títulos, o prior de S. Tiago de Alenquer, Paulo Carneiro da Veiga, compõe o quadro mais extenso de referências onde vai representado o elenco mais desenvolvido das obras que o conjunto dos memorialistas do território usa (*vide*, Memória respectiva), em múltiplas reincidências, do Marinho Azevedo, do *Santuário mariano, da Monarquia lusitana*, da *História genealógica*.[62] E em Lisboa a acessibilidade a esta bibliografia é bem maior do que no restante território onde há bibliotecas com extensíssimos recheios bibliográficos, alguns de acesso público, ainda que o Terramoto, como refere J. B. de Castro, tenha destruído muitas bibliotecas e arquivos.[63]

[62] Retemos aqui os nomes de outros párocos com mais referências, como hipótese de trabalho para uma mais larga pesquisa sobre o seu perfil e definição dos termos e bases da sua cultura bibliográfica: Luís Caetano Brandão, prior de N^a S^a da Assunção de Alenquer (Triana); Pedro da Silveira, prior de S. Pedro de Alenquer; Manuel Marçal da Silveira, reitor de Cascais; Félix Dantas Barbosa, prior de S^to. Antão do Tojal (c. Loures)

[63] De entre as grandes perdas de bibliotecas refere J. B. de Castro as conventuais, a grande e pequena casa da Livraria do convento de S. Domingos, na paróquia de St^a Justa com c. de 15.288 volumes de livros e incunábulos; a do convento de S. Domingos da cidade, com 9.000 volumes; a biblioteca mariana do Espírito Santo dos Padres da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri; as livrarias e cartórios do convento de S^to. Elói, dos cónegos seculares de S. João Evangelista, a «excelente» biblioteca do convento de N^a S^a da Graça, dos eremitas de S^to. Agostinho, a da SS^ma. Trindade (pela raridade dos seus exemplares, estava avaliada em 200.000 cruzados). Mas a mais notável perda foi a do Palácio dos Condes da Ericeira – agora dos Marqueses de Louriçal, junto à N^a S^a da Anunciada – que continha 18.000 volumes impressos, 1000 colecções de papéis vários (J. B. de Castro – *Mapa de Portugal…o.c.* (1745-1758). E também a biblioteca do Palácio real na construção da qual o rei D. João V trabalhara com afinco: Luís Ferrand de Almeida - «D. João V e a Biblioteca Real» in *Páginas Dispersas*, Coimbra, 1995, pp. 209-228.

2.3 – Suporte documental à redacção das *Memórias Paroquiais*

Tanto ou mais que referências bibliográficas de suporte aos textos, com grande frequência os párocos memorialistas fazem referência à documentação de provas às matérias, incluindo o local onde se encontram e estão depositadas. Este concurso e aparato documental dá um tom mais moderno a muitas das *Memórias* que o fundo da bibliografia mais comum nem sempre permitia. Neste campo, muitos memorialistas recorrem à prova documental, invocando mesmo os argumentos e ditames da «nova» História como o exige e promove a «moderna historiografia» e a Academia Real de História (1720). A prova e referência documental é aqui nalguns textos extensíssima, que serve em muitos casos para filtrar ou contestar a memória imperfeita ou desajustada ou o relato fabuloso, fantástico ou miraculoso de muita bibliografia acima elencada. A marca da moderna historiografia e condições críticas da sua escrita pode ser seguida nos modelos dos novos historiadores (e geógrafos) como é o caso do P^e^ João Baptista de Castro que, para a escrita das suas *Notícias paroquiais* de Lisboa do *Mapa de Portugal* (1ª edição, 1745-1758), recorre à informação documental e contributos informativos dos párocos a quem pede testemunhos e respostas modernas e documentadas.[64]

Sublinhem-se dois importantes e significativos testemunhos dos horizontes críticos de alguns memorialistas. O da narrativa de Fernão Mendes Pinto, em que o pároco memorialista não deixa de prevenir o leitor para o conceito do «historiador». Ou o relato do milagre do aparecimento da grandiosa imagem de N^a^ S^a^ da Conceição de Alcochete, captada pelas redes dos homens do mar, memória que se vai mantendo constante e linear, de pais para filhos (numa distância temporal de c. de 115-120 anos) e que ainda se relata nas procissões, mas para cujo relato e milagre o pároco diz que se lhe deve dar o valor que tem, porque de tal não há registo nos livros e arquivos da paróquia! E outras passagens vão no mesmo sentido no que diz respeito à necessidade do suporte e reforço da prova, onde o relato por tradição e memória se quer ver suportado em documento ou relato de crédito. Como se lhe refere o memorialista de Sines sobre a História da vinda do corpo de S^ta.^ Catarina a Sines: «Não é só tradição ou conjectura, mas assim o escreveram vários autores de *boa nota* e dele fazem menção alguns *martirológios bem recebidos pela igreja*» (sublinhados nossos) (Sines, c. Sines).

Como é compreensível, as primeiras provas documentais vão os párocos buscá-las aos arquivos locais, das igrejas, das capelas e confrarias; e também aos de outras instituições sediadas no aro paroquial (conventos, misericórdias, capelas e câmaras municipais …). O arquivo paroquial é uma instituição que, pelo menos desde Trento, deve estar no centro da instituição paroquial, como fixam as *Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa* (1640-1737). Elas são muito extensas no que diz respeito a esta matéria, de assentos, registos e arquivos: sobre o registo da população, sobre a administração de bens e rendimentos, sobre os actos e provimentos visitacionais, sobre títulos e tombos de bens móveis e de raiz e livros a instituir, sobre acesso aos arquivos.[65] Aos cartórios das igrejas recorrem párocos, não só para responder ao Inquérito (designadamente para os dados da população e outros) mas também em busca de documentos de defesa da jurisdição, bens e propriedades, privilégios, (em situações litigiosas ou outras).[66] Para algumas igrejas mais importantes, designadamente as Colegiadas, vão referidas até aqueles

[64] Apesar deste horizonte e metodologia crítica de escrita das *Notícias*, o pároco da igreja de S. Cristóvão, o doutor Joaquim Salter de Mendonça, prior de S. Cristóvão «ministro muito distinto da Curia Patriarcal», recusa-se a responder ao Inquérito que lhe é remetido porque, como refere, em registo insuspeito de J. B. Castro «semelhantes obras eram inúteis pois nelas se cometiam muitos erros, por não serem escritas com documentos originais». Não era, de facto, esse o horizonte de J. Baptista de Castro (*Mapa de Portugal*…o.c. (1745-1758).

[65] *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa…o.c.,* (1640 – 1737).

[66] Mas também se dava o caso de não existir cartório, nem livro algum de uso na igreja, nem de baptizados, nem de recebimentos, como refere o pároco de Granja de Alpriate (c. Vila Franca de Xira); por isso, refere não poder responder aos *itens* do Inquérito, «satisfazendo pelo modo possível com as poucas notícias que há nesta paróquia».

espécimes bibliográficos que as *Constituições Sinodais* recomendavam para o ensino da Doutrina Cristã, as pregações e as práticas espirituais, como as próprias do arcebispado de Lisboa determinavam.[67] Nas paróquias da cidade há referências à existência nos seus cartórios de documentos bem antigos, fundacionais mesmo[68] que muitos autores fazem questão de historiar para elevar na sua antiguidade e primazia. Aquando do Terramoto, como refere J. B. de Castro, particular zelo colocavam os párocos no salvamento dos seus arquivos, ao lado dos espécimes sagrados, relíquias e imagens de particular devoção e valor.

A documentação e arquivos e as epígrafes relativas às misericórdias vão referenciadas para responder às datas das suas instituições, compromissos e privilégios (Alverca, c. Vª Franca de Xira, Coina, c. Barreiro, S. Tiago do Cacém, Sines). Crítico é o memorialista de S. João Baptista de Alcochete pela falta de zelo dos responsáveis da Misericórdia de Alcochete na conservação do arquivo, que se perdera e com ele privilégios e rendas «sem que o zelo dos que então governavam os obrigasse a ter papéis de tanta importância (…), testemunhos autênticos de tantas isenções e regalias e crédito daquela Santa Casa». No que diz respeito às instituições congéneres, distinguem-se, na dimensão de arquivos ou escrituração, as irmandades das confrarias, designadamente as «que tem livro de receita e despesa» das de devoção, isto é, no limite, as irmandades que têm arquivo mais extenso (com compromissos e registos vários, designadamente de irmãos) das confrarias, meramente devocionais.

Referências vêm a estas memórias também da documentação municipal e camarária. À cabeça os forais e outros livros e registos de privilégios, constitutivos e definidores do perfil e comunidade concelhia. Vão nalguns casos, quasi totalmente transcritos os *itens* das cartas de forais novos e o conteúdo de privilégios, para alguns dos quais já não há registo, e certamente fica para memória, como é o caso de Palmela e Alcochete (*Vide Roteiro – Antigos concelhos do território dos distritos de Lisboa e Setúbal*). Os livros e as séries mais importantes dos arquivos camarários vão muitas vezes referidos (Tombos, forais, registos de privilégios, livros de outras instituições designadamente de hospitais, capelas e confrarias de administração e padroado municipal). Para Palmela o memorialista de S. Pedro refere os esbulhos do arquivo, feitos designadamente pelo escrivão da câmara, que enlouquecera (S. Pedro, c. Palmela); o pouco zelo na guarda do arquivo da câmara em Alenquer que levou a que se perdessem muitos documentos (privilégios) e poucos restam (S. Tiago de Alenquer). A importância do arquivo para a defesa dos direitos e jurisdições, corre aqui, em muitas partes, a referências, também em paralelo, da memória histórica da instituição e comunidades.

São também referenciados documentos, séries e fundos da Igreja e da Coroa na Torre do Tombo. Da Coroa, nas Chancelarias, nos Registos das Mercês, no Desembargo do Paço e outros Tribunais e da Fazenda; da Igreja, da Basílica de Stª. Maria Maior e seu Cabido, da Patriarcal. E também da Casa de Bragança e outras instituições.[69] A identificação de fundos especiais vai por vezes feita. É o caso do testemunho

[67] As *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa…o.c.* (1640-1737), recomendam o uso do Catecismo Bracarense de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires no oficio de ensino das matérias espirituais e catequéticas (Lib. III. Tit. X, Dec. II. Da obrigação dos párocos quanto ao Ensino da Doutrina Cristã, pregações e práticas espirituais que devem fazer a seus fregueses» (o.c. pág. 283). No Arquivo da paróquia da Colegiada de Stº. Antão do Tojal (c. Loures), entre outras espécimes conservava-se «um livro coral impresso de letra gótica e com solfas (…) com a reza de Stº. Antão patrono, o Censual da Mitra e Constituições do tempo do Cardeal Infante D. Afonso e D. Fernando de Vasconcelos (Stº. Antão do Tojal, c. Loures).

[68] Na paróquia da igreja da Madalena refere o pároco um aniversário pela alma de D. Fuas, primeiro prior da igreja que faleceu dezasseis anos depois que «o Santo rei D. Afonso Henriques» conquistou Lisboa, em Livro de Aniversários, de pergaminho, que se achava no Cartório da igreja, escrito em letra gótica (Madalena, Lisboa).

[69] Estes arquivos, os da Casa de Bragança e o da Coroa tiveram então sortes distintas. Ambos acabados de arrumar pela acção e zelo do Guarda-mor de então, Manuel da Maia. O cartório da Casa de Bragança no Palácio do Duque viu-se reduzido a cinzas. O da Coroa, arruinado o edifício do Castelo onde se encontrava, passou para uma barraca de madeira construída com os destroços do edifício e daí por ordem régia de 26 e 27 de Agosto do ano de 1757, foi instalado pelo zelo de Manuel da Maia em «dois quartos das casas chamadas dos Bispos, contíguas ao convento de S. Bento da Saúde» (J. B. Castro – *Mapa de Portugal…o.c. (1745-1758)*. (Memórias de Stª. Cruz do Castelo e Nª Sª dos Mártires).

do memorialista de S. Tiago de Almada que refere que registos e testemunhos de homens ilustres que nasceram na terra, não os há aí e é necessário procurá-los nos Arquivos Nacionais. Porque, refere, «como as suas obras não foram na Pátria, onde os Portugueses não foram comumente singulares e só nas estranhas, como a experiência pública e os filhos da terra não têm certeza do que se obra em território alheio (…)», torna-se por isso necessário procurar «no Livro das Esferas (Aula das), nas Relações (Tribunais) nas Vedorias Militares, nas Secretarias das Mercês, aonde o prémio que se escreve à vista dos contendores fica sem lisonja, demonstrativo dos merecimentos que a justiça determina» (S. Tiago de Almada).

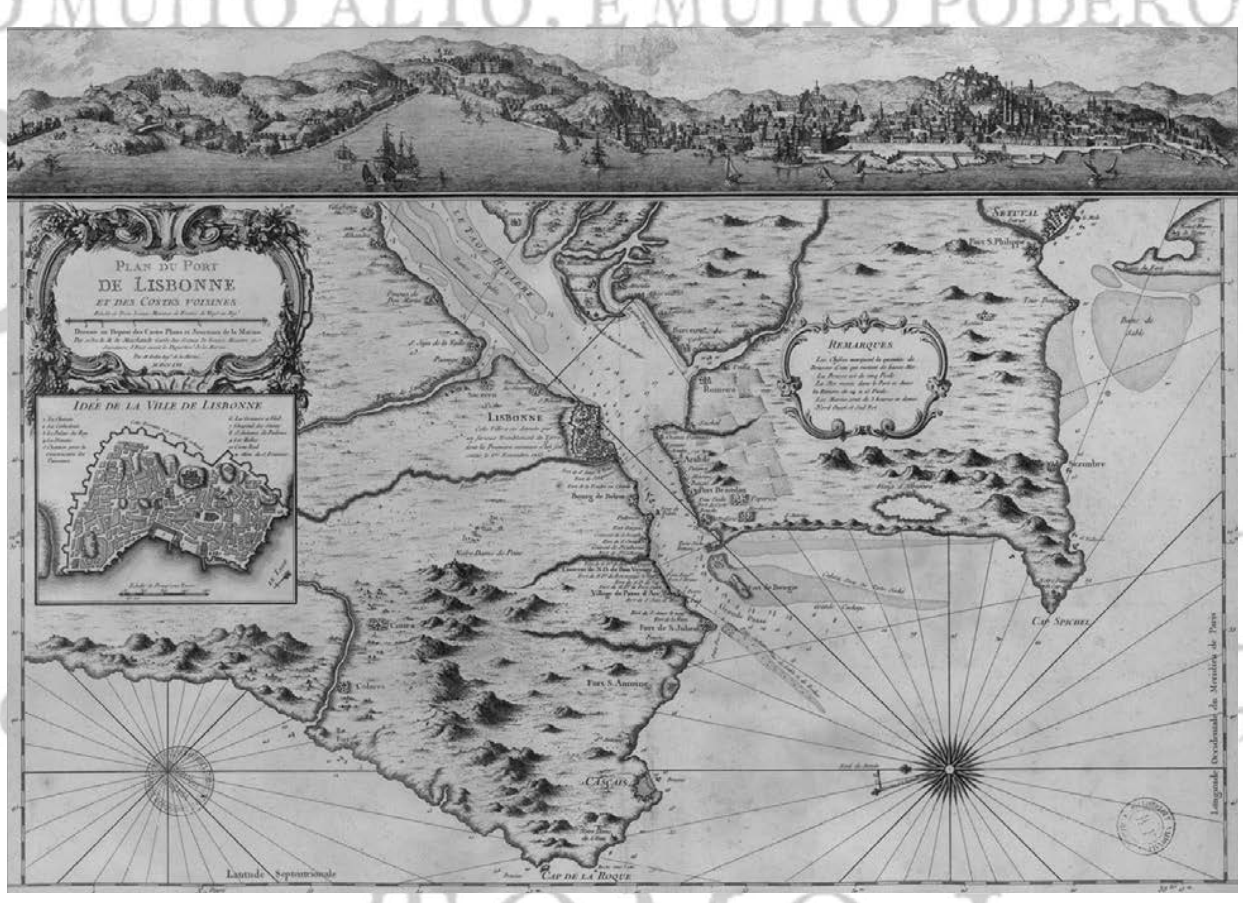
Mas a documentação estende-se também a restos e marcas arqueológicas e sobretudo epigráficas que são testemunho do início da curiosidade por estas matérias, arqueológicas e patrimoniais. Estes a ajudar a datar a maior antiguidade nas igrejas de Lisboa. Designadamente: na Madalena, com «antiguidades e inscrições romanas nos alicerces … testemunho de templo dedicado a Cibeles; na igreja dos Mártires, inscrição na pia baptismal, testemunho de maior antiguidade, «pia em que se baptizou o primeiro cristão da cidade, quando no ano de 1147 se tomou aos Mouros» (Mártires); em S. Lourenço e S. Martinho inscrições em sepulturas em pedra que dão notícia do fundador e prior primitivo das igrejas (S. Lourenço, S. Martinho, Lisboa); no Lumiar, epígrafe jacente de três cavaleiros; enfim, em S. Sebastião da Pedreira, padrão com letreiro «com a data de 1323» sinalizando a pacificação feita por D. Isabel entre D. Dinis e seu filho D. Afonso (S. Sebastião da Pedreira). Pelo território são pouco referidos testemunhos destas epígrafes e arqueologia antiga e cristã.[70] De registar a referência ao cruzeiro de pedra, ainda existente no sítio da Feitoria (Talha, c. Barreiro), que tomou o nome «porque foi o primeiro sítio em que neste Reino se fabricaram naus que para se não perder a sua antiguidade e memória se mandara erigir o cruzeiro e padrão». E o padrão aí foi feito para memória das gerações futuras.


PRIMEIRA PARTE
Bibliotheca DA Colbertina
I
FVNDAC,AO,
ANTIGVIDADES,
E GRANDEZAS
DA MVI INSIGNE CIDADE
DE LISBOA,
E SEVS VAROENS ILLVSTRES EM
Sanctidade, Armas, & Letras.
CATALOGO
DE SEVS PRELADOS, E MAIS COVSAS
Ecclesiasticas, & Politicas ate o Anno 1147. em que foi
ganhada aos Mouros por ElRey D. Afonso Henriquez.
DEDICADA
AO ILLVSTRE, E INCLITO SENADO DELLA.
ESCRITA
PELO CAPITÃO LVIS MARINHO DE AZEVEDO,
natural da mesma Cidade.
EM LISBOA.
NA OFFICINA CRAESBECKIANA.
M. DC. LII.
BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA
COSTA LOBO

[70] Algumas referências: inscrição romana em altar em S^to. Isidoro (c. Mafra); sepultura com letras antigas (ilegíveis) e restos de templo romano (Runa, Torres Vedras).

GEOGRAFIA E ECONOMIA DO TERRITÓRIO.

CORSO E PIRATARIA



◀ Plan du Port de Lisbonne et des Costes voisines : Dressée au Depost des Cartes Plans et Journaux de la Marine Par ordre de M. de Machault Garde des Sceaux de France Ministre et Secretaire d'Etat aiant le Departem[en]t de la Marine/Par M. Bellin Ing[enieu]r de la Marine (1756). In http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b59668851.

3. GEOGRAFIA E ARTICULAÇÕES MARÍTIMAS E TERRESTRES

3.1 – Geografia física e horizontes geográficos

No quadro geral da Península Ibérica o território geográfico de Lisboa e Setúbal integra as duas depressões laterais ou bacias do Tejo e Sado, com comunicações com o mar, de algum modo condicionadas pelos relevos da orla marítima, da Península de Lisboa e da Península de Setúbal.[1] Pelas suas características naturais este vasto território integra as duas regiões que vêm sendo identificadas como a região natural *Lusitano – Atlântica*, a Norte do Tejo e a região das Bacias do *Tejo e do Sado*, a Sul, ou a grande região natural, *Atlântico – Portuguesa*.[2] Elas ajustam-se às formações geotectónicas bem diferenciadas: jurássico e cretáceo na sua maior parte, onde se inscreve o território litorâneo a Norte de Lisboa, por onde se desenvolve a serra de Sintra e Montejunto e para o interior a de Candeeiros e serra de Aires; as bacias do Tejo e Sado e vastos territórios envolventes, de formação dominante do Terciário, onde se desenvolve a serra da Arrábida – ante Setúbal e face ao mar – e a serra de Grândola, no limite desta região natural alargada. Esta é região de forte intensidade sísmica.[3] Do ponto de vista climático, a região insere-se na *Zona Litoral do Centro*, marcada pela forte influência atlântica que funciona como o grande regularizador da sua temperatura, mas à medida que se caminha para o Sul e interior alentejano, acentuam-se as influências continentais e mediterrânicas, nas temperaturas, chuvas e humidade, bem como na aridez dos solos.[4] As espécies vegetais dominantes adaptam-se naturalmente à diversidade do território, onde o Tejo funciona como limite, do pinheiro bravo a Norte, do pinheiro manso, a oliveira, o sobreiro a Sul. No que diz respeito aos cereais, estamos em território, como veremos, onde o trigo é largamente dominante (com centeios e cevadas); o milho, em particular o milho grosso, que tem o seu «habitat», por excelência, no Atlântico norte, é cultura aqui mais limitada. A vinha e os vinhos maduros e generosos têm por estes territórios as suas áreas de eleição, com larga tradição histórica de comercialização.[5]

As *Memórias Paroquiais de 1758* são aqui particularmente ricas de informações sobre as características físicas, oro-hidrográficas, climáticas, solos e coberturas vegetais, enfim, geográficas, sobre os diferentes territórios e paisagens desta vasta região, a exprimir a extraordinária variedade das suas composições. Por elas vamos tão só rastrear alguns dos seus aspectos mais relevantes.

A enquadrar pelo Norte e Nascente este território, coloca-se a *Serra de Montejunto*, a desenvolver-se pelos territórios dos concelhos de Cadaval e Alenquer. Dela discorrem duas correntes de água opostas, os ribeiros que se dirigem à Lagoa de Óbidos, «mística» com o mar Oceano; as nascentes do rio Alenquer,

---

[1] Amorim Girão – *Geografia de Portugal.* Portucalense Editora. Porto, 1943, pág. 21.
[2] Amorim Girão – *Geografia de Portugal... o.c.,* pág. 30.
[3] Amorim Girão – *Geografia de Portugal... o.c.,* págs. 46-61.
[4] Amorim Girão – *Geografia de Portugal... o.c.*, pág. 165 e ss.
[5] Designadamente nas regiões depois demarcadas de Colares, Bucelas, Carcavelos e Setúbal: Amorim Girão – *Geografia de Portugal… o.c.*, pág. 328.

que passando por esta vila, se lança no «mar» do Tejo. Serra «das mais eminentes que tem Portugal, áspera na serventia por ser muito coberta de pedra solta» «de altos e fragosos rochedos» (Ventosa, c. Alenquer; Cercal, c. Cadaval). Rios e ribeiros apresentam-se em geral, na sua parte inicial, tal como se refere para o Pero Moniz, «de curso rápido, especialmente no Inverno em que em todas as partes se faz formidável com suas enchentes furiosas, por descer na serra em distância de meia légua de altura» (Pero Moniz, c. Cadaval). Tal regime não é favorável ao labor anual dos moinhos e azenhas que existem em grande quantidade, que por estas secções de rios e ribeiros só trabalham no Inverno. Do ponto mais alto podem avistar-se, em dias claros, as torres de S. Vicente de Lisboa que distam 11 léguas. No Inverno, nos dias mais frios, faz-se neve e gelo, que um estrangeiro, em Atouguia das Cabras, junta, recolhe e conserva em um grande poço, e no Verão fornece Lisboa (Atouguia das Cabras, c. de Alenquer). Também se refere à «fábrica de neve e gelo» a pouca distância do convento de Nª Srª das Neves, na freguesia de Vilar, que abastece a Corte (Vilar, c. Cadaval; S. Tiago de Alenquer, c. Alenquer).

A *serra de Sintra* é das mais singulares, sempre destacada na generalidade das *Memórias* e em especial pelo memorialista de Sintra: «É a serra da Sintra tão particular que corre ser das mais raras que há no Mundo» (S. Pedro de Penaferrim, c. Sintra). Corpo estreito e adossado nas suas três léguas de comprido e légua e meia de largo, a desenvolver-se entre a proximidade da vila de Sintra até ao mar no Cabo da Roca. Particular imponência e referência tem quando vista do mar: «os mareantes lhe chamam o Cabo da Roca e os antigos promontório ou monte da Lua (…) servindo de guia aos que navegam o mar Oceano» (Stª. Mª de Sintra). Os movimentos tectónico-marítimos no encontro com a formação terrestre, constituíram aí uma costa áspera, íngreme e pedregosa: «com as grandes tempestades foram levando a terra com as chuvas para o mar, ficaram os ossos escamados que são os penedos e por isso inculta em a maior parte pelos seus circuitos» (Nª Srª da Conceição de Cascais). O porto natural de Cascais é, pela mesma natureza, «fraco de muito penhasco e áspero», incapaz da frequência de embarcações. Mal se conservam embarcações no porto de mar de Cascais, cujo mar «é áspero, principalmente havendo qualquer vento mais forte» (Ressurreição, c. Cascais). Costa brava, de idêntica geotecnia, é também a que se desenvolve pelas frentes marítimas dos concelhos de Mafra e Torres Vedras. Em Rendide, foz do rio Sisandro, «por ser costa brava não entram barcos de Inverno. E só de Verão, com o tempo sereno, entram alguns barcos de pescadores» (c. T. Vedras).[6] A Serra compõe-se de «calhaos de imensa grandeza, pois alguns têm 20 pés de diâmetro e outros tem menos, amontoados uns sobre os outros, sem ligadura, sustentados só no equilíbrio, principalmente os que estão na maior eminência da serra» (Penaferrim c. Sintra). Nesta fortaleza de rochas, construíram os mouros a antiga fortificação a que chamam, vulgarmente «Castelo da serra de Sintra», refere o memorialista de Penaferrim. Do alto da serra, da Peninha ou Cascais – Sintra, avista-se Lisboa «toda lavada do sol assim que nasce. Para Poente, avista-se o mar Oceano por espaço de mais de 12 léguas e o cabo da Roca. Para Sul, alcança a vista o cabo Espichel, Sesimbra, a serra da Arrábida, a 5 léguas de distância. Para Oriente, avista-se Estoril, S. Julião da Barra e Cabeça Seca, a 2 léguas de distância (Nª Sª da Assunção de Cascais). O temperamento da serra é dito, em geral, «frio e húmido»: «A natureza da terra é húmida, nascida de muita quantidade de água que há». Serra muito fria, «por ser desabrida», mas no Verão «muito fresca e não se conhece calma demasiada» (S. Martinho de Sintra, c. Sintra). A humidade e o calor criam as condições à exuberância dos arvoredos silvestres, que convidam a passeios deleitosos, em particular aos moradores da vila de Sintra (Stª. Mª de Sintra, c. Sintra). Não há praticamente erva medicinal que aí se não encontre. O herbolário Domingos Martins, deu ao pároco memorialista de Penaferrim,

6 «O assento da costa e as ilhotas que a acompanham reflectem antes de tudo as condições da estrutura do solo e as grandes linhas de relevo continental (…). O Cabo da Roca e Espichel constituídos por arestas de rocha mais dura – pontais – correspondentes na maioria dos casos a linhas de relevo que contactam com o mar» (Amorim Girão – *Geografia de Portugal … o.c.*, pág. 110 e ss).

a mais extensa lista de ervas que conhecemos destas *Memórias*, para que identifica cerca de 181 espécies[7] (S. Pedro de Penaferrim c. Sintra). Tem bons veios de «abundante pedra de cantaria» que proporcionam os maiores lucros aos moradores de Rana e a outros moradores deste território da serra de Sintra, que fornecem as obras da Corte e região (Rana, c. Cascais). Pelo termo de Alenquer, da serra de *Bairros*, com canteiras de pedras que os «oficiais de Atouguia das Cabras fabricam e levam a várias partes», e na serra das Curvaceiras, onde tudo é pedra, que serve para os fornos de cal (Cadafais, c. Alenquer).

Ao Sul do Tejo, na Península de Setúbal, corre a *serra da Arrábida*, de légua e meia de comprimento, de largo em partes uma légua, noutras menos de meia légua. Principia junto ao mar Oceano e acaba na praia, junto à freguesia de Nª Sª da Ajuda, um quarto de légua de Setúbal; «pela parte do mar começa na Torre de Outão e chega até à vila de Sesimbra» (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal). Serra de difícil acesso e movimentação costeira: «Sempre formidável serrania, de sorte que por si se defende que por aquele sítio possam as embarcações lançar gente em terra» (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal). Serra que levou o nome de *promontório barbárico* «porque (aí) se refugiaram os mouros quando foram expulsos de Lisboa e Almada», refere o memorialista de Azeitão (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal). Serra «estéril de água», de muitas pedreiras (de mármores de diversas cores), vai também descrita na cobertura de todo o género de árvores e arbustos silvestres e de muitas ervas medicinais (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal). Das canteiras e pedrarias da serra da *Arrábida* (entre outras) arrancou-se a melhor pedraria com que se construiu a «fábrica» de Lisboa, Setúbal, nos seus mais nobres edifícios e fortalezas. Serra, onde há «pedreiras de mármore de diversas cores»: do jaspe, donde se extraíram as colunas da capela-mor do colégio de Sto. Antão de Lisboa» (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal) e com que se construiu «todo o bairro da vila de Setúbal e todo o murado de muros antigos e fortes», a cruz e cimalhas da igreja matriz de S. Sebastião (arruinada no Terramoto) (S. Sebastião, c. Setúbal). E a Sul, a igreja de Sines, vai em largas partes, lajeada e recoberta de pedra vermelha e pedra de Montes Claros (Sines, c. Sines).

Os horizontes desta parte Sul do território, nos principais núcleos urbanos e configurações paisagísticas, alcançam-se do alto do castelo da vila de Palmela, concelho central da península de Setúbal: Lisboa, a Corte e a serra de Sintra (até a distância de 10 léguas); todo o rio Tejo (até Santarém, nas terras das duas margens, direita e esquerda, nas distâncias de 3.5 a 5.5 léguas; onde se fixam pela margem esquerda, as terras de referência de Almada, do Barreiro, do Lavradio, de Alhos Vedros, da Moita, de Aldeia Galega, de Alcochete. Mais para a banda do Norte, territórios até Pancas, Samora Correia e Benavente (até 9 léguas) e ermida da Senhora da Atalaia «tudo terra rasa e campina»; para Nascente, os horizontes de Vendas Novas, Montemor, Beja (pela distância de 18 léguas); para Sul, tudo se descobre até à vila de Setúbal – que tudo se descobre do alto do Castelo – pela sua estrada (Palmela – Setúbal) e paisagem, «tão deliciosa e deleitável que é aclamada pela mais especial que se pode oferecer para recreio da vista pelo grande número de quintas, hortas, pomares e arvoredos frutíferos e silvestres e casas de que se acha povoada». E daí por Alcácer do Sal, Grândola, S. Tiago do Cacém, Sines (15 léguas) até termo de Sesimbra. E mais da parte do Sul «tudo o que pode alcançar vista» até terras do Algarve (25/30 léguas) (Palmela).

3.2 – Articulações marítimas e terrestres

Os diferentes contrastes físico-geográficos setentrionais e meridionais, entre a terra e o mar, vão aqui superiormente integrados na divisão regional que toma o nome de *Estremadura – a região Centro-Litoral*, na terminologia de Barros Gomes – que combina, solos, climas, géneros de vida, e que tem em

7 Ver também a inventariação mais limitada em João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa, 1ª ed. 1745 – 1758; 2ª ed., 1762-1763.

Lisboa, a sua capital regional-provincial. As *Memórias Paroquiais* permitem seguir a composição dos seus espaços e a sua forte articulação do território, seus suportes regionais e canais de comunicação, os seus principais pólos de povoamento e nódulos de inter-face, num todo que se sente poderosamente impulsionado pelo grande motor que é Lisboa, que os mapas antigos e do século XVI e XVII não deixam de fixar no desenvolvimento da cartografia náutica e terrestre.[8]

No que às comunicações marítimas diz respeito, convoca-se para aqui essencialmente o quadro da articulação de terra e serras com o mar Atlântico, a Norte e Sul do Tejo e Lisboa; o dos grandes "mares" interiores do Tejo e do Sado – mas também a grande lagoa formada pelo estuário de Sacavém, hoje totalmente desaparecida[9] – e por eles a forte articulação com os seus territórios, com o suporte de vastas áreas de navegabilidade dos rios a que o regime das marés dão corpo e suporte. Lisboa vai, aqui e acolá, referenciada como horizonte visual, real e imaginário, que de todos os lados se pretende ver para, de algum modo, participar das suas «grandezas» e cosmopolitismo. Designadamente, até, de frente de Almada como a vê o seu Memorialista, nos marcos mais relevantes e frente urbana: «na cidade de Lisboa e sítio da Fundição ou Casa de Armas. E no alto do Castelo da mesma cidade com todo o mais frontispício dela que por esta parte fica eminente ao Tejo, descobrindo-se também pela quebrada onde passa a ribeira de Alcântara, os arcos de obra das Águas Livres e em maior distância a povoação Carnide» (Almada, c. Almada).

a) Ligações da serra e terra com o mar Atlântico

A Norte de Lisboa, colhem-se as referências nas *Memórias* de Sintra, Cascais e Oeiras, nas freguesias viradas ao Atlântico. Destaca-se em Sintra a extensão e majestade da serra. De resto, a terra e a serra estão ossificadas, e a serra cai abruptamente sobre o mar; os rios e ribeiros são aqui rápidos e despenhados, em especial os que se dirigem à fachada atlântica. As ligações da terra ao mar são difíceis porque sofrem os efeitos da forte rebentação do mar nas ribas do cabo Carvoeiro, cabo da Roca, cabo Espichel. A navegação marítima tem aí grandes percalços pelos fundos marinhos de rocha viva e pelas grandes profundidades que marginam as costas[10].

Ao Atlântico articulam-se também vastos territórios dos concelhos mais interiores de Mafra e Torres Vedras pelos rios do reguengo e ribeira de Chileiros e em especial pela ribeira de Sisandro, com a foz em Rendide. A costa aí é brava, onde não entram os barcos de Inverno e no Verão só em tempo sereno alguns pescadores se aventuram (S$^{ta.}$ M^{a} do Castelo, c. Torres Vedras). A entrada e saída de Lisboa vai descrita pelo pároco de Carnaxide (c. de Oeiras), desde o seu porto de mar que corre de Lisboa para a Barra, desde a Ponte de Palhais, foz da ribeira de Algés, até por baixo do convento de N^{a} Sr^{a} da Boa Viagem, assim elogiado: «sítio mui deleitável à vista, assim pela que tem do mar, como da estrada que vai de Lisboa para Cascais, e muito bem se sabe as embarcações que a frequentam e pode admitir» (Carnaxide, c. Oeiras). No *litoral a Sul do Tejo*, neste trato do território que vai até Sines, o mar e a costa são bravos; as ligações marítimas são difíceis e para fugir ao mar procuram-se ligações mais seguras pelo Sado e Tejo. Por terras de *S. Tiago de Cacém*, território de terras chãs, os rios e ribeiros, sem serem muito caudalosos, correm todo o ano calmos. A ribeira de S. Romão e de Cacilhas recebe muitas nascentes e cursos que vêm dos termos de Messejana, Campo de Ourique, Garvão, S. Tiago de Cacém. Juntam-se aqueles perto da vila de Alvalade num só rio, que depois se junta à ribeira de Roxo que se lança no mar Oceano (Roxo, S. Tiago do Cacém). Por *Sesimbra* e *Sines*, pela natureza da costa e embocaduras, pela força e bravura das marés, é

[8] Maria Helena Dias e Maria Fernanda Alegria – «Lisboa na produção cartográfica portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII: espaço e intercâmbio» in Penélope – *Fazer e desfazer a história*. Cosmos, 13, 1994, pág. 55 e ss.

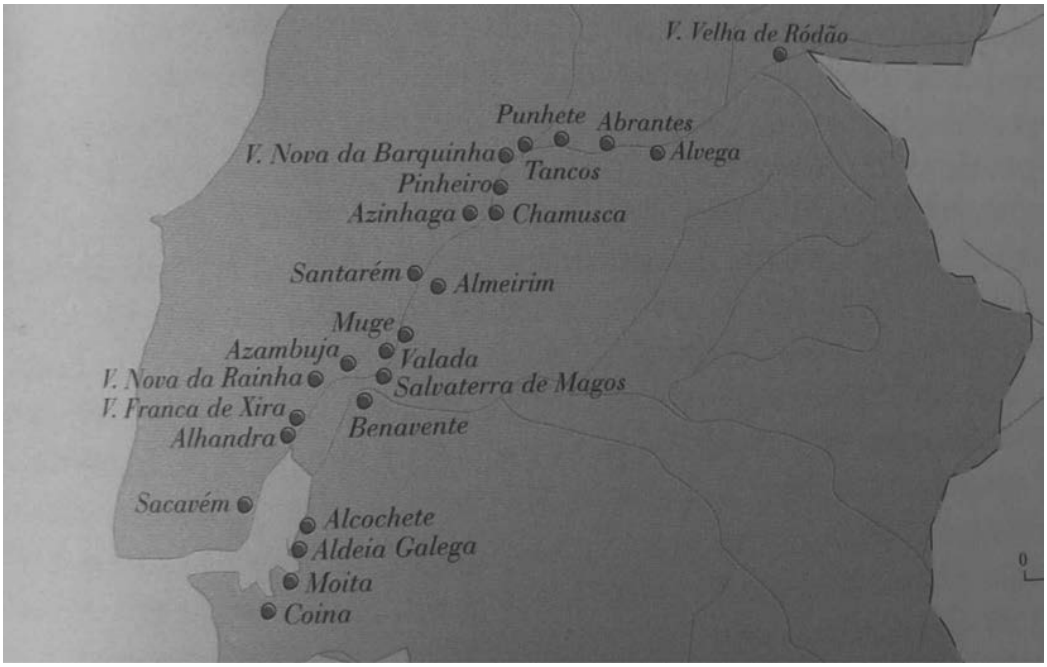
[9] José Carlos Galvão – «A bacia dos rios Tejo e Sado numa gravura francesa do século XVIII». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Fundação Calouste Gulbenkian. Paris, 1971, pp. 715-716.

[10] Amorim Girão – *Geografia de Portugal…, o.c.*, pp. 117-118.

difícil a comunicação com terra. Em Sesimbra, havendo temporal, os barcos recolhem adentro da barra da Arrábida que dista légua e meia à de Setúbal (Sesimbra, c. Sesimbra). Em Sines, nos temporais grandes, a água das marés, os salpicos e as espumas das ondas que batem nas rochas, chegam a entrar pela janela conventual de S^to. António dos franciscanos, edificado sobre as rochas pendentes sobre o mar (Sines, c. Sines). Para ultrapassar as dificuldades de navegação marítima atlântica (e também a actividade de corso) nesta parte do território e costa marítima, propõe-se mesmo a abertura de comunicação fluvial entre o Tejo e o Sado. A ligação através da abertura de um canal de ligação entre os dois esteiros que arrancam do Sado (por Marateca) e do Tejo (por Barroca de Alva) na distância de duas léguas parece fácil e económica (terras baldias, arenosas, charnecas sem serras, nem pedreiras). Articular-se-ia, assim, a Lisboa, de modo mais fácil e seguro, toda a vasta península de Setúbal, o Alentejo, bem como os Algarves e Espanha. Os territórios a envolver mais intensamente, que o memorialista, o P^e. Manuel Caetano da Silva Palha, prior de S^ta. M^a do Castelo de Palmela, enumera mais especificamente, seriam Palmela, Setúbal, Sesimbra, Alvalade, Lavradio, Barreiro, Alhos Vedros, Coina, Azeitão, Moita, Sarilhos, Aldeia Galega, Alcochete, Samouco.

b) O grande estuário e ancoradouro do Tejo

Está bem documentada e cartografada a intensíssima navegação marítima que pelo Tejo se liga a Lisboa, que atinge os territórios a montante de Santarém até Abrantes, articulando profundamente também os territórios das duas margens do grande estuário e arrabaldes de Lisboa, cujas comunicações aí se densificam com os caminhos terrestres. Por meados do século XVI (1552) de toda esta vasta região andam no território de Lisboa 1490 barcos e batéis que desenham as conexões interiores deste grande empório marítimo e comercial em que Lisboa já se fixara.[11]



Embarcações no vale do Tejo que asseguravam a circulação com Lisboa em 1620
(Jorge Gaspar, 1972, *in História de Portugal* (dir. José Mattoso, 3º vol.)

[11] Joaquim Romero de Magalhães – "A estrutura das trocas" in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso). Círculo de Leitores, Terceiro Volume, pág. 332.

Pelas *Memórias Paroquiais* é possível, a meados do século XVIII, desenhar mais extensamente os caminhos desta articulação na composição dos seus mais importantes territórios.

As articulações marítimas e fluviais dos concelhos da **parte Norte do Tejo**, pela **zona saloia** de *Odivelas*, *Cascais* e *Oeiras* realizam-se por alguns rios e ribeiras de maior percurso, mas de pouca navegação porque as marés pouco alcançam: rio de Odivelas que morre no braço do «mar» de Frielas; ribeiros de Alcabideche, em Cascais; em Oeiras, o rio de Mouro, ribeira de Algés (entra no Tejo na ponte de Palhais) e ribeira de Jamor (em que entraram as ribeiras de Belas, Queluz, Valejas, Jamor). Estes são cursos de água que alimentam belas quintas e pomares, fazem mover muitos moinhos. Nesta área adjacente a Lisboa, releva de um modo especial o papel dos transportes terrestres em suporte à manutenção e depósitos dos grandes transportes navais. Por toda a zona saloia e ainda para além dela, designadamente pelas terras de Sintra, a almocreveria fornece diariamente Lisboa em produtos de consumo corrente, frutos, vinhos, azeites, legumes. O clima é dito o mais favorável, de ares «lavados e salutíferos, fogoso em si». No seu conjunto, o território vai classificado de «tão delicioso, como aprazível», os seus bosques «tão amenos como os de Sintra». A produtividade da serra assenta nos bons solos. A designação de Barros a um lugar, colhe com a referência a terras de grande aptidão, e muitas águas, que dão suporte e permitem ao lado das searas a existência de enorme variedade de culturas de pomares e quintas, que têm nestes seu lugar predilecto. Por *Loures*, entra o braço de mar que de Sacavém chega ao porto do lugar de Frielas e sobe até ao lugar de Mealhada. É braço de mar que termina no lugar de S^to. António do Tojal, que chamam o Esteio, onde em maré cheia é navegável até ao dito porto «ainda de maiores bateiras»: «braço de mar que se faz navegável até Frielas e Santo António do Tojal, sendo as maiores embarcações que por ele sobem os barcos cacilheiros que vêm carregar sal às marinhas de S^to. António do Tojal e do Monteiro-mor (Unhos, c. Loures). Os dois ribeiros que se juntam em Loures para constituir o rio Frielas, pelo qual se navega até ao mar, é o principal meio de articulação para o mar do Tejo e Lisboa. Com pouco esforço, diz o memorialista, se levaria a navegação até Loures, meia légua acima (c. Loures). E «chegam os batelões da ribeira das Naus e barcos grandes em que eram conduzidas as estátuas e sinos, ainda de maior calibre, todos quantos se acham na real obra de Mafra (S^to. António do Tojal, c. Loures). Por este rio andam pescadores de Frielas, Unhos, e alguns «do Tejo arriba». Admite barcos do alto em marés de águas vivas. É este porto, dito «mar de Frielas» (Almargem do Bispo, c. de Sintra) um «desembarcadouro geral de todos os povos desta comarca. Na foz, em Sacavém, há importante porto de três cais, onde se despacham as produções do interior e os estrangeiros têm armazéns de recolha de vinhos de embarque (c. Loures). O Terramoto fez profundos danos nas suas pontes e caminhos, o que causava graves prejuízos na economia (Frielas, c. Loures). Os ribeiros e rios suportam, como o memorialista refere, «infinitos moinhos de farinha». Muito movimentada vai agora também a real estrada de Mafra que percorre o «formoso e ameno vale», «de singelíssima varge e decantada ribeira» de Loures, que atravessa por uma «magnífica ponte» e liga a Lisboa (Loures), com o ritmo das obras e visitas ao grande convento-palácio de Mafra em construção. A articulação do território era feito com o apoio em boas pontes que o Terramoto em grande parte demoliu.

O memorialista de Sacavém refere os produtos que por aí se despacham e saem pelo cais, vindos do interior agrícola: «muita abundância de géneros, assim trigos, cevadas, milhos, como também frutas, melancias, marmelos, peras, castanha verde e seca, ameixas» (c. Loures). Grande quantidade é transportada pela extensa rede de almocreveria que por terra leva os cereais e, sobretudo, a fruta a Lisboa que articulam com a navegação fluvial. Actividade tão regular esta, na qual se sustenta a própria rede de correspondência, como se refere o memorialista de Colares: «Não tem correio. Serve-se dos almocreves que conduzem as frutas para a Corte» (c. Sintra). Há estalagens para apoio à comunicação que se faz pela

[12] «É estrada real para várias partes deste Reino. Tem três estalagens, e venda de pão, vinho e várias especiarias comestíveis» (Ota, c. Alenquer).

estrada real, como é o caso do nó rodoviário na Ota e em Alenquer.[12] Alverca, principal porto do concelho de Vila Franca de Xira, articula-se com o Tejo por três esteiros: o mais importante, o esteiro e porto da vila, onde se recolhem as barcas e bateiras; o esteiro de Adarce, no lugar do mesmo nome e o de Ramiles entre aqueles dois, onde desemboca o rio da Ribeira (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

Para o **interior**, o rio de Alenquer, que nasce junto à serra de Montejunto, é a grande via de comunicação para o Tejo dos concelhos de Alenquer e Azambuja. Com maré alta é navegável pelos barcos do Ribatejo a ¼ de légua até Vila Nova da Rainha. Daí para cima os açudes impedem que a alcancem os pequenos batéis. Do Cadaval, navegam pelo Tejo para Lisboa «barcos à latina» (carregando sobretudo vinhos).

Já na comarca de Santarém, a vila e termo de Azambuja, plantada em «dilatado e fertilíssimo» campo de planície, liga-se ao território circundante por um «braço do famoso Tejo», que entra por mais de três léguas, e por onde navegam «muitas velas continuadamente»: barcos de vela «à latina», de lotação de 30 moios de pão e 30 pipas de vinho, que levam destes frutos a Lisboa, e as lenhas, a cal, a telha, o tijolo, que se carregam no porto da vila que, por esteiro aberto, se comunica em mais curta distância de uma légua com o rio Tejo (Azambuja, c. Azambuja). A estrada real que liga a Lisboa (estrada Coimbrã) arruinara-se em Alhandra (c. Vª Franca de Xira) e um tanto em toda a sua extensão até Lisboa, em muitas partes provocada pelo Terramoto (Alhandra, c. Vª Franca de Xira).

O Tejo é o grande suporte e condutor de navegação e comércio por riba Tejo, pelo seu amplo estuário do «mar» da palha, de cerca de 30 kms de comprimento e 12 kms na sua maior largura.[13] Em Alhandra, do c. de Vila Franca de Xira, «principiam os grandes campos das lezírias, sapais e charnecas estendendo-se até Santarém». Para Sul (de Alverca) «se vê o rio Tejo que banha os crescidos *sapais* que lhe ficam nas suas margens e se descobrem as vilas de Benavente, Salvaterra, Samora, Alcochete e as charnecas de Pancas». O cais de Alhandra, esteiro do Tejo, é dito, o melhor de todos os que tem o rio Tejo, para cima «não só por arte mas também por natureza», porto de navegação e abrigo das embarcações da vila, mas também das que descem de riba Tejo para Lisboa suspendendo aí em tempestades, 3 e 4 dias em viagem. Nos rios que aqui nele confluem só navegam, no princípio, com maré, alguns barcos, bateiras, canoas e outras embarcações, excepto navios…

As margens e territórios da **banda Sul** do Tejo, de *Almada, Barreiro, Alcochete, Moita* e entradas dos rios Coina e Moita, braços do Tejo, até onde se estendem as marés cheias, são áreas designadas nas *Memórias Paroquiais,* de *borda mar*, da *marinha*, do *salgado*, do *sapal*. A vila de *Alcochete,* à borda mar situada, no Terramoto e maremoto viu o mar com as suas ondas tão encrespadas, em tal altura, a atingir o cimo dos altos edifícios. Entre Pancas e Alcochete desagua o rio das Enguias ou da Barroca do Alva, navegável uma légua por navios grandes nas marés (Alcochete, c. Alcochete). Aldeia Galega é «terra de muita passagem e carreira de toda a província do Ribatejo, adonde continuadamente está recebendo Avisos de Sua Majestade». E por isso, o juiz de fora de Alcochete, para melhor dar andamento às comunicações com a Corte, vem duas vezes por semana a esta vila fazer audiência (Aldeia Galega, c. Alcochete).

Pelo rio *Moita*, as marés cheias atingem Coina, até onde se navega e é área de expansão e limite do salgado.[14] Nas marés vazas navega-se até à vila do Barreiro. A vila de Moita está em um sítio «quasi sapal, junto de um braço do Tejo salgado que chamam rio da Moita». Por ele circulam embarcações de pesca, de carreira e de passagem. Em correlação com a amplitude máxima das marés, a montante da Moita, os moinhos são de água doce; para baixo até ao Barreiro e Seixal, encontram-se moinhos de maré, de água

[13] Amorim Girão – *Geografia de Portugal… o.c.*, pp. 117-118.

[14] Amorim Girão – *Geografia de Portugal … o.c.*, pág. 353, cartografa marinhas em Alcochete, Alhos Vedros, Moita e Montijo.

salgada. São estas terras ditas «portos de mar», com carreiras regulares de embarcações de uma e duas velas, para transporte de pessoas e mercadorias. *Coina* transformara-se, entretanto, no importante entreposto e encruzilhada de comunicações e transportes que ligam a Setúbal e a Lisboa, cujos trânsitos tirou a Sesimbra. Pelo rio Coina navegam, na carreira regular, barcos grandes nas marés. Na falta deles, e a todo o tempo, navegam barcos mais pequenos, as bateiras de pescar que então servem de carreira (Moita, c. Moita). Coina: «É porto de mar, com uma ponte de cantaria, de três arcos junto à vila, a qual é estrada e passagem pública de todo o Ribatejo para a vila de Almada e porto de Cacilhas (Coina).

c) O «mar» de Setúbal

Também no estuário do Sado se constitui em importantes depósitos para agricultura. Mas é a salicultura e pesca, articulando intensamente pelos seus esteiros e ribeiras os territórios dos concelhos de campina de Palmela, Setúbal e Alcácer do Sal (Sítimos, c. Alcácer do Sal) que dão o principal tom à paisagem. Pelo rio Sado, as marés vivas ou cheias alcançam Porto d'El-Rei e S. Bento, 15 léguas, por onde navegam à vontade não só barcos da marinha, mas também iates, do mesmo género dos que frequentam os portos de Lisboa e Setúbal, iates, grandes e pequenos, caravelas, barcos, batéis, só com a excepção dos patachos e navios de maior grandeza. (S. Romão, c. Alcácer do Sal). Os pequenos batéis chegam ainda às Palhotas, duas léguas mais acima. E conta para este espaço o memorialista de S. Sebastião de Setúbal, quasi 500 marinhas.[15] Pelos rios *Sado* e *Sadão*, seus afluentes e suas ribeiras, abrem-se os caminhos em direcção a Palmela, ao interior alentejano pelos territórios do Campo de Ourique, Grândola… O rio Sado – que assim se chama abaixo dos Bairros – é o grande ancoradouro de uma vastíssima rede de afluentes pela margem direita e pela esquerda. O memorialista, retendo só os nomes daqueles que vão «nomeados nas Cartas geográficas», conta-lhe entre Garvão a montante e a Marateca em Alvalade, na foz, 18 rios ou ribeiros, nos diferentes perfis de seus caudais e navegação, intermitente nas 5 léguas iniciais, perene e constante daí até à foz. Algumas destas ribeiras têm ainda grande penetração, navegação e bons portos na confluência do Sado – Sadão: a ribeira que acaba na boca de Palma, onde se descarrega lenha e fruta, melões e melancias, com navegação de cerca de uma légua (Palma, c. Alcácer); as ribeiras de Enxarrama e Algalé (S. Romão de Sadão); ou as portas das ribeiras de S. Brás e de Barrosinho e de Porto Novo, onde há celeiros de embarque de pão e outros produtos vindos do interior alentejano e partes de Évora (Sítimos, c. de Alcácer; Monte de Val de Guizo, S. Sebastião, Graça, c. de Setúbal). Com este território, articulam-se também as marinhas de Montijo e Seixal (e Amora) e Sesimbra, territórios de marnotos e pescadores (do rio e mar). Pelo porto natural da ribeira da Marateca navegam na distância de meia légua, toda a qualidade de pequenas embarcações, barcos de duas velas, fragatas e botes, articulando ao território norte-alentejano. As comunicações terrestres das estradas reais articulam-se com esta rede fluvial. Assim, a de Palmela que se articula por terra e por mar (via Setúbal) a Lisboa. Ou as duas estradas que confluem a Alcácer, uma vinda do Algarve, outra da Província Alentejana que ambas encaminham intenso movimento para a Corte e cidade de Lisboa. Aí, na aldeia da vila dos Reis e na aldeia de Albages, estavam instaladas as duas grandes estalagens (uma do Conde de Vale dos Reis) que suportam muita almocreveria e passageiros (Vale dos Reis, c. Alcácer do Sal). Também em Arrentela (c. Seixal), porto de mar, tem Sebastião Xavier da Gama Lobo, uma estalagem e outras se vão instalando por outras partes.

[15] A obra de referência para o conhecimento desta geografia e economia, em especial da salicultura e comércio do sal: Virgínia Rau – *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*. Lisboa, 1951. Síntese histórica da produção e comércio do sal em Setúbal: Ana Cláudia Silveira – «Lavrar o Mar: a dinâmica da produção de sal em Setúbal no contexto dos salgados portugueses. Etapas de uma afirmação internacional» in *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, vol. III, nº 6, Lisboa, 1968.

3.3 – Equipamentos portuários

Em relação com esta navegação há algumas importantes descrições dos portos de «mar» do Tejo e Setúbal. Como pede o Inquérito, os memorialistas devem referir-se aos portos «naturais» ou «feitos por arte». E referem-se muitas vezes, também, como fomos lendo, ao tipo de barcos que andam em relação com os tráfegos e condições de navegabilidade e acesso dos «mares», rios e portos.

Níveis mais desenvolvidos de equipamentos portuários, naturalmente estão colocados nos «portos de mar» de maior trânsito e vão também registados para aqueles "nódulos" deste complexo mercantil que articulam as embocaduras dos afluentes com os principais rios e destes com o mar de Setúbal e de Lisboa que podem também ser pontos de chegada e partida de caminhos terrestres. Não se esperaria dos párocos memorialistas informação muito detalhada sobre esta matéria, mas em alguns casos ela está bem desenvolvida, a corresponder certamente também à relevância dos portos e estruturas neles instaladas. Neste ponto, os párocos distinguem algumas vezes, nos termos do Inquérito, os "portos de mar", feitos por arte, isto é, aqueles em que houve indústria e mão humana na sua feitura e infra-estruturação, de iniciativa dos povos, das instituições municipais, senhoriais ou outras para suporte e acomodação às actividades mercantis e piscatórias, dos feitos pela natureza, isto é, aqueles que pelas suas características naturais se revelam bons ancoradouros e até postos de defesa.

No que diz respeito a *Lisboa e fachada atlântica*, porto de mar como obra de "arte" vai referido para a cidade e termo, para *Paço de Arcos* (c. Oeiras) o cais e guindaste para o serviço do Arsenal, no seu porto de mar.[16] De resto, enumeram-se genericamente portos de mar para Carnaxide (cidade) Cascais, Ericeira (c. Mafra), Sines (com alfândega) Sesimbra (este dito porto e costão de mar). Para alguns deles refere-se a frequência dos barcos de pesca, a sua articulação a Lisboa, (regular, ocasional, de apoio) e à navegação exterior comercial. Mais extensa e desenvolvida é a informação para os *portos de mar do Tejo*, onde aos equipamentos vão muitas vezes associados a sua acção mercantil, piscatória e de articulação regional e local a Lisboa. No seu conjunto dá-se uma visão abrangente da dinâmica deste vasto espaço mercantil, piscatório e de salicultura. Equipamentos mais desenvolvidos vão referidos para Moita, com «grande cais de pedraria, feito à custa dos homens do mar, com 7 barcos grandes activos e 2 de percalço que servem de carreira para Lisboa; pode receber 300 embarcações de toda a costa, excepto navios e caravelas; para *Sacavém* (c. Loures) com 3 barcos de desembarque e armazéns para os estrangeiros recolherem vinho para embarque; referência também à barca de Sacavém, da Casa de Bragança; *Alhandra* (c. de Vila Franca de Xira) cujo cais é dito «o melhor de todos que tem o Tejo para cima e seguro abrigo nas tempestades em toda a navegação»; para *Vila Franca de Xira*, com cais «formado por arte»; para *Albos Vedros* (c. de Moita) com cais de embarque pequeno, de pedraria, e com barco de carreira, diário para Lisboa, mas que vai em decadência pela concorrência de outros portos e navegações. E outros portos de mar, para os quais vai referida *obra* ou *cais*, cujo movimento mercantil certamente obriga: a série de portos de *Almada*; Cacilhas, onde se acham continuadamente várias embarcações de uma e duas velas; Caparica (e seus seis portos para embarcações grandes de pescadores), Arrentela, Corroios, Seixal, entre outros. O porto de mar de *Coina* (c. Barreiro) então com 4 barcos de carreira; *Alverca* (c. Vila Franca de Xira), *Azambuja*, *Barreiro*, *Alcochete*, porto de mar frequentado amiúde pelos barcos do porto de *Aldeia Galega* para a condução do sal, cada uma com 15 a 18 homens «insignes marítimos». No "mar" de Setúbal,

[16] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal …o.c.*, (1745-1758) refere-se nas margens do Tejo, junto da Torre de Belém, «formoso e espaçoso cais que no ano de 1753 mandou fazer D. José I para cómodo melhor do desembarque e para adorno da casa régia do campo que ali há; cais de pedra «ultimamente ampliado e reedificado, com toda a fortaleza» foi tragado pelo mar no Terramoto. E ao porto de mar que pertencia à freguesia de Alfama, «ocupado com parte do edifício da nova alfândega (S. Miguel de Alfama, c. Lisboa).

a grande descrição vai para o seu porto de mar de Setúbal, nas margens do rio Sado, com seu cais de pedra mármore na praça, mar de muita profundidade - a sua barra em águas vivas tem fundo de 5 braços e nas mortas 4 - navegável e frequentado por iates, barcos de pesca e navego e navios mercantes, por batéis, barcos e caravelas que carregam até 150 moios de trigo. Tem capacidade para admitir em si 200 navios e frequentam-no a navegação estrangeira de suecos, dinamarqueses, irlandeses e todas as nações do Norte no transporte do sal, «para o que é o seu porto dos melhores de Portugal» (S. Julião e S$^{ta.}$ Maria, c. Setúbal). Há também descrições pontuais das estruturas mercantis e capacidade de armazenamento, designadamente nas embocaduras dos afluentes dos rios Sado e Sadão, que constituem grandes depósitos de sal das marinhas da região, mas também celeiros para receber os trigos e demais cereais do interior alentejano, que das bandas de Évora, Campo de Ourique e Beja se conduzem em grande quantidade para Lisboa e que o cabedal de navegação e o regime de marés obriga a armazenar. Testemunhos de celeiros de embarque em S. Brás, Porto Barrosinha (Sítimos, c. de Alcácer) e sobretudo o Porto de Rei e S. Bento e Porto de Val de Guizo onde se movimentam entre 70 a 80 moios de pão (Monte de Val de Guizo, c. Alcácer).

4. GEOGRAFIA E ECONOMIA PRODUTIVA E MERCANTIL

4.1 – Lisboa. Estímulos à produção e especialização regional

O quadro de produções agrícolas regionais vai estreitamente associado às condições e recursos proporcionadas pela terra e suas condições geográficas onde os elementos geológicos, climáticos os favorecem particularmente. Por esta região do Centro Litoral, que em geral cria boas condições de temperatura e humidade à agricultura, cruzam-se e encontram-se as culturas e espécies marcantes do Centro e Norte Atlântico com as da região Sul, mediterrâneas. As águas marítimas e fluviais dos estuários do Tejo e Sado e seus afluentes que criam as melhores condições de produtividade à agricultura, à pesca, à salicultura e, de um modo singular, são também o suporte de uma rede intensa de comunicações terrestres, marítimas, fluviais que articulam importantes centros populacionais, à grande capital, a cidade de Lisboa, ao mesmo tempo grande centro consumidor, transformador e redistribuidor dos produtos regionais, que activamente articula ao comércio nacional e internacional e encadeia as produções locais nesta grande dinâmica de mercados. Marco urbano da sua vasta região e de há muito erigida em cabeça indiscutível do Reino[17], a situar-se desde o século XV-XVI e no quadro das maiores cidades europeias, Lisboa com o comércio do Índico nos séculos XVI-XVII e depois nos séculos XVII-XVIII com o Atlântico, atinge uma dimensão de grande porto peninsular e europeu.[18] À data da redacção das *Memórias Paroquiais de 1758* Lisboa vem de um crescimento populacional acelerado a partir de 1732, (ritmo anual de 1,25%) estancado com o Terramoto de 1755, em que terá perdido cerca de 12% da sua população. Se em 1706 a população de Lisboa representa 4,9% da população total do Reino e 26,2% da população urbana, um século mais tarde, representa, 5,8 e 32%, respectivamente. Passa nesse período, de cerca de 26.000 fogos para cerca de 44.000 que representa uma população superior a 250.000 habitantes.[19] É, pois, enorme o condiciona-

[17] Joaquim Romero de Magalhães – «O enquadramento do espaço nacional» in *História de Portugal*, (Dir. de José Mattoso). Círculo de Leitores. Terceiro volume. 1993. (*A construção da capital*, pp. 50-59).

[18] Frederic Mauro – *Le Portugal et l'Atlantique au XVII e siécle (1750-1670). Étude économique*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1960; *Idem* (coord.) – *O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750*. Nova História da Expansão Portuguesa. Vol. VII, Editorial Estampa, 1991.

[19] José Vicente Serrão – «O quadro humano», in *História de Portugal*, (Dir. de José Mattoso). Círculo de Leitores. Quarto volume. 1993, pág. 49 e ss. Ver adiante, capítulo – *Quadros político-administrativos e instituições sociais.*

mento da grande concentração humana, do mercado local, e do comércio e navegação internacional de Lisboa, sobre o todo nacional e sobre o seu território envolvente.

Naturalmente, as condições de vida, subsistência e civilização de um centro urbano desta dimensão, tem então um maior impacto sobre a sua região envolvente, condicionada também com os meios e condições técnico–geográficos da sua comunicação. Deste último ponto de vista, as condições da navegação de Lisboa pelo mar do Tejo e seus afluentes, e a sua articulação ao mar de Setúbal, criaram-lhe condições ímpares de construção e articulação a um vasto *hinterland* regional. As próprias condições da barra, porto e mar do Tejo, amplificam essas possibilidades às ligações exteriores, atlânticas.[20] A meados do século XX, A. Girão, no quadro dos novos meios e possibilidades mercantis e de comunicação de Lisboa, fixa o condicionamento regional das actividades numa vasta região por sob o impacto deste grande centro urbano de consumo, de comércio, de indústria: «Todos os concelhos vizinhos têm condicionado as suas formas de actividade; e é sobretudo na Terra Saloia (Oeiras, Cascais, Sintra, Loures) onde o facto melhor se verifica. A cultura de hortaliças e legumes, a criação de gados e animais de capoeira, e a lavagem de roupa, tem na chamada Península de Lisboa e mesmo na Outra Banda uma importância especial; e o fornecimento de leite à cidade pode mostrar bem toda a região que lhe é tributária».[21] Jorge Borges de Macedo, para o século XVIII, documentou o quadro da geografia social, profissional e divisão de trabalho para que esboçou a «fisionomia da cidade e seu termo como resultado da reunião de vários agregados»: o primeiro núcleo de freguesias, centro comercial e portuário, com unidades manufatureiras e oficinas de vários tipos; o círculo das freguesias residenciais, de criadagem, com concentração de população da "classe média", funcionários, rendários, pequena e média burguesia e nobreza; depois, o círculo envolvente de freguesias novas, com íntima fusão à vida agrícola e zonas mais industriais, onde se instalam as manufacturas. Segue-se-lhe o vasto termo dos «campos cerealíferos, os seus pomares, hortas, vinhas que vivem do abastecimento à cidade e realizam uma economia basicamente monetária muito mais viva, complexa e densa, do que a verificada no interior do país».[22] Neste mesmo horizonte, ao tempo da redação das *Memórias Paroquiais*, o geógrafo João Baptista de Castro, muito atento às condições de vida e abastecimento da capital, fixa um quadro muito favorável da abundância das produções das terras envolventes e província da Estremadura que servem Lisboa, numa grande quantidade e variedade de produtos, para que lhe desenha a grande geografia: «Produz nela com abundância a natureza frutas de todos os géneros. Fértil é de azeites, bastando só a vila de Santarém para prover o Reino e suas conquistas; fértil é de vinhos, e dos melhores, chamados de barra a barra, tão estimados das nações setentrionais; fértil é de frutas das quais só a vila de Colares todo o ano provê a Corte de Lisboa, e se conduzem para outras muitas terras do Reino. De trigo, legumes, hortaliças, tem o que lhe basta. Cria gados de toda a espécie (…). Peixe em abundância (…); e finalmente, sem exageração, podemos dizer que é a província mais fértil de Portugal, compreendendo também as outras com os seus produtos para mais a fertilizar e enriquecer, tratando-a verdadeiramente como rainha, pois existe no meio do Reino, coroada de todos».[23] As *Memórias Paroquiais* permitem compor um quadro mais extenso destas culturas e produções e das dinâmicas da acção deste grande mercado e seu impacto na composição e geografia das culturas regionais, que passa por uma significativa especialização regional.

---

[20] Sobre o crescimento das cidades e periferias ibéricas no séc. XVIII e relação de Lisboa e Portugal, com as outras suas fachadas – Catalunha – Barcelona; Cadis – Sevilha e portos cantábricos, David R. Ringroose – *Madrid y la economia espanhola, 1560 – 1850. Ciudad, Corte y País en el Antiguo Régimen*. Alianza Editorial, Madrid, 1985.

[21] A. Girão – *Geografia de Portugal… o.c.*, pág. 408 e figura 187 (pág. 409).

[22] Jorge Borges de Macedo – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII.* 2ª edição, Querco, 1982, pág. 113.

[23] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal…o.c., (1745-1758)*. Para o século XVII: Fernando Castelo-Branco – *Lisboa seiscentista*. Livros Horizonte, 1990.

4.2 – Quadros de produção, subsistências e circuitos mercantis

a) O termo da cidade de Lisboa e a região saloia. Hortas, pomares e vinhedos

Os frutos que se consomem na cidade vêm do seu vasto termo, logo do território das freguesias que se estendem para além da cerca fernandina, dos subúrbios ou extra-muros da cidade a que se juntam os fornecimentos de mais vasta origem. Nos termos que responde à questão, o memorialista da paróquia de S. João de Arroios, na cerca do grande núcleo urbano, refere que «os frutos da terra são os que concorrem de todas as províncias do Reino e do mesmo termo e também dos que entram pela barra». Ao lado, o pároco de S. João da Pedreira, refere as «muitas terras de semear pão e de algumas hortas e pomares, onde têm majestosos palácios e casas nobres» que enumera como espaços de forte intensificação produtiva para consumo doméstico, na cidade e comércio: o sítio de Palhavã do Duque de Cadaval; o do Conde de Vila Flor; o paço de residência dos Infantes, onde assistia Feliciano Velho Oldemberg; ao Campo Pequeno, o palácio de veraneio e convalescença do Infante D. Pedro e D. José I; a caminho de Arroios, a quinta dos Oratorianos; as casas de campo «nobilíssimas» de Fernando Larre; caminho para Campolide, a grandiosa quinta que foi do Duque de Aveiro. As referências aos cultivos nas *Memórias* das freguesias envolventes ao concelho, Ameixoeira, Charneca, Lumiar, Carnide, Campo Grande, Benfica vão, como se referiu, também fortemente associadas às quintas, como locais de produção mais qualificados dos frutos, dos vinhos, do azeite. Nestas quintas de residência e recreio, por regra, quasi todas têm estas culturas, em proporções variadas, naturalmente conforme a composição das suas terras e aptidões. Mas, no geral, muito similar ao que vai referido para a freguesia de Ameixoeira onde este quadro de produção é largamente dominante: «3/4 partes de fruto é vinho e toda a casta de frutas (aqui menos de espinho); a outra 4ª parte é pão e azeite». O pão é o trigo; também se regista alguma cevada. A pressão do mercado e consumo urbano faz estender estas culturas por todo o território disponível, às serras, às margens das ribeiras (Odivelas e Alcântara) pelas suas boas condições técnicas e de solos para a exploração agrícola: bom abastecimento de ribeiras cuja água, de Verão é em muitos casos privativa; abundância de estrumes, estercos e adubos trazidos muitos deles da limpeza urbana; mão-de-obra disponível. Estas condições permitem tirar o maior proveito destas propriedades, que se organizam em quadro de produção doméstica – rentística, mas com muitas articulações ao negócio e mercado urbano. A quinta é aqui, e de um modo muito extensivo também nos territórios dos concelhos envolventes, o quadro de produção e exploração que melhor responde aos condicionalismos deste mercado urbano. De facto, na constituição dos diferentes tipos de cultivos – do pomar, na horta, na vinha – e também o cereal – ela é a estrutura que enquadra e permite a riqueza, a variedade e a intensidade destas culturas, pela disponibilidade da gestão das suas terras, menos submetidas ao imperativo dos foros e cultura cerealífera. A grande disponibilidade que os seus proprietários ou contratadores rendeiros, muitas já empresas capitalistas, têm da exploração destas propriedades, é sua condição primordial.

A *zona saloia* dos concelhos contíguos e envolventes a Lisboa é o território por excelência destas produções e actividades. *Loures*, o concelho mais afastado deste aro, mas que em Sacavém, vai ao esteiro e se mete no «mar» de Lisboa, é o concelho que de certo modo reúne e exemplifica as melhores condições agrícolas e climatéricas para os cultivos que a procura e o fornecimento à grande capital potenciam. As características geográficas e climáticas e em relação com elas as aptidões agrícolas da parte central deste território do *Litoral Centro* vão de modo extenso fixadas a Norte do Tejo para este território de Loures, que atendendo às suas excepcionais qualidades de clima, beleza de paisagem, vai aproximado e referenciado com tons paradigmáticos ao clássico «Locus amoenus»: «formoso e ameno vale, singularíssima vargem e sempre decantado ribeiro». A parte mais produtiva do território estende-se por largas planícies, várzeas, vales e margens de rios e ribeiros, de muitas nascentes e levadas que suportam searas de pão e uma extensíssima cultura hortícola e frutífera, em campos, hortas e quintas. A variedade, quantidade e

qualidade de produção hortícola e, sobretudo frutícola (e de fruta de caroço e de espinho), é em geral muito realçada, e serve o grande fornecimento da capital. Por aqui, dada a riqueza da terra, também jornadeiam frades mendicantes a abastecer-se de frutos para as suas comunidades. Em muitas freguesias o *vinho* é a cultura mais abundante, nestes casos, sempre de muita qualidade: em Apelação, muito bons; em Camarate, selectos; em Unhos, onde o vinho das quintas é «do mais estimado pelos estrangeiros» e em especial, em Sacavém, com vinhos para embarque. Em algumas terras também o *azeite* é cultura maior, em ano de safra: S. João da Talha e S^ta. Iria (ao lado do sal). Os cereais seguem em geral, na quantidade da produção a ordem da mais geral enumeração: trigo, cevada, milho. O trigo, a grande distância dos demais. Ao celeiro dos dízimos dá o pároco de Unhos a seguinte proporção e quantidade, em ano mais fértil: quatro moios para trigo, quatro para cevada, a larga distância, milho, seis ou oito alqueires. Mas o trigo, em muitas terras, como S^ta. Iria, «não é suficiente para o consumo da freguesia». Referem-se para algumas terras muitos frutos temporãos, a celebrada «laranja de Loures», cebola, legumes e feijão, ainda que o pároco de Unhos, destes diga que se não lembra de virem as respectivas terças ao celeiro! O sal é «cultura» mais abundante em S^ta. Iria e S^to. Antão do Tojal.

Em *Odivelas*, *Sintra*, *Cascais*, *Oeiras*, o panorama das culturas não se altera substancialmente em relação a Loures. As culturas mais abundantes são também o vinho, as frutas, o trigo, a cevada, algum milho e azeite por regra, por esta ordem. Em algumas partes relevam alguns destes produtos. Em *Sintra*, as *frutas* de todo o género, mas em especial, limão, lima e laranja. Na ribeira de Sintra a água, de Inverno, serve para os moradores moerem os trigos – de que pagam os moleiros quarto à Rainha –; no Verão vai repartido pelas fazendas ou pomares de caroço e espinho (Santa M^a de Sintra, c. Sintra). Do mesmo modo, no termo de Cascais, em Alcabideche, seca a ribeira de Penha Longa «por causa de se tomar as suas águas para os pomares» (c. Cascais). Em *Cascais*, a fruta de espinho, é objecto de larga exportação para os países do Norte Europeu e Inglaterra, com que se faz «grande lucro», refere o memorialista de N.^a Sr.^a da Assunção de Cascais. E, do mesmo modo, em *Oeiras*. Esta é uma cultura de *quintas*, que para si canalizam e aproveitam as águas dos rios e ribeiras da região, como é o caso das quintas e pomares das ribeiras de Algés e do Jamor. Delas saem também excelentes produções de vinho, azeite. Em Carcavelos, em Cascais, os vinhos são ditos *excelentes* e *selectos*, de longa vida, «chegando muitas vezes a conservar-se 6 anos na sua «nativa» perfeição» (N^a S^a da Assunção de Cascais, Carcavelos, c. de Cascais). Em Carcavelos, diz o memorialista que o lugar está cercado de 12 quintas e em todos a maior colheita é de vinhas excelentes (c. Cascais). Dos cereais, a produção é, em geral, pequena e insuficiente para o sustento dos moradores e suas famílias (Terrugem, c. Sintra). Mas com excepções no que se refere em Cascais: «muito abundante o trigo e cevada. E tudo grande e em tanta perfeição que vale mais um alqueire de trigo ou cevada de Cascais no substancial que dois de outras terras e ainda do Alentejo (N^a Sra. da Assunção, c. Cascais). O *milho* parece ainda escassear mais por estas partes, já que as referências são poucas.

b) Por terras de vinho e trigo: Mafra, Torres Vedras, Alenquer, Lourinhã e Cadaval

Entramos agora na área de produção mais extensa de cereal de trigo e de vinho, onde aparece também em maior quantidade o milho. A componente mercantil destas produções é forte, no vinho e nas frutas, cuja produção e cultivos têm crescido nos últimos anos e se expandem na conquista de novos terrenos e a construção de Quintas. No que diz respeito ao cereal nem sempre basta para a comunidade. E há testemunhos dos danos produzidos pelo desequilíbrio da produção para o comércio e consumo lisboeta daqueles outros produtos em prejuízo do abastecimento cerealífero das comunidades.[24]

[24] São informações qualitativas que exprimem uma realidade fixada em dados quantitativos: «Em 1729, 55% do trigo entrado em Lisboa, era estrangeiro; em 1778-1787 essa percentagem era de 75%. Supondo um consumo *per capita*, constante e tendo em conta um crescimento populacional de 36%, entre aquelas duas datas, pode concluir-se que enquanto a quantidade de trigo entrada em Lisboa aumenta 85%, a quantidade de trigo nacional baixou 25%» José Vicente Serrão – «O quadro económico» in *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso). Círculo de Leitores. Quarto volume. 1993, pág. 82.

Por terras de *Mafra*, as produções dominantes são trigo, demais cereais – pouco milho e também pouco centeio – vinho e algum azeite. Em um ou outro caso o vinho superabunda e é de mais qualidade (Carvoeira, Enxara do Bispo, c. de Mafra). O território por ser muito serrano e montuoso não é de todo favorável às culturas, em especial as cerealíferas. O trigo mal ou só produz para a abastança da terra (Azueira, c. Cascais). Haveria mais produção de pão, refere o memorialista de Enxara do Bispo «se tivesse mais gados e pastos porque falta o estrume», o que faria os terrenos menos pobres. Frutos e legumes, naturalmente, muitos deles os que se comercializam, produzem-se nas quintas. O vasto concelho de *Torres Vedras* tem mais largas apetências cerealíferas e para a cultura da vinha e toda a casta de frutos e legumes. A maior abundância é para o vinho e o trigo, sendo o vinho muito e bom em algumas terras. O pároco de S. Tiago de Torres Vedras refere que, regulado pelos dízimos, um ano por outro dará 10 ou 11.000 pipas de vinho. O trigo é aqui sempre dito cultura mais abundante. Em Runa, o pároco refere «a especial estimação do trigo que é do melhor que se cultiva no Reino». Aqui a cultura do milho aparece já com maior desenvolvimento. Num caso é dito até a cultura mais abundante (A dos Cunhados). A fruticultura parece ir em progresso: em S$^{ta.}$ M^{a} de Torres Vedras refere-se que «de presente vai sendo também abundante de frutas pelos muitos pomares que de novo se têm feito». Por terras de *Alenquer* – como se refere para Carnota, Ventosa, Vila Nova da Rainha, Aldeia Galega, Triana e Vila de Alenquer – os vinhos ganham a maior ascendência; os generosos e brancos de maior qualidade exportam-se em grande quantidade, principalmente para Londres e Inglaterra, onde mercadores e donos de barcos fazem principal sortimento e abastecimento. Muitos deles são cultivados em quintas. O azeite faz por aqui companhia ao vinho, bem como as frutas, nas quintas e pomares. Das frutas releva-se a cereja, as ginjas e as garrafais. Em Ventosa produzem-se «excelentes melões». O trigo é também a cultura mais abundante; por outro lado, a cevada e o milho (grosso) é mais mediana. A ribeira de Alenquer pode, em algum dos seus tratos, ser o caminho da viagem destes produtos, especialmente desde Vila Nova da Rainha até ao mar do Tejo, por onde navegam os barcos do Ribatejo (Várzea, c. Alenquer). Por terras dos concelhos de *Lourinhã* e *Cadaval* prolonga-se a paisagem cultural dos territórios confinantes a Sul de Torres Vedras e Alenquer: larga predominância de trigo, boas colheitas de vinho. No *Cadaval* a cultura do vinho é na maior parte das terras a mais abundante e também a mais generosa. Na memória de Alguber é particularmente elogiada a cultura dos vinhos, que é a mais importante na terra: «as mais fazendas de que vivem são vinhas, as quais estão nas melhores terras». Na ribeira do Cadaval, o memorialista refere-se mesmo ao desequilíbrio das culturas em benefício da vinha, para ganância dos mercadores que se devia evitar: «Nas quatro ribeiras tem Baco quasi o total domínio por benefício da ambição que os estrangeiros algum dia tanto favoreceram com olhos na futura utilidade. Melhor fora o tivera só nos altos (…) porque deste modo não só se equipararia com o melhor do espirituoso licor que estes produzem, a grande abundância daqueles. Mas certamente seria muito mais abundante a colheita de Ceres, tanto mais necessária que a outra (…)».O mote pombalino à reserva necessária de terras para pão, colhe por aqui também. E sobre a qualidade do vinho: «O de que mais abunda é o vinho, o qual há de tão generosa qualidade, que se alenta e revive mais com as calmas, quando as de outras partes desfalecem» (Cadaval, c. Cadaval). Sobre a cultura dos cereais tem alguns indicadores, onde é claramente manifesto a larga supremacia do trigo. A relação entre o centeio e milho grosso é mais variável. Na composição da côngrua dos párocos – certamente fixação antiga, mas poderá servir de indicador – os montantes globais a pagar aos curas vão expressos, em geral, para as da Lourinhã e Cadaval, em 1 moio/80-90 alqueires de trigo, 30 alqueires/0,5 moio de cevada, 1 tonel/50-100 almudes de vinho/1 tonel de 2 pipas/50-60 almudes. No Cadaval, em Figueiros, a composição da produção dizimeira – mais abrangente – reparte-se do seguinte modo e valores: ± 50 moios de trigo, ± 50 moios de milho, ± 30 moios de cevada; ± 80 pipas de vinho e 100 cântaros de azeite (Figueiros, c. Cadaval). Os frutos são também largamente referidos. De particular qualidade referem-se as maçãs: em

Reguengo Grande, «em quasi todo o ano vão em todos os dias muitas cargas para a cidade de Lisboa. E de tão boa estimação que delas se faz provimento a ucharia real, pelas não achar em Colares tão boas o condutor que tem obrigação de dá-las todo o ano» (R. Grande, c. Lourinhã).

c) No "mar" do Tejo. Terras de vinhas, sal e pescarias

Na borda **Norte do Tejo**, por terras de *Azambuja*, *Vila Franca de Xira*, *Sobral de Monte Agraço*, *Arruda dos Vinhos*, o quadro dos produtos essenciais da economia destes concelhos é em muitas freguesias semelhante ao território mais interior. Na generalidade das terras, ora se refere que é mais abundante o pão (trigo, cevada, milho) ora o vinho e o azeite. Mais vezes, certamente, a produção cerealífera (com menos presença de milho e mais de cevada) face ao vinho. Nalguns casos refere-se a abundância e excelência dos seus produtos; em Arruda dos Vinhos, não só é abundante como é excelente (Cardosas, Arruda dos Vinhos, c. Arruda dos Vinhos). A proporção da produção pode-se aferir a partir da informação do pároco da Sapataria (c. de Sobral de Monte Agraço): trigo, 130 moios, cevada, 120, milho, 40. Nos líquidos, vinho 120 pipas, azeite 25 pipas. E de legumes, 200 alqueires de toda a casta. A relação dos cereais com o vinho é em Sobral do Monte Agraço relativamente superior à que se registara para o Cadaval. O facto de os legumes virem à contabilidade e registo dizimatório é testemunho da sua importância. Ao lado dos legumes refere-se muito a fruta. O maior acesso à navegação e proximidade do «mar» de Lisboa faz certamente desenvolver mais intensamente a produção para o comércio e fornecimento à Corte. O memorialista de Povos (c. Vila Franca de Xira) é particularmente eloquente sobre o tema: refere nos limites da freguesia e da vila 28 pomares de fruta de espinho, uns de naturais, outros de proprietários de fora. Deles se tira e exporta grande quantidade para as nações do Norte, Inglaterra, França e Holanda. O regadio destas explorações vai mesmo regulamentado pela câmara que a cada exploração taxa as suas horas (Fornos, c. Vila Franca de Xira). Mas o que dá outro corpo a esta região e sua economia e sociedade é a salicultura e a pesca que ganham importância por todos os concelhos onde chegam as marés. Atente-se, a título de exemplo, nos termos da composição da sociedade de Alverca (c. de Vila Franca de Xira) na sua relação com actividades produtivas e de transformação: «Há dezoito azenhas de fazer farinhas de duas rodas cada uma e algumas três, além de muitos moinhos de vento e atafona. E para a factura do vinho há na vila o seu termo mais de trinta lagares e para a do azeite, dez lagares. Também há duas marinhas de sal. E dos mais frutos, assim de espinho, como de caroço, há vinte quintas grandes, além de outras pequenas, que comumente se vende para fora. É suposto que na vila morem muitos pescadores, nem por isso é bem provida de pescado». Em Alhandra, para além da pesca – cuja actividade está a passar dificuldades – conserva-se ainda a da sardinha e sável, «o campo também ocupa muitos moradores (…) em que entram meloeiros, seareiros e alguns lavradores com grandes abegoarias, que chegam a semear por ano cento e vinte moios de pão para cima». Citando o *Dicionário* do P^e^ Luís Cardoso, refere que aqui começam «os grandes campos de lezírias reais, na maior parte da Casa do Infantado e do Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, da Patriarcal e do Almoxarifado régio, que as trazem arrendadas e emprazadas. Por estas terras de lezírias, charnecas, sapais, correm coelhos, perdizes, lebres e acode muita da caça (adens bravos) ainda de terras mais longínquas, em especial de Inverno, muita da qual se vai vender a Lisboa (Alhandra, c. Vila Franca de Xira).

Na banda **Sul do Tejo**, pelas terras dos concelhos do *Barreiro*, *Almada*, *Seixal*, *Alcochete*, *Moita* e *Montijo*, de mais profundos braços de mar e subida de marés, em relação com o maior desenvolvimento da salicultura, da pesca, da vitivinicultura (entre outras produções importantes nalguns concelhos, de horticultura, fruticultura, economia de montado florestal e "pólos industriais") constituem-se importantes núcleos populacionais que no trânsito com Lisboa, induzem na economia uma mais forte comercialização e "industrialização". No *Barreiro*, fora a pesca, o vinho é a cultura mais abundante; trigo, cevada, milho e

feijão e alguma hortaliça, só nas terras aonde não chegam as marés, pelas margens e a montante do rio Coina. Do mesmo modo no *Seixal*, para além das pescarias, a maior produção é de vinha, cereais e frutas. Como se refere na memória do Seixal, «os frutos da terra em maior abundância é vinho, sendo porém a pescaria os de que mais vivem, como pescadores que são quasi todos» (c. Seixal). Para os cultivos dos vinhedos, colheita e ceifas, concorrem aqui, «os chamados ratinhos da Beira, todos os anos» (Arrentela, c. Seixal). Na *Amora* referem-se «doze quintas com seus pomares de espinho, frutas e hortas, cada uma delas com sua nora e poço (*vide* descrição da quinta de Val de Grou, Amora, c. Seixal). Por terras de *Alcochete* o vinho e o sal são os recursos que mais marcam a paisagem e culturas. Em Alcochete diz o memorialista o «mais abundante» são as «marinhas de sal». Vinhos não só para consumo da terra, mas também para extracção para fora, «sem que faça falta à terra». Em Aldeia Galega, o pároco refere muito vinho, poucos cereais e frutas. Por terras da *Moita*, de terrenos mais pobres e alagadiços, onde os brejos convivem com os sapais, é também das marinhas que se tira o principal rendimento, e também das vinhas. O memorialista do Lavradio dá um informe quantitativo para a relação destas duas maiores culturas na terra: 150 pipas de vinho; 2.000 moios de sal. Também domina no concelho de *Almada* o vinho que é dita aqui em crescimento e a retirar terreno ao pão. Assim se lhe refere o memorialista de Almada: vinho e viticultura, «cada vez se vai aumentando mais porque os lavradores não contentes com o que tem, se desfazem de outras fazendas para aumentar o número, suposto haja também algumas terras de pão, que em comparação com as vinhas fica muito diminuto o seu produto». O memorialista de *Alhos Vedros* fixa o quadro geral: «o mais abundante são marinhas de sal, porque tendo 54 marinhas, fora algumas perdidas, nas margens do rio Salgado, na outra parte do rio que vai para a Moita. E nas margens da parte do Norte do rio Tejo, costumam lavrar estes o melhor de 7 ou 8.000 moios de sal que se extraem para embarques, para as conquistas, para a cidade do Porto e principalmente para o porto de Abrantes aonde se distribui por várias terras do Alentejo e Beira. Tem mais bastantes vinhas que dão vinho para a vila e muitos anos outro tanto para fora, de sorte que se na terra se gastam 60 pipas, há anos que quasi tanto vinho vai para fora».

d) Mar de Setúbal e ribeira do Sado

Este é um outro importante complexo geográfico-económico, de mar interior, que articulando a si vasto território, nas ligações marítimas, fluviais e terrestres com o mar, porto e cidade de Lisboa, constrói uma das mais amplas e articuladas regiões económico-mercantis do país, que mede bem o alcance da acção de Lisboa e seus pólos ancilares no território (à cabeça Setúbal, mas também, Santarém, Abrantes e outros pequenos portos atlânticos e fluviais), articulando ao interior ribatejano e Alentejo. Do ponto de vista das produções agrícolas mantém-se genericamente na região de Setúbal o quadro e a hierarquia das culturas que se estendem entre o mar de Lisboa e do Sado.

Pelas terras de *Setúbal* é grande e excelente a produção de vinho (e também de azeite) para que concorre o grande número de "ganhões" e "ratinhos" que para aí descem na altura dos grandes trabalhos. Em S. Lourenço de Azeitão: «Entram nesta freguesia um ano por outro 300 homens de fora, os quais existem somente enquanto dura o trabalho das vinhas, que sem eles se não podem cultivar». Mas em muitas terras pode dizer-se, como muitos memorialistas, que «os frutos mais abundantes, são sal e vinhas» (N.ª Sr.ª Anunciada). As marinhas estendem-se em especial pelas margens do rio Sado até onde chega a maré, 15 léguas a montante em Porto d'El-Rei: «de Setúbal até Alcácer a que chamam o Salgado, [contam-se] quasi 500 marinhas», refere o memorialista de S. Sebastião da vila de Setúbal. Isto sem embargo, nalgumas paróquias, mais afastadas da borda mar, o cereal ser ainda dominante (trigo, cevada, milho). E é também marca forte deste território a cultura hortícola e de pomares de toda a variedade de frutos, especialmente

laranja, lima, limão, abrunhos, melões e melancias. Dos corpos da sociedade da vila que têm personalidade confraternal, isto é, de entre os mais fortes, contam-se os ligados às actividades marítimas – marítimos, marnoteiros, pescadores, navegantes –, os hortelãos, o corpo de guarda de soldados, homens de ganhar, oleiros, marchantes e cortadores (S. Sebastião de Setúbal). Em *Palmela*, ao mesmo tempo que se refere o facto de o território não estar aproveitado como devia – daí a produção cerealífera não ser abundante, como poderia – fazem-se os maiores encómios às frutas: excelentes pomos, admiráveis hortaliças, frutos de toda a qualidade, assim de espinho e de caroço e cascabulho, «dos mais excelentes e admiráveis da Província», referem os memorialistas da vila de Palmela. Nos frutos enumeram-se melancia e melões, cidras, limões e laranja. As margens da ribeira de Marateca são o seu solo mais rico e mais fecundo. Por *Sesimbra*, concelho de larga fachada atlântica, onde as terras são pouco frutíferas, o essencial é «o pescado» cujo trato ocupa a maior parte dos moradores da vila. Por *Alcácer do Sal*, que os rios Sadão e Sado articulam ao mar de Setúbal e ao interior alentejano, os azinhais e sobrais fazem já parte da paisagem (S. Martinho, c. Alcácer do Sal); os memorialistas do concelho distinguem bem os diferentes territórios e terrenos de *campinas*, *montados* e *charnecas* onde se *cultiva*, se faz *criação de gado* e de *caça*, ou um pouco por todo o lado. Das culturas mais gerais vão para todos os lados enunciadas o trigo, o centeio, a cevada, os milhos (grosso e miúdos), legumes diversos (grãos, feijão fradinho) (Montevil, Monte Guizo, S. Romão de Sadão e Alcácer). A renda da comenda do Torrão permite uma aproximação à hierarquia desta produção: de trigo, um ano por outro, 200, 180, 150 moios; centeio e cevada, 80 moios; azeite, 1600 alqueires. Recebe mais de renda em dinheiro, de miunças grossas, miúdas, legumes, linho, 860.000/960.000 réis; vinho entre 80.000/90.000 réis, mel 70.000 réis (Torrão, c. Alcácer do Sal). Pela ribeira de Sítimos, que «vem dos campos da cidade de Évora» e que desagua no Sado, e banha os limites da freguesia, há dois portos de embarque, com dois celeiros que servem de recolher o pão que embarcam para Lisboa, um da parte do Norte de lá da ribeira, chamado o Porto de S. Brás e outro da parte Sul, chamado o Porto de Barrosinhas (Sítimos, c. Alcácer do Sal). Os vinhos perdem aqui expressão. O sal está presente no território até onde as marés alcançam. Mas os solos não são, de facto, favoráveis à economia cerealífera, suporte básico da vida das populações neste Antigo Regime, ainda mesmo quando se afirmam as monoculturas e ganham relevo outras atividades. O testemunho do memorialista de S. Romão de Sadão serve para caracterizar o mais geral panorama económico-social destas terras: «de tudo se recolhe muito pouco, por cuja razão são os moradores deste país muito pobres», estando a maior ou menor produção de um ou outro «fruto» muito dependente do tempo. Expressão de pobreza destes habitantes são os termos da sua habitação que se descreve também para S. Romão: «há 40 moradores que o são em palhotas ou casas cobertas de buinho (vimes)» (S. Romão de Sadão, c. Alcácer do Sal). Em Sítimos, freguesia de campina, o pároco também se refere à pobreza geral da terra: «em que não há torre, castelo, obra antiga memorável. E como os edifícios desta freguesia são umas pobres choupanas não padeceram grave ruína no Terramoto» (Sítimos, c. Alcácer do Sal). Por terras de *Grândola* e *S. Tiago do Cacém* as condições dos solos e climas são ditos mais impróprios para a agricultura. Em S$^{ta.}$ Margarida de Sadão (c. Grândola) refere o pároco: «O temperamento é pouco sadio, por abrasar o sol muito de Verão e de Inverno os frios que aí são maiores», isto é, mais extremos. Nas campinas domina o centeio e o trigo; dos mais frutos pouco: feijão, arroz. A charneca é particularmente favorável à criação de gado miúdo (cabras, chibatos) e muita caça de coelhos, perdizes, lebres, alguns porcos monteses. Os montes vão povoados de sobro e azinho, que sustentam muitas manadas de porcos, como se refere já para Palma (c. de Alcácer do Sal): «Criam-se bastante gado, éguas, potros, bufos, veados, cervos, gamos e porcos bravos …». «Nos sobrais engordam-se 20 ou mais manadas de porcos». Aqui em Palma, o monarca D. José, mandara fazer cavalariça real para 400 cavalos (Palma, c. Alcácer do Sal).

e) Em direcção ao Alentejo, interior e atlântico

Pelo território dos concelhos de *Grândola*, *S. Tiago do Cacém*, *Sines*, faz-se a passagem para o Alentejo interior e marítimo, em geral, através de terras fragosas e infrutíferas de montanhas e charnecas «bem providas» de montados de sobro, azinho e alguns carvalhos (S^ta. Margarida da Serra, c. Grândola, S. Domingos do Cacém, Roxo, c. S. Tiago do Cacém). Por isso, por todos estes circuitos «estão difusos estes rústicos e agrestes fregueses, corticeiros, famosos e criados como bichos do mato» (Santiago do Cacém). Também carvoeiros que concorrem às carvoarias (S. Domingos do Cacém, c. S. Tiago do Cacém). Terras pouco produtivas: «poucas são domitas e de lavoura e ainda essas de pouco fundir» (S. Tiago do Cacém). Montanhas e charnecas «mais habitadas de bichos bravos que de mansos» (S^ta. Cruz, c. S. Tiago do Cacém). Pelos montes, de fracas pastagens «o monte que usam (…) e de que se mantém é de criações de cabras, algumas vacas e ovelhas» (S. Tiago do Cacém). A produção de lande explica o desenvolvimento das cabras e porcos (S. Bartolomeu da Serra, c. Tiago do Cacém). As culturas dominantes e mais abundantes são trigo, centeio, cevada e milho, mas, em geral, tirando o trigo, as outras culturas são em regra ditas, pequenas. As colheitas do trigo são também ditas muito limitadas pela qualidade das terras menos férteis (Abela, c. S. Tiago do Cacém), que em muitas terras «nunca chega para a passagem do ano» (S^ta. Margarida da Serra, c. Grândola). Com uma ou outra excepção (S^to. André, c. S. Tiago do Cacém), a cultura do milho aparece mais reduzida. A produção de frutos é também fugaz (Cercal, c. S. Tiago do Cacém), mas havendo regadios nas hortas criam-se as mais diversas árvores de frutos, melões, melancias e abóboras e também vinhas e olivais (Roxo, S. Tiago do Cacém). Este quadro vai profundamente alterado pelo território das paróquias do concelho de *Sines*, litorâneo, pela importância que aqui toma a cultura vitícola e as pescas. «As vinhas e o mar», diz o memorialista de Sines «são os dois nervos que mais fortemente concorrem para a subsistência deste povo». A produção vitícola vai sublinhada pelo mesmo memorialista: «vinhos cuja abundância dá provimento deste género a outras terras e alguns anos por preço moderado, excepto este, em que subiu a grande preço pela muita extracção. São vinhos ordinários e não dos mais generosos que há no Alentejo (Mem. Sines). O outro nervo da economia desta região é a pescaria: «Tem pescaria da costa, onde se colhe grande quantidade, que carregam muitas embarcações para vários portos do Reino» e transportada por arrieiros para várias terras do Alentejo (Sines). A produção da lavoura é mais limitada. Nas terras em que vai referida, «colhe-se trigo, milho, centeio, cevada e alguns legumes, mas rara é aquela em que baste para a sua sustentação, porque quasi todos os anos admite e necessita de trigo de fora» (Sines). Trigo de que se abastece das terras alentejanas de Campo de Ourique, que aliás segue nas embarcações para Lisboa, ao lado dos produtos da terra, carvão, vinhos, pescados de Verão (Sines).

4.3 – «Indústrias rurais»[25]

a) Moagens e panificação

Por Lisboa e em raio bastante longo da capital, instala-se esta indústria por excelência da economia do Antigo Regime, a moagem dos cereais para panificação e outros produtos alimentares que é necessário disponibilizar ao consumo local e aos aglomerados urbanos. Mas sempre que as condições existem estes equipamentos concentram-se o mais próximo dos aglomerados, e o grande centro urbano de Lisboa obriga ao seu concurso em grande número. As *Memórias Paroquiais* sem produzirem uma informação satisfatória, não deixam de permitir entrever o grande desenvolvimento destes equipamentos moageiros

[25] Esta informação serve para complementar o mais largo inventário e estudo feito, em Jorge Borges de Macedo – *Problemas de história da indústria portuguesa…o.c.,* 1982. (Especialmente no capítulo II. *Manufacturas, artífices e oficinas*, pág. 60 e ss).

por toda a região, em articulação com as fontes de energia a que recorrem, a geografia das grandes áreas produtivas e condições físicas que fazem de Lisboa um dos centros urbanos de maior concentração de moinhos de vento.[26]

O mais numeroso e desenvolvido dos equipamentos dirige-se à moagem de trigo (moinhos alveiros) porque este é o cereal dominante nos territórios e concorrente à capital, mas também aos cereais de segunda, milhos e centeios nos moinhos negreiros. Em maior número são certamente os moinhos movidos a água corrente dos rios e ribeiros. Mas há também referências a um número bem elevado de moinhos de vento e, em número menor (e com diferente finalidade), os moinhos de marés. Os moinhos de água doce são os que vão de um modo geral instalados nos cursos de água dos concelhos da borda norte atlântica, zona saloia e margem norte do «mar» do Tejo. Nas outras partes, nos cursos dos rios nas secções acima da acção das marés, vão designados por moinhos, azenhas (e também moinhos de rodízio, moinhos de mó, engenho de moinho). Alguns deles são equipamentos bem desenvolvidos – moinhos e azenhas grandes – que podem integrar 3 a 9 engenhos, mós ou rodas (*vide,* Memórias de Alenquer, Oeiras, Barreiro). Vão bem enumerados pelos rios e ribeiros que percorrem os concelhos mais declivosos de Odivelas, Sintra, Cascais, Oeiras, Mafra, Sobral de Monte Agraço. Mas é por terras de Alenquer onde eles vão mais largamente registados, e são em grande parte propriedade da Casa das Rainhas (de quem é a vila e senhorio) e pagam o imposto da «*agoage*»; «*aguade*» de um alqueire por ano pagam também as azenhas em Alverca, nas terras das capelas de D. Afonso IV (Alverca, c. Vila Franca de Xira). Muitos destes moinhos têm dificuldades em laborar todo o ano, por causa do regime das águas dos rios – alguns dos quais secam de Verão – ou porque, por direitos particulares ou comunitários, a água no Verão vai tirada para as quintas e os casais. É por isso também que por todo este território vai instalada uma vasta rede de *moinhos de vento*, especialmente referidos para o termo de Lisboa – Campolide (S. João da Pedreira), onde se contam 20 moinhos, para Oeiras em que se refere que na freguesia de Carnaxide os montes estão todos «coroados» com bastantes moinhos de vento, em Alverca (c. Vila Franca de Xira) com muitos moinhos de vento e atafonas. O moinho de vento vai muitas vezes contado como local de assistência de moradores – fogos (de moleiros) e em Alverca há mesmo o lugar chamado de Moinho de Vento (Alverca, c. Vª Franca de Xira). E há também referências a moinhos de vento, grandes e pequenos, aplicados ao transporte de água de rio para as marinhas (Alcochete).

Moinhos de água salgada e marés vão referidos para o Barreiro, para o Seixal, mas devem estar largamente presentes na banda sul do Tejo e em maior número nas entradas dos rios Coina e Sado. No Barreiro refere-se «o moinho grande de 4 até 9 engenhos, com suas caldeiras de água salgada com que moem nas vazantes das marés». Em Palma, Alcácer do Sal, refere-se um moinho de «oito aferidos que mói às marés». O segmento da moagem registará em diversas partes melhorias técnicas, com vista ao aumento dos rendimentos. De facto, o grande centro de consumo que é Lisboa, não pode estar dependente das irregularidades do abastecimento dos moinhos de água e de vento. E há testemunhos de se introduzirem moinhos manuais pela cidade vindos de Inglaterra.[27]

A indústria de *panificação* tem mais testemunhos para a zona envolvente à capital, onde como se refere para Campolide (S. João da Pedreira), muitas mulheres se dedicam a «amassar» e cozer pão para vender. E também os da vila de Arruda dos Vinhos, com fornos construídos no sítio onde apareceu N.ª Sr.ª da Salvação, que «cozem 24 horas com uma só quentura» (c. de Arruda dos Vinhos). E a referência à

[26] No testemunho de Santos Simões, a Lisboa do séc. XIX era a capital europeia com mais moinhos de vento. Em 1834 trabalhavam dentro da circunvalação não menos de 100 desses engenhos. Cit. em Fernando Castelo-Branco – *Lisboa seiscentista…o.c.*, pág. 95, nota 42.

[27] Melhorias de rendimentos vão documentadas para as azenhas dos padres de S. Vicente, em Stº. António do Tojal (c. Loures). Luís Ferrand de Almeida – «Inovações técnicas no tempo de D. João V: o engenho do Pinhal do Rei», in *Páginas Dispersas. Estudos de História Moderna e Contemporânea*. Fac. Letras, Coimbra, 1995, pág. 1 e ss.

importante indústria alimentar dos biscoitos de Fornos de Val do Zebro, no lugar de Palhais (c. Barreiro) – ao tempo concelho de Lavradio – que trabalha para as naus da Índia. O fornecimento de farinha em mais larga quantidade para os Fornos obriga a grande carretagem do cereal para a moagem nos dois moinhos que trabalham pelas marés, um da Coroa, outro de um morgado. Esta farinha vem de Lisboa. Os barcos carreteiros que andam nesta ligação de três léguas entre Lisboa e Palhais, levam lenha e farinha, trazem o pão de trigo (Palhais, c. Barreiro).

Para além destes moinhos para o cereal referem-se também moinhos para moer azeitona (lagares de azeite). Em Atouguia das Cabras (c. de Alenquer) vão referenciados 8 lagares de azeite «mas quasi todos fabricam com bestas». E moinhos-pisões ou de apisoar tecidos[28], e até para serrar, que vão muito generalizados. E até moinho (desactivado) utilizado para o trabalho da pedra e, certamente, madeira[29] (Bucelas, c. Loures).

b) Cal, telha e tijolo, louça e vidro

Muito divulgados parecem os fornos de produção de cal, telha, tijolo. No Barreiro (Palhais), existem 6 fornos na Moita (c. Moita) também de cal e telha: três unidades são do Conde da Ribeira e outras três são de Bernardo Pinto e outros, como os três fornos que fizeram na quinta de Martim Afonso em 1755. Particular concentração e desenvolvimento existe por terras de Vila Franca de Xira: em Fornos, doze fornos de fabricar telha e tijolos mandados fazer pela Casa do Infantado; em Alhandra, três grandes telhais de Alhandra, cuja grande qualidade de telha tem «grande reputação na Corte» (Alhandra, c. Vila Franca de Xira). O esteiro das Virtudes, no lugar das Virtudes, da paróquia e vila de Aveiras de Baixo (c. de Azambuja) vai frequentado de embarcações que conduzem madeiras, carvão, cal, telha para a cidade de Lisboa (Aveiras de Baixo, c. Azambuja). Também nas terras de Azambuja, em geral, se refere a produção de cal, telha e tijolo para Lisboa (Azambuja, c. Setúbal). E também há fábrica de louça e vidro. Esta vai porém em decadência e foram fechadas unidades, como em Alhos Vedros (c. Moita) no sítio do Forno de Vidros, junto à ponte da vila da Moita «na qual há muitos anos se não fabrica vidro e se acha demolida». Em Coina, adentro da freguesia, na fábrica real (que tinha sido instalada por 1725 dirigida por um alemão e empregando oficiais franceses)[30] achava-se danificada e sem exercício há 10 anos «por se mudar a mesma para o lugar da Marinha, termo de Leiria» e por este desamparo se lhe perdem as madeiras que são excelentes (Coina; Palma, c. Alcácer do Sal)[31]. Estes parecem indicadores da mais ampla irradiação pelo território, a consumir muita lenha, matos e pedra apropriada para os fornos, cujos efeitos se fazem sentir na paisagem,[32] cujos recursos as comunidades querem defender por causa da exploração em larga escala. A reconstrução de Lisboa e terras da região no pós 1755 está certamente na base do crescimento exponencial destas indústrias de materiais para a construção que, tal como se verifica para Alhandra, assolda desde o 1º de Maio até 8 de Setembro trabalhadores que costumam vir das Beiras. Aos registos vem ainda a referência à fábrica de sola e atanados na vila de Povos, sítio da Lapa que se diz fundada por João Mendes de Faria em 1729 que fabricará, em média, 15.000 couros de sola (c. Vila Franca de Xira).[33]

---

[28] «Para apisoar o pano da terra» no ribeiro, chamado o Pizão (Alcabideche, c. Cascais).

[29] Luis Ferrand de Almeida – «Inovações técnicas no tempo de D. João V: O engenho do Pinhal do Rei... *art. cit*. pp. 1-27.

[30] Jorge Borges de Macedo – *Problemas de história da indústria portuguesa…o.c.*, pág. 69.

[31] Do passado pertence também a Feitoria das Naus, no lugar da Telha, no rio Coina, para onde terá passado a construção naval vinda do Seixal (próxima do mar), onde há a ermida de N.ª Sr.ª da Conceição que «é tradição certa ter sido erecta pelo rei D. Manuel I para nela ouvirem missa os oficiais da mestrança da primeira Ribeira das Naus que foi neste lugar» (Seixal, c. Seixal). E que agora só se recorda com um padrão a assinalar o local. E se sofrem as consequências de emprego, população e saída de madeiras. (Sto. André da Telha, c. Barreiro).

[32] Como se refere para a Ota e serra da Curvaceira (Ota e Cadafais, c. Alenquer).

[33] Larga informação em Jorge Borges de Macedo – *Problemas de história da indústria portuguesa… o.c., (em especial Apêndice documental, VIII. Construção civil,* pág. 319 e ss.

c) Madeiras, lenhas, carvão, matos e pedra

Madeiras, carvão, mato e lenha são materiais centrais ao suporte às indústrias da telha, tijolos, louça e vidro, à construção naval, à marinha mercante, aos consumos domésticos e institucionais, com grande acréscimo na procura em Lisboa na primeira metade do século. A escassez de carvão torna-se mesmo dramática ao longo da primeira metade do século XVIII, sendo necessário procurá-lo a mais de 30 léguas de circuito da Corte, encarecendo mais o transporte que o produto em si. Estavam exaustos muitos sítios e montados onde habitualmente se ía buscar o carvão.[34] A enorme escassez de madeira, designadamente para as fábricas e arsenais da Marinha e Ribeira das Naus, tem a sua mais directa resposta na fundação do engenho do Pinhal do Rei (moinho de vento), em 1723, com técnicos holandeses, e em paralelo com a melhoria das condições de acessos fluviais e marítimos em Lisboa (desde Leiria, portos da Pederneira e S. Martinho). Os barcos «carreteiros do Tejo» são o outro grande suporte da condução das madeiras dos pinhais de Azambuja e Virtudes para provimento das naus, alguns dos quais carregavam mais de 65 carradas de lenha cada um.

Mas o esgotamento das madeiras pela região é um facto, e os povos não deixavam de criticar as câmaras da margem do Tejo por não promoverem a reflorestação. Tal situação pressionará a entrada em cena do carvão de pedra, que o Terramoto e as necessidades construtivas de Lisboa, pressionarão ainda mais.[35] Neste contexto, um conjunto de providências foram publicadas no sentido de não permitir obstáculos, nem impedimentos à circulação, contra os embargos ou apeamentos impostos pelas autoridades: isentaram-se as madeiras de direitos alfandegários ou que gozassem do mesmo rebate de direitos concedidos à Companhia do Grão-Pará e Maranhão; libertaram-se novos postos de descarga e criaram-se novos postos de depósito para substituir os arruinados pelo Terramoto; dá-se igual repartição de posições aos mercadores do sítio da Ribeira, agora instalados nas praias fronteiras ao Largo da Galé, ao Terreiro do Paço (onde já estivera o carvão), aos Remolares, onde se lançam os estrumes das cavalariças, à Boa-Vista antes de chegar ao cais do Tojo. Carvão e lenhas que se achava no cais de Santarém e outros lugares (pelos incêndios na Ribeira) seriam transportados para as praias de Xabregas e Grilo. E permite-se o desembarque – em ordem ao provedor da Alfândega do açúcar – na praia de Cascais, de madeira, telha, tijolo da fábricas do reino. E manda-se iniciar (com o dinheiro dos 4%) a construção da nova Alfândega da madeira e sua Mesa do Paço da madeira, que se mandou edificar no cais do Tojo. A falta de lenha dá até azo à concessão das melhores condições para o contrato de instalação da fábrica do negociante britânico Guilherme Stephens a quem são doadas terras em Alcântara para o fabrico de cal, carvão de pedra, a que se dá entrada livre de direitos.[36]

O comércio destas matérias vai muito referenciado nas *Memórias*. Decorre também, certamente, do facto de estes inquéritos incluírem um corpo de quesitos sobre as *serras*, e agora de modo particular pela importância acrescida que estes recursos estão a ganhar, bem como as pressões sobre a sua utilização. Lisboa é o grande centro receptor destes produtos. Registam-se de facto testemunhos de uma significativa condução de matos e lenhas dos concelhos que confirmam um vultuoso comércio de matos e lenhas dos territórios dos concelhos da zona saloia, Cascais e Oeiras, do «mar» do Tejo, a Norte de Azambuja, a Sul de Alcochete, Moita, Seixal, de mais longe do «mar» de Setúbal, Alcácer do Sal, S. Tiago do Cacém, Grândola. Referem-se também os matos certamente dos montes e serras mais próximas à cidade; lenhas de territórios mais distantes, a desenhar uma vasta área que pelos caminhos da navegação marítima trazem estes

[34] Jorge Borges de Macedo – *Problemas de história da indústria portuguesa…o.c.,* pp. 130-131.

[35] Luís Ferrand de Almeida – "Inovações técnicas no tempo de D. João V: o engenho do Pinhal do Rei …" *art. cit*., pp. 1-36.

[36] *Providências do Marquês de Pombal que se deram no Terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755*. Fundação Luso-Americana, III, 2005. Jorge Borges de Macedo – *Problemas de história da indústria portuguesa…o.c.*, pág. 61 e ss.

produtos a Lisboa. Mas normalmente matos e lenhas andam juntos nas carregações das embarcações. Da lenha que vem de mais longe regista-se, em grande medida, a oriunda dos pinhais da região da Moita, Alhos Vedros, mas também dos sobrais, azinhais e até carvalhais dos concelhos de Setúbal, Moita, Santiago do Cacém e Grândola. Este é agora um grande negócio que constitui na cidade um poderoso corpo de mercadores de lenhas e carvão, constituído em forte «lobby» na cidade, designadamente aquando das medidas e providências tomadas sob o Terramoto para encontrar locais de depósito e as melhores condições para o abastecimento.[37] E fazem-se ouvir em múltiplas *Memórias* os danos que tal extracção desenfreada está a provocar na economia e "sustentabilidade" das terras. É o que diz do concelho de Seixal – Amora, da borda do Tejo, onde tal é muito claro: «andam neste tráfico de mato e lenha oito barcas, e mais não andam porque se têm esgotado todos os recursos daquela região». Isto é, se mais houvera, mais se levaria. A sobre-exploração dos montes vai registado para Carnaxide, em Oeiras, onde se refere que na serra de Sernache, por falta já de lenha, se recorre ao mato e a este não dão tempo de crescer! Diz o memorialista de Aldeia Galega (c. Alcochete) que o que mais há na terra são matos «que se cortam para se vender na cidade de Lisboa, que rendem grosso dinheiro». De Cascais o mato e a lenha são enviados nas embarcações que aí ocorrem para venda, com lucros repartidos, por metade, entre os pilotos e companhas. Muita da lenha que chega a Lisboa vem dos pinhais a montante do interior do «mar» de Setúbal. O destino destes produtos, uma parte, incluindo o mato, são para consumos domésticos e para as indústrias, mas certas instituições são mais intensamente consumidoras de combustível, designadamente de carvão, como é a Casa da Moeda e o Hospital de Todos os Santos.[38] Mas matos e lenhas têm também largo consumo pelas indústrias locais, à cabeça os fornos de cal e telheiras e também, de mais larga utilização na panificação. A fábrica de vidros de Coina, consumia-os em larga escala. A sua desafectação – de há 10 anos a esta parte (1758) e seu transporte para a Marinha em Leiria – estava a volver-se, em contrapartida, prejudicial para a terra que assim não dava valor às suas «madeiras que são excelentes» (Coina, c. Barreiro). Com os matos e lenhas circulam também as palhas, ainda que as referências sejam em menor grau (pelo rio Sado, das Palhotas, 17 léguas à barra, em Setúbal).

A pedra para cantaria e os mármores tiveram então a maior procura para as obras públicas, civis e monumentais, antes mesmo do Terramoto, com o grande ciclo construtivo de obras públicas e, sobretudo, religiosas, ao longo de toda a primeira metade do século. Em algumas terras a exploração foi importante. Em S. Domingos de Rana (c. Cascais) o memorialista diz mesmo que os maiores lucros da terra, «procedem da abundância de pedra de cantarias». Teve fama António Martins, o Barambilha, que descobriu a melhor e mais bela pedra para o convento de Mafra, «a pedra branca, a preta, a azul, a amarela em admiráveis cores misturadas» e fazem a riqueza da vila de Cascais.

4.4 – Feiras e mercados. O papel do grande mercado de Lisboa

No tratamento dos dados fornecidos pelas *Memórias Paroquiais de 1758* que no *item* 19 inquire sobre a matéria «*Se tem feira e em que dias e quantos dura, se é franca ou cativa?*», temos insistido em duas vertentes essenciais que nos parecem condicionarem estruturalmente estas realizações para que se procura compreensão nestes escritos memorialísticos: a primeira para afirmar que a presença de uma feira é um elemento essencial à constituição do município do Antigo Regime, à afirmação da sua jurisdição político-económica, no exercício das suas almotaçarias, à constituição da renda municipal, enfim,

[37] *Providências do Marquês de Pombal … o.c.* (2005).

[38] V. Magalhães Godinho – *Introdução à história económica.* Livros Horizonte, nº 10. *Idem – Prix et monnaies au Portugal. 1750--1850.* Paris, 1955. Registou séries preços desde o séc. XVI de compra, por contrato e livre, de carvão de sobro para estas instituições.

à realização de um dos objectivos essenciais do município-concelho português, a autarcia económica e o abastecimento das suas populações. A existência de uma feira municipal faz, pois, parte integrante da definição institucional-municipal. Em princípio, há tantos concelhos quantas feiras e o inverso também tem sentido, tantas feiras quantos concelhos. E há, nesse quadro, uma certa e forte conexão e articulação entre o nível de desenvolvimento político económico e territorial de um concelho e o número e dimensão da(s) sua(s) feira(s) a actuar no território. Essa componente da feira para a definição institucional dos concelhos corre em paralelo, no que diz respeito à sua criação, tutela e jurisdição, nos termos em que são exercidos e concedidas pela Coroa os seus direitos, propriedade e uso dos ofícios, rendas e jurisdições, nos concelhos, designadamente os termos em que estes domínios públicos-régios são doados a particulares, senhorios e donatários, civis e eclesiásticos. E, deste modo, algumas feiras caem em poder de senhorios particulares e instituições, entre elas, confrarias e irmandades, igrejas e capelas, que tomam forma nos tempos da realização das suas festas e romarias. De tudo isto resulta uma enorme variedade de realizações de feiras no que respeita ao seu estatuto e à sua compleição económica, à sua duração, calendário e localização. A outra vertente que vimos salientando, em forte articulação com o que afirmamos, e mais particularmente no que diz respeito às suas funções económicas e comerciais – a venda e transacção de produtos e realização de rendas fiscais – é que nem sempre o mais elevado número de feiras no território pode ser lido como testemunho e suporte de um mais vasto e desenvolvido mercado e comércio; bem pelo contrário, o seu elevado número pode ser a expressão de pequenos mercados locais, construídos para o exercício de pequenas jurisdições políticas e municipais, que por si podem ser limitadoras de uma mais livre e larga circulação, intercâmbio e comércio.[39] Estas são as razões que explicam o elevado número de feiras por todo o território, a corresponder à extensíssima malha de jurisdições municipais.

Porém, a realidade com que fomos confrontados para o território de Lisboa e Setúbal, a partir dos testemunhos das *Memórias Paroquiais*, apresenta-se bem diferenciada daquela que fomos verificando, neste percurso da inventariação das feiras pelo restante território nacional. É de facto muito reduzido o registo da presença e enquadramento de feiras neste território. Como articular esta realidade com aquelas constatações gerais, tendo em vista também o mapa dos concelhos?

a) O mapa das feiras no território

As informações colhidas nas *Memórias Paroquiais* sobre as feiras neste território são muito breves, respondendo laconicamente aos termos do *Inquérito* sobre o local da realização, data e periodicidade, duração, se é franca ou cativa, bem como os principais tributos e direitos aí cobrados, os produtos nelas transacionados. As tabelas *infra* reúnem o essencial das informações, no que diz respeito à sua articulação municipal/concelhia (terras com jurisdição municipal), periodicidade e tempo de realização.

Duas conclusões principais se podem tirar da análise dos dados: a primeira, é que, de facto, o número de feiras é muito reduzido face às jurisdições (concelhos) do território. Do total de 51 concelhos (com julgados e reguengos) menos de metade (29) é que têm feira. Destes 22 têm uma feira, 7 têm mais do que uma, contando 24 feiras. A segunda conclusão é que estamos na presença tão só de feiras de ano, com uma duração que nuns casos é de um dia, noutros de três dias, estes certamente a configurar maior concentração e permanência de concorrentes, o que em muitos casos se explica pelo tempo das festividades a que estas festas de ano correspondem. A corroborar a mais forte associação destas feiras ao calendário religioso, está o facto de muitas delas se realizarem para além do dia santo, aos Domingos.

[39] José Viriato Capela – «Feiras e mercados» in *As Freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005, pág. 617 e ss.

Terras (com jurisdição) com uma feira

Distrito de Lisboa	Tempo de duração (dias)
Alcoentre	1
Alhandra	1
Alverca	3
Aveiras de Baixo	2
Azambuja	3
Calhandriz	1
Carcavelos	3
Castanheira	1
Ericeira	2
Óbidos	1
Odivelas	1
Gradil	1
Sintra	1
Sobral de Monte Agraço	1
Vila Franca de Xira	1
Distrito de Setúbal	**Tempo de duração (dias)**
Alcácer do Sal	3
Alvalade	1
Palmela	4
S. Tiago do Cacém	3
Setúbal	3
Torrão	3
Vila Nova de Mil Fontes	3

Terras (com jurisdição) com mais de uma feira

Terras	Número de feiras e duração (dias)	Total (dias)
Torres Vedras	6 (3,3,3,2,2,3)	16
Alenquer	5 (1,1,1,3,3)	9
Mafra	4 (2,1,3,3)	9
Belas	3 (3,1,1)	5
Arruda dos Vinhos	2 (3,3)	6
Aldeia Galega da Merceana	2 (1,1)	2
Vila Verde de Francos	2 (1,1)	2

Lisboa e Setúbal apresentam, de facto, a mais baixa taxa de desenvolvimento de feiras. É manifesto, comparando os territórios entre si, que o território nortenho constitui uma «feira contínua» para usarmos a expressão consabida de Fr. Luís de Sousa, que aqui associamos à elevada periodicidade e taxa de realização de feiras ao longo do ano para a província do Minho.[40] De facto, é para este território que localizamos o mais alto número de feiras a actuar no território nortenho: no distrito de Viana as feiras (semestrais, quinzenais e mensais) representam 89.2% do total, com valores mais aproximados no distrito de Vila Real (66.6%). Mas sempre elevados nos demais territórios dos distritos de todo este litoral atlântico: Braga (34.8%), Porto (38.5%), Coimbra (27.8%) e Viseu (28.1%). Em contraponto, na vasta região de Lisboa e Setúbal é quasi exclusiva a presença de feiras de ano, não se registando feiras de outra periodicidade, quinzenais, mensais e até semanais, que essas sim exprimem o normal e mais activo curso de vida mercantil ao nível local concelhio. O comércio regular faz-se por aqui, pois, no essencial, à margem das feiras concelhias. Como explicar esta realidade bem diferenciada do todo nacional? Propomos a seguinte abordagem: entra aqui em cena o papel dos mercados «livres» como suporte da actividade ao

[40] *A vida de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*. Lisboa, 1984, pág. 118: «(…) não só Viana mas toda a terra de Entre Douro e Minho é uma feira contínua (…)».

grande mercado lisboeta a que as terras vão articuladas e que por ele se dinamiza. As feiras concelhias, expressão de autarcias locais municipais, bloqueadoras de livres trânsitos por sobre os limites concelhios, não podem aqui obstaculizar os comércios com o grande mercado e as grandes necessidades da capital.

Feiras semanais/quinzenais/mensais e anuais. Por distritos (Repartição %)
Lisboa e Setúbal no contexto do Norte e Centro de Portugal

Distritos	Feiras Semanal/Quinzenal	Feiras Mensais	Feiras Anuais	Total Total das feiras	Feiras/Concelhos Jurisdição municipal
Viana do Castelo	42.8	46.4	10.7	28	0.96
Braga	12.6	22.2	65.0	63	1.14
Porto	17.8	20.7	61.3	101	1.29
Aveiro	-	47.7	52.2	44	0.70
Coimbra	11.6	16.2	72.0	43	0.57
Viseu	7.0	21.1	71.8	71	0.59
Bragança	-	27.1	72.8	70	1.62
Vila Real	24.4	42.2	53.3	45	1.15
Guarda	-	17.0	82.9	63	1.30
Lisboa	-	-	100.0	41	-
Setúbal	-	-	100.0	7	-

Fonte: *Memórias Paroquiais de 1758*

b) Lisboa. Integração mercantil

O grande mercado e praça de Lisboa estende bem longe a sua acção no território não podendo, pois, ser obstaculizado pelo universo das feiras quinzenais e mensais que estruturam por todo o lado os comércios (locais). Ele exerce, inclusive, o seu impacto sobre as feiras de ano, que afasta da sua zona de maior influência. De facto, o maior número destas feiras do distrito de Lisboa, concentra-se naquela parte do território mais afastado do mercado da capital, no território dos concelhos de Torres Vedras, Alenquer, Mafra,… A presença de feiras é, de facto, baixa ou inexistente nas proximidades de Lisboa, ou naqueles territórios da borda d'água com fáceis, acessíveis e regulares contactos marítimos e fluviais e grande desenvolvimento da almocreveria. Aplica-se a estes territórios mais próximos ao grande mercado lisboeta e com ele directamente articulado, o que refere o memorialista de S. Tiago de Almada, da banda d'além do "mar", a respeito da feira que não há no concelho: Não teve, nem tem feira, «por ficar perto da cidade de Lisboa, aonde os moradores dela se vão prover do que lhe é necessário para o sustento da vida e ornato do corpo, sem mais detrimento que o desembolso de dois vinténs, ainda que algumas vezes com o susto que o mar causa em dias de vento a quem navega» (c. Almada). O grande centro urbano e mercantil que é Lisboa, estende largamente os seus braços mercantis a um vasto território, não permitindo ou desfavorecendo, pois, a formação de bloqueios a uma mais larga integração do território no seu mercado e agência que é o que estas feiras realizam. Tomás Vila Nova Portugal, o autor que nos finais do século XVIII melhor analisou o efeito e o impacto das feiras e dos mercados no desenvolvimento económico e integração mercantil, refere-se já às antigas medidas dos monarcas para proteger e permitir a acção do mercado de Lisboa, proibindo limitações ao desenvolvimento deste comércio. Refere-se, em concreto, à antiga medida de D. João III, de 1557, em que se estabelece que «os moradores que tirassem rendas de frutos, além da distância de 10 léguas, deixassem o terço nas terras».[41] Isto é, deixava-se aos produtos no limite aquém deste território, a liberdade e a possibilidade de se deslocarem para Lisboa, sem estarem sujeitos à reser-

[41] Tomáz Villa-Nova Portugal – *Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras de anno para o comercio intrínseco» in Memórias Económicas da Academia».* T. II, Lisboa, 1790, pp. 1-15.

va e fixação local das terças para os celeiros paroquiais e autarquias locais (municipais) como acontece em todos os territórios e regimes municipais antigos, especialmente aplicados em períodos de crise.[42] Dez léguas representam um vasto território no qual as jurisdições municipais nele inseridas não podem limitar e condicionar a circulação do pão dos celeiros. Estas dez léguas exprimem, pois, o raio do mais completo domínio do mercado de Lisboa que não deixaria de crescer ao ritmo do engrandecimento da cidade e do alargamento e aprofundamento dos circuitos mercantis, como se verificou para a extensão da recolha de carvão (até cerca de 30 léguas). Neste vasto «hinterland» as feiras que aí se situam não deixam porém de viver ao ritmo do mercado de capital, como se regista na memória da freguesia da Charneca, em cujo povoado grande de 258 fogos e 1154 pessoas, com importante quadro de oficialato local, de 2 juízes vintaneiros, 1 alcaide, 3 quadrilheiros e 1 escrivão, ali a uma légua da cidade: «Há neste lugar uma feira cada ano (a 23 e 24 de Agosto) e que concorre muita gente, uma que vem a vender, outra a comprar, e as mais a ver por ficar perto da Corte …».

Para além deste comércio que se faz às portas da cidade, nos limites do aro urbano, no seu interior segundo os testemunhos das *Memórias Paroquiais de 1758* e também no *Mapa de Portugal* de João Baptista de Castro (1745-1758), feiras e mercados vão referidos para Benfica e no Rossio. Em Benfica há feira, livre, todos os Domingos de Maio, no convento de S. Domingos. No Rossio há a feira semanal que é como um mercado: «Tem feira todas as semanas à Terça-feira na *praça do Rossio* que consta de várias cousas que são precisas para cada qual governar a sua casa. Também no mesmo dia e no mesmo sítio se faz a de toda a casta de bestas» (S. Jorge de Arroios, c. Lisboa).[43] A nada mais se referem estas *Memórias Paroquiais* de Lisboa e seu termo no que diz respeito a feiras. Mas pelas informações de J. Baptista de Castro sabemos que no mesmo Rossio, debaixo dos arcos da Praça, se desenvolve o imenso comércio (de mercado) feito por quasi 200 lojas portáteis, para a venda de todo o género de tecidos e roupas.[44] E o essencial dos produtos de abastecimento público à cidade concentra-se nos armazéns, no Terreiro do Pão ou do Trigo, nas lojas, cujos produtos são trazidos à cidade pelo mar Atlântico, pelo estuário do Tejo e suas imensas articulações fluviais, bem como pelos caminhos de recovagem terrestre. Uma estatística contemporânea das *Memórias*, de 1763-69, informa-nos da imensa população de profissionais que andam nos *transportes para a cidade*, na *carga* e *descarga* no porto de Lisboa e de produtos alimentares: para o pão do mar e para o que vem de Abrantes, do Alentejo, do Ribatejo de Santarém, tal como dos barcos de Alhos Vedros e Aldeia Galega; do trigo, do bacalhau, da fruta, da castanha, das carnes, dos produtos para a laboração industrial, do ferro, da sola, da palha, da carqueja. Num universo de 1587 profissionais de todos os ramos contam-se 1496 que andam na *carga* e *descarga*, mais 309 nos transportes fluviais, marinheiros 306, para além dos que andam nas recovagens terrestres.[45] Depois do Terramoto (1755), na reconstrução da Baixa, o Marquês de Pombal continuará o arruamento das profissões, no modo antigo.[46] Para os comestíveis fixará locais, praças próprias; para a fruta e outros comestíveis, praça da Figueira; o mercado do peixe na Ribeira Velha; mercados volantes de fruta e queijo no Terreiro do Paço; mercado do pão no largo de S. Paulo, do leite no largo de S$^{ta.}$ Justa.[47]

Respigam-se nestas *Memórias Paroquiais* algumas notas que vão ao encontro deste estado pouco activo e florescente das feiras pelo território e alguns insucessos no lançamento de outras. Em alguns casos

[42] José V. Capela – *A câmara, a nobreza e o povo do concelho de Barcelos*. Sep. de «Barcellos – Revista», Barcelos, 1986. Como se providenciou em particular por causa do Terramoto de 1755. *Providências do Marquês de Pombal… o.c.* (2005).

[43] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal…o.c., (1745-1758),* na toponímia da paróquia de S. Bartolomeu refere o chão da feira.

[44] *Idem, ibidem*; Fernando Castelo-Branco – *Lisboa seiscentista…o.c.,* pp. 19-167, capítulos *A urbe; o ambiente social.)*

[45] Jorge Borges de Macedo – *Problemas de história da indústria portuguesa … o.c,* pág. 107.

[46] Alvarás de 1765 e 1771: Nuno Luís Madureira – *Cidade: Espaço e quotidiano*. Livros Horizonte, 1992, pp. 31-32.

[47] Alvarás de 1765 e 1771: Nuno Luís Madureira – *Cidade: Espaço e quotidiano…. o.c*, pp. 31-32.

privilégios concedidos a particulares para feiras não produziram sucesso: em Odivelas, no couto das religiosas; em Alcoentre com provisão régia de cerca de 1750, não vingou; Alhandra, com provisão de 1721 concedida aos franciscanos para uma nova feira no terreiro da ermida da Senhora da Ajuda, não vingou também. Outras vão decadentes ou estão extintas ou reduzidas a pequenas feiras (Gradil e Alvalade); Carcavelos, tem pouca frequência; Alverca, vai extinta por falta de «agasalho e hospitalidade» do prior e mosteiro de S. Romão para com os feirantes; Castanheira também decadente e reduzida ao concurso de alguns bufarinheiros. Uma ou outra parecem apresentar maior dinamismo e abrangência: Mafra com grande concorrência de todo o género de fazenda, mercadorias, abastecimentos, gados e tendas de ourives, certamente em relação com o grande empreendimento do convento; Óbidos, com particular concurso da louça das Caldas; Setúbal, a necessitar por vezes de alargar para além dos três dias a feira franca, nestes casos com licença do senado da câmara e sujeitas a taxas. E Cascais a obrigar ao funcionamento de duas praças, uma de fruta e outra de hortaliça. É destes maiores núcleos urbanos, à cabeça Lisboa, que virá naturalmente a pressão para a defesa da vantagem dos mercados sobre as feiras. O mercado mais extenso é, de facto, mais útil a maior consumo e circulação, à formação de preços mais constantes e mais módicos, maior afluência anual de frutos em todas as estações do ano, com maior ordem e policiamento; enfim, mais impacto na cultura dos campos e indústrias que abasteçam Lisboa. É que a «cultura não prospera só pela abundância dos primeiros frutos, como os trigos, os vinhos, o azeite, etc; mas pela abundância dos frutos de hortas, pomares e semelhantes objectos da economia doméstica», isto é, por um mercado contínuo como explica e doutrina Villa-Nova Portugal.[48] Ora este é realmente o quadro mais variado e diversificado da lavoura e economia doméstica das quintas e hortas que povoam o vasto termo que Lisboa afeiçoou, cujas produções já vivem intensamente do seu mercado. Os grandes abastecimentos como os cereais, têm que ser procurados num mercado mais alargado e sustentado que Lisboa e o seu governo sempre providenciou.

A protecção às feiras municipais neste vasto "hinterland" de Lisboa não parece preocupação dos monarcas, pelas razões aduzidas, ao contrário, aliás, do que se verifica para o restante território nacional em que se referem numerosas autorizações de feiras concedidas por D. João V, D. José, D. Maria I.[49]

Mas, pelo último quartel do século XVIII, o pensamento agrário e fisiocrático é hostil às feiras e posturas camarárias proteccionistas dos concelhos que diz que são causa do atraso da agricultura. Deste horizonte da formação e acção do grande mercado lisboeta, podem arrancar textos fundamentais desta corrente de pensamento, crítica dos localismos municipalistas e dos obstáculos à mais larga formação de mercados e promotores da acção mercantil na libertação da Economia e da Sociedade. É o caso da *Memória* de Tomás António de Vila Nova Portugal, do círculo fisiocrático da Academia de Ciências de Lisboa, que se pronuncia sobre a vantagem e preferência dos mercados ao uso das feiras de ano para o comércio intrínseco.[50] Do mesmo horizonte, para a comarca de Setúbal e concelho da vila de Azeitão é a mais violenta crítica de Joaquim Pedro Gomes de Oliveira aos bloqueamentos e danos trazidos à agricultura pela política económica municipal e seus ordenamentos (posturas) para a lavoura e comércio.[51]

[48] Tomáz António de Villa-Nova Portugal – *«Memória sobre a preferencia que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras do ano para o comércio intrínseco …» art. cit.*, pág. 9.

[49] J. Borges de Macedo – *Problemas de história da indústria portuguesa … o.c*, pág. 142 e ss.

[50] Tomáz António de Villa-Nova Portugal – *«Memória sobre a preferencia que entre nós merece o estabelecimento dos mercados ao uso das feiras do ano para o comércio intrínseco …» art. cit.*

[51] «Das posturas da villa de Azeitão, comarca de Setúbal» *in Memórias Económicas da Academia*. T. III, 1791, pág. 306 e ss.

Feiras do território do distrito de Lisboa

Concelho actual	Local de Realização	Data/Periodicidade (dias)	Franca/Cativa Observações
Alenquer	S. Pedro de Alenquer	Anual. S. Miguel (1)	Cativa. Terrado à capela do Esp. Santo
	S. Tiago de Alenquer (Vila Nova)	Anual. 19 Mar. (1)	Cativa
	S. Tiago de Alenquer (Vila Nova)	Annual. 29 Jul. (1)	Cativa
	Ota (Ota)	Anual. Dia Espírito Santo (3)	Cativa. Terrado à igreja
	Ota (Ota)	Anual. Nª Sª das Neves (3)	Cativa. Terrado à igreja
	Aldeia Galega de Merceana (Merceana)	Anual. 25 Mar.	Cativa
	Vila Verde de Francos	Anual. SS$^{ma.}$ Trindade	Cativa
		Annual. 3 Fev. (S. Brás)	Franca
		Annual. 28 Out. (S. Simão e S. Judas)	Franca
Arruda dos Vinhos	Arruda dos Vinhos	Anual. S. Tiago (3)	Franca
		Anual. Sant'Ana (3)	Franca
Azambuja	Azambuja	Anual. 4º Dom. Out e ss (3)	Cativa. Terrado ao Hospício da Ordem Terceira
	Alcoentre	Anual. S. Miguel (1)	Decadente
	Aveiras de Baixo – lugar das Virtudes	Anual. 8 Set. (2)	Cativa. Paga seus direitos
Cascais	Cascais	[a]	[a] Duas na praça na vila. uma de fruta; uma de hortaliça. Sujeitas à almotaçaria.
	Carcavelos	Anual. 8 Set. (3)	
Loures (Lisboa)	Loures	Anual. Vésperas e dia de Sant'Ana	Concessão régia recente
	Unhos	Anual. S. Silvestre (1/2)	
Lourinhã	Óbidos. Moita de Ferreiros	Anual. 8 Set. (1)	
Mafra	Junto à Obra de Mafra	Anual. S$^{to.}$ André e dia seg (2)	Cativa
	Junto à Obra de Mafra	Anual. 3º Dom Jul. (1)	
	Morgeira – Erm. de Nª Sª do Monte do Carmo e S$^{to.}$ António	Anual. (3)	Franca
	S$^{to.}$ Estevão das Galés, S$^{ta.}$ Eulália	Anual. 12 Fev. (3)	Franca
	Gradil (junto ao adro)	Anual. S. Silvestre (1)	Pequena feira
	Ericeira	Anual. 25 Jul (2)	Franca
Odivelas	Odivelas (dentro do couto das Religiosas	Anual. 9 Out. S. Dionísio (1)	Franca
Sintra-Belas	Agualva	Anual 1$^{os.}$ três dias de Maio (3)	Franca
Sintra-Belas	Melessas	Anual 3º Dom. Out. (1)	Franca
Sintra-Belas	Melessas	Anual 4º Dom. Out. (1)	Franca
Sintra-Sintra	Almargem do Bispo (S$^{ra.}$ da Piedade)	Anual. S. Tiago e depois (3)	
Sobral de Monte Agraço	S. Quintino (Almargem)	Anual. Domingo antes de S. João Baptista (1)	Cativa. Direitos e terrado à confraria de S. Quintino
Torres Vedras	Torres Vedras	Anual. S. Pedro (3)	Cativa. Terrado, sisa e portagem
	Enxara do Bispo (Erm. Nª Sª do Socorro)	Anual. 5 Agosto (3)	Franca. (Feira da Ladra. Extinta)
	Enxara do Bispo (Vila Franca do Rosário)	Anual. Último Dom. Set (3)	Franca
	Fanga da Fé (Sítio da Encarnação)	Anual. 1º Dom. e Seg feira. Set (2)	Franca
	Fanga da Fé (Sítio da Encarnação)	Anual. 2º Dom. e Seg Feira Out. (2)	Franca
	Dois Portos (Capela Nª Sª dos Milagres)	Anual. 1º Dom. Set. (3)	Franca
Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Anual. 1º Dom. Out. (1)	Franca. «Não obstante vexação dos siseiros»
	Alhandra (Erm. Nª Sª da Ajuda)	Anual. 3º Dom. Out. (1)	Cativa. Da Ordem de S. Francisco. Decadente
	Alverca (Conv. S. Romão)	Anual 15/16/17 Julho (3)	Cativa ao Mosteiro. De 1746. Extinta
	Castanheira	Anual S. Bartolomeu (1)	Decadente
	Calhandriz	Anual. Dom. pós 25 Abr. (1)	Franca

Feiras do território do distrito de Setúbal

Concelho actual	Local de Realização	Data/Periodicidade (dias)	Franca/Cativa Observações
Alcácer do Sal	Vila de Alcácer Torrão	Anual. Desde o 1º Dom. de Pascoela (3) Anual. Desde 2 Agosto (3)	Franca Franca. Do mercado fez mercê El-Rei para a fábrica de Nª Sª do Bom Sucesso
Palmela	Palmela. Castelo	Anual. Dia de Nª Sª da Conceição e ss. (4)	Franca
Setúbal	Vila de Setúbal	Anual. Dia de S. Tiago, 25 Julho e ss. (3)	Franca. Cativa se estão mais dias
S.Tiago do Cacém	Santiago do Cacém Alvalade Vila Nova Mil Fontes. Cercal	Anual. Sto. André (3) Anual. 25 de Abril Anual. S. Pedro. 29 Junho e ss. (3)	Cativa «Breve mercado» Franca

5. DEFESA DO TERRITÓRIO. CORSO E PIRATARIA

5.1 – Estruturas e defesas militares

O território português vai ser dotado desde as suas origens de uma importante rede de equipamentos e meios militares para a defesa das terras e do território. O processo de Reconquista irá implantando por acção das Ordens militares, dos concelhos, comunidades locais, terratenentes e pela Coroa, as defesas que permitissem deter e defender as terras "resgatadas", proceder a "razias" militares e estender os "limites" do território reconquistado e dar definitivo desenho ao território do Reino de Portugal. Essa é uma iniciativa que opõe, no início, cristãos e muçulmanos em expansão e confronto no território. Em bela síntese, José Mattoso historia o processo inicial da construção das fortalezas que darão corpo militar a esta defesa e ofensiva, suas características e desenvolvimentos arquitectónicos, enfim, sua implantação no território nacional, em relação com aquelas finalidades.[52] O processo de consolidação política e geográfica e de delimitação e defesa do território – acentuado com o Tratado de Paz e Limites de Alcanices (1297) – levará à implantação na fronteira terrestre da mais extensa rede de fortalezas em lugares estratégicos que, sofrendo sucessivas reformas ao longo dos tempos (designadamente a dionisina), se consolidará na mais extensa rede de fortalezas implantada ao longo de toda a fronteira terrestre levada a cabo no reinado de D. Manuel I e por ele mandado desenhar a Duarte d'Armas.[53]

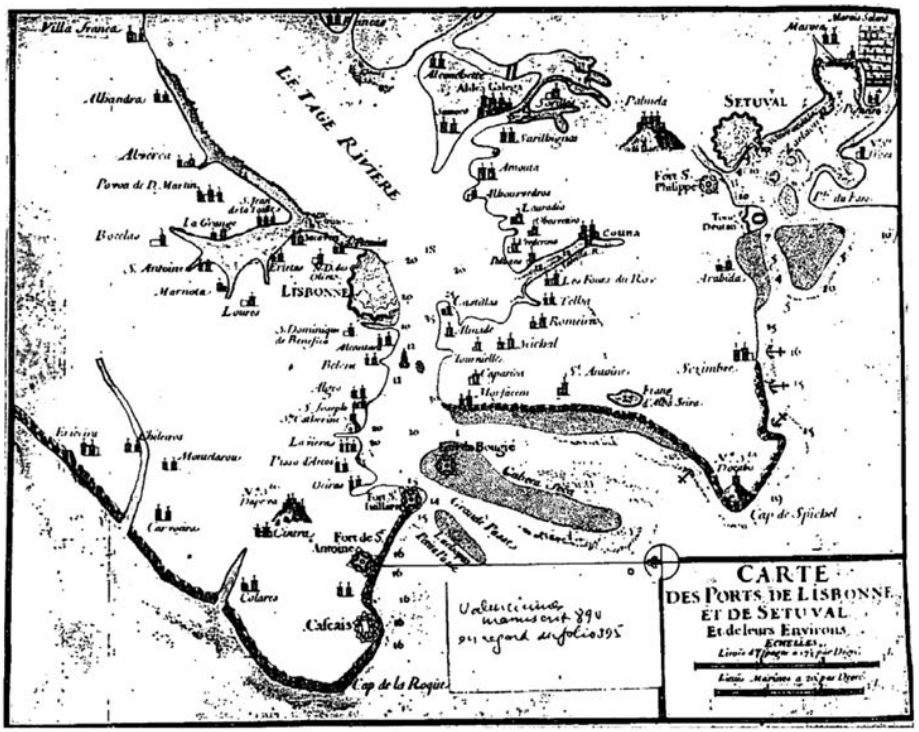
A expansão marítima e a construção do Estado mercantilista português desde o século XV e, em particular, no século XVI, obrigará agora a lançar na fronteira marítima atlântica, do Algarve ao Minho, um outro extenso cordão de fortalezas e estruturas defensivas para a defesa militar das entradas das costas, da defesa das barras e dos portos e também da condução do comércio marítimo exterior, mediterrânico, norte-africano, insular, logo nas Rotas do Cabo do Índico e do Atlântico. A protecção militar ao comércio marítimo – tendo em vista os seus rápidos progressos nos primeiros anos do século XVI – colhe desde então as maiores preocupações da Coroa. V. M. Godinho refere que «a partir de 1526 o mais tardar, Portugal dispunha de um sistema completo de defesa, assente em cinco armadas: a do Estreito de Gibraltar, a do litoral metropolitano, a das Ilhas Adjacentes, a do Golfo da Guiné e a do Brasil, ou seja, antes do reforço de 1552, uma dezena de naus e galeões, uma vintena de caravelas e três a cinco galés, sem contar pequenas caravelas de aviso.[54] Corre com este processo, o da construção naval que logo pro-

[52] José Mattoso – *Castelos Portugueses*. Correios e telecomunicações de Portugal. 1988.

[53] Síntese mais actual, Mário Jorge Barroca – «Representações de espaços urbanos do Noroeste de Portugal nos alvores da Época Moderna» in *La ciudad y la mirada del artista. Visiones desde el Atlântico*. Teofilo edicións, 2014, pág. 420 e ss.

[54] V. M. Godinho – «As incidências da pirataria e da concorrência na economia marítima portuguesa no século XVI» in *Ensaios II. Sobre História de Portugal*. Sá da Costa, 2ª edição, correcta e ampliada, 1978, pág. 200.

cederá à adaptação das embarcações de comércio com meios militares,[55] à construção de equipamentos defensivos ao longo da costa, maioritariamente de cariz militar, para maior alcance marítimo e acção militar defensiva e de defesa e alerta contra a pirataria.



*José Carlos Galvão – A bacia dos rios Tejo e Sado numa gravura francesa do século XVIII, in "*Arquivos do Centro Cultural Português", vol. III, Paris, 1971, pág. 717.

O recrudescimento das incidências da pirataria por meados do século XVI – expressão certamente do crescimento da navegação e comércio português – vai associado ao primeiro grande relançamento da construção de mais extensas estruturas militares e defensivas no território e plataforma atlântica portuguesa naturalmente à cabeça, a embocadura do Tejo e porto de Lisboa e seu arco atlântico de acesso.[56] A anexação de Portugal por Espanha, 1580-1640, dará ainda mais largo corpo a estes equipamentos tendo em vista os novos horizontes do Império filipino. Nesse quadro, Portugal será dotado de mais extensos e modernos equipamentos militares e defensivos, reforçando-se-lhe os meios e organização militar com tropas de linha e corpos militares permanentes e meios militares locais e estruturas locais concelhias ao longo da costa e nos domínios ultramarinos.[57] A conservação do governo e Monarquia hispânica[58] e posteriormente as guerras de Restauração e Independência de Portugal, entre 1640-1668, abrirão uma nova fase de reforço defensivo, que passa, como é sabido, pela renovação «à moderna» e construção de novos equipamentos e estruturas militares, até onde o permitiram os meios financeiros do esforço de Guerra.

Os breves relatos da situação das fortalezas e estado de defesa militares vindos às *Memórias Paroquiais de 1758*, ainda que muito esparsos, não deixam de patentear, em regra, estruturas e meios militares muito decadentes e inoperacionais, sinal de que o esforço anterior tinha sido abandonado nesta

[55] Leonor Freire Costa – «A construção naval» in *História de Portugal* (Dir. de José Mattoso). Círculo de Leitores. Terceiro volume, 1993, pág. 292 e ss.

[56] V. M. Godinho – «*As incidências da pirataria …*» *art. cit.*, 1978. Sobre Cascais e a Fortaleza da Luz – *Oceanos*, nº 2, 1989, pág. 65 e ss.

[57] *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2 (Coord. de António Manuel Hespanha). Círculo de Leitores, 2004.

[58] O grande ataque e operações inglesas de Drake e Essen de 1587 e 1596 no contexto do apoio às pretensões do Prior do Crato, estão nas origens das ordens de Filipe II, pós 1589, para a reconstrução do forte da Cabeça Seca ou Bugio que datava do tempo de D. Sebastião – Durval Pires de Lima – «*O ataque dos ingleses a Lisboa em 1589*», *art. cit.*, pág. 287.

frente de defesa militar. O mapa acima reproduzido (do tempo da Guerra dos Sete Anos (1756-1763 ou mesmo do período das invasões francesas) das terras e portos fortificados na costa e dos portos e mares de Lisboa e Setúbal, mostra, é certo, um grande número de fortificações, mas de porte pouco relevante. Mais envolvida na condução de comércio marítimo atlântico, a Monarquia pretende sobretudo comboiar e defender as frotas da Índia e agora do Brasil, protegendo as regiões de mais intensa abordagem, no mar, nas ilhas, na entrada do porto de Lisboa e embocaduras de outros portos de maior envolvimento (Algarve, Peniche, Setúbal, Aveiro, Porto, Viana).[59] Particularmente decadentes aparecem as muralhas, os castelos, as torres das terras do interior deste território. Serve de testemunho o que vai referido para as estruturas defensivas das duas importantes vilas históricas, *Alenquer* e *Torres Vedras*, terras que no passado tiveram grande relevância político-militar e se defendiam com muralhas e castelos. Em *Alenquer* conservam-se restos das muralhas do castelo e duas torres, que o Terramoto não destruiu. Os seus muros, a espaços, vão sendo apropriados por particulares, com a conivência das autoridades. Aliás, como se subentende do que refere o memorialista, as muralhas já mais não são que «restos arqueológicos» que Sua Majestade recomenda pela Academia Real (a da História) seja conservada «por ser obra dos Alanos», isto é, por uma questão de memória histórica e arqueológica. Em *Torres Vedras* o panorama é idêntico: «foi antigamente murada, cujo muro em todo o circuito se acha demolido». Tinha sido estrutura bem desenvolvida: castelo «bem formado» com fortes e cisternas, muralha e ante-muralha. Sobre os restos estavam também a construir-se casas. Estas construções e defesas ligam-se às primitivas ocupações de território, designadamente da época gótica e muçulmana, da Conquista e Reconquista do território: se o de Alenquer é dito com marcas dos «Alanos», o de Torres Vedras, é castelo que o pároco-memorialista refere «se diz fabricado pelos Mouros». O mesmo se dirá do *castelo da serra de Sintra*, que também fora bem estruturado na sua muralha e castelo, portas, cisterna, forte e cinco torres.[60]

As referências mais desenvolvidas a estas estruturas persistentes, concentram-se na fachada atlântica do território a Norte e a Sul de Lisboa. Em particular nas terras e concelhos que constituem o arco da entrada e embocadura da capital. As informações memorialísticas vão desgarradas, porque os párocos situam a descrição dos equipamentos na respectiva freguesia, o que prejudica a visão do conjunto, das suas contiguidades e articulações, particularmente desenvolvidas nesta fachada marítima das embocaduras dos portos de Lisboa e Setúbal e outras áreas de mais intensa navegação. Estamos longe de ter referências para a imensidão de fortes e fortalezas deste território – mesmo que decadentes e ultimamente ainda mais arrasadas pelo Terramoto – designadamente para as enumeradas por J. Baptista de Castro no *Mapa de Portugal*.[61] Há, em regra nestas *Memórias* informações mais desenvolvidas para as *praças de armas e governos militares*: para *Cascais*, para *Sesimbra – Setúbal*.[62] Tal decorre naturalmente da sua importância no desenho da organização político-militar, no desenvolvimento das suas estruturas arquitectónicas, corpos militares e equipamentos e, correlativamente, territórios mais expostos à guerra e pirataria em face dos maiores centros populacionais e áreas de mais fácil ancoragem.

Para Lisboa, cidade e seu porto de mar, as referências são breves, o que tem a ver com a pouca abrangência das *Memórias Paroquiais* da cidade. Porque, como é sabido, tendo em conta as dificuldades de navegação na barra de Lisboa, por um lado, e por outro, o interesse da sua navegação mercantil para os povos do Norte desde o século XVI, a descrição cartográfica e marítima das barras de Lisboa e

[59] V. M. Godinho – «Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770) in *Ensaios II. Sobre História de Portugal… o.c.*, pág. 423 e ss.

[60] José Mattoso – *Castelos portugueses…o.c.*, 1988.

[61] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal …o.c.,* (1745-1758).

[62] Não vão aqui as praças e fortalezas subordinadas ao Governador de Peniche, fora deste corpo (territorial) de edição das *Memórias Paroquiais*.

também Setúbal, dos seus territórios adjacentes e envolventes, e também das suas fortificações adquiriu um notável nível de desenvolvimento. Lembram-se aqui as cartas de F. Álvares Seco (1561 e 1565); de Pedro Teixeira de Albernás (1662) e sobretudo do cartógrafo holandês Lucas Waghenaer (1583 e 1592), mas também de João Teixeira (1648) e do outro holandês Jean Van Keulen (1680).[63] Referência para quatro fortes no território de Carnaxide, aos fortes da foz da Ribeira de Algés (S. José, Cruz Quebrada e Boa Viagem); aos sete fortes dos quais apenas dois com guarnição (S. João das Marés e S. Pedro em Paço d'Arcos) (c. Oeiras); os demais inabitados ou só com pessoas para deles tratarem; em Sta. Engrácia, referência também, breve, ao Arsenal das Armas e Armazéns de Lisboa. Referências à Torre de Belém e Cais é necessário ir buscá-las a João Baptista de Castro que a descreve como torre de estrutura quadrada e magnífica, munida com duas baterias, alta e baixa para defender não só o convento (está defronte do mosteiro de Belém), mas à entrada do porto de Lisboa.[64] A entrada da barra entre Cascais e Oeiras (com a fortaleza, à entrada, do Bugio), é área de forte concentração de estruturas defensivas, mas agora a defesa constitui-se nos mais fortes onde há guarnições; os mais deles estão decadentes ou mesmo desactivados. Mais extensos registos fixam-se para a fortaleza de Cascais, porto de mar e baía: *praça de armas*, antiga capital da Província militar,[65] a memória refere-se ao sistema de fortificações que compõem o arco da serra de S. Julião à fortaleza de Nª Sª da Luz. Na fortaleza de Nª Sª da Luz referem-se as peças disponíveis na cidadela e fortaleza, ao quadro militar da praça, governador e mais oficiais para o governo da Companhia de Artilheiros e Regimento de Infantaria de dois batalhões e seus cabos maiores. A construção é do tempo de D. Manuel I, a que no tempo de D. João IV se lhe juntou uma cidadela. Na cidadela e fortaleza «há mais de 30 peças cavalgadas de bronze e ferro (operacionais). Nos quatro ângulos da cidadela, com quatro quartos de aquartelamento de soldados, numeravam-se 84 quartéis – em grande número arruinados pelo Terramoto – e 16 quartéis grandes no terraplano, para oficiais (Nª Sª da Assunção de Cascais).

O forte de S. Julião da Barra, em Oeiras, ali a três léguas de Lisboa, vai suficientemente desenvolvido para atentar na sua importância e dimensão, estrutura e equipamentos. Fortaleza com «fortíssima muralha» toda de cantaria de mais de 20 palmos de grossura e de «extraordinária» altura. Para terra, tem dois fortíssimos baluartes com artilharia, guarnecida de um flanco e contra muralha que cobre um «fortíssimo» revelim com seu corpo de guarda de várias acomodações de abóbadas e uma cisterna. Revelim este feito no tempo dos Filipes que leva sobre a porta de entrada as pedras «bem lavradas e relevadas» das Armas de Portugal e Castela, em diferentes escudos. Para o mar, oito baterias, todas guarnecidas de artilharia, «tudo de bronzes e grandes calibres». Em toda a plataforma há oito grandes cisternas e no vão da Praça muitas casas de abóbadas, para «soltar fogo», com fornos e atafonas. Recolhem-se num grande armazém, mandado fazer por D. João IV, mais de 800 arcabuzes, alguns grandes e muitos outros instrumentos de guerra. A fortaleza é servida de um grande farol, e alta torre, que se levanta no meio da praça, «que se acendia de noite para guia das embarcações de 1 de Outubro ao final de Março. O farol é formado por uma abóbada de cantaria, com vidraças para se verem as luzes (S. Julião da Barra, c. Oeiras). No espaço da paróquia de Oeiras, que confronta com o mar, enumera-lhe o memorialista sete fortes, dois com guarnições, o de S. João das Marés e o de S. Pedro em Paço d'Arcos (que é também porto de mar de embarcações pequenas), três só com pessoas que cuidam deles; dois de todo inabitados (Oeiras, c. Oeiras).

Em Almada vão as referências, na Trafaria, ao presidio do Lazareto, com seu hospital. Fronteiro à Torre de Belém está a fortaleza de S. Sebastião, Torre Velha, também chamada Torre dos Castelhanos, por obras e acrescentos feitos ao tempo dos Filipes.; não é a fortaleza «regular», nem triangular. Eminente

[63] Maria Helena Dias, Maria Fernanda Alegria – «Lisboa na produção cartográfica …», *art. cit.,* pág. 55 e ss.
[64] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal…o.c.,(1745-1758).*
[65] Idem; *Ibidem.*

ao mar, com duas baterias, a de cima com cinco peças, mas com algumas delas inoperacionais. A bateria de cima tem o defeito de, por pouco avançada, não flanquear os dois portos de Brandão e Paulina. Tem pela parte da terra uma cortina, onde está a porta de serventia da Praça, flanqueada com dois meios baluartes e circunvalada de fosso. Na Praça há outro meio baluarte para a parte do mar, mas sem artilharia. A muralha que cinge a fortaleza para o porto de Paulina, está em total ruína, como também as casas do governador e quartéis de soldados (Caparica, c. de Almada).

Para Sul da barra de Lisboa, as informações memorialistas concentram-se em Setúbal, Sesimbra e Sines, principais portos marítimos e locais de investida e assalto de corso. A costa marítima entre os dois promontórios da Lua e Barbárico ou Cabo Espichel, pela natureza dos rochedos e braveza marítima, é defensável *per se*. No arco de Sesimbra a Setúbal concentrar-se-ão, pois, logo os principais pólos defensivos. Sesimbra é praça de Armas, não fechada. O comandante é capitão-mor (que o é da vila e ordenanças). O destacamento militar consta de 50 soldados, vindos da praça de Setúbal, que se distribuem pelos diferentes fortes. Referem-se as fortalezas de S. Teodósio, S. Tiago (no meio da vila, regular, com 2 baluartes, 14 peças, dito um dos maiores do Reino), a fortaleza da Arrábida, a cortina do muro construída «ao tempo das guerras com França». Ao castelo e praça militar vão referidos quatro fortes pela costa. Enumeram-se-lhe as peças de artilharia. Mas o território não parece ainda assim suficientemente defendido contra a entrada dos mouros, pelo que se pede o reforço de fortalezas e guarnições. É a *praça de armas* de Setúbal e seu envolvimento de fortes e fortalezas que vai mais largamente descrita. A vila de Setúbal inscrita no seu duplo recinto ou fortificações de duas ordens de muros: uma antiga, fortificação velha, feita pelo povo, dentro de cujos muros está a paróquia de S$^{ta.}$ Maria da Graça; a outra, feita à moderna, fortificação nova, em circuito da antiga, com 10 baluartes e 3 meios baluartes, mas incompleta, e feita pelo príncipe D. Teodósio. Fortificação que vai largamente descrita nas obras exteriores de fortes, castelos, torreões e harnaveques, artilharia e gente de armas. Esta consta de uma Companhia de artilheiros (com capitão-engenheiro), o casco de dois corpos de infantaria. No interior da praça destacam-se o baluarte de S. Francisco e o castelo de S. Filipe; no exterior, o forte de taipa de Alcácer do Sal e Torrão (S. Julião, S$^{ta.}$ M^{a} da Graça, Anunciada, c. Setúbal). Para o interior, à vila de Palmela, vai referida o seu castelo. Dentro a alta torre de cinco quinas de ameias, com suas fortificações, baluarte, cisternas, casa de governador e quartéis para soldados, com sua praça de armas, «uma das melhores fábricas de arquitectura e fortaleza deste Reino». Ao termo de Palmela vai ainda referida a Torre de Outão e ao termo de Azeitão (c. Setúbal), a fortaleza da Arrábida (de Azeitão), com boa fortificação. Sines é *praça de armas*, com governador e corpo militar de 52 unidades – tenente, ajudante da praça e mais oficiais, guarnição de infantes e artilheira pagos, com sentinela continua –. Não é murada, tem castelo antigo, com dois baluartes para o mar, «guarnecidos de artilharia grossa». Distribui também a pequena guarnição à fortaleza de Pessegueiro, com três praças de artilharia. Este, mais o forte de N^{a} S^{a} das Salas, com numerosa Companhia de auxiliares e artilheiro pago, defendem dos corsários «as embarcações que buscam refúgio na baía», com artilharia de bronze de bom curso.

5.2 – Corso e pirataria

As actividades de pirataria e corso nas suas relações com a navegação e comércio atlântico e, em particular, com o comércio e navegação de cabotagem neste arco atlântico a Norte e Sul de Lisboa e suas incursões em terras e comunidades piscatórias, recolhem um número bem significativo de testemunhos nestas *Memórias Paroquiais de 1758*. Elas ressaltam, sobretudo, factos e memórias históricas de uma actividade que ao longo dos séculos tem trazido o sobressalto às comunidades da região, fixados sobretudo no assalto às terras, em relatos de entradas e capturas provenientes de múltiplas origens e registos. E registam também a descrição de estruturas militares defensivas e de alerta, postas em terreno pelas

autoridades públicas e militares e pelas populações. A conjugação de informações memorialísticas resulta num contributo importante para a aproximação a um dos problemas centrais ou mesmo vitais ao normal desenvolvimento destas comunidades marítimas e piscatórias, nos termos em que elas convivem com a realidade, mas também as memórias e temores de perigos passados. São relatos que permitem de algum modo fixar algumas das condições de maior instabilidade nestas comunidades que limitam, sobretudo, as capacidades de tirar mais largo proveito da pesca e comércio de cabotagem, articular-se e lançar-se mais largamente no comércio e navegação de alto-mar, designadamente o realizado a partir de Lisboa e Setúbal, e explorar mais intensamente o território em que se inserem, condicionando fortemente os termos de maior desenvolvimento urbano e fixação na franja litorânea do seu território. Por efeito destas circunstâncias o território ver-se-á envolvido, em particular a partir de melhores portos e baías, de umas infra-estruturas de equipamentos militares, guarnições e outros equipamentos sociais que aqui ganham um maior desenvolvimento e concentração que noutra qualquer parte do litoral português. Estas estruturas que servem genericamente tarefas de administração política do território envolvente – serão estratégias para a afirmação do domínio filipino e, por isso, as veremos então tão protegidas[66] – são absolutamente centrais à construção, suporte e defesa política e militar do Estado Português na guerra internacional e à sua economia mercantil nos seus diferentes amplexos geográficos do século XV ao século XVIII, mas têm pouco impacto no desenvolvimento local. Neste quadro vêm ganhando particular relevo nas *Memórias* os feito das figuras das terras que se notabilizaram mais nas Armas do que na Navegação e Comércio, bem como episódios dramáticos da vida das populações e comunidades piscatórias. Aos textos destas *Memórias* dos territórios de Lisboa e Setúbal vem, pois, o mais extenso rol destas figuras que se ilustraram nas Descobertas, nas Conquistas, nos Feitos Militares (navais, marítimos, incluindo o corso e a pirataria ao serviço da Coroa e senhorios), na administração colonial, com particular concentração em Lisboa e demais terras notáveis. E também na religião, no proselitismo, na missionação.

O corso e a pirataria aqui abordados não diz respeito ao grande corso e pirataria das grandes rotas, das grandes armadas e esquadras, dos grandes eventos da História naval, seus combates e assaltos[67], ainda que alguns repercutam e aqui se façam sentir, em factos que vão referidos à guerra internacional, naval e marítima em que Portugal se envolve no século XVII, ao tempo da União Dinástica, na conquista e defesa de Portugal (1580) e da Guerra da Independência (1640-1668) e os primeiros anos do governo de D. João V com os episódios da Guerra da Sucessão de Espanha. Dizem sobretudo respeito à tradicional actividade corsária praticada por mouriscos, berberes, magrebinos, marroquinos, argelinos, tunisinos (…) e outra navegação que arranca do Mediterrâneo, Estreito de Gibraltar e Norte de África e se estende em "razias" pelos mares portugueses, em particular por esta fachada atlântica. E que tem neste arco lisboeta, sua cabotagem regional e suas entradas e saídas, o ponto central da sua actividade.

Em relação com ela, é sobretudo informação sobre os termos da defesa e organização comunitária que nos é dada por estes relatos das *Memórias Paroquiais*, de horizonte local e comunitário, que nalguns pontos, de maior incidência – naturalmente nos maiores centros piscatórios e de cabotagem – vai mais referenciada. Este é um relato de muitas histórias e memórias que no registo e relato paroquial e eclesiástico vai repleto de milagres, devocionários e prédicas votivas ancestrais, evocadas muitas delas sem referencial ao quadro e fundo histórico-cronológico, a dizer que esta é uma realidade sempre presente à vida destas comunidades, onde a referenciação do elemento da protecção divina e miraculosa é contí-

[66] Fernando Bouza – *D. Filipe I.* Círculo de Leitores, 2005; Fernanda Olival – *D. Filipe II.* Círculo de Leitores, 2006. António de Oliveira – *D. Filipe III.* Círculo de Leitores, 2005.

[67] *A Guerra Naval no Norte de África* (Séculos XV-XIX). Organização de Francisco Contente Domingues, Jorge Semedo de Matos. Prólogo de António Dias Farinha. Edições Culturais da Marinha, 2003.

nuo à preservação e sobrevivência. Não se estranha por isso ver nestes relatos tão larga evocação destes elementos de memória e história colectiva que aí preenchem também a Literatura das comunidades religiosas da região, incluindo a sua própria intervenção na matéria, enquanto o objecto de assaltos, raptos e incêndios das suas comunidades e edifícios ribeirinhos e serranos, em milagres e ex-votos, quadros e pinturas, relatos memorialísticos e históricos que também as múltiplas ermidas e igrejas recolhem.

A esta memorialística paroquial vem por interposição do referencial das suas elites locais que se evidenciam na sociedade e política nacional, referências também, a alguns impactos locais, quando mais não seja porque os grandes combates marítimos e navais têm como cenário Lisboa e seu território envolvente que é onde se faz o recrutamento desta sociedade ligada ao poder real e à governação militar.[68] Da História política e naval às *Memórias* vêm as incursões de Drake com as 200 velas que a 30 de Maio de 1589 ancoraram na baía de Cascais, com a referência à fuga dos moradores para os montes das serras de Sintra e Colares, por onde muitos morreram de fome e ao desamparo. Logo depois, à chegada de D. António, Prior do Crato, pretendente à Coroa, com 15 mil ingleses que durante 18 dias saquearam a vila, as igrejas e as fortalezas (Nª Sª da Assunção de Cascais, c. de Cascais).[69] Há outros testemunhos com forte impacto local da guerra naval internacional também para a Guerra da Independência de Portugal e da Guerra da Sucessão de Espanha nos primeiros anos do governo de D. João V.[70]

Esta história de *corso* e *pirataria* constitui uma das mais fortes marcas da memória colectiva destas comunidades litorâneas e piscatórias, num *continuum* que exprime as ameaças sempre presentes, não sendo seguro sequer fixar períodos da sua maior condensação. Elas estão presentes nestas *Memórias Paroquiais* como factos do tempo sempre presente, de tempos próximos e longínquos, de tempos mais ou menos históricos, a que se recorre com o testemunho da memória oral, do testemunho escrito das instituições e do historiográfico, das marcas nos equipamentos colectivos e, sobretudo, na prática votiva, festiva e devocional. Do fundo dos tempos, vêm os relatos da conquista e expulsão dos *mouros*, fixados em festas e promessas votivas que os vão fixando sempre na memória colectiva a que certamente a Cruzada e a Contra-Reforma (dos séculos XV-XVII) não deixarão de aprofundar os conteúdos étnicos, políticos e sócio-religiosos, numa composição de registos que junta o romanceiro, a cronística e historiografia antiga, o fundo hagiográfico-religioso. Nestas *Memórias* há referências a factos e relatos com esta múltipla modelação e construção. As referências às marcas da presença da sociedade e cultura árabe são regulares e estigmatizadas.[71] Ao fundo mais antigo vêm os relatos da conquista de Lisboa aos mouros (1147) e de outras conquistas, batalhas e vitórias que se estendem depois aos demais territórios do chamado Promontório Barbárico[72], onde a envolvente milagrosa está presente e se fixa no voto e festa evocativa, comemorativa, que começa por ser acção de graças. É o caso do voto relatado para Alhos Vedros, a propósito da vitória da terra sobre os mouros em 1148, em acção de graças a N.ª Sr.ª dos Anjos, festa e voto que se faz

[68] *Nova História de Portugal. … o.c.*, vol. 2.

[69] Largos relatos de tentativas de assalto, desembarques e escaramuças, condições de defesa (na articulação entre forças marítimas e terrestres), desde o ataque do Marquês de Santa Cruz, em 1580, de Drake em 1587 e 1589, de Essex em 1596, Vide, Durval Pires de Lima – «*O ataque dos ingleses a Lisboa em 1589 contado por uma testemunha*». Anotado e precedido de uma introdução sobre as *Alterações do Reino* por (…) in *Lisboa e o seu Termo. Estudos e documentos*. Lisboa, 1947, págs. 91-320.

[70] Em 1650 vai referida a façanha do Almirante da frota que vinha do Rio de Janeiro António Abreu de Freitas que «brigou valorosamente» com 3 navios ingleses, todo o dia, entre a barra de Lisboa e Nª Sª do Cabo de Setúbal (Em relato impresso pela Companhia de Jesus, de 1658). Outros combates vão referenciados nas rias da Galiza (1662) e tomada de Alcântara no princípio da Guerra de D. João V (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

[71] Nos restos arqueológicos das cidades e fortalezas; na sociedade e nos costumes, e até na matriz étnica de alguma da sua população, que é necessário combater, numa espécie de luta interna contra o corsário mourisco. A propósito de um chafariz em Torrão/Alcácer do Sal que se diz obra dos mouros, refere o pároco, que não duvida que assim seja «porque ainda a terra cheira muito deles e se vê que a maior parte da gente é preta e muito disfarçada e já com as alvaiades em muitos corre hábito de S. Francisco (Torrão, c. Alcácer do Sal).

[72] Assim chamado quando da sua expulsão de Lisboa e Almada e pelo território da serra da Arrábida se espalharam. E de Palmela e Sesimbra se lançam à reconquista de «terras abertas, sem muralhas, nem fortalezas como foi o caso de Alhos Vedros» (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal).

no seu dia, com a participação de muitas terras e cruzes, que se vai mantendo ao longo dos séculos, sempre renovado e restaurado com o apoio das autoridades (D. Manuel I, ultimamente o Cardeal Patriarca, 1751), mas agora (1758) parece ir em decadência, acudindo menos povos e gente. Para um período mais recente, medieval, vem o relato da libertação miraculosa do cativo de Palmela, o Conde Alberto, a quem a rogação da mulher e filha, por intercessão de N.ª Sr.ª da Graça e Santa Susana, é trazido do cativeiro em Africa e colocado na sua terra, onde se construiu a ermida, que D. Dinis visitou e onde um ex-voto e a mó a que estivera agrilhoado faziam o relato e eram testemunho. A devoção, o milagre, as figuras régia e nobres, o enredo são peças certamente de Romance que circulou e fazem parte certamente do manancial do Romanceiro dos povos marítimos, onde a versão de assaltos, cativos, resgates e respectivos milagres constituem núcleo abundante (Palmela, c. Palmela). E também o milagre do resgate por Nossa Senhora da Luz de Carnide, com data também antiga, coeva ou anterior ao reinado de D. Manuel I e que o memorialista vai buscar ao livro *Aparecimento e Milagres da Senhora*: «Deste lugar de Carnide era natural aquele humilde e venturoso homem chamado Pedro Martins que estando cativo e preso em terra de mouros, por milagre da mesma Senhora da Luz foi trazido da escura prisão em que estava com grilhões que tinha. E deste admirável modo amanheceu livre na sua pátria …». Aí construiu Pedro Martins uma ermida, de que depois se construiu a capela-mor da igreja do convento de N.ª Sr.ª da Luz, que principiou a Infanta D. Maria, filha de D. Manuel (Carnide, c. Lisboa).

Estes relatos certamente concentrar-se-ão para a etapa das guerras e concorrências norte-africanas e atlânticas do século XV e seguintes. É o caso do relato das origens e construção da capela e romagem a N.ª Sr.ª da Guia, em Cascais, com registo a muitos milagres que a mesma Senhora fez «livrando muitas embarcações do cativeiro dos mouros»[73]. Da mesma freguesia (Assunção de Cascais) vem o relato, referido a 1500, associado à construção da capela e devoção a N.ª Sr.ª do Rosário, a caminho da capela da Guia, do cativeiro de Luís de Barros e seu barco de pesca pelos mouros, a quem Nossa Senhora livrou e trouxe a terra. A Senhora da Guia fora no passado objecto de grande romaria e procissões de devotos vindos de Lisboa – por mar em barcos – e Cascais. E ainda se conserva diz o memorialista, com o concurso de mercadores e homens de negócios (certamente ligados ao mundo marítimo e mercantil).

Estes relatos têm no quadro religioso, e para este território, nas inúmeras comunidades nele instalados – muitas delas vitimas destes percalços – um local de forte incubação e redacção, onde os párocos memorialistas poderiam encontrar muitos mais relatos, e hoje o pode fazer a historiografia destes temas.[74] É o caso do milagre de N.ª Sr.ª da Graça, padroeira do convento de Penafirme, que o pároco-memorialista vai buscar ao *Santuário Mariano* onde se relata a entrada dos corsários que «fecharam os monges e os levaram ao «senhor rei desse tempo» e, por intercessão da Virgem, libertados» (A dos Cunhados, c. de Torres Vedras).

Em paralelo desta história literária de romances e milagres sobre o corso e a pirataria, às *Memórias Paroquiais* vêm o registo, mais prosaico, das comunidades em seu tempo confrontadas com a situação, nos termos da sua organização política, social e comunitária para lidar com as circunstâncias que sempre envolvem as suas vidas. De facto mais que a descrição concreta das comunidades vêm elementos sobre estas circunstâncias, o que testemunha muito sobre esta envolvência e permanência. A defesa marítima, melhor dizendo, auto-defesa das comunidades parece ser o quadro por excelência definida pelo poder real para o problema da defesa contro o corso e pirataria ao longo do território, à margem da proteção

[73] O milagre inicial conta a História da recuperação de um Menino desaparecido não pelo rapto dos Mouros mas pelas bruxas (Nª Sª da Assunção, c. Cascais).

[74] Designadamente em Fr. Belchior de Santana, na Crónica das Carmelitas, citada por Durval Pires de Lima – «*O ataque dos ingleses a Lisboa em 1589 contado por uma testemunha*»… *o.c.*, Lisboa, 1947, pp. 306-307.

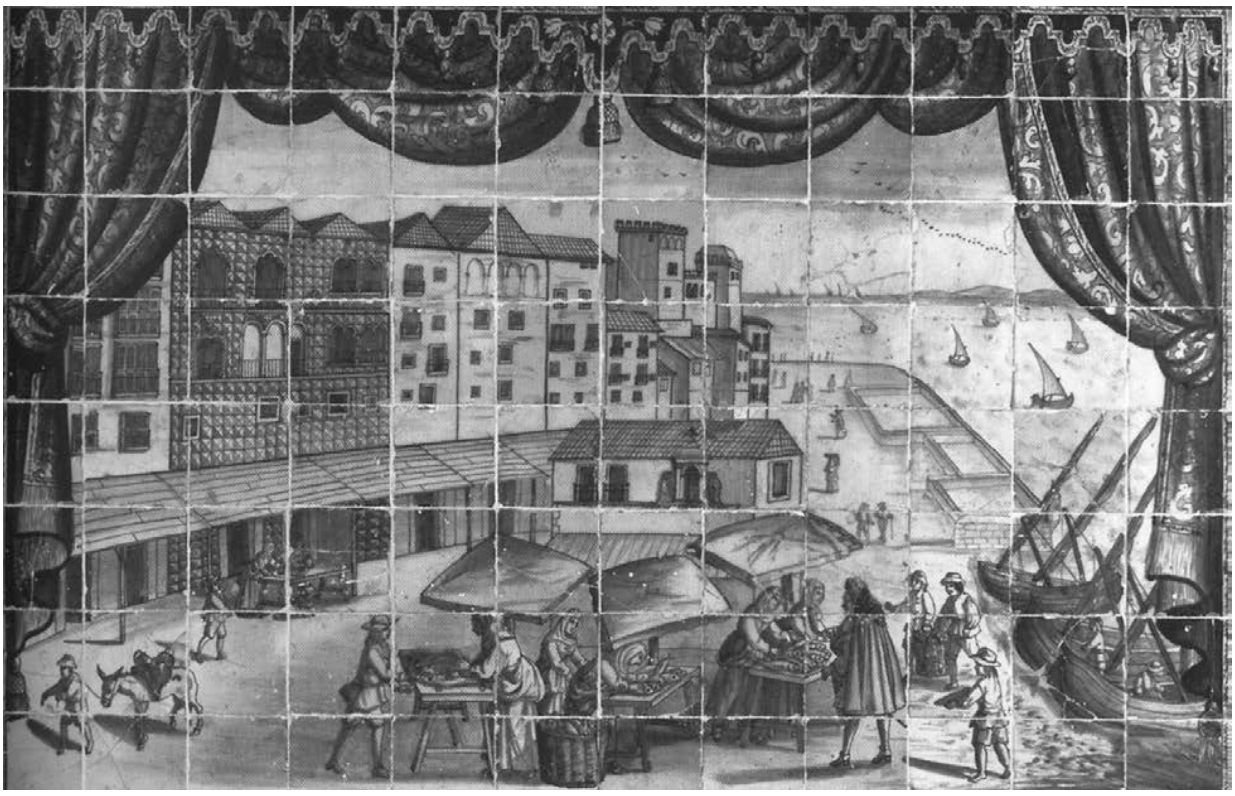
dos fortes e demais estruturas militares. De facto os testemunhos parcelares aqui registados parecem configurar um quadro mais geral da fixação de um regime em que as comunidades – em especial as mais numerosas e vulneráveis, os maiores aglomerados e os núcleos sociais de marítimos e pescadores – vão isentos de serviços gerais régios e público-militares, na marinha, na armada da costa, nas esquadras e até em isenções fiscais e contributivas, com o fim de serem mobilizados para a defesa e promoção das suas terras e seus ofícios. Os privilégios de se não fazerem soldados vão registados em várias memórias: em S. Pedro da Cadeira (c. Torres Vedras) «com a obrigação de guardarem a costa para os mouros não subirem nela». Mas também se assinala que tal privilégio se não guardara nas *guerras passadas* (da independência, mais correntemente). Em S. João de Lampas é para estarem de vigia ao mar junto do forte chamado de Santa Maria de Magoute (muito arruinado com o Terramoto). Para Sines com privilégio aos moradores da vila e termo «de isenção de se fazerem soldados para os Regimentos por serem precisos todos os homens para guardarem e defenderem esta costa das invasões dos mouros» (Sines, c. Sines). Às *casas dos mareantes* de Cascais, Setúbal e Peniche, é confirmado, ultimamente por D. João V, o privilégio para que de seus marítimos se não possa nunca fazer soldados para a Índia. Porém, têm obrigação de darem, todos os anos, nas ocasiões que as naus vão para a Índia, um soldado ou de pagarem 40.000 réis, por ele (c. vila de Cascais). Às ordenanças concelhias vão frequentemente agregadas as tarefas das tropas pagas de guarnições, colocadas nos fortes, fortalezas e presídios. E certamente como em outras partes do território do litoral marítimo[75] a elas vai entregue o funcionamento dos fachos e vigias, que aqui também vão colocados ao longo da costa, naquelas partes não servidas e não cobertas por equipamentos e estruturas militares. Tal como acontece por toda a costa marítima também aqui há testemunhos do funcionamento destes *fachos* e *vigias*. As *Memórias* são parcas de testemunhos sobre a sua organização e funcionamento que parece não ser extenso, tendo em vista o elevado número de equipamentos militares nesta parte do território. Ao modo do que se refere para o reguengo da Carvoeira outros destes fachos ou vigias existirão naqueles postos mais avançados sobre o mar: «Nesta terra não há porto de mar no qual entrem embarcações, nem também muros ou fortalezas. Só sim uma casa pequena que serve de facho ou vigia próxima ao mar». Então achava-se um tanto destruída pelo Terramoto e pouco reparada (Reguengo da Carvoeira, c. de Mafra). Para a guarda da ribeira de Cascais, contra as entradas de mouros nos períodos de mais investidas, naturalmente nas épocas de maior pescaria, no Verão, organizava-se a vigia anual, a que são obrigados, os *saloios* do lugar da Torre, que a guardam de noite, com cacheiros, dardos e paus. Aos que faltam, um meirinho, por eles eleito, aplica penas, cuja receita depois é usada para uma refeição que fazem. A velatura da ribeira fazia-se na véspera de S. Bento «por ser o dia em que os mouros tinham vindo a Cascais». O donatário alargou a velatura para além dos da Torre, aos de Cobre e Birre e outros, a quem entregou terras a mais baixo foro para incentivar a colonização litorânea. Outros contratos foram feitos, em outro dia, para velar Sintra. Como se lhe refere a memória, o castelo de Sintra «duas vezes no ano é guardado pela gente do termo de Cascais, que vem nele assistir de noite e fazer fogos para sinal que estão nele, por cujo motivo lhe é concedido o privilégio de pagar só meia sisa» (Penaferrim, c. Sintra).

Há alguns locais de particular acção, fuga e protecção da navegação local de cabotagem contra as investidas do corso. É o que vai referido para a ilha e fortaleza de Pessegueiro a três léguas de Sines: «No Verão é o tempo de maior perigo por ser então mais infestada a corsários». Por isso se reforça a pequena guarnição de soldados pagos, com uma companhia de ordenanças do termo. Então na ilha e na fortaleza da terra se «forma um forte em que de Verão se recolhe alguma embarcação perseguida pelos corsários». Em Torres Vedras refere-se a tradição de pelo porto de A dos Cunhados invadirem os mouros

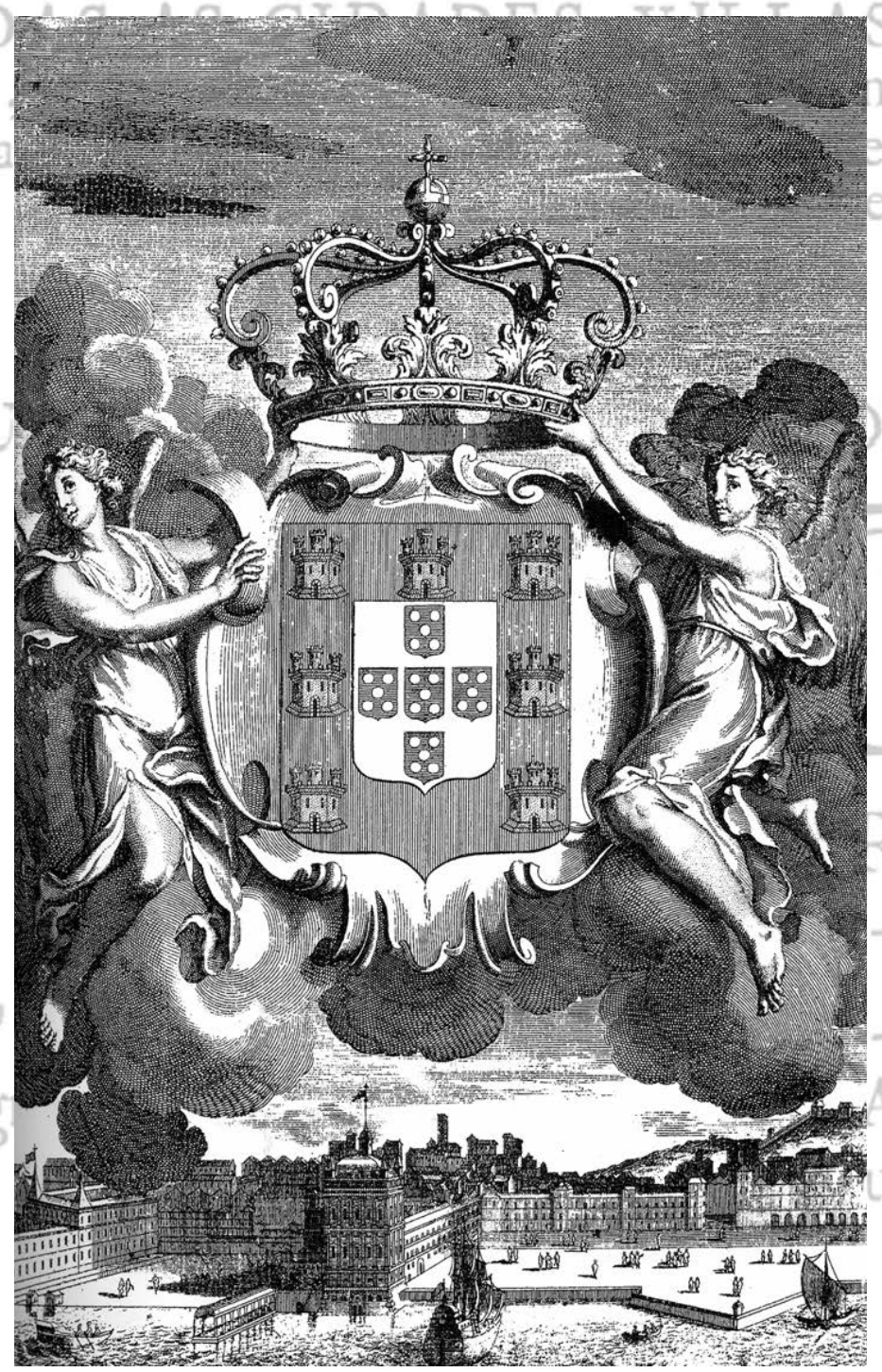
[75] *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História, Património*. Braga, 2009.

a terra. Cabia ao forte de Porto Alvo com seu cabo ou capitão com soldados, fazer aí sentinela e vigia (A dos Cunhados, c. Torres Vedras). E em S. Pedro da Cadeira diz-se que «haverá 20 anos» saltaram nele e levaram 4 pessoas, do lugar do Assento onde subiram (S. Pedro da Cadeira, c. Torres Vedras). A costa de Sesimbra, de muita pescaria que recolhe no seu porto e muitas embarcações, é também, por isso, muito frequentada de corsários. Mas está pouco protegida. Por estar o castelo de Santiago bastante arruinado, pede-se a construção de fortaleza para a zona. Em os temporais as embarcações acorrem à barra da Arrábida de Setúbal, porque também são mais protegidos por fortalezas (S. Tiago do Castelo, c. Sesimbra).

A presença real ou ameaçadora dos corsários terá consequências manifestas que historicamente são responsáveis pela menor e mais tardia ocupação do território litorâneo, menos desenvolvidos núcleos urbanos, actividades piscatórias e de comércio menos regular e intenso. Ciclos de prosperidade e crescimento conjugar-se-ão, naturalmente, à concorrência de corso e pirataria. Mas no longo prazo tal repercutirá, certamente, em longa decadência, como se lhe refere o memorialista de Cascais: «Antigamente teve muitas caravelas próprias que faziam a terra opulente; porém hoje, cativando tudo os mouros, só se vive de algum lucro de pescarias quando o tempo e o mar o permitem (Vila de Cascais). A estas situações responde-se de modos diversos. Em Cascais o senhorio quer criar condições de fixar os moradores ao litoral, submetendo aí as terras a foros e prestações mais baixas. A Sul do Tejo, para evitar os danos das perseguições e cativeiros dos mouros que actuam na costa entre Sesimbra, cabo Espichel e Lisboa, propõe-se conduzir o comércio pelo interior, fugindo à navegação dos portos atlânticos, abrindo um canal de navegação entre o Sado e o Tejo, tarefa que, segundo o memorialista, se não apresenta difícil.



QUADROS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS E INSTITUIÇÕES SOCIAIS



◀ Armas de Portugal sobre uma vista de Lisboa, *in Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. VII, pág. 161.

6 – A GEOGRAFIA HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

Do ponto de vista da geografia administrativa histórica, o território dos actuais distritos de Lisboa e Setúbal vai inscrito na província da Estremadura e também na do Alentejo, nos arcebispados de Lisboa – depois patriarcado – e também no arcebispado de Évora. Fixamos aqui esses territórios mais gerais de enquadramento das comarcas, dos concelhos e paróquias, seguindo a descrição de Caetano de Lima na sua *Geografia histórica* (1734-1736), a mais pregnante para a identificação dos quadros e categorias jurisdicionais em vigor em 1758, no essencial concordantes com os demais corógrafos e geógrafos da primeira metade do século XVIII, em especial a *Corografia portuguesa* do P^e. António Carvalho da Costa (1706-1709) e o *Mapa de Portugal* do P^e. João Baptista de Castro (1745-1758). Particular relevo neste âmbito deve ser dado à criação da *patriarcal* pela divisão diocesana da cidade e território do antigo arcebispado de Lisboa (1716-1740) e pelas adaptações que tal promoveu na administração civil, com a criação dos dois municípios para as duas cidades, a Lisboa Oriental e a Ocidental (da patriarcal), incluindo os novos termos da configuração do poder político, na forte articulação da coroa com a patriarcal. Pelo ordenamento eclesiástico iniciaremos, pois, esta abordagem de enquadramento geral.

6.1 – Geografia eclesiástica. A diocese e o patriarcado de Lisboa

Do ponto de vista do ordenamento eclesiástico, o território do actual distrito de Lisboa integra-se ao tempo das *Memórias Paroquiais de 1758* no patriarcado de Lisboa, que se estende a Norte ainda por paróquias do actual bispado de Leiria e a Sul ainda por vastos territórios de além-Tejo, onde os territórios dos actuais concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines (do distrito de Setúbal) integram então território do arcebispado de Évora. Mas é ao patriarcado de Lisboa que cabe o maior território, e por isso a ele nos referiremos aqui em particular.[1] O território da patriarcal na sua configuração definitiva de 1740, reunindo os arcebispados de Lisboa Oriental e Ocidental, separados em 1716, engloba e reúne, de novo o anterior território da diocese de Lisboa, retomando de algum modo o fio e delineamento geográfico do histórico arcebispado de Lisboa.

A diocese de Lisboa tem desde as origens e ao longo da História de Portugal um papel político de grande importância, pela acção dos seus primeiros bispos, pela capitalidade da cidade de Lisboa, substancialmente acrescentado no reinado de D. João I com a elevação a arcebispado metropolitano. Fixemos, rapidamente, em breve nota, a sua evolução e papel histórico, para atentar na sua importância política e administrativa para a História geral e em particular do seu território.

[1] Seguindo, no essencial, Manuel Clemente – «Lisboa, diocese e patriarcado» in *Dicionário da história religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores, vol. 2º, págs. 93-112.

Os bispos e diocese de Lisboa tiveram logo um papel importante na origem da Cristandade por terras de Espanha (em articulação a outras sedes episcopais, de Santiago, de Braga...). Na longa série de primeiros bispos da cidade, o primeiro bispo inquestionável da cidade, provavelmente desde 340, é Potâmio. A série fixa-se depois mais seguramente na acção e tempo pós Reconquista, ainda que haja bispos documentados e sua presença assinalada em concílios para o período visigótico. Ao bispo D. Soeiro Viegas (1210-1232) é registada uma participação activa na Reconquista e tomada definitiva de Alcácer-do-Sal. A presença de nomes estrangeiros entre nomes dos bispos de Lisboa testemunham a articulação da cidade ao mundo «político» da Reconquista e da Cruzada. A *Revolução Nacional* de 1383-85 fixa também a nacionalidade portuguesa aos seus bispos. Elevada a arcebispado em tempo de D. João Anes, é constituída em metrópole em 1393, pelo papa Bonifácio IX, que lhe dá como sufragâneas Évora, Guarda, Lamego e Silves. Factos naturalmente também ligados ao papel que Lisboa desempenha na Revolução.[2]

A rapidez com que se assiste à organização paroquial de Lisboa – já com 23 unidades paroquiais nos finais da Idade Média – testemunha certamente a grande continuidade da vida paroquial/comunitária desde os alvores da Cristianização. Pelos anos 1320 e 1321 a "estrutura básica da diocese de Lisboa, já somaria 114 igrejas (incluindo colegiadas), 29 vigararias pelos territórios eclesiásticos de Lisboa e arredores, mais os de Sintra, Mafra, Almada, Palmela, Setúbal, Alenquer, Porto de Mós, Torres Vedras, Óbidos, Torres Novas, Ourém, Santarém", com um rendimento elevado, logo a seguir a Braga.[3] Conta-lhe o autor da *Geografia histórica* (1734-1736), 22 metropolitas até à morte de D. João de Sousa, último bispo da diocese, ao tempo da divisão e criação do patriarcado. Entre bispos e arcebispos refere-lhe sete cardeais, dois infantes, um dos quais o tio d'el-rei D. Sebastião, o cardeal D. Henrique que por morte daquele (1578), veio a suceder-lhe como rei de Portugal.[4]

Desde D. Soeiro I (1191) que os bispos lisbonenses reúnem com bastante frequência o seu clero, em sínodos, alguns dos quais publicaram importantes *Constituições.* As mais antigas conhecidas são do bispo D. João I (1240) com 33 constituições, onde a preocupação da formação do clero é logo patente. D. Mateus (1258-1282) terá reunido três sínodos. Chegaram ao nosso conhecimento os sínodos reunidos por D. João Anes (1393-1402), por D. João Afonso de Azambuja (1403) – com extensas constituições e de larga duração -, as de D. Afonso Nogueira, cerca de 1462 e D. Jorge da Costa, cerca de 1484. As do cardeal/arcebispo D. Afonso (1536) seriam as primeiras *Constituições* impressas. D. Henrique reúne sínodos em 1565 e 1568 para concretizar as determinações de Trento (com *Constituições*) e também concílios provinciais (1566 e 1574).[5] Para apreço do quadro da composição das *Memórias Paroquiais de 1758*, devemos evocar aqui as Constituições em vigor ao seu tempo. Tratam-se das *Constituições Sinodais de Lisboa novamente feitas no sínodo diocesano … do ano de 1640,* último sínodo da diocese sob a presidência de D. Rodrigo da Cunha. Estas *Constituições* revelam-se de particular importância porque nelas se fará a decantação final do essencial dos ordenamentos do concílio de Trento (1545-1555) para a diocese de Lisboa. E vigorarão ainda à data das *Memórias de 1758*, na segunda reimpressão de 1737, acrescentadas e com um «copioso repertório».[6] Esta segunda impressão da diocese de Lisboa Oriental é feita num quadro de um processo que anuncia já a fusão das duas dioceses criadas em 1716, numa nova e única diocese, agora em benefício da patriarcal, que se consumará em 1740, cujos trabalhos decorriam. Parece-nos uma última

[2] *Idem*, pp. 95-97.

[3] Manuel Clemente – «Lisboa, *diocese e patriarcado»… art. cit*. pág. 96.

[4] Caetano de Lima – *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa. Lisboa Ocidental…o.c.* (1734-1736).

[5] *Synodicon Hispanum* (Dir. por António Garcia y Garcia). Biblioteca de Autores Cristianos. Madrid, 1982 (II *Portugal,* págs. 316-340); Manuel Clemente – «Lisboa, diocese e patriarcado» … *art. cit*., pág. 98 e ss.

[6] *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa novamente feitas no sínodo diocesano (…) do ano 1640 (…) Acrescentadas nesta segunda impressão com um copioso repertório* (…) Lisboa Oriental, 1737.

expressão da memória diocesana antiga que teve nas *Constituições Sinodais* de 1640, na obra política e também histórica e historiográfica do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, o seu *Moderno Fundador*[7], que a diocese da Sé de Lisboa Oriental faz questão, nesse momento, de registar e actualizar.

Como se referiu, o território do vasto arcebispado de Lisboa e os bispados sufragâneos virão a ser divididos, em 1716, em duas dioceses, a de Lisboa Oriental e a de Lisboa Ocidental (Bula Áurea de Clemente XI, de 7 de Novembro de 1716), que condicionará, como é de prática, a constituição de duas cidades, regidas cada uma pelas suas autoridades, câmaras e senados (alvará de 15 de Janeiro de 1717): ficaria a pertencer ao arcebispado de Lisboa Oriental, a parte antiga da cidade, com o castelo e o subúrbio de Nascente, mantendo a antiga Sé; ao arcebispado de Lisboa Ocidental (patriarcal) o subúrbio Poente, a chamada «Lisboa nova», sendo a linha divisória seguida pelos muros mais antigos da cidade. E daí para fora, pelos seus territórios contíguos. Ao patriarcado pertence o território até aos limites de Leiria, ao Oceano; a sul do Tejo, o de Setúbal, entre o Sado e Canha até à diocese de Évora; à Sé de Lisboa Oriental pertence o «território a Norte até às margens do Tejo, confins de jurisdição de Tomar e o de Santarém; além Tejo, entre o Bivar e o castelo de Almourol até à diocese de Portalegre. Repartiam-se também as sufragâneas: Lisboa Oriental ficava metrópole da Guarda, Portalegre, Cabo Verde, S. Tomé e Congo; a Lisboa Ocidental, metrópole de Leiria, Lamego, Funchal e Angola.[8]

A parte Ocidental foi erigida em patriarcado, «assentando esta nova dignidade na antiga igreja de S. Tomé, que além de servir de capela real aos reis de Portugal, se achava, desde 1708 elevada com o título de *insigne colegiada*. Levará agora, em 1716, a invocação de *N.ª Sr.ª da Assunção*, continuando pertença do padroado real.[9] *O primeiro patriarca*, da nova Metrópole, será D. Tomás de Almeida, bispo que tinha sido de Lamego e por último do Porto. Logra este também a dignidade de *capelão-mor*, unida à patriarcal. Compõe-se o seu cabido das mesmas dignidades e conezias de que constava a *colegiada de S. Tomé*. Consta o cabido do arcebispado Oriental de um vasto número de dignidades conezias e outros ofícios. Um e outro arcebispado governam trinta e sete paróquias na cidade e arrabaldes e trinta e cinco no termo.[10] Por morte do arcebispo D. João de Sousa (1710), entrou a Sé de Lisboa Oriental em sé vacante, não voltando a ser provida, o que naturalmente preparou o reagrupamento das duas dioceses de Lisboa, para constituir o território do patriarcado em que certamente teve acção decisiva o novo patriarca, na sua proximidade, relação e desígnios de D. João V.

Estas *Memórias Paroquiais de 1758* fornecem muitos elementos para a história paroquial, como referimos e teremos oportunidade de explorar em alguns aspectos. Mas são muito lacunares para a história da administração eclesiástica, em especial, a diocesana.

6.2 – Geografia civil

a) Província e comarcas

A província da Estremadura que recobre então a maior parte dos actuais distritos de Lisboa e Setúbal integra então os territórios *comarcãos* ou afins das ouvidorias, a saber, seis comarcas ou correições de

---

[7] A obra histórica e histográfica de D. Rodrigo da Cunha será o ponto de referência e muitos casos de partida da construção dos grandes Fastos, História e "Imaginários" da diocese de Lisboa, seus bispos, seus santos (…) que será ainda largamente usada, directa e muitas vezes indirectamente, pelos memorialistas de 1758 nas respostas aos Inquéritos e múltiplos escritos de Histórias e Memórias de Lisboa. D. Rodrigo da Cunha foi bispo de Portalegre em 1615, do Porto em 1619, arcebispo primaz de Braga em 1627. Desde 1635 é, enfim, arcebispo de Lisboa. Nas sés por onde passou dedicou-se ao estudo dos seus cartórios e à escrita das suas Histórias (Porto, Braga), muito consultadas e respeitadas e que servirão de modelo e influência às historiografias diocesanas até tarde. Em 1642, sai a primeira parte da *História Eclesiástica de Lisboa, vida e acções de seus prelados e varões eminentes em sanctidade nella floresceram*; a segunda parte já depois da sua morte (1643): Joaquim Veríssimo Serrão – A *historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*. Editorial Verbo, vol. II (1973), pág. 228 e ss.

[8] Manuel Clemente – «Lisboa, diocese e patriarcado»…, *art. cit.,* pág. 105.

[9] Caetano de Lima – *Geografia histórica* …, *o.c.*, (1734-1736), pág. 144.

[10] *Idem*, pág. 145.

que são «cabeças», Lisboa, Torres Vedras, Leiria, Tomar, Santarém e Setúbal (com a correição de Almada, as ouvidorias de Azeitão e Setúbal) e três *ouvidorias*, a de Abrantes, Alenquer e Ourém. Nela sediavam duas cidades, Lisboa (Lisboa Ocidental, Lisboa Oriental entre 1719-1740) e Leiria e 111 vilas, sem falar de outras povoações de menor nome».[11] Do território dos distritos fazem parte as seguintes terras maiores com suas jurisdições: correição de Lisboa, distribuída por 10 bairros de correição e jurisdição crime – que em 1742 passarão a 12 - que se exerce sobre 37 paróquias na cidade e arrabaldes e 35 nos seus termos; toda a comarca e correição *de Torres Vedras* que consta de 18 vilas; 4 vilas da *ouvidoria de Alenquer*, da Casa da Rainha; a *comarca de Setúbal*[12] onde integra a correição de Almada – com 2 vilas –, as ouvidorias de Setúbal, com 11 vilas[13] e Azeitão, com 5 vilas.[14] Vêm ainda à composição deste território as vilas de Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo e Azambuja, Alcoentre da comarca de Santarém. E de fora da província da Estremadura, as vilas de Alvalade, Sines, Vª Nª de Mil Fontes, da comarca de Campo de Ourique, província do Alentejo.

b) Lisboa. Cidade, bairros, julgados e vintenas

Lisboa, capital do Reino, cabeça da quarta província histórica em que se divide Portugal, a Estremadura, governa o maior município do país, a que se foi ajustando um vastíssimo termo administrativo. Confluirão, por essa razão, na definição e composição do poder político da cidade, o quadro do governo do Reino, da administração do concelho e termo, com o do grande aglomerado urbano em que se transformou Lisboa. A evolução do marco urbano será, aliás, o ponto de partida para o sucessivo desenho do seu território político-administrativo, mas também das instituições do seu governo, à cabeça, o governo político da cidade e municipal e correcional do seu território, que tomam aqui uma especial configuração e desenvolvimento.

São conhecidos os grandes marcos e patamares do crescimento urbano de Lisboa a partir do momento em que se coloca à cabeça da grande empresa de expansão geográfica e mercantil portuguesa, com que abre os Tempos Modernos, desde o século XV, que a guindarão a grande cidade do Ocidente Europeu. O século XVI é a etapa do seu crescimento mais espetacular: a população que ronda os 70.000 habitantes em 1528, salta para os 100.000 a meados do século, atingindo os 165.000 em 1619. É esse o tempo em que Sasseti a diz «a maior e mais importante da Península Ibérica» e Botero (1595) a classifica «a maior cidade da Europa, exceptuando Constantinopla e Paris».[15] O que não é exacto, refere V. M. Godinho, porque Nápoles, Londres e Veneza ultrapassam-na. Mas Lisboa ultrapassa então Roma, Florença, Antuérpia e Amesterdão.[16] Depois o crescimento será modestíssimo ao longo dos dois séculos seguintes, atingindo os 200.000 habitantes em 1801, crescimento de 21%, uma vez ultrapassadas as grandes perdas do Terramoto. Nesta etapa, maior foi o crescimento da segunda cidade do Reino, o Porto, que então atinge os 43.000 habitantes, duplicando a sua população de 1732 a 1801, ao ritmo da sua maior inserção na economia atlântica, do impacto da agricultura e comércio do vinho do Porto.[17] A larga distância de Lisboa e Porto, virão as cidades de Braga, Coimbra, Setúbal, Elvas e Évora que, por aquele início de século, têm

[11] Caetano de Lima – *Geografia histórica …o.c.,* (1734 – 1736), pág. 136 e ss.

[12] Sobre a comarca de Setúbal diz Caetano de Lima: «Usamos aquele título de comarca, contra o nosso costume, para compreender três jurisdições diferentes, cujas terras, sobre serem muito vizinhas, que entendemos ser escusado tratar delas com maior separação umas das outras. As ditas jurisdições são: a correição de Almada, a ouvidoria de Setúbal, que é da Ordem de Santiago e a Ouvidoria de Azeitão, que pertence à Casa de Aveiro, *Geografia histórica … o.c.*, (1734-1736), pág. 219.

[13] Não vem às *Memórias Paroquiais de 1758*, Cabrela.

[14] Não vem às *Memórias Paroquiais de 1758*, Samora Correia. O ouvidor de Azeitão tem correição (além de Azeitão) em Sesimbra, Barreiro, Ferreira, Samora Correia, Santiago do Cacém, Sines, Castro Verde e Torrão, isto é, 5 vilas na província da Estremadura, as outras na província do Alentejo (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal).

[15] Vitorino Magalhães Godinho – *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Arcádia Editora, 2ª edição correcta e ampliada, 1975, págs. 37-40.

[16] *Idem*, pp. 37-40.

[17] Frederic Mauro – *Le Portugal et l'Atlantique au XVII siècle, 1570-1670.* Étude économique. S.E.V.P.E.N, 1960.

menos de 20.000 habitantes. Então, no final do século XVIII Lisboa é ainda uma cidade importante no «continente» ibérico, designadamente das suas cidades marítimas e atlânticas: os 168.000 habitantes que representam cerca de 5% do país[18] colocam-na aquém de Madrid (190.000) mas com população superior a Barcelona (100.000), Sevilha (81 000), Valência (70.000).[19]

O enorme crescimento urbano dos séculos XVI-XVII obrigará a alargar substancialmente o território de abastecimento da cidade e também os termos da sua "respiração" local e regional, com a redefinição do papel do município, fixando-lhe uma mais apertada malha político-administrativa da articulação ao território e ao todo nacional no ordenamento político da Corte e Estado, que se quer mais centralizado para ganhar maior poder e eficácia.

No que diz respeito ao seu termo e áreas de influência política e municipal tal será, em grande medida, efectuado, nos tempos mais próximos, com o reordenamento dos bairros e respectivas freguesias no tempo dos Filipes, na sequência de enorme crescimento demográfico verificado na centúria anterior. E alargando ainda mais o território e a jurisdição da cidade e corte sobre o termo, com a reforma de 1742, no reinado de D. João V, no final, também, da vigência das duas municipalidades e dioceses com sede na cidade. Ambos os reordenamentos vão ditados pela forte vontade de articulação e integração de um mais vasto território na capital, seu núcleo urbano, conduzido pelos horizontes de facilitar e promover a melhor veiculação de trânsitos e fornecimentos à capital, construindo-se-lhe um mais adaptado espaço económico e mercado regional e promovendo um quadro administrativo, político e «policial» que tal favoreça.

Em 1608 será publicado o *Regimento dos corregedores do crime e do c*ível da cidade que com os *regimentos municipais* comporão o principal do governo público, económico, civil, policial/criminal da cidade e seu termo. Este *Regimento* vem actualizar o anterior Regimento das *Ordenações do Reino*[20], e adaptá-lo às novas realidades urbanas, profundamente alteradas com o enorme crescimento da população e actividades. Em termos muito explícitos, o texto invoca as circunstâncias que justificam o novo ordenamento: «Tendo eu informado que os corregedores e juízes do crime da cidade de Lisboa não eram em número bastante que pudessem acudir a todos os delitos e casos que sucedem em uma cidade tão grande e estendida e tão frequentada de várias nações (…) e que convinha prover-se nisto de maneira que não somente se obviassem e atalhassem os ditos delitos e casos, mas que também os que os cometessem fossem presos e castigados com satisfação da República e da Justiça…». Para esse efeito são instituídas mais quatro autoridades, dois corregedores e dois juízes de crime, subindo para dez os territórios correccionais-criminais. Pretendia-se que com eles ficasse a população em geral, e a criminal em particular, mais fortemente enquadrada por um *magistrado superior*, residente na proximidade, com um corpo de meirinhos, alcaides e escrivães de vara que vigiariam continuamente a cidade - com jurisdições cumulativas – tudo ordenado e comandado pelo *Regedor* e repertoriado à *Mesa Grande* da *Casa da Suplicação* e *Desembargo do Paço*. Quinzenalmente, cada um dos juízes dos bairros (juízes do crime e corregedores) dariam conta ao presidente da Mesa do Desembargo do Paço e ao regedor da Casa da Suplicação do «estado em que está o bairro…» para se tomarem as diligências mais apropriadas. As tarefas essenciais são as de acudir às brigas e «arrancamentos», tirar as devassas gerais previstas nas *Ordenações*, incluindo a devassa de pecados públicos, que se manda tirar na cidade de Lisboa por um desembargador. É pois patente a mais larga abrangência da acção entregue a estes ministros, excepcional face aos demais

[18] Teresa Rodrigues – *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Edições Cosmos, Lisboa, 1995, pág. 142 e ss; Ana Cristina Araújo – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*. Editorial Notícias, 1997.

[19] Dados de 1787: Pedro Roiz Torres – *Reformismo e ilustración*. Vol 5. de *História de Espanha* (Dir. de Josep Fontana e Ramón Villares). Critica/Marcial Pons, Madrid: 2007, pp. 80-83.

[20] Vai integrado na edição dita "vicentina" promovida por D. João V, de 1747 com a Legislação Extravagante, *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Divididas em cinco livros. Lisboa, 1747.

territórios do Reino (em geral): relativamente às câmaras e seus juízes a quem se tira a jurisdição crime; à própria igreja e arcebispado, seus visitadores e párocos com a vigilância e punição dos "*pecados públicos*". A conjugação dos dois Tribunais Superiores na condução do processo para tomar conhecimento dos crimes públicos, mas também dos agentes da administração (pelos tribunais da Suplicação e Desembargo do Paço) torna mais eficaz a sua intervenção. Tudo fortemente centralizado e movido pelo Regedor (das Justiças). Fica, pois, patente a estruturação de um forte controlo do poder e acção pública e judicial na mão dos magistrados reais na cidade, capital do Reino, num mais extenso território de eventuais conflitos que se não devem permitir numa cidade, bem ordenada, cabeça do Reino e sede da Monarquia.

Este quadro de administração e governo teve larga vigência o que abona da sua capacidade de resposta às necessidades públicas e políticas, já que só seria aperfeiçoado institucionalmente e alargado o seu território de aplicação pelo alvará de 25 de Março de 1742, ao tempo da governação de D. João V. Este ordenamento exprime também as novas preocupações da administração e governo, resultado da restauração do município de Lisboa – por efeito do reagrupamento dos dois municípios que tinham funcionado em dois senados de 1719 a 1740 – e também do reordenamento da diocese no novo arcebispado na patriarcal (1740) que tinha funcionado em duas dioceses – o arcebispado Oriental e o Ocidental da patriarcal (1716 – 1740) – com grandes inconvenientes para a administração e governo público da cidade. Assim restaurada a unidade municipal e diocesana de Lisboa, entre 1740 e 1742, a Coroa e o Patriarcado, reúnem as condições para promover o mais extenso programa urbanístico para a Lisboa Ocidental, onde desde 1716 D. João V quer construir a nova Lisboa imperial. Por este Regimento de 1742, dá-se agora também mais extensão à acção política-correccional de Lisboa pelo seu território. No que diz respeito à administração civil, o ordenamento institucional passa pela redução dos juízes do crime à figura de corregedores, extinguindo-se a anterior diferenciação de juízes do crime e a de corregedores que induzia processos diferenciados, com desigual aplicação da justiça. Por esta via uniformizadora, que conferia idêntica e maior graduação aos magistrados, ganhava mais força a justiça e a política da centralização monárquica joanina[21]; os corregedores governariam em conformidade do seu *Regimento* e dos *Regimentos dos bairros* e *dos quadrilheiros*. Com o alargamento do território político de Lisboa, a jurisdição criminal dos corregedores da corte e da cidade, para além do marco urbano das trinta e seis paróquias (mais dois lugares) reunidos em dez judicaturas de bairros, passa para doze bairros, que se estendem por um vasto termo de mais quarenta e duas judicaturas de paróquias e seus julgados.[22] Deste modo amplia-se o território político da capital, com a mais forte acção da jurisdição criminal-policial que lhe confere o novo *Regimento.* E no final é a organização, a força e a dimensão do município de Lisboa que sai reforçado pela acção dos seus bairros.

A nova «planta» de 1742 regista as alterações entretanto ocorridas face à de 1608 no que diz respeito ao quadro paroquial de Lisboa, que ainda que estável nas suas linhas principais, sofre algumas alterações. Vão agora extintas as paróquias do Loreto, Trindade, Sant'Ana, S. Sebastião da Mouraria, Santos-O-Velho da «planta» de 1608 e elencadas as novas paróquias da planta de 1742, Encarnação, Sacramento, S. Nicolau, Nª Sª do Socorro, Nª Sª da Pedreira, Nª Sª da Pena, Nª Sª das Mercês, lugar de Alcântara, lugar de Belém.

[21] Como os juízes do crime iam ao senado da câmara despachar as causas de injúrias verbais (e porque aos Corregedores tal não se permite) passaram estas matérias para o juiz das propriedades, que as despachariam, a final, com dois vereadores da câmara.

[22] Caetano de Lima – *Geografia histórica… o.c.,* (1734-1736), pp. 145-146 refere-se às 37 paróquias (cidade e arrabaldes) e 35 no termo.

Freguesias e Julgados dos Bairros de Lisboa (1608 – 1742)

Bairros (Designação de 1608 e 1742)	Delimitação de 1608 Na cidade	Acrescento em 1742
Corregedor do Crime da Corte/Rua Nova	Madalena Conceição S. Julião	**Termo e Julgados:** Alvogas Velhas Loures Caneças Montemuro Marnotas
Correição do Bairro Alto	Encarnação Sacramento	Subúrbio de Campolide Freguesia nova (Sta. Isabel) **Termo e Julgados:** Benfica Frielas Apelação
Corregedor do Crime da cidade/Remolares	S. Paulo Mártires	**Termo e Julgados:** Ameixoeira Paço do Lumiar Carnide
Corregedor do Crime da cidade/Rossio	S. Nicolau Sta. Justa S. Cristóvão S. Lourenço	**Termo e Julgados:** Bucelas Vila de Rei S. Tiago dos Velhos
Corregedor da cidade/Alfama	Sto. Estevão S. Vicente Sta. Marinha Sta. Engrácia	**Termo e Julgados:** Sacavém Nª Sª Olivais Charneca
Corregedor do Crime da Corte/Castelo	S. Tomé S. Bartolomeu Santa Cruz do Castelo Sto. André O Salvador	**Termo e Julgados:** Camarate Unhos Fanhões
Juiz do Crime/Limoeiro	S. Jorge S. Martinho S. Mamede S. Tiago Sta. Maria	**Termo e Julgados:** Talha Santa Iria Póvoa D. Martinho
Juiz do Crime/Ribeira	S. João da Praça S. Pedro S. Miguel	**Termo e Julgados:** Vialonga Granja de Alpriate Tojal Sto. António
Juiz do Crime/Mouraria	Nª Sª Socorro Anjos	**Termo e Julgados:** Monte Agraço Banho Sapataria
Juiz do Crime/Andaluz	S. José Nª Sª da Pena S. Sebastião da Pedreira	**Termo e Julgados:** Cotovias Sto. Estevão dos Gados S. Quintino
Juiz do Crime/Monte de Sta. Catarina	Sta. Catarina Nª Sª das Mercês	**Termo e Julgados:** Milharado Póvoa de Sto. Adrião Odivelas Lumiar
Juiz do Crime/Mocambo	Nª Sª da Ajuda Lugar de Alcântara Lugar de Belém Santos	**Termo e Julgados:** Barcarena Algés Oeiras

Fonte: *Alvará de 25 de Dezembro. Extravagante às Ordenações, Tít. XLIX. Dos corregedores do Crime e Cível da cidade de Lisboa e Alvará de 25 de Março de 1742*, in *Ordenações e Leis do Reino de Portugal… o.c.,* Lisboa, 1747, Maria Beatriz, Nizza da Silva – «D. João V». Círculo de Leitores, 2006, pág. 191.

6.3 – Os concelhos e as suas instituições

Sobre os concelhos e a organização municipal os dados fornecidos por estas *Memórias* são muito esparsos, limitando-se os párocos a responder de forma muito abreviada aos termos dos *itens* do Inquérito. Para o município de Lisboa, e sobre a correição criminal dos bairros do seu termo, mal permitem ultrapassar o quadro genérico da sua inscrição territorial, com breves notas sobre os julgados de vintena. Permitem fixar o quadro geral dos senhorios e donatários das terras, então em exercício, com uma ou outra referência ao seu histórico. As informações mais desenvolvidas dizem respeito aos senhorios e oficialato das terras e concelhos de mais altas judicaturas e correições da Coroa e ouvidorias de Mestrados, como é o caso de Torres Vedras, Alenquer, Cadaval, Setúbal (e outras como Cascais, Azambuja, Mafra). Mas mesmo para algumas destas terras a informação é muito lacunar. As *Memórias* permitem fixar também o quadro genérico, de algum modo esboçar o corpo do oficialato que compõe cada concelho, por regra o seu corpo político de juízes, vereadores e procuradores, termos de eleição e aspectos da jurisdição municipal, um ou outro ofício patrimonial e da organização régia ou senhorial (judicial, fiscal, militar). Com o objectivo de lhe dar mais desenvolvimento e compreensão, entendemos integrar estes dados parcelares respeitantes ao oficialato municipal, político e patrimonial ou honorário e não honorário destas jurisdições, no quadro das informações colhidas no *Livro de Avaliação dos Ofícios* (do século XVII, adiante abreviado por L.A.O) que recolhe o seu quadro geral, cujos dados vão publicados por António Manuel Hespanha em *As v*ésperas *do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal. Século XVII*[23] que sistematiza e compõe a mais extensa base documental e bibliográfica para a história das instituições e poderes locais, municipais, régios e senhoriais de Portugal do Antigo Regime.[24]

a) Coroa e senhorios donatariais nos concelhos

As *Memórias Paroquiais* informam, por regra, sobre a titularidade e propriedade dos concelhos e seus ofícios, por vezes fazem um breve historial dos seus donatários,[25] direitos e privilégios. Um particular registo vai algumas vezes feito para as administrações e senhorios litigiosos, as suspensões ou integrações à Coroa por efeito da não actualização dos registos, direitos e títulos na Chancelaria. E de um modo especial as mais recentes integrações por virtude da extinção das Casas de Aveiro/Portugal e Távora Atouguia, e Vila Real, acusadas de envolvimento na tentativa do assassinato de D. José I. A Coroa, a Casa do Infantado, esta recentemente instituída, seriam os principais beneficiários desta transferência, que reduz o peso da ordem donatarial como das terras e jurisdições das Ordens militares nestes concelhos.[26]

No seu conjunto, estamos num território onde é largamente dominante a titularidade da Coroa, que aos concelhos originários juntam os que resultaram da integração ao longo dos tempos. Destes, o núcleo mais importante é o das jurisdições da Ordem de Santiago de Espada, do momento em que o rei passa a seu grão-mestre e perpétuo administrador, a que junta as que fazem parte das capelas de D. Afonso IV e as que vieram a integrar as Casas reais, a Casa do Infantado, a Casa da Rainha. As restantes jurisdições concelhias estão na mão dos Grandes, titulares portugueses, directamente ou por virtude das

---

[23] Ed. do autor. Lisboa, 1986, vol. 2º.

[24] Em particular o LAO (*Livro de avaliação dos ofícios. Século XVII*). E também em António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa e descrição topográfica do famoso reino de Portugal…* Lisboa, 3 vols, 1706-1712; Luís Caetano de Lima na *Geografia histórica …o.c.*, (1734-36); João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal …o.c.*, (1745-1758).

[25] Esta história genealógica vai largamente tratada nas genealogias históricas portuguesas (em particular da Casa Real, dos Grandes e Titulares) mas a sua sistematização para a História administrativa e social mais recente, pode ser seguida, em especial, em A. M. Hespanha – *As v*ésperas *do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal. Século XVII. Ed. do Autor, Rio de Mouro,* vol II, 1987, pp. 55 – 192 e Nuno Gonçalo Monteiro – *O crepúsculo dos grandes* (1750 – 1832). Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998; Idem – *Elites e poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Imprensa das Ciências Sociais, 2003.

[26] Nuno Gonçalo Monteiro – *O crepúsculo dos grandes … o.c.*, pág. 470.

suas comendas. Só duas jurisdições caem fora deste círculo, Alhandra na titularidade do Patriarcado e Sobral do Monte Agraço, do colégio de Jesuítas de Coimbra. O território que tem Lisboa e a Corte como centro, composto pela grande parte da província da Estremadura está, pois, na posse da Coroa e da alta sociedade e burocracia da Corte.

Senhorios – donatários das jurisdições em Lisboa e Setúbal

Coroa	12
Coroa e Rei (como grão-mestre e administrador da Ordem de Santiago	11
Casas Reais. Casa do Infantado	3
Casa da Rainha	5
Capelas de D. Afonso IV	2
Total parcial	**33**
Titulares laicos (com comendatários)	16
Outros (Patriarcal e colégio de Évora)	2
TOTAL	**51**

O senhorio da Coroa é, por outro lado, absoluto nas terras de além Tejo, onde todas as jurisdições da comarca/ouvidoria de Setúbal, pertencem ao monarca, como administrador do mestrado de Santiago, mas também da ouvidoria de Azeitão e correição de Almada.

b) O município de Lisboa

O município de Lisboa traz naturalmente a marca de «macrocefalia» da cidade, capital do Reino, onde vai associado à categoria de Tribunal Superior, com as correspondentes prerrogativas ao presidente do senado e sua vereação. No século XVII, o *L.A.O.* contabiliza para a cidade e termo 449 ofícios não honoráveis (que são a totalidade) que representam pouco menos do total dos ofícios honoráveis e não honoráveis (isto é, os primeiros de serventia política, por regra electivos, os outros de propriedade, de senhorio e renda) arrolados nas trinta e uma jurisdições – concelhos que integram a comarca de Torres Vedras, a ouvidoria de Alenquer e mais algumas jurisdições da comarca de Santarém que compõe o território do actual distrito de Lisboa, que somam 464 ofícios.[27] Tal dá a medida da dimensão burocrática do município da capital, face aos demais municípios do Reino, designadamente do seu entorno.[28]

Os caminhos de centralização da Monarquia Portuguesa correrão, como é sabido, em grande medida com o suporte político-administrativo e territorial dos concelhos, em particular os mais desenvolvidos e hierarquicamente superiores. Por inícios do século XVII, no período filipino, a final centralização das eleições dos maiores municípios com a publicação dos Regimentos eleitorais de 1611 e 1640, e a imposição do sistema eleitoral por pautas e apuramento central dos eleitos locais ao Tribunal do Desembargo do Paço, será o instrumento do maior controle e enquadramento político e social dos concelhos, como tinha sido preparado do ponto de vista financeiro, com o encabeçamento geral das sisas em 1566.[29] Tal como será, do ponto de vista político e administrativo, o alargamento da acção dos juízes de fora, letrados, e demais magistrados régios «à periferia».[30]

[27] António Manuel Hespanha – *As vésperas do Leviathan… o.c.* vol. II, pp. 55-192.

[28] A visão de conjunto pode ainda ser procurada em António Carvalho da Costa – *Corografia portuguesa … o.c.* (1706 – 1712).

[29] Vitorino Magalhães Godinho – «Finanças públicas e estrutura do Estado» *in Ensaios II Sobre História de Portugal*. Livraria Sá da Costa, Editora, 2ª edição correcta e ampliada, Lisboa, 1978, pág. 29 e ss; José Viriato Capela – *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*. Universidade do Minho, Braga, 1995, pp. 120-126. *Idem* «Eleições e sistemas eleitorais nos municípios portugueses de Antigo Regime» *in Eleições e sistemas eleitorais: perspetivas históricas e políticas*. U. Porto editorial, 2009, pp. 21-83.

[30] António Manuel Hespanha – «Centro e periferia no sistema político português no Antigo Regime», *in Ler História*, nº 8, 1986, pp. 65-84.

Em Lisboa o processo será mais precoce e radical e logo dará o sentido dos desenvolvimentos futuros. O município será mais intensamente ligado à Coroa, instalando-se nele a Sociedade da Corte e dos Tribunais superiores e nomeando o próprio monarca o seu presidente e vereadores. Em 1572 instala-se, de facto, no município de Lisboa, um governo municipal de perfil político e sociológico que rompe com os anteriores: trata-se agora de um município que se eleva e integra na ordem dos tribunais régios superiores, cujo corpo político é eleito pela Coroa e cujos elementos «políticos», participantes da governação municipal, são elevados à categoria da fidalguia e nobreza da Corte. A câmara até aí integrada por quatro juízes (já com diferenciação no cível e crime), dois procuradores do concelho, três vereadores, tutelada por um corregedor de nomeação régia – de constituição e eleição, no essencial correspondente ao modelo ordenacional e regimental português – verá agora o seu presidente e os vereadores – 4 em 1585, 6 desde 1591 – serem nomeados pela Coroa que serão letrados, magistrados desembargadores. O município de Lisboa ganhou pois, desde 1572 e depois com as reformas filipinas, um perfil político e administrativo muito singular de tribunal superior de governo régio para a cidade e seu termo: Tribunal da Corte para os casos crimes e de polícia (com o referido Regimento dos Corregedores da cidade de 1608), fortemente articulado pela acção do Regedor aos tribunais superiores da Casa da Suplicação e Desembargo do Paço. Nele se instala uma câmara com um núcleo de intervenções e perfil de pelouros e divisão de tarefas que pretendem responder às novas realidades urbanas e municipais da sua acção administrativa, configuradas desde 1572: pelouro da Saúde e Casa de São Lázaro, Açougue e Carnes, Obras, Limpeza, Almotaçaria, Terreiro do Trigo e Moendas.[31] Com esta composição, com a outorga em 1609 ao presidente da câmara de Lisboa dos mesmos privilégios e regalias que tinham os presidentes dos Conselhos, Regedor da Casa da Suplicação e Tribunais da Corte, está aberto caminho à equiparação do senado de Lisboa a tribunal régio superior, que será definitivamente consumado no reinado de D. Maria I. As transformações de natureza sociológica participantes na construção deste «município moderno», nobre, fidalgo e aristocrático, do centralismo e do absolutismo, correm também com a extracção fidalga dos seus membros representantes da cidade, da Casa dos 24 e dos mesteres na câmara – juiz do povo, escrivão do povo, quatro procuradores dos mesteres e também os procuradores da cidade – e os termos do seu assentamento e participação na câmara e da comunicação directa do «juiz do povo» com a Corte e com a cidade.[32] O *Regimento dos corregedores do crime e do cível da cidade*, de 1608, actualizado e aperfeiçoado em 1742, constituirá o quadro legislativo e normativo mais expressivo da configuração do município de Lisboa, no contexto da extensão e alargamento do poder público e real à cidade e ao seu vasto território. A seu exemplo e modelo se seguirão adaptações e aproximações pelos maiores municípios portugueses, logo o Porto (em particular depois da instalação aí do Tribunal Superior, a Casa e Relação do Cível em 1582)[33] e as câmaras e os municípios das cabeças de províncias, dioceses e comarcas.

Caetano de Lima (1734/36), que nos dá uma das visões geográficas mais abrangentes de Lisboa, ao enumerar os diversos planos em que a capital se afirma, na Europa e em Portugal, e como cabeça da província da Estremadura, no plano político, distingue-lhe dois eixos principais de intervenção e configura-

---

[31] Paulo Jorge Fernandes – *As Faces de Proteu. Elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*. Lisboa, 1999, pág. 27.

[32] Paulo Jorge Fernandes – *As Faces de Proteu. o.c.*, pág. 20 e ss. A mais elevada proeminência do senado de Lisboa pode ser seguido na sua posição e destaque na mais aparatosa procissão que se fez em Lisboa, do Corpo de Deus, presidida pelo primeiro cardeal patriarca. Os vereadores (do senado da Lisboa Ocidental) seguem ao lado do rei, no encerramento do séquito e cortejo do patriarca. Eles entram com as "pessoas reais" e mais alguns cavalheiros para o templo da patriarcal. A alta sociedade da Corte fica pelo 1º e 2º claustro. O corpo dos três desembargadores e procurador que compõe o senado nesse ano de 1718 são todos Cavaleiros da Ordem de Cristo. Mas participam na cerimónia «sem os mantos da Ordem». E o tinham já feito na solene procissão de entrada e posse pública do patriarca, em 1717 que, como acontece nas procissões públicas e régias da cidade, foram os vereadores do senado, neste caso ainda das câmaras de ambas as cidades, Oriental e Ocidental, a pegar nas varas do palio. *Discurso litúrgico e histórico da santa igreja patriarcal* (ADB/UMinho, Ms. 695).

[33] Francisco Ribeiro da Silva – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*. 2 volumes, Porto, Câmara Municipal, 1988.

ção: o governo da monarquia que ordena e comanda os diversos corpos políticos e sociais da Nação e do Império, para cada um dos quais faz uma breve caracterização; o governo da cidade e município.[34] Para o *governo particular* da cidade diz que está «dependente do seu senado, o qual se compõe de um Presidente, que sempre é pessoa de primeira qualidade, de seis desembargadores, com o título de vereadores, e vários outros ministros subalternos. Presentemente, havendo-se separado Lisboa em duas metrópoles, há também nela duas casas do senado, uma em Lisboa Ocidental, situada na praça do Rossio, para a parte do Norte, e outra em Lisboa Oriental, no bairro da Sé, junto a Santo António, que é o antigo senado, nas quais despacham os mesmos ministros, mas em dias diferentes, para melhor expedição de negócios».[35]

c) Os municípios e concelhos do território

O ordenamento municipal dos concelhos do território de Lisboa e Setúbal (e sua província da Estremadura) ganhará também uma singular organização e perfil, decorrente desta maior proximidade e presença do poder real e corte de Lisboa, que se traduz por uma geral uniformização da sua organização institucional, de forte presença nas câmaras de juízes letrados e maior desenvolvimento burocrático – mesmo a partir das mais pequenas jurisdições – para as suas tarefas e para o suporte dos magistrados régios, aqui mais fortemente presentes e actuantes. É de facto de grande uniformidade a composição dos corpos políticos das jurisdições municipais destes territórios que associamos a esta mais forte vontade de integração política e proximidade do território desta parte da província da Estremadura a Lisboa. Dos maiores aos mais pequenos, qualquer que seja a posição hierárquica do município, praticamente todos os corpos camarários ou vão presididos por um juiz de fora ou por dois juízes ordinários, com a sua vereação de três vereadores, um procurador do concelho que constituem o figurino político mais evoluído e centralizado dos municípios portugueses. As informações das *Memórias Paroquiais* só em parte permitem generalizar esta realidade porque muitas vezes não são suficientemente elucidativas, mas que se confirmam com as informações de *L.A.O.* (A. M. Hespanha). Este corpo é o que nas tabelas do *L.A.O.* vai designado como o *oficialato honorário*, que é aquele corpo de oficiais principais aos concelhos, o seu corpo político, eleito localmente - em regra por sistema de pautas – que vai a aprovar e homologar do Desembargo do Paço, aos tribunais das Casas régias, às audiências e ouvidorias dos senhorios e administração dos mestrados. E que em princípio não recebe salário, podendo receber propinas e emolumentos. Neste vasto conjunto de jurisdições é de facto muito reduzido o número de concelhos que não se adaptam a este figurino. Nesta circunstância, vão o julgado da Rebaldeira e os reguengos da Carvoeira e Reguengo Grande e Gradil.

O que mais singulariza a composição destas câmaras é de par com as de presidência de juiz letrado, para as demais, a sua geral composição com dois juízes ordinários (para além naturalmente, de outros juízes, a saber das sisas, órfãos, mas que por regra não vêm a esta elencagem de base municipal). Por todo este território de Lisboa e Setúbal é particularmente extenso o número de concelhos com juízes letrados. Em concelhos sede de correição, ouvidoria com correição e provedoria eles são em maior número, para o exercício das mais diversas funções régias e donatariais, que os exigem, designadamente

[34] «É ao mesmo tempo a cidade de Lisboa assento dos principais tribunais do Reino, a saber, do Conselho de Estado, do Conselho da Guerra, do Desembargo do Paço, da Casa da Suplicação, da Mesa da Consciência, do Conselho da Fazenda, da Junta dos Três Estados, do Tribunal das Contas, do Conselho Ultramarino, do Conselho da Rainha, do Conselho da Casa do Infantado, do Conselho da Casa de Bragança, do Tribunal do Santo Ofício, do Tribunal da Alfândega, do Tribunal ou Casa da Índia, da Alfândega do Tabaco, do Tribunal da Cruzada, e de vários outros tribunais de menos nome. Veja-se o capítulo quinto da *Geografia* onde tratamos particularmente de cada tribunal», *Geografia histórica… o.c.*, (1734-1736), pág. 175. Estes tribunais e conselhos têm sido objecto de estudos monográficos. Releva-se o lugar que estas instituições ganharam nas mais modernas *Histórias de Portugal,* em especial nos volumes correspondentes aos Tempos Modernos, em grande parte, em resultado do desenvolvimento da História Política e Institucional a que aqueles estudos deram corpo. E, António Manuel Hespanha – *História de Portugal Moderno, político e institucional*. Universidade Aberta, 1995. Perfil sócio-político destes tribunais superiores, em José Subtil – *O Terramoto político (1755-1759)…Memória e poder.* Universidade Autónoma de Lisboa, 2007.

[35] Luís Caetano de Lima – *Geografia histórica…o.c.*, pág. 176.

para os órfãos, superintendências fiscais, como é o caso de Torres Vedras, Alenquer, Setúbal, Cadaval e Almada. Os concelhos de juiz de fora são por este território em maior número, pois estão presentes em 8 dos 31 concelhos ao Norte do Tejo; ao Sul do Tejo, na comarca de Setúbal (com a ouvidoria de Azeitão e correição de Almada) dos 16 concelhos, pelo menos 11 vão presididos por este magistrado superior; na comarca de Ourique, em Sines. É certo que alguns juízes de fora exercem o ofício, presidem e são comuns a mais que um concelho, como é o caso do juiz de fora, ouvidor para Castanheira e Povos, do juiz de fora comum a Sesimbra e Barreiro e do juiz de fora para Torrão e Ferreira. Mas tal só reforça a expressão da mais larga presença do juiz letrado nas terras.

Como temos tido oportunidade de referir a propósito da composição do oficialato dos municípios portugueses, por regra, as câmaras de juízes ordinários vão integradas só por um juiz. A presença de dois juízes ordinários, casos mais raros, são a expressão de uns municípios mais desenvolvidos que oferecem maior oferta e até especialização de serviços de justiça. Por regra, esta situação evolui para a colocação no município de um juiz de fora, que substituindo aqueles dois juízes ordinários lhe confirma a maior dignidade e hierarquia. Esta é, de facto, a realidade mais presente neste território mais próximo da Corte desta província da Estremadura. Deste modo, a geral presença de dois juízes significa uma acrescida oferta de justiça e dias de audiência, como nalguns casos vai expresso, uma distinta representação territorial, como já temos anotado para outros territórios. Como é o caso do município de Cascais, onde os juízes ordinários, os vereadores, os almotacés, vão eleitos e representam o mar, a vila, a terra, o monte ou termo. Na Aldeia Galega da Merceana, dos dois procuradores, um é do povo, outro do concelho. (*Vide* Roteiro – *Antigos concelhos do território dos distritos de Lisboa e Setúbal*). Em regra o *L.A.O.* contabiliza no campo dos oficiais honoráveis um total de 8 ou 9 elementos, ou até mais por jurisdição. Para além do conjunto dos 6 elementos referidos (2 juízes, 3 vereadores, 1 procurador), podem ser eleitos, vir nas pautas ou exercer "por honor" os ofícios, escrivães, tesoureiros, almotacés.[36] Ao *L.A.O.* para as jurisdições da comarca – ouvidoria de Setúbal não vêm referências a ofícios honoráveis (excepção para Santiago do Cacém e Torrão). Mas as *Memórias Paroquiais* referem-lhe também equipas que vão constituídas por dois juízes ordinários, três vereadores, dois procuradores.

A diferente hierarquia e tarefas públicas e municipais dos concelhos acarretam necessariamente, também, diferentes graus de desenvolvimento burocrático. Aos municípios de juiz de fora e, sobretudo aos de assentamento de magistrados de correição e ouvidoria régia, dos mestrados, das casas senhoriais, - de cobrança de rendimentos patrimoniais, receitas fiscais, alfândegas – corresponde e obriga à instalação de um mais vasto corpo de oficialato de apoio, sobretudo de escrivães, contadores, alcaides, couteiros, que conferem ao município um maior encorpamento, onde por vezes a acção e quadro municipal se dilui ou se estrutura essencialmente no suporte às actividades régias e senhoriais. A Norte do Tejo, relevam os municípios de Torres Vedras, Sintra, Alenquer, Óbidos, Vila Franca de Xira; ao Sul, numa posição cimeira, Setúbal, cabeça de todos os serviços, seguido a larga distância de Alcácer do Sal, Palmela …[37] Mas o que é também de sublinhar, em correlação com o que foi dito para Lisboa, é que estas câmaras e esta burocracia suporta e constitui-se no sistema eleitoral do Absolutismo e do Centralismo, organizado na eleição por pautas e até por «rol da nobreza», e homologação central ao Desembargo do Paço, fixado pelas leis de 1611 e 1640[38] e que estão aqui presentes em todo o lado, que é o que promove a mais intensa articulação das terras e da sua sociedade política à Coroa e permite e suporta a mais intensa presença régia e dos seus outros magistrados superiores nas terras (corregedores, provedores, ouvidores dos mestrados e almoxarifes).

---

[36] Alenquer e Óbidos na Ouvidoria de Alenquer são excepção.

[37] Os demais indicadores e suportes à compreensão do equipamento e desenvolvimento burocrático – território, população, rendimentos dos concelhos vão em A. M. Hespanha – *As v*ésperas *do Leviathan…. o.c.*, vol II, pág.55.

[38] José Viriato Capela – *Eleições e sistemas eleitorais…art. cit.* (2009), pp. 21-83.

Hierarquia e burocracia dos antigos concelhos do território do distrito de Lisboa

Vilas e Jurisdições Actual Distrito de Lisboa	Comarca/Ouvidoria	Informes de L.A.O.					Informes das *Memórias Paroquiais* (1758)		
		Oficialato			Juíz Fora	Câmara	Oficialato/ Coroa e Donatários		Câmara
		H	N H	T			Juíz Fora	Coroa e Donatários	
Lisboa (Cidade)	Com. Lisboa	-	449	449	-	-	-	Coroa	
Torres Vedras	Com. Torres Vedras	9	37	46	J. F.	Ver (3) Proc	J. F.	Casa da Rainha	Câmara
Sintra	Ouv. Alenquer	9	24	33	J. F.	Id.	J. F.	Coroa	Ver. (de Câmara)
Alenquer	Ouv. Alenquer	18	13	31	J. F.	Id.	J. F.	Casa da Rainha	Ver. (3) Proc.
Óbidos	Id.	19	10	29	J. F.	Id.	[J. F.]	Casa da Rainha	
Vila Franca de Xira	Com. Torres Vedras	8	20	28	J. F.	Id.	J. F.	Coroa	Câmara
Arruda dos Vinhos	Id.	8	12	20	-	JO (2) Ver (3) Proc	-	Coroa	J. O. e Câmara
Cascais	Id.	8	12	20	-	Id.	OUV.	Marquesa de Cascais	J.O. (2) Ver. (3) Proc.
Castanheira	Id.	8	12	20	J. F.	Ver (3) Proc	J. F.	Casa do Infantado	Câmara
Cadaval	Id.	8	11	19	-	JO (2) Ver (3) Proc	OUV.	Duque de Cadaval	J.O. (2) e Câmara
Lourinhã	Id.	8	9	17	-	Id.	-	Marquês Louriçal	J.O. Ver.
Aldeia Galega da Merceana	Ouv. Alenquer	8	10	18	-	JO (2) Ver. Proc (2)	-	Casa da Rainha	J.O. (2) Ver. (3) Proc. Povo
Alhandra	Com. Torres Vedras	8	8	16	-	JO (2) Ver (3) Proc	OUV.	Patriarcal	J.O. (2) Ver. (3) Proc.
Alverca	Id.	8	6	14	-	Id.	PROV./OUV.	Capelas de D. Afonso IV	Id.
Alcoentre	Com. Santarém	8	5	13	-	Id.	-	Coroa	J.O. e Câmara
Mafra	Com. Torres Vedras	8	4	12	J. F.	Ver (3) Proc	J. F.	Coroa	Ver. (3) Proc.
Vila Verde dos Francos	Id.	8	3	11	-	JO (2) Ver (3) Proc	-	Marquês Angeja	J.O. (2) Ver. (3) Proc.
Azambuja	Com. Santarém	8	3	11	-	Id.	-	D. António Rolim Moura	Id.
Aveiras de Cima	Id.	8	3	11	-	Id.	-	Comenda de Santos	J.O. e Câmara
Cheleiros	Com. Torres Vedras	8	3	11	-	Id.	-	Casa do Infantado	J.O. Ver. (3) Proc.
Aveiras de Baixo	Com. Santarém	8	2	10	-	Id.	-	Casa de Aveiras	J.O. e Câmara
Belas	Com. Torres Vedras	8	2	10	-	Id.	-	Conde de Pombeiro	J.O.
Povos	Id.	8	2	10	J. F.	Id.	J. F.	Casa do Infantado	Câmara
Ericeira	Id.	8	1	9	-	-	OUV.	Marquês Louriçal	J.O. (2)
Colares	Id.	8	1	9	-	JO (2) Ver (3) Proc	-	Coroa	J.O e Câmara
Enxara dos Cavaleiros	Id.	8	1	9	-	Id.	-	Visc. Vª Nª Cerveira	Id.
Gradil (Reg.)	Id.	8	1	9	-	JO (1)	-	Capelas de D. Afonso IV	J.O e Câmara (Ver. 3)
Sobral Monte Agraço	Id.	8	1	9	-	JO (2) Ver (3) Proc	-	Colégio da Cª de Jesus - Évora	J.O e Câmara
Bucicos (Oeiras)	Id.	8	0	8	-	Id.	-	Marquesa de Cascais	J.O.
Rebaldeira (Julg.)	Id.	0	1	1	-	-	-	Coroa	J.O. (1) Alm. (2) Escr. Proc
Carvoeira (Reg.)	Id.	-	-	-	-	-	-	Joaquim Lopes de Lavros	J.O. (almox) e Câmara
Reguengo Grande	Ouv. Alenquer	-	-	-	-	-	-	Casa da Rainha	J.O. (Cível, privativo)

L.A.O. (Livro de avaliação dos ofícios. Século XVII): Com. – Comarca; Ouv. – Ouvidoria; H – Ofícios honoráveis; NH – Ofícios não honoráveis; JF – Juiz de Fora; JO – Juiz ordinário: Ver. – Vereador; Proc. – Procurador. Almox – Almoxarife. Esc – Escrivão.

d) As vintenas nos territórios concelhios

Nos termos das *Ordenações do Reino*, Liv. 1, tít. 65, o governo civil das terras faz-se no quadro das *vintenas* - lugares ou aglomerados com mais de 20 vizinhos - à frente das quais está um juiz, dito de *vintena* ou *vintaneiro,* que se agrega um corpo de *quadrilheiros*, *jurados* e *eleitos*. Por regra, estes oficiais são eleitos pelo povo, tomam posse perante as câmaras, a cujas justiças e vereações estão sujeitos, e aos quais as câmaras entregam Regimentos, que desenvolvem os conteúdos das *Ordenações*, adaptando-se à realidade das terras. Compete-lhes conhecer e ajuizar verbalmente, sem apelação, nem agravo, as contendas entre vizinhos até um pequeno montante. E compete-lhes, também, conforme o fixado nos seus Regimentos e Posturas municipais, encoimar as contravenções dos moradores, cujas coimas apresentam em rol para ajuizamento em câmara ou almotaçaria.

Estas vintenas ganham na correição de Lisboa a mais forte compleição e ordenamento político que é possível encontrar para o Reino, onde sob a tutela dos corregedores crimes do bairro, os lugares e as populações vão mais fortemente integradas na ordem pública. Por esta articulação, essencialmente policial e criminal, ultrapassam-se aqui algumas debilidades da sua articulação e acção sob o mando das câmaras, que é o mais comum. E por outro lado, mal existe aqui a concorrência de outras instituições locais à acção das vintenas, que em algumas terras se substituem ou de algum modo escusam ou condicionam a sua acção, como acontece no limite, quando instituições paroquiais ou outras instituições civis e comunitárias assumem tarefas que lhe são cometidas por lei. E as freguesias do termo de Lisboa vão organizadas em *julgados*, onde funcionam em muitas delas diversos juízes de vintena, em relação com a dimensão das terras e certamente a natureza do povoamento, com um número variável de alcaides e quadrilheiros que podem servir mais que uma vintena. Estes são oficiais eleitos anualmente pelo povo. A eleição é presidida pelo pároco; os eleitos (em pautas) são homologados pela câmara de Lisboa. Há também um escrivão, este de propriedade (pago pelo senado) que serve o juiz de vintena ou julgados. Os juízes, ditos mais frequentemente *vintaneiros*, mas também *pedâneos* ou mesmo *juízes ordinários* ou *juízes do julgado*, estão sujeitos no crime ao juiz do crime do respectivo bairro; nos demais, seguem as ordens de todos os ministros da Corte» (Sapataria, c. do Monte Agraço). Transcrevem-se aqui os termos da constituição e definição do julgado de vintena de Santo Antão do Tojal que devem ser os da prática mais comum por todo este território: «administram a freguesia com subalternos ao juiz do crime do bairro da Ribeira da cidade de Lisboa, com os juízes, dois do mesmo povo, um chamado de Santo António, outros dos montes, os quais, com um alcaide, nomeia o povo em eleição, que se faz na presença do pároco, as quais pautas assinadas pelo mesmo são remetidas pelo escrivão da freguesia à câmara de Lisboa», «a qual as elege e onde vão tomar juramento, ficando estes com a jurisdição que dá a Ordenação do Reino aos vintaneiros e com alçada certa para as condenações que fazem em audiência. E posto que o ofício de escrivão seja perpétuo e de propriedade, os tais juízes e alcaides tem só um ano de governo com as circunstâncias mencionadas» (Stº Antão do Tojal, cidade de Lisboa, bairro do Rossio). Esta organização apresenta-nos, pois, as freguesias e lugares poderosamente organizados em *julgados*, em regra de maior dimensão, integrados na ordem régia administrativa, pública e municipal, fortemente tutelada nos seus magistrados superiores, de forte compleição municipal e comunitária, expressa designadamente no sistema de eleições que segue o sistema e modelo de pautas municipais, a apurar pelo senado da câmara de Lisboa (como Tribunal Superior, substituindo-se ao Desembargo do Paço) que reúnem em audiência para os ajuizamentos, a que não embarga, o facto da condução (presidência) das eleições ser feita pelos párocos das freguesias.

Dito isto, que relação, proximidade ou parentesco mantêm estes *Julgados* do termo da correição da cidade de Lisboa, com outras instituições de um mesmo nível que existem pelas terras e paróquias de outros vastos termos de outros grandes municípios portugueses, Porto, Évora, Coimbra, Guarda, Santarém, Barcelos que genericamente equiparamos a concelhos rurais?

Não existem aqui réstias daquelas estruturas "concelhias" que resistem nas terras de algumas importantes faixas do território nacional e exprimem grandes autonomias face às câmaras das vilas e cidades, em cujos termos se inscrevem como é o caso dos *concelhos abertos* a que nos referimos e ainda largamente presentes ao tempo das *Memórias Paroquiais* em terras da Guarda e região de Riba - Côa[39]; também se não aproximam dos *julgados* e *juradias* do território coimbrão e beirão, nem dos *concelhinhos* do termo de Santarém e outros *julgados* dos termos do Porto e Barcelos, que por via das jurisdições crimes, suas almotaçarias, audiências e acórdãos dão mais compleição às comunidades vicinais, de lugares e aldeias, mais corpo às suas *vintenas e juízes pedâneos*.[40] Com efeito os *Julgados* do termo de Lisboa não têm aqui o espaço "autonómico" dos julgados-concelhos acima referidos, por força dos termos da sua articulação directa à camara e aos tribunais superiores régios (seus ministros). Mas nem por isso, ou talvez por isso, deixa de ser forte a sua comunidade civil e política que se integra mais intensamente na ordem hierárquica superior. Tal parece-nos até ter expressão na pouca força da organização civil e paroquial que se integra mais fortemente nestes julgados e que, por outras partes, se manifesta muito activa e disputa até a maior representação da comunidade. De facto, aqui são os próprios párocos que vão agregados à composição desta estrutura, ao presidirem à eleição anual dos seus oficiais. O pároco é deste modo agente de integração da sua comunidade nesta ordem pública administrativa, como depois vingará no ordenamento político-administrativo das Juntas de Paróquia do Liberalismo. Por outro lado, no plano da constituição de comunidades civis com expressão para contender com a ordem municipal/régia ou paroquial na freguesia, que localizamos para outros territórios – como eleitos da paróquia, dos baldios, dos monteadores – não localizamos aqui também marcas da sua expressão e organização. A forte compleição e acção pública destes *Julgados* neste vasto território exprime-se também pelo facto de praticamente nele não se intermediarem coutos ou honras, com excepção de concelhos de reguengo, que de algum modo limitam ou promovem a descontinuidade deste público e geral ordenamento.

Ainda que os informes destas *Memórias* sejam breves, podemos observar que as vintenas dos concelhos deste território seguem o modelo dos julgados do território submetidos nos bairros da cidade de Lisboa. Com a diferença substancial: enquanto em Lisboa a tutela dos julgados vai repartida entre os corregedores do crime da Corte e a câmara de Lisboa, aqui os juízes vintaneiros articulam-se em ambos estes ramos com as câmaras dos concelhos em que se inserem. As vintenas organizam e repartem as aldeias, as quintas das freguesias, numa rede de lugares principais e cabeças de vintena, que procuram um certo equilíbrio territorial, numa lógica de racionalidade superior aos demais julgados de vintena do país. O corpo de oficiais, o sistema da sua eleição pelos povos, homologação pelas câmaras dos concelhos em que se integram, segue o ordenamento dos julgados de Lisboa. As tarefas jurisdicionais são idênticas, exercendo as suas competências da sua própria acção e iniciativa e daqueles que lhes são incumbidos pelo governo e administração municipal, no suporte à administração municipal, da justiça, na acção policial, e no governo económico das terras, na mais extensa articulação com os diversos órgãos da administração municipal. Como se refere para a freguesia de Espeçandeira (c. Alenquer): «Há neste lugar um homem eleito pelas justiças de Alenquer (entende-se certamente homologado e nomeado, o eleito do povo) para notificar, citar, prender por ordem do ouvidor da dita vila e sua câmara, juiz de fora, juiz de órfãos, vereadores, almotacés da mesma vila, donde este lugar como foi dito é termo, e em tudo sujeito». Ou como se exprime para outra vintena, em Arrentela (c. Almada): serve para «prenderem, notificarem, penhorarem e almotaçarem os comestíveis que vêm de fora» (*vide,* Roteiro, *Antigos concelhos do território dos distritos de Lisboa e Setúbal*).

[39] *As freguesias do distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga, 2013, pág. 58 e ss.
[40] *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga, 2011, pág. 53.

SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES PAROQUIAIS



Tabella em que se explicão os numeros da presente Iconographia da Egreja Patriarchal destruida pelo Terremoto, e Incendio no anno de 1755

1. Meza do Altar Mor
2. As duas banquetas para os Castiçaes, e Apostolos, e o mesmo num.º para a pienha a onde se poem a Cruz Processional.
3. O Suppedaneo
4. O Plano do Presbiterio
5. Os seus degraos
6. A Credencia, ou seu lugar
7. Os Degraos do Solio.
8. A Cadeira Patriarchal.
9. O seu Acento, e o gradino
10. Os dois Escabellos, o p.º p.º o S.º Diacono, á direita
11. O Escabello, ou faldistorio do Presb.º Assist.º qd.º alli estiver.
12. O plano superior do Solio.
13. O plano da Guadratura
14. O mesmo plano, mas fora da Guadratura, que já não he coberto de pano verde.
15. Os Bancos para os Principaes forrados de Tarez encarnados; o da parte do Evangelho p.º os Primarios, e Presbiteros. O da parte da Ep.ª para os Diaconos.
16. Os seus degraos já forrados de pano verde, em que se sentavão os Caudatarios
17. Banco verde de postergal, e degrao p.º os Protonotarios
18. Banco longo, e de verde para os Mons.res Assist.es, e não Assist.es e Penitenciarios se assistem.
19. Banco vermill.º para os 6. Mons.res Assist.es min.s ao Solio
20. O dedo do Livro, e luz, a que chamão Lanterna
21. O Banco de pano verde, com postergal, e degrao p.º os Principes do Solio
22. O Pulpito
23. Hum banco baixo sem postergal, e degrao, coberto de verde, e outros vermilhantes q.e se punhão diante p.º acento dos Capellaes do Em.mo Patriarcha
24. Ingreço para a Guadratura
25. Collocação dos Cancellos
26. Ambulacro entre as duas bancadas
27. Porta que sahia p.º a Capella da Sacra Familia.
28. Porta de serventia da Capella Mor para o Vestuario
29. Corredor com jenella cuja dava vista p.º a Rua N.º d'Almada
30. Escada que descia p.º o Vest.º ou Sacristia dos Principaes.
31. Esta dita Sacristia
32. Porta para Corredores
33. Porta q.e vinha do Thezouro
34. Casa chamada Thezouro de varios Ornam.tos aonde se paramentavão os Ministros Sacros p.º as funções da Capella Mor.
35. As quatro Pilastras em que sustentavão Arcos, e abobada fortissimos, que por sima delles se eregia a torre dos Sinos
36. Altar, ou Collocação do precioso Sanctuario das Reliquias
37. Altar da S.ª Familia
38. O seu Presbiterio, e o seu plano todo
39.
40. Porta grande com ricos Cancellos de bronze, e Tribuna por sima, q.e dava entrada p.º a Magnifica Capella da Conceição
41. O Arco com precioso Canc.º de bronze, que sahe desta Capella p.º a Nave da Egr.ª
42. O Altar com o seu Suppedaneo em que se collocava o SS.º Tabernaculo Eucharistico
43. Huma Casa posteriores p.º fabrica do Santissimo
44. Presbiterio do Altar
45. Plano de toda a Capella
46. Dois bancos cobertos de Tarez com seu degrao, e post.º p.º encosto dos Principaes
47. Banco em q.e se metião as insignias p.º o SS.º Viatico.
48. Arco com Cancello de bronze, entrada publica
49. Collocação dos Cancellos destas duas Capellas collateraes.
50. Os tres degraos que dão entrada publica p.º a Capella Mor, e no meio destes se assentava o Altar portatil da Basilica quando se houvesse por, e tinha 2. ou 3. degraos, não tinha postergal, mas baldaquino, que se sustentava na Cornija dos Cancellos do Arco da Capella Mor.
51. Os dois pedestaes, ou bazes em q.e se estribavão os humbraes do Arco da Capella Mor. E todas as figuras em q.e se acha este mesmo n.º de 51. denotão os acentos dos pilares de pedra, que formavão todos os Arcos solidos em que sustentavão a Egreja, e dividião as suas tres naves
52. Oito bancos forrados de pano verde com seu postergal e estradinhos dispostos pelos intercolumnios encostados a humas taes altas de madeira parda p.º formar, e dividir o Corpo de Basilica, nestes se sentavão os Beneficiados.
53. Bancos com seu angulo com postergal cobertos de Tarez, e degrao alto de pau, nelles se sentavão os Mons.res e Conegos, officiando na Basilica.
54. Entrada p.º a Guadratura destes bancos e meio da Basilica
55. Entrada para toda a Basilica.
56. Dous bancos cobertos de veludo p.º
57. Duas Estradinhas p.º pé de 4
58. O plano
59. Os outros Corpo da
60. degraos,
61. O Plano dos N.º
62. Confessionario de elevação parte de
63. As quatro á entrada
64. Porta por baixo coberta
65. Porta magn.ª pedra,
66. Porta p.º a N
67. Porta por pr fazia entrada
68. Porta p.º a N
69. Porta
70. Casa
71. Este Gallar desta, N.º 61. de todas suas meio
72. Hum quatro o pa
73. Arco Escada Palac
Coriam

bancos vem por cima, hum
Turo, ou degraõ, e de pau
o p.ª os Capellães Cantores.

s Estantes de pau santo com
e 4 faces, e duas em cima

lano inferior das Naves.

utro Altares ordinarios do
o da Sgr.ª com seus suped.
aes, e balaustrada de pedra.

lano do meio inferior como
N.os 58.

fessionarios da Penit.ª feitos
ler.ª forma, encostados às
edes, e sitios acomodados.

quatro Pias de Agoa Benta
trada das 2. portas

la Oriental que se descia
larguiss.ª escada de pedra
rta p.ª o pateo de dentro

ta Occidental, que descia por
gr.ª escada descuberta de
ra p.ª o Pateo de fora.

ta que entrava da Galaria
a Nave da pl.ª do Evang.º

ta do meio q.ª se reputava
principal, por q.ª por ella
ia o Cm.º Patriarcha as suas
triadas, e recursos.

sta q.ª entrava da Galaria
a Nave da Epistola.

sta na Gal.ª p.ª a Livraria
va da Livraria da Sollo

e largo Corredor chamado
Maria por cima
sta, e parte da Sgr.ª athe ao
.º 61. mais ou menos ao largo
toda a Sgr.ª, Palacio Real, e
as tribunas, publica a do
eio.

huma janella no topo, e
uatro janellas antigas p.ª
pateo de dentro. 64.

rco q.ª dava entrada p.ª a myr.ª
cada de pedra, serventia do
alacio, ou Salas do Cm.mo Pa-
riarcha.

74. Dous beliss.os portaes de pedra por bacho das tribunas parallelos hum a outro.

75. Ambulacro do plano entre a Basilica, e a mais Sgr.ª

76. As teas, ou ~~thingeiras~~ de ma= deira anteriores da Basilica.

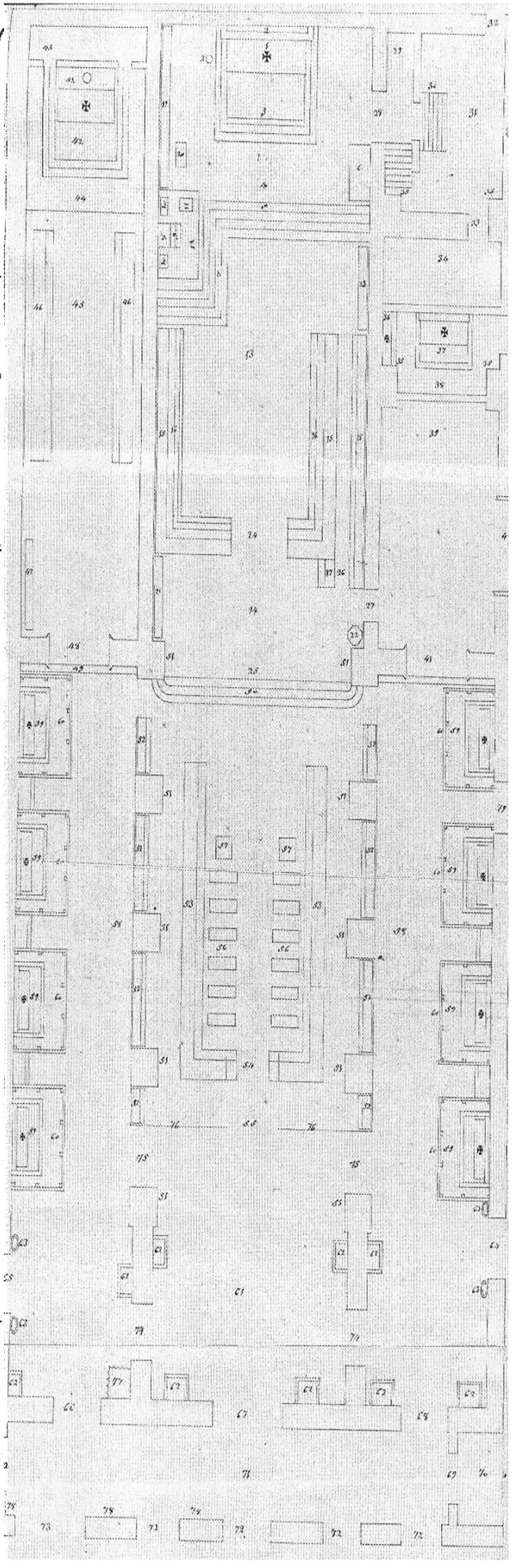
77. O preciosissimo Baptisterio de porfido, e bronze, circulado de Cancellos Maravilhosos de bronze dourado, como todos os mais estão.

78. Este numero q.ª devia ser dis= tribuido pelo solido de todo o edificio, denota o vivo dos muros, paredes, e bazes de pedraria, ou alvenaria.

79. Porta da Sacrestia geral de toda a Igreja.

Advertencia

Que por ommissão de me= moria occurreo; e hé que junto a Cap.ª da Sacra Fa= milia n.º 37, está por detraz huma parede toda serrada, pois no lado da Cp.ª da mesma parede esta huma porta, q.ª era a serventia da Casa do thezouro n.º 34, e para as mais 35. 8.ª



◀ Tabela e planta da Igreja Patriarcal de Lisboa destruída pelo Terramoto e Incêndio de 1755 in *Discurso litúrgico e histórico* (1815) (ADB/U. Minho, Ms. 695). (Vide, adiante, pág. 154, nota 102).

7 – EQUIPAMENTOS SOCIAIS CONCELHIOS. AS MISERICÓRDIAS E OS HOSPITAIS

As misericórdias e os hospitais são por natureza primeira, instituições de carácter político-religioso, perseguindo objectivos caritativo-assistenciais. São também, e por isso mesmo, instituições de forte investimento sócio-religioso das elites político-sociais portuguesas, das instituições religiosas e também das comunidades «públicas» e civis, arrancando de fortes sentimentos e valores pios e cristãos. É também por necessidades «públicas» que a Monarquia portuguesa muito precocemente assumiu nelas estas tarefas, a que a reforma manuelina virá a dar novos horizontes. A partir de então, ao nível territorial, Misericórdias e hospitais, por razões políticas e sociais, virão a agregar-se de modo mais extenso aos concelhos e municípios, onde de modo particular os monarcas as protegeram. As *Memórias Paroquiais* são por regra pouco extensas na caracterização institucional das misericórdias e hospitais. Nelas é possível destacar mais extensamente os termos da sua articulação política e social aos concelhos. Por isso colocamos na continuação do capítulo anterior, sobre os concelhos o tratamento destes dados onde ganham maior pregnância.

7.1 – Misericórdias

Com a instituição da misericórdia de Lisboa em 1498, cidade cabeça da Corte e do Reino e da Província da Estremadura, colocamo-nos no centro do movimento criador e impulsionador das misericórdias portuguesas, que mandava que, à imitação da de Lisboa, se instituíssem pelo Reino. Sabemos, porém, como esse mandato teve uma aplicação bem distendida pelo tempo, ao ritmo da adesão das terras, pelas câmaras, senhorios, instituições religiosas e assistenciais, "elites" sociais e eclesiásticos. A proximidade geográfica a Lisboa não é aqui o suporte de precocidade ou anterioridade na criação da misericórdia. O envolvimento das terras neste programa está de algum modo mais correlacionado com o nível do seu desenvolvimento social e político-administrativo. De facto, as terras cabeça de jurisdições (mais ou menos elevada, régia ou donatarial) serão os primeiros pólos de assentamento destas instituições, que progressivamente farão também parte da definição do seu nível de desenvolvimento social, mesmo quando a misericórdia vem enquadrar anteriores confrarias de idêntica vocação (por estas terras, em particular as do Espírito Santo) ou reorganizar a rede de hospitais e albergarias antigas.

Etapas de instalação das misericórdias em Lisboa e Setúbal

Períodos	Misericórdias instaladas	%
1498 - 1521 (Período manuelino)	7	17.5
1522 – 1580	17	42.5
1580 – 1640	9	22.5
1640 – 1750	5	12.5
S/referência	2	5
Total	**40**	-

Para este território das terras de Lisboa e Setúbal podemos dizer que cedo está fixada a sua rede de instituições. A sua etapa de maior implantação é a da primeira metade do século XVI. E em 1640, já estão instaladas cerca de 82.5% do total.

Os informes memorialísticos não são particularmente ricos para a fixação da data da instituição. Para a sua datação mais rigorosa ou aproximada recorremos aqui ao apoio das informações contidas nas P.M.M.[41] Para a primeira época, manuelina, à excepção da datação da misericórdia de Lisboa, 1498, as demais referências são genéricas e aproximativas, do género, *antiga* ou *muito antiga* ou mais especificamente, *manuelina*. Relativamente a Torres Vedras, que as P.M.M. datam de 1520, o pároco memorialista refere que é a «terceira erecta no Reino», conforme os documentos, que segundo diz, nela se acham. E as P.M.M. assinalam para esta etapa também a criação das misericórdias de Montijo e Óbidos (c. Lourinhã) que não vêm às *Memórias*.

Cronologia da criação das misericórdias segundo as *Memórias Paroquiais de 1758* e *P.M.M.*

Manuelino 1500 - 1521	1522 - 1580	1580 - 1640	1640 - 1750	S/ref. a datas nem P.M.M.
Lisboa Setúbal [Montijo] Alcochete Alcácer do Sal Torres Vedras [Óbidos]	Palmela Sesimbra Alenquer Sintra Cascais Almada Castanheira do Ribatejo Vila Franca de Xira [Grândola] Torrão Barreiro Aldeia Galega Merceana Alvalade Alhandra [Alhos Vedros] Coina Sines	Alverca Arruda dos Vinhos [Lourinhã] S. Tiago do Cacém Povos Vila Verde de Francos Colares Azeitão	Azambuja Ericeira [Vila Nova de Milfontes] Mafra	Aldeia Galega do Ribatejo Cheleiros

[ ] As referências que não vêm às M.P. de 1758 e são recolhidas nas P.M.M.

A etapa do 2º e 3º quartel do século XVI é o período áureo da criação das misericórdias por todo este território. Ao elenco devem vir as misericórdias de Grândola (1568) e Alhos Vedros que as *Memórias Paroquiais* não referem. Estes informes memorialísticos permitem neste caso propor outras datas ou fixar melhor outras que o vão para períodos mais redondos ou incertos. Para Alenquer, vai fixada a data de 1527 [proposta nas P.M.M., 1554]; S. Tiago do Cacém, 1591 [proposta 1592]; Coina, 1568 [proposta 1577]. Mas também há referências contraproducentes: para a de Cascais, diz-se «instituída pelas câmaras de Sintra e Cascais», «há mais de 300 anos»! E para a de Almada, diz-se «manuelina», o que neste caso, significa, certamente dizer, que lhe foi outorgado o regimento manuelino de Lisboa. Para o período seguinte 1580-1640, às *Memórias Paroquiais* as P.M.M. acrescentam a misericórdia da Lourinhã (só com *Memória* breve). No que diz respeito às datações, contribuindo para a fixação das de S. Tiago do Cacém e Alverca, propõem uma data mais antiga para a de Povos, 1563 (contra a proposta das P.M.M. de 1594). A referência a que a misericórdia de Vila Verde de Francos foi «fundada no tempo de D. Manuel I» deve incorrer no mesmo equívoco do referido para Almada. Para o período seguinte e último, de 1640-1750, as

[41] *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a história das Misericórdias*. Centro de Estudos de História Religiosa. União das Misericórdias Portuguesas, 9 volumes, (2002-2010) (Doravante só referenciado P.M.M.).

P.M.M. registam a misericórdia de Vila Nova de Milfontes (1708) que não vem às *Memórias Paroquiais*[42]. Sem datação vem às *Memórias* a misericórdia de Aldeia Galega do Ribatejo (com *Memória* breve) e a de Cheleiros, que se diz «de origem antiga», com bens atombados por Tomé Pinheiro da Veiga (1570-1656), o que lança as suas origens para os séculos XVI-XVII.

A primeira grande vaga de instalação das misericórdias (1500-1580) sobrepõe-se no território de Lisboa, para além da capital, às oito terras, política e institucionalmente mais desenvolvidas e equipadas. Todas elas são terras a que preside um juiz de fora (com excepção de Cascais, e Aldeia Galega de Merceana, (esta menos desenvolvida); são terras, cabeças de comarca, Torres Vedras e de ouvidoria, Alenquer. Na região de Setúbal, as terras cabeças das ouvidorias de Setúbal e Azeitão e de comarca de Almada e Campo de Ourique; então 10 das 20 jurisdições já têm misericórdia. No final são poucas as jurisdições (concelhos) sem misericórdia. No distrito de Lisboa, das 32 (incluindo Lisboa), não as registam 11, que são pequenos concelhos e julgados (excepção Cadaval, Alcoentre); no distrito de Setúbal, das 20 jurisdições (com Azeitão) só duas a não registam, a saber, Moita e Lavradio. Facilmente se conclui da quasi total correspondência da misericórdia às jurisdições concelhias, facto que queremos realçar. Só as não têm as jurisdições mais inorgânicas, que são poucas nestes territórios, onde a quasi uniformidade institucional-municipal é a regra. Aqui as misericórdias concorrem também para a uniformização deste marco institucional. A associação da misericórdia ao corpo jurisdicional concelhio está aqui realizada em mais ampla extensão que em qualquer outra parte do território do Reino, designadamente pelos territórios a Norte de Lisboa.

Sobre as origens sociais das misericórdias as informações destas *Memórias* são escassas; quando muito permitem esboçar algumas matrizes presentes em geral à sua constituição. Mas a sua instalação nas terras, cabeças de jurisdição municipal, atesta por si a sua associação a terras política e socialmente mais desenvolvidas. As de origem particular, por testamento, ou outro acto particular constitutivo são as de Alverca, Ericeira, Vila Verde de Francos, de que o donatário do concelho é o provedor perpétuo. Há as de origem municipal e de comunidades de moradores da vila e terra, como Canha, Cascais e Barreiro. E há as que têm sua origem nas confrarias e ermidas do Espírito Santo: Azambuja, fundada na confraria; Palmela, com origem na ermida do Espírito Santo, fundada como albergaria, fazendo nela uma confraria de Caridade. E a de Cheleiros, dita misericórdia ou casa do Espírito Santo. Dada a grande presença de hospitais e albergarias por todo o território é certamente forte a correlação de muitas destas misericórdias com aquelas instituições medievais. De qualquer modo, como se referiu para a misericórdia da Ericeira, a fundação particular teve o consentimento do povo a confirmação régia, isto é, para além do investimento patrimonial, a fundação para se tornar verdadeiramente pública, que é a sua matriz fundacional e constitucional, ao modo da de Lisboa, tem que contar com o compromisso popular e a confirmação real.

7.2 – Hospitais e albergarias

Estas são instituições de acção sócio-religiosa muito antigas na Sociedade Portuguesa. Muitas delas são de origem medieval, e tem sua constituição nos ofícios e corporações mecânicos, nas confrarias e irmandades eclesiásticas, noutras instituições públicas, civis e eclesiásticas (Coroa, municípios, igrejas, comunidades monacais) e nas iniciativas particulares com fins pios e religiosos, mas também civis, no combate à doença, pobreza, mendicidade. Os termos *hospitais*, *capelas*, *albergarias*, *confrarias*, *gafarias* e *mercearias* recobrem a multiplicidade de instituições que intervêm neste âmbito e vão recolhidos nas *Memórias*.

[42] Não vai no território em análise aos distritos de Lisboa e Setúbal.

É no reinado de D. Manuel I, adentro do movimento de reformas político-institucionais que visam conferir uma mais forte e organizada estruturação do Estado, que se procederá também à hierarquização e «racionalização» dos hospitais portugueses, com vista aquilo a que se tem já chamado e aproximado à constituição de uma primeira rede de serviços públicos régios hospitalares.[43] Nesse quadro se publicará em 1504 o *Regimento das capelas e dos hospitais, albergarias e confrarias de Lisboa e seu termo* (com novo e largo regimento de 92 títulos de 1514).[44] O *Hospital de Todos os Santos* de Lisboa – cuja construção se iniciará em 1492 – com seu Regimento, virá a ser guindado a cabeça modelo de reorganização e unificação do sistema hospitalar, não só na capital, de certo modo em todo o Reino, a começar pelo seu território comarcão. É esse também o sentido da medida que determina que as capelas e confrarias da comarca de Lisboa e seus arredores que não tivessem administradores ficassem a cargo do Hospital de Todos os Santos.[45] Certamente, tal constituiria o suporte da construção do seu património e rendimentos, como «herdeiro universal» destas instituições, pois, como é sabido, muitas destas capelas e confrarias suportavam hospitais. Logo desde a sua criação muitas misericórdias, por diversas razões, terão uma forte articulação com todas estas instituições assistenciais vindas da Idade Média, em que em muitas delas têm mesmo o seu impulso e base da sua constituição. No tempo do cardeal-rei D. Henrique acentuar-se-á esta articulação, a exemplo do que se verificou para Lisboa. De facto é de 1564 a carta régia que atribui a administração do Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa à Misericórdia.[46] Este movimento estender-se-á a todo o Reino, vindo então muitos hospitais que tinham garantido a sua autonomia a ser entregues às misericórdias locais. Em 1758, à data dos informes dos párocos memorialistas, é ainda larga a rede destas instituições, autónomas, no território de Lisboa e isto apesar das medidas sucedâneas das reformas manuelinas e extinguindo ou reduzindo a papéis secundários muitas delas.

Relativamente à cidade, como se referirá, aí se instalarão os mais desenvolvidos hospitais do Reino. Nas principais terras da Província da Estremadura a reorganização não deixará também de reforçar as unidades mais fortes, em articulação com as suas misericórdias. Mas por todo o território em redor de Lisboa, num espaço de extensão de 10 léguas, manter-se-á uma forte rede de hospitais/albergarias que se articularão intensamente com os hospitais de Lisboa – em particular com o de Todos os Santos – que se especializarão no suporte e apoio à condução dos doentes para a capital, sem virem a ser extintos ou fundidos. Aliás, esta rede também suportará o movimento de doentes vindos de Lisboa, em direcção ao hospital das Caldas da Rainha. *Lisboa* e *Caldas da Rainha* serão, aliás, a principal razão da existência desta extensíssima rede de pequenos hospitais-albergarias que se mantêm por todo este território, à escala concelhia, micro-concelhia e quasi paroquial, sem significativos progressos técnicos ou institucionais.[47]Que leva o principal escritor sobre a matéria, nos finais do século XVIII, José Joaquim Soares de Barros, em tempos de uma realidade social e administrativa e de povoamento já bem afastado do medieval, a interrogar-se, certamente a partir desta realidade provincial, sobre a razão de ser e a utilidade destes minúsculos hospitais e a pedir sua racionalização para bem do serviço público.[48]

Os párocos memorialistas permitem contar mais de 60 hospitais, 9 hospitais/albergarias, 21 albergarias (em que juntamos gafarias, hospícios, ermidas-albergues). Lisboa, com o território do actual con-

[43] P.M.M. 3, doc. nº 25, pág. 75-106. Laurinda Abreu – *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal* (*Séculos XVI-XVIII*). Gradiva, 2014.

[44] P.M.M. 3, pp. 107-119 e pp. 152-197.

[45] P.M.M. 3, pág. 131.

[46] P.M.M. 4, pág. 193.

[47] O aumento exponencial da procura das Caldas da Rainha por parte da população (alta sociedade de Lisboa) em paralelo e na sequência da procura de D. João V ao tratamento da sua doença (desde 1742) tem sua expressão na ordem do monarca de mandar fazer quatro carros "de um novo admirável invento, podendo cada um transportar 20 pessoas bem acomodadas, para os doentes pobres que vão de Lisboa às Caldas». Luís Ferrand de Almeida – «Inovações técnicas no tempo de D. João V: o engenho do Pinhal do Rei» in *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*. Coimbra, 1995, pág. 5, nota 9.

[48] José Joaquim Soares de Barros – «Memória sobre os hospitais do Reino» *in Memórias Económicas da Academia de Ciências*. T. IV, Lisboa, 1812, pág. 128 e ss.

celho de Loures, conta 24 que representam mais de 1/3 do total dos territórios dos distritos de Lisboa e Setúbal. Para além destes territórios, sobrelevam como áreas de maior concentração, no distrito de Lisboa, os territórios integrantes dos actuais concelhos de Cadaval, Torres Vedras, Alenquer, Vila Franca de Xira, Mafra, Sintra e Cascais; na margem sul do Tejo, só Setúbal e de algum modo o Barreiro, relevam (conferir quadro adiante).

Tal como já referimos para a localização das misericórdias, também há uma forte articulação destas instituições hospitalares, às cabeças das jurisdições municipais, onde todas elas se situam. Poucas são, de facto, as terras, cabeças destes concelhos antigos, para que se não assinalam hospitais e albergarias. Tal decorre essencialmente do facto das vilas e sedes municipais serem, por regra, terras de maior concentração populacional e desenvolvimento demográfico e social, rede de instituições que as promovem e acolhem e também locais de trânsito e nós viários em direcção a Lisboa e outros centros urbanos, locais de romagem e peregrinação. E, naturalmente, a sua forte articulação às misericórdias e outras irmandades e confrarias ou municípios.

As *Memórias Paroquiais* fornecem algumas indicações, normalmente muito breves, sobre os fundadores e administradores destas instituições. Paira sobre o maior volume delas (cidade de Lisboa à parte) a propriedade ou administração das misericórdias locais. No caso dos hospitais, em cerca de 48 referenciados, pouco menos de metade (21) pertencem-lhes. Os restantes hospitais, hospitais/albergarias, são de fundação/administração de três conjuntos principais de instituições: capelas, confrarias e irmandades; câmaras e comunidades de moradores (incluindo paroquianos); fundadores individuais (famílias, clérigos, nobres, militares), neste caso cuja administração anda na responsabilidade dos familiares ou foi assumida por instituições. Destes pode passar ao povo (da paróquia), às confrarias e irmandades, às câmaras e delas, como sabemos, muitas passaram às misericórdias quando fundadas. Essa pode ter sido a realidade primitiva para muitas outras instituições entretanto absorvidas às misericórdias ou hospitais, cuja história não vem às *Memórias Paroquiais*. Em muitas destas *Memórias* faz-se referência aos seus fundadores passados e actual administração. Há alguns casos em que vai referida como administradora, a autoridade régia, o provedor da comarca. Não sabemos se tal se refere à posse (muitas destas por falta de titulares, integram a ordem régia) ou tão só a referência à tutela e fiscalização que lhes cabe sobre as de constituição laical.

O elevado número de referências a hospitais extintos (não se refere desde quando)[49] e outros em decadência ou quasi inactivos por diversas razões, designadamente por perda e diminuição de rendimentos e abandono dos seus titulares e fundadores,[50] mostra que a crise releva sobretudo nas mais pequenas instituições. A decadência destes pequenos hospitais/albergues vem de longe. Relativamente a eles dirá José Joaquim Soares de Barros, em 1812, que sempre se justificarão, por razões de Humanidade (para os pequenos lugares), mas sem substância do ponto de vista da construção de uma moderna e equilibrada rede hospitalar e sanitária que ele então já defende[51] e que responda às novas realidades de novos profissionais, com o recurso a novos conhecimentos e terapias, especializados mais nos cuidados médicos de serviço público do que nos meramente assistenciais e caritativos. Mas os progressos para um serviço público e médico de saúde só fará os seus maiores avanços em Portugal aquando dos terríveis surtos epidémicos e mortandade demográfica dos finais do século XVIII, princípios do século XIX, para que se

[49] Extintos: em Alenquer, hospital de S. Brás e gafaria de S. Martinho; em Almada, hospital dos Lázaros (da câmara que passará a Misericórdia e hospital e Gafaria de S. Lázaro, em Cacilhas. Em Sesimbra, hospital com as rendas aplicadas à Misericórdia.

[50] Testemunhos de decadência para o hospital de Vila Franca de Xira, Castanheira (sem exercício), Alhandra (quasi extinto); Mafra – Alcainça, com hospital arruinado. Vide Roteiro – *Antigos concelhos dos territórios de Lisboa e Setúbal (...)*.

[51] José Joaquim Soares de Barros – «Memória sobre os hospitais do Reino» in *Memórias Económicas da Academia de Ciências*. T. IV., Lisboa, 1812, pág. 130.

mobilizou o maior volume de esforços, do proto-medicato, da polícia, das câmaras municipais e rendas públicas, num horizonte já de saúde pública e de política de melhoria das condições económicas e sociais de higiene das populações.[52]

Hospitais e albergarias dos distritos de Lisboa e Setúbal (*Memórias Paroquiais de 1758)*

Território dos Actuais - Concelhos	Hospitais	Hospitais/Albergarias	Total
DISTRITO DE LISBOA			
Alenquer	2	2	
Vila Verde de Francos	1		6
Aldeia Galega Merceana	1		
Arruda dos Vinhos	1		1
Azambuja	1	1	
Alcoentre		1	3
Cadaval	4	3	7
Cascais	4	1	5
Lisboa (cidade e concelho)	9	6	15
Loures	3	6	9
Lourinhã	1		
Óbidos	1	1	3
Mafra	2		
Cheleiros		1	4
Gradil	1		
Oeiras	2		2
Sintra	3		3
Sobral de Monte Agraço		1	1
Torres Vedras	5	1	6
Vila Franca de Xira	2		
Alverca		1	
Alhos Vedros	1		[7]
Castanheira	1		
Povos	[1]		
Alhandra	1		
DISTRITO DE SETÚBAL			
Alcácer do Sal	1		
Torrão	1		2
Alcochete		1	1
Almada	2		2
Barreiro	1		
Lavradio	1		3
Coina	1		
Palmela	1		1
Sines	1		1
Setúbal (c/Azeitão)	4	2	6
S. Tiago do Cacém	1		
Alvalade		2	3
Sesimbra	[1]		[1]

Há certamente uma relativa divisão estrutural e funcional de tarefas entre hospitais e albergarias: aqueles servem essencialmente ao tratamento médico de doentes; estas, ao albergue de passageiros e trânsito para hospitais. Mas nos limites do seu desenvolvimento podem exercer ambas aquelas tarefas, sobretudo quando os hospitais mais pequenos não passam de albergarias. E muitos nestas *Memórias* as-

[52] Laurinda Abreu – *O poder e os pobres …o.c.,* 2014.

sim já vão classificados. Mas se nos aparecem aqui hospitais já bem dimensionados, o mesmo se verifica com as albergarias.

A observação dos seus níveis de rendimentos e património permite ver melhor as suas diferentes funcionalidades. No que diz respeito aos edifícios - seu desenvolvimento e estruturação - e ao seu corpo médico e de serviços, as *Memórias Paroquiais* permitem claramente referir os casos mais desenvolvidos. À cabeça, naturalmente, destacam-se os *hospitais de Lisboa*, régios (públicos) e particulares (de corpos especialmente de comunidades monacais e conventuais). O maior, o *Hospital Real de Todos os Santos*, em S^ta. Justa. O memorialista nada diz sobre a sua estrutura, que fora mandado «administrar pela misericórdia, e depois por fidalgos». Refere que a casa e enfermaria de enjeitados era parte deste hospital real. Régio também o *Hospital da Luz*, junto ao convento do mesmo nome, sobre que há mais algumas referências: fundado e acabado pela Infanta D. Maria, por seu testamento, para se curarem 63 pobres doentes. Teve depois outros legados. «Obra das mais regulares destes Reinos (…) com singular capela (…) útil para o bem espiritual dos enfermos que dos leitos da enfermaria ouviam missa. Abriu-se em 1618 com médico, cirurgião, boticário e mais domésticos do hospital. Com duas enfermarias». Ficou bastante arruinado no Terramoto. Depois havia um grande número de hospitais «particulares». Dos terceiros, na Calçadinha do Carmo, um sumptuoso hospital para os irmãos da ordem terceira: «Uma das obras magníficas da Corte» (Mem. de S. Nicolau); igreja e *Hospital do Menino Deus*, para enfermos da ordem terceira de S. Francisco (Mem. de S. Tomé do Castelo); *Hospital dos terceiros de S. Francisco* (de 1672). Hospital com capela contígua, privativo para os terceiros pobres, ainda que se possam admitir outros «por ajuste», contiguo ao convento de Jesus (Mem. de S^ta. Catarina). E de religiosos: dos Capuchos, o convento de Convalescença, para os seus religiosos (Mem. de S. Sebastião da Pedreira); dos religiosos hospitaleiros de S. João de Deus, para clérigos pobres (Mem. de Santos-o-Velho e S^ta. Cruz do Castelo). Hospitais de irmandades e confrarias: hospitalinho, da Rua do Ferregial, para pobres, por provimento da irmandade de S^to. António dos Nobres (Mem. dos Mártires).

Pequenos hospitais/albergarias para recolher pobres passageiros mendicantes, doentes e peregrinos vêm diversos às *Memórias Paroquiais* de Lisboa e seu concelho. Na cidade: na Madalena, dos *Palmeiros*, que D. João V entregara a administração do hospital à Congregação do Senhor Jesus dos Perdões, da igreja da Madalena «que recolhe peregrinos que vinham de Jerusalém (pobres palmeiros, peregrinos, resgatados) (Mem. de Madalena). No *Lumiar,* a albergaria administrada pela irmandade do Espírito Santo; na *Ameixoeira*, hospital de peregrinos (Mem. da Ameixoeira); hospital da *Charneca* (da confraria do Espírito Santo): estas com tarefas de recolher peregrinos e enfermos doentes, só para algumas noites, a enviar à Corte e hospital Real de Todos os Santos. As albergarias que têm como especial função apoiar e suportar por breves tempos (em regra até três dias) os doentes e também os peregrinos que se dirigem à Corte e hospital de Todos os Santos vão largamente constituídos pelo termo de Lisboa, estendendo-se bem longe pelo seu território. O conjunto mais desenvolvido é o que está implantado pelo território do actual concelho de Loures que no tempo era correição de Lisboa. Por todo o território, em muitas paróquias no testemunho destas *Memórias* há hospitais/albergarias para recolha e cura e assistência de pobres viandantes, seu enterro, remessa ao Hospital Real de Todos os Santos, administrados por oficiais de ermidas e irmandades, mordomos e administradores particulares, v.g. S. Julião e S^to. Antão do Tojal, Bucelas, Apelação, Loures (2), Sacavém (2), Camarate, Unhos. Deve ser porém uma estrutura regularmente estabelecida por todas as terras para fazer o suporte do caminho e construir a rede de apoios continuados até à Corte e Hospital Real em Lisboa.[53]

[53] Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado – «Hospitais de Lisboa até ao século XV» in *Oceanos*, nº 4, 1990, pp. 103-109, conta, para Lisboa e seu termo, 63 hospitais «existentes antes da criação do Hospital de Todos-os-Santos (1492) para além de gafarias, mercearias e albergarias.

Grandes hospitais por este território também os há, nos maiores centros, ainda que as *Memórias Paroquiais* sejam breves na sua descrição. Ficou-nos uma mais larga descrição para o de Sines, da misericórdia, que tem ao mesmo tempo as valências de hospital e albergaria. Presta serviço na casa e ao domicílio (deambulatório). Hospital antigo, constava de quatro casas térreas; remodelado na sequência dos danos do Terramoto viria a ganhar maior corpo e edifício porque se reedificaram e levantaram aquelas casas antigas. Fica agora com duas casas altas, e quatro baixas para os enfermeiros e as enfermarias, uma alta e outra baixa, com corredores com sete leitos separados – três na casa baixa e quatro na alta – sala de recepção. Tem varandas voltadas para o sol para recreio dos convalescentes. Na casa térrea há tarimbas e chaminé para cómodo e aquecimento dos pobres viandantes. Tem a roupa necessária. Curam-se nele os da terra e os que vêm de fora. Comunica o hospital com a igreja para mais facilmente se assistir aos actos religiosos e receber o viático. Tem partido de médico, sangrador, boticário. Trata enfermos internos e vários da vila que se curam em suas casas. Isto é, estamos em presença de um hospital e de uma albergaria com funções que se distinguem. E há serviço "domiciliário" aos moradores da vila. Também para o hospital real de Cascais há médico, cirurgião, sangrador, enfermeiro e capelão-mor. O almoxarife provê com abundância, anota o memorialista, quanto os médicos determinam. Serviços idênticos são certamente os prestados pelos hospitais de Setúbal[54] e outros em terras de maior dimensão, em especial os administrados pelas Misericórdias. Há ainda referências aos hospitais militares, bem servidos, como o da fortaleza do cais de Setúbal, o da fortaleza de Cascais, o do presídio do porto da Trafaria, em Almada.

O serviço das albergarias é de natureza diversa, a saber, para apoio logístico, tão só a viandantes e à circulação entre misericórdias e hospitais e alguns cuidados de saúde e de enterro. Pouco mais deve ser fornecido pelo oficial, mordomo ou hospitaleiro que neles serve que o que se regista para Camarate: hospital para recolhimento dos pobres, administrado pelos oficiais da igreja, «tem de renda azeite para se alumiar, esteiras de tábuas para dormirem, e mantas para se cobrirem». Em muitos casos refere-se expressamente o tempo máximo que podem ficar na albergaria, certamente para evitar transformar as instituições em local de estadia permanente para pobres, mas também, ociosos e vagabundos, como em muitos casos corriam o risco de se transformarem.[55] Ao modo de Loures, onde a rede de albergarias articula as passagens para o hospital Real de Todos os Santos e a Corte. No outro extremo deste território, no concelho de Cadaval, aí o vasto número de hospitais/albergarias apoia agora os que, de Lisboa e outras partes, vão para as *Caldas da Rainha*. Por este território há uma vastíssima rede de hospitais/albergarias: Cadaval (2), Cercal, Peral, Pero Moniz, Vermelha do Cadaval, Vilar…[56]

Certamente o nível de *rendimentos* funciona como indicador do desenvolvimento destas instituições; por eles, por alguns dados fornecidos por estas *Memórias Paroquiais*, se intentará uma aproximação à sua hierarquia e capacidades de actuação neste território. Reúnem-se na tabela seguinte os dados fornecidos pelos memorialistas, que cobrem um número alargado de casos, ainda que de forma breve. Nuns casos referem-se os rendimentos das misericórdias e/ou das misericórdias com os hospitais, designadamente quando estes pertencem ou são administrados pelas misericórdias, onde os rendimentos podem vir agregados. Os rendimentos vão muitas vezes referidos como «renda», o que representa o conjunto de rendimentos auferidos pelas instituições que, como algumas vezes vai referido, provêm de foros (de propriedade rústica ou urbana) de testamentos (legados …), juros (de dinheiros emprestados ou neles constituídos), esmolas, receitas provenientes da actividade assistencial (da tumba), entre outras rendas e pitanças. Por vezes essas rendas são ditas *seguras* (isto é, provavelmente as mais regulares, ou certas não

[54] Laurinda Abreu – *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu, Palimage, 1999.

[55] José Joaquim Soares de Barros – «Memória sobre os hospitais do Reino» *in Memórias Económicas da Academia de Ciências*. T. IV, Lisboa, 1812, pág. 140.

[56] Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado – «Hospitais de Lisboa até ao século XV» in *Oceanos*, nº 4, …, art.cit.

andando litigiosas) ou *líquidas* ou até rendimentos de *livre administração*, que significa aquela receita que fica livre à casa ou hospital, pagos os encargos de legados, testamentos ou outros nas receitas constituídas por contratos, seguramente pagas as obrigações de *missas* e *pensões*. De modo que a restante renda, que penso que recolhe mais das vezes o conteúdo da informação dada pelo memorialista, é o que fica para esmolas, obras pias, dotes, curativos e outros encargos de administração e funcionamento da misericórdia, igreja, hospital. Às *Memórias Paroquiais* não vêm informações de renda da misericórdia de Lisboa e do seu Hospital de Todos os Santos. Entre outros, vem o do hospital dos terceiros de S. Francisco (Mártires) e hospital da Luz (Carnide) com uma renda, respectiva de 3.200.000 e 1.200.000 réis. Rendas que se colocam entre as mais elevadas do território de Lisboa e Setúbal (misericórdias e hospitais). Sobreleva-lhes largamente a misericórdia de Setúbal, mas Cascais, Torres Vedras, Almada estão a esse nível.

Misericórdias e hospitais de maior rendimento na informação das *Memórias Paroquiais de 1758*

LOCAL	MISERICÓRDIA/HOSPITAL	RENDA (em réis)	OBSERVAÇÕES
Setúbal	Misericórdia Hospital (Anunciada)	12.000.000 10.400.000 1.000.000	Renda. Antes e depois do Terramoto
Cascais	Misericórdia	3.200.000 2.800.000	Renda. Antes e depois do Terramoto
Torres Vedras	Misericórdia e Hospital	1.600.000 600.000	Renda. Antes e depois do Terramoto
Almada	Misericórdia	1.600.000	
Alcácer do Sal	Misericórdia Hospital	600.000 72.000	"Seguros"
Ericeira	Misericórdia	550.000	Dote e renda
Alhos Vedros	Misericórdia	300.000 200.000	Renda. Líquido
Canha	Misericórdia	500.000	Renda
Castanheira	Hospital	500.000	Renda
Barreiro	Misericórdia	>300.000	
Azambuja	Misericórdia e Hospital	300.000 400.000	Antes e depois do Terramoto
Alenquer	Hospital e Albergaria	280.000	
Alcochete	Misericórdia Hospital s/renda	 ±250.000 Já teve 400.000	
Alhandra	Misericórdia	>260.000	
Palmela	Misericórdia	±250.000	Renda livre
Torrão	Misericórdia	212.547	Renda
Santiago do Cacém	Misericórdia e Hospital	116.602	

Como a tabela mostra é pequeno o número de misericórdias e hospitais que ultrapassam de renda do conto de réis. A grande maioria dos hospitais e albergarias ou têm rendas minúsculas ou nem se lhe referem. Em muitos casos vão referidos como pobríssimos, de "ténue renda" e por isso muitos estão quasi sem actividade. De facto, qualquer rendimento do mais pequeno curato de benefício simples ultrapassa este rendimento. O grosso de um bom benefício paroquial, por outro lado, ultrapassa qualquer das rendas destas Misericórdias ou hospitais (excepto a misericórdia de Lisboa e seu hospital, e Setúbal, naturalmente).



D. João V

8. A SOCIEDADE DE LISBOA AO TEMPO DE D. JOÃO V. SUPORTES E ENQUADRAMENTOS ECLESIÁSTICOS

As *Memórias Paroquiais* de 1758 não são uma fonte especial para abordar a Sociedade do seu tempo. De modo particular elas permitem mais extensamente seguir as bases, os suportes e alguns horizontes da constituição e do desenvolvimento das comunidades e sociedades paroquiais, mais das rurais do que das urbanas, para quem os *itens* dos inquéritos vão mais especificamente dirigidos. Pela extensão e volume de questões dirigidas à paróquia, ao benefício paroquial, ao ordenamento eclesiástico, às instituições e aos equipamentos religiosos e eclesiásticos, suportes e manifestações do culto e devocionário, elas fornecem mais elementos para abordagem da sociedade eclesiástica, à cabeça o seu clero curado, o residente na paróquia, e a larga rede social nela ancorada, nos benefícios paroquiais, nos padroados, nos ofícios de administração e pastoral eclesiástica, enfim, nas múltiplas instituições eclesiásticas, religiosas e sociais assentes nas paróquias (conventos, mosteiros, recolhimentos, colégios e colegiadas, capelas, ermidas, Misericórdias, hospitais, confrarias e irmandades). Mas elas fornecem também elementos para a sociedade secular, dada a larga presença e participação dos seculares nas instituições eclesiásticas e paroquiais, sobretudo como padroeiros e beneficiados, mas também daqueles corpos sociais que fazem a "transição" do estado laical para o eclesiástico – gente das ordens militares e ordens terceiras, minoristas, entre outros sujeitos e estatutos - que alargam substancialmente as informações sobre a composição da Sociedade de Antigo Regime, permitindo escalar os patamares superiores e gerais da sociedade portuguesa, designadamente por estes estados superiores e privilegiados. Nos capítulos sobre as paróquias teremos oportunidade de, algum modo, nos aproximarmos dos termos da composição desta sociedade paroquial a partir das suas instituições. E nas paróquias e benefícios urbanos de Lisboa, mais extensamente, da alta Sociedade dos padroados, beneficiados e capelães que aí estão largamente presentes nos seus mais elevados ofícios, estatutos e rendimentos, mas que se estendem também, de modo particular, pelo território diocesano e envolvente a Lisboa.

A informação colhida nos *itens* que perguntam sobre matérias de governo e ordenamento administrativo, designadamente os concelhos e as instituições de governo régio e senhorial, fornecem algumas informações sobre a sociedade civil e política, a que anda nos ofícios públicos territoriais – Fazenda, Justiça, Ordem Religiosa e Militar – e sobretudo as elites políticas e sociais dos concelhos, complementando aquele entrosamento social.

E a componente histórica deste Inquérito, designadamente nos *itens* que perguntam sobre as figuras que na terra e fora dela se ilustraram nas *Virtudes*, nas *Letras*, nas *Armas*, traz à colação o mais largo informe sobre a Sociedade que, nos horizontes destes referentes essenciais à definição desta Sociedade de Antigo Regime, vai de um modo geral associado ao estatuto das ordens eclesiásticas e, de um modo especial, à nobreza e fidalguia, por onde passa no essencial a apropriação destas Virtudes. De facto, por aqui corre, de maneira geral, pela pena de muitos memorialistas, o inventário das grandes e ilustres fa-

mílias históricas das terras e regiões, que com o clero paroquial, o beneficiado, os padroeiros das igrejas, capelas mosteiros e conventos, titulares de comendas e vínculos, compõem o essencial da alta Sociedade Portuguesa, a mais extensamente ligada à ordem e rendimentos eclesiásticos.

Esta sociedade beneficial e patronal é em Lisboa muito extensa, por efeito da forte centralização política e ordenamento da Sociedade da Corte e vai reforçada no pós-Trento (1545-1563), conformada no ciclo da Contra-Reforma,[1] que no tempo de D. João V acentuará ainda mais os seus elementos eclesiais e nobiliárquicos que darão, aliás, mais forte composição à Corte e Monarquia Portuguesa da época e ao *Absolutismo* do seu reinado.[2]

Para este mais forte desenvolvimento e enquadramento eclesiástico da governação joanina são peças essenciais, como é sabido, por um lado, no plano político, a instituição da Patriarcal - que se associa ao reforço do Tribunal do Santo Ofício - por outro, no social-mediático, o mais extenso envolvimento público da figura do rei e insígnias da Majestade régia nos actos públicos da Nação, de modo particular nos actos religioso-festivos. Estes, de modo particularíssimo, patenteados na composição e organização da grande procissão pública do *Corpo de Deus*, que agora, se volverá o primeiro e principal evento de Lisboa e a partir daí, se estenderá na sua celebração majestosa, às principais terras do Reino. Tal corre em paralelo com a obra monumental e artística realizada em Lisboa e seus entornos, mas que irradiará por todo o território, com a mais extensa renovação, engrandecimento e florescimento nos equipamentos religiosos, em particular, nas igrejas e seus tronos eucarísticos, que darão uma feição própria ao barroco joanino que, em grande medida, o ouro do Brasil, o crescimento económico e renda decimal, os contributos pios e devotos da sociedade e população suportam e permitem. E que terão a sua maior expressão monumental e artística nas obras da Patriarcal e de Mafra e na arte «efémera» de suporte e enquadramento da Procissão.[3]

A partir de alguns testemunhos das *Memórias* deste território fixaremos, pois, dois quadros e pilares essenciais da construção dos suportes da nova Sociedade e política monárquica de D. João V, a criação e acção do *patriarcado,* o desenho e nova configuração política da grande procissão e festa do *Corpo de Deus*, que terão largo impacto e repercussão por todo o território.

8.1 – A criação do patriarcado e acção do primeiro patriarca nos testemunhos das *Memórias Paroquiais*

Por extensa documentação, bibliografia coeva e estudo clássicos são hoje bem conhecidos os objectivos que levam D. João V a tomar a iniciativa da instituição da patriarcal. Em grande medida, eles relacionam-se com a vontade de afirmação do Absolutismo Monárquico em paralelo e com o reforço e contribuição da Igreja Nacional.[4] Nos horizontes da construção de um Absolutismo de base religiosa e providencialista,[5] também está presente a concepção e ideia que o monarca é vigário divino, colocando-se no centro e topo da ordem eclesiástica, com cuja colaboração quer contar. A patriarcal será por isso,

---

[1] Vitorino Magalhães Godinho – *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Arcádia, 2ª edição, 1975.

[2] Luís Ferrand de Almeida – "O Absolutismo de D. João V" in *Páginas Dispersas. Estudos de história Moderna de Portugal*. Coimbra, 1995, pp. 183-207.

[3] Maria de Fátima Reis – *D. João V. O Magnânimo. Dinastia de Bragança. 1706-1750*. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2009, pág. 47 e ss.

[4] Entre outros, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V. Memória histórica de Tristão da Cunha e Ataíde, primeiro Conde de Povolide*. Introdução de António Vasconcelos de Saldanha e Carmen M. Raudelet. Lisboa, 1990; Eduardo Brazão – *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa (1716 – 1740)*. Livraria Civilização, Porto, 1943; Idem – *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V*. Vol. II. Edição da Livraria Civilização, 1938; Manuel Clemente – *Lisboa, diocese e patriarcado, in «Dicionário de História Religiosa de Portugal»* (Dir. de Carlos Moreira de Azevedo) (J-P). Círculo de Leitores, 2001, pp. 93-112. «Fontes para o estudo da Patriarcal» *in Documentos para a História da Patriarcal de Lisboa. Vida Católica* (2ª série), anos V-VIII (1990-1993); Isaías da Rosa Pereira – «Inventário provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa» in *Lusitânia Sacra*. Lisboa, T. IX (1970/1971).

[5] Ângela Xavier Barreto e António Manuel Hespanha – "A representação da sociedade e do poder" *in História de Portugal* (Dir. de José Mattoso). Círculo de Leitores, Quinto volume, 1993, pp. 121-155.

desde logo, factor de centralização da ordem e poder eclesiástico, no engrandecimento da diocese Ocidental de Lisboa, de reordenamento das hierarquias diocesanas do território nacional de que o rei se quer fazer vértice e árbitro supremo. E no final concorrerá para maior elevação política e lustre da Corte e figura do Rei e Monarquia portuguesa joanina. Logo, *patriarcado* e *patriarcal*, nos tempos áureos do primeiro patriarca D. Tomás de Almeida, vão unanimemente considerados como o principal suporte da afirmação do poder político da Coroa e da Igreja portuguesa, em leituras mais ou menos regalistas ou coadjuvantes à constituição da Monarquia Absoluta e Sociedade de Corte.[6] E com reflexos também no crescimento das casas e instituições religiosas na cidade. E com elas poderosamente articuladas na envolvente artística, monumental e cultural da cidade e patriarcado[7].

Nesta construção, apoteótica, têm sido particularmente relevados os aspectos da concórdia, do unanimismo, da convergência de vontades e realizações entre os diferentes corpos, a Monarquia, a Igreja e a Sociedade de Corte. Menos abordado tem sido o novo campo de tensões e até desequilíbrios que trouxe à Política e à Sociedade a criação da Patriarcal, adentro da sociedade civil, da eclesiástica, da ordem dos bispados e sociedade beneficial e paroquial para que era suposto concorrer para dirimir atritos e dissidências.[8] Destaquem-se desde logo as tensões no campo eclesial. À cabeça as que decorrem da diminuição do território, jurisdição, hierarquia e dignidade do arcebispado de Lisboa Oriental e sua clerezia e capacidade de intervenção até à sua extinção, no termo da sé vacante que se seguiu à morte do arcebispo D. João de Sousa. Tal exprimir-se-á também na supremacia e primazia do primeiro patriarca - elevado à dignidade cardinalícia em 1737 - seu corpo capitular, face aos primaciais das igrejas portuguesas e demais bispos e corpos capitulares. Tal engrandecimento e primazia vai articulada à constituição de um enorme património e rendas, essencialmente baseado no contributo de parte das rendas de benefícios paroquiais do Reino e também nos contributos régios com que se constitui um riquíssimo corpo de capitulares e serventuários da Patriarcal, com reações dos afectados contribuintes. Mas os conflitos estendem-se ao Santo Ofício e confrontam a sociedade dos *principais* da Patriarcal com a dos *familiares* do Santo Ofício e Ordens.

Grande expressão política e pública tiveram, por outro lado, as reações da fidalguia titulada portuguesa dos condes, duques e marqueses, mas também do núncio e mais embaixadores às consignações financeiras ao patriarcado e com ele também às alterações das hierarquias e formas de tratamento, não só em espaços e actos religiosos, mas também régios e públicos, na sua subalternização ao Patriarca e Principais.[9]

E não têm sido suficientemente avaliados os efeitos indirectos trazidos pela constituição da nova diocese patriarcal, que obriga à reorganização político-administrativa de Lisboa em duas câmaras para o governo civil, de ambas as cidades, porque na nossa constituição, a criação de uma diocese obriga à elevação à dignidade de cidade da sede de sua instalação. Duas cidades, pois, para as duas dioceses, a Lisboa Oriental e a Lisboa Ocidental; duas câmaras e dois corpos de jurisdições a actuar de forma independente e não necessariamente homogénea e articulada, em territórios contíguos, habituados a uma gestão uniforme. O que certamente estará na origem de maiores dificuldades na administração e governo público da cidade a que logo foi necessário acorrer, com a restauração da reunificação urbana, municipal e diocesana (1740-1742).[10]

---

[6] Manuel Clemente – «Lisboa, diocese e patriarcado»…*art. cit.,* 2001.

[7] José Augusto França – *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Livraria Bertrand, Lisboa, 2ª edição, revista e aumentada, 1977; Idem – *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*. Biblioteca Breve, 1978.

[8] Luís Ferrand de Almeida – «O Absolutismo de D. João V» *in Páginas dispersas…o.c.*, 1995, pág. 183 e ss.

[9] Eduardo Brazão – *Relações externas de Portugal. Reinado de D. João V … o.c.,* 1938; – *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e de D. João V.* (…) *o.c.*, 1990.

[10] *Vide* capítulo – *Quadros político-administrativos e instituições sociais*.

Ao tempo da redacção das *Memórias Paroquiais* de 1758 o patriarcado já ia na vigência do terceiro patriarca: ao primeiro patriarca e cardeal D. Tomás de Almeida (1716-1754), sucedeu o curto governo de D. José Manuel da Gama (1754-1758), abrindo-se por então a prelazia de D. Francisco Saldanha, este já nomeado por D. José I (1758-1776). A mais ilustre extracção fidalga e hierárquica destes primeiros cardeais patriarcas confere o mais claro sentido político à criação de nova diocese patriarcal. D. Tomás de Almeida, filho do Conde de Avintes, depois primeiro Marquês do Lavradio, foi bispo de Lamego (desde 1706) de onde passou para o Porto (1709-1716) e depois para o patriarcado. Do exercício de tarefas civis, como Governador da Relação e Armas da cidade do Porto e Secretário de Estado de D. João V, que desempenhara, vem, pois, já dotado de experiência da governação eclesiástica e civil que lhe permite assumir o governo do patriarcado aonde estas tarefas terão mais larga explanação e confrontação. O seu perfil é de facto importante para perceber a fórmula da patriarcal e sua conformação pelo primeiro patriarca na mais extensa imbricação do poder civil com o eclesiástico. José Manuel da Gama, o segundo patriarca, filho do quarto Conde de Atalaia, é já de certo modo fruto da instituição: integra com os mais «distintos cónegos em letras e nobreza» o corpo da real capela e colegiada S. Tomé, onde é deão. É elevado a principal na erecção daquela colegiada a Sé patriarcal, onde D. João V o nomeia cardeal (1747). Deputado da Junta dos Três Estados (que acumulava com a de principal), de larga e assídua presença no Paço, é nomeado patriarca em 1744. D. Francisco António Saldanha da Gama, o terceiro patriarca, também de extracção da mais alta fidalguia portuguesa (da geração dos Saldanhas e Condes da Ponte) é já um fruto pleno da patriarcal: licenciado em Direito Canónico pela Universidade de Coimbra, nomeado por D. João V, monsenhor acólito, subdiácono, depois mitrado (1743) na altura da promoção da patriarcal. Em 1755 D. José nomeia-o, com outros, principal presbítero (1755) e em 1758 cardeal da igreja romana e patriarca de Lisboa. São estes três primeiros patriarcas, figuras de criação régia, de quem receberão especial protecção e familiaridade.

Por testemunhos avulsos das *Memórias Paroquiais* é possível esboçar alguns aspectos da administração política diocesana e dos planos de acção da pastoral do primeiro patriarca, designadamente os termos com que são relatados por um dos seus priores, o de S^to.^ António do Tojal, igreja do padroado da Mitra e onde o patriarca concentra particular atenção e desvelo.

Do ponto de vista da acção diocesana e paroquial, se bem que a generalidade dos párocos mal se refira à acção pastoral e administrativa diocesana, há porém um texto particularmente significativo para, neste quadro, abarcar mais extensamente a acção do primeiro patriarca. É o *Anexo* à Memória Paroquial de S^to.^ Antão do Tojal (c. Loures) que leva o título de *Notícia da igreja de Santo Antão, palácio da Mitra e jardim, do tempo antes do governo do senhor D. Tomás de Almeida, do que este fez nas referidas partes e o estado em que actualmente se acham, atendendo ao senhor D. Tomás de Almeida do que este fez nas referidas partes e o estado em que actualmente se acham*. Texto que não publicamos no corpo de Edição destas *Memórias* de Lisboa e Setúbal pela sua extensão e para não desconfigurar os termos desta publicação. É uma descrição feita do horizonte da paróquia de S^to.^ Antão ou S^to.^ António do Tojal, pelo seu prior, que era de *apresentação* do Patriarca, onde ao lado da sua acção enquanto padroeiro-apresentador, se registam muitos informes sobre a acção política e pastoral de Tomás de Almeida, que vem ao caso destes *Estudos Introdutórios* às *Memórias Paroquiais*.

Quais são, pois, os diferentes planos destacados no texto que vai subscrito pelo prior da igreja, Félix Dantas Barbosa?[11] O texto da *Notícia* é genericamente uma peça laudatória da vida e obra do Cardeal Patriarca feita pelo prior da igreja da sua apresentação e que dele recebera múltiplas distinções, a que também corresponde, com o maior desvelo, refere. Mas tal não prejudica o destaque da acção paroquial

[11] *Vide* Roteiro – *Insignes por Virtudes, Letras ou Armas*.

e até pastoral mais geral, diocesana, do padroeiro e pastor diocesano. Fixemos, pois, a traços gerais, os diversos planos em que vai aqui registada a acção do prelado.

Santo Antão do Tojal – ao tempo do reguengo de Santarém, da correição do bairro da Ribeira de Lisboa, hoje concelho de Loures – é igreja do padroado e apresentação da Mitra de Lisboa, e ficará inscrita logo nos limites do desenho do primeiro patriarcado. Situada a três léguas de Lisboa, nela tem a Mitra casa de recreio que o patriarca entende promover a maior grandeza. De facto, o sítio do Tojal ganhará uma enorme centralidade no trajecto e apoio à deslocação às obras do convento e igreja de Mafra, a quem vem da Corte e Lisboa, seguindo a estrada régia e também o esteio do rio de Sacavém, pelo que para ela se virarão mais as atenções. A instituição e a dignidade patriarcal, por um lado, e por outro lado e em relação com esta, a necessidade de receber e criar condições logísticas ao monarca, à corte, a dignitários civis e eclesiásticos e outros concorrentes e em trânsito para Mafra, levou o prelado a promover o maior engrandecimento da casa, da quinta e da igreja matriz daquele seu benefício paroquial. Tal passa por dois programas essenciais: o de grandes obras para transformar a casa e quinta de recreio em grande palácio, condizente com o seu estado; o da elevação do seu benefício paroquial, que envolve obras na igreja e engrandecimento da paróquia, dignidade do pároco e acção paroquial. As obras na casa e quinta conduzirão no final à construção de um grande e imponente palácio para a Mitra patriarcal com sua capela – ornado com suas armas onde se destaca a Sala das Bênçãos – com seu jardim moderno e imponente chafariz público. Uma construção que teria de ser capaz de acolher também figuras régias, promover solenes actos religiosos, mas também fornecer alojamentos, refeições e diversões condignas aos visitantes. O memorialista regista pormenorizadamente todas as obras aí realizadas e artistas que nelas trabalharam, de arquitetura, escultura, pintura, coberturas de azulejo. E também as faustosas recepções, actos litúrgicos e religiosos e festivos que aí se levaram a cabo, sobretudo aquando da instância do rei e frequência da Corte e altas figuras, pois foi grande corrupio ao tempo das obras de Mafra (desde 1716-1717), onde a recepção e tratamento se pretendia que se aproximassem no lustre e protocolo aos do palácio da Corte. E que passa como um bom exemplar para o estudo da arquitectura, das artes portuguesas e da sociabilidade e vida de Corte neste período histórico.[12]

Plano com este articulado, que o prior não deixa de largamente relatar, foi o dos "investimentos" feitos na igreja e paróquia, que exprimem também as preocupações eclesiais e pastorais de serviço à comunidade paroquial por onde se alarga a magnanimidade e protecção de padroeiro à paróquia e ao seu prior. A igreja que serve uma grande comunidade paroquial (*vide, Memória de Santo Antão do Tojal*) foi profundamente restaurada, no arranjo dos tectos, talha e revestimento de azulejos, bem figurada no seu novo frontispício, com imagens em pedra mármore, ao gosto italiano,[13] finalizada em 1732. Nela um particular lugar é devotado à Senhora da Conceição, cuja imagem também vai na tribuna do altar-mor e cuja devoção o patriarca comunga com o monarca. E em particular arroubo patriótico colocando aí os santos portugueses, S. João de Deus e a Rainha Santa Isabel. E suportando a acção religiosa e paroquial da igreja com um serviço de Colegiada – a cujo coro também o pároco está obrigado – com boa música, executantes e cantores, com elevação da confraria da Vera Cruz e Passos de Cristo a irmandade de Compromisso (de 1743), fixando seu provedor perpétuo os prelados ou principais da patriarcal; na proeminência a que promoverá o pároco – na sua elevação de vigário a prior – residência, ofertas à igreja e distinção nas tarefas de que o encarrega (designadamente de vigário de vara e visitador); na frequente presença e participação nos actos paroquiais do patriarca.

---

[12] As passagens da *Notícia* que servem à fixação e caracterização das obras no palácio, esculturas, pinturas, artistas, foram já utilizadas em José Fernandes Pereira – *A acção artística do primeiro patriarca de Lisboa.* Quimera, Lisboa, 1991.

[13] Teresa Leonor M. Vale – «As estátuas de Santo Antão do Tojal. Contributo para um panorama da importação da escultura barroca genovesa para Portugal», in *Artis*. Faculdade de Letras de Lisboa, nº 5, 2006, pág. 237 e ss.

Mas a *Noticia* é também extensa no memorial das obras, contributos de esmolas, bens e equipamentos para diversas igrejas e mosteiros do seu patriarcado mais necessitadas,[14] que de certo modo serve para exprimir os termos com que se gasta a enorme renda do patriarcado. E vai assinalada em muitas *Memórias Paroquiais* a imediata e zelosa intervenção do segundo patriarca na reconstrução das igrejas que são do padroado Mitra e de sua apresentação na sequência dos danos do Terramoto (Alhandra, c. Vila Franca de Xira). Como continuará a ser a acção do terceiro patriarca, ainda no contexto da reconstrução patrimonial dos danos do megassismo. E com uma especial referência aos gastos na construção e equipamento do santuário do Senhor da Pedra de Óbidos.[15] Destaca-se também a sua acção enquanto senhor temporal, donatário régio do concelho e senhorio de Alhandra, nas obras públicas na vila e seu chafariz; nos actos de clemência aos presos da sua cadeia. Mas também participando da construção e ordenamento social próprio aos seus deveres de grande senhor e autoridade pública, nas entradas e recepções solenes, nessas e noutras circunstâncias esmolando não só os pobres da diocese, da paróquia, da população da cidade por ocasião das epidemias de 1723, mas exaltando o memorialista, de modo particular, a sua nobreza e magninimidade, no apoio dispensado aos nobres, fidalgos e oficialato caído em desgraça face ao Rei (1725) ou em dificuldades de cumprir e manter o seu estado.[16]

Nesta *Notícia* que complementamos com informações colhidas num *Discurso Litúrgico e Histórico* sobre o patriarcado, há múltiplos elementos para aprofundar os horizontes do sentido político, religioso, social e cultural da acção do patriarca e patriarcal. Parecem-nos particularmente expressivas as passagens em que relata e se referem os termos da composição da sua *Cúria e Relação Eclesiástica*, órgão maior da consulta e governo do patriarcado. Vai, de facto, constituir-se aí um corpo muito qualificado de personalidades, desembargadores, que serão chamadas a desempenhar as mais altas tarefas públicas e políticas no governo político e eclesial de Portugal, que releva bem o alto papel e lugar que na política portuguesa, dessa etapa histórica, tem o patriarca e a patriarcal, replicando aqui, de certo modo, os tribunais superiores régios e reproduzindo e reconfigurando a nova e mais alta Sociedade de Corte, no mais extenso enlaçamento das famílias e alta sociedade civil e eclesiástica lisbonense e portuguesa. E assim se compreenderá também a tão forte resistência dos magistrados públicos e civis e dos titulares portugueses à patriarcal. Atente-se no perfil das personalidades que virão a integrar a *Cúria patriarcal*. Nomeou para chanceler, Diogo Marques Gomes Morato, seu anterior vigário-geral do bispado do Porto por onde passou que foi depois prelado de Tomar e bispo de Miranda; para juiz das justificações, *de genere*, a António Gomes da Costa, seu ministro do despacho no bispado do Porto, prior que fora em Bemposta, no mesmo bispado; para juiz dos sacramentos, a Jacinto Rebelo Freire, vindo de vigário geral/tesoureiro-mor de Santarém, depois provisor do Crato; para desembargador, o religioso dominicano, P^e. mestre Fr. Fernando de Abreu, teólogo, qualificador do Santo Ofício; examinador das Três Ordens Militares ao doutor Manuel Lopes Simões que foi elevado à dignidade episcopal de Portalegre. E Estevão Teixeira de Mesquita para promotor; e João Cardoso Castelo,[17] advogado da Corte, para provisor e vigário, a quem D. João V nomeou arcebispo e o papa Clemente XI criou arcebispo de Lacedemónia, dignidade com que depois se ornariam os provisores vigários gerais do Patriarcado.[18] E também nas dignidades mais relevantes que integram o

[14] Referência para o convento de S. Francisco de Lisboa, o Hospital Real de Todos os Santos, o convento de N^a S^a dos Remédios de Campolide, a Casa da Mesa de S. Vicente de Paula (na Casa do Oratório), o Seminário dos Padres Capuchinhos de Santa Apolónia, igreja da freguesia de S^ta. Isabel (sua criação), sua irmandade do Santíssimo; o convento de S. Francisco da vila de Santarém; igreja do Menino Deus em Lisboa; comunidades religiosas de Sacavém; religiosas de Mafra e S^to. Alberto.

[15] José Fernandes Pereira – *O Santuário do Senhor da Pedra*. Câmara Municipal de Óbidos, 1988.

[16] Luís Ferrand de Almeida – «O Absolutismo de D. João V»,…*art. cit.*, pág. 188-189.

[17] José Cardoso Castelo, Desembargador do Paço em 1758 (Campo Grande, Lisboa).

[18] O *discurso litúrgico e histórico* refere como desembargador Inácio Cabral, ouvidor da Capela Real e não refere o doutor Manuel Lopes Simões. Na procissão do Corpo de Deus de 1718 vai todo este corpo dos seis desembargadores, seis escrivães e meirinho e mais oficiais (ADB/UM. Ms. 695, fls. 142v e ss).

Cabido patriarcal: o deão, D. José Manuel de Noronha, irmão do Conde de Atalaia (que foi o segundo patriarca, sendo nomeado cardeal), o chantre, D. Filipe de Sousa Coutinho, tio do Conde do Redondo; o arcipreste, D. Paulo de Carvalho de Ataíde, filho de Sebastião de Carvalho e Melo; o arcediago, D. José Dionísio de Sousa, irmão do Conde da Ilha do Príncipe; o tesoureiro-mor, D. Henrique Vicente de Távora, o mestre-escola, D. Martim Monteiro de Azevedo, filho do general Bartolomeu de Azevedo Coutinho.[19]

No plano das grandes questões políticas ou teológico-politicas que envolvem o relacionamento da Igreja com o Estado e com a Sociedade, realça o memorialista o papel e lugar que o patriarca teve em matérias então candentes, a do sigilismo e defesa do segredo de confissão, a imunidade, privilégios e isenções do clero na fiscalidade pública – a propósito da contribuição dos eclesiásticos, pedida pela câmara de Lisboa para as obras do aqueduto –, na defesa do poder e jurisdição Ordinária dos bispos contra comunidades e instituições que a ela se querem eximir, a defesa da ordem eclesiástica contra as intromissões das autoridades civis. Tudo matérias candentes destes tempos de afirmação de absolutismos e regalismos que tocam e afectam a ordem eclesiástica e sob o Pombalismo terão seu maior desenvolvimento.[20] Por algumas destas acções, diz o memorialista, foi o patriarca directamente louvado pelo Papa e Sagrada Congregação dos Bispos. E também no plano pastoral-paroquial a especial protecção do clero curado, a elevação da dignidade, e rendimentos dos párocos da sua igreja pela geral promoção dos curas, de provimento anual amovíveis, *ad nutum*, a priores e reitores, de maiores estatutos e rendimentos e estabilidade.

Sofreu, porém, significativa alteração o quadro da acção e relacionamento político da Coroa com o patriarcado (com a Igreja em geral) na passagem do reinado de D. João V para o de D. José I. Quem logo o apreciou, de um modo singular, foi um mestre de cerimónias da patriarcal, que no *Discurso Litúrgico e Histórico* da Patriarcal – de que nos vimos utilizando – de um ângulo privilegiado, o protocolar da Corte e patriarcal, campo então por excelência de expressão política, nos dá um primeiro relato desta evolução e primeira História da patriarcal, nos horizontes da sua acção política das origens até cerca de 1815.[21] Distingue-se aí claramente o governo de D. Tomás, sob o reinado de D. João V e os de D. José Manuel e D. Francisco Saldanha, no reinado de D. José I e seu ministro Pombal. Para afirmar, no essencial, que no reinado de D. João V, o patriarca e o rei, o patriarcado e a Coroa, constituíam «um só corpo, uma vontade e o mesmo desempenho» em prol de objectivos comuns, neste caso, o do esplendor e omnipresença da Igreja patriarcal na construção da ordem e poder da monarquia de D. João V. Designadamente, no suporte às devoções eleitas como seus estandartes, a do Santíssimo Sacramento e a devoção da Virgem, na intitulação de Nª Senhora da Conceição. No testemunho do memorialista, mestre de cerimónias, o elogio vai para o "Rei fundador, novo Salomão", D. João V, que dota a patriarcal e o patriarcado e seu corpo eclesiástico e igreja dos meios para a realização das "maravilhas desta nova idade" que a instituição da patriarcal inaugura. E vai também para o patriarca D. Tomás que corresponde aos desígnios do Monarca, como novo organizador e ordenador da sociedade, corpo eclesiástico e igreja na sua mais activa articulação e suporte à construção do novo ideal de Monarquia, na mais extensa colaboração entre o Trono e o Altar. Aos tempos da união, harmonia e concórdia, magnanimidade régia, sucederam os da desunião, confronto e discórdia entre a Corte e o patriarcado, do tempo de D. José I e seu ministro Pombal, em que o mestre de cerimónias releva a quebra anual de pagamento dos 50.000 cruzados que se deixaram de fazer à Patriarcal – a que vai associada a abolição da procissão do Corpo de Deus[22] – os escritos contra a Igreja

[19] *Idem, ibidem. Vide,* Roteiro – *Insignes por Virtudes, Letras ou Armas.*

[20] José Sebastião da Silva Dias – *Pombalismo e projecto político.* Centro de História da Cultura da U.N. de Lisboa, Lisboa, 1984.

[21] *Discurso litúrgico e histórico* (1815). ABD/UMinho, Ms. 695.

[22] A justificação para tal vai referida à representação ao Rei não só pelas moléstias do Cardeal, mas também pelos transtornos que neste dia dava aos Ministros (Ms. 695, ADB/UMinho, fls. 35)

(entre os quais refere os de Pombal),[23] a expulsão dos Jesuítas, as ordens régias interpostas aos patriarcas e bispos e, de um modo geral, os termos da acção dos tribunais régios em desrespeito dos direitos e foros eclesiásticos. E para cúmulo, os sucessivos incêndios que destruíram os edifícios da igreja Patriarcal.

8.2 – O protocolo da nova procissão do Corpo de Deus de 1717-1719 e a configuração política da sociedade de Lisboa ao tempo de D. João V

No domínio da expressão pública e política do novo poder real que suporta e engrandece a Religião, dá lustre à Igreja portuguesa na maior elevação a que é promovida a igreja de Lisboa, capital do Reino e da Monarquia, e a associa à consagração da Monarquia Joanina, é de chamar a atenção para o relevo e majestade, do novo cânone e ordenamento que é dado à *procissão do Corpo de Deus*.

A festa e procissão do Corpo de Deus é, em Lisboa e por todas as terras grandes de Portugal, uma realização particularmente festiva, em que o monarca, os poderes públicos, a igreja, os corpos da nação se congregam na realização do festejo que deve exprimir na mais extensa harmonia e cooperação de todos os membros do corpo social com a construção na terra e sociedade da ordem divina. A nova procissão do Corpo de Deus dará de facto início a um novo tempo de mais forte manifestação e entrosamento da ordem civil e política com a religiosa e eclesiástica onde, pela acção régia, o bispo de Lisboa, vai elevado à dignidade de patriarca e assim dá mais ênfase e relevo à festa pública.

A procissão do Corpo de Deus que em 1717 vai pela primeira vez presidida pelo cardeal patriarca será a primeira grande oportunidade para manifestar publicamente o júbilo da Nação Portuguesa por esta realização da Monarquia, a instituição da patriarcal (1716),[24] a que D. João V quer emprestar todo o seu esplendor. Com ela quer iniciar-se um *Tempo novo,* como se lhe refere o Memorialista - mestre de cerimónias da patriarcal. São os tempos em que Coroa e Igreja, exaltados nos seus poderes, louvam em conjunto a Divindade do Corpo de Deus e do Santíssimo Sacramento, as graças concedidas pela Igreja Romana à Monarquia. Ela ganhará o seu maior esplendor com as realizações de 1717-1719 e depois se manterá por todo o reinado.[25]

Os termos em que se organiza esta função são particularmente relevantes: uma grande procissão, grande palco de concurso público e união de todos os corpos da cidade, presidida pelos corpos do monarca e do patriarca, na veneração à Divindade, de onde decorre todo o poder e se consolida a monarquia; um bem ordenado movimento, onde os diferentes poderes e corpos sociais – em conformidade com um protocolo bem reforçado – reconhecem e manifestam os seus lugares, posições e hierarquias neste ordenamento político-social. O referencial presente desta manifestação é, acima de tudo, a expressão da devoção da monarquia, da igreja e da cidade ao Corpo de Cristo e agora também em forte unicidade ao Santíssimo Sacramento que estão a envolver por então e mais intensamente mobilizam os sentimentos e a devoção dos portugueses. Que é também promovido, cada vez mais em base e suporte do poder dos reis, em consonância com o reforço dos ideais e fundamentos teocráticos da definição e constituição político-religiosa da Sociedade e Monarquia. A expressão do poder real brota da magnanimidade do Monarca que eleva a Igreja lisbonense e portuguesa à maior dignidade, com a criação do patriarcado, e a dota da

---

[23] Cita expressamente, os «quatro livros em francês, impressos em Amesterdão com o título *L'administration de Sebastian Joseph de Carvalho et Mello* (…)» (Ms 695, ADB/UMinho).

[24] Bibliografia a mais clássica sobre a matéria: Eduardo Brasão – *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa …o.c.,* Porto, 1943; Fortunato de Almeida – *História da Igreja em Portugal*. Tomo III, Parte I, II. Coimbra, 1912-1915.

[25] *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V….o.c.,* Lisboa, 1990; Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica da instituição da festa, procissão e ofício do Corpo Santíssimo de Cristo no venerável Sacramento da Eucaristia*. Lisboa, Oficina de Luís Almeno, 1759; Frei Apolinário da Conceição – *Demonstração histórica da primeira e real paróquia de Lisboa de que é singular patrono e titular Nª Srª dos Mártires*. Lisboa, 1750. ADB/UMinho, *Discurso litúrgico e histórico da Santa Igreja Patriarcal (…)*, 1815, Ms. 965.

condição e meios para sua manifestação. Na procissão de 1719 participará também com largo contributo o município de Lisboa, em resultado de um empréstimo pedido à cidade que o monarca autoriza, para dar o maior brilho e extensão à solenidade. Nestas soleníssimas e grandiosas procissões do Corpo de Deus de 1718 e 1719 o monarca e a patriarcal apresentam-se, com todo o seu corpo de ministros "domésticos" e das respectivas Cortes, na procissão, que abrem e encerram o cortejo. E que convoca toda a cidade, de modo particular o seu senado – cabeça da comunidade concelhia e representante maior de conjunto da população portuguesa – para além dos corpos constituídos, sociais e políticos do clero e nobreza, para a mais solene manifestação.

Seguiremos nesta particular descrição os termos da realização da procissão de 1718, extensamente descrita por um mestre de cerimónias da patriarcal e com dados mais extensos sobre os termos da participação nela das diversas classes,[26] que de um modo muito próximo vai descrita na sua realização de 1719 em obra impressa.[27] No seu conjunto, ambos os textos fixam o novo cerimonial e protocolo à romana, que os mestres de cerimónia, vindos de Roma, os cantores, os arquitectos introduziram na liturgia, no canto, no cerimonial processional, nos ornatos públicos das praças e ruas de circulação de procissões, nos seus pórticos e colunatas, na decoração no interior da basílica patriarcal. Iniciou-se então um novo cerimonial, uma nova festa do Corpo de Deus, cortando com tradições antigas, designadamente o cânone hispânico. Entre outros aspectos, de realçar a abolição de representações e manifestações profanas na procissão, designadamente no séquito de S. Jorge com que era costume abrir a procissão e que dá início ao corte e abolição de manifestações profanas nos actos religiosos e procissionais, públicos e da igreja, em Portugal.[28]

A organização da procissão tem um primeiro momento que é o da concentração dos participantes, que os aproxima ou afasta, conforme os estatutos, dos locais honoríficos que são a proximidade do Rei e do Patriarca, cabeça da procissão. O local da reunião, na partida e chegada do cortejo, é a capela real do paço patriarcal. No exterior, nas imediações dos claustros da capela-real e basílica, posta-se o oficialato menor, dos porteiros, dos meirinhos, dos escrivães, dos tribunais e seus oficiais; na passagem do primeiro para o segundo claustro, o oficialato maior (da Economia e Fazenda); no segundo claustro e sala dos tudescos, ministros e justiças superiores, conselheiros de Ordens Militares. Também no encerramento e recolha do Sacramento à basílica e capela-real se manterá a mesma hierarquia na disposição e acesso aos espaços nobres e sagrados, a cujo espaço têm só acesso o patriarca e o monarca, seus "corpos domésticos" e familiares. As confrarias ficam no terreiro, as religiões no primeiro claustro, o clero e tribunais e cavaleiros das ordens militares no segundo claustro. "Entraram só alguns cavaleiros com as pessoas reais e o senado de Lisboa". E naturalmente os acólitos ordinários, os capelães da Mitra, os cantores, os escudeiros do patriarca para a exposição do Santíssimo, *Tantum Ergo* e bênção final. A enquadrar a praça, nas ruas e nas embarcações no mar do Tejo, vão postados os regimentos da Corte com os seus comandos.

O ordenamento e organização da procissão do Corpo de Deus – também porque serve de principal cânone a outras procissões públicas e até particulares – é por todo o lado uma das mais melindrosas tarefas com que se confrontam os "mestres de cerimónias", porque se trata de ordenar, publicamente e, portanto, constituir e representar o consenso político-social aos estados e condições dos indivíduos e seus corpos. São, em muitos casos e terras, momentos de grandes disputas, pelas adaptações necessárias de inclusão, exclusão, recolocações de corpos e indivíduos, em correlação com as circunstâncias individuais e familiares dos grupos, internos ou externos, que alteram o estatuto jurídico e posição social de pessoas e corpos

---

[26] ADB/UMinho – *Discurso litúrgico e histórico,... ms cit., 695.*

[27] Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.*, (1759).

[28] Ordens para 1717: «*que não vão na procissão tourinhas, gigantes, serpe e adrago e esparteira, carros e as mais cousas semelhantes que costumam dar os ofícios, nem dança alguma, nem os mouros que costumam ir junto a S. Jorge.* Maria Beatriz Nizza da Silva – *D. João V.* Círculo de Leitores, 2006, pág. 90.

que devem ter sua expressão pública. A «Lei dos Tratamentos» (1739) e as «Pragmáticas contra o Luxo» (1749) nunca terão certamente a força do ordenamento e impacto social do protocolo desta Procissão!

Em Lisboa, a história e a memorialística dão ao protocolo da procissão do Corpo de Deus a maior autoridade nesta matéria. As suas composições servem mesmo aos historiadores para fixar a antiguidade e, logo, a importância e primazia das instituições e paróquias da cidade (sobretudo na hierarquia das igrejas, confrarias e seus padroeiros) e também aos estatutos políticos e sociais para fixar o respectivo lugar e posicionamento no préstito processional. Como também se procede, *ex-ofício*, a investigação histórica e genealógica com largo espaço ou mesmo especificamente dirigida a dirimir estas circunstâncias e fixar o protocolo a aplicar na procissão.[29] A mais geral convocatória para a promoção de uma Procissão que se queria histórica e inaugural de um *Tempo novo*, tendo em vista as alterações sociais e políticas que se estão e vão realizar – designadamente pela entrada em cena da patriarcal e seus privilégios e novas dignidades – obriga a maior atenção ao protocolo, que ia ser objecto de mais forte escrutínio, levando mesmo a impressão de tabelas das convocatórias.[30]

Em tais circunstâncias, as participações nesta primeira procissão do Corpo de Deus que conta com a presença do patriarca foram muito elevadas. Referenciamos as parcelas dos principais corpos que o mestre-de-cerimónias enumera, perfilados no estendal da procissão, que no seu conjunto contaria mais de 12.000 figurantes! E por ela intentaremos uma aproximação à reconfiguração política da sociedade lisboeta nesta etapa da sua História.

A procissão, como todas as do Corpo de Deus, abre-se com S. Jorge na sua imagem e seu séquito, do seu alferes e 48 cavalos da Casa Real; um S. Jorge "defensor do Reino de Portugal" contra Castela desde os tempos de D. João I, com sua irmandade, já descartado das cenas de conjunto da serpe e do dragão que em algumas terras do Reino ainda virão à representação. Inicia-se com as classes da "sociedade civil". No séquito de S. Jorge seguem as oito *companhias dos ofícios* da cidade – que vão às procissões em que participa o senado da Câmara - sob a sua bandeira e santo padroeiro do ofício (e afins) e outras: carpinteiros, almocreves, tecelões, sombreireiros e sirgueiros, esparteiros, tosadores e tintureiros, sapateiros e cordoeiros, certamente pelos seus representantes eleitos às suas Mesas dos 24.[31] Mas podem concorrer em maior número. A bandeira de S. José representa-se com 40 oficiais. Segue-se o extenso corpo das *congregações*, *irmandades* e *confrarias*, estabelecidas nas ermidas (2ª classe), nas igrejas regulares (3ª e 5ª classe), nas igrejas paroquiais (4ª classe) e as do *Santíssimo Sacramento* (6ª classe) das igrejas de Lisboa Ocidental que contam mais de 153 confrarias e irmandades.[32] São séquitos imensos a exprimir o mais largo envolvimento e participação confraternal da maior parte da população da cidade, fixada nos seus estatutos e compromissos: das confrarias das ermidas mais de 755 irmãos; nas duas classes das igrejas regulares mais de 2.540; nas paróquias de Lisboa Ocidental mais de 1.408; nas 24 do Santíssimo das igrejas (todas as têm) mais de 2.183. Maior mobilização é a que promovem as confrarias das irmandades instaladas nas

---

[29] Logo expressa na memorialística e história clássica de Lisboa dos séculos XVI a XVIII, onde esta matéria tem grande centralidade. E de modo particular em Frei Apolinário da Conceição – *Demonstração histórica…o.c.*, 1750, para fundamentar a fundação e primazia da primeira paróquia de Nª Srª dos Mártires.

[30] Tabelas impressas referenciadas para 1717, 1723, 1743, 1751 e 1770. Fernando Olival – *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Estar Editora, 2001, pág. 482. Nesta Procissão (1718) levantando-se um problema de posição e hierarquia entre dois titulados, logo se resolveu ali o diferendo: reuniram-se os membros do Tribunal do Desembargo presentes; colocou-se ao Rei a "consulta" que logo ali se decidiu. O protocolo, em andamento, não deixa, pois, de se conformar, mesmo ou sobretudo nesta circunstância, com a ordem jurídica!

[31] Franz Paul Langhans – *As corporações dos ofícios mecânicos*. Lisboa, 1943.

[32] Os dados de informação de participação nesses anos de 1718-19 no que diz respeito às irmandades e confrarias são muito próximos, número que varia entre 153 (*Discurso litúrgico e histórico* relativo a 1718) e 146 (Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.,* relativa a 1719). Mas o número de confrarias e irmandades ditas como existentes na cidade no período de 1718 e 1742 ultrapassa as duas centenas, elencando-se nos impressos das convocatórias, respectivamente, 193 e 185. A reunião das cidades não se traduziu num aumento significativo no número de irmandades e confrarias convocadas. (Frei Apolinário da Conceição – *Demonstração histórica…o.c.*).

capelas, igrejas regulares e sobretudo as do Santíssimo (média de 90 participantes por confraria). Neste aspecto, as confrarias paroquiais, pela sua natureza, são menos extensas, ou vão menos representadas.

A adesão e grau de mobilização é geral mas está longe, certamente na maior parte dos casos, de se representar na plenitude dos seus corpos. Vejamos alguns referentes para as irmandades e confrarias. A irmandade dos Passos do Senhor (erecta no convento de S. Domingos), que consta de mais de 2.000 irmãos, participou com 220. Também a numerosa irmandade de Santo António dos cocheiros, homens de acompanhar, de mais de 400 irmãos, representa-se com 60. E a irmandade de Santa Cruz e S. Pedro (do Colégio de S. Pedro e S. Paulo), de 300 representa-se com 83. O memorialista mesmo assim não deixa de fazer questão de vincar esta desproporção, apesar da larga participação. Nas irmandades do Santíssimo – onde como se refere a média de participação é das mais elevadas – a sua mobilização parece ser mais representativa, de cerca de metade para os casos contabilizados: a do Santíssimo, da igreja da Ajuda, com 80 irmãos, participam 66, a da Conceição com 100 participam 48 e a da igreja de S. José com 300, participam 140.[33] Das *Ordens Terceiras seculares* (7ª classe) na sua participação das cinco instituições com 1.169 irmãos, relevam a de S. Francisco que levava 340 e a do Monte Carmo 640[34].

O corpo das quatro classes de *comunidades religiosas* (8ª a 11ª classe) – claustrais e mendicantes, conventuais, colegiais e congregacionistas - num total de 25 instituições levam mais de 1533, com uma média de mais de 60 elementos por Casa. Destaca-se a participação de elementos das seguintes religiões, certamente em ligação com a dimensão das suas comunidades: o convento de S. Domingos, com 150; o convento de S. Pedro de Alcântara da província da Arrábida com 150; o convento de Nossa Senhora do Carmo com 130; o convento de Nossa Senhora dos terceiros de S. Francisco da Ordem da Penitência, com 125; o convento de S. Francisco da cidade com 125; os religiosos descalços de Stº Agostinho, com 102; a Companhia de Jesus, com 81.

A *cleresia* moradora nas 24 paróquias desta Lisboa Ocidental (12ª classe) engloba a participação de um vasto corpo de eclesiásticos de serventia às igrejas paroquiais, seus coros, altares, oratórios. Entre párocos, coadjutores, curas, tesoureiros e capelães, beneficiados, das ordens maiores e menores, alcançam o número de 931 presenças e representam em média 48 eclesiásticos por paróquia. A maior participação é a que vai incorporada nas igrejas da Encarnação e Stª Justa (respectivamente, 108 e 103 eclesiásticos) e acima dos 50 vão os cortejos de S. Nicolau, Socorro, Nossa Senhora dos Mártires, S. José que são também freguesias de grande população. Plano mais livre, menos enquadrado por regras, certamente também com menor presença!

O passo para as representações dos corpos superiores da cidade de Lisboa, da nobreza e fidalguia, civil, eclesiástica, militar, faz-se pela 13ª e 14ª classes, onde vão, na primeira, os corpos dos *tribunais superiores da Corte e Patriarcal*, nos seus altos dignitários de presidentes, desembargadores, juízes e vasto corpo de oficialato de serviço nos tribunais (advogados e outros oficiais), a saber, dos tribunais régios, da Casa da Suplicação, do Desembargo do Paço, da Fazenda, das Alfândegas, Armazéns e Casas, Inquisição, Mesa da Consciência e Ordens, Câmara, da Patriarcal (Relação e Corpo capitular) e prelados das Ordens. Desfilam nestes dois ajuntamentos acima de 500 figuras.[35] E na 14ª classe, logo de imediato ao séquito patriarcal, perfila-se o corpo de cerca de 473 personalidades constituídas no essencial por cavaleiros e comendadores das três Ordens Militares, de que o rei é Grão-Mestre.[36]

---

[33] Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica …. o.c.*, pág. 175, diz que em 1719 as 27 irmandades do Senhor levavam mais quer 2.500 irmãos (isto é, uma média de quasi uma centena).

[34] Em 1719 seriam mais de 600. Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.*, pág. 177.

[35] Entre ministros e oficiais dos tribunais contam-se na procissão de 1719, mais de 1.000 homens dos tribunais Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.*, pág. 189.

[36] Das três ordens acompanham a procissão de 1719, 500 cavaleiros. Muitos outros iam dispersos nos conselhos: (Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.*, pág. 189.

À saída do pálio da capela-real – sob o qual o patriarca conduz o Sacramento em custódia de ouro – o rei toma a primeira vara, entregando a segunda ao presidente do senado da câmara de Lisboa Ocidental – querendo-lhe fazer especial honra, – as seguintes aos dois infantes, D. Francisco e D. António e as restantes varas ao Marquês de Minas, ao Marquês de Fronteira, ao Marquês de Alegrete e ao Marquês de Nisa, mais altos titulares e dignitários da Corte e Casa Real. Logo à saída do claustro interior se entregarão as varas a outros titulares dignitários, que rolarão ao longo da procissão pelos demais títulos, conforme suas hierarquias e funções. Depois, na saída, à porta do pátio, largarão as varas do pálio no novo corpo de cavaleiros. Primeiro rolamento: Marquês de Cascais, Conde de Aveiras, Conde de Santiago, Conde de Cocolim, Conde de S. Miguel, Conde de Unhão, Conde de Souselas, Conde de Ericeira. Novo rolamento à entrada da rua dos Ourives: Conde de Rio Grande, Visconde de Vila Nova de Cerveira, Conde da Calheta, Conde de Assumar, Conde de Vila Maior, Conde de Val dos Reis, Conde de Vila Nova. Nas colunatas do Rocio entraram: o Conde de S. Miguel, Conde de S. Vicente, Conde da Ilha do Príncipe, Conde das Galveias, Conde de Povolide, Conde de Penaguião, Conde de Atouguia, Conde de Santa Cruz. À Rua Nova dos Ferros, defronte da igreja da Conceição, foi a vez de tomar as varas outro conjunto de dignitários, entre eles ex-governadores de Armas dos domínios Ultramarinos. Finalmente, agora à entrada, retomam as varas o corpo do rei e majestades com os que tinham tomado à saída.[37]

O corpo do séquito patriarcal vai organizado em três secções maiores. Adiante, o dos 18 pajens e capelães, mais de 40 cantores, acólitos e subdiáconos, com 6 capelães secretos ou curiais, 2 cubiculários e outros de suporte à figura do patriarca e pálio. Depois, o Cabido da patriarcal pela sua hierarquia, os 6 diáconos, 8 presbíteros e 6 dignidades (todos com suas mitras). Finalmente, o cortejo do patriarca, constituído por 7 cavaleiros fidalgos, seus parentes e da maior "grandeza eclesiástica e nobilíssimo nascimento".[38] O patriarca sob o pálio vai enquadrado pelos seus domésticos e corpo capitular da sua basílica patriarcal. Esta é neste grande cortejo a figura central porque transporta o Sacramento a que todos os olhares se dirigem e em função do qual se organiza a Procissão. O corpo dos altos dignitários que servem a câmara e Casa real, os vereadores da Câmara de Lisboa Ocidental enquadram o rei e as Majestades na procissão, atrás do pálio.

Quais, em síntese, os traços mais marcantes desta procissão para a compreensão da sociedade lisboeta do seu tempo? São nela visíveis os sinais da adaptação às novas instituições, programas e projectos políticos em curso?

O que mais intrinsecamente organiza a procissão e constitui os seus principais "marcadores" é a sua composição sob os diferentes corpos – neste memorialista, mestre de cerimónias, ditos "classes" – que reúnem debaixo das respectivas bandeiras ou cruzes os membros participantes de instituição, no corpo a que pertencem. Sociedade de ordens, esta procissão parece reforçar mais extensamente os estatutos e hierarquias a partir dos corpos e instituições a que pertencem. Adentro deles é possível destacar alguns traços mais marcantes. Ela é uma representação *exclusivamente masculina*, que nem sequer a "família de sangue" do monarca integra, que participa dos actos da capela-mor da tribuna da capela real. Dela vão arredadas as comunidades de religiosas da cidade, numerosas e extensas.[39] Os cantores das vozes agudas vão preenchidos pelos "castrati" italianos em grande número; na patriarcal, o coreto vai composto por 48 cantores italianos e 28 portugueses, aqueles com vencimentos muito superiores. A população feminina é certamente em grande maioria entre o povo que segue o cortejo com papel activo, certamente, no engalanamento das casas e das ruas por onde passa a procissão, mas não participa activamente da sua

[37] Procissão de 1719 in Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.*, pp. 198-200.

[38] *Idem, …o.c.*, pp. 191-193.

[39] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal…o.c., (1745-1758)*, para as 41 paróquias da cidade, regista 40 conventos masculinos e 24 mosteiros femininos.

composição e andamento. Ela é uma procissão fortemente dominada pelos *eclesiásticos e instituições religiosas e afins* que enquadram a população secular que, em certos corpos e segmentos da sua composição, separa leigos e eclesiásticos, mas noutros não. Aos olhos de hoje, as vestimentas e trajes certamente não ajudariam a fazer a distinção porque é imenso o corpo de laicos que nas confrarias, nas ordens terceiras e até nos tribunais vestem ao modo dos hábitos eclesiásticos. Mais vincado estatuto laical vai nos corpos de representação das profissões embandeiradas da cidade e também nos das organizações confraternais que abrem e vão à cabeça da procissão, integrados por classes de extração mais largamente popular (das suas camadas superiores). E, finalmente, a procissão constrói-se no seu entrosamento de conjunto um bem marcado desenho de progressão social, fortemente marcado no movimento em crescendo, até às cabeças da procissão, do ordenamento hierárquico das dignidades e ordens honoríficas e *status* da sociedade de ordens que separará o clero, a nobreza e o povo das classes mecânicas. A fazer a transição das ordens mecânica e popular para a ordem eclesiástica, que é também crescentemente nobiliárquica e fidalga, vai a representação das Ordens terceiras laicas (onde aparecem necessariamente já os clérigos minoristas). Segue-se-lhe o grande corpo dos eclesiásticos – deste ponto de vista também o mais homogéneo – com o grande peso das Ordens, onde vão também minoristas e estudantes. Depois, é o corpo dos ministros, titulares, comendadores das Ordens Militares, principais, mitrados da patriarcal e igreja, onde dificilmente se distingue o seu estado, pela formação, pelas funções. De facto, é neste alto corpo político, nobre e fidalgo, onde os corpos laical e eclesiástico mais se interpenetram e atingem o ponto mais alto, como se verá mais extensamente nas comitivas do rei e do patriarca. Traços, pois, que mantém a procissão fiel ao figurino tradicional da representação social da cidade e suas comunidades políticas.

Mas é este ordenamento e movimento político e social exposto na Procissão, de algum modo representativo da cidade? Não se realiza nela também essa distorção ao modo da pintura de "Tromp d'oeil" que a todos pretende fazer projectar nesta construção ideal de sociedade, que se pretende popular e abrangente, mas é profundamente selectiva e distorcida? De todo certamente que não. Esta é uma expressão política, logo de representação mais extensa e completa dos corpos e estatutos mais nobres da cidade que mal representa e deixa visualizar os estratos a ela estranhos e os populares que apenas seguem de fora e de largo a procissão. Sempre assim foi, mas agora parece mais vincado esse tónus. Fica de fora toda aquela população que, pelos poderes e estatuto económico, não consegue representar-se, nem participar das corporações que configuram e organizam o bom ordenamento de uma cidade. Fica de fora o grosso daquela população, ainda que abastada, dos comerciantes, negociantes, contratadores e rendeiros, capitalistas que não têm estatutos, provanças, nem hábitos para integrar este corpo político, numa representação que atinge, por então, um ponto alto de "grossos capitais" mas que só se representam nos seus hábitos das Ordens.[40] Fica também de fora desta manifestação o corpo de estrangeiros, os que seguem outros ritos e credos. Fica de fora *quasi* meia cidade em resultado da sua divisão em duas dioceses e dois senados. A cleresia das paróquias, as confrarias participantes na procissão, muitas comunidades eclesiásticas restringem-se ao termo da Lisboa Ocidental. Naturalmente, os corpos políticos dos tribunais superiores e cavaleiros, virão de todas as partes porque se representam nas instituições da Corte. Mas o corpo do cabido e dignidades da sé arcebispal da Lisboa Oriental, não estará presente antes de 1740. E também não está presente o senado da Lisboa Oriental que, antes da divisão diocesana, no ano anterior, ainda se fizera representar na cerimónia pública da entrada do Patriarca.

O quadro da repartição percentual da sociedade de Lisboa representada nesta procissão dá, no final e na essência, um tom fortemente político e clerical à expressão da cidade na procissão.

---

[40] Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica....o.c.*, pág, 189, refere-se a mais de 480 comendadores "de grossos rendimentos" (sem entrar os da Ordem de Malta). Iam na procissão (1719) das três Ordens Militares mais de 1500 cavaleiros e corpo repartidos pelos conselhos.

Corpos participantes da procissão do Corpo de Deus (1718)

Corpos	%
Confrarias e irmandades	59.9
Ordens Terceiras (seculares)	10.1
Comunidades religiosas	13.3
Clérigos nas paróquias	8.1
Tribunais, Cavaleiros, Fidalgos e Comendadores	13.1

E esta é uma realidade que não deixará de se conformar a partir do reforço das novas coordenadas políticas e das sociológico-culturais. Criada a patriarcal, a própria monarquia não deixará de submeter e configurar mais fortemente os horizontes do seu Absolutismo nesta condicionante política, eclesiástica mais forte e interveniente. O relacionamento dos estados superiores nesta etapa ganhará elevados níveis de tensão por efeito da criação da patriarcal, designadamente na etapa de 1716-1740, das reformas dos organismos e governo do Estado, com conflitos cruzados entre ordens e estados, muitos deles já com raiz ideológica e política de afrontamentos de natureza regalista, que o rei e o próprio patriarca se esforçam por dirimir e compor[41] mas de que no fundo eles constituem o seu real motor e fundamento. Sobre este *Novo tempo,* pós 1716, que o memorialista diz abrir-se à corte e à capital – com a triunfal nova procissão do Corpo de Deus do Sacramento – paira a profunda divisão da cidade, aliás, desenvolvendo-se agora a ritmos bem diferenciados com os grandes investimentos públicos e particulares a fazer-se pela Lisboa Ocidental onde se quer construir a nova Lisboa,[42] em grande parte suportada nos dois grandes corpos políticos, a Corte e a Patriarcal, que assim viverá até à fusão citadina e concelhia das duas dioceses e das duas câmaras, que se realizará em 1740. Essa será condição de ultrapassagem de muitos bloqueios e tensões à afirmação do absolutismo joanino, que explica a sua conformação entre 1716 e 1740. Uma vez ultrapassados na unificação da cidade e diocese, tal criará as condições de um mais forte Absolutismo monárquico, a partir de então com marca de mais intenso regalismo que o josefismo e o pombalismo acentuarão.

**

Em 1709, o académico José da Cunha Brochado, assistente à procissão do Corpo de Deus de 1709, diz ao ver a procissão que esta abarcava toda a sociedade lisbonense: *para ver Lisboa, de uma vez, fui ver a procissão do Corpo de Deus*. E acrescenta: *tive o gosto de meter nos olhos a majestade d'el-rei, nosso senhor, que com semblante alegre e risonho mostrava a sua autoridade e a devoção*.[43] Mais majestoso e feliz na sua autoridade e devoção se podia certamente ver apresentado o semblante do rei D. João V nas majestosas procissões do Corpo de Deus de 1717-19, que inaugurarão um *Novo tempo* e protocolo naquele acto público de maior relevância. De certo modo para contrapôr ao isolamento e à monotonia da vida no Palácio.[44] E ao qual o monarca quer agora dar o maior lustre e grandeza, para manifestar o seu novo poder majestático, na sua inexcedível devoção ao Sacramento, em agradecimento uníssono da monarquia e da nação por aquela realização, a elevação da sua igreja de Lisboa a patriarcal.

---

[41] Luís Ferrand de Almeida – "O Absolutismo de D. João V" *in Páginas Dispersas…art. cit.*, (1995).

[42] Nos inícios da década de 1740 procede-se, de facto, ao grande reordenamento político – reunificação da cidade e das dioceses sob a Patriarcal (1740-1742) – que enquadrará o desenvolvimento dos grandes projetos de desenvolvimento urbanístico com que D. João V visa construir, na parte Ocidental da cidade, em oposição à cidade velha uma Lisboa Nova, imperial: as obras de construção do Cais Novo de Belém ao cais de Santarém com passeio público com alameda (projecto de 1733); de alargamento do Terreiro do Paço com obras no Paço da ribeira e capela-real e novos projectos para Belém de um novo Paço Real e os projectos para a Patriarcal (desde 1740); obras do Aqueduto das Águas Livres para o abastecimento da cidade (Projecto de 1721) e outros equipamentos públicos (Fábrica da Seda e Pólvora). Aos programas e projectos régios e da patriarcal, acoplam-se os investimentos da nobreza e fidalguia em quintas e palácios a estenderem-se pelas quintas e paços da Junqueira, Campo Grande, Lumiar, Xabregas, Moscavide, Santarém….

[43] Maria Beatriz Niza da Silva – *D. João V …o.c.*, 1995, pág. 89.

[44] Yves Bottineau – "Le goût de Jean V: Art e gouvernement", in *Bracara Augusta*, Vol. XXVII (1973), n.º 64 (76), Braga, 1973, págs. 342 e ss.

9. PARÓQUIAS E EQUIPAMENTOS PAROQUIAIS

9.1 – Génese e formação das freguesias

Após a conquista de Lisboa aos mouros (1147), a organização social da cidade corre célere com a organização paroquial, o que tem sido explicado à conta dos quadros anteriores da convivência social e religiosa que lhe permitiram rapidamente dar corpo.[45] Esse *continuum* explicará, aliás, em certa medida, o rápido crescimento demográfico e urbano de Lisboa, em quadros de grande continuidade política e social. E nesse processo, diversas comunidades discutem entre si a prioridade da sua erecção em paróquias, o que reforça esses vínculos de continuidade que sobre eles querem fundar hierarquias e proeminências na cidade, que a historiografia posterior e clássica de Lisboa tratará largamente.[46]

Com a conquista da cidade logo se lançaram as primeiras pedras das igrejas da Sé, Mártires, S. Vicente de Fora.[47] E se constituíram as primeiras paróquias, logo ditas de fundação do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, Santa Maria Maior, S^ta. Cruz do Castelo, S^ta. Maria Madalena. Pelos finais desse século XII (1191) já se enumeram 7 paróquias. E por finais da Idade Média (século XV) registam-se 23 igrejas-paroquiais, 7 dentro da primeira cerca de muros, 16 no espaço alargado da muralha fernandina pelo último quartel do século XIV (1375),[48] a exprimir grande «desenvolvimento e concentração populacional», com uma população que duplicará do século XV para o século XVI[49]. A composição paroquial de Lisboa ficará, no essencial, desenhada no século XVI, em correspondência com o primeiro grande pico do crescimento urbano da cidade. De facto, o século XVI retomará o grande dinamismo, a consolidar-se em grande parte no importante papel do arcebispo cardeal D. Henrique e ciclo da Contra-Reforma, sob que se reestruturará o quadro paroquial, desenhando-lhe uma malha mais apertada, em resultado das novas paróquias de extensão «peri-urbana» e outras de desanexação das freguesias antigas que agora se mostravam demasiado extensas. Estão neste caso, logo a abrir o século, Ameixoeira (1535) que se desanexa do Lumiar. E no interior, no casco urbano, passado o meio do século, as paróquias dos Anjos, S. José, Pena e Socorro que se recortam no território da extensa e histórica paróquia de S^ta. Justa; Encarnação, retirada dos Mártires; Santa Engrácia a S^to. Estevão; Conceição a Madalena; Mercês a Santa Catarina e Encarnação; Sacramento a Mártires e S. Nicolau; S^ta. Catarina a Mártires, Loreto e S^to. Estevão; S. Sebastião da Pedreira a Santa Justa. No século XVIII, a nova freguesia de S^ta. Isabel (1741) criada pelo primeiro patriarca, recobrirá territórios de quatro paróquias: Santos, S. Sebastião da Pedreira, S^ta. Catarina e S. José, a mostrar que o grande movimento de criação de paróquias tinha parado. E ainda paróquias *sui generis*, porque não têm assento territorial jurisdicional, a saber, Chagas de Cristo, instituída em 1542 para marítimos da carreira da Índia e a de S. Tomé, privativa da Casa real e elevada em 1710 a basílica patriarcal. As *Memórias Paroquiais* contêm múltipla informação para esta história e esboços de debates sobres as antiguidades e hierarquias das paróquias de Lisboa que, ao longo da primeira metade do século XVIII, em particular em relação com a organização da nova procissão do Corpo de Deus (pós 1717), se

[45] Manuel Clemente – «A diocese e patriarcado de Lisboa» …art. cit., , pág. 93 e ss; Gerard Pradalié – *Lisboa. Da Reconquista ao fim do século XIII*. Palas Editores, Lisboa, 1975. Sobre as marcas e sítios arqueológicos antigos pré-históricos e romanos de Lisboa, *vide*, contribuições de Vaultier e Zbyszewshi, E. Jalhay, J. Ollivier, Jalhay e Afonso do Paço, J. Fontes, Fausto J. A. de Figueiredo em *Lisboa e seu termo. Estudos e documentos*. Lisboa, vol. I, 1974, págs. 9-81.

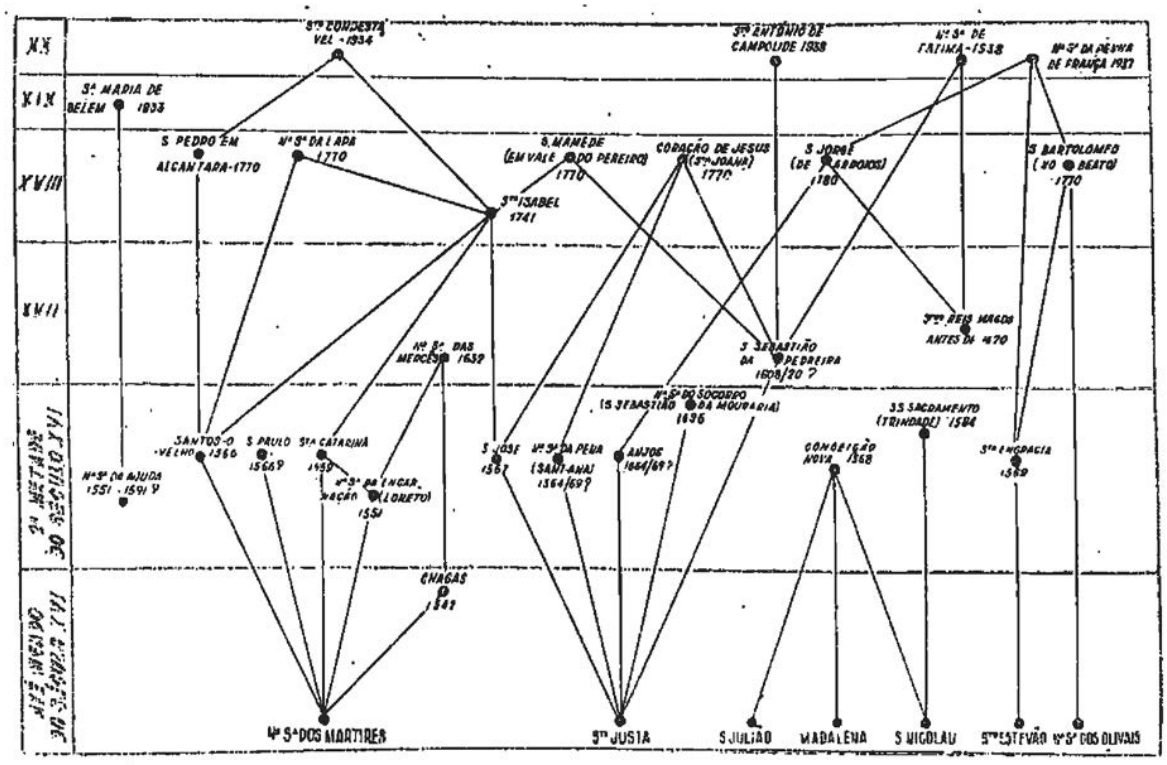
[46] Especialmente o clássico D. Rodrigo da Cunha – *História eclesiástica da igreja de Lisboa* (ed. de 1642). E modernamente, João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal* …o.c., (1745-1758). *Ex-professo*, em defesa da antiguidade e primazia da paróquia dos Mártires, Frei Agostinho da Conceição – *Demonstração eucarística da primeira e real paróquia de Lisboa da qual é singular patrono e titular Nª Sra. dos Mártires*. Lisboa, 1750.

[47] Magda Pinheiro – *Biografia de Lisboa*. A Esfera dos Livros, 2ª edição, 2012.

[48] José Augusto França – *Lisboa, história física e moral*. Livros Horizonte, 2008.

[49] População duplicará em 100 anos desde o cálculo de D. João I, de 1421. José Augusto França – *Lisboa, história física e moral… o.c.,* pág. 131 e ss.

reacendeu. Vieira da Silva, além de historiar com bastante informação a origem e percurso das paróquias e freguesias de Lisboa, suas igrejas e oragos desenha-lhe, de modo claro, a árvore genealógica desta evolução paroquial.[50]



ARVORE GENEALÓGICA DESCENDENTE DAS FREGUESIAS DE LISBOA

O quadro de criação e desenvolvimento da instituição paroquial seguirá, naturalmente, como em Lisboa, pelo seu território, a Norte e Sul do Tejo, pelos caminhos da sua restauração, recomposição e criação no ciclo da Reconquista, do desenvolvimento das comunidades cristãs, ao ritmo do crescimento populacional e organização diocesana.

A Norte do Tejo, o processo de integração político-social e religiosa das populações aparece-nos logo extenso, acelerado após a Reconquista de Lisboa e seus desenvolvimentos pelos territórios circundantes. Há alguns testemunhos memorialísticos que radicam este processo na referência a equipamentos e fundações da época dos godos, como é o caso da igreja de Nª Sª dos Povos (Povos, c. Vila Franca de Xira) ou Turcifal, «lugar antiquíssimo (…) por tradição parece teve princípio no tempo em que el-rei D. Rodrigo perdeu o Império …» (Turcifal, c. Torres Vedras). Ou à ermida de Nª Sª da Cátedra em que a imagem de pedra que se desenterrou e venera, se diz ser do tempo dos godos (S. Pedro da Cadeira, c. Torres Vedras). Ou do domínio muçulmano, como se diz para Ameixoeira: «há tradição que sua etimologia hé de Amixo, nome de um mouro que habitava nele, e outros de sua nação» (Ameixoeira, c. Lisboa). De grande antiguidade são referidas também as igrejas e paróquias da vila de Alenquer, ditas de constituição logo após a recuperação cristã do território: Nª Sª da Várzea, com referências a 1203; Sto. Estevão, a 1209, «só 50 e tantos anos depois da vila ser recuperada aos mouros»; S. Pedro de Alenquer, dita a segunda em antiguidade da vila; Vª Verde de Francos, de fundação associada a nome de fidalgo francês do tempo de

[50] Augusto Vieira da Silva – *As freguesias de Lisboa – (Estudo histórico)*. Publicações Culturais de Câmara Municipal de Lisboa, 1943.

D. Afonso Henriques (c. Alenquer). Em Loures, com base na toponímia e na documentação associa-se a fundação e existência de S^to. Antão do Tojal ao tempo do primeiro rei, tal como a ermida em Sacavém (Sacavém, S^to. Antão do Tojal, c. Loures). Em Sintra, a freguesia de S^ta. Maria é dita também de fundação daquele primeiro monarca. De entre as mais antigas também S. Martinho de Sintra, que o pároco diz que se não pode provar por notícias ou documentos do cartório, mas «pelo que se mostra pela sua arquitetura». Outras mais referências se podem colher relativamente a estas vilas históricas, que seguem a cronologia mais antiga da fundação das paróquias de Lisboa.

Papel muito importante neste processo é o desempenhado pelo fenómeno do eremitismo. Vemo-lo emergir em muita extensão por este território nos avanços da Reconquista e cristianização das comunidades, com eremitas e eremitérios a pontilhar os bosques e as serras, os ribamares, os ermos, em particular, a partir e à volta de Lisboa e outros importantes núcleos urbanos do seu território. Ermidas e ermitérios que evoluem para comunidades claustrais e monacais,[51] muitas das quais constituirão a base e o suporte de importantes correntes devocionais – de votos, romarias e procissões – e/ou da organização paroquial, volvendo as ermidas suas igrejas matrizes, criando ou desanexando novas paróquias. Há muitos testemunhos deste quadro evolutivo nestas *Memórias*.[52] Ermidas (ou capelas de mosteiros) que viram suporte das novas paróquias, desanexadas, ao modo do que se verificou para Lisboa – Loreto, Mercês, Salvador, Pena, Santíssimo Sacramento – verificam-se também pelo território. É o caso de Vila Franca de Xira, desanexada de S. João de Montes, com igreja-ermida de N^a S^a da Piedade. E o de Turcifal, cuja igreja matriz principiou por uma ermida que nela houve de S^ta. Maria Madalena: crescendo, o povo suplicou à igreja de S^ta. Maria do Castelo de Torres Vedras que lhe desse, como sua primeira capitular, um capelão com o título de pároco, o que lhe concedeu com a obrigação de lhe dar todos os dízimos. Concedida a faculdade, com a licença pontifícia, «edificou com o zelo católico desta terra» aí grande igreja, onde não só cabiam os moradores da terra, mas também caberiam os que eram de Sobral, Gradil, Bandalhoeira, Azueira e mais povoações próximas, muitas das quais se constituíram paróquias (Turcifal, c. Torres Vedras). O processo promove-se em alguns casos por via das ordens e comunidades religiosas. A ermida da antiga freguesia de S^ta. Catarina de Riba Mar, vira mosteiro e sua igreja conventual (1551). No território da freguesia constituir-se-á a nova freguesia de Carnaxide. Mas em memória e respeito da ermida-matriz, o pároco continuará a exercer na igreja do Mosteiro o seu direito paroquial: continuará a entrar, com estola e procissão na igreja, dizendo missa, fazendo estação, publicando banhos, recebendo as ofertas de todas as pessoas sepultadas no cemitério do convento, isto é, exercendo o *jus paroquial* (Carnaxide, c. Oeiras).[53]

E para além do movimento e iniciativa da ordem eclesiástica, pastoral e beneficiária, com o suporte régio e diocesano, há também casos em que claramente está presente a iniciativa da vontade popular dos fregueses que se conjugam para a constituição de um patronato que coloque mais proximamente à sua disposição os serviços paroquiais e sacramentais. Naturalmente, neste quadro, a vontade comunitária tem que contar com o apoio e concordância das autoridades – a régia e a eclesial – que tem que vencer

[51] Caso de S^ta. Catarina, que começa na sua ermida, de muito concurso romeiro e devoção do povo de Lisboa, que depois será erigida igreja e capela. Caso da igreja e freguesia de S. Sebastião da Pedreira que antes da moderna igreja funcionou numa ermida de S. Sebastião «a quem os moradores da rua dos Arcos da freguesia de S. Nicolau, da cidade de Lisboa, tomaram por protector para os livrar do mal da peste …» e continuam a festejar por voto (S. Sebastião da Pedreira). Do convento de N.ª Sr.ª da Pena, ou da Penha, edificado onde já havia uma ermida de N.ª Senhora (Penaferrim, c. Sintra).

[52] Como é o caso do relato dos termos da criação da igreja da Ameixoeira, termo de Lisboa: no local onde se encontrou a imagem de N^a Senhora, expulsos os mouros, aí se construiu uma capela. Por crescerem muito os milagres e devotos, aí lhe fizeram uma igreja que depois se engrandeceu no tempo de D. Pedro II com a colocação do Santíssimo (Ameixoeira, c. Lisboa).

[53] Para Lisboa, A. Vieira da Silva – *As freguesias de Lisboa…o.c.,* pp. 73-84, trata desenvolvidamente a génese das freguesias, as que tiveram origem ou a sua primeira sede em ermidas ou igrejas não conventuais, em capelas ou igrejas de conventos, e também as diferentes instalações das freguesias, por virtude dos danos do Terramoto de 1755 ou da extinção dos conventos, para além das mudanças de local e de oragos.

os obstáculos e as resistências dos titulares das paróquias e seus beneficiários, aonde as novas paróquias vão ser constituídas e desanexadas. Este é um caminho largamente percorrido neste território, sobretudo naquelas partes de mais forte «colonização» e povoamento interno, onde como veremos se virá a constituir um alargado número de paróquias de padroado popular. É nele que se alicerçará uma boa parte da criação de paróquias, mais modernas. Que se fará nos termos que vão referenciados pelo tratadista, Sebastião Abreu no *Institutio parochi seu speculum parochorum* (Eborae, 1665) que é a súmula das tarefas e deveres do pároco e da paróquia, agora mais profusamente enquadradas pelas medidas de Trento. Este tratado, de referência, doutrinária e constitucional, vai citado e evocado pelo memorialista de Corroios (c. Seixal), a propósito da criação da sua paróquia: ao modo das erecções de todas as igrejas rurais do arcebispado de Évora «este povo para com maior comodidade receber os sacramentos, suplicou a erecção desta paróquia e se obrigou a sustentar o pároco e igreja paroquial», fixando para efeito uma côngrua para o pároco e rendimento à igreja constituídos em rendas, foros, repartição de prestações pelos moradores, jóias de confraria e esmolas (Corroios, c. Seixal). A obrigação à sustentação do cura e igreja para obter a constituição de paróquia – que obvie as grandes distâncias de deslocação à paróquia e serviços paroquiais – vai, assim, de um modo geral, associado à criação de paróquias de padroado popular dos fregueses, que constituem rendimentos para a livre apresentação dos párocos.[54] Mas em outras circunstâncias a divisão das paróquias é feita em conformidade e no quadro da ordem patronal e beneficial a que pertence a igreja: retalha-se o território e fregueses para um novo pároco; separa-se-lhe também dos rendimentos da igreja a côngrua de sustentação à proporção dos rendimentos e fregueses da nova paróquia; regula-se o padroado e direito de apresentação, normalmente na continuidade da matriz. É este o caso da constituição das paróquias de Terrugem e Igreja Nova, a partir da igreja de Santa Maria de Sintra que é dita da fundação de D. Afonso Henriques. Vai esta em 1255 servida de oito beneficiados – que recebem 1/3 dos rendimentos da igreja – criados para o serviço da igreja e ajuda do prior na administração dos sacramentos. Mas «como a igreja se tornou muito dilatada» consentiram os priores se erigissem duas igrejas, uma no lugar de *Terrugem* e outra no lugar de *Igreja Nova*. Os termos em que tal se lhe fixa pelo memorialista são paradigmáticos: territórios separados, assignando-se a cada um dos novos priores sua côngrua e sustentação, uma parte igual em todos os frutos pertencentes à dita igreja como ao prior. Para a constituição das paróquias houve licença da Sé Apostólica e da Rainha (Padroeira da igreja de S$^{ta.}$ Maria de Sintra).[55]

9.2 – As igrejas matrizes. A dimensão das igrejas pelo número de altares

A igreja é a cabeça da paróquia. Aliás, o termo *paróquia* vai muitas vezes usado para nomear a *igreja matriz*. E, por vezes, também o lugar de *assento* da igreja. Igreja e lugar do assento da paróquia têm sempre uma grande centralidade no território da freguesia, que se exprime pela sua posição no lugar que se volve cabeça de freguesia, distinto também pela sua extensão e até nobreza que a igreja dá ao lugar. Em algumas circunstâncias a igreja coloca-se num lugar «geométrico» que responde aos termos de um povoamento mais disperso da freguesia, e que corresponde assim a uma espécie de «centralidade» variável.

[54] Há testemunhos de evolução neste padroado popular, como é o caso da passagem com vontade dos fregueses para uma confraria. Caso da Ameixoeira, cuja apresentação primeira dos fregueses passa para a confraria de N.ª Sr.ª do Funchal ou Encarnação (Ameixoeira, c. Lisboa).

[55] Nas *Memórias Paroquiais* colhem-se diversos testemunhos de erecção de paróquias, com constituição de padroado popular: Odivelas, a partir de S$^{ta.}$ Maria de Loures; Camarate de Sacavém; Caparica de Almada (N.ª Sr.ª da Assunção). E de repartição de rendas e benefícios: S. Romão de Carnaxide, a partir de N.ª Sr.ª dos Mártires; Apelação, de Unhos; Cascais a Velha e a Nova, de S. Pedro de Penaferrim da vila de Sintra; Alcochete e Aldeia Galega, de N.ª Senhora da Sebonha (Mosteiro), hoje N.ª Sr.ª do Socorro.

Há uma correlação muito estreita entre a dimensão da igreja matriz e a da sua população paroquial. A igreja tem que ter capacidade para albergar os paroquianos que são obrigados aos actos religiosos, adentro do território paroquial que, aliás, a igreja delimita bem nos seus *tombos*, cujo levantamento se inicia pelo século XVI em relação com o reforço da organização e vida paroquial, não só para a cobrança dos direitos paroquiais e dízimos, mas também para a vigilância da frequência aos actos religiosos e sacramentais, acção paroquial e impedimento de concurso a outras igrejas vizinhas. Há lugares cujos fregueses, pela sua posição nos limites das paróquias, ora são paroquianos de uma paróquia, ora de outra; são os chamados *meeiros* e essa situação vai bem regulamentada e vigiada.[56] Depois, há diversas circunstâncias que, por vicissitudes e história da sua constituição – desanexação, actos votivos – obrigam certas paróquias ou lugares a deveres e participação nas primitivas igrejas matrizes, ou até a ermidas e núcleos primitivos de organização "paroquial", mas são casos singulares. E pode ainda dar-se o caso que a igreja não tenha ainda sacrário e depósito do Santíssimo Sacramento, o que limita de certo modo a jurisdição e acção paroquial, sendo necessário recorrer à igreja próxima que tenha o sacramento no sacrário, que eventualmente pode até ser privilégio e constituição de capela ou igreja particular (monacal, conventual), em concorrência com a matriz. Sabemos como progride ao longo dos Tempos Modernos e ainda no século XVIII, por todo o País, a colocação dos sacrários do Santíssimo, quando a cobertura se torna mais geral, que só então vem dar a máxima expressão e liderança às igrejas matrizes e por elas, força e mais personalidade à paróquia, sempre com o Sacramento presente na igreja e centro da comunidade.[57] A colocação e depósito do Santíssimo Sacramento é também suporte e ocasião para maiores obras e embelezamento das igrejas e constituição do suporte de rendimentos ao culto e funcionamento geral da igreja, o que vai o mais das vezes suportado na erecção de irmandades e confrarias do Santíssimo Sacramento. A arquitectura e artes do barroco terão, como é sabido, nestes espaços e tronos eucarísticos a maior expressão do seu esplendor. O culto ao Santíssimo Sacramento terá um particular desenvolvimento por todo o país no século XVIII, muito em relação com o que se verifica na capital. Em Lisboa, e certamente também no seu termo, a totalidade das igrejas está preparada e suporta o Santíssimo como impõem as Constituições de 1640-1733.[58] E nalgumas delas o culto do Santíssimo deu-lhes um perfil monumental por causa da expressão que aí é devida ao Sacramento, culto e devoção que D. João V desenvolveu e explorou na sua ritualização majestática.[59]

As *Memórias Paroquiais,* de um modo geral, não fornecem muitos elementos para a "visualização" arquitectural, monumental e artística das igrejas e seu património e mobília, designadamente para as suas capelas e altares-mor. Mas sempre é possível, por referências dispersas ao número de naves e sobretudo aos altares, à imaginária e outros elementos dispersos, fazer uma aproximação ao seu maior ou menor desenvolvimento e dimensão, valor artístico e monumental. Para Lisboa, cidade, para as terras e paróquias mais afectadas pelo Terramoto, as descrições podem até ser mais extensas, porque nalguns casos os párocos descrevem as ruínas, o estado a que ficaram reduzidas as igrejas, os diferentes espaços, os

[56] O essencial do ordenamento histórico eclesiástico e paroquial da diocese de Lisboa, pode ser seguido, desde o século XV, pelas decisões e constituições dos sínodos de D. João Afonso Esteves de Azambuja, de 1403 e também de D. Jorge da Costa, cerca de 1484: *Synodicon Hispanum* (Dir. por António Garcia y Garcia). Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1982 (II Portugal). E para os tempos Modernos, desde 1640, pelas *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa … do ano de 1640.* 2ª Impressão, 1737. E também em Sebastião d'Abreu – *Institutio parochi…o.c.*, Eborae, 1665, com as adaptações dos decretos conciliares de Trento.

[57] José Viriato Capela – «Sacrários e renovação artística das igrejas» *in As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, 2003, págs. 648-649.

[58] Nos termos das *Constituições Sinodais do Arcebispado …* 1640-1733, que manda ter sacrários todas as «igrejas paroquiais da cidade e das vilas e lugares de grande povoação (…) e em todas as igrejas curadas (…) que tiverem junto a si de 30 vizinhos para cima (…) aonde não houver (…) se faça logo à custa das rendas das mesmas igrejas»

[59] José Viriato Capela – «Sacrários e renovação artística das igrejas» *in As freguesias do distrito de Viana do Castelo …art. cit.,* 2005, pág. 727 e ss.

altares, os alçados, as frontarias, as torres sineiras, com descrições de antes e depois do Terramoto. Tal como o faz, desenvolvidamente, João Baptista de Castro nas suas *Notícias* das igrejas do *Mapa de Portugal (1745-1758).*

A informação ao número de altares das igrejas é feita de um modo sistemático, pelo que nos serviremos destes dados para medir a dimensão das igrejas deste território que até certo ponto poderemos correlacionar com a dimensão da paróquia medida pela sua população. Mas pode dar-se o caso de a relação ser muito desproporcionada entre a dimensão da igreja e da paróquia, por razões históricas ou de evolução demográfica das comunidades, génese e adaptação das igrejas matrizes herdeiras de antigos conventos ou até mesquitas (v.g. Alcochete) ou instalação em capelas e ermidas nunca adaptadas e estruturadas à dimensão da paróquia que se desenvolve por múltiplos equipamentos (de confrarias, mosteiros, conventos e outras instituições e até capelas particulares).

Uma visão de conjunto das igrejas para este território de Lisboa e Setúbal, (sem a capital e seu concelho) permite destacar o predomínio dos três tipos essenciais das igrejas, de extensão crescente e mantendo certamente o mesmo equilíbrio de desenvolvimento do desenho cruzado espacial: igrejas de 3, 5 e 7 altares, correspondendo à presença na cabeceira do altar-mor, a sucessão dos laterais, afrontados, do lado da Epístola e do Evangelho ao longo do corpo da igreja. As igrejas de 3 altares representam no distrito de Lisboa e Setúbal, respectivamente, 38.8% e 36.5%; as de 5 e 7 (com outros altares), representam cerca de 60.8% e 63.5%. Estamos, pois, num território de *igrejas grandes*, em correspondência com a *paróquia grande* (do ponto de vista demográfico) dominante na capital e por todos estes territórios. Em Lisboa, cidade (com concelho) o panorama é mais vincado ainda. Dos 33 casos para que há *Memórias Paroquiais* – João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal* (1745-1758) não se refere aos altares, o que poderia ajudar a suprir a sua falta –, só num caso se regista uma igreja com três altares. As restantes têm sempre mais; as de 5 altares representam 33%, as de mais de 5, 42.9%. Aqui é maior o número das igrejas que ultrapassam a simetria e distribuição dos 3, 5 e 7 altares, o que exprime também, sem dúvida, desenhos de corpos das igrejas de geometria mais complexa ou variada. Deixando de lado as grandes construções das igrejas do século XVIII ao serviço do rei e da patriarcal, a capela real, a patriarcal, Mafra, S$^{to.}$ Antão do Tojal,[60] facto que é assinalável para a evolução da colocação e número de altares nas igrejas tem a ver com a inovação arquitectual da construção de igrejas com a nova arquitectura de cruz de plantas rectangulares e naves quadrangulares, ou de planta ortogonal regular, de ângulos cortados, que ao promover maior dimensão dos espaços, pode criar também mais locais de implantação de altares. Esta é inovação e resultado de assimilação do novo espírito clássico, barroco italiano. É o que se passou, nas novas plantas iniciadas por Lisboa: S$^{ta.}$ Engrácia (1681), Menino Deus (1711), S. Domingos de Benfica (1685), Santo Elói (1693), S$^{to.}$ Estevão de Alfama, S. Caetano do Bairro Alto (1698). E capelas ortogonais de S. Gonçalo de Amarante e S. Domingos de Benfica (1685). Mas que se estende à sua região, como é o caso do hospital da Anunciada de Setúbal, igreja de N^{a} S^{a} da Nazaré integrada no hospital de Arroios e no Norte, na igreja do Senhor da Cruz em Barcelos.[61]

[60] Pequena igreja doméstica do patriarca D. Tomás de Almeida, que foi substancialmente alargada, com nova ala, integrando na fachada em U, ladeado por torreões, um fontanário romanista e com grandes obras no interior do edifício, profundamente embelezada e enriquecida (Memória de S$^{to.}$ Antão do Tojal, anexo, c. Loures).

[61] Vítor Serrão – «A vida artística» in *Nova História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII. *Portugal. Da paz da Restauração ao ouro do Brasil* (Coord. de A. Freitas de Meneses). Editorial Presença, 2001, pp. 566-621.

Distribuição das igrejas pelo número de altares dos territórios de Lisboa e Setúbal

Altares/ Igrejas	Lisboa (distrito)		Setúbal (distrito)		Lisboa (cidade)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	2	1.8	-	-	-	-
2	1	0.9	-	-	-	-
3	42	38.8	19	36.5	1	0.3
4	10	9.2	4	7.6	4	12.1
5	29	26.8	13	25	11	33.3
6	4	3.7	3	5.7	2	6.0
7	15	13.8	9	17.3	3	9.0
8	1	0.9	2	3.8	3	9.0
9	3	2.7	1	1.9	3	9.0
10	-	-	1	1.9	-	-
11	-	-	-	-	3	9.0
12	-	-	-	-	-	-
13	1	0.9	-	-	1	0.3
14	-	-	-	-	-	-
15	-	-	-	-	1	0.3
16	-	-	-	-	1	0.3
Total	108	-	52	-	33	-

A observação mais circunstanciada por estas informações – para os casos que há *Memórias Paroquiais*, em Lisboa – permite fixar a monumentalidade e grandiosidade de S^ta. Maria Maior (com os seus 16 altares, colocados em capelas, que lhe dão certamente mais volumetria), de S. Vicente de Fora (15), da Patriarcal (13), mas também dos Anjos, Madalena e Mártires (cada uma com 11), de S^ta. Justa, Santos-o-Velho, S. Lourenço (9) e outras com 8. Para algumas delas, pelo estado a que as reduziu o Terramoto, não é possível, por este informe, saber a dimensão anterior: S^ta. Engrácia (a antiga tinha 5 altares, a nova vai programada para 7), S. Mamede, S. Nicolau, S. Salvador, entre outras.

Pelas terras dos concelhos do distrito de Lisboa aí se destacam as grandes igrejas correspondentes aos grandes aglomerados, matrizes de *Arruda dos Vinhos*, *Azambuja*, *Odivelas*, *Oeiras*. No actual concelho de *Cascais*, Alcabideche, N^a S^a da Assunção e N^a S^a da Ressurreição; em *Loures*, S^to. Antão do Tojal, Camarate, Sacavém, S. João da Talha, Unhos; em *Sintra*, S. Martinho de Sintra, Almargem do Bispo e Colares; em *Torres Vedras*, as igrejas da vila (S^ta. Maria, S. Pedro e S. Tiago), Ventosa e a grande igreja de Dois Portos (9 altares); em *Vila Franca de Xira*, *Alhandra* e, sobretudo, a matriz de Vila Franca de Xira (com 13 altares) arruinada completamente com o Terramoto, assim como Alverca do Ribatejo. Pelo distrito de Setúbal, distinguem-se nestas *Memórias* as matrizes de Alcochete, de Palmela (S^ta. Maria do Castelo e S. Pedro), Santiago do Cacém (com Cercal); em Sesimbra, N.^a Sr.^a da Consolação do Castelo (e Santiago); Sines; em Setúbal (S. Julião; a Anunciada está numa capela que serve de paróquia). E em Alcácer do Sal, Torrão; na Moita, Alhos Vedros e no Seixal, Arrentela.

Distribuição concelhia das igrejas pelo número de altares

NÚMERO DE ALTARES DAS IGREJAS MATRIZES POR CONCELHOS												
DISTRITO DE LISBOA												
CONCELHOS	**Nº CASOS**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**+ 10**
Alenquer	16	1	-	8	-	7	-	-	-	-	-	-
Arruda dos Vinhos	4	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-
Azambuja	6	-	1	2	1	1	-	1	-	-	-	-
Cadaval	9	1	-	6	2	-	-	-	-	-	-	-
Cascais	4	-	-	1	-	-	-	2	-	1	-	-
LISBOA - cidade e concelho	[33]	-	-	1	4	11	2	3	3	3	-	3(11); 1(13); 1(16);1(15)
Loures	13	-	-	2	1	5	-	4	1	-	-	-
Lourinhã	4	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Mafra	13	-	-	9	1	2	1	-	-	-	-	-
Odivelas	2	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Oeiras	4	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	-
Sintra	8	-	-	3	1	1	1	2	-	-	-	-
Sobral M. Agraço	3	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-
Torres Vedras	14	-	-	3	1	5	1	3	-	1	-	-
Vª Fª Xira	8	-	-	2	2	2	-	1	-	-	-	1(13
DISTRITO DE SETÚBAL												
Alcácer do Sal	12	-	-	9	-	1	-	1	-	-	1	-
Alcochete	2	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Almada	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Barreiro	5	-	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-
Grândola	4	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-
Moita	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Montijo	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Palmela	3	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-
Santiago do Cacém	10	-	-	4	1	2	2	1	-	-	-	-
Seixal	4	-	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-
Sesimbra	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Setúbal	6	-	-	1	-	3	-	1	-	1	-	-
Sines	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-

Mas naturalmente uma visão de conjunto dos equipamentos postos ao serviço do culto paroquial tem necessariamente de entrar em linha de conta com outras igrejas e capelas, que com o Terramoto acabaram mesmo por desempenhar um papel importante para a colocação do Santíssimo e exercício dos actos religiosos e administrativos paroquiais, enquanto se não reconstruiram as arruinadas ou se construirem novas.

9.3 – Outras igrejas comunitárias

As igrejas dos mosteiros, conventos, hospícios, recolhimentos, colégios, seminários e outras casas eclesiásticas e devotas, regulares, seculares, masculinas e femininas são outros tantos equipamentos de acção religiosa e acrescentam espaços de culto, devoção e acção religiosa e pastoral às paróquias. Por isso as *geografias* e as *corografias* as descrevem por regra adentro dos espaços e termos paroquiais, onde vão agrupadas por causa desta articulação e localização. Vão, por regra, bem enumeradas nestas obras, e vão-lhe referenciados aspectos essenciais à sua caracterização institucional moderna, padroados, administração, religião ou ordem a que pertencem, comunidades, rendas, estado actual no caso dos registos pós Terramoto, mas também por vezes circunstanciadas referências históricas às primeira fundações e fundadores e sua evolução histórica e papel político, social, cultural e religioso. São porém breves notas que não permitem conhecer em toda a extensão o seu estado e importância antiga e moderna. E quando muito podem ajudar a prosseguir estudos aprofundados que a maior parte permite e precisa. Também as

Memórias Paroquiais fornecem um panorama geral, mas com informação muito variada que não permite grande sistematização porque os termos do quesito do Inquérito para lhe responder é um guião muito genérico.

Deste modo, no sentido de contribuir para fixar o quadro geral das comunidades e de algum modo para precisar alguns conteúdos que permitam alguma sistematização e observação geral de conjunto, associamos e cotejamos a informação fornecida por estas *Memórias Paroquiais*, com a informação fornecida pelos dois maiores inquéritos e descrições coevas que no todo ou em parte cobrem também o território das Memórias, a saber, os informes do *Mapa de Portugal* de J. Baptista de Castro (1745-1758), e os da *Geografia histórica* de Caetano de Lima (1734-1736), de uma etapa um pouco anterior, mas que recolhe em termos muito aproximados os dados destas instituições, na matriz histórico-corográfica. É o que se reúne na tabela *infra*. As informações das *Memórias Paroquiais* vão recolhidas no Roteiro – *Antigos concelhos dos distritos de Lisboa e Setúbal*. Ressalta de imediato a mais elevada concentração destes corpos na cidade, que em si recolhe cerca de metade das instituições deste vasto território, onde dominam os conventos e mosteiros – certamente as comunidades mais alargadas – mas onde os hospícios, os recolhimentos, os colégios e seminários vão mais particularmente representados. Estamos aqui claramente em presença de um elevadíssimo número de equipamentos na base da matriz religiosa, mas também social e assistencial, cultural, educativa, missionária.

No que diz respeito a Lisboa e seu termo correccional, as cerca de 120 igrejas das instituições conferem uma enorme disponibilidade de espaços de culto, devoção, altares para cumprimento de legados, sufrágios e outros actos religiosos, tendo ainda presente que por regra são igrejas de maiores dimensões que as igrejas paroquiais. No seu conjunto triplicam em unidades, a oferta das igrejas matrizes. Mas sabemos como esse suporte se pode revelar bem mais alargado, atendendo ao número de altares que nos conventos e mosteiros e outras instituições se estendem por muitos outros espaços para além da igreja, pelo claustros e outros espaços adjacentes ou incorporados no corpo dos edifícios.

Número e tipologia de instituições comunitárias

Territórios	Conventos e Mosteiros	Hospícios	Recolhimentos	Colégios e Seminários	Outros [(a)]	Total
Cidade de Lisboa	57	16	7	11	6	**97**
Correição de Lisboa	23	-	-	-	-	**23**
Distrito Lisboa	30	3	2	1	2	**38**
Distrito Setúbal	28	1	3	1	-	**33**
Total	**138**	**20**	**12**	**13**	**8**	**191**

[(a)] Casa, residência, santuário, igreja colegiada
Fonte: J. Baptista de Castro - *Mapa de Portugal* (1745-1758); Caetano de Lima - *Geografia histórica* (1734-1736); *Memórias Paroquiais de 1758.*

É claramente um número de instituições que cresceu bem mais fortemente que a população urbana. Já José Augusto França para a etapa de mais elevado crescimento, os dois séculos de meados do séc. XVII a meados do séc. XVIII (pré-Terramoto) refere que o número de conventos tinha aumentado 300 por cento, enquanto o da população aumentara 150 por cento. Os conventos teriam passado de 22 (11 de frades e 11 de freiras) a 79 (mais 39 de frades e 18 de freiras).[62] Também aqui os dados das estatísticas são difíceis de confrontar. Mas eles conformam-se com os por nós contabilizados nas fontes que vamos utilizando para Lisboa e seu concelho que dão um número (cumulativo) de 80 conventos e mosteiros.

[62] José Augusto França – *Lisboa pombalina e o iluminismo…o.c.*, 1977.

Mas sempre é difícil fixar esta tipologia de mosteiros e conventos – face a outras instituições comunitário-conventuais – pela discronia da própria datação nos registos, pela evolução histórica das instituições e falta de uniformidade de fixação dos seus estatutos: conventos e mosteiros cuja intitulação não respeita a separação dos sexos (em J. B. de Castro o convento é masculino, o mosteiro é feminino); pela evolução frequente de recolhimentos e hospícios para mosteiros e conventos e ainda outras realidades que podem ir diferentemente referenciadas. Até na fixação das Observâncias e Religiões a que vão afectadas, a identificação pode não ter toda a correspondência por efeito da mais ou menos completa identificação e também da evolução das suas filiações.

Se é difícil por estas fontes fixar o número e a natureza, a filiação das instituições, são ainda mais escassas as referências criteriosas à sua população. Há só referências pontuais, por regra aos religiosos, em regime aberto ou de clausura (as freiras); mas há todo um universo de população de criados e serventuários dos frades e freiras e das instituições, por vezes enorme, que ainda menos é referenciada. Em termos de fixação politica e sociológica do perfil da instituição e seu impacto sócio-económico pelo emprego e serviços prestados, esta população é muito relevante porque alarga o espectro da presença destas comunidades na sociedade e seu papel social e económico. A população conventual da cidade vai para o tempo calculada em c. de 3.000 os religiosos de todas as Ordens e 2.000 as religiosas,[63] o que para mais de uma centena de comunidades da cidade e seu termo incluindo aqui todos os géneros de instituições que com esta população trabalha e alberga (c. 120) dá uma média de c. de 40 indivíduos por instituição, o que dilue, de facto, a população das comunidades muito grandes que as havia, nos mais pequenos hospícios e recolhimentos. De qualquer maneira há sempre uma tendência a empolar esta população, quer por crítica activa ou passiva ao seu elevado número, quer para sublinhar a importância das comunidades. Acresce também que a flutuação da população das comunidades em geral é elevada, nalgumas pela sua vocação de casas professas, noviciados de ensino, mas também pela circulação que é significativa dos egressos entre as casas das Ordens. De qualquer modo apesar da macrocefalia demográfica de Lisboa, a sua população eclesiástica e o número das instituições que alberga é muito superabundante. Esta realidade marca profundamente a cidade de Lisboa na sua compleição, cultura, vida social e expressões de religiosidade, e os nacionais, e os estrangeiros a ela se referirão com insistência quer no número, quer na grandiosidade dos seus equipamentos, da sua população, das suas manifestações para que buscam explicações.[64]

Por estas fontes a história destas instituições pode ser seguida e procurada especialmente a partir da análise do perfil dos padroeiros-fundadores e administradores das instituições na relação com os estímulos ou desígnios da sua fundação e com os diferentes tempos históricos e conjunturas da sua criação. A composição dos grandes conjuntos e filiações – Ordens e Congregações – essa tem de ser construída a partir da História das instituições, para que aliás há significativa referenciação documental, bibliográfica, memorialista e cronística, nestas *Memórias.* De qualquer maneira é possível fixar aqui as suas composições gerais e nacionais, porque por Lisboa ou em Lisboa se iniciam, por regra, as primeiras fundações ou a elas se encabeçam os desenvolvimentos às demais terras portuguesas. Nestas fontes em geral destaca-se a identificação do padroeiro-fundador, a data da fundação ou refundação, localização e instalação, dedicação e Ordem ou Religião em que se insere, entre outras indicações. As memórias e notícias redigidas em relação ou no tempo do Terramoto, a saber as *Memórias Paroquiais* e as *Notícias* do *Mapa de Portugal* de J. B. de Castro (1745-1758), referem-se-lhe também aos danos sofridos com o megassismo e o destino

[63] Maria Beatriz Nizza da Silva – *D. João V*. Círculo de Leitores, Lisboa 2006.

[64] Muito registada pelos estrangeiros que no séc. XVIII e seus finais visitam e descrevem Lisboa e Portugal; objecto de particular tratamento satírico aos seus costumes e crendices pelos poetas, satíricos, Bocage, Nicolau Tolentino, Filinto Elísio, José Daniel Rodrigues da Costa, António Lobo de Carvalho, entre outros: Claude Maffre – *L'oeuvre satirique de Nicolau Tolentino*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 1994, pág. 339 e ss.

das comunidades que tiveram que abandonar – provisória ou definitivamente – as suas casas. E também as que escapando aos seus danos viraram suporte de igrejas paroquiais. A descrição das igrejas monacais, conventuais e outras vai por vezes muito desenvolvida nalgumas *Memórias*, quer pela sua dimensão arquitectónica e artística, quer sobretudo pelo suporte a actividade devocional e religiosa da população em geral, da população paroquial ou de segmentos de devotos e padroeiros que nos seus altares, imagens, relíquias e privilégios, constituíram devoções e cultos particulares (capelanias, confrarias e irmandades). Ou que se revelaram instituições de particular referência na cultura, no ensino, no devocionário, na parenética, onde disputavam os grandes pregadores da Corte, as Ordens e Institutos.

Deste vasto painel destacam-se ao tempo de D. João V as da sua especial protecção e visitação, tal como as da Rainha. Casos à parte são os dois grandes investimentos e construções para que D. João V quer canalizar todo o dinheiro disponível (e não disponível) que expressasse a grandeza do seu reinado, a patriarcal e o palácio-convento de Mafra. Mas a outras deu o Rei particulares e opulentas esmolas e ajudas por «liberal devoção»: ao convento das religiosas capuchas do Louriçal; ao convento do Varatojo, à Congregação de Filipe de Néri (com a doação irrevogável da Casa das Necessidades e igreja colégio de Nª Sª das Necessidades), ao convento de S. Pedro de Alcântara, a Santa Engrácia, a Nª Sª da Saúde, a S. Domingos, a S. Vicente de Fora, a S. Vicente de Paulo, a S. Francisco, a S. Domingos, a S. Roque. E também a Rainha e sua comitiva privilegiou particulares saídas e visitas às igrejas paroquiais de Madre de Deus, da Esperança, de S. Roque, de S. Julião, às igrejas dos mosteiros de várias Ordens: Belém, Santo Alberto, Religiosos Arrábidos, Meninos do Glorioso S. Francisco dos religiosos de Xabregas e do Espírito Santo da Congregação do Oratório. E às igrejas dos conventos femininos, das religiosas paulistas, das flamengas de Alcântara, das Comendadeiras de Santos.[65]

Alcançam desde logo a maior distinção, grandeza e protecção, em Lisboa e Corte, as igrejas transformadas ou que exercem a função de «panteão» ou locais de enterramento das figuras reais.[66] A escolha pelos reis dos seus destinos de enterramento ou posteriores transladações de corpos de figuras reais para Lisboa, é desde logo a expressão da maior centralidade que Lisboa ganha face ao País, e aos tempos da deambulação do rei, da casa real, da corte e dos seus tribunais superiores pelo território. Do passado vem o recurso às igrejas dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, de Alcobaça, da Batalha, monumentos associados aos momentos fundadores e consolidadores da Monarquia portuguesa. Com D. Manuel I e o emergente Império e a construção da «capitalidade» do Estado e Monarquia em Lisboa, à Batalha, sucede Belém, para onde o Venturoso em testamento fixa o seu lugar de enterramento que D. João III fixará como «panteão da dinastia de Avis-Beja»[67]. Na fundação da dinastia filipina, rompendo com o passado próximo,[68] mas pretendendo assumir a História Nacional desde as suas origens, vem a escolha e promoção de uma nova igreja para novo panteão, S. Vicente de Fora, reassumindo aí a memória e o legado do fundador, D. Afonso Henriques. D. João IV escolherá para seu local de enterramento o mesmo mosteiro[69]. Com D. João V, S. Vicente de Fora, engrandecido na sua capela de Nª Sª da Conceição – elevada a padroeira de Portugal pelo Restaurador e fundador da nova Dinastia – com a História de Portugal e de seus reis pintados nos painéis de azulejo – vira agora definitivamente «Panteão real», ainda que o monarca aspirasse ser sepultado em Mafra.[70] A acção régia assinala-se ainda na construção das grandes igrejas em

[65] Maria Beatriz Nizza da Silva – *D. João V … o.c.*, pág. 33; Maria de Fátima Reis – *D. João V. O Magnânimo…o.c.,* pág. 47 e ss.

[66] Paulo Dias – *Real Panteão dos Braganças. Arte e Memória*. Antília Editora, Porto, 2005.

[67] Paulo Dias – *Real Panteão dos Braganças … o.c.*, pág. 26.

[68] Filipe II procederá à transladação dos reis anteriores de Portugal, D. Henrique e D. Sebastião para Belém, encerrando o ciclo deste monumento como «panteão real». Paulo Dias – *Real Panteão dos Braganças…o.c.*, pág. 68.

[69] Paulo Dias – *Real Panteão dos Braganças … o.c.,* pág. 52.

[70] Paulo Dias – *Real Panteão dos Braganças. ..o.c.*, págs. 88, 92, 95. D. Mariana de Áustria, viúva de D. João V, tendo sido depositada provisoriamente em S. Vicente, será depositada na Igreja do Hospício de S. João Nepomuceno, de sua fundação e protecção. Paulo Dias – *Real Panteão dos Braganças… o.c.*, pág. 109.

consequência de *votos* ou *desígnios* reais.[71] Do reinado de D. João V, de fixar os emblemáticos e marcantes monumentos da arquitectura religiosa da Corte. Mafra,[72] Necessidades,[73] a Patriarcal e já a encerrar a época barroca, a Basílica da Estrela (1766 e 1790), voto de D. Maria I que dá corpo em Portugal aos primórdios da devoção ao Sagrado Coração de Jesus.[74]

No campo da expressão monumental e artística as *Memórias Paroquiais*, cada qual relativamente aos seus territórios, não deixam de relevar os seus equipamentos, a começar pelas igrejas, seus altares, capelas, ermidas, e outras instituições a actuar no território paroquial. Para uma história destes equipamentos e envolvente artística, é, como dissemos, necessário seguir a acção dos padroados e protecções, sejam régias, eclesiais, particulares. Mas a intervenção mais ampla dentro das igrejas e capelas paroquiais deve ser procurada e reportada ao papel central desempenhado pelas grandes irmandades e confrarias, das igrejas, das capelas, das Ordens Terceiras, estas de um modo muito particular e activo, onde impera um «laicado» burguês e nobreza segunda, com vontade de expressão social e religiosa nos seus grandes e artísticos equipamentos. A elevada presença e riqueza de algumas destas instituições confraternais, é que é verdadeiramente o suporte e pano de fundo dos níveis de desenvolvimento construtivo e artístico dos Tempos Modernos, e também no século XVIII, nesta sua primeira metade.

Pelos testemunhos das *Memórias Paroquiais* estão presentes, algumas vezes, quer no que diz respeito às igrejas paroquiais quer no que diz respeito às igrejas conventuais-monacais e igrejas e capelas de outras instituições, e mais algumas grandes construções do território lisbonense e setubalense, largas descrições sobre a arquitectura das igrejas, suas fábricas e equipamentos. E perpassam alguns nomes de artistas que nela trabalharam ou algumas das suas obras. Mas por este registo é impossível seguir os caminhos da renovação arquitectual e artística nas obras e nos artistas que fixam as coordenadas e marcam a evolução dos trabalhos na grande capital, na passagem do maneirismo ao barroco ou mesmo nas primeiras ultrapassagens deste para o neo-clássico: na arquitectura, os nacionais João Nunes Tinoco, Costa Negreiros, Sebastião Soares. E depois o «insigne» João Antunes que à sua morte (1712) abre caminho à entrada em cena dos italianos Ludovice, Juvara, Canevari. E as igrejas que marcam a evolução: nos projectos italianos do Loreto e Teatinos onde afloram as novas tendências do barroco, em ruptura com a arquitectura maneirista,[75] a igreja ortogonal de S$^{to.}$ Estevão de Alfama (versão barroca do Menino Deus, de Costa Negreiros), a capela de S. João Baptista no lado do Evangelho da igreja de S. Roque, mandada construir em Itália pelo Magnânimo, no final do seu reinado, «a mais importante realização internacionalizada tardo-barroca em Portugal»;[76] a igreja do Menino Deus (iniciada em 1711, típica do projectismo de João Antunes), as obras da Patriarcal do Paço (de Ludovice e Juvara).[77] Na pintura, todos maiores pintores régios, Domingos Vieira, Bento Coelho da Silveira,[78] Francisco Vieira Lusitano.[79] Na escultura, a nacional

[71] De tempos mais recuados vem a igreja de Corpus Christi, na baixa de Lisboa, voto de D. Luísa de Gusmão mulher de D. João IV (e regente), pelo gorado atentado contra o Rei, perpetrado pelos agentes a soldo de Filipe IV perante a procissão de Corpus Christi, no ano de 1647: Paulo Dias – *Real Panteão dos Braganças … o.c.,* pág. 56.

[72] Voto do monarca por influência do confessor Frei António de S. José, aquando do nascimento da princesa Maria Bárbara (1711). O projecto ampliara-se. Na sua origem pensava-o para casa de 13 frades arrábidos, mas acabará por albergar c. de 300. Primeira pedra, 1717 (Vítor Serrão – «A vida artística…*cap. cit*». De tempos mais recuados vem a igreja de Corpus Cristi, na baixa de Lisboa, voto de D. Luísa de Gusmão, mulher de D. João IV (e regente, pelo gorado atentado contra o Rei, perpetrado pelos agentes a soldo de Filipe IV perante a procissão de Corpus Christi, no ano de 1647. Paulo Dias – *Real Panteão dos Braganças … o.c.*, pág. 56.

[73] Voto a N.ª Sr.ª das Necessidades, integrado pelo palácio, igreja, hospício dos Oratorianos, casa de instrumentos, biblioteca, obelisco, jardim. Fundação de 1742. Projecto de Custódio Vieira, Vítor Serrão – «A vida artística» *cap. cit.*, pág. 566 e ss.

[74] Consagrado por D. Maria I, com seu marido, ao Sagrado Coração de Jesus, imediatamente após o casamento (1761) para obter a graça de alcançar filho homem que garantisse a continuidade da dinastia. O monumento termina em Lisboa a época barroca, Vítor Serrão – «A vida artística…*cap. cit.*».

[75] Vítor Serrão – «A vida artística…»…, *cap. cit*, pág. 568.

[76] *Idem*, pág. 502.

[77] *Idem*, pág. 590.

[78] Pintor régio de D. Pedro II (c. 1630-1708) com centenas de telas, em Lisboa, nas igrejas: Calvário, os Cardais, Madre de Deus, S. Cristóvão, Charneca, Ameixoeira, S. Pedro de Alcântara. E por todo o País, Brasil e India (Vítor Serrão – «A vida artística…cap. cit», pág. 584-585).

[79] Telas para a Patriarcal do Paço, capela de S$^{to.}$ António da igreja de S. Roque, altar dos Cardais, convento da Graça, convento da serra d'Ossa (Vítor Serrão – «A vida artística…», *cap. cit*, pág. 614 e ss).

e a oriunda directamente para a Patriarcal, para Mafra[80] e ainda outras igrejas. Na arte da talha, uma enorme pleiade de retabulistas, pioneiros do Estilo Nacional da talha, enchendo as igrejas e seus altares de grandiosos «ensamblamentos», mas centrando-se nos tronos eucarísticos das capelas e altares-mor onde trabalharam importantes entalhadores de que se destacam João Rodrigues Ramalho[81] (colaborador do arquiteto J. Antunes), Manuel João da Fonseca.[82] Elencam-se neste campo algumas igrejas e capelas de trabalhos mais notáveis.[83] Ainda no que dizendo respeito à talha dourada fixa-se o testemunho do memorialista de Madalena que foi na capela da igreja a primeira talha que se dourou, obra da confraria do Santíssimo, nela sediada (Madalena, c. Lisboa). Em muitas igrejas – e arquitectura civil – tem expressão significativa a arte figurativa do azulejo, em associação à pintura do brutesco nacional[84] e azulejo de importação holandesa.[85] As *Memórias Paroquiais* vêm algumas referências, mas poucas e breves. Das antigas que trabalharam em Lisboa, os arquitectos Filipe Tercio e Nicolau de Chanterenne (Madalena, Lisboa, S. Pedro de Penaferrim, Sintra). Dos notáveis, modernos e contemporâneos, o Francisco Vieira Lusitano «ilustre na arte da pintura, académico em Roma» (S. Tiago de Alenquer); o José da Costa Negreiros, dito «insigne pintor dos nossos tempos», refere-se-lhe a especial devoção a S. Roque para cuja ermida pintou e ofereceu os painéis da vida do Santo (Stº Antão de Tojal, c. Loures); o Marcos da Cruz, «pintor» vai-lhe referenciada a pintura da Ceia do Senhor na tribuna da igreja de S. Sebastião da Pedreira (S. Sebastião da Pedreira, Lisboa). De artistas menos conhecidos, Fr. Francisco Valente, padre de Palmela, pintor (refere-se-lhe pintura em perspectiva na ermida de Nª Srª da Guia) e «notável fama de retalhar estampas em papel», «insigne a fazer estampas e debuchar pinturas» (Nª Srª Assunção de Cascais); o seu irmão padre André de São Bernardo, «grande engenheiro, também «mui especioso» na arquitectura e pintura (Nª Srª da Assunção de Cascais). E Luís da Mota, mestre-pintor (S. Sebastião de Setúbal). E noutras Artes, refere-se António Martins, por alcunha o Barambilha, «o mais insigne mestre de pedrarias e conhecimento de pedras» (N.ª Sr.ª da Assunção da vila de Cascais).

9.4 – Ermidas e capelas

a) Enquadramento paroquial

As capelas acrescentam, por regra, espaços de culto, de oração e também da práctica dos sacramentos, sobretudo da confissão e comunhão e viáticos, às igrejas matrizes.[86] Elas são, naturalmente, uma expressão do desenvolvimento social da terra, da especificidade e particularidade dos sentimentos e sensibilidades religiosas e espirituais da comunidade e também do desenvolvimento demográfico e formas de povoamento da região e das paróquias. O povoamento por pequenas aldeias dispersas, de fracas acessibilidades tem, de facto, um forte impacto na construção de capelas, complementares e alternativas às igrejas matrizes. E, com efeito, por regra, aos lugares e aldeias dispersas das paróquias corresponde uma

[80] Designadamente as três peças de referência: Virgem com o Menino (Medalhão) e as estátuas de S. Vicente e S. Sebastião.

[81] Com trabalhos em Sta. Maria de Setúbal, matriz de Tancos, Marvila e Cardais em Lisboa (Vítor Serrão – «A vida artística»…, *cap. cit*, pág. 578).

[82] Obras na Capela Real, Sta. Justa, S. Cristóvão, retábulos-mor nas igrejas de S. Tiago e Sta. Maria do Castelo de Sesimbra.

[83] Em particular nos altares mor, capelas e tronos eucarísticos e sacrários, mas também púlpitos, painéis, retábulos de igrejas e capelas, mosteiros, conventos, misericórdia, hospícios (…). Nas igrejas de Lisboa, de S. Roque, de S. Bento de Avis, Pena, Odivelas, Alfama (S. Miguel e Sto. Estevão) Madre de Deus, Conceição, Colégio de Sto. Antão, S. Domingos de Lisboa, Varatojo, para além da capela de Sto. André e Patriarcal, Paço da Ribeira … E pelo território, entre tantas outras para além de Mafra, Tojal, Loures, Odivelas, Misericórdia de Sesimbra, matriz da Merceana (Vítor Serrão – «A vida artística…», *cap. cit.*).

[84] Melhores exemplares: sacristia do c. das Flamengas em Lisboa, mosteiro de Sta. Marta, S. Miguel de Alfama, igrejas de Nª Sª da Conceição e da Ajuda, em Peniche (Vítor Serrão – «A vida artística…», *cap. cit*).

[85] Nª Sª da Nazaré e Madre de Deus em Xabregas, azulejos de figuração nacional, matriz de Carcavelos, Nª Sª da Conceição de Barcarena, igreja de S. Bartolomeu da Charneca do Lumiar (Vítor Serrão – «A vida artística…», *cap. cit.*).

[86] Seguimos aqui o texto de *As freguesias do distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património, Braga, 2013*, pp. 105-106.

ou mais capelas, de especial devoção dos moradores do lugar que é também um equipamento de apoio ao serviço de viático aos doentes e enfermos. O isolamento e o afastamento da igreja matriz, associado às dificuldades de trânsito e acessibilidades, em particular no Inverno quando os tempos ou o caudal dos rios condicionam fortemente os trânsitos, estimulou e obrigou a sua construção e as concessões das autoridades eclesiásticas de instalação de altares, de Santíssimo, *sub specie*, de confessionários. Por sua vez, estes equipamentos dispersos estimulariam a procura de sacerdotes e muitos candidatos a ordens nas *Inquirições de genere* argumentam com a dificuldade dos párocos para abarcar e servir todos os lugares das paróquias, para solicitar o seu acesso a ordens e assim responder às necessidades dos fiéis. Na maior parte dos casos, em particular nas aldeias de mais forte compleição e organização comunitária, estas capelas são de padroado ou administração colectiva dos moradores do lugar.

A capela é, por outro lado, muitas vezes também um equipamento associado à composição do espaço habitacional e construído das casas e famílias mais ricas, casas grandes, quintas e solares, que fazem da titularidade e posse da capela um elemento fundamental das suas vivências e práticas religiosas e também de ostentação e afirmação social pelo acesso e tratamento reservado e privado às práticas religiosas. Estas capelas acostadas ou encorpadas às casas "nobres" das terras, estão também frequentemente abertas à comunidade. E este serviço público foi até condição muitas vezes de concessão de provisão eclesiástica para a sua instalação. A vinculação de terras, foros, censos e outros rendimentos à fundação e sustentação de capelas é, efectivamente, uma práctica muito generalizada às classes altas portuguesas e àquelas que aspiram a copiar-lhe os referentes e os comportamentos, como se verifica entre as classes populares e aldeãs, onde a ordenação de um padre e constituição de capela para uso doméstico é ambição muito generalizada. A reprodução social da Casa, faz-se, também por via da vinculação de patrimónios para ordenação eclesiástica. Tais encargos viriam, como é sabido, a constituir um importante ónus sobre a propriedade, a renda agrícola e as casas e os patrimónios que se tornaram muitas vezes insuportáveis para os padroeiros e administradores das capelas. Por isso, algumas delas são já abandonadas ou estão decadentes pela incapacidade ou desvio do pagamento dos encargos à sua sustentação. Os apertos económicos das casas, a queda dos legados pios aceleraria esta decadência e tornaria mais frequente a crise das capelas. Por 1758 esta realidade ainda não está largamente patente, como ao longo da segunda metade do século se tornará mais evidente e suporta algumas das medidas contra estes institutos vinculares, de Pombal.[87]

Para além das capelas dos lugares, das casas grandes e senhoriais, há ainda um volume muito elevado de capelas que tem como local especial de instalação o alto dos montes, o território baldio das paróquias e outros pólos de interface de grandes áreas de romagens e devoções. Estas são, por regra, capelas objecto de particulares devoções, romarias, votos e clamores que envolvem devotos e romeiros que extravasam o território paroquial e a elas ocorrem, por regra, romeiros vindos de terras mais longínquas, ao longo do ano, em dias festivos ou quando as circunstâncias o impõem, pelas virtudes curativas, intercessões ou outras das suas imagens milagreiras. Estes condicionalismos explicam, certamente, o elevado número de capelas existentes nas paróquias que é patente da leitura e tratamento quantitativo que permitem informações recolhidas das *Memórias*.[88]

É muito elevada a presença destes equipamentos por este território. A taxa de enquadramento paroquial de capelas e ermidas pelas suas três secções principais é a que se resume na tabela seguinte:

---

[87] José V. Capela – «Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos», *in Actas do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga,* vol. II/2, Braga, 1990, pág. 421 e ss.

[88] E também, ***As freguesias do distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património, Braga, 2010***, pp. 110-111.

Ermidas e capelas
(Taxa média de enquadramento paroquial)

Territórios	Nº de Paróquias [a]	Nº de Capelas	Capelas/Paróquia
Lisboa (cidade e concelho)	35	138	3.9
Distrito de Lisboa (s/cidade e seu concelho)	114	602	5.2
Distrito de Setúbal	56	210	3.7
Total	**205**	**950**	**4.6**

[a] Entra-se só em linha de conta com as paróquias com *Memória Paroquial*

Há uma marcada diferença no número de ermidas por este território. Em Lisboa, cidade e concelho, a taxa de enquadramento é mais baixa. Compreende-se tal facto: algumas paróquias não tem território; outras, sem embargo a grande concentração demográfica, têm uns territórios reduzidos; por outro, o papel das capelas vai exercido pelas muitas igrejas das ordens, conventos e mosteiros e outros institutos religiosos, onde o elevado número de altares, somado ao das matrizes, supera o das ermidas pelos lugares dos termos. O oratório e a capela da casa e palácio particular escapam aqui também mais facilmente a estes inquéritos públicos. Por outro lado também os danos do Terramoto pode ter inviabilizado uma contagem mais rigorosa. Alguns memorialistas não se terão referido às capelas demolidas,[89] ainda que estas, apesar de tudo, pela sua mais modesta dimensão, resistiram mais e muitas, como referimos, suportariam a acção paroquial das matrizes derrubadas. Naturalmente aqui em Lisboa e seu termo mais do que em outro espaço do território nacional, a capela exprime de modo mais extenso a densidade da instalação das casas da nobreza, fidalguia e oficialato ao serviço da Corte, cuja capela é mais vezes parte integrante da habitação nobre e fidalga, a elas adossadas ou implantadas no interior das suas quintas. Vemo-las por isso largamente representadas nestas freguesias do termo da cidade: Anjos (16), Campo Grande (13), Charneca (10), Lumiar (10), Sta. Engrácia (9), S. Sebastião da Pedreira (11), Sta. Isabel (13), Ameixoeira (8), Benfica (9).

Taxa média de enquadramento de *capelas* por paróquia*
Cidade e concelhos do distrito de Lisboa

CONCELHOS	Paróq. c/ M.P (a)	Paróq. c/ 0 Capelas (b)	1 - 3		4 - 6		7 - 10		11 - 20		>20		Capelas/ Paróquias	
			Paróq.	Cap.	Paróq.	Cap.	Paróq.	Cap.	Paróq.	Cap.	Paróq.	Cap.		
Alenquer	18	3	5	12	5	30	4	33	1	13	-	-	88	4.8
Arruda dos Vinhos	4	-	3	7	-	-	1	8	-	-	-	-	15	3.7
Azambuja	6	-	3	5	2	11	1	7	-	-	-	-	23	3.8
Cadaval	9	-	5	10	4	17	-	-	-	-	-	-	27	3.0
Cascais	5	-	-	-	2	10	2	16	1	13	-	-	39	7.8
Lisboa (cidade e concelho)	35	12	14	27	2	9	4	37	5	65	-	-	138	3.9
Lourinhã	4	1	1	1	2	8	-	-	-	-	-	-	9	2.2
Loures	13	-	9	19	-	-	2	18	1	19	1	26	82	6.3
Mafra	13	-	7	16	4	17	2	18	-	-	-	-	51	3.9
Odivelas	2	-	1	1	-	-	1	7	-	-	-	-	8	4.0
Oeiras	4	1	-	-	-	-	1	10	2	24	-	-	34	8.5
Sintra	8	-	2	4	1	4	2	22	2	25	-	-	55	6.8
Sobral Monte Agraço	3	-	-	-	1	5	1	9	1	14	-	-	28	9.3
Torres Vedras	15	-	6	14	7	37	-	-	2	28	-	-	79	5.2
Vila Franca de Xira	11	-	3	6	4	18	2	18	2	25	-	-	67	6.0

** Contabilizam-se também igrejas hospícios que servem de capelas; [a] Não se entra em linha de conta, naturalmente com paróquias com Memórias breves; (b) «0» capelas, quando não tem referências ou dizem que não tem ermida ou capela;*

[89] Como podemos verificar confrontando os dados do Inquérito eclesiástico de 1760. Para Benfica o Inquérito de 1760 conta mais 6 capelas que o memorialista de 1758, cotejando os dados, as capelas que não vão à *Memória Paroquial* são ditas pelo Memorialista «arruinadas» e decadentes. Os dados das *Memórias Paroquiais* são muito coincidentes com os do *Mapa de Portugal* de J. B. de Castro (1745-1758), com a excepção do caso mais discordante de Sta. Isabel (13 vs 22), onde o *Mapa de Portugal* se refere às capelas paroquiais (e outras) que não vão às *Memórias Paroquiais.*

Taxa média de enquadramento de *capelas* por paróquia *
Concelhos do distrito de Setúbal

CONCELHOS	Paróq. c/ M.P (a)	Paróq. c/ 0 Capelas (b)	1 - 3		4 - 6		7 - 10		11 - 20		>20		Capelas/ Paróquias	
			Paróq.	Cap.	Paróq.	Cap.	Paróq.	Cap.	Paróq.	Cap.	Paróq.	Cap.		
Alcácer do Sal	11	1	6	11	4	22	-	-	-	-	-	-	33	3
Almada	3	-	2	6	-	-	-	-	-	-	1	39	45	15.0
Alcochete	2	-	1	1	1	4	-	-	-	-	-	-	5	205
Barreiro	5	1	4	8	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1.6
Grândola	4	3	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	17	1.5
Moita	2	-	-	-	2	11	-	-	-	-	-	-	11	5.5
Montijo	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Palmela	3	-	1	1	1	5	-	-	1	11	-	-	17	5.6
Santiago do Cacém	11	5	4	6	1	4	4	7	-	-	-	-	17	1.5
Seixal	4	-	2	5	1	4	1	10	-	-	-	-	19	4.7
Sesimbra	2	-	1	2	-	-	-	-	1	12	-	-	17	7
Setúbal	7	-	1	1	4	19	1	10	-	-	-	-	30	4.2
Sines	1	-	-	-	-	1-8	-	-	-	-	-	-	8	8

** Contabilizam-se também igrejas hospícios que servem de capelas; (a) Não se entra em linha de conta, naturalmente com paróquias com Memórias breves; (b) «0» capelas, quando não tem referências ou dizem que não tem ermida ou capela;*

Grande densidade por outro lado, ganha a implantação das capelas, em geral, pelos concelhos do território do actual distrito de Lisboa. A média geral (5.2) é o mais elevado dos territórios do País, ultrapassando os valores médios mais elevados que encontramos no território nacional para as paróquias dos distritos de Viseu (4.7) e Coimbra (5.1).[90] A média geral paroquial-concelhia esconde aqui concelhos de elevada concentração: Oeiras, Cascais, Sintra, Loures, Torres Vedras, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço (só referência para três paróquias). Conjugam-se para estes territórios aquelas características que já sublinhamos, a da *paróquia grande*, a cuja acção pastoral é necessária, o apoio e serviço das capelas nos lugares, tendo em vista a estrutura do povoamento. Naturalmente também o especial desenvolvimento social, estruturado na casa nobre, fidalga e senhorial, com capelas de sino e porta pública, e certamente também aqui, a abundância de clérigos aptos ao exercício das capelanias. A natureza do patronato destas capelas, como veremos, ajuda a compreender melhor esta realidade. A situação do território do distrito de Setúbal é já distinta, com níveis de concentração demográfica e de desenvolvimento social das terras, no geral, aquém dos de Lisboa e seu distrito. Daí a taxa de enquadramento bem menor. Há, por aí, porém, ainda algumas terras de grande desenvolvimento social e senhorial e outros condicionantes semelhantes aos de Lisboa, com consequências idênticas no das taxas de enquadramento de capelas como é o caso em Seixal, Moita, Palmela, Almada.

Estas circunstâncias multiplicadoras destes equipamentos podem ser seguidas e apreendidas para a paróquia da Costa da Caparica (c. de Almada). Aí os 1.193 fogos que compõem a paróquia, distribuídos pelas mais de 46 povoações, organizados por 5 varas ou lugares – que como referimos são aqui estruturas de apoio à organização civil e também à pastoral – vão suportadas por 36 capelas e ainda por mais 4 igrejas (entre elas a matriz). Qualquer destas varas ou lugares tem a dimensão de uma média paróquia portuguesa. Entre outras razões, a extensão, a dimensão e os termos de povoamento impõem a multiplicação destas estruturas de apoio e funcionamento à paróquia.

[90] *As freguesias do distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758 … o.c.*, pág. 106.

População, povoamento e equipamentos eclesiásticos da paróquia da Costa da Caparica (*Memória Paroquial de 1758*)

Vara ou Lugar	Nº Povoações	Fogos	Igrejas	Ermidas
Fonte Santa	8	350	1 [(a)]	10
Murfacém	4	204 [(d)]	-	8
Pera Ribeira	6	86	-	4
Funxal	14	277	2 [(b)]	4
Sobreda	14	276	1 [(c)]	10

[(a)] A igreja matriz paroquial. [(b)] Igreja de Nª Srª da Piedade no convento dos religiosos da Província da Arrábida; igreja de Nª Srª da Rosa, no convento dos eremitas de S. Paulo. [(c)] Igreja de Nª Srª da Assunção do convento de Stº. Agostinho. [(d)] Além dos forasteiros e cinco companhas ou barcos de pescaria sem residência certa.

b) Capelas. Padroados/administração

A titularidade do direito de padroado e administração das ermidas reveste-se de um particular relevo na vida da paróquia e da sociedade em geral e ajuda a compreender as taxas do seu desenvolvimento e instalação nas paróquias, incluindo a natureza do devocionário.[91]

Como vimos é extenso por este território, em particular pelo distrito de Lisboa, este volume de equipamentos que ganha aqui uma particular configuração social, expressão da sociedade em que se inserem. Nestas *Memórias* vai muito extensamente identificada a titularidade do padroado destas capelas – ermidas que exprime claramente a sua grande relevância social e patrimonial. E algumas delas vão mesmo descritas na sua composição arquitectónica patrimonial e artística pela sua monumentalidade e valor. Estes registos memorialísticos se não fornecem, pois, a dimensão deste património e seu valor artístico, nos seus cerca de 1 milhar de edifícios, constituem informes de primeira ordem para uma aproximação à *sociedade* das terras e aos termos com que a capela entra na organização e serviço da comunidade.

O padroado das capelas pode ser seguido paróquia a paróquia pelo território dos actuais concelhos no Roteiro – *Padroeiros das igrejas e capelas*, onde se reúnem as demais informações de caracterização das capelas. É de um modo geral possível distinguir as capelas ou ermidas de *padroado particular* das de *padroado colectivo, paroquial/popular*. Aquele é aqui largamente maioritário. Dos 946 casos referenciados, 632, isto é, 66,8% são padroado particular, 281, 29,7% paroquial/popular; não se identifica a referência do padroado para 33 casos, que representam 3,5%. Estamos pois, em presença, de um claro predomínio de equipamentos de titularidade particular, por regra das elites locais.

Padroados das ermidas e capelas
Lisboa (cidade e concelho) e distritos de Lisboa e Setúbal

Padroado	Lisboa (cidade e concelho)		Distrito de Lisboa (s/cidade e concelho)		Distrito de Setúbal	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Particular	119	88.8	365	60.9	148	66.8
Paroquial/Popular	14	10.4	216	36.0	51	29.7
Paroquial/ Outros	1	0.7	18	3.0	14	3.5
Total	**134**		**599**		**213**	

O padroado particular, bem individualizado, pelo seu enorme desenvolvimento permite o reconhecimento dos principais segmentos da sociedade local que aqui se nos apresenta, compondo os seguintes grandes conjuntos: 1) *Da nobreza, letrados e oficiais públicos, maioritariamente seculares*, onde se distin-

[91] José V. Capela – «*Igreja, Sociedade e Estado na partilha dos bens eclesiásticos…» art. cit*», Braga, 1990, pág. 421 e ss.

guem; a) Letrados, magistrados, ofícios públicos; b) Figuras reais, donatários, câmaras e anexos a equipamentos públicos; c) Títulos, altos dignitários civis e militares, hábitos de Cristo, capelas de palácios e casas nobres; d) Capelas de quintas, casas, vínculos, comendas, morgados. 2) *De eclesiásticos e corporações* onde se distinguem: a) Corpos eclesiásticos, conventos, mosteiros, hospícios, recolhimentos, colégios, seminários; b) Hospitais, misericórdias, ordens terceiras, irmandades e confrarias; c) Eclesiásticos e dignidades, o patriarcado. No *padroado colectivo paroquial – popular*, reúnem-se as apresentações ditas, a) dos párocos, das igrejas e paróquias; b) do povo, dos fregueses e moradores; c) do lugar ou, dito, afecto ao serviço público.

Padroados das ermidas e capelas pelos diferentes territórios

Territórios	Padroados Particulares					Padroados Colectivos		Outros S/ref.		Total
	Part. s/ indiv	Títulos Mag. Ofic.	Ecl. Inst. Corpos	Total	%	Total	%	s/ref.	%	
DISTRITO DE LISBOA										
Alenquer	7	35	11	53	60.2	32	36.3	3	3.4	88
Arruda dos Vinhos	4	3	3	10	66.6	5	33.3	-	-	15
Azambuja	-	11	1	12	52.1	11	47.8	-	-	23
Cadaval	2	4	1	7	25.9	19	70.3	1	3.7	27
Cascais	1	20	6	27	62.7	15	34.8	1	2.3	43
Lourinhã	-	1	-	1	11.1	8	88.8	-	-	9
Loures	8	44	8	60	74.0	16	19.7	5	61	81
Mafra	9	11	4	24	47.0	23	45.0	4	7.8	51
Odivelas	-	6	2	8	100	-	-	-	-	8
Oeiras	2	18	4	24	70.5	9	26.4	1	2.9	34
Sintra	3	23	14	40	72.7	14	25.4	1	1.8	55
Sobral de Monte Agraço	5	8	4	17	60.7	11	39.2	-	-	28
Torres Vedras	1	28	4	33	44.5	39	52.7	2	2.7	74
Vila Franca de Xira	6	34	9	49	77.7	14	22.2	-	-	63
Total	**48**	**246**	**71**	**365**	**60.4**	**216**	**36.0**	**18**	**3.0**	**599**
DISTRITO DE SETÚBAL										
Alcácer do Sal	-	12	3	15	45.4	9	27.2	9	27.2	33
Alcochete	4	-	1	5	100	-	-	-	-	5
Almada	1	26	11	38	86.3	5	11.3	1	2.2	44
Barreiro	1	2	2	5	62.5	3	37.5	-	-	8
Grândola	-	-	-	-	-	2	100	-	-	2
Moita	1	5	2	8	72.7	3	27.2	-	-	11
Montijo	-	-	-	-	-	1	100	-	-	1
Palmela	-	14	2	16	100	-	-	-	-	16
Santiago do Cacém	-	7	2	9	56.2	5	31.2	2	12.5	16
Seixal	1	12	4	17	89.4	2	10.5	-	-	19
Setúbal	3	17	6	26	72.2	8	22.2	2	5.5	36
Sesimbra	4	1	2	7	50	7	50	-	-	14
Sines	-	-	2	2	25	6	75	-	-	8
Total	**15**	**96**	**37**	**148**	**69.4**	**51**	**23.9**	**14**	**65**	**213**
CIDADE E CONCELHO DE LISBOA										
Lisboa	12	81	26	119	88.8	14	10.4	1	0.7	134
Total	-	-	-	**63.2**	**66.8**	**281**	**29.7**	**33**	**3.4**	**946**

Em Lisboa, cidade e concelho, sobreleva de largo o padroado particular, que absorve quase 90%, com afectação também muito elevada nos territórios dos distritos (Lisboa e Setúbal). É possível seguir mais pormenorizadamente a composição deste padroado pelos seus diferentes conjuntos nestes três territórios. Em *Lisboa* (cidade e seu concelho) releva a grande distância o padroado em posse dos titulares e altos dignitários, civis e eclesiásticos, os hábitos de Cristo, as capelas adossadas a palácios e casas nobres. Seguem-se-lhe as referências a capelas da quinta, vínculos, comendas e morgados. E a mais larga distância das instituições de hospitais, misericórdias, ordens terceiras, confrarias e irmandades. Também

é o mais presente nos distritos de Lisboa e Setúbal. Mas por aqui o padroado paroquial-popular é bem expressivo (respectivamente 36.0 e 23.9%). Ele é particularmente significativo por terras de Alenquer, Cadaval, Cascais, Mafra, Lourinhã, Torres Vedras do distrito de Lisboa e por terras de Alcácer do Sal, Setúbal, Sesimbra e Sines do distrito de Setúbal. Esse padroado corre muitas vezes em paralelo com o da apresentação dos párocos e forte intervenção da paróquia no governo civil (das varas, dos julgados, das vintenas), que de algum modo é expressão da força da comunidade paroquial. E como veremos de alguns cultos e devocionários de mais forte compleição popular (Espírito Santo).

10. PARÓQUIAS. POPULAÇÃO E POVOAMENTO

10.1 – A população da cidade de Lisboa sob o Terramoto

Os informes sobre a população das paróquias urbanas em resposta aos *itens* do Inquérito (*item* 3) assumem algumas particularidades para Lisboa, em resultado do mais forte impacto do Terramoto que trouxe grande instabilidade e desorganização à vida paroquial. Exprime-se na dispersão da população por territórios por fora das paróquias, igrejas paroquiais a funcionar em locais provisórios, arquivos perdidos, inacessíveis e dispersos, suspensão do normal assento e registo dos actos religiosos, o que certamente criou dificuldades à recolha de informações e retardou as respostas. De qualquer modo, a maior parte dos párocos data as respostas às *Memórias* desse mesmo ano de 1758. Reuniram, pois, as condições para enviar os dados da população referentes ao ano anterior de 1757 e, de facto, a maior parte deles a tal correspondem.[92] Mas alguns Inquéritos foram redigidos ainda em 1759, 1760 e 1761, outros vão sem data, pelo que outros dados estatísticos podem referir-se a outros anos.[93]

Mas há ainda outra circunstância a complicar a datação dos dados demográficos lançados às *Memórias*, que podem eventualmente não ir em relação ao ano anterior à data da sua redação. É que por esses anos – imediatamente antes ao Terramoto e logo de seguida – foram lançados outros inquéritos que perguntam também sobre a população paroquial. É o caso do Inquérito de 1756, especificamente para inquirir e avaliar os danos do Terramoto. E o inquérito lançado pela patriarcal a pedido de J. B. de Castro para a composição das *Notícias* do seu *Mapa de Portugal* (1745-1758) (com pedidos de informes para as paróquias da cidade de Lisboa, de antes e depois do Terramoto, até 1757). E este corre em paralelo e socorre-se, certamente, da informação da delimitação, arruamentos, população (fogos antes do Terramoto) e "cadastração" das freguesias da cidade que constituirá o *Livro das plantas das freguesias de Lisboa (1756-1768)*[94] que se inicia em 1756, se ultimará por 1768 e suporta a divisão administrativa paroquial de 1770. E os párocos podem, como algumas vezes aconteceu, remeter estes mesmos dados, sem estar a proceder a actualizações para a resposta ao Inquérito das *Memórias de 1758* que as circunstâncias em muitos casos de todo não permitiriam. Podem, pois, vir a estas dados demográficos recolhidos nas *Memórias Paroquiais*, esses de outros inquéritos, o que significa dizer que podem referir-se e estender-se pelo período entre c. de 1745 e 1760 quando os párocos se referem à população de antes e depois do Terramoto.[95]

---

[92] É o que nos sugere a resposta da *Memória* do pároco de Campo Grande (c. Lisboa) que refere que os seus dados foram já enviados em 1757. E o que refere o pároco da Anunciada, c. de Setúbal.

[93] O pároco de Alfama, (c. Lisboa), refere a população ao «presente ano de 1759» quando redige a sua *Memória*.

[94] *Livro das plantas das freguesias de Lisboa 1756-1768*. IAN/TT; Augusto Vieira da Silva – *As freguesias de Lisboa (Estudo Histórico)*. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943, pág. 18 e ss.; Walter Rosa – «Do plano de 1755-1758 para a Baixa – Chiado» in *Monumentos*. 2004, pp. 22-43; Claúdio Monteiro – *Escrever Direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*. A.A.F.D.L., Lisboa, 2010.

[95] *Vide,* Memória de S^to. Estevão de Alfama (c. Lisboa). As notas apostas na tabela do mapa seguinte permitem nalguns casos saber a população que vai referenciada.

Mas como os informes das *Memórias Paroquiais* sobre a população de antes e depois do Terramoto são escassos, a valia desta fonte para a análise da evolução demográfica, urbana e paroquial sob o cataclismo, é débil.[96] Não é um período longo, mas vai profundamente afectado pelos efeitos certamente trágicos do Terramoto. E o pós Terramoto é, em Lisboa, um período de muita instabilidade, mobilidade e deslocação populacional e paroquial, que pode trazer grande variação aos aglomerados, e produz informações pouco concordantes, a obrigar a olhar com mais forte atenção os dados. E, teremos oportunidade de verificar a não geral concordância dos informes demográficos disponíveis para esse breve período, para muitas paróquias, que não sabemos de todo se atribuir à mortalidade efectiva, ou à enorme deslocação e mobilidade da população por esses tempos.

A fixação do número de *fogos* activos para algumas freguesias foi tarefa pois difícil de fazer com rigor, para muitas freguesias. Alguns párocos referem-se a esta instabilidade e mobilidade populacional que nalgumas paróquias afectam mais profundamente os seus efectivos, designadamente aos resultantes da deslocação dos serviços "públicos", a fazer também deslocar a classe dos seus oficiais e serventuários e as obras e os trabalhos de reconstrução urbana, a movimentar uma população variável e sazonal de operários e trabalhadores. É o que refere o pároco memorialista de Santa Engrácia ao anotar que «saíram mais os fogos dos opulentos, por ficarem distantes os tribunais».[97] E também o de S. Miguel de Alfama: «saíram os inquilinos das melhores casas; vieram morar pessoas humildes, na maior parte homens de ganhar, a trabalhar nos novos armazéns da alfândega»; por isso é difícil de fixar o seu número, «porque sendo pessoas de ganhar, não têm domicílio permanente», refere.

Se o confronto do número de *fogos* entre os diferentes registos se apresenta em muitos casos desencontrado, maior é ainda o desencontro quando se aproximam os dados referentes aos *moradores*. É que neste caso o universo das pessoas referenciadas não é sempre necessariamente o mesmo. O maior número de referências vai para o termo *pessoas*, que se associa ao de paroquianos-fregueses, obrigados à prática sacramental, o mais correntemente *pessoas de comunhão* ou de *sacramento*, isto é, maiores de sacramentos de confissão e comunhão, no grupo etário, como veremos adiante, para as pessoas de confissão entre os 7 e os 14 anos (12 para as mulheres), e para os de comunhão a partir daí. Ora os termos em referência são muito variados, o que dificulta um esforço de aproximação a valores globais; a maior dúvida decorre, com efeito de sabermos se estamos a entrar com linha de conta das pessoas (almas) acima dos 7 anos ou acima dos 12/14 anos.

Confrontamos os dados fornecidos pelo J. Baptista de Castro no seu *Mapa de Portugal* (1745-1758), com os das *Memórias Paroquiais de 1758*, para os *fogos* e para as *pessoas* (maiores de sacramento) antes e depois do Terramoto, sempre que para tal há indicação. Este confronto vai feito sistematicamente em J. B. de Castro (o que dá confiança à comparação dos seus valores, antes e depois do Terramoto), mas só algumas vezes nas *Memórias*. A observação da tabela abaixo, com os dados disponíveis, mostra, de facto, que as concordâncias absolutas são escassas,[98] ainda que em muitos casos bem aproximadas. Os párocos urbanos praticamente não recorreram às informações do *Mapa* de J. Baptista de Castro para as suas *Memórias* que andava, aliás, impresso. E também não recorreram nos poucos casos que registam os valores antes do Terramoto, a outras fontes estatísticas que andavam a ser levantadas, como as que recolhemos na tabela seguinte. Aliás os dados dos fogos do *Índice das paróquias* que recobre o 1º volume da recolha das respostas do Inquérito de 1758 do IAN/TT, também não são concordantes com os dados das Memórias inseridas nos seus 42 volumes. O que significa dizer que eles – naqueles 7 casos que se lhe referem – não os foram aí buscar. As *Memórias Paroquiais* não são, de facto, boa fonte para uma aproximação aos efeitos demográficos do Terramoto.

---

[96] Nas *Memórias Paroquiais* urbanas sete referem a população antes e depois do Terramoto. A maior parte (20), referem como é pedido no Inquérito, a população ao tempo da redacção da Memória ou do ano anterior. Há três casos que referem só a população antes do Terramoto.

[97] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal…o.c.,* (1745-1758). *Notícias.*

[98] Concordância absoluta em números, para antes e depois do Terramoto, só para os *fogos* das freguesias de S$^{ta.}$ Isabel, S$^{ta.}$ Maria Madalena, S. Tomé, ainda que haja outros casos de valores muito aproximados.

Mas para que tenhamos uma ideia de alguma evolução dos dados da população urbana da cidade por esses anos de meados do século – antes e depois do Terramoto – resolvemos compor o seguinte quadro síntese com a informação disponível. Ele compara o número de fogos registados para antes do Terramoto que constam do *Livro das Plantas das freguesias de Lisboa (1756-1768)* com o do Índice das paróquias referido e com os dados do *Mapa de Portugal* de J. B. de Castro (1745-1758) e os das *Memórias Paroquiais*. Como referimos os párocos nas respostas as *Memórias Paroquiais* não recorrem a esta informação (só o de Sta Maria Madalena e Sta Isabel, com informação absolutamente concordante com o *Mapa*). As outras fontes parecem no essencial usar a informação do *Mapa* de J. B. de Castro. De facto como a tabela seguinte mostra, no total das 27 paróquias, para 21 delas os dados dos fogos são concordantes com os do *Mapa de Portugal* que é seguramente a maior fonte de informação de todos estes numeramentos de fogos referidos antes do Terramoto. O maior número de concordâncias é entre o *Livro de Plantas* e o *Mapa de Portugal*. A enumeração e identificação dos arruamentos em ambos os registos reforçam essa proximidade. Mais difícil de saber é a origem dos dados constantes do *Índice* dos volumes das *Memórias Paroquiais*.

POPULAÇÃO DA CIDADE DE LISBOA (Fogos e Pessoas)
Antes/Depois do Terramoto

PARÓQUIA	FOGOS				PESSOAS	
	IND	L. P.	J.B.C.	M.P.	J.B.C.	M.P.
Ajuda	1059/-	680/-	600/-	-/-	-/-	-/-
Sto. André	146/-	-/-	140/+213	-/260	550/757	-/663[a]
Anjos	2146/-	2140/-	2140/+2410	-/-	-/-	-/9500
S. Bartolomeu	148/-	140/-	140/51	-/-	500/170	-/-
Sta. Catarina	1874/-	1886/-	1874/1465	-/1778	8255/8020	-/8350[b]
Chagas	Sem território					
S. Cristóvão	432/-	-/-	-/-	420/230	-/-	1276/834
N.ª Sr.ª da Conceição	850/-	856/-	850/84	900/-	3400/438	4000/-
Sta Cruz do Castelo	322/-	335/-	322/250	-/-	-/-	-/-
N.ª Sr.ª da Encarnação	2072/-	2072/-	2072/-	-/-	9523/4000	-/-
Sta. Engrácia	3201/-(1)	2330/-	1330/1210	-/1262	-/-	-/6362[c]
Sto. Estevão	1108/-	1770/-	1129/878	-/977	4325/3400	-/3724[d]
S. João da Praça	305/-	301/-	300/-	400-500/10	-/-	1600/50[e]
S. Jorge	69/-	58/-	58/-	-/72	-/-	-/376
S. José	1035/-	1100/-	1100/-	-/-	5600/-	5000/6000
Sta. Isabel	1289/-	1460/-	1460/2415	-/2415	5626/11655	-/11605[f]
S. Julião	1608/-	1630/-	1600/-	-/-	7016/1719	-/-
Sta. Justa e Rufina	1156/-	3140/-	1940/-	-/361	8000/2976	-/3441[g]
Nª Sª do Loreto	Sem território					
S. Lourenço	152/-	150/-	150/143	-/196	650/482	-/769[h]
S. Mamede	318/-	300/-	300/12	-/-	1370/60	-/207
Sta. Maria (Sé)	911/-	1008/-	846/-	-/150	4225/-	-/730
Sta. Maria Madalena	805/-	830/-	800/4	800/-	3700/434	3700[i]/-
Sta. Marinha	200/-	220/-	200/-	-/-	-/-	-/-
S. Martinho	56/-	30/-	30/30	-/50	300/-	-/210[j]
N.ª Srª dos Mártires	1531/-	1800/-	1600/-	-/7	7000/2288/1358	-/46
Mercês	840/-	850/-	840/-	-/807	-/-	-/3400[l]
S. Miguel	869/-	870/-	870/[455]	-/666	-/-	-/2300
S. Nicolau	2333/-	2325/-	2325/575	2308/-	9814/1520	9929/1534[m]
Patriarcal	85	Sem território				
S. Paulo	755/-	1080/-	1000/-	-/220	4000/-	-/1200
S. Pedro	350/-	-/-	352/150	-/-	1500/700	-/-
N.ª Sr.ª da Pena	1403/-	1330/-	1336/1432	-/-	5066/-	-/-
Sacramento	642/-	466/-	642/-	613/317	3400/1100	3128/1064
Salvador	268/-	266/-	266/[206]	-/300	1050/-	-/+800
Santiago	120/-	120/-	120/-	-/60	-/-	-/240
Santos	1807/-	1970/-	1800/-	1787/1836	8150/-	7973/[n]8403
S. Sebastião da Pedreira	604/-	1080/-	-/-	-/862	2100/-	3425[o]/-
N.ª Sr.ª do Socorro	1556/-	1600/-	1600/840	-/830	-/-	-/3330
S. Tomé	260/-	235/-	275/250	-/250	-/988	-/999[p]
S. Vicente	544/-	544/-	544/[494]	-/552	-/-	-/2485

(Dados de L.P. (Livro das Plantas 1756-1768); IND (Índice das M.P. de 1758), J.B.C. (1745-1758) e M. P. (1758-1760)
Notas: (1) 1327 fogos do priorato e 1874 do curato; (a) Pessoas grandes e pequenas; (b) Comunhão e menores; (c) Comunhão e confissão e menores; (d) Em 1759; (e) Em 1759; (f) Em 1757; (g) De sacramento; (h) De sacramento e menores; (i) De sacramento; (j) Sem contar os do Limoeiro (prisão); contando com elas passa de 700. (l) De comunhão; (m) 79.929 pessoas; 1534 de comunhão e confissão; (n) De confissão e comunhão; (o) Com 62 menores; 125 de outras freguesias; (p) Mais 20 menores;

Dificuldade, pois, em fixar valores que nos permitam atentar mais rigorosamente as situações demográficas das paróquias lisbonenses e seguir a sua evolução nesta conjuntura de catástrofe. De qualquer modo permitem fixar os quadros maiores da situação e evolução demográfica. Permitem logo destacar o conjunto das freguesias mais profundamente afectadas pelo Terramoto, algumas delas quasi desaparecidas: S. João da Praça, Madalena, Mártires, Sta. Maria, S. Nicolau, S. Julião, S. Paulo, S. Mamede, Conceição. Outras mais ou menos afectadas e que passaram quase incólumes….[99] E também as que do ponto de vista demográfico cresceram mesmo por virtude do refúgio e abarracamentos de fogos e moradores vizinhos: Ajuda, Sta. Isabel, Sto. André, Pena, Anjos, S. Vicente e S. Sebastião da Pedreira, ou pelo aumento da construção de novos edifícios, largos e espaçosos arruamentos, como é o caso da paróquia de Santos. As grandes paróquias do casco urbano, com uma população antes do Terramoto, de mais de 1.800 fogos, S. Nicolau, Sta. Justa, Sta. Catarina, ficaram reduzidos a mais pequenas paróquias. Outras, como Anjos, Sta. Isabel, cresceram alcantilando-se às maiores paróquias do pós Terramoto, atingindo quasi os 2.500 fogos. [100]

O Terramoto de 1755 desencadeará uma profunda instabilidade ao quadro paroquial herdado do passado, em particular na cidade de Lisboa mais intensamente afectado, onde algumas freguesias são totalmente devastadas e a sua população e quadros paroquiais foram obrigados a deslocar-se. Compilamos nas tabelas seguintes os informes sobre estes aspectos vindos às *Memórias Paroquiais* e às *Notícias do Mapa de Portugal* (1745-1758) de J. Baptista de Castro.

Deslocações e destinos de igrejas matrizes e sacramentos mais afectados pelo Terramoto de 1755 em Lisboa (*Notícias de J.B.C* (1745-1758) e *Memórias Paroquiais* (1758)

ORIGEM	DESTINO/OBSERVAÇÕES
Ajuda (S/MP)	*Barraca* ou *Casa de Campo* Régia – Nova Capela Real. Transferido o Santíssimo Sacramento e fonte baptismal. Todos os mais actos paroquiais continuam na igreja da Ajuda (desde o Natal de 1755) (JBC. 330-331)
Sto. André	Acomodada em *barraca*: não se tem adiantado a reedificação (MP) Imagem de Nª Sª da Vida, milagrosa e SSmo. Sacramento, logo instalados na igreja do Menino Deus, próxima. Logo o prior e beneficiados mandaram fazer «*decente acomodação de madeira*» *dentro da mesma paróquia* (JBC. 348)
Nª Sª dos Anjos	Transferência do SSmo. Sacramento para a *ermida do* Desor. Alexandre Metelo, no Campo do Curral (JBC. 359)
S. Bartolomeu (S/MP)	Pároco e fregueses «abarracaram-se» em maior número no Campo de Sta. Clara, Quinta do Alcaide – Fidalgo, Cardal e Cruz dos Quatro Caminhos. Hoje em «*barraca decente posto que pobre*», no Cardal da Graça (JBC. 377)
Santa Catarina	Arrasado o corpo da igreja, por inservível, «fez-se nele uma *igreja barracal* das maiores que tem Lisboa …» (M.P). Transferida, primeiro para a *ermida do Espírito Santo* do Recolhimento dos Cardais e também para recolha das insígnias da irmandade do SSmo. na *barraca dos Religiosos Terceiros*. Desde 23 de Novembro de 1757 transferiu-se para a *igreja paroquial*, «que se acha suficientemente edificada» (JBC. 385)
Chagas de Jesus (S/MP)	SSmo. e imagens para o *Oratório da Quinta* de Bento Gonçalves Forte, a Quinta Nova a Sete Rios. Desde 20 de Junho de 1756 foi instalada numa *ermida de madeira* e frontal, no sítio da Cotovia (JBC)
S. Cristóvão	S/deslocação (M.P) (S. Mem. em JBC)
Nª Sª da Conceição	«Para a interina *barraca do Terreiro do Paço*» com licença do Patriarca e Senado (M.P). «Estando o SSmo. fora, ocorrendo o Terramoto, conduziu-se ao Terreiro do Paço onde sacramentou mais de 400 pessoas. Abrigou-se ao anoitecer do dia na *igreja dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista*, chamada o Beato António, levando após si mais de 3.000 almas. Passados 10 dias por ordem do vigário geral foi mandado instalar a paróquia na *ermida de Sta. Rosa Lima*, às Fontainhas, onde esteve até 4 de Abril de 1756. Desde então estabeleceu-se no *Terreiro do Paço, em barraca de frontal*, que consta de 3 altares …» (JBC. 404 – 405)
Sta. Cruz do Castelo (S/MP)	«O pároco teve a providência de mandar fazer no mesmo *adro* uma *ermida* de *madeira*» (JBC. 411)
Nª Sª da Encarnação (S/MP)	Esteve sucessivamente o SSmo. e paróquia: *igreja* fronteira do *Loreto*; igreja paroquial de *Sta. Isabel* – para onde concorreram outros Santíssimos - ;para *decente barraca* que o coadjutor fez erigir dentro das chamadas Obras do Conde de Tarouca; transferência para uma *barraca* de *madeira mais cómoda* no sítio do Pombal. Véspera de Ramos de 1756 mudou-se para a *igreja do convento de S. Roque*, na capela do sítio Santo» (JBC. 429 - 430)
Sta. Engrácia	Sem deslocação (M.P/JBC)
Sto. Estevão	M.P. S/referência; «Com o temor de outra maior [ruina] passou a paróquia para a *ermida de Nª Sª do Rosário* no largo do sítio das Galés» (JBC. 435)

[99] O J. Baptista de Castro, nas *Notícias do Mapa de Portugal…o.c., (1745-1758)* enumera 41 paróquias, onde se incluem as 3 sem território (Chagas de Jesus, Nª Sra. do Loreto e Santa Igreja Patriarcal). A *Relação do Livro das Plantas (1756-1768)* que suportará à reorganização paroquial enumera 40 paróquias. Vêm a esta *Relação* as «novas» paróquias de S. Pedro, Senhor da Boa Morte, Santa Joana. A elas se devem juntar Sta. Justa e S. Salvador (esta com a igreja do Mosteiro totalmente demolida, instalara o Santíssimo na igreja do Menino Deus). Não vêm a esta divisão as igrejas/paróquias das Chagas de Jesus, Na. Sra. do Loreto e Santa Igreja Patriarcal que não tem território.

[100] À demografia de Lisboa, expressão do seu cosmopolitismo, vêm também referências em algumas *Memórias Paroquiais* à população à margem do universo e acção cristã paroquial que é significativa em algumas paróquias, sobretudo pelas comunidades mercantis estrangeiras (referências aos «hereges» na paróquia de S. Nicolau, os 25 casos de protestantes em S. Paulo).

ORIGEM	DESTINO/OBSERVAÇÕES
S. João da Praça	«De presente em uma *barraca* junto ao mar (…) Mandada fazer com licença de Sua Majestade no ano de 1756, por ordem que se enviou ao Duque Regedor» (M.P): «Determinou a Mesa com o pároco se colocasse o SS^mo. em uma *ermida* na Trav. da Verónica» (JBC. 459)
S. Jorge	«O Sacramento existe na *ermida de S^ta. Bárbara*, às Fontainhas, aonde vão os beneficiados rezar ao coro todos os dias» (M.P) «Colocada na *ermida de S^ta. Bárbara* para diante do Campo do Curral» (JBC. 461)
S. José	S/referência a deslocação (M.P) «A irmandade do SS^mo. mandou fazer uma *barraca* para onde se mudou o Sacramento. Esteve aí a paroquia até 22 de Julho de 1757. Feitas obras na igreja, e reformada por ordem do Patriarca, voltou a antiga paróquia (JBC. 465)
S^ta. Isabel	«Ao presente na *ermida de S^to. Ambrósio*, da freguesia. Tem-se principiado *igreja nova* perto da freguesia» (M.P) «Nem a igreja que ainda não está acabada, nem a em que reside a paróquia sentiram ruina alguma» (JBC. 479)
S. Julião (S/MP)	«Pároco mandou erigir no *Terreiro do Paço* uma *barraca de madeira* (…) onde esteve até 8 de Janeiro de 1758. Regressou ao antigo sítio da igreja, dentro de cujo âmbito se edificou *outra [barraca] de frontal* muito decente, que consta de 5 altares, para que concorreram o prior, beneficiados e alguns devotos com esmolas amplíssimas» (JBC. 498)
S^ta. Justa e Rufina	Acomodação feita dentro das *fortes paredes da igreja* que ardeu, situada na raiz do monte do Castelo de Lisboa (…), fora do povoado que escapou ao incêndio» «Acomodação dentro que agora se tira para correr direita uma das espaçosas ruas que cortam a cidade queimada e ainda não chegam ao que escapou do incêndio que nesta freguesia nem da Inquisição passou, nem a ela chegou, nem ao Bonete e Borratém» (M.P). Pelo acometimento do incêndio, no dia seguinte ao Terramoto, deu ordem o prior para se transportar o Sacramento (e o de S. Nicolau que aqui se recolhera) à vizinha *Praça do Rossio* … Erigiu-se um *tabernáculo* ou *barraca* … recolheram-se aí outros Sacramentos … Ao fim de 2 meses e meio, por causa das inundações de Inverno, foi para a *ermida de S. Camilo* ao Borratém. Véspera de Ramos de 1757, volta à *igreja,* onde se fez uma acomodação que custou mais de 5 mil cruzados» (JBC. 509-511)
N^a S^a do Loreto (S/MP)	Com a aproximação do fogo (dia 2 de Novembro) saída de seis sacrários, dois da igreja e quatro aí acomodados do convento e freguesia do Sacramento, para a freguesia de *Santa Isabel*, 2.000 passos distante. Acomodação na *Igreja Nova* a 5 de Junho de 1756 (JBC. 340 – 421)
S. Lourenço	«Conclusão da reedificação» (M.P) Sacramento logo foi para a *igreja do Menino Deus*. Por ordem do Visconde de V^a N^a de Cerveira se arranjou uma das *salas do Palácio*, para o Sacramento e funções religiosas» (JBC. 545)
S. Mamede	Interinamente na *paróquia de S. Cristóvão*, circunvizinha (M.P) «Se foi acolher o pároco à *igreja de S. Cristóvão* … (JBC. 550)
S^ta. Maria Maior (Basílica)	Foi para a *igreja do Menino Deus*, em S. Tomé, permitido o uso por Aviso de Sua Majestade e do Patriarca (M.P) Coro e ofícios em: *ermida da Graça ao* Cardal (um dia); *barraca* (sete dias); Proposta do Cardeal, a *igreja do Sr. Jesus da Boa Morte,* onde por repetido tremor, a 21 de Dezembro de 1755, se não instalaram; *barraca* na freguesia de S. José e 24 de Dezembro de 1755 a 16 de Julho de 1757; neste dia passaram para o *Menino Deus,* onde residem» (JBC. 574 – 75)
S^ta. Maria Madalena	Para a paroquial igreja de S. Martinho (M.P) Pároco refugia-se com o Sacramento na *igreja de S^ta. Apolónia*. Veio depois a agregar-se em uma pobre *barraca à freguesia de S. Julião, no Terreiro do Paço* (JBC. 595)
S^ta. Marinha	S/Referência (M.P) S/Referência – Pequenos danos (JBC)
S. Martinho	Igreja restaurada e de figura melhorada (M.P). S/Referência (JBC)
N^a S^a dos Mártires	Capela ou *ermida de N^a S^a da Graça* e S. Pedro Gonçalves, na *igreja de S. Paulo* (M.P). *Barraca para ermida* (com o título de N^a S^a da Conceição) na Quinta do Dr. Inácio Barbosa Machado em Rilhafoles (até vésperas do Natal); *Ermida de N^a S^a dos Mártires,* sita ao Rego, em casa de herdeiros de Jacinto Dias Braga; Depois, *ermida de S. Pedro Gonçalves* ao Corpo Santo a meados da Quaresmo de 1756 (JBC. 614 – 615)
N^a S^a das Mercês	*Ermida da Ascensão de Cristo e N^a S^a do Amparo*, sita na Calçada do Combro, anexa à paróquia (M.P). Pároco transfere o SS^mo. para a *ermida da Ascensão de Cristo*, na Calçada do Combro. Reedificada a *paroquial* regressa a 22 de Maio de 1757 (JBC).
S. Miguel	Apesar dos danos continuam-se os ofícios (M.P). Estabelecimento da paróquia em *casa fronteira* ao campo de Lã. Reparada, regressou à igreja (JBC. 631)
S. Nicolau	*Capela de N^a S^a da Pureza*, na calçada da Glória (M.P) Na *barraca do Rossio* – com a paróquia de S^ta. Justa – dois meses. Agora na *ermida de N^a S^a da Pureza*, na Calçada da Glória (JBC. 637 – 38)
Santa Igreja Patriarcal	Igreja presentemente erecta na *Cotovia*. Altares ainda não dedicados (M.P) Hoje estabelecida nas chamadas Obras do Conde de Tarouca, em o sítio de *Cotovia* (JBC. 649)
S. Paulo	*Oratório* com o título da *ermida de St' Ana, d*entro do pátio da Casa da Moeda (M.P). O SS^mo. Para a igreja de S. João Nepomuceno (um dia); No Domingo para a igreja paroquial de S^ta. Isabel. Daí de novo para o templo de S. João Nepomuceno. Em 1757 para uma igreja de madeira junto da antiga (JBC. 652)
S. Pedro (S/MP)	Instalada pelo Monarca num *armazém ao Chafariz d' El Rei* para aí erigir uma *barraca*, desde vésperas do Natal de 1755. Precisando do armazém para se continuar a planta da Nova Alfândega. Mesa do Bem Comum e Comércio – por ordem real – reinstalada na *antiga igreja*, recuperada a 19 de Março de 1757 (JBC. 658 – 659)
N^a S^a da Pena (S/M.P)	Durante o mês de Novembro na *ermida* à entrada do Colégio de S^to. Antão dos Jesuítas. Depois para a igreja do recolhimento de *N^a S^a da Encarnação* e *Carmo* no sítio de Rilhafoles (JBC. 662)
SS^mo. Sacramento	Interinamente na igreja do *convento das religiosas Trinas, freiras* de *Campolide*. A irmandade do SS^mo. numa *barraca* das costas da igreja antiga (M.P). O Sacramento na ermida de *N^a S^a da Conceição dos Catecúmenos,* erecta no Telheiro de Aguas Livres (3 meses); mosteiro das *Religiosas Trinas* no Rato. Espera em breve transferir-se para a *nova igreja do Carmo antiga* (JBC. 676)
Salvador	*Casa das Grades do Convento do Salvador* onde está estabelecida a paróquia «Se continuam missas nos *4 altares da igreja* que se conservaram» (M.P) Retirou-se o Santíssimo para a *igreja do Menino Deus*, onde esteve 2 meses. Se recolheu para a *Casa das Grades* das religiosas (JBC. 692)
Santiago	«Hoje se diz missa numa *capela (do interior)* à direita» (M.P) «Igreja que ficou intacta» (JBC. 695)

ORIGEM	DESTINO/OBSERVAÇÕES
Santos	«Dizem os mestres que se não repara com 50.000 cruzados (…) *Sempre se oficia nela*» (M.P) «Por cautela (…) se mandou o Santíssimo para uma *ermida ou barraca* nas casas de D. Rodrigo de Noronha, contigua ao convento dos padres marianos. Depois se recolheu à s*acristia da própria igreja*» (JBC. 702 – 703)
S. Sebastião da Pedreira	S/referência (M.P); «Ficou intacto no Terramoto» (JBC. 797)
Nª Sª do Socorro	S/referência (M.P); SS^mo. Sacramento levado para a *ermida de Nª Sª da Conceição*, na segunda portaria do Colégio de S^to. Antão; Aguarda conclusão de *acomodação de madeira* dentro da igreja paroquial (JBC. 725)
S. Tomé	Acha-se em parte reparada celebrando-se os ofícios divinos (M.P). Os actos paroquiais sempre se fizeram na mesma igreja (JBC. 735)
S. Vicente	S/referência (M.P); «Abarracaram-se os religiosos na *cerca do convento*» (JBC. 741)

Nota: As referências às páginas de JBC são da 2ª edição.

O que se pode dizer de essencial sobre os danos do Terramoto e incêndio, sobre os equipamentos religiosos paroquiais a que as *Memórias* se referem largamente? Desde logo o quasi universal efeito catastrófico e ruinoso sobre as igrejas paroquiais, constituídas em edifícios independentes ou integrados em grandes massas de edificação, como a Igreja patriarcal e diversos conventos, como o do Salvador e S. Vicente de Fora. Deste total de 41 paróquias, só oito não sentiram necessidade de sair, acomodando-se nos seus edifícios ou espaços adjacentes (S. Cristóvão, S^ta. Engrácia, Santa Marinha, S. Martinho, Santiago, S. Sebastião da Pedreira, S. Tomé e Cruz do Castelo). Os danos efectivos ou o pânico de derrocada e depois os incêndios previsíveis, levaram por regra, por necessidade ou precaução, os párocos a abandonar as igrejas, levando consigo o mais sagrado das igrejas, o Sacramento do Santíssimo, imagens, relíquias e insígnias das irmandades, alguns livros e documentos dos arquivos paroquiais e das confrarias e irmandades. Refere João Baptista de Castro que os fregueses se mostram então mais solícitos em proteger os bens da igreja do que os seus próprios haveres. A saída quando possível ou de algum modo programada, faz-se em séquito processional, como aliás a condução do Santíssimo obriga. O destino intempestivo e tumultuário para colocação dos haveres e primeiras orações públicas dirigiu-se para instalações próximos ao espaço paroquial, onde existissem equipamentos em condições, ou terrenos livres onde se pudessem contruir abarracamentos. Os territórios concorrenciados por mais livres e amplos, ainda que circundados de vastos depósitos de destruição, foram o Terreiro do Paço e sobretudo o Rossio, onde desembocou a multidão desvairada, destes arredores, palco e teatro mais trágico, da destruição.[101] Na instalação mais ordenada e posterior, há o envolvimento activo do soberano, magistrados públicos, do senado da câmara de Lisboa, do patriarca, por soluções mais adequadas e duradouras. Nalguns casos nota-se uma forte tensão por disputa de espaços e instalações entre paróquias, religiões e autoridades, o que obriga, inclusive, nalguns casos, a fortes deambulações para instalações mais extensas e demoradas. Estamos neste caso a referir movimentações que se situam entre 1755 a 1760, quando se redigem as últimas *Memórias Paroquiais* ou quando João Baptista de Castro recolhe elementos para as *Notícias* que inclui no *Mapa de Portugal* (neste caso só até Janeiro de 1758).

Solução muito posta em prática foi a construção de *barracas* em madeira para instalações provisórias. Cerca de metade das paróquias passou por soluções abarracadas, com construções mais ou menos "dignas", mais ou menos adequadas, como é o caso da construção de *ermidas de frontal* algumas delas com diversos altares, como foi o caso de S. Julião, com 5 altares em barraca muito decente, de Nª Sª da Conceição, com três altares e também da Patriarcal.[102] A «igreja barracal» de Santa Catarina vai dita das maiores que tem Lisboa. O local de construção é muitas vezes o adro e demais espaços adjacentes às igrejas e paróquias. No Terreiro do Paço e Rocio, mais próximo, abarracou-se a paróquia de Conceição,

[101] J. Baptista de Castro – *Mapa de Portugal … o.c., (1745-1758)* pág. 510.

[102] Vasta é a bibliografia sobre plantas da Patriarcal (de antes e para depois de Terramoto e suas sucessivas instalações: Walter Rosa "Do plano de 1755-58..., *art. cit.*,; Helena Murteira " Lisboa antes de Pombal...", *Monumentos*, 2004, pp. 50-57; Paulo Varela Gomes – "Três desenhos setecentistas para a basílica patriarcal", *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*. Vol. XXVI, 1989, pp. 663-687.

S. Julião, S^ta. Justa, S. Nicolau, Madalena. Algumas paróquias percorreram mesmo um verdadeiro calvário à busca de instalações mais pacíficas e adequadas até seu final regresso à paróquia. Tal foi o caso das paróquias de S^ta. Maria Maior, Mártires, S. Paulo, Encarnação, que tiveram de deambular entre barracas, ermidas, capelas e oratórios particulares, igrejas de mosteiros e conventos. E muitas repartindo entre si e os párocos naturais os espaços e altares, com as dificuldades inerentes ao exercício das jurisdições e repartição de paroquianos, esmolas e rendimentos e serviços paroquiais que nalguns casos as autoridades tiveram que dirimir. Pela pena dos párocos memorialistas e também de João Baptista de Castro, vai fortemente salientado este reforço da manutenção e defesa da comunidade paroquial, em tempo de crise, de deambulação e desconjunção, que os párocos se esforçam por manter coeso e até reforçar, nalguns casos impossível, dada a enorme dispersão dos paroquianos e sobretudo a todos convocando para os restauros e levantamento das igrejas. E em relação com esta determinação, de registar, também, a rapidez com que, em regra, as igrejas retomam as suas actividades em melhores ou piores condições. Das que tinham partido, ao longo do ano de 1757 já muitas vão reinstaladas: S^ta. Catarina, S. José, S^ta. Justa, Loreto, Mercês, S. Pedro, S. Miguel, S. Julião (8 de janeiro de 1758). Outras esperavam-no para breve: Sacramento, Salvador … Para algumas o concurso dos párocos, beneficiados e de esmolas avultadas é decisivo (S. Julião); noutras também a acção e envolvimento dos padroeiros. A outras acelerou o processo de reconstrução o próprio reordenamento urbanístico de Lisboa: S. Pedro, instalada rapidamente na nova igreja, para continuar a planta da Nova Alfandega da Mesa do Bem Comum e Comércio, libertando os espaços do armazém do Chafariz d'El-Rei; ou S^ta. Justa e Rufina para seguir o plano da nova urbanização e construção de rua mais espaçoso até onde chega o novo Plano. Na *Relação das paróquias que se compreendem na cidade de Lisboa (1756-1768)* registando certamente uma situação já mais avançada (próxima à organização paroquial de 1770), o panorama já é substancialmente diferente: das 40 igrejas paroquiais, 27 continuam nas suas igrejas (certamente reforçadas e reabilitadas), 7 passaram a igrejas novas (Sacramento, Milagres, S. Julião, Conceição, S. Nicolau, Sta. Justa e Socorro); S. João da Praça, aguarda a igreja que se está a fazer. E das restantes 5, 4 estão em ermidas (S. Pedro, S. Mamede, St^o André e S. Jorge). S. Bartolomeu está na igreja do convento do Beato Sto António.[103]

O Terramoto necessariamente haveria de obrigar à reorganização eclesiástica e paroquial de Lisboa como se lhe refere J. B. de Castro a propósito da paróquia de S. Mamede: «Se foi acolher o pároco à igreja de S. Cristóvão onde existe ainda exercendo a sua obrigação nas poucas ovelhas que lhe restaram, esperando aumento no rebanho, segundo a nova divisão das paróquias que medita o vigilante e piíssimo prelado».[104]

10.2 – A população pelo território dos concelhos do distrito de Lisboa

Dificuldades também para fixar os valores da população para as paróquias dos territórios. Também aqui, apesar do maior volume de informação, não é possível ultrapassar, de todo, as dificuldades de fixação concreta dos informes das *Memórias*, no que diz respeito ao conteúdo, *pessoas*. Qual de facto, a sua abrangência demográfica? A que segmento da população paroquial se refere o termo?

Este é, tal como para Lisboa, o termo mais vezes referenciado na contagem dos moradores. Tendo presente o seu significado corrente neste quadro de contagens de base eclesiástico-paroquial das populações que certamente o *item* do Inquérito recobre, ele pretende abarcar o universo das *almas* ou mais especificamente das *almas de sacramento* e logo *pessoas de sacramento*. É que, de facto, logo a seguir ao

[103] Augusto Vieira da Silva – *As freguesias de Lisboa…o.c.*, págs. 18 a 21 e pág. 73 e ss.

[104] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal (1745-1758)*. O mapa das paróquias no pós Terramoto será objecto de delimitação e cadastração entre 1756-1760, depois fixada em 1780. Ana Cristina Araújo – *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830*. Editorial Notícias, 1997, Cap. I.

termo *pessoas*, com ele mais vezes articuladas, as palavras mais utilizadas, são (pessoas) de *sacramento*, de *sacramento de confissão*, de *sacramento de comunhão*. Pensamos deste modo que a massa da população que se quer contar é, pois, a dos paroquianos-fregueses, incluídos no universo eclesial, das almas da igreja, isto é, a população já praticante dos actos sacramentais no quadro paroquial. Que é a que vai registada anualmente no *rol dos confessados* em que os párocos registam anualmente na forma das *Constituições Sinodais* a população de mais de 7 anos e que aos 14 tem acesso ao sacramento da comunhão (as mulheres a partir dos 12 anos).[105] E é a partir deles, ou neles que se organizam outros assentos designadamente o assento dos confessados e comungantes ou outros averbamentos. O movimento dos nascimentos-baptizados, casamentos e óbitos vai feito anualmente nos registos de *assento* próprios.[106] E permitem aos párocos saber da população não sacramentada, constituir anualmente extractos dos estados desta população, que sempre se conjugaram com os *róis de confessados* ou da *desobriga quaresmal*.[107] É a estes livros que os párocos recorrem para informar anualmente a população das *pessoas* que lhe é pedida com regularidade. Por este território de Lisboa disseram expressamente que deles se serviram os párocos das paróquias de Santos O Velho, da cidade de Lisboa, Castanheira do Ribatejo e S. João dos Montes, do c. de Vila Franca de Xira, o de Vermelha do Cadaval, o de Frielas do c. de Loures, entre outros. De modo que o universo mais geral subsumido na maior parte dos números pode ser o deste corpo de pessoas, dito de sacramento (os) que se delimita com as expressões de *pessoas de 7 anos para cima*, *pessoas menos os meninos*, *pessoas, exceptuando os que não são de sacramento* ou *pessoas de sacramento* vs. *pessoas de não sacramento*.

Mas nem sempre estamos seguros que se abarca, todo este universo acima dos 7 anos, ficando muitas vezes com a impressão que só vão contadas as pessoas de comunhão (que podem ser ditas de confissão e comunhão, porque é necessário aquele sacramento para acesso à comunhão, isto é, acima dos 14 anos). E que a palavra *sacramento* vai tão só associada ao sacramento da comunhão e à sua população, separando-se alguns casos as pessoas de sacramento das de menos de 14 anos (Alenquer, N.ª Sr.ª da Conceição). Neste caso esta população de comunhão é dita de *maior*, face à de *menor*, aquela acima dos 14 anos, esta a de confissão, naquele intervalo entre os 7 e 14 anos, e que pratiquem o sacramento. Vai neste sentido a delimitação de campos e contagens que distinguem e separam: *maiores de comunhão* – de *confissão somente*; *pessoas obrigadas ao preceito anual de confissão e não todos ao de comunhão*. E sobretudo, a referência mais frequente, à contagem da população, em dois campos de pessoas *de comunhão – menores*, o que fixa inequivocamente o conceito de menores à população de confissão (dos 7 aos 14 anos) como se faz ao separar *população de comunhão, menores que se confessam e não confessados*; *maiores de confissão e comunhão e menores de confissão somente e ausentes*. E *maiores, menores e inocentes* que lhe dão sentido e enquadramento claro. Esta leitura poderá correlacionar-se com o outro conjunto bem significativo de referências de idêntico sentido e universo, a saber, as contagens fixadas nos termos *maiores-menores* (e até *grandes e pequenos*, *adultos e menores*, *maior e menor idade*). Mas também, inequivocamente, há casos em que a palavra *menor* quer dizer população não sacramentada (de confissão e comunhão), etariamente aquém dos 7 anos, quando se separam claramente as pessoas de confissão e comunhão das de menores de 7 anos e inequivocamente as referências a *meninos* ou à *população que não é de sacramentos*. Há ainda casos de separação da população entre *homens* e *mulheres* ou do *1º* e *2º sexo*, o que reforça a ideia de estarmos prevalecentemente em contagem de pessoas maiores, de sacramentos.

---

[105] *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa* (…) do ano de 1648. Lisboa, 1737.

[106] A obrigação ao registo dos batismos na área da diocese de Lisboa, vai já fixada na *Constituição diocesana de Lisboa*, de 25 de Agosto de 1536, promulgada pelo Infante D. Afonso, Cardeal arcebispo de Lisboa: Carlos Prada de Oliveira – *Pastorais dos bispos de Miranda do Douro e Bragança*. Mirandensi et Brigantiensi Documenta. Bragança, 2011, pág. 245.

[107] «Rol que os párocos são obrigados a fazer nas suas freguesias, das pessoas de confissão e comunhão». *Constituições sinodais … o.c.*, Lib. 1, Tit. §, 86: «se cumprirá com a obrigação da confissão da Quaresma … fazerão rol passada a Dominga da Septuagésima de cada ano (…) até Quarta-feira de cinza, exclusive». Róis de confessados e dos revéis são obrigados os párocos a levar ao Provisor de Lisboa (…).

Os termos da contagem da população pelas paróquias e, adentro delas, dão um horizonte muito esclarecedor às formas da organização da distribuição da população e povoamento pelo território, a dimensão dos seus agregados populacionais. É uma população que por regra vai estatisticamente agregada no *quadro paroquial*, onde muitas vezes ela vai bem discriminada por aldeias, lugares ou casais, locais de produção (azenhas, lagares) – seus verdadeiros quadros de vida e sociabilidade – dando muitas vezes informação sobre a população do lugar, sede da paróquia. Mas contando algumas vezes também o conjunto da população dos quadros territoriais administrativos, vilas e seus termos, dos concelhos, dos julgados, das vintenas, onde se integram ou por onde se estendem as paróquias.

Os informes demográficos – mais seguramente pelo número dos *fogos* – permitem ter uma visão de conjunto da dimensão das comunidades paroquiais do aro urbano e território da província.

Fogos das paróquias de Lisboa e seu distrito

Dimensão das paróquias	Até 99	100-199	200-299	300-399	= > 400	T
Lisboa (distrito) %	**23**	**48**	**17**	**17**	**18**	**123**
	18.6	39.02	13.8	13.8	14.6	
Lisboa (cidade) %	**2**	**4**	**3**	**4**	**24**	**37**
	5.4	10.8	8.1	10.8	64.8	

Pelo território urbano e termo da cidade a grande maioria das paróquias (64.8%) colocam-se em níveis superiores a 500 fogos; pelas paróquias dos concelhos do distrito, 42.2% das paróquias estão acima dos 200 fogos. Mas as realidades dos concelhos são muito diferenciadas. E em alguns territórios dos actuais concelhos sobrelevam mesmo as muito grandes paróquias, com números também a ultrapassar os 500 fogos: em Cascais, S. Domingos de Rana, a matriz da vila, Nª Sª da Assunção; Mafra; Odivelas; Oeiras; em Sintra, Colares e Almargem; Sobral de Monte Agraço. E em Torres Vedras, Dois Portos.

Fogos das paróquias dos concelhos do distrito de Lisboa

Dimensão das Paróquias Concelhos	Até 99	100-199	200-299	300-399	=> 400	Paróquias maiores
Alenquer	7	8	3	[1]	-	Pereiro de Palhacana (300)
Azambuja	-	4	2	-	1	Azambuja (460)
Arruda dos Vinhos	1	2	-	1	-	Arruda dos Vinhos (318)
Cadaval	5	3	1	-	-	Lamas (282)
Cascais	1	-	1	-	3	S. Domingos de Rana (533) Cascais (Nª Sª Assunção) (516) Alcabideche (490)
Loures	1	5	2	3	2	Loures (1210) Bucelas (421)
Lourinhã	2	2	1	-	1	Lourinhã (485)
Mafra	-	8	4	2	1	Mafra (589)
Odivelas	1	-	-	1	-	Odivelas (353)
Oeiras	1	-	-	1	2	Oeiras (798) Carnaxide (453)
Sintra	-	2	2	2	4	Colares (650) Almargem (523) Lampas (473) Belas (450)
Sobral Monte Agraço	-	1	-	-	2	Sobral (600) S. Quintino (420)
Torres Vedras	1	11	1	2	1	Dois Portos (519)
Vª Franca de Xira	3	2	-	4	1	Alhandra (462)
Lisboa (cidade) (*)	2	4	3	4	24	S. Nicolau (2325) Anjos (2140) Encarnação (2072)

(*) A partir dos dados de J.B. de Castro - *Mapa de Portugal* (1745-1758) (fogos antes do Terramoto)

Do ponto de vista da dimensão demográfica podemos dizer que estamos num território de *grandes paróquias*, acentuadamente superiores no marco urbano lisbonense. Esta concentração faz aliás grande diferença face à dimensão média das paróquias do território do Norte de Portugal. Em Lisboa, a particular dimensão de algumas paróquias, exprime os elevados níveis de concentração e desenvolvimento urbano. Há como referimos, pelos dados de J. B. de Castro, para os anos anteriores ao Terramoto, etapa de estabilização e crescimento paroquial, 24 paróquias acima do meio milhar de fogos, entre os 500 e os 1000; 12 entre 1000 e 1999. E 3 acima dos dois milhares, a saber, S. Nicolau (2325), Encarnação (2072), e Anjos (2140). S. Nicolau e Encarnação viriam a ser duramente afectados pelo Terramoto; Anjos e Santa Isabel, que depois do Terramoto também alcançaram os 2,5 milhares de fogos, beneficiaram largamente deste reagrupamento paroquial.

Pelo *termo do distrito*, se nalguns casos estamos em presença de paróquias com uma população relativamente concentrada, em muitas outras paróquias a dispersão é total. Nalguns destes casos de maior dispersão, os párocos nem sequer fornecem os totais da população paroquial; enumeram-na por *lugares*, *quintas* e *casais* (e até *moinhos* e *engenhos*), a exprimir, sem dúvida, uma forte dispersão de povoamento, e certamente da vida social-comunitária. Em muitos casos, os lugares vão bem descritos e enumerados pelas *vintenas*, quadro que ganha aqui maior dimensão, e expressão, ao agrupar a população de lugares e casais próximos. Este quadro que é unidade de suporte de administração municipal, ganha aqui mais largos poderes e competências, associando-se-lhe tarefas paroquiais. Isso explica o papel que os párocos têm na eleição e instalação destas estruturas que assim se associam à administração da ordem eclesiástica paroquial. O desenho destas vintenas faz-se por outro lado sempre em redor e com o apoio de uma capela pública ou particular de porta pública. E é certamente a resposta a um povoamento muito disperso, de relativos fortes agregados populacionais que deste modo suprem as dificuldades do acesso à igreja matriz paroquial. Tais são os casos mais extensamente descritos nas freguesias de S. Pedro de Penaferrim e S. Martinho, do concelho de Sintra. Aqui a população dos seus lugares vai minuciosamente enumerada e os 261 lugares do termo da vila agrupados nas suas 22 vintenas. E também em Alcabideche, do concelho de Cascais, onde a população de 490 fogos vai contada por cerca de 26 lugares, oito azenhas e dois casais. Desses 26 lugares, 19 têm menos de 20 fogos, e destes a maior parte abaixo de 10 fogos; os maiores lugares são Alcabideche (63 fogos) e Manique (81). Em Dois Portos (c. Torres Vedras) enumera-se a população dos 24 lugares – 13, cada um com mais de 10 fogos até 63; 11 com 10 ou menos de 10 fogos – ; dos 25 casais em 12 quintas, em geral sede de 1 a 5 fogos. Também em A dos Cunhados (c. Torres Vedras) a população vai contada entre 4 lugares (maiores aglomerados entre 8 a 40 vizinhos), 6 aldeias (de 4 a 6 vizinhos) e entre estas «medeiam muitos *casais* ou *montes* e 3 *quintas*». Naturalmente em relação com este tipo de povoamento e povoações devem ser correlacionadas as dimensões e estruturas das igrejas. E sobretudo o grande número, mapa e geografia das capelas públicas, e também das particulares com portas para o público.

A dimensão e robustez desta estrutura paroquial, em muitos casos sobreleva em própria estrutura municipal, medida tão só pelos efectivos demográficos (e certamente territoriais) sobre que exerce a respectiva jurisdição. Nos casos em que foi possível fixar a população das vilas sedes dos concelhos, só em 2 casos é que a população da vila sobreleva a das suas paróquias. É o caso de Alenquer e Torres Vedras, das mais extensas e desenvolvidas vilas que para a composição da sua população "urbana" contaram com o todo ou parte de 4 paróquias. O memorialista de S. Tiago de Alenquer, tendo em conta os pergaminhos da vila, com voto em Cortes no 6º banco, cabeça de comarca que fora – agora em Torres Vedras – diz que a vila «é capaz de ser cidade e que por tal passaria em outros Reinos». Há aqui alguns aglomerados paroquiais que pela sua dimensão logo disputarão relevo e acção política. É o caso certamente de Loures e Bucelas (para o futuro c. de Loures), Oeiras e Carnaxide (para Oeiras). E a grande dinâmica ganha pelo c. de Cascais com os importantes núcleos da vila, S. Domingos de Rana, Alcabideche, estes em relação

com a articulação atlântica e lisboeta. Mafra com as obras do Mosteiro ganha também ao longo da primeira metade do século, de facto, uma enorme vitalidade. A população aí concentrada para as obras reais, induzirá, ainda que temporariamente, um grande dinamismo ao território.

10.3 - População do território dos concelhos do distrito de Setúbal

Também aqui o maior número de referências é a *pessoas*, tão simplesmente. O seu conteúdo, o mais amplo, vai explicitado noutros complementos de referenciação, que nos fixam o seu universo, de almas, acima dos 7 anos, de acesso aos sacramentos de confissão e comunhão, a saber: *pessoas*; *pessoas para além das crianças que ainda não andam no rol de confessados*; *pessoas fora os meninos pequenos que ainda não são de sacramento*. Esse universo vai referido também por: *pessoas de confissão e comunhão*; *pessoas de comunhão* (necessariamente de confissão); *pessoas de confissão* (com acesso à comunhão); *pessoas de confissão entre grandes e pequenos*; *grandes e pequenos de comunhão*. E também, *pessoas grandes e pessoas menores; pessoas grandes e pequenas; pessoas grandes*; *pessoas entrando os menores que são de confissão somente; pessoas maiores e menores* («que satisfazem o preceito»).

Algumas vezes este corpo vai contado e selecionado nos seus dois *grandes campos*: pessoas de comunhão somente; ou de confissão somente, separando-se assim o grupo dos maiores de 14 anos do de 7 a 14 anos com as seguintes referenciações: *pessoas de comunhão/pessoas de confissão; pessoas de confissão e comunhão/de confissão somente; pessoas de comunhão/pessoas menores; pessoas de sacramento/menores que não são de sacramento* (de comunhão); *pessoas maiores/pessoas menores; pessoas grandes/pessoas menores.* E ainda um tríplice campo*: pessoas maiores; pessoas menores; menores de 7 anos* (Santiago do Cacém). Estamos aqui claramente em presença da contagem das almas (de sacramentos), no universo das pessoas de mais de 7 anos. Só num caso se refere o número de menores de 7 anos para a paróquia de S. Tiago do Cacém, que nos parece claramente apoucado: 1.200 para 130 para 8, respectivamente 89.6% para os maiores de comunhão, 9.7% para os de confissão e 0.5% para os menores de 7 anos.[108] Trata-se de uma população que vai contada e referida aos róis de confessados ou *desobriga* como se refere para S^to. André da Telha (c. Barreiro), Abela, S. Tiago do Cacém, S. Domingos para o concelho de S. Tiago do Cacém e N^a S^a da Anunciada (c. de Setúbal). População referenciada expressamente ao ano de 1757 e seu rol de confissão pelo pároco de N^a S^a da Anunciada (c. Setúbal). É uma população que vai referida à paróquia que, nalguns casos, nos termos da sua enumeração, exprime por aqui também as especificidades e coordenados do seu *povoamento*, *densificação* populacional e geografia das paróquias. Aqui o conjunto das paróquias até 200 fogos, pequenas e médias paróquias à escala nacional, reparte-se com as grandes paróquias acima de 200 fogos. Mas neste grupo é muito elevada a percentagem das paróquias muito grandes, acima dos 400 fogos, que representam cerca de 30% do total.

Conjuga-se por este território a elevada concentração demográfica em núcleos fortes, com a grande dispersão. Concentração que de um modo especial se realiza nas bordaduras da margem do Tejo e seus afluentes. Afirmam-se como grande núcleo, Caparica (que pela sua enorme extinção vai arrumada em 5 lugares ou varas), Almada, Barreiro, Alcochete, Aldeia Galega, Canha. Mas também Moita (feita vila em 1681) – cujo crescimento vem de trás – em grande medida pelo concurso e atracção dos três fornos de cal (feitos já depois do Terramoto) e nas obras de Francisco Xavier Caro.[108] Com o crescimento de Aldeia Galega,[110] mas também Lavradio (com a anexação moderna do lugar da Telha e Palhais), quem mais vai

[108] João Cosme – *Fontes para a história de Alhos Vedros. Os róis de confessados (1739-1752)*. Junta de freguesia de Alhos Vedros, 1998, pág. 9, onde se refere que esta população representará 18%.

[109] Nele se compreenderá o lugar de Sarilhos Pequenos e Martim Afonso no qual agora moravam somente os homens que trabalhavam na fazenda e fábrica de 3 fornos de cal que neste lugar de Martim Afonso se fizeram depois de 1755 (Moita, c. Moita).

[110] Cujo crescimento se avolumara. De 1758 a 1830, terá duplicado a sua população (Aldeia Galega. *Memória breve*).

afectado é Alhos Vedros que vê a sua preponderância perder-se pela concorrência destas terras e vilas da sua vizinhança e pela desanexação de lugares: «Desta sorte ficou a antiga e nobre vila de Alhos Vedros tão só viúva, sem lugares e sem freguesias filiais, tão solitária, com a sua igreja matriz que já duvidam reconhecer a mãe e negam obediência à cabeça onde nasceram», refere com tristeza e desânimo o pároco memorialista (Alhos Vedros). Os dados da evolução demográfica confirmam de facto esta decadência pelo menos desde 1739, então com cerca de 130-137 fogos, tendo ainda atingido valores de c. de 147 fogos em 1750, em 1758 contam-se-lhe 122. Quebra acentuada![111]

Grandes centros demográficos também em Setúbal e pelas margens do Sado: à cabeça Setúbal, que integra a quasi totalidade da população das freguesias de S. Julião, Graça, Anunciada e parte intra-muros de S. Sebastião, Sesimbra, Alcácer do Sal, (das duas paróquias de S$^{ta.}$ M^{a} do Castelo e S. Tiago), Torrão, Palmela. E no extremo da província, beneficiando também do dinamismo marítimo e fluvial, Melides, Sines. Estamos de facto na presença de núcleos que exprimem o dinamismo das actividades e correntes económicas e mercantis e de navegação que tem nestes núcleos marítimos bons ancoradouros.

Fogos das paróquias dos concelhos do distrito de Setúbal

Dimensão das Paróquias Concelhos	Até 99	100-199	200-299	300-399	=> 400	Paróquias maiores
Alcácer do Sal	3	3	2	1	2	Torrão (570) S. Tiago de Alcácer do Sal (436)
Alcochete	1				1	Alcochete (533)
Almada				1	2	Caparica (1139) S. Tiago de Almada (645)
Barreiro	3	1			1	Barreiro (+ de 400)
Grândola	3	1			1	Melides (400)
Moita	1	1	1			
Montijo					2	Aldeia Galega (Com base em Cardoso, 500) Canha (400)
Palmela	1				2	Sta. M^{a} de Palmela (422)
						S. Pedro de Palmela (414)
Santiago do Cacém	3	5	2	1		
Seixal	1		2	1		
Sesimbra					2	N^{a} S^{a} Consolação do Castelo (450) S. Tiago de Sesimbra (431)
Setúbal	1	1	2		3	S. Sebastião (1148) N^{a} S^{a} da Anunciada (802)
						S. Julião (690)
Sines					1	Sines (480)
Total %	**17** **28.8**	**12** **20.3**	**9** **9**	**4** **15.2**	**17** **6.7**	

Pela charneca e terras de mais herdades, as populações dispersam-se por casais, montes, herdades e sesmarias (concelhos de S. Tiago do Cacém, Marateca, Alcácer do Sal, Grândola) mas também em pequenas unidades produtivas, hortas, moinhos. Por aqui estanciam-se também trabalhadores sazonais que os párocos às vezes referenciam, como é o caso dos c. de 300 homens de fora que vêm trabalhar às vinhas de Setúbal (em S. Lourenço de Azeitão c. Setúbal), os que há anos vêm para as carvoarias de S. Domingos, no c. de Santiago do Cacém. E também os que estão presentes na Costa da Caparica, especialmente no lugar de Murfacém, «forasteiros e cinco companhas ou barcos de pescaria sem residência cer1ta». Naturalmente a população piscatória, mais ambulatória, vai mais difícil de contar e fixar nos róis (Caparica, c. Almada)

[111] João Cosme – *Fontes para a história de Alhos Vedros … o.c.*, (1998).

11. SOCIEDADE PAROQUIAL. PADROEIROS, PÁROCOS E BENEFICIADOS

A paróquia é a instituição por excelência de enquadramento das populações na sociedade de Antigo Regime, como o será ainda no século XIX. Nesta organização político-social de Antigo Regime a paróquia tem tarefas essenciais a desempenhar. A mais importante, a de estruturar a ordem eclesiástica e enquadrar a acção pastoral. E funciona também como suporte à articulação da ordem civil com a eclesiástica, com o Estado e a Igreja, neste nível mais próximo às comunidades locais e territoriais. Neste quadro desempenham papel decisivo o grupo dos padroeiros e beneficiários e o clero paroquial que são quem, pelo acesso aos poderes, jurisdições e recursos do benefício e da paróquia, mobilizam o poder político, social e religioso da comunidade paroquial, para a realização daquelas tarefas. É objectivo deste capítulo, a partir da informação das *Memórias Paroquiais,* identificar estas estruturas e agentes que estão presentes à paróquia "urbana" e rural de Lisboa e do seu termo, por terras do patriarcado e diocese eborense e seguir, por elas, a distribuição e afectação de um importante volume de rendimentos produzidos e colhidos na igreja e benefício paroquial que suportam o seu papel político e social que são também as condições e suportes maiores da presença e acção da igreja na paróquia e por ela na sociedade em geral.

11.1 – As paróquias da cidade de Lisboa

a) Padroeiros das paróquias de Lisboa

Identificaremos neste ponto os padroeiros-apresentadores dos párocos das igrejas paroquiais de Lisboa. São, como veremos, figuras da maior hierarquia política e social da Corte, a começar no rei e cardeal patriarca. Mas retenhamos, desde já, a nota de que este não é, neste território da Corte, o padroado principal, isto é, aquele que proporciona maior volume de rendimentos e até «honra» pública e social, ainda que a jurisdição paroquial lhes dê em geral, particular relevo. Há de facto o padroado de igrejas de conventos e mosteiros, benefícios e capelanias assentes nas próprias igrejas paroquiais que têm maior relevo político e económico que o proporcionado pelo padroado das igrejas matrizes, para além do de titularidade de muitos vínculos e comendas de particulares e casas senhoriais, cujo cerne dos rendimentos são as igrejas e seus dízimos.

O padroado de apresentação dos párocos da cidade vai largamente dominado pelo patriarcado. São padroados muitos deles primordiais à fundação das paróquias e sé lisbonense, outros que a Coroa por concessão pontifícia foi constituindo e trespassando ao longo dos tempos aos prelados e cabidos diocesanos que agora vão apresentados pelo patriarca. Representam mais de metade do total (52.5%), constituídos em diferentes títulos de dignidades, a saber, prioratos, reitorias, vigararias, curatos. O número mais reduzido é o dos curatos, que vêm sendo promovidos a reitorias, como aconteceu com particular determinação no governo do primeiro patriarca para as paróquias dos *Anjos*, *Nª Sª da Conceição*, *Stª. Maria*, *Sacramento* e a nova igreja de *Stª. Isabel* e antes com a paróquia da *Ajuda*.[112] O patronato régio (onde incluímos aqui também por contiguidade os quatro padroados das Casas da Rainha e nove da Ordem de Cristo), vai todo constituído em oito igrejas. Limitado é o padroado das Ordens religiosas e também de donatários civis (titulares e casas fidalgas, dos Sousa Coutinho, de Pombal, herdeiro do seu tio, da casa dos Marqueses de Angeja, do Visconde de Vª Nª de Cerveira, dos Condes dos Arcos).

[112] João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal …o.c.*, (1745-1758). A promoção de curatos a vigararias e reitorias é um processo normal de elevação do estatuto dos párocos e da dignidade das paróquias que os patriarcas-padroeiros foram promovendo ao longo dos tempos. Em 1726 o arcebispo de Lacedemónia, provisor e vigário geral do patriarcado, elevará o curato de Moita a vigararia (*Memória* da Moita).

A tabela seguinte reúne o quadro das informações da repartição deste padroado pelos diferentes tipos de benefícios.

Padroeiros das igrejas paroquiais da cidade de Lisboa
(Memórias Paroquiais de 1758)

Padroeiros	Priores	Reitores	Vigários	Curas	Total	%
Padroado real, Casa da Rainha e Ordem de Cristo	8	-	-	-	**8**	20
Patriarcado	7	5	5	4	**21**	52.5
Institutos religiosos	1	1	-	4	**6**	15
Particulares. Civis	2	1	1	1	**5**	12.5
Total	**18**	**7**	**6**	**9**	**40**	

Quanto vale este padroado dos benefícios paroquiais? É resposta para a qual as *Memórias Paroquiais* dão só respostas parcelares. É o que é possível atingir a partir da participação e afectação aos curas de parte ou da totalidade nos rendimentos dízimos, dos rendimentos dos altares e das capelanias assentes na igreja paroquial, dos direitos paroquiais, das propriedades das igrejas. Mas esta é só uma parte, muitas das vezes a mais pequena parte dos rendimentos dos benefícios paroquiais que vão em maior extensão aos padroeiros e beneficiados neles apresentados. (Capelanias, comendas e benefícios simples, isto é, sem cura) (*Vide,* Roteiro – *Títulos e rendimentos dos párocos*). Mas para além da renda económica, este padroado confere em alto valor, poder politico e simbólico adentro da igreja e paróquia aos padroeiros, com as distinções e primazias, inerentes ao patronato, à cabeça o direito à apresentação dos párocos e outros beneficiados (Direito do padroado).[113]

b) Párocos. Títulos e rendimentos

Em Lisboa, cidade, os rendimentos dos benefícios paroquiais, adquirem uma especial configuração e diferenciação face aos do País, em geral. A principal diferença é a de que neste espaço, urbano, é bastante mais reduzido, nalguns casos nula, a participação da contribuição dos dízimos na constituição destes rendimentos que na maior parte dos casos constituem a sua maior porção. É, de facto, por aqui pequena ou inexistente a propriedade e renda agrícola na qual assenta, por todo o lado, o essencial da renda «decimal». E mesmo naqueles onde os dízimos estão presentes e com outros rendimentos dão corpo à renda beneficial, a participação directa neles dos párocos é, em geral, pequena. Tal exprime-se, desde logo, também na própria natureza dos títulos paroquiais, aqui presentes, onde não aparece a figura das *abadias* e dos *abades* que são os párocos que pelo território têm maior acesso a este tipo de rendimentos e neles fazem a sua principal receita. Rendimentos com origem em dízimos e propriedades, foros e prestimónios vão fixados nas *Memórias Paroquiais* às igrejas urbanas de Mártires, Santiago, S^to. André, S. Cristóvão (pároco prior, com terça inteira nos dízimos), S. Martinho (dízimos e frutos de Alverca e Barcarena), em S. Quintino e S^to. Estevão das Galés. Aqui os dízimos existentes vão diretamente à propriedade e administração dos padroeiros, como a outras instituições. Alguns párocos levam em regra o seu rendimento talhado numa quota parte destes rendimentos ou do conjunto dos rendimentos da igreja (1/4 ou 1/3), nalguns casos certos, porque lotados e assim conservados, como é a regra dos *reitorados* e *priorados*. A maior parte, *vigários* e *curas*, constituem os seus rendimentos no *pé d'altar,* sem embargo de se lhes fixar também um certo montante de renda certa de côngrua daqueles réditos decimais. De modo que o maior ou menor valor da côngrua de sustentação dos párocos da cidade depende da participação

[113] José Viriato Capela – «Padroado» *in As freguesias do distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1759. Alto Minho: Memória, História e Património*. Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2005.

naquela percentagem da renda do benefício e naturalmente da frequência dos actos religiosos e paroquiais (o pé d'altar), que em grande medida está em relação com a extensão da paróquia e frequência dos actos sacramentais e devocionais – incluindo de gente vinda de fora – das esmolas da igreja que lhe podem pertencer no todo ou em parte. Alguns párocos têm também *capelanias* ou outras receitas, como as que vão fixadas ao pároco de S. Martinho pela assistência aos presos do Limoeiro.

Pelas informações colhidas de João Baptista de Castro nas *Notícias* do *Mapa de Portugal (1745-1758)* e pelas *Memórias Paroquiais* de 1758 é possível proceder à composição das rendas dos párocos, a que nos referiremos, mais largamente, de seguida. Por regra aqui em Lisboa, regista-se-lhes um valor global dos rendimentos e côngruas, fixado em dinheiro, mais presente aliás, para estes benefícios paroquiais da cidade, do que para os dos termos diocesanos. Eles servem para uma aproximação genérica ao respectivo nível de rendimentos; mais de valor comparativo, aliás, do que de valor real. De facto poucas vezes vão explicados os termos da fixação destes montantes, designadamente se englobam o todo ou parte (côngrua por regra fixada em dinheiro) do rendimento do ofício e beneficio curado. Como também, nem sempre é fácil de deslindar e saber se estamos em presença de rendimentos líquidos ou ilíquidos, isto é, de rendimentos certos e seguros que os párocos recebem retirados já os encargos directos neles muitas vezes fixados, a saber, à Patriarcal, à Universidade de Coimbra, à visitação, aos benefícios simples, ou outros, aos encargos com coadjutores, curas, tesoureiros ou outros serventuários das igrejas, que em muitos casos têm também fixada quota ou salário nestes rendimentos. Encargos que umas vezes os padroeiros assumem, directa ou indirectamente por administradores e rendeiros, outras vezes lançam sobre os rendimentos dos párocos. A regra, em J. B. Castro, é a referência aos rendimentos certos, isto é, líquidos, ao pároco que se refere. Quando há descontos a fazer na lotação ou valor atribuído, pode ir referido. Pela uniformidade da fixação e regularidades de informação destes rendimentos que não se colhem nas *Memórias Paroquiais*, vamos usá-los para uma aproximação geral e global aos rendimentos dos párocos da cidade de Lisboa. Os dados vão reunidos na tabela que se segue. E podem ser comparados com os dados das *Memórias Paroquiais* reunidos no Roteiro – *Títulos e rendimentos dos párocos*.

Títulos e rendimentos dos párocos da cidade de Lisboa (em mil réis)

TÍTULOS	Nº	RENDIMENTO TOTAL	MÉDIA	VARIAÇÕES
Reitores	7	3500	500	350-750
Priores	19[(a)]	8490	471	200-1080
Vigários	6	3100	566	250-1000
Curas	9[(b)]	2450	350	250-600

a) *Só entra em linha de conta com 18; (b) Só entra em linha de conta com 7*
Fonte: João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal* (1745-1758).

Nestes rendimentos os valores mais elevados vão para os reitores, mas com situações muito aproximadas dos priores e até vigários. Como se regista nas *Memórias Paroquiais*, para a maior parte deles vai fixada uma lotação fixa (em regra em dinheiro); as variações decorrem de rendimentos, outros, incertos, de diversas origens, à cabeça o pé d'altar. Num plano sempre inferior seguem os curas, situação a que os arcebispos e patriarcas quiseram de algum modo atalhar, promovendo nos títulos e nas côngruas. Mas, de qualquer modo, nem reitores, priores, vigários lisbonenses atingem a média de rendimentos dos ricos abades e abadias da província, que em muitas partes para si reservam o grosso dos dízimos das paróquias. Estamos, aliás, aqui em presença de um corpo de clero paroquial muito homogéneo do ponto de vista do nível dos seus rendimentos que, como veremos, lhe dão um lugar pouco destacado, subalterno, quasi assalariado, mesmo, no universo dos eclesiásticos beneficiados da cidade.

c) Benefícios simples e capelanias

As igrejas matrizes constituem-se em suportes de múltiplos outros rendimentos, para além dos afectos ao curato e serviço paroquial. Fixaremos aqui os distribuídos por beneficiados e capelães ao serviço de coros, colegiadas, confrarias e irmandades, mercearias, constituídos muitos deles em obrigações de legados, capelas e missas a cumprir nos altares das igrejas matrizes, em esmolas, rendas das igrejas e até direitos paroquiais que a igreja em si concentra e mobiliza e naturalmente nos dízimos. Em Lisboa, em muitas igrejas, estes *fundos* ultrapassam muitas vezes os rendimentos do *benefício paroquial* e *direitos paroquiais*. Quanto representam no conjunto dos rendimentos? Difícil de responder à questão. É tão só possível por estas fontes uma apreciação genérica ao número e valores (de lotação, ou avaliação genérica) dos benefícios simples (isto é, não curados) e capelanias assentes nas igrejas. Escapará sempre a esta contabilidade o fluxo efectivo das esmolas (e até legados), de actos religiosos praticados, em especial das *missas livres* (e outros actos) que não vêm à computação fixa das capelanias de colação fixa e de côngrua e que dificilmente a tesouraria e economato das igrejas, capelas, coros e colegiadas inscritos nas paróquias registarão.

Beneficiados e *capelães* constituem um vasto corpo de eclesiásticos com rendimentos assentes nas igrejas. Normalmente sem responsabilidade de cura, vão providos nos rendimentos dos benefícios paroquiais que repartem com os párocos, coadjutores e mais serventuárias afectos à cura. Os seus rendimentos são normalmente fixos, «servindo-os», isto é, participando do coro, cantos e rezas canónicas e eventualmente outras tarefas na igreja; são em grande maioria eclesiásticos, mas podem não ter as ordens maiores; os *capelães* são eclesiásticos afectos à reza das missas de legados pios e outras obrigações «encapeladas», a quem cumpre dizer as missas assentes nas devoções e altares das igrejas. Servem os legatários e padroeiros particulares. Mas a maior parte serve os *fundos* de missas constituídas e administradas por *confrarias* e *irmandades*. As mais ricas e poderosas confrarias da cidade – do *Santíssimo Sacramento*, das *Almas*, à cabeça – recrutam um enorme corpo de capelães para a reza das missas dos legados a cumprir. E a sua relação tem naturalmente a ver com o *número dos altares das igrejas*, de que eles são também a expressão do concurso e área devocional da paróquia. Vão presentes a todas as paróquias onde constituem nalgumas delas uma autêntica multidão, como podemos contar para S. Julião (66), S. Nicolau (46), Mártires (46), Madalena (40), Conceição (39), S. José (+32), S. Paulo (31), Anjos (29), Encarnação (+27), Santos (26) (a excepção, Salvador). O quadro seguinte reúne o conjunto de informação colhida no *Mapa de Portugal* de J. B. de Castro que nos aparece mais completo e sistematizado do que a das *Memórias Paroquiais* de 1758, mas que serve para aferir da informação dos párocos memorialistas que não é tão sistemática e extensa.

No seu conjunto mobilizam o essencial dos legados pios dos testamentos com rendimentos assente nas confrarias, irmandades, rendas públicas. O valor médio das *côngruas* pagas aos capelães – possível de fixar para alguns casos – para o exercício das tarefas mais comuns, da *missa quotidiana*, Domingos e dias santos, assistência ao coro, confessos, acompanhamento do Santíssimo e «deambulatórias», rondará os 50.000 réis. Os rendimentos dos beneficiados – em muito menor número – é mais elevado, mas também variado.

São em grande número as igrejas com coros e horas canónicas, missas e devoções festivas em Lisboa, com particular relevo para as paróquias de S. Julião, Mártires, S. José, S. Paulo, Anjos, Encarnação e Santos a que capelães e benefícios simples devem concorrer e assistir. Mas naturalmente o principal é o que se faz na *Basílica real de Santa Maria* e na *Santa Igreja patriarcal*. Mas este elenco não vem às *Memórias Paroquiais* porque não são igrejas directamente afectas ao múnus paroquial. Mas atente-se no seu lugar nas respectivas igrejas, a antiga Sé metropolitana e a antiga capela real agora S^ta^. Igreja Patriarcal, designadamente para constituirmos termos de referência com curas, capelães e beneficiados da cidade, logo das paróquias dos termos diocesanos.

Benefícios e capelanias assentes nas igrejas paroquiais de Lisboa

Paróquias	Benefícios	Capelães	Total
Ajuda	-	5	5
Sto. André	5	1	6
Anjos	-	29	29
S. Bartolomeu	3	3	6
Sta. Catarina	-	20	20
Chagas	-	3	3
Conceição	-	39	39
Cruz do Castelo	5	4	9
Encarnação	-	+27	27
Sta. Engrácia	-	6	6
Sto. Estevão	8	3.5	11.5
S. João da Praça	4	15	19
S. Jorge	4	3	7
S. José	-	+ 32	32
Sta. Isabel	-	16	16
S. Julião	6	66	72
Sta. Justa	8	15	23
Loreto	-	16	16
S. Lourenço	4	19	23
S. Mamede	4	6	10
Sta. Maria	13	19	32
Madalena	5	40	45
Sta. Marinha	5	3	8
S. Martinho	3	Diversos	-
Mártires	-	46	46
Mercês	-	12	12
S. Miguel	4	14	18
S. Nicolau	10	46	56
Patriarcal	-	5	5
S. Paulo	-	31	31
S. Pedro	2	15	17
Pena	-	22	22
Sacramento	-	11	11
Salvador	-	-	-
Santiago	3	5	8
Santos	-	26	26
S. Sebastião da Pedreira	-	12	12
Socorro	-	23	23
S. Tomé	5	4	9
S. Vicente	-	6	6

Fonte: João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal (1745-1758)*

A *Basílica real de Sta. Maria* sucede à Sé e seu Cabido metropolitano. Nela se fundará um novo corpo, constituído sob o patronato régio e autoridade patriarcal (desde 1742). No total englobarão 144 elementos: do primeiro corpo de cónegos beneficiados capelães (87 elementos), um segundo corpo de músicos e moços de coro (35 elementos), um corpo de serventuários administrativos (22). À Basílica preside um Presidente, com hábito de prelado e vencimento anual de 1 conezia; cada um dos 27 cónegos recebe 800.000 réis anuais, cada um dos 20 beneficiados, 400.000 e daí para baixo. Com os 87 elementos deste corpo despende-se 36.699.000 réis. A *Basílica patriarcal*, criada em 1708, fará porém toda a diferença. É o grande e ilustre corpo magnificamente pago, com rendimentos assentes numa renda que lhe vai ser constituída por especial magnanimidade régia e que em 1747 vai avaliada em mais de 400 contos, assim constituída:

Cálculo de todo o rendimento da Patriarcal (em réis)

Renda chamada dote antigo	30.005.560
Renda das terças, dos bispados e mais benefícios	94.982.510
Rendimento das igrejas, casas e produto das Lezírias	31.474.717
Rendimento dos juros destratados comprados	250.843.880
Total	**[407.306.669]**

Fonte: *Discurso Litúrgico e Histórico da Santa Igreja Patriarcal* (A.D.B./UM - Ms. 695)

Para que se compare aos cónegos, privilegiados e capelães da Basílica de S^ta. Maria Maior e outros coros e colegiadas da cidade, párocos e beneficiados nas igrejas, anote-se que a cada um dos 24 principais da patriarcal é atribuída uma côngrua de 4.000.000 réis, aos 72 monsenhores (ministros de hábito prelatício), 1.600.000, aos 20 cónegos da basílica, 1.000.000, a 10 beneficiados, entre 700 e 250 mil réis (dos 32 beneficiados e outros tantos clérigos beneficiados). Só com estas 126 figuras *principais* gastam-se 23.620.000 réis.[114]

Atente-se em continuidade dos valores atribuídos a este clero beneficiado da Sé e do Patriarcado, nos valores das côngruas paroquiais, dos benefícios simples e capelanias assentes nas igrejas matrizes da cidade, conforme J. B. de Castro, incluindo os valores das côngruas dos párocos para que seja possível visualizar a posição relativa dos rendimentos e salários do corpo de eclesiásticos assentes nas igrejas paroquiais de Lisboa.

Despesas. Encargos fixados nas igrejas paroquiais da cidade de Lisboa (*) (em mil réis)

Paróquia	Pároco/ outros	Padroeiro/Apresentador	Côngrua Pároco	Capelas. Capelães		Benefícios		Notas
				N.º	Encargos	N.º	Encargos	
N^a S^a da Ajuda	R	Patriarcal	400	5	270	-	-	(a)
S^to. André	P e R	Prior e Beneficiados de S^to. André	400-500	1	50	5	500	(b)
Anjos	R	D. Francisco de Sousa Coutinho	750	18	-	-	-	-
				11	704	-	-	-
S. Bartolomeu	R	Reitor do Convento de S^to. Elói	600	3	-	3	270	(c)
			-	-	-	-	-	-
S^ta. Catarina	C	Confraria dos Livreiros	600 (d)	-	-	-	-	-
	Coadj.	-	160	-	-	-	-	-
	Coadj.	-	160	20	980	-	-	-
	Coadj.	-	160	-	-	-	-	(d)
	Tes^o.	-	160	-	-	-	-	-
Chagas	C	Irmandade das Chagas	- (e)	3 (e)	-	-	-	(e)
	Tes^o.	-	- (e)	-	-	-	-	-
S. Cristóvão	P	-	-	-	-	-	-	(f)
N^a S^a da Conceição	R	Patriarcal	350	39	2255	-	-	(g)
	C	-	140	-	-	-	-	-
	Tes^o.	-	(g)	-	-	-	-	-
Cruz do Castelo	P	Patriarcal	640	4	180	5	850	
Encarnação	C	Patriarcal	350	-	-	-	-	(h)
	Coadj.	-	116	[+27]	2250	-	-	-
	Coadj.	-	116	-	-	-	-	-
	Coadj.	-	116 (h)	-	-	-	-	-
	Tes^o.	-	-	-	-	-	-	-
S^ta. Engrácia	P	Patriarcal	500	6	-	-	-	-
	Coadj.	-	180	-	-	-	-	-
S^to. Estevão	P	Patriarcal	[300]	3.5	-	8	400	-
	Coadj.	-	[100]	-	-	-	-	-
S. João da Praça	P	Marquês da Angeja	400	15	800	4	400	-
S. Jorge	P	[Patriarcal]	600	3	160	4	800	-
S. José	V	Patriarcal	+ 600	[4+]	-	-	-	(i)
	Coadj.	Irmandade	-	28	1554	-	-	-
	C	-	30	-	-	-	-	-
	Tes^o.	-	± 100	-	-	-	-	-

[114] Maria Beatriz Nizza da Silva – *D. João V*…o.c., Lisboa, 2006; *Discurso litúrgico e histórico da Santa Igreja Patriarca*l (A.D.B./UM-Ms.695).

Paróquia	Pároco/ outros	Padroeiro/Apresentador	Côngrua Pároco	Capelas. Capelães		Benefícios		Notas
				N.º	Encargos	N.º	Encargos	
Sta. Isabel	R	Patriarcal	+ 600	16	800	-	-	-
	Coadj.	O Reitor de Sta. Isabel	S/Ref.	-	-	-	-	-
	Coadj.	O Reitor de Sta. Isabel	S/Ref.	-	-	-	-	-
	Coadj.	O Reitor de Sta. Isabel	S/Ref.	-	-	-	-	-
	Coadj.	O Reitor de Sta. Isabel	S/Ref.	-	-	-	-	-
	Tesº.	-	+150	-	-	-	-	-
S. Julião	P	Patriarcal	± 600	66	3402	6	900	-
	C	O Prior de S. Julião	-	-	-	-	-	-
	C	O Prior de S. Julião	-	-	-	-	-	-
	Tesº.	O Prior de S. Julião	-	-	-	-	-	-
Sta. Justa	P	Patriarcal	600	15	750	8	1600	-
Loreto	-	Provedor da Mesa	(j)	16 (l)	-	1	-	
	C	-	-	-	-	7	344	(j) (l)
S. Lourenço	P	Visc. Vª Nª Cerveira	400	[Diversos]	-	-	-	-
	-	-	-	12	630	4	400	-
S. Mamede	P	Padroado Real	250	6	288	4	120	-
Sta. Maria (Basílica) (m)	R	Patriarcal	400	19 (n)	-	13	320	(m) (n)
Madalena	P	Casa da Rainha	600	+ 40 (o)	-	5	500	(o)
Sta. Marinha	P	Ordem de Cristo	700	3	107.5	5	400	(p)
S. Martinho	P	Casa da Rainha	± 400	[Diversos]	-	3	280	
Mártires	C	Patriarcal	250	46	3130 (q)	-	-	-
	Coadj.	-	83	-	-	-	-	-
	Coadj.	-	83	-	-	-	-	-
	Coadj.	-	83	-	-	-	-	-
	Tesº.	O cura	100	-	-	-	-	(q)
Mercês	C	Sebᵃᵒ Carvalho e Melo	+ 300	12	590	-	-	-
	Coadj.	Sebᵃᵒ Carvalho e Melo	120	-	-	-	-	-
	Tesº.	Sebᵃᵒ Carvalho e Melo	70	-	-	-	-	-
S. Miguel	P	Padroado Real	300	14	710	4	300	-
S. Nicolau	P	Casa da Rainha	[1000]	32	(r)	10	500	-
	-	-	-	14	672	-	-	(r)
Patriarcal	C	Patriarcal	300	5	430 (s)	-	-	-
	Coadj.	Patriarcal	150	-	-	-	-	(s)
S. Paulo	V	Patriarcal	600 (t)	31	1710	-	-	(t)
S. Pedro	P	Casa das Rainhas	200	11 (u)	-	2	120	-
	-	-	-	4	194	-	-	(u)
Pena	C	Patriarcal	400	22	1135	-	-	-
	Tesº.	Patriarcal	150	-	-	-	-	-
SSmo. Sacramento	R	Patriarcal	400	3 (v)	-	-	-	(v)
	Tesº.	Reitor/Irm. do Santíssimo (alternativa)	120	11	630	-	-	-
Salvador	V	Condes dos Arcos	250	-	-	-	-	-
Santiago	P	Padroado Real	250	5	390	3	240	-
Santos	V	Patriarcal	1000	26	1750	-	-	-
S. Sebᵃᵒ da Pedreira	V	Patriarcal	350	12	693	-	-	-
Socorro	V	Patriarcal	600	23	1165	-	-	(x)
S. Tomé	P	Patriarcal	300 (z)	1	-	-	-	-
	-	-	-	4	300	5	400	(z)
S. Vicente	C	C. S. Vicente	250	6	270	-	-	-

R = Reitoria; P = Priorato; C = Curato; Tesº. *= Tesoureiro; V = Vigararia; Coadj. = Coadjutor*

(*) Dados colhidos em João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal* (1745 – 1758).

Notas: (a) Coro de 14 capelães, 9 músicos, 1 mestre cerimónia, 9 moços da capela, 1 tesoureiro; **(b)** Côngrua do prior, líquida da terça da Patriarcal; Mais outras capelas e merceeiras; **(c)** Capelanias, não se cumprem. Vão nos legados não cumpridos; **(d)** Só de pé d'altar; **(e)** Rendimento incerto; **(f)** Sem resposta ao Inquérito de J. B. de Castro; **(g)** Tesoureiro, a terça parte das ofertas; **(h)** Todo o rendimento procede de pé d'altar; **(i)** Leva o tesoureiro a quarta parte de todas as benesses e emolumentos; Mais 3 capelães (s/refª a côngrua) e 1 dote de 80.000 réis; **(j)** Cura com «ordenado suficiente». Servem mais a igreja que administra o provedor, 1 escrivão, 1 tesoureiro, 1 organista, 1 mestre capela, 1 músico; **(l)** 16 Capelães com obrigação de coro e missa quotidiana; **(m)** Só «considerada a igreja como paróquia» não entrando em conta o vastíssimo corpo de eclesiásticos beneficiados e serventuários da Basílica (*Vide* J. B. C., pág. 559 e ss); **(n)** 9 capelas da confraria do Santíssimo e 10 capelas da instituição de D. Afonso IV; **(o)** Obrigados a missa quotidiana nos 11 altares da igreja; **(p)** Com 3 mercearias, legados que se não cumprem; **(q)** Com 10 capelães/cantores. Encargos de 3.000 cruzados com esmolas e dotes de donzelas (1.200.000 réis); **(r)** Capelas de diversos ordenados, s/refª líquido do terço que o prior paga; **(s)** Com 3 acólitos; **(t)** Rendimento da 4ª parte do rendimento da igreja; **(u)** De diferentes côngruas (não referidas); **(v)** Consta de 1 capela e 2 deambulatórios; **(x)** 3 Merceeiros; **(z)** Tirada a terça para a Universidade.

11.2 – As paróquias dos concelhos do distrito de Lisboa

a) Padroeiros

É bastante mais variado o universo de padroados-padroeiros, titulares das 166 igrejas paroquiais neste território. Se a separação é pertinente, pode dizer-se que é mais extenso o padroado de vinculação eclesiástica (patriarcado, 21.2% e outras instituições eclesiásticas, 36.9%, representando, no total, 58.1%), comparado com o régio e das casas reais (18.7%) e padroados civis (8.4%). Significativo é o padroado que genericamente podemos considerar comunitário, de base essencialmente paroquial (14.5).

No padroado eclesiástico, o da Sé patriarcal é largamente dominante na cidade de Lisboa (18), como se referiu, com presenças no território dos concelhos de Cadaval (3) Cascais (2), Lourinhã (3), Mafra (2) e Vila Franca de Xira (2). Dos conventos têm padroado paroquial em Lisboa, o convento Salvador, Nª Sª da Luz, o mosteiro de Odivelas (também em Alenquer e Loures); Sto. Elói dos Lóios, S. Vicente de Fora (também em Arruda e Loures); de fora, o mosteiro de Alcobaça com padroado em Alenquer e Torres Vedras; o mosteiro de Vila do Conde em Azambuja e o convento da Conceição de Beja, em Sintra. Particular expressão local e regional têm algumas colegiadas, pelos seus priores e beneficiados e alguns priorados. De Lisboa, a colegiada de Santo André e prioratos de S. Martinho, Sta. Cruz, S. Lourenço e S. Nicolau. E de grande expressão os prioratos de S. Miguel de *Sintra*; Sto. Estevão e S. Pedro de Alenquer (e a irmandade do Santíssimo) por terras de *Alenquer* e Vª Franca de Xira; a colegiada de Óbidos por terras de concelhos de Cadaval e Lourinhã. E a colegiada de S. Miguel de *Torres Vedras* e prioratos de S. Pedro, Sta. Maria, S. Tiago por terras de Torres Vedras. A estes juntam-se também outras instituições afins, grandes confrarias, irmandades, colégios, hospitais, a Universidade de Coimbra.

No plano civil e político, no padroado da primeira grandeza, coloca-se o padroado régio, ou afim, das casas régias, da Casa de Bragança, da Casa do Infantado, da Casa das Rainhas. Em Lisboa, dos 7 padroados, na cidade, 4 são do padroado real, 3 da Casa das Rainhas. Pelo território o padroado real está presente nos concelhos de Azambuja (2), Lourinhã, em Oeiras, em Torres Vedras (2) em Vila Franca de Xira (2). A Casa das Rainhas com grande número de padroados em Lisboa (como se referiu), mas sobretudo no concelho de Alenquer (8 padroados). Mas também, em Sintra (2), em Torres Vedras (1) e Mafra (1). A Casa do Infantado, em Vila Franca de Xira, Loures (1), Mafra (1); a Casa de Bragança, em Loures (2). Aparecem algumas casas de titulares, de morgados e comendas. Em Lisboa, Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, a Casa dos Marqueses de Angeja (também em Alenquer), o Visconde de Vila Nova de Cerveira (também em Mafra), o Conde de Arcos, o Marquês de Alegrete (no Sobral de Monte Agraço), o Marquês de Fronteira em Torres Vedras, Morgado de Miranda, a comenda de Santos Novos em Azambuja, Jorge de Mesquita, em Loures, Casa de Dinis de Melo, em Sintra.

Particular relevo e significado ganha aqui, como referimos, o padroado de apresentação comunitário-paroquial que representa 14,5%. A este padroado cabe em princípio tão só eleger e apresentar os párocos, garantir a totalidade ou parte da côngrua, saída em grande parte dos direitos paroquiais. Porque os dízimos andam apropriados por beneficiados. Presentes por todo o território (com excepção dos concelhos de Oeiras, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras), tem a sua maior presença em Alenquer (5), Mafra (4), Loures (3), Vila Franca de Xira (3) e nos restantes concelhos, um e dois.

b) Párocos

Este universo de padroados e padroeiros institui o seu corpo de párocos que, de certo modo, adequa e configura às diferentes paróquias. E também o corpo de beneficiados que nos benefícios paroquiais e paróquias se incorporam. Os 121 benefícios paroquiais do território – contabilizados nas *Memórias Paroquiais* nos concelhos do distrito – vão na sua maioria constituídos em curatos (55.3), prioratos

(27.2) e vicariatos (11.5) e algumas, poucas, reitorias e capelanias (curadas), que dão o título aos párocos que nelas vão colados pelos Ordinários. Como vimos para a cidade de Lisboa, de modo semelhante, estes benefícios paroquiais conferem diferenciado estatuto social aos seus párocos. Tal decorre em primeira mão dos termos em que uns e outros participam do rendimento total do benefício paroquial, constituído pelos dízimos e demais rendas e direitos paroquiais. Os dízimos – os maiores – constituem de facto a fatia mais importante do benefício constituindo a chamada *renda certa*, não porque o seu produto não varia – com os preços, com as produções … – mas porque é assente numa percentagem certa, que produz um rendimento mais estável. E também de algum modo os dízimos pequenos – chamados as *miunças* – aqueles dízimos certos taxados sobre os animais e certa produção industrial e até sobre os rendimentos do trabalho.[115] Depois, o conjunto de rendimentos paroquiais que constituem o *pé d'altar* ou a *porta da igreja*, prestações devidas aos párocos e paróquias nos actos sacramentais ou devocionais, calendário litúrgico e festivo. Nestas *Memórias* vão referidas diversas prestações integradas neste corpo de rendimentos. E há também o conjunto de outros rendimentos de foros e rendas e pensões de *propriedades* da igreja e passais. Directa ou indirectamente os párocos participam destes rendimentos em percentagens variadas. Os priores (e de algum modo também reitores e vigários) participaram dos rendimentos certos mais avultados (dízimos grossos) que lhe compõem uma maior côngrua e rendimento. O título de prior corre, de direito, com a situação de participante dos rendimentos dos dízimos, por regra, numa das terças em que desde o início vão divididos estes benefícios priorais e depois muitas vezes subdivididos. Nos termos que se lhe refere a igreja-colegiada de Nª Senhora de Alenquer: «O seu pároco se intitula prior e é o único entre os cinco da vila (de Alenquer) que verdadeiramente deve ter este nome, porque só ele goza inteiramente da terça parte dos dízimos da igreja» (Nª Sª da Assunção de Alenquer). Ou então, na definição do pároco de Belas, c. Sintra: «Intitula-se prior porque percebe uma pequena parte dos dízimos». As côngruas e ordenados dos curas vão suportados sobretudo em pequenos rendimentos fixos e rendimentos incertos dos direitos paroquiais.

Por regra e também por definição os *direitos paroquiais* andam no todo ou em parte vinculados ao sustento do pároco. Eles são em muitas partes a base da constituição do rendimento dos párocos-curas, a que se lhe junta alguma receita – em dinheiro, em géneros, dos dízimos, das miunças – subvencionados pelos titulares dos dízimos, na forma de constituição da repartição das rendas do benefício ou sua fixação no acto de apresentação patronal ou colação eclesiástica. Mas por definição, também, curato significa, como se lhe refere o memorialista para a paróquia de Campo Grande, exclusão dos dízimos: «por ser curato não tem benefícios, por não ser a igreja de dízimos», isto é, andam comidos fora da igreja (Campo Grande, c. Lisboa).

Como se referiu para as paróquias urbanas, também aqui não é tarefa fácil fixar rigorosamente os termos da repartição das rendas constituídas na paróquia e no benefício paroquial e a parte que fica aos párocos. Ainda que o Inquérito pergunte directamente sobre a questão, os termos em que os párocos lhes respondem são fragmentários ou demasiado redundantes, sem se perceber ao certo os termos dos cálculos. Por vezes nem é seguro, como se referiu, saber se estamos em presença de rendimentos líquidos ou ilíquidos, entrando ou não em linha de conta com encargos nos rendimentos fixados no pároco-cura, a coadjutores, a benefícios, a outros serviços … Não deixamos, contudo, de esboçar uma análise comparativa, a partir daqueles dados, em numerário, que dizem abranger o todo do rendimento dos párocos, e que nos parecem concordantes e congruentes entre si. É, porém, uma amostra pequena, para 64 casos, que representam cerca de 52% do total dos benefícios paroquiais dos concelhos do distrito de Lisboa (com exclusão da cidade e concelho de Lisboa). Os dados vão sintetizados na tabela seguinte:

[115] Anote-se a regularização do pagamento da côngrua ao pároco de Sto. Antão do Tojal (c. de Loures) que fora promovido de vigário a prior pelo Patriarca: «Recebe (…) a metade dos dízimos a que chama meunças, ficando desta sorte a divisão dos dízimos da mesma sorte que em as mais igrejas paroquiais, entre prior e seus beneficiados. Da mesma sorte é a distribuição das ofertas e folar pela Pasqua…».

Rendimentos das côngruas-ordenados dos párocos (em mil réis)
(*Memórias Paroquiais* de 1758)

Dignidades	Casos	Variações	Média
Priores	29	121 – 1000	415
Vigários	8	40 – 300	176
Curas	27	40 – 240	111

É por este quadro claro que os valores apresentados pelos párocos memorialistas são bastante mais baixos comparados com os fornecidos por J. B. de Castro para as paróquias urbanas. Há sempre a tendência a diminuir os réditos e nestes valores não vão contabilizados certamente outros rendimentos, que não vêm, como referimos, ao rendimento certo (salário/côngrua) em dinheiro.

É aqui mais claro o estatuto mais elevado dos priores, o trânsito intermédio dos vigários, mais próximos dos curas, na base. No que diz respeito a este corpo do clero, afecto ao múnus paroquial, comparativamente ao País, a situação não parece muito diferenciada. Mas neste quadro, o que é de realçar, é o bem mais elevado volume de rendimento decimal que é sugado das paróquias e benefícios paroquiais. Não há aqui o papel das abadias que, de algum modo, como acontece pelo território nacional, contribui para fixar nas terras e nas paróquias parte substancial deste rendimento. A extracção da renda eclesial das paróquias e comunidades é por aqui, em muitos casos, extrema. Se tal realidade explica o elevado peso dos curas e curatos, concorre e certamente dá corpo também à dimensão e importância que aqui têm e assumem os curatos do padroado comunitário, em que os fregueses constituem a paróquia, a eleição e sustentação do pároco, à margem dos réditos decimais que andam extorquidos na totalidade das paróquias.

Atentemos pois mais desenvolvidamente na fixação da composição dos rendimentos deste clero paroquial, não beneficiado, isto é, em geral sem participação do rendimento do dízimo. Os termos com que corre a designação nas *Memórias Paroquiais* do rendimento dos párocos em geral e dos curas em especial, devem ser lidos em contexto e conjugando um número significativo de referências. Eles agrupam dois campos: os que exprimem *rendimentos certos* e os *incertos* do pé d'altar. Os rendimentos certos vão enumerados de diferentes modos, de *renda, rendimento, côngrua, rendimento e partido certo, pensão e salário*… Uns são mais abrangentes que outros e recobrem diferentes situações. Mas podem ser usados com o mesmo significado. A mais abrangente é por regra a palavra *côngrua* que pode ser usada no sentido mais amplo, significando toda a renda que o pároco aufere de certos e incertos e pensões mas também, como uma das suas parcelas, inclusive a *pensão*, uma verba pequena em dinheiro, que muitas vezes se limita a contributo para hóstias, para vinho, quando a fábrica da igreja é de responsabilidade ou de fabricano particular ou do beneficiário, para o «trabalho da administração dos sacramentos» e certamente as missas dominicais, a que algumas vezes é limitado o múnus do cura (Granja de Alpriate, c. Vª Franca de Xira). O sentido mais abrangente é aquele certamente em que a renda vai avaliada em dinheiro e nos é dado pretensamente o valor total. Foi a ele que recorremos para compor o quadro anterior. Outros *termos* referem mais especificamente as diferentes componentes: rendimento ou renda ou frutos certos ou partido certo ou até *economias* de pão e vinho; a *pensão* em dinheiro (muitas vezes esta é o significado mais estrito de côngrua), a que se pode associar também a palavra *salário*. O corpo dos rendimentos ditos *incertos*, corre mais vezes sob a designação de *pé d'altar* ou *porta de altar* ou da *igreja* que designa o vasto conjunto de direitos paroquiais que o pároco pode e em princípio recebe em toda a extensão, que muitas vezes vão diferenciados nos seus diferentes elementos. Os rendimentos de *foros* e *passais* atribuídos ao pároco podem ir contabilizados à parte, ou referenciados na composição da renda certa, tal como os próprios *dízimos das miunças*. Os dízimos quando entram na composição da renda destes párocos fazem parte da composição da renda certa.

Quanto representa cada um destes segmentos, na composição da renda do pároco-cura? As situações são variáveis porque nem todos têm acesso aos mesmos rendimentos e a dimensão da paróquia e movimento dos actos sacramentais são muito variáveis, por isso incertos. Como é diferente o património das igrejas em propriedades, foros, passais, mas também as esmolas a imagens milagrosas e relíquias da igreja e sua expressão e concorrência devocional, festiva e votiva. Esboçamos essa aproximação para os párocos-curas porque é neste corpo que mais vai referenciada a composição das suas rendas e discriminada a participação das diferentes parcelas. No conjunto dos *rendimentos certos, stricto sensu*, expressos em géneros, pagam-se regularmente prestações de trigo e vinho. E em alguns casos também cevada, esta com regularidade pelas paróquias dos concelhos da Lourinhã, Cadaval, e circunstancialmente Sobral de Monte Agraço, Mafra, Loures. O azeite aparece com maior frequência por terras do concelho de Alenquer e, episodicamente, em Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Loures. Os montantes a pagar são de grande uniformidade parecendo equilibrar-se em um moio de trigo e um tonel de vinho (duas pipas), quando é significativa a produção de vinho. Quando não é o caso, diminui (uma pipa ou almudes entre trinta e cem almudes) ou desaparece a prestação do vinho; nesses casos o contributo do trigo cresce para dois moios (com variações entre trinta alqueires e cento e vinte alqueires). O contributo da cevada situa-se, a maior parte das vezes, nos 30/40 alqueires, ou meio moio. O azeite paga-se aos cântaros entre um e quatro cântaros.

De onde vêm estes géneros? Isto é, quem os paga? Aqui a distinção é, no essencial, clara: nos curatos de padroados particulares são estes ou pelos seus administradores tirados do fundo do celeiro dos dízimos. Nos padroados populares são os fregueses, cujo pagamento se faz por repartição ou por quotas conforme as culturas, estatutos e as actividades: distinções entre fogos casados e solteiros e viúvos (Cadafais, c. Alenquer); entre lavradores de pão e fazendeiros de vinhas e demais povo (Odivelas, c. Odivelas); entre oficiais (mecânicos), trabalhadores, lavradores e moleiros (S. Domingos de Rana, c. Cascais). Num caso refere-se que os sobrantes da repartição revertem para a fábrica. Casos há em que o contributo para esta renda ou sua melhora vem dos dízimos (seus beneficiários) e fregueses (Moledo e Reguengo Grande, c. Lourinhã). Mas há também padroados populares de outros benefícios que não curatos. Aí o pagamento da *renda certa* vai, por regra, aos dízimos e padroado (Espeçandeira, Meco, S. Miguel e Turcifal, Almargem do Bispo, c. Alenquer) e representa cerca de metade da média dos rendimentos dos curatos que acima fixamos. Só excepcionalmente é que estes rendimentos no todo ou em parte vão desanexados do pároco-cura. Quando muito podem ir repartidos por coadjutores e curas-coadjutores; nestes casos nos priorados, reitorias e até vigararias. As *pensões* em dinheiro têm valores que variam entre 2.000 e os 31.000. São «côngruas» sempre pagas pelos padroeiros particulares; não vão presentes aos populares. O outro conjunto mais importante de rendimento é o dos incertos. O *pé d'altar* vai nalguns casos avaliado em cerca de 24/25.000, 35.000, 60.000 réis. (*Vide,* Roteiro – *Títulos e rendimentos dos párocos).*

11.3 – As paróquias dos concelhos do distrito de Setúbal

a) Padroeiros

Estamos aqui, a Sul do Tejo, em terras onde a Ordem e Cavalaria de Santiago de Espada constitui o seu mais largo e extenso padroado de que são donatários os Reis de Portugal, como grão-mestres. O memorialista de S. Sebastião, da vila de Setúbal, separando o que é d'El-Rei do que é da Coroa, no que diz respeito à jurisdição da vila, que se aplica aos padroados das igrejas nela sediadas refere: «Esta vila não é da Coroa, mas sim de donatário que é El-Rei, nosso senhor, como grão-mestre, governador e perpétuo administrador que é do mestrado e cavalaria da Ordem de Santiago». Os reis, grão-mestres, apresentam 47 dos 60 benefícios curados paroquiais, que se acrescentara ultimamente, como é sabido, com a integração dos padroados das comendas da Ordem de Santiago do Ducado de Aveiro, extinto, na região. Dos restantes, doze são de padroado paroquial e um é capelania do Duque de Lafões.

b) Os párocos

Na base dos padroados acima, o maior número dos benefícios irá constituído em priorados e capelanias, da Ordem Militar de Santiago; por outra parte, o padroado popular assentará sobretudo nos curatos.

Que níveis de rendimento para este clero curado? Para poucos casos temos referências à avaliação global da renda dos párocos. Eles dão valores que situam os priores num nível médio de 250.000 réis e os curas (nestes casos de padroado popular) 175.000 réis. São valores que, comparados com os do termo do distrito de Lisboa, colocam os priores num nível inferior e, em contrapartida, colocam os curas num plano mais elevado. Isto é, parece haver maior homogeneidade de níveis remuneratórios, entre ambas as classes de párocos que decorre da maior proximidade de estatutos jurídicos, designadamente nos termos da vinculação ao múnus paroquial e de afectação e realização de rendas, direitos e emolumentos. É possível seguir aqui também a composição e natureza dos *rendimentos "certos"*, porque no que diz respeito aos *incertos*, do *pé d'altar*, as referências são aqui ainda mais lacunares. Também se distingue claramente o que compõe o rendimento certo – dito também *renda anual*, *rendimento grosso*, *ordinário*, de *próprio* ou de *ordenado* – integrado pelas prestações em géneros e uma «pensão» fixa, – face aos incertos de *benesses* e *pé d'altar* que só uma ou outra vez vão quantificados (Azinheira de Barros, c. Grândola). Tudo pode ir referenciado à *côngrua* dos párocos. A renda em géneros vai fixada na maior parte do território em prestações de *trigo* e *cevada*. Esta raras vezes nos concelhos mais setentrionais, de Alcochete, Barreiro, Moita e Seixal, tornando-se regular de Palmela para Sul. *Vinho* raríssimas vezes, só para alguns concelhos desta banda setentrional: Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo. Prestações de *centeio* só duas vezes (para Alcácer e Grândola). As contribuições exprimem bem a geografia histórica e ainda a moderna da cultura: a dominância da presença do trigo; a cevada para as terras de «cavalaria», o vinho em zonas vinhateiras. A cevada, quando não está presente às prestações paroquiais, vai reivindicada pela necessidade de suportar cavalgadura que o pároco tem de ter e usar para as suas deslocações da leva dos sacramentos aos paroquianos (c. Alcácer do Sal, Abela, Rocho, c. S. Tiago do Cacém) e que em muitas *Memórias* vai dito «para a cavalgadura» (S. Tiago do Cacém).

Os níveis do rendimento em «géneros» separam aqui também, claramente, os diferentes títulos paroquiais, a saber, os priores face aos curas e capelães com curas. Fixemos os valores médios de referência para os produtos mais importantes, quasi só o trigo e a cevada. No que diz respeito às "côngruas" de trigo, contribuição central, os priores recebem, uniformemente, prestações de 150, 180, 240 e 300 alqueires, isto é, 1,5 a 5 moios. A maior parte recebe 180 a 300 alqueires, a média das referências coloca-os nos 231 alqueires. Os capelães curados recebem entre 90 a 180, 1,5 e 3 moios; a média é de 152 alqueires. Os valores dos curas, mais escassos, situam-se neste patamar. Não deve haver grandes diferenças no que diz respeito aos curatos e capelanias de padroado paroquial face aos da Ordem de Cristo, de que apresentamos os valores de referência. No que diz respeito à *cevada*, idêntico desnível: os priores recebem "côngruas" entre 90 e 180 alqueires – 1,5 e 3 moios –, colocando-se as medianas nos 120 e 150 e a média geral nos 126 alqueires e nos capelães entre 60 e 120, isto é, 1-2 moios, colocando-se a maior parte das côngruas nos 90 e 120 alqueires e a média nos 102 alqueires. É bem distinto, pois, o nível de ingressos entre os priores e os curas e capelães, se bem que não vá do simples ao dobro. Os rendimentos certos mais elevados são, pois, os que são pagos e recebidos nos dois géneros conjuntamente, nos seus valores mais elevados, de 5 moios de trigo, 3 moios de cevada. «Tenuíssima» renda vai dita pelo pároco de Cadaval, pela sua côngrua de 1 ½ moio com 1 tonel de vinho (Cadaval, c. Cadaval). Que se tornava ainda mais diminuta em certas circunstâncias: numas porque os paroquianos se recusavam a pagar «como se fora favor o que é divida», refere o pároco de S. Tiago de Almada (c. de Almada). Noutras porque os comenda-

dores não cumpriam as suas obrigações, como largamente se lamenta o pároco-capelão de S. Domingos do Cacém, a propósito das obras que se não fazem na igreja, derrubada pelo Terramoto (S. Domingos de Santiago do Cacém). Noutros casos porque sendo os moradores tão pobres por «humanidade» «os párocos a deixam de receber» (Caparica, c. Almada; Palhais, c. Barreiro). A estes rendimentos em géneros vai sempre agregada uma prestação «côngrua» em dinheiro, também associada à constituição da *renda,* do *próprio*, do *ordenado*. Num caso vai agregada mais uma pequena verba, para o «ensino da doutrina». É um valor também diferente para os priores e curas e capelães. Para os priores são por regra 20.000 réis acrescentado em alguns do suplemento de doutrina; para os capelães e curas, 10.000 réis. Estas *porções côngruas* são pagas para as paróquias da Ordem de Cristo pelos titulares dos bens dízimos, as comendas e seus comendadores, à cabeça a Mesa Mestral da Ordem; andando devolutos à Coroa e sua Fazenda, pelos almoxarifes das terras; pelos comendadores particulares. No caso do padroado paroquial, pelos fregueses, por diferentes modos, em regra «por distribuição que se faz cada ano pelos eleitos» (Sadão, c. Grândola); por quantitativos certos entre os que fabricam pão e/ou vinho, conforme o estado de casados, solteiros, viúvos (S. Simão de Azeitão, c. Setúbal). O rendimento incerto, das benesses, ofertas do pé d'altar, também pela sua natureza «contingente, por não se saber o que rendem» (Marateca, c. Palmela), vai poucas vezes referenciado. São estes direitos em princípio dos párocos-cura, mas nem sempre o recebem por inteiro (Aldeia Galega, c. Montijo; Santiago e Nª Sª da Consolação, c. Sesimbra).

11.4 – O impacto do Terramoto de 1755 nas rendas das igrejas de Lisboa

Os párocos referem-se também largamente aos impactos do Terramoto nos rendimentos das igrejas ofícios e benefícios e seus próprios rendimentos – côngruas, que são um bom indicador dos seus efeitos na paróquia, porque são muito correlacionados com a população e a sua vila paroquial e sacramental. Tal tem a ver com a resposta directa ao *item* do Inquérito que manda informar sobre a matéria, mas agora, de modo particular, os párocos abordam esta questão, porque para além de referirem as suas circunstâncias, relatam também as das igrejas a que precisam de acorrer para as reconstruções e reabilitações com a maior brevidade.

Também aqui, no que diz respeito ao estado das rendas dos párocos, e sua relação com os efeitos do Terramoto nas igrejas e vida paroquial, se podem ir buscar informações mais sistemáticas ao *Mapa de Portugal* (1745-1758) de J. Baptista de Castro para confrontar com as *Memórias Paroquiais de 1758*. E fazemos essa aproximação porque nos parece que são similares os termos de fixação de valores das côngruas em grande medida obtidos em idênticos informes e/ou valores fornecidos pelos párocos. Para os 31 casos que foi possível fixar essa evolução em cerca de 18 casos os valores mostram-se mais ou menos aproximados e concordantes, com ligeira tendência para um pequeno desnível, mas firmando certa estabilidade; um número semelhante assinala quebras, nalguns casos acentuadas. Nos casos em que esses valores se dizem acentuadamente diminuídos, que se comprova, é dito que é, por efeito do Terramoto, casos de S. João da Praça, Stª. Maria Maior, Madalena, Mártires, S. Nicolau, S. Paulo, Sacramento, que são de facto, as freguesias que se situam no seu epicentro, de mais acentuadas quebras demográficas. Mas há mesmo um caso em que o valor de côngrua fixado em 1758-1760 nos aparece claramente superior ao de 1755 que é o de S. Sebastião da Pedreira. A razão parece colher-se no facto de a paróquia de S. Sebastião não ter sido especialmente afectada pelo Terramoto e aí se recolherem muitos paroquianos da freguesia de S. Nicolau, vizinha, esta particularmente afectada, mas também da freguesia dos Mártires. Aliás, na contagem da população da Pedreira refere o pároco que no número das 3.425 pessoas então aí contadas, destas pertencem a outras freguesias 105 (*Vide, Memória Paroquial*). Esta migração da população

no território inter-urbano melhorou naturalmente as receitas nas paróquias de acolhimento. E com eles também disputam a repartição dos ingressos de direitos e esmolas realizados nas igrejas, nalguns casos bem melhorados por efeito de um certo recrudescimento da piedade, e caridade e actos religiosos nas igrejas e dos pedidos a maior participação dos fiéis e fregueses no socorro às necessidades da construção e reconstrução das igrejas.

Rendimentos dos párocos da cidade de Lisboa (em réis)
(Antes e depois do Terramoto)

Paróquia	Antes	Depois	Notas das *Memórias Paroquiais*
Anjos	750.000	750.000	
Sto. André	400-500.000	100.000	
Sta. Catarina	600.000	600.000	
Nª Sª da Conceição	350.000	400.000	A que nunca chegou
Sta. Engrácia	500.000	600.000	
Sto. Estevão	300.000	400.000	
S. João da Praça	400.000	91.200	Até ao Terramoto teve sempre 50 moedas. Hoje não rende 19;
S. Jorge	600.000	600.000	
S. José	+600.000	500.000	
Sta. Justa	600.000	480.000	100 moedas. Hoje menos, porque os fregueses deram mais;
S. Lourenço	400.000	250.000	
S. Mamede	250.000	130.000	
Sta. Mª Maior	400.000	120-130.000	De renda presente por ficar destruída pelo Terramoto;
Madalena	600.000	300.000	Ao presente. Antes chegava aos 500.000 réis;
Sta. Marinha	700.000	600.000	
S. Martinho	±400.000	400-500.000	
Mártires	250.000	100.000	Hoje. Antes chegava a 500.000;
Mercês	300.000	400.000	
S. Miguel	300.000	[300.000]	
S. Nicolau	1.000.000	300.000	De renda no tempo presente;
Patriarcal	300.000	300.000	
S. Paulo	600.000	350.000	
Sacramento	400.000	100.000	Antes do Terramoto rendia 600.000;
Santiago	250.000	200.000	
Santos	1.000.000	800-900.000	Rende menos por causa da extinção de alguns foros e diminuição de mais de metade da freguesia;
S. Sebastião da Pedreira	350.000	500.000	
Socorro	600.000	+500.000	Por causa do Terramoto rende muito menos do da dotação romana.
S. Tomé	300.000	300.000	
S. Vicente	250.000	200.000	

Fonte: João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal* (1745-1758)

TERRITÓRIO RELIGIOSO. DEVOÇÕES PAROQUIAIS FESTIVAS, VOTIVAS E ROMEIRAS



◀ Santuário de Nossa Senhora do Cabo de Espichel, Sesimbra, *in História Religiosa de Portugal*, vol. 2, pág. 354.

12. SUPORTES INSTITUCIONAIS DO DEVOCIONÁRIO PAROQUIAL

Fixaremos o essencial do devocionário paroquial – como aliás se vem fazendo nos demais Estudos da edição das *Memórias Paroquiais* – a partir da referenciação feita pelos párocos memorialistas dos oragos, padroeiros das paróquias, da dedicação dos altares das igrejas matrizes, das ermidas, capelas e das irmandades e confrarias. Estas instituições são, como vamos realçando, suportes das referências maiores que em si congregam o devocionário mais institucionalizado e normalizado, mas também o mais invocado dentro das paróquias nas suas principais datas e eventos festivos. Com esta informação constitui-se uma alargada base de dados que, por agregações sucessivas, permitirá a fixação deste universo devocional e sua geografia pelo território nacional, de mais forte envolvência popular paroquial. Esta é, porém, uma pequena parcela do muito que é possível recolher noutros suportes, pelo universo da imaginária, mas também da pintura e escultura, azulejaria, destas e de outras instituições religiosas (e não só), que agora se vai confinando face à "explosão" que significou ao longo dos Tempos Modernos, o concurso do livro impresso e da gravura.[1]

12.1. Devoções e invocações nas igrejas, ermidas e irmandades

a) Oragos e patronos das igrejas matrizes

O orago da igreja matriz é o principal referencial da identidade da terra, porque ele presidiu à fundação da comunidade paroquial histórica e conduz a sua vida terrena e eclesial como seu protector e intercessor. O estudo destes oragos é, por isso, essencial ao conhecimento das origens da terra, porque a colocação da igreja sob o respectivo culto reenvia para épocas da sua instituição ou dominância histórica. Por outro lado, ele é também factor de identificação de muitas terras que, correndo com o mesmo topónimo, precisam de se referenciar ao orago para mais fácil distinção. O estudo do património devocional e também votivo das terras deve, pois, iniciar-se pelo dos seus oragos principais. As *Memórias Paroquiais* identificam sempre o orago da paróquia ou igreja matriz, tal como as corografias também o fazem, sem excepção. Em geral é grande a concordância destas referências, porque, de facto, é muito estável o orago maior paroquial, ao longo dos tempos. A emergência ou força tomada por alguns cultos ou devoções pode provocar algumas alterações nos oragos das matrizes; mas a introdução destes novos cultos faz-se, em regra, pelo adjunção ou colocação nos altares das igrejas, eventualmente a construção de capelas ou igrejas a eles dedicados, de nichos, irmandades, confrarias ou oratórios particulares. Por outro lado, na azulejaria das primeiras coberturas das igrejas é onde mais conservado se mantém o referencial do devocionário e imagética mais antiga das igrejas e capelas, mas também por onde se realizam as inovações.

[1] Para esta abordagem, os principais dados vão destacados nos Roteiros – *Capelas e padroeiros dos territórios (...); Dedicações e devoções nos altares das igrejas matrizes paroquiais; (...); Irmandades/confrarias dos territórios (...).*

Fixemos, pois, como ponto de partida, estas principais devoções ou cultos das igrejas dos distritos de Lisboa e Setúbal fixadas nas *Memórias de 1758*, sem tomar em linha de conta a diocese em que se inserem, ainda que este enquadramento possa ser relevante pelas referências que a dedicação e invocações da Sé, igreja maior, têm para as suas igrejas e cultos diocesanos. De facto é a partir do património eclesial e das Constituições diocesanas que, desde logo e em primeiro lugar, devemos procurar as primeiras e principais devoções e festividades do calendário litúrgico anual, como devoção geral, dia de guarda e festivo, que a partir daí se fixarão e alargarão ao culto e devocionário paroquial.[2]

A tabela seguinte reúne o universo dos títulos dos oragos das igrejas pelos grandes conjuntos devocionais deste território para um total de 235 igrejas paroquiais da cidade de Lisboa e seus arrabaldes[3] e dos territórios dos actuais distritos de Lisboa e Setúbal. Por ela é possível em relance de conjunto atentar na frequência da aplicação das dedicações. Para mostrar a supremacia das igrejas dedicadas aos santos (48%), logo seguido das marianas (36.5%), das santas (8%) e outras dedicações (7.2%).[4] Este é um quadro que se conforma, aliás, com o padrão de distribuição das dedicações das paróquias para o território nacional, designadamente o nortenho,[5] confirmando também para Lisboa, a grande uniformidade nacional na distribuição e constituição dos grandes cultos.

Intitulações e frequência de dedicações
(oragos das igrejas matrizes)

Conjuntos/ Número de Intitulações	LISBOA		SETÚBAL	
	Número de Intitulações	Frequência	Número de Intitulações	Frequência
Santas	11	13	3	6
Nª Senhora e Sta. Maria	29	62	12	24
Santos	34	88	16	25
Outros	6	12	3	5

O patronato dos santos representa a maior fatia, onde por sobre uma dezena de invocações mais frequentes – à cabeça S. Pedro (17) e S. João (11), – em diferentes intitulações tal como S. Miguel (6), S. Bartolomeu (5) e S. Tiago (4), S. Lourenço (4), S. Vicente (4), S. Domingos (4), Sto. André (4) há uma grande variedade de dedicações de terra para terra, a constituir um vastíssimo "panteão".[6] Nas invocações à Virgem, sob diversas intitulações relevam os das grandes devoções de N.ª Sr.ª da Assunção (15), da Conceição (11), da Purificação (9), da Encarnação (4) e Sta. Maria (5), numa singularidade ainda muito extensa.[7] A Nossa Senhora da Assunção é a patrona das duas grandes "igrejas" da cidade, as paróquias das duas igrejas catedrais da cidade, a da Lisboa Ocidental e a da Lisboa Oriental.[8] É relativamente reduzido o número de invocações às santas. Só relevam Sta. Margarida (4), Sta. Maria Madalena (3) e Sta. Catarina (3).[9] Como também o são as invocações à Paixão, ao SSmo. e Nomes de Jesus, ao Espírito Santo.

---

[2] *Inventário colectivo dos registos paroquiais: Vol. 1; Centro e Sul*. Secretaria de Estado da Cultura, 1993. Este *Inventário* permite seguir, no essencial, a dedicação e evolução dos oragos das igrejas por todo este território.

[3] Para a fixação dos oragos respeitantes às paróquias da cidade e do concelho de Lisboa e seus arrabaldes utilizamos aqui as referências fixadas por J. B. de Castro no *Mapa de Portugal …o.c.*, (1745-1758), porque faltam algumas *Memórias Paroquiais* da cidade.

[4] Há casos de igrejas que têm mais que um orago, v.g, a paroquial da patriarcal, Nª Sra. da Assunção e Salvador do Mundo; S. Quintino (em Sobral de Monte Agraço), Nª Sª da Piedade do Monte Agraço e São Quintino. Para a maior abrangência deste devocionário, contam-se todos os títulos das dedicações colectivas.

[5] Vide, *Memórias Paroquiais* já publicadas para os distritos a Norte de Lisboa.

[6] A saber, entre três e duas, S. Julião, S. Cristóvão, Sto. Estevão, S. Mamede, S. Martinho, S. Tomé e S. Silvestre. E dezassete títulos de uma invocação.

[7] Com três dedicações, Nª Sª da Graça e Nª Sª do Monte (e Monte Sião); com duas, Nª Sª da Luz, Expectação e Consolação. E vinte títulos de uma invocação.

[8] Fr. Agostinho de Santa Maria – *Santuário mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora* (…). Lisboa, 1707, fixa o lugar da dedicação à Virgem em Lisboa: dos 46 conventos de religiosos, 25 são dedicados a Nossa Senhora; dos 36 de religiosas e recolhimento são 19 e das 43 paróquias, 13 vão-lhe dedicadas.

[9] Com uma só referência: Sant'Ana, Engrácia, Isabel, Justa e Rufina, Marinha, Marta, Quitéria, Susana.

A análise interna à composição destes conjuntos revelará porém, algumas singularidades que se reforçarão pela observação de um mais vasto corpo de dados, alargado às devoções nos altares das igrejas, nas capelas ou ermidas e nas irmandades ou confrarias. Por ela é possível seguir a sua composição histórica, desde as origens da paróquia ao grande Terramoto de 1755, factor e tempo de muitas mudanças. É possível atentar também como estes conjuntos se mostram mais estáveis nos grandes oragos e estatuária dos altares principais das igrejas matrizes. E de um modo ainda mais conservador nos grandes painéis de azulejaria, apesar de muita renovação por Lisboa e em geral por este território ao ritmo ou em relação com as reconstruções e novas construções pós-Terramoto. Mas este é suporte a que os memorialistas não dedicam grande desenvolvimento, apesar do seu grande desenvolvimento em Lisboa e por todo este território, dada a riqueza das instituições.

b) Devoções nos altares das igrejas matrizes, ermidas e irmandades

Nesta recolha de dados para aproximação estatística aos principais corpos da devoção na terra, na igreja matriz, contabilizamos também o patrono da igreja (já objecto de tratamento), cuja devoção no conjunto pode ir sobrevalorizada porque em algumas *Memórias* e sempre nas *Memórias breves* só se fixou esta devoção. Tal como vimos registando para outros territórios, também aqui a inventariação das devoções nas igrejas nos parece muito circunscrita porque, na maior parte dos casos, os párocos memorialistas limitam-se a indicar a devoção e dedicação principal dos altares. Só algumas vezes se completa esta informação com as outras imagens e devoções que ladeiam a devoção principal. Sempre que referidas, contam-se também as dedicações em suportes de quadros, pinturas e relíquias e as devoções das igrejas das misericórdias e, naturalmente, as das capelas inscritas ou adossadas ao corpo da igreja matriz. As informações e contagens das devoções/imagens pelos altares são muito variáveis. Para as 30 paróquias da cidade para que é possível fixar essa relação só para 9 igrejas é que se registaram entre 3 a 5 imagens/devoções por altar. Nas 29 restantes, é de 1 a 3. Com a excepção, pois, de algumas paróquias, o registo pouco foi além da identificação da dedicação principal do altar. Quão distante, pois, se fica do universo das devoções suportadas em imagens, pinturas e azulejos das igrejas!

Reúnem-se aqui para esta abordagem, para além das dedicações dos altares das igrejas, as das ermidas e capelas e as das irmandades e confrarias, na sua maior parte, como vimos dizendo, referenciadas ao suporte da imagem e estatuária. Este último devocionário vai aliás assente naqueles equipamentos, de que é muitas vezes o agente mais activo. No caso das capelas – a não ser nas de maior grandeza e riqueza – e sempre nas confrarias, aí também só se identifica o patrono ou a devoção única, ou principal. Com todo este universo é possível ter uma visão de conjunto mais alargado, deste que podemos considerar o devocionário maior da cidade e território de Lisboa e Setúbal, nestes quadros de suporte institucional de maior relevo paroquial, ainda que, como é sabido, de intensidade e organização religiosa e devocional diferenciada.

O conjunto mais importante de devoções das paróquias vai instalado no seu templo maior, a igreja matriz. No seu altar-maior devem colocar-se as devoções impostas nas C*onstituições*, a saber, o Crucifixo, a Virgem, o Príncipe dos Apóstolos, o patrono da igreja; no sacrário, o Sacramento; e pelos demais altares e capelas da igreja e até nichos estendem-se as demais devoções, as maiores a presidir. Algumas vezes estas devoções vão enquadradas por irmandades, confrarias ou mordomias ou são de propriedade de patronato "particular", que tratam e zelam os altares e realizam os encargos, as devoções e as festas.

Neste universo, apesar de tudo superior a mais de 3000 referências, é largamente maioritário o conjunto das dedicações aos Santos e a Nossa Senhora/Virgem Maria, que ambas representam cerca de 68% do total. Esta é provavelmente uma percentagem que parecerá demasiado elevada, tendo em conta o sub-registo das referências que afecta por regra as dedicações também maiores ao Santíssimo Sacramento, às Almas, às devoções da Paixão e a múltiplas devoções a Deus e a Cristo, que sempre estão presentes nas

igrejas, mas que pela sua composição e suportes (também na pintura, no azulejo, nos grupos escultóricos) vão menos elencados. De qualquer modo, e certamente por isso, as percentagens da sua repartição são concordantes com o que conhecemos para as demais províncias do País, pelas estatísticas já publicadas.

Intitulações e frequência das dedicações
(Igrejas, ermidas, irmandades)

Conjuntos de intitulações	Lisboa (Cidade)	Lisboa (Distrito)	Setúbal (Distrito)	Total	%
Santos	285	571	256	**1112**	35.4
Nª Senhora/Virgem Maria	228	548	248	**1024**	32.6
Santas	76	97	39	**212**	6.7
Nomes de Cristo	32	75	29	**136**	4.3
Paixão	33	51	33	**117**	3.7
SSmo. Sacramento	55	109	55	**219**	6.9
Almas	54	91	77	**222**	7.0
Outras	23	60	14	**97**	3.0
Total	**786**	**1602**	**751**	**3139**	

Com 55 intitulações e 1112 dedicações o maior do universo deste devocionário é o dos *santos* com 35% do total. À cabeça vai Sto. António que representa neste conjunto 16%, seguido de S. Sebastião, S. Pedro e S. João (Baptista e Evangelista), respectivamente com 13.3, 8.9 e 8.9. Este conjunto, só ele, representa cerca de metade de todos os santos (47%). Os três primeiros são também os mais representados pelas províncias nortenhas, substituindo-se aqui na primazia Santo António a S. Sebastião que nas outras províncias releva.

Santos. Intitulações e dedicações
(Maiores frequências)

INTITULAÇÕES	FREQUÊNCIA DE DEDICAÇÕES		
	LISBOA	Restante Território	TOTAL
Santo António	49	130	**179**
S. Sebastião	25	123	**148**
S. Pedro	11	89	**100**
S. João (Baptista e Evangelista)	21	79	**100**
S. Miguel (Anjo e Arcanjo)	26	49	**75**
S. José	19	31	**50**
S. Francisco (e S. Francisco Xavier)	10	23	**33**
S. Brás	7	25	**32**
Sto. Amaro	4	23	**27**
Sto. André	6	15	**21**
S. Lourenço	4	16	**20**
S. Marcos	2	13	**15**
S. Bento	4	10	**14**
Sto. Antão	1	13	**14**
S. Luís	2	11	**13**
S. Gonçalo	7	5	**12**
S. Vicente	4	7	**11**
S. Tiago	2	9	**11**
S. Roque	1	10	**11**
S. Domingos	-	10	**10**
S. Bartolomeu	-	10	**10**
Para todo o território			
Diversos (8 Int. x 2)	-	-	**16**
Diversos (7 Int. x 2)	-	-	**14**
Diversos (6 Int. x 3)	-	-	**18**
Diversos (5 Int. x 10)	-	-	**50**
Diversos (4 Int. x 6)	-	-	**24**
Diversos (3 Int. x 9)	-	-	**27**
Diversos (2 Int. x 14)	-	-	**28**
Diversos (1 Int. x 29)	-	-	**29**

Estamos aqui, de facto, no coração do culto antoniano, de onde irradiará aliás para o resto do País e Norte de Portugal.[10] A sua presença ainda é mais forte na cidade de Lisboa, onde pelas múltiplas marcas e presenças do santo a cidade lhe erigiu o Museu Antoniano.[11]

Logo de imediato vem o conjunto das devoções à *Virgem Nossa Senhora* que, com 67 intitulações e 1024 dedicações, representa 32.6% do total. Neste universo, a cabeça das dedicações cabe a Nª Sª do Rosário e a Nª Sª da Conceição que representam, respectivamente, 20.2% e 13.5% do total. Neste quadro a concordância é total com a distribuição das províncias nortenhas. Vai aqui diminuída a percentagem das referências a Nª Sª da Assumpção (2.7%) que é a terceira invocação mais representada nas outras paragens. Mas, se associarmos a designação genérica de Nª Senhora e Santa Maria – que aqui representa 6.1% e que na maior parte dos casos se refere a Nª Sª da Assumpção –, a sua presença é mais consentânea com o quadro geral.

Nossa Senhora e Virgem Santa Maria. Intitulações e dedicações
(Maiores frequências)

INTITULAÇÕES	FREQUÊNCIA DE DEDICAÇÕES		
	LISBOA	Restante território	TOTAL
Rosário	19	190	209
Conceição	41	99	140
Nossa Senhora /Santa Maria	23	41	64
Piedade	18	42	60
Graça	4	26	30
Carmo	5	26	31
Assunção	9	19	28
Purificação	4	21	25
Saúde	7	17	24
Remédios	4	20	24
Candeias	3	16	19
Encarnação	6	12	18
Esperança	4	13	17
Soledade	9	6	15
Prazeres	2	13	15
Bom Sucesso	1	12	13
Penha de França	1	12	13
Luz	1	12	13
Anjos	2	10	12
Ajuda	3	8	11
Nazaré	3	8	11
Boa Viagem	3	7	10
Para todo o território			
Diversos (9 Int. x 3)	-	-	27
Diversos (8 Int. x 1)	-	-	8
Diversos (7 Int. x 2)	-	-	14
Diversos (6 Int. x 6)	-	-	36
Diversos (5 Int. x 5)	-	-	25
Diversos (4 Int. x 7)	-	-	28
Diversos (3 Int. x 8)	-	-	24
Diversos (2 Int. x 18)	-	-	36
Diversos (1 Int. x 33)	-	-	33

O devocionário às *santas* é aqui também pequeno, conjunto que representa 6.7% da frequência das dedicações. Também aqui a dedicação a Sta. Catarina é a maior, seguida de Sant'Ana e Sta. Luzia, em conformidade, também com o que se verifica para o País.

[10] *As freguesias do distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias. História e património*. Braga, 2013, pág. 121. A. de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*. Portucalense Editora, Porto, 1943, pág. 247, já tinha cartografado esta primazia da difusão do culto a Santo António «por meio dos nomes dos lugares», vindo o distrito de Lisboa, à frente de todos, seguindo-se os distritos de Portalegre e Évora. Bragança, nesta perspectiva, «é o menos permeável ao culto antoniano».

[11] *Lisboa de Santo António*. Texto de António Fialho de Brito e revisão científica de Augusto Aires do Nascimento. ICEP/IPM, 1996, pág. 30.

Santas - Intitulações e dedicações
(Maiores frequências)

INTITULAÇÕES	FREQUÊNCIA DE DEDICAÇÕES		
	LISBOA	Restante território	TOTAL
Catarina	22	27	49
Ana	11	32	43
Luzia	11	14	25
Bárbara	6	9	15
Maria Madalena	1	9	10
Marta	2	8	10
Para todo o território			
Diversos (8 Int. x 1)	-	-	8
Diversos (6 Int. x 1)	-	-	6
Diversos (4 Int. x 2)	-	-	8
Diversos (3 Int. x 2)	-	-	6
Diversos (2 Int. x 12)	-	-	24
Diversos (1 Int. x 9)	-	-	9

Dos demais conjuntos devocionais relevam as frequências ao *Santíssimo e às Almas*. São devoções que, conforme dissemos, nos parecem sub-representadas. Dado o forte incremento do culto do *Santíssimo Sacramento* (designadamente no século XVIII e a partir da Corte com D. João V e a sua devoção ao Corpo de Deus), bem com o desenvolvimento social das paróquias da cidade e seu território, é natural que, para além da Corte, a maior parte das igrejas seja já detentora do sacrário, e que por estes tempos se tenham colmatado as últimas lacunas. No que diz respeito às *Almas*, os termos da sua representação iconográfica em pinturas, painéis, composições à margem dos altares, não levarão à sua referenciação mais completa. Aliás, a representação das Almas extravasa o corpo das igrejas para se estender por muitos outros espaços, nichos e alminhas. Extenso é o número de verbalizações das devoções dedicadas à *Paixão de Cristo*, a partir dos núcleos de Cristo/Cristo Crucificado e Senhor Morto, Passos da Via Sacra, Calvário e Santa Cruz. Do mesmo modo também as invocações dos *Nomes de Cristo* e *Jesus* (Menino Jesus, Menino Deus, Nome de Deus, Senhor Jesus, Senhor, entre outros). No campo *Outros*, agrupa-se um reduzido número de invocações, onde estão presentes grupos de representações e dedicações – Anjos, Reis Magos, Sagrada Família, Santos Fiéis de Deus, passagens da vida de Cristo e dos Apóstolos, e onde sobreleva a invocação do Espírito Santo.

12.2. Irmandades e acção paroquial

É adentro das irmandades e confrarias que a prática devocional e religiosa das populações locais ganha mais intensa e profunda configuração política, sócio-cultural e até sociológica. A devoção e práticas religiosas adentro destas associações colectivas de devotos e fiéis será fortemente estimulada pela Igreja e incorporada pela sociedade. E nos Tempos Modernos, pós-Trento, alguns cultos estratégicos à acção reformista (ou contra-reformista) ganharão expressão maior nas irmandades e confrarias. Elas serão em grande medida o contraponto às prácticas mais individualistas da devoção moderna, espaços por excelência para a actuação dos crentes, apoiantes empenhados na divulgação da fé e intensificação das práticas religiosas. Agora, nos Tempos Modernos, as confrarias vão dirigir-se sobretudo à assistência à alma e promoção do culto religioso, deixando aos hospitais, em processo mais acelerado de especialização, o tratamento dos doentes e enfermos.[12]

[12] *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, história e património*. Braga, 2011, pág. 105.

a) As confrarias de irmandade

Como temos vindo a referir, em conformidade com o teor do *item* do Inquérito, os párocos são induzidos a concentrar a sua resposta na referenciação das irmandades com sub-referenciação das confrarias, ainda que, em muitos casos, os termos corram com igual significância nas respostas. Aqui, também, muitos párocos, reservam o termo irmandade para aquelas instituições confraternais em que os irmãos estão submetidos a um compromisso, com a obrigação de certos deveres e tarefas, com privilégios e regalias, o que se não verificará naquelas confrarias em geral, que relevam da devoção que se faz por associação devocional, livre e sem compromisso, nem constituição de irmandade formal ou estatutária.

Esta realidade parece particularmente vincada para as respostas dos párocos na cidade de Lisboa e pelos seus territórios que respondem mais à letra do Inquérito e confinam a sua informação às irmandades. Mas também certamente por aqui a realidade social, institucional mais desenvolvida e complexa, dá mais corpo à organização e figurino estatutário e compromissário à associação. Múltiplos testemunhos confirmam que, de facto, os párocos memorialistas se fixaram sobretudo na referência às confrarias que tomam a feição de irmandades, na sua forma mais desenvolvida com estatutos e/ou compromissos aprovados, ou com registo de assento de irmãos, com livros de contas de receita e despesa, de registos diversos, de obrigações de legados, com capelães e outros oficiais e serventuários. Irmandades que nas paróquias matrizes têm particulares tarefas de cultos e cumprimento de legados de múltiplas capelas e para tal, serviços de capelães, também para a comunidade. Os párocos memorialistas de 1758 são aliás mais rigorosos na referenciação a estas instituições, comparado com os dados registados pelo Padre João Baptista de Castro no *Mapa de Portugal (1745-1758)*.[13]

Irmandades e confrarias nas *Memórias Paroquiais de 1758*
(Repartição de intitulação)

Lisboa - concelhos	IRMANDADES	CONFRARIAS	TOTAL
Alenquer	17	15	**32**
Arruda dos Vinhos	7	-	**7**
Azambuja	6	12	**18**
Cadaval	19	9	**28**
Cascais	15	-	**15**
Lisboa	180	-	**180**
Loures	35	18	**53**
Lourinhã	2	-	**2**
Mafra	14	37	**51**
Odivelas	6	1	**7**
Oeiras	14	-	**14**
Sintra	7	18	**25**
Sobral de Monte Agraço	3	5	**8**
Torres Vedras	19	17	**36**
Vila Franca de Xira	28	6	**34**
Total	**372**	**138**	**510**
Setúbal - concelhos	**IRMANDADES**	**CONFRARIAS**	**TOTAL**
Alcácer do Sal	32	2	**34**
Alcochete	3	1	**4**
Almada	11	1	**12**
Barreiro	17	-	**17**
Grândola	6	-	**6**
Moita	8	-	**8**
Montijo	-	4	**4**
Palmela	10	2	**12**
Santiago do Cacém	23	3	**26**
Seixal	10	1	**11**
Sesimbra	3	2	**5**
Setúbal	25	5	**30**
Sines	7	1	**8**
Total	**155**	**22**	**177**

[13] Diferenças maiores entre as *Memórias Paroquiais* e João Baptista de Castro, em Sta. Catarina (5-7), Sto. Estevão (4-7), Madalena (2-7), Sacramento (2-4) e S. Sebastião da Pedreira (4-7).

E tal como para a cidade, pelos território dos distritos de Lisboa e Setúbal, como se vê da tabela *supra*, em alguns concelhos não referiram sequer instituições com a intitulação de confrarias, a saber, para Arruda, Cascais, Lourinhã, Oeiras. E ainda mais no território de Setúbal, onde mal se lhe referem. Mas na realidade, a confraria devocional está muito generalizada, ainda que por muitas partes dê sinais de decadência pelo absentismo dos fiéis e paroquianos. Em algumas terras elas são até gerais e comuns a todo o povo, sem separação, como se refere para Terrugem (c. de Sintra): «Não tem irmandades, mas sim oito confrarias» (que não identifica). E acrescenta: «com os mesmos confrades de uma, ordinariamente são de todos». E na maior parte das igrejas são elas, com efeito, que suportam as despesas dos altares, a festa do orago. Algumas delas têm capelão para as celebrações não só de missas aos Domingos e Dias santos, mas também para cumprir as obrigações dos legados. Algumas têm oficialato e até corpo de Mesa constituído. Muitas têm mordomos – vão ditas mordomados – para cuidar dos altares e cobrar e receber os anuais dos irmãos, as conhecenças dos irmãos dos «Livros dos Assentos dos que de novo entram» que constituem para muitas delas a única receita, que lhes dá um tónus geral de pobreza face, designadamente, às riquíssimas irmandades do regime e das elites e mal chega para cumprir o mínimo das tarefas, do zelo do altar e da festa anual do santo (Irmandade do Rosário, Santa Margarida, c. de Grândola). Mas em outros casos há corpos mais largamente constituídos, como se refere para Corroios (c. Seixal): «Não há nesta freguesia irmandades algumas constituídas. Mas das mesmas pessoas da terra e das que no seu distrito têm quintas, se elege todos os anos um juiz, um escrivão e seis eleitores, aos quais pertence a cobrança e administração dos bens e rendimentos da igreja». Naturalmente tal aplica-se o mais comumente à confraria da igreja, assente no altar-mor (por regra do Santíssimo). Que de certo modo tem alguma tutela ou pelo menos hierarquia sobre os demais, na igreja e actos e funções religiosas, por servir o altar-mor, cabeça da igreja, do Santíssimo, do orago, com rendimentos e privilégios inerentes. Caso singular é o que se passa com a confraria de Nª Sr.ª da Concórdia que exerce também tutela sobre as demais confrarias e irmandades paroquiais por ser «padroeira da igreja, erecta para a sua primeira fundação» (Costa da Caparica, c. de Almada). O referencial do compromisso que distingue a irmandade da confraria, impondo a devoção por obrigação e contrato, fora a livre devoção e associação, vai claramente expressa pelo memorialista de Sobral (c. Vª Franca de Xira): «Não tem irmandades. Porque ainda que tenha irmãos das Almas, do Senhor, do Espírito Santo, não tem compromissos». Ou em Palmela (S. Pedro): «Não tem irmandade, suposto que todos os anos se lhe fazem suas festas (com duas confrarias) para que concorrem alguns devotos como confrades, sem mais obrigação que as suas devoções».

Se no altar-mor da igreja, por regra, está assente a sua confraria (do Santíssimo, em particular), elas são também muito gerais, por estes territórios, aos demais altares das igrejas e mais ainda das capelas. Como se refere para a paróquia de Nª Sª da Ajuda (c. Setúbal): «em todos os santos dedicados a altares, de todos há irmandade e confraria»; ou como refere o pároco de Enxara do Bispo (c. de Mafra): «em todas as ermidas públicas desta freguesia, em todas há confrarias dos oragos delas». Mas o movimento associativo e participativo religioso nestas devoções e confrarias parece estar, então, a atravessar uma crise. E em algumas terras diz-se mesmo que muitas vão decadentes; os fregueses afastam-se das devoções, não se elegem mordomos e oficiais, não se faz a festa, não se cuida devidamente dos altares. É o caso referido para a vila de Alenquer, sem irmandades, nem confrarias, «nem ainda a do Sacramento, assim como as mais igrejas desta vila, uso que escandaliza e dá a conhecer a pouca devoção e zelo dos moradores (Nª Sª da Assunção de Alenquer). Esta situação explicará, naturalmente, o facto de os párocos, não as referirem mais extensamente, pela sua inactividade. O pároco de S. Julião de Tojal (c. Loures), tem para a situação uma proposta de solução, designadamente para a sua confraria do Santíssimo, «pobríssima» e quasi extinta: «As pessoas que nela servem o fazem mais por *devoção* que por *obrigação*, pois para não haver esta é necessário que nas tais confrarias haja compromisso, a que os irmãos ou confrades se sujeitem». Também

o pároco da paróquia vizinha de S^to. Então é dessa opinião: fixar obrigação dos irmãos por compromisso de modo a evitar o abandono das igrejas. Assim foi feito para a confraria do Santíssimo Sacramento, em 1737: vendo o prior que os cabedais iam diminuindo com os seus fregueses e que a fábrica da dita confraria se ia deteriorando lhe ordenou compromisso, aprovado pelo Ordinário, passando de confraria a irmandade (S^to. Antão do Tojal, c. Loures). O cardeal patriarca promoverá, aliás, a criação de algumas irmandades a quem deu compromissos (v.g. a irmandade das Almas e irmandade dos Clérigos no Cadaval, com compromissos de 1754 e 1755). O Terramoto de 1755 acelerará este movimento de abandono, extinguindo-se algumas totalmente. Noutros casos, pelo contrário, foi incentivo para a sua reanimação, como em S. Nicolau, da cidade de Lisboa. Estes eram de facto tempos em que a igreja e ordem eclesiástica sentiram a necessidade de reforçar os mecanismos de controlo institucional sobre os paroquianos dado o clima de laxismo e absentismo muito generalizado, do século, de que para muitos, o Terramoto foi *Aviso do Céu*.[14] Mas a exortação dos bispos e das autoridades visitacionais em prol da exigência e estímulo das prácticas religiosas e devocionais já se vinha fazendo de há tempos àquela parte.

O quadro, pois, de que nos ocuparemos e que maioritariamente ou quasi exclusivamente os párocos informam é sobre as confrarias erectas em irmandades. São irmandades muito delas com compromisso, antigos e renovados; outras mais recentes e modernas. Das irmandades mais antigas, contam-se as do Santíssimo Sacramento da igreja de Santa Maria Madalena e da igreja dos Mártires. Serão até das primeiras do Reino. Na procissão do Corpo de Deus vão a par na cauda da classe das confrarias do Santíssimo, por se não distinguirem na antiguidade. Depois delas só vai a irmandade do Santíssimo da Santa Igreja Patriarcal «porque se compõe toda de serventes da Casa real e cavaleiros das Ordens».[15] A da Senhora dos Remédios do Espírito Santo de S^to. Estevão de Alfama – dos homens do mar, com tumba particular para enterro dos irmãos – é dita mais antiga que a Misericórdia de Lisboa (de 1498). Antigas ou muito antigas, são as da paróquia de S^ta. Engrácia, N^a S^a da Pobreza, Ascensão do Senhor e N^a S^a do Paraíso. E para diversas regista-se a sua fundação e estatutos dos séculos XVI, XVII e princípios do século XVIII.

Os estatutos-compromissos eclesiásticos vão aprovados, os mais recentes pelo Cardeal-Patriarca, os anteriores pelo Ordinário, o arcebispo de Lisboa. Nas confrarias das igrejas da Ordem de Santiago, os estatutos vão aprovados pela Coroa – na Mesa de Consciência e Ordens – e são de jurisdição real e imediata protecção real, como as misericórdias (Alenquer, c. Alenquer, c. Sines), visitadas pelos visitadores da Ordem de Santiago (na tomada das contas) e também pelos visitadores dos Ordinários (Sines). As das igrejas das Ordens e Congregações andam naturalmente, sob a tutela e inspecção dos respectivos superiores.[16] Algumas com excelentes estatutos, como refere o pároco de Amadora sobre o compromisso dado à irmandade das Almas e S. Miguel: «excelente compromisso aprovado pelo primeiro Patriarca que pode ser modelo de qualquer outra irmandade» (Amora, c. Seixal). Mas no testemunho do pároco de Alhandra (c. Vila Franca de Xira), apesar de múltiplos estatutos, a sua observância era fraca, como regista: « no que se refere a compromissos até 6 ou 7 tenho achado, nada deles se observa» (Alhandra, c. Vila Franca de Xira).

Algumas irmandades elevaram-se a mais alta categoria pela especial protecção real, dos Ordinários diocesanos, de altos dignitários, corpos eclesiásticos ou grupos sociais, com mais elevados privilégios e primazias, rendas, igrejas, capelas e fábricas. Por algumas delas passa a envolvente magnificente dos

[14] João Francisco Marques – «A acção da igreja no Terramoto de 1755: ministério espiritual e pregação» in *Obra Selecta*, T., II. Religião, Política e Sociedade. Vol. I, Roma Editora, 2013, pág. 229 e ss.

[15] ADB/UM – *Discurso litúrgico e histórico da santa igreja patriarcal* (Ms. 695).

[16] Erecta a irmandade de N^a S^a do Carmo, em 1740: «Podem fazer confrades da N^a S^a do Carmo e lançar bentinhos pelo Provincial da Religião do Carmo» (S^to. Antão do Tojal, c. Loures); ou a de N^a S^a do Rosário, sujeita ao Prior de S. Domingos de Santarém, por ser erecta pelo Mosteiro.

monarcas na renovação arquitectural e artística de Lisboa, ultimamente com D. João V.[17] E sem o suporte e acção destas ricas irmandades mal se compreende este movimento, a que se fez breve referência. Ao registo das *Memórias Paroquiais* vêm alguns casos de particular protecção real: na cidade de Lisboa, no Lumiar, a irmandade de Nª Sª das Portas do Céu, em Sta. Marinha, a da Senhora a Franca (era a de Nª Sª da Vida) e S. Miguel em Alfama de que os monarcas são juízes e protectores. No distrito de Lisboa, a confraria do SSmo. de Runa (c. Torres Vedras) teve juiz perpétuo D. João V e agora continua o novo monarca D. José I. Outras são-no da grande nobreza e fidalguia: a dos Escravos do Santíssimo, na igreja nova de Sta. Engrácia, em Lisboa, vai composta «da mais ilustre nobreza e fidalguia da Corte e Reino»; a de Sta. Catarina da paróquia de Sta. Catarina, de Lisboa, dela fazem parte 20 irmãos mais nobres da primeira grandeza do Reino, de que é juiz, em 1758, o Conde de Castelo Melhor. Da confraria do Santíssimo de Vila Verde de Francos (c. Alenquer) é juiz perpétuo o Marquês de Angeja. E da de Nª Sª da Conceição, em S. Lourenço de Setúbal, são irmãos os Duques de Aveiro, mas agora vai extinta, certamente em relação com as vicissitudes da Casa; festejam então os clérigos, «sem mais pompas que a devoção» (S. Lourenço, c. de Setúbal).

As festividades, a riqueza das igrejas, altares, capelas, de muitas destas irmandades ganham particular relevo. Mas no conjunto o maior desvelo e devoção é dirigido às irmandades do Santíssimo ou do Senhor e a uma outra de particular devoção dos padroeiros-protectores, régios, do patriarca, da fidalguia e nobreza civil e eclesiástica, das Ordens. A colocação e serviço no altar-mor, o elevado número de capelanias e outros rendimentos, administrados e assentes nos seus altares, certos privilégios e obrigações, conferem primazias e rendimentos que lhe dão particular estatuto, incluindo a administração de hospitais e albergarias, circunstâncias que se repercutem no elevado número de irmãos de que algumas são compostas. Em casos concretos, a participação nas irmandades é até condição para o acesso às funções públicas. Os ourives do ouro, da confraria de Santo Elói «não podem entrar na Casa dos 24 sem primeiro terem servido a irmandade» (S. Julião, c. Lisboa). Ricas e opulentas, progressivas e zelosas, vão ditas as irmandades do Senhor (do Campo Grande), das Almas de Carnide (em grande medida com os peditórios que fazem na estrada que vai de Carnide para Lisboa); do Santíssimo e N.ª Sr.ª da Conceição (está obrigada aos pobres da paróquia), na paróquia de Conceição; da N.ª Sr.ª das Candeias «grande e opulenta», na Madalena. Com a administração de hospitais e albergarias, a do Espírito Santo, no Lumiar, a do Senhor Jesus dos Perdões e Sta. Catarina, na Madalena. Algumas irmandades são particularmente numerosas, tal como a Via Sacra/Senhor Bom Jesus da Boa Morte, nas Mercês; N.ª Sr.ª da Piedade (na Patriarcal), Almas em Sta. Justa e Senhor Jesus, em S. Tomé. À irmandade de N.ª Srª da Graça (S. Paulo) vão contados perto de 400 irmãos. Em S. João da Pedreira, às Almas, contam-se mais de 300; à de S. Sebastião, mais de 200. Por fora de Lisboa, nobre e grande irmandade é a de N.ª Sr.ª do Rosário, de Cascais; em Azambuja a do Santíssimo Sacramento, onde entra a maior parte dos moradores da vila e a do Senhor dos Passos, com 100 irmãos; a de S. Pedro de Palmela, que incorpora as freguesias de Sta. Maria e S. Pedro. As procissões do Corpo de Deus, designadamente as que se realizaram na cidade após a criação da Patriarcal (desde 1718), foram uma oportunidade para se mostrar em todo o fausto, na riqueza das suas cruzes, indumentárias, membros e capacidade de mobilização, as irmandades mais extensas, mais antigas e mais nobres da cidade.[18]

No vasto corpo de irmandades, forte marcação devocional, mas também assistencial aos seus irmãos e confrades, têm algumas confrarias que vão associadas à organização mesteiral ou oficinal mecânica ou ofícios «liberais», sempre mais desenvolvidos em Lisboa. Entre as *Memórias Paroquiais de 1758* e o coevo J. B. de Castro no seu *Mapa de Portugal* (1745-1758) foi possível fixar os casos da tabela seguinte:

---

[17] Maria de Fátima Reis – *D. João V. O Magnânimo. 1706-1750*. Casa de Bragança. Academia Portuguesa da História, 2009, pág. 52 refere as igrejas da especial protecção régia, que se situam neste grande território de maior influência e presença da Corte.

[18] Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica da instituição da festa, procissão e ofício do Corpo Santíssimo de Cristo…o.c.*, Lisboa, 1759. Para a Lisboa do século XVII: Fernando Castelo Branco – *Lisboa seiscentista*. Livros Horizonte, 1990, pág. 177 e ss.

Confrarias de ofícios e oficiais da cidade de Lisboa
(Referências nas *Memórias Paroquiais* de
1758 e João Baptista de Castro – *Mapa de Portugal* (1745-1758)

OFÍCIOS	PATRONO	IGREJA/PARÓQUIA
Alfaiates	S. Sebastião	Madalena
***Alfaiates de medida**	Nª Sª Candeias	S. Julião
***Alfaiates (da calcetaria)**	Sta. Catarina	S. Julião
***Bombardeiros**	Sta. Bárbara	S. Julião
Carpinteiros e pedreiros	S. José	S. Miguel de Alfama
Correeiros	Sta. Luzia	Madalena
Cortadores	Nª Sª Encarnação	S. João da Praça
Cerieiros	Senhora a Franca	Sta. Marinha/S. Tiago
***Foreiros**	Sto. Amaro/Sto. António	Sta. Maria
Oleiros	Sta. Justa e Rufina	Sta. Justa
Pasteleiros	S. Marçal	Sta. Justa
***Sapateiros (de vaca)**	S. Sebastião	S. Julião
***Sombreireiros**	S. Tiago	S. Julião
Sirgueiros e vestimenteiros (mercadores)	Sr. Jesus Crucificado	S. Julião
***Tanoeiros**	Sant'Ana	S. Julião
ARTES	**PATRONO**	**IGREJA/PARÓQUIA**
***Correios**	Jesus/Maria/José	Sta. Maria
Casa da Moeda (oficiais da)	Sant'Ana	Sta. Maria
Livreiros	Sta. Catarina	Sta. Catarina
***Músicos**	Sta. Cecília	Sta. Justa
***Ourives do ouro**	Sto. Elói	S. Julião
***Ourives da prata**	Sto. Elói	S. Martinho
***Soldados da Junta**	Nª Sª da Boa Viagem	S. Paulo
Homens do mar	Sra. dos Remédios e Espírito Santo	Sto. Estevão Alfama
Marítimos e pescadores	Nª Sª da Graça	S. Paulo
OUTROS	**PATRONO**	**IGREJA/PARÓQUIA**
Homens pretos	Nª Sª do Rosário	Salvador
Religiosas	Coração de Jesus	Sta. Engrácia
Cegos	Jesus, Maria e José	Arroios (S. Jorge)
***Clérigos**	S. Pedro e S. Paulo	S. Julião
***Clérigos ricos**	SSma. Trindade	Sta. Justa
***Meninos do coro**	Sto. António	Sta. Marta

* Informação em J. B. de Castro – *Mapa de Portugal (1745-1758)*

Pelo território as *Memórias* assinalam outras que vão referidas aos núcleos urbanos

OFÍCIOS	PATRONO	IGREJA/PARÓQUIA
Clérigos	S. Pedro	Cadaval
Gente do mar	Santíssimo	Cascais
Soldados e cabos maiores	Nª Sª da Vitória	Cascais
Estudantes do Colégio do Convento	Nª Sª da Graça	Lourinhã
Soldados	Nª Sª da Conceição	S. Julião da Barra (Oeiras)
Artilheiros	Sta. Bárbara	S. Julião da Barra (Oeiras)
Homens do mar	Nª Sª da Conceição	Coina (Barreiro)
Idem	Sr. Jesus e Nª Sª da Soledade	Arrentela (Seixal)
Alfaiates	Nª Sª das Candeias	Setúbal (S. Julião)
Clérigos pobres	Nª Sª dos Remédios	Setúbal (S. Julião)
Homens de ganhar	Nª Sª do Socorro	Setúbal (S. Julião)

Há nestas *Memórias* também alguns elementos para conhecer a organização destas irmandades, na sua estrutura mais comum que compõe a mesa, o juiz, o escrivão, o procurador e os mordomos ou eleitos, (em regra seis, mas variáveis). Como é o caso do corpo da confraria do SSmo. de Alenquer, constituída pelo cabido e provedor, dois eleitos, um procurador das obras, um procurador do monte. Nalguns casos pela

especial vinculação – por fundação, por patronato ou outra – com juiz perpétuo. Num caso há mesmo um juiz e uma juíza (confraria do Anjo da Guarda, Vila Verde de Francos, c. Alenquer). A figura do *Imperador*, vai referida para a irmandade do Espírito Santo, na Charneca e outras partes. Nos mordomados, o número de mordomos é variável conforme o trabalho e a importância da festa ou orago; na Sapataria (c. Sobral de Monte Agraço), três irmandades têm dois mordomos cada, a do Santíssimo elege quatro mordomos. Por regra, estes corpos e oficiais vão eleitos anualmente, ou são de apresentação (do pároco, do patrono, ou de outra entidade). Em alguns casos descrevem-se as insígnias e as roupetas que pertencem às irmandades e irmãos, como é o caso da descrição mais longa da freguesia, S^to. Então de Tojal (c. Loures): os irmãos de S^to. Então usam de vestes brancas, os de S^to. António, vestes de cor parda com guião azul; os do Rosário, vestes brancas, murças pretas e guião branco; os de S. João, vestes brancas com murças, guião encarnado (S. Julião do Tojal). No Cadaval, os irmãos de N^a S^a da Conceição «usam de bandeira e vestes pretas nos enterros como as Casas das Misericórdias».[19]

b) Enquadramento paroquial

Este corpo das irmandades (e confrarias), de mais desenvolvida organização e intervenção, convoca um elenco muito representativo de invocações e dedicações, de largo espectro e acção religiosa, devocional e nalguns casos também sócio-assistencial. Elas vão instaladas nos altares das igrejas ou em capelas e ermidas públicas e mesmo privativas onde exercem uma actividade mais extensa. No final são elas mesmo as principais mobilizadoras da acção religiosa e devocional adentro das paróquias de que a Igreja cada vez mais se quer socorrer. E ainda de um modo mais abrangente e espectacular no espaço público processional, como se assistiu em Lisboa, nas majestosas procissões do Corpo de Deus, após a criação da Patriarcal. Muitos deles suportarão mesmo o embelezamento e renovação artística das igrejas, capelas e altares, a exemplo do que se faz na Patricarcal e outras igrejas da Corte. E o extraordinário desenvolvimento dos arranjos das praças e ruas por onde circulam as procissões produzirão uma extensa, «arte efémera» de que naturalmente só nos restam os nomes de seus artistas e a descrição das composições e suas realizações. Nelas trabalharam, de modo especial em Lisboa, os artistas que deixaram o seu nome ligado a projectos urbanísticos e obra arquitectural, escultura e pintura, prova do relevo que se dá a esta arte de rua e praça. O elevado número de confrarias enumeradas - ainda que circunscrito às mais relevantes[20] – está na base da mais elevada taxa de enquadramento paroquial que se encontra por todo o País.

Irmandades/confrarias nas *Memórias Paroquiais* de 1758
(Total e enquadramento paroquial)

Território	Paróquias (Com *Memória Paroquial*)	Total Irmandades/Confrarias	Irmandades/Confrarias Paróquia
Lisboa (Cidade)	38	180	4.7
Lisboa (Distrito)	114	328	2.8
Setúbal (Distrito)	63	173	2.7
Total	**215**	681	**3.1**

[19] Larga descrição dos trajes e indumentária na procissão do Corpo de Deus de Lisboa de 1718 e 1719: *Discurso litúrgico e histórico da santa igreja patriarcal* (Ms. 695 – ADB/UM); Inácio Barbosa Machado – *História crítica – cronológica…*o.c, 1759. Fernando Castelo Branco – *Lisboa seiscentista…o.c.*, pág. 83 e ss.

[20] Nunca é fácil compaginar as informações "estatísticas" dos diversos informadores, coevos, para estas instituições (como notamos também para as igrejas, capelas, conventos e demais instituições). A dificuldade de leitura dos dados é maior para Lisboa, com a divisão da cidade em Oriental e Ocidental (1716 – 1740), a que se junta o facto de umas vezes se associar ou não as instituições do termo de Lisboa (todo o termo concelhio ou o aro de uma légua da cidade. Para a Lisboa Ocidental (da Patriarcal) estão presentes na Procissão do Corpus Christi de 1718 e 1719, 153 e 146, irmandades/confrarias, respectivamente. Mas o número das elencadas nos *Editais* das convocatórias é maior. Em 1742, já ao tempo da reunião da cidade, enumeram-se mais de duas centenas (ADB/UM – *Ms 695*; Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.*, (1759); Fr. Apolinário da Conceição – *Demonstração histórica da primeira e real paróquia de Lisboa…*, Lisboa, 1750.

Lisboa (cidade) com cerca de 4.7 irmandades/paróquias quasi que duplica as taxas dos territórios portugueses onde esse enquadramento é mais elevado, a saber, os distrito de Porto e Aveiro com 2.5 irmandade/paróquia. E é também o mais elevado pelos territórios dos distritos de Lisboa e Setúbal com os valores de 2.8 e 2.7, respectivamente. No que diz respeito à cidade de Lisboa Ocidental, as diferentes informações das irmandades/confrarias presentes ou elencadas para estarem presentes às procissões do Corpo de Deus permitem atentar na sua instalação nas diversas instituições da cidade. E também o quadro do conjunto da cidade, em 1742 (já reunida).

Irmandades e confrarias na procissão do Corpo de Deus de Lisboa

Local de Instalação	Ano da Procissão do Corpo de Deus			
	1718 (a)	1718 (b)	1719 (c)	1742 (d)
Nas capelas da cidade	18	20		24
Nas igrejas regulares	48	84		57
Nas igrejas paroquiais	63	66		63
Confrarias do Santíssimo das igrejas paroquiais	24	23	[27]	41
Total	**153**	**173**	**146**	**185**

Fontes:
(a) ADB/UM – *Ms 695*. Irmandades presentes à procissão de 1718 (Lisboa Ocidental);
(b) Fr. Apolinário da Conceição – *Demonstração…o.c.*, Lisboa, 1750. Irmandades do Edital para estarem presentes à Procissão; (Lisboa Ocidental);
(c) Inácio Barbosa Machado – História…o.c., (1759), irmandades presentes à Procissão (Lisboa Ocidental);
(d) Fr. Apolinário da Conceição – *Demonstração…o.c.*, Lisboa, 1750. Irmandades presentes à procissão em 1742 (Lisboa).

Deste quadro releva o contributo de certas instituições. Particularmente numerosas são as irmandades instaladas nas igrejas de alguns conventos (vindos à procissão de 1718), à cabeça S. Francisco (com 14), S. Domingos (com 12), Carmo e Trindade (com 10 cada), mas também S. Roque (com 6) e o convento de Jesus (com 5) e igreja de Nossa Sr.ª da Conceição dos Freires (com 4). Nas igrejas paroquiais, o maior número vem da igreja paroquial de S. Julião (com 9), S. José (com 8), S. Nicolau e S. João da Pedreira (cada com 6), Santa Justa, S. Paulo e Socorro (5 cada) e Nossa Senhora da Ajuda (com 4).[21]

As *Memórias Paroquiais de 1758* permitem fixar as seguintes taxas médias de enquadramento paroquial pela cidade e demais território dos distritos de Lisboa e Setúbal, que em muitos concelhos atingem valores iguais ou superiores aos de Lisboa.

Taxa média concelhia de enquadramento paroquial de irmandades
– Distrito de Lisboa –

Concelhos	Paróquias c/ M.P.	S/R -O- Irm.	1 - 3		4 - 6		7 - 10		11 - 20		>20		T Irm.	Irm./ paróq.
			Paróq.	Irm.	Paróq.	Irm.	Paróq.	Irm.	Paróq.	Irm.	Paróq.	Irm.		
Alenquer	18	8	7	14	2	9	1	9	-	-	-	-	32	1.7
Arruda dos Vinhos	4	-	3	3	1	4	-	-	-	-	-	-	7	1.7
Azambuja	6	1	2	2	2	15	-	-	-	-	-	-	17	2.8
Cadaval	9	1	4	9	4	19	-	-	-	-	-	-	28	3.1
Cascais	5	-	3	7	2	8	-	-	-	-	-	-	15	3
Lisboa	38	-	16	40	13	61	8	62	1	17	-	-	180	4.7
Lourinhã	4	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1
Loures	13	2	4	10	4	18	3	25	-	-	-	-	53	4.0
Mafra	13	1	8	14	-	-	3	26	1	11	-	-	51	3.9
Sobral M. Agraço	4	2	1	2	1	6	-	-	-	-	-	-	8	2
Odivelas	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Oeiras	4	-	3	8	1	6	-	-	-	-	-	-	14	3.5
Sintra	8	-	5	9	1	4	2	15	-	-	-	-	28	3.5
Torres Vedras	15	3	8	12	3	17	1	7	-	-	-	-	36	2.4
Vª Franca de Xira	10	2	4	6	2	10	1	7	1	11	-	-	34	3.4

[21] Fr. Apolinário da Conceição – *Demonstração histórica…o.c.*, 1750.

Taxa média concelhia de enquadramento paroquial de irmandades – Distrito de Setúbal –

Concelhos	Paróquias c/ M.P.	S/R -O- Irm.	1 - 3		4 - 6		7 - 10		11 - 20		>20		T Irm.	Irm./ Paróq.
			Paróq.	Irm.	Paróq.	Irm.	Paróq.	Irm.	Paróq.	Irm.	Paróq.	Irm.		
Alcácer do Sal	12	1	8	14	1	4	2	16	-	-	-	-	34	2.8
Almada	3	1	-	-	1	5	1	7	-	-	-	-	12	4
Alcochete	2	-	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2
Barreiro	5	-	3	5	1	4	1	8	-	-	-	-	17	3.4
S. Tiago Cacém	9	1	6	14	2	8	-	-	-	-	-	-	22	2.4
Grândola	4	2	2	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1.5
Moita	11	-	1	3	1	5	-	-	-	-	-	-	8	0.7
Montijo	1	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	4	4
Palmela	3	-	1	6	1	6	-	-	-	-	-	-	12	4
Seixal	4	1	1	2	2	9	-	-	-	-	-	-	11	2.7
Sesimbra	2	-	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2.5
Setúbal	6	-	3	8	1	6	2	16	-	-	-	-	30	6
Sines	1	-	-	-	-	-	1	8	-	-	-	-	8	8

Essa densificação de implantação destas instituições no território, associada à sua riqueza e das igrejas e capelas onde se inserem, contribui para explicar e fazer compreender e dar corpo ao mapa e distribuição da obra artística em Portugal, desenhado por Vítor Serrão, para a etapa de 1680 a 1750, a partir da arte religiosa das igrejas, na arquitetura, pintura, escultura, talha e azulejaria[22]. E onde é claramente assinalável essa mais forte concentração pelo território lisbonense. De facto, ao lado do seu papel devocional e assistencial, deve também ser sublinhado o seu impacto no desenvolvimento do campo artístico.

c) As devoções das irmandades

Ainda que a contagem das devoções das irmandades já tenha ido à contagem geral das igrejas e capelas, justifica-se uma breve nota à sua dedicação nas irmandades/confrarias pela relevância devocional e cultual da instituição.

Na dedicação destas irmandades tem lugar cimeiro o culto à Virgem Nª Senhora, seguido em valores muito próximos dos Santos, Almas e SS^mo. Sacramento. O patronato da Virgem e dos Santos, seguindo a mesma hierarquia e posição cimeira do devocionário geral dos altares das igrejas e capelas, adequa-se aqui ao forte desenvolvimento confraternal destas devoções paroquiais, neste território. Pelo território nacional a organiza-ção confraternal vai particularmente associado ao culto das Almas do Purgatório, dos Santos e N.ª Senhora.

Dedicações das irmandades e confrarias nas *Memórias Paroquiais* de 1758

Conjuntos de Dedicações	Frequência das dedicações						
	N.º de intitulações	Lisboa - Cidade	Lisboa - Distrito	Setúbal - Distrito	Dispersos	T	%
N.ª Senhora e S^ta. Maria	46	42	75	46	27	190	28.1
Santos	26	30	60	23	13	126	18.6
Almas	-	28	65	39	-	132	19.5
Sacramento	-	35	69	24	-	128	18.9
Nomes de Cristo	(a)	12	23	6	-	41	6.0
Paixão	(a)	7	7	10	-	24	3.5
Santas	10	5	8	2	6	21	3.1
Outros	(a)	6	6	2	-	14	2.0
Total	-	**165**	**313**	**152**	**46**	**676**	-

a) Com intitulações várias e compósitas

O desenvolvimento confraternal associado aos cultos gerais, verifica-se também nas suas singulares devoções: à Virgem, também na devoção do Rosário e Conceição que têm aqui lugar cimeiro; e nos

[22] Vítor Serrão – «A Vida Artística» in *Nova História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII (Coord. de A. Freitas de Meneses). Editorial Presença, 2001, pág. 620.

Santos, S^to. António, S. Sebastião, S. Pedro (…). O grande desenvolvimento das irmandades do Santíssimo Sacramento espelha realmente a importância do culto em Lisboa, associada, como sabemos, a grandes obras e altares das capelas-mores e tronos eucarísticos de muitas igrejas e capelas. Para tal contribui a particular exaltação da devoção dedicada ao Sacramento por D. João V e a patriarcal. E por aí se espalhará e estenderá a todo o Reino. Esta é, como temos vindo a sublinhar, a principal devoção e as irmandades o grande suporte de renovação artístico de muitas igrejas, em especial a partir do seu altar e capelas-mor, senão mesmo, da renovação e engrandecimento do conjunto das igrejas, por todo o território nacional, por onde se espraia o gosto e estética do maneirismo e do barroco. Elas estão presentes em todas as igrejas da capital. Elas têm lugar à parte e o mais destacado na representação das irmandades e confrarias nestas procissões do Corpo de Deus.

Irmandades dos territórios de Lisboa e Setúbal

Intitulação	Frequência			Total
	Lisboa (cidade)	Lisboa (distrito)	Setúbal (distrito)	
Nossa Senhora e Virgem				
Rosário	7	36	24	**67**
Conceição	8	9	6	**23**
Piedade	6	1	3	**10**
S^ta. Maria	6	1	-	**7**
Carmo/Monte Carmo	-	5	1	**6**
Anjos	1	3	1	**5**
Purificação	1	4	-	**5**
Saúde	3	-	2	**5**
Encarnação	2	2	-	**4**
Expectação	-	4	-	**4**
Graça	1	2	1	**4**
Assunção	1	1	1	**3**
Candeias	1	1	1	**3**
Guia	1	2	-	**3**
Oliveira	-	1	2	**3**
Remédios	-	-	3	**3**
Atalaia	1	1	-	**2**
Esperança	1	1	-	**2**
Mártires	2	-	-	**2**
De uma dedicação	-	-	-	**27**
Total	**42**	**74**	**45**	**188**
Irmandade de Santos				
António	11	9	5	**25**
Sebastião	5	17	2	**24**
S. Pedro	-	11	5	**16**
S. João*	1	7	2	**10**
S. Miguel*	7	2	1	**10**
S. José	5	3	1	**9**
Antão	-	5	-	**5**
Pedro Gonçalves/C.Santo	1	-	2	**3**
André	-	2	1	**3**
Marcos	-	2	-	**2**
Brás	-	2	-	**2**
Amaro	-	-	2	**2**
Luís	-	-	2	**2**
De uma dedicação**	-	-	-	**13**
Total	**30**	**60**	**23**	**126**

* Diversas dedicações

** S. Bartolomeu, S. Domingos, S^to. Elói, S. Joaquim, S. Quintino, S. Tiago, S. Vicente, S. Crispim, S. Lourenço, S. Jorge, S. Nicolau, S. Marçal, S. Francisco de Paula.

O universo das devoções aos *Nomes de Cristo* e *Paixão* é também significativo, com elevadas variedades de intitulações, que exprimem os múltiplos termos da devoção. Escassas são as irmandades a enquadrar a devoção a Santas. No total contamos 21, com uma posição cimeira, de S^ta. Catarina (8).

13. DEVOCIONÁRIO FESTIVO, VOTIVO E ROMEIRO. VIVÊNCIAS DO TERRITÓRIO[23]

O devocionário suportado maioritariamente na imaginária da escultura que as *Memórias Paroquiais de 1758* registam, é certamente, importante para atingir o quadro das referências maiores do culto do povo português praticado nas suas igrejas paroquiais. Mas ela está longe de suportar todo o devocionário e expressões de sentimentos religiosos que agora tem na obra impressa – missais, breviários, ofícios e rituais, devocionários e sermonários impressos, e outros livros litúrgicos, – cada vez um lugar maior de suporte, na formação da devoção e sentimentos das populações, ainda que menos letrada e analfabeta, mas que segue pelas sessões coletivas de leitura, pela pregação e pela imagem impressa. E por aquelas não é de todo possível seguir as dinâmicas da sua evolução, designadamente do devocionário que se está a construir na esfera das correntes religiosas, teológicas, espirituais, missionárias, das Ordens e Religiões, dos próprios sentimentos religiosos das populações que no livro e no impresso têm agora maior acolhimento e expressão, para além dos círculos letrados e eruditos. Mas a imagem fornece e fixa, sem dúvida, o quadro maior de referências, uma poderosa estratigrafia histórica deste devocionário, numa estatuária – pintura e estandartes – que nas igrejas e actos processionais é sempre muito envolvente e pregnante. Ela é também o ponto de partida e o referencial maior dos actos mais solenes que integram o calendário festivo e litúrgico das igrejas.

13.1 – Devocionário festivo «constitucional» diocesano de Lisboa e nacional

É das *Constituições Sinodais* diocesanas que devemos partir para fixar as maiores "condensações" dos cultos, dominantes ao longo dos tempos, desde logo, daquelas que promovem o primeiro ordenamento do devocionário eclesial-diocesano, pela aculturação e cristianização de ritos, prácticas e religiões antigas. Aliás, é no campo da restrição de excessos profanos que vem às *Constituições do Sínodo* de 1403 a referência às *festas maiores* da diocese e cidade que era necessário conter em mais estreita prática religiosa e que de certo modo exprimem o esforço de integração católica de práticas tradicionais e até profanas, antigas e medievais: «*Item* que nom cantassem, nem bailassem, nem trebelhassem nos moesteiros e igrejas cantos e danças e trebelhos deshonestos, nem em festa de Sam Vicente; *Item*, que nas festas de Jhesu Christo e de Santa Maria e dos apostollos e de Sam Joham se nom fezesse feira em caso que as festas acontecessem no dia da feira e que se fezesse no dia seguinte; *Item* (…) que jejuassem as vesperas do Santo Antoninho e de Sam Jorge. *Item* que nom jugassem os dados desde a vespera e dia de Natal ataa VIII dias de Janeiro». Como se estabeleciam os princípios gerais para que não se trabalhasse «obra de servidoem» nos Domingos e festas em honra de Deus e de Nª Senhora e de outros sanctos os quaes a Egreja manda guardar de toda a obra». Está aí pois fixado o quadro maior festivo das devoções de guarda à diocese, desde as crísticas, às marianas, a S. Vicente, S. Jorge e Sto. Antoninho … entre outros santos.[24]

As *Constituições de 1640*, em vigor em 1737 (então reimpressas), dão o quadro das obrigações à data das *Memórias* e fixam rigorosamente todo esse imenso estendal de procissões gerais e solenes, dias santos de festas fixas que se fazem na cidade. Das procissões gerais e solenes, à cabeça, a do *Corpus Christi*, a da *Visitação*, a do *Anjo Custódio* e *S. Sebastião* (estas solenes, como as do Corpus Cristi, que acompanham o senado da câmara), S. Vicente, Sto. António, Senhora da Saúde, Ladainha maior e três menores. Nas procissões gerais vão fixadas duas grandes procissões "cívico-políticas": a da memória da batalha de Aljubarrota e a da aclamação de D. João IV.[25] Muitas destas procissões, ao modo de Lisboa,

---

[23] Para esta abordagem os principais dados vão enumerados nos *Roteiros – Dedicações e devoções nas igrejas matrizes paroquiais; confrarias e irmandades.*

[24] *Synodicon Hispanum* (dir. por Antonio Garcia y Garcia). Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1982 (II Portugal), (Sínodo de 1403, pág. 335).

[25] Para além das procissões particulares da Sé e mais igrejas da cidade. *Constituições sinodais do arcebispado de Lisboa…do ano 1640.* 2ª Impressão, 1737, Tº. VI.

vão fixadas na generalidade das maiores câmaras do Reino, nas de juiz de fora ou de assento em Cortes, e são de imposição régia. O calendário das festas fixas da cidade conta ao longo do ano cerca de 32 dias de festas, de dias santos (onde vão incluídas as de procissões gerais e solenes). Só no mês de Dezembro realizam-se oito dias festivos de guarda. A procissão de Corpo de Deus, foi cuidadosamente regulada para ter lugar na cidade, «como nas vilas e lugares grandes do arcebispado» a que devem concorrer todos os clérigos e beneficiados (em distância de uma légua), todos os párocos da cidade e de fora dela (com as cruzes das suas igrejas).[26] Regulada vai também a ordem, hierarquia e precedência que se deve dar aos cultos nas igrejas paroquiais: sempre os de *Cristo* devem preceder e ocupar o melhor lugar; logo a da *Virgem*, e a do Príncipe dos Apóstolos. E a do «patrão» ou titular da igreja «terá o primeiro e o melhor lugar quando no mesmo altar não estiverem as de Cristo ou da Nossa Senhora».[27]

O panorama do devocionário e dos cultos lisbonenses da Época Moderna (Pós-Trento), os termos da sua fixação histórica e moderna é importante para olhar o quadro nacional. Em particular num momento histórico em que a acção régia e da igreja patriarcal (desde 1716), se conjugam para mais fortemente se afirmarem como centros de todo o poder, e deste campo, também, cabeça e espelho para o Reino e dioceses de Portugal.

À cabeça do devocionário religioso paroquial e eclesial português e lisbonense vai cada vez mais o culto do *Santíssimo Sacramento* e *Sacrifício da Missa*, que com as devoções *cristocêntricas*, associadas às *marianas*, constituem então o cerne e epígono do devocionário português[28] e que os párocos deviam promover de modo especial.[29] A centralidade do culto do Santíssimo exprime-se, adentro das igrejas, na sua colocação central nas capelas e altares-mores, em muitos casos de majestosos tronos eucarísticos, ricos e trabalhados sacrários, píxides, lampadários e ornamentos dos altares. Em relação com esta centralidade cultual, corre a relevância que os altares ou as suas confrarias ou irmandades ganham na acção e vida paroquial, monopolizando as fábricas e recursos das igrejas, tornando-se as confrarias do Santíssimo ou do Sacramento, as mais ricas e poderosas – quando o não são de início – que por si, explica e suporta a grandeza, o fausto de seus altares, ornamente fábricas, serviços e manifestações, de exaltação do culto nas procições, lausperenes, comunhão frequente.[30] E a cujos cargos das irmandades e confrarias concorrem os mais importantes e ilustres das terras. Pela instalação dos sacrários e depósito do Santíssimo processa-se em geral o renovo das igrejas e suas capelas-mores que abre portas a um novo ciclo artístico por Lisboa, cuja acção principal se atribui a Ludovice, patenteada na sua primeira obra, o sacrário do colégio de S$^{to.}$ Antão. Estas obras e melhoramentos associados ao Sacramento estendem-se por todo o lado, à cabeça na magnífica capela do Santíssimo da Patriarcal.[31]

A particular expressão do culto ao Santíssimo é antiga em Lisboa. Para os tempos mais próximos, o episódio do roubo das hóstias da igreja de Odivelas, em 1671, pela comoção criada e exacerbada, foi sem dúvida um instrumento de cristalização do culto que de Lisboa se alargará por todo o Reino, tendo como suporte na capital a elite mais devota da Sociedade da Corte, que com o estímulo do regente D. Pedro, envolverá activamente na promoção do culto e seu desagravo.[32] Logo, o arcebispo D. Luís de Sousa ob-

[26] Idem, *Ibidem*. Fernando Castelo Branco – *Lisboa seiscentista…o.c.,* pág. 177 e ss.

[27] *Constituições Sinodais … o.c*. Lib. IV, Tit. VII.

[28] João Francisco Marques – «Rituais e manifestações de culto» *in História religiosa de Portugal* (Dir. de Carlos Moreira de Azevedo). Círculo de Leitores, vol. 2, Lisboa, 2000, pág. 517 e ss.

[29] Sebastião de Abreu – *Institutio parochi seu speculum parochorum*. Eborae, 1665 (Lib. 4 e Lib. 5).

[30] João Francisco Marques – «*Rituais…*», *cap. cit*., pág. 558 e ss.

[31] Na «grandiosa quinta, magnifica casa» no sítio da Mata Solar, freguesia de Loures, do Correio-mor, há também uma magnífica capela, sem igual, com riquíssimos ornamentos onde se venera o Santíssimo Sacramento por graça concedida por Bento XIV. Nela, no dizer do memorialista «parece ter chegado ao cume do maior fervor e na activa devoção com que avalia por pouco o mais que se pode dedicar ao *Magnífico Senhor de tudo*» (c. Loures).

[32] O Infante manda desagravar por todas as igrejas do Reino tal «sacrílego acto», com Exposições e Rogativas. João Francisco Marques – «*Rituais…*», *cap. cit.,* pág. 570. Há testemunhos noutras *Memórias Paroquiais* para outros roubos e profanações do Santíssimo, para outras terras, reais ou inventados, em correlação com o de Odivelas.

teve, em 1682, a *bula do jubileu* que, à maneira de Roma, permitia ficar o Santíssimo dois dias completos em exposição, em cada uma das igrejas da cidade a começar na Sé, desde o primeiro Domingo do Advento ao último do Pentecostes. D. João V, especial devoto do Santíssimo de cuja irmandade se constitui juiz perpétuo, arrastará consigo a Corte e a atenção do país, enquanto devoção de especial proteção real.[33] A entronização da festa do Corpo de Deus como grande pólo da devoção pública dos Portugueses, das suas cidades, vilas e concelhos, ganhará toda a sua centralidade e esplendor a exemplo das majestosas procissões do Corpo de Deus que se fazem na capital, com o início das procissões de Lisboa de 1718 e 1719 a que se associa o Rei, a Corte, a Sociedade política lisboeta, em torno da Patriarcal e da Igreja. E daí se estenderá o todo o Reino na imitação possível dos seus cânones.[34] O cardeal patriarca, D. Tomás de Almeida, na sua igreja patronal do Tojal, colocará a devoção e a irmandade no centro da igreja e paróquia[35] e estará associado a erecção e reforma estatutárias de outras confrarias e irmandades do Santíssimo e colocação de sacrários pelo patriarcado que depois se continuará, nas capelas que servem comunidades maiores das paróquias.[36] Pós Terramoto há o reforço da devoção ao Sacramento, com extensas e numerosas procissões solenes de acção de graças e desagravo que se estendem agora por toda a parte. E nas capelas restauradas pós-Terramoto, pretende-se agora de um modo geral colocar o sacrário (Loures, S. Pedro em Caneças); até porque, como registamos, foi em muitas capelas que resistiram ao Terramoto para onde foi transladado o Sacramento.[37]

O culto e devoção à *Paixão* é nas suas múltiplas intitulações – sobretudo nos Cristos Crucificados, nas figuras e Passos da Paixão, na Santa Cruz – devoção também central e sempre presente à Igreja, intrinsecamente articulada ao Sacramento e às devoções marianas, e constitui um dos elementos e base essenciais do reforço cultual ao longo do século, com especial expressão na épocas de crise, de modo exponencial com os temores e anseios de salvação patentes com o Terramoto. É aliás devoção co-fundadora à Nação Portuguesa e sempre presente nos transes da História Nacional. O memorialista da Madalena diz que a primeira difusão da imagem e culto se deve a Afonso Henriques: «este santo rei em todas as igrejas que fundou mandou colocar a sagrada imagem do Cristo Crucificado em memória do original que lhe apareceu e falou em o Campo de Ourique» (Madalena, cidade de Lisboa). A parenética e a mais forte representação do Cristo Crucificado, entre outros momentos da História Nacional, emergirá com nova força na Restauração de 1640 e na de 1808.[38] Os temas da Paixão, os alegóricos à Vera Cruz, à Via Sacra, são lugares comuns nos pincéis dos pintores régios e da Corte, desde o Maneirismo do século XVI, pelas igrejas da cidade (a título de referência atente-se o ciclo alegórico à Vera Cruz, de Bento Coelho de Silveira, de finais de Seiscentos, na igreja de S. Pedro de Alcântara); ou os painéis do tecto da igreja de Camarate da Vida e Morte de Cristo, que o memorialista diz que são «pinturas de tal primor que causam admiração aos mais peritos da Arte» (Camarate, c. Loures). Que a devoção vem em crescendo, ressalta de

[33] Como se verificará a propósito das crises da saúde do rei D. João V. E com D. José (ainda adentro do tempo da redacção das *Memórias Paroquiais* a missa rezada com Te Deum em honra da Purificação de Nª Senhora da Purificação pela milagrosa intervenção no atentado que o Bispo de Bragança fixou perpetuamente na Natividade a 8 de Setembro, Carlos Prada – *Pastorais dos bispos de Miranda do Douro e Bragança. Mirandensi et Brigantiensi Documenta*. Bragança, pág. 142.

[34] *Vide,* capítulo – *Sociedade e instituições paroquiais.*

[35] Significativa é a extinção da confraria do Menino Deus, com a integração da sua fábrica na do Santíssimo, esta a quem cabia mais vezes, historicamente, na generalidade das paróquias portuguesas, a responsabilidade da fábrica e representação da paróquia.

[36] Provisão de 1756 do Patriarca para colocar sacrário na ermida de Nª Sª da Anunciação, no lugar de Paio Pires, da freguesia de Arrentela, que por si só conta 206 fogos e chega a 733 pessoas (Arrentela, c. Seixal).

[37] As *Constituições Sinodais* antigas de Lisboa fixam uma relação sacrário/fregueses relativamente menos elevada que nas restantes dioceses: em 1537 fixa um sacrário para 40 fogos; em 1646 de um sacrário para 30 fogos. Nas dioceses do Reino esses valores são mais baixos, um altar por vintena (João Marques – «*Rituais…*», *cap. cit,* pág. 562). Tal tem a ver, certamente, com a densificação e concentração demográfica em Lisboa, e sobretudo, com a mais elevada oferta de sacrários de outras igrejas e capelas das mais variadas instituições, com depósitos e sacrários autorizados para serviço público e comunitário.

[38] José Viriato Capela, Henrique Matos, Rogério Borralheiro – *Heróico patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*. Casa Museu de Monção/UMinho, 2008; João Francisco Marques – «A acção da igreja no Terramoto de 1755»… *art. cit.,* (2013).

muitos testemunhos, designadamente nas grandes encenações processionais a querer imitar, pelas terras e vilas da província, a importância, a majestade, a ordem da procissão dos Passos que se realiza na Corte. Em Lisboa, as grandes procissões dos Passos da Graça e dos Passos do Sacramento das Mercês rivalizam entre si. A estátua do Cristo Senhor dos Passos da Graça é uma das mais veneradas de Lisboa.[39] É a mais famosa procissão da segunda Quarta-feira santa da Quaresma e a ela concorre todo o povo e Corte de Lisboa. Assim o quer imitar a irmandade de Vera Cruz e Passos de Cristo na paróquia de S^to. Então do Tojal (c. Loures). Os milagres em relação com Cristo Crucificado aumentaram, à proporção. Atente-se em mais dois testemunhos significativos dos muitos que há pelas *Memórias* da importância e extensão ao culto. Em Alverca, uma imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo Crucificado «que entrou a fazer milagres … haverá 10 anos». Imagem que estava em nicho, passou-se por isso para capela (Alverca, Vila Franca de Xira). E em Alhandra, a antiga maior devoção a Nª Sª da Visitação, vai agora, ao presente, substituída pela de Santo Cristo, «com uma imagem a que não só os moradores da vila, mas *quasi* todo o Ribatejo, tem grande devoção…», enquanto protector pela falta de água. E agora com o Terramoto vai transformado no maior ancoradouro das angústias e medos das populações e ganha uma específica intitulação do *Senhor dos Terramotos* (Cachoeira, c. Vª Fª de Xira), que com as devoções de *S. Francisco de Borja*[40] e *Nossa Senhora do Patrocínio*[41], são constituídos seus principais protectores. A devoção à Paixão teve também no cardeal patriarca D. Tomás especial devoto a agente promotor, como mais directamente se testifica na sua acção na igreja de seu patronato, a matriz S^to. Antão do Tojal. Na matriz com a instituição do altar privilegiado todos os dias e para sempre do Senhor dos Passos, na devoção da relíquia do Santo Lenho, na ordenação dos novos Estatutos à irmandade da Vera Cruz e Passos de Cristo.

A *devoção e culto mariano* sempre presente, é provavelmente o pilar mais extenso desta constelação à volta da Paixão e do Sacramento, pelo especial lugar e papel que Maria tem na piedade e religiosidade popular, «co-redentora, advogada dos pecadores e mãe dos pobres e intercessora celeste para alívio e libertação das penas do Purgatório».[42] Vai pois intensamente articulada à Paixão e devoções crísticas e tornar-se-á a principal libertadora das Almas do Purgatório, na devoção e intitulação do *Rosário*[43] e escapulário de *Nª Srª do Carmo,* esta de mais recente colocação nos altares, como é o caso recente, na igreja de Alcochete (c. Alcochete). O devocionário mariano, como é de esperar, tem também em Lisboa e sua região, o seu grande lugar de manifestação com um número extensíssimo de *imagens milagrosas de grande devoção*, que o P^e. João Baptista de Castro enumera e identifica no *Mapa de Portugal* de 1745-1758 que constituem o grande roteiro do *concurso mariano* na cidade e região[44], algumas das quais vêm às

[39] Estava a antiga igreja da Graça, anexa ao convento dos Agostinhos. Arruinada pelo Terramoto, entrara em reconstrução em 1777 (Claude Maffre – *L'oeuvre satirique d' Nicolau Tolentino*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 1994, pp. 341-342.

[40] A pedido de D. José I, por breve do Papa Bento XIV, declarado «patrono e protector do Reino de Portugal e seus domínios contra os Terramotos. Carlos Prada – *As pastorais …, o.c.,* pp. 136-181».

[41] Instituiu-se a Festa do patrocínio de Nª Senhora por voto, após o Terramoto, Carlos Prada – *As pastorais …, o.c*, pág. 135.

[42] João Francisco Marques – «Oração e Devoções» *in História religiosa de Portugal* (Dir. de Carlos Moreira de Azevedo). Círculo de Leitores, vol. 2, Lisboa, 2000, pág. 625 e ss.

[43] Como é o nosso caso da dedicação ao Senhor Jesus do Rosário da capela fundada na paróquia de S^ta. Engrácia, em Lisboa, pelos devotos do Terço, que também instituem uma segunda ermida na Nª Sª da Guia na paróquia do Socorro.

[44] Em Lisboa: *Nª Sª a Grande* ou de *Bettencourt*, na antiga Sé de Lisboa; *Nª Sª do Carmo*, no convento dos Religiosos Carmelitanos (voto do Condestável D. Nuno); *Nª Sª da Graça*, no Convento de S^to. Agostinho (achada nas redes pelos pescadores de Cascais); *Nª Sª do Livramento*, na igreja dos Trinitários, em Alcântara; *Nª Sª da Luz*, em Carnide, em memória da libertação de cativos de África; *Nª Sª Madre de Deus*, no mosteiro das religiosas franciscanas (de «maior frequência desta Corte»); *Nª Sª de Oliveira* (antes venerava-se em um nicho na R. dos Confeiteiros); Nª Sª das Necessidades, em Alcântara com seu templo que lhe mandou fazer D. João V, na sua doença a que se agregou à muita gente que a ela concorria; *Nª Sª da Penha de França*, no seu templo das religiosas de S^to. Agostinho, a quem continua a câmara a ir em procissão em cumprimento de voto; a *Nª Sª da Escada* ou *da Purificação*, junto do convento de S. Domingos; *Nª Sª do Rosário*, no convento de S. Domingos; *Nª Sª da Saúde*, no Bairro da Mouraria e *Nª Sª do Vale*, no Convento de Santo Elói. E pelo território, Norte e Sul do Tejo: *Nª Sª dos Enfermos* em Almargem do Bispo (venerada por muita gente de Lisboa); *Nª Sª do Porto Salvo*, na sua igreja, c. de meia légua de Oleiros, devoção de gente marítima; *Nª Sª da Encarnação*, do convento de S. Jerónimo do Mato, 2 léguas de Alenquer; *Nª Sª da Ameixoeira* («milagrosa antes da invasão dos mouros»), 2 léguas de Alenquer; *Nª Sª do Capítulo*, no convento de S. Francisco de Alenquer; *Nª Sª da Peninha*, no termo de Sintra, na igreja (aparecida a uma pastorinha); *Nª Sª da Conceição*, na vila de Messejana, c. Torres Vedras; A Sul do Tejo: *Nª Sª da Atalaia* na Aldeia Galega; *Nª Sª da Arrábida*, c. de Sesimbra, «auxiliar na condução dos marítimos na Tormenta); *Nª Sª da Boa Viagem*, no convento dos religiosos da Província da Arrábida, devocionada também pelos navegantes.

Memórias Paroquiais. Ele vai naturalmente também largamente tratado e glosado nos devocionários, na parenética e na literatura mariana.[45] À estatística das *Memórias Paroquiais* vêm no topo das invocações Nª Sª do Rosário e *Nª Sª da Conceição*, *Nª Sª da Piedade* (pelas ermidas e irmandades). A Nª Senhora da Conceição pela distinção que lhe é dada pela Monarquia Portuguesa desde o Monarca da Restauração, ao entronizá-la padroeira do Portugal Restaurado, encorpar-se-á mais profundamente na nossa ordem político-social.[46] E neste quadro D. João V é seu fiel depositário e continuador. Por ordem régia, de 1717, mandava-se que se celebrasse o dia da Conceição de Nª Senhora, todos os anos, em todas as paróquias, com missas cantadas. E muitas Ordens e Religiões nesse dia promoviam exercícios espirituais.[47] Nossa Senhora também aqui na devoção da Conceição se sobrepõe ou associa a outras devoções marianas, como é o caso em Montevil (c. Alcácer do Sal) onde Nª Sª do Socorro toma o título de Nª Sª da Conceição da cidade de Lisboa (Montevil, c. Alcácer), exprimindo essa nova envergadura da devoção mariana. A devoção a *Nª Sª do Rosário* e do *Terço* é porém a mais praticada, propagandeada e institucionalizada, em grande medida pela sua importância na oração comunitária e processional, mas também a doméstica e mental (privada), ambas muito estimuladas pela Igreja. Os bispos publicam as Letras Apostólicas do Papa Benedito XIV, dirigidas à promoção do ensino e à prática da oração mental, nas igrejas e em casa[48], onde a reza do rosário e do terço está sempre presente. O envolvimento doutrinal e formativo neste devocionário do *Rosário* e *Terços* e *Via Sacra*, ao lado do ensino gratuito de ler, escrever, contar e gramática e a doutrina cristã é a tarefa que o cardeal D. Tomás de Almeida entrega à *Congregação* e *Congregados* da *Avé Maria*, por si erecta, na ermida de S. Miguel.

Sto. António (ou *Santo Antoninho* das *Constituições Sinodais* antigas do arcebispado, (designadamente do Sínodo de 1403)[49] leva a palma no devocionário dos santos desde muito cedo erigido e vai referenciada em múltiplas igrejas, lugares da Lisboa Oriental, Ocidental e pelo território. Corre de certo modo em ligação directa com presença e pregação dos frades, das igrejas e conventos franciscanos em Lisboa e na região. Por influência certamente dos franciscanos da Província dos Capuchos da Arrábida, o convento de Mafra e antes a igreja do Menino Deus junto ao Castelo, será consagrado a *Sto. António* e *Nª Senhora,* cujos padres constituirão a primeira comunidade do mosteiro e depois colocarão todos os santos da Ordem nos altares.[50] Da confraria de S. Roque é juiz perpétuo o cardeal patriarca, desde D. Tomás de Almeida. As *Memórias Paroquiais* testemunham a expansão paroquial de outras devoções que sabemos que tem já no século XVIII extraordinário sucesso como é a do *Sagrado Coração de Jesus*.[51]

13.2 – Romagens históricas

É imenso e de grande extensão o número de realizações festivas na cidade de Lisboa e territórios envolventes a Norte e Sul do Tejo. Mais extenso e numeroso que o das instituições que lhe dão suporte, igrejas e paróquias, padroados, ermidas e irmandades, nichos e cruzeiros, porque muitas destes equipa-

---

[45] Ardeu no Terramoto a «singular e distinta biblioteca mariana da igreja do Espírito Santo dos Padres da Congregação do Oratório de S. Filipe de Neri. J. Baptista de Castro – *Mapa de Portugal…o.c.,* (1745-1758), pág. 41 (2ª ed.).

[46] O senado da câmara de Lisboa promove a invocação pela cidade da «Imaculada Conceição». A Universidade de Coimbra pedirá a autorização na crença da devoção mariana. O movimento Restaurador, parece abrir um outro ciclo das aparições da Virgem (neste caso da Senhora da Conceição), certamente premonitória, ou milagrosa como a que, em conformidade com o relato do pároco de Alcochete terá aparecido pelos anos 1638-1643, imagem angelical e de imensa grandeza (mais de duas varas de alto) que os pescadores trouxeram da praia à igreja. Em 1671, o Papa Clemente X confirmou a eleição da padroeira da Monarquia Lusa, Nª Sª da Conceição. *História Religiosa de Portugal*, … o.c., 2, pág. 629.

[47] Exercícios espirituais promovidos pela *Ordem Terceira* de *Azambuja* (c. Azambuja).

[48] Pastoral do Bispo de Bragança de 1750, Carlos Prada – *As pastorais…., o.c.,* pág. 96.

[49] *Synodicon Hispanum … o.c., II Portugal*, pág. 335.

[50] *Lisboa de Santo António*…o.c., ICEP/IPM, 1996.

[51] João Francisco Marques «*Oração e Devoções»… art. cit.* pág. 618 e ss; Zulmira C. Santos – «Luzes e espiritualidades. Itinerários do século XVIII» na *História religiosa de Portugal* (Dir. de Carlos Moreira de Azevedo). Círculo de Leitores, vol. 2, Lisboa, 2000, pág. 38 e ss.

mentos são ponto de partida e chegada de múltiplas realizações. São realizações que recolhem muitos testemunhos nestas *Memórias Paroquiais de 1758*, o que exprime, de algum modo, ainda a sua coeva pregnância na vida paroquial e social das populações.

A grande envolvência de algumas delas exprime-se em relatos desenvolvidos sobre as suas principais festas, romagens, romarias, com círios e votos, muitos deles de largo rasto histórico e memória, e ainda de largas manifestações. Elas são à partida a directa expressão de cultura e religiosidade de fortes e alargadas comunidades e instituições paroquiais, mas também da superabundância do enquadramento do elemento eclesiástico e religioso.[52] Elas não deixam também de realizar um papel histórico-cultural relevantíssimo para muitas terras, comunidades e padroeiros que fazem dessa manifestação suporte de memória para relevar o seu papel histórico, local e regional, ou mesmo nacional, político e até patriótico, naquelas grandes festas e procissões votivas e comemorativas de grandes factos e eventos da vida da Nação. Dificilmente se encontrará em Portugal um território de vivências e manifestações tão vivas como as que promovem os grandes círios, as grandes romagens, as grandes festas deste território lisbonense, articulando activamente histórias e memórias locais, regionais e nacionais. A origem e direcção deste movimento é essencialmente votivo e de acção de graças às divindades por graças e milagres e nelas o enquadramento comunitário, religioso paroquial dominante. Mas em muito delas terão particular envolvimento, as ordens e mosteiros religiosos, em particular e à cabeça, os franciscanos, muito numerosos nestes territórios e próximos da cultura popular e do culto do Espírito Santo.

Do passado vêm as grandes romarias e votos históricos, algumas das quais se perdem na bruma dos tempos com raízes a cultos e devoções pré-cristãs, a sítios de culto, onde se assentaram agora os milagres de mártires proto-cristãos e do primeiro Cristianismo, as aparições que suportam as grandes romagens dos lisboetas e dos habitantes das suas regiões, às capelas e outros locais do alto dos montes e promontórios marítimos. A romagem, os votos, os "altares" a Santo António são em Lisboa a expressão maior deste culto ligado aos primórdios da Nacionalidade e alicerces da Cristandade, que se expandirá porque assenta na mais profunda devoção e imaginário dos lisbonenses e dos portugueses.[53]

Um específico conjunto de devoções é o que articula as vicissitudes das guerras contra os mouros às acções miraculosas devocionais no processo da Reconquista de Lisboa e assentamento do domínio cristão e eclesial nas terras em redor de Lisboa, mas que se prolongarão e serão uma constante ao longo dos tempos. Nestes votos das terras – em memória dos grandes reencontros ou batalhas pela Reconquista e defesa nacional – à sua memória pode associar-se a própria presença régia e de figuras reais. Neste quadro, uma das mais históricas e simbólicas devoções é a romagem que se faz à *Nossa Senhora dos Anjos*, na igreja matriz da vila de *Alhos Vedros*. É uma festa que ainda então se celebrava «de acção de graças pelo triunfo contra os mouros, em 1148, dos moradores da vila», na sequência da conquista cristã de Lisboa que se alarga para terras vizinhas como reconhecimento pela especial protecção da Virgem. Por 1510, já o infante D. Jorge, Grão-Mestre da Ordem de Santiago, certamente para fixar o voto, ordenara que a ela concorressem os do Lavradio, Barreiro, os Verderanos, da Telha, Palhais, Mouta, sob pena de 100 réis por pessoa. Esta era função que se realizava no dia de Ramos. Apesar do Cardeal Patriarca por provisão de 1751 (e confirmação real) lhe permitir missa votiva, e continuasse a fixar a assistência de uma pessoa de cada casa das povoações vizinhas, a romagem e voto antigo ia decaindo. Em 1758 ainda vinham assistir

[52] Os estrangeiros que visitam ou passam por Portugal por este tempo, naturalmente não lhes passa despercebido, pela sua extraordinária exuberância, as práticas e manifestações festivas dos lisbonenses e portugueses, suportado na imensidade de frades que povoam Lisboa; mais numerosos os franciscanos; mais satirizados os arrábidos. Este pendor crítico e satírico a certas práticas religiosas acentua-se desde o Pombalismo e mais extensamente na segunda metade do século, com largo espectro no teatro e poetas portugueses: Marie-Noelle Ciccia – *Le théatre de Moliére au XVII.e siècle de 1737 à la veille de la revolution liberale*. Paris, 2003; Claude Maffre – *Nicolau Tolentino … o.c.*, pág. 532.

[53] *Lisboa de Santo António …. o.c.*, 1996.

à festa, em acção de graças, «a câmara da vila de Barreiro e as cruzes das igrejas filiais, com seus círios e fogaças e dos lugares uma pessoa de cada casa» (Alhos Vedros).

O número de grandes festas e romagens em relação com a vida marítima e também com as investidas mouriscas tem raízes muito antigas. Associadas à formação do complexo histórico e geográfico africano e à constituição do primeiro género de vida nacional, no contexto desta primeira cristianização e embate de cristãos e muçulmanos, releva a evocação de episódios miraculosos ligados à vida marítima e piscatória, em naufrágios, ataques de corsários, resgates, riscos e perigos de circulação pelos despenhadeiros das serras sobre o mar. Muitos deles contam também a história da aproximação das populações dos montes para as terras ribeirinhas e beira-mar, que é também a história do processo histórico do povoamento e construção de defesas litorâneas. Devocionário, memória e história que teve suportes para se manter por causa dos constantes e continuados ataques dos corsários. A que nos Tempos Modernos (séculos XV-XIX) se associam também episódios ligados às guerras "imperiais" atlânticas e corso de Estado. Antiga, difícil de fixar, é a romagem, com a presença real, à capela de S. Brás, de S. Pedro de Palmela. Desde D. Dinis que a ela vêm os monarcas pelos milagres realizados por Nª Sª da Graça e Santa Susana, por acções que têm a ver com resgate de cristãos de prisões e terras mouriscas, feitos com auxílio divino. Neste ciclo se enquadra o grande círio do "círculo" dos saloios de Lisboa, certamente a maior mobilização regional desde os mais recuados tempos, que se data de 1366, em que as freguesias se encontram no cabo Espichel e revezam no transporte da imagem da Virgem aparecida, a que no século XVII se associa o rei D. Pedro II que reconstrói a capela manuelina.[54] Muitos destes milagres terão também expressão e suporte no *Romanceiro* histórico de fundo mediévico ou mesmo dos séculos XV e XVI.

E sempre os das condicionantes dos tempos adversos, a economia e sobrevivência das populações, nas doenças e pragas que atacam as culturas vitais, as cerealíferas, as vinhas, as oliveiras. E por aqui também as dos pomares. E as pestilências que lhe andam associadas, como é o caso, largamente referido para Alenquer, do voto e procissão do rolo e candeia, em ação de graças a Nª Sra. da Assunção contra a peste, que se propagou por terras ao tempo de D. Afonso II, cuja evocação e memória depois se faria aqui na conjugação da acção de graças com as festas do Espírito Santo (Nª Sra. da Assunção Triana e S. Pedro de Alenquer).

13.3 – As capelas, as festas, os vodos do Espírito Santo

A devoção ao Espírito Santo tem uma grande expressão em Lisboa, partido e província da Estremadura, Beira Baixa e Alentejo e também nos Açores[55]. É devoção muito antiga, à qual aliás se vincularão muitas outras. Envolvem-se nela, por razões que se prendem com o sentido político e escatológico da devoção,[56] os múltiplos corpos da sociedade, das populares e das elites que aí vão feitos imperadores e coroados, na organização das procissões e festas, nos vodos e merendas aos pobres. Em Lisboa há irmandade do Espírito Santo, instituída em 1428 na freguesia de Sto. Estevão, de protecção real, de que o rei se fez Imperador, englobando os pescadores marítimos, navegantes de longo curso e comerciantes

[54] *Vide* Capítulo – *Geografia e economia do território. Corso e pirataria*.

[55] Daniel-Francis Laurentiaux - "Culte et confréries du Saint-Esprit aux Açores" in *Arquivos do Centro Cultural Português*. Lisboa-Paris, 1983, pg. 79 e ss.

[56] João Francisco Marques – «Oração e devoções» (A festividade do Espírito Santo: dimensão devocional e comunitária), *art. cit.* pág. 650 e ss. Jaime Cortesão – *Os Descobrimentos portugueses,* Vol. II (cap. III. Franciscanismo e Laicismo em Portugal» INCM – Alêtheia, 2016, pag. 229 e ss refere-se à enorme expansão do culto do Espírito Santo pós 1321 e pela segunda metade de trezentos. Depois daquela data e até finais de quinhentos, refere, «podemos contar 75 cidades, vilas ou aldeias, cuja matriz tinha o Espírito Santo por orago; cerca de 80 hospitais e albergarias com suas capelas e à volta de um milhar de conventos, capelas de igrejas e muito principalmente ermidas daquela invocação. Quase sempre nesses grandes ou pequenos templos, irmandades do Espírito Santo, celebravam festas, procissões e romarias alusivas ao Império e à coroação do Imperador (…). Desde o reinado de D. Dinis é uma das principais devoções da Casa Real (…). Em todos as povoações da Rainha, como Leiria, Alenquer, Porto de Mós, Óbidos, Torres Novas e Sintra se realizava com esplendor a festa do Império…».

– burgueses de Lisboa, com alto papel político, social e económico, designadamente na gesta dos Descobrimentos, expansão e comércio ultramarino desde os seus primórdios. Vão, segundo Jaime Cortesão, claramente representados no políptico da Sociedade de Lisboa dos Quatrocentos, o painel de São Vicente de Nuno Gonçalves. As irmandades/confrarias do Espírito Santo e do Corpo de Deus estarão presentes em múltiplas outras terras marítimas e mercantis do Reino, sob cujo patronato se colocam os marítimos, mercadores e navegantes.[57]

A festa do Espírito Santo e o seu tempo litúrgico – o tempo do Espírito Santo, da Páscoa, ao Pentecostes e à Trindade - é também o de múltiplas outras invocações que então iniciam importantes ciclos festivos, votivos e romeiros. Medida, de facto, pelo número de informações vindas às *Memórias* nas ermidas e capelas, irmandades e confrarias (e também nas igrejas), na descrição das suas festas, romarias, círios e vodos e suporte iconográfico, a devoção e a festa do Espírito Santo ainda está presente e é activa em muitas terras, pesem as limitações conhecidas à sua expressão, designadamente nas festas e procissões dos elementos profanos e «tradições gentílicas», pós Trento e sob a cultura rigorista e iluminista das autoridades civis e eclesiásticas nos Tempos Modernos e século XVIII.[58] E que se exprimem na construção das mais majestosas igrejas, singulares capelas, pinturas, azulejos, imagens, que têm por este território os seus melhores testemunhos e que têm ainda largo rasto nas *Memórias Paroquiais,* com descrições nalguns casos bem desenvolvidas dos seus Impérios e dos seus vodos.

A estatística das referências a capelas e ermidas (pelas *Memórias* existentes) permite registar para o território de Lisboa 42 capelas dedicadas ao Espírito Santo (com ou sem irmandades e confrarias) e mais 9 irmandades/confrarias noutras igrejas e capelas. É um número bem menor para o território de Setúbal, 9 ermidas/capelas (*Vide,* Roteiro – *Padroeiros das igrejas e capelas*…).

Capelas e confrarias/irmandades dedicadas ao Espírito Santo (nas Memórias Paroquiais de 1758)

DISTRITO DE LISBOA	Capelas [(a)]	Confrarias/Irmandades [(b)]
Alenquer	5	-
Arruda dos Vinhos	1	-
Azambuja	1	1
Cadaval	2	2
Cascais	-	[2]
Lisboa	6	2
Loures	6	-
Mafra	7	1
Odivelas	1	-
Sintra	2	1
Sobral de Monte Agraço	3	-
Torres Vedras	5	-
Vila Franca de Xira	3	-
DISTRITO DE SETÚBAL	**Capelas [(a)]**	**Confrarias/Irmandades [(b)]**
Alcácer do Sal	2	-
Alcochete	1	-
Almada	1	-
S. Tiago do Cacém	2	-
Sesimbra	1	-
Setúbal	1	-
Sines	1	-

[(a)] Capelas que podem ter ou não confraria/irmandade
[(b)] Confraria/Irmandade na igreja ou outra capela

[57] Jaime Cortesão – «A História nos Painéis de S. Vicente» in *História dos descobrimentos portugueses*. Círculo de Leitores, Segundo volume, 1979, pág. 50 e ss. Há em Lisboa, então, além da irmandade do Espírito Santo e Corpo de Deus (com Compromisso comum de 1434), outras de pescadores, como a do Corpo Santo, ou de São Pedro Gonçalves Telmo, e mais tarde, a de S. Pedro (*o.c.*, pág. 52).

[58] Avelino Freitas de Meneses – «O império do Espírito Santo: o caso dos Açores». *Brotéria*, vol. 182 (1), 2008, pp. 85-90.

O recurso a outras fontes de informação permitirá, certamente, alargar o seu número e testemunhos, designadamente para *Alenquer* (mais uma capela para Aldeia Galega da Merceana), para a *Lourinhã* (paróquia de Moledo, para a qual só temos *Memória breve*), para *Mafra* (para Milharado). E sobretudo para *Torres Vedras* onde se registam capelas do Espírito Santo também para as paróquias de Turcifal e lugares de Dois Portos, Ribaldeira e Folgorosa.[59] Partindo de Lisboa, em direcção a Norte, vêmo-las sobretudo concentradas pelos territórios que ligam Loures, Mafra, Torres Vedras, Alenquer, até ao Cadaval. Estamos em presença de ermidas e capelas e irmandades/confrarias em geral muito antigas tendo, como é sabido, como ponto de partida, primitivos hospitais, albergarias e eremitérios. Outros testemunhos que não as *Memórias Paroquiais* permitem fixar-lhe o período de maior fulgor, os tempos da Idade Média, até ao governo de D. Manuel, época de profundas reformas e reajustamentos destas instituições a hospitais e às novas misericórdias. Pelas *Memórias Paroquiais*, a maior antiguidade destas capelas e cultos vai subentendida, atendendo ao padroado e administração, a saber, de hospitais e seus mordomos – capela do Espírito Santo em Aldeia Galega (c. Alenquer), capelas do Espírito Santo de Azueira e S^to. André de Mafra (c. Mafra) – ou das casas de misericórdia – capelas do Espírito Santo de Alcochete, capelas do Espírito Santo de Alvalade e S. Tiago do Cacém (c. S. Tiago do Cacém), capela do Espírito Santo de S^ta. Maria da Graça de Setúbal e Sines; ou por andarem sob administração régia por efeito da jurisdição real, capelas do Espírito Santo de Aldeia Gavinha e S. Pedro de Alenquer e Pereiro de Palhacana (c. Alenquer), capela do Espírito Santo de Alcainça (c. de Mafra), capela do Espírito Santo da Sapataria (c. de Sobral de Monte Agraço), capela do Espírito Santo de Alcácer do Sal, indícios de fundação antiga e das sucessivas incorporações dos hospitais desde D. Manuel I. Apesar da decadência histórica que se lhes refere[60] e algumas se dizerem arruinadas em relação ou não com o Terramoto,[61] há referência a capelas e irmandades com seus estatutos novos, o que também é prova de antiguidade.[62] Estamos aqui, expressivamente, na presença do principal núcleo de capelas cujo padroado *é popular*, o que regista a particular adesão do povo das paróquias à devoção do Espírito Santo e suas tarefas essenciais, assistenciais e hospitalares e o relevo histórico e central que terão na vida paroquial. De facto, do universo de quarenta e duas capelas dos concelhos de Lisboa e seu termo, pelo menos vinte e cinco capelas são de padroado popular, ditas a maior parte, do povo, do lugar ou de sua administração, fábrica e festejo; ou do governo das irmandades, tuteladas e confirmadas pelas autoridades régias, e algumas ao modo das misericórdias, com seu provedor (v.g. S. Pedro, c. de Alenquer). Por este seu estatuto, estas capelas desempenham na paróquia um papel cimeiro e central face às demais capelas, completando ou substituindo-se à igreja paroquial. No caso da capela do Espírito Santo de Torrão (c. de Alcácer do Sal) não tem padroeiro, vai dita sujeita à matriz. Em muitas delas – nas de padroado popular em maior número – vai referenciado o depósito do Santíssimo Sacramento, a muitas das quais a irmandade e confraria dão suporte. Mas há também alguns casos, certamente singulares e de especial concessão, que vão em capelas de padroado particular.[63] Neste

[59] *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*. Junta Distrital de Lisboa, 5 volumes, 1962 – 1973. Nesta notável colecção de *monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa,* é possível colher informações para a sua datação. É o caso da capela do Espírito Santo de Asseiceira Grande (Milharado) onde se localiza uma pequena composição gótica de pedra, representando a descida do *Espírito Santo*, sobre o arco triunfal (3º volume, pág. 37); Em Sintra, a capela do Espírito Santo de Almargem do Bispo, templo com uma porta *gótica* (2º volume, pág. 14). Construções, pinturas e imagens da época manuelina e século XVI vão muito referidas: Aldeia Galega (Alenquer), Turcifal e Dois Portos (Ribaldeira e Folgorosa); Loures (capela do convento do Espírito Santo); capela do Palácio de Sintra; Em Mafra, capelas de Enxara do Bispo, Cheleiros.

[60] *Em Nome do Espírito Santo. História de um culto*. IAN/TT, 2004.

[61] Capela do Espírito Santo da Conceição, Lisboa; Capela do Espírito Santo de Cheleiros (c. Mafra), Capela do Espírito Santo de Cachoeira (Vila Franca de Xira) e Capela do Espírito Santo de S^ta. Maria da Graça de Setúbal.

[62] É o caso da irmandade do Espírito Santo colocado na capela do Espírito Santo de Carnide (c. de Lisboa). A capela do Espírito Santo de S^to. Antão do Tojal (c. Loures) é dita de construção anterior a 1600.

[63] É o caso v.g. a capela do Espírito Santo de Santa Catarina (dos Terceiros que serve de capela do recolhimento de Cardães); da capela do Espírito Santo de S. Quintino (c. Sobral do Monte Agraço). Mas a missa aos Domingos e Dias santos é paga ao capelão pelos vizinhos. Capela do Espírito Santo de N^a S^a da Assunção de Almada.

caso suportarão missa aos Domingos e dias santos, o viático aos fregueses, alargando assim ao público o serviço paroquial. À capela do Espírito Santo de Sapataria (c. de Sobral de Monte Agraço) vai anexa a obrigação de carta de guia aos pobres ao hospital mais próximo, resto certamente da função de albergaria e hospital a que muitas capelas vão agregadas como às misericórdias sucedâneas. O padroado e a articulação às misericórdias (ou seus hospitais) é depois do padroado popular, o mais frequente. Vai referido para as capelas de Aldeia Galega (c. Alenquer) e as do c. de Mafra, Azueira e S^to. André, de padroado dos hospitais. E para a de Alcochete, S. Tiago do Cacém e Alvalade (S. Tiago do Cacém), Santa Maria da Graça de Setúbal e Sines, às misericórdias. Aquando de reformas nas matrizes – S^to. Antão e S. Julião do Tojal (c. Loures), e pelas ruínas do Terramoto – Carnide (Lisboa), Enxara do Bispo (c. Mafra), S. Tiago de Torres Vedras e N^a S^a de Almada –, as suas capelas públicas do Espírito Santo foram o principal ancoradouro da paróquia e do Santíssimo. Algumas delas são até ponto de chegada e de partida das procissões gerais da paróquia (capela do Espírito Santo de Almargem do Bispo e Lampas, c. Sintra).

A densidade e intensidade da devoção ao Espírito Santo (em todas as camadas sociais) vai de par com a grandeza e nobreza de algumas capelas, como se pode atentar no facto de muitas delas irem ao *Inventário dos monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa* pela sua antiguidade, pelas suas estruturas e arquitectura, pela importância das suas telas, retábulos e também de rica azulejaria, ao modo das igrejas da região. Nestas, aliás, são também muito gerais as representações das figuras da *Trindade*, do *Padre Eterno*, do *Filho*, do *Espírito Santo* e do *Pentecostes*, nas suas expressões e manifestações figurativas, em muitos casos representações muito antigas. E o que vai assinalado também é que em geral – por estes concelhos de Sintra e Mafra – estas capelas vão na maior parte dotadas de vários tipos de galilés que, naturalmente, suportam a extensão das áreas de culto, mas é sobretudo espaço para reunião de confrades, recolhimento, resguardo, pernoita de pobres e peregrinos.[64]

O *Espírito Santo* é um particular tempo festivo, também ponto de partida para a realização de vasta mobilização de círios, procissões e romagens. As devoções e seus devotos, as suas irmandades e capelas estão naturalmente no centro desta movimentação. Particular expressão tiveram estas festas com funções do Império e Vodos em Cascais, Alenquer por especial devoção e determinação da Rainha e sua Casa, senhora destas terras. Fixaremos algumas passagens de descrições mais pormenorizadas delas feitas pelos párocos memorialistas.

Na vila de *Cascais*, segundo o memorialista de N^a S^a da Assunção, a festa do Espírito Santo, com seu Imperador, teve seu princípio no reinado de D. Dinis e rainha Santa Isabel, que assim o determinaram para todas as terras: «Divino amor fosse mais louvado e em seu louvor se dessem esmolas aos pobres». Por esta razão, a festa do vodo, associado à repartição do pão, está aqui sempre presente, certamente. No Espírito Santo da vila de Cascais o Imperador representa a figura d'El-Rei.[65] Particular desenvolvimento, com notável descrição, têm nestas *Memórias* as festas do Espírito Santo e função do *Império* e *Vodo* em Alenquer. Diz-se aqui também remontar à iniciativa da mulher de D. Dinis, a rainha Santa Isabel. Vai largamente descrita em S. Pedro e N.ª Sr^a da Assunção da vila de Alenquer, cujos párocos fazem remontar o vodo ao reinado de D. Afonso II e à acção de graças contra a peste que depois se articulará com as festas do Espírito Santo. É função que se faz e inicia, por costume antiquíssimo, e acórdãos da confraria do Espírito Santo, em todos os Domingos desde a Páscoa até ao Espírito Santo. Não resistimos em transcrever aqui o central da função colhida do texto da *Memória*: «Função chamada do Império, que saía da igreja, em que ia adiante a bandeira da confraria, acompanhada com trombetas, com duas pelas, bailando (mulher a dançar com movimento de braços e pernas que lembravam o de uma bola), aos ombros dos

[64] *Monumentos* .. II, Sintra, pág. 22.

[65] Da paróquia de Alcabideche (c. Cascais) guarda-se uma cruz processional gótica do séc. XV e outros objectos de culto e em participação festiva, cultual e processional: *Monumentos … o.c.*, pág. 76.

homens, por serem meninas de pouca idade; logo uma dança das antigas do Reino, depois muitas pessoas nobres, a que se seguiam duas moças donzelas, toucadas e bem vestidas em corpos, a que chamam de damas. E entre elas um menino nobre, que leva nas mãos uma espada larga, sem copos, com a cruz e punho dourados e bainha de veludo, chamado estoque. E dizem que fora do dito rei D. Dinis, servindo assim o dito menino de pajem do Imperador, que é um homem nobre, que vai logo de trás. E ultimamente um capelão com um prato grande de prata dourada, e nela uma coroa imperial da mesma matéria, com uma pombinha, figura do Espírito Santo». E encaminhava-se toda esta comitiva até à igreja do convento de S. Francisco, onde bailavam as ditas damas, antigamente, ao som da gaita e tamboril, e modernamente um homem que juntamente, tocava viola. Na igreja, o Imperador era coroado por um padre do convento, revestido de capa de asperges. E voltava toda a comitiva para a igreja do Espírito Santo, onde o Imperador beijava uma cruz com o Santo Lenho. Depois, na praça havia oferendas e reverências à majestade (do Imperador). Esta função refere o memorialista «ainda hoje se celebra no que toca à coroação do Imperador e acompanhamento. Há alguns anos foram retiradas as manifestações mais festivas e profanas de danças e bailes.

A preceder a festa do Espírito Santo, há outra função de *vodo*, que se diz remontar a D. Afonso II, em agradecimento a N.ª Sr.ª da Assunção que se venera na igreja Triana, por livrar da peste a terra, que então se venera em agradecimento. É a chamada *função da candeia*, rolo de cera bento, que se prende do altar-mor da igreja de S. Francisco e se estende pelas ruas da vila até ao altar-mor da igreja da Senhora da Triana. Nessa função junta-se todo o clero, nobreza, justiças, câmara e povo na igreja de S. Francisco, e também a figura do Imperador «com dois homens dos principais», para fazerem figura de reis. E sendo estes coroados por um padre revestido de capas de asperges – imperador e dois reis – aquele com coroa imperial, estes com coroas de prata, «abertas todas com a pombinha, figura do Espírito Santo», vai em procissão festiva, levando o rolo e candeia. Na casa do voto que é o piso inferior da casa do Espírito Santo, casas nobres, em cuja loja se albergam peregrinos, é benzido o pão e a carne do *vodo*, para distribuir aos confrades e pessoas nobres da terra. E na mesma casa, se dá, na primeira oitava do Espírito Santo, jantar a todos os pobres, homens e mulheres «que muitas vezes chegam a trezentos, que são servidos à mesa pelo provedor e mais pessoas de respeito». Função da candeia e vodo, coroação do Imperador e reis, são realmente manifestações paradigmáticas em honra de Nossa Senhora e do Espírito Santo. Que aqui em Alenquer ganham particular brilho atendendo ao perfil histórico-sociológico da terra, sua posição para encenar e difundir as raízes e os elementos de uma manifestação ao mesmo tempo religiosa e política, – associando comunidades, paróquias e párocos (eclesiásticos) – de um culto poderosamente vinculado aos factores democráticos e religiosos da constituição da comunidade nacional, seu espírito laico, de liberdade, associado ao culto da natureza de base franciscana como quer Jaime Cortesão.[66] Outras manifestações e funções de envergadura vão também registadas para o Espírito Santo de Lousa (c. Loures), da Sapataria (c. de Monte Agraço). Mas de facto a sua vivência é bem larga por todo este território.

13.4 – Cronologia, geografia, raio de acção do movimento romeiro

Este movimento romeiro maior de círios e romagens desenvolve-se nos seus tempos próprios, a saber, pelo tempo Quaresmal, Paixão e Páscoa, pelo Espírito Santo, pelas Ladainhas, pelas festas de Nossa Senhora, conjugando tempos e calendários litúrgicos com antigas tradições festivas civis, mais liga-

[66] Jaime Cortesão – *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Livros Horizonte, 1ª edição, 1978 (A formação democrática de Portugal, pp. 217-225). *Idem – Os descobrimentos portugueses…o.c.*, pág. 229 e ss; Avelino Freitas de Meneses – «O Império do Espírito Santo: o caso dos Açores» *art. cit.,* vol. 182 (2016).

das aos tempos propícios e às economias agrícolas. No essencial, concentravam-se entre Julho e Agosto, estendendo-se por Setembro e Outubro, tendo claramente na Primavera, Verão e Estio – como então se dividiam as estações do ano, além do Inverno – o seu tempo maior. Se muitas têm o seu calendário fixo, outras para responder às circunstâncias, são de calendário, *ad libitum*, como dizem os párocos, isto é, de marcação livre, dos devotos e comunidades, que conjugarão diversos factores para a sua marcação entre eles, certamente, a concorrência festiva e ferial regional.

O desenho da geografia das rotas destes grandes círios e romagens, que é muito elevado neste território, em particular a Norte do Tejo, é um dos testemunhos mais extraordinários da forte convivência e articulação regional e, por ela, da construção de fortes identidades de base cultural e devocional que põem em ligação entre si Lisboa e os mais importantes pólos regionais. Deste ponto de vista, de realçar, desde logo, o papel central, dinamizador e aglutinador que representa **Lisboa,** centro emissor de grandes círios e romagens que a si articula o território e por esse facto lhe dão também particular proeminência. Da região de Lisboa vêm as referências a três grandes círios que aí têm particular expressão, história e movimentação. O *círio do termo da Corte* ou dos *saloios* de *Nª Srª do Cabo*, muito antigo, que desenvolveu um sistema de giro de responsabilidade das freguesias de transporte e organização do círio, que atravessando o mar se dirigem a Nª *Srª* do Cabo Espichel. No início eram trinta freguesias, o número foi diminuindo. Alcabideche e Carnaxide tinham sido as freguesias que tinham incentivado o giro. O modelo alargou-se depois a outras grandes movimentações e roteiros. O chamado *círio da Prata Grande*, da Igreja Nova (com Compromisso de confraria aprovado em 1732); dele faziam parte dezassete freguesias da região de Sintra e Mafra. E o de *Nª Srª da Atalaia,* da Alfândega de Lisboa de princípios do século XVI, que conta com uma participação elevada de confrarias da região de Lisboa, Palmela, Setúbal, Sesimbra.[67] Com a provável excepção das terras concelhias mais longínquas – em grande parte só alcançáveis por terra, como é o caso da Lourinhã, Cadaval, Alenquer e Azambuja, numa distância maior a Lisboa, – a todas as outras terras vão devotos, romagens e círios da capital, naturalmente a engrossar o caudal dos romeiros e círios que concorrem às terras. À cabeça, com maior número, as terras que constituem o primeiro círculo da capital: *Oeiras, Mafra, Odivelas, Cascais, Sintra, Loures*, num raio mais próximo; *Torres Vedras, Arruda dos Vinhos* e *Vila Franca de Xira* (esta de maior acessibilidade marítima) constituem o limite das "entradas" das bandeiras dos círios populares lisbonenses. Para a margem Sul, por travessia marítima, os círios e as romagens vão ao Barreiro, à Moita e mais longe a Sesimbra e Setúbal que Lisboa, os seus devotos, as suas instituições, abraçam e por onde estendem a acção devota e festiva, de agradecimento e reconhecimento. Dificilmente se encontrará tão forte elo de aproximação e convívio regional, da capital com o seu território e deste com aquela.

Pelo território à volta de algumas devoções constelam-se e configuram-se romagens de concorrência regional que sobrelevam a paróquia, os termos das vilas dos concelhos, alguns dos quais se inserem e se estendem por outros concelhos e territórios limítrofes. **Mafra** é indiscutivelmente o concelho (no seu moderno território) de mais forte concentração de círios e romagens vindas de fora. Concentram-se na *Senhora do Livramento* e *Santa Cristina* em Azueira. Diz o memorialista que nos três dias de festa se sagrarão mais de 2.000 reses de gado. Mas também a *Nª Senhora da Encarnação* em Fanga da Fé e à *Nª Srª do Rosário* e *Nª Srª do Socorro*, nas suas capelas em Enxara do Bispo. Só à Senhora do Livramento, enumera o memorialista *10 círios* e para Nª Srª da Encarnação 14 ao longo dos meses de Julho a Outubro. Para além do concurso de todas as freguesias do concelho de Mafra, vêm muitos círios de Torres Vedras e Sintra. Mas, de um modo geral, vêm romeiros de todo o território que se estende de Cascais a Alen-

[67] António Camões Gouveia, Pedro Penteado, João Francisco Marques – «Sensibilidade e representações religiosas» *in História religiosa de Portugal* (dir. de Carlos Moreira de Azevedo). Círculo de Leitores, vol. 2, Lisboa, 2000, pág. 317 e ss.

quer, de Lisboa à Moita. Depois de Mafra é no território que hoje se integra no concelho de **Loures** onde mais se regista o concurso de círios e romagens às suas devoções. Desde logo, os vindos de Lisboa, pela grande proximidade de muitas terras. As obras de Mafra podem ter estimulado estes concursos, como aconteceu relativamente à paróquia de S^to. Antão do Tojal. Ao território vêm devotos e círios de Lisboa, a N^a Sr^a da Piedade ao pé da Cruz na igreja de Camarate, a N^a Sr^a da Saúde, em Montemor de Loures (em agradecimento de protecção contra a peste), em S^to. Antão do Tojal, a S. Roque, à Virgem dos Remédios. Notável concurso de freguesias vizinhas tem o S^to. Amaro em Loures e o Senhor Jesus dos Afligidos na igreja e também o Espírito Santo em Lousa. E também o S. João da Talha «com festividade chamada bodo, que é a cousa mais antiga que se acha nas confrarias». À paróquia de S^to. Antão acodem romagens regulares – incluindo os círios de Lisboa – ao S^to. Antão, ao Senhor dos Passos (com passos armados como na Corte), a S. Roque, a S. Diogo de Alcalá. A festa de S. Diogo envolve também vodo e merendeiros. Mas a paróquia de S^to. Antão do Tojal vai também com círio a outras terras: vai ao círculo dos saloios de N^a Sr^a do Cabo, vai a N^a Sr^a da Saúde em Montemor de Loures, onde têm casas próprias para seus romeiros. Por terras de **Torres Vedras,** recebe a Vera Cruz, na igreja de Freiria, cinco procissões de terras vizinhas, cantando a ladainha dos santos «em memória das mercês de Deus pela falta de água para criar os frutos». Em A dos Cunhados, a N^a Sr^a da Luz, com jubileu grande, para as festas de Senhora e dia de Sant'Ana, mas de «bastante tumulto», ao presente, como aliás o tinha N^a Sr^a da Piedade, na sua capela, ao tempo de grandes romagens, como faz questão de assinalar o memorialista. No Turcifal, ao Senhor Morto na ermida de S^ta. Isabel e na igreja, a S. Sebastião e N^a Sr^a da Piedade. Esta «era tão nomeada das gentes que a romaria celebrada deste Reino era a Senhora do Turcifal, pelos contínuos milagres». Na **Lourinhã** destaca-se a Senhora da Misericórdia (aparecida) em Moita dos Ferreiros, com romagens e círios todo o ano da vila de Peniche, de Vila Verde, Vilar, Aldeia Grande, Vila Chã, Labrugeira, dos Penedos, da Moita dos Ferreiros. Juntam-se aí a 8 de Setembro, quatro círios e «se faz ao modo de feira». Em **Sobral de Monte Agraço** relevam sobretudo as romagens a S. Quintino. É devoção de grande confraria com muitos irmãos que se recrutam entre quatro e cinco léguas da paróquia. No dia do santo faz-se feira franca «com vodo em que se matam doze bois e se cozem dois moios de trigo de farinha, que se repartem em merendeiros pelos confrades». A N^a Sr^a da Guia, na Sapataria, concorrem também romagens e círios de Palhacana. Em **Sintra,** a procissão geral do clero, povo e câmara da vila, à ermida de S. Sebastião «ermida feita no tempo da peste»; em Almargem do Bispo, a N^a Sr^a dos Enfermos, a N^a Sr^a da Piedade da Serra e em Penaferrim – no dia de Sant'Ana – S^ta. Eufémia com muitas romagens e círios – todos os anos de votos de Lisboa. Em **Cascais,** como refere o memorialista, «a coisa mais antiga e digna de memória da terra e freguesia é a soleníssima festa do Espírito Santo, a que chamam Festa do Império». E também vai referida para Alcabideche, de grandes romagens e concurso. Outras há de grandes romagens e concursos. É o caso de N^a Sr^a da Guia (na vila), N^a Sr^a da Conceição (em Alcabideche), com votos de círios que vêm de Lisboa, por terra e por mar. Também de grandes romagens, em Alcabideche, N^a Sr^a da Peninha, N^a Sr^a do Bom Sucesso e S. Saturnino, S. Cristóvão, N^a Sr^a do Pilar (com três dias de feira). E em Cascais, o S. Bento, de grandes festas e concurso de comédias e fogo. Em **Oeiras** e **Sacavém** é grande o concurso da terra e de Lisboa: a S. Bento de Valejas, a S. Bruno, a Nossa Senhora do Porto Salvo. E na igreja de Carnaxide, a S^ta. Catarina. O território do concelho de **Alenquer** é outro grande centro de concentração de romagens para as áreas do Ribatejo. Já se referiram as festas e funções do *Império* e *Espírito Santo e vodo da candeia*. A algumas outras imagens concorrem muitos círios. A Aldeia Galega da Merceana (c. de Alenquer), a N^a S^a da Piedade na igreja, vêm quatro círios: de Alhandra (na véspera do Espírito Santo), Atouguia da Baleia, Giraldes (estes no terceiro Domingo de Outubro) e dos arredores de Santarém (vésperas da Trindade). Correm-se toiros e para o voto matam-se dois toiros em memória da aparição de Nossa Senhora. A Alenquer, à capela de N^a Sr^a da Ameixoeira, concorrem «muitos círios de quasi todas as terras do Ribatejo»

(todos os Domingos do último de Agosto a 1 de Setembro) (S. Pedro de Alenquer). A romaria a Nª Srª dos Remédios, de Espeçandeira, antigamente de grande concurso, está agora decadente.

Os territórios à margem do Tejo são também de largo concurso lisboeta que as acessibilidades fluviais favorecem. O território de **Vila Franca de Xira** é o principal polo de concentração de Lisboa, terras das beiras e de riba Tejo. De Lisboa vêm círios praticamente a todas as grandes devoções, em especial a Nª Srª do Bom Sucesso em Alverca, a Nossa Senhora do Tojo, em Castanheira (dois círios). Para algumas das maiores devoções regista-se também a concorrência regional: a Alhandra, ao Santo Cristo, na igreja, concorrem a vila «e quasi todo o Ribatejo», pela sua particular protecção contra as secas. A Nª Srª do Tojo (na igreja) e Nª Srª da Barroquinha, concorrem, todos os anos, mais de oito círios, vindos da vila, das paróquias do termo e de fora (Samora, Alcochete). Em Povos, ao Senhor Jesus da Boa Morte na igreja e em Vialonga a Sta. Eulália (esta com vodo em Dezembro). Em **Azambuja**, o memorialista destaca a devoção e concurso à Nª Srª do Rosário na igreja: «à qual o povo da vila consagra a sua primeira e maior devoção». Na mesma vila, à ermida de S. Pedro (que é de administração da câmara) vai esta em procissão e a Colegiada e imagem de Sto. Cristo, na igreja da Misericórdia, sai também com grande procissão. E a Nª Srª da Conceição, no hospício da Ordem Terceira, fazem-se exercícios espirituais. E a Nª Srª dos Prazeres na sua capela em S. Pedro de Arrifana fazem-se «muita romagem» de vizinhanças.

Pelas terras da banda Sul, o grande «mar» do Tejo proporciona e estimula, sem dúvida, os contactos religiosos e romeiros entre as duas bandas do «grande mar». Os círios de Lisboa chegam também ao Barreiro (a S. Roque), à Moita (a Nª Srª do Rosário e S. João Baptista) e mais longe, com os lancheiros de Alfama, ao Senhor do Bomfim de Setúbal. **Palmela** e **Moita** – ambos concelhos de grande interface e ligações regionais – são os territórios de mais forte desenvolvimento e concentração romeira. A articulação real e à Coroa da nobre e antiga vila de Palmela, vai aqui expressa a propósito das festas de Nª Srª da Graça, Sta. Susana e S. Brás (nesta sua capela) que contam com as visitas reais desde D. Dinis, bem como a associação de Nª Srª da Redenção à causa da Restauração nacional de 1640, ambas na vila de Palmela. Mas às capelas e devoções de Sto. António da Serra, de S. Luís, de S. Romão (demolida), S. Julião, Sant'Ana (com mais Santa Catarina e Monte do Carmo na sua capela) vêm imensas romagens da sua vila de Palmela, de fora do seu termo, dos montes, dos campos e lavradores, em romagens e dias separados. É possível contar, seguindo o testemunho dos memorialistas das paróquias da vila (Sta. Maria do Castelo e S. Pedro de Palmela), mais de duas dezenas de romagens vindas do termo de Palmela, mas sobretudo de Setúbal e também de Sesimbra, com a realização de grandes festas solenes em dias certos, para além de outras, *ad libitum*. E há ainda a grande festa a S. João Baptista, com actos religiosos e civis, na igreja matriz e na praça da vila, concorrida de touros, toureiros e garrochas, para que concorrem a Coroa e a câmara pelas rendas próprias e das sisas e os mordomos com as esmolas para suprirem os gastos do grande vodo que se dá aos pobres. Isto em agradecimento e memória do voto do povo «pelos prodígios que tem obrado contra as pragas das searas e frutos». O concelho e terras de **Moita** é outro importante polo de articulação regional territorial e marítima a Lisboa e todo o mar do Tejo. Já nos referimos à festa, *in memoriam* e acção de graças votiva a Nª Srª dos Anjos, na matriz da vila *Alhos Vedros*, pelo triunfo sobre os mouros, com grande trajecto histórico, a que vêm muitas cruzes e círios das redondezas. E também ao *Senhor dos Passos* na igreja da Misericórdia desta mesma vila. Na Moita há que referir a capela e devoção de S. Sebastião «que nunca se acha sem gente, da terra e vizinhança», a capela de Nª Srª do Carmo e S. João Baptista, com festa e romagens em Julho e nos dias de S. Tiago e Sant'Ana, a que acodem «romagens de Lisboa e todos os dias das vilas circunvizinhas». Em **Alcochete,** a maior concorrência é à Senhora da Conceição do Mato (aparecida nas marés) na sua ermida, a quem os homens do mar lhe fazem todos os anos a sua festa no dia da Nª Srª dos Prazeres. De grande concurso é também a Nossa Senhora da Vida/Espírito Santo (da Casa da Misericórdia); a ela mais gente viria se tivesse onde se albergar, refere o páro-

co. A imagem de S. João Baptista, na igreja, tinha sido mesmo objecto de interesse do Infante D. Francisco, que a queria levar para a Corte, a que o povo se opôs. De resto, os concelhos e terras confinantes de **Coina, Montijo, Barreiro, Almada, Seixal**, têm activas ligações entre si e a elas concorrem devotos de Lisboa e Oeiras e os que entre ambas as margens andam em ligação contínua. A Nossa Senhora da Piedade de Almada referem-se romagens de Coina e lugar de Oeiras. No Barreiro, a S. Roque e ao Sr. Jesus dos Aflitos (na igreja de Sto. André da Telha) vêm romagens contínuas e também de Lisboa. No Seixal, a Nª Srª da Soledade, na Arrentela e Sta. Marta em Corroios, esta com romagem de Almada (Almada e Caparica), de Amora e Arrentela do termo da vila. **Setúbal** e **Sesimbra** constituem outro importante polo de movimentação romeira na sua região e para além dela. A *Setúbal*, por via marítima, chegam romagens, das mais largas distâncias, como vimos: ao *Senhor do Bomfim* vem os saloios (dos arredores de Lisboa e Norte do Tejo), os lancheiros de Alfama. Mas a esta grande devoção na capela do Anjo da Guarda de Nª Srª da Graça de Setúbal vêm, do Espírito Santo até Outubro, círios das terras e vilas de Alcochete, Seixal e Paio Pires e Aldeia Galega (esta agora em falta). Também na vila, na paróquia de S. Sebastião, de referir o concurso à Nª Srª dos Prazeres (no sítio de Troia) e Sto. Ovídio, de concorrência e demarcação social na movimentação e organização dos festejos, que separa a vila, do termo, dos marítimos, dos hortelãos, dos marchantes e cortadores, dos oleiros. Na paróquia de S. Lourenço à capela de Sta. Margarida vem o círio do Seixal (10 de Junho). E pelo Espírito Santo, a Nossa Senhora da Memória, do convento de Nossa Senhora da Arrábida, vem o círio dos saloios «a que chamam bodo» que o memorialista assim define: «são algumas coisas comestíveis e precisas dos religiosos e fazem banquete aos pobres em Arrábida». E ainda em S. Simão, à ermida de Nª Srª das Necessidades, aonde acodem romagens de duas e três léguas. No concelho de **Sesimbra** fixam-se às capelas de *Arrábida* e *Cabo Espichel* que são das mais notáveis e de elevado concurso e que fazem destes territórios uma espécie de «espaço sagrado e votivo». A Nossa Senhora do Cabo, «imagem de grande devoção», concorrem romagens de círios que começam no mês de Maio e continuam até Agosto; a Nª Srª de El Carmen, no princípio da Serra da Arrábida, três grandes festas; a Nossa Senhora da Arrábida, no convento dos Capuchos. E a Nossa Senhora dos Navegantes, junto ao Cabo Espichel. Pelas terras do interior Sul parecem rarear e diminuir as devoções com romagens de maior circulação a traduzir povoamento e contactos sociais e humanos mais esparsos e descontínuos. Em **Alcácer do Sal** releva a de Nª Srª do Bom Sucesso, na vila do Torrão, com festas também elas demarcadas pelas configurações sociais da terra: festas e dia dos lavradores, cavalheiros, almocreves, devotos e romeiros em geral. Com frequência de romagens também à Senhora do Monte Carmo e S. Martinho e o Senhor dos Mártires na igreja de Alcácer. Em **Santiago do Cacém** romagens a S. Pedro e nicho de Nª Srª da Conceição no Cercal, a Sant'Ana no Roxo, a Nª Srª da Graça em Sto. André e Espírito Santo na igreja de Sta. Cruz, cuja festa tem vodo. E em Sines, a mais frequentada da terra, é Nossa Senhora das Salas. A de S. Marcos foi restringida nos seus excessos profanos, por imposição do Prelado.

As múltiplas referências sobre as devoções, na acção das suas confrarias e irmandades, no concurso de romagens, círios e devotos da terra, das vizinhanças e de mais largas distâncias, os milagres, votos, as imagens na sua beleza, as relíquias e jubileus, o concurso mais variado de gentes nos seus corpos sociais, a própria organização da *feira* e *terrados* a que o concurso de gente dá lugar e a obriga à presença contínua de padres e capelães, são testemunhos da maior relevância destas ermidas e capelas ou devoções colocadas nas igrejas. São mais escassas as referências às dimensões e estruturas arquitecturais e de apoio logístico, designadamente a moradias, hospedarias, albergues para apoio aos peregrinos, instalações a padres e capelães. Quando se lhe referem, especificamente, são testemunho claro desse maior desenvolvimento e concorrência. Registaram-se nestas *Memórias* no território lisboeta para Nª Srª da Guia, em Cascais, Nª Srª da Saúde, em Loures (Montemor), S. Diogo em Sto. Antão do Tojal (Loures), Nª Srª da Ameixoeira (em Sto. Estevão de Alenquer); casas para romeiros na ermida de Nª Srª do Socorro (5 de Agosto)

em Turcifal (c. Torres Vedas).[68] Pelo território de Setúbal, em Nª Srª do Bom Sucesso, na vila de Torrão (Alcácer do Sal), Nª Srª da Salas (c. Sines). E a *Nª Srª do Cabo (Espichel)*, em Sesimbra, para acolher os extensos círios do «círculo dos saloios». Ao Espírito Santo, de Alcoentre (c. de Alcochete) concorreria mais gente, diz o pároco memorialista, se tivesse albergaria. Mas a recolha de informação para além das *Memórias* é necessária para que se tenha deste devocionário romeiro a imagem da sua verdadeira dimensão e impacto social que o testemunho dos párocos poderá desfocar, ora calando, ora alargando.

13.5 – Cristalização e renovação do devocionário português

Deste devocionário algumas invocações de particular matriz lisboeta, nas suas origens, volve-se também nos seus desenvolvimentos e expansão geográfica, *devocionário nacional*. Logo à cabeça santos fundadores da cidade, da sua Reconquista. João Baptista de Castro, no seu *Mapa de Portugal (1745--1758)*, no capítulo respeitante aos «Santos da Província da Estremadura», por onde desenvolve uma primeira perspectiva de uma geografia devocional provincial (diocesana) portuguesa, destaca, como particular expressão, Santa Iria, os três irmãos S. Veríssimo, Máxima e Júlia, frei Bartolomeu dos Mártires e Santo António lisbonense «portento de Santidade e de prodígios, eterna glória de Portugal,[69] de que há largas referências pelas *Memórias Paroquiais* que recolhem na informação hagiográfica e histórica do contemporâneo Padre João Baptista de Castro, e nos grandes hagiológios portugueses, fonte de mais larga informação destes párocos, o Jorge Cardoso, no seu *Hagiológio Lusitano* (1652 – 1664) e Frei Agostinho de Santa Maria no *Santuário Mariano* (vol. 1, de 1710, respeitante a Lisboa).[70] Em Lisboa, na Corte, na igreja de Santa Engrácia, parece ter-se configurado desde a sua fundação a ideia de aí recolher o essencial do património português do santoral, como se lhe refere o memorialista paroquial: «Há tradição que a infanta fundadora D. Maria, filha de D. Manuel I, ordenara que neste templo estivessem só imagens de santos portugueses e a experiência assim o mostra por não haver neste templo outros santos e terem quasi todas as armas reais no peito». De entre os santos portugueses enumera Sto. António, S. Lupércio, S. Gonçalo, S. Frutuoso; de entre as santas, Santa Senhorinha, Santa Engrácia e Santa Isabel «e outras mais santas portuguesas».[71]

É na capela real do Paço que se instala o devocionário maior da Coroa, da Monarquia, da Igreja lisbonense e portuguesa e dos Portugueses, que aí se foi instalando antes e depois da sua elevação a Igreja Patriarcal. Por toda a capela acomoda-se na sua grande e alta nave principal, nas duas naves laterais – que recolhem os oito novos altares à romana, com sumptuosos ornatos de duas colunas, ladeando os altares – na grande e profunda capela-mor que tem quasi a extensão do corpo da igreja, no grande coro, mas duas grandes capelas, a do lado do Evangelho (do Santíssimo Sacramento) e da Epístola, nas suas galerias e escadórios de articulação ao Palácio Real e ao espaço exterior envolvente à capela e palácio. Vasto espaço este que Inácio Barbosa Machado considera a maior capela-real da Europa e como catedral, uma das maiores e mais «desembaraçadas» igrejas de Portugal.[72]

---

[68] Junta Distrital, Torres Vedras, pág. 63.1

[69] J. B. de Castro – *Mapa de Portugal* …o.c., (1745-1758) nos capítulos sobre «Santos da Província da Estremadura» e «Imagens milagrosas de Maria Santíssima», (na 2ª ed., págs. 97-102 e 174-227).

[70] Ou em Fr. Luís dos Anjos – *Jardim de Portugal* (1620); António de Sousa Macedo – *Flores de Espanha, Excelências de Portugal (1631),* com narrativas hagiográficas de santos nacionais, que de algum modo de enquadram também nas obras de pendor nacional – independentista e restauracionista (*História Religiosa de Portugal*, coord. de Carlos Moreira de Azevedo. Círculo de Leitores, vol. II, Lisboa, 2000, pág. 643).

[71] Como S. Francisco Xavier, S. Leandro e outros vindos às *Memórias Paroquiais*, para além dos referidos por J. B. de Castro no *Mapa de Portugal …o.c., (1745-1758)*.

[72] Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.,* (1759).

O devocionário vai aí particularmente suportado em quadros e pinturas e nos inúmeros crucifixos e cruzes de prata e outra escultura, cruzes e crucifixos que seguem nas procissões; desde logo o grande Crucifixo da capela-mor e capela do Sacramento e outros que presidem às capelas das naves.

A capela-mor suporta o grande painel da *Assunção da Virgem*, padroeira e painéis da *Vida da Senhora*. O *Devocionário Nacional português*, ao lado do *Devocionário da Casa Real* têm aqui particular expressão. Este vai particularmente expresso nos retábulos das vidas e milagres que se distribuem pelos altares, à romana, das oito capelas das naves laterais.

O *Devocionário Nacional*, preenche aí o corpo superior da igreja por sobre a nave principal, em pinturas dos «melhores artífices» do século XVII, em grandes quadros onde se reúne o corpo de alguns «santos portugueses» e suas acções ou que «santificaram martirizados a nossa Pátria»: S. Dâmaso, S. Veríssimo e suas irmãs, Sto. António, S. Gonçalo de Amarante, S. João de Deus, Santa Engrácia, Sta. Isabel, Rainha de Portugal, Sta. Senhorinha. E pelos vãos dos arcos, para a parte da nave principal e corpo maior da igreja, os painéis de pinturas dos santos protectores das *cidades principais do Reino*, em ricas molduras, de talha douradas.[73]

A construção de novas igrejas, restauro ou reconstrução ou remodelação de antigas é, em regra, um momento e uma oportunidade para proceder à reorganização espacial e hierárquico-devocional dos cultos nos altares que pode exprimir mais directamente a evolução do devocionário, especialmente quando não é esta mesma evolução que está na origem de novas construções ou reformas. Sabemos que o Terramoto foi uma tal circunstância maior, pelas novas construções, reconstruções e obras a que deu lugar. Tal teve impacto num novo urbanismo, arquitectura e artes civis; teve-o também nas igrejas e sua imaginária. Esta foi certamente a oportunidade para pôr em cena ou elevar aquelas devoções e imagens que vimos ganhar corpo e expressão nos Tempos Modernos. Mas também relegando para segundo plano as que vão sendo esquecidas e preteridas pelo culto, designadamente pela revisão e actualização da Igreja. A própria necessidade de mudanças e ocupação de novos espaços – por regra bem mais reduzida nas capelas e barracas do Terramoto – obrigaram à selecção das imagens e bens das fábricas das igrejas e confrarias a reinstalar. Sabemos que, nestes casos por falta de lugares, muitas foram armazenadas, outras distribuídas por outras igrejas e capelas e também oratórios de casas particulares.[74] Este "movimento" é certamente um campo interessante de pesquisa e as *Memórias*, relatando muitas das vicissitudes da instalação e reorganização das igrejas, permitem seguir de algum modo o movimento dos seus bens, imagens e cultos.

O quadro do devocionário que se instala e é dominante em 1758 pode ser referenciado a partir da imaginária colocada na igreja nova que se está a construir na Costa da Caparica, do concelho de Almada. A igreja derrubada sob o Terramoto, vinha de 1482, construída sobre uma ermida de 1442 (que servia de apoio às sepulturas dos mortos do lugar, pela distância à matriz de Almada). Recolherá a padroeira, no seu altar-mor, Nossa Senhora (de Monte da Caparica), com S. Miguel arcanjo e S^to. Amaro, no arco da capela-mor. Os seus seis altares foram colocados sob a invocação do Nome de Jesus, N^a Sr^a do Rosário, S^to. António, Santo Cristo, S. Sebastião, Senhor dos Passos. Aqui vai, no essencial, o corpo do devocionário que a estatística suporta e envolve para as igrejas deste território, que contabilizamos pelas *Memórias Paroquiais* na estatuária maior das matrizes, capelas e ermidas, confrarias e irmandades. Mas também é a expressão da sua mais moderna e intensa cristalização naquelas devoções que mais intensamente, à entrada da segunda metade do século XVIII, estão a dominar o quadro do devocionário paroquial português, as devoções crísticas e marianas.

---

[73] Inácio Barbosa Machado – *História crítico-cronológica…o.c.,* pp 150 e ss.

[74] Aconteceu em Lisboa e por muitas partes. Como o caso da igreja colegiada da Assunção de Alenquer, que se passou para a ermida de S. Martinho, com um só altar: «os santos e as imagens andam pelas casas dos paroquianos» (N^a S^a da Assunção de Alenquer).

Atente-se também na evolução dos cultos e imagens na nova igreja de *Nª Srª da Purificação* de Sacavém, mandada demolir por D. João V para fazer nova igreja, mas cujos trabalhos tinham parado em 1746. O Terramoto obrigou ao recurso à ermida de Nª Srª da Vitória para igreja matriz. As dedicações dos sete altares que passam para a ermida sofrem adaptações. A principal vai na linha da evolução da invocação à Virgem: cai a Senhora da Assumpção, erige-se um altar dedicado à agora mais requisitada, Nª Srª da Conceição. Aliás, já se verificara uma anterior mudança do orago: Nª Srª dos Prazeres («título dado por D. Afonso Henriques») cedera a Nª Srª da Purificação. Mas o que é também de assinalar é que se não tresladaram os santos que tinham na anterior igreja altar próprio: S. Francisco, S. Miguel, Sta. Catarina. Em conclusão, entrada aqui do mais importante culto mariano de Nª Srª da Conceição, com a secundarização dos santos. Na capela, que servirá de igreja, domina assim e sobreleva para além do SSmo., as devoções crísticas (da Paixão) e as marianas na mais moderna versão.

As imagens e devoções que ganham lugar no grande palácio-mosteiro de *Mafra* exprimem muitos destes planos dos cultos agora mais elevados, com a superabundância da Virgem e novos cultos e o essencial dos patriarcas e fundadores das grandes Ordens. Mas onde, por especial «padroado» e invocação do mosteiro, os *santos franciscanos* ganham especial relevo no frontispício, Maria Santíssima e o Menino; Sto. António de joelhos; S. Domingos e S. Francisco, em nichos: Sta. Clara e Sta. Isabel de Hungria. No átrio seis grandes estátuas de jaspe: S. Vicente, S. Sebastião, S. Bento, S. Bernardo, S. Bruno, S. João da Mata. Em nichos virados para o átrio, de um lado S. João de Deus, S. Filipe Néri, S. Caetano, Sta. Teresa de Jesus; do outro, S. Pedro Nolasco, S. Francisco de Paula, S. Félix de Valois, Sto. Inácio de Loiola. Pelos onze altares é a Virgem nas múltiplas invocações e os santos franciscanos: no altar-mor, Nossa Senhora e Sto. António, no segundo, Coroação de Nossa Senhora, no terceiro, a Sagrada Família, no quarto, Nª Srª da Conceição, no quinto, Nossa Senhora e S. Pedro de Alcântara, no sexto, Nossa Senhora do Rosário, S. Francisco e S. Domingos, no sétimo, Nossa Senhora e todos os santos mártires da Ordem Franciscana, no oitavo, Nossa Senhora e todos os santos confessores e pontífices da Ordem de S. Francisco, no nono, Nossa Senhora e os santos confessores não pontífices da Ordem, no décimo, Santo Crucifixo e Nossa Senhora, no décimo primeiro, Nossa Senhora e todos os santos da Ordem seráfica.[75] A todos estes altares vão incorporadas muitas relíquias.

Esta movimentação pode também ser seguida nas orientações diocesanas, do patriarcado e na própria acção do patriarca nas igrejas do seu padroado. O primeiro caso é obra e intervenção do primeiro cardeal patriarca na antiga igreja paroquial de Sto. Antão do Tojal (c. 1730), a que quer dar nova dimensão incluindo o tom "patriótico e nacionalista" na escolha das imagens para o novo frontispício da igreja: «formosa imagem de Nª Senhora da Conceição», padroeira de Portugal; S. João de Deus, patriarca como «nacional do Reino»; Santa Isabel, rainha de Portugal. Estas três estátuas, vindas de Génova, correspondem ao melhor da escultura moderna que a Portugal está a chegar de Itália por encomendas régias. Pela igreja distribui as imagens do Cristo Crucificado, S. Lourenço, S. Tomás de Vila Nova (em memória do padroeiro do dia do baptismo do Cardeal), S. Sebastião, S. Joaquim, S. José, S. Miguel, Sta. Luzia. E distribui por oratórios particulares algumas imagens não replicadas, «que lhe dariam devoção» – Sta. Luzia, Sta. Catarina, Senhora do Ó – que de algum modo foram secundadas neste novo "panteon". Trouxe também para o Tojal uma outra imagem de Nª Srª da Conceição vinda do oratório do palácio que sua família, os Condes de Avintes, tinham a S. Lázaro.

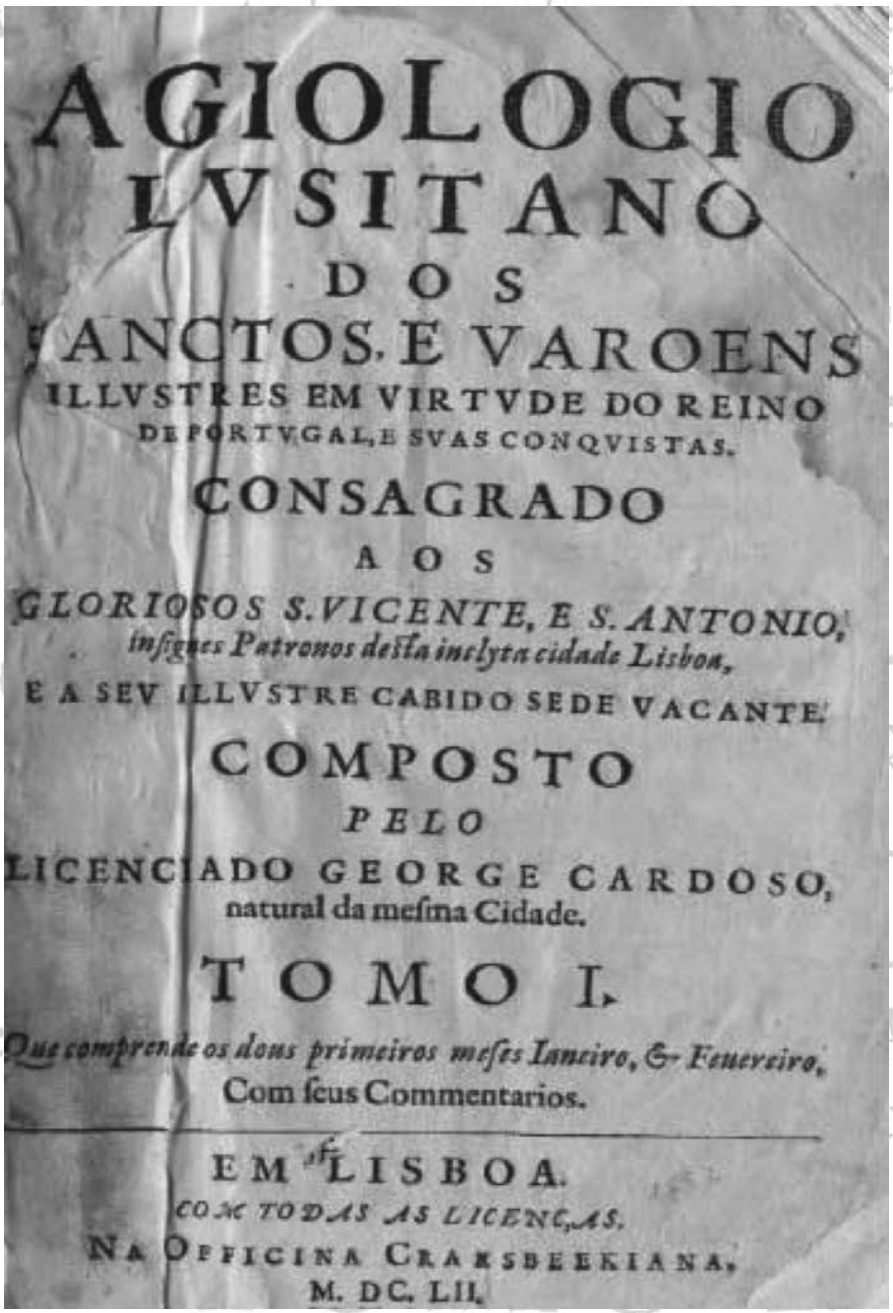
[75] *Discurso litúrgico e histórico da Santa Igreja Patriarcal* (Ms. 695 – ADB/UM).



Santo António em pregação, *in Lisboa de Santo António*, ICEP/IPM, 1996.

ÍNDICES E ROTEIROS

para a leitura e exploração das *Memórias Paroquiais*



AGIOLOGIO
LVSITANO
DOS
SANCTOS. E VAROENS
ILLVSTRES EM VIRTVDE DO REINO
DE PORTVGAL, E SVAS CONQVISTAS.
CONSAGRADO
AOS
GLORIOSOS S. VICENTE, E S. ANTONIO,
insignes Patronos desta inclyta cidade Lisboa,
E A SEV ILLVSTRE CABIDO SEDE VACANTE.
COMPOSTO
PELO
LICENCIADO GEORGE CARDOSO,
natural da mesma Cidade.
TOMO I.
Que comprende os dous primeiros meses Ianeiro, & Fevereiro,
Com seus Commentarios.
EM LISBOA.
COM TODAS AS LICENÇAS.
NA OFFICINA CRASBEEKIANA.
M. DC. LII.

Párocos redactores das *Memórias Paroquiais* de 1758

Reúnem-se neste *Roteiro* os nomes dos párocos redactores das *Memórias*, organizado pelos nomes próprios dos párocos memorialistas, assinalando-se a paróquia (e concelho moderno em que se insere) sobre a qual escreveram a Memória.

Para além da fixação e identificação dos párocos das aldeias e seus títulos, nestas *Memórias Paroquiais* registam-se também, em outros *Roteiros*, outros dados e referências para a caraterização dos párocos, designadamente sobre os diferentes rendimentos auferidos no exercício da cura paroquial e há por vezes indicações, para alguns deles, da sua formação, instrução e origem social, permitindo correlacionar a dignidade dos ofícios paroquiais com a sua instrução, origem social e estatutos económico-sociais. Esta caracterização pode ser alargada com os termos da *apresentação* e *colação* dos párocos ao respectivo benefício paroquial e padroado, pelos sumários que encabeçam a publicação dos textos das *Memórias*.

DISTRITO DE LISBOA

- **Alexandre Aranha**, cura de Cardosas (Arruda dos Vinhos).
- **Alexandre Ferreira Freire**, prior de Santa Justa e Rufina (Lisboa).
- **André de Oliveira**, cura de Patriarcal (Lisboa).
- **António Bernardes**, cura de Fanga da Fé (Mafra).
- **António Botelho Fogaça**, cura de Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).
- **António Cardoso de Moura**, cura de Cercal (Cadaval).
- **António Carlos de Oliveira**, cura de Santa Catarina (Lisboa).
- **António Coelho de Avelar**, cura de Carcavelos (Cascais).
- **António Cortez Bremen**, prior de Sobral de Monte Agraço (Sobral de Monte Agraço).
- **António da Costa Neves**, reitor do Sacramento (Lisboa).
- **António de Sousa Correia**, prior de Povos (Vila Franca de Xira).
- **António de Sousa Seixas**, prior de Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).
- **António Duarte**, cura de A dos Cunhados (Torres Vedras).
- **António Faustino da Gama**, prior de de São João da Praça (Lisboa).
- **António Ferreira de Matos**, prior de S. Mamede (Lisboa).
- **António Francisco**, cura de Barcarena (Oeiras).
- **António José de [Azevedo] Barros**, vigário de Loures (Loures).
- **António José de Andrada**, cura de Apelação (Loures).
- **António José de Buitrago (D.)**, prior de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira).
- **António José Palhano**, cura de Vilar (Cadaval).
- **António Luís da Costa**, capelão de S. Julião do Tojal (Loures).
- **António Luís de Almada Portocarrero**, vigário de Cachoeiras (Vila Franca de Xira).
- **António Pereira Mourão**, cura de Ota (Alenquer).

- **António Ribeiro**, cura de Stª Maria do Castelo de Torres Vedras (Torres Vedras).
- **António Rogado Serpa (D.)**, prior de Frielas (Loures).
- **António Tomás de Sousa**, reitor de Anjos (Lisboa).
- **António Vaz Olhudo**, prior de Unhos (Loures).
- **Baltasar Freire da Costa**, cura de Carmões (Torres Vedras).
- **Bernardo Bulhões de Araújo**, prior de S. Lourenço (Lisboa).
- **Boaventura Martinho Ribeiro**, cura de Cadafais (Alenquer).
- **Brás José Rebelo Leite**, reitor de Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).
- **Caetano da Mota**, cura de Sobral (Vila Franca de Xira).
- **Caetano Ferreira**, prior de Carvoeira (Torres Vedras).
- **Diogo José da Silva**, capelão de Stº Isidoro (Mafra).
- **Domingos Mendes**, vigário de Atouguia das Cabras (Alenquer).
- **Domingos Nunes**, cura de Dois Portos (Torres Vedras).
- **Estêvão Teixeira de Mesquita Mendonça**, prior de Alenquer – St.º Estevão (Alenquer)
- **Feliciano Luís Gonzaga**, prior de Lumiar (Lisboa).
- **Felisberto Leitão de Carvalho**, colado reitor de Santa Isabel pelo cardeal patriarca, pese embora o pároco seja cura: de Santa Isabel (Lisboa).
- **Felix Dantas Barbosa**, prior de St.º Antão do Tojal (Loures).
- **Filipe da Silva Cardoso**, cura de Sapataria (Sobral de Monte Agraço).
- **Filipe de Carvalho**, cura de São João da Talha (Loures).
- **Fortunato Lopes de Oliveira**, cura de Alcabideche (Cascais).
- **Francisco Antunes e Monteiro**, prior de Sintra-Stª Maria (Sintra).
- **Francisco Botelho do Vale**, cura de S. Pedro da Cadeira (Torres Vedras).
- **Francisco da Silva Rego**, cura de Moita dos Ferreiros (Lourinhã).
- **Francisco dos Santos Pereira**, cura de Oeiras (Oeiras).
- **Francisco Gonçalves**, vigário de Mafra (Mafra).
- **Francisco José de Matos**, cura de São Vicente de Fora (Lisboa).
- **Francisco Salgado**, prior de Santiago (Lisboa).
- **Francisco Xavier Baptista**, vigário de São Paulo (Lisboa).
- **Gaspar Nunes de Afonseca**, prior de Alcoentre (Azambuja).
- **Gonçalo Nobre da Silveira**, prior de Santos-o-Velho (Lisboa).
- **Inácio da Costa Godinho**, cura de Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).
- **Inácio José Pereira de Castro**, vigário de Pereiro de Palhacana (Alenquer).
- **Isidoro de Abreu Machado**, Torres Vedras – S. Miguel (Torres Vedras).
- **Jerónimo Pereira de Abreu**, prior de Cheleiros (Mafra).
- **João Ferreira**, cura de S. Bartolomeu dos Galegos (Lourinhã).
- **João Crisóstomo**, prior de Belas (Sintra).
- **João da Costa Coutinho**, prior de Stª Marinha do Outeiro (Lisboa).
- **João da Mata**, cura de Benfica (Lisboa).
- **João da Silva**, prior de Vila Verde dos Francos (Alenquer).
- **João de Barbuda Raposo**, cura de Olhalvo (Alenquer).
- **João de Jesus**, vigário de Aveiras de Baixo (Azambuja).
- **João Franco [Pune]**, em 1720 era pároco de Turcifal (Torres Vedras).
- **João Gonçalves Vassalo**, vigário de Arruda dos Vinhos (Arruda dos Vinhos).
- **João Lopes Cardoso**, cura de Odivelas (Odivelas).
- **João Martins da Silveira**, prior de Alenquer - Santa Maria de Várzea (Alenquer).
- **João Peres de Morais**, cura de Aveiras de Cima (Azambuja).
- **Joaquim Coelho da Silva**, cura de S. Domingos da Rana (Cascais).
- **Joaquim de Barros e Vasconcelos**, prior de Igreja Nova (Mafra).
- **Joaquim Ferreira Horta**, cura de S. Lourenço dos Francos (Lourinhã).

- **Joaquim Ferreira de Veras**, vigário de São Salvador (Lisboa).
- **Joaquim Manuel de Carvalho**, prior de S. Miguel de Alfama (Lisboa).
- **Joaquim Ribeiro de Carvalho**, cura de Mercês (Lisboa).
- **Joaquim Salter de Mendonça**, prior de São Cristóvão (Lisboa).
- **Jorge Afonso Godinho**, prior de Sacavém (Loures).
- **José Almendra Pinto**, prior de Bucelas (Loures).
- **José António de Goes Sotomaior**, reitor de Santa Maria Maior de Lisboa (Lisboa).
- **José Antunes Moreira**, cura de Campo Grande (Lisboa).
- **José Antunes**, cura de Almargem do Bispo (Sintra).
- **José Baptista [Garvo]**, prior de Alcainça (Mafra).
- **José Caldeira**, prior de São Tomé (Lisboa).
- **José da Silva Correia**, bacharel; vigário de Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira).
- **José de Azevedo Álvaro**, prior de Madalena (Lisboa).
- **José do Couto**, cura de Alguber (Cadaval).
- **José Gregório da Costa Vilas Boas**, cura de Gradil (Mafra).
- **José Lino de Azevedo**, prior de São Jorge de Arroios (Lisboa).
- **José Luís Pereira**, cura de Cabanas de Torres (Alenquer).
- **José Nunes Pereira** reitor de Ameixoeira (Lisboa).
- **José Pereira [M]**, cura de Camarate (Loures).
- **José Ribeiro Duarte,** cura de Cadaval (Cadaval).
- **José Rodrigues**, prior de Ventosa (Alenquer).
- **Lourenço Martins Duarte**, cura de Peral (Cadaval).
- **Lucas Palhano Cordovil**, cura de Ericeira (Mafra).
- **Luís António Caiado**, cura de Reguengo da Carvoeira (Mafra).
- **Luís António Franco**, prior de Santo Estevão de Alfama (Lisboa).
- **Luís Caetano Brandão**, prior de Alenquer – N.ª Sr.ª da Assunção (Alenquer).
- **Luís da Costa de Barbuda**, prior de Santa Engrácia (Lisboa).
- **Luís Gomes de Lemos**, cura de Sobral da Abelheira (Mafra).
- **Luís Henriques Borges**, prior de Stº André (Lisboa).
- **Luís Monteiro**, prior de S. Nicolau (Lisboa).
- **Luís Pedroso**, cura de Granja de Alpriate (Vila Franca de Xira).
- **Manuel [Henriques] da Fonseca**, cura de Pêro Moniz (Cadaval).
- **Manuel Antunes**, cura de Santiago dos Velhos (Arruda dos Vinhos).
- **Manuel Baptista Carvalho**, prior de Aldeia Gavinha (Alenquer).
- **Manuel Colaço**, cura de Carnota (Alenquer).
- **Manuel Curado Dinos**, vigário de Socorro (Lisboa).
- **Manuel do Amaral**, vigário de São João dos Montes (Vila Franca de Xira).
- **Manuel Garcia Franco**, vigário de Espeçandeira (Alenquer).
- **Manuel Gomes Duarte**, cura de Figueiros (Cadaval).
- **Manuel Henriques**, cura de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).
- **Manuel José Nunes Tavares**, cura de Carnide (Lisboa).
- **Manuel José Vieira**, cura de Vialonga (Vila Franca de Xira).
- **Manuel Lopes Coelho**, cura de Ventosa (Torres Vedras).
- **Manuel Marçal da Silveira**, reitor de N.ª Sr.ª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).
- **Manuel Marques de Amaral**, prior de Azambuja (Azambuja).
- **Manuel Pereira dos Reis**, pároco de Reguengo Grande (Lourinhã).
- **Manuel Rodrigues Dias**, cura de Vila Nova da Rainha (Azambuja).
- **Manuel Roiz da Cruz**, cura de Ramalhal (Torres Vedras).
- **Manuel Roiz Leitão**, cura de Mártires (Lisboa).
- **Manuel Simões Duarte**, cura de Stº Estêvão das Galés (Mafra).

- **Marcelino Luís de Sousa**, cura de Arranhó (Arruda dos Vinhos).
- **Matias Caetano [Alves]**, cura de Azueira (Mafra).
- **Matias Marques Cardoso**, cura da fortaleza de S. Julião da Barra (Oeiras).
- **Maurício de [Vernez] Vilaça**, vigário de Alhandra (Vila Franca de Xira).
- **Pascoal Antunes Monteiro**, prior de Terrugem (Sintra).
- **Paulo Carneiro da Veiga**, prior de Alenquer - S. Tiago (Alenquer).
- **Pedro Cardoso Pinto**, cura de Santa Iria de Azóia (Loures).
- **Pedro da Silveira**, prior de Alenquer – S. Pedro (Alenquer).
- **Pedro de Oliveira**, cura de Charneca (Lisboa).
- **Pedro Francisco Afonso**, cura de Lousa (Loures).
- **Pedro Galrão e Silveira**, vigário de S. João de Lampas (Sintra).
- **Pedro Luís de Abreu**, cura de Paúl de Ota (Alenquer).
- **Quintino Jorge Moreira**, vigário de Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).
- **Ricardo de Oliveira**, cura de Lamas (Cadaval).
- **Roberto Azevedo de Sousa**, reitor de Colares (Sintra).
- **Rodrigo José Dourado de Mariz Sarmento**, prior de S. Martinho (Lisboa).
- **Romeu Gomes Barbosa**, cura de Runa (Torres Vedras).
- **Sebastião Henriques**, vigário de Carnaxide (Oeiras).
- **Sebastião Lobo de Andrade**, cura de Vermelha do Cadaval (Cadaval).
- **Sebastião Luís de Oliveira**, cura de Calhandriz (Vila Franca de Xira).
- **Sebastião Nunes Borges**, prior de Sintra-S. Martinho (Sintra).
- **Tomás Gomes de Avelar**, vigário de Enxara do Bispo (Mafra).
- **Tomás Roiz de Aguiar**, vigário de São José (Lisboa).
- **Urbano José de Melo Pinto da Silva**, reitor/vigário S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).
- **Vicente Coelho da Silva**, prior encomendado de Vila Nova de S. Pedro de Arrifana (Azambuja).

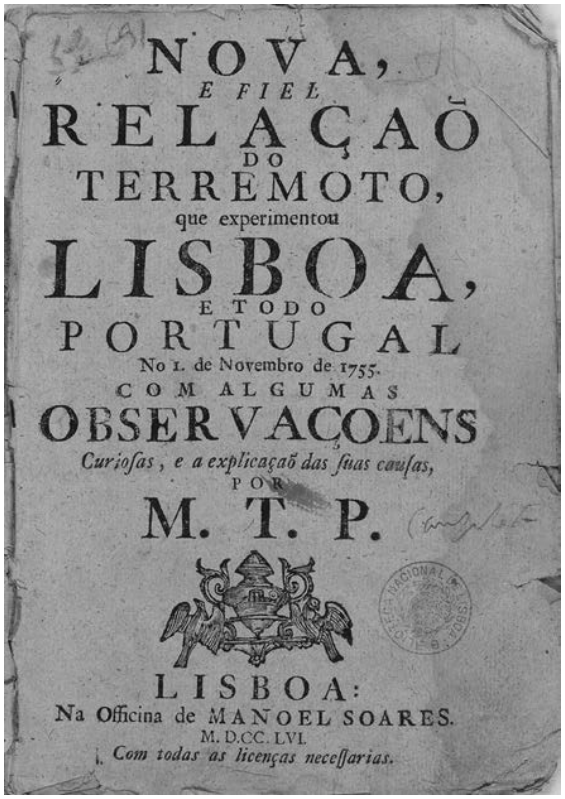
DISTRITO DE SETÚBAL

- **Alexandre Bernardo Mimoso**, prior de Sines (Sines).
- **André Malveira Pereira**, padre encomendado e redactor da memória de Azinheira dos Barros (Grândola).
- **António de Almada Pereira Guevara e Macedo**, prior de Alvalade (Santiago do Cacém).
- **António José Pato**, prior da matriz de Santiago (Sesimbra).
- **António Lopes dos Claros**, licenciado; prior de Nossa Senhora da Ajuda (Setúbal).
- **Bernardo de Faria Pessanha**, cura de Sitimos (Alcácer do Sal).
- **Bernardo Manuel Pina Osório**, prior de Alcácer do Sal - Stª Maria do Castelo (Alcácer do Sal).
- **Brás António Alonso Vaz de Matos**, cura de Vale de Reis (Alcácer do Sal).
- **Cláudio José da Silva Nogueira**, prior de Alhos Vedros (Moita).
- **Diogo Caldeira**, capelão de Marateca (Palmela).
- **Diogo Guerreiro [Matelo]**, capelão de S. Francisco da Serra (Santiago do Cacém).
- **Diogo Vaz Varela**, pároco proprietário de Azinheira dos Barros (Grândola).
- **Eusébio Gabriel Vieira de Matos**, cura de Santa Susana (Alcácer do Sal).
- **Feliz Soares da Silva**, prior de Alcochete (Alcochete).
- **Francisco Carneiro Alves**, prior de Torrão (Alcácer do Sal).
- **Francisco Guerreiro Melo**, capelão de Roxo (Santiago do Cacém).
- **Francisco Luís Menaxo**, capelão de Santa Cruz (Santiago do Cacém).
- **Francisco Pereira de Abreu**, capelão curado de Montevil (Alcácer do Sal).

- **Gabriel Pereira [Keller]**, prior de S. Martinho (Alcácer do Sal).
- **Guilherme Inácio de Afonso Lemos**, prior de Setúbal - S. Julião (Setúbal).
- **Henrique José Álvares Godinho**, cura de Samouco (Alcochete).
- **Inácio José de Oliveira**, prior de Barreiro (Barreiro).
- **Jerónimo Afonso Botelho**, prior de Setúbal – Stª Maria da Graça (Setúbal).
- **Jerónimo Guerreiro Aires**, cura de Melides (Grândola).
- **João [Moura] Ferreira**, capelão de Palma (Alcácer do Sal).
- **João Inácio da Silva**, capelão curado de Santa Margarida do Sado (Alcácer do Sal).
- **João Roiz Preto**, prior encomendado de Coina (Barreiro).
- **Jorge de Sacramento e Sousa**, vigário de Telha (Barreiro).
- **José Aleixo Figueiredo**, prior de Castelo (Sesimbra).
- **José António da Veiga**, natural de Monte de Caparica e seu cura: Costa da Caparica (Almada).
- **José António Lobo**, beneficiado curado de Palmela – S. Pedro (Palmela).
- **José da Costa Pais**, capelão de São Bartolomeu da Serra (Santiago do Cacém).
- **José Pereira da Fonseca**, redactor da memória e coadjutor do cura de Vale de Santiago do Cacém (Santiago do Cacém).
- **José Salgado de Araújo**, prior de Almada (Almada).
- **Lucas Ferreira de Gouveia**, vigário da Moita (Moita).
- **Luís Perdigão de Freitas**, prior de Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).
- **Manuel Antunes de Matos**, capelão de Monte de [Vale de Guizo] (Alcácer do Sal).
- **Manuel Caetano da Silva Palha**, prior de Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).
- **Manuel Caetano Rodrigues**, cura de Palhais (Barreiro).
- **Manuel Coelho de Sampaio e Távora**, prior de Santiago do Cacém (Santiago do Cacém).
- **Manuel da Costa de Andrada**, cura de Lavradio (Barreiro).
- **Manuel de José Távora**, capelão de São Simão - do limite de Azeitão (Setúbal).
- **Manuel Dias Correia**, prior de Canha (Montijo).
- **Manuel dos Santos Soveral**, pároco de Stª Margarida da Serra (Grândola).
- **Manuel Pereira de Carvalho**, prior de Setúbal - S. Sebastião (Setúbal).
- **Manuel Pinheiro da Silva**, capelão de Santo André (Santiago do Cacém).
- **Manuel Rodrigues Manso**, professo da Ordem de S. Tiago; capelão de São Domingos (Santiago do Cacém).
- **Manuel Simões da Estrela**, cura de Seixal (Seixal).
- **Manuel Vieites de Macedo**, cura de Arrentela (Seixal).
- **Miguel Dias Oliveira**, pároco de Abela (Santiago do Cacém).
- **Patrício Guerreiro Ribeiro**, cura ou capelão de Cercal (Santiago do Cacém).
- **Pedro Afonso Pires de Barros**, capelão curado de S. Romão do Sado (Alcácer do Sal).
- **Pedro Simões Duarte**, cura de Corroios (Seixal).
- **Salvador Pereira de Matos**, prior do Castelo de Almada (Almada).
- **Sebastião Roiz Rogado**, vigário de Amora (Seixal).
- **Vicente Dias de Campos**, cura de São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

População, fogos e moradores (almas) dos territórios das paróquias

Reúnem-se neste *Roteiro* os dados relativos às respostas ao item 3.º do Inquérito que pergunta sobre o número de vizinhos e o número de pessoas existentes em cada paróquia. Os dados vão organizados por concelhos e paróquias adentro dos concelhos actuais. Indica-se para cada concelho, a freguesia, distinguida a negrito. Segue-se a referência ao número de fogos, vizinhos ou moradores; de seguida, o número de pessoas por regra ditas, *pessoas de sacramento(s)*, com uma observação relativamente à terminologia que identifica a população em apreço e por último, sempre separada com [/], um campo destinado a *notas*.
Fixam-se aqui os conteúdos dos termos de referência-padrão nesta contagem de população:
Pessoas de confissão, engloba as pessoas entre 7 e 12/14 anos. *Pessoas de comunhão*, engloba as pessoas da população acima 12/14 anos. *Pessoas de confissão e comunhão*, engloba as pessoas e população acima de 7 anos. *Pessoas,* são, por regra, as pessoas/almas de sacramento de confissão e de comunhão, isto é, acima de 7 anos. *Menores*, neste caso, são as pessoas aquém 7 anos, que não são de sacramentos. De notar que o limite para acesso ao sacramento da comunhão varia nas informações dos párocos, mas nos casos expressos, é dominante o limite dos 12 anos. Vão em [ ] os casos mal identificados, bem como a soma total quando os dados vêm enumerados por lugares, aldeias, casais.


NOVA,
E FIEL
RELAÇAÕ
DO
TERREMOTO,
que experimentou
LISBOA,
E TODO
PORTUGAL
No 1. de Novembro de 1755.
COM ALGUMAS
OBSERVAÇOENS
Curioſas, e a explicaçaõ das ſuas cauſas,
POR
M. T. P.
LISBOA:
Na Officina de MANOEL SOARES.
M. D.CC. LVI.
Com todas as licenças neceſſarias.

DISTRITO DE LISBOA

Freguesias/Fogos; Vizinhos; Moradores/Pessoas de sacramento(s)/Notas.

CONCELHO DE ALENQUER

Aldeia Galega da Merceana / [210] / [844] (a) / Não refere o total a população. Refere a população dos lugares da freguesia. (a) Pessoas, exceptuando as que não são de sacramento. **Aldeia Gavinha** / 139 / 440 (a); 41 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores. A Memória breve de Aldeia Gavinha refere que a população de Aldeia Galega da Merceana é de 146 fogos divididos por alguns casais e sete lugares, em que o de maior vulto é Aldeia Gavinha composto por 70 fogos. **Alenquer (Nª Srª da Assunção)** / 199 / 692 (a); 42 (b) / (a) Pessoas de sacramento. (b) Menores de 14 anos. Refere a população dos lugares e na vila. **Alenquer (Stª Maria da várzea)** / [128] / [507] (a); [46] (b) / (a)Pessoas de sacramento. (b) Menores. Refere a população da vila: 73 fogos, 273 pessoas de sacramento e 20 menores e do termo. **Alenquer (Stº Estêvão)** / 68 / 289 (a) / (a) Maiores e menores de idade. Dentro da antiga vila, que chamam Cerca, tem 32 fogos. **Alenquer (S. Pedro)** / [150] (a) / [928] (b) / (a) Em muitas quintas nobres e ordinárias e muitos casais. (b) Pessoas de sacramento. Refere que nas quintas e nos casais há 402 pessoas de sacramento. **Alenquer (S. Tiago)** / 40 / 160 (a) / (a)Pessoas. **Atouguia das Cabras** / 190 / 700 (a) / (a)Pessoas, pouco mais ou menos. **Cabanas de Torres** /58 / 182 (a); 21(b) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores. Refere a população do lugar. **Cadafais** / 70 / 200 (a) / (a) Terá duzentas pessoas. **Carnota** / 208 / 786 (a) / (a) Paroquianos, adultos e menores. **Carregado** Freguesia Nova. **Espeçandeira** / 52 / 162 (a) / (a) Pessoas, obrigadas ao preceito anual da confissão e não todas ao da comunhão. São 87 homens e 75 mulheres. **Meca** / 106 / - / Memória breve. **Olhalvo** / 106 / 400 (a) / (a) Pessoas. Refere a população de lugares. **Ota** / 59 / 90 (a) / 78 (b) / (a) Homens. (b) Mulheres. Refere a população dos lugares. **Paúl da Ota** / 9 (a) / 39 (b); 3 (c) / (a) Fogos dispersos. (b) Pessoas maiores. (c) Pessoas menores. **Pereiro de Palhacana** / 300 / 1000 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. **Ribafria** / - / - / Freguesia nova. **Ventosa** / - / 957 (a) / (a) Pessoas de sacramento. **Vila Verde dos Francos** / 168 / 594 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares e casais.

CONCELHO DA AMADORA

Sem Memórias Paroquiais.

CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS

Arranhó / 149 / 520 (a) 72 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores. **Arruda dos Vinhos** / 318 / 1700 (a) / (a) Pessoas. Refere que os lugares do termo têm 20 vizinhos cada um. **Cardosas** / 83 / 299 (a) 52 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores. **Santiago dos Velhos** / 103 / 356 (a) / Pessoas. Refere a população dos lugares.

CONCELHO DA AZAMBUJA

Alcoentre / [191] / [623] (a) / Pessoas. Na vila tem 63 fogos e 202 pessoas. **Aveiras de Baixo** / [114] / [289] (a) / (a) Pessoas. Na vila tem 62 fogos e 49 pessoas. **Aveiras de Cima** / 170 / 473 (a) 50-60 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Pessoas de confissão somente. Tem o lugar do Vale do Paraíso com 40 fogos. **Azambuja** / 460 / 1340 (a) 130 (b) / Pessoas de sacramento. (b) Menores. **Manique do Intendente** / 220 / 812 (a) / (*Vide*, Arrifana, S. Pedro de Arrifana). Memória breve. (a) Almas. **Vila Nova da Rainha** / 105 / 310 (a) 31 (b) / Pessoas maiores. (b) Menores. **Vila Nova de São Pedro de Arrifana** / 235 / 785 (a) / Pessoas de um e outro sexo.

CONCELHO DO CADAVAL

Alguber / 67 / 123 (a) 134 (b) / (a) Homens. (b) Mulheres. **Cadaval** / 139 / 587 (a) / Pessoas. 325 *do primeiro sexo* e 262 *do segundo*. Refere a população da vila: 99 vizinhos. **Cercal** / 86 / 306 (a) / (a) Pessoas, menos os meninos. **Figueiros** / 106 / 294 (a) 51 (b) / Pessoas de comunhão. (b) Menores. Refere a população do *lugarito* de Bouça: 7 vizinhos. **Lamas** / 282 / 940 (a) / (a) Pessoas. **Peral** / 77 / 310 (a) / Pessoas de sacramento. **Pêro Moniz** / 74 / 274 (a) / Pessoas de ambos os sexos *sem distinguir a idade*. Refere a população de lugar de Pêro Moniz: 35 vizinhos e 142 pessoas. **Vermelha do Cadaval** / [136] / [411] (a) / (a) Pessoas de confissão. Refere a população dos lugares,

não indicando os totais. *Como consta do rol dos confessados.* **Vilar** / 93 / 317 (a) / Pessoas, de 7 anos para cima.

CONCELHO DE CASCAIS

Alcabideche / [490] / [854] (a) [699] (b) / (a) Homens. (b) Mulheres. Refere a população dos lugares. Não aponta totais. Refere também a população em 4 azenhas e 1 lagar. **Carcavelos** / 72 / 300 (a) / (a) Perto de trezentas e tantas pessoas. **Nª Srª da Assunção da vila de Cascais)** / 516 / 1709 (a) / (a) Pessoas maiores de confissão e comunhão e menores de confissão somente, bem como ausentes, de acordo com o rol de confessados de 1758. **Ressurreição da vila de Cascais** / 255 / 834 (a) 49 (b) / (a)Pessoas maiores de confissão e comunhão. (b) Pessoas de confissão somente. Refere o número total de 883 com excepção dos inocentes que ainda se não confessam. Refere a população dos lugares. **São Domingos de Rana** / - / 1736 (a) 132 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Pessoas menores. Refere a população total de 1868.

CONCELHO DE LISBOA

Ameixoeira / 88 / 338 (a) / (a) Pessoas de confissão e comunhão. **Anjos** / - / 9500 (a) / (a) Pessoas. **Benfica** / 805 / 3962 (a) / (a) Pessoas. **Campo Grande** / 225 / 1650 (a) 40 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. Dados enviados já em 1757. **Carnide** / 255 / 1140 (a) 71 (b) 250 (c) / (a)Pessoas de comunhão. (b) Menores. (c) Forasteiros, 250 e tantos. Refere a população dos lugares. **Charneca** / 258 / 1154 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. **Conceição (Nª Sr.ª da)** [Bairro da Rua Nova] / - / [900] (a) [4.000] (b) / Freguesia extinta. (a) Compreendia quase 900 fogos e 4.000 pessoas. (b) Pessoas. **Lumiar** / 450 / 2226 (a) / Pessoas. Refere a população dos lugares. **Madalena** / [800] / [3700] (a) / (a) Tinha esta freguesia em 800 fogos, 3700 pessoas de sacramento. Fogos estão na rua da Corrieira e na rua do Terreiro de Martines. **Mártires** / 7 / 46 (a) / (a) Pessoas. Por causa do Terramoto ficou totalmente sem casa alguma e toda por terra e se não tem reedificado alguma. **Mercês** / 807 / 3400 (a) 83 (b) 107 (c) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Eclesiásticos. (c) Pessoas menores. **Patriarcal** / s/referência / - / Os paroquianos são todas as pessoas reais e todas as mais que moram dentro do Paço e todos os ministros da igreja patriarcal e capela real, bem como os criados de Sua Majestade dispersos pela Corte. **Sacramento** / 317 / 1064 (a) 23 (b) / Antes do Terramoto tinha 613 fogos e 3128 pessoas. Destes 317 fogos, 137 são em casas e 180 em barracas. (a) De confissão e comunhão. (b) Menores. **Santa Catarina** / 1778 / 8160 (a) 190 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores de confissão somente. **Santa Engrácia** / 1262 / 6362 (a) / (a) Pessoas de confissão e comunhão, com os menores. **Santa Isabel** / 2415 / 11605 (a) / (a) Pessoas. Tinha em 1757, 5249 pessoas em barracas de várias freguesias. **Santa Justa (e Rufina)** / 361 / 3441 (a) 82 (b) / (a) Pessoas de sacramentos. (b) Menores. Total de 3523 pessoas. Neste número entram as barracas que lhe pertencem, ainda que estão dispersas muitas por distritos alheios, depois de Terramoto grande de 1755. **Santa Maria Maior de Lisboa (Basílica Real)** / 150 / 730 (a) / (a) Pessoas. **Santa Maria dos Olivais** / 647 / 1770 (a) / Memória breve. (a) Almas. O seu povo já chegou a 900 fogos, *pouco depois do Terramoto.* **Santa Marinha do Outeiro** / 165 (a) 34 (b) / 782 (c) 28 (d) / Freguesia extinta. (a) Fogos dentro do limite da freguesia. (b) Fogos em barracas fora do limite da freguesia. (c) Pessoas de sacramento. (d) Menores. **Santiago** / 60 / 240 (a) / Pessoas. **Santo André** / 260 / 663 (a) / Freguesia extinta. (a) Pessoas grandes e pequenas. **Santo Estevão de Alfama** / 977 / 3724 (a) / (a) Pessoas. Pessoas e fogos neste ano de 1759. **Santos-o-Velho** / 1836 / 8403 (a) 600-700 (b) / (a) Pessoas de confissão e comunhão. (b) Pessoas que, pela idade, se não assentam no rol dos confessados. Os hereges ocupam mais de 30 moradas de casas, vindas para esta freguesia depois do Terramoto. Antes do Terramoto havia 1787 fogos e 7973 pessoas de confissão e comunhão; os menores seriam entre 500 e 600. **São Cristóvão** / 230 / 834 (a) / (a) Pessoas. Antes do Terramoto tinha 420 fogos e existiam 1276 pessoas. Ficou inabitável desde o largo do palácio do conde de S. Vicente até ao fim da rua do Regedor e a maior parte do chão do Loureiro, que por causa do mesmo incêndio se acha sem reparo. **São João da Praça** / 10 / 50 (a) / (a) Pessoas. Sem barraca alguma própria. No ano do Terramoto tinha 1600 pessoas e 400 para 500 fogos. **São Jorge de Arroios** / 72 / 376 (a) / (a) Pessoas. **São José** / - / 6000 (a) / (a) Fregueses que alguns dos quais se acham dispersos e outros estão habitando em barracas interinamente. Antes do Terramoto eram 5000 e tantas pessoas. **São Lourenço** / 196

/ 725 (a) 24 (b) / Freguesia extinta. (a) Pessoas de sacramento. (b) Menores. **São Mamede** / - / 207 (a) / (a) Fregueses que se acham dispersos pelas barracas nos subúrbios da cidade. **São Martinho** / 50 / 210 (a) / Freguesia extinta. (a) Pessoas de confissão, sem contar com as da prisão do Limoeiro, que contando com essas passam de 700. **São Miguel de Alfama** / 666 / 2300 (a) / Pessoas, e estas de qualidade inferior porque a maior parte são homens de ganhar e, por isso, uns anos por outros há diferenças no número, por não terem domicílio permanente. **São Nicolau** / - / 1534 (a) / Paroquianos dispersos por toda a cidade e seus arrabaldes, satisfizeram aos preceitos pascais anuais de confissão e comunhão no ano de 1757, conservados fregueses pela Pastoral de 28 de Janeiro de 1756. Antes do Terramoto tinha 2308 fogos, para além das casas dos hereges e 9929 pessoas. **São Paulo** / 220 (a) / 1200 (b) / (a) Moradores em que entram 25 casas de protestantes. (b) Pessoas, sem contar os protestantes. **São Salvador** / 300 / [800] (a) / Freguesia extinta. (a) Oitocentas e tantas pessoas. **São Sebastião da Pedreira** / 862 / 3425 (a) / (a) Pessoas. Destas pertencem a outras freguesias 125, em cujo número entra uma menor. Neste número estão contabilizadas 62 menores. Este número é variável. **São Tomé** / 250 / 999 (a) 20 (b) / Freguesia extinta. (a) Pessoas maiores. (b) Menores. **S. Vicente de For**a/552/2485 (a)/(a) Pessoas. **Socorro**/830/3330(a)/(a) pessoas.

CONCELHO DE LOURES

Apelação / 67 / 272 (a) 11 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. **Bucelas** / 421 / 1332 (a) 136 (b) / Pessoas de comunhão. (b) Menores. **Camarate** / 220 / 700 (a) / Pessoas. Refere a população do lugar de Vale de Freires. **Fanhões** / [158] / [489] (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares, não indicando o total. **Frielas** / 251 / 949 (a) / (a) Pessoas, como consta do livro da desobriga, excepto trabalhadores forasteiros. **Loures** / 1210 / 4039 (a) 355 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) pessoas de confissão. Refere o número total de 4394. Refere a população dos lugares. **Lousa** / 149 / 541 (a) / (a) Pessoas. Refere o número de vizinho do lugar de Lousa: 45. **Sacavém** / 353 / 1591 (a) / (a) Pessoas, entrando menores e algumas pessoas de fora como são os trabalhadores. **Santa Iria de Azóia** / 349 / 1139 (a) / (a) Pessoas de sacramento. **Santo Antão do Tojal** / 300 / 1000 (a) / (a) Pessoas, adultos e menores. **São João da Talha** / 108 / 382 (a) / (a) Pessoas de sacramento. **São Julião do Tojal** / 173 / 638 (a) / (a) Pessoas. **Unhos** / 145 / 483 (a) / Pessoas grandes e pequenas.

CONCELHO DA LOURINHÃ

Francos (A dos Francos – S. Lourenço) / 202 / 717 (a) / (a) Pessoas. **Lourinhã** / - / 485 (a) 1449 (b) / Memória breve. (a) Fogos ao tempo do *Académico Lima*, 1736. Refere o número de fogos ao tempo do *Portugal Sacro*, em 1767: 150, bem como número de fogos ao tempo das Cortes de 1820, talvez com os fogos de duas freguesias do termo, *Francos e Vimieiro*: 622 . (b) Almas ao tempo do *Académico Lima,* 1736. **Moita dos Ferreiros** / 120 / 443 (a) / (a) Pessoas de um e outro sexo. **Moledo** / 95 / 193 (a) / Memória breve. (a) Almas de comunhão. **Reguengo Grande** / 130 / 30 (a) 400 (b) 102 (c) / (a) Fogos de fora. (b) Pessoas. (c) Pessoas de fora. Refere a população dos lugares. **São Bartolomeu dos Galegos** / 84 / 244 (a) 29 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores.

CONCELHO DE MAFRA

Alcainça / 130 / 459 (a) Pessoas. **Azueira** / 243 / 871 (a) 66 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. Refere população dos lugares. **Azueira** / [184] / - / No lugar tem 59 fogos. **Cheleiros** / 100 / 300 (a) / (a) Pessoas, pouco mais ou menos. Refere a população do termo da vila: 120 vizinhos. **Enxara do Bispo** / 271 / 885 (a) 68 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Pessoas que não comungam. Refere a população do lugar da Ervideira e Cardosas. **Ericeira** / 353 / 1108 (a) 147 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. **Fanga da Fé** / 168 / 598 (a) 75 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Pessoas menores. Refere a população dos lugares. **Gradil** / 112 / 374 (a) / (a) Pessoas, de ambos os sexos e várias idades. **Igreja Nova** / 273 / 1500 (a) / (a) Pessoas. **Mafra** / 589 / 3.000 (a) 500 (b) / (a) Pessoas de confissão e comunhão. Inclui a população de 190 vizinhos do *distrito da Real obra e seus suburbios.* (b) Pessoas de 7 anos para baixo. Refere a população dos lugares da freguesia. **Milharado** / 342 / 1060 (a) / (a) Almas. Memória breve. **Reguengo da Carvoeira** / [120] / [572] (a) / (a) Pessoas, pouco mais ou menos. Não refere o total da população, discriminando os lugares. **San-**

to Estêvão das Galés / 166 / 607 (a) / (a) Pessoas de um e outro sexo. **Santo Isidoro** / 229 / 809 (a) 116 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. **Sobral de Abelheira** / 139 / 530 (a) / (a) Pessoas.

CONCELHO DE ODIVELAS

Odivelas / 353 / 1435 (a) 134 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. Refere a população dos lugares. **Póvoa de Santo Adrião** / 93 / 358 (a) 18 (b) 63 (c) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores que se confessam. (c) Não confessados.

CONCELHO DE OEIRAS

Barcarena / 376 / 1303 (a) 90 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Pessoas menores. **Carnaxide** / 453 / 1944 (a) / (a) Pessoas de sacramento. Refere a população dos lugares. **Oeiras** / 798 / 2414 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. **São Julião da Barra** / 12 / 53 (a) 5 (b) /(a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. Tudo dentro da fortaleza que é o que compreende a freguesia.

CONCELHO DE SINTRA

Almargem do Bispo / [523] / [1850] (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. Não refere a população total. **Belas** / 450 (a) / - / (a) Fogos da freguesia, composta pela vila e seu termo e outros lugares dispersos e algumas quintas e casais dispersas por toda a freguesia. Alguns lugares têm o número da população individualizado. A vila tem 67 vizinhos e 265 pessoas. Tem um termo pequeno, com 88 fogos e alguns casais separados. **Colares** / [615] (a) / - / (a) Número de fogos da freguesia. O número de vizinhos da vila é 400 com 1700 pessoas. Refere o número de vizinhos dos lugares que compõem a freguesia, não indicando o número de pessoas. **Montelavar** / 315 / 890 (a) / (a) Almas de sacramento. Memória breve. **Rio de Mouro** / 178 / 591 (a) / (a) Almas de sacramento. Memória breve. **São João de Lampas** / [473] / [2112] (a) / (a) Pessoas. Tem a freguesia 51 lugares e casais. Refere a população dos lugares. **Sintra (Santa Maria)** / 104 / 380 (a) / (a) Pessoas. Refere a população de 7 lugares de 40 fogos e 175 pessoas. **Sintra (São Martinho)** / 309 / 1183 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares da freguesia. Referem-se 261 lugares do termo da vila reunidos em 22 vintenas. Refere a população da vila: 100 vizinhos e 309 pessoas. **Sintra (São Pedro de Penaferrim)** / [295] / [1126] (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos 23 lugares, mais 4 casais com 29 pessoas. **Terrugem** / [238] / [1080] (a) / (a) Pessoas, entre maiores, menores e inocentes. Refere a população dos 20 lugares e 8 casais de um morador.

CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Santo Quintino / 420 / 1600 (a) / (a) Pessoas de confissão e comunhão. **Sapataria** / 151 / 515 (a) 53 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores. Refere a população dos lugares. **Sobral de Monte Agraço** / 600 / (a) A vila em si tem 18 fogos e incluindo os do termo são 120. Aponta para 600 o número de vizinhos da paróquia.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS

A dos Cunhados / 160 650 (a) / Pessoas. **Carmões** / 142 / 466 (a) 39 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores. **Carvoeira** / [186] / 578 (a) / (a) Pessoas. **Dois Portos** / [519] / [2172] (a) / (a) Pessoas. Não refere a população total, indicando apenas a população dos 24 lugares, 25 casais e 12 quintas da freguesia. O lugar de Dois Portos tem 41 vizinhos e 152 pessoas. **Freiria** / 180 / 731 (a) / (a) Pessoas. Refere a população do lugar de Freiria: 78 vizinhos e 302 pessoas. **Matacães** / 183 / 500 (a) / (a) Almas. Memória breve. **Monte Redondo** / 37 / 148 (a) / (a) Almas de comunhão. Memória breve. **Ponte do Rol** / 100 (a) / 350 (b) (a) Pouco mais ou menos. (b) Pessoas. Refere a população dos lugares. O lugar de Ponte do Rol tem 30 moradores. **Ramalhal** / 106 / 383 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares, tendo o lugar de Ramalhal 27 vizinhos. **Runa** / 116 – 116 / 436 – 441 (a) / (a) Almas. Refere a população dos lugares. Runa tem 58 fogos e 211 almas. Indica-se a informação das duas Memórias. **S. Pedro da Cadeira** / 330 / 1200 (a) / Pessoas entre grandes e pequenas. Refere a população dos lugares. **Torres Vedras (S. Miguel)** / 110 / 423 (a) / (a) Pessoas. A soma, erradamente, dá um total de 401 pessoas. Na vila, 33 fogos e 126 pessoas. **Torres Vedras (S. Pedro)** / 331 / 1123 (a) 90 (b) / (a) Pessoas de sacramento. (b) Menores sem sacramento. **Torres Vedras (Santiago)** / 181 / 709 (a) / (a) Pessoas de sacramento. Na vila são 81 fogos. **Torres Vedras (Stª Maria do Castelo)** / 141 / 574 (a) / (a) Pessoas. Distingue a população da paróquia de dentro e fora da vila. Dentro da

vila 68 fogos e 274 pessoas de confissão. **Turcifal** /-/-/ sem referências. **Ventosa** / 265 / 902 (a) 110 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores. Refere a população dos lugares, quintas e casais.

CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra / 462 / 1867 (a) / (a) Pessoas. **Alverca do Ribatejo** / 361 / 1410 (a) / (a) Pessoas. Refere a população da vila: 180 fogos e 727 pessoas. **Cachoeiras** / 135 / 520 (a) / (a) Pessoas de comunhão e menores. **Calhandriz** / 78 / 290 (a) / (a) Pessoas. **Castanheira do Ribatejo** / 380 / 903 (a) 30 (b) / (a) Pessoas de sacramento. (b) Pessoas que não são de sacramento. Consta pelo rol dos confessados. **Granja de Alpriate** / 36 / 135 (a) 5 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. **Povos** / 157 / 558 (a) 29 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Menores. **São João dos Montes** / 6 / 28 (a) / (a) Pessoas. Pelo rol dos confessados. **Sobral** (Espírito Santo)/ 70 / 205 (a) / (a). Neste número entram uns moleiros da vila de Alhandra. **Vialonga** / 305 / 1015 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. **Vila Franca de Xira** / 387 / 3800 (a) / (a) Pessoas de confissão. Refere a população de O-dos-Bispos, do termo da freguesia, com mais de 30 fogos.

DISTRITO DE SETÚBAL

Freguesias/Fogos; Vizinhos; Moradores/Pessoas de sacramento(s)/Notas.

CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

Alcácer do Sal (Stª Maria do Castelo) / 330 / 1342 (a) / (a) Pessoas. **Alcácer do Sal (Santiago)** / 436 / 1543 (a) / (a) Pessoas. **Monte de Vale de Guizo** / 172 / 505 (a) / (a) Pessoas. (freguesia extinta). **Montevil** / 81 / 290 (a) / (a) Pessoas de um e outro género. (freguesia extinta). **Palma** / 202 / 641 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. (freguesia extinta). **Santa Susana** / 100 / 600 (a) / (a) Pessoas. **São Martinho** / 70 / 340 (a) / (a) Pessoas. **São Romão do Sadão** / 290 / 1133 (a) / (a) Pessoas de confissão de ambos os sexos. Refere a existência de 40 moradores em palhotas ou casas cobertas de buinho junto à paróquia da freguesia, situada no campo. (freguesia extinta). **Sítimos** / 152 / 525 (a) / (a) Pessoas de um e outro sexo. Como povoação junta só tem uma aldeia com 12 vizinhos, cujas casas estão situadas na herdade da Torre e outras com a igreja em terras da herdade de Famões. As demais pessoas distribuem-se por 48 herdades. (freguesia extinta). **Torrão** / [570] / [1740] (a) / (a) Pessoas grandes. Total da população da vila, das herdades, moinhos e hortas. Menores, *hum sem numero.* **Vale de Reis** / 71 / 219 (a) 26 (b) / (a) Pessoas de confissão e comunhão. (b) Pessoas de confissão somente.

CONCELHO DE ALCOCHETE

Alcochete (S. João Baptista) / 533 / 1680 (a) / (a) Pessoas. **Samouco** / 80 / 300 (a) / (a) Pessoas, sendo maior o número de mulheres do que homens. Na memória de Alcochete refere 70 moradores, pouco mais ou menos.

CONCELHO DE ALMADA

Almada (Nª Srª da Assunção) / 311 / 1149 (a) / (a) Pessoas de comunhão. **Almada (S. Tiago)** / 645 / 2718 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. Cacilhas: 251 fogos e 1058 vizinhos; Mutela, Caramujo e Piedade: 227 vizinhos e 1035 pessoas. **Costa da Caparica** / 1139 / 4184 (a) / (a) Pessoas, entrando também os menores que são de confissão somente. Fogos e pessoas contados e arrumados por cinco lugares principais da vara, suas povoações e casais dispersos, ermidas e igrejas que as servem.

CONCELHO DO BARREIRO

Barreiro / + 400 (a) / 1500 (b) / (a) Tem mais de quatrocentos vizinhos. (b) Pessoas, incluindo-se neste número os menores de confissão somente. **Coina** / 57 / 182 (a) / (a) Pessoas grandes e pequenas de comunhão (…) *além dos cincoenta e sette vizinhos e cazais com os quais fazem todos o numero de duzentas e noventa e seis.* **Lavradio** / 136 / 362 (a) / 78 (b) / (a) Pessoas de sacramentos. (b) Menores que ainda não são de sacramento. **Palhais** / 80 / 297 (a) / 25 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. Refere a população dos lugares. **Santo André (Telha)** / 23 / 112 / (a) Pessoas entre maiores e menores. Como consta do Livro da Desobriga.

CONCELHO DE GRÂNDOLA

Azinheira dos Barros / 227 / 850 (a) 180 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Pessoas menores, pouco mais ou menos. Refere a população da aldeia onde está a igreja. **Grândola** / - / - / Memória breve. Fogos referidos a Caetano de Lima e ao *Portugal Sacro*. **Melides** / 100 (a) 300 (b) / - / (a) Na aldeia. (b) No campo. **Santa Margarida do Sado** / 136 / 405 (a) / (a) Pessoas. **Santa Margarida da Serra** / 148 / 370 (a) 280 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Pessoas menores.

CONCELHO DA MOITA

Alhos Vedros / 122 / 406 (a) 55 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Pessoas de confissão. Refere a população total: 461 pessoas. Refere que no tempo de D. João I tinha *outocentos e tantos* moradores e na sequência da peste *ficou então tão dezerta e dezemparada que nunca mais se povoou que chegasse a duzentos vizinhos, antes foi declinando faltando-lhe as pessoas principais*. **Moita** / 225 / 727 (a) 50 (b) 76 (c) / (a) Pessoas grandes. (b) Pessoas menores. (c) Pessoas de fora que trabalham nos fornos de cal e em obras. Refere o total de 853 pessoas. Refere a população dos lugares. **Sarilhos Pequenos** (a) / [55] / 158 (b) / Freguesia nova. (a) Lugar da Moita. (b) Pessoas grandes e pequenas.

CONCELHO DO MONTIJO

Aldeia Galega do Riba Tejo / 1000 (a) / 3903 (b) / Memória breve. (a) Em 1830, com os fogos de Sarilhos Grandes. (b) Almas em 1830. Refere que no tempo de Cardoso o número de fogos era 500. **Canha** / 400 / 1150 (a) / (a) Pessoas de confissão. População da vila e termo. **Sarilhos Grandes** / s/ referência / - / Memória breve.

CONCELHO DE PALMELA

Marateca / 123 / 385 (a) / Pessoas de confissão, entre grandes e pequenos. Refere a população dos lugares. **Palmela – St.ª Maria do Castelo** / 422 / 1491 (a) / Tem dentro da vila 338 vizinhos e no campo, 84. Tem 1043 pessoas de comunhão e 68 menores. Tem mais no campo 380, entre maiores e menores. (a) Pessoas, maiores e menores, salvo o erro. **Palmela – S. Pedro** / 414 / 1482 (a) / (a) Pessoas, entre maiores e menores.

CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM

Abela / 175 / 615 (a) / (a) Pessoas, pouco mais ou menos, pelo rol dos confessados, *os maiores e menores que satisfazem ao preceito*. **Alvalade** / 181 / 697 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. **Cercal** / 240 / 690 (a) 120 (b) / (a) Pessoas de comunhão. (b) Menores. **Roxo** / 64 / 260 (a) / (a) Pessoas. Refere a população dos lugares. Refere haver 30 casais de lavradores. **Santa Cruz** / 84 / 266 (a) / (a) Pessoas. **Santiago do Cacém** / 384 (a) / 1200 (b) 130 (c) 8 (d) / (a) Refere a população da vila, 164 vizinhos e fora da vila 220. (b) Pessoas maiores. (c) Pessoas menores. (d) Menores de 7 anos para baixo, quantidade que não anda no rol dos confessados. Refere ainda a população de aldeia dos Chãos. **Santo André** / 230 / 1000 (a) / (a) Pessoas, entre grandes e pequenos. Refere a população das aldeias. **São Bartolomeu da Serra** / 120 / 448 (a) / (a) Pessoas, para além das crianças de peito que ainda não andam no rol dos confessados. Refere que os vizinhos estão dispersos por vários casais e montes da freguesia. **São Domingos** / 133 / 422 (a) / (a) Pessoas de comunhão, na forma do rol dos confessados. Não é número certo por se contarem os que cá habitam há dois anos por causa das carvoarias. **São Francisco da Serra** / 152 / 466 (a) / (a) Pessoas, fora os meninos pequenos que ainda não são de sacramento. Refere que os vizinhos se situam por diversos montes ou casais. **Vale de Santiago do Cacém** / 70 / - / Deixa em aberto a referência ao número de pessoas.

CONCELHO DO SEIXAL

Amora / 229 / 847 (a) 44 (b) / Pessoas de comunhão. (b) Menores. Refere a população dos lugares. **Arrentela** / 202 / 668 (a) / Pessoas, com os menores. Refere a população dos lugares. **Corroios** / 68 / 170 (a) / (a) Pessoas assistentes, entre maiores e menores. **Seixal** / 329 / 1018 (a) / (a) Pessoas de confissão.

CONCELHO DE SESIMBRA

Castelo (Nª Srª da Consolação) / 450 / 1800 (a) / (a) Pessoas. Refere população de lugares. **Santiago** / 431 / 1534 (a) / (a) Pessoas.

CONCELHO DE SETÚBAL

Nossa Senhora da Ajuda / 74 / - / - /. **São Lourenço (de Azeitão)** / 234 / 1049 (a) / (a) Pessoas de confissão. Um ano por outro entram 300 homens de fora para o trabalho das vinhas *que sem eles se não pode cultivar.* Refere a população das aldeias. **São Simão do limite de Azeitão)** / 102 / 662 (a) / (a) Pessoas. Refere a população das aldeias. **Setúbal (N.ª Sr.ª da Anunciada**) / 802 / 3223 (a) 83 (b) / (a) Pessoas maiores. (b) Pessoas menores. Pelo rol de confessados de 1757. **Setúbal (St.ª Maria da Graça)** / 228 (a) / 718 (b) (a) Em 1754 tinha 428 vizinhos, mas por causa do Terramoto está reduzida a *pouco mais de meia parte dos que tinha antes do Terremoto.* (b) Pessoas maiores e menores. **Setúbal (S. Julião)** / 690 / 3167 (a) / (a) Pessoas. **Setúbal (S. Sebastião)** / 1148 / 4458 (a) 200 (b) / (a) Pessoas de sacramento. (b) Menores que não são de sacramento. *Passam de duzentas.*

CONCELHO DE SINES

Sines / 480 (a) / 1747 (b) / Teve como maior número de vizinhos há alguns anos, 500. (b) Pessoas grandes e pequenas, de 7 anos para cima, obrigados ao rol do presente ano.



Pelourinho do Município de Lisboa

Antigos concelhos dos territórios de Lisboa e Setúbal

Reúnem-se no seguinte *Roteiro* as informações tocantes ao tema em epígrafe. Em conformidade com o Roteiro do volume anterior, neste alargam-se os campos de recolha e organização das informações das *Memórias Paroquiais,* no sentido de fixar uma definição mais ampla das jurisdições municipais no contexto das demais instituições e sociedade do território concelhio que se organizam, ganham sentido e implementam com o quadro e instituições municipais. E cuja acção e presença repercute no quadro da vida económica, social, cultural e religiosa concelhia, em particular a acção e presença das Misericórdias (e demais instituições a elas anexas), correios, feiras e mercados, festas régias ou municipais. Deste modo, um primeiro campo de matérias reúne informações tocantes ao ponto 1. **Concelho**, nos aspectos gerais que definem o seu marco político, social e corográfico, a saber, *foral/ senhorio, sede de câmara municipal, freguesias*. No ponto 2. reúnem-se as matérias tocantes à **Câmara municipal**, nos aspectos essenciais que dizem respeito à sua constituição política, social, equipamentos e articulações político administrativas, em especial dos concelhos entre si e com as instituições régias no território: seu *oficialato, modo de eleição dos ofícios políticos, propriedade dos ofícios, equipamentos e articulações político-institucionais*. No ponto 3. **Outras instituições concelhias**, reúnem-se as matérias tocantes a um conjunto de instituições então essenciais à constituição municipal, no plano da assistência, autarcia económica e comunicações, a saber, relativas às *Misericórdias, Hospitais, Albergarias* (as demais confrarias e irmandades serão fixadas nos quadros das paróquias), *Correios da sede do concelho, Feiras/Mercados, Festas públicas/municipais e Mosteiros, Conventos e outras instituições.* A presença destas instituições (e desde logo à cabeça, da Misericórdia) posiciona o respectivo concelho, município no patamar mais evoluído do desenvolvimento social e político das terras. No ponto 4. reúnem-se **Outras referências**, designadamente, as que dizem respeito aos *privilégios municipais e concelhios e corpos e oficialato das freguesias e lugares de eleição e extensão concelhia e municipal.*

As informações que concorrem para o preenchimento destes campos não são muito desenvolvidas, elas são, a maior parte das vezes, meramente indicativas. E tal ocorre em princípio porque o quadro das perguntas do Inquérito era pouco desenvolvido sobre estas matérias. Mas também elas espelham algum desconhecimento e afastamento dos párocos dos quadros da vida civil-administrativa. E certamente na maior parte dos casos porque a presença e grau de desenvolvimento das instituições municipais é muito frustre ao nível paroquial. Relativamente a alguns concelhos os dados são mesmo inexistentes porque faltam as *Memórias* das respectivas paróquias, como é o caso de algumas paróquias sedes das instituições municipais, (cidades, vilas, cabeças de concelho e até coutos e honras) aí onde referências por definição são mais extensas. As *Memórias breves* fornecem também informações muito lacunares. Noutros casos as informações sobre estas jurisdições são também muito frustres, como é o caso dos concelhos com assento mais extenso no território cujas sedes das jurisdições são exteriores a eles.

Os investigadores e estudiosos que queiram aprofundar as informações sobre esta temática, podem recorrer a fontes coevas, com informes corográficos ou estatísticos sobre as terras, os concelhos. Desde logo, na obra do Padre António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso reino de Portugal*…, 3 tomos, Lisboa, 1706-1712, que é obra a que muitos padres memorialistas recorrem para responder às questões de natureza histórica, político-administrativa e outros pontos do Inquérito. E que nos fornece o quadro mais completo e rigoroso da geografia e corografia histórica e mapa político-administrativo de Portugal nos inícios de Setecentos. Para meados do século XVIII torna-se

necessário consultar e de um modo particular para Lisboa, João Baptista de Castro – *Mappa de Portugal Antigo e Moderno,* Lisboa, 1745-58 (2.ª ed. 1762/1763) que fornece o quadro completo das jurisdições em exercício, no seu território e nas suas articulações (com roteiros de estradas e correios). A este autor recorremos para completar informações relativas aos mosteiros, conventos e instituições afins da cidade de Lisboa, que aí vão por vezes melhor identificados ou para que não há *Memória Paroquial*. Esses elementos vão [ ]. Para os finais do século XVIII, os Censos demográficos (com fins militares) que apresentam a população distribuída pelos concelhos e demais quadros político-administrativos, como é o caso de *O Censo de Pina Manique de 1798* (edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1970), do Censo de 1801 (Edição crítica em *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1840*, coord. de Luís N. Espinha da Silveira, Lisboa, INE, 2001, 3 vols.) ou da obra de D. José Cornide, *Estado de Portugal en el año de 1800* (ed. do Memorial Histórico Espanhol, tomo XXVII, Madrid, 1894) fornecem larga informação histórica, geográfica, corográfica e sobretudo político-administrativa e demográfica sobre as terras das províncias e comarcas de Portugal. A comparação dos dados de Carvalho da Costa, de inícios do século, com os das Estatísticas e Corografias de finais do século, permite fixar, do ponto de vista nacional, a evolução da organização e divisão político-administrativa do território. Por aí é possível atentar como muitas pequenas jurisdições descritas e enumeradas pelos párocos memorialistas de meados do século já não vêm a estas macro-descrições estaduais de finais do século, muitas delas já subsumidas nos novos quadros propostos pelos juízes demarcantes das novas propostas das divisões das comarcas e dos concelhos de 1790-92 ou foram de facto absorvidas pela marcha da ordem administrativa régia, muito absorvente da ordem privada e senhorial dos tempos do pombalismo e do reformismo mariano. Em obras e estudos mais recentes é possível colher informações estatísticas, históricas e documentais de referência geral: Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, volume primeiro, 1873 – volume décimo segundo, 1890, fornece também informações genéricas sobre a história das terras, seus forais e população (tendo sistematicamente recolhido os dados demográficos das *Memórias Paroquiais)*. Dados de referência para os municípios e paróquias e seus fundos documentais em: *Inventário Colectivo dos Registos Paroquias,* vol. 1 – Centro e Sul, Secretaria do Estado da Cultura, Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, *Inventário do Património Cultural Móvel,* 1993; *Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias*, vol. 1 Distrito de Lisboa, Ministério da Cultura, 1995. E também António Manuel Hespanha – *As vésperas de Leviathan. Instituições e poder político. Portugal. Século XVII*, Lisboa, 1960 (em especial vol. II, Anexo I – Situação político-administrativa das terras com autonomia jurisdicional). A este autor recorremos para completar as informações das *Memórias Paroquiais* respeitantes aos ofícios concelhios, honoráveis e não honoráveis (para o século XVII).

Transcreve-se sempre que conveniente o texto original actualizado, que em muitas passagens pelo seu grande desenvolvimento vai aqui necessariamente abreviado em particular nas descrições dos conventos e mosteiros (e demais instituições) e dos danos do Terramoto. Seguimos a ordem alfabética das jurisdições, não separando os territórios distritais de Lisboa e Setúbal.

CONCELHO DA VILA DE ALCÁCER DO SAL

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal.

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: De El-rei, como mestre da Ordem de Santiago (Santiago de Alcácer do Sal, c. Alcácer do Sal).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz de fora e câmara (Santa Maria do Castelo, c. Alcácer do Sal) [A.M.H.: s/ref.ª a juízes ordinários, vereadores, nem procurador. Ofícios: 0+23 = 23].

2.4 – Equipamentos: ***Santa Maria do Castelo***. Tem *cais de pedra mármore* na praça. "Não permite maiores embarcações que barcos e iates e destes usam; o rio ou o braço de mar em cuja margem está esta vila situada, é navegável de batéis, barcos e caravelas que carregam até 150 moios de trigo" (Santa Maria, S. Tiago de Alcácer do Sal). Esta terra não é murada; tem *castelo* cercado de muros de taipa muito danificados, ameaçando ruína, próxima à maior parte da vila que fica situada no lugar baixo. Conservam-se cinco ou seis torres (Santa Maria do Castelo, c. Alcácer do Sal). ***Palma (couto/condado)***. Grande palácio (do Duque de Aveiro), por forma de Castelo, muito arruinado com o Terramoto. Junto a ele, uma cavalariça, lagar de vinho e adega. *Fábrica de louça* com seu moinho para fazer *vidro*. Pegada à Quinta, grande cavalariça mandada fazer por D. José I que acomoda 400 cavalos. Quinta com grande número de amoreiras de Valença, de bichos da seda, de que se faz grande quantidade de seda (Palma, c. Alcácer do Sal).

2.5 – Articulações político-institucionais: Juiz de fora e câmara, independentes de sujeição e governo das justiças de outra vila (Santa Maria do Castelo, c. Alcácer do Sal).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Santa Maria do Castelo***. Dentro desta freguesia há uma *Casa da Misericórdia*, muito antiga e tem, seguros, 600 000 réis de renda em cada ano (Santa Maria do Castelo, c. Alcácer do Sal). Há um *hospital* administrado pelo senado da câmara. E consta ter de renda, em cada ano, 72.000 réis (Santa Maria do Castelo, c. Alcácer do Sal).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Santiago de Alcácer do Sal***. Tem *estafeta* para o correio de Setúbal. Chega no Sábado e parte na Terça-feira (Santiago de Alcácer do Sal, c. Alcácer do Sal). ***Santa Susana.*** Serve-se com o correio de Alcácer (Santa Susana, c. Alcácer do Sal).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Santa Maria do Castelo.*** Tem três dias de feira franca, que principiam no 1º Domingo da Pascoela (Santa Maria do Castelo, c. Alcácer do Sal). ***Santiago de Alcácer do Sal***. Tem esta vila feira franca, que dura três dias, que principiam nas vésperas de Sábado, antes do Domingo do Bom Pastor (Santiago de Alcácer do Sal, c. Alcácer do Sal).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Santa Maria do Castelo***. No limite desta freguesia, dentro do castelo da vila, há um *convento de religiosas de S. Francisco*, de que é padroeiro Fernando Xavier de Miranda (Santa Maria do Castelo, c. Alcácer do Sal). ***Santiago de Alcácer do Sal***. No limite desta freguesia está o *convento de Santo António,* dos religiosos franciscanos da Província dos Algarves, cujo padroeiro é o Conde de Palma (Santiago de Alcácer do Sal, c. Alcácer do Sal); **S. Martinho** «Na serrinha, há um *hospício* de monges, que cuidam do ornato da ermida da Soberana Rainha das Antas, a Senhora do Monte do Carmo (S. Martinho, c. Alcácer do Sal). **São Romão do Sado.** *Hospício* de Esperança (com capela); *Hospício de S. Bento*, de religiosos de S. Bento, na sua Quinta (com capela).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Santiago de Alcácer do Sal***. É antiquíssima. Teve cadeira episcopal; foi município dos romanos, chamada *Salacia Urbe Imperatoria*, como referem os historiadores (Santiago de Alcácer do Sal, c. Alcácer do Sal).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***S. Martinho***. O juiz que tem se chama de vintena e está sujeito a Alcácer do Sal (S. Martinho, c. Alcácer do Sal).

CONCELHO DA VILA DE ALCOCHETE

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal.

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: [Coroa]. Ordem e mestrado de Santiago. D. Manuel deu foral a esta vila (Alcochete, c. Alcochete).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz de fora e câmara, sem sujeição a outra terra. O juiz de fora todas as semanas vem duas vezes a esta vila fazer audiência e nos mais dias quando a necessidade o pede, ficando servindo em seu lugar o vereador mais velho, que serve de juiz pela Ordenação (Alcochete, c. Alcochete). [A.M.H.: s/ref.ª a juiz ordinário, vereador, procurador. Ofícios: 0+9 = 9]

2.4 – Equipamentos: ***Alcochete.*** Tem "porto de mar" em praia limpa e de excelentes vistas, mas em costa "sumamente brava" de ventos nortes e nordestes, correndo as embarcações muito risco, sendo necessário amarrá-las bem. «Aos portos desta vila vêm muitas embarcações de transporte, frequentando-os mais amiúde, os barcos da vila de Aldeia Galega para conduzir o sal desta vila para os navios. Tem esta vila das embarcações as melhores que tem todo o salgado tanto pela sua grandeza e segurança como pelo bem aparelhadas que andam estas embarcações, (…) trazendo cada uma de 15 a 18 homens, sendo a maior parte destes insignes marítimos. Estes barcos só se ocupam em levar tojos para a cidade de Lisboa e seus distritos e também levam viagens de francas para conventos e estâncias de lenha. Destes barcos cada um deles se

serve sua semana de carreira neste povo para provimento da mesma vila. Tem só quatro dias de carreira na semana que é Segundas, Terças, Quartas e Sábados. Várias embarcações mais pequenas há nesta terra a que chamam batéis, os quais se ocupam no mesmo ministério de acarretarem lenhas não só para Lisboa, mas também para os portos das terras da parte do Norte (Alcochete, c. Alcochete).

2.5 – Articulações político-institucionais: *Alcochete.* O juiz de fora assiste na vila de Aldeia Galega por ser terra de muita passagem e carreira de toda a Província do Alentejo. É este o motivo por que não assiste nesta vila de Alcochete (Alcochete, c. Alcochete).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Alcochete.* Tem esta vila um *hospital,* administrado pela Santa Casa da Misericórdia. Hospital sem renda alguma, e não é crível que o seu primeiro instituidor fizesse este hospital e lhe não determinasse rendas para a cura dos pobres enfermos e assim hoje se serve para albergue dos pobres andantes. O hospital está contíguo à ermida do Espírito Santo, presumindo que a instituição do hospital a ela esteja ligada. Também a Santa Casa é administradora da ermida (Alcochete, c. Alcochete). Tem *Casa da Misericórdia*; não se sabe quem foi o instituidor. O que sei é que D. Manuel a enriqueceu de regalias, suposto que estes privilégios todos estão reduzidos a cinzas, não sei se por negligência dos que governavam, porque estando todos estes privilégios em um armário na mesma Santa Casa da Misericórdia, neste lhe choveu, de sorte que a muita água fez apodrecer todos os papéis (…). Tem de renda 250.000 réis, pouco mais ao menos; já teve 400.000 réis, mas foi em tempo que o sal tinha mais valor. Andam muitos bens alienados. Esta igreja está situada à borda do mar. Hoje o mar já está muito perto da sua igreja, tornando-se necessário continuar a construção da muralha para sua proteção (Alcochete, c. Alcochete).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Alcochete.* *Convento franciscano recoleto de Nossa Senhora do Socorro*, sujeito à Província dos Algarves. Padroeiro o Conde de S. Vicente. Há tradição que antigamente fora neste convento, freguesia de Nossa Senhora da Sebonha, hoje de Nossa Senhora do Socorro (…), e que fora dada esta igreja, pela rainha D. Leonor, aos religiosos recoletos para seu convento (Alcochete, c. Alcochete).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Alcochete.* Tem esta vila muitas isenções e privilégios que lhe deu o senhor D. Manuel. Muitos destes por desmazelo dos seus moradores, os deixaram perder. Os que pude descobrir estão em um foral, de letra gótica, mas inteligível, o qual foral está na câmara desta vila. As isenções e regalias que D. Manuel dá neste foral, também são de Aldeia Galega. E não consta que até ao presente nenhum destes privilégios estejam derrogados pelos senhores reis, seus predecessores. [Seguem-se capítulos e parágrafos do texto de foral de 18 de Janeiro de 1515] (Alcochete, c. Alcochete).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Samouco.*** Tem este lugar juiz de vintena, posto pela câmara de Alcochete (Alcochete, c. Alcochete).

CONCELHO DA VILA DE ALCOENTRE

Comarca de Santarém

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Apresentação da justiça pertence a Sua Majestade (Alcoentre, c. Azambuja).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem concelho, seus juízes ordinários, com câmara.

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: *Alcoentre*. Juízes ordinários e câmara, os quais faz o corregedor de Santarém, mas sem dependência dele, mais que para os agravos (Alcoentre, c. Azambuja).

2.4 – Equipamentos: *Alcoentre:* «Há uma igreja feita até ao princípio de abobeda, mas assim ficou há mais de 60 anos, tudo pela pobreza da terra» (Alcoentre, c. Azambuja).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Alcoentre.* Tem uma *casa* em que se recolhem os *pobres passageiros* (Alcoentre, c. Azambuja).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Alcoentre* Não tem correios. Os moradores se valem dos de Santarém, dista quatro léguas (Alcoentre, c. Azambuja).

3.3 – Feiras/Mercados: *Alcoentre*. Haverá oito anos que se tirou provisão para se fazer nesta terra feira em dia de S. Miguel, a qual se principiou, porém está nos termos de findar pelo pouco concurso de gente que a ela acode (Alcochete, c. Azambuja).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Alcoentre*. "Dizem-me que a quinta do Conde de Vimieiro tem privilégio para nela se não prender pessoa alguma" (Alcoentre, c. Azambuja).

CONCELHO DA VILA DE ALDEIA GALEGA DO RIBATEJO

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal.
1 – CONCELHO:
1.1 – Foral/Senhorio: D. Manuel lhe deu foral (Aldeia Galega, c. Montijo)

2 – A CÂMARA MUNICIPAL
2.1 – Oficialato: Câmara presidida por um juiz de fora (e dos órfãos) (Memória breve de Aldeia Galega, c. Montijo). [A.M.H: Não refere juiz ordinário, nem vereadores. Só procurador do concelho. Ofícios: 1+12 = 13]
2.4 – Equipamentos: *Aldeia Galega*. Hoje se tem feito grande por ser *porto de mar*, carreira para toda a Província do Alentejo e reinos estrangeiros (S. João Baptista de Alcochete, c. Alcochete).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:
3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: Aldeia Galega. Tem *Casa da Misericórdia* (Memória breve de Aldeia Galega, c. Montijo).

CONCELHO DA VILA DE ALDEIA GALEGA DE MERCEANA

Comarca de Torres Vedras. Ouvidoria de Alenquer
1 - CONCELHO:
1.2 - Foral/Senhorio: Casa da Rainha. "Uma das mais antigas vilas da Rainha" (Aldeia Galega, c. Alenquer). [A.M.H.: Concelho da Coroa. Antes fora da Rainha].

2 – A CÂMARA MUNICIPAL
2.1 – Oficialato: Governada a vila por dois juízes ordinários, três vereadores, um procurador do povo e outro do concelho, que todos fazem a câmara (Aldeia Galega, c. Alenquer). [A.M.H.: Ofícios: 8 + 10 = 18]

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:
3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Aldeia Galega***. Na praça da vila está o grande templo da *Santa Casa da Misericórdia*. E sendo grande templo maior é a sua pobreza que me parece ser dos mais pobres do Patriarcado. Padroeiro João Carlos de Miranda. Há nesta vila a ermida do Espírito Santo que pertence ao *Hospital,* o qual é de muito ténue rendimento. E é administrador dele Sebastião Pereira Rebelo (Aldeia Galega, c. Alenquer).
3.2 – Correios da sede do concelho: ***Aldeia Galega.*** O correio de que se serve esta vila é de Alenquer (2 léguas) (Aldeia Galega, c. Alenquer). **Aldeia Gavinha.** Serve-se desta vila de Alenquer (1.5 légua) (Aldeia Gavinha, c. Alenquer).
3.3 – Feiras/Mercados: ***Merceana.*** Duas feiras no ano, a 25 de Março e dia da Santíssima Trindade (Aldeia Galega, c. Alenquer).
3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Aldeia Galega***. Há *convento dos capuchos*, um dos melhores da Província, de que é padroeiro D. João Rolim. Dista "um passeio" da Merceana, de que tomou o nome (Aldeia Galega, c. Alenquer).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:
4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Aldeia Gavinha.*** "Está esta freguesia sujeita a governo da república da vila de Aldeia Galega de Merceana" (Aldeia Gavinha, c. Alenquer).

CONCELHO DA VILA DE ALENQUER

Comarca de Torres Vedras. Ouvidoria de Alenquer.
1 – CONCELHO:
S. Tiago de Alenquer. Acha-se fora da muralha que cerca a vila antiga, em pouco distância de uma das suas portas (S. Tiago de Alenquer, c. Alenquer). ***Triana.*** (Nossa Senhora da Assunção). Era intitulada arrabalde; hoje forma parte da vila dentro e fora de muros (Alenquer, Nossa Senhora da Assunção, c. Alenquer). ***S. Pedro de Alenquer.*** Fica fora dos muros da vila, no sítio que algum dia se chamava arrabalde, mas hoje se reputa por parte principal dela (S. Pedro de Alenquer, c. Alenquer). ***Santa Maria de Várzea de Alenquer***. Parte desta freguesia fica dentro da vila antiga, e é cercada de muros fortes para aqueles tempos, com muitas torres e barbacã, que quase toda está derrubada e eles em muitas partes caídos. Na mesma barbacã há uma grande torre, que ainda que é muito alta, se não chegou a acabar e é obra muito mais moderna que os ditos muros, segundo dela se vê e de um letreiro que tem na face da porta do Nascente, com a data do ano que se fundou que, segundo dela se vê, foi no reinado de D. Fernando (Santa Maria de Várzea de Alenquer, c. Alenquer).

1.3 – Foral/Senhorio: Casa da Rainha. Foi senhora desta vila a Infanta Maria Sancha, que lhe deu foral, reformado por D. Manuel I. E sucessivamente as rainhas, até à renúncia de D. Catarina em D. Sebastião, incorporando-se o senhorio na Coroa (Santo Estevão de Alenquer, c. Alenquer). «No mesmo ano de [1215] deu [a Infanta Sancha Sancha] foral aos moradores de Alenquer que está na Torre do Tombo. E no ano de 1513 D. Manuel I reformou o foral que a esta vila tinha dado a infanta Sancha Sancha (Santiago de Alenquer, c. Alenquer).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: *Alenquer.* Consiste o *governo político ou civil* de Alenquer de um senado com três vereadores, um procurador do concelho (por lei o vereador mais moço do ano antecedente); presidente, o juiz de fora. Tem escrivão e guarda-livros. Tem ouvidor e provedor. É cabeça de comarca de sete vilas. Tem o provedor, escrivão de provedoria (que também é da Aldeia Galega); escrivão de correição (que entra em todas as vilas) com um meirinho de correição, que deve trazer dois homens de vara consigo para as diligências. Tem o juiz de fora com cinco escrivães do judicial, um escrivão da imposição, um escrivão da real d'agua. Tem três tabeliães de notas. Um alcaide e escrivão do alcaide (também serve a um dos inquiridores), dois inquiridores (um deles também contador e distribuidor do juízo geral). É o juiz de fora, provedor de Vargea e Marinha, com um escrivão e um guarda. Juiz dos órfãos (que é contador e distribuidor do mesmo juízo), dois escrivães dos órfãos. Para a cobrança dos direitos reais da Casa da Rainha, um almoxarife, escrivão, meirinho, e porteiro do almoxarifado (serve nos demais auditórios). Juiz das sisas, com escrivão e meirinho. No *governo eclesiástico* do arciprestado de Alenquer, há um vigário da vara, com escrivão e meirinho dois quadrilheiros, com jurisdição nas vilas de Aldeia Galega da Merceana e Vila Verde de Francos. *O governo militar* consiste num capitão mor, com sargento mor, e seis companhias de ordenanças, com seus capitães e mais oficiais, que todos tinham patente, não pelo Conselho de Guerra, mas pela Rainha. Tem uma companhia de auxiliares (S. Tiago, Santo Estevão, c. Alenquer). [A.M.H.: Ofícios: 18 + 13 = 31]

2.4 – Equipamentos: *Santo Estevão de Alenquer.* Está situada a antiga vila, a qual chamam Cerca, em o alto de um monte, que por uma estreita parte por onde se comunica com o arrabalde da freguesia de S. Pedro pela porta principal, chamada vulgarmente, Porta da vila, tem menos dificultoso acesso. Por todas as mais partes é muito precipitada, razão porque para os tempos antigos era praça fortíssima e se rodeava de fortes muros com muitas torres e barbacã. Das quais torres hoje apenas se acham vestígios, estando duas ou mais feitas casas, para o que as aforou a câmara desta vila a quem lhe pareceu. O Terramoto do ano de 1755 acabou de lançar abaixo o castelo e a maior parte das duas torres que fortaleciam a sobredita porta chamada *da vila*. Tem mais outra porta menos principal, quase fronteira no fim da dita vila ou cerca. E no mais circuito quatro postigos ou portas pequenas (…). O resto desta vila que antigamente era arrabalde, parte está na continuação do mesmo monte em que se acha a freguesia de S. Pedro, parte na descida do mesmo monte e em um vale além do rio, freguesias de Várzea e Assunção de Triana (Santo Estevão, c. Alenquer). ***S. Tiago de Alenquer***. «Foi murada e seus muros eram de pedra e cal e bastante largura. E há indícios que tinha duas muralhas, uma na parte da vila e outra na parte do Carvalho, que hoje se chama o arco de Nª Sª da Conceição. Tinha a muralha várias torres e hoje se conservam muita parte de algumas com moradores, nem embargo de haver recomendação do Soberano e de Academia Real para se conservar esta muralha por ser obra dos Alanos. É tal o zelo ou vigilância de alguns que não só deixam de cuidar no reparo, mas não impugnam a que outros a vão demolindo. Com o Terramoto se desfez quasi inteiramente o *castelo* e muita parte de duas torres que servia de colunas à porta da vila e a muralha em partes se arruinou mais e no seu reparo se não cuida». Não tem *porto de mar*. Mas em distância de uma légua, no lugar de Vila Nova, que é do termo, tem *porto no Tejo* que frequentam as comuns embarcações (Santiago de Alenquer, c. Alenquer).

2.5 – Articulações político-institucionais: O ouvidor e provedor de Alenquer entram em correição nas vilas de Óbidos, Caldas e Salir do Porto, Chamusca, Ulme, Sintra, Aldeia Galega da Merceana. (Nossa Senhora da Assunção de Alenquer, c. Alenquer). Foi cabeça de comarca de que hoje o é Torres Vedras, com corregedor e provedor (Santo Estevão de Alenquer, c. Alenquer).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Nossa Senhora da Assunção de Alenquer (Triana).* Não tem esta freguesia de presente hospital algum, porém teve antigamente dois. Teve antigamente uma *gafaria de S. Martinho* e *hospital de S. Brás*, unidos ao hospital real do Espírito Santo da vila em 1508. «O primeiro era uma *gafaria* com o nome *S. Martinho*, situada no princípio do arrabalde desta vila, com pequena ermida de S. Martinho que existe e algumas pequenas moradas de casa a que chamavam e ainda chamam o cerco de S. Martinho, nas quais viviam os leprosos ou gafos, sustentando-se das rendas do dito hospital. A dita ermida e sua pertença se uniram depois à Casa da Misericórdia desta vila». É dita muito antiga. O segundo *hospital* era da invocação de *S. Brás*, regido pela confraria de S. Brás, há séculos extinto. Servia de nele se curarem os enfermos pobres por meio de banhos ou no rio da vila ou na água de uma fonte que nasce na costa do monte (…) por cima da igreja, perto da qual há umas casas em que se vêm vestígios de pedra que parece serviam para os ditos banhos (…) e ainda hoje se chamam *dos banhos*. E ficam defronte das antigas casas do dito hospital, cujas rendas por decreto de D. Manuel se uniram ao hospital real da Casa do Espírito Santo desta vila no ano de 1508. ***S. Pedro de Alenquer.*** Há nesta freguesia, dentro na vila, dois hospitais,

o da Misericórdia e do Espírito Santo. *Hospital do Espírito Santo*, está hoje reduzido a *albergaria*. Fundado pela rainha Santa Isabel em 1320, com administração entregue aos moradores e homens bons da vila, que entre si instituíram confraria e compromisso, ficando esta e a confraria governadas por um juiz e dois mordomos eleitos anualmente até 1508. Tem regimento de D. Manuel de 1508. Consta de igreja (com missa quotidiana pelos confrades e benfeitores) e casas nobres, com sala para *albergaria* dos pobres peregrinos e casa e festa do vodo (voto). Tem de renda e esmolas 280.000 réis. Realizava-se todos os Domingos desde a Páscoa ao Espírito Santo a festa ou função chamada do Império e Coroação do Imperador. Faz-se agora só em alguns Domingos, com diminuição dos festejos, por menos concurso. Tem nesta freguesia de S. Pedro *Casa e confraria da Misericórdia*, instituída em 1527, por D. João III. Foi primeiro provedor Fernão Velez, fidalgo da Casa Real. E os primeiros irmãos da Mesa foram todas 12 pessoas nobres das principais e governanças da vila. No segundo ano e seguintes foram seis da primeira condição ou nobres e seis de segunda ou oficiais. Em tudo o mais se governa pelos estatutos da Misericórdia. Foi acrescentada a Casa no ano de 1595. Tem a Casa da Misericórdia, de renda, em juros e foros, 773.593 réis. Tem encargos de quatro capelas quotidianas (…) e despende com os capelães e mais legados, 662.770 réis. Do que resta supra a casa a esmolas de várias pessoas pobres da vila e termo. No ano de 1655 foi erecto um *hospital* na dita casa pelo provedor (…) para se curarem somente seis doentes, por não ter de renda mais que 17.500; hoje tem mais. Tem um *hospital* moderno, erecto em 1709 pelo Dr. João Moniz da Silva, Inquisidor do Santo Ofício, natural desta freguesia e morador em Lisboa (…); mandou fazer o dito hospital pelo antigo ser muito pequeno para se curarem os pobres. Tem dez camarotes, no qual se curam, uns anos por outros, 50 doentes. Tem por cima do dito hospital, uma *enfermaria* com seis leitos, fundada pelo dito Inquisidor no mesmo ano de 1709 para nela se curarem os religiosos capuchos do Convento de Carnota e Merceana, para que lhe deixou de seus bens próprios, 100.000 réis por um padrão na Junta de Comércio (…); administradora a dita Santa Casa (S. Pedro de Alenquer, c. Alenquer). ***Carnota***. *Hospital de Santa Ana*. No lugar de Santa Ana há um hospital pobríssimo, que somente tem de renda 38 alqueires de trigo. E é de jurisdição secular (Carnota, c. Alenquer). ***Pereiro de Palhacana***. *Hospital do Pereiro*. No lugar do Pereiro há um hospital dos pobres passageiros para pernoitarem e também se adoecerem, o qual administra o ouvidor de Alenquer, como provedor (Pereiro de Palhacana, c. Alenquer).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Vila Nova da Rainha.* Servem-se do correio de Alenquer (Vila Nova, c. Azambuja). ***Santiago de Alenquer.*** Tem correio, o da Corte e Alentejo, chega ao Domingo à tarde e parte na Quinta-feira de manhã. E o da Beira, Minho e Trás-os-Montes chega à Quinta-feira à noite e parte no Domingo pela manhã. Serve-se este correio do de Lisboa que passa por Vila Nova, uma légua desta vila (São Tiago de Alenquer, Santo Estevão de Alenquer, c. Alenquer). ***Cadafais***. Não tem correio. Vão a Alenquer, distante uma légua, no Sábado, deitar e receber cartas (Cadafais, c. Alenquer). ***Ventosa***. Servem-se os moradores desta freguesia para as suas correspondências do correio de Alenquer, que dista uma légua. E para Lisboa fazem jornada por duas estradas, uma pelas vilas do Ribatejo, em que se juntam nove léguas e outra por Bucelas, que fazem seis (Ventosa, c. Alenquer). ***Ota***. Não tem correio. É estrada real para várias partes deste Reino. Tem três estalagens, uma venda de pão, vinho e vários comestíveis (Ota, c. Alenquer). ***Cachoeiras:*** Não tem correio e se serve de Vila Franca de Xira ou Castanheira (1 légua, a qualquer das partes) (Cachoeira, c. Alenquer).

3.3 – Feiras/Mercados: *Vila Nova da Rainha.* Tem duas feiras, uma a 19 de Março, outra a 29 de Julho. Duram 24 horas, pouco mais ao menos. São cativas. (Vila Nova da Rainha, c. Azambuja). ***Alenquer.*** Tem esta vila feira dia de S. Miguel, de muito pouca importância, paga terrado à Casa do Espírito Santo. «Há nesta freguesia (S. Pedro) uma feira em véspera e dia de S. Miguel, no Rocio do Espírito Santo, mas cativa e de pouca frequência». (Santo Estevão, S. Pedro de Alenquer, c. Alenquer). ***Santiago de Alenquer.*** Tem esta vila feira no dia de S. Miguel e no lugar de *Vila Nova*, a 19 de Março e 29 de Julho; no lugar da *Ota*, feira moderna no dia do Espírito Santo e em outro mais do ano (S. Tiago de Alenquer, c. Alenquer). ***Ota***. Concedeu a rainha D. Mariana, por petição do vigário desta freguesia, (no tempo em que passava por esta terra para as Caldas) duas feiras francas de três dias de cada uma, uma pelo Espírito Santo, e uma pela Nossa Senhora das Neves, para o terrado delas render para a igreja. Gastou-se bastante dinheiro da mesma, tirou-se provisão, puseram-se editais e na primeira feira que se fez até de Castela vieram contratadores. Porém não aturaram mais que dois anos porque os contratadores das sisas e portagens da vila de Alenquer os fizeram afugentar, com os exorbitantes tributos que lhe levavam (Ota, c. Alenquer).

3.4 – Festas públicas/Municipais: Na *procissão da Candeia*, procissão muito antiga, em que quase toda a vila se rodeia de rolo de cera benta, pega a câmara e depois se oferece à Senhora da Assunção. Procissão organizada pela câmara e seus oficiais, clero, participação da nobreza e povo, por voto antigo contra a peste. Nela se fez um Imperador, com dois coroados (nobres ou fidalgos), pajem e damas, trombetas e danças. Celebra-se a procissão no Sábado de Páscoa do Espírito Santo (Nossa Senhora da Assunção de Alenquer, São Pedro de Alenquer, c. Alenquer). *Festa e Função do Império* e da coroação *do Imperador* (Vide, Hospital do Espírito Santo).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Alenquer*. Tem os seguintes conventos, dentro da vila, *Convento de S. Francisco*, dos religiosos de S. Francisco da Observância e Província de Portugal, de proteção real. Deste convento saíram os primeiros missionários que foram à India. *Convento da Conceição* de Nossa Senhora, de religiosas de Santa Clara, do padroado dos antepassados de Gonçalo Tomás Peixoto da Silva

Almeida Macedo e Carvalho, fidalgo da Casa Real; na vila, junto ao rio, o *Oratório de Santa Catarina* (convento-hospício), por baixo da vila, junto ao rio, em que assistem, comumente sete ou oito religiosos de S. Francisco com seu prelado, dos religiosos franciscanos observantes da Província de Portugal; *Convento de Santa Catarina* da *Carnota* dos capuchos, da Província de Santo António do Campo do Curral da cidade de Lisboa, padroeiro o Senhor Infante. Deste convento saíram para o martírio os cinco mártires de Marrocos. A cerca do convento é um lindo bosque, onde estão em capelas todos os Passos de Paixão. (S. Pedro, Santiago, Nª Sra. da Assunção de Alenquer, Cadafais, c. Alenquer). ***Atouguia das Cabras***. Tem em si o *Seminário dos padres dominicanos* em que habitam alguns religiosos (Atouguia das Cabras, Cabanas de Torres, c. Alenquer). ***Santiago de Alenquer***. Teve um Recolhimento de mulheres virtuosas no sítio em que está hoje a igreja de Nossa Senhora da Redonda (S. Tiago de Alenquer, c. Alenquer); ***Olhalvo***. *Convento de religiosos de Carmelitas descalços;* seu padroeiro, D. Carlos de Meneses; *Recolhimento* da *Nossa Senhora da Conceição*, protetora a Rainha. Hoje com 16 recolhidas. Teve sua origem no lugar de Aldeia Gavinha, em 1650, onde existiu até 1663 (Olhalvo, c. Alenquer). ***Pereiro de Palhacana***. Tem esta freguesia o real *Mosteiro do Mato de S. Jerónimo*, fundado por D. João I, confirmando o papa Bonifácio IX a religião de S. Jerónimo para Portugal e dando licença de fundação (…) Fundado por uns poucos eremitas. D. Manuel I, pelo ano de 1500, reedificou-o, dando-lhe rendas (Pereiro de Palhacana, c. Alenquer). ***Santa Maria da Várzea de Alenquer***. Há nesta freguesia um *Convento de eremitas*, com o título de *S. Paulo*, e antigamente chamava-se Biguinos (Santa Maria da Várzea, c. Alenquer). ***Ventosa***. *Santuário de Nossa Senhora das Neves*, assistido de religiosos missionários da Ordem de S. Domingos, os quais têm dado princípio a um novo convento para que concorreu a caridade da rainha D. Mariana da Áustria (Ventosa, c. Alenquer).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Santo Estevão de Alenquer***. Tem esta vila voto em Cortes no 6º banco (…) Tem esta vila por armas duas torres com uma porta no meio por timbre um cão alano ou de fila, (…) "aludindo ao nome da nação dos Alanos, que a fundou ou reedificou …" (Santo Estevão, c. Alenquer). (Na resposta ao *item* 22 (S. Tiago de Alenquer, c. Alenquer) vai lançado um largo texto com a História cronológica de Alenquer, nas suas origens, antiguidades e etimologia da terra; invasões, ocupações dos godos, muçulmanos e de gesta e ajuda divina na Reconquista; episódios mais próximos da participação de Alenquer nos grandes momentos da História Nacional, em especial nas guerras da crise dinástica de 1383-85 e da perda da Independência (com o relato da aclamação de D. António, como Rei, nesta vila em 22 de Julho de 1580). E também as vicissitudes dos domínios e senhorios de Alenquer, as fundações das casas religiosas, os privilégios particulares e coletivos… Tudo firmado em autores de referência clássica, mas remetendo também para documentação da Torre do Tombo e da câmara). As notícias das «Antiguidades» e «Excelências» de Alenquer foram colhidas pelo Memorialista, em grande parte, como refere, «da relação que os procuradores de Alenquer fizeram das antiguidades e excelência desta vila e que se imprimiu em Madrid, em 1620, a qual cita Soledade no *Discurso Apologético* e vai também na *História Seráfica*» (Santo Estevão de Alenquer, c. Alenquer).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Vila Nova da Rainha.*** O juiz que tem a terra é vintaneiro, sujeito a Alenquer (Vila Nova da Rainha, c. Azambuja). ***Cadafais.*** Tem a freguesia quatro juízes de vintena, sujeitos a Alenquer (Cadafais, c. Alenquer). ***Espeçandeira***. Há neste lugar um homem eleito pelas justiças da vila de Alenquer, para notificar, citar e prender por ordem do ouvidor da dita vila e sua comarca, juiz de fora, juiz dos órfãos, vereador, almotacés da mesma vila, donde este lugar, como fica dito é termo e em tudo sujeito (Espeçandeira, c. Alenquer). ***Ota.*** "Governa-se esta pequena república pela justiça da vila de Alenquer. ***Olhalvo***. «Justiças, somente um juiz vintaneiro posto pela câmara de Alenquer». (Olhalvo, c. Alenquer). ***Pereiro de Palhacana***. Esta freguesia está sujeita à justiça de Alenquer e à justiça de Aldeia Galega da Merceana. Tem em toda a freguesia oito juízes de vintena (Pereiro de Palhacana, c. Alenquer).

CONCELHO DA VILA DE ALHANDRA

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: O Patriarca é prior e senhor temporal da vila, como donatário. A vila antigamente era couto e tinha muitos privilégios. O primeiro senhor da vila foi D. Soeiro, segundo bispo de Lisboa que como herdade sua lhe passou um foral. Não entravam nela justiças, até que no ano 1586, D. Filipe, com breve pontifício "descoitou-a" e fez dela nova doação ao arcebispo D. Miguel de Castro, "com muitas restrições". Também os prelados apresentavam, os postos militares. Por morte do capitão-mor Mateus de Azevedo Pereira, em 1722, foram feitas pelo Conselho de Guerra, deixando de ser providas pela Mitra (Alhandra, c. Vila Franca de Xira).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Ouvidor, dois juízes ordinários, três vereadores, um procurador e mais justiças e ofícios apresentados pelo donatário. [A.M.H.: Ofícios: 8 + 8 = 16]

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: O ouvidor, posto pelo donatário, faz a eleição, apura e confirma as justiças, em nome do senhor da terra.

2.3 – Propriedade de ofícios: O donatário apresenta dois escrivães do judicial (também tabeliães), escrivão de câmara, almotaçarias e direitos reais, distribuidor, que também é inquiridor, juiz dos órfãos e seu escrivão e alcaide (Alhandra, c. de Vila Franca de Xira).

2.4 – Equipamentos: *Alhandra*. "O adro desta igreja (…) a que alguns dão o nome de *Miradouro* é da mais agradável vista que se pode considerar. Nenhuma pessoa que de novo a ele chegou, deixou de a exagerar. Deste miradouro se vê à frente a *estrada real* de terra que da cidade de Lisboa corre para as Províncias da Beira, Minho e Trás-os-Montes, situada nas margens do Tejo. E a pouca distância do mar, chegando-se a conhecer os indivíduos das embarcações". A planície da *vila* é com as *ruas* mais bem proporcionadas de todas as de Ribatejo. Da *praça*, além do *pelourinho*, corre para o Sul a grande e espaçosa rua que lhe dá o nome *cais*, em que finda. Este, sem encarecimento, não só por arte, mas por natureza, é o melhor de todos que tem o Tejo de Lisboa para cima e em tempestades abrigo, não só das embarcações da vila, mas ainda das que de cima Tejo a ele se vêm acoitar, suspendendo três e quatro dias, se é preciso, a jornada para Lisboa". Na praça da vila está situada a Casa da Misericórdia. O rio que vem acaba nesta vila, com o nome de *Esteiro*, com uma ponte de cantaria com dois arcos, que serve de estrada aos passageiros que de Lisboa correm para cima, ou voltam para baixo. Este esteiro também acomoda embarcações, além do cais. "Vila de ruas "bem proporcionadas". Tem um bom *pelourinho*, na praça. (Alhandra, c. de Vila Franca de Xira).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: A *Casa da Misericórdia* com sua irmandade está na praça da vila e se fez sobre a ermida do S. João da Praça. Tem de renda duzentos e sessenta e tantos mil réis, alguns foros pertencentes à deixa que uma Maria Anes fez para um *hospital*, que está quase extinto, e a maior parte juros com obrigação certa de um capelão, a que chamam maior. Mais rendimentos de capelas de missas, com as despesas comuns a todas as Misericórdias. Tendo feito grandes obras na igreja, findas em 1748, se arruinou em grande parte com o Terramoto de 1755, tendo-se retomado a sua reedificação (Alhandra, c. de Vila Franca de Xira).

3.3 – Feiras/Mercados: *Alhandra*. Em 1721 foi dada à Ordem de S. Francisco o rendimento de uma feira que se fazia em 15 de Agosto no terrado da ermida de N.ª Sr.ª da Ajuda, para o que havia provisão real e uma renda de umas casas contíguas, que tudo se gastava na dita ermida. Os Terceiros deixaram arruinar as casas e alcançaram provisão real para que a feira fosse no terceiro Domingo de Outubro, mas sem melhoria de concurso à nova feira, que se perdeu (Alhandra, c. de Vila Franca de Xira).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: No ano de 1721, fundou-se na vila a *Ordem Terceira de S. Francisco*. Junto à vila está o *convento de Sobral* dos religiosos Capuchos da Província de S^to. António, de que foi largada a primeira pedra em 1597. O convento ainda que não longe da vila, está fora do termo dela (Alhandra, c. Vila Franca de Xira) (Vide, Alverca, c. Vila Franca de Xira).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Alhandra*. "Esta vila antigamente era couto e tinha muitos privilégios".

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***S. João dos Montes***. Esta freguesia está em dois termos, um de Alhandra, aonde há juiz ordinário e outro de Lisboa, que nesse distrito tem juiz vintaneiro. (S. João dos Montes, c. Vila Franca de Xira).

CONCELHO DA VILA DE ALHOS VEDROS

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal

1 – CONCELHO:

A antiga vila de Alhos Vedros, "grande até ao tempo de D. João I; experimentando o flagelo da peste, foi declinando e desanexando-se-lhe lugares". (Alhos Vedros, c. Moita).

1.1 – Foral Senhorio: [Coroa. Mestrado do Santiago].

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz de fora, câmara de três vereadores, procurador, escrivão da câmara. Em ausência do juiz de fora, governa e serve de juiz o vereador mais velho que o é pela Ordenação (Alhos Vedros, c. Moita). [A.M.H.: Sem ref.ª a juiz ordinário, vereador ou procurador do concelho. Ofícios: 0 + 8 = 8].

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: Câmara "que sai cada ano, por pauta, assinada por Sua Majestade" (Alhos Vedros, c. Moita).

2.4 – Equipamentos: *Alhos Vedros*. Tem a *Real Fábrica de Fornos de Val de Zebro*, muito perto do lugar de Palhais, em que se fabrica o biscoito para as armadas de Sua Majestade Fidelíssima. Na qual fábrica residem almoxarife, escrivão, meirinho e fiel, para com prontidão e perfeição se fabricar este mantimento, fazendo conduzir as lenhas, as farinhas e mais necessário para a dita fábrica, principalmente as pessoas hábeis para o dito ministério, chamados "biscoateiros". *Cais de embarque*. No braço do Tejo que chega junto desta

vila é o porto de onde se embarca com seu cais pequeno de pedraria, onde há barco de carreira que vai quotidianamente a Lisboa, como também alguns barquinhos de moinhos que conduzem trigos, farinha e outros fretes, os quais barcos não podem navegar senão em maré cheia (Alhos Vedros, c. Moita).

2.5 – Articulações político-institucionais: Juiz de fora de Alhos Vedros é também de Palmela (Alhos Vedros, c. Moita).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Alhos Vedros***. Tem uma casa com o nome de *hospital*, que serve somente para os pobres passageiros mendicantes se recolherem, o qual é da administração da Misericórdia, sem ter renda alguma destinada para a formalidade de hospital. A Casa da Misericórdia antigamente era na ermida de Nossa Senhora da Vitória, onde as pessoas nobres e principais governando, proviam os pobres e pessoas necessitadas, sem haver rendas que chegassem a isso. Com seu "caritativo zelo e generoso ânimo" decidiram fazer Casa da Misericórdia, no sítio da praça da vila de Alhos Vedros, que edificaram em 1590/1591, onde hoje está. Teve depois importantes legados. Vem a ter de renda 300.000 réis, de que pagam as missas e pensões, ficam-lhe para obras pias e pobreza, 200.000 réis. Esta Santa Casa podia ter dobrados rendimentos se tivesse tido boa administração e um bom protetor que a defendesse e reivindicasse várias propriedades e foros que estão perdidos (Alhos Vedros, c. Moita).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Alhos Vedros***. Não tem correio por estar perto da Corte e da vila de Setúbal, donde se serve quando quer ter cartas de terras remotas (Alhos Vedros, c. Moita).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Alhos Vedros.*** Não há feira por estar muito perto da Corte, aonde têm todos os dias a sua feira se quiserem estes moradores embarcar quotidianamente (Alhos Vedros, c. Moita).

3.4 – Festas públicas/Municipais: ***Alhos Vedros***. Procissão à Nossa Senhora dos Anjos pelo triunfo de 1148 sobre os mouros que cercavam a vila a que vêm círios das freguesias do termo do Lavradio, Barreiro, Verderanos, Telha, Palhães, Moita (Alhos Vedros, c. Moita).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Alhos Vedros***. Não tem conventos, mas sim um quase *hospício* ou quinta com ermida para a rua que é dos *religiosos de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, onde reside sempre um religioso sacerdote, pregador e confessor. (Alhos Vedros, c. Moita)

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Alhos Vedros***. Esta vila por ser muito antiga e ter sido populosa, se diz que tem a preeminência de ter votos em Cortes, cuja verdade constará de Crónica, ou livros onde toca este ponto (Alhos Vedros, c. Moita).

CONCELHO DA VILA DE ALMADA

Comarca de Setúbal. Correição de Almada

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Da Coroa. "Foi antigamente da Ordem de Santiago e é hoje da Coroa por troca que se celebrou com outras terras que no Campo de Ourique, foram da jurisdição real, e são hoje da Coroa (Nossa Senhora da Assunção)."

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem juiz de fora, que também é dos órfãos, do quarto e meio por cento e presidente da câmara. Tem juiz dos direitos reais e das sisas, ofício de propriedade (Santiago de Almada, c. Almada) [A.M.H.: S/ref.ª a juiz ordinário, vereador, procurador do concelho. Ofícios: 0 + 17= 17]

2.4 – Equipamentos: ***S. Tiago de Almada***. É o lugar de *Cacilhas, porto do mar* e continuadamente se vêem nele várias embarcações de uma e duas velas. Nele está situado um *forte*, só com nome, sem defesa alguma. No lugar de *Mutela, porto de mar* de que se servem somente alguns barcos de duas velas (Santiago de Almada, c. Almada). ***Caparica***. Tem este lugar da Caparica, para a parte da marinha, seis *portos*. Banatica, Porto Brandão, Paulina, Portinho da Costa, Portinho de Buchos e Trafaria. Neles chegam a portar qualquer das embarcações grandes de pescadores ou também dos maiores barcos que navegam da barra adentro e nas costas do mar só os saveiros que não têm quilhas. No porto da Trafaria está o *presidio* do Lazareto, em cujos cárceres estão os presos que hão-de ir degredados para as Conquistas. Há a *fortaleza de S. Lourenço (da Barra)*. ***Costa da Caparica***. Tem o porto da Paulina, se acha situada a *fortaleza de S. Sebastião*, vulgarmente chamada a Torre Velha e em outro tempo dos castelhanos, «não porque estes a erigissem (…) mas por alguma obra com que ampliaram ou reedificaram as suas antiquíssimas muralhas (…) Fortaleza não regular (…) eminente à marinha. Tem duas baterias com peças de canhões de ferro e bronze. Há outro *meio baluarte* para a parte da marinha. A muralha que cinge fortaleza está arruinada, como também as casas do governador e quartéis de soldados (Costa da Caparica, c. Almada). ***Arrentela***. O *porto de mar* é uma separação do Tejo e a sua entrada fica fronteira a Nordeste e se estende um bom quarto de légua. As embarcações que o frequentam são bateiras de pescar do lugar de Arrentela e Seixal e barcos de carregar lenha para Lisboa, do lugar de Amora. Todo este não seca na baixa-mar. E só se pode desembarcar na

quinta da Barroca e lugar de Seixal que sempre tem água e a toda hora pode chegar e largar embarcação até navio pequeno, como sucede muitas vezes aos iates que nele estão do senhor D. João e Duquesa de Abrantes e de Sua Majestade e muitas mais embarcações se recolhem por causa dos temporais (…). Tem um *barco de carreira* que todos os dias vai a Lisboa com passageiros que vão a seus negócios (…) (Arrentela, c. Seixal). ***Corroios***. No distrito desta freguesia, no sítio chamado o Carrasco, há *porto de mar*, que o faz o mar com a sua enchente, metendo por entre a terra um braço até ao dito sítio que torna a recolher com a vazante. E no tempo da praia-mar, principalmente na ocasião de águas a que chamam vivas, se faz navegável a qualquer barco até ao dito sítio em que ele acaba. Frequentam-no, comumente, quatro barcos que dele saem nas marés a Lisboa e outros sítios, carregados de tojo e lenha e pode no dito porto admitir pouco mais (Corroios, c. Setúbal). ***Seixal***. É este lugar *porto de mar*, tudo por natureza, por onde enche e vasa uma boca a que chamam a Ponta dos Corvos. Admite embarque a toda a hora, por ter um banco de areia, por natureza, a que chamam *cais*. Admite em todo o tempo iates de El-Rei, embarcações do alto e navios com maré. Continua o mesmo braço até o lugar de Corroios, Amora e Arrentela (…). Em todos embarque, mas com maré e de embarcações pequenas. O segundo braço que naquela dita boca se divide o rio de Coina, que tem uma légua de distância, admite as mesmas embarcações, mas não navios em todo o rio, mas sim em parte dele. No mesmo há vários portos de embarque como Telha, Forno de El-Rei, Coina e Aldeia de Paiopires, mas todos de embarcações pequenas e com maré (Seixal, c. Seixal).

2.5 – Articulações político-institucionais: ***Almada***. Sem que esteja sujeito ao governo das justiças de outra alguma terra, por ser das principais e antigas da comarca (Santiago de Almada, c. Almada).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***S. Tiago de Almada***. Houve algum tempo nesta vila *hospital* chamado dos Lázaros «de cuja ereção não consta»; administrava-o a câmara. E depois que houve Misericórdia deu-se à Misericórdia para ela administrar, como administrou muitos tempos com a renda que tinha de 150.000 réis, que, por ser muito limitada para os tempos presentes, o não há. E o rendimento se aplica para esmolas e outras obras pias. A *Misericórdia* foi erecta no tempo de D. Manuel I. Tem de renda, ao presente, 4.000 cruzados, deixados para capelas, dotes de órfãos e esmolas para pobres. Reedificada por ficar destruída com o Terramoto (Santiago de Almada, c. Almada). ***Costa da Caparica***. Há um *hospital* para os enfermos do presídio do porto da Trafaria no forte de Lazareto. Na freguesia da Costa da Caparica não há distintamente *Casa da Misericórdia*, posto que certo número de viúvas pobres são favorecidas com esmola anual por comissão do provedor da Misericórdia de Almada a oficiais nomeados nesta freguesia para a redistribuição das mesmas esmolas, em cumprimento de legados que há com as referidas cláusulas (Costa da Caparica, c. Almada). ***Seixal***. Tem *hospital* e da administração do ilustríssimo monsenhor João Guedes Pereira. Não tem rendas, só sim informando-me com um filho de um hospitaleiro antigo, me disse era costume dar antigamente algum azeite e arrobas de bacalhau para pobres o que no meu tempo desde 25 anos a esta parte, já não achei (Seixal, c. do Seixal).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***S. Tiago de Almada***. Do correio se servem do da Corte (1légua) (Santiago de Almada, c. Almada). ***Arrentela***. Tem um barco de carreira que todos os dias vai a Lisboa, com passageiros que vão a seus negócios, e neste mesmo vão as cartas para lançarem no Correio geral de todo o Reino (Arrentela, c. Seixal). ***Seixal.*** Não tem correio. E se servem os moradores do Correio-mor e foral do Reino; porém a Aldea Galega onde chega, dista por terra quatro léguas e por mar, três léguas (Seixal, c. Seixal).

3.3 – Feiras/Mercados: ***S. Tiago de Almada***. Não teve, nem tem feira "por ficar perto da cidade de Lisboa, aonde os moradores dela se vão prover do que lhes é necessário para o sustento da vida e ornato do corpo, sem mais detrimento que o desembolso de dois vinténs, ainda que algumas vezes com o susto, que o mar causa em dias de vento a quem navega" (S. Tiago de Almada, c. Almada)

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***S. Tiago de Almada***. No lugar da Piedade, junto a uma ermida da Senhora, há um *Recolhimento* em que assistiam algumas pessoas. Depois do Terramoto só lá ficou uma mulher de maior idade (S. Tiago de Almada, c. Almada). ***Costa da Caparica***, no lugar de Outeiro, na igreja da *Senhora da Piedade, no convento dos religiosos da Província da Piedade*, fundado no ano de 1558 pela devoção e generosidade de Lourenço Pires de Távora; lugar de Casalinho da Rosa, *igreja de Nª Sr.ª da Rosa*, no *convento dos religiosos eremitas de S. Paulo*, fundado em 1410 por Mendo Seabra. Lugar da Sobreda, *igreja de N.ª Sr.ª da Assunção*, no *convento dos religiosos eremitas de Santo Agostinho*, fundação de 1660-1668 de Fernando de Castilho e Mendonça. ***Nossa Senhora da Assunção de Almada.*** Nesta freguesia se acha situado o *convento de S. Paulo*, da Ordem de S. Domingos (Nossa Senhora da Assunção, c. Almada).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***S. Tiago de Almada***. Teve esta terra em outros tempos muitos e vários privilégios e isenções (…) que hoje não há. E só as frutas e mantimentos que a ela vêm não pagam tributo algum que é o privilégio que unicamente se conserva. (S. Tiago de Almada, c. Almada).

4.2- Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Amora***. Tem juiz de vintena com seu escrivão, sujeito ao juiz de fora e câmara de Almada (Amora, c. Seixal). ***Arrentela***. Tem dois oficiais de justiça a que chamam vintaneiros, feitos pelo juiz de fora de Almada, a quem dá poder de prenderem, notificarem, penhorarem

e almotaçarem os comestíveis que vêm de fora (Arrentela, c. Seixal). ***Costa da Caparica***. Este lugar vulgarmente chamado Caparica, consta de 5 lugares principais, a que os meus predecessores deram o nome de varas, juntando a cada uma destas varas ou lugares, algumas aldeias, lugarejos e quintas que repartiram (Segue-se a repartição por povoações) (Costa da Caparica, c. Almada).

CONCELHO DA VILA DE ALVALADE

Comarca de Campo de Ourique

1 – CONCELHO:

1.1 – [Comenda do Duque de Lafões] (Mem. Roxo.)

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem juízes ordinários e mais oficiais de câmara (Alvalade, c. de Santiago do Cacém) [A.M.H.: juiz ordinário em Alvalade, três vereadores, procurador do concelho. Ofícios: 6+18=24]

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: É confirmada a justiça pelo ouvidor da comarca de Ourique (Alvalade, c. de Santiago do Cacém).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Alvalade***. Não tem hospital. E só uma *casa que se hospedam* os pobres, administrada pela providência da Misericórdia (Alvalade, c. Santiago do Cacém).Tem *Casa da Misericórdia* e se ignora a sua origem, por mais diligência que se fez. Rende, uns anos por outros, 50.000 réis, cuja renda é também do Espírito Santo que coadjuva a Misericórdia, uniforme a socorrer a pobreza e o mais necessário. *Ermida do Espírito Santo* e a *Misericórdia*, situadas na praça, dentro da vila, administradas pelo provedor e irmãos da Misericórdia. (Alvalade, c. Santiago do Cacém).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Alvalade***. Serve-se do correio de Mecejana (2 léguas).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Alvalade***. Não tem feira. E só a 25 de Abril há um breve mercado que dura meio-dia (Alvalade, c. de Santiago do Cacém).

CONCELHO DA VILA DE ALVERCA

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO: "Alverca, vila, a primeira que se segue da cidade de Lisboa, pela estrada direita para Santarém" (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

1.1 – Foral/Senhorio: É da repartição das capelas privilegiadas de D. Afonso IV, cujo provedor é também ouvidor e julga as apelações e agravos, no cível como no crime dos juízes ordinários e dos órfãos, com vezes de alcaide-mor. (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: dois juízes ordinários, três vereadores, um procurador do concelho, feitos por eleição do corregedor e confirmadas pelo Supremo Senado da Relação de Lisboa. Dois almotacés feitos aos três meses em câmara; um escrivão da câmara e almotaçaria de propriedade; dois tabeliães que servem no público, judicial e notas de proprietários encartados do Desembargo do Paço; andam de serventia; juiz dos órfãos, por provimento anual da Mesa do Desembargo do Paço, com escrivão de propriedade, com serventuário; dois partidores e curador, nomeados pelo juiz dos órfãos; um escrivão das sisas, um inquiridor, contador e distribuidor, um almoxarife e juiz dos direitos reais para arrecadação dos benefícios das capelas de D. Afonso IV, com seu escrivão e alcaide, que também serve de juiz ordinário. No militar, duas Companhias de Ordenanças com todos os oficiais subalternos, um sargento-mor que o é de toda a repartição privilegiada das capelas (Alverca, c. Vila Franca de Xira). [A.M.H.: Ofícios: 8 + 6 = 14].

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: O provedor-ouvidor prove o ofício de almoxarife, juiz de direitos reais da vila de Alverca e seu escrivão e alcaide, que também serve no Geral. E como capitão-general da dita Repartição das capelas, prove todos os postos militares das suas Ordenanças. Faz o corregedor eleições de juízes ordinários e oficiais da câmara na forma da Ordenação do Reino (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

2.4 – Equipamentos: ***Alverca***. Perto da vila, na frontaria dela, na margem do Tejo, está o *esteiro* da vila e *porto* onde se costumam recolher os barcos e bateiras da terra, de que há grande cópia. Além deste outros esteiros, o do Adarce, o de Ramiles, neste uma ponte de dois arcos de cantaria, perto da vila, na estrada coimbrã, obra de D. Pedro I (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

2.5 – Articulações político-institucionais: ***Alverca***. Sujeita a vila ao corregedor de Torres Vedras, nas correições que o corregedor cada ano vem fazer pelo que respeita do judicial (Alverca, c. de Vila Franca de Xira).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Alverca***. Tem *Misericórdia* com *hospital* que só serve de *albergaria* aos peregrinos. É suposto que as rendas da Misericórdia já fossem menores, contudo por ora somente se favorecem os viandantes de carta de guia e se acode às indispensáveis despesas de andante, capelães e mais obrigações. Fundou-se a Misericórdia no ano de 1583, como se vê dos seus livros e principalmente do livro em que está encadernado o Compromisso, confirmado pelos reis. Tem seu início no testamento de D. Solana Teixeira, natural da ilha da Madeira, falecendo na vila e em outras doações destinadas a este fim e obra (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Alverca***. Não há correio próprio e só se serve pelo da Beira que passa por esta vila, vindo de Lisboa, cada Domingo das 10 horas ao meio dia. E ao recolher à dita cidade passa cada noite de Quinta para Sexta-feira, se dão e recebem algumas cartas que o estafeta entrega e recebe de maço; (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Alverca***. Na alameda do convento de S. Romão, se fez alguns anos feira de vários géneros por provisão régia de 1746 que alcançou o prior do Mosteiro, para os três dias 15, 16 e 17 de Julho. De presente não há feira, por falta de "agasalho e hospitalidade" dos priores sucessores aos mercadores que deixaram de concorrer (Alvalade, c. Vila Franca de Xira).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Alverca***. *Convento de religiosos carmelitas observantes*, dedicado a S. Romão bispo. Seu padroeiro, Miguel Salema Lobo de Saldanha, fidalgo da Casa Real, com obrigação de tratar da capela-mor que é inteiramente sua, onde tem jazigo; *Convento de religiosos capuchos* da Província de Santo António do Reino de Portugal, dedicado a N.ª Sr.ª dos Anjos, fundado em 1597, de que é padroeiro o Conde Copeiro-mor, Conde de Vila Flor. Está no alto e ao Norte do lugar do Sobral (Alverca, Sobral, c. Vila Franca de Xira).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Alverca***. Tem esta vila os muitos privilégios concedidos às terras das capelas de D. Afonso IV (Alverca, c. Vila Franca de Xira).

CONCELHO DA VILA DE ARRUDA DOS VINHOS

Comarca de Torres Vedras

1 - CONCELHO:

1.1 - Foral/Senhorio: Donatário, Sua Majestade (Arruda dos Vinhos)

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário e câmara (Arruda dos Vinhos) [A.M.H. Ofícios: 8 + 12 = 20].

2.4 – Equipamentos: ***Arruda dos Vinhos***. Há nesta vila uma *fonte de água* excelente e salutífera. Há uns *fornos* nesta vila feitos com material do sítio onde apareceu Nossa Senhora, que cozem 24 horas com uma só quentura (Arruda dos Vinhos, c. Arruda dos Vinhos). Tem três torres de mouros «o que me parece mais serem casas em que assistiam» (Santiago dos Velhos, c. de Arruda dos Vinhos).

2.5 – Articulações político-institucionais: Juiz e câmara sujeitos à correição de Torres Vedras (Arruda dos Vinhos).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Arruda dos Vinhos***. Tem *Casa da Misericórdia*, a qual é muito pobre. E tem a ermida de S. Lázaro (Arruda dos Vinhos)

3.3 – Feiras/Mercados: ***Arruda dos Vinhos***. Feira franca pelo Santiago e Sant'Ana. Dura três dias (Arruda dos Vinhos)

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Cardosas***. Os moradores desta freguesia são sujeitos à justiça da vila de Arruda. E só há neste lugar das Cardosas um juiz de vintena (Cardosas, c. Arruda dos Vinhos)

CONCELHO DA VILA DE AVEIRAS DE BAIXO

Comarca de Santarém

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Donatário, o Conde de Aveiras (Aveiras de Baixo, c. de Azambuja)

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário; câmara. Não está sujeita ao governo das justiças de outra terra (Aveiras de Baixo, c. de Azambuja) [A.M.H.: Juiz ordinário (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+2=10].

2.4 – Equipamentos: ***Aveiras de Baixo:*** «Em o lugar de Virtudes tem um *esteiro* que o frequentam embarcações conduzindo madeiras, carvão, cal, telha para a cidade de Lisboa» (Aveiras de Baixo, c. Azambuja).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.3 – Feiras/Mercados: ***Aveiras de Baixo***. Feira no lugar das Virtudes, dura dois dias e paga seus direitos. É a 8 de Setembro (Aveiras de Baixo, c. Azambuja)

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Aveiras de Baixo***. Convento no lugar das Virtudes, dos religiosos de S. Francisco (Aveiras de Baixo, c. de Azambuja).

CONCELHO DA VILA DE AVEIRAS DE CIMA

Comarca de Santarém

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: [Donatária, Comendadeira de Santos-o-Novo (Aveiras de Cima, c. Azambuja)]

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem concelho próprio. Juiz ordinário e câmara da mesma terra. (Aveiras de Cima, c. de Azambuja) [A.M.H.: juízes ordinários (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios. 8+3=11].

CONCELHO DA VILA DE AZAMBUJA

Comarca de Santarém

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Donatário, o preclaríssimo D. António Rolim de Moura. Não tem o donatário tributo algum dos moradores, nem dos frutos. E só tinha a estalagem e fornos de pão, com proibição de os haver particulares (…) (Azambuja, c. de Azambuja).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Câmara com três vereadores, um procurador do concelho (serve de tesoureiro); dois juízes ordinários, dois almotacés, juiz dos órfãos e escrivão; três escrivães do geral e tabeliães públicos de notas; juiz das sisas e escrivão; escrivão da câmara, almoxarife das terras da Coroa no concelho com dois escrivães; alcaide de geral; alcaide do almoxarifado; um meirinho do eclesiástico (Azambuja, c. de Azambuja) [A.M.H.: Ofícios: 8+3=11].

2.3 – Propriedade de ofícios: ***Azambuja***. O donatário nomeava os ofícios de justiça de propriedade, vitaliciamente, e confirmava as datas da camara de sesmarias, mas de todas estas cousas e regalias se tem tomado parte para a Coroa, com o fundamento de não ter o donatário as doações correntes (Azambuja, c. de Azambuja).

2.4 – Equipamentos: ***Alcoentre*****:** Quinta do Conde de Vimieiro, «que me dizem está feita à imitação de fortaleza de Diu» (Alcoentre, c. Azambuja). ***Azambuja***. *Ermida de S. Pedro*, do padroado real, administração e rendas do senado da câmara da vila (Azambuja, c. de Azambuja). Há *porto* na mesma vila que dista uma légua do Tejo, por um esteiro que se abriu. (Azambuja, c. de Azambuja).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Azambuja***. *Hospício* da Ordem Terceira (Azambuja, c. de Azambuja); *Hospital* que curava os pobres, assim da terra como os peregrinos, administrado pela Misericórdia; ***Casa da Misericórdia***, fundada pelos confrades do Espírito Santo na sua igreja, com compromisso da Misericórdia de Lisboa. Caducando a Confraria do Espírito Santo, ficou a igreja totalmente para a Misericórdia. A renda do Hospital unido com a da Misericórdia faz trezentos mil réis, alguns anos chega a quatrocentos. (Azambuja, c. Azambuja).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Azambuja***. Seve-se do correio de Lisboa que passa para cima para toda a Beira no Domingo de tarde e pernoita na estalagem, e passa para baixo na Quinta-feira de tarde. Há carteiro que recebe as cartas e as entrega em sua casa. (Azambuja, c. Azambuja).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Azambuja***: Feira franca, três dias sucessivos, o primeiro no quarto Domingo de Outubro. Paga-se terrado ao Hospício da Ordem Terceira de S. Francisco, para as suas obras (Azambuja, c. Azambuja).

3.4 – Festas públicas/Municipais: ***Azambuja***. *Ermida de S. Pedro*, administrada pela câmara; vai na 2ª oitava da Páscoa, a câmara com a colegiada, em procissão à ermida, e nela tem missa cantada. Tem seu ermitão e passal para ele. (Azambuja, Vila Nova da Rainha, c. Azambuja).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Azambuja***. No meio das distâncias de Salvaterra de Magos e Benavente, se descobre o *convento de Jericó* dos religiosos arrábidos (Azambuja, c. Azambuja). Há na vila *Ordem Terceira de S. Francisco*, com 2 padres comissários, um hospício com a sua igreja (Azambuja, c. Azambuja).

AZEITÃO (LIMITE DE AZEITÃO)

(Vide, **Sesimbra**): Compreende as duas freguesias de ***S. Simão*** e ***S. Lourenço*** do limite de Azeitão.

Donatário o Duque de Aveiro: Hoje de El-Rei. Há juiz vereador em a mesma terra de Azeitão, eleito pela

câmara de Sesimbra e confirmado por El-Rei «o qual é juntamente vereador da câmara de Sesimbra». Tem dois almotacés. Tem ouvidor. É sujeito este limite à câmara de Sesimbra (S. Simão de Azeitão, c. Setúbal).

4.2- Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Azeitão* (Sesimbra). Tem um juiz, vereador em a mesma terra de Azeitão, o qual é eleito pela câmara de Sesimbra e confirmado por El-Rei e dois almotacés. Tem esta terra a regalia de ser eleito pela câmara de Sesimbra outro juiz, o qual vai servir de juiz e câmara da vila de Coina e há-de ser dos que forem moradores neste limite de Azeitão (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal).

CONCELHO DA VILA DO BARREIRO

Comarca de Setúbal/Ouvidoria de Setúbal

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: O donatário era o Duque de Aveiro; por falta de sucessores pertence ao governo e administração real, com o mestre da Ordem de Santiago (Barreiro, c. Barreiro).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem câmara, cujo vereador mais velho serve de juiz pela Ordenação, não se achando nela o juiz de fora da vila de Sesimbra que também o é nesta vila (Barreiro, c. Barreiro). [A.M.H.: Sem ref.ª a juiz ordinário, vereador, procurador do concelho. Ofícios: 0+3=3]

2.4 – Equipamentos: *Barreiro*. Há *porto de mar* defronte da cidade de Lisboa. As embarcações que o frequentam e pode admitir são de pescar e de carreira e passagem (Barreiro, c. Barreiro).

2.5 – Articulações político-institucionais: *Barreiro*. Sujeita ao juiz de fora de Sesimbra (Barreiro, c. Barreiro)

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Barreiro*. *Hospital* e o administra a Casa da Misericórdia. Tem de renda anual 6 mil e tantos réis. *Casa da Misericórdia*. Há tradição que os moradores deste povo a mandaram fazer à sua custa. Está sujeita à imediata proteção real. Tem de rendimento cada ano, mais de 300.000 réis (Barreiro, c. de Barreiro).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Barreiro. Convento de religiosas arrábidas*, chamado o *convento da Verderene* de que foi fundadora D. Francisca de Azambuja, mulher de Luís Mendes de Vasconcelos. Dos seus bens está de posse a Casa da Misericórdia do Barreiro (Barreiro, c. do Barreiro).

CONCELHO DA VILA DE BELAS

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Donatário, o Conde de Pombeiro (Belas, c. Sintra).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário (Belas, c. Sintra). [A.M.H.: Juiz ordinário (2), vereadores (3) procurador do concelho. Ofícios: 8+2=10].

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.3 – Feiras/Mercados: *Belas*. No lugar de Agualva há feira franca, nos primeiros três dias de Maio. No lugar de *Melessas* há feira, livre, no 3º e 4º Domingo de Outubro (Belas, c. Sintra).

CONCELHO DA VILA DE BUCICOS

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: [Marquesa de Cascais].

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário (Oeiras, c. Oeiras) [A.M.H.: Juízes ordinários (2). vereadores (3). procurador do concelho. Ofícios: 8+0=8].

2.5 – Articulações político-institucionais: Do termo de Cascais, comarca de Torres Vedras (Oeiras, c. Oeiras).

CONCELHO DA VILA DO CADAVAL

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Duque do Cadaval**.** Feita vila por D. Fernando em 1371, 1º de Dezembro, sendo então dada com toda a jurisdição ao conde de Barcelos, D. João Afonso Telo de Menezes, conde de Ourém, alferes-mor do Rei. Tem agora o senhorio D. Nuno Álvares Pereira de Melo, filho de D. Jaime e neto do 1º duque do Cadaval, D. Nuno Álvares de Melo (Cadaval, c. Cadaval). É donatário o Duque do Cadaval a quem conforme o foral se paga certa porção de trigo ou milho a que chamam jugada, que se regula pela diferença das pessoas, isto é, o lavrador mais alqueires, o seareiro, menos. Também se paga a oitava de vinho e linho, de que são isentas as pessoas pobres (Vilar, c. Cadaval).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: dois juízes ordinários, câmara, ouvidor com correição, juiz dos órfãos e seu escrivão de propriedade (Cadaval, c. Cadaval). [A.M.H.: Juiz ordinário (2) Vereadores (3). Procurador do concelho 8+11=19].

2.3 – Propriedade de ofícios: Todos os ofícios são postos pelo Duque donatário e também a chancelaria, por seu privilégio (Cadaval, c. Cadaval).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Cadaval***. Tem uma casa com nome *hospital,* que tem uma tenuíssima renda, e está mal satisfeita, que administra um mordomo por nome João Ribeiro Leal. Todas as mais freguesias a têm quase da mesma sorte, ainda que muito mais avultados em renda. Mais outra *casa do hospital* que mandara fundar D. João V, que só serve para descanso dos incuráveis que vêm de Lisboa para as Caldas da Rainha. É administradora a Casa da Misericórdia de Vila Franca de Xira (Cadaval, c. Cadaval). ***Cercal***. Há neste lugar um *hospital* com renda determinada para os pobres, cujos foros importarão em 10 ou 12.000 réis cada ano, o qual administra o juiz da irmandade do Espírito Santo, que também é provedor do mesmo hospital. Não se sabe da sua instituição porque dizem as memórias as mandava recolher o provedor da comarca que é da vila de Torres Vedras. ***Peral***. Há neste lugar uma *albergaria*, com nome de *hospital*, que tem de renda 5.000 réis, administrada por um mordomo nomeado pelo provedor da comarca de Torres, a quem dá contas (Peral, c. Cadaval). ***Pero Moniz***. Tem uma casa chamada *hospital*, com rendas ainda que pouca e lhe deixou um devoto. E não é certo por consistir em frutos de umas terras que hoje administra pessoa particular que é Marcelino de França e Horta. E nem seria desacerto cuidar-se muito com exação por maior serviço de Deus (Pero Moniz, c. Cadaval). ***Vermelha do Cadaval***. Há neste lugar uma *albergaria*, a que vulgarmente se dá o nome de *hospital*, não se curam nele enfermos, e só serve para se recolherem nela alguns pobres. Tem de património somente 4.300 réis estabelecidos em foros. Não consta da sua administração quem a administra, são os provedores desta comarca e estes nomearam um mordomo para cobrar os ditos foros e fazer por ordem sua, as despesas precisas (Vermelha de Cadaval, c. Cadaval). ***Vilar***. Há neste lugar umas fazendas, cujo possuidor é obrigado a conduzir pobres, que da parte de Lisboa chegam com carta de guia até o lugar de Pero Moniz. Dista ¼ de légua e os que vêm da parte das Caldas até Vila Verde, que dista pouco mais. E ao provedor da vila de Torres Vedras toca conhecer se se cumpre este (Vilar, c. Cadaval).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Alguber***. Correio mais perto é o das Caldas (2,5 léguas). ***Lamas***. Não tem correio, serve-se do da vila de Alenquer (3 léguas)**.** *Pero Moniz*. Não tem correio, mas pode servir-se do da vila de Óbidos, das Caldas de Torres Vedras e de Alenquer (3 léguas). ***Vermelha do Cadaval***. Não tem correio; e do que este povo se costuma servir é do de Óbidos (2 léguas) (Vermelha do Cadaval, c. Cadaval). ***Vilar***. Não tem correio e serve-se do das vilas de Alenquer e Torres Vedras (3 léguas) (Vilar, c. Cadaval).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Cadaval***. Na encosta da serra de Montejunto se descobre, em distância de 1,5 légua, um *convento* da primitiva *Ordem dos pregadores*; *convento de S. Francisco*, da Província dos Algarves (Cadaval, c. Cadaval). ***Vilar***. No distrito desta freguesia, no sítio de Montejunto, há o *Convento de Nossa Senhora das Neves*, das religiosas missionárias da Ordem de S. Domingos. E foi o primeiro desta Religião que se fundou neste reino (Vilar, c. Cadaval).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Cadaval***. Não podem entrar nela, ou em seu termo, nenhum ministro, fora da correição do provedor da comarca, sem carta facultativa para isso, da câmara ducal (Cadaval, c. Cadaval).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Alguber***. Sujeito à justiça do Cadaval e com juízes de vintena (Alguber, c. Cadaval); ***Pero Moniz***. Tem juiz de vintena (Pero Moniz, c. Cadaval).

CONCELHO DA VILA DE CANHA

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal.

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: [Mestrado de Santiago (A.M.H.)].

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem dois juízes ordinários (e de órfãos), três vereadores, um procurador do concelho, escrivão da câmara (e dos órfãos), tabelião no judicial e notas (Canha, c. Montijo). [A.M.H.: Sem ref.ª a juiz ordinário, vereador, nem procurador do concelho. Ofícios: 0+1=1].

2.4 – Equipamentos: ***Canha***. A vila é lavada em parte pelo rio Montijo que na sua confluência abre um porto cómodo para fragatas e outras pequenas embarcações (Aldeia Galega do Ribatejo, c. Montijo).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Canha***. Tem *Casa da Misericórdia*, ereta na ermida de S. Sebastião, fundada pelos moradores da vila. Tem de renda 500.000 réis (Canha, c. Montijo).

CONCELHO DO REGUENGO DA CARVOEIRA

Comarca de [Torres Vedras]

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: "Esta terra é do termo seu e reguengo separado. É esta terra reguengo apartado, que nela se sentenciam causas e litígios" (Reguengo da Carvoeira, c. Mafra). O donatário é ao presente Joaquim Lopes de Lavros (Reguengo da Carvoeira, c. Mafra).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Nesta terra há juiz e almoxarife e ordinário. Tem câmara que consta não se sabe que esteja súbdita a outra justiça. [A.M.H.: S/refª. p. 374].

2.4 – Equipamentos: ***Reguengo da Carvoeira***. "Tem uma casa pequena que serve de facho ou vigia, próximo do mar; no tempo presente se acha ainda algum tanto destruída do Terramoto e pouco reparada" (Reguengo da Carvoeira, c. Mafra).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Reguengo da Carvoeira***. Não tem correio. Só sim algumas pessoas vão à cidade de Lisboa, das quais se serve alguma criatura que leva alguma coisa para a Corte (6 léguas) (Reguengo da Carvoeira, c. Mafra).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Reguengo da Carvoeira***. Tem esta terra alguns privilégios dos senhores Filipes, reis, para isentar algumas coisas, de camas (aposentadorias) estas e outras coisas semelhantes que contêm em si os ditos privilégios" (Reguengo da Carvoeira, c. de Mafra).

CONCELHO DA VILA DE CASCAIS

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Donataria a Marquesa de Cascais, administrando o Marquês de Louriçal, seu pai, como tutor (Alcabideche, c. de Cascais). Primeira doação de el-rei D. Fernando (1370-1372) com toda a jurisdição a Gomes ou Gonçalo Lourenço de Avelar, seu guarda-mor, "fazendo-lhe a dita doação com toda a jurisdição, alta, baixa, mero e misto império". Tendo-se este "ausentado" do Reino sem licença, a tornou a dar o mesmo rei em 1373 a Henrique Manuel de Vilhena. "Aumentando já o lugar com o número de 200 vizinhos, chamados de terras vizinhas pelo grande proveito de pescaria, a deu a el-rei D. João I, com outras cousas, ao seu "grande valido" o Doutor João das Regras, que a dotou em sua filha D. Branca da Cunha quando casou com D. Afonso, filho do Infante D. João que era filho de D. João I". Então "pela grande qualidade de tal senhor" adquiriu a terra o título de vila. E foi crescendo a povoação até 900 vizinhos, ajuntando-se aos pescadores a gente nobre que servia no Paço. Com este aumento de povo se mudou a povoação para a borda de água, para o sítio em que agora existe, por causa do maior cómodo e proveito da pescaria. Passou depois a vila e senhorio ao 1º Conde de Monsanto, camareiro-mor e privado de D. Afonso V e depois ao 1º Marquês de Cascais e é hoje terra donatária dos Marqueses de Cascais. Por morte do último marquês de Cascais, D. Luís José Tomás de Castro, donatário, vagou a Casa à Coroa. E D. João V doou-o a D. Maria Josefa da Graça, casada com o Marquês do Louriçal e hoje sua filha, menor "que é quem ao presente goza do senhorio da terra" (N.ª S.ª da Assunção de Cascais, c. Cascais).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: ***Nossa Senhora da Assunção***. Tem dois juízes ordinários, um do mar e outro da terra. Tem câmara com três vereadores, dois da vila e um do monte; um procurador do concelho; dois almotacés (um da terra e outro do mar) e mais justiças inferiores, a qual justiça não está sujeita a outra de outra terra mais que ao corregedor e provedor da comarca e Tribunais Superiores da Corte. Tem tribunal dos órfãos com escrivão e mais ministros que servem o juiz dos direitos reais. O ouvidor do Marquês e vários

almoxarifes do Marquês, da Casa de Bragança e de El-Rei (N.ª S.ª da Assunção, c. Cascais). ***Ressurreição***. dois juízes ordinários, um do mar, outro da terra; dois almotacés, um da terra e outro do mar; senado de três vereadores, (um da terra, outro do mar e o 3º sempre é do termo); procurador do concelho, ou é da terra ou é do mar. Tem ouvidor feito pelo Marquês, é trienal; tem juiz dos direitos reais; tem Conservador de Tabaco e quando o não há, costuma servir o juiz ordinário; tem um provedor da saúde, hoje guarda-mor, todos com seus escrivães e meirinhos e jurisdições separadas. Não estão sujeitos a outras justiças, senão por via de recurso e somente o corregedor da comarca costuma sindicar deles (N. S.ª da Ressureição, c. Cascais). [A.M.H.: Ofícios: 8+12=20].

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: A justiça da câmara é confirmada pelo Marquês como senhor donatário e todos os ofícios são datas suas. O ouvidor posto por provisão do Marquês de Cascais por tempo de três anos, o qual com a câmara e pessoas de governança faz os pelouros das suas justiças que o mesmo ouvidor confirma e dá juramento por ordem do dito Marquês, donatário. Também este dá os ofícios de escrivães do geral e tabeliães (que são 2), o ofício do escrivão da ouvidoria, os ofícios de partidores de órfãos (que são 2) e o alcaide geral que é um só.

2.3 – Propriedade de ofícios: Todos os oficiais são datas do Marquês (N. Sra. da Assunção, c. Cascais).

2.4 – Equipamentos: ***Nª Sª da Assunção e Ressurreição de Cascais***. Vila donatária, que foi dada aos condes de Monsanto, com jurisdição e senhorio temporal, sem que ao princípio se deu com jurisdição alta e baixa, mero e misto império, como já se disse, e por isso tem *pelourinho* e *forca*. E já na forca se enforcou um soldado por matar um filho de um pescador em 7 de abril de 1592, chamado Lourenço Figueiró. (N.ª Sr.ª da Assunção, c. de Cascais). Tem esta vila Cascais *porto de mar*. Porto penhascoso e áspero, por isso incapaz de que frequentem embarcações. Antigamente teve muitas caravelas próprias que faziam a terra opulenta com algum comércio, porém hoje cativando tudo os mouros, só se vive de algum lucro de pescarias, quando o tempo e o mar permitem. As embarcações que frequentam são só barcos da terra e só estes admite, que poderão ser até 50 ou 60 com que passam a vida. Alguma penúria há já de peixe para o que antigamente foi. Alguns pescados há ainda (…) bastante cação que secam, vendendo-o depois, cujo benefício devem aos padres carmelitas que lho ensinaram a secar e comê-lo. Peixe agulha não o podem vender, sem primeiro dar parte ao Marquês para saberem se o quer, como senhor da terra. Tem muita lagosta e marisco de toda a costa (…) Tem a vila *porto de mar* com três praias. A primeira e principal é a da Ribeira «onde vão portar as embarcações da terra e ainda de fora, por ser a praia mais extensa e estar aí o corpo da guarda, de que os militares vão registá-las. Não tem reduto, nem modo de abrigo para as embarcações se conservarem no mar. As embarcações que o frequentam são 30 e tantos batéis, uns de redes, outros das pescarias, mais inferiores. As embarcações de fora, tirando algumas que trazem madeira para a vila, só se ancoram ou para esperarem maré para irem para Lisboa ou para se refazerem de algum alimento. E não tem capacidade para mais outra coisa. Esta vila é *murada* pela parte do mar, com muralhas fortes, de largura de 6 palmos em umas partes, noutras menos, e de altura de 30 palmos, em umas partes mais, outras menos, e em algumas partes um grande *rochedo* que lhes serve de muro. Tem seus *fortes* que discorrem da barra de S. Julião até à fortaleza de Nossa Senhora da Luz, desta vila, mas todos arruinados. É *praça de armas*, com um regimento de infantaria e cabos maiores. Tem a *fortaleza de N.ª Sr.ª da Luz* feita no governo de D. Manuel I. Pelo Terramoto experimentou ruínas em todas as obras interiores e quartéis, não sentindo nas suas muralhas, nem batarias, ruína alguma. Tem cinco baterias. Uma igreja de Santo António, um *hospital* para militares, casas para o *Governador*, *cadeias* fortes para presos. Está sobre o rochedo e fica mística com o mar pela parte de Nascente e Sul; também lhe fica mística pela parte do Norte a *Cidadela*, que é praça de armas, cuja entrada é de três grandes portas. Tem quartéis para acomodação dos soldados, uma cisterna grande e uma pequena. Tem uma companhia de artilheiros, um sargento-mor da praça, um capitão de artilharia, um ajudante, dois condestáveis, dois sota-condestáveis, um Regimento com dois batalhões, um Governador. No tempo de D. João IV se fez uma *cidadela mística com a fortaleza*, servindo uma bateria que cai sobre a ribeira da vila, de servidão para a fortaleza, altura necessária e as cachoeiras segundo a arte de arquitetura militar. (…) Ao pé da ermida de Santa Marta está um *forte* da Santa, que também se acha arruinado o corpo da guarda dele, como também tem ruinas o *forte da Guia*. Em a dita cidadela e fortaleza há mais de 30 peças. Tem duas *cisternas*. Tem *capela* na fortaleza e outra ainda na cidadela. Nos quatro ângulos da cidadela se acham quatro quartos de aquartelamento para os soldados. Em todos se numeravam 88 quartéis, mais 16 quartéis grandes para oficiais no terraplano. E toda a circunferência das muralhas da dita cidadela não experimentou ruina, senão nas guaritas que quasi todas caíram (…) A referida cidadela, do cordão para cima, está ainda imperfeita pois lhe faltam os parapeitos em a altura necessária e as canhoeiras, segundo a arte da arquitectura militar. Tem cavalariças, armazéns e docas. Tem as *casas de Sua Majestade,* na praça, onde residiam os coronéis do Regimento; as *casas de câmara*, com sua *cadeia* por debaixo, como também *pelourinho, arruinados e demolidos*. Tem a *casa dos Mareantes*. Junto à igreja de Nossa Senhora da Guia está o *grande Farol da Guia* que com muitas luzes acesas e serve de Inverno de guia e norte aos navegantes, de noite, nas ocasiões das frotas, o qual tem uma boa escada de caracol, feita com grande artifício e arte. Nesta freguesia há um *castelo*, cujo hoje está todo cheio de moradores e para nada mais serve, porém ainda se lhe conservam algumas ameias, cujo fica para a banda da Ribeira, pegado com os palácios dos Marqueses de Cascais. É castelo antiquíssimo que está muito arruinado. E tinha uma

torre alta com que estava o sino do relógio da câmara, porém esta caiu com o Terramoto. «Está esta vila sem relógio porque este e a sua grande torre do castelo, feita pelos mouros, se fez em cinzas». (N.ª Sr.ª da Assunção, Ressurreição, c. Cascais). ***Alcabideche.*** *Forte velho,* chamado o de Santo António da Barra (…) Ficou esta fortaleza arruinada com o Terramoto e ainda se acha» (Alcabideche, c. Cascais).

2.5 – Articulações político-institucionais: As justiças estão sujeitas ao corregedor e provedor da comarca e tribunais superiores da Corte (N. Sr.ª da Assunção, c. de Cascais).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Alcabideche***. Tem um Hospital que administra a confraria de Nossa Senhora da Assunção. Tem de renda 12.000 réis e se dá conta ao provedor da comarca, quando vem em correição (Alcabideche, c. Cascais). **N.ª *Sr.ª da Assunção da vila de Cascais***. Na fortaleza desta praça está o *hospital real para a milícia* dela, em que todos os soldados são assistidos com grandeza em suas enfermidades. Tem médico, cirurgião, sangrador, enfermeiro e enfermeira, que com toda a caridade e cuidado assistem aos enfermos, sem mínima falta. Governa tudo um almoxarife, posto por El-Rei que provê tudo com abundância quanto os médicos determinam. Tudo é pago pela Fazenda Real, juntando-se a isto o soldo do soldado que enquanto está doente se lhe dá baixa e não come a praça. Tem assistência dos capelães-mor do Regimento, para confessarem os enfermos e ajudarem a bem morrer. E o pároco da freguesia é quem lhes administra os sacramentos e os enterra na igreja da dita freguesia quando não determinam em seus testamentos outra coisa (N.ª Sr.ª da Assunção, c. Cascais). ***Ressurreição de Cascais***. Tem *Misericórdia* com irmandade numerosa e *hospital* em que se recolhem peregrinos e *enfermarias* para homens e mulheres a que assiste a Misericórdia que o administra pelo amor de Deus. Tem *Misericórdia*, a qual instituíram as câmaras de Sintra e Cascais há 300 e tantos anos (sic) e ultimamente foram concorrendo muitos legados que lhe deixaram instituições de capelas com que enriqueceram. Tem hoje renda de 7 para 8 mil cruzados, pouco mais ou menos. Tem nesta freguesia um *hospício* que serve de *enfermaria* aos religiosos arrábidos do convento da Serra de Sintra (Ressurreição e Nossa Senhora da Assunção, c. Cascais). ***S. Domingos de Rana***. Tem um *hospital* cuja administração é da irmandade de S. Domingos, somente para peregrinos. (S. Domingos de Rana, c. Cascais)

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Cascais***. Não tem correio. E o correio de que se serve são os barcos, que tem três, de carreira e da obrigação do senado, ou gente que vai para Lisboa e leva as cartas e encomendas ou os criados que cada um quer mandar levar as cartas e encomendas aonde quer (N.ª Sr.ª da Assunção, c. Cascais). *N.ª Sr.ª da Ressureição*. Não há correio e se servem de uns recoveiros que costumam ir a Lisboa (5 léguas) (N.ª Sr.ª da Ressureição, c. Cascais).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Carcavelos***. A 8 de Setembro tem três dias de feira, porém para ela não concorre mercancia alguma (Carcavelos, c. Cascais). ***Cascais***. Não tem feira. Há só duas praças na vila, uma de fruta, outra de hortaliça, onde se vende almotaçado pelos almotacés, tudo o que vem de fora e é preciso para o sustento do povo. E não leva nada o almotacé pelo preço (N.ª Sr.ª da Assunção, c. Cascais)

3.4 – Festas públicas/Municipais: ***Cascais*.** A coisa mais antiga e mais digna de memória desta terra e freguesia é a soleníssima festa do Espírito Santo, a que chama a festa do Império (…) Teve princípio isto com el-rei D. Dinis e a rainha Santa Isabel que assim o determinaram por todo o Reino para que o Divino (…) fosse mais louvado e em seu louvor se dessem grandes esmolas aos pobres (N.ª Sr.ª da Assunção, c. Cascais)

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***N.ª Sr.ª da Assunção da vila de Cascais***. *Convento de N.ª Sr.ª da Piedade* de carmelitas descalços. Pode acomodar até 35 religiosos. É a sua igreja, «uma das fábricas da melhor proporção e mais ajustada simetria que fabricou a arte». Foi o convento do senhorio de D. Catarina Saraiva e do padre Manuel de Roma, seu enteado, que o deixaram à Misericórdia da vila, a quem o compraram depois os religiosos. Foram seus padroeiros os Condes de Monsanto, tendo o Conde de Monsanto e 1º Marquês de Cascais largado o padroado. Foram os religiosos fazendo a igreja nova, à custa das esmolas do povo. Foi este convento casa de noviciado, colégio de Filosofia. Houve pelos anos de 1645 um *Recolhimento de beatas* da Ordem Terceira de S. Francisco, na igreja de N.ª Sr.ª do Rosário, que de ermida fizeram igreja, regidas pelos franciscanos recoletos do Convento de Santo António de Xabregas. A capela de Nossa Senhora da Nazaré serviu entre 1749 e 1753 de *hospício* aos reverendos padres de S. Francisco de Paula, que intentavam fundar convento nesta terra, o que não conseguiram. (Nossa Senhora da Assunção, c. Cascais). ***Nossa Senhora da Ressurreição de Cascais***. Tem *Ordem Terceira de S. Francisco*, sujeita à direção da Santa Casa da Misericórdia. Está situado nesta freguesia, extramuros desta vila, um *convento do título de Santo António* de religiosos franciscanos descalços da Província dos Algarves; padroeiros os Marqueses de Cascais (Nossa Senhora da Ressureição de Cascais, c. Cascais).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: Tem a *Casa dos Mareantes* um privilégio, assim como a de Setúbal e Peniche, confirmado ultimamente por provisão de D. João V, para que de seus marítimos se não possa nunca fazer soldados para a Índia, só um soldado na ocasião que as naus vão para a Índia, ou de pagarem o dinheiro 40.000 réis, que é o que comumente se faz. Como no século passado de 1600 houve um grande incêndio nas casas do Senado, ardeu todo o arquivo e todos os papéis de maior parte (N. Sr.ª da Assunção, c. Cascais).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Alcabideche***. Tem juiz de vintena, sujeito à vila de Cascais (Alcabideche, c. Cascais).

CONCELHO DA VILA DE CASTANHEIRA

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: A vila foi da Coroa. Por falta de descendência do donatário, foi incorporada na Casa do Infantado. Seu administrador actual, o Infante D. Pedro (Castanheira, c. Vila Franca de Xira).

1.2 – Sede da câmara municipal: Tem termo seu, compreende a vila de Povos e a vila de Cheleiros (Castanheira, c. Vila Franca de Xira).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: «Tem juiz de vara branca e ouvidor da mesma sorte e câmara». [A.M.H.: juiz ordinário (2), vereadores (3), procurador do concelho; Ofícios: 8+12=20].

2.4 – Equipamentos: Tem um *esteiro* ou *vala* na borda do Tejo. Tinha um *forte* que nela mandou fazer o conde D. António de Ataíde, o qual se tem demolido em muita parte por tirarem nele pedras para outras obras (Castanheira, c. Vila Franca de Xira).

2.5 – Articulações político-institucionais: (*Vide,* concelho da vila de Povos).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: Tem *hospital*, administrado por um clérigo que apresenta o Marquês de Louriçal e de colação do Patriarca de Lisboa. Tem de renda, cada ano, mais de 500.000 réis, deixados para curar os enfermos e socorrer as viúvas. Já muito antes do Terramoto se não curam nele enfermos, nem se favorecem viúvas, «pois o dito provedor diz tem provisão do Patriarca para não dar esmolas tantos anos por respeito de um concerto que fez na ermida. A mesma casa do hospital servia de *Misericórdia* e a mesma ermida. Como tudo se arruinou no Terramoto, já não há irmandade com que se tornar a reedificar, pois somente sei tem um foro de 5 tostões, imposto em uma vinha; não sei tivesse mais origem que a piedade do povo que então servia mais opulento». (Castanheira, c. Vila Franca de Xira).

3.2 – Correios da sede do Concelho: Tem correio, que aqui vem de Lisboa a Domingo e vai continuando para a Beira e Minho, de donde traz as cartas à Quinta-feira. E as leva daqui para a Corte (Castanheira, c. Vila Franca de Xira).

3.3 – Feiras/Mercados: Tem uma feira no dia de S. Bartolomeu, que hoje está reduzida a alguns bufarinheiros.

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: Tem dois conventos: a Poente, dos *religiosos de S^to. António*, padroeiro o Marquês de Louriçal, à parte Norte, de *religiosos franciscanos*, padroeiro, o Marquês de Louriçal. (Castanheira, c. Vila Franca de Xira).

CONCELHO DA VILA DE CHELEIROS

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1– Foral/Senhorio: Casa de Bragança, o Infante D. Pedro. [A.M.H: Casa do Infantado].

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário. Câmara com três vereadores, um procurador do concelho (Cheleiros, c. Mafra). [A.M.H.: Juízes ordinários, 2; Ofícios: 8+3=11].

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Cheleiros***. Tem esta vila um *albergue* em que se recolhem os pobres e passageiros que administra o provedor da comarca de Torres Vedras. E a ele pertence a *Misericórdia* ou *Casa do Divino Espírito Santo*, cujas rendas, de uma e outra serão trinta mil réis em cada um ano, dos quais se provêm algumas cartas de guia e se satisfazem algumas obrigações de missas, pelas almas dos doadores. E é antiga e de sua origem não há notícia, só de que foram tombados os seus bens por Tomé Pinheiro da Veiga, sendo provedor da comarca de Torres Vedras (Cheleiros, c. Mafra).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Cheleiros***. Dizem ter esta vila por seus antigos privilégios de não lhe fazerem soldados aos seus moradores, pelos direitos dos quartos que pagam ao seu donatário (Cheleiros, c. Mafra).

CONCELHO DA VILA DE COINA

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Donatária a Comendadeira do mosteiro de Santos de Lisboa, da Ordem de Santiago de Espada (Coina, c. Barreiro).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem juiz ordinário e câmara com vereadores e procuradores (Coina, c. Barreiro). (A câmara de Sesimbra propõe e apura, nas suas pautas, um juiz e um vereador para a câmara de Coina, escolhidos entre os moradores do limite de Azeitão. *Vide*, Sesimbra). [A.M.H.: S/ref.ª a juiz ordinário, vereador, procurador. Ofícios: 0+6=6].

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: *Coina*. Juiz ordinário, câmara e procurador por eleição de pelouro e apurado pelo corregedor e ouvidor de Setúbal. Comendadeira de Santos confirmava as justiças (Coina, c. Barreiro).

2.4 – Equipamentos: *Coina*. É *porto de mar* por virtude da navegabilidade do rio de Coina, braço de mar, que liga a terra ao mar, com uma ponte de cantaria de três arcos junto à vila, a que é estrada e passagem pública de todo o Ribatejo para a vila de Almada e porto de Cacilhas. Tem ao presente quatro barcos de carreira que costumam transportar os povos de Azeitão e Sesimbra para a Corte e desta para aqueles. E pelo porto desta vila (Sesimbra) passava a carreira de Setúbal que há mais de 25 anos se mudou para a vila da Moita, em cujo tempo tinha 8 barcos de carreira, de duas velas à latina, que são os que ordinariamente frequentam este porto e barcos grandes, cacilheiros e todas as mais embarcações pequenas daqui para baixo (Coina, c. Barreiro). *Praça e pelourinho*. Há nesta vila e freguesia uma fábrica real que foi de vidros, a qual se acha danificada e sem exercício há 10 anos por se mudar para o lugar da Marinha, termo de Leiria, e por este desamparo se lhe perdem as madeiras que são excelentes (Coina, c. Barreiro).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Coina*. Tem *Misericórdia* com a data gravada em letreiro de bronze de 1568. Tem de renda não mais que 1.500 réis anuais de um foro de uma vinha, por andarem as mais rendas há muitos anos perdidas e sonegadas, além das outras que perdeu em casas arruinadas com o Terramoto, tal como a igreja (Coina, c. do Barreiro).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Coina.* Seve-se do correio da Corte (3 légua).

CONCELHO DA VILA DE COLARES

Comarca de Torres Vedras/Ouvidoria de Alenquer

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Terra da Coroa (Colares, c. Sintra).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário e câmara, governa-se por si (Colares, c. Sintra). [A.M.H.: juiz ordinário (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+1=9].

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Colares*. Tem *Casa da Misericórdia*. Dizem que a sua origem fora a Casa de Melo, porém a fez com ajuda do povo. Tem de renda, pouco mais ou menos, 80.000 reis (Colares, c. Sintra).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Colares*. Serve-se dos almocreves que conduzem as frutas para a Corte (3 léguas) (Colares, c. Sintra).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Colares*. Tem um convento de religiosos de *carmelitas calçados*. Padroeiro, a Casa de Dinis de Melo, de Lisboa (Colares, c. Sintra).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 –Privilégios municipais concelhios: *Colares*. «Usam os povos das suas águas para regarem os arvoredos por repartição do almoxarife dos Direitos Reais que há nesta vila e isto sem pensão alguma». (Colares, c. Sintra).

CONCELHO DA VILA DE ENXARA DOS CAVALEIROS

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Visconde de Vila Nova de Cerveira

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário e escrivão e mais justiças que governam na dita vila e seu termo (Enxara do Bispo, c. de Mafra). [A.M.H.: juiz ordinário (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+1=9].

CONCELHO DA VILA DE ERICEIRA

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Marquês do Louriçal.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem ouvidor que nomeia o senhorio dele; dois juízes ordinários, oficiais de câmara que o mesmo senhorio confirma (Ericeira, c. Mafra)**.** [A.M.H.: Vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+1=9]

2.4 – Equipamentos: *Ericeira*. Tem *porto de mar*. (Ericeira, c. Mafra)**.**

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Ericeira*. Tem *Misericórdia* que foi instituída por Francisco Lopes Franco, com consentimento do povo e a dotou com 400.00 réis e a confirmação de Sua Majestade, ficando ele e seus sucessores, seus padroeiros. E terá mais de renda, um ano por outro, 150.000 réis, com que concorrem os pescadores da dita vila, por contrato feito com o dito instituidor na sua ereção (Ericeira, c. Mafra).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Ericeira*. Não tem correio. Serve-se do da vila de Mafra (1 légua) (Ericeira, c. Mafra).

3.3 – Feiras/Mercados: *Ericeira*. Tem uma feira em 25 de Julho, que é franca e dura dois dias (Ericeira, c. Mafra)**.**

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Ericeira*. Tem o privilégio de se não fazerem soldados na dita vila por serem os moradores dela, obrigados à guarnição do seu forte (Ericeira, c. Mafra).

CONCELHO DO REGUENGO DO GRADIL

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Reguengo pertencente às capelas que instituiu D. Afonso IV.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: O governo civil da terra consiste em um juiz ordinário e em três oficiais da câmara, que todos os anos se elegem e confirma o provedor das capelas de D. Afonso IV (Gradil, c. Mafra); juiz ordinário e escrivão (Enxara do Bispo, c. Mafra). [A.M.H.: Julgado cível. Juízes ordinários (2); vereador (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+1=9]

2.5 – Articulações político-institucionais: *Gradil*. Estão sujeitos às correições dos corregedores e provedores da comarca de Torres Vedras (Gradil, c. Mafra).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Gradil*. Tem somente uma (casa) que serve de *hospital*, a qual administra a igreja, nomeando-se todos os anos um mordomo, para ter dele cuidado no socorro dos pobres. Dizem que a este hospital pertencem algumas fazendas que andam sonegadas e por esse motivo não tem rendas algumas, o que [cede] em grande detrimento de pobreza, podendo este ser comodamente socorrido se lhe restituíssem as propriedades que se acham alienadas (Gradil, c. Mafra).

3.3 – Feiras/Mercados: *Gradil*. Em dia de S. Silvestre, orago, se faz junto ao adro, uma pequena feira franca, que não merece especial memória (Gradil, c. Mafra).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Gradil*. Goza a mesma terra dos privilégios acordados aos moradores dos reguengos, pertencentes às ditas capelas (Gradil, c. Mafra).

CONCELHO DA VILA DE GRÂNDOLA

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Da Coroa. (Azinheira de Bairros, c. Grândola).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário, vereadores (Azinheira de Bairros, c. Grândola). [A.M.H.: S/ref.ª a juiz ordinário, vereador, procurador do concelho. Ofícios: 0 + 5=5]

CONCELHO DA VILA DO LAVRADIO

Comarca de Setúbal. Correição de Almada

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: De El-rei (Lavradio, c. do Barreiro).

1.3 – Freguesias: "Modernamente anexaram-se à vila de Lavradio, os lugares da Telha e Palhais da vila dos Alhos Vedros", em decadência (Alhos Vedros, c. da Moita).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Sem referência na Memória do Lavradio (c. Barreiro)**.** Juiz ordinário da vila do Lavradio (Santo André da Telha, c. Barreiro).

2.4 – Equipamentos: ***Lavradio***. No lugar de Fornos de Val de Zebro, "tem Sua Majestade a fábrica em que se faz todo o biscoito que vai para as naus (Palhais, c. do Barreiro). *Real fábrica de Fornos de Val de Zebro*, perto do lugar de Palhais, em que se fabrica o biscoito para as armadas de Sua Majestade. "Na qual fábrica residem almoxarife, escrivão, meirinho e fiel, para com prontidão e perfeição se fabricar este mantimento, fazendo conduzir as lenhas, farinhas e mais necessários para a dita fábrica, principalmente as pessoas hábeis para o dito ministério, chamados biscoateiros" (Alhos Vedros, c. Moita),

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Santo André da Telha***. Tem um *hospital*, erecto e feito pelo vigário da freguesia, hoje extinto, o qual mandou fazer para recolhimento dos peregrinos e pobres mendigos. Não tem, até ao presente, renda alguma (Santo André da Telha, c. Barreiro).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Palhais***. A comunicação para a Corte é por alguns barcos, principalmente o de Sua Majestade, com que se serve a fábrica (Palhais, c. Barreiro).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Lavradio***. Nesta freguesia se acha o *convento de religiosos arrábidos*, chamado o da *Verderena*, de que foi padroeiro D. Maria Palha e hoje é administradora a Misericórdia do Barreiro (Lavradio, c. do Barreiro) ***Palhais***. Tem em si um *convento de religiosos arrábidos* que o seu padroeiro é o Conde de Unhão (Palhais, c. Barreiro).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2- Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Palhais***. Tem juiz de vintena e pertence ao governo da justiça da vila do Lavradio (Palhais, c. Barreiro).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DE ALFAMA

1 – CONCELHO:

Na cidade: Santo Estevão, Santa Engrácia, S. Vicente, Santa Marinha. No termo: Julgados de Sacavém, Nossa Senhora dos Olivais, Charneca.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.4 – Equipamentos: ***S. Vicente de Fora***. Na rua das Escolas Gerais, se vê ainda um muro e portas antigas, que eram dos *Estudos*, no tempo em que a *Universidade* estava em Lisboa (S. Vicente de Fora, c. Lisboa). ***Santa Engrácia.*** *Arsenal das Armas ou Armazéns do Reino de Lisboa* está situado junto ao mar, em plano, uma das fábricas mais excelentes, obra que deu princípio D. João V, a qual ficou imperfeita e incompleta. A frontaria principal cai para Poente, de cantaria lavrada com formosas janelas rasgadas, pórtico de boa arquitetura e perspetiva, alguma coisa estreito, assim mesmo continua a obra de cantaria para a parte Sul até meia figura quadrada, ficando imperfeita a obra até à esquina do *Cais* e prosseguindo até ao topo da Calçada do Forte. Pela parte do Sul tem um *cais*, todo arruinado e um guindaste para serviço do Arsenal, com suas escadas que desciam até ao mar, das quais hoje não existe alguma. (Santa Engrácia, c. Lisboa).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Charneca***. Há neste lugar umas casas térreas a que chamam *hospital* que deixou um devoto há muitos anos (que não pude saber o nome) para recolher os peregrinos que administra a confraria do Espírito Santo; Na ermida de S. José, obra gótica e muito antiga e novamente reedificada, ao lugar da Portela, no Palácio do Marquês de Louriçal, com um letreiro, em uma pedra, nas costas do altar, que diz «esta ser a primeira casa de S. José que houve neste Reino». Tem uma irmandade de S. José, de que é juiz perpétuo o Marquês, que é obrigado a fazer uma festa a S. José no dia de Nossa Senhora dos Prazeres e nele "dar um vestido a um homem pobre, outro a uma mulher pobre e outro a um rapaz pobre" (Charneca, c. Lisboa).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***S. João da Talha***. O correio de que se serve é o de Lisboa (2 ¼ léguas) (S. João da Talha, c. Loures).

3.3 – Feiras/Mercados: *Charneca.* Há neste lugar uma feira cada ano, a que concorre muita gente, uma que vem a vender, outra a comprar, e os mais a ver, por ficar perto da Corte. Dura dois dias, que são 23 e 24 de Agosto. E é livre (Charneca, c. Lisboa).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Santa Engrácia.* *Convento de Santa Clara*, religiosas franciscanas de 2ª regra, seráficas observantes da Província de Portugal. Fundado por D. Inês Fernandes, asturiana. Está situada no fim do campo de Santa Clara. Foi fundado com 80 religiosas e 25 criadas. Dizem que chegaram a 30.000 cruzados os réditos nos seus princípios. Foi fundado na sua obra material com liberalidade e magnificência e tão antigo como o convento de Chelas. Antes do Terramoto achava-se com 14.000 cruzados e 223 religiosas. Compunha-se o dito convento de igreja de 8 altares, de um excelente e dilatado claustro, nobre casa de portaria e espaçosos dormitórios com muitas casas nobres que religiosas particulares mandaram fazer, bom cerco, abundante água e com admiráveis acomodações que sem aperto recolhia mais de 500 pessoas. Muito arruinado com o Terramoto: "Dizem que nas suas ruínas jazem sepultados perto de 80 religiosas"; mas ainda ficou com acomodações para receber mais de 200 pessoas. *Convento de Santa Apolónia*. Primeiro *recolhimento*, fundado em 1640, em 1718 virou convento com profissões de religiosas da 1ª regra de Santa Clara. Os lugares do número são 28 (24 de véu preto e coro e 4 de véu branco). Não tem rendas porque vivem de esmolas e juros procedentes de dotes. Não chegam hoje a 3.000 cruzados. A igreja do convento antes do Terramoto era pequena. Reedificou-se só o convento com esmolas particulares e algumas ocultas. Foi acrescentado para a parte do mar e se acha esta nova reedificação com mais cómodos e fortaleza, exceto a igreja. *Hospício* [Convento] *de Nossa Senhora da Conceição dos religiosos barbadinhos italianos,* fundado em 1695, com hospício novo desde 1738. O número de religiosos moradores são 14, 9 sacerdotes e 5 leigos. *Recolhimento de Nossa Senhora do Anjos*, que se principiou a edificar em 1747, para viúvas e donzelas nobres. *Real convento das comendadeiras de Santos o Novo, da Ordem de Santiago*. Em 1217 já as freiras se achavam aqui tresladadas da vila de Arruda. Professam a regra de Santo Agostinho. Destina-se a pessoa, com pais e avós de foro de fidalgo. É governado este convento pela Mesa da Consciência e Ordens. *Real Convento de Nossa Senhora da Madre de Deus*, de religiosas franciscanas descalças, de 1ª regra de Santa Clara, fundação da rainha D. Leonor, com bula da fundação de 1508. Fundou-se com 20 religiosas, estendeu-se a 33 em 1567. Vivem de esmolas dos fiéis. *Convento de Santa Maria de Jesus* de Xabregas *de religiosos franciscanos menores observantes da Província dos Algarves*, de fundação 1455-1460. Tem atualmente 144 religiosos moradores [Colégio S. Francisco Xavier, de religiosos jesuítas] (Santa Engrácia, c. Lisboa). ***Olivais.*** três conventos: dos padres Loios; do Monte Olivete, de frades Grilos; de S. Cornélio de religiosos arrábidos. E dois de freiras: dos Grilos das agostinhas descalças, de Marvila, de freiras brígidas (Olivais, c. Lisboa). ***S. Vicente de Fora.*** *Convento de S. Vicente de Fora*, de cónegos regrantes de Santo Agostinho, padroeiro, o rei. Padeceu ruína o convento no zimbório e sacristia que se arrasaram, como também o dormitório alto (…) e arruinou o dormitório grande. E se acha tudo reparado, só o zimbório é de madeira. *Convento de Santa Mónica*, de religiosas agostinhas calçadas, sujeitas ao Ordinário, sem padroeiro. Se arruinou a maior parte dele, com a sua igreja. E se acha reparado uma grande parte, no modo possível, de sorte que as religiosas se acham já clausuradas, há mais de um ano. (S. Vicente de Fora, c. Lisboa). [*Hospício Nosso Senhor Jesus Cristo*, de religiosos tomaristas da Ordem de Cristo].

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Charneca.* Tem esta freguesia dois juízes, que chamam de vintena, um alcaide, três coadrilheiros, os quais se fazem por eleição do povo e os aprova o senado da câmara de Lisboa. Tem um escrivão de julgado, cuja propriedade é do mesmo senado (Charneca, c. Lisboa). ***S. João da Talha.*** Apresenta as justiças ao supremo senado de Lisboa. Há dois juízes vintaneiros, feitos por eleição do povo que confirma o Senado e o escrivão deste julgado, também data do senado, cuja justiça está sujeita ao corregedor de Alfama. Não fazem audiência, nem tem casa para ela (S. João da Talha, c. Loures).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO ALTO

1 – CONCELHO:

Na cidade**:** Encarnação, Sacramento, subúrbio de Campolide, Santa Isabel; No termo: Julgados de Benfica, Frielas e Apelação.

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.3 – Feiras/Mercados: *Benfica.* Feira em todos os Domingos de Maio no convento de S. Domingos de Benfica. É livre (Benfica, c. Lisboa).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Benfica.* *Convento de religiosos de S. Domingos*, sem padroeiro (Benfica, c. Lisboa)**.** ***Sacramento.*** *Convento da Santíssima Trindade* dos religiosos trinitários. Princípio em 1218, fundado pelo bispo da cidade. Ao princípio servia-lhe de igreja uma ermida ou capela de Santa Catarina, que era do padroado de D. Afonso II, com bastante território para nele se edificar o convento. Passados anos se principiou a primeira igreja para a qual concorreu muito a rainha Santa Isabel, mandando edificar nela uma capela de Nossa Senhora da Conceição, com intento de ser esta o seu jazigo. Na igreja

construíram-se capelas mandadas fazer por altos dignitários. Passados anos reformou-se esta igreja à custa das rendas do convento e fez-se na forma que estava antes do Terramoto, acrescentando-lhe várias capelas, ao todo dezoito, com suas irmandades. Tem feito os prelados deste convento de Santa Trindade uma barraca para a igreja, onde celebram os ofícios divinos que consta de sete altares, com casa para coro e sacristia. O convento era dos melhores da Corte, por ter espaçosos e alegres dormitórios. Havia nele 82 celas (com as do noviciado). Os moradores deste convento comumente eram 80 a 110. Hoje por falta de cómodos e rendas e pelo muito que se perdeu no Terramoto são 40. *Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. Era um dos templos mais sumptuosos que tinha a cidade, arruinando-se com o Terramoto, reduzindo-se a cinzas a igreja e todos os dormitórios. Fundado, por breve, de 1389 e foi lançada a primeira pedra. E o fundador Condestável Nuno Álvares Pereira, declarou que sempre no seu coração propusera edificar este convento para a Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Começaram os religiosos carmelitas que vieram para este convento, ainda imperfeito, a exercitar actos de comunidade no ano de 1397. Fez-lhe doação o Condestável de muitos dos seus bens em 1404 (Descrevem-se os bens doados). Ao tempo do Terramoto existiam 106 conventuais no convento, que se empregavam no ministério da sua profissão, pregando, confessando e lendo Artes e Ciências, conservam-se numa barraca erecta no sítio de Águas Livres. Existem hoje no convento 105 religiosos. Posto que o arruinasse o Terramoto de 1755, ainda se conservam alguns sinais e parte foi onde se conhece a sua grandeza e magnificência. Era de três majestosas abóbadas, de arcos de arquitetura gótica. Quando se levantou a igreja formou 6 capelas. Por fim, eram 25. (Sacramento, c. Lisboa). ***Nossa Senhora da Encarnação*** [*Convento de S. Pedro de Alcântara*, de religiosos arrábidos. *Convento de S. Rosal,* casa professa dos religiosos da Companhia de Jesus. *Hospício de Nossa Senhora da Conceição*, de clérigos pobres. *Colégios dos Catecumenos*; *Recolhimento de Nossa Senhora da Natividade*, das convertidas]. ***Santa Isabel.*** Convento de *S. Bento da Saúde*, de monges beneditinos, fundação antiga; colégio da Cotovia de *Nossa Senhora da Estrela*, de monges beneditinos de fundação antiga; colégio de *Nossa Senhora da Assunção*, noviciado de Jesuítas; convento do *Senhor Jesus da Boa Morte*, hospício dos Congregados. Teve seu princípio em 1728. Tem constituições aprovadas pelo Patriarca. É congregação de mendicantes, com votos de missão, confessarem a qualquer hora da noite, assistência aos moribundos e caridade para pobres e presos. Convento de *Nossa Senhora dos Remédios*, de religiosas trinitárias. Da jurisdição patriarcal. As madres fundadoras entraram no convento em 1721. As religiosas do número são 40, cujos lugares prove o padroeiro, Luís José Correia de Lacerda (Santa Isabel, c. Lisboa).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Apelação.*** É regido pelos corregedores da Corte (Bairro Alto) e em tudo sujeito às suas justiças. Somente tem juiz e escrivão de julgado (Apelação, c. Loures)**.** ***Benfica.*** Juiz vintaneiro, feito pelo senado de Lisboa (Benfica, c. Lisboa)**.** ***Frielas***. Este lugar tem juiz de vintena, sujeito ao corregedor do Bairro Alto, da cidade de Lisboa (Frielas, c. Loures). ***Póvoa de Santo Adrião.*** O juiz da terra é destes chamado pedâneo ou de vintena, subalterno no juiz do crime do Bairro Alto da cidade de Lisboa. (Póvoa de Santo Adrião, c. Odivelas). ***Odivelas.*** Tem neste lugar e freguesia dois juízes de vintena, feitos por votos do povo e confirmados pelo senado da câmara de Lisboa. Também tem um escrivão do julgado, que serve com provimento do mesmo senado. E são subordinados ao corregedor do crime do Bairro Alto, por se compreender esta freguesia no seu distrito (Odivelas, c. Odivelas).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DE ANDALUZ

1 – CONCELHO:

Na cidade: S. José; S. Sebastião da Pedreira; Nossa Senhora da Pena; No termo: Julgados de Cotovias; Santo Estevão das Galés; S. Quintino.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.4 – Equipamentos: ***S. Sebastião da Pedreira***. Duas fontes a que chamam *chafarizes*, com tanques e bicas que lançam pouca água e salobra, um no sítio de *Andaluz*, outro em *Campolide* (…) padece esta freguesia de grande detrimento porque não há aí mina ou fonte de água potável que esteja exposta ao povo, a mandam conduzir do *chafariz* do sítio do *Rato*, exceto algumas pessoas que têm amizade com os donos das minas particulares (S. Sebastião da Pedreira, c. de Lisboa).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Calhandriz.*** Não tem correio e se serve do que passa pela vila de Alhandra do Ribatejo (1 légua) (Calhandriz, c. Vila Franca de Xira).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Calhandriz.*** No Domingo, depois do 25 de Abril, há uma feira livre e de um dia (Calhandriz, c. Vila Franca de Xira). ***Santo Quintino.*** Tem uma feira franca por alvará de Sua Majestade, de 48 horas no sítio do lugar de Almargem, mais vizinho à paróquia, no Domingo antes do dia S. João Baptista, cujos direitos e terrado aplicou às confrarias de S. Quintino, sita na paróquia. O dia próprio deste santo é o último dia de Outubro em que também concorrem muitas pessoas e confrades em romaria (…) acodem

muitas tendeiras e cousas comestíveis e louça, no dia do santo e véspera (Santo Quintino, c. Sobral de Monte Agraço).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *S. José.* *Convento de Santa Marta*, de religiosas, da ordem do seráfico S. Francisco, instituído no tempo de D. Sebastião, sujeito ao Ordinário. *Convento da Anunciada*, de religiosas dominicanas, instituído no tempo de D. João III. E ao presente se acham habitando o *hospício de Santa Joana*, por causa da ruina que padeceu o dito convento no Terramoto. *Hospício* dos religiosos brunos da Cartucha, na rua da Palmeira. *Hospício* dos padres da religião do *Carmo da Província do Rio de Janeiro*, na rua Direita de Santa Marta. *Hospício* de Nossa Senhora da Mercês de carmelitas calçados da Província do Maranhão, na rua do Passadiço. *Hospício dos padres carmelitas descalços*, do Instituto de Santa Teresa, na Rua do Passadiço; *Hospício de Santa Joana* da ordem dominicana na igreja de Santa Joana que servia de noviciado da Índia (São José, c. Lisboa). ***Nossa Senhora da Pena.*** [*Convento de Santo António dos Capuchos*, dos religiosos franciscanos da Província de Santo António. *Convento de S. Vicente de Paula*, dos Padres da Congregação da Misseta; Mosteiro de *Santa Ana*, de religiosas terceiras franciscanas, com obediência à Província de Portugal; Mosteiro de *Nossa Senhora da Encarnação*, de religiosas comendadeiras da Ordem militar de S. Bento de Avis. Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo, no sítio de Rilhafoles]. ***S. Sebastião da Pedreira.*** *Convento de Santo António*, de religiosos capuchos, na Cruz da Pedra Padroeiro o Correio-mor do Reino. Convento para convalescença dos religiosos, motivo porque ao presente, por autonomazia, se denomina, *Convento da Convalescença*. Terá 20 religiosos guardião e presidente. Tinham os religiosos acabado de construir uma notável igreja e majestoso templo que totalmente se arrasou no Terramoto. *Convento de Santa Rita*, de religiosos agostinhos descalços, fundado numa quinta doada por D. João V para se fundar um Colégio para estudo de seus religiosos. No dito convento assistem 15 ou 16 religiosos. Outro *Convento* na quinta de Loures, de *religiosas de S. Bernardo*; ficou totalmente arruinado pelo Terramoto. As religiosas serão perto de 40 (S. Sebastião da Pedreira, c. Lisboa).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Calhandriz*. Tem juiz nomeado pelo senado de Lisboa e sujeito ao corregedor do Bairro de Andaluz (Calhandriz, c. Vila Franca de Xira**).** ***Santo Quintino***. Tem juiz da vintena, sujeito ao senado da câmara da cidade de Lisboa (Santo Quintino, c. Sobral de Monte Agraço).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DO CASTELO

1 – CONCELHO:

Na cidade: S. Tomé, S. Bartolomeu, Santa Cruz do Castelo, Santo André, O Salvador. No termo: Julgados de Camarate, Unhos, Fanhões.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.4 – Equipamentos: *Unhos.* É *porto de mar* que consta de nove barcos de pescadores. Não tem mais perfeição que a que lhe deu a natureza e pode nele admitir outras tantas e mais embarcações da mesma qualidade (…). É *porto de mar* que consta de nove barcos de pescadores. Não tem mais perfeição que a que lhe deu a natureza e pode nela admitir outras tantas e mais embarcações da mesma qualidade (…) Todas as águas (do rio Trancão e rio de Loures) vão morrer ao Tejo na boca de Sacavém, pelo qual se faz navegável até Frielas e Santo António do Tojal, sendo as maiores embarcações que por ele sobem os barcos cacilheiros, que vêm carregar sal às marinhas de Santo António do Tojal e do Monteiro-Mor (…). Junto à capela de S. Silvestre há uma *torre antiga* que era da Casa da Bragança. Hoje é da igreja que lha deu o duque D. Teodósio, para nela se fazer a Torre dos sinos. Esta torre mostra ser obra dos mouros por seu feitio e qualidade dos seus materiais (Unhos, c. Loures).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Camarate.* Há neste lugar um *hospital* em que os pobres se recolhem, administrado pelos oficiais da igreja. Tem de renda azeite para se alumiar, esteiras de tábuas para dormirem e mantas para se cobrirem para que tem renda determinada (Camarate, c. Loures). ***Unhos.*** Não tem *hospital*. Tem sim uma *albergaria* cujos bens se acham hoje administrados por uma filha de Pedro Norberto de Accourt e Padilha, por mercê de Sua Majestade, a qual está de todo extinta, as casas aforadas, derribadas e feitas quintal e os pobres sem agasalho. E o que se conserva desta obra pia que aos pobres fez o instituidor é o título de albergaria, que se acha gravado em uma pedra por cima da porta principal, que era das mesmas casas (Unhos, c. Loures*).* ***S. Tomé do Castelo***. *Igreja e hospital do Menino Deus*, fundação de Madre Cecília, mulher preta falecida nesta cidade com "aclamações de virtude". Deixando imperfeita a obra da igreja, foi acabada com as esmolas dos fiéis pela Ordem Terceira do convento de S. Francisco de Xabregas, transladando para ela a sua residência. É a igreja de jurisdição Ordinária. Acha-se ao presente na igreja do Menino Deus, a basílica de Santa Maria, não sem litígios com o prior de S. Tomé, que tem a jurisdição da igreja (São Tomé do Castelo, c. de Lisboa). ***Santa Cruz do Castelo***. Hospital de Nossa Senhora da Conceição dos religiosos hospitaleiros de S. João de Deus.

3.2 – Correios da sede do concelho: *Camarate*. Os correios são os de Lisboa (Camarate, c. Loures).
3.3 – Feiras/Mercados: *Unhos*. Em dia de S. Silvestre se fez neste lugar uma feira que dura até meio-dia, a qual não consta mais do que de padões, enxadas e fouces (Unhos, c. Loures).
3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Santo André*. O *convento de Nossa Senhora da Graça*, dos religiosos eremitas de Santo Agostinho, que reconhecem a freguesia por sua paróquia (Santo André, c. Lisboa). ***São Salvador*.** A igreja é de religiosas domínicas, a cujo *convento* chamam do Salvador. A igreja paroquial por causa da ruína do Terramoto está situada na casa das grades do convento do Salvador. Os rendimentos principais da igreja, foram unidos, por impetração do cardeal D. João Esteves, seu padroeiro, ao convento do Salvador e actualmente se arrendam por 600.000 réis. (O Salvador, c. Lisboa). ***Camarate.*** *Convento de religiosas de Nossa Senhora do Carmo* (…) onde assistem de 15 a 20 religiosos (Camarate, c. Loures). ***S. Bartolomeu*.** [*Convento de Santo Eloi* de cónegos regulares de S. João Evangelista. *Seminário de Santa Catarina,* de colegiais seculares]. ***Santa Cruz do Castelo***. Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição. (S. Bartolomeu, c. Lisboa).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:
4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Camarate.* Nesta freguesia há dois juízes ordinários e um alcaide que todos os anos faz o senado por eleição do povo e escrivão de propriedade, subordinada ao juiz do crime do Castelo, a quem pertence este distrito (Camarate, c. Loures). ***Unhos*.** Tem este lugar dois juízes de julgado e um escrivão. Esta escrivaninha não só compreende Unhos e Catejal da freguesia, mas também o lugar e freguesia de Apelação (Unhos, c. Loures).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DO LIMOEIRO

1 – CONCELHO:
Na cidade: S, Jorge, S. Martinho, S. Mamede, S. Tiago, Santa Maria. No termo: Julgados da Talha, de Santa Iria, de Póvoa de D. Martinho.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:
3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Santa Maria Maior*. [Nossa Senhora da Misericórdia, com nobilíssima Irmandade. Começou por 100 irmãos, 50 nobres e 50 mecânicos (…) Fundação de frei Miguel Contreiras com aprovação da rainha D. Leonor, mulher de D. João II, no ano de 1498. Foi-se estendendo a irmandade por todo o Reino].
3.2 – Correios da sede do concelho: *São Jorge*. Tem esta terra dois correios cada semana, o da Beira, Trás-os-Montes, Minho e mais terras do Norte que entra na Sexta-feira e sai no Domingo de madrugada. O correio da Província do Alentejo e Reino do Algarve que entra na Segunda-feira e sai na Terça-feira de tarde (S. Jorge, c. Lisboa).
3.3 – Feiras/Mercados: *S. Jorge*. Tem feira todas as semanas à Terça-feira na praça do Rossio que consta de várias coisas que são precisas para cada qual governou a sua casa. Também no mesmo dia e no mesmo sítio se faz o de toda a casta de bestas (S. Jorge, c. Lisboa).
3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Santa Maria Maior*. No distrito desta paróquia está a *Casa de Santo António*, cuja casa os fiéis frequentam todos os dias do ano (Santa Maria Maior, c. de Lisboa). ***Santa Iria***. *Convento de Nossa Senhora da Conceição* dos frades arrábidas. Padroeira a Casa de Pombeiro (Santa Iria, c. Loures). **S. Mamede**. Há na freguesia o *Seminário de S. Patrício*, que ocupavam os Irlandeses e o habitaram durante o Terramoto de 1755, por causa do qual passaram os colegiais para a cidade de Évora. Era administrado por um reitor, religioso da Companhia de Jesus, com uma cadeira de Controvérsia e Moral. Acha-se inteiramente reparado das ruínas, porém no presente sem estar habitado, por causa das temporalidades e expulsão do Reino, a que se procedeu contra os ditos religiosos jesuítas (S. Mamede, c. Lisboa).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:
4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Santa Iria*. Justiça é vintaneira, sujeita ao juiz do Limoeiro (Santa Iria, c. Loures).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DO MOCAMBO

1 – CONCELHO:
Na cidade: Santos, Nossa Senhora da Ajuda, lugar de Alcântara, lugar de Belém. No termo: Julgados de Barcarena, Algés e Oeiras.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL
2.4 – Equipamentos: *Carnaxide*. *Porto de mar*, que corre de Lisboa para a Barra desde a ponte de Palhães, foz da ribeira de Algés, até à Rigueira da Brucha, por baixo do Convento de Nossa Senhora da Boa Viagem, em

cujo distrito ficam três conventos e algumas casas nobres. O qual sítio é muito deleitável à vista, tanto a que tem do mar, como a que tem da estrada, que vai de Lisboa para Cascais e muito bem se sabe as embarcações que o frequentam e pode admitir no dito porto e distrito. Tem quatro *fortes*, que o guarnecem, a saber, o forte da Ponte de Palhais, junto à foz da ribeira de Algés, o forte de S. José, o forte da Cruz Quebrada, e o forte da Boa Viagem (Carnaxide, c. Oeiras). ***Oeiras***. Em Paço de Arcos há *porto de mar* espaçoso. No espaço que esta freguesia confina com o mar. Tem sete *fortes*, dois com guarnição de S. João das Marés e o de S. Pedro em Paço de Arcos; dois inabitados, e outros só com pessoas que deles cuidam (Oeiras, c. Oeiras).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Barcarena.*** Junto à igreja uma casa com o título de *hospital*, cuja origem não consta. Este tem alguns foros, coisa limitada (Barcarena, c. Oeiras). ***Oeiras***. Há um *hospital* administrado por três homens que anualmente se elegem pelo povo. E tem renda que são foros, que todos os anos cobram, 9.600 réis (Oeiras, c. Oeiras). ***Santos-o-Velho*** [Os religiosos hospitaleiros de S. João de Deus, administram um *hospital* estabelecido para clérigos pobres].

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Carnaxide***. No distrito desta freguesia há três conventos de religiosos arrábidos, todos três fundados nas margens do Tejo e com a vista singular para ele e para todas as terras da banda d'além: *Convento de religiosos arrábidos de Santa Catarina de Ribamar*, padroeiro o Duque de Lafões: *Convento de S. José de Ribamar dos religiosos arrábidos*, padroeiro o Marquês de Valença; *Convento de Nossa Senhora da Boa Viagem de religiosos arrábidos*, fundado por António Faleiro de Abreu, hoje o é o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por nomeação de António Faleiro de Abreu (Carnaxide, c. Oeiras). ***Santos-o-Velho.*** Há nesta freguesia doze conventos, cinco de religiosas, seis de religiosos e um de clérigos seculares de S. Filipe de Neri, a saber, *Convento do Santo Crucifixo de religiosas franciscanas*, dando-lhe princípio D. Afonso VI, de padroado régio; *Convento de Santa Brígida da Ordem do Salvador*, fundado no tempo dos Filipes, padroado régio; *Convento de Nossa Senhora da Soledade das religiosas da Santíssima Trindade*, fundado por um flamengo em 1649; *Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, de religiosas franciscanas*, fundação particular no tempo de D. João III, padroado régio; *Convento do Santíssimo Sacramento* de religiosas dominicanas, fundadores os Condes de Vimioso, seus protetores; *Convento de Santo Alberto* de religiosas carmelitas, fundado por companheiras de Santa Teresa, 1585, não tem padroeiro; *Convento de Nossa Senhora da Porciúncula de religiosos franciscanos franceses da Província da Bretanha,* fundado por D. João IV, 1647, padroeiros os Duques de Aveiro; *Convento de Nossa Senhora dos Remédios* de religiosos carmelitas descalços, fundado no tempo dos Filipes, sem padroeiro; *Convento de S. João de Deus*, de religiosos hospitaleiros de S. João de Deus, fundado por D. António de Mascarenhas, não tem padroeiro; *Convento de São Francisco de Paula*, de religiosos Mínimos, fundado pelo Marquês de Minas, da moderna fundação régia de 1753; o *Convento do Livramento*, de religiosos da Santíssima Trindade, edificado por um religioso da Ordem, 1617, sem padroeiro; *Convento de Nossa Senhora das Necessidades, da Congregação do Oratório de São Filipe de Néri*, fundado por D. João V, padroado real (Santos-o-Velho, c. Lisboa). [Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré, de religiosas recoletas de S. Bernardo].

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Barcarena.*** Os juízes vintaneiros são subordinados ao ministro de Belém (Barcarena, c. Oeiras). *Oeiras*. Este lugar enquanto à parte que é termo de Lisboa, tem juiz espadano, não tem câmara e está sujeita esta justiça à de Belém (Oeiras, c. Oeiras). ***Carnaxide.*** Há neste lugar juiz de vintena, posto pela câmara da cidade de Lisboa, subordinada ao corregedor do Bairro de Mocambo (Carnaxide, c. Oeiras)

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO MONTE DE SANTA CATARINA

1 – CONCELHO:

Na cidade: Santa Catarina, Nossa Senhora das Mercês. No termo: Julgados de Milharado, da Póvoa de Santo Adrião, Odivelas, Lumiar.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Santa Catarina***. *Hospital com capela*, excelentemente ornada contíguos ao *convento de Jesus* que administra a Ordem Terceira, que reside no dito convento o qual é privativo para os seus Terceiros pobres, ainda que algumas pessoas se admitem nele por ajuste (Santa Catarina, c. Lisboa). ***Lumiar***. Não há hospital, mas sim uma *albergaria* que é uma boa casa com obrigação de se dar hospedagem nela aos pobres enfermos e passageiros pelo tempo de três dias para descansarem e no fim remetê-los, com bom cómodo, para o Hospital Real de Todos os Santos. E administra as rendas desta albergaria a irmandade do Espírito Santo. E tem vários foros que lhe deixaram devotos que a instituíram, 60.000 réis cada ano (Lumiar, c. Lisboa).

3.3 – Feiras/Mercados: *Odivelas*. Dentro do couto das religiosas, uma *feira* todos os anos em dia de S. Dionísio, a 9 de Outubro, que principia na véspera e acaba no dito dia. É feira franca. E a maior parte da sua mercancia consta de bois, madeiras, ferros ou arados, e tudo o mais conducente à agricultura. Mandou fazer a feira o senhor rei D. Dinis, deixando ao convento dos religiosos rendas particulares para no dia da feira se dar um jantar aos seus lavradores, que a ele viessem. Na falta dos lavradores, o dão aos pobres que naquele dia se ajuntam mais de 200, servidos pelos religiosos e também se manda repartir pelos presos pobres das cadeias da cidade de Lisboa (Odivelas, c. Odivelas).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Mercês*. A igreja de Nossa Senhora da Mercês, sita na rua Formosa desta cidade, foi *Recolhimento* de mulheres, até ao ano de 1672 e constava de mais de 40 mulheres e muitas delas nobres. É padroeiro da igreja Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, por suceder no morgado de seu tio, Paulo de Carvalho, desembargador do Paço, que foi o primeiro padroeiro desta igreja. *Casa de Nossa Senhora da Divina Providencia*, de clérigos regulares, de S. Caetano, vulgarmente chamados os Padres Teatinos da Divina Providência, fundada em 1653. Acha-se reparada do Terramoto, e se conservam nela os seus religiosos e filhos do grande patriarca S. Caetano, esperando da Divina Providência meios para o reparo da igreja. *Colégio de S. Pedro e S. Paulo*, vulgarmente chamado dos Inglesinhos, fundado em 1632, por D. Pedro Coutinho, para seminário dos ingleses católicos poderem aprender nele as ciências e depois passarem a Inglaterra a confortar os Católicos perseguidos pelos hereges, para o que o dotou com renda e obrigação de ter dez sacerdotes, dez estudantes e três missas quotidianas. E tomou a capela-mor para seu jazigo. E no caso que a Inglaterra se converta à nova Santa Fé, deixa em seu testamento a renda dele, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Deixa a proteção deste Colégio aos Inquisidores Gerais. *Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardães,* que foi Recolhimento de mulheres até 1677. E viviam nele mais de 50 recolhidas. Hoje é *convento de religiosas carmelitas descalças de Santa Teresa,* fundado por D. Luísa de Távora, comendadeira do convento de Santos, no ano de 1681. E em dia de Nossa Senhora da Conceição do dito ano entraram a tomar posse dele as religiosas fundadoras e entraram de noite por lhe embaraçarem a entrada as religiosas da Ordem de Cristo, por quererem nele instituir uma nova religião de religiosas da sua Ordem. É padroeiro deste convento D. José de Meneses de Távora, governador da Torre Velha. E são estas religiosas sujeitas aos religiosos de Santa Teresa do *Convento de Nossa Senhora dos Remédios*, desta Corte. Se acham abarracadas na cerca do convento, por este e sua igreja padecerem grande ruína no Terramoto. Há mais nesta freguesia quatro *hospícios*, de Nossa Senhora dos Anjos dos religiosos missionários do *convento de Brancanes*, outro de Nossa Senhora da Conceição dos *religiosos franciscanos* da custódia da ilha da Madeira, outro dos religiosos da Nossa *Senhora do Monte do Carmo*, de Pernambuco, outro de Nossa Senhora da Conceição religiosos franciscanos de *Santo António do Rio de Janeiro*. (Mercês, c. Lisboa). ***Lumiar*.** O convento que se acha nesta freguesia é um só de *religiosos de S. Francisco* e da sua ordem, no lugar de Telheiras, que sempre passará de 20 religiosos conventuais. Fundador o príncipe D. João de Candia, que expulso de seu Reino buscou amparo nos religiosos de S. Francisco, que estavam no Estado da Índia. Veio para Lisboa em 1642, onde assistiu no convento de S. Francisco desta cidade. Passado a Madrid teve as honras de Grande de Espanha. Regressado a Lisboa para se mostrar agradecido ao grande amor que tinha devido aos religiosos de S. Francisco, lhe fundou o *Convento no lugar de Telheiras*, nesta freguesia, e nele colocou a imagem de *Nossa Senhora da Porta do Céu,* de que o convento tomou a invocação, único deste título em Portugal. Nele assistiram sempre cinco religiosos, sem ordem nem forma de clausura. Falecendo em 1642, se fechou o convento em clausura como oratório e presidência e depois se erigiu em guardiania, em que hoje existe. O convento e igreja totalmente se arruinaram no Terramoto, e os religiosos se acham acomodados em barracas, junto do convento. (Lumiar, c. Lisboa). ***Santa Catarina***. *Convento de Nossa Senhora de Jesus* de religiosos da Terceira Ordem de S. Francisco, do padroado da Casa de Tancos. *Convento do Santíssimo Sacramento*, de religiosos paulistas da Congregação da Serra da Ossa. Ermida do Espírito Santo, que serve de capela do Recolhimento dos Cardais, tudo da administração dos religiosos Terceiros (Santa Catarina, c. Lisboa). [*Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo*].

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Lumiar*. No lugar do Lumiar, há um juiz do julgado. No lugar do Passo (da paróquia de Lumiar) há um juiz do julgado (Lumiar, c. Lisboa).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DA MOURARIA

1 – CONCELHO:

Na cidade: Anjos; Socorro. No termo: Julgados de Monte Agraço, Banho e Sapataria.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Sapataria*. Ermida do Espírito Santo de administração de José [Bellet] da Cunha Manoel, com obrigação de dar a pobre que venha remetido para o Hospital de Lisboa, com

carta de guia, comodo para uma só noite e remetê-lo à freguesia de Milharado. E esta o remete a outra até o conduzirem ao hospital real (Sapataria, c. de Sobral de Monte Agraço).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Anjos*. *O convento de Nossa Senhora da Penha de França* de eremitas de Santo Agostinho, com imagem miraculosa e de muita devoção diária. *Hospício de Nossa Senhora da Conceição* de religiosos capuchos, na estrada de Carreira dos cavalos. *Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro*, de religiosos de S. Bernardo. (Anjos, c. Lisboa) [Colégio de Nossa Senhora da Nazaré do Noviciado dos Padres Jesuítas]. ***Socorro.*** Dois conventos: o *Colégio de Santo Antão dos padres da Companhia*, do padroado da Condessa de Linhares; o *Coleginho de Santo Antão, dos religiosos eremitas de Santo Agostinho*, de padroado do Conde de Soure. Há mais na freguesia o *Colégio dos Meninos órfãos*, fundação de D. Catarina, mulher de D. João III, administrado pela Mesa da Consciência e Ordens (Socorro, c. Lisboa).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Sapataria*. Tem dois juízes nomeados pelo senado, cada ano, sujeitos ao juiz do crime do bairro da Mouraria quanto ao crime, que nos demais seguem as ordens de todos os ministros da Corte (Sapataria, c. de Sobral de Monte Agraço).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DE REMOLARES

1 – CONCELHO:

Na cidade: S. Paulo, Mártires. No termo: Julgados da Ameixoeira, Paço do Lumiar e Carnide.

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Ameixoeira*. A igreja administra um *hospital de peregrinos* para somente dormirem nele algumas noites. Tem de renda em 10 foros muito antigos, 2.081 reais, cada ano, e outros se tem perdido e vão perdendo. O Hospital real de Lisboa cobra as rendas (da ermida de Jesus, Maria, José, no lugar de Covas, desta freguesia de Ameixoeira) há anos por legados não cumpridos (Ameixoeira, c. Lisboa). ***Carnide.*** *Régio hospital da Luz*, junto do convento da Luz, fundado e acabado pela Infanta D. Maria, obra das mais regulares que havia neste reino, com singular capela com majestoso zimbório e de tal sorte útil também para o bem espiritual dos pobres enfermos que dos leitos das duas enfermarias ouviam missa. Deixou a Infanta no seu testamento rendas estabelecidas para se curarem 63 pobres doentes, dotando-o com 5.000 cruzados de renda/ano, a maior parte em rendas nos almoxarifados de Castela. Abriu-se em 1618. Administra-se por um provedor e almoxarife, religiosos da Ordem de Cristo, que dão contas perante o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Tem médico, cirurgião boticário e mais domésticos do hospital. Bastante danificada pelo Terramoto e com rendas difíceis de cobrar por causa das guerras em Espanha. Acha-se hoje o hospital sem o embolso de 77 contos de réis que se lhe devem em Espanha. «Talvez que no tempo presente em que os soberanos reinantes de Espanha são tão pios, se lhes representasse esta dívida e a grande ruína que teve o hospital no Terramoto de Novembro de 1755 e o grande bem que se seguiria, sem dúvida, desta arrecadação, e só deste modo o reedificariam com brevidade. E para ser de outra sorte, como a pouco e pouco, se vai fazendo, serão precisos muitos anos, no decurso dos quais, se não podem curar os pobres miseráveis enfermos nesta demora tão prejudicada. A maior ruína que houve foi na capela e torre, já consertada e restituída ao estado antecedente, nas enfermarias das quais uma também se acha como dantes renovada e boa. Nas casas onde assistiam os reverendos, provedor e almoxarife, o médico, cirurgião, boticário e mais domésticos do hospital e nas varandas, claustro e telhados houve também muita perda. O mais que é a maior parte da banda do Sul não teve tanto e facilmente se tem remediado. E assim me parece que com o dinheiro que se deve em Castela sobejaria, feita toda a reedificação, para os enfermos avultada quantia. Ao tempo presente o que o Hospital tem de renda e se utiliza são 3.000 cruzados, sendo quase metade deste rendimento de um benfeitor, sepultado no *cemitério* deste Hospital, conforme seu testamento. Era este Lourenço Beaumont, francês de nascimento, com obrigações de nobre e morreu em Portugal "com evidências de predestinados" (Carnide, c. Lisboa). ***Mártires.*** Na rua do Ferregial, até ao tempo do Terramoto, havia umas lojes, chamado o *hospitalinho* em que habitavam alguns pobres por provimento da Mesa da Irmandade de Santo António dos Nobres, sita no convento de S. Francisco, como administradora do dito hospitalinho. *Hospital dos Terceiros* de S. Francisco, na rua do Saco, fundado por frei Domingos da Cruz, no ano 1672. Antes do Terramoto tinha de renda mais de 8.000 cruzados. [Recolhimento de pobres, estabelecidos em 1746]. (Mártires, c. Lisboa).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Mártires*. Na Cordoaria Nova, limite desta freguesia, comprou D. Pedro II umas casas que deu para *hospício* ao padre frei António das Chagas no ano de 1685, o qual conservaram até ao tempo do Terramoto os ditos religiosos do *Varatojo*. *Convento de São Francisco, da cidade*, fundado por D. Afonso II no ano 1217. Depois D. Manuel principiou a igreja que continuou D. João III e completou a piedade dos fiéis. Fundador da Religião foi Frei Zacarias, companheiro do seráfico patriarca S. Francisco. Foi este o quarto convento que teve esta cidade, depois de S. Vicente de Fora, Santos o Velho e Chelas. O número de religiosos que comumente tem é de 115 a 120; já teve 150. O seu número é de 130. ***Carnide.*** Quatro conventos. *Convento de Nossa Senhora da Luz*, mais antigo e de fundação real.

Fundado por D. Maria, filha de D. Manuel e da sua última mulher, a rainha D. Leonor; terá de renda 7 mil e tantos cruzados que sustenta 15 a 18 frades. É da "esclarecida ordem e milícia de Cristo". Real *convento de Santa Teresa de Carmelitas Descalças*, obra de D. Maria, filha ilegítima de D. João IV, obra regular, com bom templo, sofreu grande ruína no Terramoto, mas já está reedificado tudo quanto aqui se lhe arruinou e a igreja mais clara do que dantes com o luzido benefício que se lhe fez. Real *convento de S. João da Cruz de religiosos Carmelitas Descalços*, fundação também de D. Maria, filha de D. João IV. Sofreu menor destruição no Terramoto. Foram os religiosos os primeiros que fizeram trabalhar oficiais em edifícios de pedra e cal, com que logo depois do Terramoto se concluiu o seu não pequeno concerto da igreja e convento. *Convento de Carnide de Nossa Senhora da Conceição da Luz*, de religiosas, filhas de Maria Santíssima, fundação de Nuno Barreto Fuzeiro e mulher, que converteram as suas nobres casas em igreja e mosteiro. Tudo se arruinou e caiu no Terramoto. Tem-se dado princípio a alguns alicerces de um bom regular convento e se diz que na Primavera do ano presente (1758) se continuará com fervor a obra. (Carnide, c. Lisboa). ***S. Paulo.*** *Convento do Corpo Santo de Nossa Senhora do Rosário* de religiosos domínicos irlandeses. *Convento de S. João Nepomuceno e Sant'Ana*, de religiosos carmelitas descalços alemães (S. Paulo, c. Lisboa).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Ameixoeira.*** Tem juiz «espadâneo» com seu escrivão. E no crime é esta freguesia sujeita à vara do corregedor de Remolares. (Ameixoeira, c. Lisboa) ***Carnide.*** Tem juiz de vintena, com seu alcaide, feitos pelo senado da Câmara de Lisboa. É do distrito do Bairro do Corregedor de Remolares (Carnide, c. Lisboa).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DA RIBEIRA

1 – CONCELHO:

Na cidade: S. João de Praça, S. Pedro, S. Miguel e a fronteira de toda a Ribeira. No termo: Julgados de Vialonga, da Granja de Alpriate, do Tojal, de Santo António.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.4 – Equipamentos: ***S. Miguel de Alfama****. Chafariz de Dentro*, um tanque grande e outros mais pequenos para que corriam quatro bicas de água. A este chafariz concorria muita gente de todo este circuito a aproveitar-se das suas águas. *Chafariz da Praia*, junto à alfândega nova. Lança água por cinco bicas e é de singular qualidade por ser muito fina e conservar-se incorrupta por muito tempo. E também concorrem não só deste circuito, mas também de muita parte da cidade. Tem *dois banhos públicos*, chamados as Alcaçarias, uns no beco de Alfama, outros junto ao *Chafariz de Dentro*. Aos que se intitulam do Duque (por serem da casa do Duque de Cadaval) concorrem muitas pessoas desta Corte, como de fora da cidade. Aos que estão junto ao chafariz de Dentro, também continuam várias pessoas no mesmo tempo de Verão, ainda que dizem ser esta qualidade de água mais fria e menos saudável. O pequeno *porto de mar* que pertencia à freguesia se acha hoje ocupado com parte do edifício da *nova sAlfândega*. (S. Miguel, c. Lisboa). ***Santo Antão do Tojal****.* Diversos *chafarizes*, *aquedutos das águas*; *palácio da Mitra Patriarcal* (Santo Antão do Tojal, c. Loures).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***S. Julião do Tojal.*** Não há hospital, mas tão-somente uma *casa para recolher peregrinos* (S. Julião do Tojal, c. Loures)**.** ***Vialonga.*** O *hospital* que há é onde os pobres mendicantes se recolhem. Não tem rendas (Vialonga, c. Vila Franca de Xira). ***Santo Antão do Tojal****.* Posto que não haja Casa de Misericórdia, há uma *albergaria* aonde se recolhem os pobres viandantes. E adoecendo alguns de moléstia que não possam ser conduzidos para outra parte, são curados na mesma casa. A dita albergaria é administrada pelos oficiais da ermida do Espírito Santo, os quais são provedor, secretário, procurador e quatro louvados que anualmente saem eleitos das pessoas principais do povo. E das rendas da referida casa, provêm as cartas de guia das mais Misericórdias e fazem conduzir os pobres impossibilitados para poderem caminhar a pé e curar aos referidos enfermos e dar sepultura aos que falecem, no que se governam pelo seu compromisso, assinado por Filipe Segundo, governando estes Reinos. E além das referidas despesas, festejam o seu patrono e dão cumprimentos a vários legados a que é obrigada a mesma casa, tudo pelo referido rendimento» (Santo Antão do Tojal, c. Loures).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Vialonga.*** Convento de *religiosos capuchos de Santo António* da cidade; padroeiro, Gonçalo Xavier de Alcáçova. Convento de *religiosas de S. Francisco* da cidade. Padroeiro, apresentação, a Rainha. (Vialonga, c. Vila Franca de Xira).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***S. Julião do Tojal.*** Há dois juízes nesta freguesia, um no lugar do Tojal, outro no do Zambujal, ambos sujeitos ao juiz de crime do Bairro de Lisboa (S. Julião do Tojal, c. Loures). ***Vialonga.*** Os juízes são da vintena e sujeitos ao juiz, o corregedor do crime do Bairro da Ribeira da cidade de Lisboa, de quem esta terra é termo (Vialonga, c. Vila Franca de Xira). ***Santo Antão do Tojal.*** Administram a freguesia com subalternos ao juiz do crime do bairro da Ribeira, da cidade de Lisboa, com

os juízes, dois do mesmo povo, um chamado de Santo António, outro dos Montes, os quais com um alcaide [nomeia] o povo em eleição, que se faz na presença do pároco, as quais pautas assinadas pelo mesmo são remetidas pelo escrivão da freguesia à câmara de Lisboa, a qual os elege e onde vão tomar juramento, ficando estes com a jurisdição que dá a Ordenação do Reino aos vintaneiros e com alçada certa para as condenações que fazem em audiência. E posto que o escrivão seja perpétuo e de propriedade, os tais juízes e alcaides têm só um ano de governo com as circunstâncias mencionadas» (Santo Antão do Tojal, c. Loures). ***S. Sebastião da Granja***. Tem juiz pedâneo ou vintaneiro feito pelo senado da câmara de Lisboa a que está sujeito e pertence ao bairro da Ribeira (S. Sebastião da Granja, c. Vila Franca de Xira).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DO ROSSIO

1 – CONCELHO:

Na cidade: Santa Justa, S. Cristóvão, S. Lourenço, S. Nicolau. No termo: Julgados de Bucelas, de Vila de Rei, de S. Tiago dos Velhos.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Bucelas*. Tem um *hospital*, que só serve de dar pousada aos peregrinos. Este é administrado pelo juiz e mais oficiais da Casa do Divino Espírito Santo, que é de proteção real e de muito pouco rendimento (Apelação, c. Loures). ***Santa Justa*.** Tem o *Hospital real de Todos os Santos* que Sua Majestade mandava administrar pela Mesa da Misericórdia e depois por alguns fidalgos (….) As suas rendas são muitas. Sua fundação do tempo de D. Manuel I. A *Casa dos Enjeitados*, existe agora na freguesia de Santo André. Teve a capela de Nossa Senhora do Amparo, que se arruinou no Terremoto com a sua enfermaria de entrevados e era parte do Hospital real, com a porta para o Rossio. (Santa Justa, c. Lisboa). *Hospital*. [Na Calçadinha, chamado do Carmo, estava um sumptuoso *hospital,* em que se curavam com muita caridade, grandeza e asseio os irmãos da venerável Ordem Terceira do Carmo. Era neste género uma das obras magníficas da Corte…].

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *S. Lourenço*. *Convento de Nossa Senhora do Rosário* de religiosas dominicanas, chamado convento da Rosa, do padroado do Visconde de Vila Nova de Cerveira (S. Lourenço, c. Lisboa). ***Santa Justa***. *Convento dos dominicanos do Rossio*; *Casa dos padres de S. Camilo* de Belém, de clérigos regulares, que Sua Majestade lhes deu para sua habitação em parte do palácio que foi do Marquês de Cascais. (Santa Justa, c. Lisboa). [Hospício de Santo António, de religiosos capuchos da Província da Piedade. Convento de Nª Senhora da Boa Hora dos eremitas agostinhos descalços (destruído pelo Terramoto]. ***S. Nicolau*.** No distrito desta freguesia houve antes do Terramoto "dois conventos de religiosos e três capelas e dois hospitais. Já não existem, e deles só se encontram ruínas". (S. Nicolau, c. Lisboa). [Convento de *Corpus Christi*, de religiosos carmelitas descalços. Convento do *Espírito Santo*, dos padres da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri] (Santa Justa, c. Lisboa). ***S. Cristóvão.*** *Recolhimento de Nossa Senhora do Amparo*, sujeito ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens (S. Cristóvão, c. Lisboa).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Bucelas*. Tem três juízes chamados vintaneiros e um escrivão proprietário e seu alcaide, sujeito ao governo das justiças da Corte. *Santiago dos Velhos*. Tem dois juízes chamados de vintena, feitos pelo senado da câmara de Lisboa, sujeitos ao corregedor de Bairro do Rocio (Santiago dos Velhos, c. Arruada dos Vinhos).

CIDADE DE LISBOA. CORREIÇÃO DO BAIRRO DA RUA NOVA

1 – CONCELHO:

Na cidade: Madalena, Conceição, S. Julião. No termo: Julgados de Alvogas Velhas, Loures, Caneças, Montemuro, Marnotas.

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Loures*. Junto à ermida do Espírito Santo está uma única e pobríssima casa, que se chama o *hospital*, que serve de recolher os pobres mendicantes enfermos e também aqueles que de outros hospitais trazem carta de guia à dita casa. São enviadas para o *hospital do Lumiar*, para dele serem transportados ao de Lisboa. Tem de renda 13.200 réis e o administram os mesários do mordomado do Divino Espírito Santo da mesma ermida, por cuja conta corre a recondução dos mencionados pobres enfermos para o referido hospital do Lumiar (Loures, c. Loures)**.** ***Loures*** (*ermida de S. Miguel do Tojalinho*). Ermida com porta pública. Nela exercem com fervor os Congregados da Avé-Maria os mi-

nistérios do seu perfeito instituto, que é ensinarem pelo amor de Deus, ler, escrever, contar e gramática, e sobretudo, a doutrina cristã, agonizarem moribundos, promulgarem o Santíssimo Rosário, erigirem terços e vias-sacras (Loures, c. Loures). ***Madalena***. Ermida do *hospital dos Palmeiros,* de invocação de Nossa Senhora de Belém. Era *albergaria de pobres* a quem davam cama, água e candeia por três dias. Chamava-se dos Palmeiros porque nela se recolhiam os peregrinos que vinham de Jerusalém, aos quais chamavam palmeiros, por trazerem palmas (como os de S. Tiago, vieiras). Fundou-se no ano de 1330, como constava de um letreiro que estava na porta do mesmo hospital. "Este hospital é dos pobres palmeiros e peregrinos e resgatados dele e de outro *hospital de Cacilhas*, perto de Almada. Os honrados confrades desta cidade de Lisboa na era de 1330". Antigamente era administrado por 25 irmãos dos principais cidadãos da cidade de Lisboa. E eles mesmos elegiam entre si um provedor e um escrivão que cobravam os foros os quais despendiam em uma festa à Senhora, a 2 de Fevereiro e com o ordenado de um hospitaleiro mais coisas precisas (…) D. João V, deu a administração do hospital ao prefeito e mais irmãos da Congregação do Senhor Jesus dos Perdões, instalada na igreja da Madalena, com sujeição ao Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Tinha este hospital de renda até ao tempo do Terramoto 86.716 réis em foros e alugueres de casas, as quais se lhe queimaram e ficou somente com 19.414 réis, em foros (Madalena, c. de Lisboa).

3.2 – Correios da sede de concelho: *Loures*. Tem correio e o é António Feliciano Manzonio, e vem a mala de Lisboa em direitura a Mafra, aonde se abre. E de lá vêm as cartas para a mão do súbdito (Loures, c. Loures). ***Campo Grande*.** Vale-se do correio de Lisboa (3/4 léguas), cujo correio parte ao Domingo pela manhã e vem na Sexta-feira ao jantar (Campo Grande, c. Lisboa).

3.3 – Feiras/Mercados: *Loures*. Na véspera e dia de Sant'Ana há feira franca, junto ao lugar de Loures, proximamente facultada por S. Majestade (Loures, c. Loures). ***Santo Estevão das Galés***. No lugar de Santa Eulália, desta freguesia, há duas feiras no ano, uma em 12 de Fevereiro, outra na primeira Segunda-feira de Setembro. E cada uma delas dura por espaço de três dias e são francas (Santo Estevão das Galés, c. Mafra).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Conceição* (Nossa Senhora da). Nesta freguesia se acha a igreja *colegiada dos freires da Ordem de Cristo*, que lhes foi consignada por D. Manuel, transferindo-os para ela da ermida de Nossa Senhora de Belém, cuja ermida fora fundada pelo infante D. Henrique, filho de D. João I. E nela se fundou o magnífico *templo de Belém*, dos monges de S. Jerónimo. Nesta igreja da Conceição que fora sinagoga dos judeus fazem os freires o ofício divino (Conceição, c. Lisboa). ***S. Julião.*** *Convento de Nossa Senhora da Boa Hora*, de religiosos agostinhos descalços (S. Julião, c. Lisboa).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Santo Estevão das Galés*. Os privilégios que há nesta freguesia são os das capelas do senhor rei D. Afonso IV, pertencentes ao reguengo de Gradil (Santo Estevão dos Galés, c. Mafra).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *Loures*. Não tem juiz ordinário, mas sim juízes vintaneiros, eleitos pelo povo e confirmados pelo senado da câmara de Lisboa, dois no julgado de Loures, dois no de Barro, dois no de Montemor, dois no de Marnotas e dois no lugar de Caneças, que pertencem ao julgado de Odivelas, com dois escrivães. (Loures, c. Loures). ***Lousa***. Somente tem dois juízes a que chamam de vintena e escrivão do julgado. E está sujeita às mais justiças de Lisboa (Lousa, c. Loures)**.** ***Santo Estevão das Galés***. Termo de Lisboa. Este julgado tem dois juízes, um do julgado de Montemuro que está sujeito ao corregedor da Rua Nova de Lisboa, o segundo, do julgado de Santo Estevão das Galés, sujeito ao juiz do crime de Andaluz, isto consta de uma lei extravagante que se acha na última impressão das *Ordenações*, livro 1, feita por D. João V (Santo Estevão das Galés, c. Mafra). ***Campo Grande***. Subúrbio à cidade de Lisboa, sujeito às suas justiças (Campo Grande, c. Lisboa).

CONCELHO DA VILA DE LOURINHÃ

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Marquês do Louriçal

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Câmara, juízes ordinários, vereadores (Lourinhã, c. Lourinhã)**.** [A.M.H.: juízes ordinários (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+9=17].

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Lourinhã*. Um *convento de franciscanos de Xabregas* para "coadjuvarem os párocos" (Lourinhã, c. Lourinhã).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Miragaia*. Provisão real para que nela haja açougues; os moradores não sejam obrigados a levarem os dinheiros das sisas à cidade de Leiria para onde se remetem; para que os moradores deste termo não sejam obrigados a pagar dízimas de sal, queijos, leites, lãs (Miragaia, c. Lourinhã).

CONCELHO DA VILA DE MAFRA

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Terra d'El-rei. É uma das vilas mais antigas deste reino, como se mostra do foral e de vários autores, que dela tratam (Mafra, c. Mafra).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz de fora, três vereadores, um procurador do concelho, de que se compõe a câmara. Um escrivão da câmara, que também serve de almotaçaria. Dois almotacés, e escrivães do público, judicial, três notas e órfãos, um escrivão dos direitos reais e jugadas, um escrivão dos sises, um alcaide que serve também de carcereiro, um porteiro, dois quadrilheiros, cinco juízes de vintena (Mafra, c. Mafra). [A.M.H. Ofícios: 8+4=12].

2.3 – Propriedade de ofícios: Juiz de fora novamente criado por Sua Majestade e apresentado por ela, que também dá de propriedade os ofícios de escrivães, e alcaide e assina as pautas dos vereadores e tesoureiro do concelho. Dá também o ofício dos direitos reais e jugadas. Os almotacés, carcereiros, porteiro, quadrilheiros e juízes de vintena se fazem e nomeiam pelo senado da câmara, cujo governo é independente das justiças de outra terra.

2.4 – Equipamentos: ***Mafra***. Casas da câmara, cadeia, açougues e praça ficam no Bairro da Boavista. E real obra de Mafra. Dois *fortes* junto ao mar.

2.5 – Articulações político-institucionais: ***Mafra***. Tem esta vila de Mafra jurisdição ordinária e independente de alguma outra, por ter a câmara e justiças que a governam (Mafra, c. Mafra).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Mafra***. Tem um *hospital* para os mendicantes passageiros, ereto na ermida do Espírito Santo, com um administrador da ermida e hospital. E com o rendimento de pouco mais de 20.000 réis, cujo administrador ao presente é posto pelo provedor da comarca. (Mafra, c. Mafra). Há nesta vila *Casa da Misericórdia*. E os pobres se provêm pelo modo possível, com as esmolas do *hospital* que nela há, antes referido (Mafra, c. Mafra). ***Alcainça***. Há junto a esta igreja umas casas de *hospital*; acham-se ao presente arruinadas. É administrada pelo ouvidor da comarca. Junto das mesmas casas do hospital a ermida do Espírito Santo (Alcainça, c. Mafra).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Mafra***. Há nesta vila correio que chega à Segunda-feira de manhã e parte no mesmo dia ao jantar, torna à Sexta-feira e parte ao meio dia (Mafra, c. Mafra). ***Santo Isidoro***. Serve-se do correio de Mafra (1 para 2 léguas).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Mafra***. Há no *sítio da real obra*, junto a esta vila, uma feira cativa, em o dia do apóstolo Santo André, que dura até o dia seguinte e no terceiro Domingo do mês de Julho. Outra feira, três dias, franca, por provisão regia, no lugar de *Morgeira*, junto à ermida da N.ª Sr.ª do Monte Carmo e Santo António. Em ambas estas feiras, principalmente na do Santo André, há concorrência grande de gente e de mercadores de diferentes géneros de fazendas e mercadorias, gados, bestas e mais criações que vêm vender à dita feira e um grande número de ourives (Mafra, c. Mafra).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Mafra***. *Convento real de Nossa Senhora e Santo António*, de religiosas da Província da Arrábida, ao presente com 300 religiosas que sustenta o padroado real. No mesmo convento tem palácio para real aposentação, "sendo estes e o dito convento um dos edifícios mais notáveis de toda a Europa" (Mafra, c. Mafra).

CONCELHO DA VILA DE MOITA

Comarca/Ouvidoria de Setúbal

1 – CONCELHO:

Moita. No ano de 1681 se fez vila, por mercê de D. Pedro ao conde de Alvor, D. Francisco de Távora que tomou posse em 1692. (Moita, c. Moita).

1.1 – Foral/Senhorio: Donatário, ao presente, o Marquês de Távora (Moita, c. Moita).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Oficiais, da câmara: dois juízes ordinários, três vereadores, procurador do concelho, escrivão de câmara (Moita, c. Moita).

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: Oficiais de câmara, por eleição de pelouros, apurados pelo corregedor da comarca e por ele confirmados (Moita, c. Moita).

2.4 – Equipamentos: ***Moita***. *Porto, com grande cais de pedraria*, feito à custa dos homens do mar, que lhes importou 13 mil e tantos cruzados. Tem sete barcos grandes que todas as semanas servem de carreira, outro de percalço e outro de contra percalço. Tem dezasseis bateiras de pescar. E destas sempre estão três prontas

para transportarem os passageiros a todo o tempo em que os barcos não navegam, por falta de maré, que enche e vasa. Além destas embarcações vêm muitas fragatas, escaleres, barcos de cacilheiros, por cada boca do Montijo, donde sai o braço do Tejo até ao *forte* desta vila, é uma legoa. E pode admitir 300 embarcações de toda a costa, exceto navios e caravelas (Moita, c. Moita).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.2 – Correios da sede do concelho: *Moita*. Serve-se esta vila do correio da Corte (3 léguas, por mar) aonde cada um manda suas cartas (Moita, c. Moita).

CONCELHO DA VILA DE ÓBIDOS

Ouvidoria de Alenquer

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Terra da Casa da Rainha (Monte de Ferreiros, c. Lourinhã); **S. Bartolomeu de Galegos**: Esta terra é pensionada, paga quartos das novidades e alguns foros a Santa Maria Maior de Óbidos e parte dela paga quartos ao Hospital real da vila das Caldas (S. Bartolomeu de Galegos, c. Lourinhã).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: [A.M.H.: juiz de fora, vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 19+10=29].

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.2 – Correios da sede do concelho: *Moita dos Ferreiros*. Não tem correio. Serve-se do da vila de Óbidos. Dista a terra de Lisboa 10 léguas. (Moita dos Ferreiros, c. Lourinhã).

3.3 – Feiras/Mercados: *Moita dos Ferreiros*. No dia 8 de Setembro, quando se ajuntam os quatro círios (que acodem à Senhora da Misericórdia) se faz por modo de feira, e se vende louça de várias qualidades, em especial a das Caldas, e se vendem coisas comestíveis e outras miudezas (Moita dos Ferreiros, c. Lourinhã).

REGUENGO DE OEIRAS (*VIDE*, BUCICOS)

CONCELHO DA VILA DE PALMELA

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal

1 – CONCELHO:

«Esta vila é das mais antigas deste Reino de Portugal. E se diz ser a sua fundação do mesmo tempo da insigne cidade de Lisboa (…) a qual desde o ano de 1224 em que pelo rei D. Sancho II foi dada à Ordem de S. Tiago logrando a primazia de ser cabeça da Ordem de Santiago (…). Com terras do senhorio de Pedro Alves Cabral Correia de Lacerda e Saldanha, pelo senado da câmara desta vila as ter dado de sesmaria a seus antepassados, com cláusulas e condições a favor do povo (Castelo, c. Palmela).

1.1 – Foral/Senhorio: De El-Rei, como governador e perpétuo administrador da Ordem de Santiago (Castelo e S. Pedro, c. Palmela).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: *Palmela*. Governada por juiz de fora, letrado. Tem câmara, com escrivão, proprietário, três vereadores, um procurador do concelho (Castelo, c. Palmela). Procurador do concelho, por privilégio das Cortes, é em cada um ano, o vereador mais moço que acaba de o ser no ano antecedente (S. Pedro, c. Palmela). [A.M.H.: S/ref.ª a juiz ordinário, vereador, procurador do concelho. Ofícios: 0 +15=15].

2.4 – Equipamentos: *Castelo*. Esta vila não é praça de armas, nem é murada. Tem um *castelo* no alto da serra para onde se sobe do cimo da vila, em que se entremedeia algum espaço no mesmo castelo. Tem uma *alta torre*, com suas fortificações, baluartes, casas do governador e quartéis para soldados, com sua praça de armas dentro no mesmo para onde se entra por uma porta que de noite se costuma fechar, a qual torre, é de pedraria lavrada, e é de cinco quinas. Tem em todo o cimo delas, suas ameias, para onde se sobe por escada de pedra (…). Desta mesmo se desce por outra escada de pedra para uma cisterna, dentro do bojo da mesma torre, "cuja fundação é do tempo dos romanos (…) a qual é uma das melhores fábricas de arquitetura e fortalezas que tem este Reino". Vai acompanhada ao Norte com duas pequenas *torres* também com suas ameias (…). E logo se segue uma comprida varanda no andar dos quartéis de cima, cujas portas por ela se servem com deliciosa vista da parte da vila, de donde se descobre até Sintra. Depois se desce da mesma varanda para a dita praça, fazendo um círculo espaçoso de muro para a parte do Nascente e no meio dela se acha uma *cisterna* por acabar, porque tendo já as paredes feitas, somente lhe falta fechar-se a abóbada, cuja obra há muitos anos se acha parada. Logo para a parte do Sul se acha outra *cisterna* junto da casa do Governador, para as quais se sobe por outra escada de pedra em volta, que também vai dar para outra varanda que corre pelo comprimento das mesmas casas pela parte de fora, com excelente vista por Setúbal, descobrindo rio, mar, quintas, hortas, arvoredos e estradas de continuada passagem. Fora do cas-

telo se segue a *casa da Vedoria*(…). E no campo raso que desde o convento corre até à dita porta, se acha outra *cisterna* (…) entre a igreja matriz desta minha freguesia e as casas do prior-mor do dito convento (…). *Baluartes* e *muralhas* cercam a maior parte do circuito deste monte, cuja entrada é pela porta, chamada *porta falsa*. Defronte desta se acha outro grande *baluarte*, que a cobre e defende, da qual sai o caminho de serventia do castelo, convento e freguesia por entre um pequeno muro que vem fazendo círculo como fosso, (…) até se meter no alto da vila por uma calçada áspera e elevada. E junto do baluarte fronteiro ao Norte corre o mesmo cinto do muro até chegar junto ao outro baluarte, do qual não pode passar por causa da grande ruina (…) (Castelo, e S. Pedro, c. Palmela). ***Marateca***. Não é porto de mar este lugar de Marateca, porém distante deste ½ légua chega a maré que vem do rio de Setúbal pela ribeira da Marateca. E na mesma distância de 1/2 légua deste lugar onde chega a maré entra toda a qualidade de embarcações pequenas, convém a saber, barcos de duas velas, fragatas, batéis e botes. É o *porto* donde chegam as ditas embarcações fabricada pela natureza, sem operação alguma de arte (Marateca, c. Palmela).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***S. Pedro de Palmela***. Nesta freguesia há um *hospital* anexo à Casa da Misericórdia desta vila. Tem de renda, pouco mais ou menos, 60.000 reis. Tem por título o *Espírito Santo*. *Casa da Misericórdia*, com origem na ermida do Espírito Santo, que fundaram como *albergaria*, dois homens bons da vila, em 1461, fazendo nela uma *confraria da Caridade*, continuando a confraria até 1529. Fundou-se então a Misericórdia na mesma ermida da Caridade, fazendo seu Compromisso regulado pelo da vila de Setúbal. Depois mandou que se observasse o Compromisso da Misericórdia de Lisboa. E o dito hospital da vila anexou-se à Misericórdia, conservando o título de Espírito Santo. Esta Misericórdia tem de rendimento da livre administração, 250.000 reis, pouco mais ao menos, os quais se despendem com serventes e guisamentos e ornatos da igreja, altares e sacristia e com os provimentos de esmolas e festividade. De todo e o mais rendimento, além do referido, se faz aplicação para o pagamento de cinco capelães e a dotes para casamento de donzelas, conforme os ordenados que lhe deixaram os seus instituidores (S. Pedro, c. Palmela).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Marateca***. Serve-se do correio de Setúbal que chega à Segunda-feira e parte à Quarta-feira e torna à Sexta-feira e parte ao Sábado (Marateca, c. Palmela). ***Castelo***. Serve-se pelo correio de Setúbal (3/4 de léguas)

3.3 – Feiras/Mercados: ***Castelo***. Nesta vila há feira franca, quatro dias de cada ano, no mês de Dezembro, que começa em dia de N.ª Sr.ª da Conceição. Começa por privilégio de D. João IV (Castelo, c. Palmela).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Santa Maria do Castelo***. Tem *convento dos freires da Ordem de Santiago* situado dentro do Castelo, de que é governador e perpétuo administrador Sua Majestade, não só do Convento, mas de toda a Ordem; por causa do Terramoto a comunidade está reduzida a um freire; a comunidade está deslocada na quinta dos Caracóis, freguesia de S. Pedro. *Convento de religiosas S. Paulo*, primeiro ermitão, situado na meia altura da serra de Santo António, fronteiro à vila de Setúbal arrasado pelo Terramoto; padroeiro, a mesma Religião. *Convento dos Capuchos da Província do Algarve*, na serra de Santo António, bastante arruinado pelo Terramoto, fundado por D. Estevão da Gama, filho de Vasco da Gama, primeiro conde da Vidigueira, cujo padroado está ainda hoje na casa de D. Luís de Portugal e Gama (Castelo, c. Palmela). *S. Pedro de Palmela*. Quinta chamada de Caracóis, donde se acham recolhidas nas casas e barracas da mesma, o superior e freires conventuais da Ordem de Santiago, por causa do Terramoto (S. Pedro, c. Palmela).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Castelo.*** Privilégios conforme o foral de D. Manuel e outros concedidos pelos reis de Portugal e Ordem de Santiago, tendo-se desencaminhado do cartório da câmara, pelas casas dos escrivães serventuárias. (Privilégios vão largamente descritos na Memória, conforme vão registados no Tombo do Senado) (Castelo, S. Pedro, c. Palmela).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Marateca***. Juiz de vintena (na aldeia de Água de Moure), sujeito à justiça da vila de Palmela (Marateca, c. Palmela).

CONCELHO DA VILA DE POVOS

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: «Depois da sua destruição (pelos mouros) lhe deu foral D. Sancho 1º (…) lho ampliou D. Dinis e D. João I. D. João III deu o senhorio a D. António de Ataíde, 1º conde de Castanheira até ao tempo de D. Pedro II, que por falta de sucessão a deu ao Infante D. Francisco, seu filho, e hoje se conserva na Casa do Infantado, na pessoa de D. Pedro».

1.2 – Sede da câmara municipal: D. Manuel lhe mudou a freguesia para o lugar em que hoje está e se acha (Povos, c. Vila Franca de Xira).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem juiz de fora e ouvidor postos pelo Infante Regente que juntamente são de Castanheira. Tem escrivão da camara e quatro escrivães do geral (que também são de Castanheira). Tem escrivão de

almotaçaria e direitos reais (Povos, c. Vila Franca de Xira). [A.M.H.: Juízes ordinários (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+2=10].

2.4 – Equipamentos: Tem *casa de câmara*, com torre e relógio. Tem *praça* com seu *pelourinho* de pedra lavrada. Tem duas *pontes de pedra*, com oito pequenos arcos. Na rua do *Cais* está um celeiro de maior grandeza de duas naves e cinco arcos de cantaria que pode recolher em si mais de 2.000 moios de pão. É do Infante e tem sobre a porta as suas armas. Foi mandado fazer pelo Infante D. Francisco. Tem *cais* de pedra e ao pé dele uma casa para guarda. Junto ao cais se acham *dois fornos* de fabricar telha e tijolo mandados fazer pelo administrador do Sereníssimo Infante. Tem esta vila quatro fontes e chafariz. Tem uma *fábrica de sola de atanados*, no sítio da Lapa, no monte a Poente da vila, que fez João Mendes de Faria, estabelecida em 1729. Fabrica uns anos por outros, 15.000 couros de sola. (Povos, c. Vila Franca de Xira).

2.5 – Articulações político-institucionais: O juiz de fora e ouvidor de Povos é também da vila de Castanheira. Os quatro escrivães do geral de Povos são também de Castanheira. (Povos, c. Vila Franca de Xira).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Povos.* Tem *Casa de Misericórdia* instituída em uma ermida de Santa Maria, aprovada por D. Sebastião em 1563. A esta se anexaram três *hospitais*, com as suas rendas e encargos que estavam estabelecidos nesta freguesia. A igreja e Casa de Misericórdia teve ruina, mas não total e hoje se acha reedificada e ampliada pelo seu provedor (Povos, c. Vila Franca de Xira).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Povos*. Convento dos Capuchos de Santo António, casa de noviciado e também capitular, cuja fundação conta mais de trezentos e quarenta anos. Residem nele o melhor de 30 religiosos. Com igreja de abóbada. É padroeiro, de presente, a Marquesa de Louriçal.

JULGADO DE REBALDEIRA (NA FREGUESIA DE DOIS PORTOS)

(Vide, *concelho da vila de Torres Vedras*)

«Há nesta freguesia (de Dois Portos) um julgado chamado o da Rebaldeira, onde tem sua casa de câmara, pelourinho e cadeia que antigamente tinha jurisdição ordinária, com exercício de dois juízes e dois almotacés, escrivão, procurador, cuja jurisdição hoje não tem exercício, por se achar litigante com a câmara de Torres Vedras, a cuja correição é sujeita». Compreendia o julgado cinco vintenas, que era toda a freguesia de S. Domingos Carmões e a de S. Pedro de Dois Portos, sede da câmara. E parte da freguesia de Runa e parte da do Salvador do Mundo, parte da de S. Quintino e parte da de Sapataria. Tem de comprido duas léguas e de redondo cinco. (Carvoeira, Carmões e Dois Portos, c. de Torres Vedras) (Vide, concelho de Torres Vedras). (A.M.H.: 1 tabelião. Ofícios: 0 + 1 = 1]

CONCELHO DO REGUENGO GRANDE

Comarca de Torres Vedras. Ouvidoria de Alenquer

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Casa da Rainha (Reguengo Grande, c. Lourinhã).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz privativo que a governa, excepto em causas crimes, o qual juiz é dos direitos reais da vila das Caldas, a cujo hospital é tributária, pagando quartos de todo o pão que cultiva dentro das demarcações, por cuja razão tem privilégios que a isentam de várias coisas (Reguengo Grande, c. Lourinhã).

CONCELHO DO REGUENGO DE SACAVÉM

Comarca da correição de Alfama

1 – CONCELHO:

1.3 – Freguesias: Sacavém. Cabeça do reguengo, que compreende Camarate, Apelação, Unhos, Frielas, Santo António do Tojal e Charneca (Sacavém, c. Loures).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem almoxarife e oficiais para as avaliações dos quartos e mais oficiais. O almoxarife com escrivão e mais oficiais faz audiência em dois dias da semana, às Segundas e Sextas-feiras. Tem dois juízes vintaneiros, escrivão e alcaide feitos pelo senado. Estão sujeitos à jurisdição do corregedor de Alfama (Sacavém, c. Loures).

2.4 – Equipamentos: Fazem-se as audiências na *antiquíssima torre* que ficou muito arruinada pelo Terramoto, nas casas onde costumavam assistir os almoxarifes, em uma delas se fazia audiência às partes. Hoje se faz na casa do almoxarife em Camarate (Sacavém, c. Loures). ***Sacavém***. Há neste rio desembarque em *três cais*,

um de *Nossa Senhora*, outro da *Barca* e outro do *Peixe*. O cais de Nossa Senhora se acha sempre provido de embarcações que trazem pelo decurso do ano muita abundância de géneros, assim trigos, cevadas, milho, como também frutas, melão, melancia, marmelos, peras, castanha verde e seca, ameixa. Orna-se a entrada deste rio com os *armazéns*, onde os estrangeiros recolhem vinhos para os seus embarques. Anda uma *barca* neste rio que serve de passar de uma parte para a outra que é da Casa de Bragança, arrendada em 5.000 cruzados (Sacavém, c. Loures).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Sacavém*. Há uma irmandade do SS. Sacramento e é administradora de uma *albergaria* que instituiu Vicente Aparício, para se recolherem os pobres que vêm de passagem. E vindo doentes lhe procuram comodidade e enviá-los para o Hospital Real de Lisboa. E para esse fim deixou o dito instituidor toda a sua fazenda à dita irmandade, da qual de muito pouco está de posse, talvez por negligência dos antepassados. Há outra *albergaria* para mulheres que é administrador o sargento-mor Manuel Silveira de Magalhães, que por este ser morto está esta administração em sua irmã (Sacavém, c. Loures).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Sacavém*. Há neste lugar um *convento de Santa Clara* e reforma de Santa Coleta (…) na ermida de N.ª Sr.ª dos Mártires de quem conserva o nome. Nela se acham quatro padres da Província de Xabregas, em que um deles é confessor das freiras e os demais capelães. O *convento dos religiosos da Província dos Algarves* (…). O seu número é de 33 religiosos (Sacavém, c. Loures).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Sacavém*. Goza este povo o privilégio de que tudo que rendem as sisas das correntes é deste povo. Só fica com a obrigação de dar ao médico 20.00 réis e pelo cabeção que devia pagar, dá 80.000 réis. E o restante das sisas vai para o depósito, que serve para a refeição e utilidade deste lugar. E Sua Majestade não costuma fazer mercê destas sobras a que chamam alsas, sem primeiro ouvir este povo. Estas sisas das correntes eram de tudo o que entrava para este cais, se arrendava a pessoas de Lisboa. Está agora unido ao de Lisboa (Sacavém, c. Loures).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: Sacavém. Tem dois juízes vintaneiros, escrivão, alcaide feitos pelo senado e estão sujeitos à jurisdição do corregedor de Alfama.

CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM

Comarca de Setúbal/Ouvidoria de Azeitão

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Pertence ao Ducado de Aveiro e de presente é de El-Rei. De presente não tem donatário; acha-se devoluta à Coroa (Abela, c. Santiago do Cacém). "É da Ordem de Santiago. O donatário das justiças algum dia era o Duque de Aveiro; hoje anda na Coroa" (Santiago do Cacém, c. de Santiago do Cacém).

1.3 – Freguesias: É cabeça de concelho de oito freguesias (Santiago do Cacém, c. Santiago do Cacém).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem juiz de fora, que algum dia foi posto pelo Duque de Aveiro, hoje está na Coroa. Tem câmara e não está sujeita a outras justiças, só ao ouvidor de Azeitão e provedor de Campo de Ourique (Santiago de Cacém, c. Santiago do Cacém). [A.M.H.: juiz ordinário (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+29=37].

2.4 – Equipamentos: *Santiago do Cacém*. No alto do monte tem um castelo arruinado; teve algum dia castelo que foi regular. A igreja aqui se conservava sem ruína, até ao dia do Terramoto (…). Na freguesia de Santo André tem uma *lagoa* que enchendo com as águas de Inverno se abre para o mar, por estar junto à praia. E enquanto se conserva aberta entra e sai maré e várias castas de peixe. E fechando-a o mesmo mar com areia, que lhe põem na boca que abre, se pesca nela todo o ano. A câmara da vila é a senhora dela e arrenda todos os anos. Terá de comprido quase uma légua quando está cheia e de largo, junto ao mar, mais de quarto de légua (…). Na Primavera com industria e trabalho de homens e bois lhe abrem um modo de [arca] que há entre ela e o mar e fazendo-a correr para ele, com a força da água vai rompendo para ele, e lhe desocupa uma grande parte de terras que as águas cobrem de Inverno e as semeiam ou de trigo, se ela vai mais cedo ao mar, ou de milho e feijão, que comumente dão estes géneros com abundância, porque ficam com muita matéria (S. Tiago, S. Bartolomeu, c. de Santiago de Cacém).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Santiago do Cacém*. Tem a vila um *hospital* que administra a Santa Casa da Misericórdia. A renda dele está incluída na dita casa. Tem uma *Casa da Misericórdia*. E só se acha uma inscrição em uma pedra na mesma igreja que diz que no ano de 1591 lhe deixou Estevão Lourenço de Avelar um padrão de 100.000 réis de juros, 70 para sustento dos pobres e 30 para dotes de três órfãs. E deste padrão só se pagam 50.452 réis. A renda que cobra é de foros em dinheiro, 66.152 réis; do padrão, 50.452 réis; soma 116.602 réis. Foros de trigo cobra 5 moios e 15,5 alqueires; 2 porcos e 2 marrãs (Santiago do Cacém, c. Santiago do Cacém)

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Santiago do Cacém***. Não tem correio. Se alguma carta vem para ele, é pelo da Mecejana (7 léguas) (Santiago do Cacém, c. Santiago do Cacém).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Santo André de Santiago do Cacém***. Fez-se nela uma feira, no dia de Santo André, que dura três dias e é cativa (Santo André, c. de Santiago do Cacém).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Santiago do Cacém***. Não tem convento algum na vila; fora dela, distante quase uma légua, tem um convento de *religiosos franciscanos* da Província dos Algarves, intitulado de *Nossa Senhora do Loreto*. Não tem padroeiro (Santiago do Cacém, c. de Santiago do Cacém).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Santiago do Cacém***. Não se sabe que tenha privilégio algum. Tem procurador em Cortes. E por antiguidade na festividade do Espírito Santo se elege um pela Mesa da Misericórdia, uma órfã moça para levar a cera do Espírito Santo a que chamam Imperatriz. E assiste com a cera na cabeça a vésperas, à missa do dia e à da primeira oitava (Santiago do Cacém, c. de Santiago do Cacém).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Santa Cruz***. Sujeito ao governo e justiça da vila de S. Tiago do Cacém, e só tem juiz de vintena (Santa Cruz, c. de Santiago de Cacém). ***Abela***. Não há juiz, senão a quem chamam de vintena (Abela, c. Santiago do Cacém). ***S. Bartolomeu da Serra***. Há juiz de vintena, com seu escrivão (S. Bartolomeu da Serra, c. Santiago do Cacém).

CONCELHO DA VILA DE SESIMBRA

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Azeitão

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Comenda da Ordem militar de Santiago, por doação de D. Sancho II a 19 de Janeiro de 1264, anexa à Casa de Aveiro. Agora na administração da Coroa (S. Tiago, Castelo, c. Setúbal). "Terra da Ordem de Santiago, da comenda de Sesimbra, que tem sido da Casa dos Duques de Aveiro, ao presente a comenda Vaga" (S. Simão de Azeitão, c. Setúbal). [A.M.H.: S/ref.ª a juízes ordinários, vereador, procurador do concelho. Ofícios: 0+12=12].

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem juiz de fora e é também da vila do Barreiro. Tem câmara, com a regalia de apurar e propor nas suas pautas trienais, um juiz e um vereador para a vila e câmara de Coina, escolhidas entre os moradores do limite de Azeitão (Santiago, Castelo, c. Sesimbra).

2.4 – Equipamentos: ***Sesimbra***. É *porto* e *costão de mar*. É situada em uma baixa ou vale, junto à praia, entre duas rochas, grandemente levantadas de Nascente e Poente que também a cercam pelo monte. Por ser costa brava, só no tempo de Verão é mais frequentada de muitos iates, lanchas e outras embarcações menores para o negócio e cargas de sardinha. Também ali portam alguns navios a fazer aguada e prover de mantimentos ou tomar pilotos. E sobrevindo temporal se recolhem dentro da barra da Arrábida que fica distante légua e meia ou na de Setúbal (Santiago da vila de Sesimbra, c. Sesimbra). É *praça de armas*, posto que não é fechada. E continuando aquelas duas rochas do Nascente e do Poente para o Sul, pelo mar dentro, em uma ponte que chamam do Cavalo, já pouco levantada da terra, tem uma fortaleza intitulada a *fortaleza de S. Teodósio*, que pertence à freguesia do Castelo. A Nascente não tem aqui alguma fortaleza, sendo admirável sítio para ela e mui precisa, não só para a defesa desta terra, mas também de toda a qualidade de embarcações que são perseguidas dos moiros nesta costa e se vêm abrigar ao dito porto, não obstante estar outra fortaleza com a vocação de *Santiago* no meio da vila. (…) No tempo das guerras que teve este reino com a França, desde o lugar da vila até ao cume da rocha para a parte do Nascente, sempre há pouca defesa, se mandou fazer uma *cortina de meio*, corpo de altura para com mosquetaria se resistisse a alguma invasão do inimigo, o qual muro se acha demolido em partes. A dita *fortaleza de Santiago*, que fica no meio da vila, junto à praia e borda de água, é regular, formada de dois baluartes com 14 peças de artilharia. Tem um capitão, um condestável e 13 artilheiros. O *castelo,* dentro do qual se acha situado a igreja da paróquia do Castelo, hé um dos maiores do Reino. O comandante da praça é o capitão-mor da vila e Ordenança. Tem um sargento-mor que também o é de Ordenança, cargo anexo ao do capitão da fortaleza de Santiago, ambos oficiais pagos, com ajudante adstrito. Tem mais *quatro fortes* pela *costa da marinha* do *distrito e governo desta praça*, com seus cabos e artilheiros, o de *N.ª Sr.ª da Arrábida*, o de *S. Domingos da Baralha*, *Nossa Senhora do Cabo* e de *S. Pedro da Foz*. A praça guarnece-se com um destacamento de 50 soldados que vêm todos os meses da praça de Setúbal, 20 e um alferes para a fortaleza de S. Tiago, 8 e um tenente para a de S. Teodósio da Ponta do Cavalo e os mais se repartem pelos outros fortes. Tem esta vila *castelo*, arruinado. E há tradição fora fabricado pelos gafos. Não tem exercício, nem governador ou artilharia e nele habita somente o prior desta freguesia, seus beneficiados e o tesoureiro. (Santiago de Sesimbra, Castelo, c. de Sesimbra). ***S. Lourenço de Azeitão***. Há nesta freguesia a *fortaleza da Arrábida*, junto ao mar e no sítio do casal do Bispo que fica perto das aldeias e está com boa fortificação (S. Lourenço de Azeitão, c. de Setúbal).

2.5 – Articulações político-institucionais: ***Sesimbra.*** Juiz de fora é também do Barreiro. Apura um juiz e um vereador para a vila e câmara de Coina (Santiago, Castelo, c. Sesimbra).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***S. Tiago da vila Sesimbra***. Não há nesta vila *hospital*, sendo que parece o havia pelos anos de 1535, tempo em que a dita vila e sua matriz era dentro dos muros do castelo, de onde se transferiu e mandou para o lugar onde hoje se acha, o qual antigamente chamavam a Ribeira, por diplomas régios e breve apostólico de 10 de Janeiro do dito ano. O qual hospital foi extinto e se aplicaram as suas rendas e obrigações para a *Casa da Misericórdia*, que nesta vila se erigiu e ao presente há, cujo rendimento que pela maior parte se compõe de legados com várias pensões pouco excederá de 6,5 moios de trigo e 45.000 réis, em dinheiro, que administra a Mesa da Casa com seu provedor, que dá contas ao da comarca de Setúbal. Também não foi para o dito hospital a primordial aplicação daquelas rendas, mas sim para a despesa de um bodo anual que no castelo se fazia antigamente em honra do Divino Espírito Santo, como ainda hoje se pratica em muitas terras (Santiago, Castelo, c. de Sesimbra). ***S. Lourenço de Azeitão***. Tem *hospital* que é administrado pelos irmãos da Misericórdia. A *Casa da Misericórdia* é mística ao hospital. A Casa da Misericórdia tem de renda com foros e tudo mais (menos as esmolas) 23.100 réis e o hospital também em foros, 19.750 réis e oito galinhas (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal). ***S. Simão de Azeitão***. "Há nesta freguesia uma *albergaria* que Afonso de Albuquerque mandou em seu testamento se fizesse assistir com rendimentos de seu morgado, que instituiu (…); há obrigação de recolher todo o pobre que vier a esta albergaria, é obrigado a dar ao administrador, do morgado seis alqueires de azeite cada ano, tem sempre prontas cinco camas e lenha para queimarem os pobres em os seis meses de Inverno" (S. Simão de Azeitão, c. Setúbal).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***S. Tiago da vila de Sesimbra***. Serve-se do correio que chega da vila de Setúbal (3 léguas) (Santiago, Castelo, c. de Sesimbra). ***S. Lourenço de Azeitão.*** Vão-se buscar as cartas a Lisboa (5 léguas) ou à vila de Setúbal (1,5 léguas) (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Sesimbra (S. Tiago)***. Légua e meia fora da vila um *convento* de *capuchos* de *S. Pedro de Alcântara*, na serra da Arrábida, que toca a freguesia do termo. E outro, em igual distância, de *religiosos domínicos*, em uma das freguesias do dito limite de Azeitão (S. Tiago da vila de Sesimbra, c. Sesimbra). ***S. Lourenço de Azeitão***, lugar de Nogueira, convento de *religiosos dominicanos de S. Domingos* e se intitula de *Nossa Senhora da Piedade*. Não tem padroeiro; com fazendas e propriedades deixadas por uns homens principais desta freguesia aos religiosos. *Convento de N. Senhora da Arrábida*, na serra, junto ao mar Oceano, de que é padroeiro o Duque de Aveiro, é de *religiosos arrábidos*. Foi fundação de fr. Martinho de Santa Maria e S. Pedro de Alcântara (S. Lourenço de Azeitão, c. de Setúbal).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Sesimbra (S. Tiago)***. Privilégios de isenções de portagem, honras de escudeiros e cavaleiros e aos das armações e almadravas. Privilégios da costa do Algarve: «Foi esta vila mui favorecida dos senhores reis com distintos e admiráveis privilégios e liberdades, isenções de direitos e toda a portagem em todo o Reino. E ainda os mesmos pescadores e peões foram honrados com os foros de escudeiros e estes com os de cavaleiros e os mandadores e carpinteiros das armações ou almadravas foram concedidos os mesmos privilégios que têm os da costa do Algarve, por muitos alvarás cujas confirmações requeriam na ocasião do Terramoto de 55».

CONCELHO DA VILA DE SETÚBAL

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Setúbal

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Terra de El-Rei, como Grão-Mestre e governador e perpétuo administrador do mestrado e cavalaria da Ordem de S. Tiago de Espada. Povoada por D. Afonso Henriques, D. Sancho I deu-lhe foral, posteriormente confirmado pelos reis. Voto em Cortes no 4º banco.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Há nesta vila *senado de câmara* de três vereadores, um procurador do concelho, um escrivão de câmara, dois mesteres e um porteiro, juiz de fora, provedor, ouvidor do mestrado (que é auditor particular da gente de guerra e corregedor de Almada). Há vigário geral, juiz da Ordem, provedor da Tábola, provedor da alfândega, desembargador superintendente do sal, e guarda-mor da saúde. Todos estes ministros têm vários oficiais. Como *praça de armas*, tem governador (St.ª Maria da Graça, C. Setúbal). Tribunal da *Junta de Repartição do Sal*, que se compõe de superintendente que é desembargador, agora da Casa de Suplicação, corregedor da comarca, provedor, juiz de fora, vereador mais velho, juiz de fora de Alcácer, guarda-mor do sal. O Regulamento e mais oficiais constam do seu Regimento feito pelo conselheiro da Fazenda, Gualter de Andrade Rua. *Casa do Terreiro,* tem juiz e escrivão. O *Tribunal da Tabola* compõe-se do provedor e vários almoxarifes e escrivães: com um provedor que conhece por apelação e agravo do juiz dos direitos reais de Sesimbra e na vila de Alcácer no que toca à imposição do sal, dois escrivães de Mesa Grande e um da Ordem, 2 almoxarifes, cada um com seu escrivão, feitores, recebedor, meirinho e muitos oficiais menores que entre todos os que tem Setúbal e Sesimbra passam de 30 da sua jurisdição (S. Julião, c. Setúbal). *Ouvidor*

da comarca e mestrado, posto por Sua Majestade, ministro de Letras, com dois escrivães, um meirinho, um porteiro. *Provedor da comarca* com 1 escrivão e meirinhos. *Juiz dos órfãos* com seu escrivão. Sete tabeliães do judicial e notas. *Guarda-mor da saúde* com seu escrivão que é o da câmara. *Tribunal da Alfândega*, com provedor e seus oficiais e almoxarife com seu escrivão. No que toca ao *governo militar* tem do presídio um Regimento de Infantaria pago, outro de auxiliares e um de Ordenança (S. Sebastião, c. Setúbal). [A.M.H.: S/ref.ª a juízes ordinários, vereador e procurador. Ofícios: 1+86=87].

2.4 – Equipamentos: ***Santa Maria da Graça de Setúbal****. Praça de Armas*. Tem esta praça, dois *recintos* ou *fortificações*, duas ordens de muros, uma antiga feita pelo povo, com seus 20 torreões e postigos, outra *fortificação nova*, feita em circuito da antiga, com seus 10 baluartes e três meios baluartes. (Descrevem-se largamente estas fortalezas, *obras exteriores* de fortes, castelos, torreões e hornaveques, artilharia e gente de armas)**.** *Artilharia e gente de armas***.** Tem artilharia em diversos lugares. Uma pronta, e outra totalmente inapta para se usar dentro da fortaleza no baluarte de S. Francisco, no castelo de S. Filipe. E na sua plataforma exterior, no forte de Albarquel e na Torre de Oitão. Há dentro da Praça o casco de dois corpos de Infantaria, diminutos no número de gente; há uma Companhia de Artilheiros (com capitão engenheiro), outro no castelo de S. Filipe, outro na Torre de Oitão e alguns no forte de Albarquel. Dos dois corpos de Infantaria vão destacamentos para o castelo de S. Filipe, para a Torre de Oitão, para a fortaleza de Sesimbra e suas anexas (Santa Maria da Graça, c. Setúbal). ***Anunciada (vila de Setúbal)***. É cercada a *vila antiga* de *muros* levantados a prumo e cortados de ameias, com torres quadradas e redondas, com vários postigos e portas. Passados anos cresceu a população com mais três *bairros* que se lhe juntaram (...) que todos se fortificaram à moderna, com vários baluartes e meios baluartes. *Castelos* e *fortes*. Num outeiro para Poente fica o nobilíssimo *castelo de S. Filipe*; ao Norte, em outro outeiro, o *forte de S. Luís Gonzaga*, imperfeito. Ao Sul da vila, na barra, a *fortaleza de Oitão* e o *forte de Albarquel*. Também o *forte da Estrela*. *Forte de Nossa Senhora do Livramento*, com quinze peças de artilharia de calibre 24 e 48, duas guaritas e uma casa da guarda de soldados, que serve de corpo da guarda (Descrição destes fortes, Santa Maria da Graça, c. Setúbal). (Anunciada e S. Sebastião, c. Setúbal). ***S. Sebastião de Setúbal***. Nas mesmas está o *Tribunal da Junta da Repartição do Sal*. Tem *casa do Terreiro*, de boa arquitetura e grandeza, onde se recolhe e vende todo o trigo, cevada e farinhas, com juiz de Terreiro e escrivão. Por baixo das *casas da câmara* estão várias *casas de despacho* de *almotaçaria*, e de *direitos*, imposição dos vinhos e real de água. Tem *açougue* de oito talhos, com casa de arrecadação azulejada, feita à custa do povo. Com o Terramoto foram destruídas as casas da câmara, cadeia e paço. Tem *casas nobres da câmara*, *casas de audiências e cadeia*. «Esta vila tem três bairros, a vila, Troino e Palhais (…). O bairro da vila é todo murado de muros antigos e fortes de pedra jaspe da serra da Arrábida, com duas torres dispersas pelo circuito da mencionada muralha (…) o qual bairro da vila tem para os mencionados bairros de Troino e Palhais três portas principais (…) a de São Sebastião (…) a segunda Porta Nova (…) a terceira da Vila (…) Têm os ditos muros da vila vários postigos (…). E pelo que respeita à nova fortificação que circula os três bairros (…) está imperfeita (…). Tem vários baluartes ou redutos e da parte Sul uma cortina de muralhas (…). Da parte Sul estão duas fortalezas (…) a do *Cais*, que está bem guarnecida; o *forte do Livramento*, guarnecido (…). Tem na praia do rio Sado, a *fortaleza de Albarquer*, também guarnecida (…), a celebrada *Torre de Outão*, bem guarnecida (…). No alto da serra, para Poente, está a celebrada e régia fortaleza (…) o *castelo de S. Filipe*, fundada por um dos reis Filipes de Castela (…) (S. Julião de Setúbal, c. de Setúbal). *Porto e enseada*. É *porto de mar*. E na sua baía em que se mete o rio Sadão cabem 200 navios. As embarcações que frequentam o dito porto são iates, barcos de pesca e de navego e navios mercantes. Os que frequentam são suecos, dinamarqueses, irlandeses e todas as nações do Norte, que vêm tomar cargas de sal. As embarcações da terra são iates que transportam sal e pescaria para a Galiza e barras do Reino, lanchas do alto, chinxas de pescaria e barcos de serviço ordinário e de transportarem sal das marinhas para navios. (S. Julião de Setúbal, c. de Setúbal). Nas margens do rio Sado, em uma enseada do Oceano, em que se perde o rio, tem esta vila o seu assento, com porto capaz de toda a sorte de embarcações. A sua barra em águas vivas tem de fundo cinco braças, e nas mortas, quatro. O rio e sua navegação é frequentado de muitos iates de terra e navios estrangeiros de várias nações, para o que é o seu porto dos melhores de Portugal. *Rio Sado*. É navegável de embarcações pequenas até Porto de Rei; porém até Alcácer chegam os iates. Terra, porto de mar, que no sítio de Troia, entre a Ponta do Adoxo e a Torre de Oitão, entra pela boca da barra, naturalmente um braço do Oceano o qual vem circulando a dita vila de Sul a Norte, cujas marés nas enchentes sobem pelo rio Sado acima até o Porto de El-Rei, 15 léguas. Tanto no Oceano, como no rio, fazem-se grandes pescarias de todo o pescado, sendo este o mais saboroso de toda a Europa. É muito frequentado de naus estrangeiras que vêm à vila buscar sal, que nela se fabrica, cuja extração a faz muito opulenta e farta. Tem este rio capacidade para nele ancorarem, folgadamente, da boca da barra para dentro até à porta da coutada de Santa Catarina, que fazem duas léguas, para cima de 500 naus, segundo a vulgar opinião dos práticos, fora as embarcações da terra, que são imensas, assim iates, como barcos da marinha, lanchas do alto, catraias, chinchas, moletas de tataranha, caboeiras, saveiros e lanchas de todo o género de pescado, assim da costa como do rio (…); "Tem sua origem em vários ribeiros e regatos que vêm do Campo de Ourique (…). Tem seu princípio parte na herdade do Sado que é de frades bentos e parte no termo da vila de Grândola (…) . Recolhe águas de rios e ribeiros de Arcam, Sitimos, Lama, Montalvo, Marateca, Valas …» "Navegam à vontade não só barcos

da marinha, mas também iates, até 15 léguas, em Porto d'El-Rei e S. Bento. Em marés vivas podem alcançar maior profundidade. Os batéis chegam mais duas léguas, acima, às Palhotas (17 léguas), para o transporte das *palhas*. Do rio Sado e ribeiras adjacentes transporta-se o *sal* das marinhas, que se estendem até ao limite das marés". "Da vila de Setúbal até Alcácer, a que chamam o Salgado, se acham quase 500 marinhas, tanto da parte do Norte como da parte do Sul, ao longo do mesmo rio. Do mais profundo do interior território, do Alentejo, transporta-se *trigo*, *cevada* e *mais mantimentos* para a vila de Setúbal e Corte e cidade de Lisboa. De todo o seu entorno vêm mais as *lenhas* e madeiras, as *frutas* diversas, os melões e melancias. O rio suporta um número considerável de moinhos e pescarias (S. Sebastião de Setúbal, c. Setúbal). ***Nossa Senhora da Ajuda***. Tem *porto de mar* em sítio ameno e aprazível (…). As embarcações que frequentam o dito porto são iates, barcos de pesca e de navego e navios mercantes. Tem capacidade para admitir em si 200 navios (Nossa Senhora da Ajuda, c. Setúbal). No castelo de S. Filipe, junto à fortaleza de Albarquer está a *Casa da Saúde* onde ancoram as embarcações para serem visitadas pelo guarda-mor da saúde e seu escrivão, na forma do estilo. (Anunciada e S. Julião, S. Sebastião, c. Setúbal). ***São Lourenço de Azeitão***. Fica esta freguesia entre a *fortaleza da Arrábida* (que pertence a esta freguesia e está com boa fortificação) e a *Torre de Oitão* "que fica na barra de Setúbal, donde pertence, e é *enseada*, onde se refugiam algumas embarcações, como iates, caravelas e outras de outra qualidade. E pode admitir mais de 400, mas a esta enseada, por conta dos baixos, não admite as de alto bordo. Há nesta freguesia a *fortaleza da Arrábida*, junto ao mar. E no sítio do Casal do Bispo que fica perto das aldeias, se acha demolido um *castelo*, que dizem ser do tempo dos mouros, sem nome, e outro na Serra, chamado o *Castelo de Levide,* também demolido. (S. Lourenço de Azeitão, c. Setúbal).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Santa Maria da Graça* (Setúbal): Havia *hospital* para curar homens; porém se arruinou com o Terramoto de 1755 e ainda não está reparado passaram as enfermarias para outro hospital da freguesia de S. Sebastião. *Misericórdia.* Existia antigamente na igreja de N.ª Senhora dos Anjos, freguesia de S. Julião, onde as instâncias dos homens bons desta vila se lhe concedeu o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1501. Em 1566, por alvará régio, foi transferida para a igreja do Espírito Santo. Demolida com o Terramoto se introduziu a Misericórdia na igreja de Santo António. Tinha de renda, antes do Terramoto, 30.000 cruzados e hoje terá 26 ou 27 mil cruzados (Santa Maria da Graça, c. Setúbal). ***Anunciada* (Vila de Setúbal)**. Junto à igreja paroquial existe um *hospital* chamado de Anunciada, onde se curam mulheres e uma *albergaria* para peregrinos. É governado por um provedor e dois juízes e terá um conto de réis de renda, mais ou menos, uns anos por outros (Anunciada, c. Setúbal). ***S. Sebastião da vila de Setúbal***. Há nesta vila dois *hospitais*, um é administrado pela Misericórdia. Este se acha presente situado dentro da fortaleza do Cais em um dos armazéns da dita fortaleza, o outro *hospital* é administrado pela irmandade de Nossa Senhora da Anunciada. Este é somente para mulheres pobres e duas enfermarias separadas, uma dos religiosos arrábidos e outra de missionários brancanistas, situado o dito hospital no Terreiro da Anunciada, por detrás da igreja. Dizem que tem bastante rendimento de que poderá dar melhor notícia o prior da freguesia. Tem esta vila *Casa da Misericórdia*, fundada na igreja do Espírito Santo, doada pelo grão-mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge, filho de D. João II. Dizem que com rendimento superior a 25.000 cruzados/ano. A casa ficou totalmente arruinada no Terramoto. (S. Sebastião da vila de Setúbal).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Graça, Setúbal*. Tem correio que chega ao Sábado de Lisboa, para onde parte ao Domingo, volta na Quarta-feira e torna a partir na Quinta-feira (Graça, Anunciada, c. Setúbal). ***S. Sebastião***. Tem esta vila correio duas vezes na semana. Parte desta vila às Quintas-feiras de tarde e chega a Lisboa na Sexta-feira de manhã. E recolhe para a dita vila no Sábado, torna a partir no Domingo, chega a Lisboa Segunda de manhã e recolhe-se na Quarta-feira. E assim vai por esta forma continuando anualmente (S. Sebastião, c. Setúbal).

3.3 – Feiras/Mercados: *Graça, Setúbal*. Tem esta vila feira franca de três dias que começa em 25 de Julho, dia de São Tiago (Graça, Anunciada, c. Setúbal). E se estão mais alguns dias é com licença do senado da câmara e nestes pagam sisa (S. Sebastião, c. Setúbal).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Anunciada* (vila de Setúbal). O *convento de S. Francisco*, dos religiosos observantes da Província do Algarve, padroeiro Francisco Xavier de Miranda Henriques; *Convento dos religiosos da Trindade* (sem padroeiro); *Convento* em que se determinava habitar os religiosos *carmelitas descalços*, arruinado pelo Terramoto, o padroeiro é António da Costa Lima. *Recolhimento* de mulheres, junto à ermida de N. S.ª da Soledade, padroeiro D. António Domingos de Sousa. *Recolhimento*, ainda informe, e sem modo de viver certo, na igreja da *Senhora da Saúde* (Anunciada, c. Setúbal). ***S. Julião de Setúbal***. *Convento de religiosas de Jesus*, das instituições das religiosas da Madre de Deus de Lisboa, padroeira foi Justa Rodrigues, ama de D. Manuel; *Convento* dos religiosos do *Carmo, calçados*, padroeira da capela-mor foi D. Juliana de Castro e o convento feito à custa dos padres. *Convento dos religiosos de Santa Teresa*, que fizeram os padres, cuja igreja é filial da matriz de S. Julião que D. Pedro deu ao Mosteiro e existia antes do convento (S. Julião, c. Setúbal). ***S. Sebastião de Setúbal***. *Convento de S. Domingos*, fundado em 1566 por D. Sebastião. Este convento de S. Domingos tem de propriedade cadeira de Moral, e os púlpitos das paróquias de S. Julião e Santa Maria da Graça, de que são pagos pelo almoxarifado da mesa

mestral da Ordem de Santiago. Colégio *dos padres da Companhia de Jesus*, fundada por André Velho Freire. Tem classes que ensinam a Ler, Latim e Moral, pagos pelo almoxarifado da mesa da Ordem de Santiago; o *convento dos agostinhos descalços* que fundou Jacinto de Melo, frade graciano. M*osteiro de S. João*, das freiras dominicanas, que fundaram em uma ermida de D. Jorge, filho de D. João II, pelos anos de 1529, a que deram princípio sete religiosas do observante convento de Aveiro. Os conventos de religiosos estão intramuros, o das religiosas, extramuros (S. Sebastião da vila de Setúbal, c. Setúbal)

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Setúbal*. Notável esta vila por privilégios reais, que se acham nos livros da câmara. Tem voto e assento em Cortes. Tem privilégio para não aquartelar soldados pelas casas particulares, para que não saia carga de peixe, nem ainda para El-rei, estando na Corte, sem que receba outra carga (St.ª Maria da Graça, c. Setúbal).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: *S. Sebastião da vila de Setúbal*. Cujo termo compreende montes e sesmarias (S. Sebastião do Pedreiro, c. Setúbal).

CONCELHO DA VILA DE SINES

Comarca de Campo de Ourique

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: É do Duque de Aveiro. Ao presente do Marquês de Gouveia "pela sentença em que se lhe julgou esta casa". As justiças são postas por Sua Majestade. Foral dado por D. Manuel, a 1 de Julho de 1512. (Sines, c. Sines).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz de fora, que assiste na vila de S. Tiago do Cacém e é de ambas as vilas. Tem vereadores, juiz dos órfãos, com oficiais de justiça e fazenda. [A.M.H.: juízes ordinários (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+39=47].

2.4 – Equipamentos: *Sines*. É *porto de mar*, que forma uma baía em semicírculo que olha o Sul com bom fundo, em que pode ancorar todo o género de embarcações e abrigar-se dos ventos (…) que fazem aqui grande alteração nos mares. As embarcações de menos fundo se recolhem em uma *calheta*, que se forma do recinto de duas muralhas, uma pela parte da terra, outra pelo mar, parte delas obras de arte, parte de natureza. Nesta se recolhem também continuamente as pequenas embarcações da vila e servem de pescar na costa. Na baía raras vezes ancora embarcação de grande fundo, porque é pouco o comércio da terra. Na calheta se *dízima* e faz *lota de peixe* que se pesca. As embarcações que mais frequentam este porto são pequenas como caravelas, lanchas de alto, cacilheiros, e outras semelhantes, que vêm já carregar de carvão, já de vinhos, já de pescarias de Verão, e alguns anos de trigo que vem de algumas terras deste Campo de Ourique a este porto para dele se transportar para a Corte com mais cómodo. É *praça de Armas*. A vila não é murada, mas é defendida por um grande castelo antigo que para o mar tem dois baluartes guarnecidos de artilharia grossa. É *praça de armas* com governo, de cuja distribuição é também a fortaleza da ilha do Pessegueiro. Tem tenente, ajudante da praça e mais oficiais, com uma guarnição de soldados infantes e artilheiros pagos que todos fazem o número de 52, mais o Governador. Guarnecem o castelo da vila, os soldados pagos e artilheiros no que há corpo de guarda e guarda com sentinela continua. Na ponta da baía a Ocidente está o *forte de Nossa Senhora das Salas,* com artilharia de bronze de bom curso que defende dos corsários as embarcações que buscam refúgio nesta baía. Guarnece o forte da Senhora das Salas, uma numerosa companhia de auxiliares que há nesta vila com seus cabos, competentes, e assiste com eles na guarda da fortaleza, um artilheiro pago. A fortaleza do Pessegueiro tem três praças e numa tem artilharia. Tem cabo e pequena guarnição de soldados pagos, reforçada no Verão por ser então infestada de corsários, com uma companhia de Ordenanças, com seus cabos ordinários. Distante da vila, três léguas, está a *fortaleza da ilha do Pessegueiro* que é quase regular. Na ilha em frente, a tiro de canhão, «na qual se pensaria fazer antigamente uma *fortaleza*, que estando quase acabada, nunca chegou a ter uso, sem dúvida porque se entendeu ser impossível conservar-se ali guarnição por não haver nela água, nem víveres alguns, e não ser fácil a comunicação com a terra que fica pouco distante, especialmente no Inverno, pela braveza das marés (…). Entre esta ilha e a fortaleza da terra se forma um porto em que de Verão se recolhem algumas embarcações, perseguidas de corsários.

2.5 – Articulações político-institucionais: *Sines*. A correição, pelo que toca ao geral, pertence à comarca de Azeitão por ser terra do Ducado de Aveiro, mas pelo que toca à Provedoria, pertence à comarca de Campo de Ourique, por ser este provedor, ministro da Coroa (Sines, c. Sines). A correição de Sines, pelo que toca ao Geral, pertence à comarca de Azeitão por ser Ducado de Aveiro; pelo que toca à provedoria pertence à comarca de Campo de Ourique. (Sines, c. Sines)

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *Sines*. Tem *hospital*, constava de quatro casas térreas, mal preparadas e com muitas ruínas e pouco cómodo para os enfermos. Hoje está reduzido a melhor estado porque

se reedificaram estas casas desde os seus cimentos e se levantaram nelas sobrados. Agora vai alargado por concurso real de 400.00 réis, com duas casas altas e quatro baixas para os enfermeiros e duas enfermarias, uma alta e outra baixa, para os enfermos com corredores com sete leitos separados, na baixa, três e na alta quatro, com roupa necessária e outros espaços. Tem uma varanda para a parte do [sol] para recreio dos convalescentes. Uma sala logo na entrada onde se aceitam os enfermos e uma casa térrea fora com chaminé e tarimbas para cómodo dos pobres viajantes. Curam-se nele alguns pobres da terra e também outros que vêm de fora. Místico o hospital à igreja do Espírito Santo, com comunicação por dentro com as enfermarias, para o viático aos enfermos e os convalescentes ouvirem missa. Foi o hospital e a igreja, no passado, administração da câmara, hoje está na Misericórdia, para que passou em 1603, segundo consta da transação entre o Rei e a Misericórdia, com a concordância da câmara. Não tem o hospital renda própria; gastos por conta da Misericórdia com partido de médico, sangrador e boticário e mais despesas de enfermos internos e vários enfermos da vila que se curam em suas casas. Tem *Casa da Misericórdia*, com boa igreja feita à custa das esmolas que os fiéis davam à Senhora da Graça. Não há notícia da origem; consta que já existe em 1516. Tem rendimento de trigo, centeio, cevada, mais o dinheiro da tumba, que importam uns anos por outros, 24 ou 25.000 réis. Daqui se tiram várias pensões e se fazem as mais despesas da Casa como também as do Hospital (Sines, c. Sines).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Sines*. Não tem correio. E o que lhe fica mais perto é o da vila de *Messejana* (9 léguas), do qual pouco ou nada vale esta, fazendo-se usar de próprios nos negócios de importância. (Sines, c. Sines).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *Sines*. *Convento de Santo António dos franciscanos,* da Província dos Algarves. Convento pequeno, edificado sobre as rochas do mar (..) de sorte que nos temporais grandes chegam a entrar pela janela conventual os salpicos e espumas das ondas que batem nas rochas. A sua ordinária comunidade é de 12 religiosos, nem tem capacidade para mais, pela pequenez. Não tem padroeiro algum. Diz-se que principiara por uma ermida que ali fundara um naufragante por voto, e daí passou a ter convento, como se poderá tratar dos *Anais* da Religião (Sines, c. Sines).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: *Sines*. Privilégios, a isenção de se fazerem nesta vila e termo soldados para regimentos, por serem precisos todos os homens para guardarem e defenderem esta costa de invasões dos mouros (Sines, c. Sines).

CONCELHO DA VILA DE SINTRA

Comarca de Torres Vedras. Ouvidoria de Alenquer

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Sintra, terra da Rainha. Esta vila é dos dotes das Rainhas de Portugal.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz de fora, posto pela Rainha, que também apresenta os vereadores da câmara, por ser terra sua (Santa Maria de Sintra, c. Sintra); juiz de fora, juiz das coutadas, juiz dos órfãos, juiz das jugadas, capitão-mor e vários capitães de ordenanças (S. Martinho de Sintra, c. Sintra). [A.M.H.: juízes ordinários (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 9+24=33].

2.4 – Equipamentos: *Santa Maria de Sintra*. *Castelo*, todo cercado de muralhas e guaritas "sobre os mais levantados penhascos de serra, dizem é do tempo dos godos", com cisterna e vestígios de igreja (Santa Maria de Sintra, c. Sintra). ***S. Martinho de Sintra***. Há nesta praça o *Palácio Real* ou Casa de Campo, feita por D. João I, para assistir no tempo de Verão (…) Era obra antiga, ainda que nele vários quartos de obra moderna (Santa Maria de Sintra, c. Sintra). ***Penaferrim***. *Castelo da Serra de Sintra* (…) antiga fortificação dos mouros (descreve-se a muralha e castelo, suas portas, cisterna, fortes e cinco torres). Ermida (suposta mesquita de mouros). ***S. João de Lampas***. Junto ao mar há um *forte* chamado de Santa Maria de Magoute, o qual com o Terramoto de 1755 parte das paredes caíram (S. João de Lampas, c. Sintra).

2.5 – Articulações político-institucionais: *Sintra*. Vem a ela todos os anos em correição o ouvidor de Alenquer (S. Martinho de Sintra, c. Sintra).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: *S. João de Lampas*. Tem *hospital* para agasalho dos pobres, que tem de renda 4.540 réis, deixados por uma mulher para a reedificação das ditas casas em que se acomodam os pobres, com obrigação de uma missa anual. Dá conta ao provedor da comarca de Alenquer, quando vem em correição a Sintra (S. João de Lampas, c. Sintra). ***S. Martinho de Sintra***. *Casa da Misericórdia*. Com um *hospital* em que se curam os pobres. Tem rendas suficientes para se reger (S. Martinho da Sintra, c. Sintra).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Terrugem*. "Serve-se a gente por si ou pelos vizinhos mútua e alternativamente" (Terrugem, c. Sines).

3.3 – Feiras/Mercados: *Almargem do Bispo*. Tem uma feira no sítio da N.ª Sr.ª da Piedade, três dias, dia de S. Tiago, da Senhora Santa, e outro depois (Almargem do Bispo, c. Sintra).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Santa Maria de Sintra***. *Convento de Santíssima Trindade*, que pelo ténue número de seus religiosos, mais merece o nome do *hospício*. (Santa Maria de Sintra, c. Sintra). ***S. Pedro de Penaferrim***. *Convento de N.ª Sr.ª da Pena, ou da Penha* (…), edificado em um rochedo, onde havia uma ermida da mesma Senhora, anexa à igreja de S. Pedro. É este convento fabricado com todas as oficinas proporcionadas à grandeza dele. Foi edificado em 1503. Residiam no convento mais de 30 religiosos com um prior. Hoje assistem nele quatro a cinco religiosos pelos muitos empenhos que seus prelados fizeram, de sorte que as suas rendas estão aplicadas à satisfação dos juros. E só tem dellas uma pequena porção com que sustentam esses poucos monges, um abade, um vigário, três religiosos. E pelas festas do ano se ajuntam alguns mais sem que se demorem, por não poder o mosteiro sustentá-las (S. Pedro de Penaferrim, c. Sintra). (Penaferrim, c. Sintra). Confina com este lugar, os muros da cerca do *convento de N. Senhora da Saúde* de Penha Longa, primeira fundação que tiveram os Jerónimos em Portugal, construído nas faldas da serra para a parte do Sul, que teve primeira invocação Nossa Senhora da Vitória; *convento* dos religiosos da *Santíssima Trindade* (na freguesia de S. Miguel).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***São João de Lampas***. Tem esta terra privilégios para se não fazerem nesta freguesia soldados, pelo trabalho que têm os moradores dela em estarem de vigia ao mar (S. João de Lampas, c. Sintra). O Castelo de Sintra «duas vezes no ano é guardado pela gente do termo de Cascais que vêm nele assistir de noite e fazer fogos para sinal que estão nele, por cujo motivo lhes é concedido o privilégio de pagarem só meia jugada».

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Almargem do Bispo***. O que pertence ao termo de Sintra é governado pelo juiz de fora de Sintra enquanto ao judicial; a parte do termo de Lisboa é governada no judicial pelo corregedor da rua Nova de Lisboa (Almargem do Bispo, c. de Sintra). ***Sintra***. Tem esta vila seu termo que compreende 21 vintenas, em cada uma delas com seu juiz, com seus lugares separados (Segue-se a enumeração) (S. Martinho de Sintra, c. Sintra).

CONCELHO DA VILA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

(Vide, Lisboa, comarca do Bairro da Mouraria)

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Donatário, o Colégio do Espírito Santo de Companhia de Jesus, de Évora.

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz ordinário, câmara, sujeitos ao corregedor de Torres Vedras. [A.M.H.: juízes ordinários (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+1=9].

CONCELHO DA VILA DE TORRÃO

Comarca de Setúbal. Ouvidoria de Azeitão

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Ducado de Aveiro. De presente de Sua Majestade (Torrão, c. Alcácer do Sal).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz de fora e câmara (Torrão, c. Alcácer do Sal). [A.M.H, juízes ordinário (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+12=20].

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: Juízes de fora e câmara, postos pelos Duques de Aveiro e hoje por Sua Majestade (Torrão, c. Alcácer do Sal).

2.4 – Equipamentos: ***Torrão***. *Paço* do Grão-mestre, a que chamam *Castelo*, hoje arruinado e cercado de muro de taipa (Torrão, c. Alcácer do Sal).

2.5 – Articulações político-institucionais: ***Torrão***. Juiz de fora também da vila de Ferreira (Torrão, c. Alcácer do Sal).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Torrão***. Tem *Misericórdia* e *hospital*, administrado pelo Provedor e Mesa. Tem capela de abóbada dentro do Hospital, com regimento que lhe concedeu o arcebispo D. Frei Miguel de Távora. Tem de renda de foros de fazenda em dinheiro 168.260 réis, dinheiro de pitança de porcos, 24.000 réis, dinheiro de juros que se vencem cada ano, 20.287 réis. Trigo de renda e foros, 1.294 alqueires; centeio de renda e foros, 257 alqueires. De cevada, 42 alqueires (Torrão, c. Alcácer do Sal).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Torrão***. Não tem correio. Escreve-se pelo de Alvito (3 léguas) (Torrão, c. Alcácer do Sal).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Torrão***. Tem feira franca, principia a 2 de Agosto, dura três dias. E do terrado faz mercê El-Rei a Nossa Senhora do Bom Sucesso, para a fábrica. Rende 40 a 50.000 réis (Torrão, c. Alcácer do Sal)

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Torrão***. Tem dois conventos: um dos *religiosos de S. Francisco* da Província dos Algarves; instituidores Vasco Borralho de Vilalobos e Méssia Lopes; fundado em uma capela de S. Sebastião, hoje é padroeiro Vasco José de Cardim de Vilalobos e os Cabrais de Setúbal, por parte de Messiã Lopes. Outro das *religiosas de Santa Clara*, de invocação de *N. Senhora da Graça*, instituidora Maria Pinta e outras que viviam ali como beatas em uma capela de Santa Marta. Convento e cerca que lhe acrescentou o arcebispo D. Frei Miguel de Távora, a quem são sujeitas, padroeiro Pedro Correia da Silva, possuidor do morgado que lhe paga capelão de guisamento e ornamentos (Torrão, c. Alcácer do Sal).

CONCELHO DA VILA DE TORRES VEDRAS

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Terra de Sua Majestade

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Tem três ministros de Letras, corregedor, provedor e juiz de fora (S. Tiago de Torres Vedras, c. Torres Vedras). Câmara com vereadores, nomeados por pauta. Tem juiz de fora, provedor e corregedor (Santa Maria do Castelo, c. Torres Vedras). Nela há um juiz de fora e como cabeça de comarca tem corregedor e provedor. E tem mais juiz das jugadas com seu escrivão. E tem outro juiz dos direitos reais, com meirinho e escrivão (S. Pedro de Torres Vedras, c. Torres Vedras). [A.M.H: juízes ordinários (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 9+37=46].

2.4 – Equipamentos: ***A dos Cunhados*****.** Em espaço de um quarto de légua tem um *porto*, vizinho do convento de Pena Firme, chamado o *Porto Novo* que não é capaz de embarcações grandes, mas tão somente de barcos pequenos, que no Verão fazem suas pescarias. *Forte do Porto Alvo*, que tem seu cabo ou capitão com seus soldados que nela fazem suas sentinelas. Porém o tal só existe no nome, porque se acha arruinado e em muita parte demolido. "É tradição antiga que pelo dito porto invadiam em outro tempo os mouros frequentemente estas terras. E conta-se que em certa ocasião, entrando em o convento de Penafirme, os fecharam dentro e capturaram, levando-os de presente ao senhor rei desse tempo. Este caso se pode ver largamente no *Santuário Mariano*, que o descreve, atribuindo-o a milagre da Senhora da Graça, orago daquele convento" (A de Cunhados, c. Torres Vedras). ***S. Tiago de Torres Vedras***. Tem sua *casa de câmara* junto da *cadeia*, porque a que havia antiga se queimou e tudo o que no arquivo dela havia, haverá 12 anos. Vila que foi *murada* e com quatro portas que já tudo está extinto. Tem um *castelo* que segundo a tradição foi obra dos mouros no tempo que se pelejava com setas, massas e machadinhas; muito forte, porém ficou muito arruinado com o Terramoto (S. Tiago de Torres Vedras, c. Torres Vedras). ***Santa Maria do Castelo***. Foi antigamente *murada* com portas nas suas entradas, cujo muro em todo o circuito se acha demolido. E só na rua da Olaria se divisam alguns vestígios nas casas porque sobre ele levantaram a parede da rua. Não é praça de Armas. Tem, porém, um *castelo* bem formado. Tem no meio um *pátio* com sua *cisterna*, à roda do qual em quadrado tinha muitas e boas salas, todas primorosamente pintadas, a que se subia por duas distintas escadas de pedraria lavrada, edifício o mais nobre desta vila. E é cercado todo à roda de uma forte muralha, e por fora desta, outra antemuralha mais pequena, tudo muito demolido pelo Terramoto. Na igreja caíram as *duas torres* (…) a do *relógio público* desta vila, administrada pela câmara, dela caiu para dentro sobre o coro (…) a dos sinos da igreja caiu para fora (…). Estas torres se não acham ainda reparadas, mas só a remédio, aproveitando-se esta igreja do relógio que ficou ileso. (Santa Maria do Castelo, c. Torres de Vedras). ***S. Pedro de Torres Vedras***. Não hé murada e somente tem um *castelo* que se diz foi fabricado pelos mouros (S. Pedro de Torres Vedras, c. Torres Vedras).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Azueira*** **(S. Pedro)**. Há nesta freguesia uma *albergaria* ou *hospital* com sua ermida anexa (do Espírito Santo) que não serve para curar os enfermos, mas para cómodo dos viandantes pobres, porque havendo algum, se remete à custa da albergaria para a casa da Misericórdia de Torres Vedras. É administrado por dois mordomos eleitos pelo povo deste lugar, em assistência do escrivão do provedor da comarca, onde dão conta o anual da receita e despesa. E havendo acréscimo vai para a Casa da Misericórdia da mesma vila, por assim estar determinado por provisão real. A origem desta casa se diz por tradição antiga foi do tempo da rainha Santa Isabel. E consta que por expressa d'el-rei D. Manuel fora mandado tombar a fazenda que lhe pertencia (Azueira. Mafra). ***Enxara do Bispo***. Tem *hospital,* mas de pouca renda, instituído ou dotado pelo senhor rei D. Manuel e administra hoje a irmandade das Almas, sita na ermida do Espírito Santo, no mesmo lugar de Enxara do Bispo. Não tem Misericórdia; porém o hospital tem obrigação de recolher os pobres passageiros doentes e remetê-los por ordem do juiz provedor da irmandade das Almas, para o lugar de Sapataria, meia légua de distância, onde também há ermida do

Divino Espírito Santo, com obrigação de os recolher e mandar para outro hospital, até chegar ao real de Lisboa (Enxara do Bispo, c. Mafra). ***Carvoeira***. Tem um *hospital*, administrado pela provedoria da vila de Torres Vedras. E terá de renda 6.000 réis (Carvoeira, c. Torres Vedras). ***S. Pedro da Cadeira***. Tem umas casas que servem de *hospital* para recolher os pobres com renda de 9 ou 10.000 réis para concerto das casas e assistência aos pobres se vêm doentes e se mandarem à Misericórdia de Torres Vedras, no que houve antigamente uma confraria com seu compromisso, confirmado por el-rei D. Manuel (S. Pedro de Cadeira, c. Torres Vedras). ***S. Tiago de Torres Vedras***. Está dentro desta freguesia o *hospital* dos pobres e pegado a ele a *Casa da Misericórdia* que terá de renda 600.000 réis, porque o hospital tem renda limitada. Tem seu compromisso com as normas e cláusulas do de Lisboa, com seu cemitério aonde se enterram os pobres e se enterram no cemitério e adro desta igreja por ser a igreja da Misericórdia anexa desta (S. Tiago de Torres Vedras, c. Torres Vedras). ***S. Pedro de Torres Vedras***. Tem esta sobredita vila, *Casa e igreja da Misericórdia*, a qual, pelos documentos que nela se acham, mostra ser a terceira erecta neste Reino. Terá de renda perto de 4.000 cruzados. Tem esta terra um *hospital* dentro da Misericórdia, sem renda alguma. E toda a despesa que nelle se faz é por conta da Mesa da Misericórdia que todas as semanas satisfaz a sua importância. E nele se curam inumeráveis doentes, com muita caridade que a não ser este os mais dos dias se achariam muitas pessoas mortas e insepultas nas ruas e campos por causa da pobreza (S. Pedro de Torres Vedras, c. Torres Vedras). ***Ventosa***. Tem esta freguesia *hospital* que é administrado por um mordomo. Anualmente tem de renda 33 alqueires e ¾ de trigo, 29½ alqueires de cevada de que o dito mordomo dá conta à provedoria. E havendo sobejos destas rendas, cumpridos os encargos, que aplicam para ornamento desta igreja, na forma da instituição do dito hospital (Ventosa, c. Torres Vedras).

3.2 – Correios da sede do concelho: *Enxara do Bispo*. Não tem correio. E se podem servir do de Mafra (1.5 légua) ou de Torres Vedras (2 légua) (Enxara do Bispo, c. Mafra). ***A dos Cunhados***. Vale-se do da vila de Torres Vedras (1 légua) (A dos Cunhados, c. Torres Vedras) ***Carvoeira***. Não tem correio, mas serve-se do da vila de Torres Vedras (5/4 da légua), que chega na Segunda-feira e parte à Quinta (Carvoeira, c. de Torres Vedras). ***S. Tiago de Torres Vedras***. Tem correio, que vem da cidade de Lisboa por Mafra a esta vila e daqui vai para as Caldas donde não passa e de lá torna pelas mesmas partes para a Corte. Chega a esta vila nos Domingos à noite e volta para a cidade de Lisboa nas Quintas-feiras de manhã (S. Tiago de Torres Vedras, c. Torres Vedras). ***Santa Maria do Castelo***. Antigamente não tinha esta terra correio. Há anos a esta parte que se introduziu e a ela chega de Lisboa em cada semana às Segundas-feiras e fazendo giro por Óbidos e Caldas, torna a partir dela às Quintas-feiras da mesma semana (Santa Maria do Castelo, c. de Torres Vedras). ***S. Pedro de Torres Vedras***. Tem o correio que vai para as Caldas e chega no Domingo e parte na Quinta-feira. (S. Pedro de Torres Vedras, c. Torres Vedras). ***Sobral da Abilheira***. Serve-se do correio de Torres Vedras (2 léguas) e também se serve com mais comodidade do correio de Mafra (1 légua). ***Ramalhal***. Serve-se do correio de Torres Vedras (1 légua) e vem dentro do tempo de oito dias (Ramalhal, c. Torres Vedras). ***Ventosa***. É a freguesia sujeita ao governo das justiças da vila de Torres Vedras (1 légua), de cujo correio se serve que chega na Segunda-feira e parte à Quinta (Ventosa, c. Torres Vedras).

3.3 – Feiras/Mercados: *Enxara do Bispo*. No sítio da ermida de Nossa Senhora do Socorro se fazia uma feira franca, três dias, a 5 de Agosto, onde vai um círio dos povos de Sintra e se chamou de *feira da ladra*. Porém a eminência do monte e a esterilidade dele foi uma causa de se não fazer já a dita feira. Mas há uma no último Domingo de Setembro em *Vila Franca do Rosário*, também franca, de três dias (Enxara do Bispo, c. Mafra). ***Fanga da Fé***. Há no sítio de Nª. Senhora da Encarnação duas feiras francas, por provisão de Sua Majestade, uma no segundo Domingo e Segunda-feira de Setembro, a outra no segundo Domingo e Segunda-feira de Outubro, com a que se vende todo o género de fazenda (Fanga da Fé, c. Mafra). ***Dois Portos***. Junto da capela da Nossa Senhora dos Milagres, entre os lugares da Maceira e Dos Milheiros, se faz todos os anos uma feira, três dias, franca, em o primeiro Domingo de Setembro (Dois Portos, c. Torres Vedras). ***Santa Maria do Castelo***. Há nesta vila todos os anos uma feira chamada de S. Pedro, por se fazer no seu dia e compreende parte do antecedente e subsequente. E é cativa por pagar terrado, sisa e portagem (Santa Maria do Castelo, c. de Torres Vedras). ***S. Tiago***. Faz-se dentro dos limites desta freguesia nesta vila uma feira em dia de Santiago, mas é de pouco concurso (S. Tiago, c. Torres Vedras). ***S. Pedro***. Nesta vila há duas feiras, uma em o mês de Junho, chamada a *feira de S. Pedro*, por ser no dia do mesmo santo, outra no mês de Julho em dia de S. Tiago, por ser também no mesmo dia (S. Pedro de Torres Vedras).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: *A dos Cunhados*. Tem um *convento* chamado *N.ª Sr.ª da Graça de Penafirme*, que é dos *eremitas de Santo Agostinho* e dizem ser o primeiro convento desta Religião. Arruinado pelo Terramoto, no lugar da [Povoa] fizeram um *hospício* em que moram. Arruinado, trabalha-se na sua reconstrução. (A dos Cunhados, c. Torres Vedras). ***S. Tiago e S. Miguel de Torres Vedras***. Está no distrito desta freguesia o convento de *Nª Senhora da Graça*, dos religiosos agostinhos calçados. Foi sua padroeira D. Filipa Botelho (…). Diz-se que não tem hoje padroeiro, o qual ficou muito arruinado com o Terramoto, principalmente a igreja, a qual já está coberta de abóbada (S. Tiago e S. Miguel, c. Torres Vedras). ***S. Pedro***. Dentro desta vila está o convento de Nª Senhora da Graça (…). No termo o de *Pena Firme* (…) e nos limites desta igreja e freguesia há também dois conventos, um no lugar de *Varatojo de religiosos franciscanos missionários* e outro do *Barro, de religiosos arrábidos*, chamado *Nª Senhora dos Anjos* (S. Pedro de Torres Vedras, c. de Torres Vedras).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Enxara do Bispo***. Dizem que tivera privilégios de ser isenta de se alistarem dela soldados por ter sido quinta da Mitra, mas não se observa (Enxara do Bispo, c. Mafra). ***A dos Cunhados***. Privilégio de ter açougue pelo mesmo preço da vila de Torres Vedras (A dos Cunhados, c. Torres Vedras). ***S. Tiago de Torres Vedras***. A terra é de Sua Majestade e nunca teve donatário; antes têm os moradores o privilégio de cidadãos e teve o de infanções e o de não poder trocar com outro donatário (S. Tiago de Torres Vedras, c. Torres Vedras). ***S. Pedro de Cadeira***. Teve esta freguesia privilégio para a ela se não fazerem soldados, com obrigação de guardarem [a costa] para os mouros não [subirem] nela, o qual nas guerras passadas se quebrou e haverá 20 anos que os mouros levaram quatro pessoas do lugar de Assenta, onde subiram (S. Tiago da Cadeira, c. de Torres Vedras). ***Santa Maria do Castelo***. Não me consta que privilégios ou antiguidade tenha esta vila, nem há por onde se possam averiguar, por se terem queimado todos os papéis que havia na câmara dela» (Santa Maria do Castelo, c. Torres Vedras).

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Azureira (S. Pedro)***. Tem juiz de vintena. E está sujeito às justiças da vila de Torres Vedras (Azureira, c. Mafra)**.** ***Enxara do Bispo***. Tem dois juízes de vintena que têm jurisdição em Enxara do Bispo e S. Sebastião (Enxara do Bispo, c. Mafra). ***Dois Portos***. Há nesta freguesia *um julgado chamado o da Rebaldeira*, onde tem sua *casa de câmara*, *pelourinho* e *cadeia* que antigamente tinha jurisdição ordinária, com exercício de dois juízes e dois almotacés, escrivão, procurador, cuja jurisdição hoje não tem exercício, por se achar litigando com a câmara de Torres Vedras, a cuja correição é sujeita. Compreende este julgado cinco vintenas que era toda esta freguesia e toda a de S. Domingos de Carmões até à quinta da Corugeira, e partes da freguesia de Runa, da freguesia do Salvador do Mundo, da freguesia de S. Quintino, da freguesia de Sapataria. E tem de comprido 2,5 léguas e em redondo 5 (Carvoeira, c. Torres Vedras). ***Carmões***. Haverá 25 anos pouco mais ao menos era governada pelo *julgado*. Desde o dito tempo até agora está suspenso o governo deste, "com dano desta República". (Carmões, c. Torres Vedras). ***S. Pedro da Cadeira***. Tem dois juízes de vintena, sujeitos a Torres Vedras (S. Pedro da Cadeira, c. Torres Vedras).

CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: É de Sua Majestade, que apresenta todas as justiças (Vila Franca de Xira, c. Vila Franca de Xira).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Juiz de fora. Câmara com seus vereadores e alguns mais oficiais de justiça que só pertence às Lezírias (Vila Franca de Xira, c. Vila Franca de Xira). [A.M.H., juízes ordinários (2), vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 8+20=28].

2.4 – Equipamentos: ***Vila Franca de Xira***. Está edificada à face do Tejo pela parte do Norte. Tem um *cais* formado por arte e as embarcações que o frequentam são barcos, bateiras e canoas (Vila Franca de Xira, c. Vila Franca de Xira).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Vila Franca de Xira***. Tem um *hospital* que administra o desembargador Luís José Taveira Sarmento. Tem *Casa da Misericórdia*. Era uma ermida com o título do Espírito Santo. Das suas rendas dará notícia o seu administrador. Teve um legado de mais de 50.000 cruzados; antes deste legado, se faziam férias na Quaresma, tinha dotadas, visitadas e vodos. Está empenhada, nem tem coisa alguma, de sorte que para se enterrarem os defuntos da terra se chamam pobres mendicantes, que levam a tumba, por não terem pessoas certas para este ministério (Vila Franca de Xira, c. Vila Franca de Xira).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Vila Franca de Xira***. O seu correio chega ao Domingo pelo jantar e parte à Quinta-feira pela meia-noite.

3.3 – Feiras/Mercados: ***Vila Franca de Xira***. Tem *feira franca*, no 1º Domingo de Outubro, não obstante serem os feirantes vexados pelos siseiros, pedindo-lhes muitas vezes sisas do que lhes não deve pagar. O mesmo experimentam os pescadores da terra, de sorte que está padecendo falta de pescado fresco e salgado pelo dito vexame, em tal foram que querem ir antes ao porto de Alhandra vendê-lo, por acharem lá maior equidade do que na terra aonde são moradores. E por esta causa padece o povo (Vila Franca de Xira, c. Vila Franca de Xira).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Vila Franca de Xira***. Perto da igreja, uma *residência* de *religiosas da Santíssima Trindade*, com uma ermida de Nossa Senhora das Mercês, aonde assiste um comissário, com um donato, e se sustentam de esmolas (Vila Franca de Xira, c. Vila Franca de Xira). ***Cachoeiras.*** Lugar do Monte de Loios, em que há padres antigos que dizem ter sido *casa de religiosos lóios*. (Cachoeiras, c. Vila Franca de Xira)

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.2 – Corpos e oficialato das freguesias e lugares: ***Cachoeira***. Esta freguesia está sujeita ao governo das justiças de Alenquer e é vintena da mesma vila". (Cachoeiras, c. Vila Franca de Xira).

CONCELHO DE VILA NOVA DE MILFONTES

Comarca de Campo de Ourique

1 – CONCELHO:

1.1 – Foral/Senhorio: Da Coroa

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: [A.M.H.: Juízes ordinários(2) em Vila Nova de Milfontes, vereadores (3), procurador do concelho. Ofícios: 7+10=17].

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Cercal***. Serve-se do de Santiago do Cacém (4 léguas)

3.3 – Feiras/Mercados: ***Cercal***. Tem feira de S. Pedro, franca, de três dias, o primeiro dia de S. Pedro, 29 de Junho, e os dois imediatos, seguintes (Cercal, c. Santiago do Cacém).

CONCELHO DE VILA VERDE DOS FRANCOS

Comarca de Torres Vedras

1 – CONCELHO: Foi fundada esta vila no tempo de D. Afonso Henriques por um fidalgo francês. (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer).

1.1 – Foral/Senhorio: Donatário o marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha e Camões, camarista de Sua Majestade, vedor da Fazenda Real. Tem castelo que foi demolido. Vila Verde dos Francos é morgado solar de sua Casa, onde tem seu palácio com muita grandeza e antiguidade com sua Casa (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer).

2 – A CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Oficialato: Dois juízes ordinários, um na vila e outro no termo que fazem audiência às semanas. Tem 1 procurador do concelho e três vereadores. Tem capitão de Ordenança (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer). [A.M.H.: Ofícios: 8+3=11].

2.2 – Modo de eleição de ofícios políticos: Juízes, procurador e vereadores, confirmados pelo Marquês de Angeja, senhor da vila (Vila Verde dos Francos, c. de Alenquer).

2.5 – Articulações político-institucionais: Câmara sujeita do governo das justiças de Torres Vedras, cabeça da comarca. Capitão de ordenança sujeito ao general do Estremadura. No espiritual está sujeita esta vila ao vigário da vara de Alenquer (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer).

3 – OUTRAS INSTITUIÇÕES CONCELHIAS:

3.1 – Misericórdia, Hospitais, Albergarias: ***Vila Verde dos Francos***. Tem *hospital* que administra a casa da Misericórdia. Terá de renda um moio de pão, pouco mais ou menos das suas terras, além do que dão os irmãos da Misericórdia. Tem *Casa da Misericórdia* com sua irmandade. É provedor perpétuo o Marquês donatário. Governa-se por compromisso semelhante ao da Misericórdia de Lisboa, e foi fundada no tempo de D. Manuel (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer).

3.2 – Correios da sede do concelho: ***Vila Verde dos Francos***. Não tem correio. Serve-se do correio da vila de Alenquer (2 léguas) (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer).

3.3 – Feiras/Mercados: ***Vila Verde dos Francos***. Tem esta terra duas feiras francas no ano, uma dia de S. Brás a 3 de Fevereiro e outra a 28 de Outubro, dia de S. Simão e S. Judas (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer).

3.5 – Mosteiros, conventos e outras instituições: ***Vila Verde dos Francos***. Tem *convento de Nossa Senhora da Visitação*, de religiosos de S. Francisco da Recoleção da Província dos Algarves. É padroeiro o Marquês de Angeja e foi quinta de seus antepassados onde ainda hoje se conserva casa com suas armas. É este convento casa de noviciado da sobredita Província. É de 32 até 34 religiosos moradores e pregadores. (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer).

4 – OUTRAS REFERÊNCIAS:

4.1 – Privilégios municipais e concelhios: ***Vila Verde dos Francos***. Os pesos e medidas desta vila que tudo é de bronze têm as armas de el-rei D. Sebastião. Não pagam jugada os moradores desta vila e termo, mas sim um tributo a que chamam *vacas*, de que se não isentam nem ainda os eclesiásticos, por ser tributo real posto às fazendas. (Vila Verde dos Francos, c. Alenquer).

Títulos e rendimentos dos párocos nos benefícios paroquiais

Reúnem-se neste *Roteiro* as referências aos rendimentos dos párocos das paróquias adentro dos concelhos actuais. Indica-se para cada concelho, a freguesia, distinguida a negrito. Segue-se a referência à intitulação ou dignidade do pároco; de seguida, o seu rendimento em dinheiro; e, por último, um campo destinado a notas e observações que discrimina as diferentes componentes dos rendimentos dos párocos, nomeadamente, os dízimos, a côngrua, o pé de altar ou outros, bem como outras referências à natureza ou estrutura dos rendimentos, designadamente à natureza líquida das suas receitas, tirados os encargos. Estes campos vão separados por [/]. Os textos que contêm por vezes extractos das *Memórias* vão, por regra, actualizados e quando em itálico, respeitam a transcrição da *Memória*.

PARÓQUIAS DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONCELHO DE ALENQUER

Aldeia Galega da Merceana / Prior / 600.000 réis / O prior da colegiada apresenta quatro beneficiados com um rendimento, cada um deles, de 150.000 réis. O prior mais velho é o prior. Dois dos beneficiados são eleitos procurador das obras e procurador do monte. Tem a igreja quatro capelães de 60.000 réis de ordenado cada um. **Aldeia Gavinha** / Prior / 400.000 réis / - /. **Alenquer (N.ª Sr.ª da Assunção**) / Prior / 350.000 réis / De renda, pouco mais ou menos. Intitula-se prior e é o único entre os cinco da dita vila que verdadeiramente deve ter este nome porque só ele goza inteiramente da terça parte do dízimo da igreja. Há cinco beneficiados que apresenta e cola o prior, com uma renda de 65.000 réis cada um. Faltam ao prior e aos beneficiados rendas para a reparação das ruínas do Terramoto, as quais não chegam para a sua côngrua e sustentação. **Alenquer (Stª Maria da Várzea)** / Prior / 500.000 réis / De renda. Há na igreja oito beneficiados, apresentados pelo prior, com renda, cada um, de 125.000 réis. **Alenquer (Stº Estêvão)** / Prior / 500.000 réis a 700.000 réis / De frutos certos e incertos. De frutos certos, uns anos por outros, renderá de 500.000 réis até 600.000 réis e de incertos, isto é, de serventia do mesmo benefício e pé de altar, passará de 100.000 réis. Tem benefício anexo ao priorado da igreja e mais nove que apresenta o prior como donatário da Coroa e renderão de frutos certos e incertos 200.000 réis. O prior e beneficiados apresentam os párocos das igrejas anexas. **Alenquer (Santiago)** / Prior / 300.000 réis / De renda cada ano, comumente. Teve antigamente cinco beneficiados *e ignoro a causa porque os não tem*. **Alenquer (S. Pedro)** / Prior / 350.000 réis a 400.000 réis / De renda cada ano, ainda que em outros anos mais. Há oito beneficiados que apresenta o prior e tem de renda, cada um, 120.000 réis, uns anos por outros. **Atouguia das Cabras** / Vigário / Renda certa em géneros / Tem de renda certa um moio de trigo, 60 almudes de vinho, um cântaro de azeite, que se lhe dá de dízimos da colegiada de S. Pedro da vila de Alenquer, de quem é anexa e o apresenta o prior. **Cabanas de Torres** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de renda um moio de trigo e um tonel de vinho. **Cadafais** / Cura / 70.000 réis / Tem de renda um alqueire de trigo e um almude de vinho de cada morador sendo casado e sendo viúvo, ½ almude de vinho e ½ alqueire de trigo, tendo vinha e não a tendo não paga vinho. O que tudo reduzido a dinheiro terá de renda 70.000 réis. Tem um capelão das Almas que tem de ordenado 2 moios de trigo e 19.200 réis que lhe satisfaz a irmandade das Almas que também o apresenta.

Carnota / Cura / 100.000 réis / De renda, pouco mais de 100.000 réis, cada ano. **Espeçandeira** / Vigário / Renda certa em géneros e 20.000 réis / De côngrua para o pároco tiram finta pelos fregueses certa quantia de trigo, vinho e azeite, a qual consta de 2 moios de trigo, 2 pipas de vinho e 4 cântaros de azeite e porque a pobreza dos povos é grande, tiram das rendas da igreja 30 alqueires de trigo e um cântaro de azeite. Também pertence ao pároco as ofertas dos funerais, baptizados e denunciações, o que tudo renderá anualmente 20.000 réis. Sempre a eleição dos párocos foi privativamente dos paroquianos e os oficiais da fábrica da igreja dão a apresentação *in scriptis* ao clérigo que pelos mais votos dos ditos paroquianos é por eles eleito para pároco. Os ditos oficiais fazem todos os anos finta pelos fregueses, em que cada um é lançado conforme a sua possibilidade em certa quantia (…) para a côngrua do mesmo pároco (…). **Meca** / Vigário / [10.000 réis] / Memória breve. **Olhalvo** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de côngrua 100 alqueires de trigo, 60 almudes de vinho, 4 cântaros de azeite, tudo pago pelo povo. É somente o que tem porque as ofertas pertencem ao prior de Aldegavinha, de onde se desanexou há 150 anos, pouco mais ou menos. Pároco apresentado anualmente pelo povo. **Ota** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de salário 100 alqueires de trigo, uma pipa de vinho, 3 cântaros de azeite e tudo mal pago. A apresentação do cura é dos fregueses. **Paúl da Ota** / Cura / Renda certa em géneros e 2.000 réis em dinheiro / De côngrua, em cada ano, em dinheiro 2.000 réis para guizamentos, mais 80 alqueires de trigo e 80 alqueires de cevada, paga pelo hospital real de Todos os Santos que recebe duas terças dos dízimos. **Pereiro de Palhacana** / Vigário / 280.000 até 300.000 réis / Rende com frutos certos e incertos 280.000 réis até 300.000 réis, pouco mais ou menos. **Ventosa** / Prior / 700.000 réis / De renda, com frutos certos e incertos, com pouca diferença. **Vila Verde dos Francos** / Prior / 500.000 réis /De renda, com os passais da igreja, pouco mais ou menos. Tem seis beneficiados que rezam no coro, apresentados e colados pelo prior, com uma renda, cada um, de 80.000 réis. Apresenta os ermitães das ermidas, os quais são confirmados pelo vigário geral do patriarcado. Os capelães das ermidas são do consentimento do prior e preferem a estas capelães os beneficiados da igreja matriz de Vila Verde.

CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS

Arranhó / Cura / 80.000 réis / Rende 80.000 réis. **Arruda dos Vinhos** / Vigário / 180.000 réis / Tem de renda, pouco mais ou menos. Apresentado pelos cónegos regrantes de S. Vicente de Fora. Tem seis beneficiados, rendendo cada benefício 200.000 réis, pouco mais ou menos, apresentados pelo cardeal patriarca. **Cardosas** / Cura / Renda certa em géneros e 7.000 réis em dinheiro / Em dinheiro de côngrua. Tem mais de côngrua 62 alqueires de trigo, uma pipa de vinho em mosto, 2 cântaros de azeite, tudo pago pelo prioste da freguesia de Nª Srª da Salvação da vila de Arruda, dos frutos da comenda de Santiago, de que é comendador o conde de S. Miguel. Tem mais 10 alqueires de trigo todos os anos pagos pelo prior da vila de Povos, por administrar os sacramentos a 14 ou 15 fregueses e que pagam os dízimos ao prior de Povos. Tem ainda o pé de altar. Cura apresentado anualmente pelo povo em Domingo de Páscoa. **Santiago dos Velhos** / Cura / 70.000 réis /De renda, um ano por outro.

CONCELHO DA AZAMBUJA

Alcoentre / Prior / 121.000 réis / Não tem de renda mais que uma terça parte dos dízimos. As duas terças partes pertencem às religiosas de Vila do Conde que as têm arrendadas por 242.000 réis. **Aveiras de Baixo** / Vigário / 60.000 réis / Terá de renda. **Aveiras de Cima** / Vigário / 150.000 réis / Terá de renda ao todo. **Azambuja** / Prior / 200.000 réis / Com pouca diferença, uns anos por outros, segundo o preço dos frutos. Priorado está pensionado na terça parte para a fábrica da Santa Igreja de Lisboa, tendo-se desmembrado primeiramente metade do seu rendimento, por Bulas Pontifícias, para Universidade e a outra metade agravada com uma comenda. Há um segundo pároco, cura, e um tesoureiro, apresentados *in solidum* anualmente pelo prior. Há seis beneficiados, apresentados e colados *in solidum* pelo prior com renda, cada um, de 250.000 réis, que ao presente não residem. Tem seis ecónomos que servem a igreja e que o prior apresenta anualmente com uma renda cada economato até 90.000 réis. **Vila Nova da Rainha** / Cura / 80.000 réis / Rende pouco mais ou menos, com obrigação de algumas missas. Apresentado o pároco pelo povo. **Vila Nova de São Pedro de**

Arrifana / Prior / 800.000 para 900.000 réis / De renda, um ano por outro. Leva a terça *per in totum* de todos os frutos.

CONCELHO DO CADAVAL

Alguber / Cura / Renda certa em géneros / Tem de renda 1 moio de trigo, 30 alqueires de cevada, 1 tonel de vinho. **Cadaval** / Cura / Renda certa em géneros / Apresentado, *contra o estilo das mais vilas, pelo prior e beneficiados de S. Pedro de Obidos* por quem a paróquia é muito mal fabricada e de quem recebe a *tenuissima congrua* de 1 moio de trigo, 1 tonel de vinho e 30 alqueires de cevada, a qual sai do *monte maior* dos dízimos. **Cercal** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de renda 1 moio de trigo, ½ moio de cevada e 2 pipas de vinho. **Figueiros** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de partido 1 moio de trigo, 2 pipas de vinho e 30 alqueires de cevada. **Lamas** (S. Tomé) / Cura / Renda certa em géneros / Tem de côngrua 1 moio de trigo, 15 alqueires de cevada e 60 almudes de vinho. **Peral** / Cura / Renda certa em géneros / O prior e os beneficiados da vila de S. Tiago de Óbidos recebem os dízimos e deles dão de ordenado na partilha do celeiro, de trigo 60 alqueires, de cevada trinta e de vinho, à bica, 52 cântaros. **Pêro Moniz** / Cura / 100.000 réis / De renda, pouco mais ou menos, um ano por outro. Pároco de apresentação dos fregueses que todos os anos a apresentam em dia de Páscoa da Ressureição pela pessoa do juiz da igreja. **Vermelha do Cadaval** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de partido, em cada um ano, 60 alqueires de trigo, 30 alqueires de cevada e 2 pipas de vinho. **Vilar** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de côngrua 1 moio de trigo, ½ moio de cevada, 1 tonel de vinho de duas pipas *que se lhe satisfaz dos dizimos pertensentes à ditta igreja prioral*. Tem mais o cura *os seus benesses e pé de altar.*

CONCELHO DE CASCAIS

Alcabideche / Cura / Renda certa em géneros e incertos / Não tem mais de renda do que um moio de trigo, uma pipa de vinho e o pé de altar que é incerto. **Carcavelos** / Cura / 100.000 réis / Apresentação dos fregueses. **(N.ª Sr.ª da Assunção da vila de Cascais)** / Reitor / Renda certa em géneros e dinheiro (20.000 réis) e incertos / De côngrua, juntamente com 3 moios de trigo e uma pipa de vinho. Tem ainda de renda o pé de altar. Tudo paga a Mitra patriarcal que lhe com os dízimos. Os párocos tiveram o título de curas, vigários e ultimamente de reitores e alguns com o de encomendados e coadjutores. **Ressurreição da vila de Cascais** / Cura / Renda certa em géneros e incertos / Tem de ordinária ou côngrua um moio de trigo e uma pipa de vinho, *além do que pouco mais rende por serem os freguezes munto pobres que quasi todos enterro pelo amor de Deos*. Os antecessores foram reitores colados. **São Domingos de Rana** / Cura / 80.000 réis / De côngrua que lhe fazem os fregueses, em que cada oficial paga 240 réis, cada trabalhador 120 réis, cada lavrador um alqueire de trigo, cada moleiro um alqueire de trigo, que tudo importará oitenta e tantos mil réis, pouco mais ou menos. Curato de apresentação dos fregueses.

CONCELHO DE LISBOA

Ameixoeira / Reitor / 100.000 réis / De renda. Tem dois cantores anuais pagos pela confraria de Nª Srª do Funchal. **Anjos** / Reitor / 750.000 réis / Renderá. **Benfica** / Cura / 200.000 réis / De renda. **Campo Grande** / Cura / [208.000 réis] / Tem de côngrua 28.000 réis com obrigação de dizer missa aos Domingos e dias santos *pro populo*. *E não tem colicensas* (sic por conhecenças) *por ser a irmandade a fabricana e não ter o parrocho mais que o pé de altar e mortuorio. E renderá hum anno por outro cento e outenta mil réis*. Por ser curato não tem beneficiados por não ser igreja de dízimos. **Carnide** / Cura / 120.000 réis / De renda, com 15.000 réis de côngrua e o restante do pé de altar. **Charneca** / Cura / 130.000 réis / De renda, um ano por outro. **Conceição (N.ª Sr.ª)** [Bairro da Rua Nova] / Reitor / 400.000 réis / Freguesia extinta. De rendimento, a que nunca chegou, extraído apenas do pé de altar ou oblações *porque também achei o onus que dos funerais devia dar a 3ª parte ao thezoureiro, de que até ao prezente* não sei o *titulo legitimo, e por evitar contendas, vou com a posse que achei.* **Lumiar** / Prior / 480.000 réis / De renda, ao todo. Tem dois beneficiados que têm de renda, cada um, servindo os ofícios, 100.000 réis e são apresentados pelo prior. **Madalena** / Prior / 300.000 réis / Ao presente, o priorado não chega a 300.000 réis e os benefícios não chegam a 60.000 réis, quando antes chegavam a 500.000 réis e os benefícios a 100.000 réis. Tem cinco beneficiados que rezam coro, cura

que administra os sacramentos e tesoureiro que trata da limpeza da igreja e asseio dos altares. **Mártires** / Prior / 100.000 réis / Hoje não chega a render 100.000 réis, quando até 1755 rendia todos os anos para o pároco perto de 500.000 réis por ficar esta freguesia sem propriedade alguma por causa do Terramoto e incêndio de 1755. Tem dois coadjutores, quando até 1757 eram três. **Mercês** / Cura / 400.000 réis / De renda do pároco. O coadjutor tem uma renda de mais de 100.000 réis e o tesoureiro 80.000 réis. **Patriarcal** / Cura / 300.000 réis / De ordenado. Há um coadjuctor que tem de ordenado 150.000 réis. O cura é apresentado pelo cardeal patriarca. **Sacramento** / Reitor / 100.000 réis / De renda. Antes do Terramoto rendia 600.000 réis. **Santa Catarina** / Cura / 600.000 réis / Não tem dízima esta igreja. E por essa razão é incerto o seu rendimento. Porém com pouca diferença de renda do pároco, todos os anos, de todos os emolumentos que lhe satisfazem os fregueses e mais pessoas de fora, em certidões e banhos. Tem três coadjutores e um tesoureiro. **Santa Engrácia** / Prior / 600.000 réis / De rendimento, com o pé de altar, de que leva a quarta parte o beneficiado coadjuctor. Tem tesouraria, da apresentação do prior. **Santa Isabel** / Cura / - / Quando foi criada freguesia em 1741, pelo Patriarca que colou o primeiro padre com o título de reitor em atenção ao serviço que tinha feito à Mitra. **Santa Justa (e Rufina)** / Prior / 100 moedas / De renda, hoje menos porque os fregueses eram mais. Tem oito benefícios. Rendiam servidos a 200.000 réis cada um, hoje também menos. **Santa Maria Maior de Lisboa (Basílica Real)** / Reitor / 120.000 réis – 130.000 réis / De renda presente por ficar destruída pelo Terramoto. E é tudo pé de altar. **Santa Maria dos Olivais** / Vigário / 100.000 réis / Memória breve. **Santa Marinha do Outeiro** / Prior / 600.000 réis / Freguesia extinta. De renda do priorado, um ano por outro, juntamente com os fruto da capela a ele unida. Tem cinco benefícios que rendem, um ano por outro, pouco mais ou menos, 80.000 réis. **Santiago** / Prior / 200.000 réis / De renda do priorado, de dízimos e pé de altar. Tem três benefícios de 60.000 réis, apresentados pelo prior. **Santo André** / Prior / 100.000 réis / Freguesia extinta. A renda, como são dízimos, que uns anos há mais do que outros, não tem coisa de certeza e pelo valor dos frutos é o rendimento mais ou menos, e assim, uns anos por outros, chegarão a pouco mais de 100.000 réis, entrando para se completar alguns foros e prestimónio que, segundo a formalidade que a igreja conserva na repartição das duas partes que lhe ficam, tirada a terça, em que faz nove partes, tem o priorado quatro pela razão dos benefícios anexos a ele e cada um dos beneficiados leva suas partes. **Santo Estevão de Alfama** / Priorado / 400.000 réis / De renda, pouco mais ou menos. Tem cura colado que rende, pouco mais ou menos, 100.000 réis. Tem oito beneficiados que rendem quase o mesmo que o curato. **Santos-o-Velho** / Reitor / 800.000 réis-900.000 réis / De renda, que é o pé de altar. Tem 12 capelães com obrigação de coro quotidiano. Cada um dos capelães tem 80.000 réis de côngrua por ano, ponderada a extinção de alguns foros e diminuição de mais de metade dos fregueses que se retiraram com a ruína que o incêndio posterior aos Terramotos do primeiro de Novembro de 1755 causou na maior parte da freguesia. Tem a igreja 5 beneficiados com o mesmo rendimento do priorado por causa de *hum aprestimo in solidum que corresponderá aos direitos parochiaes, em que não tem partilha*. De todo rendimento abate-se a despesa anual de 90.000 até 100.000 réis e gastos em lausperenes, festa do orago, seminário e mais pensões, além do gasto nos ornamentos, por ser muito diminuto o rendimento da fábrica. **São Cristóvão** / Prior / 500.000 réis-600.00 réis / De renda do priorado, feita a conta de produto de dízimos – com terça inteira nos dízimos – entrando benesses e muitos aniversários com o pé de altar ponderada a extinção de alguns foros e diminuição de mais de a metade dos fregueses, que se retiraram com a ruína que o incêndio posterior aos Terremotos de 1755 causou na maior parte da freguesia. E de todo o rendimento do prior e beneficiados – 5 e todos terão o mesmo rendimento do priorado por causa de um apréstimo *in solidum*, que corresponderá aos direitos paroquiais, em que não tem partilha – se abaterá de despesa certa e anual, 90 até 100.000 réis de gastos de lausperenes, festa do orago, seminário e mais pensões, além do gasto na factura de ornamentos, por ser muito diminuto o rendimento da fábrica. **São João da Praça** / Prior / 19 moedas / Até ao Terramoto teve sempre de renda 50 moedas, de presente não rende 19. Tem quatro beneficiados com obrigação de coro que rendiam 100.000 réis e hoje chegam a 44.00 réis. **São Jorge de Arroios** / Prior / 600.000 réis / De

renda, um ano por outro. Tem quatro benefícios que servidos rendem cada um até 200.000 réis. **São José** / Vigário / 500.000 réis / De renda, com muito trabalho e alguma despesa da igreja com um cura, além de um coadjuctor, que apresentam os padroeiros, enquanto aí residir o pároco com côngrua da quarta das benesses. **São Lourenço** / Prior / 250.000 réis / Freguesia extinta. De rendimento de frutos reais, pouco mais ou menos. Tem 4 beneficiados, cujos rendimentos se tiram da massa prioral. São apresentados pelo padroeiro da igreja e renderá cada benefício 60.000 réis, pouco mais ou menos. Apresentam o prior e os beneficiados a igreja de Nª Srª da Purificação da vila de Oeiras e o tesoureiro da colegiada de S. Lourenço. **São Mamede** / Prior / 130.000 réis / De renda. Tem quatro beneficiados que renderão 30.000 réis cada um. **São Martinho** / Prior / 400.000 réis-500.000 réis / Freguesia extinta. O paroco desta igreja tem os dízimos e frutos em Alverca e Barcarena, isto é, os gerais, de que recebe a quarta parte, tirada a terça para a basílica de Santa Maria. E as três partes recebem as religiosas de Santa Clara. Tem mais o dito prior *in solidum* os dízimos do pé do Monte de Cima em Santo Quintino e outros em Santo Estevão das Galés. Tem mais *in solidum* o dízimo e foro da prazo grande, em Barcarena, chamado das Azenhas, a saber, de foro dez mil réis e outo galinhas e o dízimo e conhecença de quatro alqueires de farinha que importará, um ano por outro, quarenta mil réis, digo, este prazo, que hé da mesa prioral. Tem mais esta em Lessea, limite de Barcarena, um prazo, que lhe paga doze alqueires de trigo por dia de Nossa Senhora de Agosto, e o dízimo do que derem as ditas terras. Tem mais outros foros ténues, que com os frutos e dízimas gerais e particulares, chegará a renda do priorado a quatrocentos para quinhentos mil réis, um ano por outro. Tem esta igreja quatro benefícios simples, que o prior apresenta e cola *in solidum* por posse e títulos, que tem de sentenças alcançadas no juízo da Coroa. E como donatário da Coroa no uso do padroado real apresenta e cola. Consiste a renda dos ditos quatro benefícios em frutos e dízimos de quatro *aprestimos*, hum em Alverca, e os três em Barcarena. Rende o maior, que está em Alverca, um ano por outro, cem mil réis *parum minusve*, não servido. Dous dos outros chegam, um ano por outro, a oitenta e setenta mil réis e o último, que é mais ténue, a trinta ou quarenta mil réis, também não servidos. Com advertência que estes frutos dos sobreditos benefícios lucram os beneficiados proprietários em suas casas, sem residirem, nem pagam coisa alguma aos ecónomos, porque estes são pagos pelos interessados *pro rata* dos frutos, que recebem as religiosas de Santa Clara e o prior, o que importa a economia ou serviço da igreja. Tem todo o beneficiado que serve nesta igreja de S. Martinho ou seu ecónomo noventa alqueires de trigo postos em sua casa, à custa do prior e freiras sobreditas de Santa Clara. Tem mais por S. Martinho seis almudes de vinho cozido, postos em sua casa à custa do prior e freiras, contribuindo o prior com seis almudes a um beneficiado ou ecónomo, e as freiras aos outros três com dezoito almudes. Tem mais mil e quinhentos réis cada um por Natal, contribuindo o prior com mil e quinhentos réis a um beneficiado ou ecónomo e as freiras aos outros três com quatro mil e quinhentos réis. Tem mais cada um o que lhe pertence da metade dos foros e a outra metade é do prior assistindo aos aniversários. Tem mais cada um, o que lhe pertence da metade das conhecenças. Tem mais o que lhe vem da sua sobrepeliz, assim da freguesia como dos presos que morrem no Limoeiro ou fora dele, tirados sobre fiéis carcereiros. Importará, segundo o que tenho relatado, cada economia, cinquenta mil, pouco mais ou menos. E estas economias apresenta o prior *in solidum* não residindo beneficiados proprietários, porque rezidindo estes, se assinam todos com o prior. Apresenta mais o prior *in solidum* sempre três curatos e confirma o curato da igreja de S. Pedro da vila de Alverca, da igreja de S. Pedro do lugar de Barcarena e este de S. Martinho. Confirma o curato da igreja do Espirito Santo do lugar do Sobral, junto à dita vila de Alverca, sendo a apresentação dos fregueses, que elegem pároco idóneo. Rende o curato de Barcarena, um ano por outro, trezentos mil réis, entrando o pé de altar e côngrua. O curato de Alverca chegará, pouco mais ou menos, a duzentos mil réis e entrando uma e outra adição acima e haverá ano de mais. O curato do Sobral renderá sessenta mil réis por ser muito pobre a freguesia. Este de S. Martinho tem de renda setenta ou oitenta mil réis, a saber, quarenta e outo mil réis que lhe dá El-Rei por curar os presos do Limoeiro e o mais do que lhe dá o prior. **São Miguel de Alfama** / Prior / [300.000 réis] / De renda, cada ano. Os frutos são muito ténues e andam arrendados em 50.000 réis […]. Tem quatro

beneficiados, da apresentação do prior, que renderá cada benefício 70.000 até 80.000 réis. **São Nicolau** / Prior / 300.000 réis / De renda no tempo presente. Tem dez beneficiados que apresenta o reitor e renderá cada um 60.000 réis. **São Paulo** / Vigário / 350.000 réis / De renda. **São Salvador** / Vigário / - /Freguesia extinta. Os rendimentos da igreja se arrendam por 600.000 réis. A côngrua certa do vigário são 2 moios de trigo, 2 moios de cevada, 4 pipas de vinho, 1 carneiro, casas de residência e tem a quarta parte das ofertas. Há dois capelães para assistência do vigário nas missas cantadas e mais funções, com côngrua de 50.000 réis cada um, por ano, levando a oitava parte das ofertas. **São Sebastião da Pedreira** / Vigário / 500.000 réis / De renda. **São Tomé** / Prior / 300.000 réis / Freguesia extinta. De renda do priorado e cada um dos benefícios rende 65.000 réis. Tem cura apresentado pelo prior, bem como tesoureiro também apresentado pelo prior e beneficiados. **São Vicente de Fora** / Prior / - / Tem cura, apresentação do prior, com renda de 200.000 réis. Tem três capelães beneficiados, apresentados pelo prior, cada um com renda de 40.000 réis, um ano por outro, porque os frutos são incertos. **Socorro** / Vigário / 600.000 réis / Rendimento lotado em Roma de frutos incertos, que certos não os tem. Porém no tempo presente não rende o que está lotado por causa do Terramoto e só poderá render quinhentos e tantos réis e destes paga pensão de 300.000 réis.

CONCELHO DE LOURES

Apelação / Cura / 60.000 réis / (…) p*ela pequinhez da terra e freguezia tem de rendimento ao todo, pouco mais ou menos, sessenta mil réis.* **Bucelas** / Prior / 1.000.000 réis / De renda, e alguns anos mais, conforme os frutos. Tem quatro beneficiados que poderão render, servindo-os 60.000 réis. **Camarate** / Cura / 100.000 réis / De côngrua, que o povo faz ao pároco, com o pé de altar e mais *benesses*, um ano por outro. Os dízimos e as ofertas dos defuntos pertencem aos beneficiados de Sacavém por ter sido este lugar desanexado do de Sacavém em 1511, com a cláusula de não lhe prejudicar os direitos paroquiais. A apresentação do cura é dos oficiais da fábrica que são juiz, escrivão e procurador, eleitos pelos louvados, de três em três anos para regerem a fábrica da igreja que é do povo. **Fanhões** / Cura / 100.000 réis / Pouco mais de 100.000 réis de renda. O pároco é de apresentação dos fregueses. **Frielas** / Prior / 300.000 réis / De renda, mais ou menos, conforme os anos. Tem quatro beneficiados, apresentados pelo prior da colegiada, com obrigação de coro. Rende cada um dos benefícios 100.000 réis, pouco mais ou menos. **Loures** / Vigário / 40.000 réis / De côngrua, de frutos certos. *Limitada quantia* paga pelo marquês de Alorna, como comendador da igreja. A mais renda é incerta, por ser de pé de altar devido *pro labore.* **Lousa** / Cura / Renda certa em géneros e 13.800 réis em dinheiro e incertos / Tem de renda 3.000 réis em dinheiro, mais 2 moios de trigo, 40 alqueires de cevada; pelo Natal recebe a [cedura] que serão 12 a 14 arrobas de carne e pela Páscoa recebe o folar que serão 12.800 réis. Tem também de renda o pé de altar, que é renda incerta. A apresentação é do povo. **Sacavém** / Prior / 230.000 – 240.000 réis / De renda, uns anos por outros, com o pé de altar, *porque suposto hé de maior rendimento e os reverendos padres do convento do Carmo de Lisboa, das três partes levam duas, vem a ficar o prior com huma parte, que são os dittos 240 mil réis, isto se entende dos dizimos que pertensem a esta igreja*. Tem mais 6 beneficiados simples. Cinco deles renderão, com o pé de altar, 50.000 réis, uns anos por outros; o outro, chamado *prestimo*, rende 150.000 réis. **Santa Iria de Azóia** / Cura / 150.000 réis / - /. **Santo Antão do Tojal** / Prior / Renda certa em géneros, 50.000 réis em dinheiro e incertos com metade dos dízimos miúdos / A Mitra recebe a dízima de todo o grosso, tanto da freguesia como da anexa, sem divisão de alguma terça, pelo que os senhores diocesanos são obrigados a toda a fábrica da igreja e mais pensões priorais. O rendimento da igreja é computado em 1.600.000 réis com as propinas. Os prelados têm obrigação de dar residência aos priores. Desde o tempo da união à Mitra que esta satisfaz a côngrua, em espécie, de todos os frutos que a Mitra ou o rendeiro desta arrecada. D. Tomás de Almeida, atendendo ao pouco rendimento que tinham os párocos impôs ao rendeiro mais o encargo de 50.000 réis em dinheiro. Os priores têm obrigação de rezar as horas canónicas em coro e quatro meses de missas *pro populo*. Tem dois beneficiados. Tem obrigação das missas nas festas priorais com excepção da dos Apóstolos. D. Tomás de Almeida retirou aos priores o encargo de capitular em coro e cantar as missas conventuais,

que passaram para os capelães do coro, ficando o reitor apenas com a obrigação da tenção da missa nas referidas hebdomadas, capitulando apenas nas missas priorais. Por isto, o prior recebe metade dos dízimos chamados *meunças ficando desta sorte a divizão desta dizima da mesma sorte que em as mais igrejas prioraes, entre os priores e seus beneficiados*. O mesmo se passa na distribuição das ofertas e do folar da Páscoa. Tem dois benefícios simples que recebem metade dos dízimos, ofertas e folar, tanto da paróquia como da anexa de Fanhões, tanto nas festas como em ofícios pelos mortos. Tem tesoureiro que a Mitra paga certa porção de frutos. Os prelados costumam pagar a vários padres para ajudarem ao prior e beneficiados na reza coral, nunca em número inferior a dois e D. Miguel de Castro conservou onze e quatro meninos de coro. O papa Benedito XIV pensionou o ofício de escrivão da câmara perpetuamente em 600.000 réis para cinco cantores. O pároco tinha também a quantia de 20.000 réis como administrador da fábrica de duas capelas pela alma de António Gonçalves Prego. D. Miguel Castro satisfazia, da sua fazenda, 120.000 réis, só com obrigação de coro, a um mestre de capela e um organista e mais dois cantores; a outro com as mesmas obrigações a porção de 38.400 réis e a outro com 72.000 réis de ordenando só pela obrigação de cantar nas funções de canto de órgão e a seis meninos do coro com 14.400 réis cada um. O que tudo conservou o mesmo prelado até ao seu falecimento, contribuindo a todos, não só com os respectivos ordenados, mas também com várias propinas anuais e por várias ocasiões com excessiva generosidade deu muitos donativos, não só em dinheiro mas em várias espécies. **São João da Talha** / Cura / Renda certa e 51.000 réis em dinheiro / Tem de côngrua, paga dos dízimos, pela mesa da fazenda da Universidade de Coimbra, 16.000 réis em dinheiro, 64 alqueires de trigo, um tonel de vinho em mosto e 4 cântaros de azeite. O pé de altar pode render, um ano por outro, 35.000 réis. **São Julião do Tojal** / Cura / Renda certa em géneros e 5. 000 réis em dinheiro / Tem de côngrua um moio de trigo, uma pipa de vinho, 5 cântaros de azeite e 10.000 réis em dinheiro. **Unhos** / Prior / 250.000 réis / O priorado foi pensionado, a quando da desanexação, em metade dos seus frutos para a colegiada de Ourém, chamando-se a atenção por não ficar com côngrua suficiente para a sua sustentação, razão pela qual lhe foi anexado um benefícios dos três que teve a igreja na sua criação. Os frutos do priorado e do benefício não chegam a render 250.000 réis, pois o seu arrendamento nunca ultrapassou os 185.000 réis e o pé de altar e a porta da igreja não chegam a render 40.000 réis, sendo que em 1758 não passou dos 20.000 réis, *porque todos estão em pobreza grande*. Tem dois benefícios que, sendo o ano fértil e com o pé de altar, rendem cada um 60.000 réis *e têm sido annos que apenas chegaram os frutos aos econemos para satisfazerem aos proprietarios. E este anno o farão das suas bolças pois cada hum delles recebeo no celeiro desta igreja quatro alqueires de trigo e sete de cevada.* Os benefícios são apresentados pelos priores, como donatários da Casa de Bragança.

CONCELHO DA LOURINHÃ

Francos (A dos Francos – S. Lourenço dos) / Cura / Renda certa em géneros / Tem de rendimento certo 90 alqueires de trigo, 30 alqueires de cevada e 100 almudes de vinho. **Lourinhã** / Reitor / Renda certa em géneros e 29.600 réis / Tem mais de côngrua 2 moios de trigo, dois moios de cevada, 3 cântaros de azeite e 36 almudes de vinho. Memória breve. **Moita dos Ferreiros** / Cura / - / Tem de salário 1 moio de trigo, 30 alqueires de cevada e 1 tonel de vinho. **Moledo** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de côngrua 80 alqueires de trigo, 30 alqueires de cevada, 1 tonel de vinho, pago pelo povo e 40 alqueires de trigo e um quarto de vinho pago pelo colégio patriarcal. Memória breve. **Reguengo Grande** / Cura / 100.000 réis / Tem de renda que lhe pagam os fregueses 80 alqueires de trigo, 56 almudes de vinho, 30 alqueires de cevada. Tem mais 12 ½ alqueires de trigo que pagam os reverendos beneficiados de celeiro da freguesia. Tem mais o rendimento contingente da porta da igreja e uma horta que se deixou aos curas. **São Bartolomeu dos Galegos** / Cura / Renda certa em géneros / Tem de partido certo 1 moio de trigo, 1 tonel de vinho e 30 alqueires de cevada.

CONCELHO DE MAFRA

Alcainça / Prior / 300.000 réis a 400.000 réis / Rende o priorado 300.000 réis. Tem o prior de pensão 100.000 réis. **Azueira** / Cura / 120.000 réis / De renda. **Azueira** / Cura / Renda certa em géneros. Renderá 120.000 réis / De ordenados tem

80 alqueires de trigo, 60 almudes de vinho pagos pelos oficiais da igreja que para esse efeito cobram dos paroquianos, ordinariamente, de cada um ½ alqueire de trigo e um pote de vinho e dos *principaes em dobro* com o que satisfazem o dito ordenado. O resto fica para a fábrica da igreja. Tem dois capelães, um das Almas com o ordenado certo de 40.000 réis e outro particular, de Stª Cristina, de 5.000 réis. Cura apresentado pelos fregueses. **Cheleiros** / Prior / 400.000 réis / Renda fundada em dízimos, que poderá render, um ano por outro, 400.000 réis, pouco mais ou menos. **Enxara do Bispo** / Vigário / 300.000 réis / De renda e tem a regalia de ser colado e nomear cura, a quem paga quando o tem. O reitor do colégio de Santo Antão dá-lhe 8.000 réis para ajuda da paga ao cura que paga. Os padres jesuítas apresentam o vigário colado, com passais e dízimos separados. **Ericeira** / Cura / 80.000 réis / De renda, uns anos por outros. **Fanga da Fé** / Cura / Renda certa em géneros e 6.000 réis / De côngrua. Tem mais, em cada ano, um moio de trigo, 30 almudes de vinho, tudo pago pelo comendador, o marquês de Fronteira. **Gradil** / Cura / 60.000 réis até 70.000 réis / De côngrua recebe 15.000 réis, e com os mais benesses do altar fará de renda 60.000 até 70.000 réis em cada ano. **Igreja Nova** / Prior / - / - /. **Mafra** (St.º André) / Vigário / 200.000 réis / O vigário era até ao presente apresentado pelo cónego da antiga Sé da cidade de Lisboa e agora o é pelo cardeal patriarca. *O rendimento do dito parroco se acha ao prezente com muita demenuissão pella rezão de se compreender na real Tapada que Sua Magestade que Deos guarde mandou fazer contigua ao real comvento que fica junto a esta villa, no ambito da qual se compreende huma grande parte do milhor territorio desta fregezia que ficou carecendo dos dizimos que delle lhe provinham. E por isso, o rendimento do dito parroco que agora tem, será de duzentos mil réis, com pouca defrensa.* Tem cinco beneficiados com um rendimento de 170.000 réis, apresentados pelo cardeal patriarca. As rendas também estão diminuídas pela razão de perder os dízimos devidos pelo território que passou a integrar a real Tapada de Mafra. **Milharado** / Cura / 100.000 réis / De côngrua. Memória breve. **Reguengo da Carvoeira** / Cura / 100.000 réis / De renda, *ad plurimum*. A apresentação é dos fregueses. **Santo Estêvão das Galés** / Cura / Renda certa em géneros e incertos 24.000 réis a 25.000 réis / Recebe de salário 2 moios de trigo, 1 ½ moio de cevada que lhe pagam os fregueses e o mais renderá 24.000 ou 25.000 réis, por ser incerto cada ano. **Santo Isidoro** / Capelão / Renda certa em géneros e incertos 20.000 réis a 30.000 réis / Pároco de apresentação dos fregueses com o título de capelão, com carta de cura passada pelo vigário geral pela súplica dos fregueses. Os moradores são os fabricanos. De renda incerta. De renda certa refere-se que *ao tal capelão pagarão de salario, como ainda hoje pagam, hum moio de trigo, outro de cevada e huma pipa de vinho. E porque este capelão lhes administrasse aquelles sacramentos a que o reverendo vigário de Mafra não era obrigado fora da sua igreja, como em jubileus e dias em que por devoção se queriam confessar, lhe faziam os pais de familias, quando faleciam, suas offertas pessoaes de pão e vinho que os herdeiros punham sobre sua sepultura, aonde o capelão lhes rezava hum responso, continuando esta offerta nos Domingos, conforme as posses do defunto. O qual costume deste genero de offerta há bastantes annos está passado para depois de acabada a estação da missa conventual em que o parocho logo reza o Pater Noster pela alma do deffunto. Este costume consta de testamentos daquelle tempo. E porque os reverendos vigarios de Mafra eram obrigados a administar os sacramentos aos moradores deste destricto seus freguezes, a quem recebiam, baptizavam, dezobrigavam na Quaresma e faziam os assentos dos deffuntos, que já naquelle tempo se enterravam no cemeterio da dita ermida, convencionaram com o capellão della que lhes administrasse os sacramentos aos enfermos, por cujo trabalho lhe pagavam trinta alqueires de trigo e trinta de cevada, huma pipa de vinho, e seis tostões em dinheiro de ensinar a doutrina. E as suas meias offertas dos defuntos que se enterravam no cemeterio da ermida, que são três canadas de vinho e meio alqueire de trigo das pessoas maiores, e dos anginhos e menores, que não comungam, canada e meia de vinho, e huma quarta de trigo, e por sentenças ainda hoje pagam a mesma congrua. Quando os moradores alcançaram a mercê do seu capellão lhes administrar também o baptismo e matrimonio, e os dezobrigar na Quaresma, pertenderam os reverendos vigarios de Mafra aprezentar o cura desta igreja, porém os moradores ficaram conservados na posse de aprezentarem o seu capellão e os reverendos vigarios obrigados a pagar-lhe as mesma congrua, mas como a jurisdição de perguntar pelo rol dos moradores como seus freguezes, a qual obrigação hoje está*

moderada pela benevolencia dos reverendo vigarios, dando-se por satisfeitos da obediencia com que o procurador com a cruz da igreja e dous irmãos do Senhor com suas capas e todos vão assistir nas procissões em o dia de santo André e no dia do Corpo de Deos de Mafra. Nesta forma não houve na desanexação mais alteração que ter o capellão jurisdição pela carta de cura de administrar todos os sacramentos e em tudo o mais ficaram as couzas na forma da sua creação e costume antigo. **Sobral de Abelheira** / Cura / Renda certa em géneros e 6.660 réis em dinheiro / De renda, paga pelo comendador da matriz, mais um moio de trigo e 30 almudes de vinho e 6.600 réis em dinheiro.

CONCELHO DE ODIVELAS

Odivelas / Cura / Renda certa em géneros e 7.000 réis em dinheiro / Tem de côngrua 50 alqueires de trigo que pagam os lavradores, uma pipa de vinho que pagam os fazendeiros e os 7.000 réis em dinheiro que paga o mais povo. O pároco é obrigado a dar todos os anos 2.000 réis ao vigário da igreja de Stª Mª de Loures, por ser esta igreja sua filial. O pároco é cura apresentado pelos fregueses que lhe fazem côngrua para sua sustentação. **Póvoa de Santo Adrião** / Reitor / Renda certa em géneros e 15.000 réis em dinheiro / De côngrua, mais uma pipa de vinho. Tem mais todas as ofertas e oblações feitas a Santo Adrião, *que por direito lhe tocam*. De apresentação dos paroquianos.

CONCELHO DE OEIRAS

Barcarena / Cura / 200.000 réis / O curato pode render. **Carnaxide** / Cura / 240.000 réis /Tem de côngrua 1 moio de trigo e uma pipa de vinho. Tem também o pé de altar, o que tudo junto, uns anos por outros, rende 240.000 réis. Tem havido nela três vigários. **Oeiras** / Cura / Renda certa em géneros e incertos de pé de altar / Não tem de rendimento certo mais que uma pipa de vinho e 30 alqueires de trigo que lhe dão os reverendos priores e beneficiados. E o mais é o que rende o pé de altar. Tem cinco capelães. **São Julião da Barra** / Cura / 50.000 réis / Tem também um capelão que recebe 28.000 réis, todos apresentados e pagos por Sua Magestade *quando vem o pagamento a esta fortaleza.*

CONCELHO DE SINTRA

Almargem do Bispo / Cura / 200.000 réis / De renda, pouco mais ou menos. Esta igreja é dos fregueses desta freguesia. A igreja foi feita pelos fregueses e reedificada. **Belas** / Prior / 400.000 réis / De renda, pouco mais ou menos. Intitula-se prior porque recebe uma pequena parte dos dízimos. **Colares** / Reitor / Renda certa em género e 6.000 réis em dinheiro / De renda. Tem mais 1 moio de trigo. **Montelavar** / Cura / De côngrua, o pé de altar / Tem de côngrua o pé de altar. Memória breve. **Rio de Mouro** / - / - / Memória breve. **São João de Lampas** / Vigário / Renda certa em géneros e 7.943 réis em dinheiro / De renda que lhe dão os cónegos de Stª Maria Maior de Lisboa 1 moio de trigo e 6.660 réis. Mais 1313 réis da igreja de S. Martinho de Sintra à porta da igreja. Tem ainda um moio de trigo de que dá a quarta parte ao coadjutor. **Sintra (Santa Maria)** / Prior / 300.000 réis / Rende-lhe a igreja, uns anos pelos outros, *deductis expensis*, 300.000 réis. Tem a igreja oito beneficiados, apresentados pelo prior que rendem, cada ano, *deductis expensis*, 50.000 réis cada um. **Sintra (São Martinho)** / Prior / 300.000 réis / De renda do priorado. Rende cada benefício 120.000 réis. **Sintra (São Pedro de Penaferrim)** / Prior / 500.000 réis / Renda para o prior. Tem quatro benefícios que renderão 60.000 até 70.000 réis cada um. **Terrugem** / Prior / 350.000 – 360.000 réis / De renda, cada ano, porque uns anos não chega a 200.000 réis e outros anos passará de 400.000 réis.

CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Santo Quintino / Vigário / [199.000 réis] / O comendador, o marquês de Alegrete, paga ao vigário, 41.000 réis e ao coadjuctor 20.000 réis. O pé de altar rende, uns anos por outros, 150.000 réis, pouco mais ou menos. **Sapataria** / Cura / Renda certa em géneros, 20.000 réis em dinheiro e pé de altar / Tem de côngrua, dada pelo prior e beneficiados da Colegiada de S. Julião de Lisboa, 1 moio de trigo, 30 alqueires de cevada, 1 pipa de vinho, 1 cântaro de azeite e 2.000 réis em dinheiro. O pé de altar pode render, uns anos por outros, 60.000 réis. **Sobral de Monte Agraço** / Prior / 400.000 réis - 500.000 réis / De rendimento *com grosso e miunças e pé de altar e passaes.*

CONCELHO DE TORRES VEDRAS

A dos Cunhados / Cura / 70.000 réis / De côngrua, que é uma *economia de p*ão e vinho e mais *dizimos que se pagam à dita matriz o que tudo reduzido a dinheiro importará, huns annos pellos outros, par minusve, setenta mil réis*. **Carmões** / Cura / Renda certa em géneros e 6.000 réis em dinheiro / Tem de renda, 2 moios de trigo e 30 almudes de vinho e dinheiro. **Carvoeira** / Prior / 300.000 réis / De renda, uns anos por outros. Tem bons passais. Tem quatro beneficiados, apresentados e colados pelo prior, cada um com uma renda de 50.000 réis. **Dois Portos** / Cura / Renda certa em géneros e 31.000 réis em dinheiro / De rendimento um moio de trigo, um tonel de vinho e o pé de altar e 31.000 réis de grossos. Tem coadjutor com um rendimento de 4.000 réis em dinheiro, um moio de trigo, uma pipa de vinho e ¼ das ofertas. O tesoureiro tem de rendimento, em dinheiro, 2.500 réis, 30 alqueires de trigo, ¼ de vinho *e os meneces* (sic por benesses) *que lhe pertencem em razão da sua occupassão.* **Freiria** / Cura / Renda certa em géneros e 6.600 réis em dinheiro / Tem de renda, um moio e quatro alqueires de trigo, 30 almudes de vinho e 6.600 réis, pagos pela comenda do marquês de Minas. E tem a porta da igreja. **Matacães** / Priorado / 100.000 réis / De côngrua. Memória breve. **Monte Redondo** / Cura / Renda certa em géneros e 60.000 réis em dinheiro / De côngrua paga em dinheiro pelos beneficiados da colegiada de S. Miguel de Torres Vedras. Tem mais 40 alqueires de trigo e ¼ de vinho pago pelos fregueses. Memória breve. **Ponte do Rol** / Cura / 70.000 réis / De renda. **Ramalhal** / Cura / 100.000 réis / A sua renda não é certa, mas não passa de 100.000 réis. **Runa** / Cura / 80.000 – 150.000 réis / De renda. (Juntam-se as duas informações das Memórias). **S. Pedro da Cadeira** / Cura / 120.000 réis / De renda. **Torres Vedras (S. Miguel)** / Cura / 40.000 réis / Côngrua de 1 moio de trigo, 20 almudes de vinho, 6.000 réis em dinheiro e a chamada porta da igreja, excepto as ofertas que ao todo, uns anos por outros, importará tudo em 40.000 réis. **Torres Vedras (S. Pedro)** / Prior / 400.000 réis / Tem 10 beneficiados, apresentados pelo prior. Renderá cada um, servindo, 200.000 réis. **Torres Vedras (Santiago)** / Prior-Reitor / 140.000 réis / Tem comendador que tem a terça do priorado, 700.000 réis. Paga ao cura 20.000 réis. Tem 8 beneficiados. Renderá cada um servindo 200.000 réis. **Torres Vedras (Stª Maria do Castelo)** / Prior / 500.000 réis / De renda, até 500.000 réis por se terem tirado dela as quartas das nonas partes para a Sé Patriarcal. Tem dez benefícios, dados e colados pelo prior *por serem creados dos fructos do mesmo priorado.* Rende cada benefício anualmente 250.000 réis. **Turcifal** / Capelão / - / Memória de 1720. **Ventosa** / Cura / Renda certa em géneros e 7.000 réis em dinheiro / Tem mais de côngrua, 64 alqueires de trigo e 30 almudes de vinho.

CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra / Vigário / Renda certa em géneros e 14.000 réis e incertos / De renda. Tem mais, de frutos certos, 160 alqueires de trigo, 2 moios de cevada, 1 pipa de vinho, 6 cântaros de azeite. *E no cazo que faltem frutos no celeiro, sempre se lhe satisfaz em especie, do melhor que puder haver, e dos incertos, a que se dá o nome de pé de altar, tudo in solidum para o vigario.* O cura tem 1 pipa de vinho, 1 moio de trigo, 4.000 réis em dinheiro *e preferir a todos por rezão da sobrepeliz.* O tesoureiro tem ½ moio de trigo, ¼ de vinho, 2.000 réis em dinheiro, os sinos, velas nos baptizados e cera nos ofícios. Tem obrigação de dar vinho e hóstias para as missas e a fábrica, cera. **Alverca do Ribatejo** / Cura / Renda certa em géneros e 100.000 réis em dinheiro / De pé de altar. Os dízimos da vila são, de renda certa, 120 alqueires de trigo, 56 almudes de vinho em mosto, que saem dos dízimos da vila. Tirado o terço para a Mitra, o restante são três partes para as freiras de Stª Clara de Lisboa, uma parte para o prior de S. Martinho. Dos 120 alqueires de trigo o prior dá ao cura 60 alqueires ou todo o pé de altar que pode importar em 100.000 réis. A troca dos 60 alqueires pelo pé de altar consta de contrato entre os priores antigos e os curas. O prior apresenta um benefício. **Cachoeiras** / Vigário / Renda certa em géneros e 6.000 réis em dinheiro / De côngrua, com 80 alqueires de trigo, 60 almudes de vinho, 2 cântaros de azeite. **Calhandriz** / Cura / Renda certa em géneros / Apresentação dos fregueses, que dão de côngrua 2 moios de trigo. **Castanheira do Ribatejo** / Prior / 400.000 réis / De renda. Tem dois beneficiados como coadjutores, com a obrigação de administrar todos os sacramentos com o prior, pois tendo sido os primeiros párocos da igreja *entram com o prior em todas as ofertas e*

meneces (sic, por benesses) *della.* Rende cada benefício mais de 300.000 réis, sendo apresentados pelo prior da igreja de Povos. **Granja de Alpriate** / Cura / 40.000 réis / De côngrua, cada ano, pago pelos paroquianos, que o apresentam, pelo trabalho de administrar os sacramentos. **Povos** / Prior / 600.000 réis / De renda, a que chega muitos anos. O prior apresenta o juiz e benefícios simples. Os benefícios têm de renda, uns anos por outros, 240.000 réis. **São João dos Montes** / Vigário / Renda certa em géneros e 20.000 réis em dinheiro; em incertos 68.000 réis dinheiro e géneros / Tem de renda ou côngrua 1 moio de trigo, uma pipa de vinho, 20.000 réis em dinheiro e 18.000 réis que renderão os passais e o pé de altar 50.000 réis, uns anos por outros. **Sobral** (Espírito Santo) / Cura / Tem de renda, de cada freguês casado um alqueire de trigo e um pote de vinho; os solteiros e viúvos dão meio alqueire de trigo e meio pote de vinho, as viúvas dão meio alqueire de trigo. **Vialonga** / Cura / Renda certa em géneros e pensão de 8.000 réis / De pensão paga pelo prior de Stº André, que o apresenta. Tem de renda darem os casados 1 alqueire de trigo e 1 almude de vinho, se têm vinha, sua ou arrendada. Os solteiros que vivem sobre si, os moços e os viúvos ½ alqueire de trigo e 1 pote de vinho. Tem 4 capelães, cuja côngrua são 50.000 réis cada um, fora os guizamentos. **Vila Franca de Xira** / Vigário / Renda certa em géneros e 8.500 réis de côngrua / De renda certa: 2 moios de trigo, uma pipa de vinho. Tem dois beneficiados que rendem cada um 200.000 réis, apresentado pelo prior de Povos. Tem tesoureiro, apresentado pelo comendador e que tem de côngrua 1 moio de trigo, ¼ de vinho e 10.000 réis em dinheiro. E dá o comendador todos os anos 25.000 réis para a fábrica da igreja.

PARÓQUIAS DOS CONCELHOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

Alcácer do Sal (St.ª Maria do Castelo) / Prior / 260.000 réis / De renda proveniente do pé de altar e côngrua, pago por Sua Majestade. Tem três coadjutores colados e cinco benefícios simples, todos apresentados por Sua Majestade. Os coadjutores têm de renda 130.000 réis, com o próprio e o pé de altar. Os benefícios simples receberão 100.000 réis, cada um, pouco mais ou menos. **Alcácer do Sal (Santiago)** / Prior / Renda certa em géneros e 13.700 réis em dinheiro / De ordenado, para além de 4 moios e 55 alqueires de trigo 2 ½ moios de cevada, 39 almudes de vinho, para além dos dízimos da herdade dos Porches com a pensão e o ónus de pregar ou mandar pregar os sermões do Advento e da Quaresma. Tem 3 beneficiados curados com um ordenado de 3 ½ moios de trigo, 2 moios de cevada e 10.000 réis em dinheiro. Tem 4 beneficiados simples com um ordenado de 3 moios de trigo e 10.000 réis em dinheiro, tudo pago pelo almoxarifado da mesa mestral da ordem de S. Tiago. **Monte de Val de Guizo** / Capelão / Renda certa em géneros e 10.000 réis em dinheiro / Tem mais de ordenado 3 moios de trigo, 1 ½ moio de cevada. Freguesia extinta. **Montevil** / Capelão curado / 10.000 réis / Tem mais de renda 3 moios de trigo, 1 moio e 30 alqueires de cevada. Freguesia extinta. **Palma** / Capelão / Renda certa em géneros e 10.000 réis em dinheiro / De côngrua e sustentação, para além de 3 moios de trigo e 1 ½ moio de cevada. Freguesia extinta. **Santa Susana** / Cura / Renda certa em géneros e 10.000 réis em dinheiro / De renda, para além de 3 moios de trigo, 90 alqueires de cevada para a cavalgadura, pagos por Sua Majestade. **São Martinho** / Prior / 10.000 réis / De côngrua, sendo renda certa, para além 3 moios de trigo, 90 alqueires de cevada, pagos por Sua Majestade. **São Romão do Sadão** / Capelão curado / Renda certa em géneros e 10.000 réis em dinheiro / Tem mais de côngrua e sustentação, em cada ano, 3 moios de trigo, 1 ½ de cevada, que comem das rendas do almoxarifado real da vila de Alcácer do Sal. **Sítimos** / Capelão curado / Renda certa em géneros e 10.000 réis em dinheiro / Tem mais de renda 3 moios de trigo, 1 moio e 30 alqueires de cevada. Freguesia extinta. **Torrão** / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis em dinheiro / Tem da comenda, 3 moios de trigo, 2 moios de cevada e as ofertas que são limitadas. Tem 3 olivais, uma pequena courela, 2 vinhas que é passal *e custa mais o seu amanho do que o lucro*. Tem 4 beneficiados curados. Estes têm 2 ½ moios de trigo 1 ½ moio de cevada e

10.000 réis em dinheiro. Os dois beneficiados simples, que servem de ecónomos, não têm cevada o ecónomo cobra metade. **Vale de Reis** / Cura / 10.000 réis / Tem mais de côngrua 3 moios de trigo, 1 moio e 30 alqueires de cevada. Freguesia extinta.

CONCELHO DE ALCOCHETE

Alcochete / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis em dinheiro / Tem de renda 5 moios de trigo, 2 moios de cevada e uma pipa de vinho. Tem mais dois beneficiados, cada um deles com 2 ½ moios de trigo, 2 moios de cevada e 10.000 réis em dinheiro. **Samouco** / Cura / Renda certa em géneros e 12.000 réis em dinheiro / Tem de renda 3 ½ moios de trigo e 1 ½ de cevada.

CONCELHO DE ALMADA

Almada (Nossa Senhora da Assunção / Prior / 200.000 réis / Renda estabelecida em parte de dízimos da comenda. Tem 5 beneficiados comenda de cada um de 80.000 réis, servindo. A comenda tem de renda 5.000 cruzados [2.000.000 réis]. **Almada (S. Tiago)** / Prior / 300.000 réis / De rendimento a que pode chegar, *que cada vez é menos, porque além de serem pobres, ainda aquilo de que justiça devem, cada vez mais o recusam satisfazer como se fora favor o que é dívida*. Tem 5 benefícios, todos simples, que cada um renderá, servindo-os, 60.000 réis. **Costa da Caparica** / Cura / 200.000 réis / De rendimento, pouco mais ou menos, *h*avendo piedade com os pobres como sempre tiveram os parocos meus predecessores. E o que assim o não fizer poderá ter com duplicada renda menos lucros.

CONCELHO DO BARREIRO

Barreiro / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis em dinheiro / Tem mais de côngrua anual, 2 ½ moios de trigo, uma pipa de vinho tudo pago pela comenda da vila. Tem dois beneficiados curados, também apresentados por El-Rei. Têm de côngrua anual, cada um, 1 moio de trigo, uma pipa de vinho e 12.000 réis em dinheiro, tudo pago pela comenda. **Coina** / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis em dinheiro / Tem mais de renda e próprio, em cada ano, 2 moios de trigo, 2 pipas de vinho, pago pelos dízimos da comenda, para além das benesses e pé de altar. Tem 2 beneficiados curados apresentados e aprovados pela Mesa da Consciência e Ordens. E tem cada um de próprio 1 moio de trigo, uma pipa de vinho e 15.000 réis em dinheiro, cada ano, pagos pelos dízimos da comenda. **Lavradio** / Cura / De próprio 8.000 réis / - /. **Palhais** / Cura / De ordenado 50.000 réis / Até 1756 era vigário colado. **Santo André (Telha)** / Vigário / De próprio 35.000 réis.

CONCELHO DE GRÂNDOLA

Azinheira dos Barros / Cura / Renda certa em géneros e 80.000 réis de benesses / Tem de renda, de próprio 2 ½ moios de trigo dados pelos fregueses e 3 quarteiros de cevada e 80.000 réis de benesses. **Grândola** / Prior / Renda certa em géneros e 10.000 réis em dinheiro / De côngrua tem 240 alqueires de trigo e 90 alqueires de cevada e 10.000 réis em dinheiro. **Melides** / Cura / Renda certa em géneros e 10.000 réis / De côngrua, 10 quarteiros de trigo e 2 moios de cevada e 10.000 réis. **Santa Margarida do Sado** / Capelão / Renda certa em géneros / Tem de renda 3 moios de trigo, 50 alqueires de centeio, pago pelos fregueses por distribuição que se faz cada ano pelos eleitos. **Santa Margarida da Serra** / Prior / Renda certa em géneros e 10.000 réis / Tem de ordenado, em cada ano, 3 moios de trigo, 1 ½ moio de cevada.

CONCELHO DA MOITA

Alhos Vedros / Prior / Renda certa em géneros e [24.000 réis] / Tem de renda ou côngrua, 5 moios menos 5 alqueires de trigo; 2 moios de cevada; uma pipa de vinho de 26 almudes paga pelo S. Martinho. Tem três beneficiados, um curado com côngrua de 3 moios de trigo, 1 ½ moio de cevada e 10.000 réis em dinheiro; dois benefícios *símplices* para ajudarem os ofícios divinos com côngrua, cada um, de 2 ½ moios de trigo e 10.000 réis em dinheiro. O tesoureiro da igreja tem de ordenado somente 15 alqueires de trigo, ¼ de vinho pago pelo S. Martinho e 7.500 réis em dinheiro, com obrigação de dar vinho e hóstias para as missas. Tem mais 4.000 réis por ensinar a doutrina, conforme uso e costume. Tem tudo pago pela ordem e comenda do grão mestrado da ordem de S. Tiago, que é Sua Majestade. **Moita** / Vigário / 50.000 réis / De renda, paga pelo povo que o apresenta. Até 1726 era cura com 30.000 réis de renda. O atual vigário é o primeiro colado pelo arcebispo de Lacedemónia.

CONCELHO DO MONTIJO

Aldeia Galega do Riba Tejo / Prior / Tem de côngrua 5 moios de trigo, 2 moios de cevada, uma pipa de vinho e duas terças partes do pé de altar. A outra terça reparte com os dois beneficiados, para além de uma côngrua igual à do pároco de quem são curas, repartidos entre si. Memória breve. **Canha** / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis em dinheiro / Tem de renda 4 moios de trigo, 2 moios de cevada e o pé de altar. Tem dois beneficiados, tendo cada um de ordenado 2 moios de trigo, noventa alqueires [de cevada] e 12.000 réis. **Sarilhos Grandes** / Capelão curado / (s/referência) / Memória breve.

CONCELHO DE PALMELA

Marateca / Capelão / Renda certa em géneros e 10.000 réis em dinheiro e pé de altar / Tem de renda 3 moios de trigo, 1 ½ moio de cevada, tudo pago pela mesa mestral da vila de Setúbal. Tem ainda ao pé de altar que por ser contingente não se pode saber o que rende. **Palmela – S. Pedro** / Prior / 24.000 réis / Tem de rendimento grosso 5 moios de trigo menos 5 alqueires, 2 moios de cevada, para além do pé de altar. Tem um beneficiado curado que tem de rendimento grosso 12.000 réis em dinheiro, 3 moios de trigo e 1 ½ moio de cevada. Tem mais quatro beneficiados simples, com rendimento cada um de 3 moios de trigo e 12.000 réis em dinheiro de grosso. Tudo pago pelo almoxarifado da Mesa das Três Ordens Militares. E nos benefícios simples servem quatro ecónomos, clérigos do hábito de S. Pedro. **Palmela – Stª Maria do Castelo** / Prior / 20.000 réis / Tem de rendimento 5 moios de trigo menos 5 alqueires, 2 moios de cevada. Tem um beneficiado curado com rendimento de 3 moios de trigo, 1 ½ moio de cevada e 12.000 réis em dinheiro. Tem mais 4 beneficiados simples, cada um com o rendimento de 3 moios de trigo e 12.000 réis em dinheiro. Tudo é pago pelo almoxarifado da mesa mestral da vila de Setúbal. Os benefícios simples são providos em freires conventuais da ordem de Santiago.

CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM

Abela / - / Renda certa em géneros e 10.000 réis / Tem de renda 2 ½ moios de trigo para côngrua do pároco e 2 moios de cevada para a besta e 10.000 réis para a renda. Da renda pagam-se 1.400 réis para os meninos órfãos e para a festa do orago. **Alvalade** / Prior / Renda certa e 25.000 réis em dinheiro / Tem de renda 180 alqueires de trigo e 120 alqueires de cevada e 25.000 réis em dinheiro. Tem dois beneficiados, cada um com rendimento de 10.000 réis em dinheiro, 120 alqueires de trigo e 90 alqueires de cevada. **Cercal** / Cura ou capelão / Renda certa em géneros e 10.000 réis / Tem de côngrua ou renda anual 2 moios de trigo e 1 ½ moio de cevada. **Roxo** / Capelão / Renda de géneros e 10.000 réis em dinheiro / De rendimento *somente* 2 moios de trigo e 10.000 réis em dinheiro. E não tem cevada, *sendo obrigado a pessuir huma cavalgadura para hir com mais promptidão administrar os sacramentos aos freguezes*. É pago pelas rendas da comenda da vila. **Santa Cruz** / Capelão / Renda de géneros e 10.000 réis / Tem de renda 2 ½ moios de trigo e 2 moios de cevada. **Santiago do Cacém** / Prior / Renda certa em géneros e 22.000 réis / Tem mais de renda certa, que paga a comenda, 3 moios de trigo e 3 moios de cevada. Tem seis beneficiados. **Santo André** / Capelão / Renda em géneros e 10.000 réis / Tem mais de renda 2 ½ moios de trigo e 2 moios de cevada, tudo pago pela comenda. **São Bartolomeu da Serra** / Capelão / Renda de géneros e 10.000 réis / Tem mais de renda 2 ½ moios de trigo, 2 moios de cevada, fora o pé de altar. Não tem beneficiados. **São Domingos** / Capelão / Renda em géneros e 10.000 réis / Tem mais 2 ½ moios de trigo de mantimento para si e 2 moios de cevada para a cavalgadura. **São Francisco da Serra** / Capelão / Renda de géneros e 10.000 réis / Tem mais de rendimento certo, fora o pé de altar, 2 ½ moios de trigo e 2 moios de cevada, tudo pago pela comenda da vila. **Vale de Santiago do Cacém** / Cura / Renda certa em géneros e 10.000 réis em dinheiro / Tem de renda 2 ½ moios de trigo, 2 moios de cevada e 10.000 réis em dinheiro.

CONCELHO DO SEIXAL

Amora / Cura / 200.000 réis / De renda, com o pé de altar, dois almudes de vinho cada ano, de cada pessoa que tiver ou fizer vinhos na freguesia. O atual pároco é vigário *porque a menza e o povo o collaram.* **Arrentela** / Cura / 200.000 réis / De renda, quanto muito. A renda da fábrica da igreja são 140.000 réis, do que se paga a cera do altar-mor e de Santa Ana,

azeite para uma lâmpada, cera para o dia da Srª das Candeias, sermões da Quaresma e Semana Santa e aos cantores. Tem também de esmola ordinária uma arroba de cera, paga pela mesa do pescado seco. **Corroios** / Cura / 100.000 réis / De rendimento certo e incerto *ad summum*, pouco mais ou menos. Recebe de côngrua certa quantia de vinho e a igreja certa quantia de dinheiro que, com alguns foros, esta chega a 17.880 réis e com a jóia do juiz, escrivão e mais oficiais, com umas e outras esmolas que com a bacia e bolsa se pedem, ao todo cem mil réis. **Seixal** / Cura / 150.000 réis / Tem de ordinária 50 almudes de vinho e 12.800 réis em dinheiro, que junto com o pé de altar rende 150.000 réis.

CONCELHO DE SESIMBRA

Castelo (N.ª Sr.ª da Consolação) / Prior / 240.000 réis / De renda, incluindo 20.000 réis em dinheiro, 3 moios de trigo, 2 ½ moios de cevada. Tem mais metade do pé de altar, sendo do tesoureiro a outra parte, vindo a render, pouco mais ou menos 50 moedas (x 4.800 réis). Tem dois beneficiados colados que poderão ter de renda 120.000 réis até 130.000 réis. **Santiago** / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis em dinheiro / De renda certa em dinheiro. Tem mais de renda certa 3 moios de trigo, 2 ½ moios de cevada e de ofertas cobra somente metade, sendo a outra metade cobrada pelo tesoureiro. Tem dois beneficiados curados, também freires, apresentados pela Mesa da Consciência e Ordens, que têm 3 moios de trigo e 10.000 réis em dinheiro cada um. Tem a paróquia quatro benefícios simples, três dos quais têm de renda 2 moios de trigo e 10.000 réis em dinheiro de que cobra o proprietário um moio e 6.000 réis e o resto os seus serventuários. O quarto benefício tem mais os dízimos do apréstimo de Azeitão que renderá 200.000 réis. E além disto cobra o prior e cada um dos beneficiados curados e ecónomos ou serventuários 350 alqueire de trigo e 18 tostões em dinheiro, a que chamam o priostado. A apresentação anual dos quatro serventuários ou ecónomos pertence ao prior até à véspera do dia de S. João Baptista, passado o qual fica devoluta esta acção e regalia ao superior do convento de Palmela, aonde sempre se confirmam.

CONCELHO DE SETÚBAL

Nossa Senhora da Ajuda / Prior / Renda certa em géneros e 18.000 réis em dinheiro / Tem de ordenado 3 moios de trigo e 1 ½ moio de cevada. **São Lourenço (de Azeitão)** / Cura / 200.000 réis / De renda, pouco mais ou menos, conforme os anos. **São Simão do limite de Azeitão** / Capelão / Renda certa em géneros e de repartição e 12.000 réis / Tem de renda paga pela comenda 1 moio de trigo e 1 moio de cevada. Os fregueses lhe pagam desta forma: os que fabricam vinho e trigo 1 almude de vinho e 1 ½ alqueire de trigo; os que produzem uma só espécie com ela e 3 vinténs sendo casados e os solteiros metade, pelo que rende, uns anos por outros, 3 pipas de vinho, ½ moio de trigo e 12.000 réis em dinheiro. **Setúbal (N.ª Sr.ª da Anunciada)** / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis / Tem de renda 4 moios e 55 alqueires de trigo, 2 ½ moios de cevada. Tem dois beneficiados curados e quatro simples, da apresentação de Sua Majestade, com uma renda de 3 moios de trigo e 14.000 réis em dinheiro. **Setúbal (Stª Maria da Graça)** / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis / Tem de renda 4 moios e 50 alqueires de trigo, 2 ½ moios de cevada. Tem 6 beneficiados, dois curados e quatro simples, todos da apresentação de Sua Majestade, cada um com igual renda de 3 moios de trigo e 14.000 réis em dinheiro. **Setúbal (S. Julião)** / Prior / 20.000 réis / Tem de próprio, 4 moios e 50 alqueires de trigo e 2 ½ moios de cevada. Tem dois beneficiados curados que apresenta Sua Majestade, tendo cada um de próprio 3 moios de trigo e 14.000 réis em dinheiro. Tem mais quatro benefícios simples, todos com obrigação de coro, com uma renda, cada um, de 3 moios de trigo e 14.000 réis em dinheiro. **Setúbal (S. Sebastião)** / Prior / 20.000 réis / Tem de renda anual, tal como os demais párocos das igrejas paroquiais da vila, 4 moios e 55 alqueires de trigo, 2 ½ moios de cevada. Não arrecadam dízimos por estes estarem reduzidos a comendas com autoridade da Sé Apostólica. Tem quatro beneficiados, dois curados e dois simples, com a porção anual de, cada um, 3 moios de trigo e 14.000 réis em dinheiro, apresentados por Sua Majestade.

CONCELHO DE SINES

Sines / Prior / Renda certa em géneros e 20.000 réis / Tem de côngrua 3 moios de trigo, 2 moios de cevada. Tem três beneficiados cada um com 2 ½ moios de trigo e 1 ½ moio de cevada e 10.000 réis em dinheiro.

Mosteiros e Conventos, Misericórdias e Hospitais

Identificação e síntese de informações recolhidas das *Memórias Paroquiais* (M.P.). Para o caso das paróquias da cidade de Lisboa é possível cotejar a informação com os dados de João Baptista de Castro (J.B.C.). Quando não há Memória Paroquial recolhem-se entre [ ] os dados de J.B.C. ou quando acrescentam informação. As concordâncias das informações das M.P. com as J.B.C vão assinaladas { }. Referenciação ou mais complementos de informação sobre ordem, data de fundação das instituições obtidos em Luís Caetano de Lima na *Geografia Histórica* (1734-1736) vão destacados em *itálico.*

1 – MOSTEIROS E CONVENTOS DA CIDADE E CORREIÇÃO DE LISBOA

Cidade e concelho de Lisboa (Paróquias) / Mosteiros-Conventos-Título-Invocação/ Ordem-Religião

Ajuda-Cidade de Lisboa / [Convento de Nª. Sª. de Belém] / Religiosos de S. Jerónimo / *Mosteiro real. Fundação de D. Manuel*; [Mosteiro de Nª. Sª. do Bom Sucesso] / Religiosas dominicanas irlandesas / *Fundação em 1626*; [Mosteiro do Calvário] / Religiosas observantes franciscanas / *Fundação em 1600*; [Mosteiro de Nª. Sª. da Quietação] / *Religiosas franciscanas descalças da primitiva regra de Stª. Clara / Fundação em 1586.* **Ameixoeira-Correição de Lisboa /** sem referências nas Memórias Paroquiais /. **Anjos-Cidade de Lisboa /** {Convento de Nª. Sª. Penha de França} / [Religiosos Eremitas de Stº. Agostinho]; {Hospício de Nª. Sª. da Conceição} / Religiosos Capuchos; {Mosteiro de Nª. Sª. do Desterro} / Religiosos de S. Bernardo; {Colégio de Nª. Sª. da Nazaré} / Noviciado dos Jesuítas. **Benfica-Correição de Lisboa /** Convento de S. Domingos / Religiosos de S. Domingos / *Fundação régia 1399.* **Camarate-Correição de Lisboa /** Convento de Nª. Sª. do Carmo / Socorro / *Religiosos Carmelitas Calçados.* **Campo Grande-Correição de Lisboa /** Sem referências nas Memórias Paroquiais /. **Carnide-Correição de Lisboa /** Convento de Nª. Sª. da Luz / Da Ordem Militar de Cristo / *Fundada em 1642*; Convento de Santa Teresa / *Carmelitas Descalças / Fundação em 1642*; Convento de S. João da Cruz / *Carmelitas Descalços*; Convento de Carnide de *Nª. Sª. da Conceição da Luz*/Filhas de Maria Santíssima. **Castelo-Cidade de Lisboa.** Sem Memória Paroquial **/** [Recolhimento de Nª. Sª. da Encarnação]. **Chagas – Cidade de Lisboa** Sem Memória Paroquial / [Sem território]. Igreja. *Anexa a S. João de Latrão. Fundação em 1542.* **Charneca-Correição de Lisboa /** Sem referências. **Conceição-Cidade de Lisboa /** {Igreja dos Freires da Ordem de Cristo/Ordem de Cristo Colegiada} / Colegiada de Nª Sª da Conceição. *Fundada por D. Manuel.* **Encarnação-Cidade de Lisboa.** Sem Memória Paroquial/ [Convento de S. Pedro de Alcântara] / Religiosos Capuchos da Província da Arrábida/Arrábidos. ***Fundado em 1680*** (G. Hist.). [Convento de S. Roque] / Companhia de Jesus. *Casa Professa. Fundação em 1553*; [Hospício de Nª. Sª. da Conceição] / Clérigos pobres. [Colégio dos Catecúmenos] / - /; [Recolhimento de N.ª Senhora da Natividade] / Das Convertidas. **Lumiar – Correição de Lisboa /** Convento de Nª. Sª. da Porta do Céu / *Ordem de S. Francisco da Província de Portugal.* **Madalena – Cidade de Lisboa /** {Sem referências} **/**. **Mártires -Cidade de Lisboa /** {Hospício Fr. António das Chagas} / Religiosos do Varatojo; {Convento de S. Francisco da cidade} / - / Mosteiro real. *Fundação de D. Afonso II, 1217*; [Recolhimento dos Meninos Pobres] / Vestidos do hábito de Nª. Sª. do Carmo. **Mercês-Cidade de Lisboa /** {Casa de Nª. Sª. da Divina Providência} / Clérigos de S. Caetano, teatinos / *Fundação em 1650-1653*; {Colégio de S. Pedro e S. Paulo} / Inglesinhos (Seminário) / *Fundação em 1632*; Convento Nª. Sª. da Conceição} /Carmelitas Descalças de Stª. Teresa / *Fundação em 1681*; {Hospício de Nª. Sª. dos Anjos} / Missionários de Brancanes; {Hospício de Nª. Sª. da Conceição} /

Franciscanos; {Hospício de Nª. Sª. do Monte} / Carmo, Carmelitas de Pernambuco; {Hospício de Nª. Sª. da Conceição} / Franciscanos do Rio de Janeiro. **Loures-Cidade de Lisboa /** Convento do Espírito Santo / Capuchos da província da Arrábida / Fundação em 1575/. **Nª. Sª. do Loreto-Cidade de Lisboa** Sem Memória Paroquial/ Paróquia sem território / {sem referências} / Igreja *fundação dos italianos. Anexa a S. João de Latrão*. **Odivelas-Correição de Lisboa /** Mosteiro de religiosas de S. Bernardo. *Fundação em 1294*. **Oeiras-Correição de Lisboa /** *Mosteiro Cartucha de Vallis Misericordiae / Monges de S. Bruno*. **Oeiras-Cidade de Lisboa /** Convento de Sta. Catarina de Ribamar / Arrábidos / Padroeiro Duque de Lafões /; Convento de S. José de Ribamar / Arrábidos / Padroeiro Marquês de Valença. **Oeiras (Bacicos)-Cidade de Lisboa /** Convento de Nª. Sª. da Boa Viagem /Arrábidos / Hoje Padroeiro Provedor da Misericórdia de Lisboa /. **Patriarcal-Cidade de Lisboa /** {sem referências}. **Pena (Nª. Sª. da)-Cidade de Lisboa /** Convento de Sant'Ana / Religiosas Terceiras de S. Francisco / *Fundação em 1561/*; Convento de Sto. António dos Capuchos / Província de Sto. António / *Fundação em 1570*; Convento da Encarnação / *Comendadeiras de Avis / Fundação em 1630*. **Sacavém – Correição de Lisboa /** Convento de Nª. Sª. dos Mártires / *Religiosas Capuchas da Primeira regra de Sta. Clara*; Convento de Santa Clara / Santa Clara e reforma de Sta. Coleta da Província do Algarve. **Sacramento-Cidade de Lisboa /** {Convento da SSma Trindade} / Trinitários / *Religiosos da SSma. Trindade*; {Convento de Nª. Sª. Monte Carmo} / Ordem de Nª. Sª. do Carmo, de religiosos Calçados / *Fundação em 1385*. **Santa Catarina-Cidade de Lisboa /** {Convento de Nª. Sª. de Jesus dos Cardaes} / Terceiros da Ordem de S. Francisco. *Fundação em 1599*; {Convento do SSmo. Sacramento} / Religiosos de S. Paulo / Da Congregação da Serra da Ossa. *Fundação em 1647*; [Recolhimento de Nª. Sª. do Carmo / - /; [Recolhimento do Espírito Santo] / - /; **Santa Engrácia-Cidade de Lisboa /** {Convento de Santa Clara} / Franciscanas da 2ª regra / Seráficas Observantes / *Começado a povoar, 1292*; {Convento de Santa Apolónia} / Primeira regra de Santa Clara /; {Convento-Hospício de Nª. Sª. Conceição} / Barbadinhos. Trinos; {Recolhimento de Nª. Sª. Anjos} / - /; {Convento das Comendadeiras de Santos-o-Novo} / Regra de Sto. Agostinho / Ordem de Santiago. ***Fundado em 1492*** /. {Convento de Nª. Sª. da Madre de Deus} / Franciscanas Descalças. Primeira regra de Sta. Clara / *Fundação em 1508*; {Convento de Sta. Maria Jesus de Xabregas} / Franciscanos menores Observantes. Cabeça da Província do Algarve / *Fundação em 1450*; [Colégio de S. Francisco Xavier] / *de religiosos da Companhia de Jesus*. **Santa Isabel-Cidade de Lisboa /** {Convento de S. Bento da Saúde} / Ordem de S. Bento / *Fundação em 1598*; {Colégio de Nª. Sª. da Estrela} / Ordem de S. Bento / *Fundação em 1571*; {Colégio da Cotovia-Nª. Sª. da Assunção} / Companhia de Jesus / *Fundação em 1603*; {Convento de Nª. Sª. dos Remédios} / Religiosas Trinas; {Convento do Senhor Jesus da Boa Morte} / Congregação de Mendicantes. **Santa Justa e Rufina-Cidade de Lisboa /** {Convento de S. Domingos (no Rocio)} / Dominicanos. Mosteiro real / *Fundação por D. Sancho II*; {Casas de Padres de S. Camilo} / - /; [Hospício de Santo António] / Capuchos da Província da Piedade; [Hospício de Nª. Sª. da Conceição] / Religiosos Arrábidos. **Santa Maria Maior-Cidade de Lisboa /** Casa de Sto. António / - /. **Santa Maria dos Olivais-Correição de Lisboa /** Convento dos Padres Lóios/ Lóios / - /; Convento do Monte Olivete / Frades Grilos-Agostinhos Descalços / *Fundação por D. Afonso VI em 1666*; Convento de S. Cornélio / Arrábidos / *Capuchos da província da Arrábida*; Convento dos Grilos /*Agostinhas Descalças*; Convento Marvila / Freiras Brígidas / *Fundação em 1660* /; Convento de S. Bento de Xabregas / *Cónegos Seculares de S. João Evangelista*; Mosteiro de S. Félix e Sto. Adrião de Chelas / *Cónegos Regrantes*. **Santa Marinha do Outeiro-Cidade de Lisboa /** {sem referências} / **Santiago-Cidade de Lisboa /** {sem referências} /. **Santo André /** {Convento de Nª. Sª. da Graça} / Religiosos eremitas de Sto. Agostinho / *Fundação em 1147*. **Santo Estevão de Alfama-Cidade de Lisboa /** {sem referências} /. **Santos-o-Velho-Cidade de Lisboa /** {Convento do Santo Crucifixo} / Franciscanas; {Convento de Sta. Brígida} / Ordem do Salvador. *Religiosas inglesas da Ordem de Sta. Brígida / Fundação em 1651*; {Convento de Nª. Sª. da Soledade} / Religiosas da SSma. Trindade. Trinas Recoletas / *Fundação em 1657*; {Convento de Nª. Sª. da Piedade da Esperança} / Franciscanas / *Fundação em 1534*; {Convento do SSmo. Sacramento} / Dominicanas / *Fundação em 1612*; {Convento de Sto. Alberto} / Carmelitas Descalças / *Fundação em 1584*; {Convento de Nª. Sª. da Porciúncula} / Religiosos Capuchos Franceses da província da Bretanha / *Fundação em 1648*; {Convento de Nª. Sª. dos Remédios} / *Carmelitas Descalços / 1582-1606*;

{Convento de S. João de Deus} / Hospitalários de S. João de Deus / *Fundação em* 1630; {Convento de S. Francisco de Paula} / Mínimos; {Convento de Nª. Sª. do Livramento} / Religiosos da SS^ma. Trindade / *Fundação depois de 1679*; {Convento de Nª. Sª. das Necessidades} / Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri; [Convento de Nª. Sª. da Nazaré] / Recoletas Descalças de S. Bernardo / *Fundação em 1653*; *Convento das Religiosas Capuchas Francesas / - / 1667*. **S. Bartolomeu-Cidade de Lisboa** Sem Memória Paroquial. **/** Convento de [Santo Elói] / *Cónegos Seculares de S. João Evangelista / Fundação do Bispo de Lisboa, D. Domingos Jardo*; [Seminário de Santa Catarina] / De colegiais seculares. **S. Cristóvão-Cidade de Lisboa /** Recolhimento de Nª. Sª. do Amparo / - /; **S. João da Praça-Cidade de Lisboa /** {sem referências} / **S. Jorge Arroios--Cidade de Lisboa /** {sem referências} /. **S. José--Cidade de Lisboa /** {Convento de Santa Marta} Franciscanas. *Reduzido de Recolhimento a clausura em 1583*; {Convento da Anunciada} / Dominicanas / *Primeira fundação de D. Manuel*; {Hospício da Rua da Palmeira} / Brunos; {Hospício da Rua Direita de S^ta. Marta} / Religião do Carmo, Província do Rio de Janeiro; {Hospício da Rua do Passadiço} / Nª. Sª. Mercês, Província do Maranhão; {Hospício da Rua do Passadiço} / Carmelitas Descalças do Instituto de S^ta. Teresa; {Hospício de S^ta. Joana} / *Dominicanos*; [Convento do *Corpus Cristi, erecto* em 1756] / Carmelitas Descalços. **S. Julião /** Convento da Boa Hora / *Religiosos Agostinhos Descalços*. **S. Lourenço-Cidade de Lisboa /** Convento da Rosa / [Rosário] / Dominicanas / *Fundação em 1519*. **S. Mamede-Cidade de Lisboa /** {Seminário de S. Patrício} / Companhia de Jesus. Colégio ou Seminário / *Fundação em 1605*. **S. Martinho-Cidade de Lisboa /** {sem referências} / **S. Miguel de Alfama-Cidade de Lisboa /** {sem referências} /. **S. Nicolau-Cidade de Lisboa /** Convento [Corpus Christi] / Carmelitas Descalços / *Fundação em* 1661; [Espírito Santo] / Congregação do Oratório de S. Filipe Néri / (A Memória Paroquial refere-se genericamente à existência de dois conventos que já não existem por causa do Terramoto). *Casa dos Padres da Congregação. Fundação em 1671*. **S. Paulo-Cidade de Lisboa /** {Convento do Corpo Santo-Nª. Sª. do Rosário} / *Domínicos Irlandeses / Fundação em 1659*; {Convento Hospício de S. João Nepomuceno e S^ta. Ana} / Carmelitas Descalços Alemães. **S. Pedro-Cidade de Lisboa** Sem Memória Paroquial / {sem referências} /. **São Salvador-Cidade de Lisboa /** {Convento do Salvador} / Dominicanas / *Fundação em 1392*. **S. Sebastião da Pedreira-Cidade de Lisboa /** {Convento de S^to António da Convalescença} / Capuchos de S^to. António / ***Guardiania de religiosos da Província de S^to. António*** /; {Convento de Santa Rita} / Agostinhos Descalços; Convento de S. Bernardo / Religiosas de S. Bernardo. **S. Tomé-Cidade de Lisboa /** {Igreja e Hospital/Hospício do Menino Jesus} / Recolhimento de Mantelatas da Ordem Terceira de S. Francisco de Xabregas. **S. Vicente de Fora-Cidade de Lisboa /** {Convento S. Vicente de Fora} / Cónegos Regrantes de S^to. Agostinho / *Mosteiro real fundado por D. Afonso Henriques em 1147*; {Convento S^ta. Mónica} / Agostinhas Calçadas / ***Fundado 1586*** / [Hospício de N. Senhor Jesus Cristo] / Tomaristas da Ordem de Cristo / - /. **Socorro-Cidade de Lisboa /** {Colégio de S^to. Antão} / *Companhia de Jesus / Fundação em 1579. Com cadeiras de Ensino Público*; {Coleginho de S^to. Antão-Colégio de S^to. Antão o Velho} / *Eremitas de S^to. Agostinho*; {Colégio Jesus dos Meninos Órfãos} / - /. **Vialonga--Correição de Lisboa /** Convento de Nª. Sª. dos Poderes / *Religiosas da Terceira Ordem de S. Francisco*.

2 – MOSTEIROS E CONVENTOS DO DISTRITO DE LISBOA

Freguesia / Mosteiros-Conventos / Ordem-Religião / Padroado-Administração

Alenquer. Alenquer / Convento de S. Francisco (Alenquer) / Franciscano. Observância e Província de Portugal / Proteção Real; Convento de Nª. Sª. da Conceição (Alenquer) / Santa Clara / Padroeiro, antepassados de Fidalgo da Casa Real; Convento de S. Paulo (Alenquer) / Eremitas (Biguinos) / - /; Convento de Hospício (Oratório de S^ta. Catarina) / S. Francisco / - /; Convento de S^ta. Catarina (Carnota) / Capuchos. Província de S^to. António / Padroeiro o Infante /; Convento de Carmelitas (Olhalvo); Carmelitas Descalços / Padroeiro D. Carlos de Me-

neses; Mosteiro do Mato (Pereiro de Palhacana) / S. Jerónimo / Fundação Real; Recolhimento de Nª. Sª. da Conceição / - / Proteção da Rainha; Recolhimento (S. Tiago de Alenquer) / - / Extinto. Hoje está a igreja Nª Sª da Redonda; Seminário (Atouguia das Cabras) / Dominicanos / - /; Santuário de Nª. Sª. das Neves / Missionários Dominicanos (Assist.) / Principia um novo convento. **Aldeia Galega da Merceana** / Convento dos Capuchos / - / Padroeiro D. João de Rolim; **Vila Verde dos Francos** / Convento de Nª. Sª. da Visitação / S. Francisco da Recoleção da Província do Algarve / Padroeiro o Marquês da Angeja. **Azambuja. Azambuja** / Convento de Jericó (entre Salvaterra de Magos e Benavente) / Religiosos Arrábidos / - /; Hospício e Igreja / Ordem Terceira de S. Francisco / -/; **Aveiras de Baixo** / Convento de S. Francisco (no lugar das Virtudes) / Religiosos de S. Francisco / - /. **Cadaval. Cadaval** / Convento de S. Francisco (Encosta da Serra de Montejunto (Cadaval) / Convento da primitiva ordem dos Pregadores – Província dos Algarves / - /; Convento de Nª. Sª. das Neves (Vilar – Sítio de Montejunto) / Missionárias da Ordem de S. Domingos / primeiro da Religião que se fundou no Reino. **Cascais. Cascais** / Convento de Nª. Sª. da Piedade (Vila de Cascais) / Carmelitas Descalças / Doado à Misericórdia. Hoje dos Religiosos; Recolhimento / Beatas da Ordem Terceira de S. Francisco / Regidas pelos Franciscanos recoletos do Convento de Sto. António de Xabregas; Hospício [na capela de Nª. Sª. da Nazaré] / Padres de S. Francisco de Penha. Intentavam fundar convento na terra e não conseguiram / - /; Convento de Santo António (Extra-muros da vila) / Franciscanos Descalços da Província do Algarve / Padroeiros os Marqueses de Cascais / Convento da Ordem Terceira de S. Francisco / - / Sujeita à direção da Casa da Misericórdia. **Lourinhã. Lourinhã** / Convento de Xabregas / Franciscanos de Xabregas / - /. **Mafra. Mafra** / Convento Real de Nª Senhora e Sto. António / da Província da Arrábida / Padroado real. **Sintra. Sintra** / Convento de Hospício da SSma. Trindade / - / - /; Convento de Nª. Sª. da Saúde, da Pena ou da Penha Longa / Jerónimos / Primeira fundação dos Jerónimos em Portugal (primeiro nome, Nª. Sª. da Vitória); **Colares** / Convento / Carmelitas Calçadas / Padroeiro Casa de Dinis de Melo. Lisboa. **Torres Vedras Torres Vedras** / Convento de Nª. Sª. da Graça / Agostinhos Calçados-Eremitas de Sto. Agostinho (*G. Hist*.) / Foi padroeiro Dona Filipa Botelho; Convento de Sto. António Varatojo / Franciscanos missionários Apostólicos (*G. Hist*.) / - /; Convento de do Barro / Arrábidos de Nª. Sª. dos Anjos (G. Hist.) / - /; Convento de Nª. Sª. Penafirme / Eremitas de Sto. Agostinho [em A dos Cunhados] / Moram por causa do Terramoto no Hospício da Povia. **Vila Franca de Xira. Vila Franca de Xira** / Resi-. dência perto da igreja / Religiosas da SSma. Trindade com uma ermida de Nª. Sª. das Mercês / - /. **Povos** / Convento de Sto. António / Capuchos / Padroeira a Marquesa do Louriçal. **Bairro da Ribeira** / Convento de Sto. António da cidade (Vialonga) / Capuchos / Padroeiro, Gonçalo Xavier de Alcáçova / Convento de S. Francisco da Cidade (Vialonga) / - / Apresentação da Rainha. **Alhandra** / Convento de Sobral / Capuchos da Prov. de Sto. António (1ª pedra (1597)) (Fora do termo da vila) / - /. **Alverca** / Convento de de S. Romão / Carmelitas Observantes / Padroeiro Miguel Salema Lobo de Saldanha. Fidalgo da Casa Real; Convento de Nª. Sª. dos Anjos (1597) / Capuchos da Província de Sto. António / Padroeiro, Conde Copeiro-Mor.

3 – MOSTEIROS E CONVENTOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

Freguesia / Mosteiros-Conventos / Ordem-Religião / Padroado-Administração

Alcácer do Sal. Alcácer do Sal / Convento de S. Francisco (Sta. Mª. Castelo) / - / Padroeiro Francisco Xavier de Miranda /; Convento de Stº António (S. Tiago) / Franciscanos (Província do Algarve) / Padroeiro Conde de Palma. **Torrão** / Convento [de S. Francisco] / Convento Franciscano da Província dos Algarves / Padroeiro Vasco José de Cardim de Vilasboas e os Cabrais de Setúbal; Convento de Nª. Sª. da Graça / de Santa Clara / Instituição de Maria Pinta e outras. Padroeiro Pedro Correia da Silva. **Alcochete. Alcochete** / Convento de Nª. Sª. do Socorro / Franciscano Recoleto (Província do Algarve) / Padroeiro Conde de S. Vicente. **Almada. Almada** / Convento de Nª. Sª. da Piedade (Convento de Caparica) (1558) / Província da Piedade /

Fundação de Lourenço Pires de Távora; Convento de Nª. Sª. da Rosa (Casalinho da Rosa) (1410) / Eremitas de S. Paulo / Fundado por Mendo Seabra; Convento de [Nª. Sª. da Assunção (1660-68) (Sobreda) / Eremitas de Stº. Agostinho / Fundado por Fernando de Castilho e Mendonça; Convento de S. Paulo (Almada) / Ordem de S. Domingos / - /; Recolhimento da Piedade (Almada) / - / Despovoado no Terramoto. **Barreiro. Barreiro** / Convento de Verderena / Religiosas arrábidas / Fundadora Dona Francisca de Araújo, mulher de Luís Mendes de Vasconcelos. **Lavradio** / Convento de Verderena / Arrábidos / Hoje administra a Misericórdia do Barreiro; Convento / Arrábidos / Padroeiro Conde de Unhão. **Moita. Moita** / Hospício (ou quinta com ermida) / - / Dos religiosos de Nª. Sª. da Graça de Lisboa (nela reside um sacerdote, pregador e professor). **Palmela. Palmela** / Convento (dentro do Castelo) / Freiras da Ordem de Santiago / Governador e perpétuo administrador Sua Majestade; Convento de S. Paulo (Serra de Stº. António, fronteiro à vila) / [S. Paulo] / Padroeiro, a Religião; Convento dos Capuchos (na Serra de Stº. António) / Da Província do Algarve / Fundação de D. Estevão da Gama, filho de Vasco da Gama, 1º Conde da Vidigueira. Hoje Padroado na Casa de D. Luís de Portugal e Gama. **Sines. Sines** / Convento de Santo António / Franciscanos da Província do Algarve / - /. **Setúbal. Setúbal** / Convento de S. Francisco Observantes da Província do Algarve / Padroeiro Francisco Xavier de Sá Henriques; Convento / Religiosos da Trindade / Sem Padroeiro; Convento / Carmelitas Descalças / Padroeiro António da Costa Lima. Arruinado pelo Terramoto; Convento de Jesus / Religiosos da Madre de Deus de Lisboa / Padroeiro que foi Justa Rodrigues, ama de D. Manuel; Convento do Carmo / Carmelitas Calçados / Padroeiro da capela-mor foi Dona Juliana de Castro; Convento de Stª Teresa / Religiosos de Stª. Teresa / - /; Convento de S. Domingos / - / Fundado por D. Sebastião (1568); Convento / Agostinhos Descalços / Fundado por Jacinto de Melo, frade Graciano; Mosteiro de S. João / Dominicanas / Fundado em uma ermida de D. Jorge, filho de D. João II (1529). Fundação de sete religiosas do Observante Convento de Aveiro; Recolhimento (Junto à ermida de Nª. S.ª da Soledade) / - / Padroeiro D. António Domingues de Sousa; Recolhimento (na igreja de Nª. Sª. da Saúde) / - / Ainda informe; Colégio / Padres da Companhia de Jesus / Fundado por André Velho Freire. **Sesimbra. Sesimbra** / Convento de S. Pedro de Alcântara (na Serra da Arrábida) / Capuchos / - /; Convento de Nª. Sª. da Piedade (lugar de Nogueira. S. Lourenço de Azeitão) / Dominicanos de S. Domingos / Sem padroeiro. Com fazendas deixadas por uns homens principais ao Mosteiro; Convento de Nª. Sª. da Arrábida (na Serra, junto ao mar) (S. Lourenço de Azeitão) / Arrábidos / Padroeiro o Duque de Aveiro. Fundação de Frei Martinho de Stª. Maria e S. Pedro de Alcântara. **Santiago do Cacém Santiago do Cacém** / Convento de Nª. Sª. do Loreto (Fora da vila, distante uma légua) / Franciscano da Província do Algarve / Não tem padroeiro.

4 – HOSPITAIS DA CIDADE DE LISBOA

Freguesia / Nome do Hospital – Local de Instalação / Fundador – Data da Fundação – Edifício / Serviços e destinatários / Padroado – Administração / Estado pós Terramoto.

Santa Justa / Hospital Real de Todos os Santos / Tempo de D. Manuel / - / Mandado administrar pela Misericórdia e depois por fidalgos / - /; Casa dos Enjeitados / -/ Com enfermaria de entrevados. Era parte do Hospital real / - / Existe agora na freguesia de Stº. André. **S. Nicolau / Hospital** / - / -/ - / Só ruina pelo Terramoto; Hospital. Na Calçadinha do Carmo / Sumptuoso Hospital. No género uma das obras magníficas da corte / Hospital para os irmãos da Ordem Terceira / - / - / Ruínas. **S. Sebastião da Pedreira** / Convento da **Convalescença** / - / Convento para convalescença dos religiosos / Religiosos capuchos / - /. **Stª. Catarina / Hospital** com capela contígua ao convento de Jesus / - / Privativo para os Terceiros pobres ainda que outros nele se admitam por ajuste /Administra a Ordem Terceira / - /. **Lumiar /Albergaria** / Boa casa / Para hospedagem aos pobres enfermos e passageiros por 3 dias (…) e enviar ao Hospital Real de Todos os Santos / Administra a Irmandade do Espírito Santo / - /. **Madalena** / Ermida do **Hospi-**

tal dos Palmeiros de N.ª Sr.ª de Belém / Fundada em 1330 / Albergaria de pobres. Com cama, água e candeia para 3 dias chama-se dos Palmeiros porque recolhe peregrinos que vinham de Jerusalém (nobres palmeiros, peregrinos e resgatados) / Antigamente administrado por 25 irmãos dos Principais de Lisboa. D. João V deu a administração do Hospital à Congregação do Sr. Jesus dos Perdões da igreja da Madalena e Mesa de Consciência e Ordens / - /. **Santos-o-Velho** / [**Hospital**] de Nª Sª da Conceição / - / Clérigos pobres / Religiosos hospitaleiros de S. João de Deus / - /. **Santa Cruz do Castelo**[1] / - / - / - / - / - /. **S. Tomé do Castelo** / Igreja e **Hospital** do Menino Deus / Fundação de Madre Cecília, mulher preta. Acabada por esmolas dos fiéis pela Ordem Terceira de S. Francisco de Xabregas / [Hospital para enfermos da mesma Ordem Terceira] / - / - /. **Ameixoeira** / Hospital de peregrinos / - / Dos peregrinos para somente dormirem nele algumas noites / Igreja da Ameixoeira / - /. **Carnide** / **Régio Hospital da Luz** (Junto ao convento da Luz) / Fundado e acabado pela D. Maria Infanta. Obra dos mais regulares destes Reinos. Com singular capela … útil para o bem espiritual dos pobres enfermos ouvirem missa. Abriu-se em 1618 com médico, cirurgião, boticário e mais domésticos do hospital. Duas Enfermarias / (…) Curar os pobres miseráveis enfermos (…). Testamento da Infanta para se curarem 63 pobres doentes. Outros legados e testamentos / Provedor e Almoxarife religiosos da Ordem de Cristo com contas na Mesa da Consciência e Ordens. Renda actual 3.000 cruzados / Bastante danificado pelo Terramoto. **Mártires** / **Hospitalinho**. Casa do Ferregial, em umas lojas / - / *Habitavam alguns pobres por provimento da irmandade de Sto. António dos Nobres, no Convento de S. Francisco* / Irmandade de Sto. António dos Nobres no convento de S. Francisco / - /; **Hospital** dos Terceiros de S. Francisco / Fundado por Frei Domingos da Cruz em 1672 / - / - /. **Charneca** / **Hospital** (casas térreas) / Que deixou um devoto há muitos anos / Para recolher os peregrinos / Confraria do Espírito Santo / - /.

5 – MISERICÓRDIAS E HOSPITAIS DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

Terra Antiga-Concelho Moderno / Nome-Local Instalação / Fundador-Data da Fundação / Padroado-Administração das Rendas / Serviço--Destino-Compromisso / Observações-Notas
[Ordem cronológica de fundação ou mais antiga referência à Misericórdia conforme – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* - P.M.M.
Entre [ ] as datas aí referenciadas

LISBOA/Santa Maria Maior (1498) / Nobilíssima irmandade da **Misericórdia** / Frei Miguel Contreiras. Aprovação da Rainha 1498 / Foi-se estendendo a todo o Reino. / - / - /. **SETÚBAL** [1498-1500] / **Misericórdia**. Antiga na igreja de Nª Sª dos Anjos. Em 1566 na igreja do Espírito Santo. Com o Terramoto na igreja de S.to. António / Antiga / - / Com o Compromisso de Lisboa de 1501[2] / - /; **Hospital**. Arruinado no Terramoto. Passaram as enfermarias para outro hospital da freguesia de S. Sebastião-S. ta. Maria da Graça / - / - / - / - /; **Hospital da Anunciada e Albergaria**[3]. Junto à igreja paroquial / - / Administrado por 1 provedor e 2 juízes da irmandade da Anunciada / - / - /; **Hospital**. Dentro da Fortaleza do Cais[4] / - / Administrado pela Misericórdia/ - / - /; [**Hospital** do Barreiro][5]/ - / -/ - / - /. **MONTIJO** [1506] / [**Misericórdia**] / - / - / - / [6] /. **ALCOCHETE** [1511] / **Misericórdia**. Vila de Alcochete / Manuelina / - / - / - /; **Hospital/Albergaria**. Vila de Alcochete (contíguo à ermida do Espírito Santo) / - / Da Misericórdia[7]/ - / - / - /.
ALCÁCER DO SAL [1518] / **Misericórdia**. S.ta. Mª do Castelo / Muito antiga / - / - / - /; **Hospital**. S.ta.

[1] Hospital de Nª Sª da Conceição, Hospital do Castelo ou Hospital dos Soldados fundado em 1673 por D. Afonso V. Era servido pelos religiosos hospitalares de S. João de Deus [Elementos, XII (1903), pag. 47].
[2] P.M.M. 3, 254, 1502.
[3] P.M.M., 3, 35, 1501, Estatutos e Fundação do Hospital da Anunciada.
[4] P.M.M. 2, 480. Pórtico gótico do Hospital de João Palmeiro (séc. XIV); Fachada da Leprosaria de Setúbal.
[5] P.M.M. 5, 75, 582. Para anexação do Hospital do Barreiro à Misericórdia de Setúbal.
[6] P.M.M. 1, 253. Acórdãos e Actas da Misericórdia, 1573

Mª do Castelo / - / Da Câmara[8] / - / - /. **TORRES VEDRAS** [1520] / **Misericórdia**[9] / Terceira erecta no Reino / - / Com Compromisso de Lisboa / - /; **Hospital** pegado à Misericórdia / - / Administração da Misericórdia / - / - / - /; **Hospital** ou **Albergaria** (com ermida anexa do Espírito Santo) (Memório de Azueira, S. Pedro) / Rainha Santa Isabel e Tombo de D. Manuel I / Administram dois mordomos eleitos pelo povo. Sobras para a Misericórdia / - / - / - /; **Hospital** (Memória de Enxara do Bispo) / Instituição e datação de D. Manuel I / Administra a irmandade das Almas. Na capela do Espírito Santo (Enxara do Bispo) / - /; **Hospital** (Memória de Carvoeiro) / - / - / - / - / - /; **Hospital** (Memória de S. Pedro da Cadeira) / Confraria com Compromisso de D. Manuel I / Administração do provedor de Torres Vedras / - / - /; **Hospital** (Memória de Ventosa) / - / Administrada por 1 mordomo. Dá conta à Provedoria. Sobras para obras da igreja / - / -/. **ÓBIDOS/LOURINHÃ** [1521] / [**Misericórdia**]/ [**Hospital**]/[**Confraria**][10] / - / - / - / - /. **PALMELA** 1529 / **Misericórdia** / Com origem na ermida do Espírito Santo, fundada como Albergaria por 2 homens da vila em 1461. Fazendo nela uma confraria de Caridade. 1529 / - / - / Compromisso regulado pelo de Setúbal /; **Hospital** do Espírito Santo / - / Anexo à Misericórdia / - / - /. **SESIMBRA** [1530 – 1535] [1554] / **Misericórdia** / - / - / - / - /; **Hospital**. Em 1535 dentro dos muros do Castelo / - / Extinto e suas rendas aplicadas à Casa da Misericórdia[11] / - / - /. **ALENQUER** [1544] / **Misericórdia** / 1527 / - / - / - /; **Hospital** da Misericórdia (S. Pedro de Alenquer) / Antigo-1655: Moderno-1709 / Misericórdia / - / - /; **Hospital** Real do Espírito Santo e **Albergaria**[12] / Antigo-1320: Moderno-1508 / Câmara / - / - /; **Hospital** de Sant'Ana (Carnota) / - / Jurisdição Secular / - / - /; **Hospital/Albergaria** (Pereiro de Palhacana) / - / Ouvidor e Provedor de Alenquer / - / - /; **Hospital** de S. Brás e **Gafaria** de S. Martinho (Nª Sª da Assunção de Alenquer) / Extintos / Integrados no Hospital do Espírito Santo / - / - /. **SINTRA** 1545 **/ Misericórdia** / - / - / - / - /; **Hospital** / - / Da Misericórdia[13] / - / - /; **Hospital** (S. João de Lampas) / - /- / - / - /; **Hospital** de Nª Sª de Montelavar[14] / - / - / - / - /. **CASCAIS** [1551] / **Misericórdia** / Instituída pelas Câmaras de Sintra e Cascais *há mais de 300 anos* (sic) / - / - / - /; **Hospital** (Alcabideche) / - / Administração da Confraria de Nª Sª da Assunção / - / - /; **Hospital** (Cascais-Fortaleza) / - / Governa o Almoxarife nomeado pela Coroa / Hospital Real para a Milícia / - /; **Hospital** (Cascais) / - / Administração da Misericórdia / - / - /; **Hospital/Albergaria** (S. Domingos de Rana) / - / Administração da Irmandade de S. Domingos de Rana / - / - /; [**Hospital** dos Mareantes[15]] / - / - / - / - /. **ALMADA** 1555 / **Misericórdia** / Manuelina / - / - / - /; **Hospital** dos Lázaros (extinto) / - / Da Câmara passou a Misericórdia (extinto)[16] / - / - /; **Hospital** do Presídio (do porto da Trafaria-Costa da Caparica) / Comissão da Misericórdia de Almada / - / - /; **Hospital** (Seixal) / - / Administração de Monsenhor João Guedes Pereira / - / - /; [**Hospital** e **Gafaria** de S. Lázaro do lugar de Cacilhas] (extinto) / - / Anexado à Misericórdia[17]/ - / - /. **CASTANHEIRA DO RIBATEJO** [1563] - **VILA FRANCA DE XIRA** / **Misericórdia** (na Casa do Hospital) (arruinado)[18] / - / - / - / Arruinada com o Terramoto /; **Hospital (s/exercício)** / - / Administração de um clérigo que apresenta o Marquês de Louriçal / - / Sem

[7] P.M.M. 1, 249, idem, 5, 158.

[8] P.M.M. 4, 79, 1568, Hospital da Misericórdia de Alcácer do Sal.

[9] P.M.M. 4, 148, 1562-68. Anexa à Misericórdia. Todos os sobejos dos hospitais, albergarias e capelas da vila.

[10] P.M.M. 4, 42, 1563. Misericórdia; Hospital da vila; Concessão da Gafaria à Misericórdia; P.M.M. 4, 154, 1576. Confirmação do Compromisso dado por D. Manuel I.

[11] P.M.M. 4, 144, 1565. Anexado o Hospital à Misericórdia.

[12] P.M.M. 3, 270, 1504. Propriedades da Albergaria de Alenquer *não andem partidas*. P.M.M. 5, 105, 1611, confirmação do novo compromisso, 1550: *nossa albergaria das merceeiras da nossa vila de Alenquer*.

[13] P.M.M. 4, 136, 1545. Anexação do Hospital do Espírito Santo e da Gafaria de Sintra à Misericórdia.

[14] P.M.M. 1, 219, 1586 -

[15] P.M.M. 1, 211, 1587, Anexação do Hospital dos Mareantes Pescadores à Misericórdia.

[16] P.M.M. 4, 140, 1562. Entrega do Hospital e Albergaria de Nossa Senhora à Misericórdia de Almada.

[17] P.M.M. 4, 148, 1508 – Anexação do Hospital e Gafaria de S. Lázaro, do lugar de Cacilhas à Misericórdia.

[18] P.M.M. 5, 93, 1602 – Para que a Misericórdia use os privilégios de Lisboa: P.M.M. 5, 118, 1621. Sobre a repartição de transporte e enterros de mortos nos cemitérios das Misericórdias vizinhas de Castanheira e Povos. Tombo da Albergaria do Santo Espírito da Vila de Castanheira (P.M.M. 3, 218 – 19, 1498).

exercício /. **VILA FRANCA DE XIRA** 1562-1563 / **Misericórdia** (Antes ermida do Espírito Santo) / - / - / - / - / /; **Hospital**[19]/ - / Administração do desembargador Luís José Taveira Sarmento / - / - /; **Hospital** (Vialonga) / - / - / Recolha de pobres mendicantes / - /. **GRÂNDOLA** 1568 / [Misericórdia[20]] / - / - / - / - /. **TORRÃO/ALCÁCER DO SAL** 1568 / **Misericórdia**[21] / - / - / - / - /; **Hospital** / - / Administração da Misericórdia / - / - /. **BARREIRO** 1569 / **Misericórdia**[22] / Festa à custa dos moradores / - / - / - /; **Hospital** / - / Administração da Misericórdia / - / - /. **ALDEIA GALEGA DA MERCEANA/ALENQUER** 1571 / **Misericórdia**[23] / - / Padroeiro João Carlos Miranda / - / - /; **Hospital** com a ermida do Espírito Santo / - / Administração de Sebastião Pereira Rebelo. **ALVALADE/S. TIAGO DO CACÉM** [1571] / **Misericórdia**. Situada na praça/ Origem desconhecida / A renda é também do Espírito Santo que coadjuva a Misericórdia / - / - /; **Hospedaria** / - / Administração da Misericórdia / Casa em que se hospedam os pobres /; **Ermida** do Espírito Santo (Na praça[24]) / - / Administração da Misericórdia / Coadjuva a Misericórdia /. **ALVERCA/ VILA FRANCA DE XIRA** [1583] / **Misericórdia**[25] / 1583. Origem no testamento de Dona Solana Teixeira, da Ilha da Madeira / - / - / - /; **Hospital-Albergaria** / - / Administração da Misericórdia / Serve de albergaria /. **ARRUDA DOS VINHOS** [1584] / **Misericórdia** / - / - / - / - /; [**Hospital**[26]] / - / - / - / - /. **LOURINHÃ** 1586 / [**Misericórdia**[27]] / - / - / - / - /; [**Hospital** e **Gafaria** de S^to. André] / - / - / - / - /. **SANTIAGO DO CACÉM** [1592] / **Misericórdia** / 1591 / -/ - / - /; **Hospital** / - / A ministração da Misericórdia / - / - /. **ALHANDRA-VILA FRANCA DE XIRA** [1572] / **Misericórdia** (na praça da vila) / - / - / - / - /; **Hospital** / Legado para o Hospital (quasi extinto) / Da Misericórdia / - / - /. **ALHOS VEDROS/VILA FRANCA DE XIRA** 1574 / [**Misericórdia**[28]] (antiga na ermida de N^a S^a da Vitória. Desde 1590 na praça da vila) / - / - / - / - /; **Hospital-Albergaria** / - / Da Misericórdia / Só para pobres passageiros / - /. **COINA-BARREIRO** [1577] / **Misericórdia** / 1568 / - / - / - /; [**Hospital**[29]] / - / [Da Misericórdia] / - / - /. **SINES** [1580] / **Misericórdia** / Com boa igreja feita à custa das esmolas que os oficiais davam à Senhora da Graça. Consta que já existe em 1516[30] / - /- /; **Hospital** místico à igreja do Espírito Santo, reedificado pós Terramoto / - / Foi o Hospital e a igreja da administração da câmara. Desde 1603 da Misericórdia / - / - /. **POVOS-VILA FRANCA DE XIRA** [1594] / **Misericórdia**[31] (instituída em uma ermida de S^ta. Maria) / 1563 / - / - / - /; **Hospital** / - / Anexado à Misericórdia / - / - /; **Hospital** / - / Anexado à Misericórdia / - / - /; **Hospital** / - Anexado à Misericórdia / - / - /. **VILA VERDE DE FRANCOS-ALENQUER** 1596 / **Misericórdia**[32] / Fundada no tempo de D. Manuel I / Provedor perpétuo o Marquês donatário / Compromisso semelhante ao de Lisboa / -. /; **Hospital** / - / Adminis-

[19] P.M.M. 4, 141, 1563 – Hospital do Espírito Santo anexado à Misericórdia.

[20] Germesindo Silva – *A Fundação da Santa Casa da Misericórdia de Grândola*. 1988

[21] P.M.M. 4, 148, 1568 – Igualdade de direitos de irmandade nobres e irmãos mecânicos.

[22] P.M.M. 4, doc. 205, pág. 265. 1569. D. Sebastião, governador da Ordem de Santiago autorizando a construção da igreja e Casa da Misericórdia.

[23] P.M.M. 4, 79, 1587. Autorizar a usar os privilégios da Misericórdia de Arruda.

[24] P.M.M. 4, 149, 1571. Hospital do Espírito Santo anexado à Misericórdia.

[25] P.M.M. 5, 76, 1584 – Ordem de anexação à Misericórdia de casas e foros da Albergaria da vila, onde se recolhem os pobres mendicantes, P.M.M. 4, 78, 1587. Alvará régio para os pescadores pescarem ao Domingo e Dias Santos, para ajuda da Misericórdia; P.M.M. 5, 87, 1594. Compromisso.

[26] P.M.M. 1584. Escrivão da Misericórdia também escrivão do Hospital.

[27] .M.M. 5, 78, 1586. Instituição da Misericórdia a pedido da Câmara e anexação do Hospital e Gafaria de S^to. André.

[28] .M.M. 4, 152, 1574. Renuncia de padrão de juro a favor da Misericórdia.

[29] P.M.M. 4, 154, 1577. Anexação do Hospital à Misericórdia.

[30] P.M.M. 4, 312, - Refere-se à Memória Paroquial que dá por existente em 1516. Como se refere em P.M.M., cit., deve referir-se à existência do Compromisso de Lisboa desse ano de 1516.

[31] P.M.M. 5, 118, 1621. Sobre a repartição do transporte e enterro dos mortos nos cemitérios das Misericórdias vizinhas de Povos e Castanheira, P.M.M. 5, 87, 1594. Ordenado ao Físico da Misericórdia.

[32] P.M.M. 5, 89, 1596. Alvará de instituição da Misericórdia na igreja do Espírito Santo e governo pelo Compromisso de Lisboa. Idem. 1596 - Anexação do Hospital e Gafaria da vila à Misericórdia. Petição de D. Francisco de Albuquerque. Câmara, prior e clérigos e mais povo da vila de Vila Verde de Francos.

tração da Misericórdia / - / - /. **COLARES-SINTRA** / Misericórdia[33] / **AZEITÃO-SETÚBAL** [1621] / **Misericórdia** (Casa mística ao Hospital) (S. Lourenço de Azeitão) / - / - / - / - /; **Hospital** (S. Lourenço de Azeitão) / - / Administração da Misericórdia / - / - /; **Albergaria** (S. Simão de Azeitão) / Instituição de Afonso de Albuquerque / - / - / - /. **CANHA-MONTIJO** [1622] / **Misericórdia** (erecta na ermida de S. Sebastião) / Fundada pelos moradores da vila / - / - / - /. **AZAMBUJA** [1662] / **Misericórdia** / Fundada pelos confrades do Espírito Santo na sua igreja / - / - / - /; **Hospital** / - / Unido à Misericórdia / - / - /; **Hospício** / - / da Ordem Terceira / - / - /. **ERICEIRA-MAFRA** 1693-97 / **Misericórdia** / Instituição de Francisco Lopes Franco com consentimento do povo e confirmação real / - / - / - /. **VILA NOVA MIL FONTES-CACÉM** [1708] / [Misericórdia] / - / - / - / - /. **MAFRA** [1712] / **Misericórdia** / - / - / - / - /; **Hospital** erecto na ermida do Espírito Santo / - / Administrador da ermida e Hospital. Presentemente pelo Provedor da Comarca / - / - /; **Hospital** (Junto da igreja e ermida do Espírito Santo). Arruinado / - / Administrador. Ouvidor da Comarca / - / - /. **ALCOENTRE** / [**Albergaria**] / - / - / - / Casa em que se recolhem os pobres passageiros /. **ALDEIA GALEGA DO RIBATEJO** / **Misericórdia** (Memória breve) / - / - / - / - /. **CADAVAL** / **Hospital** (Cadaval) / - / Mordomo João Ribeiro Leal / - / - /; **Hospital** (Cadaval) / Fundação de D. João V / Misericórdia de Vila Franca de Xira / Descanso dos incuráveis que vêm de Lisboa para as Caldas da Rainha / - /; **Hospital** (Cercal) / - / Irmandade do Espírito Santo / - / - /; /**Albergaria-Hospital** (Peral) / - / Mordomo de nomeação do Provedor da comarca de Torres Vedras / - / - /; **Hospital** (Pero Moniz) / - / Administrador Marcelino de França e Horta / - / - /; **Albergaria-Hospital** (Vermelha do Cadaval) / - / Mordomo nomeado pelo Provedor da Comarca / - / - /; [**Albergaria**] (Vilar) / - / Provedor da comarca de Torres Vedras / - / - /. **LAVRADIO-BARREIRO** / **Hospital** (S^to. André da Telha) / Erecto pelo vigário da freguesia / - / - / - /. **REGUENGO DO GRADIL-MAFRA** / [**Hospital**] / - / Administra a igreja, com mordomo / Casa que serve de hospital / - /. **SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** / **Ermida** do Espírito Santo (Sapataria) / - / Administra José (Bellet) da Cunha Manoel / Com obrigação de dar cómodo, por uma noite, a quem com carta de Guia, para o Hospital de Lisboa. Até ao Milharado / - /. [**LOURES**] / [**Albergaria**] (S. Julião do Tojal) / - / - / Casa para recolher peregrinos / - /; **Albergaria** (S^to. Antão do Tojal) / Compromisso assinado por Filipe II / Oficiais da ermida do Espírito Santo / Recolha e cura de pobres viandantes e sepultura aos mortos / - /; **Hospital** (Bucelas/Apelação) / - / Oficiais da Casa do Divino Espírito Santo / - / - /; **Hospital** (Loures – Junto à ermida do Espírito Santo) / - / Mordomos do Espírito Santo / - / - /; **Ermida** (de S. Miguel do Tojalinho) (Loures) / - / Congregados da Avé-Maria / (Assistência religiosa e aos moribundos) / - /; **Albergaria** (Sacavém) / Instituição de Vicente Aparício / Irmandade do SS^mo. Sacramento / Recolher pobres e enviá-los para o Hospital Real de Lisboa/ - /; **Albergaria** (Sacavém) / - / Sargento-mor Manuel Silveira Magalhães / Para mulheres / - /; **Hospital** (Camarate) / - / Oficiais da igreja / - / - /; **Albergaria** (Unhos) / - / Bens administrados por uma filha de Norberto de Accourt e Padilha / De todo extinto / - /. **OEIRAS** / **Hospital** (Barcarena) / - / - / Junto à igreja, *cuja origem não consta* / - / - /; **Hospital** (Oeiras) / - / Administrada por três homens que anualmente se elegem pelo povo / - / - /.

[33] P.M.M. 5, 161, 1583. Pintura a óleo de Cristóvão Vaz (1583) para a igreja da antiga Misericórdia de Colares; P.M.M. 15, 101, 1608 – Confirmação do Compromisso.

6 - RENDAS DAS MISERICÓRDIAS E HOSPITAIS/ALBERGARIAS DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL

CONCELHO-TERRA / MISERICÓRDIA-HOSPITAL. RENDIMENTOS (valores em réis) / DEFINIÇÃO. ORIGEM-NATUREZA

Alcácer do Sal / Misericórdia – 600.000 / Seguros; Hospital – 72.000 / - /. **Alcochete** / Misericórdia – ± 250.000 / Já teve 400.000 réis quando o sal tinha mais valor; Hospital – s/renda / - /. **Aldeia Galega da Merceana** / Misericórdia / Dos mais pobres do Patriarcado; Hospital / Ténue rendimento. **Alenquer** / Hospital e Albergaria do Espírito Santo – 280.000 / Renda e esmolas; Hospital Sant'Ana (Carnota) / Pobríssimo com 30 alqueires de renda de trigo. **Alhandra** / Misericórdia – > 260.000 / Foros com juros e capelas com suas obrigações. **Alhos Vedros** / Misericórdia – 300.000, Líquido – 200.000 / Pagas missas e pensões. Líquido para obras pias e pobreza. **Almada** / Misericórdia – 1.600.000 / 4.000 cruzados para capelas, dotes de órfãos e esmolas. **Alvalade** / Misericórdia – ± 50.000 / Cuja renda é também da ermida do Espírito Santo que coadjuva a Misericórdia. **Arruda dos Vinhos** / - / *Muito pobre.* **Azambuja** / Misericórdia e Hospital – 300.000 -400.000 / - /. **Barreiro** / Misericórdia – > 300.000 / - /; Hospital – > 6.000 Misericórdia / - /. **Cadaval** / Hospital / *Tenuíssima renda.* **Cadaval-Cercal** / Hospital – 10.000 - 12.000 / De foros. **Cadaval-Peral** / Hospital/Albergaria – 5.000 / - /. **Cadaval – Pero Moniz** / Hospital / *Pouca renda.* **Cadaval-Vermelha do Cadaval** / Hospital/Albergaria – 4.300 / *Renda e património estabelecido em foros.* **Canha** / Misericórdia – 500.000 / De renda. **Cascais** / Misericórdia ± 2.800.000 - 3.200.000 / De renda. **Cascais – Alcabideche** / Hospital – 12.000 / - /. **Cheleiros – Mafra** / Misericórdia (Casa do Espírito Santo) e Albergaria – 30.000 / Renda de uma e outra. **Castanheira** / Hospital – 500.000 / Deixados para curar os enfermos e socorrer as viúvas. Hospital servia de Misericórdia. **Coina** / Misericórdia – c. 1.500 / De um foro. Rendas perdidas e sonegadas e casas arruinadas pelo Terramoto. **Colares** / Misericórdia – ± 80.000 / De renda. **Ericeira** / Misericórdia – 550.000 / 400.000 réis de 1 dote. Tem mais de renda ± 150.000 réis. **Mafra** / Hospital – > 20.000 / - /. **Palmela** / Misericórdia – ± 250.000 / Rendimento de livre administração que se despendem com serventes e guisamentos e ornatos da igreja, esmolas e festividades. De todo o mais rendimento, além do auferido, se faz aplicação com 5 capelães e a dotes de casamento, conforme os ordenados que lhe deixaram seus instituidores de renda, Hospital – ± [60.000] / - /. **Reguengo de Gradil – Mafra** / [Hospital] / Com fazendas que lhe andam sonegadas e alienadas. **Santiago do Cacém** / Misericórdia e Hospital – 116.602 / Padrão de 100.000 réis de juros, 70.000 réis para pobres e 30.000 réis para dotes de 3 órfãos. Destes só se pagam 50.452 réis. Recebe de foros, em dinheiro, 66.152 réis. **Sesimbra** / Hospital / Rendas agregadas à Misericórdia e ao bodo do Espírito Santo. **Azeitão – Setúbal** / Misericórdia – 23.100 / De renda, com foros e tudo mais (menos as esmolas); Hospital – 19.150 / Em foros e 8 galinhas. **Setúbal** / Misericórdia: 12.000.000, 10.400.000 a 10.800.000/ De renda: Antes do Terramoto, De renda: Pós Terramoto; Hospital (da Anunciada) – ± 1.000.000 / - /. **Sines** / Misericórdia – 24.000 - 25.000 / *Tem rendimento de trigo, centeio, cevada, mais o dinheiro da tumba que importam uns anos por outros 24 ou 25.000 réis. Daqui se tiram várias pensões e se fazem as mais despesas da Casa e do Hospital.* **Sintra** / Misericórdia com Hospital / *Tem rendas suficientes para se reger.* **Sintra – Lampas** / Hospital – 4.540 / *Legado para reedificação das casas para acomodação de pobres e missa anual.* **Torrão** / Misericórdia – [212.547] / *De renda de foros em dinheiro, pitança de porcos e juros.* **Torres Vedras** / Misericórdia – 600.000/1.600.000 / De renda com o Hospital que tem renda limitada. Recebe as sobras do Hospital/Albergaria da Azueira (S. Tiago de Torres Vedras). *Terá de renda perto de 4.000 cruzados (…) o Hospital sem renda alguma. Toda a despesa é por conta da Misericórdia.* **Torres Vedras – Enxara do Bispo** / Hospital / *Pouca renda.* Torres Vedras – Carvoeira / Hospital – 6.000 / *De renda.* **Torres Vedras – S. Pedro da Cadeira** / Hospital – 9.000 - 10.000 / *De renda.* **Torres Vedras – Ventosa** / Hospital / Renda 33 ¼ alqueires de trigo, 29 ½ alqueires de cevada. **Vila Franca de Xira** / Misericórdia / *Teve um legado de mais de 50.000 cruzados* (…). *Está empenhada, não tem coisa alguma, de sorte que para se enterrarem*

os defuntos da terra, se chamam pobres mendicantes que levam a tumba… **Vila Verde dos Francos /** Hospital (da Misericórdia) **/** *De renda 1 moio de pão, pouco mais ou menos, das suas terras, além do que dão os irmãos da Misericórdia*. **Loures - Bucelas, Apelação /** Hospital **/** *De muito pouco rendimento*. **Loures – Loures /** Hospital – 13.200 **/** *De renda.* Pobríssima casa. **Loures – Camarate /** Hospital **/** *De renda azeite para alumiar, esteiras e tábuas para dormirem e mantas para se cobrirem para que tem renda determinada*. **Oeiras /** Hospital – 9.600 **/** Renda de foros anuais. **Bairros de Lisboa. Lumiar /** Albergaria – 60.000 **/** Boa casa de hospedagem para pobres enfermos e passageiros por 3 dias e remeter ao Hospital Real de Todos os Santos. [Renda]: *Em vários foros que lhe deixaram os devotos que a instituíram*. **Madalena /** Hospital – 86.716/19.414 **/** *De renda até ao Terramoto, em foros e alugueis, casas que se queimaram.* Hoje só 19.414 de foros. Ameixoeira **/** Hospital – 2.081 **/** *Tem de renda em 10 foros muito antigos, 2.081 reais e outros se tem perdido e vão perdendo.* **Carnide /** Real Hospital da Luz – 1.200.000 **/** Infanta D. Maria dotou com 5.000 cruzados/ano a maior parte em rendas do almoxarifado de Castela (…) Acha-se hoje o Hospital sem o embolso de 77 contos de réis que se lhe devem em Espanha (…) Hoje se utiliza de 3.000 cruzados. **Mártires /** Hospital dos Terceiros de S. Francisco – 3.200.000 **/** *Antes do Terramoto se diz tinha de renda mais de 8 mil cruzados. Por causa do Terramoto não se sabe que renda tem.*



Capelas paroquiais, dedicações e padroeiros

Reúnem-se neste *Roteiro* por concelhos - segundo a ordem alfabética dos concelhos e dentro deles das paróquias – as capelas das paróquias que integram o território dos actuais distritos de Lisboa e Setúbal.

As informações vão referidas aos seguintes campos: identificação da paróquia/freguesia, identificação da capela pela invocação e respectivo padroeiro/administrador e notas.

Estes padroeiros são instituições e personalidades muito importantes na sociedade do tempo. Se os padroeiros das igrejas nos articulam especialmente à Sociedade da Corte, senhorial e fidalga, os padroeiros das capelas, representam sobretudo a "melhor" Sociedade da terra. Por aqui passa o essencial das "elites" locais. Vão registados os padroados institucionais, que articulam a terra pelas capelas às principais instituições eclesiásticas e religiosas, mas também às civis (particulares) e também aos padroados colectivos das terras e moradores (párocos, paróquias e seus moradores). A recolha da informação dos padroados/administradores das capelas de figuras/personalidades civis (particulares) vai aqui feita de modo abreviado. A identificação dos padroeiros/padroados e apresentadores das igrejas vai feita nos *sumários* que encabeçam a publicação dos textos das *Memórias*.

CONCELHOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONCELHO DE ALENQUER

Aldeia Galega: • *Nª Sª dos Anjos* – Particular; • *Espírito Santo* – Do Hospital – De pouco rendimento; • *S. Sebastião* – [Do povo]; • *S. João* – [Do lugar]; • *Nª Sª do Rosário* – Particular (Tenente da Guarda); • *Igreja de Nª Sª da Piedade* – A confraria – Concorre a esta igreja muita gente de romagem, principalmente 4 círios (Alhandra, Atouguia da Baleia, Giraldes, arrabaldes de Santarém). Correm-se toiros em memória da Aparição de Nª Senhora; **Aldeia Gavinha:** • *Espírito Santo* – Da Provedoria de Alenquer; • *S. Sebastião* – [Do lugar] – Arruinada pelo Terramoto; • *Nª Sª da Conceição* – S/ref.ª – Arruinada. Imagem recolhida na igreja; • *S. Luís* – Dos habitantes da aldeia; • *Nª Sª da Penha de França* – Do povo – Arruinada. Imagem recolhida numa barraca; • *Nª Sª da Nazaré* – Particular (Capitão); **Alenquer (S. Tiago):** • *Igreja de Nª Sª da Redonda* – Particular (Do prazo do Conde de Arcos); • *St. Amaro* – Particular (Quinta, Morgado). Tinha irmandade; • *S. Sebastião* – Particular (Quinta do Morgado da Marinha); • *Nª Sª do* [*Testinho*] *e S. Francisco de Paula* – Particular (Quinta do Conde de Castelo Melhor); • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Quinta do desembargador); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta do Monsenhor); • *S. Cristóvão* – Particular (Quinta); **Alenquer (Nª Sª da Assunção):** • *S. Martinho* – Misericórdia da vila – Junto à gafaria de S. Martinho. Muito antiga; por documentos autênticos já existia em 1209, só 50 e tantos anos depois desta vila recuperada aos Mouros; • *St. António* – Prior da igreja; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta dos Conegos); • *S. Sebastião* – Particular (Quinta do Conde de Lumiares); • *Sant'Ana* – Padres do Espírito Santo; • *S. João* – Particular (Quinta); **Alenquer (Sta. Maria da Várzea):** • *Nª Sª da Conceição* – S/ref.ª – Na Porta do Carvalho, pela qual esta vila foi entrada pelos cristãos quando D. Afonso Henriques a ganhou aos Mouros; • *Nª Sª da Luz* – Particular (Quinta do Porto); • *S. Marcos* – S/ref.ª – Antiquíssima e antigamente da invocação de Santa Senhorinha; **Alenquer (St. Estevão):** • Sem ermidas – S/ref.ª; **Alenquer (S. Pedro):** • *Casa/igreja do E. Santo* – Com provedor eleito pelos confrades,

confirmado pelas Rainhas – Com igreja, albergaria, casa do vodo. Promove a grande função chamado do Império e coroação do Imperador e acompanhamento (vai largamente descrita); • *S. Sebastião* – Câmara da vila, padroeira; • *S. Gregório Magno* – S/ref.ª; • *Sto. André* – Particular (Quinta); • *S. Caetano* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Encarnação* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Salvação* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Sto. António* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Ameixoeira* – Prior da igreja, administrador – Com casas de hospedaria para os padres que vão celebrar e oficiar nas festas de Nª Senhora e para muitos romeiros. Vão visitar a igreja muitos círios de quasi todas as terras de Ribatejo. Imagem milagrosa. Com romagem frequente, em especial em todos os Domingos desde o último de Agosto até ao 1º de Novembro; **Atouguia das Cabras:** • *Nª Sª da Ameixoeira* – Dos Moradores. Obrigados a paramentos (ver descrição em S. Pedro de Alenquer); • *S. Sebastião* – Dos Moradores. Obrigados a paramentos; • *S. Pedro* – Dos Moradores. Obrigados a paramentos; • *S. Roque* – Dos Moradores. Obrigados a paramentos; • *S. Lourenço* – Dos Moradores. Obrigados a paramentos; • *Sant'Ana* – Dos Moradores. Obrigados a paramentos; • *St. António* – Particular (Quinta); **Cabanas de Torres:** • *Nª Sª do Ó* – Dos fregueses; **Cadafais:** • *Nª Sª do Bom Sucesso da Carnota* – Particular (Fidalgo da Casa Real) – Vem romagem na Dominga do Espírito Santo, na 2ª Dominga de Setembro; • *St. António* – Particular; • *Nª Sª do Livramento* – Particular (Quinta do Conde de S. Lourenço); • *Nª Sª dos Favores* – Padre; • *Nª Sª do Rosário* – Particular (Quinta de Val Flores); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta da Ponte); **Carnota:** • *Nª Sª das Angústias* – Particular, Ermida ou capela pública (com administrador); • *Nª Sª do Amparo* – Particular – Ermida ou capela pública (com padroeiro); • *St. António* – Particular – Ermida ou capela pública (com administrador); **Espeçandeira:** • *Nª Sª dos Remédios* – Do povo – "Antigamente concorriam romarias. Há mais de 80 anos cessou e somente continuam alguns devotos destas vizinhanças a visitarem a mesma Senhora, em pequeno número alguns dias do ano, e com aumento no dia 5 de Setembro e no 2º domingo de Novembro, nos quais se festeja a Senhora"; • *S/ref.ª* – Particular (Quinta); • *S/ref.ª* – Particular (Casal); **Olhalvo:** • *S. José* – Particular (Quinta de Monsenhor José Ferreira de Abreu); • Nª *Sª da Penha de França* – Particular (Quinta D. Diogo de Nápoles e Noronha); **Ota:** • *S/ref.ª* – S/ref.ª; **Paúl de Ota**: • *S/ref.ª* – S/ref.ª; **Pereiro de Palhacana:** • *Nª Sª do Egipto* – [No lugar] – Senhora de muita devoção. Ermida muito antiga, grande (com 3 altares) e muito bem ornada; • *St. António* – Particular (Quinta do Perdieiro); • *Santa Bárbara* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Encarnação* – Particular (Quinta da Cortezeira); • *Nª Sª dos Prazeres* – [No lugar]; • *Bom Jesus* – [No lugar];• *Nª Sª da Natividade* – Particular (Quinta de Abobadelhe), • *Espírito Santo* – [No lugar] – Com sua irmandade que governa o ouvidor de Alenquer; • *St. Aleixo* – Do Povo; • *S. Paio* – Particular; • *St. Amaro* – Particular (Quinta do Marquês de Valença); • *S. Pedro* – Particular (Quinta de Bouro); • *Nª Sª do Rosário* – [No lugar]; **Ventosa:** • *S. João Baptista* – Na serra de Montejunto – Na eminência da serra de Montejunto. Pequena, mas de bela arquitetura; • *Santuário de Nª Sª das Neves* – Missionários da Ordem de S. Domingos; • *St. António* – Do lugar. Fabricada e festejada pelos moradores – De bela arquitetura; demolida no Terramoto; • *S. José* – Do lugar. Fabricada e festejada pelos moradores; • *Nª Sª do Amparo* – Do lugar. Fabricada e festejada pelos moradores; • *Espírito Santo* – Do lugar. Fabricada e festejada pelos moradores. Onde se venera o SS$^{mo.}$ Sacramento; • *Jesus, Maria, José* – Do lugar. Fabricada e festejada pelos moradores; • *S. Gonçalo* – Do lugar. Fabricada e festejada pelos moradores; • *Rainha Santa Isabel* – Do lugar. Fabricada e festejada pelos moradores; **Vila Verde dos Francos:** • *Nª Sª da Ajuda* – [Moradores] – Capela com alpendre. Com capelão de Domingos e dias santos, a quem os moradores dão um moio de trigo. Frequentada de romagens, principalmente em Setembro; • *Nª Sª do Amparo* – [Moradores]; • *S. Miguel* – [Moradores] – Capela com alpendre com capelão de Domingos e Dias santos a que dão um moio de trigo. Festa a 29 de Setembro, com sermão e missa cantada; • *Nossa Senhora da Salvação* – [Moradores] – Com alpendre – Capelão certo nos Domingos e dias santos, com missa, a que dão um moio de trigo. É frequentada de muita romagem em todo o ano; • *Santa Bárbara* – Fabricada pelos moradores – Com alpendre – Com capelão; «Todas estas ermidas têm seus *ermitães*, apresentados pelo prior da matriz de Vila Verde e confirmados pelo vigário geral do patriarcado. E os *capelães* destas ermidas são do consentimento do prior e preferem a estas capelas os beneficiados da igreja matriz de Vila Verde»; • *Anjo da Guarda* – Do

Donatário – Festa com toda a solenidade no 3º Domingo de Julho. De muita romagem em todos os tempos do ano; • *S. Brás* – Casa da Misericórdia (Administração) – Frequentada de romagem, principalmente no dia 3 de Fevereiro.

CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS

Arranhó: •*Nª Sª da Ajuda* – Particular (Prior de S. Cristóvão) – Serve no presente de paróquia. A ela acorre mais gente no dia 8 de Setembro, em que se lhe faz festa; •*Nª* Sª da Encarnação – Do Povo; •*Espírito Santo* – Do Povo; **Arruda dos Vinhos:** •*S. Miguel* – Da Ordem Terceira; •*S. Lázaro* – Da Misericórdia; •*S. Sebastião da Serra* – [Do lugar-pública] – "Alguma gente vem de romagem à ermida de S. Sebastião, onde está uma fonte milagrosa, que tomada com fé livra de sesões"; •*S. Sebastião da Amoreira* – [Do lugar-pública]; •*S. João Baptista* – Particular (de pessoa particular); •*S. João Baptista* – Particular (de pessoa particular); •*Nª* Sª da Luz – Particular (de pessoa particular); •*Nª* Sª do Paraíso – Particular (de pessoa particular); **Cardosas:** •*Nª* Sª *das Necessidades* – Particular (Quinta de Loureiro, de capitão) – Mística à igreja. Feita com todo o primor. Com 2 capelães de missa quotidiana. A 8 de Setembro faz-se festa da Senhora; •*Nª* Sª do Pilar – Particular (Quinta da Caldeira); •*Nª* Sª das Mercês – Particular (Quinta do Palmeiro, viúva de capitão-mor da vila de Alhandra); **Santiago dos Velhos:** •*Sant'Ana* – [Do lugar/pública].

CONCELHO DA AZAMBUJA

Alcoentre: • *Divino Espírito Santo* – Administrada pelo povo – Nela está o SS^mo. Sacramento, com confraria, que está no mesmo estado das Senhoras da Purificação e Rosário, sem renda alguma; • *St. Amaro* – [No lugar/pública] – Na qual se junta bastante gente no seu dia. Sem renda alguma; • *St. Estevão* – Do pároco (administrador) – Sem renda alguma; • *Pópulo* – Particular (Do Conde de Vimieiro) – Sem renda alguma; • *S. Roque* – Particular (do Conde de Vimieiro) – Sem renda alguma; • *S. Pedro* – Do povo (administração) – Com muita grandeza. Nela tem o Santíssimo Sacramento, com a sua confraria, no altar-mor da capela e no altar da direita a confraria da Nª Sª do Rosário e no da esquerda um Senhor Crucificado; • *St. António* – Do Povo (administração); **Aveiras de Baixo:** • *S. Roque* – É do povo – Não acodem romagem; • *S. Gregório* – É da Coroa – Não acodem romagem; **Aveiras de Cima:** • *S. Martinho* – Pertence ao povo; • *Nª Sª do Paraíso* – [Do lugar/pública]; **Azambuja:** • *S. Pedro* – Padroado real – Administração e renda da câmara de Azambuja. Na 2ª oitava da Páscoa, vai o Senado com a Colegiada em procissão à ermida e nela tem missa cantada. Tem seu ermitão e passal para ele; • *S. Sebastião* – Padroado real – Os devotos a reedificaram e conservam e festejam o santo com zelo. Sem renda alguma; • *Menino Jesus* – Particular (Casas do Provedor das Lezírias) – Com capelão para dizer missas aos Domingos e Dias santos; • *S. Francisco de Paula* – Particular (nas Casas do Paço), • *Nª Sª do Desterro* – Particular (Quinta do Duque de Lafões) – À qual concorre devotamente o povo; • *S. Lourenço* – Particular (Quinta da Queijeira do preclaríssimo Aires de Saldanha e Albuquerque); **Vila Nova da Rainha:** • *S. Pedro* – Administração da câmara de Azambuja; **Vila Nova de S. Pedro de Arrifana:** • *Santa Clara* – É do pároco; • *S. Miguel*, Arcanjo – Na Coroa. Era particular da Casa da Marquesa de Abrantes; • *St. Antão* – É do pároco; • *St. António* – Do povo; • *Nª Sª dos Prazeres* – Particular (Quinta do Padre João Monteiro da Fonseca) – Imagem digna de toda a veneração, à qual concorre muita romagem destas vizinhanças, principalmente na Primavera e Verão.

CONCELHO DO CADAVAL

Alguber: • *Divino Espírito Santo* – Administração do Povo – Com o SS^mo. em depósito; • *St. António* – Administração do Povo; **Cadaval:** • *S. João Baptista* – Fábrica do Povo. Na vila – De fundação antiga; • *Nª Sª do Desterro* – "Povo é fabricano"; • *Nª Sª da Saúde* – Particular (Quinta); • *S. Sebastião* – Fábrica do Povo. Na vila; **Cercal:** • *S. Sebastião* – S/ref.ª – Com 3 altares. Nela se conserva o SS^mo. Sacramento, Nª Sª da Conceição e S. Sebastião; • *Nª Sª da Ajuda* – Particular; • *St. Maria Madalena* – [No lugar, pública]; • *S. Salvador* – [No lugar, pública]; **Figueiros:** • *Nª Sª da Penha de França* – Do Povo (fábrica do povo) – Tem capelão apresentado pelo povo a quem pagam 50 alqueires de trigo e 50 almudes de vinho. Nela ouvem os moradores missa nos Domingos e dias santos. Com irmandade de Espírito Santo; • *S. João Evangelista e Nª Sª do Refúgio* – Fábrica dos moradores com esmolas – Nela se diz missas e se dá o sagrado viático aos enfermos do lugar; **Lamas:** • *St. António* – Dos

moradores a administração; • *Nª Sª da Fortaleza* – Dos moradores a administração; • *Nª Sª da Luz* – Particular; • *S. Vicente* – Dos moradores; *S. Domingos* – Junto do Mosteiro de Nª Sª das Neves. Administrada pelos religiosos de S. Domingos; **Peral:** • *S. Gregório* – Do povo – Nela se diz missa; • *St. Estevão* – Dos moradores – Nela se diz missa; • *St. António* – Particular (Quinta de D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho) – Nela se diz missa; • *S. Lourenço* – Particular (Quinta de S. Lourenço) – Nela se diz missa; • *Senhora do Rosário* – Particular (Quinta de Morgado) – Nela se não diz missa; **Pero Moniz:** • *Nª Sª da Graça* – Fabricada pela esmola do povo – Festa anual no último Domingo de Setembro; • *Nª Sª do Desterro* – Fabricada pela esmola do povo – Onde vai o pároco da igreja da freguesia com a 1ª procissão das Ladainhas de Maio; **Vermelha do Cadaval:** • *Espírito Santo* – Da irmandade do Espírito Santo – Nela o Santo Sacramento. Nela erectas as irmandades, do Espírito Santo, SSmo. Sacramento e Almas e Nª Sª do Rosário; • *Nª Sª das Mercês* – Moradores da aldeia. Particular (Padre, administra a capela-mor e a sacristia); **Vilar:** • *S/referência* – No lugar de Vila Nova. Do povo para o ornato e missas – Tem capelão a quem o povo elege e paga; • *S/referência* – No lugar de Pereiro. Do povo para o ornato e missas – Tem capelão a quem o povo elege e paga.

CONCELHO DE CASCAIS

Alcabideche: • *Nª Sª da Peninha* – Cardeal Patriarca que apresenta capelão – Acodem romagens; • *Nª Sª do Bom Sucesso* – Particular (de Diogo Lima, de Cascais) – Acodem romagens; • S. *Saturnino* – Padres de S. Vicente de Fora de Lisboa – Acodem romagens; • *Nª Sª da Conceição* – Particular – Está servindo de freguesia; • *S. Tiago* – Particular (Quinta do Marquês de Angeja); • *St.ª Iria* – Do povo do lugar – Acodem romagens; • *S. João* – Particular (Conde de Soure) – Com capelão pago pelo povo e por ele preparada. Acodem romagens; • *S. Cristóvão* – Particular (Quinta, Marquês de Cascais) – Concorre romaria; • *Nª Sª do Livramento* – Particular (Morgado da Assamaça); • *Nª Sª do Pilar* – Particular (Quinta) – Romagem com 3 dias de feira em Sta. Àgata; **Carcavelos:** • *Nª Sª do Loreto* – Particular (Quinta de António Guerce); • *Nª Sª da Luz* – Padres da Companhia do Maranhão (Quinta); • *Sto. António* – Particular (Quinta de Secretário Ultramarino); • *Nª Sª da Soledade* – Particular (Padres da Companhia da Província de Goa; • *Nª Sª das Dores* – Particular (Quinta do Secretário da Guerra); **Nª Sª da Assunção de Cascais:** • *Nª Sª da Vitória* – Dentro da cidadela – Ao moderno, magnífica e grande, com 5 altares. Com irmandade; • *Sta. Bárbara* – Na fortaleza – Demolida; • *Nª Sª da Nazaré* – Particular/Pública (Casa dos Falcões) – Serve de freguesia. Tem o Santíssimo; • *Nª Sª dos Prazeres* – Igrejinha dos homens marítimos; • *Senhor Jesus dos Aflitos* – Particular, escrivão do judicial e notas – Com irmandade de Nª Sª do Rosário; • *S. Sebastião* – Pároco da freguesia – Com ermitão. Tem 3 altares; • *Igreja de Nª Sª do Rosário* extra-muros – Particular (Donatário) – Foi recolhimento de beatas. Com festa de Nª Sª das Neves. Com uma grande nobre irmandade; • *S. Brás* – Pároco da freguesia – Com ermitão apresentado pelo pároco. Demolida; • *Sto. Aleixo* – Dos Padres Carmelitas (era do povo); • *Igreja de Nª Sª da Guia* – Pároco da freguesia – Obra real, muito antiga, com capela-mor e 2 colaterais, de excelente talha moderna, tecto dourado. Bons e ricos ornamentos. Com ermitão. Tem junto hospedarias para romagens. Voto e círio de Lisboa com procissão por terra e por mar; • *S. Bento* – Pároco da freguesia – Com ermitão apresentado pelo pároco. Tecto com pintura. De muitos milagres e grandes festas e concurso da vila, com comédias e fogo; • *Sta. Marta* – Pároco da freguesia – Com ermitão; • *Nª Sª do Socorro* – É dos mareantes – Está toda demolida. Fizeram templo novo; **Ressurreição da vila de Cascais:** • *Nossa Senhora* [ ] – Particular (Casa) – Serve de paróquia; • *Sta. Clara* – Particular (Capitão); • *Nª Sª da Conceição de Porto Seguro* – No hospício dos Arrábidos; • *Sto. Isidoro* – Do povo; • *Nª Sª do Pópulo* – Particular (Morgados do Estoril); **S. Domingos de Rana:** • *Nª Sª da Penha de França* – No lugar (Povo); • *S. Bento* – No lugar (Povo); • *Nª Sª da Graça* – No lugar (Povo); • *Nª Sª da Conceição* – No lugar (Povo); • *S. Lourenço* – No lugar (Povo); • *St. Ana* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Conceição* – No lugar (Povo); • *Sto. António* – Particular (Quinta); • *Nª Sª do Rosário* – S/ref.ª.

CIDADE DE LISBOA

Ameixoeira: • *Jesus, Maria e José* – Particular – Com porta para a rua. Com licença para nela se dizer missa; • *S. Gonçalo* – Particular (Quinta do Cosmógrafo-mor do Reino) – Com porta para a rua. Com imagem milagrosa; • *S. Bento* – Particu-

lar (quinta. Porta para a rua e Quinta) – Edificada em 1631. Com licença de missa; • *Santo António* – Particular (Casas do desembargador) – Edificada em 1684; • *Santo André* – Particular (Rendeiro da Quinta); • Espírito Santo – Particular (Quintal); • *Senhor Roubado* – Particular (Cónego) – Em barraca espaçosa, junto da estrada, no sítio do Senhor Roubado. Tem muita romagem na Páscoa, Espírito Santo e S. João, da circunvizinhança, como de Lisboa; • *Sem referência* – Particular (Quinta) – No Forno do Tijolo. **Anjos:** • S. *Vicente Ferreira* – No Forno do Tijolo; • *Nª Sª da Nazaré* – Particular (Padre); • *Nª Sª do Monte* (com S. Gens) – Particular (Convento da Graça) – Imagem devotíssima e de continuada romagem. S. Gens advogado dos partos; • *Nª Sª do Monte Agudo* – Particular (Conde de Soure) – Com capelão e missa quotidiana. De especial arquitetura e perfeitíssima; • *S. Gonçalo* – Particular; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta do Pina); • *S. João Baptista* – Particular (Quinta do desembargador da Fazenda); • *Santo António* – Particular (Quinta dos Arciprestes); • *S. João Baptista* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Nª Sª dos Remédios* – Particular (Quinta);• *Santo António* – Particular (Quinta); • *Nª Sª do Pópulo* – Particular (D. Francisco de Sousa Coutinho); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (D. Cristóvão de Vilhena); • *Santa Rosa* – Particular (Senhor de Murça); • *Santa Bárbara* – Particular; • *Nª Sª da Conceição* (Capela Real) – Particular (No Palácio de Bemposta, do Infante D. Pedro) – Com 20 capelães cantores de avultado ordenado. **Benfica:** • *Nª Sª da Conceição* – Particular (De João Pedro Ludovici); • *Nª Sª da Saúde* – Do Povo; • *Santo António* – Particular (D. João de Lencastre); • *Santo António* – Particular (De João de Sousa); • *Santo Antóni*o – Particular (De Sebastião Xavier de Gama Lobo); • *Santo António* – Particular (De José Rodrigues Abreu); • *Senhora da Soledade* – Particular (Quinta); • *Espírito Santo* – Do Povo; • *Santo António* – Particular (D. Maria Micaela de Sousa); **Campo Grande:** • *S. Caetano* – Particular (Quinta dos Padres da Providência Divina) – Demolida pelo Terramoto; • *S. João Baptista* – Particular (Padre); • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Quinta); • *Santo António* – Particular (Quinta); • *Nª Sª dos Milagres* – Particular (Quinta); • *Santo António* – Particular (Desembargador); • *Nª Sª da Nazaré* – Particular (D. Fernando de Almeida); • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Santos Reis* – Particular (Quinta); • *Senhora Sant'Ana* – Particular (Desembargador) – Demolida pelo Terramoto; • *Nª Sª da Piedade* – Particular (D. Francisco de Sousa) – Demolida pelo Terramoto; • *Nª Sª das Mercês* – Particular (Quinta de Beneficiado); **Carnide:** • *S. José* – Particular; • *Nª Sª da Assunção* – Particular (Quinta) – Com missa quotidiana; • *Divino Espírito Santo* (com *S. Sebastião e Santo António),* (com as imagens do Senhor Jesus de Via Sacra) – Ermida Pública – Substituiu a igreja enquanto se não reedificou do Terramoto. Tem irmandade nova do Divino Espírito Santo com seu imperador; • *Capela/Igreja de Nª Sª da Luz* – S/ref.ª – Demolida com o Terramoto. Aqui havia casas de romagem para os muitos devotos que aí concorriam, vindo círios de muitas terras. Hoje só continuam 3 vilas, Aldeia Galega do Ribatejo, Moita e Alverca. **Charneca:** • *S. Sebastião* – Do Povo – É tradição se edificara no tempo em que houve peste no Reino; • *Nª Sª do Amparo* – Particular (Quinta) – Com capelão e missa quotidiana. Danificada com o Terramoto; • *Nª Senhora* – Particular (Quinta) – Ermida grande, nova primorosamente edificada. Com ruína no Terramoto; • *Nª Sª dos Remédios* – Particular (Quinta) – Ermida pequena; • *Santo António* – Particular (Quinta do Conde de Pombeiro) – Ermida grande, muito antiga. Arruinada no Terramoto. Está reparada; • *Nª Sª da Encarnação* – Particular – Na estrada de Lisboa para Sacavém. Início da construção em 1740. Arruinada com o Terramoto; • *Nª Sª do Cabo* – Particular (Quinta); • *S. José* – Particular (Palácio do Marquês de Louriçal) – Obra gótica, muito antiga e novamente reedificada. Letreiro diz que foi a primeira casa de S. José do Reino; • *Todos os Santos* – Quinta (Secretário da Mesa da Consciência e Ordens); • *Santa Luzia* – Do Povo; • *Santo António* – Quinta do Morgado; **Conceição (Nossa Senhora da):** • *Igreja dos Freires da Ordem de Cristo* – S/ref.ª – (Enumera as capelas de missas, seus rendimentos e encargos). **Lumiar:** • *S. Vicente* – Particular (Quinta do Conde de Barão); • *Santo António* – Particular (Quinta); • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta do desembargador); • *Espírito Santo* – Da irmandade do Espírito Santo – Arruinada pelo Terramoto; • *S. Jerónimo* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Boa Viagem* – Particular (Quinta); • *Santo Cristo* – Particular (Quinta); • *Nª Sª do Livramento* – Particular (Quinta de Desembargador); • *S. Sebastião* – Do Povo; • *Senhor Roubado* – Particular (Cónego, por provisão do Cardeal Patriarca) – Teve seu princípio em um

cruzeiro no ano de 1744, em desagravo do roubo que se havia feito dos vasos sagrados no lugar de Odivelas. Todas as capelas que pertencem às quintas em que estão situadas "estão debaixo da jurisdição da freguesia"; **Madalena:** • *Nª Sª de Belém* – Do Hospital dos Palmeiros – Albergaria dos pobres peregrinos. Fundou-se no ano de 1330; • *S. Sebastião* – Câmara de Lisboa – Com capelão. Com imagem de S. Vicente; • *Nª Sª da Assunção* – Dos ourives da Prata; Mártires: • *Nª Sª da Graça e S. Pedro Gonçalves* – Para onde passou a igreja no Terramoto; • *Nª Sª da Graça* – Particular (Palácio da Casa de Bragança); **Mercês:** • *Ascensão de Cristo e Nª Sª do Amparo* – Particular (Morgado D. João de Lencastre). Com 3 altares. Enquanto se não reparou, a igreja serviu de paróquia. Nela teve princípio esta freguesia no ano de 1622. Referem-se as capelas de missas, assentes nesta igreja. Com irmandade da Via Sacra. Com jubileus. Celebra-se todos os dias 10 e 12 missas, missas para que concorre a confraria; • *Nª Sª da Ajuda e Santos Fiéis de Deus* – Da irmandade de Nª Senhora – Com capelão, • *Nª Sª do Monte Carmo* – Particular (Cavaleiro da Ordem de Cristo) – Com capelão. Tem 3 altares. Anexa da paróquia. Teve princípio em 1732. • ***Sacramento*** – S/referências; **Santa Catarina:** • *Espírito Santo* – Terceiros religiosos – Serve de capela ao Recolhimento de Cardais; • *Capela do Hospital, Da Ordem Terceira* – Hospital e capela, contíguos ao Convento de Jesus. «Privativo para os Terceiros pobres, ainda que algumas pessoas se admitam nele por ajuste»; **Santa Engrácia:** • *Nª Sª do Paraíso* – S/ref.ª – Em a qual há 73 anos se acha a freguesia de Sta. Engrácia. Enumera as 13 imagens dos 3 altares que todas pertencem à freguesia e outras mais se não expõem ao culto e veneração dos fiéis, porque não tem lugar e estão perdidas com o tempo. Foi benzida esta ermida em 1502; • *Nª Sª Madre de Deus* – Particular (Secretário da Guerra); • *Senhor do Bonfim* – Particular (Devotos); • *Nª Sª da Conceição* – Regimento dos Cais – Na Praça de Armas do Regimento do Cais; • *S. Pedro de Alcântara* – Particular – Junto ao Convento de Sta. Apolónia; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta de João António Vanplat); • *Nª Sª do Rosário da Restauração* – Particular (General de Tanger, D. Gastão Coutinho); • *Nª Sª do Rosário* – Particular (Devotos do Terço). *Senhor Jesus do Rosário*. Fundação de Devotos do Terço; • *Nª Sª da Glória* – S/referências – Ereta depois do Terramoto, para nela colocar o Santíssimo Sacramento da freguesia de Basílica de Santa Maria; • *Santo António* – Particular (Quinta do Provedor dos Armazéns); **Santa Isabel:** • *S. Francisco de Borja* – Particular (de Livreiro); • *Sant'Ana* – Particular (Quinta do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho); • *Nª Sª dos Prazeres* – Particular (Casas do Conde da Ilha) – Acodem romagens, no dia da festa da Senhora e em todos os Domingos de Abril; • *Santo António* – Particular (Herd. de Tenente Coronel); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta de Fróis); • *S. João dos Bem Casados* – Particular (Casa e Quinta); • *Sant'Ana e Nª Sª do Carmo* – Particular (D. Margarida Pereira); • *St. Ambrósio* (com Senhor Jesus, S. Miguel e Almas) – Particular (Homem de negócios) – Nela está de presente a paróquia; • *Nª Sª Mãe dos Homens* – Irmandade de Caridade; • *S. Pedro* – Particular (Casa e Quinta de moço da câmara de S. Majestade); • *Santo António e Nª Sª da Conceição* – Particular (Casas do Inquisidor D. Nuno Alvares Pereira); • *Nª Sª dos Milagres* – Particular (Homem de negócios); **Santa Justa e Rufina:** • *S. Mateus* – Hoje dos Padres de S. Camilo, por mercê real; • *Nª Sª do Amparo* – Do Hospital Real – Com enfermaria de entrevados; **Santa Maria Maior:** • *Casa de Santo António* – S/ref.ª – Casa que frequentam os fiéis todo o ano; **Santa Marinha do Outeiro:** • Sem referências; **Santiago:** • *S. Brás (ou Santa Luzia)* – Dos Cavaleiros da Malta – Demolida com o Terramoto; • *S. Filipe e S. Tiago* – Particular – Demolida com o Terramoto; **Santo André:** Sem referências; **Santo Estevão de Alfama:** • *Nª Sª dos Remédios* – Anexa à freguesia. Com 3 altares – Com irmandade dos Homens do Mar; • *Senhor Jesus da Boa Nova* – Anexa à freguesia – Com irmandade; **Santos-o-Velho:** • *Nª Sª da Conceição* – Soldados do Regimento de Cavalaria de Alcântara; • *Nª Sª da Caridade* – Particular (casas) – Não acorrem romagens;• *Nª Sª da Assumpção* – Particular (Casas de D. António de Meneses) – Não acorrem romagens; • *Senhor dos Navegantes* – Irmandade do Senhor dos Navegantes – Não acorrem romagens; • *Nª Sª da Lapa* – Recolhimento de 18 mulheres – Não acorre romagens; **S. Cristóvão:** S/ referências; **S. João da Praça:** S/referências; **S. Jorge de Arroios:** • *Nª Sª da Soledade* – Devotos – Nesta capela, fora da igreja, têm os irmãos do Senhor os seus jazigos e casa de Despacho; **S. José:** • *S. Luís* – Nação francesa; • *Nª Sª do Bom Sucesso* – Particular (No Palácio da Lavra) – Com capelas de missa e 2 capelães; • *Nª Sª da Pureza*

– Particular (Condes da Castanheira); *Nª Sª da Glória:* Particular (Condes da Castanheira). Arruinada com o Terramoto; **S. Lourenço:** S/referências; **S. Martinho:** S/referências; **S. Miguel de Alfama:** S/referências; **S. Nicolau:** S/referências; **S. Salvador:** S/referências; **S. Tomé:** S/referências; **S. Vicente de Fora:** S/referências; **S. Mamede:** • *S. Crispim e S. Crispiniano* – Irmandade do ofício dos sapateiros; **S. Paulo:** • *Nª Sª da Graça* – Da irmandade dos marítimos e pescadores aonde por decreto de S. Majestade se acha a freguesia de Nª Sª dos Mártires; • *Oratório ou Ermida* – Moedeiros (Dentro do pátio da Casa da Moeda), festejam Sant'Ana; **S. Sebastião da Pedreira:** • *Nª Sª do Cabo* (erm. do Prego) – Particular (Quinta de Morgado); • *Nª Sª de Penha de França* – Particular (Quinta de criado de Sua Majestade); • *Senhora Mãe dos Pecadores* – Particular (Quintalão do Porteiro do Conselho da Fazenda); • *S. João Baptista* – Paço de Palhava dos Infantes; • *Maria Santíssima e Senhora do Rosário* – Particular (Camarista do Infante D. Manuel); • *Santo António* – Particular/(Desembargador, corregedor do Crime da Corte e Casa); • *Nª Sª da Assunção* – Particular (Quinta do Tesoureiro de Casa Real); • *Santo António* – Particular (Quinta do desembargador da Casa da Suplicação); • *Nª Sª dos Mártires* – Particular (Quinta de casas nobres) onde está um Recolhimento à Ordem Terceira do S. Francisco e alguns Terceiros; • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta de casas nobres); • *S. Francisco Borja* – Particular (Livreiro); **Socorro:** • *Nª Sª da Saúde* – Irmandade de Nª Sª da Saúde – Com irmandade; • *Nª Sª da Guia* – Devotos do Terço, (em construção).

CONCELHO DE LOURES

Apelação: • *Santo Amaro* – Particular (Em Quinta) – Anexa à igreja. Tem dois capelães; • *Santo António* – (Casas e fazenda de doutor) – Anexa à igreja; **Bucelas:** • *Divino Espírito Santo* – Juiz e mais oficiais da Casa do Divino Espírito Santo; • *Nª Sª da Boa Morte* – Particular (Dona Bárbara Teresa de Jesus); • *Nª Sª da Paciência* – Particular; • *Santa Maria Madalena* – Particular; • *S. Sebastião* – Do povo; • *Nª Sª da Conceição* – Particular; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (capitão); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (capitão); • *Santo Aleixo* – Do povo; •*Nª* Sª do Rosário – Particular (D. António de Almeida); • *Santo António* – Dono desconhecido; • *Sant'Ana* – Do povo; • *Nª Sª do Paço* – Do povo; • *S. Roque* – Do povo; • *S. Miguel* – Desembargador, ex-Chanceler na Índia; • *S. Nicolau* – Particular (Quinta do Melo); • *S. Vicente* – Do povo; • *Nª Sª das Virtudes* – Particular (Quinta do Conde de Castelo Melhor); • *Nª Sª da Encarnação* – Particular (Duque de Lafões); **Camarate:** • *S. Pedro* – Do povo. Administrada pelos oficiais da fábrica da igreja – Capelão de missa aos Domingos e dias santos; • *S. Jorge* – Particular (Quinta de desembargador Duarte Salter Mendonça) – 3 capelães de missa quotidiana; • *S/referência* – Particular (Quinta de Mil Fontes); **Fanhões:** • *S/referência* – Particular (Quinta de S. Julião); **Frielas:** • *Nª Sª do Monte* – Particular (Quinta da Ramada) – Ermida pública; • *Santa Marta* – Particular (Quinta) – Ermida pública; **Loures:** • *Sant'Ana* – Do povo – Ermida perfeita; imagem prodigiosa de muita veneração; • *Divino Espírito Santo* – Onde está a Ordem Terceira de S. Francisco – Nela se fazem os exercícios da mesma Ordem; • *Nª Sª da Nazaré* – Particular (Quinta) – Porta pública para a estrada; • *Nª Sª da Nazaré* – Particular (Quinta de Francisco de Melo e Albuquerque) – Porta pública para a estrada; • *Senhor do Bom Princípio* – Particular (Quinta de Granja) – Primorosamente acabada e ornada com imagens; • *Sto. António* – Particular (Quinta do Marchão) – Foi do contador-mor do Reino, com porta pública e retábulo de Nª Senhora dando o Menino a Santo António; • *Nª Sª da Saúde* – [Do Povo] – Muito milagrosa e de grande veneração em todos os povos; • *S. Pedro* – [Do povo] – Se anda reparando e se pretende colocar sacrário; • *Nª Sª da Redonda* – Povo/Particular (Quinta de Valadares); • *Nª Sª da Mercês* – Particular (Quinta das Laranjeiras); • *Santo Amaro* – Do povo (com 2 altares) – Com grande concurso de todos os povos circunvizinhos; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Santa Luzia* – Particular (Quinta de Pomares); • *S. Sebastião* – Particular (Quinta da viúva do Desembargador) – De grande veneração de todos estes povos; • *SSma. Trindade e Nª Sª da Boa Morte* – Particular – Porta pública para a rua; • *S. Miguel* – Congregados da Avé-Maria – Erecta por provisão do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida; • *Sta. Petronila* – [Do povo] – Ermida pública; • *Nª Sª dos Prazeres* – Particular (Quinta do Conde do Castelo-Melhor); • *Nª Sª do Repouso* – Particular (Quinta) – Com porta pública; • *Nª Sª do Bom Sucesso* – Particular (Quinta) – Com porta pública; • *Nª Sª da Madre de Deus* – Particular (Quinta) – Com porta pública; • *Nª Sª da Piedade* – Particular

(De Beneficiado) – Com porta pública; • *Nª Sª de Monserrate* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta da Nova); • *Dos Reis* – Particular (Quinta solar do Correio-mor do Reino). Com o Santíssimo Sacramento; **Lousa:** • *Divino Espírito Santo* – Particular – Faz-se uma festa em dia do Divino Espírito Santo em que se junta bastante povo; **Sacavém:** • *Nª Sª da Vitória* – Título que lhe deu D. Afonso Henriques no tempo em que venceu a batalha contra os Mouros. Antes se intitulava Nª Sª dos Prazeres. Tem 3 altares – Está hoje servindo de freguesia. Está na entrada do lugar, vindo de Lisboa; • *S. Roque* – Particular (Casa do Visconde de Barbacena); • *Sto. André/Nª Sª da Saúde* – S/ref.ª; • *Sto. António da Serra* – Particular (Quinta do desembargador Filipe D'Abranches); • *Sto. António* – Particular (Casa do Visconde de Barbacena); • *S. José* – Particular (Quinta do Marquês de Tavora); • *Nª Senhora* – Particular (Quinta da Francelha); • *S/ref.ª* – Particular (Quinta de Pincheiros) – Arruinada pelo Terramoto; • *S/ref.ª* – Particular (Quinta de Torres Vedras, dos Siqueiras) – Arruinada pelo Terramoto; • *S/ref.ª* – Particular (Quinta) – Arruinada pelo Terramoto; **Sta. Iria da Azóia:** • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Quinta do Morgado do Conde de Vila Nova – Imagem muito milagrosa e de muita romagem em todo o ano; **S. Antão do Tojal:** • *Espírito Santo* – Anterior a 1600, Com vários painéis de Bento Coelho. Tem servido de paróquia, quando se reformou a matriz no Terramoto; • *Nª Sª da Conceição* – Em Quinta do Convento de Sto. Elói; • *S. João Baptista do Lago* – Particular (Quinta) – Pela proximidade da igreja foi para aqui transportado de imediato o SSmo. no Terramoto; • *S. Roque* – Do Povo e confraria de São Roque – Com painéis de José da Costa Negreiros; • *S. Diogo de Alcalá*: Com festa instituída pelo prior da igreja e colegiais de Sto. Antão, com distribuição de merendas de pão na festa. Com seis moradas de casas para o ermitão e romeiros; • *S. Cosme e Damião* – Particular (Quinta); • *Nª Sª do Monte do Carmo*, com o título do Vencimento – Particular; • *Nª Sª da Apresentação* – Particular de vínculo e comenda Fidalgo da Casa Real, Conselheiro do Conselho da Fazenda; • *S. Saturnino, bispo* – [Do povo, paroquial] anexa a Sto. Antão; **S. João da Talha:** • *S. Sebastião* – Confraria de S. Sebastião – Junto ao lugar do Bodel – E com registo de instituição em 1505, conforme Livro do Arquivo, ano «de tão terrível peste que veio a Portugal que depois de ter destruído muitas cidades e terras do Reino, entrou em Lisboa, aonde como maior povoação foi muito mais a mortandade e estrago, resolveu-se D. Manuel (…) a despejar a Corte de Lisboa e ir-se a Almeirim (…) Mandou levantar ermida ao mártir S. Sebastião, advogado especial contra a peste». Santo de muitos milagres, devoção, romagens e bodo. E também Nª Sª dos Remédios e S. Roque; • *Nª Sª dos Anjos* – Particular (Morgado de D. Pedro Alves Cabral de Lacerda) – Capelão com 3 missas semanais; **S. Julião do Tojal:** • *Espírito Santo* – S/ref.ª; • *Nª Sª da Apresentação* – Particular (Quinta); • *Nª Sª do Socorro* – Particular (Quinta padres Vicentes); • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta dos padres Vicentes) – A doaram os padres Vicentes aos moradores de Zambujal; **Unhos:** • *S. Sebastião* – S/ref.ª – Recolheu o SSmo. e imagem da igreja no Terramoto; • *Espírito Santo* – S/ref.ª – Serviu de freguesia enquanto duraram as obras da matriz. Arruinada com o Terramoto; • *Nª Sª da Nazaré* – S/ref.ª – Concorria muita gente; hoje as pessoas mordidas dos cães danadas. Parte demolida pelo Terramoto.

CONCELHO DA LOURINHÃ

A dos Francos: • *S. Bento* – (Do lugar. Em Miragaia); • *Nª Sª dos Milagres* – (Do lugar. Em [Sorria]); • *S. Sebastião* – (Do lugar. Na Marteleira); • *Nª Sª da Piedade* – (Do lugar. Palheiras); **Moita dos Ferreiros:** • *Virgem da Misericórdia* – Ermida em lugar ermo – «Imagem que apareceu». Faz muitos milagres em todas as necessidades. Tem uma fonte de água no sítio onde apareceu que serve para enfermos que se valem da dita Senhora nas suas enfermidades. É a dita água especial para curar sarna e outras borbulhas semelhantes. Acodem romagens de círios da vila de Peniche, de Vila Verde, Vilar, Aldeia Grande, Vila Chã, Lavrogeira, dos Penedos, da Mouta e de gente de lugares circunvizinhos todo o ano. Nos Sábados se canta missa à Senhora por devoção dos sacerdotes; **Reguengo Grande:** Sem referência; **S. Bartolomeu dos Galegos:** • *Nª Sª do Desterro* – Particular (Quinta de Fonte Real); • *Sto. António* – Pertence à paróquia. No lugar de Penha Seco; *Nª Sª dos Anjos* – Pertence à paróquia. No lugar de Feiteira; • *S. Domingos* – Pertence à paróquia. Nos casais de S. Domingos.

CONCELHO DE MAFRA

Alcainça: • *Espírito Santo* – Do Ouvidor – Com rendas bastantes; • *Sto. António* – S/ref.ª – Com esmolas desta freguesia e vizinhas; • *Nª Sª dos Remédios* – S/ref.ª – Aonde vão alguns devotos em romaria; **Azueira:** • *Espírito Santo* – Mordomos do Hospital. Contígua à casa do Hospital; • *Nª Sª do Livramento* – Fregueses/Pároco – Formoso templo, obrando nele a Senhora muitos milagres como testemunham as gentes vizinhas e de terras remotas. Com romeiros no decurso do ano. A ela vêm dez círios ao longo do ano: Igreja Nova, termo de Sintra, de Sobral, da freguesia de Nª Srª de Oliveira, termo de Torres Vedras, S. Pedro de Lousa e de Lisboa, S. Pedro de Dois Portos, S. Quintino, Sto. Isidoro, S. Mamede de Ventosa, Mafra, Freiria. Missa Domingos e Dias santos. Com capelão de Domingos e Dias santos; • *Nª Sª dos Prazeres* – Particular; • *S. João* – Particular; • *Santa Cruz* – Particular; • *Nª Sª dos Remédios* – Particular; • *Sta. Cristina* – Do povo (administração dos oficiais da igreja da freguesia) – Com capelão de missa Domingos e dias santos. Acodem a ela romeiros, especialmente no dia da santa, 24 de Julho e nos dias 25 e 26, sagrando-se muitas reses de gado - mais de 2.000 reses nesses 3 dias - acodem muitos círios de S. Lourenço de [Gouria], Moita, vila de Torres Vedras, Runa, Ponte de Rol, Santo Isidoro; • *Nª Sª da Ajuda* – Particular (Quinta, fidalgo da Casa de S. Majestade); • *Nª Sª da Graça* – Padres da Companhia de Jesus; **Cheleiros:** • *Espírito Santo* – S/ref.ª – Sem culto por estar arruinada e caída; • *S. Bento* – Particular (hoje administra um cavador de enxada) – Sem culto por estar arruinada e caída; • *Nª Sª do Ó* – S/ref.ª – Sem culto por estar arruinada e caída. Com módica renda; **Enxara do Bispo:** • *Divino Espírito Santo* – Pública da irmandade das Almas (Administração) – Hoje, depois do Terramoto, serve de freguesia; • *S. Paulo* – Particular (Paço do Visconde de Vila Nova de Cerveira) – Muito antiga; • *S. Miguel* – Particular (Quinta) – Muito antiga; • *Nª Sª do Pópulo* – Do povo – Imagem milagrosa. É ermida de 3 altares; • *Nª Sª do Rosário* – Do povo – Tem 2 altares. Capela feita no sítio onde apareceu Nª Senhora; • *Sta. Comba* – Do Povo; • *S. Sebastião* – Pública; • *Senhor Morto* – Particular (Quinta); • *Nª Senhora do Socorro* – Do povo; **Ericeira:** • *Nª Sª da Boa Viagem* – Do povo – Do Forte. Muito arruinada; • *Sta. Marta* – Do povo; • *S. Sebastião* – Irmandade de S. Sebastião; **Fanga da Fé:** • *Nª Sª do Rosário* – Particular; • *S. Sebastião* – Do povo; • *Sta. Susana e S. Lourenço* – Senhor Visconde; • *Nª Sª da Encarnação* – Particular (Rodrigo de Figueiredo, camarista do Infante D. Manuel) – Concorrem devotos à ermida com vários círios (da vila de Colares, de Alcabideche, de Odivelas, Lourinhã, Sintra, Penaferrim, S. Domingos de Rana, Carmões, Dois Portos, Sapataria, Ventosa, Mafra, Igreja Nova e Belas); **Gradil:** • *Sta. Ana* – Particular (Quinta) – Serve de paróquia depois do Terramoto; **Igreja Nova:** • *Espírito Santo* – Do Povo; • *Santo António* – Do povo. No lugar da Igreja Nova; • Santíssimo – Do povo. No lugar da Igreja Nova; • Senhora da Piedade – Particular. No lugar da Raimonda; • *Santa Catarina* – Do povo; **Mafra (Sto. André):** • *Divino Espírito Santo* – Do Hospital; • *Nª Sª do Socorro* – Particular (Quinta do Arquiteto Ten. Coronel Manuel Nunes Silvestre); • *Sto. António* – Particular (Quinta do Visconde de Vila Nova de Cerveira) – Arruinada com o Terramoto; • Sto. António – Particular (Capitão Alexandre José de Matos); • *Nª Sª do Monte do Carmo e de Sto. António* – Moradores do lugar – É de romagem; **Mafra (Sto. Isidoro):** • *S. Sebastião* – Do povo – A mais antiga; • *Nª. Sª. da Conceição* – Do povo – Padeceu ruina no Terramoto; • *S. João Baptista* – Do povo – Padeceu ruina no Terramoto; • *Sto. António* – Do povo – Padeceu ruina no Terramoto; **Reguengo da Carvoeira:** • *Sto. António* – Dos fregueses; • *S. Julião* – Dos fregueses – Acodem algumas pessoas de romagem ao longo do ano; **Sto. Estevão das Galés:** • *Sta. Eulália* – Fregueses (fabricanos) – O domínio das missas cantadas pertence ao pároco de Sta. Maria de Loures. À ermida acodem todo o ano alguns romeiros, e principalmente no mês de Setembro; • *Sto. Isidoro;* • *S. Sebastião* – Do povo; • *Nª Sª da Conceição* – Do povo; • *S. João Baptista* – Do povo; • *Sto. António* – Do povo; **Sobral da Abelheira**: • *S. Pedro* – Pertence ao povo. Confraria do Espírito Santo; • *Nª Sª do Desterro* – Particular (Quinta do Morgado); • *Nª Sª da Piedade* – Particular; • *S. Sebastião* – Particular.

CONCELHO DE ODIVELAS

Odivelas: • *Nª Sª da Conceição* – No lugar de Odivelas. Particular. Quinta do Conde Aposentador-mor; • *Nª Sª do Carmo* – No lugar de Odivelas. Particular. Quinta de José Joaquim de Miranda Henriques; • *S. Miguel* – Dentro do couto das religiosas de S. Bernardo, lugar de Odivelas. Adminis-

tração das religiosas de S. Bernardo; • *S^to. António* – No sítio da Urmeira. Particular (na Quinta que foi de António Lobo da Gama); • *Espírito Santo* – Sítio da Urmeira – Particular (Quinta de António de António de Melo); • *N^a S^a dos Prazeres* – Particular (Quinta de Azenha Velha de João da Silva Ledo); • *S. João Baptista* – No sítio de Val de Deus – Particular (Quinta de D. Lourenço de Alencastre); **Santo Adrião:** • *Senhora do Bom Sucesso* – Particular (Padre).

CONCELHO DE OEIRAS

Barcarena: • *S. Sebastião* – Do povo – Serve de presente de paróquia porque a matriz está arruinada pelo Terramoto; • *S^to. António* – Particular (Quinta); • *N^a S^a da Conceição* – Particular (Quinta); • *Senhor Jesus, Rei dos Reis* – Particular (Quinta); • *S^to. António* – Particular (Quinta); • *S^to. António* – Do povo; • *S. Bento* – Do povo – Concorre grande devoção das vizinhanças e por vezes as Reais Majestades; • *N^a S^a do Socorro* – [Do povo]; • *S^ta. Bárbara* – Particular (Quinta); • *S. Miguel* – Do Povo; **Carnaxide:** • *S. Joaquim* – Particular/Pública (Casas). Com portas para a rua; • *S. João Baptista* – Moradores. Por eles edificada e concorrem com o que é preciso; • *S^to. António* – Particular (Quinta do Rodízio); • *N^a S^a da Graça* – Particular (Quinta, dos Agostinhos do Convento da Graça de Lisboa); • *Senhor atado à coluna* – Do Convento dos religiosos arrábidos de Santa Catarina de Ribamar; • *N^a S^a do Cabo* – Particular; • *S^to. António* – Particular (Quinta de Noronha); • N^a *S^a da Conceição* – Particular/Pública (Quinta de D. Ana Cabral de Quadros). Com porta para a rua; • *S. Gonçalo* – Particular (Quinta de desembargador); • *N^a S^a da Saúde* – Particular (Quinta); • *N^a S^a do Rosário* – Particular (Quinta da viúva de Alexandre de Gusmão); **Oeiras:** • N^a S^a da Conceição – Irmandade de N^a S^a da Conceição – Com 3 altares. Arruinada pelo Terramoto; • *N^a S^a do Egipto* – Particular (Casas); • *N^a S^a da Piedade* – Particular (Casas); • *N^a S^a da Penha de França* – Particular (Quinta dos Vales); • *Senhor Jesus dos Navegantes* – Irmandade da Doutrina, sita em S. Roque de Lisboa; • *N^a S^a da Conceição* – Particular (Excelentíssimo Principal [de Baram]; • *N^a S^a do Porto Seguro* – Monges de S. Bruno – Frequentada de romagens e romeiros de Lisboa; • *N^a S^a Madre de Deus* – Particular (Padre Mateus Pereira); • *N^a S^a do Porto Salvo* – Irmandade da Senhora, moradores em Lisboa – Três altares; • *N^a S^a da Conceição* – Feitoria de S. Majestade; • *S. João Baptista* – Particular (Quinta do Jardim); • *S. Pedro* – Da igreja (os fabricanos); • *N^a S^a da Piedade* – Particular; **S. Julião da Barra:** • S/ref.^as.

CONCELHO DE SINTRA

Almargem do Bispo: • *N^a S^a dos Enfermos* – Particular (Quinta do Secretário de Estado Corte Real). Muito milagrosa; de muitas romagens. Vem um círio de Lisboa; • *Divino Espírito Santo* – Povo da freguesia. A ela vão as procissões gerais da igreja; • *N^a S^a da Piedade da Serra* – Povo da freguesia. Com romagens e um círio de Lisboa; • *N^a S^a do Monte do Carmo* – Particular (Padre); **Belas:** • *S. Sebastião* – Fabricada pelos paroquianos; • *N^a S^a da Conceição* – Fabricada pelos paroquianos; • *N^a S^a da Consolação* – Fabricada pelos paroquianos; • *S. Mamede* – Fabricada pelos paroquianos; • *S^ta. Marta* – Fabricada pelos paroquianos; • *N^a S^a do Monte do Carmo* – Particular (Provedor da Casa da Moeda); • *Senhor Jesus do Bom Jardim* – Particular (Conde de Redondo); **Colares:** • *S^to. António da Volta* – Religiosos carmelitas descalços; • *N^a Senhora da Ajuda* – Particular (Quinta de Sua Eminência o Cardeal Patriarca); • *Santo António* – De Sua Eminência o Cardeal Patriarca; • *N^a Senhora da Penha de França* – De Sua Eminência o Cardeal Patriarca; • *Santo André* – Ouvidor das Terras da Rainha; • *N^a Senhora da Conceição* – De Sua Eminência o Cardeal Patriarca; • *N^a S^a de Melides* – Particular [Casa do Marquês de Marialva/Sua Eminência]; • *N^a Senhora da Penha de França* – De Sua Eminência o Cardeal Patriarca; **Lampas:** • *Divino Espirito Santo* – Do povo. Aonde vão as procissões que saem da igreja; • *S. Miguel* – Particular. (Prior de S. Miguel de Sintra). Com missa nos dias de preceito; • *S^ta Susana* – Do povo. Com missa nos dias de preceito; • *N^a S^a da Consolação* – Do povo. Com missa nos dias de preceito; • *N^a S^a Penha de França* – Particular; • *N^a S^a da Esperança* – Particular (Convento da Pena). Com missa paga pelo povo nos dias de preceito, paga pelo povo; • *N^a S^a do Ó* – Particular; **Sintra (Santa Maria):** • *Santo Amaro* – Convento da SS^ma. Trindade; • *Santo Amaro* – Particular; • *S. Sebastião* – Do povo. Mandou fazer o povo no tempo da peste. Sai daqui procissão geral no dia do Santo com clero, povo e câmara; **Sintra (S. Martinho):** • *S. Brás* – Particular (Quinta e Palácio de Penha Verde); • *S^ta. Catari-*

na – Particular (Quinta e Palácio de Penha Verde). Mandou fazer o Inquisidor; • *S. João* – Particular (Quinta e Palácio de Penha Verde); • *da Lapa de S. Pedro* – Particular (Quinta e Palácio de Penha Verde); • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Quinta da Piedade, do Duque de Cadaval). Muito frequentada de todas as pessoas da vizinhança; • *Nª Sª de Monserrate* – Particular (Quinta de Monserrate); • *Stº. António* – Particular (Quinta de Galamares); • *Stº. Amaro* – Particular (Quinta da Arca); • *Stº. António* – Particular (Quinta do Vasco); • *S. Mamede* – Particular (Prior e beneficiado); • *Nª Sª de Madre de Deus* – Particular (Conde Redondo). Muito frequentada da gente da terra; • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta dos Castanhais); • *Nª Sª do Monte* – Particular (Quinta da Penha Verde); **Sintra (S. Pedro de Penaferrim):** • *S. Lázaro* – Misericórdia. Algum dia foi hospital dos Lázaros; • *S. Sebastião* – Particular (Quinta da Fonte); • *S. Brás* – Do povo; • *Nª Sª da Aflição* – Povo/Particular (Capitão) (litigiosa); • *Stª. Margarida* – Povo (com ermitão); • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Quinta). Com capelão anual de missa quotidiana; • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Quinta de Gomes Freire de Andrade); • *Stº. António* – Particular (Quinta do Ramalhão); • *S. Romão* – Colegiada de S. Martinho de Sintra. Com ermitão; • *Nª Sª do Cabo* – Particular (Quinta); • *S. Pedro de Penaferrim* – No Castelo; • *Stª. Eufémia* – Priores da igreja de S. Pedro de Penaferrim. Romaria devota. Vem um círio de Lisboa; **Terrugem:** • *S. Sebastião* – Dos fregueses.

CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Santo Quintino: • *Nª Sª da Fé* – Irmandade. Ermida constituída por devotos em 1588 – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e Dias Santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real. Com foros e obrigação de missas; • *Nª Sª da Saúde* – Com mordomos de eleição anual; De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real. Com renda de forno de telha, mandada fazer pelos mordomos; • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta) – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real; • *Nª Sª da Luz* – Particular (Quinta) – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real; • *Senhora Sant'Ana* – Particular (Quinta) – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real; • *Stº. António e Stº. Amaro* – Moradores. Particular (Padre) – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real; • *S. Sebastião* – Moradores. Obrigados por breve apostólico à fábrica da ermida. De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real; • *S. Vicente, mártir* – Devotos e mordomos – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real. Renda de foros; • *S. Tomé, apóstolo* – Particular – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real. Com renda de foros; • *Stº. António* – Particular (Quinta); • *S. Pedro*, *Apóstolo* – Particular (Procurador da Câmara de Lisboa) – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real; • *S. Gregório* – Particular – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real; • *S. José* – Particular (Quinta) – jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real. Com foros; • *Espírito Santo* – Particular – De jurisdição Ordinária. Com capelão que diz missa Domingos e dias santos pago pelos vizinhos. Com compromisso real. Com foros; **Sapataria:** • *Espírito Santo* – Particular (Quinta). Com administrador que governa e dá conta ao provedor das capelas – Com obrigação de cartas de guia pobres para condução à freguesia de Milharado e daí ao hospital real; • *S. Sebastião* – Oficiais da igreja (governo); • *Nª Sª da Salvação* – Oficiais da igreja (governo); • *S. Geraldo* – Oficiais da igreja (governo); • *Nª Sª do Desterro* – Oficiais da igreja (governo) – Com romagens e com círio de Palhacana; • *Nª Sª da Guia* – Oficiais da igreja (governo) – Concorrem algumas romagens e círio da Palhacana; • *S. Martinho* – Oficiais da igreja (governo) – Com pequena feira no dia do santo; • *S. Luís* – Particular; • *Senhor Jesus* – Particular; **Sobral de Monte Agraço:** • *Nª Sª da Luz* – [Do lugar]; • *Nª Sª dos Remédios* – [Do lugar]; • *Espírito Santo* – [Do lugar]; • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Vida* – [Do lugar] – Nela está o Santíssimo.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS

A dos Cunhados: • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Quinta) – Em outros tempos teve romagens de muita frequência e «tumulto», principalmente nas vésperas e dia da Natividade de Nª Senhora; **Carmões:** • *Nª Sª da Piedade e Sto. Antão* – [Lugar/Pública] – Orna-se e repara-se com as esmolas dos fiéis em dinheiro para que o pároco elege todos os anos um mordomo que manda pedir esmolas nos renovos e pelo Natal. Não tem pessoa a quem pertença como padroeira; • *Jesus, Maria, José* – Particular (padre). Administrador de propriedades vinculadas com obrigação à fábrica da ermida; **Carvoeira:** • *Divino Espírito Santo* – [Lugar/Pública]. Administrada por oficiais eleitos anualmente no dia da festividade; • *Nª Sª Madre de Deus* – [Lugar/Pública]. Administrada por oficiais eleitos anualmente no dia da festividade; • *Nª Sª da Glória* – [Lugar/Pública]. Administrada por oficiais eleitos anualmente no dia da festividade; • *S. Julião* – [Lugar/Pública]. Administrada por oficiais eleitos anualmente no dia da festividade; • *Nª Sª dos Prazeres* – Particular (Quinta do Estribeiro-mor); **Dois Portos:** • *Nª Sª dos Anjos* – Do povo. No lugar; • *Divino Espírito Santo* – Do povo; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Nª Sª dos Prazeres* – Do povo – Suficientemente paramentada, com retábulo e sacrário e Santíssimo; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Natividade* – Particular (Quinta de morgado); • *Divino Espírito Santo* – Do povo; • *Nª Sª dos Milagres* – Do povo – Faz-se neste sítio todos os anos feira-franca, no 1º domingo de Setembro; • *Nª Sª do Desterro e S. José* – Particular (Quinta de Mestre-campo de auxiliares da Comarca de Torres Vedras); • *Nª Sª da Purificação* – Do povo; • *Nª Sª das Necessidades* – Do povo; • *Sta. Eufémia* – Do povo; • *Nª Sª da Guia* – Do povo; **Freiria:** • *Vera Cruz* – Da igreja – No seu dia, 3 de Maio, vão a ela 5 procissões, cantando as Ladainhas dos santos, em memória das mercês de Deus pela falta de água quando faltava para criar os frutos da terra. As procissões que a ela vêm são as da freguesia de S. Lucas, Nª Sª de Oliveira do Sobral, S. Mamede de Ventosa, Sta. Madalena do Turcifal, S. Pedro dos Grilhões da Azueira, freguesias vizinhas a esta; • *Sant'Ana* – Do povo; • *S/referência* – Particular (Hábito de Cristo); **Ponte de Rol:** • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta de P.e); • *Senhor Jesus* – Particular (Quinta do Senhor de Tavarede; • *Nª Sª da Nazaré* – [Lugar/Pública]; **Ramalhal:** • *Nª Sª da Ajuda* – Do povo do lugar; • *Sto. António* – Do povo do lugar; • *Divino Espírito Santo* – Do povo do lugar; • *S. Sebastião* – Particular (Quinta); • *S. José* – Particular (D. Nuno da Silva Teles); • *S. Leonardo* – Particular (Conde de Avintes); **Runa:** • *Nª Sª do Desterro* – Particular (Quinta da Granja de Cima, do coronel Luís Mendonça Albuquerque Furtado) (Serve as aldeias); • *Nª Sª da Penha de França* – Particular (Quinta do Penedo, de D. Teresa Polónia) (Serve as aldeias); • *Nª Sª da Encarnação* – Particular (Quinta de Alcobaça do Desembargador José Pereira do Castelo) (Serve as aldeias); • *S/referência* – Particular - de Manuel Caetano da Costa Pinto e Sousa, professo na Ordem de Cristo; *S/referência* – Particular de Francisco da Cunha Manuel, professo na Ordem de Cristo. **S. Pedro da Cadeira:** • *Nª Sª da Cátedra* – S/ref.ª – Arruinada com o Terramoto. Imagem de pedra com o Menino amamentando-o. «Dizem ser do tempo dos Godos». Teve algum tempo devoção grande; • *Nª Sª da Esperança* – Particular (Quinta de desembargador). Arruinada com o Terramoto; • *Sto. António* – Particular (Quinta); • *Nª Sª do Amparo* – Do povo; • *Santa Cruz* – Junto às arribas do mar. Muito antiga e se diz construída [sobre] um templo antigo. Vem muita gente de romagem, dia de Santa Cruz; **Torres Vedras (S. Miguel):** • *Nª Sª da Pena* – Do povo – Concorre algum povo; • *Sta. Marinha* – Particular (Quinta). Com porta para a rua em que o povo ouve missa; • *Igreja de Nª Sª da Expectação do Amial* – Anexa à freguesia. Sujeita no temporal à Misericórdia da vila por provisão dos Filipes. Foi paróquia de toda a vila de Torres Vedras; **Torres Vedras (S. Pedro):** • *Nª Sª do Ameal* – Anexa à igreja de S. Miguel – Com imagem muito devota e por tradição antiga; • *S. Vicente* – Anexa e pertencente à igreja de S. Pedro; • *Nª Sª do Rosário* – Anexa e pertencente à igreja de S. Pedro; • *S. João Baptista* – Anexa e pertencente à igreja de S. Pedro; • *S. Gião* – Anexa e pertencente à igreja de S. Pedro; **Torres Vedras (Sta Maria):** • *Sto. Estevão* – Povo (administra) – De romagem pública, frequente; • *Nª Sª da Boa Hora* – Particular (Quinta) – De romagem pública, frequente; • *S. Gião* – Particular (Quinta) – De romagem pública, frequente; • *Nª Sª da Piedade* – Devotos e Particular (Quinta) – De romagem pública, frequente; • *Nª Sª da Cátedra* – Do povo – De romagem pública, frequente. Com ermitão, freguês da igreja. Acha-se arruinada; **Torres Vedras (S. Tiago):** • *Senhora da Saúde* – Anexa à igreja – Com capelães que dizem

missa nos Domingos e dias santos; • *S. Marcos* – Anexa à igreja – Com capelães que dizem missa nos Domingos e dias santos; **Turcifal:** • *Nª Sª das Angustias* – Ermida pública; • Nª Sª da Nazaré – Particular (Desembargador). Ermida pública; • *S. José* – Particular (Quinta). Ermida pública; • *Stª. Quitéria* – Particular (Quinta). Ermida pública; • *Stª. Isabel* – Particular (Quinta) – Muito venerada e de contínuas romarias ao Senhor Morto desta ermida; • *Stª. Bárbara* – Anexa à igreja – Muito milagrosa; • *Stª. Iria* – Particular (Quinta) – Anexa à igreja; • *Stº. Cristo* – Anexa à igreja; • *S. João Baptista* – Anexa à igreja; • *Stº. António* – Anexa à igreja; • *Espírito Santo* – Hoje serve de freguesia; • *Stª. Marta* – Particular (Casal). Anexa à igreja; • *S. Gregório* – Anexa à igreja; • *Nª Sª do Mato* – Anexa à igreja; • *Nª Sª da Graça* – Anexa à igreja; **Ventosa:** • *S. Martinho* – Fábrica da igreja; • *S. João Baptista* – Particular (Quinta) – Arruinada; • *Nª Sª da Piedade* – Particular – Arruinada; • *S. Sebastião* – Particular (Padre); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Padre); • *Nª Sª de Guadalupe* – Particular (Senhor do Baião).

CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra: • *Nª Sª da Graça* – Particular (Quinta, morgado de padre) – Demolida com o Terramoto; • *Nª Sª da Guia* – Particular (vínculo) – Com fazenda vinculada, não se cumpre; • *Nª Sª da Ajuda* – Paróquia – Ermida grande, com alpendre. Muito antiga. Fundou-se nela a Ordem Terceira de S. Francisco. O pároco apresenta o ermitão; **Alverca:** • *Stº. António, português* – Particular (Quinta de D. Josefa Barbosa de Melo) – Imagem milagrosa; • S. *Sebastião* – Régia (D. João V) – Fundada e paramentada com grandeza; • *S. José* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Graça* – [Lugar/Pública]; • *Nª Sª do Pilar* – Particular (Quinta de D. Luís Portugal) – S/ref.ª; • *S. Clemente, bispo* – [Lugar/Pública]; • *Nª Sª do Bom Sucesso* – Particular. Cerca dos religiosos carmelitas de S. Romão. Com porta para a rua. Com festas e romarias e círio anual vindo de Lisboa; • *S. Gonçalo, domínico* – Particular (Quinta dos padres de S. Paulo) – D. João V mandou reedificar e prover com especial riqueza; • *Nª Sª da Piedade* – [Lugar/Pública] – Imagem «milagrosíssima». Com romagens continuadas; • *Nosso Senhor Jesus Cristo* – Particular (Quinta dos Padres Paulistas de Lisboa); **Cachoeiras:** • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Casa e Quinta) – Serve ao presente de freguesia; • *Senhor dos Terramotos* – Particular (Quinta da Serra) – Erecta depois do Terramoto; • *Nª Sª do Pilar* – Particular (Quinta dos Padres Vicentes); • *S. João Baptista* – Particular (Quinta dos Fidalgos); • *Divino Espírito Santo* – [Lugar] – Arruinada pelo Terramoto; • *S. João Baptista* – Particular (Quinta) – Sem ornamentos, roubados; **Calhandriz:** • *Senhora da Graça* – Particular (Quinta); **Castanheira do Ribatejo:** • *Espírito Santo do hospital* – Marquês de Louriçal – Ermida do Hospital; • *S. Sebastião* – Da câmara; • *S. João* – Particular (Viúva de Morato Roma); • *Nª Sª da Barroquinha* – Da paróquia (Prior) – Círios de Samora e de Alcochete; • *Nª Sª do Tojo* – Da câmara – Vêm dois círios de Lisboa, um de Vila Franca de Xira, e um de Vila Franca do Rosário, e de Alhandra, e de Suceira; **Granja de Alpriate:** • *S. João Baptista* – Particular (Quinta); • *Nª Sª da Nazaré* – Particular (Quinta de Dr.); **Povos:** • *Igreja Nª Sª dos Povos* – S/ref.ª – Com uma imagem de Nª Senhora que se assenta ser de antes da vinda dos Mouros a Espanha. Conserva-se ainda no monte uma casinha, onde a Senhora apareceu. Imagem milagrosa. Tem capelão de missa às Sextas e Sábados instituição do capitão-mor da vila de Alenquer. É igreja de muito concurso de fiéis e fervor. Tem uma imagem do Senhor Jesus da Boa Morte, muito milagrosa. Tem ermitão apresentado pelo pároco da Vila de Povos; • *Nª Sª do Carmo e Lapa* – Com porta pública; • *Stº. Cristo* – Particular (Quinta de casas nobres); • *Senhor Jesus da Piedade* – Particular (da vila de Botão); **S. João dos Montes:** • *Nª Sª da Humildade* – Particular (Conde de Vila Flor); • *Nª Sª da Madre de Deus* – Particular (Correio-mor do Reino); • *Dos Desposórios de Nª Senhora* – Particular (Senhor da Trofa); • *Nª Senhora* – Particular (Quinta do Repouso); • *Stº. António* – Particular (Quinta do Bulhaco); • *Nª Sª do Pilar* – Particular; • *Nª Sª das Neves* – Do povo; • *Nª Sª das Neves* – Particular (Padre); • *S. Romão dos Montes* – Do Povo; • *S. Brás* – Particular (Quinta do Principal D. Domingos); • *Nª Sª da Penha de França* – Particular (Quinta de Ouvidor da vila de Alhandra); **Sobral:** • *Stº. António* da Estrada – Na estrada real; fora do lugar. De propriedade duvidosa entre João da Costa da freguesia e os priores de D. Martinho de Lisboa que apresentam os ermitães; • *Nª Sª do Egipto* – Nas casas do Conde de Vila Flor, com porta para a rua; • *Bom Jesus* – No pátio das casas de João Correia Manuel de Aboim, guarda-roupa que foi do infante D. António; **Vialonga:** • *Nª Sª da Penha de França* – Particular (Capitão de cavalos em

Chaves); • *Sto. António* – Particular; • *S. Sebastião* – Os Fregueses; • *Nª Sª da Graça* – Particular (Duque de Cadaval); • *Nª Sª da Lapa* – Particular (D. Maria Isabel); • *Divino Espírito Santo* – Particular; • *Nª Sª dos Prazeres* – Particular (Quinta do Duque de Lafões); • *Sta. Maria Madalena* – Particular (D. Antónia Resende); • *S. João Baptista* – Particular (Quinta de Padre); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Sto. António* – Particular (Quinta do Conde de Val dos Reis) – Nela tem o Santíssimo Sacramento; • *S. João Baptista* – Particular (Quinta de Desembargador); • *Santa Eulália* – Os fregueses. (Anexa à freguesia) – Santa milagrosa, de pedra. A ela acodem romagens e tem um bodo. Há nela feira. A santa é milagrosa; • *Nª Sª do Rosário* – Particular (Quinta de José Botelho); **Vila Franca de Xira:** • *Nª Sª das Mercês* – Religiosas da SSma. Trindade (trinos) – Onde assiste um comissário e um donato e se sustentam de esmolas dos fiéis; • *S. Francisco* – Terceiros – Onde se acha a paróquia de presente. Tem 4 capelas, dentro do cruzeiro, coro, sacristia, casa de despacho e fábrica da Ordem Terceira; • *Senhor Jesus dos Incuráveis* – De Sua Majestade – Concorre muita gente a visitar a sua imagem; • *S. Sebastião* – Da câmara; • *Sta. Sofia* – Da confraria de Sta. Sofia; • *Sto. Amaro* – [Do lugar/Pública]; • *Nª Sª dos Remédios* – [Do lugar/Pública]; • *Nª Sª do Rosário* – [Do lugar/Pública].

CONCELHOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

Alcácer do Sal (Santa Maria): • *Nª Sª da Conceição* – Pertence a Sua Majestade; • *Espírito Santo* – Pertence a Sua Majestade – Com as confrarias de Sto. António e S. Crispim e a Ordem Terceira de S. Francisco de Paula; • *S. Pedro* – S/ref.ª – Com a irmandade de S. Pedro; • *S. João* – Pertence a Sua Majestade; • *Senhor dos Mártires* – Pertence a Sua Majestade – Com a irmandade do Senhor. A esta acodem frequentes romeiros pela Pascoela e mês de Agosto; **Alcácer do Sal (S. Tiago):** • *Nª Sª da Graça* – Não se sabe a quem pertence, nem quem a edificou; • *S. Sebastião* – Não se sabe a quem pertence, nem quem a edificou; • *S. Lázaro* – Não se sabe a quem pertence, nem quem a edificou; • *S. Miguel* – Não se sabe a quem pertence, nem quem a edificou; • *Sant'Ana* – Não se sabe a quem pertence, nem quem a edificou; **Monte de Vale de Guizo:** • *Sto. António* – S/ref.ª – Sem frequência de romagens; **Montevil:** • *Nª Sª do Socorro* (com o título de Nª Sª da Conceição, da cidade de Lisboa) – Colégio dos clérigos pobres – Com festa em Setembro; • *Nª Sª da Saúde* – Em terras do Duque de Aveiro; **Palma:** • *Santo António* – Particular (No interior do Palácio do Duque de Aveiro); • *Cristo Crucificado* – Particular (Quinta do Ouvidor, de Diogo Manuel, Cavaleiro de hábito, assistente em Setúbal); **Sta. Susana:** • *S/refª* – S/refª; **S. Martinho:** • *Nª Sª do Monte do Carmo* – Na herdade de Gorgolim – Sujeito à freguesia. Pertence aos Ordinários; • *Nª Sª do Carmo* – Na serrinha de Fonte Santa – Sujeito à freguesia. Pertence aos Ordinários. Cuidam do ornato da ermida, os monges do Hospício na mesma serra. – Muita gente acode em romagem todo o ano, porém com mais frequência nos meses de Setembro e Outubro; **S. Romão do Sado:** • *Sant'Ana* – Particular (na Herdade ou Quinta de Cónego); • *Jesus, Maria, José* (Orago de Nª Sª da Natividade) – Particular (Quinta de Sanchares de Mestre do Campo de Ourique, Fidalgo da Casa de S. Majestade); • *Nª Sª da Esperança* – Particular (Herdade da Quinta Nova); • *Nª Sª da Esperança* – No Hospício de Nª Sª da Esperança; • *S. Bento* – No Hospício dos religiosos de S. Bento, na Quinta de S. Bento; • *Nª Sª do Rosário* – Particular (Médico de Setúbal na herdade do Rio de Arcos); **Sítimos:** • *S. Brás* – S/ref.ª – No seu dia fazem festa os moradores de Alcácer; • *Nª Sª da Conceição* – Na serra – Festa anual de romagem; • *Cristo Crucificado*, *Senhor das Chagas* – Na serra – Festa anual de romagem; **Torrão:** • *Nª Sª do Bom Sucesso* – Não tem padroeiro. Sujeito à matriz – Tem festa no seu dia. Senhora muito venerada pelo povo e longes. De abóbada; casas de hospedaria. Fazem-se-lhe muitas festas, vem romeiros de Sadão, festa de lavradores do termo, festa dos cavalheiros, festa dos almocreves e de outras pessoas devotas; • *S. João Baptista* – Não tem padroeiro. Sujeito à matriz – Tem festa no seu dia – Com vestígios de antiguidade; • *Senhor Fausto* – Não tem padroeiro. Sujeito à matriz – Tem festa no seu dia. Advogado dos quebrados. Tem feito muitos milagres, e recebe muitos romeiros; • *S. Roque* – Não tem padroeiro. Arruinada. Advogado da peste; • *S. Pedro* – Não tem padroeiro. Sujeito à matriz – Tem

festa fora do dia por respeito do pulgão que praga nas vinhas; • *Espírito Santo* – Não tem padroeiro. Sujeito à matriz; **Vale dos Reis:** • *S. Lourenço* – Particular (Conde de Val dos Reis).

CONCELHO DE ALCOCHETE

Alcochete: • *Nossa Senhora da Vida/Espírito Santo* – Santa Casa da Misericórdia – Imagem muito milagrosa, com grande devoção do povo. Com hospital contíguo; • *Nª Sª da Conceição dos Matos* – Particular – Em dia de Nª Sª dos Prazeres, concorre a maior parte da vila de Alcochete, a da vila de Aldeia Galega e lugar de Samouco. Concorre gente da vila e povos circunvizinhos; • *S. Sebastião* – Particular, Com festa anual. Sem romagens; • *Santo António* – Particular – Com festa anual. Sem romagens; **Samouco:** • *Sª da Conceição dos Matos* – Particular (Com confraria) – Os homens do mar da vila de Aldeia Galega lhe fazem todos os anos a sua festa, fora os mais devotos por especial milagre que esta Senhora faz. E concorre bastante gente, principalmente aos Sábados de Quaresma.

CONCELHO DE ALMADA

Almada (Nª Sª da Assunção): • *Nª Sª Mãe dos Homens* – No lugar – Está-se erigindo; • *S. Lourenço* – S/ref.ª – No seu dia concorrem muitos devotos; • *Espírito Santo e Nª Sª da Graça* – Particular (Quinta do lugar) – Hoje serve de freguesia; **Almada (S. Tiago):** • *São Sebastião* – Do povo – Concorre para a factura dela, o povo da vila e termo. Arruinada; • *Nª Sª do Bom Sucesso* – A irmandade de Nª Sª do Bom Sucesso, dos moradores do lugar – Apresentam 2 capelães; • *Nª Sª da Piedade* – Dos moradores. Tem irmandade; A ela vêm duas romagens: na 1ª Dominga de Setembro, os moradores da vila de Coina; na 3ª Dominga de Agosto, os moradores do lugar de Oeiras; (Tem muitas outras capelas particulares e oratórios); **Costa da Caparica:** • *S. Bartolomeu* – Particular (Quinta de Pedro Xavier de Oliveira) – Sítio da igreja; • *Nª Sª do Cabo* – [Do lugar/Pública] – Erecta a expensas de um devoto para comodidade dos moradores; • *S. Tomás* – S/ref.ª – Arruinada, como também a antiga Torre dos Condes de Arcos. Não se celebra nela missa por estar arruinada; • *S. Gonçalo* – Particular (Quinta de Manuel de Almeida e Silva), bem como a Torre dos Condes; • *S. João Baptista* – Particular (Casa dos herdeiros de Padre). Esta ermida está servindo de paróquia por causa da ruina do Terramoto da igreja matriz; • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Casas de D. José de Noronha); • *Nª Sª do Bom Sucesso* – Particular (Quinta dos eremitas de S. Jerónimo do convento de Belém); • *S. Pedro* – Particular (Quinta de Roberto Homem da Costa) – Na Paulina; • *S. Sebastião* – Na fortaleza [orago da Fortaleza] – Na Paulina; • *Stª.* Bárbara – Particular (Quinta António Lobo de Araújo) – Na Costa do Cão; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta do Ilustríssimo João Guedes Pereira) – Sítio da Cova; • *Nª Sª dos Remédios* – S/ref.ª – No lugar de Morfacém; • *Nª Sª dos Prazeres* – Particular (Quinta do Secretário de Estado António Guedes Pereira) – No lugar de Morfacém; • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta dos religiosos carmelitas do convento de Lisboa) – No lugar de Morfacém; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta de Luís da Cunha de Eça) – No lugar do Portinho da Costa; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Casa do padre José Duarte da Silva) – Na Trafaria; • *S. Jerónimo* – Particular de Jerónimo de Leite de Vasconcelos – Na Trafaria; • *Nª Sª da Saúde* – No presídio do Lazareto – Na Trafaria; • *S. João Baptista* – Particular (Quinta de Afonso Caetano) – Em Pera de Cima; • *Nª Sª da Boa Viagem* – Particular (Quinta de Sebastião Zagalo Preto) – No Ribeiro; • *Nª Sª do Bom Sucesso* – Particular (Quinta do Capitão Joaquim Ribeiro Macedo) – Na Raposeira; • *Bom Jesus* – Particular (Quinta de D. José de Menezes); • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta do Desembargador António Roiz Justo) – Lugar do Outeiro; • *Nª Sª da Piedade* – No convento dos religiosos da Província de Arrábida – Padroeiro do Mosteiro ao presente de D. José de Meneses Távora; • *Nª Sª da Rosa* – No convento dos eremitas de São Paulo – Hoje seu padroeiro o Conde de S. Lourenço; • *Bom Jesus* – Particular (Quinta da Regateira) – No Val da Figueira; • *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta do Excelentíssimo Principal D. Luís de Noronha) – No Val da Figueira; • *S. Luís* – Particular (Quinta da Charneca) – Casais da Quinta de Baixo; • *Nª Sª da Estrela* – Particular (Quinta de Manuel Barbosa Torres) – Em Casas Velhas; • *S. Carlos Borromeu* – Particular (Quinta de Pedro António Vergolino) – No Arieiro; • *Nª Sª dos Enfermos* – Quinta (Herdeiros de Padre) – Em Azinhaga; • *S. João Baptista* – Particular (Foi do Reverendo Frei Manuel Caiado) – No Vale; • *Stº. António* – Particular (Casas de Francisco Carneiro de Araújo) – Na Sobreda; • *Nª Sª do Livramento* – Confraria da Concórdia – Na

Sobreda; • *Nª Sª da Assunção* – Igreja do convento dos religiosos eremitas de Santo Agostinho – Foi instituidor do convento Fernando de Castilho e Mendonça, cidadão nobre de Lisboa, numa sua Quinta; • *S. João* – Quinta (Rev. Arcediago Henrique de Andrea) – Em Varge; • *S. Sebastião* – Quinta (Colégio de Santo Antão de Lisboa) – Vale do Rosal; • *S. Miguel* – Particular (Quinta de Feliciano Velho Oldemberg) – Vale do Rosal; • *Nª Sª do Carmo* – Particular (Quinta dos herdeiros de Domingos Maria Afonso) – Vale do Rosal.

CONCELHO DO BARREIRO

Barreiro: • *Santa Bárbara* – Moradores (Feita à sua custa). Anexa à paróquia; • *S. Sebastião* – Nela a Ordem Terceira de S. Francisco – Não se sabe quem a mandou fazer. Anexa à paróquia; • *S. Roque* – Nela erecta a irmandade de S. Pedro. Anexa à paróquia – Não se sabe quem a mandou fazer. Anexa à paróquia. No Estio ou entrada do Outono vêm a esta ermida os devotos da Senhora do Rosário, colocada nesta capela, vindos anualmente da cidade de Lisboa, em romagem; **Coina:** • *Nª Sª dos Remédios* – Do povo – Caiu com o Terramoto; **Lavradio:** • *Nª Sª do Bom Sucesso* – Particular (Quinta dos Cónegos regulares de S^to. Elói) – Nela se diz missa; **Palhais:** • *Santo António* – Moradores/Particular (fidalgo) – Tem eremitão que o pároco apresenta; • *S. Sebastião* – De Sua Majestade – Dentro dos Fornos de Val de Zebro; com missa para os oficiais da fábrica do biscoito; • *S. Pedro* – Particular – Demolida pelo Terramoto; **Santo André (Telha):** Não tem ermida alguma.

CONCELHO DE GRÂNDOLA

Azinheira dos Bairros: • *Nª Senhora do Viso* – Ao pároco e devotos pertence o cuidado dela – Acode alguma romagem, principalmente no Verão; • *Nª Senhora da Graça* – Ao pároco e devotos pertence o cuidado dela – Acode alguma romagem, principalmente no Verão; **Melides:** Não tem ermidas; **S^ta. Margarida do Sado:** • *S/ref.ª* – S/ref.ª; **Santa Margarida da Serra:** • *S/ref.ª* – S/ref.ª.

CONCELHO DA MOITA

Alhos Vedros: • *Nª Sª da Saúde* – Dos religiosos do convento de Nª Sª da Graça, de Lisboa – Hospício ou quinta com ermida com porta para a rua, com religioso pregador e confessor; missas semanais; • *Nª Sª da Vitória* – Onde antigamente era a Misericórdia – Nova casa de Misericórdia pós 1590/91; • *S/ref.ª a título* – [De Sua Majestade] – Dentro da real fábrica dos Fornos do Val do Zebro. Ermida com capelão para dizer missa todos os dias festivos, com ordenado pago por Sua Majestade; • *Senhor Jesus* – Pegada no adro da igreja matriz – Arruinada. Não se celebra nela missa; • *S. Pedro* – Do Senado da Câmara – Arruinou-se antes do Terramoto; **Moita:** • *Santo António* – Particular; • *S. Sebastião* – Do povo – É antiga. Foi freguesia e sagrada. "Nunca se acha sem gente, assim da terra como da vizinhança". Tem sacrário levadiço; • *S. Pedro* – Moradores do lugar; • *Nª Sª da Piedade* – Particular (Quinta do Barachão); • *SS^ma. Trindade* – Particular (Quinta de casas nobres) – Principiou a capela em 1629 e primeira missa em 1630; • *Nª Sª do Rosário e S. João Evangelista* – Particular (Quinta) – A esta capela vão, todos os Sábados, muita parte deste povo e pelo Espírito Santo. E no mês de Julho (…) vem a ela romagem da cidade de Lisboa e se lhe faz festa. E outros dias do ano as vilas circunvizinhas, por ser muito milagrosa a dita imagem de Nossa Senhora.

CONCELHO DO MONTIJO

Canha: • *S. Juli*ão – Do povo. A qual se anda fazendo de novo.

CONCELHO DE PALMELA

Marateca: • *Nª Sª da Boa Viagem* – S/ref.ª – Com capelão, provido pelo vigário geral de Setúbal. No passado concorriam romagens; **Palmela (S^ta Mª do Castelo):** • *Sant'Ana* – Da Ordem [de Santiago] – Tem 3 altares. "Se costumam fazer algumas festas aonde concorrem muitas gentes desta vila e de fora dela pela grande devoção e muitos milagres da santa". Fazem-se algumas festas de gente da vila e de fora. E mais três em dia de S^ta. Catarina, em dia de Nª Senhora do Monte do Carmo e outra *ad libitum*; • *Santo António da Serra* – Particular (nas terras de D. Luís de Portugal e Gama) – Tem diversas festas a que costuma concorrer muita gente, assim da vila de Palmela, Setúbal, como de outras partes. Tem a festa dos moradores do campo, duas festas dos moradores de Setúbal, e de D. Luís de Portugal. Com casas contíguas para o ermitão e romeiros; • *S. Luís* – Da Ordem [de Santiago] –

Fazem-se muitas festas: da gente dos montes, da vila de Palmela, duas da vila de Setúbal, da vila de Sesimbra, dos lavradores circunvizinhos. Com casas contíguas para ermitão e romeiros; • *S. Sebastião* – Particular (Quinta); • *S. Romão* – Da Ordem [de Santiago] – As duas festas de S. Romão se fazem uma em S. Luís e outra em Santo António da Serra, por estar demolida; **Palmela (S. Pedro):** • *S. Sebastião* – Senado da câmara de Palmela – Arruinada há muitos anos; • *S. João Baptista* – Real convento de Santiago – Serve de freguesia, a Santa Maria do Castelo desde 1736 com missas quotidianas, celebradas pelo próprio capelão, visitada de infinita gente, da vila e de fora, em romagens, com muitas festas da capela como da freguesia de S^ta. Maria do Castelo se costumam fazer, enquanto a sua igreja se não reedifica; • *S. Brás* – Administrada pelo Senado da câmara de Palmela como consta de escritura de 1449 no Tombo do Senado – Painel do retábulo na capela-mor contando milagre e libertação, por N^a Senhora da Graça e Santa Susana, do Conde Alberto, dos grilhões do cativeiro dos Mouros em África. Foi repetidas vezes visitada esta ermida pelo rei D. Dinis e depois pelos seus sucessores; • *S. Julião dos Bugalhos* – Ordem de Santiago – Romagem dos moradores da vila de Setúbal que lhe fazem duas festas solenes, no ano. E quotidianamente vêm em romagem muitas pessoas da vila de Palmela e suas circunvizinhanças. E se fazem duas festas pelos moradores da vila de Palmela. S. Julião, advogado do mal das terçãs, maleitas e sesões e tem feito muitos prodígios. Com grande concurso de romagens e devotos da terra e de fora; • *S. Pedro* – Particular (Senhorio de Terras); • *N^a S^a da Purificação* – Particular (Quinta de cónego); • *N^a S^a da Redenção* – Particular (Quinta do Anjo) – Com capelão e missa diária. Há tradição que naquele mesmo lugar (da ermida) «se deram os primeiros vivas no dia da gloriosa Aclamação do senhor rei D. João Quarto pela prodigiosa redenção que a mesma Senhora por seu eficaz patrocínio conseguiu para o Reino de Portugal, vendo-se livre do jugo de Espanha». Com festa a N^a S^a da Graça e a S. Brás, advogado das «moléstias» da garganta; • *N^a S^a das Brotas* – Particular (Padroado do Marquês de Minas) – Arruinada; • *S. Gonçalo* – Particular (Padroado do Marquês de Minas) – Com missas nos Domingos e festas de guarda; • *S^to. Ovídio* – Particular (do Marquês de Minas) – Bem frequentada de devotos; • *S. Salvador* – Particular (Quinta do Corvacho, do senhor das Alcáçovas).

CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM

Abela: • *S. Brissos* – Anexa à paróquia; **Alvalade:** • *Espírito Santo* e *Misericórdia* – Administração da Misericórdia – Jurisdição Ordinária – Situada na praça da vila; • *S. Pedro* – Jurisdição Ordinária – Há muitos anos demolida; • *S. Sebastião* – Jurisdição Ordinária – Arruinada; • *S. Roque* – Jurisdição Ordinária – Dia de S. Roque, 16 de Agosto, se faz a festividade na sua ermida, com assistência de muita gente; **Cercal:** • *S. Pedro* – Recentemente edificada a *fundamentis* por um devoto. Sujeita à Ordem de Santiago e Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens. Acodem romagens no Verão; • *S^to. Isidoro* – S/referências – Muito arruinada; **Roxo:** S/referência; **S^ta. Cruz:** S/referências; **Santiago da Cacém:** • *N^a S^a do Monte* – Da Ordem de Santiago – Administra a Câmara – Serve de paróquia. Para a sua festa a 8 de Setembro elege a Câmara juiz, escrivão, tesoureiro e mordomos, na vila como em todas as freguesias do temo; • *Santo António* – Da Ordem de Santiago – Administra a Câmara; • *Almas* – Da Ordem de Santiago – Administra a Câmara. Com confraria; • *Espírito Santo* – Casa da Misericórdia; • *S. Brás* – Da Ordem de Santiago – Administra a Câmara; • *S. Sebastião* – Da Ordem de Santiago. Administra a Câmara – Arruinada; • *S. Pedro* – Da Ordem de Santiago. Administra a Câmara – Arruinada; **Santo André:** • *N^a S^a da Graça* – Do pároco – Acodem a ela no Verão bastantes romarias, por ser a dita Senhora de muitos prodígios; **S. Bartolomeu da Serra:** Não tem capelas; **S. Domingos do Cacém:** S/referências; **S. Francisco da Serra:** Santuário – ermida de N^a S^a do Livramento. No alto da serra de S. Francisco. Capela de bastante grandeza e de uma só nave, com uma milagrosa imagem de Nossa Senhora, aonde concorrem pelo ano alguns devotos com suas esmolas; **Vale de S. Tiago do Cacém:** Sem ermidas.

CONCELHO DO SEIXAL

Amora: • *S. João Baptista* – Particular/Pública (Quinta) – Com sino público concedido pelo Arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha e porta para a rua. A esta ermida vai todos os anos a 1^a Ladainha de Maio; • *S/orago* – Particular/Pública (Quinta) – Não tem sino, nem orago, mas tem porta para a rua; • *S^to. António* – Particular/Pública (Alferes) – Não tem sino; • *N^a S^a da Piedade* – Particular/Pública (Monteiro-mor do reino) – Com

porta para a rua e sino. É muito antiquíssima; **Arrentela:** • *Nª Sª da Boa Hora* – Particular (Quinta dos Monteiros) – Concorre muita gente todos os anos, principalmente mulheres pejadas; • *Nª Sª da Anunciada* – Do lugar/Pública – A que fazem festa os moradores do lugar nos oitavos do Natal. Nesta ermida se acha colocado Santíssimo, por viático, desde 1756; • *S. João* – Particular (Quinta de Tabelião); • *Nª Sª do Carmo* (Com S. Gonçalo e S. Sebastião) – Particular (Quinta de um vestimenteiro) – Onde há concurso de gente aos Domingos a S. Gonçalo; • *Stº. António de Entre as Vinhas* – Particular (Vínculo de capela) – De muitos milagres, onde havia grandes concursos às Quartas-feiras. Depois do Terramoto, pouco; • *Nª Sª de Madre de Deus* – Particular (Quinta dos padres da Companhia) – Concorre muita gente aos Sábados; • *Nª Sª do Pópulo* – Particular (Quinta dos padres Paulistas); • *S. Diogo* – Particular (Quinta dos Loureiros); • *S. Jerónimo* – Particular (Quinta dos padres de Belém); • *Sant'Ana* – Particular (Quinta do oficial dos Contos); **Corroios:** • *Stº. António da Olaia* – Particular (Quinta do Rouxinol) – Que hoje serve de paróquia; • *S. Pedro* – Particular (Quinta de S. Pedro); • *Stª. Marta* – Particular – Tem fundação de missas, com bens vinculados. A esta ermida vem no dia 28 de Julho e dia 29, dia do santo, muita gente de romagem de Caparica, Amora, Arrentela, Almada e se costuma festejar a Santa com missa cantada e sermão; **Seixal:** • *Nª Sª da Conceição* – Povo (de propriedade e domínio) – É tradição ter sido erecta por D. Manuel I para nele ouvirem missa os oficiais e mestrança de primeira ribeira das naus, que foi neste lugar. Concorre em romagem a devoção dos povos circunvizinhos; • *Nª Sª da Boa Viagem* – Religiosos Trinos – Concorre em romagem e devoção dos povos circunvizinhos.

CONCELHO DE SESIMBRA

Sesimbra (S. Tiago): • *Espírito Santo* – Dos homens marítimos – Tem um por cento de todo o rendimento do direito de pescado pertencente à comenda, que chegará a 300.000, mais 10 réis de cada mil, extraídos de todos os barcos dos homens marítimos da vila; • *S. Sebastião* – Da capela do Espírito Santo – Nela se acha estabelecida a Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco, da Província dos Algarves; **Sesimbra (Nª Sª da Consolação do Castelo):** • *Nª Sª do Cabo* – S/ref.ª – Imagem de grande devoção e romagem, onde costumam vir devotos com círios de Maio até Agosto • *Nª Sª de El Carmen* – S/ref.ª – No princípio da serra da Arrábida, onde se fazem 3 festas na Páscoa, Pascoela e dia de Nª Sª do Carmo; • *Senhor Jesus dos Navegantes* – S/ref.ª – Junto ao Cabo Espichel, com grande festa; • *Sant'Ana* – S/ref.ª; • *Nª Sª da Luz* – S/ref.ª; • *Nª Sª do Rosário* – S/ref.ª; • *S/referência* – Particular [de Calhariz]; • *S/referência* – Particular (de João da [Pianna]); • *S. José* – Particular (da Boa Vista); • *Stº. António* – [Particular]; • *Santa Rosa* – Particular, (do Pinhal); • *Senhora da Conceição* – Da Fortaleza de S. Teodósio.

CONCELHO DE SETÚBAL

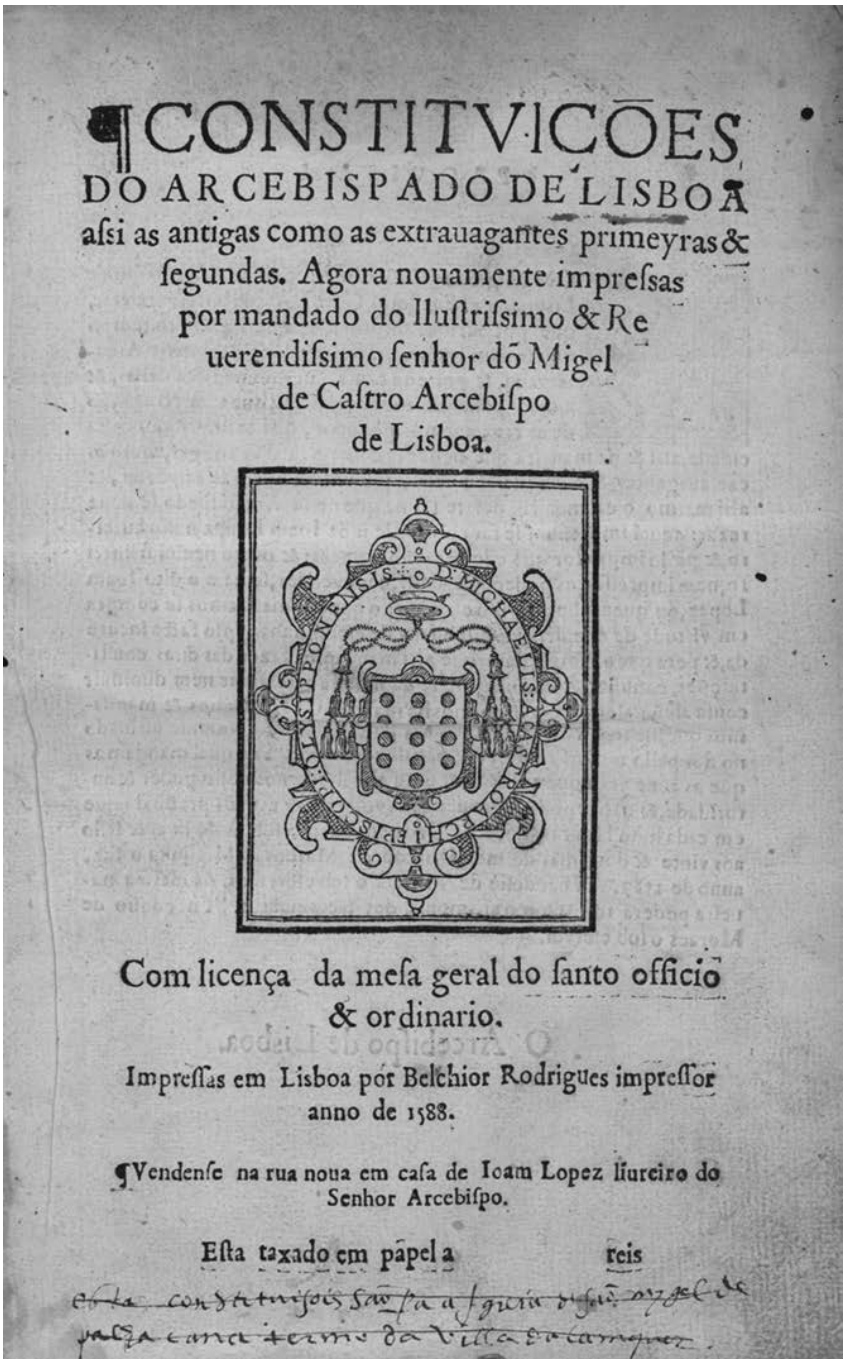
S. Lourenço: • *Santa Margarida* – S/ref.ª – Concavidade em que está o altar da Santa, debaixo de um grande monte, com sua grade de pau. Tem colunas que sustentam o tecto da lapa, feitas pela natureza, servindo de entrada pela parte do mar Oceano. Um boqueirão onde chegam embarcações pequenas. Vem o círio da Lapa de Santa Margarida na sua lapa chamado o círio do Seixal, a 10 de Junho; • *Bom Jesus* – Duque de Aveiro – Junto ao convento da Arrábida, com admirável arquitectura. Com várias ermidas pela serra, imperfeitas; • *Nª Sª da Memória* – Convento de Nª Sª da Arrábida – Da capela têm especial cuidado os religiosos do convento, onde dizem apareceu Nª Sª da Arrábida e assistia a S. Pedro de Alcântara em uma lapa, com alguns religiosos e se chama o Convento Velho. Vem pelo Espírito Santo o círio dos saloios, a que chamam do bodo, porque dão algumas coisas comestíveis e precisas aos religiosos e fazem seu banquete aos pobres em Arrábida; • *Stº. Amaro* – Particular (Quinta); • *S. Pedro* – [Do povoado/Pública]; • *S. Sebastião* – [Da aldeia/Pública]; • *Nª Sª da Penha de França* – Particular (Quinta);• *Nª Sª da Conceição* – Particular (Quinta); • *Nª Sª do Ó* – Particular (Quinta Velha dos Calharizes); • *S. Marcos* – [Na aldeia/Pública] – Destruída com o Terramoto; **S. Simão:** • *Stº. Ovídio* – [Pároco de Palmela] – Mística do termo de Palmela e Azeitão. O termo de Palmela com o limite de Azeitão passa pelo arco da capela-mor, ficando esta no termo de Palmela e o corpo da ermida no limite de Azeitão. Oficia na ermida o pároco de Palmela; • *Nª Sª dos Remédios* – Particular (Quinta de Palhavã de morgado de capitão); • *Nª Sª do Cabo* – Particular; • *S. Francisco* – Particular (Quinta do Marquês de Minas); • *S. Macário* – Particular (Quinta do Por-

teiro-mor) – Em o alto da Serra; • *Nª Sª das Necessidades* – Do porteiro-mor – Ermida antiga. Restaurada em 1748-1750. Acode a ela grande concurso de gente de 2 e 3 léguas; **Setúbal (Anunciada):** • *Nª Sª da Saúde* – Anexa à paróquia/Pública – Serve de paróquia; • *Soledade* – Anexa à paróquia/Pública; • *A do Castelo de S. Filipe* – Anexa à paróquia. De Sua Majestade; • *S. Brás* – Anexa à paróquia/Pública. Não se sabe a quem pertence – Acodem devotos no dia do santo orago; • *S. Pedro de Alcube* – Anexa à paróquia/Pública. Não se sabe a quem pertence – Acodem devotos no dia do santo orago; **Setúbal (Sta. Mª da Graça)**: • *Espírito Santo*, Anexa à igreja/Pública. Pertence à Misericórdia – Demolida; • *Corpo Santo* – Anexa à igreja/Pública. Pertence à irmandade do Corpo Santo. É dos marítimos – Demolida; • *Santo António* – Anexa à igreja/Pública. Pertence à irmandade de Sto. António. Onde hoje se acha a irmandade da Misericórdia; • *Anjo da Guarda* – Anexa à igreja – Nomear capelão para a ermida, conservá-la e aumentá-la é da intendência dos párocos da freguesia. Nesta ermida está colocada a milagrosa imagem do Senhor do Bonfim, cuja devoção convocava antigamente inumeráveis romeiros (…). Aí concorrem diversos círios, do Espírito Santo até Outubro, da Aldeia Galega (em falta), Paipires, Seixal, Arrentela, Alcochete, Samouco e dos Saloios. Concorre também o círio dos lancheiros de Alfama; **Setúbal (S. Julião):** • *Nª Sª da Conceição* – Do corpo da guarda dos soldados – "Filial da matriz"; • *Nª Sª da Conceição da Porta d'* Évora – Da Irmandade; • (Igreja) Nª Sª do Socorro – Da confraria dos homens de ganhar. Serve de paróquia; • (Igreja) *Nª Sª dos Anjos* – Onde está estabelecida a Ordem Terceira de S. Francisco. Litigiosa com o prior de Santa Maria da Graça de Setúbal; • (Igreja) *do Senhor do Bonfim* – S/ref.ª – Concorrem a ela círios de várias terras, anualmente; **Setúbal (S. Sebastião):** • *Nª Sª dos Prazeres* – Sufragânea à freguesia. No sítio de Tróia. Do padroado do Mestrado de Santiago, imagem muito milagrosa. Fazem-se duas festas anuais, no mês de Agosto, uma pelos hortelãos da terra e outra pelos homens marítimos, a que concorre grande parte do povo desta vila de Setúbal. Tem capelão posto pelo rei D. João V, para dizer missa todos os Domingos e dias santos, para os pescadores, assim da costa como do rio e bem assim os navegantes católicos que vem lançar aqui lastros; • *Santo Ovídio* – Sufragânea à freguesia do padroado do Mestrado de Santiago. Na sesmaria, junto às marinhas – Com três festas anuais a Santo Ovídio pelos oleiros da vila, a S. João pelos marítimos e marreteiros das marinhas, a Nª Sª da Penha de França, pelos marchantes e cortadores. Concorrem a elas grande parte de homens e mulheres da vila; • *Sta. Catarina* – Sufragânea à freguesia. Da Coutada do Mestre da Ordem de Santiago (hoje o Duque de Aveiro) – Com missa aos Domingos e dias santos para os moradores da coutada como os mais habitantes circunvizinhos e nas marinhas no tempo em que se fabrica o sal; • *S. João* – Sufragânea à freguesia. Na sesmaria da Gambia. Particular (do sesmeiro) – Teve capelão para dizer missa aos moradores da sesmaria e pessoas dos montes circunvizinhos; • *Nª Sª da Graça* – Sufragânea à freguesia. Particular (na Quinta dos religiosos de S. Domingos) – Antigamente estava na praia do rio Sado; e agora na quinta dos referidos religiosos. Aí dizem os religiosos missa, quando vão à Quinta recrear-se; **Nª Sª da Ajuda:** • *[S. Pedro]* – Anexa a S. Pedro de Alcube – Acudiam algumas romagens em algum tempo, as quais estão hoje esquecidas.

CONCELHO DE SINES

Sines: • *Igreja do Espírito Santo* – Mística com o Hospital. Da Misericórdia; • *Nª Sª das Salas* – É dita fundação de D. Vasco da Gama, Conde da Vidigueira ou da Rainha da Grécia, D. Betaça, filial da Matriz – Igreja de abóbada. É a mais frequentada de gente da terra e de fora, pela grande devoção que têm com as imagens da capela, especialmente a da Senhora que veneram por milagrosa. Tem casa de hospedaria com vista para o mar, para as pessoas que vêm de fora; • *S. Marcos* – [Do lugar/Pública], filial da Matriz – Igreja de grande corpo. Nela se celebra algumas vezes. Antigamente a festa do Santo fazia-se com assistência de um grande touro (…) parecendo rito gentílico, foi tirado por determinação do prelado; • *S. Sebastião* – Da confraria de S. Sebastião, filial da matriz; • *Sta. Catarina* – Filial da matriz. Sobre as rochas do mar; • *S. Giraldo* – Filial da matriz. Sobre as rochas do mar; • *S. Pedro* – [Do povo]. Filial da matriz – Arruinada com o Terramoto. Não há esperança de poder renovar-se por não ter fábrica e a esterilidade dos anos impedir a contribuição de esmolas; • *S. Bartolomeu* – [Dos moradores]. Filial da matriz – Onde se diz missa todos os Domingos e dias santos para maior comodidade dos vizinhos moradores; • *Nª Sª dos Remédios* – Particular (Herdade da

Provença, religiosos de S. Paulo). Filial da matriz – A esta ermida vão dizer missa aos Domingos e Dias santos, os religiosos franciscanos da vila. Com a Senhora dos Remédios têm os moradores da vila de Sines e termo muita devoção e a visitam no dia da festa, a 5 de Agosto. (Todas as ermidas são filiais da Matriz. Algumas delas foram antigamente administradas pelo senado de Câmara. Hoje não administra nenhuma. O prior da Matriz governa-as no espiritual, que no temporal não tem quem as governe. Exceto algumas esmolas pequenas, que lhes dão os fiéis, que mal dá para ornato e reparo).



¶CONSTITVIÇÕES
DO ARCEBISPADO DE LISBOA
aſsi as antigas como as extrauagantes primeyras & ſegundas. Agora nouamente impreſsas por mandado do Illuſtriſsimo & Reuerendiſsimo ſenhor dõ Migel de Caſtro Arcebiſpo de Lisboa.

Com licença da meſa geral do ſanto officio & ordinario.

Impreſſas em Lisboa por Belchior Rodrigues impreſſor anno de 1588.

¶Vendenſe na rua noua em caſa de Ioam Lopez liureiro do Senhor Arcebiſpo.

Eſta taxado em pápel a reis

Irmandades e Confrarias paroquiais

Reúnem-se neste *Roteiro* por concelhos – segundo a ordem alfabética dos concelhos e dentro deles as paróquias – as irmandades (I) e confrarias (C) nelas referenciadas. Vão registados e separados por campos /// a intitulação da I/C, a implantação, administração e governo e outras informações.

CONCELHOS DO DISTRITO DE LISBOA

CONCELHO DE ALENQUER

Aldeia Galega de Merceana: I. *Almas*/ Na igreja matriz de Aldeia Galega. Com capelão/-/; I. *Senhor da Cruz Nova*/ Na igreja matriz. Com 2 capelães/-/; I. *Nª Sª da Piedade*/ Na igreja da Merceana. Com 4 capelães, com 1 cabido e provedor, prior, 2 eleitos, 1 procurador das obras, 1 procurador do monte/-/. **Aldeia Gavinha:** I. *SSmo Sacramento*/ Na igreja/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/. **Alenquer (Nª Sª da Assunção):** Sem irmandades e confrarias/ Nem ainda do Sacramento, assim como as mais igrejas desta vila, uso que escandaliza e dá a conhecer a pouca devoção e zelo dos moradores dela/-/. **Alenquer (S. Tiago):** Sem irmandades e confrarias/-/-/. **Alenquer (Sta. Mª da Várzea)**: C. *SSmo Sacramento*/-/-/; I. *Almas do Purgatório*/-/-/. **Alenquer (Sto. Estevão):** Sem irmandades e confrarias/-/-/. **Alenquer (S. Pedro):** Sem irmandades e confrarias/-/-/. **Atouguia das Cabras:** Não tem irmandades/-/-/. **Cabanas de Torres:** Não tem irmandades/-/-/. **Cadafais:** I. *SSmo Sacramento*/ Apresenta o pároco, o cura colado da freguesia/-/; I. *Almas*/ Tem capelão apresentado pela irmandade/-/. **Carnota:** I. *SSmo Sacramento*/Jurisdição secular e imediata proteção real/-/; I. *Almas*/Jurisdição secular e imediata proteção real/-/; I. *Menino Jesus*/Jurisdição secular e imediata proteção real/-/; I. *SSmo Rosário*/ Jurisdição secular e imediata proteção real/-/. **Espeçandeira:** I. *Menino Jesus*/"Quase extinta pela pobreza e pequeno número de fregueses"/-/. **Olhalvo:** Não tem irmandades, mas tem confrarias/-/-/; C. *SSmo. Sacramento*/ Sem compromisso/-/; C. *Nª Sª da Conceição*/ Sem compromisso/-/. **Ota:** S/ referência/-/-/. **Paúl da Ota:** Não tem irmandades/-/-/. **Pereiro da Palhacana:** I. *Almas*/ Com zelo dos fregueses/-/; I. *Espírito Santo*/ Na ermida do Espírito Santo/-/. **Ventosa:** C. *Santíssimo*/ No respetivo altar da igreja/-/; C. *Almas*/ No respetivo altar da igreja/-/; C. *S. Sebastião*/ No respetivo altar da igreja/-/; C. *Sto. Antão*/ No respetivo altar da igreja/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/ No respetivo altar da igreja/-/. **Vila Verde de Francos:** I. *Santíssimo*/ Juiz perpétuo, o Marquês de Angeja, donatário/-/; C. *Nª Sª dos Anjos*/ Juiz perpétuo, o padre prior/-/; C. *Menino Jesus*/ Juiz e mordomos/-/; C. *S. Sebastião*/ Juiz e mordomos/-/; C. *Sto. António*/ Juiz e mordomos/-/; C. *S. Marcos*/-/-/; C. *Sto. Antão*/-/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; C. *Anjo da Guarda*/ Juiz, juíza e mordomos/Na ermida do Anjo da Guarda/.

CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS

Arranhó: I. *Santíssimo*/ Na igreja/-/; **Arruda dos Vinhos:** I. *Nª Sª da Salvação*/-/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I. *S. Pedro*/-/-/; I. Almas/-/-/; **Cardosas:** I. *SSmo. Sacramento*/A Mesa do Santíssimo consta de juiz, escrivão, procurador e 6 mordomos. Os 3 oficiais (juiz, escrivão e procurador dão apresentação ao cura/-/; Não há compromissos; **Santiago das Velhas:** I. *SSmo. Sacramento*/-/-/.

CONCELHO DA AZAMBUJA

Alcoentre: C. *Santíssimo Sacramento*/-/Sem renda alguma; C. *Nª Sª da Purificação* e *Senhora do Rosário*/ No altar-mor/ Pobre, não porque o não tenha, mas por estar sem governo algum e terem-lhe usurpado tudo o que tinha/; C. *Divino Espírito Santo*/Na capela/Sem renda alguma/; C. *S. Pedro*/ Na capela de S. Pedro, no altar-mor/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/ Na capela de S. Pedro, no altar da direita/-/; **Aveiras de Baixo:** I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; **Aveiras de Cima:** I. *Almas*/-/-/; **Azambuja:** I. *SSmo. Sacramento*/ Em que entra a maior parte dos moradores da vila/-/; I. *Senhor dos Passos*/ Tem 100 irmãos/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; «Presentemente só 4 irmandades, por haverem caducado algumas irmandades»; **Vila Nova da Rainha:** S/ referências/-/-/; **Vila Nova de S. Pedro de Arrifana:** C. *SSmo. Sacramento*/Na igreja/-/; C. *Divino Espírito Santo*/-/-/; C. *Nª Sª da Purificação*/-/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; C. *Menino Deus*/-/-/; C. *Almas*/-/-/.

CONCELHO DO CADAVAL

Alguber: Sem referências; **Cadaval:** I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *Nª Sª da Conceição*/-/Usa de bandeira e vestes pretas nos enterros, como as Casas da Misericórdia. Tem o ministério de enterro dos pobres, como as Misericórdias; C. *SSmo. Nome*/-/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; **Cercal:** I. *SSmo. Sacramento*/Na igreja de S. Sebastião/-/; I. *Divino Espírito Santo*/Na igreja de S. Sebastião/Administra o hospital dos pobres; **Figueiros:** I. *Santíssimo*/-/-/; I. *Espírito Santo*/Na capela da Penha de França/-/; **Lamas:** I. *Nome de Jesus*/-/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; C. *Almas*/-/-/; **Peral:** I. *Santíssimo*/-/-/; I. *Almas de S. Miguel*/-/-/; **Pero Moniz:** C. *S. João*/ Para que concorre o povo do lugar/-/; C. *Menino Jesus*/Para que concorre o povo do lugar/-/; C. *Nª Sª da Esperança*/ Para que concorre o povo do lugar/-/; C. *S. Sebastião*/Para que concorre o povo do lugar/-/; C. *S. Marcos*/Para que concorre o povo do lugar/-/; **Vermelha do Cadaval:** I. *S. Pedro dos Clérigos Pobres*/Na igreja/Com compromisso aprovado pelo Arcebispo em 1612; I. *Espírito Santo*/ Na capela do Espírito Santo/Muito antiga, sem compromisso; I. *SSmo. Sacramento*/Na capela do Espírito Santo/Com compromisso aprovado pelo Cardeal Patriarca em 1755; I. *Nª Sª do Rosário*/Na capela do Espírito Santo/Erecta pelos religiosos de S. Domingos e sujeita ao prior de S. Domingos de Santarém; I. *Almas*/Na capela do Espírito Santo/ Com compromisso aprovado pelo Cardeal Patriarca, em 1754; **Vilar:** I. *Nª Sª da Expectação*/-/-/; I. *Nome de Jesus*/-/-/; I. *Sto. Antão*/-/-/; I. *S. Sebastião*/-/-/; I. *Almas*/-/-/.

CONCELHO DE CASCAIS

Alcabideche: I. *SSmo. Sacramento*/Do Ordinário/-/; I. *Almas*/Do Ordinário/-/; I. *Rosário*/Do Ordinário/-/; (As demais são confrarias) /-/A confraria de *Nª Sª da Assunção* administra um hospital; **Nª Sª da Assunção da vila de Cascais:** I. *SSmo. Sacramento* ou do *Senhor*/Só entra gente de mar. Compromisso ultimamente aprovado pelo Patriarca/ Irmandade que à sua custa fez, *a fundamentis*, o magnífico templo (da igreja) com 2 sacristias, alfaias e ornamentos, de que tem inveja as irmandades mais ricas de Lisboa; I. *S. Miguel* e *Almas*/-/-/; I. *Nª Sª da Vitória*/Na capela da cidadela da Vitória, irmandade de todos os soldados e cabos maiores que celebram a 8 de Setembro/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/ Na capela do Senhor Jesus dos Aflitos/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/Nobre e grande irmandade/Na igreja de Nª Sª do Rosário, extra-muros/; **Ressurreição da vila de Cascais:** I. *SSmo. Sacramento*/Com compromisso aprovado pelo Ordinário/-/; I. *Ordem Terceira*/Sujeita á Província dos Algarves/-/; I. *Nª Senhora dos Anjos* (Hoje na Misericórdia. Antes na sua capela de Sto. André/Com compromisso aprovado pelo Ordinário/-/; **Carcavelos:** I. *Santíssimo*/-/-/; **S. Domingos de Rana:** I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *São Domingos*/-/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I. A*lmas*/-/-/.

CIDADE DE LISBOA

Ajuda: Sem Memória Paroquial. **Ameixoeira:** C. *Nª Sª da Encarnação* ou *Funchal*/-/Na igreja matriz. Apresenta o pároco da freguesia. Administra um hospital de peregrinos; C./I. *Santíssimo Corpo de Cristo*/-/-/; I. *Almas*/Poucos irmãos. Tem capelão/Extinta. Erigiu-se de novo em 1727. **Anjos:** I. *Santíssimo Sacramento*/Com 2 capelães e missa quotidiana/-/; I. *Nª Sª da Conceição*/Com 1 capelão e missa quotidiana/-/; I. *Nª Sª dos Anjos*/Com 1 capelão/-/; I. *Almas*/Com 10 capelães, com missa quotidiana/-/. **Benfica:** I. *Santíssimo*/-/-/; I. *Nossa Senhora*/-/-/; I. *Santo António*/-/Confraria de há 80 anos; I. *Almas*/-/-/; I. *S. Sebastião*/-/-/. **Campo Grande:** C. *Santo António*/-/Na igreja matriz. De

há 80 anos; C. *Menino Jesus*/-/Na igreja matriz; I. *S. Miguel* e *Almas*/Aprovada pelo Ordinário há 5 anos/Na igreja matriz; I. *Senhor*/Com compromisso do Ordinário aprovado há 186 anos/Na igreja matriz. Acha-se um grande aumento; I. *Nª Sª do Campo*/Com capelão de missa quotidiana/-/; I. [*Três Reis Magos*]/-/-/. **Carnide:** I. *Nª Sª do Rosário*/-/ Em capela na igreja; I. *Almas*/Com 5 capelães/Em capela na igreja. Zelosa irmandade. Pedem na estrada que vai de Carnide para Lisboa; I. *Santíssimo Sacramento*/Com capelão/-/;I. *Santos Passos*/-/No convento de Santa Teresa; I. *Divino Espírito Santo*/ Irmandade nova, com seu imperador/Em capela particular. **Charneca:** I. *Nª Sª da Piedade*/-/Em capela na igreja; I. *Nª Sª do Rosário*/-/ Em capela na igreja; I. *Nª Sª da Purificação*/-/Em capela na igreja; I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; C. *S. Bartolomeu*/É a fabriqueira da igreja/-/; C. *Espírito Santo*/-/-/; I. *S. José*/-/Na capela do palácio do Marquês de Louriçal; I. *Stª. Luzia*/Com capelão/Na capela de Santa Luzia. **Conceição:** I. *Santíssimo*/ Com capelão/Na igreja. Com largas propriedades e rendimentos. A irmandade apresenta o tesoureiro; I. *Nª Sª da Conceição*/Capela com obrigação de Coro/Grandes dotes e rendimentos e obrigações aos pobres da paróquia; I. *Almas*/Contava 15 capelães/Na Igreja; I. *Nª Sª do Rosário*/Com capelão/Na Igreja; I. *Senhora Mãe dos Homens*/Tinha administração de uma capela/Na Igreja; I. *S. Domingos*/-/ Na Igreja; C. *Santa Bárbara*/-/Na Igreja; I. *Santa Catarina*/-/Na Igreja; C. *S. Sebastião*/-/Na Igreja. **Lumiar:** I. *Santíssimo Sacramento*/A quem pertence a fábrica da capela-mor da igreja como irmãos da confraria e fabriqueiros/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/ A quem pertence a fábrica do seu altar/-/; C./I. *Santa Brígida*/A quem pertenceu a fabrica do seu altar/-/; I. *Senhora da Conceição*/A quem pertenceu a fábrica do seu altar/-/; I. *Espírito Santo*/-/-/; I. *Almas do Purgatório*/-/-/; I. *Espírito Santo*/Na capela do Espírito Santo/Administra as rendas da albergaria; I. *Nossa Senhora da Porta do Céu*/São juízes da irmandade Suas Majestades/-/. **Madalena:** I. *Santíssimo Sacramento*/Na igreja/A capela na igreja de talha dourada; a primeira que se dourou. Os irmãos do SSmo. são os padroeiros da capela; C. *Congregação do Senhor Jesus dos Perdões* e *Stª. Catarina*/Erecta por devoção do Padre Pedro de Oliveira. Administrava várias capelas, dotes e legados e o hospital dos Palmeiros/ Tinha muitas relíquias; C. *de Santa Rita*/-/-/; I. *Nª Sª das Candeias*/Grande e opulente irmandade/-/; I. *Congregação das Almas*/Com 20 capelães/-/; I. *S. Sebastião*/Irmandade dos alfaiates da R. do Príncipe/-/; I. *Senhor Jesus da Agonia*/ Na sua capela/-/; I. [Santa Luzia]/Devotos correeiros/-/. Mártires: I. *Santíssimo Sacramento* e *Nª Sª dos Mártires*/Na igreja/Com muitas capelas de missa e capelães; I. *Escravos de Nª Sª dos Mártires*/Na igreja/-/; I. *S. Miguel e Almas*/Na igreja/Com muitas capelas; I. *Santo António dos Nobres*/No convento de S. Francisco/-/. **Mercês:** I. *Santíssimo Sacramento*/ Na igreja paroquial fabricana do corpo da igreja/ Apresenta as capelas de missa quotidiana; I. *S. Miguel* e *Almas*/Na capela de Sto. António da igreja/ Com um capelão de missa quotidiana; I. *Nª Sª da Ajuda*/Na capela da Nª Sª da Ajuda/À solenidade do Nome de Maria, assiste a Misericórdia; I. *Via Sacra*, *Senhor Bom Jesus da Boa Morte*/Numerosa irmandade/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/; **Patriarcal:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/Desde o ano de 1709. Prove 2 capelas de missas; I. *Nª Sª da Piedade*/Com grande número de irmãos. Instituída no ano de 1716/-/. **Sacramento:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/ Na igreja; I. *Almas*/-/-/; I. *Nª Sª da Piedade*/-/-/; I. *Santo António Rico*/No convento da Trindade/-/. **Salvador:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *Rei Salvador*/-/-/; I. *Senhora da Assunção do Terço*/-/-/; I. *Senhora do Rosário*/Dos homens pretos/-/. **Santa Catarina:** I. *Santa Catarina*/Dos livreiros da cidade. Com 20 irmãos nobres da 1ª grandeza do Reino, dos quais sempre seria um juiz. De presente é o Conde do Castelo Melhor. Apresenta o cura, três coadjutores e um tesoureiro da igreja/-/; I. *Santíssimo Sacramento*/Na igreja/-/ I. *Nª Sª da Nazaré*/Na igreja/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/; I. *Santo António*/Na igreja/-/; I. *S. Sebastião*/Na igreja/-/; I. *S. José* e *Sagrada Família*/Na igreja/-/. **Santa Engrácia:** I. *Santo António*/Na igreja velha/-/; I. *Santíssimo Sacramento*/Na igreja nova/-/; I. *Escravos do Santíssimo*/Na igreja nova/Composta da mais ilustre nobreza e fidalguia da Corte e Reino; I. *Almas*/-/Na igreja; I. *Nª Sª da Esperança*/(Quase extinta)/Na igreja; I. *Nª Sª da Pureza*/Na capela (igreja). Irmandade muito antiga/-/; I. *Ascensão do Senhor*/Uma das mais antigas de Lisboa/-/; I. *Santíssimo Coração de Jesus*/Constava de religiosas/-/; I. *S. José* e *S. Joaquim*/-/-/; I. *Senhora do Rosário*/-/-/; I. *Senhora da Alampaduza*/-/-/; I. *Senhor Jesus do Bom Despacho*/-/-/; I. *Nª Sª Madre dos Homens*/-/-/; I. *Santo António*/-/-/; I. *Nª Sª do Desamparo*/-/-/; I. *Nª Sª da Coroa*/-/-/; I. *Nª Sª do Paraíso*/Irmandade antiga com privilégios na

referida capela/-/. **Santa Isabel:** I. *da Caridade*/Na ermida Nª Sª Mãe dos Homens/-/. **Santa Justa:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *Rosário*/-/-/; I. *Senhor da Coluna*/-/-/; I. *S. Marçal*/Dos pasteleiros/-/; I. *Almas*/Copiosa/-/; I. *Santa Justa* e *Santa Rufina*/Dos oleiros/-/. **Santa Maria Maior:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/Administrador de capelas no altar; I. *Senhor Jesus da Boa Sentença*/-/-/; I. *Almas*/-/Administrador de capelas nos altares. **Santa Marinha do Outeiro:** I. *Santíssimo Sacramento*/Na igreja/-/; I. *Nª Sª da Boa Nova* e *Santa Via Sacra*/Na igreja/-/. **Santiago:** I. *Santíssimo*/-/-/; I. *Senhora a Franca*/Dos cerieiros/-/. **Santo André:** I. *Almas*/-/Na capela das Almas da igreja. Sujeita ao Prelado; I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; *Terço de Nª Senhora da Vida*/Sua Majestade é juiz de Nª Senhora e já o havia sido alguns anos D. João V/Sai fora com um painel da imagem de Nª Senhora (…) Traz o painel do dito Terço das armas reais em cima. **Santo Estevão de Alfama:** I. *Senhora da Conceição*/Na igreja, capela-altar/-/; I. *Senhora da Atalaia*/Na igreja, capela-altar/-/; I. *Via Sacra*/ Na igreja, capela-altar/-/; I. *Senhora da Consolação*/Na igreja, capela-altar/-/; I. *Almas*/Na igreja, capela-altar/-/; I. *Senhora dos Remédios*/Irmandade dos homens do mar (na sua capela). Com a invocação do Espírito Santo. Esta irmandade tem sua tumba particular para os enterros de seus irmãos e é mais antiga que a irmandade da Misericórdia/-/; I. *Senhor Jesus da Boa Nova*/Na sua capela/-/. **Santos-o-Velho:** I. *Santíssimo Sacramento*/Na igreja/-/; I. *Nª Sª da Piedade*/-/-/; I. *Nª Sª da Conceição* e *Saúde*/-/-/; I. *Nª Sª da Bonança*/Na igreja, no altar de Stª. Catarina/-/; I. *Santos Mártires*/Na igreja/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/. **São Cristóvão**: I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *S. Miguel*, *Arcanjo*, e *Almas*/-/-/; I. *Nª Sª da Conceição*/A mais moderna/-/. **São Lourenço:** I. *Santíssimo Sacramento*/Na igreja/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/. **São João da Praça**: I. *Nª Sª da Conceição*/Na igreja. Administrada por uma capela que tem 50.000 réis de casas/-/; I. *Almas*/Na igreja. A irmandade paga seis capelas (de 50 000 réis cada) ao altar, de esmolas que tira/-/; I. *Encarnação*/Dos cortadores/-/; I. *Senhor Jesus dos Perdões*/-/-/; I. *Espírito Santo*/Agregada ao altar do Senhor dos Perdões, vinda do Hospital dos Palmeiros/-/. **São Jorge de Arroios**: I. *Irmandade Jesus*, *Maria e José*/Irmandade dos Cegos. A fabricam e paramentam de tudo o que é necessário/-/; I. *Almas*/Com dois capelães de missa quotidiana/-/; I. *Senhor Santíssimo*/Na igreja (com dois capelães). Com um jazigo e Casa de Despacho na capela de Nª Sª de Soledade/-/. **São José**: I. *Santíssimo*/Na igreja/ Com 34 capelães para as três irmandades (Santíssimo; Almas e São José); I. *Almas*/Na igreja/ Com 34 capelães para as três irmandades (Santíssimo; Almas e São José); I. *S. José*/Do ofício de carpinteiro e de pedreiro/Com 34 capelães para as três irmandades (Santíssimo; Almas e São José); I. *Nª Sª da Conceição*/Na igreja/-/. **São Mamede**: I. *Senhor Jesus de São Mamede*/Sem irmãos. Extinta no Terramoto/-/; I. *Santo António*/Sem irmãos. Extinta no Terramoto/-/. **São Miguel de Alfama**: I. *S. Miguel*/Sua Majestade (Protector)/-/; I. *Senhor Jesus da Pobreza*/Com capelão/-/; I. *Cristo Crucificado* (título das Almas)/Com 10 capelães/Na igreja; I. *Santíssimo*/Com capelão/-/. **São Nicolau:** I. *Santíssimo Sacramento*/ Todas se vão reestabelecendo com a devoção e grande zelo dos antigos paroquianos irmãos da mesma/-/; I. *Nª Sª das Mercês*/ Todas se vão reestabelecendo com a devoção e grande zelo dos antigos paroquianos irmãos da mesma/-/; I. *Santo António*/ Todas se vão reestabelecendo com a devoção e grande zelo dos antigos paroquianos irmãos da mesma/-/; I. *Almas do Purgatório*/ Todas se vão reestabelecendo com a devoção e grande zelo dos antigos paroquianos irmãos da mesma/-/. **São Paulo**: I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *S. Miguel* e *Almas*/-/-/; I. *Nª Sª da Boa Viagem*/-/-/; I. *Nª Sª da Piedade*/-/-/; I. *S. João Baptista*/-/-/; I. *Caridade*/Para assistência dos paroquianos necessitados/-/; I. *Nª Sª da Graça* (de S. Pedro Gonçalves)/Irmandade dos marítimos e pescadores/-/. **São Sebastião da Pedreira**: I. *Santíssimo Sacramento*/Com perto de 400 irmãos; capelão para missa quotidiana. Sacristia com grande coval onde se sepultam os irmãos do Senhor, suas mulheres e filhos/-/; C. *Senhora da Saúde*/Rica confraria/-/; I. *S. José*/Na igreja/-/; I. *Almas*/De mais de 300 irmãos, 10 capelães de missa quotidiana/-/; C. *Santo António*/-/-/; I. *S. Sebastião*/Com irmãos, pouco mais de 200. Capelão/-/; C. *Nª Sª do Cabo*/Na sua capela/-/. **São Tomé**: I. *Senhor Jesus do Penedo*/Devota e numerosa irmandade/Quebrou-se a imagem no Terramoto. Foi substituída por outra imagem. Continua o mesmo fervor a irmandade; I. *S. Miguel*, *Arcanjo*/Com duas capelas de missa quotidiana pelas Almas/-/; I. *Santíssimo*/Administra o altar de Nª Sª da Soledade/-/. **São Vicente de Fora**: I. *Santíssimo Sacramento*/Com 4 capelães/-/; I. *Almas*/Com dois capelães/-/; I. *Nª Sª das Necessidades*/Não tem capelão por ser

pobre/-/. **Socorro:** I. *Nª Sª da Saúde*/Na sua capela/-/; I. *Santíssimo*/Que se acha quasi extinta/-/; I. *Nª Sª da Guia*/Que se vai construindo pelos devotos de Nª Sª do Terço/-/. **S. Martinho:** I. *Stª. Elói*/Irmandade dos ourives de prata/Que por hora se conservam em boa união e zelo. Administradores do altar de Stª. Elói; I. *Nª Sª da Piedade*/Irmandade com protetor e mesa redonda. É irmandade moderna e erecta no meu tempo (de pároco) e por minha industria, porque a antiga extinguiu-se, que era dos homens do mar/-/.

CONCELHO DE LOURES

Apelação: I. *Almas*/Na igreja/-/; I. *SSmo. Sacramento*/Na igreja/-/; **Bucelas:** S/referências; **Camarate:** I. *SSmo. Sacramento*/Na igreja/-/; *Nª Sª do Rosário*/Na igreja/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/; I. *S. Tiago*/-/Decadente. Ainda lhe fazem os devotos solenidades; I. *S. Sebastião*/-/Decadente. Ainda lhe fazem os devotos solenidades; I. *Menino Jesus*/-/Decadente. Ainda lhe fazem os devotos solenidades; I. *Senhor Jesus da Pia*/Na igreja/Imagem muito milagrosa. Têm dado princípio a uma irmandade para fazer festa anual; I. *dos Terceiros*/No convento de Nª Sª do Carmo/-/; I. *dos Passos*/No convento de Nª Sª do Carmo/-/; **Fanhões:** Sem referências; **Frielas:** I. *Santíssimo Sacramento*/Igreja/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/Igreja/-/; *S. Pedro*/Igreja/-/; I. *Nª Sª da Esperança*/Igreja/-/; I. *Senhor Jesus* e *Almas*/Igreja/-/; **Loures:** I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *Nª Sª da Conceição*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; C. *SSmo. Rosário*/Devoção que piamente se frequenta nesta mesma igreja pelos confrades e paroquianos/-/; **Lousa:** I. *Almas*/Na igreja/-/; C. *SSmo. Sacramento*/Na igreja/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/Na igreja/-/; C. *S. Pedro*/Na igreja/-/; C. *SSmo. Nome de Jesus*/Na igreja/-/; C. *S. Sebastião*/Na igreja/-/; C. *S. João Baptista*/Na igreja/-/; **Sacavém:** I. *SSmo. Sacramento*/Igreja/Administradora de uma albergaria; I. *Senhora do Rosário*/Renda só a do concurso dos irmãos/-/; I. *Almas*/-/Quasi extinta pela pouca devoção que há nos irmãos porque não concorrem com seus anuais/; **Santa Iria da Azóia:** I. *Santíssimo Sacramento*/Igreja paroquial/-/; I. *Almas*/Igreja paroquial/-/; I. *Sant'Ana*/Igreja paroquial/-/; **Santo Antão do Tojal:** I. *SSmo. Sacramento*/"No ano de 1737 vendo o prior que os cabedais iam diminuindo em os seus fregueses e que a fábrica da dita confraria se ia deteriorando lhe ordenou compromisso, o qual sendo aprovado pelo Ordinário passou a dita confraria para irmandade"/-/; I. *Vera Cruz* e *Passos de Cristo* (antigamente do Nome de Deus)/Com compromisso antigo aprovado pelo Ordinário de 1654/Novos Estatutos ordenados por D. Tomás de Almeida em 1743, aprovados pelo Ordinário; I. *Almas*/Tem diversos capelães e obrigações a procissões/-/; I. *Nª Senhora do Rosário*/Usam de vestes brancas e murças pretas com guião branco/-/; C. *Sto. Antão*/Usam de vestes brancas/-/; C. *Sto. António*/Usam vestes de cor parda com guião azul/-/; C. *S. João*/Usam de vestes brancas com murças e guião encarnado/É de moços solteiros; C. *Espírito Santo*/Na ermida do E. Santo/-/; C. *Nª Sª do Carmo*/-/Ereta no ano de 1740, podendo fazer confrades de Nª Sª do Carmo e lançar bentinhos pelo Provincial de Religião do Carmo; **S. João da Talha:** C. *Nª Sª do Rosário*/Altar da igreja/Lhe fazem duas festas cada ano; C. *S. Pedro*/Altar da igreja/-/; I. *Almas*/Altar da igreja/-/; C. *Santíssimo Sacramento*/Na igreja/Fazem todas as festividades do ano e ornam o altar; C. *S. Sebastião*/Na sua capela/-/; **São Julião do Tojal:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **Unhos:** C. *SSmo. Sacramento*/Igreja/Principal confraria. Pobríssima e quasi extinta. Arruinada. As pessoas que nela servem o fazem mais por devoção que por obrigação, pois para haver esta é necessária que nas tais confrarias haja compromisso, do Tombo, a que os irmãos ou confrades se sujeitem (…). Esta anda desviada das rendas, do Compromisso do Tombo, dos Livros de foros (…); C. *S. Pedro*/Dos pescadores do lugar/-/; C. *Almas*/-/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/Fazem duas festas uma de mulheres e outra de homens/-/.

CONCELHO DA LOURINHÃ

Francos: Sem referências; **Moita dos Ferreiros:** Sem referências; **Reguengo Grande:** I. *Almas*/-/; **S. Bartolomeu dos Galegos:** I. *Almas*/-/.

CONCELHO DE MAFRA

Alcainça: I. *do Senhor*/-/; **Azueira:** I. *Almas*/-/; C. *Senhor Jesus*/-/; C. *SSmo. Sacramento*/-/; C. *S. Pedro*/-/; C. *Nª Sª da Conceição*/-/; C. *Stª. Catarina*/-/; C. *S. Sebastião*/-/; C. *Sto. António*/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/; **Cheleiros:** C. *Santíssimo*/-/; **Enxara do Bispo:** I. *SSmo. Sacramento*/"Em todas as ermidas públicas destas freguesias, em todas há confrarias dos oragos dela"; C. *Nª Sª da Assumpção da Serra*/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/; C. *Sto. An-*

tónio/-/; C. *Sta. Catarina/-/*; C. *S. Sebastião/-/*; C. *S. Pedro/-/*; C. *Nome de Jesus/-/*; **Ericeira:** I. *S. Pedro/-/*; I. *S. Sebastião/-/*; I. *Almas/-/*; **Fanga da Fé:** I. *Almas/*No altar da igreja; **Gradil:** I. *Almas/-/*; C. *SSmo. Sacramento/-/*; C. *S. Silvestre/-/*; **Igreja Nova:** I. *SSmo. Sacramento/-/*; I. *Almas/-/*; **Mafra (Sto. André):** I. *SSmo. Sacramento/*Compromisso aprovado e confirmado pelo Ordinário; I. *Almas/*Compromisso aprovado e confirmado pelo Ordinário; C. *Sto. André/-/*; C. *Nª Sª da Conceição/-/*; C. *Nª Sª do Rosário/-/*; C. *SSmo. Nome de Jesus/-/*; C. *S. José/-/*; C. *Sta. Luzia/-/*; C. *Nª Sª da Graça/*Novamente erecta e festejada pelos estudantes do Colégio do Convento; **Mafra (Santo Isidoro):** I. *Santíssimo Sacramento/*Com seu compromisso; I. *Almas/*Com seu compromisso; **Santo Estêvão de Galés:** «Não tem irmandades algumas»; **Sobral da Abelheira:** C. *SSmo. Sacramento/*Na Igreja. Para que se faz todos os anos mordomos; C. *O Nome de Jesus/*Na Igreja. Para que se faz todos os anos mordomos; C. *Nª Sª de Oliveira/*Na Igreja. Para que se faz todos os anos mordomos; C. *Nª Sª do Rosário/*Na Igreja. Para que se faz todos os anos mordomos; C. *S. Sebastião/*Na Igreja. Para que se faz todos os anos mordomos; C. *Sto. António/*Na Igreja. Para que se faz todos os anos mordomos; C. *Almas/*Na Igreja. Para que se faz todos os anos mordomos; C. *Espírito Santo/*Na ermida de S. Pedro da Raposeira; C. *Nª Sª da Ameixoeira/*No termo de Alenquer; C. *Nª Sª do Livramento/*No lugar da Azoreira; C. *Nª Sª da Conceição/*Da vila de Atouguia.

CONCELHO DE ODIVELAS

Odivelas: I. *SSmo. Sacramento/*Na igreja; I. *Nª Sª do Rosário/*Na igreja; I. *Das Almas/*Na Igreja; I. *S. José/*Na igreja/Somente dos irmãos de pedreiro e carpinteiro; **Santo Adrião:** I. *SSmo. Sacramento/-/*; I. *Almas/-/*; C. *Sto. Antão/-/*;

CONCELHO DE OEIRAS

Barcarena: I. *SSmo. Sacramento/-/*; I. *Almas/-/*; I. *Rosário/-/*; **Carnaxide:** I. *Santíssimo/*Na igreja. Tem capelão que sempre diz missa por irmãos e defuntos; I. *Nª Sª do Rosário/*Na igreja. Tem capelão que sempre diz missa quotidiana por irmãos vivos e defuntos; I. *Almas/*Na igreja. Com 2 capelães, um que diz missa pelas Almas, outro por todos os irmãos vivos e defuntos; **Oeiras:** I. *Senhor dos Passos/-/*; I. *Senhora da Atalaia/-/*; I. *Almas/-/*; I. *Nossa Senhora da Conceição/-/*; I. *da Doutrina/-/*; I. *Da Senhora do Porto Salvo/-/*; **S. Julião da Barra:** I. *Nª Sª da Conceição/*É dos soldados; I. *Sta. Bárbara/*É dos artilheiros.

CONCELHO DE SINTRA

Almargem do Bispo: I. *das Almas/*Tem uma só irmandade; **Belas:** I. *Santíssimo/*Na igreja; I. *Almas/*Na igreja; C. *Nª Sª da Misericórdia/-/*; C. *Nª Sª do Rosário/-/*; C. *Sto. António/-/*;**Colares:** I. *Santíssimo Sacramento/-/*; I. *Almas/-/*; **Lampas:** C. *de S. Sebastião/*Na igreja; C. *No. Senhor da Saúde/*Na igreja. Imagem muito milagrosa; I. *Santíssimo/-/*; C. *Sto. Nome de Jesus/*Na igreja; C. *Santíssimo Rosário/*Na igreja; C. *Sto. António/*Na igreja; C. *Almas/*Na igreja; C. *Divino Espírito Santo/*Na igreja; **Sintra (Santa Maria):** I. *Santíssimo Sacramento/*Na igreja; **Sintra (S. Martinho):** I./C. *Santíssimo/-/*; I./C. *Almas/-/*; I./C. *Passos/-/*; **Sintra (S. Pedro):** I. *Santíssimo Sacramento/-/*; I. *Almas/-/*; **Terrugem:** C. *Santíssimo Sacramento/-/*; C. *S. João Baptista/-/*; C. *Espírito Santo/-/*; C. *Almas/-/*; C. *Nª Sª da Saúde/-/*; C. *Nª Sª do Rosário/-/*; C. *Sto. António/-/*; C. *São Sebastião/-/*; (Não tem irmandades, mas sim 8 confrarias. Com os mesmos confrades de uma, ordinariamente são de todas).

CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Santo Quintino: I. *Santíssimo/*Com compromisso sujeito e aprovado pelo Ordinário; I. *S. Quintino/*Com compromisso sujeito e aprovado pelo Ordinário. Grande voto na feira franca de S. Quintino, em que se matam 12 bois e cozem dois moios de trigo e se repartem merendeiros (como relíquias do Santo) pelos confrades de S. Quintino que são muitos em redondo desta paróquia, quatro a cinco léguas. E acodem muitos em romaria. Elegem dois mordomos pedidores. Pagam a dois capelães para missa quotidiana **S. Salvador**: Não tem irmandade; **Sapataria:** I. *Almas/*Erecta em 1728, sujeita ao Ordinário. Com dois mordomos eleitos anualmente para fazer festa; C. *SSmo. Sacramento/*Com quatro mordomos eleitos anualmente para fazer a festa; C. *Nª Sª da Purificação/*Com dois mordomos eleitos anualmente para fazer a festa; C. *Nome de Jesus/*Com dois mordomos eleitos anualmente para fazer a festa; C. *S. Brás/*Com

dois mordomos eleitos anualmente para fazer a festa; C. *Sta. Apolónia*/-/; **Sobral de Monte Agraço:** Sem irmandade.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS

A dos Cunhados I. *Almas*/-/; I. *Nª Sª da Luz*/Com jubileu grande de vésperas a vésperas e em dia de Purificação de Nª Sª e em dia de Sant'Ana e outros jubileus parciais; **Carmões:** I. *Almas*/Com compromisso eclesiástico; **Carvoeira:** I. *Santíssimo Sacramento* e *Coração de Jesus*/-/; I. *S. Miguel* e *Almas*/-/; **Dois Portos:** I. *Santíssimo*/Numerosa irmandade. Com capelão para missa diária por irmãos vivos e defuntos. No altar-mor; I. *Almas*/Numerosa irmandade no altar de Sto. André. Com 8 capelães dizendo missa quotidiana pelos irmãos vivos e defuntos; **Freiria:** I. *Almas*/-/; C. *S. Lucas Evangelista*/-/; C. *Anjo da Guarda*/-/; C. *S. Sebastião*/-/; C. *Nome de Deus*/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/; **Ponta de Rol:** I. *Almas*/-/; C. *S. Sebastião*/-/; C. *Nª Sª da Conceição*/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/; C. *Senhor Jesus*/-/; C. *Santíssimo*/-/; **Ramalhal:** I. *Almas*/-/-/; **Runa:** I. *Santíssimo*/Foi juiz perpétuo D. João V e ao presente D. José I; I. *Nossa Senhora das Candeias*/Com capelão; I. *Almas*/Com capelão; C. *Nome de Jesus*/-/; C. *S. Sebastião*/-/; **S. Pedro da Cadeira:** s/referências; **Torres Vedras (Sta. Maria):** s/ref.ª/Mesa de Irmãos do Senhor. Eleita todos os anos para assistirem às Exposições e acompanham por viático aos enfermos; **Torres Vedras (S. Tiago):** I. *Almas*/Com 8 meios capelães e é altar privilegiado; I. *Ordem Terceira do Seminário Varatojo*/Que promove a grande procissão de penitência de Quarta-feira de Cinzas com 8 ou 9 andores dos Santos da Ordem; C. *SSmo. Sacramento*/-/; C. *Nª Sª da Conceição*/-/; C. *S. Brás*/-/; C. *Santa Catarina*/Perdida; C. *Nome de Jesus*/Perdida; **Torres Vedras (S. Miguel):** Não tem irmandades a igreja/-/; **Torres Vedras (S. Pedro):** I. *SSmo. Sacramento*/-/. **Turcifal:** s/referências; **Ventosa:** I. *Almas*/-/; I. *Senhor*/-/.

CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra: C. *Santíssimo*/No que refere a compromissos até 6 ou 7 tenho achado, nada deles se observa; **Alverca:** I. *SSmo. Sacramento*/Irmandade de compromisso; I. *S. Pedro, apóstolo*/Irmandade de compromisso; I. *Almas*/Irmandade de compromisso; M. *Nª Sª do Rosário*/Mordomado, mordomos eleitos, fazem a festa anual; M. *Sto. André, apóstolo*/Mordomado, mordomos eleitos, fazem a festa anual; M. *S. João Baptista*/Mordomado, mordomos eleitos, fazem a festa anual; M. *Sta. Catarina do Monte Simão*/Mordomado, mordomos eleitos, fazem a festa anual; **Cachoeiras:** S/referência; **Calhandriz:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/; **Granja de Alpriate:** I. *SSmo. Sacramento*/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/; I. *S. Sebastião*/-/; I. *Sant'Ana*/-/; **S. Bartolomeu:** I. *Santíssimo*/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/; I. Almas/-/; **Povos:** S/referência; **S. João dos Montes:** I. *Almas*/-/; **Sobral:** Não tem irmandades. Porque ainda que tenha irmãos das Almas, do Senhor e do Espírito Santo não tem compromisso; **Vialonga:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/; I. *Almas*/-/; I. *S. José*/-/; I. *Rosário*/-/; I. *Sant'Ana*/-/; I. *Ordem Terceira de S. Francisco*/-/; **Vila Franca de Xira:** C. *Santa Sofia*/Na sua capela; I. *Santíssimo Sacramento*/-/; I. *Almas*/-/; I. *S. Miguel*/-/; I. *Nª Sª da Purificação*/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/; I. *Carmo*/-/; I. *S. Brás*/-/; I. *Senhor do Bonfim*/-/; I. *S. Pedro*/-/; I. *S. João*/-/.

CONCELHOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

Alcácer do Sal (Santa Maria): C. *SSmo. Sacramento*/-/-/; C. *Senhora do Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; C. *Santo António*/Na ermida do Espírito Santo/-/; C. *S. Crispim*/Na ermida do Espírito Santo/-/; C. *Ordem Terceira de S. Francisco de Paula*/Na ermida do Espírito Santo/-/; I. *S. Pedro*/Na capela de S. Pedro/-/; I. *Senhor dos Mártires*/Na ermida do Senhor dos Mártires/-/; **Alcácer do Sal (S. Tiago):** I. *Nª Sª do Carmo*/-/-/; I. *Menino Jesus*/-/-/; I. *Nª Sª dos Remédios*/-/-/; I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; **Monte:** I. *Nª Sª do Rosário*/Na igreja/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/; **Montevil:** I. *Benditas Almas*/No altar da igreja/-/; **Palma:** I. *SSmo. Sacramento*/Na igreja/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/Na igreja/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/; **Sádão:** s/ref.as; **Santa Susana:** I. *Nª Sª do Rosário*/Na freguesia/-/; I. *Almas*/Na freguesia/-/; **S. Martinho:** I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **S. Romão do Rio Sado:** C. *das Almas*/Com o rendimento das esmolas de sufrágios; **Sítimos:** I. *das Almas*/Em altar da igreja/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/Em altar da igreja/-/; **Torrão:** I. *Nª Sª da Assunção*/Tem irmandade, com livro de receitas e

despesas, ou de devoção/-/; I. *Santo António/* Tem irmandade, com livro de receitas e despesas, ou de devoção /-/; I. *Santo Amaro/* Tem irmandade, com livro de receitas e despesas, ou de devoção /-/; I. *Nª Sª do Rosário/* Tem irmandade, com livro de receitas e despesas, ou de devoção /-/; I. *Nª Sª dos Remédios/* Tem irmandade, com livro de receitas e despesas, ou de devoção /-/; I. *Nome de Jesus/* Tem irmandade, com livro de receitas e despesas, ou de devoção /-/; I. *Santa Catarina/* Tem irmandade, com livro de receitas e despesas, ou de devoção /-/; I. *Almas/* Tem irmandade, com livro de receitas e despesas, ou de devoção /-/; **Vale dos Reis:** *Almas*/Na igreja/-/.

CONCELHO DE ALCOCHETE

Alcochete: I. *Almas*/Na igreja; **Samouco:** I. *SSmo. Sacramento*/Com capelão. Diz missa aos Domingos e dias santos e faz o aniversário do santo; I. *Almas*/Com capelão. Diz missa aos Domingos e dias santos e faz o aniversário do santo; C. *Senhora da Conceição dos Matos*/Na sua capela.

CONCELHO DE ALMADA

Almada (S. Tiago): I. *Almas*/Na igreja; I. *SSmo. Sacramento*/Na igreja; I. *Escravos do Senhor (Senhor Morto)*/Na igreja todos os anos em Sexta-feira da Paixão faz a procissão do enterro; I. *Nª Sª do Bom Sucesso*/Na sua capela; I. *Nª Sª da Piedade*/Na sua capela; **Almada (Nª Sª da Assunção):** Sem referências; **Costa da Caparica:** I. *Santíssimo Sacramento*/Na freguesia. Subordinada à confraria de Nª Sª da Concórdia; I. *Nome de Jesus/* Na freguesia. Subordinada à confraria de Nª Sª da Concórdia; I. *Almas/* Na freguesia. Subordinada à confraria de Nª Sª da Concórdia; I. *Rosário/* Na freguesia. Subordinada à confraria de Nª Sª da Concórdia; I. *Chagas/* Na freguesia. Subordinada à confraria de Nª Sª da Concórdia; I. *Senhor dos Passos/* Na freguesia. Subordinada à confraria de Nª Sª da Concórdia; C. *Nª Sª da Concórdia*/A esta estão subordinadas as demais irmandades por ser padroeira da igreja, erecta para sua primeira fundação, obtendo muitos e grandes privilégios.

CONCELHO DO BARREIRO

Barreiro: I. *Senhor*/-/-/; I. *Passos*/-/-/; I. *Santa Cruz*/-/-/; I. *Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; I. *S. João Baptista*/-/-/; I. *Ordem Terceira*/Na capela de S. Sebastião/-/; I. *S. Pedro*/Na capela de S. Roque/-/; **Coina:** I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *Nª Sª da Conceição*/Dos homens do mar/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **Lavradio:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *Santas Almas*/-/-/; **Palhais:** I. *SSmo. Sacramento*/-/"Em algum tempo tinha uma do Rosário, o qual mandou tirar um visitador por estar quase perdida"; I. *Almas*/-/-/; **Telha:** I. *Santíssimo Sacramento*/"Administra as rendas pertencente ao Santíssimo, como uniformemente da fábrica da igreja e capelas, pois assim foram deixadas e instituídas"/-/.

CONCELHO DE GRÂNDOLA

Azinheira dos Bairros: Sem referências; **Melides:** I. *Almas*/-/-/; I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *S. Luís*/-/-/; **Sadão (Sta. Margarida):** Sem referências; **Sta Margarida:** I. *Nª Sª do Rosário*/-/"No altar da igreja confirmada pelos religiosos de S. Domingos. Não tem renda mais do que as conhecenças dos irmãos de seu ano e assentos dos que de novo entram"; I. *Senhora da Saúde*/-/"Renda tão só o produto de umas vacas que lhe deram de oblatas e se vão conservando"; I. *Almas*/Confirmada pelo Ordinário. Tem 50 irmãos. Tem de renda 75 alqueires de trigo/-/.

CONCELHO DA MOITA

Alhos Vedros: I. *Santíssimo*/-/; I. *Nª Sª dos Anjos*/-/; I. *Almas*/-/; *S. Lourenço*/Extinta; I. *Nª Sª do Rosário*/Extinta; **Moita:** I. *Santíssimo*/-/; I. *Santos*/-/; I. *Senhor dos Passos*/-/.

CONCELHO DO MONTIJO

Canha: C. *SSmo. Sacramento*/-/-/; C. *Nª Sª Oliveira*/-/-/; C. *Almas*/-/-/; C. *Nª Sª do Rosário*/-/-/.

CONCELHO DE PALMELA

Marateca: I. *Santíssimo Sacramento*/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/; I. *Almas*/-/; **Palmela (St.ª M.ª do Castelo):** I. *S. Nicolau*/Dos clérigos pobres; I. *Almas*/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/; **Palmela (S. Pedro):** I. S*Smo. Sacramento*/Na igreja de S. Pedro. A irmandade incorpora os fregueses de Sta. Maria e de S. Pedro, tendo cada pároco as chaves do sacrário e servindo os seus fregueses; I. *Nª Sª da Vitória*/-/;

I. *Senhor dos Passos*/-/; I. *Jesus, Maria e José*/-/; C. *Santo Amaro*/Não tem irmandade suposto que todos os anos se lhe fazem suas festas (…) para que concorrem alguns devotos como confrades, sem mais obrigação que as suas devoções; C. *Santo António*/Não tem irmandade suposto que todos os anos se lhe fazem suas festas (…) para que concorrem alguns devotos como confrades, sem mais obrigação que as suas devoções.

CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM

Abela: I. *Nª Sª Abela*/Irmandade confirmada/-/; I. *Nª Sª Rosário*/Irmandade confirmada/-/; I. *Santas Almas*/Irmandade confirmada/-/; (As mais são de confrades); **Alvalade:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; I. *Rosário*/-/-/; **Cercal:** I. *Nª Sª da Conceição*/-/-/; I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **Roxo:** I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **Sta Cruz:** I. *Senhora do Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **Santiago do Cacém:** C. *do Santo Lenho*/-/-/; C. *Nª Sª do Carmo*/-/-/; I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; C. *Almas*/Na sua capela/-/; **Sto. André:** I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **S. Domingos do Cacém:** S/referências; **S. Bartolomeu da Serra:** I. *Nossa Senhora do Rosário*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **S. Francisco da Serra:** I. confirmada *das Almas*/Na igreja/-/; **Vale de S. Tiago do Cacém:** I. *Sta. Catarina*/da fábrica da igreja/-/; I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/.

CONCELHO DO SEIXAL

Amora: I. *Almas e S. Miguel*/Na igreja/Irmandade com excelente Compromisso aprovado pelo 1º Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, que pode ser modelo de qualquer outra irmandade; I. *SSmo. Sacramento*/Com compromisso feito e aprovado pelo Ordinário/Com 50 missas pela alma de cada irmão que morre; **Arrentela:** I. *Santíssimo Sacramento*/-/Com seu capelão; I. *Almas*/-/Com seu capelão; I. *S. Pedro*/-/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; C. *Senhor Jesus e Nª Sª da Soledade*/-/ Com capelão a que pagam a homens de mar de seu bolsilho como também ao partido do médico, cirurgião e boticário. E de presente tiram para as obras da igreja a metade do ganho dos seus barcos. Tem também grande devoção por S. Sebastião e lhe fazem festa duas vezes no ano; **Corroios:** "Não há nesta freguesia irmandade alguma com formalidade instituída. Mas das mesmas pessoas da terra e das que no seu distrito têm quinta, se elegem todos os anos um juiz, um escrivão e o procurador e 6 eleitores, aos quais pertence a cobrança e administração dos bens e rendimentos de igreja"; **Seixal:** I. *Santíssimo*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; I. *S. Pedro*/-/-/; I. *Senhor Jesus*/-/-/.

CONCELHO DE SESIMBRA

Sesimbra (S. Tiago): C. *Almas*/-/-/; C. *Sto. António*/-/-/; **Sesimbra (Nª Sª da Consolação do Castelo):** I. *Santíssimo Sacramento*/Na igreja/-/; I. *Nome de Jesus*/Na igreja/-/; I. *Almas*/Na igreja/-/.

CONCELHO DE SETÚBAL

S. Lourenço: I. *Nossa Senhora da Conceição*/ De que foram irmãos os Duques de Aveiro. Agora está extinta e hoje festejam os clérigos, sem mais pompa que a devoção/-/; I. *Santíssimo*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **S. Simão:** I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *S. João Baptista*/-/-/; I. *Almas*/-/-/; **Setúbal (Anunciada):** I. *Santíssimo Sacramento*/-/-/; I. *Senhora da Saúde*/Na sua capela/-/; **Setúbal (Sta. Maria da Graça):** I. *SSmo. Sacramento*/-/-/; I. *Senhor dos Passos*/-/-/; I. *Corpo Santo*/-/-/; I. *S. José*/-/-/; I. *Santo António*/Na Capela de Sto. António/-/; I. *Nª Sª da Graça*/Na Capela de Sto. António/-/; I. *Congregação da Soledade*/Na Capela de Sto. António/-/; I. *Coração de Jesus*/Na Capela de Sto. António/-/; **Setúbal (S. Julião):** I. *SSmo. Sacramento*/No altar-mor da igreja/-/; I. *Almas*/-/-/; I. *Nª Sª das Candeias*. Casa do Corpo Santo/É de todos os alfaiates/-/; I. *Nª Sª dos Remédios*/Dos clérigos pobres/-/; I. *S. Jorge*/-/-/; I. *Nª Sª do Parto*/-/-/; I. *Nª Sª da Conceição da Porta de Évora*/Grande irmandade/-/; I. *Nª Sª do Socorro*. Dos Homens de ganhar/Na igreja de Nª Sª do Socorro/-/; **Setúbal (S. Sebastião):** I. *S. Sebastião*/Uma só irmandade com compromisso aprovado por Sua Majestade como grão-mestre, governador perpétuo da Ordem de Santiago. As mais imagens suposto [não têm confrarias] são sempre festejadas com grande zelo e devoção dos paroquianos/-/; **Nª Sª da Ajuda:** I./C. *Sto. António*/-/-/; I./C. *Sto. Amaro*/-/-/; I./C. *Nª Sª da Saúde*/"De todos estes santos (os enumerados na igreja há irmandades e confrarias)"/-/; I./C. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I./C. *Sta. Luzia*/-/-/.

CONCELHO DE SINES

Sines: I./C. *Santíssimo*/-/-/; I./C. *S. Luís, bispo*/-/-/; I. *S. João Baptista*/-/-/; I. *Santas Almas*/-/-/; I. *Nª Sª da Conceição*/-/-/; I. *Nª Sª do Rosário*/-/-/; I. *São Fr. Pedro Gonçalves de Corpo Santo*/-/-/; C. *S. Sebastião*/Na sua capela confirmada pela Mesa das Ordens. Confrades os soldados da Praça/"Todos os altares têm irmandades e segundo a notícia todas foram confrarias confirmadas pela Mesa de Ordens; porém de poucas há notícia dos seus compromissos e os mais que se acham são do tempo dos Filipes. Todas são confrarias pobres, excepto a do Santíssimo que pertence ao altar-mor. Todas são confrarias de eleição todos os anos, com assistência do pároco, dos oficiais para servirem. Visita-as a Ordem de Santiago e seus visitadores lhes tomam as contas e também os visitadores ordinários fazem o mesmo".



Dedicações e devoções nos altares das igrejas matrizes paroquiais

Reúnem-se nestes *Roteiros* as referências ao tema em epígrafe, agrupadas por paróquias e por devoções. As referências vão agrupadas pelos conjuntos *Santos, Nossa Senhora, Santas, Virgens* e *Mártires, Jesus/Nome de Jesus* (onde se incluem invocações como Menino Deus, Menino Jesus, Nome de Jesus, Nome de Deus, Maria e José ou Sagrada Família), *Santíssima Trindade, Paixão, Santíssimo Sacramento* e *Almas*. Foram integradas no campo Santíssimo Sacramento, as referências expressas à presença do Santíssimo na igreja, ou à existência de sacrário ou tabernáculo, seu suporte e referência, já que o Santíssimo Sacramento não dá azo a representação iconográfica. Para além das devoções referidas aos altares da igreja, contam-se também as demais referências contidas nas capelas ou nichos nelas integradas. As referências a devoções suportadas em pinturas ou relíquias vão assinaladas. Registam-se só uma vez as devoções repetidas em mais de um suporte na igreja. Como é patente, comparando estes dados com o registo de referências das igrejas de outros distritos nortenhos, é aqui muito mais limitado o número de referências às devoções nos altares. O que se passa é que a maior parte dos párocos memorialistas só referem a invocação/devoção principal do altar, que é aquela a que o altar está dedicado. Por isso, o número das referências pouco ultrapassa, por regra, o número de altares da igreja, na sua maior parte três altares, o altar-mor e dois colaterais, o do lado da Epístola e o do lado do Evangelho (às vezes também cinco ou mais, conforme a igreja). Por isso este *Roteiro* também poderia ou deveria, de algum modo, ser intitulado das *Dedicações dos altares das igrejas matrizes*. Como se tem referido, um mais completo inventário do Devocionário das paróquias deve agregar as referências destes Roteiros, mas também o das *Dedicações e devoções das capelas*, *ermidas* (e outros templos) e o das *confrarias e irmandades*. Mesmo assim estamos em presença de um volume de suportes de devocionário muito limitado, face ao seu desenvolvimento. Mas este é o quadro que suporta e destaca o *Devocionário maior* da Igreja e paróquias portuguesas.



DISTRITO DE LISBOA

Dedicações e devoções (por paróquias e concelhos)

CONCELHO DE ALENQUER

Aldeia Galega (3 altares) com a igreja da Merceana (3 altares): • S. Miguel; • Nª Sª dos Prazeres, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Soledade, Nª Sª da Piedade; • Sant`Ana; • Senhor da Cruz Nova; • SSmo Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Aldeia Gavinha (5 altares): • S. José; • Nª Sª da Piedade; • Sta. Maria Madalena; • Senhor da Boa Morte; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Alenquer (S. Tiago) (sem referência a altares): • S. Tiago Maior; • (Não refere as imagens da igreja); • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Alenquer (Nª Sª da Assunção) (sem referência a altares): • S. Sebastião, S. Gonçalo; • Nª Sª da Assunção (com o Menino Jesus nos braços), Nª Sª da Piedade, Nª Sª da Encarnação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Alenquer (Sta. Maria da Várzea) (5 altares): • St. António, St. André, S. Brás (com relíquias); • Nª Sª da Purificação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Alenquer (Sto. Estevão) (5 altares): • Santo Estevão; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Ó; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Crucifixo;• s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Alenquer (S. Pedro) (3 altares): • S. Pedro, S. Francisco Xavier; • Nª Sª da Expectação, Nª Sª das Angústias; • Sant'Ana; • s/ref.ª; • Senhor Jesus Crucificado; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Atouguia das Cabras (5 altares): • St. António; • Nª Sª da Graça, Nª Sª da Piedade, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Cabanas de Torres (3 altares): • S. Sebastião; • Nª Sª da Conceição; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Sacrário/ SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Cadafais (5 altares): • St. António, S. Sebastião; • Nª Sª da Assumpção, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Carnota (3 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª do Rosário; • Sant'Ana; • Menino Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Espeçandeira (3 altares): • S. Sebastião, St. António; • Nª Sª da Piedade; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª

Olhalvo (3 altares): • S. Sebastião; • Nª Sª da Encarnação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Jesus Crucificado; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Ota (3 altares): • St. António, S. Sebastião; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Piedade; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Sacrário; • s/ref.ª; • Divino E. Santo;

Paúl da Ota (1 altar): • S. Bartolomeu; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Pereiro de Palhacana (3 altares): • S. Miguel Arcanjo; • Nª Senhora; • s/ref.ª; • Menino Deus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Ventosa (5 altares): • S. Pedro, S. Sebastião, St. Antão; • Nª Sª das Virtudes, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Cristo Crucificado; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Vila Verde dos Francos (5 altares): • S. José, S. João Baptista, S. Sebastião, St. António, S. Marcos, St. Antão, S. João Evangelista, S. Gregório; • Nª Sª dos Anjos, Nª Sª dos Passos, Nª Sª do Rosário; • Santa Luzia, Sant`Ana; • Menino Jesus; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento/ Sacrário; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS

Arranhó (5 altares): • S. Lourenço; • Nª Sª das Candeias, Nª Sª do Rosário; • Sta. Catarina; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Espírito Santo;

Arruda dos Vinhos (7 altares): • S. Pedro; • Nª Sª da Salvação, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Piedade, Nª Sª dos Prazeres, Nª Sª da Graça; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Cardosas (3 altares): • S. Miguel Arcanjo, S. Pedro, Sto. António, S. Francisco, S. Sebastião, S. José; • Nª Sª da Saúde, Nª Sª da Conceição; • s/ref.ª; • Menino Deus; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Santiago dos Velhos (3 altares): • S. Tiago, S. Francisco; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Purificação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DA AZAMBUJA

Alcoentre (3 altares): • S. Sebastião; • Nª Sª da Purificação, Senhora do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Aveiras de Baixo (2 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Encarnação; • s/ref.ª; • SSmo. Nome de Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Aveiras de Cima (3 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª da Purificação, Nª Sª dos Milagres; • s/ref.ª; • Menino Deus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Azambuja (7 altares): • S. Brás, Sto. António, S. Pedro, S. Paulo, S. João Baptista, S. Miguel Arcanjo, S. José, S. Benedito, S. Francisco de Paula, S. Bernardo; • Nª Sª do Rosário, Nª Senhora, Santa Maria da Assunção (painel); • Sta. Luzia; • Jesus; • Senhor dos Passos, Senhor Jesus das Chagas; • Sacrário; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Vila Nova da Rainha (4 altares): • S. João, S. Sebastião; • Nª Sª das Candeias; • Santa Marta; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Vila Nova de S. Pedro da Arrifana (5 altares): • S. Pedro; • Nª Sª da Purificação, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Cristo; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Divino Espírito Santo.

CONCELHO DO CADAVAL

Alguber (3 altares): • S. João; • Nª Sª das Candeias; • s/ref.ª; • Nome de Deus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Cadaval (4 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • Circuncisão;

Cercal (1 altar): • S. Vicente, St. António; • Nª Sª da Visitação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Figueiros (3 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Lamas (4 altares): • S. Tomé, S. Gregório; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Menino Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Peral (3 altares): • S. Sebastião, S. Miguel, Arcanjo; • Nª Sª da Graça; • s/ref.ª; • Menino Jesus; • s/ref.ª; • Santíssimo; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Pero Moniz (3 altares): • S. João Baptista, St. Antão, S. José, S. Sebastião, St. António; • Nª Sª da Esperança; • Sta. Luzia; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Vermelha do Cadaval (3 altares): • S. Simão, S. Pedro, advíncula; • Nª Sª da Apresentação; • s/ref.ª; • Nome de Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Vilar (3 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª da Expectação, Nª Sª do Carril; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE CASCAIS

Alcabideche (7 altares): • S. Vicente, S. Sebastião; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Assunção; • s/ref.ª; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • Divino Espírito Santo;

Carcavelos (Nª Sª dos Remédios) (3 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª dos Remédios, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Nª Sª da Assunção da vila de Cascais (7 altares): • S. Pedro, S. Miguel, Arcanjo; • Nª Sª da Assunção, Nª Sª da Conceição, Nª Sª das Candeias; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Jesus Crucificado; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Rana: (com 2 altares. Todos os demais destruídos) • S. Domingos; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

Ressurreição da vila de Cascais (Tinha 9 altares e capelas): • Sto. André, S. Francisco, Sto. Amaro, S. Tiago; • Nª Sª dos Remédios, Nª Sª de Guadalupe; • Sta. Bárbara; • s/ref.ª; • Senhor Jesus Crucificado; • SSmo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

CIDADE DE LISBOA

Ajuda (Nossa Senhora) (Sem Memória Paroquial): • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Ameixoeira (5 altares): • S. Pedro, Príncipe dos Apóstolos; • Nª Sª da Encarnação, Nª Sª da Rosa, Nª Sª da Piedade; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Jesus Crucificado; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Anjos (Nª Senhora) (11 altares): • S. Miguel Arcanjo, S. Pedro, S. Brás, S. João Baptista, Sto. André, Sto. António, S. Sebastião; • Nª Sª da Glória, Nª Sª dos Anjos, Nª Sª da Conceição; • Sta. Catarina; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • Almas; • Anjos (painel);

Benfica (Nª Sª do Amparo) (5 altares): • S. Miguel, S. Roque, Santo António; • Nª Sª do Amparo; • Sta. Catarina; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Campo Grande (5 altares): • Sto. António, S. João Baptista, S. Miguel, S. José, S. Sebastião, S. Gonçalo; • Nª Sª da Guia, Nª Sª do Campo, Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário; • Sta. Luzia, Sta. Catarina, Sta. Ana; • Menino Jesus, Nascimento do Menino (em painel), Circuncisão (painel); • Senhor Crucificado; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Três Reis Magos (em painel);

Carnide (5 altares): • S. Lourenço, S. José; • Nª Sª da Purificação, Nª Sª do Rosário, Nª Senhora; • Jesus; • s/ref.ª; • Santo Cristo Crucificado; • s/ref.ª; • Almas; • Cenáculo (painel);

Castelo (Santa Cruz) (Sem Memória Paroquial): • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Charneca (5 altares): • S. Bartolomeu (em pintura), S. Pedro, S. Bento, S. Caetano, Sto. António; • Nª Sª da Assunção, Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Soledade, Nª Sª Rosário, Nª Sª da Purificação; • Sta. Luzia, Sta. Catarina, Sant'Ana; • Menino Jesus; • Cristo Crucificado, Cristo Morto; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Conceição (Nª Senhora) (7 altares): • S. Miguel, S. Sebastião, S. Pedro, S. Marçal, S. Gabriel, S. Rafael, S. Francisco, S. Domingos, S. Joaquim, S. João, Sto. António, Sto. Amaro, S. Gonçalo; • Nª Sª da Piedade, Nª Sª do Rosário, Senhora Mãe dos Homens, Senhora da Imaculada Conceição, Nª Sª dos Remédios; • Sant'Ana, Sta. Bárbara, Sta. Luzia, Sta. Catarina; • s/ref.ª; • Cristo Crucificado; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Encarnação (Sem Memória Paroquial): • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Loreto (Nª Senhora do): • (Sem Memória Paroquial) • s/ref.ª;• s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Lumiar (5 altares): • S. João Baptista, S. Pedro; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Encarnação (pintura); • Sta. Brígida (com relíquia); • s/ref.ª; • Cristo Crucificado, Senhor Jesus; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Madalena (11 capelas): • S. Cristóvão, S. Simão, S. Judas, S. Clemente, papa, S. Cosme, S. Damião, Sto. Elói, S. Sebastião, S. Tude (com relíquia), St. António, S. Miguel, Arcanjo, S. Matias, Sto. Andrónico; • Nª Sª das Candeias, Nª Sª do Rosário, Nª Sª Bom Despacho; • Sta. Catarina, Sta. Luzia, Sta. Mª Madalena, Sta. Marta, Sta. Teresa, Sant'Ana, Sta. Bárbara, Sta. Rita, Sta.

Atanásia; • Menino Jesus; • Santo Lenho (relíquia), Senhor Jesus dos Perdões, Cristo Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Mártires (Nª Senhora) (11 altares): • S. Marçal, S. Gonçalo, Sto. António, S. Brás, S. Miguel e Almas; • Nª Sª da Graça, Nª Sª da Piedade, Nª Sª dos Mártires; • Sta. Catarina; • Menino Jesus; • Sto. Cristo; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Mercês (Nª Senhora) (5 altares): • S. Pedro, apóstolo, Sto. António, português, S. João de Deus, português, S. Miguel, arcanjo, S. José, S. Brás, bispo, S. Sebastião, S. Luís, Rei de França, S. João Baptista, S. João Evangelista, S. Tomé, apóstolo, S. Pedro, o Velho; • Nª Sª das Mercês, Virgem do Amor Divino, Nª Sª da Ajuda, Nª Sª da Conceição; • Sta Iria, portuguesa, Sta. Catarina; • Senhor Jesus das Mercês; • Cristo Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • Almas;• s/ref.ª;

Nª Sª da Ajuda: *Vide*, **Ajuda**;

Nª Sª da Conceição: *Vide*, **Conceição**;

Nª Sª das Mercês: *Vide*, **Mercês**;

Nª Sª de Fátima: Freguesia nova;

Nossa Senhora do Amparo de Benfica: *Vide*, **Benfica**;

Nª Sª do Socorro: *Vide*, **Socorro**;

Nª Sª dos Anjos: *Vide*, **Anjos**;

Nª Sª do Loreto: *Vide*, **Loreto**;

Nª Sª dos Mártires: *Vide*, **Mártires**;

Patriarcal (13 altares) (Sem Memória Paroquial): • Igreja presentemente erecta no sítio da Cotovia. Consta de 13 altares, ainda não dedicados; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Pena (Nossa Senhora) (Sem Memória Paroquial);

Sacramento (8 altares): • Sto. António, S. Francisco, S. Libório, S. Francisco Xavier, S. Miguel e Almas, Sto. Amaro, S. Bento, S. Sebastião, S. Joaquim, S. Basílio, S. José; • Nª Sª da Piedade, Nª Sª do Ó, Nª Sª da Conceição, Nª Senhora; • Sta. Catarina, Sant'Ana; • Jesus; • Cristo Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Salvador: • *Vide*, **São Salvador**; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Santa Catarina (6 capelas): • S. Miguel, Sto. António, S. Sebastião, S. José; • Nª Sª da Nazaré, Nª Sª de La Antiqua, Nª Senhora; • Sta Catarina;• Jesus; • Sto. Cristo; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sta. Cruz do Castelo: *Vide*, **Castelo**;

Santa Engrácia (Igreja antiga 3 altares; Igreja nova para 7 altares; Capela onde ainda está a igreja 3 altares): (*Vide*, Capela de Nª Sª do Paraíso, paróquia de S^ta Engrácia, para onde as imagens foram levadas com o Terramoto.) • Sto. António, S. Lupércio, S. Gonçalo, S. Frutuoso, S. Miguel, S. Sebastião (e outros mais santos portugueses); • Nª Sª do Paraíso, Nª Sª da Esperança, Senhora da Salvação; • Sta. Engrácia, Sta. Isabel, rainha de Portugal, Sta. Senhorinha; • s/ref.ª; • Via Sacra, Sto. Cristo; • SS^mo. Sacramento; • Almas;• s/ref.ª; (Enumeram-se todas as referências da igreja velha e da capela de Nª Sª do Paraíso);

Sta. Isabel: (*Vide*, na capela de S^to. Ambrósio. Tem principiada igreja nova). • S/ref.ª; • S^ta. Isabel; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sta. Justa e Rufina (9 altares): • S. Gregório, S. Marçal, Sto. André, S. Judas, S. Sebastião, S. Simão; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Conceição; • Sta. Luzia, Sta. Catarina, S^ta. Justa, S^ta. Rufina, S^ta. Cecília; • s/ref.ª; • Senhor preso à coluna; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Sta. Maria Madalena: *Vide*, **Madalena**;

Sta. Maria Maior de Lisboa (16 altares): • S. Sebastião, S. Cosme, S. Damião, Sto. Ildefonso, S. Lourenço, S. Manço, Sto. Aleixo, S. Miguel, S. Bartolomeu, S. José; • Nª Sª a Grande, Nª Sª da Luz, Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Piedade, Nª Sª das Sete Dores, Nª Senhora; • Sant`Ana; • Jesus, Sr. Jesus da Boa Sentença; • Sto. Cristo; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SS^ma Trindade;

Sta. Marinha do Outeiro (4 altares): • Sto. António, S. José, S. Bento, S. Francisco Xavier, S. Leandro; S. Sebastião • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Boa Nova, Nª Sª da Purificação; • Sta. Marinha, Sta. Marta; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sta. Maria dos Olivais: • s/referências; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Santiago (4 altares): • S. Tiago Maior; • Nª Sª a Franca; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sto. André (5 altares): • Sto. André; Sto. Ambrósio; • Nª Sª da Vida, Nª Sª da Conceição; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Cristo Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Sto. Estevão de Alfama (6 altares): • S. Marçal, S. Brás, S. João Baptista, S. Sebastião, Sto. António, S. Miguel, Sto. Amaro, S. Francisco Xavier, S. Pedro Gonçalves, S^to. Antão, Sto. Estevão proto-mártir (relíquia), S. Lourenço mártir (relíquia), S. Lourenço, S. José, S. Joaquim; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Atalaia, Nª Sª da Consolação, Senhora Mãe dos Homens;• Sta. Catarina, Sta. Teresa, Sta. Ana; • Menino Jesus, Senhor das Misericórdias; • Cristo Crucificado, Via Sacra, Senhor dos Passos; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Santos-o-Velho (9 altares): • S. Veríssimo, lisbonense, S. Máximo, lisbonense, Sto. António, S. Sebastião, S. Francisco Xavier, S. Pedro, Santos Mártires; • Nª Sª da Conceição e Saúde, Nª Sª da Piedade, Nª Sª da Bonança; • Sta. Catarina, S^ta. Júlia lisbonense; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. Bartolomeu (Sem Memória Paroquial): • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. Cristóvão (8 altares): • S. Cristóvão, S. Miguel, Sto. António, S. Sebastião, S. José, S. Francisco Xavier, S. João Baptista, S. Mamede S. Marcos; • Nª Sª dos Prazeres, Nª Sª da Esperança, Nª Sª da Conceição, Nª Senhora, • Sta. Maria d`Alcami, Sta. Catarina; • Jesus; • Senhor Jesus Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. João da Praça (5 altares): • S. João Baptista; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Encarnação;• s/ref.ª; • Senhor Jesus dos Perdões;• s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

S. Jorge de Arroios (3 altares): • S. Jorge, S. Miguel, S. José; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Assunção, Nª

Senhora; • s/ref.ª; • Jesus; • Senhor Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. José (5 capelas): • S. José, S. Miguel; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Fé; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. Julião (Sem Memória Paroquial): • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. Lourenço (9 altares): • S. Lourenço, S. Tomás de Aquino; • Nª Sª da Piedade, Nª Sª da Conceição; • Sta. Catarina, Sta. Vitória, Sant'Ana; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • SS^mo. Sacramento*;• Almas*;• Espírito Santo;

S. Mamede: Destruída e incendiada no Terramoto, o pároco não refere os altares, nem imagens;

S. Martinho (5 altares): • S. Martinho, S. João Baptista, S. Francisco de Paula, S^to. Elói, S^to. Andrónico, S. Francisco; • Nª Sª da Assunção, Nª Sª da Piedade; • S^ta. Catarina, S^ta. Atanásia; • s/ref.ª; • Senhor Jesus Cristo Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. Miguel de Alfama (8 altares): • S. Miguel, Arcanjo, S. Sebastião, Sto. António, S. Pedro Gonçalves, S. Francisco de Borja, S. Francisco de Paula, S. Brás, Sto. André, S. José, S. Mateus, S. João Evangelista, S. Lucas, S. Marcos; • Nª Sª da Estrela, Nª Sª das Candeias, Nª Sª do Rosário; • Sant'Ana, Sta. Catarina, Sta. Catarina de Sena, Sta. Luzia, Sta. Bárbara; • Senhor Jesus da Pobreza; • Cristo Crucificado; • SS^mo. Sacramento*;• Almas;• s/ref.ª;

S. Nicolau: (Destruída pelo Terramoto) • Sto. António; • Nª Sª das Mercês; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

S. Paulo (4 altares): • S. Paulo, S. Miguel, S. João Baptista; • Nª Sª da Boa Viagem, Nª Sª da Piedade; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

S. Pedro de Alfama (Sem Memória Paroquial): • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

São Salvador (2 altares atualmente): • s/ref.ª; • Nª Sª da Assunção; • s/ref.ª; • Rei Salvador; • s/ref.ª;• SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. Sebastião da Pedreira ([5] altares): • S. Sebastião, Sto. António, Sto. Amaro, S. José, S. Pedro, S. Brás, S. João Baptista, S. Gonçalo de Amarante; • Nª Sª da Saúde, Nª Sª da Piedade (com o título da Senhora do Resgate), Nª Sª da Soledade; • Sta. Catarina, Sta. Luzia, Sta. Rosa de Lima; • Menino Jesus; • Senhor Jesus Crucificado, Senhor Crucificado; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • 12 Apóstolos e Cristo (painel de teto), Ceia do Senhor (pintura);

S. Tomé (7 altares): • Sto. António, S. Miguel, S. Tomé; • Nª Sª do Amparo, Nª Sª da Imaculada Conceição, Nª Sª da Soledade, Nª Sª da Paz; • s/ref.ª; • Senhor Jesus do Penedo; • s/ref.ª; • SS^mo Sacramento; •s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. Vicente de Fora (15 altares): • S. Vicente, S. Sebastião, S. Teotónio, Sto. António, Sto. Agostinho, S. Tiago, S. Miguel, S. José, S. João Baptista; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Pilar, Nª Sª da Pureza, Nª Sª das Necessidades; • Sta. Úrsula, Sta. Catarina, Sta. Bárbara; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • SS^mo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Socorro (4 altares): • S. Miguel, Sto. André; • Nª Sª do Socorro, Nª Sª da Conceição; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Cristo Crucificado; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE LOURES

Apelação ([5] altares): • S. Bento, S^to. António, S. José, S. Francisco Xavier, S. Sebastião, S. João Baptista, S. Miguel; • Nª Sª da Encarnação, Nª Sª do Rosário, Nª Sª das Candeias; • S^ta. Luzia, S^ta. Catarina; • s/ref.ª; • Santo Cristo do Senhor dos Aflitos, Santo Lenho (relíquia); • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Bucelas (4 altares): • S. Pedro; • Nª Sª da Purificação, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Camarate (7 altares): • Santiago Maior, S. Sebastião, S^to. António, (todos os altares têm outras muitas imagens); • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Purificação, Nª Sª da Assunção, Nª Sª da Piedade; • s/ref.ª; • Senhor Jesus da Pia; • Vida e Morte de Cristo (em 27 painéis); • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Fanhões (3 altares): • S. Saturnino, S. Francisco, S. Pedro, S^to. António; • Nª Sª do Terço, Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário, Nª Sª das Candeias; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Frielas (5 altares): • S. Pedro; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Esperança; • S^ta. Marta; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Loures (5 altares): • Sto. André; • Nª Sª da Graça, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Socorro; • s/ref.ª; • Sr. Jesus da Boa Sentença; • Sr. Jesus da Boa Sentença; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Lousa (3 altares): • S. Pedro, S. Sebastião, S. João Baptista; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Nome de Jesus; • s/ref.ª; • SS^mo Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Sacavém (7 altares): • S. Francisco, S. Miguel; • Nª Sª da Purificação, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Assunção; • S^ta. Catarina; • s/ref.ª; • Senhor Jesus da Via Sacra; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S^ta. Iria da Azóia (5 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª das Candeias; • Santa Iria; • Nome de Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Santo Antão do Tojal (8 altares): • Sto. Antão, S. João Baptista, S. Mauro (abade), S. Luís, rei de França, S. Miguel, Arcanjo, S. Bartolomeu, S. Pedro, Apóstolo (painel), S. Paulo, S. Francisco de Assis, S^to. António de Lisboa, S. Lourenço (grande painel); • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Anunciação (painel), Nª Sª da Graça, Visitação de Nª Senhora (painel); • S^ta. Margarida (em painel), Sta. Águeda (em painel), Sta. Maria Madalena; • Nome de Deus; • Cristo Crucificado, Senhor Jesus dos Passos, Cristo Crucificado (painel); • SS^mo Sacramento; • s/ref.ª; • Aparição de Cristo Ressuscitado;

S. João da Talha (7 altares): • S. João Baptista, S. Pedro; • Nª Sª da Piedade, Nª Sª do Rosário, Nª Sª Apresentação; • s/ref.ª; • Senhor Jesus; • Santo Cristo; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

São Julião do Tojal (5 altares): • S. Julião, S. Brás, Sto. Amaro, Sto. António, S. João Baptista, S. Francisco; •

Nª Sª da Purificação, Nª Sª da Boa Morte, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Unhos ([7] altares): • S. Silvestre, Sto. António, S. Pedro, S. Paulo, S. Bento, S. Silvestre (relíquia), S. Miguel, S. Silvestre; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Piedade; • Sta. Catarina; • s/ref.ª; • Santo Cristo, Cruz (painel); • SSmo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª.

CONCELHO DA LOURINHÃ

Francos (5 altares): • S. Lourenço, S. Martinho; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Conceição; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Espírito Santo;

Moita dos Ferreiros (3 altares): • S. Sebastião; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Reguengo Grande (3 altares): • S. Domingos, S. Sebastião, Sto. Amaro• Nª Sª do Rosário, Nª Sª dos Remédios; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª;

S. Bartolomeu dos Galegos (5 altares): • S. Lourenço, S. Bartolomeu, S. Sebastião; • Nª Sª das Mercês, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª.

CONCELHO DE MAFRA

Alcainça (3 altares): • S. Miguel, Sto. Amaro, S. Silvestre; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Azueira (5 altares): • S. Pedro, apóstolo, S. Luís, S. Sebastião, Sto. António, S. José; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário; • Sta. Catarina, Sta. Ana; • s/ref.ª; • Cristo Crucificado; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Cheleiros (3 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª da Assunção, Nª Sª do Rosário; • Sta. Catarina; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Enxara de Bispo (3 altares): • S. Francisco Xavier, Sto. Inácio, Sto. António, S. Sebastião; • Nª Sª da Assunção, Nª Sª do Rosário, Nª Sª com o Menino Jesus; • Sta. Catarina, Sta. Ana; • s/ref.ª; • Santo Cristo; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Ericeira (5 altares): • S. Pedro, S. João Evangelista, S. Sebastião, S. Miguel; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Fanga da Fé (4 altares): • S. Domingos, S. Marcos evangelista, S. Miguel; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Gradil (6 altares): • S. Silvestre; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Menino Deus; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Igreja Nova (3 altares) • s/ref.ª; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário; • Santa Luzia; • SSmo. Nome de Jesus; • s/ref.ª; • Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Mafra (Sto. André) (3 altares): • Sto. André, S. Sebastião; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Mafra (Santo Isidoro) (3 altares): • Sto. Isidoro; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • Divino Espírito Santo;

Milharado (Memória breve): • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Reguengo da Carvoeira (3 altares): • S. Sebastião, S. Mamede; • Nª Sª da Expectação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Santo Estêvão das Galés (3 altares): • Sto. Estevão, protomártir, S. Sebastião; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sobral da Abilheira (3 altares): • S. Sebastião; • Nª Sª de Oliveira, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE ODIVELAS

Santo Adrião (6 altares): • Sto. Adrião, Sto. António, S. Sebastião; • Senhora dos Prazeres, Senhora do Rosário, Senhora das Rogativas, • s/ref.ª; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

Odivelas (7 altares): • SSmo Sacramento; • Menino Jesus/Nome de Jesus; • Nª Sra. do Egipto; • Cristo Crucificado, Senhor do Cruzeiro; • Santa Catarina; • Santa Luzia; • Nª Sra. do Rosário; • S. Miguel Arcanjo; • S. José.

CONCELHO DE OEIRAS

Barcarena (5 altares): • S. Pedro, Sto. António; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Jesus, Senhor Jesus do Bonfim; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Carnaxide (5 altares): • S. Romão, Sto. António, S. Miguel, S. Romão, Sto. Antão, S. José, S. Joaquim, S. Sebastião, S. Francisco de Bórgia, S. Pedro, S. Brás; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário, Nª Sª do Amparo, Nª Sª do Rosário, pequena, Nª Sª do Rosário; • Sta Luzia, Sta Ana; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Oeiras (9 altares): • S. João Baptista, S. Sebastião; • Nª Sª da Purificação, Nª Sª da Atalaia, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Piedade; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Cristo, Senhor dos Passos; • Almas; • s/ref.ª;

S. Julião da Barra (4 altares): • S. Julião, Sto. António; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª da Conceição; • Sta. Bárbara; • s/ref.ª; • Santo Crucifixo; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE SINTRA

Almargem do Bispo (7 altares): • S. Pedro, Sto. António, S. Miguel, arcanjo; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Piedade, Nª Sª da Conceição; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Cristo; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Belas (3 altares): • Sto António; • Nª Sª da Misericórdia; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Cristo Crucificado; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Colares (6 altares): • S. Brás, S. Vicente; • Nª Sª da Assunção; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Cristo; • Santíssimo Sacramento; • Almas; • Espírito Santo;

Montelavar (Memória Breve): • s/ref.ª; • Nª Sª da Purificação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Rio de Mouro (Belém) (Memória Breve): • s/ref.ª; • Nª Sª de Belém; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. João de Lampas (3 altares): • S. João Baptista, S. Sebastião; • Nª Sª das Candeias, Nª Sª da Saúde; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sintra (Santa Maria) (5 altares): • Sto. Apolinário, S. Brás; • Sta. Maria, Nª Sª da Conceição, Nª Sª dos Anjos; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sintra (S. Martinho) (7 capelas-altares): • Santo André, S. Libório; • Senhora do Rosário, Nª Sª do Livramento, Nª Sª de Soledade; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor dos Passos; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Sintra (S. Pedro de Penaferrim) (3 altares): • Santo Estevão, S. Pedro; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Jesus Crucificado, • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Terrugem (4 altares): • S. João Degolado, Sto. António; • Nª Sª do Rosário; • Sta. Quitéria; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Santo Quintino (5 altares): • S. Quintino, S. Pedro, apóstolo, Sto António; • Nª Sª da Piedade, Nª Sª da Graça; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sapataria (3 altares): • S. Brás; • Nª Sª da Purificação, Nª Sª da Graça; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Lenho (relíquia); • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sobral de Monte Agraço (3 altares): • S. Brás, S. Sebastião; • s/ref.ª; • O Salvador do Mundo; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS

A Dos Cunhados (4 altares): • S. Sebastião, S. Francisco, S. Miguel; • Nª Sª da Luz, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Conceição; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Sacrário; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Carmões (5 altares): • S. Domingos; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Lembrança, Nª Sª do Rosário, a pequenina; • Santa Luzia; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Carvoeira (5 altares): • S. Bento, Sto António, S. Miguel; • Nª Sª da Luz, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Encarnação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Dois Portos (9 altares): • S. Pedro, Sto André, Sto António, S. Sebastião, S. João; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Nome de Deus; • Senhor dos Passos, Senhor do Calvário; • Sacrário; • Almas; • s/ref.ª;

Freiria (5 altares): • S. Lucas, evangelista, S. Sebastião; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Nome de Deus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Espírito Santo;

Ponte de Rol (3 altares): • S. Sebastião, S. Francisco, Sto António; • Nª Sª da Conceição Nª Sª do Rosário; • Sant'Ana, Santa Catarina; • Bom Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Ramalhal (3 altares): • S. Lourenço, S. Marcos; • Nª Sª da Conceição; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

S. Pedro da Cadeira (5 altares): S. Pedro; S. Sebastião, S. Miguel; Nª Sra. do Rosário; S/refª; • Santíssimo Nome de Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Runa (3 altares): • S. João Baptista, Sto. António, S. Sebastião; • Senhora das Candeias; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Senhor Jesus Cristo Crucificado; • Santíssimo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Torres Vedras (Sta Maria) (7 altares) (Colegiada): • Sto. António (em pintura), S. Francisco Xavier, S. Francisco de Borja, Sto. Antão; • Nª Senhora (com o Menino), Nª Sª da Assumpção (em pintura); • Sta Catarina (em pintura); • Salvador; • Senhor Crucificado, Chagas; • Sacrário/Santíssimo Sacramento; • s/ref.ª; • Anunciação do Anjo (quadro), Visitação de Sta Isabel (quadro), Adoração dos Reis (quadro), Nascimento do Menino Deus (quadro);

Torres Vedras (S. Tiago) (7 altares) (Colegiada): • S. Tiago maior, S. João Evangelista, S. Brás, S. Francisco, S. Sebastião, S. José, Sto. António, S. Cosme, S. Damião, S. Miguel, arcanjo; • Nª Sª da Piedade, Nª Sª da Conceição, Nossa Senhora; • Sta Catarina, Rainha Santa Isabel, Sta Bárbara; • Nome de Jesus, Menino Jesus; • Cristo Crucificado; • Santíssimo Sacramento; • Almas (em painel); • s/ref.ª;

Turcifal (Memória de 1720): • S. Sebastião, S. Fabião (relíquia); • Nª Sª da Piedade; • Sta Maria Madalena, Sta Luzia; • s/ref.ª; • Senhor Morto; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Espírito Santo;

Ventosa (7 altares): • S. Mamede, S. Sebastião, S. Francisco Xavier; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Purificação, Nª Sª das Virtudes; • s/ref.ª; • Senhor Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Torres Vedras (S. Miguel) (5 altares) (Colegiada): • S. Miguel, Sto. Anastácio, S. Marcos, S. Bento; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Menino Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Torres Vedras (S. Pedro) (6 altares) (Colegiada): • S. Pedro, S. Paulo, S. Sebastião; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª Boa Hora; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Cristo; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSma. Trindade.

CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Alhandra (7 altares): • S. João Baptista, S. Pedro, Sto. André, Sto. António, S. Miguel, arcanjo, Sto. Amaro; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • SSmo. Nome de Jesus; • s/ref.ª; • SSmo. Sacrário; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Alverca do Ribatejo (Com o Terramoto ficou só com o pé e altar mor) **(s/ref.ª altares):** • S. Pedro; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Cachoeiras (4 altares): • S. João Baptista, Sto. António, S. Sebastião, S. Pedro, S. Brás; • Nª Sª da Purificação,

Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Conceição; • Stª Luzia, Stª Eugénia; • Menino Deus; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Calhandriz (3 altares): • S. Marcos; • Nª Sª do Rosário; • Stª Mª Madalena; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Castanheira (4 altares): • S. Bartolomeu, S. Pedro; • Nª Sª do Rosário; • Stª Luzia; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • Almas; • Anjo da Guarda;

Granja de Alpriate (3 altares): • S. Pedro; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • O Salvador; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Povos (5 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª da Assunção (painel); • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Cristo Crucificado; Senhor Jesus da Via Sacra; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

São João dos Montes (4 altares): • S. João; • Nª Sª das Candeias, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Espírito Santo;

Sobral (3 altares): • s/ref.ª; •Nª Sra do Rosário; • Nª Sra. da Purificação; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Divino Espírito Santo.

Vialonga (5 altares): • S. Miguel, S. José, S. Francisco; • Nª Sª da Assunção, Nª Sª do Rosário; •Sant'Ana; • s/ref.ª; • Crucifixo; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Vila Franca de Xira (13 altares): • S. Vicente, mártir, S. Jerónimo, S. Brás, S. Pedro, S. João, S. Francisco Xavier; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª das Candeias, Nª Sª da Assunção, Nª Sª do Carmo; • s/ref.ª; • Senhor do Bonfim, Menino Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas.

Dedicações e devoções (por conjuntos de devoções)

Adrião, Santo
Concelho de Odivelas: Santo Adrião;

Aflitos, Santo Cristo do Senhor dos
Concelho de Loures: Bucelas;

Agostinho, Santo
Cidade de Lisboa: S. Vicente de Fora;

Águeda, Santa
Concelho de Loures: Santo Antão do Tojal;

Ajuda, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

Aleixo, Santo
Cidade de Lisboa: Santa Maria Maior de Lisboa;

Almas
Concelho de Alenquer: Aldeia Galega; Aldeia Gavinha; Alenquer (Santa Maria da Várzea); Atouguia das Cabras; **Concelho de Cascais:** Alcabideche; Nossa Senhora da Assunção (da vila de Cascais); Ressurreição (da vila de Cascais); **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Benfica (Nossa Senhora do Amparo); Carnide; Madalena; Mártires (Nossa Senhora); Mercês (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Engrácia; Santa Justa e Rufina; Santo André; S. João da Praça; S. Lourenço; S. Miguel de Alfama; S. Nicolau; S. Paulo; S. Sebastião da Pedreira; Socorro; **Concelho de Loures:** Apelação; Camarate; Frielas; Loures; Lousa; S. João da Talha; Unhos; **Concelho de Lourinhã:** S. Bartolomeu dos Galegos; **Concelho de Mafra:** Fanga da Fé; Gradil; **Concelho de Oeiras:** Barcarena; Oeiras; **Concelho de Sintra:** Belas; Colares; Sintra (S. Martinho); **Concelho de Torres Vedras:** Dois Portos; Torres Vedras (S. Tiago); Ventosa; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Castanheira; Vila Franca de Xira;

Amaro, Santo
Concelho de Cascais: Ressurreição (da vila de Cascais); **Cidade de Lisboa:** Conceição (Nossa Senhora); Sacramento; Santo Estevão de Alfama; S. Sebastião da Pedreira; **Concelho de Loures:** São Julião do Tojal; **Concelho de Lourinhã:** Reguengo Grande; **Concelho de Mafra:** Alcainça; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra;

Ambrósio, Santo
Cidade de Lisboa: Santo André;

Amparo, Nossa Senhora do
Cidade de Lisboa: Benfica (Nossa Senhora do Amparo); S. Tomé; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide;

Ana, Santa
Cidade de Lisboa: Campo Grande; Santo Estevão de Alfama; **Concelho de Mafra:** Azueira; Enxara de Bispo; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide;

Anastácio, Santo
Concelho de Torres Vedras: Torres Vedras (S. Miguel);

André, Santo
Concelho de Alenquer: Alenquer (Santa Maria da Várzea); **Concelho de Cascais:** Ressurreição (da vila de Cascais); **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Santa Justa e Rufina; Santo André; S. Miguel de Alfama; Socorro; **Concelho de Loures:** Loures; **Concelho de Mafra:** Mafra (Santo André); **Concelho de Sintra:** Sintra (S. Martinho); **Concelho de Torres Vedras:** Dois Portos; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra;

Andrónico, Santo
Cidade de Lisboa: Madalena; S. Martinho;

Angústias, Nossa Senhora das
Concelho de Alenquer: Alenquer (S. Pedro);

Anjo, Anunciação do
Concelho de Torres Vedras: Torres Vedras (Santa Maria);

Anjo da Guarda
Concelho de Vila Franca de Xira: Castanheira;

Anjos, Nossa Senhora dos
Concelho de Alenquer: Vila Verde dos Francos; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); **Concelho de Sintra:** Sintra (Santa Maria);

Antão, Santo
Concelho de Alenquer: Ventosa; Vila Verde dos Francos; **Concelho de Cadaval:** Pero Moniz; **Cidade de Lisboa:** Santo Estevão de Alfama; **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (Santa Maria);

Antiqua, Nossa Senhora de La
Cidade de Lisboa: Santa Catarina;

António, Santo
Concelho de Alenquer: Alenquer (Santa Maria da Várzea); Atouguia das Cabras; Cadafais; Espeçandeira; Ota; Vila Verde dos Francos; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Cardosas; **Concelho de Azambuja:** Azambuja; **Concelho de Cadaval:** Cercal; Pero Moniz; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Benfica (Nossa Senhora do Amparo); Campo Grande; Charneca; Conceição (Nossa Senhora); Madalena; Mártires (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Catarina; Santa Engrácia; Santa Marinha do Outeiro; Santo Estevão de Alfama; Santos-o-Velho; S. Cristóvão; S. Miguel de Alfama; S. Nicolau; S. Sebastião da Pedreira; S. Tomé; S. Vicente de Fora; **Concelho de Loures:** Apelação; Camarate; Fanhões; São Julião do Tojal; Unhos; **Concelho de Mafra:** Azueira; Enxara de Bispo; **Concelho de Odivelas:** Santo Adrião; **Concelho de Oeiras:** Barcarena; Carnaxide; S. Julião da Barra; **Concelho de Sintra:** Almargem do Bispo; Belas; Terrugem; **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Santo Quintino; **Concelho de Torres Vedras:** Carvoeira; Dois Portos; Ponte de Rol; Runa; Torres Vedras (Santa Maria); Torres Vedras (S. Tiago); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra; Cachoeira;

António de Lisboa, Santo
Concelho de Loures: Santo Antão do Tojal;

António português, Santo
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

Anunciação, Nossa Senhora da
Concelho de Loures: Santo Antão do Tojal;

Apolinário, Santo
Concelho de Sintra: Sintra (Santa Maria);

Apóstolos (12) e Cristo
Cidade de Lisboa: S. Sebastião da Pedreira;

Apresentação, Nossa Senhora da
Concelho de Cadaval: Vermelha do Cadaval; **Concelho de Loures:** S. João da Talha;

Assunção, Nossa Senhora da (com o Menino Jesus nos Braços) / Assunção
Concelho de Alenquer: Alenquer (Nossa Senhora da Assunção); Cadafais; **Concelho de Cascais:** Alcabideche; Cascais (Nossa Senhora da Assunção); **Cidade de Lisboa:** Charneca; S. Jorge de Arroios; S. Martinho; São Salvador; **Concelho de Loures:** Camarate; Sacavém; **Concelho de Mafra:** Cheleiros; Enxara do Bispo; **Concelho de Sintra:** Colares; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (Santa Maria); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Povos; Vialonga; Vila Franca de Xira;

Atalaia, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Santo Estevão de Alfama; **Concelho de Oeiras:** Oeiras;

Atanásia, Santa
Cidade de Lisboa: Madalena; S. Martinho;

Bárbara, Santa
Concelho de Cascais: Ressurreição da vila de Cascais; **Cidade de Lisboa:** Conceição (Nossa Senhora); Madalena; S. Miguel de Alfama; S. Vicente de Fora; **Concelho de Oeiras:** S. Julião da Barra; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago);

Bartolomeu, S.
Concelho de Alenquer: Paúl da Ota; **Cidade de Lisboa:** Charneca; Santa Maria Maior de Lisboa; **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal; **Concelho de Lourinhã:** S. Bartolomeu dos Galegos; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Castanheira;

Basílio, S.
Cidade de Lisboa: Sacramento;

Belém, Nossa Senhora de
Concelho de Sintra: Rio de Mouro (Belém);

Benedito, S.
Concelho de Azambuja: Azambuja;

Bento, S.
Cidade de Lisboa: Charneca; Sacramento; Santa Marinha do Outeiro; **Concelho de Loures:** Apelação; Unhos; **Concelho de Torres Vedras:** Carvoeira; Torres Vedras (S. Miguel;

Bernardo, S.
Concelho de Azambuja: Azambuja;

Boa Hora, Nossa Senhora
Concelho de Torres Vedras: Torres Vedras (S. Pedro);

Boa Morte, Senhor da
Concelho de Alenquer: Aldeia Gavinha; **Concelho de Loures:** São Julião do Tojal;

Boa Nova, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Santa Marinha do Outeiro;

Boa Viagem, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: S. Paulo;

Bom Despacho, Nossa Senhora do
Cidade de Lisboa: Madalena;

Bonança, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Santos-o-Velho;

Bonfim, Senhor do
Concelho de Vila Franca de Xira: Vila Franca de Xira;

Brás, S.
Concelho de Alenquer: Alenquer (Santa Maria da Várzea); **Concelho de Azambuja:** Azambuja; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Mártires (Nossa Senhora); Santo Estevão de Alfama; S. Miguel de Alfama; S. Sebastião da Pedreira; **Concelho de Loures:** São Julião do Tojal; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide; **Concelho de Sintra:** Colares; Sintra (Santa Maria); **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Sapataria; Sobral de Monte Agraço; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Cachoeiras; Vila Franca de Xira;

Brás, bispo, S.
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

Brígida, Santa
Cidade de Lisboa: Lumiar;

Caetano, S.
Cidade de Lisboa: Charneca;

Calvário, Senhor do
Concelho de Torres Vedras: Dois Portos;

Campo, Nossa Senhora do
Cidade de Lisboa: Campo Grande;

Candeias, Nossa Senhora das
Concelho de Arruda dos Vinhos: Arranhó; **Concelho de Azambuja:** Vila Nova da Rainha; **Concelho de Cadaval:** Alguber; **Concelho de Cascais:** Cascais (Nossa Senhora da Assunção); **Cidade de Lisboa:** Madalena; S. Miguel de Alfama; **Concelho de Loures:** Apelação; Fanhões; Santa Iria da Azóia; **Concelho de Sintra:** S. João de Lampas; **Concelho de Torres Vedras:** Runa; **Concelho de Vila Franca de Xira:** São João dos Montes; Vila Franca de Xira;

Carmo, Nossa Senhora do
Concelho de Vila Franca de Xira: Vila Franca de Xira;

Carril, Nossa Senhora do
Concelho de Cadaval: Vilar;

Catarina, Santa
Concelho de Arruda dos Vinhos: Arranhó; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Benfica (Nossa Senhora do Amparo); Campo Grande; Charneca; Conceição (Nossa Senhora); Madalena; Mártires (Nossa Senhora); Mercês (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Catarina; Santa Justa e Rufina; Santo Estevão de Alfama; Santos-o-Velho; S. Cristóvão; S. Lourenço; S. Martinho; S. Miguel de Alfama; S. Sebastião da Pedreira; S. Vicente de Fora; **Concelho de Loures:** Apelação; Sacavém; Unhos; **Concelho de Mafra:** Azueira; Cheleiros; Enxara de Bispo; **Concelho de Odivelas**: Odivelas; **Concelho de Torres Vedras:** Ponte de Rol; Torres Vedras (Santa Maria); Torres Vedras (S. Tiago);

Catarina de Sena, Santa
Cidade de Lisboa: S. Miguel de Alfama;

Cecília, Santa
Cidade de Lisboa: Santa Justa e Rufina;

Ceia do Senhor
Cidade de Lisboa: S. Sebastião da Pedreira;

Cenáculo
Cidade de Lisboa: Carnide;

Circuncisão
Concelho de Cadaval: Cadaval; **Cidade de Lisboa:** Campo Grande;

Clemente, papa, S.
Cidade de Lisboa: Madalena;

Conceição, Nossa Senhora da
Concelho de Alenquer: Alenquer (Santo Estevão); Cabanas de Torres; Ota; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Cardosas; Santiago dos Velhos; **Concelho de Cadaval:** Cadaval; Figueiros; **Concelho de Cascais:** Nossa Senhora da Assunção da vila de Cascais; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Campo Grande; Charneca; Lumiar; Mercês (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Justa e Rufina; Santa Maria Maior de Lisboa; Santa Marinha do Outeiro; Santo André; Santo Estevão de Alfama; S. Cristóvão; S. João da Praça; S. Jorge de Arroios; S. José; S. Lourenço; S. Vicente de Fora; Socorro; **Concelho de Loures:** Fanhões; Loures; **Concelho de Lourinhã:** Francos; Moita dos Ferreiros; **Concelho de Mafra:** Azueira; Ericeira; Igreja Nova; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide; S. Julião da

Barra; **Concelho de Sintra:** Almargem do Bispo; Sintra (Santa Maria); **Concelho de Torres Vedras:** A dos Cunhados; Dois Portos; Ponte de Rol; Ramalhal; Torres Vedras (S. Tiago); Torres Vedras (S. Pedro); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Cachoeiras; Vila Franca de Xira;

Conceição e Saúde, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Santos-o-Velho;

Cosme, S.
Cidade de Lisboa: Madalena; Santa Maria Maior de Lisboa; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago);

Consolação, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Santo Estevão de Alfama;

Cristo Ressuscitado, Aparição de
Concelho de Loures: Santo Antão do Tojal;

Cristóvão, S.
Cidade de Lisboa: Madalena; S. Cristóvão;

Cruz Nova, Senhor da
Concelho de Alenquer: Aldeiagalega;

Damião, S.
Cidade de Lisboa: Madalena; Santa Maria Maior de Lisboa; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago);

Deus, Menino
Concelho de Alenquer: Pereiro de Palhacana; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Cardosas; **Concelho de Azambuja:** Aveiras de Cima; **Concelho de Mafra:** Gradil; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Cachoeiras;

Deus, Nascimento do Menino
Concelho de Torres Vedras: Torres Vedras (Santa Maria);

Deus, Nome de
Concelho de Cadaval: Alguber; **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal; **Concelho de Torres Vedras:** Dois Portos; Freiria;

Domingos, S.
Concelho de Cascais: Rana; **Cidade de Lisboa:** Conceição (Nossa Senhora); **Concelho de Lourinhã:** Reguengo Grande; **Concelho de Mafra:** Fanga da Fé; **Concelho de Torres Vedras:** Carmões;

Egipto, Nossa Senhora do
Concelho de Odivelas: Odivelas.

Elói, Santo
Cidade de Lisboa: Madalena; S. Martinho;

Encarnação, Nossa Senhora da
Concelho de Alenquer: Alenquer (Nossa Senhora da Assunção); Olhalvo; **Concelho de Azambuja:** Aveiras de Baixo; **Cidade de Lisboa:** Ameixoeira; Lumiar; S. João da Praça; **Concelho de Loures:** Apelação; **Concelho de Torres Vedras:** Carvoeira;

Engrácia, Santa
Cidade de Lisboa: Santa Engrácia;

Esperança, Nossa Senhora da
Concelho de Cadaval: Pero Moniz; **Cidade de Lisboa:** Santa Engrácia; S. Cristóvão; **Concelho de Loures:** Frielas;

Espírito Santo / Divino Espírito Santo
Concelho de Alenquer: Ota; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arranhó; **Concelho de Azambuja:** Vila Nova de S. Pedro da Arrifana; **Concelho de Cascais:** Alcabideche; **Cidade de Lisboa:** S. Lourenço; **Concelho de Lourinhã:** Francos; **Concelho de Mafra:** Mafra (Santo Isidoro); **Concelho de Sintra:** Colares; **Concelho de Torres Vedras:** Freiria; Turcifal; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Sobral; São João dos Montes;

Estevão, Santo
Concelho de Alenquer: Alenquer (Santo Estevão); **Concelho de Sintra:** Sintra (S. Pedro de Penaferrim);

Estevão proto-mártir, Santo
Cidade de Lisboa: Santo Estevão de Alfama; **Concelho de Mafra:** Santo Estêvão das Galés;

Estrela, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: S. Miguel de Alfama;

Eugénia, Santa
Concelho de Vila Franca de Xira: Cachoeiras;

Expectação, Nossa Senhora da
Concelho de Alenquer: Alenquer (S. Pedro); **Concelho de Cadaval:** Vilar; **Concelho de Mafra:** Reguengo da Carvoeira;

Fabião, S.
Concelho de Torres Vedras: Turcifal;

Fé, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: S. José;

Franca, Nossa Senhora a
Cidade de Lisboa: Santiago;

Francisco, S.
Concelho de Arruda dos Vinhos: Cardosas; Santiago dos Velhos; **Concelho de Cascais:** Ressurreição da vila de Cascais; **Cidade de Lisboa:** Conceição (Nossa Senhora); Sacramento; S. Martinho; **Concelho de Loures:** Fanhões; Sacavém; São Julião do Tojal; **Concelho de Torres Vedras:** A dos Cunhados; Ponte de Rol; Torres Vedras (S. Tiago); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Vialonga;

Francisco de Assis, S.
Concelho de Loures: Santo Antão do Tojal;

Francisco de Borja, S.
Concelho de Oeiras: Carnaxide; **Cidade de Lisboa:** S. Miguel de Alfama; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (Santa Maria);

Francisco de Paula, S.
Concelho de Azambuja: Azambuja; **Cidade de Lisboa:** S. Martinho; S. Miguel de Alfama;

Francisco Xavier, S.
Concelho de Alenquer: Alenquer (S. Pedro); **Cidade de Lisboa:** Sacramento; Santa Marinha do Outeiro; Santo Estevão de Alfama; Santos-o-Velho; S. Cristóvão; **Concelho de Loures:** Apelação; **Concelho de Mafra:** Enxara de Bispo; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (Santa Maria); Ventosa; **Concelho de Vila Franca de Xira:** S. Francisco Xavier;

Frutuoso, S.
Cidade de Lisboa: Santa Engrácia;

Gabriel, S.
Cidade de Lisboa: Conceição (Nossa Senhora);

Glória, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Anjos (Nossa Senhora);

Gonçalo, S.
Concelho de Alenquer: Alenquer (Nossa Senhora da Assunção); **Cidade de Lisboa:** Campo Grande; Conceição (Nossa Senhora); Mártires (Nossa Senhora); Santa Engrácia;

Gonçalo de Amarante, S.
Cidade de Lisboa: S. Sebastião da Pedreira;

Graça, Nossa Senhora da
Concelho de Alenquer: Atouguia das Cabras; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arruda dos Vinhos; **Concelho de Cadaval:** Peral; **Cidade de Lisboa:** Mártires (Nossa Senhora); **Concelho de Loures:** Loures; Santo Antão do Tojal; **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Santo Quintino; Sapataria;

Grande, Nossa Senhora a
Cidade de Lisboa: Santa Maria Maior de Lisboa;

Gregório, S.
Concelho de Alenquer: Vila Verde dos Francos; **Concelho de Cadaval:** Lamas; **Cidade de Lisboa:** Santa Justa e Rufina;

Guadalupe, Nossa Senhora de
Concelho de Cascais: Ressurreição da vila de Cascais;

Guia, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Campo Grande;

Ildefonso, Santo
Cidade de Lisboa: Santa Maria Maior de Lisboa;

Imaculada Conceição, Senhora da / Nossa Senhora da Imaculada Conceição
Cidade de Lisboa: Conceição (Nossa Senhora); S. Tomé;

Inácio, Santo
Concelho de Mafra: Enxara de Bispo;

Iria, Santa
Concelho de Loures: Santa Iria da Azóia;

Iria, portuguesa, Santa
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

Isabel, rainha de Portugal, Santa
Cidade de Lisboa: Santa Engrácia; Santa Isabel. **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago);

Isabel, Visitação de Santa
Concelho de Torres Vedras: Torres Vedras (Santa Maria);

Isidoro, Santo
Concelho de Mafra: Mafra (Santo Isidoro);

Jerónimo, S.
Concelho de Vila Franca de Xira: Vila Franca de Xira;

Jesus da Boa Sentença, Senhor
Cidade de Lisboa: Santa Maria Maior de Lisboa; **Concelho de Loures:** Loures;

Jesus da Pia, Senhor
Concelho de Loures: Camarate;

Jesus da Pobreza, Senhor
Cidade de Lisboa: S. Miguel de Alfama;

Jesus da Via Sacra, Senhor
Concelho de Loures: Sacavém;

Jesus do Bonfim, Senhor
Concelho de Oeiras: Barcarena;

Jesus do Penedo, Senhor
Cidade de Lisboa: S. Tomé;

Jesus dos Perdões, Senhor
Cidade de Lisboa: S. João da Praça;

Jesus, Bom
Concelho de Torres Vedras: Ponte de Rol;

Jesus, Menino / Santíssimo Nome de Jesus / Jesus / Nome de Jesus / Jesus
Concelho de Alenquer: Carnota; Vila Verde dos Francos; **Concelho de Azambuja:** Aveiras de Baixo; **Concelho de Cadaval:** Figueiros; Lamas; Peral; Vermelha

do Cadaval; **Cidade de Lisboa:** Campo Grande; Carnide; Charneca; Madalena; Mártires (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Catarina; Santa Maria Maior de Lisboa; Santo Estevão de Alfama; S. Cristóvão; S. Sebastião da Pedreira; **Concelho de Loures:** Lousa; Santa Iria da Azóia; **Concelho de Mafra:** Igreja Nova; **Concelho de Odivelas**: Odivelas. **Concelho de Oeiras:** Barcarena; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago); Torres Vedras (S. Miguel); S. Pedro da Cadeira; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra; Vila Franca de Xira;

Jesus, Senhor / Senhor Jesus das Chagas
Concelho de Alenquer: Alenquer (Nossa Senhora da Assunção); **Concelho de Azambuja:** Azambuja; **Concelho de Cascais:** Alcabideche; Carcavelos (Nossa Senhora dos Remédios); **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Lumiar; S. Jorge de Arroios; S. Lourenço; S. Vicente de Fora; **Concelho de Loures:** Frielas; S. João da Talha; São Julião do Tojal; **Concelho de Odivelas:** Santo Adrião; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (Santa Maria); Ventosa;

João, S.
Concelho de Azambuja: Vila Nova da Rainha; **Concelho de Cadaval:** Alguber; **Cidade de Lisboa:** Conceição (Nossa Senhora); **Concelho de Torres Vedras:** Dois Portos; **Concelho de Vila Franca de Xira:** São João dos Montes; Vila Franca de Xira;

João Baptista, S.
Concelho de Alenquer: Vila Verde dos Francos; **Concelho de Azambuja:** Azambuja; **Concelho de Cadaval:** Pero Moniz; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Campo Grande; Lumiar; Mercês (Nossa Senhora); Santo Estevão de Alfama; S. Cristóvão; S. João da Praça; S. Martinho; S. Paulo; S. Sebastião da Pedreira; S. Vicente de Fora; **Concelho de Loures:** Apelação; Lousa; Santo Antão do Tojal; S. João da Talha; São Julião do Tojal; **Concelho de Oeiras:** Oeiras; **Concelho de Sintra:** S. João de Lampas; **Concelho de Torres Vedras:** Runa; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra; Cachoeiras;

João de Deus, português, S.
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

João Degolado, S.
Concelho de Sintra: Terrugem;

João Evangelista, S.
Concelho de Alenquer: Vila Verde dos Francos; **Cidade de Lisboa:** Mercês (Nossa Senhora); S. Miguel de Alfama; **Concelho de Mafra:** Ericeira; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago);

Joaquim, S.
Cidade de Lisboa: Conceição (Nossa Senhora); Sacramento; Santo Estevão de Alfama; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide;

Jorge, S.
Cidade de Lisboa: S. Jorge de Arroios;

José, S.
Concelho de Alenquer: Aldeia Gavinha; Vila Verde dos Francos; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Cardosas; **Concelho de Azambuja:** Azambuja; **Concelho de Cadaval:** Pero Moniz; **Cidade de Lisboa:** Campo Grande; Carnide; Mercês (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Catarina; Santa Maria Maior de Lisboa; Santa Marinha do Outeiro; Santo Estevão de Alfama; S. Cristóvão; S. Jorge de Arroios; S. José; S. Miguel de Alfama; S. Sebastião da Pedreira; S. Vicente de Fora; **Concelho de Loures:** Apelação; **Concelho de Mafra:** Azueira; **Concelho de Odivelas:** Odivelas. **Concelho de Oeiras:** Carnaxide; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S.Tiago); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Vialonga;

Judas, S.
Cidade de Lisboa: Madalena; Santa Justa e Rufina;

Júlia lisbonense, Santa
Cidade de Lisboa: Santos-o-Velho;

Julião, S.
Concelho de Loures: São Julião do Tojal; **Concelho de Oeiras:** S. Julião da Barra;

Justa, Santa
Cidade de Lisboa: Santa Justa e Rufina;

Leandro, S.
Cidade de Lisboa: Santa Marinha do Outeiro;

Lembrança, Nossa Senhora da
Concelho de Torres Vedras: Carmões;

Libório, S.
Cidade de Lisboa: Sacramento; **Concelho de Sintra:** Sintra (S. Martinho);

Livramento, Nossa Senhora do
Concelho de Sintra: Sintra (S. Martinho);

Lourenço, S.
Concelho de Arruda dos Vinhos: Arranhó; **Cidade de Lisboa:** Carnide; Santa Maria Maior de Lisboa; Santo Estevão de Alfama; S. Lourenço; **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal; **Concelho de Lourinhã:** Francos; S. Bartolomeu dos Galegos; **Concelho de Torres Vedras:** Ramalhal;

Lourenço mártir, S.
Cidade de Lisboa: Santo Estevão de Alfama;

Lucas, S.
Cidade de Lisboa: S. Miguel de Alfama;

Lucas, Evangelista, S.
Concelho de Torres Vedras: Freiria;

Luís, S.
Concelho de Mafra: Azueira;

Luís, rei de França, S.
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora); **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal;

Lupércio, S.
Cidade de Lisboa: Santa Engrácia;

Luz, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Santa Maria Maior de Lisboa; **Concelho de Torres Vedras:** A dos Cunhados; Carvoeira;

Luzia, Santa
Concelho de Alenquer: Vila Verde dos Francos; **Concelho de Azambuja:** Azambuja; **Concelho de Cadaval:** Pero Moniz; **Cidade de Lisboa:** Campo Grande; Charneca; Conceição (Nossa Senhora); Madalena; Santa Justa e Rufina; S. Miguel de Alfama; S. Sebastião da Pedreira; **Concelho de Loures:** Apelação; **Concelho de Mafra:** Igreja Nova; **Concelho de Odivelas:** Odivelas. **Concelho de Oeiras:** Carnaxide; **Concelho de Torres Vedras:** Carmões; Turcifal; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Cachoeiras; Castanheira;

Mãe dos Homens, Senhora
Cidade de Lisboa: Conceição (Nossa Senhora); Santo Estevão de Alfama;

Mamede, S.
Cidade de Lisboa: S. Cristóvão; **Concelho de Mafra:** Reguengo da Carvoeira; **Concelho de Torres Vedras:** Ventosa;

Manso, S.
Cidade de Lisboa: Santa Maria Maior de Lisboa;

Marçal, S.
Cidade de Lisboa: Conceição (Nossa Senhora); Mártires (Nossa Senhora); Santa Justa e Rufina; Santo Estevão de Alfama;

Marcos, S.
Concelho de Alenquer: Vila Verde dos Francos; S. Cristóvão; S. Miguel de Alfama; **Concelho de Torres Vedras:** Ramalhal; Torres Vedras (S. Miguel); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Calhandriz;

Marcos, Evangelista, S.
Concelho de Mafra: Fanga da Fé;

Margarida, Santa
Concelho de Loures: Santo Antão do Tojal;

Maria, Santa
Concelho de Sintra: Sintra (Santa Maria);

Maria d'Alcami, Santa
Cidade de Lisboa: S. Cristóvão;

Maria da Assunção, Nossa Senhora Santa
Concelho de Azambuja: Azambuja;

Maria Madalena, Santa
Concelho de Alenquer: Aldeiagavinha; **Cidade de Lisboa:** Madalena; **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal; **Concelho de Torres Vedras:** Turcifal; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Calhandriz;

Marinha, Santa
Cidade de Lisboa: Santa Marinha do Outeiro;

Marta, Santa
Concelho de Azambuja: Vila Nova da Rainha; **Cidade de Lisboa:** Madalena; Santa Marinha do Outeiro; **Concelho de Loures:** Frielas;

Martinho, S.
Cidade de Lisboa: S. Martinho; **Concelho de Lourinhã:** Francos;

Mártires, Nossa Senhora dos
Cidade de Lisboa: Mártires (Nossa Senhora);

Mártires, Santos
Cidade de Lisboa: Santos-o-Velho;

Mateus, S.
Cidade de Lisboa: S. Miguel de Alfama;

Matias, S.
Cidade de Lisboa: Madalena;

Mauro (abade), S.
Concelho de Loures: Santo Antão do Tojal;

Máximo, lisbonense, S.
Cidade de Lisboa: Santos-o-Velho;

Mercês, Nossa Senhora das
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora); S. Nicolau; **Concelho de Lourinhã:** S. Bartolomeu dos Galegos;

Miguel, S.
Concelho de Alenquer: Aldeia Galega; **Cidade de Lisboa:** Benfica (Nossa Senhora do Amparo); Campo Grande; Conceição (Nossa Senhora); Mártires (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Catarina; Santa Engrácia; Santa Maria Maior de Lisboa; Santo Estevão de Alfama; S. Cristóvão; S. Jorge de Arroios; S. José; S. Paulo; S. Tomé; S. Vicente de Fora; Socorro; **Concelho de Loures:** Apelação; Sacavém; Unhos; **Concelho de Mafra:** Alcainça; Ericeira; Fanga da Fé; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide; **Concelho de Torres Vedras:** A Dos Cunhados; Carvoeira; Torres Vedras (S. Miguel); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Vialonga;

Miguel Arcanjo, S.
Concelho de Alenquer: Pereiro de Palhacana; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Cardosas; **Concelho de Azambuja:** Azambuja; **Concelho de Cadaval:** Peral; **Concelho de Cascais:** Nossa Senhora da Assunção da vila de Cascais; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Madalena; Mercês (Nossa Senhora); S. Miguel de Alfama; **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal; **Concelho de Odivelas:** Odivelas; **Concelho de Sintra:** Almargem do Bispo; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago); S. Pedro da Cadeira; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra;

Milagres, Nossa Senhora dos
Concelho de Azambuja: Aveiras de Cima;

Misericórdia, Nossa Senhora da
Concelho de Sintra: Belas;

Misericórdias, Senhor das
Cidade de Lisboa: Santo Estevão de Alfama;

Nazaré, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Santa Catarina;

Necessidades, Nossa Senhora das
Cidade de Lisboa: S. Vicente de Fora;

Nossa Senhora com o Menino Jesus
Concelho de Mafra: Enxara de Bispo; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (Santa Maria);

Ó, Nossa Senhora do
Concelho de Alenquer: Alenquer (Santo Estevão); **Cidade de Lisboa:** Sacramento;

Oliveira, Nossa Senhora da
Concelho de Mafra: Sobral da Abilheira;

Paixão (Devoções da Paixão)
Santo Crucifixo / Senhor Jesus Crucificado / Cristo Crucificado / Senhor dos Passos, Senhor Jesus das Chagas / Senhor Crucificado / Santo Cristo/ Santo Cristo Crucificado / Cristo Crucificado/ Cristo Morto/ Senhor Jesus dos Perdões/Cristo Crucificado / Via Sacra/ Senhor preso à coluna /-Senhor Jesus da Via Sacra/Senhor do Cruzeiro/ Senhor Morto/Santo Lenho/Cruz.
Concelho de Alenquer: Alenquer (Santa Maria da Várzea); Alenquer (Santo Estevão); Alenquer (S. Pedro); Olhalvo; Ventosa; **Concelho de Azambuja:** Azambuja, Vila Nova de S. Pedro da Arrifana; **Concelho de Cascais:** Nossa Senhora da Assunção da vila de Cascais; Ressurreição da vila de Cascais; **Cidade de Lisboa:** Ameixoeira; Camarate; Campo Grande; Carnide; Charneca; Conceição (Nossa Senhora); Lumiar; Madalena; Mártires (Nossa Senhora); Mercês (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Catarina; Santa Engrácia; Santa Justa e Rufina; Santa Maria Maior de Lisboa; Santo André; Santo Estevão de Alfama; S. Cristóvão; S. Jorge de Arroios; S. José; S. Martinho; S. Miguel de Alfama; S. Sebastião da Pedreira; Socorro; **Concelho de Loures:** Bucelas; Santo Antão do Tojal, S. João da Talha; Unhos; **Concelho de Mafra:** Azueira, Enxara de Bispo; **Concelho de Odivelas:** Odivelas; **Concelho de Oeiras:** Oeiras; S. Julião da Barra; **Concelho de Sintra:** Almargem do Bispo; Belas; Colares; Sintra (S. Martinho); Sintra (S. Pedro de Penaferrim); **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Sapataria; **Concelho de Torres Vedras:** Dois Portos; Runa; Torres Vedras (Santa Maria); Torres Vedras (S. Pedro); Torres Vedras (S. Tiago); Turcifal; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Povos; Vialonga;

Paraíso, Nossa Senhora do
Cidade de Lisboa: Santa Engrácia;

Passos, Nossa Senhora dos
Concelho de Alenquer: Vila Verde de Francos;

Paulo, S.
Concelho de Azambuja: Azambuja; S. Paulo; **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal; Unhos; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Pedro);

Paz, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: S. Tomé;

Pedro, S.
Concelho de Alenquer: Alenquer (S. Pedro); Ventosa; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arruda dos Vinhos; Cardosas; **Concelho de Azambuja:** Azambuja; Vila Nova de S. Pedro da Arrifana; **Concelho de Cascais:** Nossa Senhora da Assunção da vila de Cascais; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Charneca; Conceição (Nossa Senhora); Lumiar; Santos-o-Velho; S. Sebastião da Pedreira; **Concelho de Loures:** Bucelas; Fanhões; Frielas; Lousa; S. João da Talha; Unhos; **Concelho de Mafra:** Ericeira; **Concelho de Oeiras:** Barcarena; Carnaxide; **Concelho de Sintra:** Almargem do Bispo; Sintra (S. Pedro de Penaferrim); **Concelho de Torres Vedras:** Dois Portos; Torres Vedras (S. Pedro); S. Pedro da Cadeira; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra; Alverca do Alentejo; Cachoeiras; Cachoeiras; Granja de Alpriate; Vila Franca de Xira;

Pedro, Advíncula, S.
Concelho do Cadaval: Vermelha do Cadaval;

Pedro, apóstolo, S.
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora); **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal; **Concelho de Mafra:** Azueira; **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Santo Quintino;

Pedro Gonçalves, S.
Cidade de Lisboa: Santo Estevão de Alfama; S. Miguel de Alfama;

Pedro, o Velho, S.
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

Pedro, Príncipe dos Apóstolos, S.
Cidade de Lisboa: Ameixoeira;

Piedade, Nossa Senhora da
Concelho de Alenquer: Aldeia Galega; Aldeia Gavinha; Alenquer (Nossa Senhora da Assunção); Atouguia das Cabras; Espeçandeira; Ota; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arruda dos Vinhos; **Cidade de Lisboa:** Ameixoeira; Conceição (Nossa Senhora); Mártires (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Maria Maior de Lisboa; Santos-o-Velho; S. Lourenço; S. Martinho; S. Paulo; S. Sebastião da Pedreira; **Concelho de Loures:** Bucelas; S. João da Talha; Unhos; **Concelho de Oeiras:** Oeiras; **Concelho de Sintra:** Almargem do Bispo; **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Santo Quintino; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago); Turcifal;

Pilar, Nossa Senhora do
Cidade de Lisboa: S. Vicente de Fora;

Prazeres, Nossa Senhora dos/ Senhora dos Prazeres
Concelho de Alenquer: Aldeia Galega; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arruda dos Vinhos; **Cidade de Lisboa:** S. Cristóvão; **Concelho de Odivelas:** Santo Adrião;

Pureza, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: S. Vicente de Fora;

Purificação, Nossa Senhora da
Concelho de Alenquer: Alenquer (Santa Maria da Várzea); **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Santiago dos Velhos; **Concelho de Azambuja:** Alcoentre; Aveiras de Cima; Vila Nova de S. Pedro da Arrifana; **Cidade de Lisboa:** Carnide; Charneca; Santa Marinha do Outeiro; **Concelho de Loures:** Bucelas; Camarate; Sacavém; São Julião do Tojal; **Concelho de Oeiras:** Oeiras; **Concelho de Sintra:** Montelavar; **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Sapataria; **Concelho de Torres Vedras:** Ventosa; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Sobral; Cachoeiras;

Quintino, S.
Concelho de Sobral de Monte Agraço: Santo Quintino;

Quitéria, Santa
Concelho de Sintra: Terrugem;

Rafael, S.
Cidade de Lisboa: Conceição (Nossa Senhora);

Reis, Adoração dos
Concelho de Torres Vedras: Torres Vedras (Santa Maria);

Remédios, Nossa Senhora dos
Concelho de Cascais: Ressurreição da vila de Cascais; Carcavelos (Nossa Senhora dos Remédios); **Cidade de Lisboa:** Conceição (Nossa Senhora); **Concelho de Lourinhã:** Reguengo Grande;

Rita, Santa
Cidade de Lisboa: Madalena;

Rogativas, Senhora das
Concelho de Odivelas: Santo Adrião;

Romão, S.
Concelho de Oeiras: Carnaxide;

Roque, S.
Cidade de Lisboa: Benfica (Nossa Senhora do Amparo);

Rosa, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Ameixoeira;

Rosa de Lima, Santa
Cidade de Lisboa: S. Sebastião da Pedreira;

Rosário, Nossa Senhora do / Senhora do Rosário
Concelho de Alenquer: Aldeia Galega; Alenquer (Santo Estevão); Atouguia das Cabras; Cadafais; Carnota; Ota; Ventosa; Vila Verde dos Francos; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arranhó; Arruda dos Vinhos; **Concelho de Azambuja:** Alcoentre; Aveiras de Baixo; Azambuja; Vila Nova de S. Pedro da Arrifana; **Concelho de Cadaval:** Cadaval; Figueiros; Lamas; **Concelho de Cascais:** Alcabideche; Carcavelos (Nossa Senhora dos Remédios); **Cidade de Lisboa:** Campo Grande; Carnide; Charneca; Conceição (Nossa Senhora); Lumiar; Madalena; Santa Justa e Rufina; Santa Marinha do Outeiro; S. Miguel de Alfama; **Concelho de Loures:** Apelação; Bucelas; Camarate; Fanhões; Frielas; Loures; Lousa; Sacavém; Santa Iria da Azóia; Santo Antão do Tojal; S. João da Talha; São Julião do Tojal; Unhos; **Concelho de Lourinhã:** Francos; Moita dos Ferreiros; Reguengo Grande; S. Bartolomeu dos Galegos; **Concelho de Mafra:** Alcainça; Azueira; Cheleiros; Enxara do Bispo; Ericeira; Fanga da Fé; Igreja Nova; Mafra (Santo André); Mafra (Santo Isidoro); Santo Estêvão das Galés; Sobral da Abilheira; **Concelho de Odivelas:** Santo Adrião; **Concelho de Oeiras:** Barcarena; Carnaxide; Oeiras; **Concelho de Sintra:** Almargem do Bispo; Sintra (S. Martinho); Terrugem; **Concelho de Torres Vedras:** A dos Cunhados; Carmões; Carvoeira; Dois Portos; Freiria; Ponte de Rol; Ventosa; S. Pedro da Cadeira; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra; Cachoeiras; Calhandriz; Castanheiras; São João dos Montes; Sobral; Vialonga;

Rufina, Santa
Cidade de Lisboa: Santa Justa e Rufina;

Sacramento, Santíssimo / Sacrário / Santíssimo
Concelho de Alenquer: Aldeia Galega; Aldeia Gavinha; Cabanas de Torres; Cadafais; Ota; Vila Verde dos Francos; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Arruda dos Vinhos; Cardosas; **Concelho de Azambuja:** Aveiras de Cima; Azambuja; **Concelho de Cadaval:** Cadaval; Peral; Vilar; **Concelho de Cascais:** Ressurreição da vila de Cascais; **Cidade de Lisboa:** Ameixoeira; An-

jos (Nossa Senhora); Charneca; Conceição (Nossa Senhora); Lumiar; Madalena; Mártires (Nossa Senhora); Mercês (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Catarina; Santa Engrácia; Santa Justa e Rufina; Santo André; Santo Estevão de Alfama; S. Cristóvão; S. Jorge de Arroios; S. José; S. Lourenço; S. Martinho; S. Miguel de Alfama; S. Nicolau; S. Paulo; São Salvador; S. Sebastião da Pedreira; S. Tomé; S. Vicente de Fora; **Concelho de Loures:** Apelação; Bucelas; Frielas; Lousa; Sacavém; Santo Antão do Tojal; Unhos; **Concelho de Lourinhã:** Reguengo Grande; **Concelho de Mafra:** Azueira; Ericeira; Gradil; Igreja Nova; Mafra (Santo Isidoro); **Concelho de Odivelas:** Odivelas; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide; S. Julião da Barra; **Concelho de Sintra:** Colares; **Concelho de Torres Vedras:** A dos Cunhados; Dois Portos; Runa; Torres Vedras (Santa Maria); Torres Vedras (S. Tiago); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Alhandra; Alverca do Ribatejo; Cachoeiras; Castanheiras; Granja de Alpriate; Povos;

Salvação, Nossa Senhora da / Senhora da Salvação
Concelho de Arruda dos Vinhos: Arruda dos Vinhos; **Cidade de Lisboa:** Santa Engrácia;

Salvador, Rei Salvador / O Salvador do Mundo / Salvador
Cidade de Lisboa: São Salvador; **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Sobral de Monte Agraço; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (Santa Maria); **Concelho de Vila Franca de Xira:** Granja de Alpriate;

Sant'Ana
Concelho de Alenquer: Aldeia Galega; Alenquer (S. Pedro); Carnota; Vila Verde dos Francos; **Cidade de Lisboa:** Charneca; Conceição (Nossa Senhora); Madalena; Sacramento; Santa Maria Maior de Lisboa; S. Lourenço; S. Miguel de Alfama; **Concelho de Torres Vedras:** Ponte de Rol; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Vialonga;

Santiago Maior
Concelho de Loures: Camarate;

Saturnino, S.
Concelho de Loures: Fanhões;

Saúde, Nossa Senhora da
Concelho de Arruda dos Vinhos: Cardosas; **Cidade de Lisboa:** S. Sebastião da Pedreira; **Concelho de Sintra:** S. João de Lampas;

Sebastião, S.
Concelho de Alenquer: Alenquer (Nossa Senhora da Assunção); Cabanas de Torres; Cadafais; Espeçandeira; Olhalvo; Ota; Ventosa; Vila Verde dos Francos; **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Cardosas; **Concelho de Azambuja:** Alcoentre; Vila Nova da Rainha; **Concelho de Cadaval:** Peral; Pero Moniz; **Concelho de Cascais:** Alcabideche; **Cidade de Lisboa:** Anjos (Nossa Senhora); Campo Grande; Conceição (Nossa Senhora); Madalena; Mercês (Nossa Senhora); Sacramento; Santa Catarina; Santa Justa e Rufina; Santa Maria Maior de Lisboa; Santo Estevão de Alfama; Santos-o-Velho; S. Cristóvão; S. Miguel de Alfama; S. Sebastião da Pedreira; S. Vicente de Fora; **Concelho de Loures:** Apelação; Camarate; Lousa; **Concelho de Lourinhã:** Moita dos Ferreiros; Reguengo Grande; S. Bartolomeu dos Galegos; **Concelho de Mafra:** Azueira; Enxara de Bispo; Ericeira; Mafra (Santo André); Reguengo da Carvoeira; Santo Estêvão das Galés; Sobral da Abilheira; **Concelho de Odivelas:** Santo Adrião; **Concelho de Oeiras:** Carnaxide; Oeiras; **Concelho de Sintra:** S. João de Lampas; **Concelho de Sobral de Monte Agraço:** Sobral de Monte Agraço; **Concelho de Torres Vedras:** A dos Cunhados; Dois Portos; Freiria; Ponte de Rol; Torres Vedras (S. Tiago); Turcifal; Ventosa; Torres Vedras (S. Pedro); S. Pedro da Cadeira; **Concelho de Vila Franca de Xira:** Cachoeiras;

Senhor Jesus das Mercês
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

Senhora, Nossa
Concelho de Alenquer: Pereiro de Palhacana; **Cidade de Lisboa:** Carnide; Sacramento; Santa Catarina; Santa Maria Maior de Lisboa; S. Cristóvão; S. Jorge de Arroios; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago);

Senhorinha, Santa
Cidade de Lisboa: Santa Engrácia;

Sete Dores, Nossa Senhora das
Cidade de Lisboa: Santa Maria Maior de Lisboa;

Silvestre, S.
Concelho de Loures: Unhos; **Concelho de Mafra:** Alcainça; Gradil;

Simão, S.
Concelho de Cadaval: Vermelha do Cadaval; **Cidade de Lisboa:** Madalena; Santa Justa e Rufina;

Socorro, Nossa Senhora do
Cidade de Lisboa: Socorro; **Concelho de Loures:** Loures;

Soledade, Nossa Senhora da
Concelho de Alenquer: Aldeia Galega; **Cidade de Lisboa:** Charneca; S. Sebastião da Pedreira; S. Tomé; **Concelho de Sintra:** Sintra (S. Martinho);

Teotónio, S.
Cidade de Lisboa: S. Vicente de Fora;
Terço, Nossa Senhora do
Concelho de Loures: Fanhões;

Teresa, Santa
Cidade de Lisboa: Madalena; Santo Estevão de Alfama;

Tiago, S.
Concelho de Arruda dos Vinhos: Santiago dos Velhos; **Concelho de Cascais:** Ressurreição da vila de Cascais; **Cidade de Lisboa:** S. Vicente de Fora;

Tiago Maior, S.
Concelho de Alenquer: Alenquer (S. Tiago); **Cidade de Lisboa:** Santiago; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Tiago);

Tomás de Aquino, S.
Cidade de Lisboa: S. Lourenço;

Tomé, S.
Concelho de Cadaval: Lamas; **Cidade de Lisboa:** S. Tomé;

Tomé, apóstolo, S.
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

Três Reis Magos
Cidade de Lisboa: Campo Grande;

Trindade, Santíssima
Cidade de Lisboa: Santa Maria Maior de Lisboa; **Concelho de Torres Vedras:** Torres Vedras (S. Pedro);

Tude, S.
Cidade de Lisboa: Madalena;

Úrsula, Santa
Cidade de Lisboa: S. Vicente de Fora;

Veríssimo Lisbonense, S.
Cidade de Lisboa: Santos-o-Velho;

Vicente, S.
Concelho de Cadaval: Cercal; **Concelho de Cascais:** Alcabideche; **Cidade de Lisboa:** S. Vicente de Fora; **Concelho de Sintra:** Colares;

Vicente, mártir, S.
Concelho de Vila Franca de Xira: Vila Franca de Xira;

Vida, Nossa Senhora da
Cidade de Lisboa: Santo André;

Vida e Morte de Cristo
Concelho de Loures: Camarate;

Virgem do Amor Divino
Cidade de Lisboa: Mercês (Nossa Senhora);

Virtudes, Nossa Senhora das
Concelho de Alenquer: Ventosa; **Concelho de Torres Vedras:** Ventosa;

Visitação, Nossa Senhora da / Visitação de Nossa Senhora
Concelho de Cadaval: Cercal; **Concelho de Loures:** Santo Antão do Tojal;

Vitória, Santa
Cidade de Lisboa: S. Lourenço;

DISTRITO DE SETÚBAL

Dedicações e devoções (por paróquias e concelhos)

CONCELHO DE ALCÁCER DO SAL

Alcácer do Sal (Santa Maria) (7 altares): • Santo Estevão, São José; • Nª S.ª do Rosário, Sta. Mª do Castelo; • s/ref.ª; • Menino Jesus; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;
Alcácer do Sal (S. Tiago) (3 altares): • S. Tiago, Sto. Agostinho, S. Francisco Xavier, S. Pedro de Alcântara; • Nª Sª do Monte do Carmo, Nª S.ª dos Remédios; • s/ref.ª; •Menino Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;
Monte (3 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª do Monte, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;
Montevil (3 altares): • S. Pedro, Sto. António, S. Sebastião; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Cristo Crucificado (Sr. da Pobreza); • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;
Palma (5 altares): • S. João Baptista, S. Miguel, S. José; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santo Cristo; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;
Santa Susana (3 altares): • s/ref.ª; • Nª S.ª do Rosário; • Sta Susana; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;
S. Martinho (3 altares): • S. Martinho; • [Nª S.ª do Rosário]; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;
S. Romão do Rio Sado (3 altares): • S. Romão, S. Pedro; • Nª Senhora do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;
Sítimos (3 altares): • S. Simão, S. Judas; • s/ref.ª; • Sta. Catarina de Alexandria; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Torrão (10 altares): • Sto. António, Sto. Amaro (com quadros de pintura antiga), S. Domingos; • Nª Sª da Assunção, Nª Sª da Vitória de Francos, Nª Sª do Rosário, Nª Sª dos Remédios; • Sta. Catarina; • Nome de Jesus; • Senhor dos Passos; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Vale dos Reis (3 altares): • Sto. António; • Nª Sª dos Reis, Nª Sª do Rosário; • Sta. Bárbara; • s/ref.ª; • s/ ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª.

CONCELHO DE ALCOCHETE

Alcochete (8 altares): • S. João Baptista, Sto. André, o apóstolo, S. Miguel, Sto. António, S. Vicente, S. Pedro, S. Sebastião, Sto. Amaro, S. Francisco; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª do Rosário, Nª Sª Monte Carmo, Nª Sª da Piedade, Nª Sª da Soledade, Nª Sª Madre de Deus; • Sta Luzia, Sta Catarina; • s/ref.ª; • Chagas de Nosso Senhor; •Santíssimo Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Samouco (3 altares): • S. Brás, Sto. António, S. Pedro, S. João, evangelista; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Ceia do Senhor (Painel); • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE ALMADA

Almada (S. Tiago) (6 altares). Reedificada pós Terramoto: • S. Tiago, S. João Baptista, S. Miguel, o Anjo, S. Francisco Xavier, S. João, Evangelista; • Nª Sª da Conceição, Nª Sª Oliveira, Nª Sª da Soledade; • Sant'Ana; • s/ref.ª; • Senhor morto, Senhor crucificado; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Almada (Nª Sª da Assunção) Arruinada e demolida com o Terramoto: • s/ref.ª; • Nª Sª da Assunção; • s/ ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Costa da Caparica Arruinada e demolida com o Terramoto: • S. Miguel Arcanjo, Sto. Amaro, Sto. António, S. Sebastião; • Nª Sª do Monte, Nª Sª do Rosário; • s/ ref.ª; • Nome de Jesus; • Santo Cristo, Senhor dos Passos; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; (A igreja que se está fazendo. Estes são os altares que há-de ter).

CONCELHO DO BARREIRO

Barreiro (5 altares): • S. Lourenço; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª dos Prazeres; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santa Cruz, Santo Lenho (relíquia), Senhor dos Passos; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Coina (3 altares. Com mais dois altares colaterais que o Terramoto destruiu): • s/ref.ª; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Piedade; • s/ref.ª; • Transfiguração de Cristo, o Salvador do Mundo; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ ref.ª; • s/ref.ª;

Lavradio (4 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Salvação; • Sta Margarida; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santíssimo Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Palhais (4 altares): • S. Sebastião; • Nª Sª da Graça, Nª Sª do Rosário, Nª Sª da Soledade; • s/ref.ª; • s/ ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Telha (4 altares): •Sto. André, S. Pedro; • Nª Sª da Piedade, Nª Sª do Rosário; • St'Ana; • Senhor Jesus dos Aflitos; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE GRÂNDOLA

Azinheira dos Bairros (5 altares): • S. João; • Nª Sª da Conceição Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Meninos Jesus; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Grândola (Memória breve): • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Melides (5 altares): • S. Pedro, S. Luís, Sto. António; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Sadão (Sta. Margarida) (3 altares): • s/ref.ª; • Nª Sª do Rosário, Nª Sª dos Remédios; • Sta. Margarida; • s/ ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª;

Sta Margarida da Serra (5 altares): • S. José, S. João Baptista, S. Luís, Bispo; • Nª Sª Rosário, Nª Sª da Saúde; • Sta Margarida, Sta Luzia; • Menino Jesus; • s/ref.ª; • Não tem sacrário, porque nem tem renda, nem povo junto; • Almas.

CONCELHO DA MOITA

Alhos Vedros (8 capelas ou altares): • S. Lourenço, S. Pedro, S. João Baptista, Sto. António, Sto. Estevão, S. Sebastião; • Nª Sª da Piedade, Nª Sª dos Anjos, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; s/ref.ª; s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Moita (Hoje só 2 altares): • S. João, S. Miguel, S. Pedro; • Nª Sª da Boa Viagem, Nª Sº da Atalaia; • Sta Catarina; • s/ref.ª; • Senhor dos Passos; • SSmo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª.

CONCELHO DO MONTIJO

Canha (5 altares): • Santo António, S. Miguel; • Nª Sª da Oliveira, Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • Espírito Santo; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Santíssimo/Sacrário; • s/ref.ª.

CONCELHO DE PALMELA

Marateca (3 altares): • S. Pedro; • Nª Sª do Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas; • s/ref.ª;

Palmela (Santa Maria do Castelo) (7 altares): • Sto. António, S. Nicolau, S. Benedito; • Nª Sª da Piedade; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo Sacramento; • Almas; • (Igreja demolida passou para capela);

Palmela, S. Pedro (7 altares): • S. Pedro, Sto. Amaro, Sto. António, S. José; • Nª Sª da Vitória, Nª Senhora; • s/ ref.ª; • Jesus; • Senhor dos Passos; • SSmo. Sacramento; • s/ref.ª; • s/ref.ª.

CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM

Abela (5 altares): • S. Pedro, S. Sebastião, S. João Baptista, Sto. António; • Nª Sª Assunção, Nª Sª Conceição, Nª Sª Graça, Nª Sª Rosário, Nª Sª Candeias; • Sta Luzia; • Menino Jesus; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • Almas (quadro); • s/ref.ª;

Alvalade (6 altares): • S. Tiago, Sto. António, S. Marcos, Evangelista; • Nª Sª Conceição, Nª Sª Rosário; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • s/ref.ª; • SSmo. Sacramento; • Almas; • s/ref.ª;

Cercal (7 altares): • S. Miguel, S^to. António, S. Sebastião, S. Marcos; • N^a S^a Conceição, N^a S^a Rosário; • s/ref.^a; • Menino Jesus; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • Almas; • s/ref.^a;

Roxo (4 altares): • S. Pedro, S^to. António, S. João, S. Miguel, arcanjo (em painel); • N^a Senhora do Roxo, N^a S^a da Conceição, N^a S^a do Rosário; • Sant'Ana; • s/ ref.^a; • Santo Crucifixo; • s/ref.^a; • Almas; • s/ref.^a;

S^ta. Cruz (s/ref.^a): • S^to. António, S. José; • N^a S^a Rosário; • S^ta Teresa; • Menino Jesus; • Santa Cruz (com crucifixo); • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a;

Santiago do Cacém (6 altares): • Santiago, S. José; • N^a S^a Conceição, N^a S^a Rosário; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • Santo Lenho; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.^a; • s/ref.^a;

S^to. André (3 altares): • S^to. André, apóstolo, S. Giraldo; • N^a S^a do Rosário; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ ref.^a; • Almas (painel); • s/ref.^a;

S. Domingos do Cacém (3 altares): • S. Domingos, S. Sebastião, S. Pedro, S^to. António, S. Miguel, S. João; • N^a S^a Conceição, N^a S^a Rosário; • s/ref.^a; • Menino Jesus; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • Almas (frontal das Almas pintado); • s/ref.^a;

S. Bartolomeu da Serra (3 altares): • S. Bartolomeu; • N^a S^a do Rosário; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ ref.^a; • Almas; • s/ref.^a.

S. Francisco da Serra (3 altares) • S. Francisco; N^o Sra. do Rosário; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • Almas; • s/ref.^a.

Vale de S. Tiago do Cacém (5 altares) • s/ref.^a; • N^a Sra da Luz; • N^a Sra do Rosário; • N^a Sra. da Encarnação; • Sta Catarina; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; •Almas; • s/ref.^a.

CONCELHO DO SEIXAL

Amora (3 altares): • S. Miguel, S. Pedro; • N^a S^a do Monte Sião, N^a S^a do Rosário, N^a S^a da Soledade; • s/ref.^a; • s/ref.^a;• Jesus Crucificado-Senhor da Salvação, Senhor dos Passos, Ecce Homo, Senhor Morto; • s/ref.^a; • Almas; • s/ref.^a;

Arrentela (7 altares): • S. Pedro, S^to. André, S^to. Amaro, S. Brás, S. João, Evangelista, S. Miguel, S^to. António, S. Sebastião, S. Bento, S. Roque; • N^a S^a da Consolação, N^a S^a da Soledade, N^a S^a do Rosário; • Sant'Ana, S^ta. Maria Madalena, S^ta. Catarina; • s/ref.^a; • Senhor Jesus Morto; • Santíssimo Sacramento; • s/ref.^a; • s/ref.^a;

Corroios (3 altares): • s/ref.^a; • N^a S^a da Graça, N^a S^a do Bom Despacho, N^a S^a das Angústias; • s/ref.^a; • s/ ref.^a; • s/ref.^a; • SS^mo Sacramento; • s/ref.^a; • s/ref.^a;

Seixal (5 altares): • S. José, S. Pedro; • N^a S^a da Conceição; • Sant´Ana; • s/ref.^a; • Senhor Crucificado, Senhor dos Mareantes; • s/ref.^a; • Almas; • s/ref.^a.

CONCELHO DE SESIMBRA

Sesimbra (S. Tiago) (7 altares): • Santiago (painel), S^to. António; • N^a S^a da Conceição, N^a S^a da Boa Viagem, N^a S^a da Saúde, N^a S^a de Guadalupe; • s/ref.^a; • s/ ref.^a; • s/ref.^a; • SS^mo. Sacramento; • Almas; • s/ref.^a;

Sesimbra (N^a S^a da Consolação do Castelo) (7 altares): • S. Sebastião, S. Pedro, S. João; • N^a S^a da Consolação, N^a S^a das Candeias, N^a S^a da Conceição, N^a S^a Mãe dos Homens; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a.

CONCELHO DE SETÚBAL

S. Lourenço (3 altares): • S. Lourenço (Vida de S. Lourenço em dois quadros), S. Francisco, S. João, S^to. António, S. Miguel, Anjo, S^to. André; • N^a S^a da Conceição; • S^ta. Isabel, S^ta Luzia; • s/ref.^a; • Ceia do Senhor (Painel), Cristo Crucificado; • Santíssimo Sacramento (pintura no teto da abóbada); • s/ref.^a;

S. Simão (5 altares): • S. Simão, S. Miguel, S. João Baptista, S^to. António; • N^a S^a da Saúde; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • Cristo Crucificado-Senhor Jesus dos Esquecidos; • SS^mo Sacramento; • Almas; • Espírito Santo;

Setúbal (Anunciada) (3 altares na ermida de N^a S^a da Saúde, que serve de paróquia): • S^to. Antão; • N^a S^a da Anunciada, N^a S^a da Saúde; • s/ref.^a; • Senhor dos Aflitos; • s/ref.^a; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.^a;

Setúbal (S^ta. Maria da Graça) (7 altares): • S. Joaquim, S^to. André, Corpo Santo; • N^a S^a da Graça, N^a S^a da Conceição, N^a S^a do Bom Sucesso; • Sant' Ana; • s/ ref.^a; • s/ref.^a; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.^a;

Setúbal (S. Julião) (9 altares): • S. Julião, S. Jorge; • N^a S^a da Piedade, N^a S^a das Candeias, N^a S^a da Boa Viagem, N^a S^a dos Remédios, N^a S^a do Parto; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • SS^mo. Sacramento; • Almas;

Setúbal (S. Sebastião) (5 altares): • S. Sebastião, S. Tiago, S. Lourenço, S^to. António; • N^a S^a da Esperança; • S^ta. Catarina, Sant'Ana; • s/ref.^a; • Senhor das Chagas; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.^a;

N^a S^a da Ajuda (5 altares): • S^to. António, S^to. Amaro; • N^a S^a da Ajuda, N^a S^a do Rosário; • S^ta. Luzia; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a; • s/ref.^a.

CONCELHO DE SINES

Sines (7 altares): • S. Luís, bispo, S. João Baptista. S. Fr. Pedro Gonçalves ou Corpo Santo; • N^a S^a da Conceição, N^a S^a do Rosário; • s/ref.^a; • O Salvador; • SS^mo. Sacramento; • s/ref.^a; • Santas Almas; • s/ref.^a.

Dedicações e devoções (por conjuntos de devoções)

Aflitos, Senhor dos
Concelho de Setúbal: Setúbal (Anunciada);

Agostinho, Santo
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (S. Tiago);

Ajuda, Nossa Senhora da
Concelho de Setúbal: Nossa Senhora da Ajuda;

Almas / Santas Almas
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (Santa Maria); Monte; Santa Susana; S. Martinho; Torrão; Vale dos Reis; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; **Concelho do Barreiro:** Lavradio; **Concelho de Grândola:** Azinheira dos Bairros; Melides; Santa Margarida da Serra; **Concelho de Moita:** Alhos Vedros; Moita; **Concelho de Palmela:** Marateca; Palmela (Santa Maria do Castelo); **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; Alvalade; Cercal; Roxo; Santo André; S. Domingos do Cacém; S. Bartolomeu da Serra; S. Francisco da Serra; Vale de S. Tiago do Cacém; **Concelho de Seixal:** Amora; Seixal; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (S. Tiago); **Concelho de Setúbal:** S. Simão; Setúbal (S. Julião); **Concelho de Sines:** Sines;

Amaro, Santo
Concelho de Alcácer do Sal: Torrão; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; **Concelho de Almada:** Costa da Caparica; **Concelho de Palmela:** Palmela, S. Pedro; **Concelho de Seixal:** Arrentela; **Concelho de Setúbal:** Nossa Senhora da Ajuda;

André, Santo/Santo André, o Apóstolo
Concelho de Alcochete: Alcochete; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Santo André; **Concelho de Seixal:** Arrentela; **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço; Setúbal (Santa Maria da Graça);

Angústias, Nossa Senhora das
Concelho de Seixal: Corroios;

Anjos, Nossa Senhora dos
Concelho de Moita: Alhos Vedros;

Antão, Santo
Concelho de Setúbal: Setúbal (Anunciada);

António, Santo
Concelho de Alcácer do Sal: Montevil; Torrão; Vale dos Reis; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; Samouco; **Concelho de Almada:** Costa da Caparica; **Concelho de Barreiro:** Telha; **Concelho de Grândola:** Azinheira dos Bairros; **Concelho da Moita:** Alhos Vedros; **Concelho de Montijo:** Canha; **Concelho de Palmela:** Palmela (Santa Maria do Castelo); Palmela, S. Pedro; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; Alvalade; Cercal; Roxo; Santa Cruz; S. Domingos do Cacém; **Concelho de Seixal:** Arrentela; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (S. Tiago); **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço; S. Simão; Setúbal (S. Sebastião); Nossa Senhora da Ajuda;

Anunciada, Nossa Senhora da
Concelho de Setúbal: Setúbal (Anunciada);

Assunção, Nossa Senhora da
Concelho de Alcácer do Sal: Torrão; **Concelho de Almada:** Almada (Nossa Senhora da Assunção); **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela;

Atalaia, Nossa Senhora da
Concelho da Moita: Moita;

Bárbara, Santa
Concelho de Alcácer do Sal: Vale dos Reis;

Bartolomeu, S.
Concelho de S. Tiago do Cacém: S. Bartolomeu da Serra;

Benedito, S.
Concelho de Palmela: Palmela (Santa Maria do Castelo);

Bento, S.
Concelho de Seixal: Arrentela;

Boa Viagem, Nossa Senhora da
Concelho da Moita: Moita; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (S. Tiago); **Concelho de Setúbal:** Setúbal (S. Julião);

Bom Despacho, Nossa Senhora do
Concelho de Seixal: Corroios;

Bom Sucesso, Nosso Senhor do
Concelho de Setúbal: Setúbal (Santa Maria da Graça);

Brás, S.
Concelho de Alcochete: Samouco; **Concelho de Seixal:** Arrentela;

Candeias, Nossa Senhora das
Concelho de S. Tiago do Cacém: Abela; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (Nossa Senhora da Consolação do Castelo); **Concelho de Setúbal:** Setúbal (S. Julião);

Catarina, Santa
Concelho de Alcochete: Alcochete; **Concelho de Moita:** Moita; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Vale de S. Tiago; **Concelho de Seixal:** Arrentela; **Concelho de Setúbal:** Setúbal (S. Sebastião);

Catarina de Alexandria, Santa
Concelho de Alcácer do Sal: Sítimos;

Castelo, Santa Maria do
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (Santa Maria);

Chagas de Nosso Senhor
Concelho de Alcochete: Alcochete;

Conceição, Nossa Senhora da
Concelho de Alcochete: Alcochete; **Concelho de Almada:** Almada (S. Tiago); **Concelho de Grândola:** Azinheira dos Bairros; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; Alvalade; Cercal; Roxo; Santiago do Cacém; S. Domingos do Cacém; **Concelho de Seixal:** Seixal; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (S. Tiago); Sesimbra (Nossa Senhora da Consolação do Castelo); **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço; Setúbal (Santa Maria da Graça); **Concelho de Sines:** Sines;

Consolação, Nossa Senhora da
Concelho do Seixal: Arrentela; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (Nossa Senhora da Consolação do Castelo);

Corpo Santo/S. Fr. Pedro Gonçalves
Concelho de Setúbal: Setúbal (Santa Maria da Graça); **Concelho de Sines:** Sines;

Domingos, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Torrão; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** S. Domingos do Cacém;

Encarnação, Nossa Senhora da
Concelho de S. Tiago do Cacém: Vale de S. Tiago.

Esperança, Nossa Senhora da
Concelho de Setúbal: Setúbal (S. Sebastião);

Espírito Santo, Divino/Espírito Santo
Concelho do Montijo: Canha; **Concelho de Setúbal:** S. Simão;

Estevão, Santo
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (Santa Maria); **Concelho da Moita:** Alhos Vedros;

Francisco, S.
Concelho de Alcochete: Alcochete; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** S. Francisco da Serra; **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço;

Francisco Xavier, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (S. Tiago); **Concelho de Almada:** Almada (S. Tiago);

Giraldo, S.
Concelho de S. Tiago do Cacém: Santo André;

Graça, Nossa Senhora da
Concelho de Barreiro: Palhais; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; **Concelho de Seixal:** Corroios; **Concelho de Setúbal:** Setúbal (Santa Maria da Graça);

Guadalupe, Nossa Senhora de
Concelho de Sesimbra: Sesimbra (S. Tiago);

Isabel, Santa
Concelho de Setúbal: S. Lourenço;

Jesus dos Aflitos, Senhor
Concelho de Barreiro: Telha;

Jesus, Menino/Nome de Jesus
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (Santa Maria); Alcácer do Sal (S. Tiago); Torrão; **Concelho de Almada:** Costa da Caparica; **Concelho de Grândola:** Azinheira dos Bairros; Santa Margarida da Serra; **Concelho de Palmela:** Palmela, S. Pedro; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; Cercal; Santa Cruz; S. Domingos do Cacém;

João, S.
Concelho de Grândola: Azinheira dos Bairros; **Concelho da Moita:** Moita; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Roxo; S. Domingos do Cacém; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (Nossa Senhora da Consolação do Castelo); **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço;

João Baptista, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Palma; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; **Concelho de Almada:** Almada (S. Tiago); **Concelho de Grândola:** Santa Margarida da Serra; **Concelho da Moita:** Alhos Vedros; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; **Concelho de Setúbal:** S. Simão; **Concelho de Sines:** Sines;

João Evangelista, S.
Concelho de Alcochete: Samouco; **Concelho de Almada:** Almada (S. Tiago); **Concelho do Seixal:** Arrentela;

Joaquim, S.
Concelho de Setúbal: Setúbal (Santa Maria da Graça);

Jorge, S.
Concelho de Setúbal: Setúbal (S. Julião);

José, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (Santa Maria); Palma; **Concelho de Grândola:** Santa Margarida da Serra; **Concelho de Palmela:** Palmela, S. Pedro; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Santa Cruz; Santiago do Cacém; **Concelho de Seixal:** Seixal;

Judas, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Sítimos;

Julião, S.
Concelho de Setúbal: Setúbal (S. Julião);

Lourenço, S.
Concelho do Barreiro: Barreiro; **Concelho de Moita:** Alhos Vedros; **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço; Setúbal (S. Sebastião);

Luís, S.
Concelho de Grândola: Melides;

Luís, Bispo, S.
Concelho de Grândola: Santa Margarida da Serra; **Concelho de Sines:** Sines;

Luz, Nª Senhora da
Concelho de S. Tiago do Cacém: Vale de S. Tiago

Luzia, Santa
Concelho de Alcochete: Alcochete; **Concelho de Grândola:** Santa Margarida da Serra; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço; Nossa Senhora da Ajuda;

Madalena, Santa Maria
Concelho do Seixal: Arrentela;

Madre de Deus, Nossa Senhora
Concelho de Alcochete: Alcochete;

Mãe dos Homens, Nossa Senhora
Concelho de Sesimbra: Sesimbra (Nossa Senhora da Consolação do Castelo);

Marcos, S.
Concelho de S. Tiago do Cacém: Cercal;

Marcos, Evangelista, S.
Concelho de S. Tiago do Cacém: Alvalade;

Mareantes, Senhor dos
Concelho do Seixal: Seixal;

Margarida, Santa
Concelho de Barreiro: Lavradio; **Concelho de Grândola:** Sadão (Santa Margarida); Santa Margarida da Serra;

Martinho, S.
Concelho de Alcácer do Sal: S. Martinho;

Miguel, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Palma; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; **Concelho da Moita:** Moita; **Concelho de Montijo:** Canha; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Cercal; S. Domingos do Cacém; **Concelho do Seixal:** Amora; Arrentela; **Concelho de Setúbal:** S. Simão;

Miguel Arcanjo, S.
Concelho de Almada: Costa da Caparica; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Roxo;
Miguel, o Anjo, S.
Concelho de Almada: Almada (S. Tiago); **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço;

Monte, Nossa Senhora do
Concelho de Alcácer do Sal: Monte; **Concelho de Almada:** Costa da Caparica;

Monte do Carmo, Nossa Senhora do
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (S. Tiago); **Concelho de Alcochete:** Alcochete;

Monte Sião, Nossa Senhora do
Concelho do Seixal: Amora;

Nicolau, S.
Concelho de Palmela: Palmela (Santa Maria do Castelo);

Oliveira, Nossa Senhora da
Concelho de Almada: Almada (S. Tiago); **Concelho de Montijo:** Canha;

Paixão (Devoções da): Cristo, Cristo Crucificado / Crucifixo / Santo Cristo – Jesus Cristo / Jesus Crucificado – Ecce Homo - Senhor dos Passos / Passos da Paixão – Ceia do Senhor – Senhor Morto/ Senhor da Salvação / Senhor dos Esquecidos / Senhor da Pobreza / St.ª Cruz / Santo Lenho; Concelho de Almada: S. Tiago de Almada; Costa da Caparica; **Concelho de Alcochete:** Samouco; **Concelho de Alcácer do Sal:** Montevil; Palma; Torrão; **Concelho do Barreiro:** Barreiro; Coina; **Concelho da Moita:** Moita; **Concelho de Palmela:** S. Pedro da Palmela; **Concelho de Santiago de Cacém:** Roxo; Santa Cruz; Santiago do Cacém. **Concelho do Seixal:** Amora; Arrentela; Seixal; **Concelho de Setúbal:** S. Simão; S. Lourenço.

Parto, Nossa Senhora do
Concelho de Setúbal: Setúbal (S. Julião);

Pedro, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Montevil; S. Romão do Rio Sádão; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; Samouco; **Concelho do Barreiro:** Telha; **Concelho de Grândola:** Melides; **Concelho da Moita:** Alhos Vedros; Moita; **Concelho de Palmela:** Marateca; Palmela, S. Pedro; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; Roxo; S. Domingos do Cacém; **Concelho do Seixal:** Amora; Arrentela; Seixal; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (Nossa Senhora da Consolação do Castelo);

Pedro de Alcântara, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (S. Tiago);

Piedade, Nossa Senhora da
Concelho de Alcochete: Alcochete; **Concelho do Barreiro:** Coina; Telha; **Concelho da Moita:** Alhos Vedros; **Concelho de Palmela:** Palmela (Santa Maria do Castelo); **Concelho de Setúbal:** Setúbal (S. Julião);

Prazeres, Nossa Senhora dos
Concelho do Barreiro: Barreiro;

Reis, Nossa Senhora dos
Concelho de Alcácer do Sal: Vale dos Reis;

Remédios, Nossa Senhora dos
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (S. Tiago); Torrão; **Concelho de Grândola:** Sadão (Santa Margarida); **Concelho de Setúbal:** Setúbal (S. Julião);

Romão, S.
Concelho de Alcácer do Sal: S. Romão do Sado;

Roque, S.
Concelho do Seixal: Arrentela;

Rosário, Nossa Senhora do
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (Santa Maria); Monte; Montevil; Palma; Santa Susana; S. Martinho; S. Romão do Sado; Torrão; Vale dos Reis; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; Samouco; **Concelho de Almada:** Costa da Caparica; **Concelho do Barreiro:** Barreiro; Coina; Lavradio; Palhais; Telha; **Concelho de Grândola:** Azinheira dos Bairros; Melides; Sadão (Santa Margarida); Santa Margarida da Serra; **Concelho da Moita:** Alhos Vedros; **Concelho de Montijo:** Canha; **Concelho de Palmela:** Marateca; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; Alvalade; Roxo; Santa Cruz; Santiago do Cacém; Santo André; S. Domingos do Cacém; S. Bartolomeu da Serra; S. Francisco da Serra, Vale de S. Tiago; **Concelho do Seixal:** Amora; Arrentela; **Concelho de Setúbal:** Nossa Senhora da Ajuda; **Concelho de Sines:** Sines;

Roxo, Nossa Senhora do
Concelho de S. Tiago do Cacém: Roxo;

Sacramento, Santíssimo/Sacrário
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (Santa Maria); Palma; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; **Concelho de Almada:** Almada (S. Tiago); **Concelho do Barreiro:** Barreiro; Lavradio; Palhais; **Concelho de Grândola:** Azinheira dos Bairros; **Concelho da Moita:** Alhos Vedros; Moita; **Concelho de Montijo:** Canha; **Concelho de Palmela:** Palmela (Santa Maria do Castelo); Palmela, S. Pedro; **Concelho de Santiago do Cacém:** Alvalade; Santiago do Cacém; **Concelho de Seixal:** Arrentela; Corroios; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (S. Tiago); **Concelho de Setúbal:** S. Lourenço; S. Simão; Setúbal (Anunciada); Setúbal (Santa Maria da Graça); Setúbal (S. Julião); Setúbal (S. Sebastião); **Concelho de Sines:** Sines;

Salvação, Nossa Senhora da
Concelho de Barreiro: Lavradio;

Salvador, O
Concelho de Sines: Sines;
Sant'Ana
Concelho de Almada: Almada (S. Tiago); **Concelho do Barreiro:** Telha; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Roxo;

Saúde, Nossa Senhora da
Concelho de Grândola: Santa Margarida da Serra; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (S. Tiago); **Concelho de Setúbal:** S. Simão; Setúbal (Anunciada);

Sebastião, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Montevil; **Concelho de Alcochete:** Alcochete; **Concelho de Almada:** Costa da Caparica; **Concelho do Barreiro:** Palhais; **Concelho da Moita:** Alhos Vedros; **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Abela; Cercal; S. Domingos do Cacém; **Concelho do Seixal:** Arrentela; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (Nossa Senhora da Consolação do Castelo); **Concelho de Setúbal:** Setúbal (S. Sebastião);

Senhor da Chagas
Concelho de Setúbal: Setúbal (S. Sebastião);

Senhora, Nossa
Concelho de Palmela: Palmela, S. Pedro;

Simão, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Sítimos; **Concelho de Setúbal:** S. Simão;

Soledade, Nossa Senhora da
Concelho de Alcochete: Alcochete; **Concelho de Almada:** Almada (S. Tiago); **Concelho do Barreiro:** Palhais; **Concelho do Seixal:** Amora; Arrentela;

Susana, Santa
Concelho de Alcácer do Sal: Santa Susana;

Teresa, Santa
Concelho de S. Tiago do Cacém: Santa Cruz;

Tiago, S.
Concelho de Alcácer do Sal: Alcácer do Sal (S. Tiago); **Concelho de Almada:** Almada (S. Tiago); **Concelho de S. Tiago do Cacém:** Alvalade; S. Tiago do Cacém; **Concelho do Seixal:** Arrentela, Seixal; **Concelho de Sesimbra:** Sesimbra (S. Tiago); **Concelho de Setúbal:** Setúbal (S. Sebastião);

Vicente, S.
Concelho de Alcochete: Alcochete;

Vitória, Nossa Senhora da
Concelho de Palmela: Palmela, S. Pedro;

Vitória de Francos, Nossa Senhora da
Concelho de Alcácer do Sal: Torrão;

Insígnes por *Virtudes, Letras* ou *Armas*

Reúnem-se neste *Índice* os nomes próprios citados nas *Memórias Paroquiais de 1758.* Agregam-se a cada nome, todas as referências que lhe são feitas nos diversos textos, bem como as Memórias em que vão referidas. Nos nomes protocolares, pela sua repetição regular nos textos vão só referidos alguns lugares de citação. Para se atingir o inventário completo dos nomes próprios referidos nas Memórias, este *Roteiro* deve ser articulado a outros R*oteiros* que podem contribuir para recuperar alguns destes nomes designadamente ao *Roteiro* dos *Párocos redactores das Memórias Paroquiais* (...).

DISTRITO DE LISBOA

Abuna Marcos, deu ordens a D. João Bermudes quando este, depois de nomeado patriarca, foi mandado pelo imperador da Etiópia, por seu embaixador, a D. João III (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Adão Duarte, carpinteiro; exemplo de homem que tem o nome de Adão, por se usarem durante muito tempo em Cascais os nomes de Adão e Eva por veneração *aos primeiros pais do Paraiso*: Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Adão George, exemplo de homem que tem o nome de Adão, por se usarem durante muito tempo em Cascais os nomes de Adão e Eva por veneração *aos primeiros pais do Paraiso*: Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Adão Gonçalves, sapateiro; exemplo de homem que tem o nome de Adão, por se usarem durante muito tempo em Cascais os nomes de Adão e Eva por veneração *aos primeiros pais do Paraiso*: Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Adriano VI, papa; ao seu tempo foi sagrada a igreja de Runa pelo bispo D. Ambrósio (vide): Runa (Torres Vedras).

Adriano, imperador romano; mandou reedificar edifício conhecido por Vila Vedra, segundo inscrição em coluna: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Afonso (D.), arcebispo de Lisboa; filho do rei D. Manuel (vide); ao seu tempo foi sagrada a igreja de Runa pelo bispo D. Ambrósio (vide): Runa (Torres Vedras).

Afonso (D.), cardeal; frequentou Enxara do Bispo por ser quinta da Mitra: Enxara do Bispo (Mafra).

Afonso (D.), infante de Portugal; arcebispo de Lisboa; cardeal; em 1536 introduziu o Breviário Romano em todo o arcebispado de Lisboa; no seu tempo deu-se a demarcação das paróquias do arcebispado de Lisboa; prelado de Lisboa que, entre outros, mediou entre o arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) e D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide) e que o memorialista aponta para provar que as obras feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses foram de reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal, pois esta já existia o tempo de D. João Esteves de Azambuja, altura em que considera ter sido feita a escritura de Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Afonso (D.), marido de Dona Branca da Cunha (vide); filho do Infante D. João (vide); neto de D. João I (vide); pai de Dona Isabel da Cunha (vide): Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Afonso (D.), neto do Condestável D. Nuno Álvares Pereira (vide); ficou com a regalia de prover os priorados, vigairarias e benefícios nas igrejas de Sacavém e de Stª Maria de Ourém, na sequência da anexação decretada por Nicolau V (vide): Sacavém, (Loures).

Afonso Ginabel, foi administrador da ermida de S. José, no lugar da Chã e hoje é sua mulher, moradora na cidade de Lisboa: Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).

Afonso Alvelo, em 1336 deu-lhe D. Afonso IV (vide), bem como a sua mulher Domingas Domingues (vide) e a seu irmão Gil Alvelo (vide) e sua mulher Margarida Pascoal (vide), umas herdades que tinha junta da Mata da Ota, entre os lugares do Bairro e Atouguia: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Afonso Anes de Aregas, pai de João das Regras (vide), casado com Sentil Esteves (vide): Madalena (Lisboa).

Afonso Anes, tabelião do aforamento que Fernão de Anes (vide) fez da fazenda do Rocio em 1318, sendo almoxarife Domingos Pires (vide) e escrivão Pedro

Martins (vide), o que foi confirmado pelo rei D. Dinis (vide) em 1321: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Afonso da Silva, desembargador da Casa da Suplicação; proprietário da ermida de Stº António, situada na sua quinta do Pinheiro, onde há uma mina: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Afonso de Alfama (frei), padre doutor; *teve munta comunicação* com Nuno Álvares Pereira (vide) na fundação convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Afonso de Almeida (frei), vigário geral dos carmelitas em Portugal; escreveu-lhe Nuno Álvares Pereira para pedir que enviasse religiosos do Carmo de Moura para o convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Afonso de Barros Trovão, ilustre em Armas; *vallerozo*; natural de Arecena Grande: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Afonso de Portugal (D.), segundo conde de Vimioso; foi casado com Dona Luísa de Gusmão (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Afonso Esteves, o rei D. Fernando (vide) fez-lhe mercê de um casal na Telhada, termo de Mandigo em 1372 e do casal do Recio, na aberta da Redinha, junto do rio de Alenquer; em 1369 foi-lhe confirmado pelo rei D. Fernando (vide) a mercê que tinha de casais em Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Afonso Esteves, tabelião que em 11 de Janeiro de 1442 fez a escritura em que Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide) instituíram a capela da Senhora da Graça da igreja matriz de Santo Antão do Tojal, feita no palácio do arcebispo D. João (vide) e com a presença do chantre Gonçalo Domingues (vide), a quem puseram vários encargos e que o memorialista vai usar para argumentar que nesta altura já existia a igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Afonso Furtado de Mendonça, ilustre em Letras; deão da antiga Sé; chanceler do Reino; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Afonso Henriques (D.), rei de Portugal; no seu tempo foi fundada Alenquer por um fidalgo francês: Vila Verde dos Francos (Alenquer); fundou a igreja de Stª Maria: Sintra-Stª Maria (Sintra); julga-se ter fundado a igreja de Stª Mª Madalena: Madalena (Lisboa); fundou igreja de Nª Srª dos Mártires que lançou a primeira pedra em 21 de Novembro de 1147, tendo-a doado a D. Gilberto (vide): Mártires (Lisboa); quando entrou na vila de Alenquer, depois de a conquistar aos Mouros, fê-lo pela Porta do Carvalho, sobre a qual hoje está a ermida de Nª Srª da Conceição: Alenquer-Nª Srª da Várzea (Alenquer); deu título de Nª Srª da Vitória à ermida intitulada de Senhora dos Prazeres, na sequência da vitória alcançada contra os Mouros e que hoje serve de igreja paroquial: Sacavém, (Loures); nomeou D. Gilberto (vide) bispo de Lisboa: Santo Antão do Tojal (Loures); erigiu ermida de Nª Srª dos Mártires em memória de batalha que houve em Loures contra os Mouros e onde Miguel de Moura (vide) e sua mulher Dona Brites da Costa (vide) vão fundar o convento de Stª Clara e reforma de Stª Coleta: Sacavém: (Loures); doou aos padres de S. Vicente de Fora terra para nela fundarem um lugar que constasse de um certo número de vizinhos e que por produzir tojo se chamava Tojal; no seu tempo já havia o sítio da quinta de Pêro Viegas que foi um dos mais valerosos que o acompanhou na conquista da cidade de Lisboa: Santo Antão do Tojal (Loures); *santo rei*; quando em 1147 cercou a cidade de Lisboa foram em auxílio dos sitiados uns Mouros que viviam em Alenquer tendo estes sido derrotados junto a Sacavém; em 1149 mandou reparar e reedificar Alenquer depois de ter sido conquistada e arruinada; deu aos cónegos regulares de S. Vicente de Fora a quinta da Atamuia, no termo de Alenquer; depois da sua morte passou Alenquer para a posse da Coroa: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); trouxe para Lisboa, vindo do Cabo S. Vicente, o corpo de S. Vicente para onde o trouxeram os Valencianos *para nam vir à mão dos Sarracenos*: Santa Justa e Rufina (Lisboa); logo que conquistou Lisboa teve princípio a igreja de Stº Estêvão de Alfama (Lisboa).

Afonso II (D.), rei de Portugal; deu a capela de Stª Catarina para se fundar o convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa); no seu reinado foi achada a imagem de Nª Srª da Ameixoeira: Alenquer – S. Pedro (Alenquer); fundou o convento de S. Francisco, situado no limite da freguesia de Mártires, no que foi continuado por D. Manuel I (vide) e D. João III (vide): Mártires (Lisboa); a procissão da Candeia iniciou-se no seu reinado: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

Afonso III (D.), rei de Portugal; desde o seu tempo que Alenquer é cabeça de comarca de todas as terras das Rainhas de Portugal: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); deu Alenquer à rainha Dona Brites (vide), sua segunda esposa, cuja doação não aparece na Torre do Tombo; irmão de D. Sancho II (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); em 1305 fez doação dos dízimos do Alqueidão à igreja de Stº Estêvão de Alfama (Lisboa).

Afonso IV (D.), rei de Portugal; marido de Dona Brites (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); na quinta que pertenceu a Inácio Xavier Matoso (vide), a rainha Santa Isabel mandou colocar um padrão com letreiro em memória da pacificação que se fez entre si e seu pai D. Dinis (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); concedeu muitos privilégios às terras das suas capelas: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira); em 1332 deu a Estêvão Domingues (vide) um moinho na vila de Alenquer que vagara por morte de Francisco Pinto (vide); fez Conselho de Estado em Alenquer em 1334 sobre o casamento da Infanta Dona Constança (vide); em 1336 deu umas herdades que tinha junta da Mata da Ota, entre os lugares do Bairro e Atouguia, a Afonso Alvelo (vide) e sua mulher Domingas Domingues (vide) e a Gil Alvelo (vide) e sua mulher Margarida Pascoal (vide); doou Alenquer a sua nora, a Infanta Dona Constança (vide) em 1340: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); instituiu as capelas a que pertence o reguengo de Gradil; o seu provedor das capelas confirma o juiz e os três oficiais da câma-

ra: Gradil (Mafra); as suas capelas deram privilégios a Stº Estêvão das Galés (Mafra); aguarda confirmação de provedor de propriedade de terras de capelas suas, Paulo de Carvalho e Mendonça (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira); os privilégios das terras das suas capelas foram guardadas na forma da Ordenação por aviso de Diogo de Mendonça Corte Real (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Afonso Leitão ou de Alfama (frei), ilustre em Letras; mestre doutor; vigário geral; primeiro provincial da ordem do Carmo; frade do convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Afonso Lourenço, filho de Lourenço Martins (vide); administrador da ermida de Stª Catarina fundada por seu pai: Alenquer – S. Pedro (Alenquer); administrador da capela de Stª Catarina com a obrigação de pagar a quatro capelães que rezassem no coro e dissessem missa quotidiana pela alma de seu pai como fundador e de sua mulher, bem como a obrigação de pagar a um tesoureiro que cuidasse da dita capela: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

Afonso Nogueira (D.), prelado de Lisboa que, entre outros, mediou entre o arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) e D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide) e que o memorialista aponta para provar que as obras feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses Vasconcelos (vide) foram de reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal, pois esta já existia o tempo de D. João Esteves de Azambuja (vide), altura em que considera ter sido feita a escritura de Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Afonso Pires (D. frei), *illustrissimo*; bispo de Évora e *provincial primeiro desta provincia*; frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Afonso Saco (frei), guardião do convento de S. Francisco de Alenquer; nomeou como administrador da capela de Stª Catarina em 1433 a João Vaz ou Vasques (vide), por falta de descendência do instituidor: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

Afonso V (D.), rei de Portugal; irmão de D. Frei João Manuel (vide) a quem mandou por embaixador à Hungria e a Roma, tendo também sido do seu Conselho: Sacramento (Lisboa); pensou fundar o convento de Stª Maria de Jesus, que está situado num palácio de campo que lhe pertenceu; pai de Dona Joana (vide) e Dona Leonor (vide): Santa Engrácia (Lisboa); deu em troca o priorado de S. Tiago de Alenquer aos frades de Alcobaça pela igreja de S. Bartolomeu e Paul de Ota: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); confirmou a nomeação de João Vaz (vide), seu cavaleiro e secretário, para administrador da ermida de Stª Catarina em 15 de Setembro de 1455: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer); Alenquer – S. Pedro (Alenquer); filho de Dona Leonor de Aragão com quem partiu de Alenquer para as Cortes em 1439: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); foi capelão-mor do seu Conselho, D. frei João Manuel (vide): Sacramento (Lisboa).

Afonso VI (D.), rei de Portugal; deu início à construção do convento do Santo Crucifixo que fundou Dona Maria Sofia (sic, por Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia (vide): Santos-o-Velho (Lisboa); por sua mercê de 11 de Setembro de 1663 foi reedificada à custa da Fazenda Real a igreja de Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Agapito Colona (D.), bispo de Lisboa em 1511, ao tempo da desanexação paroquial de Camarate a Sacavém: Camarate (Loures); no seu tempo, o seu vigário geral, Guilherme Carbonel (vide) fez contrato e compromisso com os moradores de Sacavém para estabelecer igreja de Sacavém em 1511: Sacavém (Loures).

Agostinho Ferreira, proprietário do dízimo das terras que a igreja de S. Martinho possui em Leceia; filho de Maria Pedrosa (vide): S. Martinho (Lisboa).

Agostinho Henriques Falcão, proprietário de quinta de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Aires António da Silva, viveu na freguesia do Sacramento e nela foi baptizado bem como toda a sua família; floresceu em *nobreza antiquissima da sua caza mas também em doutissimas ciencias de Theologia e Filosofia, e em todo o genero de muzica peritissimo*; irmão de Rui da Silva (vide): Sacramento (Lisboa).

Aires de Saldanha e Albuquerque, *Preclarissimo*; proprietário da capela de S. Lourenço sita na sua quinta da Queijeira: Azambuja (Azambuja).

Aires Ferreira, fidalgo da Casa Real; à sua custa foi acrescentada à igreja, a casa da Misericórdia de Alenquer; filho de Diogo Ferreira (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Aires Martins, secretário da Puridade; D. Dinis (vide) e a rainha Santa Isabel (vide) doaram-lhe e a sua esposa Maria Esteves (vide) a igreja de Stº André (Lisboa).

Alegrete (marquês de), proprietário de quinta: Carmões (Torres Vedras); donatário de Runa (Torres Vedras).

Alexandre (D.), marido que foi de Dona Antónia de Resende (vide): Vialonga (Vila Franca de Xira).

Alexandre da Assumpção, padre, quinto vigário de S. Sebastião da Pedreira; faleceu em 14 de Agosto de 1751: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Alexandre de Gusmão (viúva de), na sua quinta está a ermida de Nª Srª do Rosário, sita no lugar de Ninha Velha: Carnaxide (Oeiras).

Alexandre José de Matos, capitão; administrador da ermida de Stº António, situada no lugar da Pera: Mafra (Mafra).

Alexandre VI, papa; por sua bula juntou-se ao priorado de Stº André *duas reçoens:* Stº André (Lisboa).

Allãoquer, governador maometano que está na origem etimológica de terras: Turcifal (Torres Vedras).

Almadas, proprietário da capela do Santo Cristo que existia na igreja de Stª Catarina; provedores da Casa da Índia: Santa Catarina (Lisboa).

Alonso (D.), conde de Gijon; tomou Cascais em 1373 a mando do rei de Castela D. Henrique (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Alorna (marquês de), comendador da ordem de Cristo; paga a côngrua do vigário de Loures (Loures); descendentes de D. Pedro de Almeida (vide) e sua mulher Dona Maria Coutinho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Alva (condessa de), herdeira de Roque Monteiro (vide): Sacramento (Lisboa).

Álvaro (D. frei), *illustrisimo* em Letras; bispo de Silves, frade do convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Álvaro (D.), quarto filho de D. Rodrigo de Castro (vide) e de Dona Leonor Teles de Meneses (vide); irmão de Dona Joana de Castro (vide) e de D. João de Castro (vide); neto de Álvaro Peres de Castro (vide); sucedeu a sua mãe no senhorio de Cadaval; marido de Dona Filipa de Melo (vide); pai de D. Rodrigo de Melo (vide): Cadaval (Cadaval).

Álvaro da Esperança (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Álvaro de Canto Contreiras, de família ilustre de Povos (Vila Franca de Xira).

Álvaro de Castro (D.), primeiro conde de Monsanto; camareiro-mor e *grande privado* de D. Afonso V (vide); marido de Dona Isabel da Cunha (vide); pai de Dona Joana de Castro (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Álvaro de Castro (frei), ilustre; irmão da rainha Dona Inês de Castro (vide); sobrinho de frei Pedro Fernandes de Castro; frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Álvaro de Mata (frei), primeiro dos conventuais de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Álvaro de Noronha (D.), conde de Valadares; *illustrissimo e excellentissimo*; casado com Dona Teresa de Noronha (vide), pai de D. José de Noronha (vide), de D. Miguel de Noronha (vide) e mais quatro filhas, todos baptizados na freguesia do Sacramento (Lisboa).

Álvaro Dias, administrador do altar da Virgem Senhora da igreja de Santo Antão do Tojal, por desistência da administração: Santo Antão do Tojal (Loures).

Álvaro Gonçalves de Ataíde (D.), primeiro conde de Atouguia; marido de Dona Guiomar (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Álvaro João, vigário de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Álvaro Martins Pereira, ilustre em Letras; nascido em 25 de Outubro de 1587; doutor; cónego doutoral na Sé de Leiria; vigário geral e provisor do bispo D. Dinis de Melo e Castro (vide); juiz apostólico delegado numa causa do convento dos carmelitas descalços do Bussaco; está sepultado no meio da igreja de Nª Srª do Rosário, onde viveu depois de renunciar a todas as dignidades *com summo exemplo desta terra por ser descendente da instituidora*; filho de Álvaro Pereira (vide) e de Francisca Luís (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Álvaro Pereira, instituidor da capela do Rosário; marido de Francisca Luís (vide), pai de Álvaro Martins Pereira (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Álvaro Peres de Castro, conde Arraiolos; 1º condestável de Portugal; pai de D. Rodrigo de Castro (vide); avô de D. Álvaro (vide), de Dona Joana de Castro (vide) e de D. João de Castro (vide): Cadaval (Cadaval).

Álvaro Pires de Castro (D.), conde de Monsanto; primeiro marquês de Cascais; filho de D. Luís de Castro (vide); largou o padroado do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade por não poder continuar a assumir a promessa deixada por seu pai: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); ilustre em Letras; natural de Cascais; *porcionista* do colégio de S. Pedro em Coimbra; arcediago da Sé de Lisboa; sumilher da Cortina; deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa; bispo de Portalegre: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais); ilustre em Virtudes e Letras; bispo de Portalegre: Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Álvaro Rocha, ilustre em Letras; moço fidalgo da Casa de Sua Magestade; homem muito douto e versado nas Belas Letras; morou sempre em Stº Antão do Tojal no palácio, junto à quinta da Mitra, para a parte do Esteio; casou com Dona Antónia Inês de Castro (vide); pai de Francisco Luís Teles da Rocha (vide); irmão de Dona Antónia Maria de Sousa (vide); morreu no palácio onde viveu e enterrou-se junto da capela do Rosário, de que era administrador: Santo Antão do Tojal (Loures).

Álvaro Silveira, pai de madre Brites do Nascimento (vide); marido de Dona Leonor Martins (vide): Madalena (Lisboa).

Álvaro Vasques, ilustre em Armas; famoso capitão no tempo de D. João I (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Álvaro Vasques, tabelião de Sacavém (Loures).

Alvor (condes de), proprietários da quinta da Sardinha: Cardosas (Arruda dos Vinhos).

Amaral Valente, proprietário da ermida que era de Domingos Valente do Amaral (vide): Santa Isabel (Lisboa).

Ambrósio (D.), bispo; em 8 de Outubro de 1534 sagrou a igreja de Nª Srª de Assunção da Serra: Enxara do Bispo (Mafra); capelão do rei D. Manuel (vide); bispo de Russina ao tempo do papa Adriano VI (vide) e do arcebispo de Lisboa D. Afonso (vide); em 10 de Agosto de 1522 sagrou a igreja de Runa (Torres Vedras).

Ambrósio Lopes Coelho, homem de negócio; proprietário da ermida de Stº Ambrósio, onde está ao presente a paróquia da freguesia: Santa Isabel (Lisboa).

Ana (Dona), ilustre; baptizada na paróquia em 4 de Dezembro de 1857: Santo Antão do Tojal (Loures).

Ana Botada, mãe de Francisco de Fóios (vide); esposa de Estêvão Pires (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Ana Cabral de Quadros (Dona), na sua quinta, sita no lugar de Outorela está a ermida de Nª Srª da Conceição: Carnaxide (Oeiras).

Ana de Avelar (Dona), ilustre; filha de João Gonçalves (vide) e de Beatriz Lobato (vide); casada com D. Rodrigo de Noronha (vide); pai de Francisco Joaquim de Barros e Vasconcelos (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Ana de Chaves, juntamente com seu marido, Bartolomeu de Oliveira Botelho (vide), instituiu uma ermida

dedicada a Nª Srª da Anunciação/Encarnação, onde fez também a sua sepultura, que o arcebispo de Lisboa erigiu em paróquia e deu aos fundadores a apresentação: Unhos (Loures).

Ana de Santiago, ilustre em Virtudes; da ordem Terceira de São Francisco; moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Ana Franca, irmã do padre João Franco (vide) com quem fundou a capela de Stª Ana, situada na igreja do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Ana Josefa Maria da Graça (Dona), senhora da casa dos marqueses de Cascais; filha de Maria Josefa da Graça (vide) e do marquês de Louriçal (vide): Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Ana Lopes, irmã de Margarida Lopes (vide); enterrada na capela de Nª Srª do Rosário: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Ana Maria (Dona), esposa de Henrique Lopes Araújo (vide); natural de Alhandra (Vila Franca de Xira).

Ana Vasques, mãe de Sentil Esteves (vide); casada com Gonçalo Esteves (vide); está sepultada na igreja da Madalena (Lisboa).

Anastácio Pereira da Silva e Campos, ilustre em Armas; capitão de Infantaria; passou a coronel nos Estados da Índia: Cercal (Cadaval).

André (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

André Carvalho, padre; anterior pároco de Loures e antigo proprietário da quinta das Laranjeiras que em 1758 pertence a Manuel Moreira de Almeida (vide): Loures (Loures).

André da Guarda (frei), vigário provincial da província dos Algarves quando tomaram posse do convento de Nª Srª da Madre de Deus as primeiras religiosas, em 18 de Julho de 1509, depois de Breve de Júlio II (vide) de 22 de Maio de 1508 a passar o convento à sua obediência: Santa Engrácia (Lisboa).

André de Albuquerque, ilustre; nascido na vila de Sintra; pelo seu valor deu nome *nessas Indias*: Sintra-S. Martinho (Sintra).

André de São Bernardo, ilustre; padre; grande engenheiro e também na arquitectura e pintura *mui especiozo*; irmão do padre Francisco Valente (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

André de Sousa Coutinho, pai de Jerónimo Pimenta de São Paio (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

André de Sousa Pinheiro da Câmara, desembargador; proprietário da quinta de Pancas onde está ermida de Nª Srª da Piedade: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

André José Joaquim de Miranda Henriques, capitão; proprietário das ermidas de Nª Srª da Conceição, no lugar do Freixial: Bucelas (Loures).

André, padre; cónego secular de S. João Evangelista; irmão de frei Francisco Valente (vide) com quem pintou o teto da ermida de Nª Srª da Guia, *com huma grave pintura de prespetiva*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Angeja (marquês de), proprietário de quinta de maior colheira e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais); proprietário de quinta onde está situada a ermida de S. Tiago, no lugar de Porto Covo e aonde chega um ribeiro nascido em fonte no lugar de Atrozela: Alcabideche (Cascais).

Ângela de [Abreu] de Recanoes, ilustre em Letras; escritora; foi moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Antão Álvares, cavaleiro fidalgo da Casa Real; pai de Gabriel da Costa Mesquita (vide); marido de Francisca da Costa (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Antão de Andrade (frei), ilustre em Virtude; faleceu sendo prior e pregando com muito espírito: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Antão de Santo Elias (frei), ilustre em Letras; padre carmelita; escritor, morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Antão Marques da Cunha, senhor de Povos, por doação de D. João I (vide): Povos (Vila Franca de Xira).

Antónia Bezerra Cabral de Vasconcelos (Dona), casou com João Correia de Carvalho (vide) e depois com João Correia Baracho (vide) não tendo sucessão de ambos os casamentos, razão pela qual o vínculo da capela do Nome de Deus passou para os descendentes de José de Mesquita de Castelo Branco (vide); por ser administradora, juntamente com seus maridos, da capela do Nome de Deus, hoje do Senhor dos Passos, estão todos enterrados na igreja matriz de Santo Antão do Tojal (Loures); foi administradora do altar de Nome de Deus, na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Antónia da Conceição (soror), ilustre em Virtudes, venerável madre; religiosa da ordem de S. Domingos: Lumiar (Lisboa).

Antónia de Resende (Dona), proprietária da ermida de Stª Mª Madalena, arruinada, situada no lugar do Morgado; viúva de D. Alexandre (vide): Vialonga (Vila Franca de Xira).

Antónia de Resende Cabral (Dona), recebia pensão da irmandade do Santíssimo: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Antónia de Vilhena (Dona), filha de Manuel Jacques (vide) e de Dona Maria de Vilhena (vide); irmã de Manuel Jacques (vide); casada com D. António de Meneses (vide); mãe de D. Jorge de Meneses (vide); avó de D. António de Meneses (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Antónia Inês de Castro (Dona), senhora muito ilustrada; parente dos viscondes de Ponte de Lima (vide); comunicava-se com muitas senhoras da Corte; casada com Álvaro Rocha (vide); mãe de Francisco Luís Teles da Rocha (vide); morou sempre em Stº Antão do Tojal no palácio, junto à quinta da Mitra, para a parte do Esteio; morreu no palácio onde viveu e enterrou-se junto da capela do Rosário: Santo Antão do Tojal (Loures).

Antónia Joana de Sousa Barbosa, mãe de Dona Josefa Caetana Barbosa de Melo (vide); esposa do capitão António Juzarte da Silveira (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Antónia Maria de Sousa (Dona), casada com Luís da Cunha da Fonseca (vide); irmã inteira de Álvaro Rocha (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Antónia Maria do Amaral e Paiva (Dona), instituiu capela de missa quotidiana pela sua alma que administra Caetano José da Silva Sena (vide): Mercês (Lisboa).

Antonino Pio, imperador romano pelo ano de 139; mandou fazer itinerário onde constava a distância de 32.000 passos entre Lisboa e Jerabrica, atual Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

António (D.), antepassado de D. Pedro José de Noronha (vide) e sucessor do cardeal Sousa (vide); o rei D. João V (vide) fez-lhe mercê de apresentar o prior de São João da Praça (Lisboa).

António (D.), infante de Portugal; da freguesia de Mártires (Lisboa).

António (D.), infante de Portugal; juntamente com o rei D. João V (vide) e o infante D. Francisco (vide) viu o osso de um gigante que está na ermida da Nª Srª do Monte: Sintra-S. Martinho (Sintra).

António (D.), infante; no seu paço de Palhavã está a ermida de S. João Baptista; nesta quinta há uma mina: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

António (D.), infante; foi seu guarda-roupa João Correia Manuel de Aboim (vide): Sobral (vila Franca de Xira).

António (D.), rei de Portugal; pai de D. Manuel (vide); foi aclamado rei em Alenquer, estando no convento de S. Francisco, assinando auto de homenagem que lhe fez a câmara, nobreza e povo; faleceu em Paris em 1595 e mandou que os seus ossos fossem trasladados para o coro do convento de S. Francisco de Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); prior do Crato, juntamente com Drake (vide) e 15.000 ingleses assolou a vila de Cascais, igrejas e fortalezas e saqueou-a durante dezoito dias: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); Alenquer reconheceu-o como rei e *seguiu-o quasi até à sua ultima desgraça*: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

António (Santo), glorioso; desta freguesia de Santa Maria Maior de Lisboa (Lisboa).

António [Farinha] Xavier, proprietário de quinta, situada no lugar do Morgado, onde está a ermida de S. João Baptista: Vialonga (Vila Franca de Xira).

António [Mid.], padre; há dúvidas se lhe pertence ou aos moradores do lugar a fábrica da ermida de Santo António e Santo Amaro: Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).

António Vamproe, sua viúva tem *nobilissima* quinta no sítio da Granja, anexa ao lugar de Cadeceira, onde está uma magnífica ermida do Senhor do Bom Princípio *primorozamente acabada e ornada com devotissimas imagens e sobre todas a do Senhor*: Loures (Loures).

A**ntónio Álvares da Cunha (D.)**, proprietário da ermida de Santo António, sita na sua quinta do Bussaco: São João dos Montes (Vila Franca de Xira).

António Álvares Pereira, ilustre em Letras; escritor; foi cura da igreja dos Mártires; administrou o sacramento da extrema-unção ao rei D. Pedro II (vide); foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António Bernardes da Silva (frei), proprietário de um *quintalão* que tem um rendeiro, identificado por "N." (vide) que administra a ermida de Stº André: Ameixoeira (Lisboa).

António Brandão de Reboredo, ilustre em Armas; pessoa principal; cavaleiro professo na ordem de Cristo; serviu no terço da Armada com grande esforço; ocupou lugares desde sargento-mor até mestre-de-campo; em 1662 embarcou na armada que foi às rias de Galiza combater, onde morreu, depois de ter feito grandes proezas; filho de Tomás Rodrigues da Costa (vide) e de Dona Catarina Brandoa de Reboredo (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

António Bravo da Gama, foi proprietário da ermida de Stº António que agora pertence aos herdeiros de seu cunhado, João de Sousa de Sampaio (vide): Vialonga (Vila Franca de Xira).

António Caetano de Sousa, na sua quinta da Ramada está sita a ermida de Nª Srª do Monte: Frielas (Loures).

António Caetano Henriques, proprietário da quinta do Pato onde está situada a ermida de Nª Srª dos Prazeres: Azueira (Mafra).

António Carneiro, mandou fazer capela de S. Gonçalo na igreja do convento da Santíssima Trindade; do conselho do Rei D. Manuel (vide); secretário de Estado de D. João III (vide): Sacramento (Lisboa).

António Castro, médico de Sua Magestade; foi administrador da capela de Nª Srª da Graça na igreja de Santo Antão do Tojal, mandando dizer meio anual de missas rezadas e outro meio anual de missas cantadas aos Sábados: Santo Antão do Tojal (Loures).

António Correia Baharem, famoso; foi-lhe dada pelo duque D. Jorge (vide) uma quinta, cabeça de morgado da Marinha: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); pai de Simão Correia Baharem (vide); casado com Dona Isabel de Castro (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

António Correia de Almeida, administrador da ermida de S. Paio, no lugar de Palhacana: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

António Couceiro, proprietário de quinta no lugar do Morgado, onde está situada a ermida de Nª Srª da Conceição: Vialonga (Vila Franca de Xira).

António Cunha, pai de Manuel da Cunha e Sousa (vide); filho de Luís da Cunha Fonseca (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

António da Costa Preto padre; toma conta da fábrica do altar do Senhor Jesus: Lumiar (Lisboa).

António da Cunha Rocha Teles, guarda-respostas de Sua Magestade; filho de Manuel da Cunha Rocha Teles (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

António da Cunha, serve a Sua Magestade nos lugares de Letras; possui actualmente as fazendas do altar de Nª Srª da Graça na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

António da Fonseca Lemos, ilustre em Letras; doutor; desembargador da Casa da Suplicação; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António da Silva Ferreira, ilustre em Letras; escritor; padre; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António da Silveira (D.), camarista do infante D. Miguel (vide); proprietário da ermida de Maria Santíssima e Senhora do Rosário, no sítio de Sete Rios: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

António da Silveira (D.), marido de Dona Inês de Lencastre (vide); proprietário do palácio da família que se arruinou no dia do Terramoto e incendiou; natural da freguesia do Sacramento (Lisboa): Sacramento (Lisboa).

António de Almeida (D.), marquês do Lavradio; o seu palácio está situado na parte norte do Campo de Stª Clara: Santa Engrácia (Lisboa).

António de Almeida (D.), natural da cidade de Lisboa; proprietário da ermida de Nª Srª do Rosário, no lugar da Arroteia de Cima: Bucelas (Loures).

António de Almeida de Carvalho, advogado; pai de Manuel de Almeida Carvalho (vide): São Jorge de Arroios (Lisboa).

António de Almeida, deixou 17.500 réis ao hospital da Misericórdia de Alenquer: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

António de Andrade, mandou fazer epitáfio a Paulo de Carvalho (vide) em memória de António Saldanha (vide): Sintra-S. Martinho (Sintra).

António de Ataíde (D.), primeiro conde da Castanheira, a quem sucedeu seu filho, D. Fernando (vide); mandou construir forte, entretanto já demolido por se tirar muita pedra dele para outras obras: Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira); senhor de Povos por doação de D. João III (vide): Povos (Vila Franca de Xira).

António de Basto Pereira, ilustre em Letras; doutor; desembargador do Conselho da Fazenda, chanceler da Casa da Suplicação; Regedor das Justiças; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António de Brito Basto, administrador da capela de Nª Srª do Pilar, sita na quinta da Caldeira, de que é proprietário: Cardosas (Arruda dos Vinhos).

António de Castelo Branco (D.), há uma capela de missa quotidiana pela sua alma de que é administrador o conde de Valadares (vide): S. Martinho (Lisboa).

António de Castro (D.), conde de Monsanto; donatário de Cascais; herdeiro de Dona Joana de Castro (vide), sua mãe; filho de D. João de Noronha (vide); casado com Dona Inês Pimentel (vide); pai de D. Luís de Castro (vide); padroeiro do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

António de Figueiredo, padre; padroeiro da ermida de Nª Srª dos Favores, no lugar da Guizandaria: Cadafais (Alenquer).

António de Fóios, administrador da ermida de Stº António, edificada por seu irmão Luís de Fóios de Sousa (vide): Ameixoeira (Lisboa).

António de Mascarenhas (D.), comissário da Bula da Cruzada; fundador do convento de S. João de Deus: Santos-o-Velho (Lisboa).

António de Melo e Castro, foi Vice-Rei da Índia; deu a imagem de Cristo Senhor Nosso Crucificado que existe na capela do mesmo nome que está na igreja das Mercês (Lisboa).

António de Melo e Castro, proprietário da quinta do Noronha, onde está a ermida de Stº António: Carnaxide (Oeiras).

António de Melo, proprietário de quinta onde está a ermida de Stº António, no lugar da Urmeira: Odivelas (Odivelas).

António de Meneses (D.), alcaide-mor de Sintra; casado com Dona Antónia de Vilhena (vide); pai de D. Jorge de Meneses (vide); avô de D. António de Meneses (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

António de Meneses (D.), filho de D. Jorge de Meneses (vide) e neto de D. António de Meneses (vide) e de Dona Antónia de Vilhena (vide); chamado do *Poço Novo de Lisboa*: Santo Antão do Tojal (Loures).

António de Meneses (D.), proprietário das casas onde está edificada a ermida de Nª Srª da Assumpção: Santos-o-Velho (Lisboa).

António de Saldanha Castro Ribafria, padroeiro da ermida de Stº Amaro: Sintra-Stª Maria (Sintra).

António de Saldanha, ilustre; nascido na vila de Sintra; pelo seu valor deu nome *nessas Indias*: Sintra-S. Martinho (Sintra).

António de Santa Ana, padre; religioso da congregação de Santo Elói; foi enterrado na ermida dedicada a Nª Srª da Conceição com autorização do prior Félix Dantas Barbosa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

António de Santa Catarina (frei), ilustre; natural do lugar de Refúgios; insigne pregador e muito insigne na arte de fazer relógios: Cadafais (Alenquer).

António de Santa Maria (D. frei), bispo de Miranda; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António de São Jacinto (frei), em 1746 alcançou provisão régia para feira na alameda do convento de S. Romão, dos religiosos carmelitas observantes: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

António de Sousa (D. frei), ilustre em Letras; escritor; bispo de Viseu; natural e morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António do Espírito Santo (frei), castelhano; mestre do noviciado do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

António do Lumiar (frei), ilustre em Virtudes; religioso da reforma de S. Pedro de Alcântara que faleceu no retiro da Arrábida: Lumiar (Lisboa).

António do Prado Eça e Melo de Carvalho, proprietário de morgado onde está a capelinha da Senhora do Rosário: Peral (Cadaval).

António do Rego de Abreu Castelo Branco, proprietário da quinta da Piedade, onde está situada a ermida de Nª Srª da Piedade: A dos Cunhados (Torres Vedras).

António dos Santos Barbosa, doutor; vigário de vara da vila de Cascais: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

António dos Santos de Oliveira, ilustre em Letras; doutor; desembargador do Paço; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António dos Santos dos Prazeres, irmão no convento do Senhor Jesus da Boa Morte que colocou a ima-

gem do Senhor Jesus da Boa Morte e com esmolas que tirou lhe edificou a igreja: Santa Isabel (Lisboa).

António dos Santos, congregado do Senhor da Boa Morte, que sabendo do concurso de gente que ia ao lugar de Odivelas no dia 11 de Maio *tirou algumas esmolas dos fiéis e fabricou uma cruz de pedra com a image de Christo Senhor Nosso Crucificado*, na vinha de Luís Paulino (vide), aumentando a devoção ao Senhor Roubado: Lumiar (Lisboa).

António Faleiro de Abreu, fundador e padroeiro do convento da Boa Viagem; nomeou os provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa como padroeiros do convento da Boa Viagem: Carnaxide (Oeiras).

António Feliciano Manzonio, correio que recebe as cartas vindas de Mafra: Loures (Loures).

António Fernandes Barros padre; deixou 50.000 réis para um dote anual e esmolas pelas missas de Natal: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

António Fernandes, prior da igreja de S. Cristóvão em 1619 que propôs ao arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro (vide), o padre João Rodas Monteiro (vide) como beneficiado da igreja de São Cristóvão (Lisboa).

António Ferreira Leitão de Melo, doutor; senhor da quinta Nova; por sua devoção foi colocada uma nova imagem de S. Diogo, pois a antiga foi danificada pelos fiéis que *irreverentemente lhe tiram varias esquirolas da mesma immagem para tomarem em pelagem*: Santo Antão do Tojal (Loures).

António Ferreira Lima, escrivão da Legacia onde estão os autos da sentença na questão que opôs o prior de S. Cristóvão, Gaspar Pinto Ribeiro (vide) ao arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha (vide) por causa da colação do beneficiado Paulo Pinto Ribeiro (vide): São Cristóvão (Lisboa).

António Ferreira Soares, proprietário da ermida de Nª Srª da Saúde: Carnaxide (Oeiras).

António Francisco Fialho, instituiu capela com obrigação de coro: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

António Francisco Gorje, proprietário de quinta situada no lugar de Telheiras, onde está a ermida de Stº António: Lumiar (Lisboa).

António Freire de Andrade Enserrabodes, viveu na freguesia do Sacramento e nela foi baptizado; desembargador; examinador da Relação de Lisboa, nomeado por D. João V (vide); *emviado do Reino de Inglaterra, e depois a Corte de Roma, e dahi por nova ordem para Holanda, onde existe*: Sacramento (Lisboa).

António Fróis de Azevedo, na quinta onde assiste arruinaram-se totalmente umas casas nobres com o Terramoto, mas já estão recuperadas: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

António Gonçalves Prego, pelo remanescente dos seus bens, Jacinto Robalo (vide) instituiu duas capelas perpétuas, cada uma com 120.000 réis de ordenado pela obrigação de missa quotidiana e juntamente de coro, bem como 30.000 réis para a fábrica das capelas e 20.000 réis para o pároco como administrador da mesma fábrica: Santo Antão do Tojal (Loures).

António Gorjão de Macedo, notário apostólico de Sua Santidade que numerou, rubricou e selou com o seu sinete, um livro começado em 1701, que se encontra no arquivo da ermida de S. Sebastião, no lugar de Bodel: São João da Talha (Loures).

António Guerce, proprietário da ermida de Nª Srª do Loreto; proprietário de quinta de maior colheita e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais).

António José Bouchard, administrador da ermida de Stº António, situada na sua quinta: Campo Grande (Lisboa).

António José da Costa, a sua casa ainda não está reparada da ruina do Terramoto: S. Martinho (Lisboa).

António José de Barros e Vasconcelos, proprietário da quinta dos Barros, onde está situada a ermida de S. João: Azueira (Mafra).

António José de Faria, escrivão do judicial e notas; fabricou ermida do Senhor Jesus dos Aflitos depois do Terramoto: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

António José de Santa Maria Saldanha (D. frei), ilustre em Virtude; bispo do Funchal e do Porto; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

António Juzarte da Silveira, capitão; pai de Dona Josefa Caetana Barbosa de Melo (vide) ; marido de Dona Antónia Joana de Sousa Barbosa (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

António Lobo da Gama (viúva de), da cidade de Lisboa; padroeira da ermida de Stº António, no lugar dos Casais: Cadafais (Alenquer).

António Lobo Gama, proprietário de quinta onde está a ermida de Stº António, no lugar da Urmeira: Odivelas (Odivelas).

António Luís de Atouguia, administrador da ermida dos Santos Reis, situada na quinta do Ferro, junto do Campo Pequeno: Campo Grande (Lisboa).

António Luís de Cordes, proprietário de quinta onde está a ermida de Nª Srª da Conceição: Barcarena (Oeiras).

António Luís de Mesquita, instituiu a capela de N.ª Srª da Soledade na igreja paroquial de Charneca com um morgado de várias fazendas e casas de que agora são administradores os seus herdeiros: Charneca (Lisboa).

António Luís, vigário de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

António Martins, ilustre; *famoso;* de alcunha o Barambilha; natural de Cascais; *o mais insigne mestre de pedrarias e conhecimentos de pedras*; descobriu toda a pedra para a *grande fabrica de Mafra*; *perspicaz aguia em ver as pedras e suas belas cores debaixo da terra. Todas as mais preciosas que se admiram na magnifica obra de Mafra foram descobertas pelo engenho e experiencia deste sabio mestre. A branca, a preta, a azul, a amarela e outras de varias e admiraveis cores misturadas, que tudo se deve ao conhecimento e ciencia deste destro descobridor da* natureza: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

António Neves Colaço, homem de negócio da cidade; proprietário de quinta com casas nobres onde está

a ermida de Nª Srª do Carmo, no sítio das Picoas: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

António Nunes Ferreira, instituiu capela do coro: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

António Pacheco instituiu capela: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

António Pegado de Lima, ilustre em Letras; doutor; vereador; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António Pery de Linde, morador na cidade de Lisboa; proprietário de quinta onde está a ermida de Stº Cristo: Povos (Vila Franca de Xira).

António Pessanha, ilustre em Armas; natural da vila de Alenquer; juntamente com João de Almeida Quintela (vide) e mais dois portugueses investiu contra uma armada de Jaos, tendo morto e ferido trezentos contrários, tendo os restantes fugido, o que obrigou o rei de Pacém a pedir a paz: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

António Pessanha, ilustre em Letras; embaixador ao rei do Pegu: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

António Pinheiro Amado, doutor; proprietário da quinta das Pederneiras: Runa (Torres Vedras).

António Rebelo de Almeida, administrador da ermida de Stº António, na quinta de Perdicino: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

António Rebelo de Andrade, nas suas casas está a ermida de Nª Srª do Egipto, situada no lugar de Oeiras (Oeiras).

António Rodrigues da Costa, ilustre em Letras; escritor; do Conselho Ultramarino; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António Roiz de [Maia], proprietário da ermida de Nª Srª da Piedade, situada no sítio da Quintã: Oeiras (Oeiras).

António Saldanha (D. frei), bispo do Funchal e do Porto, natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

António Saldanha, filho de António Saldanha (vide); proprietário da quinta da Penha Verde, que antigamente tinha uma ermida de Nª Srª do Monte mandada fazer por D. João de Castro (vide): Sintra-S. Martinho (Sintra).

António Saldanha, pai de António Saldanha (vide); o seu coração está sepultado defronte da porta da ermida de Nª Srª da Penha Verde, onde está gravado epitáfio em sua memória mandado fazer por António de Andrade (vide): Sintra-S. Martinho (Sintra).

António Sanches de Noronha, no canto do seu quintal está a ermida do Espírito Santo: Ameixoeira (Lisboa).

António Simões, instituidor do morgado, juntamente com sua filha Dona Catarina de Pina (vide), que administra a ermida da Ascensão de Cristo e cujo último administrador foi Luís António de Basto Baharem (vide): Mercês (Lisboa).

António Teles Leitão de Lima, ilustre em Letras; *de grandes estudos em hum e outro Direito*; autor do livro *De* Gabellis: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

António Teles, o seu palácio arruinou-se com o Terramoto e está reparado: São Vicente de Fora (Lisboa).

António Vaz Coimbra, proprietário de grandiosa quinta que foi do duque de Aveiro (vide), no caminho que vai para Campolide e onde assiste: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

António Vaz, primeiro cura de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

António Velho da Costa, ilustre em Letras; doutor; desembargador do Paço; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

António Vieira, padre, insigne; desta freguesia de Santa Maria Maior de Lisboa (Lisboa); *grande;* refere-se ao frade Lázaro de Cristo (vide) como o único que lhe enchia as medidas e era digno de subir ao púlpito: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

António Vogado, ilustre em Armas; capitão na segunda conquista de Goa: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

António Xavier Lobato, escrivão de julgados: Loures (Loures).

Apolinário da Conceição (frei), ilustre em Letras; escritor; padre religioso Capucho da província do Rio de Janeiro; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Apolinário de Almeida (D.), ilustríssimo; nasceu em 22 de Julho de 1587 na freguesia da Madalena e na sua igreja foi baptizado a 31 do mesmo mês sendo seu padrinho o arquiteto Felipe Terço (vide); Filipe II (vide) nomeou-o bispo de Nicea, coadjutor e futuro sucessor do patriarca da Etiópia, D. Afonso Mendes (vide); foi para a Índia em 20 de Abril de 1626, e dali seguiu para a Etiópia a 10 de Novembro do mesmo ano, onde chegou, depois de muitos trabalhos a 10 de Agosto de 1630, e onde teve imensos trabalhos para conservar a Cristandade. Foi preso e desterrado para a ilha de Dambea com os seus companheiros padres Francisco Rodrigues (vide) e Jacinto Francisco Milanes (vide), tendo sido condenados à morte: Madalena (Lisboa).

Aposentador-Mor (conde), proprietário de quinta onde está a ermida de Nª Srª da Conceição: Odivelas (Odivelas).

Arcos (conde dos), padroeiro da vigairaria e dos capelães de São Salvador (Lisboa); proprietários de prazo cuja cabeça é a igreja de Nª Srª de Redonda, feito por um seu ascendente às freiras do convento de Celas de Coimbra: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Arronches (marquesa de), mãe de Dona Luísa Casimira Nassau (vide); casada com o príncipe Ligne (vide): Sacramento (Lisboa).

Arronches (marqueses de), hoje duque de Lafões (vide); comendador de Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira).

Assumar (conde de), ilustre em Letras e Armas; general da cavalaria da Província do Alentejo; Vice-Rei da Índia, nomeado por D. João V (vide) que também lhe fez mercê de marquês de Alorna (vide): São Jorge de Arroios (Lisboa).

Atalaia (condes de), família da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa); é seu filho D. Diogo Manuel (vide): Mártires (Lisboa).

Aveiras (conde de), donatário de Aveiras de Baixo (Azambuja); descendentes de D. Nuno Álvares Pereira de Portugal (vide): Santo Antão do Tojal (Loures);

família da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa).

Aveiro (duque de), foi proprietário de grandiosa quinta que agora pertence a António Vaz Coimbra (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); padroeiros do convento da Porciúncula, fundado por D. João V (vide), para que deram o terreno em que está fundado: Santos-o-Velho (Lisboa).

Avintes (conde de), administrador da ermida de S. Leonardo; na sua fazenda está uma das pontes de alvenaria situada em Ramalhal (Torres Vedras); descendentes de D. Pedro de Almeida (vide) e sua mulher Dona Maria Coutinho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures); proprietários da capela de Nª Srª da La Antigua que existia na igreja de Stª Catarina; provedores da Casa da Índia: Santa Catarina (Lisboa).

Aviz (Mestre de), *vide* D. João I; matou o conde de Ourém (vide); Vasco Pires de Camões (vide) e a rainha Dona Leonor (vide) tentaram-no matar, os quais foram, para isso, duas vezes a Atouguia da Baleia; mandou embaixadores a Alenquer à rainha Dona Leonor para casar com ela, o que esta recusou; foi aclamado Defensor do Reino; sitiou Alenquer, juntamente com Nuno Álvares Pereira (vide), tendo que retirar depois de saber que o rei de Castela estava já em Santarém; sitiou novamente Alenquer durante quarenta e cinco dias, nomeando Vasco Pires de Camões como governador *satisfeito do bem que lhe tinha disputado a conquista da praça*; põe terceiro cerco a Alenquer, com Nuno Álvares Pereira (vide) depois da traição de Vasco Pires de Camões (vide); prendeu Vasco Pires de Camões (vide) na batalha de Aljubarrota; (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Baharem, família a quem pertenceu o palácio que em 1755, na altura do Terramoto, pertencia a D. Fernando de Almeida e Silva (vide) e em cujo edifício D. João I (vide) determinou a morte do conde João Fernandes Andeiro (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

[Baiões], da vila de Cascais; senhores da capela do Santo Cristo, situada na igreja do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Baltasar da Encarnação, padre; fundador do convento das Covas de Montemor-o-Novo; veio para o convento do Senhor Jesus da Boa Morte com alguns companheiros com consentimento de D. Tomás de Almeida (vide); por mercê de D. João V (vide) teve licença para fundar o convento do Senhor Jesus da Boa Morte *debaixo da sua real protecçam*: Santa Isabel (Lisboa).

Baltasar da Fonseca Lemos, ilustre em Letras; doutor; corregedor do Cível da cidade de Lisboa; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Baltasar da Silva Lima, o *Meio Milhão*; pai de Francisco da Silva (vide); edificou a ermida de Nª Srª do Cabo, onde está sepultado e instituiu uma capela de missa quotidiana: Charneca (Lisboa).

Baltasar Manuel Pereira de Lagos, proprietário de uma quinta situada nas margens do rio de Loures, que tinha pertencido a Francisco de Salazar (vide) e a Gaspar Pereira de Lagos (vide): Unhos (Loures).

Baltasar Simões, foi prior de Cheleiros; instituiu a ermida de S. Bento a que vinculou várias fazendas com obrigação de 12 missas, que é agora administrada por Silvestre dos Reis (vide): Cheleiros (Mafra).

Barão (conde), proprietário de quinta situada no lugar de Telheiras, onde está a ermida de S. Vicente: Lumiar (Lisboa).

Barbacena (visconde de), a sua quinta fica situada no Sul do espaçoso rossio de Sacavém, (Loures); na sua quinta fica a ermida de S. Roque e a ermida de Santo António: Sacavém (Loures).

Bárbara de Matos, moradora em Mafra; proprietária, bem como seus descendentes, da ermida de Nª Srª da Piedade, situada no lugar de Codeçal: Sobral da Abelheira (Mafra).

Bárbara Teresa de Jesus (Dona), proprietária da ermida de Nª Srª da Boa Morte: Bucelas (Loures).

[Barlão] José de Barros, doutor; proprietário de quinta onde está a ermida de Nª Srª da Nazaré: Granja de Alpriate (Vila Franca de Xira).

Bartolomeu (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Bartolomeu de Oliveira Botelho, juntamente com sua mulher, Ana de Chaves (vide), instituiu uma ermida dedicada a Nª Srª da Anunciação/Encarnação, onde fizeram também a sua sepultura, que o arcebispo de Lisboa erigiu em paróquia e deu aos fundadores a apresentação: Unhos (Loures).

Bartolomeu do Quental, ilustre em Letras e em Virtudes; escritor; venerável padre da congregação do Oratório; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Bartolomeu dos Mártires (D. frei), ilustre em Letras e em Virtudes; escritor; venerável; arcebispo de Braga; morador na freguesia de Mártires (Lisboa); criado no lugar de Verdelha dos Ruivos, apesar de ser natural da freguesia de Nª Srª dos Mártires; dele se conta o milagre que fez, ainda de menor idade, da galinha, dos pintos e de um corvo: Vialonga (Vila Franca de Xira).

Bartolomeu Esteves, padre; beneficiado da igreja de S. Cristóvão em 1618 por apresentação do arcebispo D. Miguel de Castro (vide): São Cristóvão (Lisboa).

Bartolomeu Gomes Monteiro, desembargador; na sua quinta, no lugar da Outorela, está a ermida de S. Gonçalo: Carnaxide (Oeiras).

Bartolomeu Vaz Lemos, prior de Stº André que instituiu capela na igreja de Stº André e que administra João Pedro Soares (vide): Stº André (Lisboa).

Basto (conde de), irmão de D. Pedro de Castro (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Beatriz Lobato, casada com João Gonçalves (vide); mãe de Dona Ana de Avelar (vide); moradora no sítio [do Lago]: Santo Antão do Tojal (Loures).

Belchior Beliago, bispo de Fez; benzeu a ermida de Nª Srª do Paraíso: Santa Engrácia (Lisboa).

Belchior do Rego Andrade, desembargador; procurador da Coroa no processo que corre há muitos anos sobre a quem pertence a apresentação dos benefícios de Sacavém (Loures).

Benedito XIV, papa; concedeu graça *por motu proprio* à capela da casa do Monteiro-mor (vide) do Reino que está no sítio da Mata Solar, para lá se conservar o Santíssimo Sacramento: Loures (Loures); a instância de D. Tomás de Almeida (vide), por sua Bula, proveu o ofício de escrivão da câmara em 600.000 réis para cinco cantores com a obrigação de ajudarem no coro e fazerem as funções eclesiásticas da igreja com toda a perfeição, devendo ser peritos no cantochão: Santo Antão do Tojal (Loures).

Bento Coelho, *famoso* pintor; pintou *hum admiravel painel* (…) *que com toda a prefeição da arte imitou ao natural o misterioso Cenaculo*: Carnide (Lisboa); insigne pintor que pintou no tecto apainelado da igreja de S. Bartolomeu a vida e martírio do santo: Charneca (Lisboa); pintor *insigne*; autor dos painéis que existem no retábulo de talha dourada da capela do Espírito Santo: Santo Antão do Tojal (Loures).

Bento de Freitas, instituiu capela de missa quotidiana: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Bento José, morador em Lisboa; proprietário da ermida de Nª Senhora na quinta do Repouso: São João dos Montes (Vila Franca de Xira).

Bento Rodrigues Taveira, edificou e dotou em 1631 a ermida de S. Bento, no lugar de Covas, tendo alcançado do Cabido, sé vacante, licença para nela se dizer missa em 18 de Junho de 1631: Ameixoeira (Lisboa).

Bernarda do Espírito Santo, proprietária da ermida de Stª Ana; viúva de Francisco Rodrigues Salgado (vide); moradora no lugar de Gradil (Mafra).

Bernardino Falcão de Gouveia, ilustre em Letras; formado em Cânones; professo na ordem de Cristo; desembargador da Relação secular da Baía: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Bernardino Polanco de Santilhana, capitão; tem 80 missas por ano na igreja da Misericórdia de Alhandra (Vila Franca de Xira).

Bernardo de Sousa de Brito, ilustre em Armas; irmão de Miguel de Sousa de Brito (vide) e de Inácio de Sousa de Brito (vide); *por baixo de hum diluvio de ballas carregaram com as escadas para a expugnação de Alorna pello primeiro marquês della*; cabo na conquista de Ospá em 1755: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Bernardo Lemos de Carvalho, senhor da Trofa; proprietário da ermida dos Desposórios: Póvoa de São João dos Montes (Vila Franca de Xira).

Bernardo Lemos, senhor de quinta grande e boa: Alhandra (Vila Franca de Xira).

Bernardo Pereira de Gusmão, ilustre em Letras; desembargador na Relação do Porto; poeta: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Bonifácio IX, papa; ao tempo do reinado de D. João I (vide) confirmou a ordem de S. Jerónimo para Portugal, dando licença para fundarem dois mosteiros, o de Penha Longa e o do Mato, este em Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Bordal (D.), tinha a posse do casal da Várzea: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Borges e Castros, família ilustre de Povos (Vila Franca de Xira).

Bragança (duque de), a freguesia de Unhos foi erecta contra a sua vontade: Unhos (Loures).

Branca da Cunha (Dona), filha única do doutor João das Regras (vide) que lhe dotou Cascais pelo seu casamento com D. Afonso (vide); mãe de Dona Isabel da Cunha (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Brícia Alves, faleceu em 17 de Maio de 1608 com 120 anos de idade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Brigo, quarto rei da Lusitânia; bisneto de Tubal (vide); tetra neto de Noé (vide); reinou pelos anos de 1855 a.C; *fundou todos os lugares e povoações que tiveram nome de Briga como Heirabrica, Jerabrica ou Gerabrica que tudo val o mesmo*: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); fundou Garabrica que está na origem de Povos (Vila Franca de Xira).

Brites (Dona) rainha de Portugal; senhora de Alenquer; esposa de D. Afonso III (vide); cedeu o padroado da igreja do mosteiro de Stº Estêvão da vila de Alenquer ao mosteiro de Odivelas por desejo de seu filho, o rei D. Dinis (vide); reconstruiu a igreja do convento de S. Francisco tendo-se assim conservado até ao Terramoto de 1755; faleceu em 1303 tendo Alenquer passado para o domínio da rainha Santa Isabel (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer);

Brites (Dona), rainha de Portugal; em 1358 fez o seu testamento em Alenquer; senhora de Alenquer até 1340; faleceu em 1359; mãe do rei D. Pedro I (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Brites Álvares, a Estorninha; faleceu com 113 para 114 anos de idade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Brites da Costa (Dona), juntamente com seu marido, Miguel de Moura (vide), foi fundador do convento de Stª Clara e reforma de Stª Coleta, na antiga ermida de Nª Srª dos Mártires, edificada por D. Afonso Henriques (vide): Sacavém: (Loures).

Brites de Espargosa (Dona), casada com D. Sancho de Noronha (vide); mãe de D. Rodrigo (vide); filha do doutor Cristóvão Esteves de Espargosa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Brites do Nascimento (Madre Soror), ilustre em Virtudes; nasceu no sítio das Pedras Negras, da freguesia da Madalena a 25 de Dezembro de 1626; filha de Álvaro da Silveira (vide) e de Dona Leonor Martins (vide), tendo ido para o convento de Stª Clara aos 12 anos de idade: Madalena (Lisboa).

Brites Pereira (Dona), proprietária, juntamente com seu marido Micer Carlos Pessanha (vide), das terras que estavam a Sul da igreja do convento de Nª Srª do Monte do Carmo, onde estavam os arcos: Sacramento (Lisboa).

Brizida (Dona), esposa de Francisco Machado (vide): Vialonga (Vila Franca de Xira).

Brízida Ribeira, faleceu em 18 de Maio de 1626 com 118 anos de idade e o seu pai com 115: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Cadaval (duque de), proprietário da quinta da Piedade, na estrada que vai para Colares, onde está a ermida de Nª Srª da Piedade; nessa quinta faziam-se grandes festas no tempo de D. João V (vide), às quais o rei assistia com toda a família real: Sintra-S. Martinho (Sintra); proprietário da quinta de Alfarrobeira, onde está situada a ermida de Nª Srª da Graça: Vialonga (Vila Franca de Xira); tem majestosos palácios e casas nobres no sítio de Palhavã, onde atualmente assiste monsenhor Peixoto (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); proprietário dos banhos do Duque a que concorrem muitas pessoas da Corte e de fora dela: S. Miguel de Alfama (Lisboa).

Caetano Alberto Ossuna, ilustre em Letras; doutor; desembargador da Casa da Suplicação; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Caetano Botelho de Gouveia, cavaleiro professor da ordem de Cristo; porteiro da Cana da Casa Real; apresenta a capela que instituiu o padre Caetano Lopes (vide): Mercês (Lisboa).

Caetano da Natividade ou **Albuquerque (frei)**, ilustre em Letras; escritor; religioso de São Jerónimo; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Caetano de Melo e Castro, Vice-Rei da Índia; foi proprietário da quinta de Monserrate: Sintra-S. Martinho (Sintra).

Caetano de Sousa, da cidade de Lisboa; proprietário da ermida de Stª Maria Madalena: Bucelas (Loures).

Caetano José da Silva Sena, cavaleiro professo na ordem de Cristo; porteiro da Alfândega de Lisboa; administra capela que instituiu Dona Antónia Maria do Amaral e Paiva (vide): Mercês (Lisboa).

Caetano Lopes, padre; ilustre em Letras; prior da Madalena, da cidade de Lisboa; capelão fidalgo de Sua Magestade; mestre do D. João V (vide) e dos mais infantes: Cercal (Cadaval); instituiu capela de missa quotidiana pela sua alma que apresenta Caetano Botelho de Gouveia (vide); foi prior da igreja de Stª Maria Madalena: Mercês (Lisboa).

Carlos (D.), infante; filho de D. João V (vide) que esteve em convalescença no palácio do Campo Pequeno; irmão do rei D. José I (vide) tendo-o este visitado neste palácio por duas vezes e *em cada huma mais de hum ano, para convalescer das suas queixas*; assistiu por mais de dois anos na quinta que é propriedade de Jerónimo Leite de Vasconcelos Pacheco Malheiro (vide) para convalescer de suas queixas: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Carlos Carneiro de Sousa e Faro, ilustre em Armas; primeiro conde de Lumiares; coronel em Évora: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Carlos da Câmara (D.), ilustre em Letras; lente em Teologia na Universidade de Coimbra; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Carlos de Meneses (D.), padroeiro do convento de religiosos carmelitas descalços: Olhalvo (Alenquer).

Carlos de Miranda Duarte Ribeiro, nas suas casas está a ermida de Nª Srª de Penha de França, situada na quinta dos Vales: Oeiras (Oeiras).

Carlos VI, *augusticimo*, veio a Povos, a um dos pomares, por recreio, *atirar às pombas*: Povos (Vila Franca de Xira).

Cascais (marquês de), proprietário de quinta no lugar de Bicesse, onde está situada a ermida de S. Cristóvão: Alcabideche (Cascais); junto ao seu palácio está um castelo, que hoje está cheio de moradores e *para nada serve mais*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); padroeiro do convento de Stº António dos religiosos Franciscanos Descalços: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais); donatário de Carcavelos (Cascais); donatário de S. Domingos da Rana (Cascais); padroeiros pontuais do convento dos Capuchos: Povos (Vila Franca de Xira).

Cascais (marquesa de), donatária de Alcabideche; era seu pai e tutor o marquês de Louriçal (vide): Alcabideche (Cascais).

Castanheira (condes da), foram proprietários da capela de Nª Srª da Glória que hoje possui José Feliz de Meneses (vide): São José (Lisboa); foram padroeiros do convento dos Capuchos; vinha para a sua quinta a imagem de S. Sebastião que está na igreja da Stª Casa da Misericórdia de Povos, tendo aí ficado por não poder passar o barco por causa de uma tempestade que havia enquanto a imagem do santo estava no barco: Povos (Vila Franca de Xira).

Castelo Melhor (conde de), excelentíssimo; tem fazenda em Palhais, onde está, na sua quinta, a ermida de Nª Srª dos Prazeres: Loures (Loures); juiz da confraria de Stª Catarina composta por vinte irmãos da primeira grandeza do Reino: Santa Catarina (Lisboa); proprietário da capela de Nª Srª da Pureza; tem *florecido* na freguesia; tem jardim: São José (Lisboa); proprietário da ermida de Nª Srª das Virtudes, que existe na sua quinta de Romeira: Bucelas (Loures); proprietário de um paul: Ota (Alenquer).

Catarina (Dona) rainha de Portugal; fundou colégio dos Meninos Órfãos: Socorro (Lisboa); foi-lhe rogado e a seu marido D. João III (vide), por Dona Isabel de Mendonça (vide), que aceitasse o padroado do convento de Nª Srª da Piedade: Santos-o-Velho (Lisboa); erigiu uma igreja a Stª Catarina, no mesmo sítio onde havia uma pequena ermida a que povo de Lisboa fazia devotas romagens, e que doou aos livreiros de Lisboa: Santa Catarina (Lisboa); a sua instância o papa Pio V (vide) passou um Breve a aumentar o número de religiosas do convento de Nª Srª da Madre de Deus de 20 para 33: Santa Engrácia (Lisboa); mãe da Infanta Dona Maria (vide) com quem se retirou para Alenquer *por ser lugar sadio e haver peste no Reino*; assistia numas casas que ficavam por trás da capela-mor de S. Francisco sempre que vinha a Alenquer; deixou legado anual no seu testamento, para os naturais de Alenquer ouvissem ler oral no colégio de Nª Srª da Escada de S. Domingos de Lisboa: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); renunciou à posse de Alenquer no neto, o rei D. Sebastião (vide), reservando para si as rendas que nela tinha: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); mandou fazer casa de água do convento dos Capuchos: Povos (Vila Franca de

Xira).

Catarina Almeida, casada com Francisco Domingues (vide), mãe de frei José do Nascimento (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Catarina Brandoa de Reboredo (Dona), pessoa principal; mãe de António Brandão de Reboredo (vide); esposa de Tomás Rodrigues da Costa (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Catarina de Áustria (Dona), rainha de Portugal; foi moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Catarina de Brito (Dona), recolhida no mosteiro de Santos, em Lisboa; proprietária da quinta de Val de Flores: Cardosas (Arruda dos Vinhos).

Catarina de Pilar (Dona), proprietária de quinta de maior colheira e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais).

Catarina de Pina (Dona), instituidora do morgado, juntamente com seu pai, António Simões (vide), que administra a ermida de Ascensão de Cristo e cujo último administrador foi Luís António de Basto Baharem (vide): Mercês (Lisboa).

Catarina Luís, a Negrela; faleceu com 108 anos de idade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Catarina Saraiva (Dona), juntamente com seu irmão, o padre Manuel de Roma (vide) foi senhora da quinta em que foi construído o convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Catarina Vicente, instituidora, juntamente com seu marido, Gonçalo Domingues (vide), da capela da Senhora da Graça, da igreja matriz de Santo Antão do Tojal, a quem puseram vários encargos, por escritura feita pelo tabelião Afonso Esteves (vide) em 11 de Janeiro de 1442 feita no palácio do arcebispo de Lisboa, D. João (vide) e na presença do chantre Gonçalo Domingues (vide), que o pároco memorialista vai usar para argumentar que, nesta altura, já tinha sido fundada a igreja de Santo Antão do Tojal; instituiu capela de missa quotidiana com vários encargos a que vinculou várias fazendas no altar de Nª Srª da Graça na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Cecília (madre), mulher preta que faleceu com aclamações de Virtude; está sepultada na igreja da Madre de Deus; fundou a igreja e hospital do Menino Deus: São Tomé (Lisboa).

Cecília Perestrela, esposa de Mem Pegado (vide); mãe de Lourenço Vaz Pegado (vide); família antiga de Alenquer; moradora na quinta da Carnota: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Césares, família que teve origem em Alenquer que está hoje na casa dos condes de Sabugosa (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Clemente dos Reis, capitão; proprietário da ermida de Stª Clara: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Clemente III, papa; veio-lhe prestar obediência D. João Bermudes (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Cocolim (conde de), excelentíssimo; tem quinta no lugar dos Cães: Loures (Loures); o seu palácio arruinou-se no dia do Terramoto e incendiou-se: Sacramento (Lisboa).

Constança (Dona), filha de D. Afonso de Portugal (vide) e de Dona Luísa de Gusmão (vide); irmã de D. Nuno Álvares Pereira de Portugal (vide), de D. Manuel de Portugal (vide), de D. Luís de Portugal (vide), de Dona Maria (vide) e de Dona Joana (vide); crismada pelo bispo D. Sebastião da Fonseca (vide) a 11 de Março de 1585; faleceu freira: Santo Antão do Tojal (Loures).

Constança (Dona), infanta e rainha de Portugal; por causa do seu casamento com o infante e rei D. Pedro I (vide) fez D. Afonso IV (vide), Conselho de Estado em Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer). – S. Tiago (Alenquer); senhora de Alenquer, por lhe ter sido doada por D. Afonso IV (vide) em 1340; faleceu em 1345: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Constança Anes Palhavã, instituidora da capela de Stª Catarina: S. Lourenço (Lisboa).

Constantino Pereira (frei), ilustre em Letras; *ornado de Virtudes as mais heroicas, sobrevindo do nosso [inclito] Condeestavel Nuno Alvares Pereira* (vide)*, ao qual persuadio a deixar o secullo para servir a Deos na mesma Religião*; frade do convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Contador-Mor, na quinta que foi sua está uma ermida de Stº António com uma admirável pintura de Nª Srª dando o Menino a Santo António: Loures (Loures).

Copeiro-mor (conde), senhor de quinta grande e boa: Alhandra (Vila Franca de Xira).

Cornélio Vandaly, flamengo; por sua disposição testamentária foi fundado o convento de Nª Srª da Soledade, estabelecido em 1649: Santos-o-Velho (Lisboa).

Correio-mor, senhor de quinta grande e boa: Alhandra (Vila Franca de Xira); ilustríssimo; tem quinta com águas copiosas no seu nascimento que rega grandes e notáveis fazendas: Loures (Loures).

Cosmo Fernandes, escrivão do cabido da Sé de Lisboa que transcreveu laudas do *Livro da Roda* onde estão os compromissos entre o prior e os raçoeiros da igreja de Santa Maria de Sacavém: (Loures).

Cristina da Silva, por sua alma e de seu marido diz missas aos Domingos e dias santos um capelão na ermida de Stª Cristina, tendo este para tal um ordenado de 20.000 réis, que corre por conta do seu testamenteiro, Inácio Ferreira (vide): Azueira (Mafra).

Cristóvão de Melo, ilustre em Armas; porteiro mor; natural da freguesia de Mártires (Lisboa); ilustre em Letras; escritor; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Cristóvão Esteves de Espargosa, desembargador do paço dos reis D. Manuel (vide) e D. João III (vide); pai de Dona Brites de Espargosa (vide): Stº Antão do Tojal (Loures).

Cristóvão José Franco Branco, administrador da ermida de S. Pedro Apóstolo, sita no lugar de Monfalim; procurador do senado da câmara de Lisboa: Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).

Cristóvão Manuel de Vilhena (D.), administrador da ermida de Nª Srª da Conceição, sita em Arroios: Anjos (Lisboa).

Cristóvão Pais Pacheco de Alpoim, porteiro do Conselho da Fazenda; tem quintalão onde está a ermida de

Nª Srª Mãe dos Pecadores: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Cunha (cardeal da), ilustre em Letras e Virtudes; inquisidor geral; tem *florecido* na freguesia: São José (Lisboa).

Custódio Ferreira Góis, administrador da ermida de Nª Srª da Conceição, situada na sua quinta: Campo Grande (Lisboa).

Custódio José da Costa Piló, padre; beneficiado da igreja de S. Cristóvão, colado pelo prior da mesma igreja, Joaquim Salter de Mendonça (vide), em 1744, por falecimento do beneficiado Feliciano de Oliveira (vide) e que foi instituído pelo arcebispo de Lacedemónia: São Cristóvão (Lisboa).

Damião de Góis, ilustre em Letras; enviado ao rei da Polónia e a outros príncipes; cronista-mor do Reino: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); meio-irmão de Rui Dias de Góis (vide); morou alguns anos numa sua quinta de Alenquer: Alenquer – S. Pedro (Alenquer); nasceu nesta freguesia; célebre cronista; guarda-mor da Torre do Tombo; filho de Rui Dias de Góis (vide) e de sua segunda mulher Isabel Gomes de Lemi (vide); jaz sepultado na capela-mor da igreja, que tem um epitáfio: Alenquer-Nª Srª da Várzea (Alenquer); meio irmão de D. Francisco de macedo (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Daniel Ferrara, proprietário de quinta onde está fundado o convento de Stª Rita, cujo terreno lhe tinha sido dado por D. João V (vide) para nele fundar um colégio para estudo dos seus religiosos: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

David Negro, os seus bens foram doados por D. João I (vide) a Nuno Álvares Pereira (vide) por escritura assinada pela rainha Dona Filipa (vide) e seus filhos D. Duarte (vide), D. Pedro (vide) e D. Henrique (vide): Sacramento (Lisboa).

David, imperador da Etiópia: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Dinis (D.), rei de Portugal; doou o padroado de Lumiar à madre abadessa do mosteiro de Odivelas que só se concluiu ao tempo do bispo de Lisboa D. João (vide); foi-lhe mandado da Irlanda o casco inteiro da cabeça de Stª Brígida que a mandou colocar no mosteiro das religiosas de S. Bernardo de Odivelas: Lumiar (Lisboa); foi seu tesoureiro-mor Pedro Salgado (vide): Stª Marinha do Outeiro (Lisboa); juntamente com a rainha Santa Isabel (vide) doou a igreja de Stº André a Aires Martins (vide) e sua mulher Maria Esteves (vide): Stº André (Lisboa); juntamente com a rainha Santa Isabel (vide) fez doação do padroado da igreja de Stº Estêvão de Alfama ao bispo de Lisboa D. Jaime (vide): Stº Estêvão de Alfama (Lisboa); mandou fazer a feira que se realiza no lugar de Odivelas, no couto das religiosas de S. Bernardo: Odivelas (Odivelas); na quinta que pertenceu a Inácio Xavier Matoso (vide), a rainha Santa Isabel (vide) mandou colocar um padrão com letreiro em memória da pacificação que se fez entre si e seu filho D. Afonso IV (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); filho de Dona Brites (vide) a quem pediu para ceder o padroado da igreja do mosteiro de Stº Estêvão ao mosteiro de Odivelas; marido da rainha Santa Isabel (vide); apesar da sua esposa, rainha Santa Isabel (vide) ser senhora de Alenquer, deu licença a Lourenço Martins (vide), seu escanção, para fazer um moinho no lugar de Stª Catarina, na ribeira de Alenquer, bem como a Domingos da Gaia (vide) e sua esposa Marinha Anes (vide); fez vila a Aldeia Galega da Marceana em 1318; confirmou em 1321 o aforamento que fez Fernão Anes (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); dizem que foi sua a espada usada na função chamada *Imperio* que se fazia em todos os Domingos, desde a Páscoa até ao Espírito Santo: Alenquer – S. Pedro (Alenquer); no seu tempo, em 7 de Outubro de 1289, foi eleito bispo de Lisboa, D. Domingos Jarda (vide) pelo papa Nicolau IV (vide): Santo Antão do Tojal (Loures); por seu mando e da rainha Stª Isabel (vide) teve início a festa do Espírito Santo, a que chamam a festa do Império, por existir nela a figura de um imperador, representando El-Rei, a quem se faz todas as honras, para que se dessem grandes esmolas aos pobres e que assim se fizesse em todo o Reino: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); ampliou Povos (Vila Franca de Xira); no seu tempo foi Cachoeiras doada ao convento das freiras de Odivelas: Cachoeiras (Vila Franca

Dinis de Almeida (D.), proprietário das melhores e mais largas quintas de Unhos (Loures) de xira).

Dinis de Melo e Castro (D.), bispo; foi seu vigário geral e provisor Álvaro Martins Pereira (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Dinis de Melo e Castro, a sua casa é padroeira do convento dos carmelitas descalços; a sua casa está na origem da Misericórdia de Colares (Sintra).

Diogo Álvares (D.), prelado de Lisboa que, entre outros, mediou entre o arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) e D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide) e que o memorialista aponta para provar que as obras feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses (vide) foram de reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal, pois esta já existia ao tempo de D. João Esteves de Azambuja (vide), altura em que considera ter sido feita a escritura de Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Diogo Calvo, ilustre em Armas; capitão de uma nau na Índia: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Diogo da Câmara, ilustre em Letras; padre mestre da Companhia de Jesus; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Diogo da Mota, padroeiro da capela de Nª Srª do Carmo das Carrafouchas, cuja capela sofreu *alguma ruina* no Terramoto, que reparou: Santo Antão do Tojal (Loures).

Diogo da Silva (D.), conde de Salinas; Filipe IV (vide) deu-lhe Alenquer com o título de marquês; filho do segundo duque de Pastrana (vide): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Diogo de Almeida (D), ilustre em Letras e Virtudes; principal na igreja Patriarcal; irmão do conde de Assumar (vide) e de D. Francisco de Almeida (vide): São Jorge de Arroios (Lisboa).

Diogo de Ataíde (D.), governador das Armas do Alentejo; o seu palácio, que pertenceu a Roque Monteiro (vide), arruinou-se no dia do Terramoto e incendiou-se: Sacramento (Lisboa).

Diogo de Carvalho, ilustre; nasceu e morou em Stº Antão do Tojal; filho de Dona Isabel Gomes Coelha (vide) e de Pedro de Carvalho (vide); militou na guerra da Aclamação, com a patente de alferes e pelo seu valor e esforço subiu a capitão de infantaria e serviu na praça de Peniche durante dezasseis anos, onde exerceu a patente de sargento-mor e de que foi o primeiro governador; irmão do doutor Estêvão Pedro de Carvalho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Diogo de Lima, proprietário da ermida de Nª Srª do Bom Sucesso, situada no lugar de Alvide; morador na vila de Cascais: Alcabideche (Cascais).

Diogo de Lisboa (frei), instituiu a irmandade das Chagas na igreja do convento da Santíssima Trindade e que foi transferida para a igreja das Chagas na freguesia de Stª Catarina: Sacramento (Lisboa).

Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado; em 6 de Junho de 1735, por seu aviso, foram os privilégios das terras das capelas de D. Afonso IV (vide) guardados na forma da Ordenação, apesar de não se observarem inteiramente: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Diogo de Nápoles e Noronha (D.), morador em Lisboa; proprietário da quinta Margem da Arada, onde está situada a ermida de Nª Srª da Penha de França: Olhalvo (Alenquer); o seu palácio arruinou-se no Terramoto e encontra-se meio reparado: São Vicente de Fora (Lisboa).

Diogo de Sousa Mexia, administrador da ermida de Nª Srª da Piedade, situada na sua quinta: Campo Grande (Lisboa).

Diogo Fernandes Salema, ilustre em Letras; doutor; desembargador; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Diogo Ferreira, fidalgo; vedor da casa do Infante D. Henrique (vide); pai de Aires Ferreira (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Diogo Figueira, escrivão que em 1534 fez certidão de doação das duas partes dos frutos da igreja de Sacavém feita por D. Teodósio (vide): Sacavém, (Loures).

Diogo Inácio de Pina Manique, *famoso e inimitavel magistrado*; fundou à sua custa a vila de Manique, adornando-a de bela casa da câmara e *belissima parochial*: Manique do Intendente (Azambuja).

Diogo José Palmeiro, ouvidor da vila de Alhandra; proprietário da ermida de Nª Srª da Penha de França, sita na quinta de Pedreira: São João dos Montes (Vila Franca de Xira).

Diogo Manuel (D.), ilustre em Armas; filho dos condes da Atalaia (vide); natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Diogo Martins, pároco coadjutor de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Diogo Mendes dos Reis, tem fazenda ao redor da ermida de S. Roque e tem construído um muro que cerca a ermida, vedando o acesso ao público, o que levou à intervenção de Mateus Bernardes (vide) obrigando-o a mostrar os títulos que possui em como a ermida de S. Roque lhe pertence: Santo Antão do Tojal (Loures).

Diogo Mendes Pinheiro, prior da igreja de S. Cristóvão em Março de 1658 que apresentou como beneficiado da mesma igreja o doutor Gabriel de Almeida (vide), instituído pelo bispo de Targa; instituiu como beneficiado da igreja de S. Cristóvão o padre Tomé Pereira Pinheiro (vide); apresentou como donatário da Coroa na igreja de S. Cristóvão a D. Simão da Gama (vide): São Cristóvão (Lisboa).

Diogo Moniz, prior de Stª Justa quando o corpo de S. Vicente veio para a Sé de Lisboa: Santa Justa e Rufina (Lisboa).

Diogo Nicolau de Saldanha e Oliveira, padroeiro da ermida de S. Pedro de Alcântara, situada junto ao convento de Stª Apolónia: Santa Engrácia (Lisboa).

Dionísio dos Santos Roubão, ilustre em Letras; da Companhia de Jesus; doutor pela Universidade de Évora; lente de Teologia: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Dionísio Rabasco, proprietário de quinta e casas, no lugar de Além, onde está a ermida de Nossa Senhora do Carmo, *que serve ao prezente de freguesia*: Cachoeiras Vila Franca de Xira).

Domingas Domingues, esposa de Afonso Alvelo (vide) a quem D. Afonso IV (vide) deu em 1336 umas herdades que tinha junta da Mata da Ota, entre os lugares do Bairro e Atouguia, bem como a seu cunhado Gil Alvelo (vide) e sua mulher Margarida Pascoal (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Domingos (D.), excelentíssimo principal; proprietário da ermida de S. Brás, sita na quinta da Agruela: São João dos Montes (Vila Franca de Xira).

Domingos (São), mestre de frei São Soeiro (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Domingos Antunes, padre; fez e dotou a ermida de S. Sebastião e a quem pertencem as reparações e mais despesas: Ventosa (Torres Vedras).

Domingos Baptista da Silva, reverendo, doutor, proprietário da quinta de Mato Sobral: Cardosas (Arruda dos Vinhos).

Domingos da Costa Fonseca, padre; padroeiro da ermida de Jesus, Maria José, situada no lugar da Carrasqueira: Carmões (Torres Vedras).

Domingos da Gaia, teve licença de D. Dinis (vide) para, juntamente com sua mulher Marinha Anes (vide), construir moinho na ribeira de Alenquer, pese embora fosse senhora de Alenquer a rainha Santa Isabel (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Domingos de Macedo Coelho, cónego; eram de excelente qualidade as águas do poço do seu pomar de onde bebiam os povos do lugar de Santo António: Santo Antão do Tojal (Loures).

Domingos de Matos, ilustre em Armas; obrou proezas na guerra do Levantamento; *as suas estratagemas foram as mais celebradas, os seus inventos os mais famosos, e as suas traças na campanha contra os castelhanos as de maior terror para os destruhir. Seguindo todos os postos, chegou por seu ingenho militar a ser mestre de campo desta praça e regimento, servindo desde soldado razo. Foi governar a torre do Outão, em Setubal, onde acabou a vida no servisso da Patria, porém nunca a fama, e chamavam-lhe naquele tempo a Perola da Guerra*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); mestre de campo; Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Domingos de Oliveira Braga, proprietário da quinta da Granja onde está situada a ermida de Nª Srª da Pedra: Charneca (Lisboa).

Domingos Dias de Carvalho, doutor; proprietário da quinta da Trigoura: Azueira (Mafra).

Domingos Ferreira da Veiga e Castro, capitão; senhor da quinta de Loureiro, onde está a capela de Nª Srª das Necessidades, fundada pelo cónego José Teixeira (vide); proprietário da quinta do Outeiro; estas quintas foram propriedade do cónego José Teixeira (vide): Cardosas (Arruda dos Vinhos).

Domingos Gomes da Silva, beneficiado; acudiu à reparação da ermida do Espírito Santo depois do Terramoto, juntamente com o prior Félix Dantas Barbosa (vide) mais dois seculares, pedindo esmolas por todas as casas da freguesia: Santo Antão do Tojal (Loures).

Domingos Jardo (D.), bispo de Lisboa; comprou a quinta de Pêro Viegas (vide), chamada de Santo António do Tojal em 1758, por 900 marcos de prata lavrada; foi eleito bispo de Lisboa pelo papa Nicolau IV (vide) em 7 de Outubro de 1289, no reinado de D. Dinis (vide); neste tempo já o priorado de Santo Antão do Tojal estava unida à Mitra: Santo Antão do Tojal (Loures); *pelas suas Letras subio à dignidade de bispo de Evora e de Lisboa e mereceo lograr a graça dos senhores reis de Portugal, D. Afonso III* (vide) *e D. Dinis* (vide); nasceu de pais pobres e humildes: Belas (Sintra).

Domingos José Loureiro, sua quinta do Ormeiro é obrigada à fábrica da ermida de Nª Srª do Carmo: Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).

Domingos Lopes, administrador da ermida de S. Sebastião, situada no lugar da Chança, onde também é morador: Sobral da Abelheira (Mafra).

Domingos Nogueira de Araújo, desembargador; proprietário da ermida da Nª Srª da Nazaré: Turcifal (Torres Vedras); ilustre; faleceu desembargador da Relação da cidade de Lisboa: Mafra (Mafra).

Domingos Pinheiro, ilustre em Letras e em Virtudes; padre; nascido no lugar de Barro; da Companhia de Jesus; *homem a todas as luzes grande em Letras*: Loures (Loures).

Domingos Pires Bandeira, secretário da Mesa da Consciência; na sua quinta dos Goriozos está a ermida de Todos os Santos: Charneca (Lisboa).

Domingos Pires, almoxarife de Alenquer, presente no aforamento que Fernão de Anes (vide) fez da fazenda do Rocio em 1318, sendo escrivão Pedro Martins (vide) e tabelião Afonso Anes (vide), o que foi confirmado pelo rei D. Dinis (vide) em 1321: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Domingos Ribeiro de Gouveia, capitão; ao seu trabalho e zelo, juntamento com o de Manuel Teixeira (vide) e Inocêncio Martins (vide), deve o povo da freguesia as obras na fábrica da igreja durante os dez anos que o Santíssimo esteve na capela do Socorro e duraram as obras até 21 de Dezembro de 1681: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Domingos Rodrigues, *insigne ervellario* que escreveu rol de ervas que constam na Memória Paroquial de Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

Domingos Valente do Amaral, tenente-coronel; os seus herdeiros são proprietários da ermida de Stº António situada na ribeira de Alcântara, que *hé de Amaral Vallente* (vide): Santa Isabel (Lisboa).

Domingos Vaz de Carvalho, ilustre em Armas; governador da fortaleza da barra do Rio de Janeiro: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Drake, ancorou na baía de Cascais com 200 velas em 30 de Maio de 1589, tendo assolado, juntamente com D. António (vide), prior do Crato e 15.000 ingleses, a vila, igrejas e fortalezas e depois a saqueou durante dezoito dias, tendo ido embora no mês de Junho: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Duarte (D.), filho de D. João I (vide) e de Dona Filipa de Lencastre (vide); assinou escritura, juntamente com seus pais e seus irmãos D. Pedro (vide) e D. Henrique (vide), pela qual D. João I (vide) doava os bens de David Negro (vide) a Nuno Álvares Pereira (vide): Sacramento (Lisboa); foi sua ama Isabel Lopes (vide); casou em 1428 casou com Dona Leonor de Aragão (vide); pai do Infante D. Duarte (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Duarte (D.), Infante de Portugal; filho do rei D. Duarte (vide) e de Dona Leonor de Aragão (vide); nasceu em Alenquer a 12 de Julho de 1435: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Duarte (D.), Infante de Portugal; marido de Dona Isabel (vide); irmão do Infante D. Luís (vide): Carnaxide (Oeiras).

Duarte Álvares de Abreu, ilustre em Letras; chamado *doutor Cadaval*; lente da Universidade; morreu desembargador *a cujas maiores esperanças pôs termo ou a cruel Parca ou outro algum infortunio, conforme parece mais verosimel*: Cadaval (Cadaval).

Duarte Freire, pai de Frei Francisco da Natividade (vide); casado com Isabel da Costa (vide): Madalena (Lisboa).

Duarte Pereira, de alcunha Machadinha; ilustre em Armas; deve a sua alcunha aos feitos conseguidos com uma machada depois de ter sido feito cativo de piratas, juntamente com seus companheiros. *Nestes termos vendo que todos os mais da campanha os passaram para a nau inimiga, e elle só ficara na propria com hum preto e outro companheiro, excorgitou traça de como se poder livrar e aos dous, e recuperar a embarcação rendida. Pedio que lhe dessem hum*

coco para comer e huma machadinha para o poder [quebrar] e ajustando-se com os companheiros que enquanto elle dava na cabessa ao cappitão que dormia com a machadinha, outro lançasse ao mar pelas pernas a hum que estava encostado na amurada descuidado comendo, e o outro dos três que acodisse a fechar a escotilha, para empedir aos que estavam em baixo recolhidos. Tudo sucedeo ao intento, foi-se o Machadinha para o [ ] onde o cappitão dos levantados dormia, para quebrar o seu coco, e em vez de dar o golpe no coco abrio a cabessa com ella ao que dormia, e ficou armado com huma espingarda e alfanje que tinha junto de si. No mesmo tempo que estava de trás do outro encostado amurado deu com elle pelas pernas ao mar, e o terceiro não se descuidou de fechar a escotilha, com que os de baixo não poderam acodir assima. Estava ahinda hum inimigo no cesto da gavia que hia vendo o rumo que a sua embarcação tomava para o hir seguindo, e vendo o que se passava no convés quis acodir abaixo, porém Machadinha o fez tornar para cima com a espingarda sub penna de morrer se descia. Feito isto mandou marear o panno para o Algarve onde aportou com este feliz sucesso. Governava então aquele Reino o marquês de Cascaes, Dom Manoel (vide)*, que sabendo do sucesso aprezentou o sojeito Machadinha ao senhor rei Dom Pedro 2º* (vide) *que o premiou com o bastão de cappitão de mar e guerra, perpetuando-se com este facto o epiteto e fama do cappitão Machadinha*; tem dois filhos de grande literatura: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Duarte Pereira, ilustre em Armas; capitão-de-mar-e-guerra da Coroa; professo na ordem de Cristo: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Duarte Ribeiro de Macedo, ilustre em Letras; o seu nome perpetuou-se nas obras que deixou escritas, parte das quais andam já estampadas *as quaes são bastante [inteiros] de sua grande capacidade*; cavaleiro da ordem de Cristo; do Conselho de Sua Majestade e do Conselho da Real Fazenda; enviado às cortes de Paris, Madrid e Turim; descendente de Jerónimo Ribeiro (vide): Cadaval (Cadaval)

Duarte Salter de Mendonça, desembargador; na sua quinta está a ermida de S. Jorge: Camarate (Loures).

Egídio Lourenço, prior de Mártires em 1338: Mártires (Lisboa).

Elias António Perdigão, padre; actual administrador da capela de Nª Srª do Rosário: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Ericeira (conde de), padroeiro da capela-mor do hospício de Stª Joana: São José (Lisboa).

Estácio Ribeiro Borralho, ilustre em Armas; serviu no terço da Armada; foi capitão da fortaleza de S. João e rio de Vila Nova de Portimão, em cujo exercício faleceu em 1668; filho de Manuel Antunes da Silva (vide) e de Constança de Pontes Borralha (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Estanislau Manso, padre; ilustre em Letras; da Companhia de Jesus; bem conhecida pela sua grande Literatura; lente de Prima na Universidade de Coimbra; foi para Roma: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Estêvão (D.), bispo de Coimbra; morou na freguesia da Madalena ou, pelo menos, foi ministro da igreja da Madalena (Lisboa).

Estêvão da Costa Solano, na sua quinta da Francelha fica a ermida de Nossa Senhora: Sacavém: (Loures).

Estêvão da Gama, governador da Índia; no seu tempo passou D. João Bermudes (vide) segunda vez à Etiópia: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Estêvão de Santarém (frei), ilustre; frade do convento da Santíssima Trindade; venerável; confessor da rainha Santa Isabel (vide); primeiro instituidor da ordem de Cristo; *religiozo de tanta Literatura que foi um dos mais celebres cathedraticos da Universidade de Coimbra*, no tempo em que este residia em Lisboa: Sacramento (Lisboa).

Estêvão Domingues, deu-lhe D. Afonso IV (vide) um moinho na vila de Alenquer que vagara por morte de Francisco Pinto (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Estêvão Galhardo, por ordem do rei D. João V (vide) examinou o osso da canela de um gigante que está na ermida de Nª Srª do Monte, na presença do físico-mor do Reino e outras entidades: Sintra-S. Martinho (Sintra).

Estêvão Pedro de Carvalho, doutor; desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação; filho de Dona Isabel Gomes Coelha (vide) e de Pedro de Carvalho (vide); irmão de Diogo de Carvalho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Estêvão Pinto de Morais Sarmento, criado particular de Sua Majestade; proprietário de quinta onde está a ermida de Nª Srª da Penha de França: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Estêvão Pires, pai de Francisco de Fóios (vide); marido de Ana Botada (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Estevo (Dom Frei), bispo que juntamente com o cabido de Lisboa embaraçou a anexação de Lumiar ao mosteiro de Odivelas, a qual só se concluiu ao tempo do bispo D. João (vide): Lumiar (Lisboa).

Estoril (morgados do), proprietários da ermida de Nª Srª do Pópulo: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Eugénia de Bragança (Dona), esposa de D. Francisco de Melo (vide); mãe de D. Nuno Álvares de Melo (vide); filha de D. Jaime (vide): Cadaval (Cadaval).

Eugénio Trigueiros (D. frei), ilustre; religioso de Santo Agostinho no convento da Graça, em Lisboa; foi por cabeça de missão para a Índia oriental, para a China, onde missionou vários anos e foi eleito e consagrado bispo de Macau e promovido a arcebispo de Goa, de que não chegou a tomar posse por morrer durante a viagem: Stª Maria do Castelo de Torres Vedras (Torres Vedras).

Eugénio, papa; confirmou a nomeação de João Vaz (vide) para administrador da ermida de Stª Catarina: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

Eusébio da Cunha Vilas Boas, proprietário da quinta da Fonte onde está a ermida de S. Sebastião: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

Eusébio de Sá (frei), ilustre em Letras; escritor; padre mestre carmelita; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Fabião Lopes de Araújo, proprietário da quinta das Caldeiras: Cardosas (Arruda dos Vinhos).

Falcões, família nobre; proprietários da capela de Nª Srª da Nazaré situada nas suas casas; seu morgado é digno que dele se faça memória: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Fautino Mourão da Câmara, administrador da capela do Salvador que fica na igreja de Granja de Alpriate (Vila Franca de Xira).

Febos Almis, foram seus os bens que doados por Nuno Álvares Pereira (vide) ao convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Feliciana Francisca Xavier da Cunha (Dona), as suas casas sofreram destruição na sequência do Terramoto de 1755; filha de Miguel da Cunha (vide); eram de excelente qualidade as águas do seu poço de onde bebiam os povos do lugar de Santo António: Santo Antão do Tojal (Loures).

Feliciano da Conceição (frei), ilustre em Letras; doutor; padre religioso de São Jerónimo; lente de Prima de Escritura na Universidade de Coimbra; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Feliciano de Oliveira, beneficiado falecido de S. Cristóvão, substituído pelo padre Custódio José da Costa Piló (vide): São Cristóvão (Lisboa).

Feliciano Velho Oldembrg, escrivão da câmara de Sua Majestade, na Mesa da Consciência e na repartição da ordem de Cristo; proprietário e morador na quinta e casas nobres que pertenceram a João Xavier da Silveira (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Felisberto Leitão de Carvalho, padre, primeiro pároco de Stª Isabel que o cardeal patriarca D. Tomás de Almeida (vide) colou como reitor em atenção aos serviços que tinha feito à Mitra: Santa Isabel (Lisboa).

Félix Dantas Barbosa, doutor; prior de Santo Antão do Tojal em 1737, sucedendo ao prior João de Morais Pereira (vide); até ao seu tempo os priores viveram no palácio construído para a Mitra, altura em que D. Tomás de Almeida (vide) construiu nova residência para os priores de Santo Antão do Tojal; ordenou compromisso à confraria do Santíssimo Sacramento que, depois de aprovado pelo Ordinário, passou a irmandade; nomeado comissário e protector da confraria de Nª Srª do Rosário por frei José de Santo António (vide); nomeado comissário e protector da confraria de Nª Srª do Carmo por frei Filipe de Santa Teresa (vide) para *lançar bentinhos e fazer confrades*; atendendo à grande devoção que havia a Santa Luzia colocou, à sua custa, uma imagem de Santa Luzia, estofada, no mesmo altar em que tinha estado a de S. Lourenço, que era de vestir; um seu criado, preto e forro, colocou no altar de Santo António uma imagem de S. Benedito, o qual, pela imagem ser pequena e o criado lhe ter pedido, mandou fazer outra maior, de barro, que colocou no mesmo lugar e a quem o rei D. João V (vide) deu de esmola 20 moedas, colocadas à sua disposição e da mesa da irmandade do Santíssimo, postas a juro, juntamente com o excesso, por crescerem as esmolas; em 1738 doou uma relíquia de S. Sebastião, que lhe tinha dado frei Luís César (vide); mandou-lhe o arcebispo D. Tomás de Almeida (vide) uma caixa de chumbo em que estão fechadas várias relíquias para colocar no globo de pedra que serve de base à cruz episcopal de ferro que remata o frontispício da igreja matriz de Santo Antão do Tojal, novamente colocada depois do Terramoto, na sequência das obras de restauro do frontispício da mesma igreja, ao tempo da sé vacante do cardeal D. José Manuel (vide); autorizou o enterro do padre António de Santa Ana (vide) na ermida de Nª Srª da Conceição; admoestou o padre Joaquim Pamplona (vide) para não celebrar publicamente e dar a comunhão em Quinta-feira de Endoenças; levou o Santíssimo Sacramento e trasladou a paróquia para a ermida de S. João Baptista até ao fim do mês de Novembro de 1755 e daí para a irmandade das Almas; instituiu, com os beneficiados e mais ministros da matriz, uma festa a S. Diogo, no dia 17 de Agosto; eram de excelente qualidade as águas do poço do seu pomar de onde bebiam os povos do lugar de Santo António; juntamente com o beneficiado Domingos Gomes da Silva (vide) e mais dois seculares acudiram à reparação da ermida do Espírito Santo, pedindo esmolas por todas as casas da freguesia; as suas casas sofreram destruição na sequência do Terramoto: Santo Antão do Tojal (Loures).

Feliz de Carvalho Sotomaior, no lugar de Covas, na esquina da sua quinta, está a ermida de S. Bento, edificada por Bento Rodrigues Taveira (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Feliz Ribeiro da Silva, cavaleiro do Hábito de Cristo; proprietário da quinta do Campo: Azueira (Mafra).

Fernando (D.), duque de Bragança; neto de Nuno Álvares Pereira (vide); a pedido do avô, deu esmola perpétua de seis moios de trigo ao convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Fernando (D.), filho de D. António de Ataíde (vide); conde de Castanheira: Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Fernando (D.), rei de Portugal; doou Cascais e seu termo a Gomes ou Gonçalo Lourenço de Avelar (vide) em 8 de Abril de 1370, com toda a *jurisdição, alta e baixa, mero e misto império* e depois deste se ausentar do Reino sem licença doou Cascais a Henrique Manuel de Vilhena (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); elevou Cadaval a vila em 1 de Dezembro de 1371 e deu-a nesse mesmo dia a D. João Afonso Telo de Meneses (vide): Cadaval (Cadaval); em 1373, quando estava em Santarém, o rei de Castela, D. Henrique (vide) tomou Lisboa e o conde de Gijon, D. Alonso (vide) tomou Cascais: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); filho de D. Pedro I (vide); quando Infante foi seu porteiro Pedro Afonso (vide); em 1369 confirmou a mercê que Afonso Esteves (vide) tinha de casais em Alenquer; em 1372 fez mercê a Afonso Esteves (vide) de um casal na Telhada e do casal do Recio; em 1374 deu

a Geraldo Anes (vide) uns bens que foram de D. João Gomes (vide); fez mercê de vila ao lugar de Vila Nova, do termo de Alenquer; recebeu o Condestável Nuno Álvares Pereira (vide) e sua esposa Dona Leonor de Alvim (vide) no lugar de Vila Nova, termo de Alenquer; marido de Dona Leonor (vide); deu mercê de vila ao lugar de Vila Nova o que foi revogado por Dona Leonor (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); morou no paço do conde João Fernandes Andeiro (vide) que hoje é a prisão do Limoeiro: S. Martinho (Lisboa).

Fernando (D.), segundo duque de Bragança; marido de Dona Joana de Castro (vide): Cadaval (Cadaval).

Fernando Correia de Lacerda (D.), bispo do Porto; morador na freguesia de Mártires (Lisboa); ilustre em Letras; escritor; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Fernando da Costa de Ataíde e Teive (D.), senhor de Baião; administrador da ermida de Nª Srª de Guadalupe: Ventosa (Torres Vedras).

Fernando da Cunha Henriques, ilustre em Virtudes e Letras; doutor; serviu vários lugares no tempo de D. Pedro II (vide) e D. João V (vide) reputando-se *pelo ministro de maior izençam e limpeza de mãos*; faleceu sendo provedor de Évora, estando enterrado no seu carneiro que tem na igreja matriz de Enxara do Bispo (Mafra).

Fernando da Soledade (frei), cronista da religião franciscana; segundo ele o nome Vialonga deriva de Vila Longa: Vialonga (Vila Franca de Xira).

Fernando de Abreu e Faria, ilustre em Letras; serviu em lugares de El-Rei *com grande satisfação ainda da Republica Literaria*; ordenou-se sacerdote; desembargador da Relação Eclesiástica que abandonou *para este seu natural, aonde, ainda que o ocio pôs termo a outros maiores progressos da sua capacidade, ainda compôs o Livro da Vida do maes previlegiado Patriarca o Senhor S. Jozé*; deu ao prelo grande quantidade de sermões e diversos assuntos e *dois tomos aos ultimos livros da Ordenação*, *os quaes querendo-se perpectuar por meio da estampa pereceram nos incendios do ultimo e sempre lamentavel Terremoto*: Cadaval (Cadaval).

Fernando de Almeida (D.), administrador da ermida de Nª Srª da Nazaré: Campo Grande (Lisboa).

Fernando de Almeida (D.), tem a obrigação de mandar dizer uma missa quotidiana na capela do Senhor Jesus na igreja de São João da Talha (Loures).

Fernando de Almeida e Silva (D.), o seu palácio, que pertenceu à família dos Baharem (vide), padeceu ruína na sequência do Terramoto: Santo Antão do Tojal (Loures); no seu palácio que lhe pertencia em 1755 D. João I (vide) determinou a morte do conde João Fernandes Andeiro (vide): S. Martinho (Lisboa).

Fernando de Faro (D.), bispo de Elvas; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Fernando de Larre, provedor dos armazéns da Coroa; proprietário de umas casas de campo *nobilissimas* onde principiam as estradas que vão para Rego e Palhavã: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); proprietário de quinta situada em Vale Escuro onde está a ermida de Stº António: Santa Engrácia (Lisboa).

Fernando de Meneses Vasconcelos (D.), no seu tempo deu-se a demarcação das paróquias do arcebispado de Lisboa; *ordenou o Censual de que trata a Constituição*; segundo a *História dos Bispos de Lisboa* de D. Rodrigo da Cunha, em 1554 fundou a igreja, palácio e jardim de Santo Antão do Tojal, o que vai ser rebatido pelo memorialista de Santo Antão do Tojal que considera que este foi responsável pela reedificação da igreja, palácio e jardim, pois esta já existia em 1442, ao tempo da escritura feita por Gonçalo Domingues (vide) e sua mulher Catarina Vicente (vide), pelo que as obras por si feitas em 1554 foram de reedificação e não de fundação; atesta-o também, segundo o mesmo memorialista a transacção de terras que fez com o padres lóios para ampliação do palácio e da igreja, bem como o contrato feito com o administrador da capela do Rosário para cedência de terra contígua à cerca em troca do dízimo de todas as fazendas da quinta que tocavam à Mitra; na reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal transformou a igreja de três naves em uma só: Santo Antão do Tojal (Loures).

Fernando Gomes Quadros, senhor de Tavarede; administrador da ermida do Senhor Jesus, na quinta do Borralho: Ponte do Rol (Torres Vedras).

Fernando Leite de Sousa, administrador de ermida localizada no lugar de Covas, que aforou a Pedro do Vale Cardoso (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Fernando Martins Mascarenhas (D.), ilustre em Armas; segundo conde de Óbidos; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Fernão de Anes, porteiro de Alenquer; aforou a fazenda do Rocio em 1318, sendo almoxarife Domingos Pires (vide), escrivão Pedro Martins (vide) e tabelião Afonso Anes (vide), o que foi confirmado pelo rei D. Dinis (vide) em 1321: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Fernão Veles, fidalgo da Casa Real; primeiro provedor da Misericórdia de Alenquer: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Filipa (Dona), rainha de Portugal; deixou Alenquer e outras terras à Infanta Dona Isabel (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); esposa de D. João I (vide); assinou escritura, juntamente com seus filhos D. Duarte (vide), D. Pedro (vide) e D. Henrique (vide), pela qual D. João I (vide) doava os bens de David Negro (vide) a Nuno Álvares Pereira (vide): Sacramento (Lisboa).

Filipa de Melo (Dona), esposa de D. Álvaro (vide); filha e herdeira de D. Rodrigo Afonso de Melo (vide); mãe de D. Rodrigo de Melo (vide): Cadaval (Cadaval).

Filipa de Sá (Dona), condessa de Linhares**;** padroeira do colégio de Stº Antão: Socorro (Lisboa).

Filipa de Vilhena (Dona), ilustre em Letras; marquesa de Atouguia; foi moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Filipe de Abranches Castelo Branco, ilustre em Letras; doutor; deputado da Mesa da Consciência e Ordens; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Filipe de Abranches, desembargador; na sua quinta há uma ermida de Santo António da Serra: Sacavém: (Loures); proprietário de quinta no lugar dos Mogos, onde está situada a ermida de S. João Baptista: Vialonga (Vila Franca de Xira).

Filipe de Novais Machado, ilustre em Letras; desembargador: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Filipe de Santa Teresa (frei), padre, mestre jubilado; provincial de Nª Srª do Carmo; nomeou comissário e protector da confraria de Nª Srª do Carmo ao prior Félix Dantas Barbosa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Filipe de Sousa, ilustre em Virtude e Caridade; principal Deão; tem *florecido* na freguesia: São José (Lisboa).

Filipe dos Santos, cura de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Filipe I (D.) dito *Filipe de Castela*; rei de Portugal; em 1586, por Breve pontifício, doou Alhandra ao arcebispo D. Miguel de Castro (vide) com muitas restrições; tirou poderes militares aos bispos de Lisboa, enquanto donatários de Alhandra (Vila Franca de Xira).

Filipe II (D.), rei de Portugal; levou para o Escorial a pedra em que ficou estampada o pé de Nossa Senhora quando apareceu, pelo ano 700, a uns eremitas, junto da cidade de Alanker-Kana, no sítio onde está a igreja de Nª Srª da Ameixoeira, bem como levou um pergaminho que se referia à aparição: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); em 1600 aprovou o compromisso da casa e albergaria que existe na ermida do Espírito Santo, que todos os anos elege um provedor com escrivão, procurador e quatro louvados: Santo Antão do Tojal (Loures).

Filipe III (D.), rei de Portugal; no seu tempo, por altura da peste de 1609, a imagem de pedra de S. Sebastião suou miraculosamente, segundo o registo de Manuel de Faria e Sousa na sua *Epitome das Estorias Portuguezas*: São João da Talha (Loures); foi seu confessor Frei João de Santo Tomás (vide): Mártires (Lisboa); no seu tempo foi corregedor e provedor de Alenquer o doutor Tomé Pinheiro da Veiga (vide): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Filipe IV, rei de Portugal; deu Alenquer com o título de marquês a D. Diogo da Silva (vide), conde de Salinas: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Filipe José, mestre cabeleireiro de Lisboa; devoto de S. Roque; é referido pelo memorialista como exemplo dos milagres de S. Roque que testemunhou, em que na romagem ao santo passou-lhe por cima do pé o carro em que vinham alguns romeiros e armações para a solenidade, tendo ficado com dores que não tinham *consolação alguma*. *Chegando o dito devoto ao sitio não quis outro remedio, senão a aplicação da refferida agua* (água do poço de S. Roque) *com a qual ficou tão restituido que immediatamente e pessoalmente começou a tratar em os cultos dos mesmo sancto e sua festa*: Santo Antão do Tojal (Loures).

Filipe, o Bom, duque da Borgonha; marido da Infanta Dona Isabel (vide): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Filipe Terço, famoso arquiteto; padrinho de D. Apolinário de Almeida (vide): Madalena (Lisboa).

Filipes, reis de Portugal; atribuíram privilegios de *camas, bestas e outras couzas semelhantes*: Reguengo da Carvoeira (Mafra).

Francisca (Dona), Infanta de Portugal; da freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisca da Costa, esposa de Antão Álvares (vide); mãe de Gabriel da Costa Mesquita (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Francisca Luís, instituidora da capela do Rosário; esposa de Álvaro Pereira (vide), pai de Álvaro Martins Pereira (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Francisca Rodrigues, instituiu em 1756 a capela de Nª Srª da Piedade, sita na quinta do Marco, que era sua propriedade e que é administrada por seu filho Julião Francisco Torres (vide): Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

Francisco (D.), infante de Portugal; numa tarde desceu a cavalo por uma escada do caminho de Stª Marta que hé *tão levantada e ao pino*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Francisco (D.), infante de Portugal; juntamente com o rei D. João V (vide) e o infante D. António (vide) viu o osso de um gigante que está na ermida da Nª Srª do Monte: Sintra-S. Martinho (Sintra).

Francisco (D.), Infante de Portugal; pai de D. Pedro (vide) e de D. João (vide); da freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisco (D.), filho de D. Pedro II (vide); recebeu o senhorio de Povos; mandou fazer um celeiro na rua do cais: Povos (Vila Franca de Xira).

Francisco (São), foi mestre de São Zacarias (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Francisco (São), no seu tempo foi fundado o pequeno convento chamado oratório de Stª Catarina, segundo diz o povo e muitos dos seus religiosos: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

Francisco Anes Trancoso, licenciado; fundador, em 1611, juntamente com seu irmão Jerónimo Trancoso (vide), da capela da Srª da Guia, a quem deixou vinculada muita fazenda: Alhandra (Vila Franca de Xira).

Francisco António de S. Pedro Arena (frei), religioso barbadinho da província de Génova; fundou o novo hospício dos religiosos barbadinhos em 10 de Abril de 1738, por ordem e despesa de D. João V (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Francisco António Prego, proprietário da ermida de Nª Srª do Cabo; morgado; morador numa barraca sita em quinta contígua à ermida: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Francisco Borges de Andrade, proprietário da ermida de Nª Srª de Penha de França: S. João de Lampas (Sintra).

Francisco Cardoso, capitão; a sua quinta tem fonte com águas abundantíssimas: Loures (Loures).

Francisco Correia de Lacerda, ilustre em Letras; doutor; *mestre de reis*; secretário de Estado; comissário

da Bula da Santa Cruzada; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisco da Apresentação (frei), padre; ilustre; em 1724, no convento do Coleginho, na cidade de Lisboa, tomou o hábito de Santo Agostinho *desejozo de largar a vida do seculo para adquirir outra mais perfeita na Religião*; nesse mesmo ano foi para a Índia, sendo prior em [Pemme], tendo-se recolhido ao seu convento de Bombaça, ao fim de um ano. Quando esta praça foi assaltada participou na sua defesa, tendo sido preso pelo inimigo *e metido em duro carcere e nelle lhe davam cada dia 208 açoutes, cujo tormento sofreo constante na fé, com heroica paciencia o espaço de oito dia, no fim dos quais passou desta vida ao lugar que Deos lhe teria aparelhado, no anno de 1730*: Runa (Torres Vedras).

Francisco da Costa Carvalho, doutor; vigário da vara do Ribatejo que deu o impresso das Memórias ao cura de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Francisco da Costa, proprietário de uma quinta situada nas margens do rio de Loures: Unhos (Loures).

Francisco da Cunha Manuel, professo da ordem de Cristo; proprietário de ermida: Runa (Torres Vedras).

Francisco da Cunha Pereira, proprietário da ermida da Srª da Piedade: Igreja Nova (Mafra).

Francisco da Natividade (frei), mestre doutor; *o Latino*; filho de Duarte Freire (vide) e de Isabel Costa (vide); provincial dos Carmelitas; um dos mais célebres oradores do seu tempo em língua latina e portuguesa; excelente poeta; em Roma *defendeo as suas celebres conclusões que têm sido impressas em Italia quatro vezes, conthém setenta e duas paginas, em fol*; natural de Madalena (Lisboa).

Francisco da Silva, na sua quinta, no lugar da Panasqueira, está ermida de Nª Srª do Cabo, edificada por seu pai Baltasar da Silva Lima (vide): Charneca (Lisboa).

Francisco da Silva, proprietário da quinta da Boavista: Olhalvo (Alenquer).

Francisco das Chagas (frei), ilustre em Virtude; frade de Stº Agostinho; mártir no Japão: Alenquer – Stº Estêvão; Alenquer – S. Tiago; Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Francisco de Almeida (D.), ilustre em Letras e Virtudes; principal na igreja Patriarcal; irmão do conde de Assumar (vide) e de D. Diogo de Almeida (vide): São Jorge de Arroios (Lisboa).

Francisco de Almeida (D.), primeiro vice-rei da Índia; avô de D. Francisco de Melo (vide): Cadaval (Cadaval).

Francisco de Andrade Corvo, proprietário da ermida de Nª Srª do Pilar, sita em Trancoso de Baixo: São João dos Montes (Vila Franca de Xira).

Francisco de [Aréz] e Vasconcelos, da família dos Gomes e Lobos (vide); moço de D. Pedro II (vide); governador de Valença do Minho, morreu brigadeiro de infantaria; pai de Vasco José da Gama Lobo (vide) e de Luís de Vasconcelos (vide): Povos (Vila Franca de Xira).

Francisco de Bragança (D.), eleito patriarca de Portugal e Índia; ilustre em Letras; escritor; patriarca eleito; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisco de Castro (D.), bispo inquisidor geral; reedificou a quinta da Penha Verde construindo o palácio, as quatro ermidas e as várias fontes que tem; a ermida de Santa Catarina foi mandada fazer por si em memória de D. João de Castro (vide) ser armado cavaleiro em Santa Catarina do Monte Sinai: Sintra-S. Martinho (Sintra); primeiro que tomou posse do colégio da proteção do colégio dos Inglesinhos ou de S. Pedro e S. Paulo: Mercês (Lisboa).

Francisco de Castro, ilustre em Dignidades e Letras; doutor; graduado em Cânones: S. Lourenço (Lisboa).

Francisco de Castro, prior; instituidor de capela: S. Lourenço (Lisboa).

Francisco de Fóios, em 23 de Outubro foi baptizado na freguesia de Ameixoeira; morreu crucificado em Achém, de acordo com justificação em posse do desembargador Manuel Guerreiro Camacho Fóios (vide); filho de Estêvão Pires (vide) e de Ana Botada (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Francisco de Gusmão (D.), mordomo-mor da Senhora Dona Maria (vide); pai de Dona Luísa de Gusmão (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco de Macedo, nomeado pela rainha provedor da casa e hospital do Espírito Santo; filho mais velho de Rui Dias de Góis (vide) e de Inês de Oliveira de Macedo (vide); meio-irmão de Damião de Góis (vide); pai de Sebastião de Macedo (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Francisco de Melo (D.), segundo marquês de Ferreira; quarto conde de Tentúgal; senhor de Cadaval; filho de D. Rodrigo de Melo (vide); neto de D. Francisco de Almeida (vide); marido de Dona Eugénia de Bragança (vide); pai de D. Nuno Álvares de Melo (vide): Cadaval (Cadaval).

Francisco de Melo e Albuquerque, na sua quinta está uma ermida de Nª Srª da Nazaré: Loures (Loures).

Francisco de Mendes, proprietário de quinta de maior colheira e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais).

Francisco de Salazar, foi proprietário de uma quinta situada nas margens do rio de Loures, que posteriormente pertenceu a Gaspar Pereira de Lagos (vide) e hoje é pertença de Baltasar Manuel Pereira de Lagos (vide): Unhos (Loures).

Francisco de Saldanha (D.), cardeal; sucessor de D. José Manuel (vide); manifesta a esperança o memorialista que mantenha *o mesmo afecto à collegiada e parochia* que o cardeal D. Tomás de Almeida (vide); continua as obras de recuperação iniciadas por D. José Manuel (vide) na sequência do Terramoto: Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco de Sales (D.), mandou fazer a excelente varanda que existe no palácio de Gastão José da Câmara Coutinho (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Francisco de Sales Guerreiro, proprietário *como seccionario* de Manuel de Távora [Matulo], da ermida do Senhor Jesus da Piedade que está dentro de um pomar: Povos (Vila Franca de Xira).

Francisco de Santa Rosa Tinoco (frei), provincial dos dominicanos que ordenou a erecção da confraria de

Nª Srª do Rosário a frei José de Santo António (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco de Santo António (frei), em 1738 erigiu a ordem Terceira da Penitência de S. Francisco; director dos congregados do Senhor da Boa Morte de Lisboa; religioso do convento de Nª Srª do Amparo, da casa nova da província de Santo António: Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco de Sousa (D.), o *Quelhas*: administrador da ermida de Nª Srª da Piedade, demolida por causa do Terramoto: Campo Grande (Lisboa).

Francisco de Sousa e Meneses, padroeiro do convento do Sobral, que lançou a sua primeira pedra, juntamente com seu filho, Jorge de Sousa (vide) e frei Pedro dos Santos (vide): Alhandra (Vila Franca de Xira).

Francisco de Sousa Pacheco, ilustre em Letras; enviado à República da Holanda, onde casou com a princesa de Nassau (vide) e onde tem descendência: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Francisco de Souto Maior (D.), bispo de Targa; eleito arcebispo de Braga; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisco Dias, de alcunha o Terrinha; ilustre em Armas; o *mais rijo e valente mosso de forças que houve naquele tempo*; faleceu 2 de Dezembro de 1585: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Francisco Domingues, de alcunha *o Mergulhão*; casado com Catarina Almeida (vide); pai de frei José do Nascimento (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco dos Mártires (D. frei), ilustre em Virtudes e em Letras; arcebispo de Goa; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisco dos Mártires (D.), *segundo do nome*; bispo de Cochim; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisco dos Santos Sardo, ilustre em Letras; doutor em Cânones; deão da Sé de Miranda: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Francisco Gomes de Lisboa, homem de negócios de Lisboa; edificou uma quinta no lugar das Carrafoixas em 1720 e ordenou a construção de uma ermida a Nossa Senhora do Monte do Carmo, com o título do Vencimento: faz a romagem a S. Roque em Santo Antão do Tojal pelo exemplo de João de Almeida (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco Gonçalves, padre; reitor do seminário patriarcal; é referido pelo memorialista como exemplo dos milagres de S. Roque *que nos nossos tempos podemos testemunhar*, em que foi curado pela água do poço de S. Roque depois que lhe *sobreveio a huma perna erizipela e com tal actividade que não só lhe tirou parte dos sentidos intelectuais, mas também lhe cauzou huma excessiva febre e com huns sintomas horrorosissimos*: Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco Henriques da Silva, a sua quinta tem serventia de uma ponte de pau: Olhalvo (Alenquer).

Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (D.), administrador de colegiada que existe na igreja de Anjos; administrador da ermida de Nª Srª do Pópulo, em Arroios: Anjos (Lisboa).

Francisco Joaquim de Barros e Vasconcelos, escrivão da Fazenda Real; administrador do morgado de Santa Iria; filho de Dona Ana de Avelar (vide) e de D. Rodrigo de Noronha (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco José do Canto e Castro, um seu filho menor é administrador da ermida de Jesus, Maria e José: Ameixoeira (Lisboa).

Francisco Lopes Camelo, sua viúva é proprietária da ermida da Santíssima Trindade e de Nª Srª da Boa Morte existente no lugar do Foro: Loures (Loures).

Francisco Lopes Franco, instituidor da Misericórdia de Ericeira (Mafra).

Francisco Luís da Cunha e Ataíde, ilustre em Letras; doutor; desembargador do Paço, chanceler mor do Reino; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisco Luís Teles da Rocha, moço fidalgo de Sua Magestade; muito perito e versado em História Cronológica; filho de Álvaro Rocha (vide) e de Dona Antónia Inês de Castro (vide); nasceu, viveu e morreu de idade avançada em Santo Antão do Tojal, solteiro e sem sucessão, onde foi enterrado no jazigo dos pais; administrador de morgado: Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco Machado, proprietário da ermida de Nª Srª de Penha de França; capitão de cavalos em Chaves; casado com Dona Brizida (vide): Vialonga (Vila Franca de Xira).

Francisco Manuel Marino, proprietário de quinta de maior colheira e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais).

Francisco Martins, administrador da ermida de Nª Srª do Cabo, edificada por Luís Tomé (vide): Carnaxide (Oeiras).

Francisco Monteiro de Sousa, proprietário da quinta dos Aciprestes onde está a ermida de Stº António: Anjos (Lisboa).

Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, junto às casas da sua quinta de S. Lourenço está a ermida de S. Lourenço: Peral (Cadaval).

Francisco Pereira Peladi, ilustre em Letras; doutor; cónego da Sé de Lisboa; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Francisco Pereira, ilustre em Virtudes; padre; nasceu em Camarate em Julho de 1690; embarcou para a Índia na missão de 5 de Abril de 1720, depois de grandes insistências junto dos superiores, que lhe negavam autorização por motivos de saúde. Exerceu a sua missão no reino do *Malabar* e *Madurei*, durante 22 anos e 3 meses, gozando de *saude prefeita, sem mais deitar sangue pella boca, que era a maior cauza porque os seos prelados lhe negavam a licença*. Converteu ao Cristianismo *em cada anno grande numero de gentios*, suportando grandes fomes, prisões e mais martírios e tormentos. Deu a conhecer estes factos ao pároco de Camarate de 1758, por cartas que este conservava em seu poder. Faleceu a 14 de Julho de 1742: Camarate (Loures).

Francisco Pereira, pai de D. Pedro de Almeida (vide); sogro de dona Maria Coutinho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Francisco Peres, padre; último cura e primeiro reitor de Sacramento; foi o primeiro padre colado na igreja de Sacramento pelo primeiro cardeal patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida (vide): Sacramento (Lisboa).

Francisco Pimentel, mandou edificar a ermida de Jesus, Maria José; tio de Luís Francisco Pimentel (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Francisco Pinheiro de Macedo, *exemplarissimo* em Virtudes, especialmente na da caridade e devoção a Santo Antão, a quem fabricou uma capelinha na igreja e debaixo do altar jaz sepultado, numa abóbada subterrânea onde entrou um cura da igreja de Ventosa e *publicou que o cadaver concervara signais de predistinado*; doutor: Ventosa (Alenquer).

Francisco Pinto, por sua morte, deu D. Afonso IV (vide) a Estêvão Domingues (vide) o seu moinho na vila de Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Francisco Rodrigues Manuel, instituiu cinco capelas na igreja dos freires da ordem de Cristo: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Francisco Rodrigues Salgado, marido que foi de Bernarda do Espírito Santo (vide) que, numa sua quinta, reedificou a ermida de Stª Ana *que até ao prezente se não reduziu a praxe*: Gradil (Mafra).

Francisco Rodrigues, de alcunha o *Sete Corpos*; ilustre em Armas; tinha esta alcunha *por ter hum corpo que na estatura e forças valia por sete*, faleceu em 21 de Julho de 1610: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Francisco Rodrigues, padre; companheiro de D. Apolinário de Almeida (vide) e do padre Jacinto Francisco Milanes (vide), tendo sido desterrados para a ilha de Dambea onde foram condenados à morte: Madalena (Lisboa).

Francisco Saraiva de Sousa, ilustre em Letras; escritor; doutor; morador e coadjutor na igreja de Mártires (Lisboa).

Francisco Simões, a ermida de Nª Srª do Carmo, sita na quinta dos Castanhais, está muito próxima às suas casas e quinta: Sintra-S. Martinho (Sintra).

Francisco Soares de Almeida, ilustre em Armas; capitão em Mazagão e no Alentejo na Guerra da Aclamação: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Francisco Soares de Macedo, ilustre; seguiu Leis na Universidade de Coimbra, *com geral aplauzo*; colegial de S. Paulo; *lente conductario*; desembargador do Porto *com exercicio nos mezes feriados e sendo já igualado a huma cadeira de Instituta* foi nomeado *prelado mitrado* da Patriarcal por D. João V (vide); filho de Pedro Vaz Soares (vide) e de Dona Mariana de Castelo Branco e Rego (vide); nasceu na quinta de Santo Amaro e nela morreu em 25 de Maio de 1755, onde foi sepultado na capela: Apelação (Loures).

Francisco Tinoco da Silva, proprietário de quinta onde está a ermida de Santo António: Barcarena (Oeiras).

Francisco Valente (frei), ilustre; padre de Palmela; pintou o teto da ermida de Nª Srª da Guia, *com huma grave pintura de prespetiva*, juntamente com seu irmão, o padre André de S. Bernardo (vide); *não foi pouco insigne e de notavel fama em retalhar estampas de papel. E quem não conhecia as suas obras todos as julgavam por de França e estrangeiras, que gastava as vezes com huma estampinha seis mezes, era que não sei se era para admirar a delicadeza do debuxo se a paciencia no que obrava. Foi taobém insigne no debuxar e pintar, de que em sua caza se conserva ahinda se conservam varios quadros e fruteiros com especiozidade, e outros muntos relicarios de retalho que excedem todo o inimitavel*; irmão do padre André de São Bernardo (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Francisco Velho, assistente em Carnide; com seu empenho e devoção, juntamente com o de seu irmão, Francisco Velho (vide) manteve-se a festa à Senhora da Guia: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Francisco Vieira Lusitano, ilustre na arte da pintura; académico em Roma: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Francisco Xavier da Silva, por desistência da irmandade do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Stª Mª Madalena de Lisboa e da Misericórdia de Lisboa, do encargo anual de missas que tinha deixado em seu testamento, o bispo Manuel Lopes Simões (vide) transferiu esse encargo para a igreja de Santo Antão do Tojal pela porção de 70.000 réis, *deputando os dez mil réis que o mesmo testador determinava para a fabrica da mesma matriz*, tendo a capela o encargo de missa quotidiana: Santo Antão do Tojal (Loures); o seu palácio, no caminho das Portas da Cruz, sofreu pouca ruína com o Terramoto e está reedificado; padroeiro da ermida de Nª Srª da Madre de Deus; neto de Luís Correia da Paz (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Francisco Xavier Teles de Melo, secretário de Guerra; proprietário da ermida de Nª Srª das Dores; proprietário de quinta de maior colheita e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais).

Francisco Xavier de Menezes (D.), ilustre em Letras e em Armas; conde da Ericeira; tem *florecido* na freguesia; pai de D. Luís de Meneses (vide): São José (Lisboa).

Francisco Xavier, padre; secretário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; faz a romagem a S. Roque em Santo Antão do Tojal pelo exemplo de João de Almeida (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Francos, família proprietária da capela de Stª Ana, situada na igreja do convento dos Carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Frederico da Câmara e Toledo (D.), ilustre em Letras; escritor; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Freires Gatões, família ilustre de Povos (Vila Franca de Xira).

Fronteira (marquês de), comendador de Fanga da Fé (Mafra); comendador de Torres Vedras (S. Tiago).

Fuas (D.) primeiro prior da igreja de Stª Mª Madalena que faleceu a 13 de Setembro de 1164: Madalena (Lisboa).

"Fulana" Pessanha, casada com João Vaz (vide), de quem descendem os Pessanhas (vide) de Évora: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

"Fulano" Pereira, ilustre; foi para a Índia como sargento-mor de batalhas; obrou grandes proezas: Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Gabriel da Costa de Mesquita, ilustre em Letras: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); lente de Prima em Leis na Universidade de Coimbra; desembargador dos Agravos na Corte e de quem descendem vários fidalgos do Reino; filho de Antão Álvares (vide) e de Francisca da Costa (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Gabriel de Almeida, beneficiado da igreja de S. Cristóvão, colado pelo prior da mesma igreja, Diogo Mendes Pinheiro (vide) em 1658: São Cristóvão (Lisboa).

Gama, Ilustre; *o celebrado Gama, por antenomazia o Braço Forte, de que trata Manoel Faria e Souza pelas grandes façanhas militares com que se distinguio em a India Oriental*, o qual mandou para a sua paróquia uma cruz processional *que por ser de metal daquelas partes, posto que de admiravel formatura* D. Tomás de Almeida (vide) tomou a si, não querendo se uzasse mais della; ofereceu também *hum ornamento com tudo o percizo para as maiores solemnidades, entrando o palio, o que se concerva actualmente em a irmandade do Sanctissimo*, um rico e excelente cálice de prata dourada, bem como uma magnífica e rica alcatifa e suas roupas brancas. Em virtude da sua origem e afecto à terra, os vindouros mandaram trasladar o corpo da Índia Oriental para a igreja matriz, no meio da qual se enterrou, em cuja tampa de pedra da campa se esculpiu um braço de homem com uma espada na mão, o que se conservou até ao tempo da reedificação da igreja por D. Tomás de Almeida: Santo Antão do Tojal (Loures).

Garcês e Cunha, família ilustre de Povos a quem pertenceu José Garcês da Cunha (vide): Povos (Vila Franca de Xira).

Garcia Afonso, faleceu em 6 de Setembro de 1580 tendo visto a sua quarta geração: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Garcia de Melo, ilustre em Armas; monteiro mor; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Garcia de Noronha (D.), Vice-Rei da Índia quando D. João Bermudes (vide) voltou à Índia pela segunda vez: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Gaspar (D.), infante; assistiu no paço de Palhavã e nele recebeu as ordens e foi sagrado como arcebispo de Braga e de lá saiu *em via recta para o seu arcebispado*: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Gaspar (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Gaspar Barreto, doutor; filho de Dona Ouriana Brito (vide) e de Martim Leitão (vide); pai de Dona Antónia Bezerra Cabral de Vasconcelos (vide); são seus sucessores os descendentes de José de Mesquita Castelo Branco (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Gaspar Barreto, foi administrador, juntamente com sua mulher, Dona Margarida (vide), do altar do Nome de Deus, na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Gaspar Pereira de Lagos, foi proprietário de uma quinta situada nas margens do rio de Loures, que tinha pertencido a Francisco de Salazar (vide) e hoje é pertença de Baltasar Manuel Pereira de Lagos (vide); a sua quinta é limite da freguesia de Unhos (Loures).

Gaspar Pinto Ribeiro, prior da igreja de S. Cristóvão em 1643 que propôs ao arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha (vide) o padre Paulo Pinto Ribeiro como beneficiado da igreja de São Cristóvão (Lisboa).

Gaspar Vaz Roxo Mozinho, proprietário da ermida da Srª da Soledade, sita na quinta do Pinheiro: Anjos (Lisboa).

Gastão (D.), suas casas estão no limite da freguesia Santa Engrácia (Lisboa).

Gastão Coutinho (D.), general de Tânger; fundador da ermida de Nª Srª do Rosário, no sítio do Grilo: Santa Engrácia (Lisboa); dos últimos alcaides do castelo de Torres Vedras, pai de Luís Gonçalves da Câmara (vide): Torres Vedras – Santiago (Torres Vedras.

Gastão José da Câmara Coutinho, general de Tânger; o seu palácio está situado no Grilo e tem uma excelente varanda para o Poente, que mandou fazer D. Francisco de Sales (vide), e um embarcadouro excelente com sua porta; padroeiro e administrador da ermida de Nª Srª do Rosário, fundada por D. Gastão Coutinho (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

George Álvares, ermitão de especial virtude da ermida de Stª Marta; faleceu em 24 de Maio de 1607 com 120 anos de idade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

George de [Sousa], na terceira vez que foi escolhido para ser "Imperador" constrangeu a mulher, Maria Luísa (vide) a amassar os bolos para os pobres: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

George de Almeida (D.), arcebispo; doou relíquia de Santo Antão existente na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Geraldo Anes, em 1374 o rei D. Fernando I (vide) deu-lhe uns bens que tinham pertencido a D. João Gomes (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Gerardo Pereira da Gama e Gouveia, foi marido de Dona Leocádia Rita de Vasconcelos (vide): Cardosas (Arruda dos Vinhos); morador de Alhandra, nomeado capitão-mor de Alhandra pelo Conselho de Guerra: Alhandra (Vila Franca de Xira).

Gil (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Gil Aires Dinis, escrivão da puridade de Nuno Álvares Pereira (vide) que, na companhia de Vasco de Moura (vide), deu posse aos religiosos do convento de Nª Srª do Monte do Carmo dos bens doados pelo Condestável em 1404: Sacramento (Lisboa).

Gil Alvelo, em 1336 deu-lhe D. Afonso IV (vide), bem como a sua mulher Margarida Pascoal (vide), umas herdades que tinha junta da Mata da Ota, entre os lugares do Bairro e Atouguia, assim como a seu irmão Afonso Alvelo (vide) e sua cunhada Domingas Domingues (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Gil Fernandes, prior de Sacavém em 1511, ao tempo da desanexação paroquial de Camarate a Sacavém: Camarate (Loures).

Gilberto (D.), bispo de Lisboa quando o corpo de S. Vicente veio para a Sé: Santa Justa e Rufina (Lisboa);

inglês que tinha vindo na armada estrangeira para a conquista da cidade de Lisboa e a quem D. Afonso Henriques (vide) nomeou bispo de Lisboa, a quem sagrou e deu juramento de obediência o arcebispo de Braga, D. João Peculiar (vide); introduziu o Breviário e o Missal conforme o rito da igreja anglicana de Salisbury que se conservou na diocese até 1536: Santo Antão do Tojal (Loures); bispo; inglês; homem douto e de grande virtude; D. Afonso Henriques doou-lhe a igreja de Nª Srª dos Mártires: Mártires (Lisboa).

Gomes de Santa Maria (D. frei), *illustrissimo* em Letras; doutor; teólogo, bispo titular de Hebron; primeiro prior do convento de Nª Srª do Monte do Carmo; padre doutor; *teve munta comunicação* com Nuno Álvares Pereira (vide) na fundação convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Gomes e Lobos, família ilustre de Povos de que procedeu Francisco de [Aréz] e Vasconcelos (vide): Povos (Vila Franca de Xira).

Gomes Freire de Andrada, na sua quinta está sita a ermida de Nª Srª da Piedade: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

Gonçalo de Almeida, os seus herdeiros são proprietários de quinta e casas onde está a ermida de S. João dos Bem Casados: Santa Isabel (Lisboa).

Gonçalo de Castelo Branco, conde de Vila Nova em 1632 que disse se obrigava a fazer festa a S. Martinho, na sequência de um pedido feito por mercadores de vinho da cidade de Lisboa ao prior de então, o doutor Simão Torrezão Coelho (vide), que lhe queiram fazer a festa: S. Martinho (Lisboa).

Gonçalo de Lisboa (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Gonçalo de Santa Maria (frei), primeiro dos conventuais de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Gonçalo de Sousa, ilustre em Virtude e Caridade; principal Deão; tem *florecido* na freguesia: São José (Lisboa).

Gonçalo Domingues, chantre e vigário geral de Lisboa, em cuja casa foi feita, em 11 de Janeiro de 1442, a escritura em que Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide) instituíram a capela da Senhora da Graça da igreja matriz de Santo Antão do Tojal, a quem puseram vários encargos e cujo tabelião foi Afonso Esteves (vide); o memorialista de Santo Antão do Tojal considera que não é chantre do arcebispo D. João (vide), mas do arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) na sua explicação da antiguidade da paróquia face ao que estava escrito na *História dos Bispos de Lisboa* de D. Rodrigo Coutinho e que procura rebater: Santo Antão do Tojal (Loures).

Gonçalo Domingues, instituidor, juntamente com sua mulher, Catarina Vicente (vide), da capela da Senhora da Graça, da igreja matriz de Santo Antão do Tojal, a quem puseram vários encargos, por escritura feita pelo tabelião Afonso Esteves (vide) em 11 de Janeiro de 1442, feita no palácio do arcebispo de Lisboa, D. João (vide) e na presença do chantre Gonçalo Domingues (vide), que o memorialista vai usar para argumentar que nesta altura já tinha sido fundada a igreja de Santo Antão do Tojal; instituiu capela de missa quotidiana com vários encargos a que vinculou várias fazendas no altar de Nª Srª da Graça na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Gonçalo Esteves, cidadão nobre de Lisboa; pai de Sentil Esteves (vide); casado com Ana Vasques (vide); está sepultado na igreja da Madalena, junto ao túmulo de Martim Alho (vide); morador na freguesia da Madalena (Lisboa).

Gonçalo Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer; no tempo de D. Manuel era proprietário da quinta de Stº André ou vulgarmente do Bravo: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Gonçalo João de Azevedo, capitão; instituiu capelas, juntamente com sua mulher, Dona Margarida de Jesus das Montanhas (vide), para o que vinculou a quinta de Cima em Carnaxide (Oeiras).

Gonçalo José da Silveira Preto, padroeiro da ermida de Nª Srª da Apresentação que o recebeu por parte de sua mãe e de Gonçalo Mendes de Brito (vide): moço fidalgo da Casa Real de Sua Majestade; senhor da vila do Fundão; do Conselho da Fazenda; comendador e alcaide-mor *de huma villa*; filho do desembargador do Paço, José Vaz de Carvalho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Gonçalo José de Alcáçova, o seu palácio, junto à Trindade, arruinou-se no dia do Terramoto e incendiou-se: Sacramento (Lisboa).

Gonçalo Lourenço de Avelar ou **Gomes**, guarda-mor do rei D. Fernando (vide) que lhe doou Cascais e seu termo em 8 de Abril de 1370; ausentou-se do Reino sem licença: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Gonçalo Mendes de Brito, passou padroado da ermida de Nª Srª da Apresentação a Gonçalo José da Silveira Preto (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Gonçalo Pires, escrivão de Guilherme Carbonel (vide) que redigiu contrato e compromisso com os moradores de Sacavém para estabelecer igreja de Sacavém em 1511: Sacavém (Loures).

Gonçalo Tomás Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho, fidalgo da Casa Real; seus antepassados foram padroeiros do convento das religiosas de Stª Clara; pretende entrar na posse do padroado do mesmo mosteiro; descendem dos primeiros provedores da casa e hospital do Espírito Santo: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Gonçalo Tomás Peixoto, proprietário da quinta da Torre, defronte de Aldeia: Ota (Alenquer).

Gonçalo Vaz Preto, *erector* na igreja de Stª Mª da Várgea de Alenquer; pai de José Vaz de Carvalho (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Gonçalo Xavier de Alcáçova, padroeiro do convento dos religiosos capuchos de Stº António; proprietário de ermida do Divino Espírito Santo, que se encontra arruinada e está situada no lugar da Boca da Lapa: Vialonga (Vila Franca de Xira).

Gregório Sernache de Noronha, capitão-mor da cidade de Leiria; actual proprietário da quinta de Stº An-

dré ou vulgarmente do Bravo: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Gregório da Silva Azevedo, administrador da ermida de Nª Srª do Carmo, situada na sua quinta: Campo Grande (Lisboa).

Gregório de Almeida, ilustre em Armas; capitão na Índia: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Gregório de Castelo Branco, conde de Vila Nova; é obrigado a mandar dizer uma missa quotidiana e um aniversário com missa cantada a 3 de Novembro pela alma de D. Lopo de Castelo Branco (vide); proprietário da capela-mor da igreja de S. Martinho; em 1634 fez a segunda igreja de S. Martinho (Lisboa).

Gregório de Souto Maior e Alcáçova, *hum dos primeiros que envestiram pella brexa em seiscentos e oitenta e quatro na guerra da India com o Sambagi*: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Gregório Ferreira de Faria, ilustre em Armas; *de especial valor, prudencia e virtudes;* sargento-mor da comarca de Leiria: Vila Verde dos Francos (Alenquer).

Gregório Lopes, proprietário de uma quinta situada nas margens do rio de Loures: Unhos (Loures).

Guilherme Carbonel, prior de S. Tiago de Beja; vigário geral do bispado de Lisboa ao tempo de D. Agapito Colona (vide); fez contrato e compromisso para estabelecer igreja de Sacavém em 1511: Sacavém (Loures).

Guiomar (Dona), esposa de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde (vide); sabedora da intenção de D. Afonso V (vide) em fundar o convento de Stª Maria de Jesus, pediu ao rei que lhe desse o passo daquele sitio para edificar o convento, o que lhe foi feito mercê em 17 de Outubro de 1455: Santa Engrácia (Lisboa).

Heitor da Silveira, foi com D. João Bermudes (vide) para a Etiópia: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Henrique (D.), infante; cardeal rei; ilustre em Letras; escritor; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa); arcebispo de Lisboa; no seu tempo a freguesia dos Anjos foi desanexada de Stª Justa: Anjos (Lisboa); erigiu igreja de S. João da Praça, quando era arcebispo de Lisboa em 1558: Alhandra (Vila Franca de Xira); no seu tempo ou no de D. Jorge Almeida (vide) ou D. Miguel Castro (vide) desanexou-se à paróquia de Santo Antão do Tojal a ermida de S. Saturnino a qual se fez paróquia: Santo Antão do Tojal (Loures); quando era arcebispo de Lisboa tirou território da Madalena para formar a freguesia da Conceição: Madalena (Lisboa); quando era arcebispo de Lisboa, a seu pedido, foi Enxara do Bispo desanexada da Mesa Arquiepiscopal para ser doada aos padres da Companhia de Jesus para sustento dos estudos do colégio de Santo Antão de Lisboa; frequentou Enxara do Bispo por ser quinta da Mitra: Enxara do Bispo (Mafra); por sua morte, Alenquer reconheceu como rei a D. António (vide): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); foi seu camareiro João Gomes de Carvalho (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); foi seu camareiro, guarda roupa, vedor da sua casa Sebastião de Macedo (vide); foi vedor da sua casa Diogo Ferreira (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Henrique (D.), filho de D. João I (vide) e de Dona Filipa de Lencastre (vide); assinou escritura, juntamente com seus pais e seus irmãos D. Duarte (vide) e D. Pedro (vide), pela qual D. João I (vide) doava os bens de David Negro (vide) a Nuno Álvares Pereira (vide): Sacramento (Lisboa); fundou a ermida de Nª Srª de Belém: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Henrique (frei), ilustre em Letras; religioso paulista; bem conhecido pelas Letras e prédica; lente de Prima na sua Religião e seu cronista em que compôs vários tomos; bispo eleito de um dos bispados ultramarinos: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Henrique de Cunha de Ataíde ilustre em Armas; capitão de cavalos na Índia; *comandante contra as Sundas na impresa de Jahum Bacelim* que conquistou em 1755: ilustre em Armas; irmão de Bernardo de Sousa de Brito (vide) e de Inácio de Sousa de Brito (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Henrique de Sousa e Abreu, capitão; proprietário da quinta de Vila Chã: Azueira (Mafra).

Henrique Lopes Araújo, capitão-mor de Vila Rica de Ouro Preto, em Minas Gerais; tem capela de missa quotidiana por sua alma e da de sua mulher, Dona Ana Maria (vide) na igreja da Misericórdia de Alhandra (Vila Franca de Xira).

Henrique Manuel de Vilhena, o rei D. Fernando (vide) doou-lhe Cascais e o seu termo em 7 de Junho de 1373: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Henrique Rebelo Seabra, do lugar de Tagarro; pertence-lhe a fábrica da ermida de Nª Srª da Saúde, sita na quinta da Saúde: Cadaval (Cadaval).

Henrique, rei de Castela; em 1373 tomou Lisboa quando o rei D. Fernando (vide) estava em Santarém; mandou o seu filho bastardo D. Alonso (vide) tomar Cascais: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Henriques da Cunha e Ataíde, capitão de cavalos na Índia; proprietário de quinta sita no lugar das Porcarissas: Cardosas (Arruda dos Vinhos).

Hilário de Santa Rosa (D. frei), ilustre em Letras; escritor; bispo de Macau; natural e morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Ilha (conde da), proprietário das casas que tem junto à Fonte Santa onde está a ermida de Nª Srª dos Prazeres: Santa Isabel (Lisboa).

Inácio da Costa Medela, instituiu quatro capelas: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Inácio de Carvalho, viveu na freguesia do Sacramento e nela foi baptizado; *doutissimo em todas as ciencias* e como tal foi nomeado por D. João V (vide) para membro da Academia Real, a que presidiu muitas vezes; em sua casa se fazia a Academia dos Anónimos: Sacramento (Lisboa).

Inácio de Figueiredo, desembargador; proprietário de quinta situada no lugar da Torre do Lumiar, onde está a ermida de Nª Srª do Livramento: Lumiar (Lisboa).

Inácio de Jesus, Maria, José (frei), ilustre em Letras; doutor; carmelita descalço; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Inácio de Sousa de Brito ilustre em Armas; irmão de Bernardo de Sousa de Brito (vide) e de Miguel de

Sousa de Brito; *por baixo de hum diluvio de ballas carregaram com as escadas para a expugnação de Alorna pello primeiro marquês della*; sargento-mor na Índia: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Inácio Ferreira, apresenta o capelão de Stª Cristina: Azueira (Mafra); morador na Bandalhoeira; administrador da ermida de Stª Cristina; testamenteiro de Cristina da Silva (vide); paga o ordenado de 20.000 réis ao capelão de Domingos e dias santos da ermida de Stª Cristina que reza missas pelas almas de Cristina da Silva (vide) e marido: Azueira (Mafra).

Inácio Xavier Matoso, general das batalhas; foi proprietário de quinta que agora está na posse dos religiosos da congregação do Oratório: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Inês de Castro (Dona), rainha; irmã de frei Álvaro de Castro (vide): Sacramento (Lisboa).

Inês de Lencastre (Dona), *illustrissima e excelentissima*; viveu na freguesia do Sacramento e nela foi baptizada; irmã do almirante-mor; viúva de D. António da Silveira (vide): Sacramento (Lisboa).

Inês de Oliveira de Macedo, esposa de Rui Dias de Góis (vide); mãe de Francisco de Macedo (vide); avó de Sebastião de Macedo (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Inês Fernandes (Dona), asturiana; fundadora do convento de Stª Clara; casada com D. Vivaldo Pandulfo (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Inês Pimentel (Dona), condessa de Monsanto; esposa de D. António de Castro (vide); filha de Martim Afonso de Sousa (vide); mãe de D. Luís de Castro (vide); padroeira do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade; tentou fundar um convento de carmelitas descalças, da reforma de Stª Teresa, o que não foi bem sucedida por ter falecido: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); ilustre em Virtudes; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Inês Rosa de Moura (Dona), administradora da ermida de Stª Bárbara: Anjos (Lisboa).

Inocêncio Martins, ao seu trabalho e zelo, juntamento com o de Manuel Teixeira (vide) e Domingos Ribeiro da Cunha (vide), deve o povo da freguesia as obras na fábrica da igreja durante os dez anos que o Santíssimo esteve na capela do Socorro e duraram as obras até 21 de Dezembro de 1681: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Isabel (Dona), freira do convento do Paraíso, na cidade de Évora; administradora do altar de S. Lourenço na igreja Santo Antão do Tojal (Loures).

Isabel (Dona), infanta de Portugal; duquesa de Borgonha; a rainha Dona Filipa (vide) deixou-lhe Alenquer e outras terras; fez mercê ao mosteiro de Alcobaça de 5 moios de pão de tensa, pagos na vila de Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); casada com Filipe o Bom (vide): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Isabel (Dona), princesa de Portugal; da freguesia de Mártires (Lisboa).

Isabel (Dona), viúva do Infante D. Duarte (vide); quis fundar um convento para religiosos arrábidos, tomando essa tarefa o seu cunhado, o Infante D. Luís (vide): Carnaxide (Oeiras).

Isabel (Rainha Santa), rainha de Portugal; concorreu para a construção da primeira igreja do convento da Santíssima Trindade ao mandar edificar a capela de Nª Srª da Imaculada Conceição: Sacramento (Lisboa); diz-se por tradição que foi do seu tempo a origem da casa da Misericórdia, tendo sido tombada a fazenda que lhe pertencia pelo rei D. Manuel (vide): Azueira (Mafra); foi seu confessor frei Estêvão de Santarém (vide): Sacramento (Lisboa); juntamente com D. Dinis (vide) doou a igreja de Stº André a Aires Martins (vide) e sua mulher Maria Esteves (vide): Stº André (Lisboa); juntamente com D. Dinis (vide) fez doação do padroado da igreja de Stº Estêvão de Alfama ao bispo de Lisboa D. Jaime (vide): Stº Estêvão de Alfama (Lisboa); na quinta que pertenceu a Inácio Xavier Matoso (vide), mandou colocar padrão com letreiro em memória da pacificação que se fez entre seu marido, o rei D. Dinis (vide) e seu filho D. Afonso IV (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); por seu mando e do rei D. Dinis (vide) teve início a festa do Espírito Santo, a que chamam a festa do Império, por existir nela a figura de um imperador, representando El-Rei, a quem se faz todas as honras, para que se dessem grandes esmolas aos pobres e que assim se fizesse em todo o Reino: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); senhora de Alenquer desde de 1303, pese embora o seu marido, o rei D. Dinis (vide) tenha dado licença a um seu escanção, Lourenço Martins (vide) para este construir um moinho no lugar de Stª Catarina, na ribeira de Alenquer, bem como a Domingos da Gaia (vide) e sua esposa Marinha Anes (vide); em 1315, por revelação que teve, descobriu a imagem de Nª Srª da Assunção de Triana, no sítio onde está a colegiada e igreja de Nª Srª da Assumpção de Triana, por ela fundada; instituiu dez mercearias com seu procurador, dando-lhe para isso muitos bens, na igreja de Stº Estêvão; fundou, por revelação divina, o templo e casa do Divino Espírito Santo em 1323; consta que estava quase sempre em Alenquer e que nela residiu em 1320 e 1322; faleceu em 1336 passando Alenquer para o domínio da rainha Dona Brites (vide), esposa de D. Afonso IV (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); achou numa mata a imagem de Nª Srª da Assunção, depois de ter visto luzes a descer do Céu sobre o mesmo sítio, tradição que estará na origem da procissão da Candeia, o que outros testemunhos apontam para que esta já se fizesse no tempo de D. Afonso II (vide): Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer); em 1320 fundou a igreja que depois foi o hospital do Espírito Santo: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Isabel da Costa, mãe de Frei Francisco da Natividade (vide); casada com Duarte Freire (vide): Madalena (Lisboa).

Isabel da Cunha (Dona), herdou de sua mãe, Dona Branca da Cunha (vide) o senhorio de Cascais; filha de D. Afonso (vide); esposa de D. Álvaro Castro (vide); mãe de Dona Joana de Castro (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Isabel das Chagas (madre), ilustre em Virtudes; regente; saiu do recolhimento de Olhalvo para o convento de Stª Brízida, da cidade de Lisboa: Olhalvo (Alenquer).

Isabel de Castro (Dona), casada com António Correia Baharem (vide); mãe de Simão Correia Baharem (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Isabel de Mendonça (Dona), erigiu o convento de Nª Srª da Piedade, de religiosas franciscanas; mulher de D. João de Meneses (vide), tendo rogado a Dona Catarina (vide) e a D. João III (vide) que aceitassem o padroado: Santos-o-Velho (Lisboa).

Isabel de S. Francisco (madre), prelada fundadora do convento de Carmelitas descalças, da reforma de Stª Teresa, que Dona Inês Pimentel (vide) intentou fundar: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Isabel do Espírito Santo (madre), ilustre em Virtudes; do mosteiro de Jesus, de Setúbal; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Isabel dos Anjos, faleceu em 1665 no recolhimento de beatas da ordem Terceira de S. Francisco que houve na igreja de Nª Srª do Rosário; irmã de Margarida da Madre de Deus (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Isabel Gomes Coelha (Dona), casada com Pedro de Carvalho (vide), *os quaes foram despensados em terceiro e quarto grao de consanguinidade*; mãe de Diogo de Carvalho (vide) e do doutor Estêvão Pedro de Carvalho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Isabel Gomes de Limi, esposa de Rui Dias de Góis (vide); mãe de Damião de Góis (vide): Alenquer – S. Pedro; Alenquer – Nª Srª da Várzea (Alenquer).

Isabel Josefa de Moura (Dona), moradora na cidade de Lisboa; sua quinta da Chapineira é obrigada à fábrica da ermida de Santa Ana: Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).

Isabel Lopes, ama do Infante D. Duarte (vide), o rei D. João I (vide) aforou-lhe umas casas em Lisboa: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Isabel Senhorinha da Silva (Dona), ilustre em Letras; escritora; moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Isabel Senhorinha, irmã da Madre Maria do Céu (vide): Mártires (Lisboa).

Jacinto Dias Braga, homem de negócio de Lisboa; uma das suas filhas tem numa sua quinta um recolhimento de Terceiras da ordem de S. Francisco: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Jacinto Francisco Milanes, padre; companheiro de D. Apolinário de Almeida (vide) e do padre Francisco Rodrigues (vide), tendo sido desterrados para a ilha de Dambea onde foram condenados à morte: Madalena (Lisboa).

Jacinto Robalo doutor; morreu provisor do Crato; com o remanescente dos bens de alma de António Gonçalves Prego (vide) instituiu duas capelas perpétuas, cada uma com 120.000 réis de ordenado pela obrigação de missa quotidiana e juntamente de coro, bem como 30.000 réis para a fábrica das capelas e 20.000 réis para o pároco, como administrador da mesma fábrica: Santo Antão do Tojal (Loures).

Jaime (D.), cardeal; prelado de Lisboa que, entre outros, mediou entre o arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) e D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide) e que o memorialista aponta para provar que as obras feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses (vide) foram de reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal, pois esta já existia o tempo de D. João Esteves de Azambuja (vide), altura em que considera ter sido feita a escritura de Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Jaime (D.), quarto duque de Bragança; pai de Dona Eugénia de Bragança (vide); avô de D. Nuno Álvares de Melo (vide): Cadaval (Cadaval).

Jaime (D.), segundo duque de Cadaval; filho de D. Nuno Álvares de Melo (vide); pai de D. Nuno (vide) que lhe sucedeu no ducado de Cadaval (Cadaval).

Jaime da Silva Teles, ilustre em Dignidades e Letras; doutor em Teologia; deputado do tribunal do Santo Ofício; prelado de Stª Cruz do Douro; abade de Soalhães e Mesquinhata: S. Lourenço (Lisboa).

Jerónima de Mendonça ou das Chagas (Dona), ilustre em Virtudes; irmã de Dona Joana de Mendonça (vide); natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Jerónimo de Aires, por seu consentimento, e da rainha Dona Leonor (vide), as religiosas de Stª Clara, por bulas apostólicas, recebem três partes dos dízimos e frutos de Alverca e Barcarena da igreja de S. Martinho (Lisboa).

Jerónimo de Jesus (frei), religioso da Santíssima Trindade; edificou o convento do Livramento em 1617: Santos-o-Velho (Lisboa).

Jerónimo Henriques Abelha, o seu palácio arruinou-se totalmente com o Terramoto: São Vicente de Fora (Lisboa).

Jerónimo Leite de Vasconcelos Pacheco Malheiro, proprietário de grandiosa quinta onde, por duas vezes assistiu, para melhorar das suas queixas o infante D. Carlos (vide) e onde agora assiste D. Lázaro Leitão Aranha (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Jerónimo Pereira Coutinho, administrador da ermida de S. Gonçalo, ao Poço dos Mouros: Anjos (Lisboa).

Jerónimo Pimenta de São Paio, ilustre em Armas; serviu no terço da Armada; era capitão da praça de Alcântara, tomada aos castelhanos na guerra da Restauração, que depois foi recuperada pelos castelhanos, onde *foi morto por não querer render-se a partido*; filho de André de Sousa Coutinho (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Jerónimo Ribeiro, ilustre em Letras; ascendente de Duarte Ribeiro de Macedo (vide): Cadaval (Cadaval).

Jerónimo Trancoso, irmão de Francisco Anes Trancoso (vide): Alhandra (Vila Franca de Xira).

Joana (Dona), filha de D. Afonso de Portugal (vide) e de Dona Luísa de Gusmão (vide); irmã de D. Nuno Álvares Pereira de Portugal (vide), de D. Manuel de Portugal (vide), de D. Luís de Portugal (vide), de Dona Maria (vide) e de Dona Constança (vide); crismada

pelo bispo D. Sebastião da Fonseca (vide) a 11 de Março de 1585; faleceu freira: Santo Antão do Tojal (Loures).

Joana Antónia de Lima (Dona), ilustre em Virtudes; terceira condessa de Avintes: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Joana Baptista (madre), ilustre em Virtudes; saiu do recolhimento de Olhalvo para o convento de Stª Mónica, da cidade de Lisboa: Olhalvo (Alenquer).

Joana de Castro (Dona), filha de D. Rodrigo de Castro (vide) e de Dona Leonor Teles de Meneses (vide); irmã de D. João de Castro (vide) e de D. Álvaro (vide); neta de Álvaro Peres de Castro (vide); esposa de D. Fernando (vide): Cadaval (Cadaval).

Joana de Castro (Dona), herdeira do senhorio de Cascais; filha de Dona Isabel da Cunha (vide) e de D. Álvaro de Castro (vide); casada com D. João de Noronha (vide); mãe de D. António de Castro (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Joana de Melo (Dona), ilustre em Virtudes; deixou grande opinião de santidade; faleceu no ano de 1636: Camarate (Loures).

Joana de Mendonça (Dona), casada com D. Luís de Portugal (vide), seu tio; filha de D. Manuel de Portugal (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Joana de Mendonça (Dona), ilustre em Virtudes; irmão de Dona Jerónima de Mendonça ou das Chagas (vide); natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Joana Ferreira, instituiu missa quotidiana em capela funda, no estado em que ficou da fundação da igreja e sem imagem, que hoje se acha reduzida a *meio annual, da qual foi ultimo administrador Lopo Tavares* (vide); fundou capela na igreja de Unhos (Loures).

Joana Loba, tem obrigação de três aniversários em cada ano no altar de S. João Baptista, da igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Joana Luísa do Carmelo (madre), ilustre em Virtudes; religiosa do convento de Santa Ana de Lisboa; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Joana Teresa (Dona), proprietária de quinta: Carcavelos (Cascais).

João (D.), bispo de Lisboa; no seu tempo conclui-se a anexação de Lumiar ao mosteiro de Odivelas doado por D. Dinis (vide) e ao qual obstou o bispo Dom Frei Estevo (vide) e o cabido de Lisboa: Lumiar (Lisboa).

João (D.), filho do Infante D. Francisco (vide); irmão de D. Pedro (vide); da freguesia de Mártires (Lisboa).

João (D.), infante de Portugal; filho de D. João I (vide); pai de D. Afonso (vide): Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

João (D.), príncipe de Portugal; da freguesia de Mártires (Lisboa).

João (D.), supõe-se que fosse o arcebispo de Lisboa ao tempo em que foi feita, em 11 de Janeiro de 1442, a escritura em que Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide) instituíram a capela da Senhora da Graça da igreja matriz de Santo Antão do Tojal, a quem puseram vários encargos, em que foi tabelião Afonso Esteves (vide), sendo seu vigário geral o chantre Gonçalo Domingues (vide), em cuja casa foi feita a referida escritura; o memorialista utiliza esta escritura para argumentar que nesta época já existia a paróquia de Santo Antão do Tojal, razão pela qual o arcebispo não seria D. João (vide), mas D. João Esteves de Azambuja (vide): (Loures).

João (Mestre), ilustre em Letras e Virtudes; fundador da congregação dos cónegos seculares do Evangelista; bispo de Lamego; nascido em Stº Antão do Tojal, apesar do padre Santa Maria, no seu Diário, o dar como nascido na cidade de Lisboa, sem, no entanto, indicar a paróquia: Santo Antão do Tojal (Loures).

João Afonso de Alenquer, ilustre em Armas; capitão famoso no reinado de D. João I (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

João Afonso de Aregas, também conhecido por João das Regras (vide); grande doutor; filho de Afonso Anes de Aregas (vide) e de Sentil Esteves (vide); foi morador na freguesia da Madalena (Lisboa).

João Afonso Teles de Meneses (D.), conde de Ourém; conde de Barcelos; alferes-mor do Reino; recebeu a vila de Cadaval do rei D. Fernando (vide) em 1 de Dezembro de 1371; pai de Dona Leonor Teles de Meneses (vide): Cadaval (Cadaval).

João Agostinho Salvado, na sua quinta está situada uma ermida, arruinada por causa do Terramoto: Sacavém: (Loures).

João Aires da Costa, desembargador; procurador da Coroa; desembargador do Paço; pai de Tomé Joaquim da Costa Corte Real (vide); pessoa da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa).

João Álvares de Melgar, faleceu em 1603 como vigário de Alhandra (Vila Franca de Xira).

João Alves da Costa, desembargador; procurador da Coroa quando D. João V (vide) deu o hospital dos Palmeiros à congregação do Senhor Jesus dos Perdões da igreja da Madalena (Lisboa).

João Alves da Costa, natural de Madalena; *grande jurisconsulto que ademirou Roma*; cavaleiro da Ordem de Cristo; procurador da Coroa; desembargador do Paço; desembargador dos Agravos: Madalena (Lisboa).

João Alves, mestre ferrador; é referido pelo memorialista como exemplo dos milagres de S. Roque *que nos nossos tempos podemos testemunhar*, quando vindo fazer oração ao santo *lhe deo huma vertigem de tal sorte que perdendo todos os sentidos cahio por terra como morto*. Depois de lhe aplicarem alguns remédios *tanto que teve alguma precepção, com voz intelligivel invocou o patrocinio do sancto e logo se vio totalmente restituido, de sorte que, pessoalmente, sem mais adjutorio, foi para sua caza*: Santo Antão do Tojal (Loures).

João António Vanplant, proprietário da ermida de Nª Srª da Conceição, situada em Chelas: Santa Engrácia (Lisboa).

João Bachar, tem obrigação de três aniversários em cada ano no altar de S. João Baptista da igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

João Baptista (frei), ilustre em Letras; escritor; padre da ordem Seráfica da província de Portugal; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Baptista de Castro, beneficiado; as suas casas ficaram bastante arruinadas na sequência do Terramoto de 1755, ainda se encontrando nesse estado: Santo Antão do Tojal (Loures).

João Baptista Nunes, doutor; deixou dois capelães com 80.000 réis de renda cada um e missa livre: São Vicente de Fora (Lisboa).

João Baptista, ilustre em Letras; escritor; padre mestre da congregação do Oratório; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Baptista, padre, herdeiro do capitão João Francisco Pedroso (vide); administrador da ermida de S. João Baptista: Campo Grande (Lisboa).

João Barroca (frei), ilustre em Virtudes; venerável; eremita; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Bermudes (D.), patriarca de Alexandria; natural da Galiza; passou à Índia no tempo do governador Lopo Vaz de Sampaio (vide) em 1526; foi para a Etiópia com Heitor da Silveira (vide); onde ganhou a graça do Imperador David (vide); veio prestar obediência a Clemente III (vide); *passados alguns anos ordenado* […] *de todas as ordens por Abuna Marcos* (vide)*, e nomeado patriarcha, o emperador o mandou por seu embaxador a nosso Rei D. João o Terceiro* (vide)*, requerendo a sua amizade, e pedindo ajuda, e socorro contra El-Rei de Ceilão, que lhe fazia cruel guerra. E vindo por terra, em Roma, o confirmou o Papa Paulo Terceiro* (vide) *no patriarcado de Alexandria, e como tal, chegando a esta cidade de Lisboa, foi recebido de nosso Rei D. João o Terceiro* (vide)*, com grande pompa e majestade; voltou à Índia em 1539, sendo recebido em Goa pelo Vice-Rei D. Garcia de Noronha* (vide) *e pelo bispo D. João de Albuquerque* (vide)*;* em 1540 ou 1541 ao tempo do governador da Índia, Estêvão da Gama (vide); voltou à Etiópia, de onde voltou *vendo o pouco fructo que fazia nas suas ovelhas*, chegando a Lisboa em 1559 de onde D. Sebastião (vide) o não deixou sair; sua campa e sepultura está no cruzeiro da igreja de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

João Borges de Passos, pelo remanescente de seus bens, o bispo Manuel Lopes Simões (vide) instituiu duas capelas perpétuas, cada uma com 120.000 réis de ordenado, pela obrigação de missa quotidiana e juntamente de coro: Santo Antão do Tojal (Loures).

João Caetano, proprietário de pomares no lugar de Atrozela, que é regado por um ribeiro que nasce numa fonte do lugar de Atrozela: Alcabideche (Cascais).

João Cardoso Castelo (D.), ilustre; nascido no lugar da Murteira; arcebispo de Lacedemónia; prelado de distinta Literatura e exemplar procedimento; irmão de José Cardoso Castelo (vide): Loures (Loures).

João Carlos de Miranda, padroeiro da Stª Casa da Misericórdia: Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

João Correia [Mealheiro], administrador da ermida de Nª Srª da Encarnação, na quinta da [Cortezeira]: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

João Correia Baracho, casado com Dona Antónia Bezerra Cabral de Vasconcelos (vide) em segundo casamento desta, não tendo sucessão; por ser administrador, juntamente com sua esposa, da capela do Nome de Deus, hoje do Senhor dos Passos, está enterrado na igreja matriz de Santo Antão do Tojal (Loures).

João Correia de Carvalho, casado com Dona Antónia Bezerra Cabral de Vasconcelos (vide) em primeiro casamento desta, não tendo sucessão; por ser administrador, juntamente com sua esposa, da capela do Nome de Deus, hoje do Senhor dos Passos, está enterrado na igreja matriz de Santo Antão do Tojal (Loures).

João Correia Manuel de Aboim, guarda-roupas do infante D. António (vide); proprietário de casas onde está a ermida do Bom Jesus: Sobral (Vila Franca de Xira).

João da Costa de Brito, proprietário de quinta no lugar de Ribeira de Caparide: Alcabideche (Cascais).

João da Costa Areio, atribuem-lhe a posse da ermida de Stº António: Sobral (Vila Franca de Xira).

João da Costa e [Morais], proprietário da quinta dos Figueiros onde está a ermida de Santo António: S. Pedro da Cadeira (Torres Vedras).

João da Guarda Moniz, terceiro cura de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

João da Madalena (frei), ilustre em Letras; *grande*; morador na freguesia da Madalena; eremita de Stº Agostinho de quem foi provincial por quatro vezes: Madalena (Lisboa).

João da Madre de Deus (D. frei), ilustre em Letras; escritor; arcebispo da Baía; natural e morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João da Silva Ledo, proprietário da quinta da Assenha Velha, onde está a ermida de Nª Srª dos Prazeres: Odivelas (Odivelas)

João da Silveira (frei), *grande*; padre carmelita; natural da freguesia da Madalena onde foi baptizado a 17 de Setembro de 1589: Madalena (Lisboa).

João das Regras ou **João Afonso de Aregas** (vide), doutor; *grande valido* de D. João I (vide) que lhe deu Cascais; dotou Cascais à sua única filha, Dona Branca da Cunha (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); Madalena (Lisboa).

João de [Matos] (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

João de Albuquerque (D.), bispo de Goa quando D. João Bermudes (vide) voltou à Índia pela segunda vez: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

João de Almeida Quintela, ilustre em Armas; natural da vila de Alenquer; juntamente com António Pessanha (vide) e mais dois portugueses investiu contra uma armada de Jaos, tendo matado e ferido trezentos contrários, tendo fugido os restantes, o que obrigou o rei de Pacém a pedir a paz: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

João de Almeida, mestre alfaiate; morador na Mouraria, Lisboa; é referido pelo memorialista como exemplo dos milagres de S. Roque *que nos nossos tempos podemos testemunhar*, quando ao passar defronte da ermida do santo entrou nela e orando *se ascendeo em tal devoção que logo começou a cuidar em orna-*

to da ermida por estar com menos decencia e convocando na Corte varios devotos, perpetuou nesta a romagem dos habitadores da mesma recomendando que outros a fizessem, o que acontece em seus filhos e neto, bem como no padre Francisco Xavier (vide) e José da Costa Negreiros (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

João de Araújo Lima, proprietário da quinta de Mil Fontes onde está sita uma ermida: Camarate (Loures).

João de Arruda (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

João de Azevedo de Barros, desembargador; sua viúva é proprietária da quinta de S. Sebastião onde está situada a ermida de S. Sebastião, no lugar dos Guerreiros: Loures (Loures).

João de Azevedo, desembargador do Paço; natural do lugar de Cobelo: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

João de Barros Machado, padroeiro da capela-mor da igreja de Atouguia das Cabras (Alenquer).

João de Bragança, irmão de D. Pedro de Bragança (vide): Sacramento (Lisboa).

João de Brito, padre da Companhia de Jesus e *dizem se anda em a deligencia de o beatificarem*, vindo por várias vezes notários apostólicos a certificarem-se do assento dos livros dos baptismos a seu respeito; foi baptizado na paróquia de Stº André (Lisboa).

João de Cândia (D.), príncipe; jurado rei de Cândia que teve de fugir à perseguição violenta que lhe foi feita, refugiando-se nos religiosos franciscanos que estavam na Índia, tendo vindo para Portugal, em 1642 (sic, por 1610), com seu sobrinho D. Filipe (vide); fundador do convento de S. Francisco, no lugar de Telheiras; depois da morte do seu sobrinho, passou a Madrid, aumentou as suas rendas, renunciou nas mãos de El-Rei o seu reino, ordenou-se sacerdote, tendo-lhe sido dado honras de Grande de Espanha; é depois disto que volta a Portugal e funda o convento de Telheiras, falecendo em 1 de Abril de 1642, com 64 anos: Lumiar (Lisboa).

João de Castro (D.), filho de D. Rodrigo de Castro (vide) e de Dona Leonor Teles de Meneses (vide); irmão de Dona Joana de Castro (vide) e de D. Álvaro (vide); neto de Álvaro Peres de Castro (vide); sucedeu a seu pai no senhorio do Cadaval (Cadaval).

João de Castro (D.), quarto Vice-Rei da Índia; mandou fazer ermida de Nª Srª do Monte, na quinta da Penha Verde, para nela ser sepultado, que hoje é propriedade de António Saldanha (vide): Sintra-S. Martinho (Sintra).

João de Évora (D. frei), *illustrissimo* em Letras e Virtudes; bispo de Viseu; frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

João de Guimarães (frei), primeiro dos conventuais de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

João de Jesus (frei), ilustre; mártir em Argel; venerável; frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

João de Lencastre (D.), na sua quinta, junto do lugar do Carregado está a ermida de S. Sebastião, cabeça de morgado da Marinha que o duque D. Jorge (vide) deu a António Correia Baharem (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

João de Lencastre (D.), padroeiro da ermida da Ascensão de Cristo como administrador do morgado que instituiu António Simões (vide) e sua filha Dona Catarina de Pina (vide); casado com a herdeira de Luís António de Basto Baharem (vide), último administrador do referido morgado: Mercês (Lisboa).

João de Lencastre (D.), proprietário da ermida de Stº António, sita na Damaia: Anjos (Lisboa).

João de Melo da Silva [Pita] e Landim, proprietário da ermida de S. Nicolau, que existe na sua quinta de Melo: Bucelas (Loures).

João de Meneses (D.), marido de Dona Isabel de Mendonça (vide): Santos-o-Velho (Lisboa).

João de Mesquita Teixeira, desembargador; chanceler na Índia; proprietário da ermida de S. Miguel, que existe na sua quinta de Val Verde: Bucelas (Loures).

João de Morais Pereira, prior de Santo António do Tojal antes do prior Félix Dantas Barbosa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

João de Noronha (D.), casado com Dona Joana de Castro (vide); pai de D. António de Castro (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

João de Nossa Senhora (frei), faleceu com opinião de santo¸ muito conhecido; pregador de doutrinas de Maria Santíssima; mais conhecido pelo *poeta de Xabregas*: Vila Verde dos Francos (Alenquer); ilustre em Virtudes e Letras; cronista da Província de Xabregas e nela conventual, onde faleceu há poucos meses, mostrando todos os sinais de predestinado: Aldeia Gavinha (Alenquer); *grande heroe*; nasceu em Aldeia Gavinha: Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

João de Rochas e Azevedo, fez quinta grande e boa: Alhandra (Vila Franca de Xira).

João de Saldanha da Gama, *excelentissimo;* padroeiro da ermida de Nª Srª da Conceição, na quinta da Ponte: Cadafais (Alenquer).

João de Santa Teresa (frei), padre, ilustre; conhecido por *Runa*; provincial dos Arrábidos: Runa (Torres Vedras).

João de Santo António (frei), *religiozissimo padre*; assistente no convento de Nª Srª das Portas do Céu, em Telheiras; comissário da ordem Terceira da Penitência de S. Francisco onde está a ermida do Divino Espírito Santo, no lugar de Loures (Loures).

João de Santo Espírito (frei), primeiro dos conventuais de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

João de Santo Tomás (Frei Mestre), confessor do rei Dom Filipe III (vide); *recuzou muntos bispados*; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

João de Santo Tomás (frei), ilustre em Letras e Virtudes; escritor; padre mestre dominicano; natural e morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João de Sousa (D.), arcebispo de Braga; arcebispo de Lisboa; no seu tempo foi vigário geral e provisor do bispado de Braga e do arcebispado de Lisboa D. Manuel da Silva Frances (vide): Stª Maria do Castelo de Torres Vedras (Torres Vedras).

João de Sousa (D.), ilustre em Virtude e Caridade; prin-

cipal Deão; tem *florecido* na freguesia: São José (Lisboa).

João de Sousa de Sampaio, seus herdeiros são proprietários da ermida de Stº António; cunhado de António Bravo da Gama (vide): Vialonga (Vila Franca de Xira).

João de Sousa Messia, estribeiro-mor do rei; administrador da ermida de Nª Srª dos Prazeres, no lugar de Da Rainha, situada muito próxima da quinta que possui no mesmo lugar: Carvoeira (Torres Vedras).

João de Sousa, proprietário da ermida de stº António, sita na Porcalhota: Anjos (Lisboa).

João de Talveira (frei); primeiro dos conventuais de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

João Dias, vigário de S. João dos Montes que concorreu em 1605 à vigairaria de Alhandra (Vila Franca de Xira).

João Diogo de Ataíde (D.), conde de Alva; excelentíssimo; tem uma *nobilissima* quinta no lugar da Mealhada: Loures (Loures).

João do Rego, do lugar da Brunheira; administrador da ermida de S. Sebastião: Ramalhal (Torres Vedras).

João Esteves (D.), cardeal; uniu os rendimentos da igreja de S. Salvador ao convento do Salvador: São Salvador (Lisboa).

João Esteves de Azambuja (D.), o rei D. João I (vide) nomeou-o terceiro arcebispo de Lisboa, ao tempo de quem – e não no tempo do arcebispo D. João (vide) – o memorialista de Santo Antão do Tojal considera que foi feita a escritura em que Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide) instituíram a capela da Senhora da Graça da igreja matriz de Santo Antão do Tojal, a quem puseram vários encargos e cujo tabelião foi Afonso Esteves (vide); esta argumentação visa provar que à data da escritura a igreja de Santo Antão do Tojal já existia, pelo que as obras nelas feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide), foram de reedificação e não de fundação: Santo Antão do Tojal (Loures).

João Fernandes Andeiro (conde), no palácio que em 1755 pertencia a D. Fernando de Almeida e Silva (vide), D. João I (vide) determinou a sua morte: Santo Antão do Tojal (Loures); no seu paço que hoje é a prisão do Limoeiro morou o rei D Fernando (vide): S. Martinho (Lisboa).

João Francisco Pedroso, capitão; foi seu herdeiro João Baptista (vide): Campo Grande (Lisboa).

João Franco, padre; fundador, juntamente com sua irmã Ana Franca (vide), da capela de Stª Ana, situada na igreja do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

João Franco, padroeiro da ermida de Nª Srª do Rosário, situada no lugar das Azenhas, onde é morador: Fanga da Fé (Mafra).

João Galvão, na sua quinta, no lugar da Verdelha existia um nicho com uma imagem de Cristo Crucificado que há dez anos começou a fazer milagres: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

João Gameiro, na sua quinta está uma ermida de Nª Srª da Nazaré: Loures (Loures).

João Gomes (D.), bispo de Évora; D. Fernando deu a Geraldo Anes (vide) uns bens que lhe pertenciam: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

João Gomes Cabral, ilustre em Armas; capitão da guarda do rei D. Sebastião (vide), com quem foi a África e ficou perdido na batalha de 1568 (sic): Enxara do Bispo (Mafra).

João Gomes de Carvalho, ilustre em Letras; fundador do convento de Stª Clara; camareiro do Infante D. Henrique (vide) : Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

João Gomes de Figueiredo, capitão; as suas casas ficaram bastante arruinadas com o Terramoto de 1755, encontrando-se reformadas *com a forma antiga*: Santo Antão do Tojal (Loures).

João Gonçalves (frei), primeiro dos conventuais de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

João Gonçalves, juiz do cível de Lisboa; pai de Dona Ana de Avelar (vide); casado com Beatriz Lobato (vide); morador no sítio [do Lago]; filho de D. Luís de Noronha (vide); neto de D. Sancho de Noronha (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

João Guedes Coutinho, ilustre em Letras; doutor; inquisidor do Conselho Geral; governador do bispado do Porto; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Guilberto Franco, padre; administrador da ermida de Nª Srª da Conceição, situada na quinta da Fonte: Ponte do Rol (Torres Vedras).

João I (D.), rei de Portugal; Mestre de Avis (vide); deu licença para a construção do convento de Nª Srª do Monte do Carmo; livrou os religiosos do convento de Nª Srª do Monte do Carmo de pagarem pensões de bens doados por Nuno Álvares Pereira (vide): Sacramento (Lisboa); doou o padroado da igreja de S. Cristóvão ao bispo de Coimbra D. Martinho de Miranda (vide): São Cristóvão (Lisboa); edificou o convento do Mato de eremitas Jerónimos em 1389; fundou o convento da Carnota em 1408, dando-lhe doze colunas de jaspe que trouxe de Ceuta e que foram colocadas no claustro e para quem comprou mata do convento de Odivelas; em 1422, estando em Alenquer aforou a Isabel Lopes (vide) umas casas em Lisboa: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); no seu reinado, o papa Bonifácio IX (vide) confirmou a ordem de S. Jerónimo para Portugal, dando licença para fundarem dois mosteiros, o de Penha Longa e o do Mato, este em Pereiro de Palhacana (Alenquer); pai do infante D. Henrique (vide): Conceição-Nª Senhora da (Lisboa); depois de tirar aos cónegos regulares de S. Vicente de Fora a quinta da Atamuia, no termo de Alenquer, que lhes tinha sido dada por D. Afonso Henriques (vide), este apareceu-lhe mandando que a restituísse *como logo fez*: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); deu Cascais ao seu *grande valido*, doutor João das Regras (vide) juntamente com muitas outras coisas; pai do Infante D. João (vide) e avô de D. Afonso (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); doou Cadaval a D. Rodrigo de Castro (vide), em 2 de Dezembro de 1402: Cadaval (Cadaval); foi seu copeiro-mor Rui Gomes de Car-

valhosa (vide): Enxara do Bispo (Mafra); no palácio que em 1755 pertencia a D. Fernando de Almeida e Silva (vide) recebeu as notícias com que determinou a morte do conde João Fernandes Andeiro (vide): Santo Antão do Tojal (Loures); no seu tempo foi famoso o capitão João Afonso de Alenquer (vide) e o capitão Álvaro Vasques (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); nomeou D. João Esteves de Azambuja (vide) arcebispo de Lisboa: Santo Antão do Tojal (Loures); diz-se que *pousava* no castelo de Torrees Vedras quando ali vinha: Torres Vedras – Santiago (Torres Vedras)deu senhorio de Povos a Antão Marques da Cunha (vide): Povos (Vila Franca de Xira).

João II (D.), rei de Portugal; foi seu cronista Manuel Teles da Silva (vide): Santa Justa e Rufina (Lisboa); veio a Alenquer em 1493; marido de Dona Leonor (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); sua esposa Dona Leonor (vide) já viúva fundou o convento de Nª Srª da Madre de Deus: Santa Engrácia (Lisboa); veio em romaria a Torres Vedras: Povos (Vila Franca de Xira).

João III (D.), rei de Portugal; continuou as obras na igreja do convento de S. Francisco na freguesia de Mártires iniciadas por D. Afonso II (vide) e D. Manuel I (vide): Mártires (Lisboa); foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa); foi seu desembargador do Paço, Cristóvão Esteves de Espargos (vide): Santo Antão do Tojal (Loures); foi seu secretário de Estado, António Carneiro (vide): Sacramento (Lisboa); foi-lhe rogado e a sua esposa Dona Catarina (vide), por Dona Isabel de Mendonça (vide) que aceitasse o padroado do convento de Nª Srª da Piedade: Santos-o-Velho (Lisboa); fundou a igreja do convento de Nª Srª da Madre de Deus: Santa Engrácia (Lisboa); ilustre em Letras; escritor; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa); no seu tempo foi instituído o convento de S. Francisco: São José (Lisboa); recebeu D. João Bermudes (vide) com grande pompa e majestade: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); autorizou, juntamente com o arcebispo de Lisboa, que se celebrasse um contrato entre o prior e beneficiados da igreja de Stª Cruz do Castelo, da cidade de Lisboa e o Infante D. Luís para se fundar na ermida de Stª Catarina de Ribamar, o convento de arrábidos: Carnaxide (Oeiras); deu 2 moios de trigo, no almoxarifado de Oeiras, todos os anos, à igreja de Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra); elegeu e nomeou Toribo Lopes (vide) como primeiro bispo de Miranda: Ventosa (Alenquer); irmão de Dona Maria (vide): Santo Antão do Tojal (Loures); por sua ordem, em carta escrita à câmara, foi instituída a casa e confraria da Misericórdia de Alenquer: Alenquer – S. Pedro (Alenquer); deu o senhorio de Povos a D. António de Ataíde (vide); veio por [reinação] a Povos (Vila Franca de Xira).

João Inácio [Groza] cavaleiro do hábito de Cristo; morador na cidade de Lisboa; proprietário de ermida no lugar da Ceizeira: Freiria (Torres Vedras).

João Inácio Dantas, desembargador; corregedor do Crime da Corte e Casa; proprietário da ermida de Stº António, no sítio da Convalescença: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

João Inácio Olbege, tesoureiro da Casa Real; proprietário da ermida de Nª Srª da Assumpção, no sítio das Laranjeiras; na sua quinta de Mil Flores há uma mina; as casas nobres que existiam na sua quinta ficaram arruinadas no Terramoto mas já estão recuperadas: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

João IV (D.), rei de Portugal; pai de Dona Maria (vide): Carnide (Lisboa); por sua doação foi fundado o convento de Nª Srª da Porciúncula, de religiosos Franciscanos da província da Bretanha em 1647: Santos-o-Velho (Lisboa); mandou construir um grande armazém onde estão *outocentos e tantos arcabuzes* de extraordinária grandeza: S. Julião da Barra (Oeiras); mandou reedificar a igreja de S. Pedro da Cadeira (Torres Vedras); no tempo da sua Aclamação floresceram pessoas ilustres em Letras em Cadaval (Cadaval).

João Lamirante, ilustre em Letras; escritor; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Lampreia de Vargas, ilustre em Virtudes; doutor; desembargador do Paço; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Lobato de Almeida, tabelião que fez o contrato entre Paulo de Carvalho (vide) e o cabido da Sé de Lisboa para o padroado da igreja de Nª Srª das Mercês (Lisboa).

João Lobo Brandão da Costa, ilustre em Armas; capitão de couraças na Guerra da Aclamação; pai de Luís Garcez Palha de Almeida (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

João Luís de Meneses (D.), senhor de Ponte da Barca; habita no palácio do senhor de Pancas (vide), que não sofreu ruína no Terramoto: Santa Engrácia (Lisboa).

João Manoel (D. frei), ilustre em Letras; provincial da ordem do Carmo; filho do Rei D. Duarte (vide); irmão de D. Afonso V (vide); embaixador à Hungria e a Roma; bispo titular de Tiberíades; bispo de Ceuta; Primaz de África; bispo da Guarda; capelão-mor do Conselho do rei D. Afonso V (vide); *foi educado pelo Santo Condestavel Dom Nuno Alves Pereira* (vide)*, e seu verdadeiro imitador de todas as virtudes*; frade do convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

João Manoel de Noronha (D.), ilustre em Armas; conde de Atalaia; irmão de D. Luís Manuel (vide); natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

João Manuel (D. frei), bispo de Ceuta; executou a anexação da igreja de Sacavém à de Stª Maria de Ourém, decretada por Breve de Nicolau V (vide): Sacavém, (Loures).

João Manuel (D.), cardeal; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Manuel da Costa (D.), ele ou Dona Maria Leonor (vide) são padroeiros da capela de Nª Srª do Rosário situada no convento de Stº António: Vialonga (Vila Franca de Xira).

João Manuel de Brito, proprietário da ermida de Stª Cruz, situada no lugar da Vermoeira: Azueira (Mafra).

João Manuel de Brito, proprietário de quinta onde está a ermida do Senhor Jesus, Rei dos Reis: Barcarena (Oeiras).

João Marques Bacalhau, desembargador da Fazenda; na sua quinta está a ermida de S. João Baptista: Anjos (Lisboa).

João Martins, padre; proprietário da quinta da Bemposta: Azueira (Mafra).

João Martins, rendeiro da ermida de Jesus, Maria e José: Ameixoeira (Lisboa).

João Maurício Botelho, proprietário de quinta situada no lugar do Lumiar, onde está a ermida de S. Jerónimo: Lumiar (Lisboa).

João Mendes de Faria, proprietário de fábrica de atanados, estabelecida em 1729 no sítio da Lapa. Povos (Vila Franca de Xira).

João Moniz da Silva, ilustre em Letras; doutor; inquisidor do Conselho Geral do Santo Ofício; natural de Alenquer; morador na cidade de Lisboa; fundador do moderno hospital da Misericórdia de Alenquer por bens que deixou Dona Luísa Maria Manuel de Mendonça (vide), sua testamenteira: Alenquer – S. Pedro; Alenquer – S. Tiago; Alenquer – Stº Estêvão; Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

João Moniz, pertence ao seu morgado, que existe no Brasil, a ermida de Nª Srª da Natividade: Dois Portos (Torres Vedras).

João Monteiro da Fonseca, padre; proprietário da quinta de Cala onde está situada a capela com a imagem da Senhora dos Prazeres, que é administrada por Pascoal Ribeiro (*vide*): Vila Nova de S. Pedro de Arrifana (Azambuja).

João Nunes Leal, sargento-mor; proprietário da quinta da Charneca: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

João Peculiar (D.), arcebispo de Braga; sagrou e deu juramento de obediência a D. Gilberto (vide), bispo de Lisboa, pelo qual a igreja de Lisboa foi sufragânea da de Braga: Santo Antão do Tojal (Loures).

João Pedro Henriques da Silva, ilustre em Letras; desembargador na Baía: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

João Pedro Ludovici, proprietário da ermida de Nª Srª da Conceição: Anjos (Lisboa).

João Pedro Soares, administrador da capela que instituiu o prior de Stº André, Bartolomeu Vaz Lemos (vide), na igreja de Stº André; criou reitor e cinco capelães em Stª Iria: Stº André (Lisboa).

João Pedro Soares, fidalgo da Cotovia; os seus ascendentes tiveram a capela de Nª Srª da Conceição da igreja do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

João Pereira Ferras, secretário da Guerra; o seu palácio, vendido antes do Terramoto a italianos, arruinou-se no dia do Terramoto; natural da freguesia do Sacramento (Lisboa).

João Pereira, ilustre em Letras; doutor; deputado da Inquisição de Lisboa; prior da Igreja de São Nicolau de Lisboa; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Pessanha de Alenquer, pai de João Teixeira (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

João Piçarro, ilustre em Virtudes; doutor; prior da igreja de São Nicolau; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Pinto Ribeiro, ilustre em Letras; doutor; desembargador do Paço; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

João Ribeiro da Costa, proprietário da quinta onde está situada a ermida de Nª Srª do Cabo: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

João Ribeiro de Gouveia, ilustre em Letras; depois de ter sido corregedor da Guarda tomou hábito de S. Pedro, tendo sido deão da Sé de Miranda: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

João Ribeiro Leal, mordomo que administra o hospital de Cadaval (Cadaval).

João Rodas Monteiro, padre; confirmado beneficiado da igreja de S. Cristóvão pelo arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro (vide), por proposta do padre António Fernandes (vide), feita em Março de 1619, prior da igreja de São Cristóvão (Lisboa).

João Rodrigues Campelo, desembargador; proprietário de quinta situada no sítio das Moiras, lugar do Lumiar, onde está a ermida de Nª Srª do Carmo: Lumiar (Lisboa).

João Rodrigues Garção, pai de Dona Maria Isabel (vide): Vialonga (Vila Franca de Xira).

João Roiz Barros, padre; fundou a capela de Nossa Senhora da Graça a quem deixou uma morada de casas nobres como capela ou morgado com outros bens, em 1639: Alhandra (Vila Franca de Xira).

João Roiz, suas vinhas são ponto de referência e documento que estabelece os limites de Sacavém (Loures).

João Rolim (D.), padroeiro do convento dos capuchos: Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

João Soares, dos últimos alcaides do castelo de Torres Vedras: Torres Vedras – Santiago (Torres Vedras.

João Sobrinho (frei), ilustre em Letras; padre, *dos nobilissimos de Lisboa, estudou as ciencias deputadas para a sua profição em a Univercidade de Oxonia, onde adquerio o onrozo titullo de Magister Maximas (sic), foi escritor, dos mais insignes do seu tempo, como se vê de decumentos, volumes de que faz memoria o reverendissimo padre mestre frei José Pereira em a Coronica da ordem*; frade do convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

João Teixeira, ilustre em Armas; um dos principais na conquista de Ormuz; filho de João Pessanha de Alenquer (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

João Teixeira, ilustre em Letras; embaixador ao (sic) rei Narsinga: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); embaixador do (sic) rei de Narsinga: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

João Teles Pereira Moura, na sua quinta de Ponte de Frielas está a ermida de Santa Marta: Frielas (Loures).

João V (D), rei de Portugal; mandou fundar a ermida de S. Sebastião e paramentou-a *de todo o necessario com sua costumada grandeza*; mandou reedificar a ermida de S. Gonçalo, sita na quinta do Pinheiro: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira); pai do in-

fante D. Carlos (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); assistiu ao baptizado de D. Pedro de Bragança (vide): Sacramento (Lisboa); da freguesia de Mártires (Lisboa); deu 20 moedas de esmola à imagem de S. Benedito que um criado, preto e forro, do prior Félix Dantas de Barbosa (vide), colocou no altar de Stº António; recebeu de Frei Luís César (vide) relíquias de São Roque e de S. Sebastião para a igreja patriarcal: Santo Antão do Tojal (Loures); deu umas casas que estavam sequestradas para o convento de S. Francisco de Paula; fundou o convento de Nª Srª das Necessidades: Santos-o-Velho (Lisboa); executou o testamento de seu pai D. Pedro II (vide) ao fazer a capela de S. Benedito na igreja do convento de Stª Maria de Jesus; deu início à obra da construção do Arsenal das Armas ou Armazéns do Reino: Santa Engrácia (Lisboa); fez mercê ao padre Baltasar da Encarnação (vide) para fundar, debaixo da sua real proteção, o convento do Senhor Jesus das Boa Morte: Santa Isabel (Lisboa); deu uma imagem de Cristo Crucificado que está no altar-mor da igreja de Stº Estêvão de Alfama (Lisboa); fez mercê ao marquês D. António (vide) e a D. Pedro José de Noronha (vide) de apresentar o prior de São João da Praça (Lisboa); fez mercê da administração do antigo hospital dos Palmeiros à congregação do Senhor Jesus dos Perdões da igreja de Madalena, sendo procurador da Coroa, João Alves da Costa (vide) (Lisboa); mandou colocar lâmpada a S. Sebastião, feita em Roma e de extraordinária grandeza, na igreja de S. Sebastião da Pedreira; assistiu à tomada de pálio de D. Tomás de Almeida (vide) na igreja de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); marcou presença, muitas vezes, na festa em honra do Santíssimo Sacramento, realizada no dia 11 de Maio: Odivelas (Odivelas); marido da rainha Dona Catarina (vide): Santa Catarina (Lisboa); juntamente com D. Pedro II (vide) lançou a primeira pedra da igreja Santa Engrácia (Lisboa); por sua ordem e despesa fundou frei Francisco António de S. Pedro de Arena (vide) o hospício dos barbadinhos; mandou fazer imagem de Nª Srª Mãe dos Homens que estava na igreja arruinada do convento de Stª Maria de Jesus: Santa Engrácia (Lisboa); nomeou Inácio de Carvalho (vide) membro da Academia Real; nomeou António Freire de Andrade Enserrabodes (vide) para Relação de Lisboa: Sacramento (Lisboa); deu à irmandade das Almas a ermida do Divino Espírito Santo para estabelecer o hospital de Enxara do Bispo (Mafra); no seu tempo serviu o doutor Fernando da Cunha Henriques (vide): Enxara do Bispo (Mafra); fez mercê das lezírias ao colégio patriarcal: Alhandra (Vila Franca de Xira); foi juiz perpétuo da irmandade do Santíssimo *para onde concurreo com algumas esmolas*; foi seu moço de guarda-roupa Nicolau da Cunha Manuel (vide): Runa (Torres Vedras); juntamente com os infantes D. Francisco (vide) e D. António (vide) viu o osso da canela de um gigante que está na ermida da Nª Srª do Monte, tendo, posteriormente, mandado a Estêvão Galhardo (vide) que examinasse o osso, na presença do físico-mor do Reino e outros peritos; juntamente com a família real, participava nas festas dadas pelo duque de Cadaval (vide) na quinta da Piedade: Sintra-S. Martinho (Sintra); mandou demolir a igreja de Sacavém para ser reedificada: Sacavém, (Loures); mandou fundar hospital de Cercal (Cadaval); mandou guardar privilégios concedidos por D. Afonso IV (vide) às terras de capelas, na forma de Ordenação: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira); nomeou prelado mitrado da Patriarcal a Francisco Soares de Macedo (vide): Apelação (Loures); deu benefício da igreja de Unhos a José Jorge de Sequeira (vide); fez mercê da albergaria em Unhos à filha de Pedro Norberto de Acourt e Padilha (vide). Unhos (Loures); por piedade mandou enterrar Tomás Teixeira (vide) fazendo-lhe o funeral e exéquias: retomou a posse de Cascais por morte do último marquês, D. Luís José Tomás de Castro (vide); doou Cascais a Dona Maria Josefa da Graça (vide); deu privilégio à casa dos mareantes, tal como fez em Peniche e em Setúbal para que de seus marítimos *se não possa nunca fazer soldados para a India*, tendo a obrigação de darem um soldado ou pagarem 40.000 réis em dinheiro nas ocasiões em que as naus vão para a Índia: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); foi seu mestre Caetano Lopes: Cercal (Cadaval).

João Vaz ou **Vasques**, escrivão da puridade da rainha Dona Leonor (vide); cavaleiro da casa de Sua Majestade; secretário de D. Afonso V (vide); administrador da ermida de Stª Catarina, nomeado por frei Afonso Saco (vide), cuja nomeação foi confirmada pelo papa Eugénio (vide) e pelo rei D. Afonso V (vide); casado com Fulana Pessanha (vide), de quem descendem os Pessanhas (vide) de Évora: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

João Vaz Pessanha, foi nomeado pelo papa administrador do morgado que pertenceu a Afonso Lourenço (vide); escrivão da puridade da rainha Dona Leonor (vide); secretário do rei D. Afonso V (vide), o qual confirmou a posse do morgado na família dos Pessanhas (vide) até ao presente: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

João Vogado, filho de Tristão Vogado: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

João Xavier de Proença e Silva, nas suas casas está a ermida de Nª Srª da Piedade; situada no lugar de Oeiras (Oeiras).

João Xavier da Silveira, estribeiro-menor da rainha Dona Mariana de Áustria (vide); mandou fazer quinta e casas nobres que agora pertencem a Feliciano Velho Oldemberg (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

João XXII, papa; segundo a tradição, foi reitor da colegiada de Stº André, dotando-a de benefícios que retirou de metade da sua renda: Mafra (Mafra).

João XXIII, papa [antipapa]; a ele recorreu Nuno Álvares Pereira (vide) para que confirmasse os bens e doações feitas ao convento de Nª Srª do Monte do Carmo, *o que executou pela bulla que diz Cincerae devotionis afectus*: Sacramento (Lisboa).

Joaquim António de Brito, proprietário de quinta onde está a ermida de Santo António: Barcarena (Oeiras).

Joaquim José de Cáceres, proprietário da ermida de Charnais: Enxara do Bispo (Mafra).

Joaquim Lopes de Lavros, donatário de Reguengo da Carvoeira de quem é pensionário e de quem recebe os *quartos* (Mafra).

Joaquim Miguel Lopes da Lavra, junto ao seu palácio está a capela de Nª Srª do Bom Sucesso: São José (Lisboa); secretário Ultramarino; proprietário da ermida de Stº António; proprietário de quinta de maior colheira e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais).

Joaquim Pamplona, padre; administrador da quinta dos cónegos seculares do convento de Stº Elói; foi admoestado pelo prior Félix Dantas Barbosa (vide) para não celebrar publicamente e não dar a comunhão em Quinta-feira de Endoenças, o que tinha sido determinado pelo cardeal D. Tomás de Almeida (vide), razão que levou o cardeal a suspender a ermida: Santo Antão do Tojal (Loures).

Joaquim Pereira da Silva Leal, proprietário da quinta onde está situada a ermida de Stª Ana, demolida pelo Terramoto: Campo Grande (Lisboa).

Joaquim Salter de Mendonça, prior de S. Cristóvão que em 1744 colou como beneficiado da mesma freguesia o padre Custódio José da Costa Piló (vide): São Cristóvão (Lisboa).

Jorge (D.), arcebispo de Lisboa; mandou *que todas as igrejas do seu arcebispado se lemitasse para se evitarem muitas demandas que havia contra as conciencias dos que a pessuiam*: Sacavém (Loures).

Jorge (D.), duque; mestre de Aviz; deu quinta cabeça de morgado da Marinha a António Correia Baharem (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Jorge Almeida (D.), no seu tempo ou no de D. Henrique (vide) ou D. Miguel Castro (vide) desanexou-se à paróquia de Santo Antão do Tojal a ermida de S. Saturnino a qual se fez paróquia: Santo Antão do Tojal (Loures).

Jorge da Costa (D.), prelado de Lisboa que, entre outros, mediou entre o arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) e D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide) e que o memorialista aponta para provar que as obras feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses (vide) foram de reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal, pois esta já existia o tempo de D. João Esteves de Azambuja (vide), altura em que considera ter sido feita a escritura de Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Jorge da Costa, escrivão da capela da missa quotidiana por alma de D. António de Castelo Branco (vide); escrivão da igreja de S. Martinho (Lisboa).

Jorge de Almeida (D.), arcebispo de Lisboa; irmão de D. Pedro Almeida (vide) e cunhado de Dona Maria Coutinho (vide): descendentes de D. Pedro de Almeida (vide) e sua mulher Dona Maria Coutinho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures); ao seu tempo foi desanexado o território da paróquia de Stª Engrácia da de Stº Estêvão de Alfama, reinando D. Sebastião (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Jorge de Brito, ilustre em Letras; escritor; doutor; ministro e juiz do tribunal da Legacia; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Jorge de Brito; viveu na freguesia do Sacramento e nela foi baptizado; desembargador; ministro de Cânone no tribunal da Nunciatura, *que deu aquella celebre sentença, qua anda in corpore juris, sobre a contenda que houve com Nuncio e arcebispo de Lisboa no baptismo do conde da Ericeira, que foi na igreja das religiozas da Annunciada*: Sacramento (Lisboa).

Jorge de Melo, ilustre em Letras; doutor; porcionista do colégio de São Paulo, cónego da Sé de Coimbra e de Lisboa; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Jorge de Mesquita da Silva Mascarenhas, da vila de Torres Novas; padroeiro e apresentador do cura de Apelação, em virtude dos seus antepassados terem desanexado, dotado e fundado a paróquia: Apelação (Loures).

Jorge de Sousa, filho do padroeiro do convento do Sobral, Francisco de Sousa e Meneses (vide) com quem lançou a sua primeira pedra, juntamente com frei Pedro dos Santos (vide) e que acabou a sua construção: Alhandra (Vila Franca de Xira).

Jorge Francisco (D.), administrador do hospital real de Todos os Santos: Santa Justa e Rufina (Lisboa).

Jorge Vaz, escudeiro do bispo do Funchal em 1523; casado com Lucrécia Fernandes (vide): Alhandra (Vila Franca de Xira).

José (D.), infante; no seu paço de Palhavã está a ermida de S. João Baptista; inquisidor geral; nesta quinta há uma mina; sai do seu palácio para o tribunal do Santo Ofício, que está situado numas casas do conde de Vila Flor (vide), no sítio de Palhavã, por um passadiço: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

José Alexandre Garcês de Brito Vital, provedor das Lezírias; na sua casa, na rua Direita, está a capela do Menino Jesus de que é proprietário: Azambuja (Azambuja).

José António Correia da Franca, na sua quinta do Rodízio está a ermida de Santo António: Carnaxide (Oeiras).

José António, foi proprietário da quinta da Nova, que hoje pertence aos seus herdeiros, onde está sita a ermida de Nª Srª da Conceição: Loures (Loures).

José Belet da Cunha Manuel, administrador da capela do Espírito Santo, sita na quinta do Espírito Santo: Sapataria (Sobral de Monte Agraço).

José Bernardo Malafaia Castro Pereira, fidalgo da Casa de Sua Majestade; padroeiro da ermida de Nª Srª do Bom Sucesso da Carnota: Cadafais (Alenquer).

José Botelho (D.), proprietário de quinta, situada no lugar da Verdelha, onde está a ermida de Nª Srª do Rosário: Vialonga (Vila Franca de Xira).

José Cabral de Quadros, proprietário da quinta de Azinhaga, do morgado dos Frades, onde está a ermida de Stº António: Charneca (Lisboa).

José Caetano, ilustre em Letras; escritor; mestre de Gramática; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

José Caldeira, doutor; presbítero do hábito de S. Pedro; professo na ordem de Cristo; prior da igreja de S.

Tomé, da cidade de Lisboa; pregou no dia da colocação da imagem de Nª Srª das Mercês na igreja do mesmo nome: Mercês (Lisboa).

José Caldeira, ilustre em Letras; escritor; protonotário apostólico; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

José Cardoso Castelo, desembargador do Paço, proprietário de quinta situada junto à paróquia de Campo Grande (Lisboa); proprietário de quinta onde está a ermida de Nª Srª da Esperança arruinada com o Terramoto: S. Pedro da Cadeira (Torres Vedras); ilustre; nascido no lugar da Murteira; desembargador do Paço; irmão de D. João Cardoso Castelo (vide): Loures (Loures); viveu na freguesia do Sacramento e nela foi baptizado; desembargador do Paço; chanceler-mor da chancelaria da Corte: Sacramento (Lisboa).

José Carlos de Matos e Miranda, junto às suas casas está a ermida de S. Miguel que com o Terramoto de 1755 caiu até ao teto, tendo as paredes necessidade de serem apeadas por não terem conserto algum: Enxara do Bispo (Mafra).

José Carvalho e Abreu, ilustre em Letras; doutor; conselheiro do Conselho Ultramarino, foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

José Coelho da Silva Medela, instituiu quatro capelas: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

José Correia de Lacerda, padroeiro do convento das Trinas de Nª Srª dos Remédios, fundado por Manuel Gomes de Elvas (vide): Santa Isabel (Lisboa).

José Correia de Melo, foi proprietário de quinta situada no lugar de Galamares onde está a ermida de Santo António: Sintra-S. Martinho (Sintra).

José Correia padre; administrador da ermida de Nª Srª da Nazaré: Anjos (Lisboa).

José da Assumpção (frei), ilustre; padre mestre; eremita de Stº Agostinho; compôs a *Himnologia*, *comento muito vasto de varia erudição aos Himnos do Breviario Romano*: Santa Justa e Rufina (Lisboa).

José da Costa Negreiros, faz a romagem a S. Roque em Santo Antão do Tojal pelo exemplo de João de Almeida (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

José da Costa Negreiros, *insigne pintor dos nossos tempos*; especial devoto da ermida de S. Roque e seu benfeitor a quem ofereceu os painéis da vida do santo que pintou para a ermida: Santo Antão do Tojal (Loures).

José da Costa Ribeiro, ilustre; desembargador; procurador da Coroa de D. José I (vide): Runa (Torres Vedras).

José da Mota, livreiro; proprietário da ermida de S. Francisco de Bórgia, situada no fim da rua direita que vai da Boa Morte para as Necessidades: Santa Isabel (Lisboa); proprietário da ermida de S. Francisco de Bórgia, na rua do Arco Cego que vai para o Campo Pequeno: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

José da Silva Pereira, marido que foi de Dona Rosa Caetano Viterbo (vide): Campo Grande (Lisboa).

José das Almas (frei), da ordem de Malta; por seu zelo se vai continuando a obra da ermida de Nª Srª da Encarnação que tem origem no nicho que fez José Manzone (vide): Charneca (Lisboa).

José das Neves (frei), ilustre; frade graciano: Santa Justa e Rufina (Lisboa).

José de Almeida, ilustre em Letras, especialmente na Teologia Moral; sacerdote do hábito de S. Pedro; cura antecessor da igreja patriarcal: Ventosa (Torres Vedras).

José de Brito (frei), natural de Cascais; corretor da ordem de S. Francisco de Paula: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

José de Galvão de Lacerda, proprietário da ermida de Stº António, situada na quinta de Abrigada: Atouguia das Cabras (Alenquer).

José de Matos da Rocha, ilustre em Letras; médico em Azeitão; *poeta excelente na lingoa latina*: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

José de Matos da Veiga, desembargador do Paço; em 1670 fez dizer missa ao administrador da capela, Fernando Leite de Sousa (vide) em ermida sita no lugar de Covas, em quinta aforada por Pedro do Vale Cardoso (vide): Ameixoeira (Lisboa).

José de Melo e Silva, fidalgo de Sua Majestade; proprietário da quinta do Arneiro, onde está a ermida de Nª Srª da Ajuda, de que é padroeiro: Azueira (Mafra).

José de Meneses de Távora (D.), padroeiro do convento das religiosas carmelitas descalças de Stª Teresa; governador da Torre Velha: Mercês (Lisboa).

José de Mesquita de Castelo Branco, os seus descendentes possuem o vínculo da administração da ermida da capela do Nome de Deus, que herdou de Dona Antónia Bezerra Cabral de Vasconcelos (vide) e como sucessores também do doutor Gaspar Barreto (vide); nesta questão eram parte interessada os senhores da Trofa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

José de Noronha (D.), conde de Valadares; filho de D. Álvaro de Noronha (vide) e de Dona Teresa de Noronha (vide); irmão de D. Miguel de Noronha (vide); baptizado na freguesia do Sacramento; o seu palácio arruinou-se no dia do Terramoto e incendiou-se; natural da freguesia do Sacramento (Lisboa).

José de Santa Ana (frei), mandou fazer imagem do Senhor do Bom Despacho: Santa Engrácia (Lisboa).

José de Santa Catarina (frei), religioso da província de Santo António e seu ex-definidor; protonotário apostólico de Sua Santidade; pregou o sermão da procissão do Senhor de 9 de Fevereiro de 1738 por falta de água: Santo Antão do Tojal (Loures).

José de Santa Rosa (frei), ilustre em Letras; padre mestre da ordem Terceira; examinador das Três Ordens militares; consultor da Bula da Cruzada; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

José de Santo António (frei), religioso dominicano: morador no seu convento em Lisboa; erigiu a confraria de Nª Srª do Rosário, por ordem do seu provincial, frei Francisco de Santa Rosa Tinoco (vide) e do patriarca D. Tomás de Almeida (vide), nomeando para seu comissário e protetor o prior Félix Dantas Barbosa (vide) por patente do geral dos dominicanos frei Tomás Ripel (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

José de Sousa Pereira ou José Pereira de Sousa, ilustre em Letras; colegial do colégio de S. Paulo; lente em Leis na Universidade de Coimbra; desembargador dos Agravos na Casa da Suplicação; secretário de uma embaixada a Roma; enviado do rei D. Pedro II (vide) a Roma; fidalgo da Casa Real; comendador da comenda de Machico, na ordem de Cristo; irmão do doutor Luís Álvares da Rocha (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

José do Nascimento (frei), ilustre; padre; religioso agostinho descalço; filho de Francisco Domingos (vide) e de Catarina de Almeida (vide); leitor de Filosofia e Teologia Moral e Especulativa, *em cujas faculdades defendeo e presedio a varias concluzois e jubilou na mesma Religião*; graduou-se em Sagrada Teologia pela Universidade de Coimbra onde é opositor às mesmas cadeiras *com muita distinção entre os mais na referida Universidade*; nascido e baptizado em Santo Antão do Tojal (Loures).

José do Vale, padroeiro da ermida de Nª Srª do Amparo: Carnota (Alenquer).

José dos Prazeres (frei), padre; ilustre; provincial de Santo António: Runa (Torres Vedras).

José Falcão de Gamboa Fragoso, proprietário da ermida de Nª Srª da Assunção, situada na quinta da Boa Vista: Carnide (Lisboa).

José Félix Rebelo, no pátio das casas da sua quinta está a ermida de Nª Srª da Apresentação; a esta quinta o rio Trancão causa prejuízos no tempo das cheias: S. Julião do Tojal (Loures).

José Feliz de Meneses, proprietário da capela de Nª Srª da Glória que antes pertenceu aos condes da Castanheira (vide): São José (Lisboa).

José Ferreira de Abreu, monsenhor; proprietário da quinta da Lage onde está situada a ermida de S. José: Olhalvo (Alenquer).

José Fialho (frei), religioso de S. Bernardo; padroeiro da capela-mor da igreja de Alguber (Cadaval).

José Fiúza, ilustre em Letras; doutor; provedor da Alfândega; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

José Galvão de Lacerda, o seu palácio arruinou-se totalmente com o Terramoto e se vai reparando: São Vicente de Fora (Lisboa).

José Garcês da Cunha, licenciado; pertence à família dos Garcês e Cunha (vide); há mais de 45 anos foi prior de Povos (Vila Franca de Xira).

José Gomes, de alcunha o *Chapinheiro*; cirurgião-mor do Reino *e mui pratico em medicina e grande filosofo*; conta-se dele que foi salvo milagrosamente por Nª Srª da Guia, quando foi levado por umas bruxas e lançado num despenhadeiro sobre o mar, e *huma Senhora munto fermosa lhe levava todos os dias humas sopinhas de cravos para elle comer*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

José I (D.), rei de Portugal; irmão do infante D. Carlos (vide)**;** reedificou a suas expensas o convento e a igreja de Nª Srª da Madre de Deus; por determinação sua, o convento de Stª Maria de Jesus está incorporado na Coroa: Santa Engrácia (Lisboa); doou Cascais à filha de Dona Maria Josefa da Graça (vide), falecida no Terramoto de 1755: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); juiz perpétuo da irmandade do Santíssimo; foi seu moço de guarda-roupa, Nicolau da Cunha Manuel (vide); foi seu procurador da Coroa, José da Costa Ribeiro (vide): Runa (Torres Vedras); mandou a todos os prelados do Reino a pastoral do cardeal D. Manuel (vide) para se fazer voto e acção de graças perpetuamente à Virgem Santíssima *pelo infausto sucesso do Terramoto*: Santo Antão do Tojal (Loures).

José Inácio de Carvalho, proprietário da ermida de Nª Srª da Paciência: Bucelas (Loures).

José Joaquim de Miranda Henriques, proprietário de quinta onde está a ermida de Nª Srª do Monte do Carmo: Odivelas (Odivelas).

José Jorge de Sequeira, proprietário de benefício da igreja de Unhos dado por D. João V (vide): Unhos (Loures).

José Lopes da Fonseca, administrador da capela de Nª Srª da Ajuda: Cercal (Cadaval).

José Manuel (D.), cardeal patriarca de Lisboa; pessoa da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa); mandou consertar a igreja de Alhandra, pois no Terramoto de 1755 *se arruinou quasi toda a igreja* onde fez grande despesa: Alhandra (Vila Franca de Xira); manteve os gastos com os beneficiados, vários ministros da igreja e colegiada de Santo Antão do Tojal, bem como com pessoas necessitadas, depois do falecimento de D. Tomás de Almeida (vide): Santo Antão do Tojal (Loures); no tempo da sua sé vacante foi restaurado o frontispício da igreja matriz de Santo Antão do Tojal; mandou concertar os aquedutos de água, os muros da cerca, o palácio, bem como a torre e frontispício da igreja matriz na sequência do Terramoto: Santo Antão do Tojal (Loures).

José Manuel da Conceição (frei), ilustre em Letras; escritor; padre mestre da ordem Terceira; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

José Manzone, em 1725, quando numa noite vinha para sua casa e trazia consigo 10.000 cruzados, no lugar de Panasqueira, na estrada que vai para Sacavém, foi assaltado por ladrões, invocou o patrocínio de Nª Srª da Encarnação e *instantaneamente se achou a porta de sua caza*; de imediato fez aí erigir um nicho com a imagem de Nossa Senhora, que ocorreu muito povo e muitas esmolas. Em 1740 uns devotos principiaram a construir uma grande ermida para o que que o conde de Pombeiro (vide) deu da sua quinta o terreno necessário, tendo frei José das Almas (vide) continuando a obra: Charneca (Lisboa).

José Marim, ilustre em Letras; escritor; padre; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

José Pereira Carvalho, proprietário da ermida de S. José, no Casal Novo: Carnide (Lisboa).

José Pereira Castelo, desembargador; proprietário da quinta de Alcobaça, onde está situada a ermida de Nª Srª da Encarnação: Runa (Torres Vedras).

José Pereira de Lacerda, cardeal bispo do Algarve, juiz da Bula; dividiu a diocese pelo rio de Frielas para in-

tegrar na diocese de Lisboa ocidental a igreja de Santo Antão do Tojal que era uma das mais antigas e das de maior rendimento: Santo Antão do Tojal (Loures).

José Pereira de Santa Ana (Mestre Frei), provincial do convento de S. Romão, dos religiosos carmelitas observantes, que mandou reedificar por ter ficado arruinado com o Terramoto: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

José Pereira de Sousa, ilustre em Letras; comendador de Machico ou Manchio; enviado em Roma: Alenquer – S. Tiago (Alenquer): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); *vide* José de Sousa Pereira (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

José Pereira Lacerda (D.), ilustre em Dignidades e Letras; cardeal: S. Lourenço (Lisboa).

José Pinto da Silveira, sua quinta no lugar do Passo é obrigada à fábrica da ermida de Nª Srª da Luz: Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).

José Pinto do Amaral, cónego; instituiu e edificou ermida de Jesus, Maria e José, tendo alcançado licença do cabido da Sé de Lisboa para nela se dizer missa em 27 de Julho de 1669: Ameixoeira (Lisboa).

José Pinto Machado, administrador da ermida de Nª Srª da Caridade: Santos-o-Velho (Lisboa).

José Ribeiro de Oliveira, dotou a ermida de Nª Srª Mãe dos Homens: Santa Isabel (Lisboa).

José Rodrigues Bandeira, proprietário de quinta onde está a ermida de Santa Bárbara: Barcarena (Oeiras).

José Rodrigues da Silva, natural e baptizado em S. Sebastião da Pedreira; quarto vigário de S. Sebastião da Pedreira; instituiu capela de missa quotidiana: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

José Rodrigues de Abreu, proprietário da ermida de Stº António, sita na Costa de Paiã: Anjos (Lisboa).

José Rodrigues de Almeida, tenente da guarda; proprietário da ermida de Nª Srª do Rosário: Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

José Rodrigues Leal, doutor; prior de uma das igrejas da vila de Óbidos; tem benefício apresentado pelo prior de S. Martinho: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

José Roiz Lisboa, instituiu uma capela de missa quotidiana na ermida do Espírito Santo, no lugar de Carnide (Lisboa).

José Roiz Vatela, escrivão do julgado de Odivelas: Loures (Loures).

José Simões Barbosa, desembargador; administrador da ermida de Stº António, situada no sítio da Palma de Cima: Campo Grande (Lisboa).

José Soares de Faria, ilustre; doutor; médico de *boa nota*: Mafra (Mafra).

José Teixeira Leal, ilustre em Letras; cónego da ilha da Madeira: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

José Teixeira, cónego, tesoureiro-mor da capela real no ano de 1745; fundador da capela da Srª das Necessidades, tendo-a dotado de 20.000 réis de fábrica, sita na quinta da Loureira, propriedade do capitão Domingos Ferreira da Veiga e Castro (vide); deixou ainda 10.000 réis para a festa que se realiza a 8 de Setembro; proprietário das quintas de Loureiro e do Outeiro: Cardosas (Arruda dos Vinhos).

José Teles da Silva, administrador da ermida de Santo António, sita na quinta de Monte Gordo; morador na cidade de Lisboa: Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).

José Vaz de Carvalho, desembargador do Paço; pai de Gonçalo José da Silveira Preto (vide); pela grande devoção que tinha a Nª Srª da Apresentação, mandou fazer um retábulo de talha dourada riquíssimo e para nicho da Senhora uma vidraça inteiriça que encerra a imagem; colocou também a imagem de S. Joaquim, Santa Ana, Santo António e S. Gonçalo de Amarante: Santo Antão do Tojal (Loures); ilustre em Letras; desembargador do Paço; baptizado em Stª Mª de Várgea de Alenquer; filho de Gonçalo Vaz Preto (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

José Xavier de Valadares e Sousa, ilustre em Letras; capitão-mor de Alenquer; autor de *Exame Crítico* e de várias poesias na língua vulgar, latina e castelhana: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Josefa Caetana Barbosa de Melo (Dona), dona da quinta da Cumieira onde está a ermida de Santo António; filha do capitão António Juzarte da Silveira (vide) e de Dona Antónia Joana de Sousa Barbosa (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Josefa de Santa Maria (madre), ilustre em Virtudes; saiu do recolhimento de Olhalvo para o convento de Stª Mónica, da cidade de Lisboa: Olhalvo (Alenquer).

Julião Francisco Torres, filho de Francisca Rodrigues (vide); administrador da ermida de Nª Srª da Piedade: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

Júlio II, papa; passou a Bula da fundação do convento de Nª Srª da Madre de Deus a 15 de Maio de 1508; por Breve de 22 de Maio de 1508 passou a obediência do convento de Nª Srª da Madre de Deus a frei André da Guarda (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Lacedemónia (arcebispo de), em 1744 instituiu o padre Custódio José da Costa Piló (vide) como beneficiado de S. Cristóvão na sequência da colação do prior da mesma freguesia Joaquim Salter de Mendonça (vide): São Cristóvão (Lisboa); enviou roteiro das Memórias Paroquiais ao prior de Belas (Sintra).

Lafões (duque de), proprietário da capela de Nª Srª do Desterro sita na sua quinta: Azambuja (Azambuja); proprietário da *memoravel quinta* de Torrebela: Vila Nova de S. Pedro de Arrifana (Azambuja); padroeiro do convento de Stª Catarina de Ribamar: Carnaxide (Oeiras); proprietário da ermida de Nª Srª da Encarnação, que existe na sua quinta da Boavista de Baixo: Bucelas (Loures); tem quinta em Alpriate: Frielas (Loures); proprietário da quinta do Archino: Ota (Alenquer); proprietário de quinta em Alpriate, onde está situada a ermida de Nª Srª dos Prazeres: Vialonga (Vila Franca de Xira); *vide* marqueses de Arronches: Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira), proprietário da quinta de Torrebela: Cacheiras (Vila Franca de Xira).

Lavradio (marqueses do), descendentes de D. Pedro de Almeida (vide) e sua mulher Dona Maria Cotinho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Lázaro de Cristo (frei), ilustre; religioso carmelita descalço; *o mais famigerador pregador dos seus tempos em Portugal*; tio do coronel Pantaleão Teixeira (vide) e vedor geral Tomás Teixeira (vide); faleceu em lisboa, no convento de Corpus Christi em [1693]; *foi o assombro da predica em Portugal e na Bahia, onde alguns anos existio. Concorreo em muntas ocaziois como mestre dos pregadores o grande padre Antonio Vieira* (vide) *que gostava munto de o ouvir, que nunca lhe escapava sermão seu se o podia ouvir. Dizia que só o Carmelita lhe enchia as medidas e era digno de subir ao pulpito. E [deitava] este elogio deste monstro da predica grande para cabal satisfação de qualquer duvida se a houvera e na de Bahia dura ainda o seu [nome] na sua fama em todo o Portugal, em sua Religião não sahirá jamais da memoria dos homens*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Lázaro Leitão Aranha (D.), principal da Stª Igreja de Lisboa; principiou a edificar o recolhimento de Nª Srª dos Anjos em 3 de Julho de 1747 para viúvas e donzelas nobres: Santa Engrácia (Lisboa); assiste na quinta que é propriedade de Jerónimo Leite de Vasconcelos Pacheco Malheiro (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); Madalena (Lisboa).

Lázaro Nunes, ilustre em Virtudes; padre; tesoureiro de São Francisco; *morto pella fé de Christo*; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Leandro Coelho, ilustre em Armas; general do mar do Sul em Espanha; descobriu ilha a quem puseram o nome de Leandro Coelho: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Leandro de Melo da Silva, morgado da quinta da Abelheira, onde está a ermida de Nª Srª do Desterro: Sobral da Abelheira (Mafra).

Legni (príncipe), casado com Dona Luísa Casimira Nassau (vide): Sacramento (Lisboa).

Leocádia Rita de Vasconcelos (Dona), administradora da capela de Nª Srª das Mercês, sita na quinta do Palmeiro; viúva de Gerardo Pereira da Gama e Gouveia (vide): Cardosas (Arruda dos Vinhos).

Leonardo Eanes, padre; instituiu capela de missa quotidiana, administrada pela irmandade do Santíssimo Sacramento, em capela da igreja de Unhos que tem uma imagem de Nª Srª da Piedade e um painel da Cruz: Unhos (Loures).

Leonor (Dona), esposa de D. João II (vide); irmã de D. Manuel I (vide); deu vários bens às igrejas de S. Pedro e Stº Estêvão de Alenquer para nelas se festejar anualmente Nª Srª do Ó: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Leonor (Dona), infanta; filha de D. Afonso V (vide); irmã de Dona Joana (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Leonor (Dona), mulher do rei D. Fernando I (vide); senhora de Alenquer; deu a Gonçalo Vasques de Azevedo o moinho das Figueiras, na ribeira de Alenquer, junto ao lugar do Camarnal, com o consentimento do seu marido; serviu-se do conde de Ourém (vide) para a expedição dos negócios da monarquia, depois da morte de seu marido; revogou a mercê feita por D. Fernando (vide) de elevar a vila o lugar de Vila Nova; saiu de Alenquer com Vasco Pires de Camões (vide) para prender o Mestre de Avis (vide), tendo ido duas vezes a Atouguia da Baleia para esse efeito; rejeitou a proposta de casamento que lhe foi apresentada por embaixadores do Mestre de Avis (vide); retirou-se para Santarém depois do Mestre de Avis ser aclamado Defensor do Reino: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); no tempo das diferenças com o Mestre de Avis (vide), Alenquer seguiu o seu partido: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Leonor (Dona), padroeira da igreja de S. Martinho (Lisboa); por seu consentimento, e do então prior de S. Martinho, Jerónimo de Aires (vide) as religiosas de Stª Clara, por bulas apostólicas, recebem três partes dos dízimos e frutos de Alverca e Barcarena da igreja de S. Martinho (Lisboa).

Leonor (Dona), rainha de Portugal; esposa de D. Afonso V (vide); foi seu escrivão da puridade João Vaz Pessanha (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Leonor (Dona), rainha de Portugal; esposa de D. Manuel I (vide); mãe da Infanta Dona Maria (vide): Carnide (Lisboa).

Leonor (Dona), rainha de Portugal; mandou fazer imagem de Nossa Senhora da Piedade depois da notícia do aparecimento de Nossa Senhora: Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

Leonor (Dona), rainha; esposa de D, João II (vide); fundou o convento de Nª Srª da Madre de Deus, quando era viúva, ao tempo do rei D. Manuel (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Leonor da Costa (Dona), ilustre em Virtudes; prioresa da ordem terceira do Carmo; *deixou grande exemplo de suas eroicas vertudes*, como refere frei Pedro da Cruz Zuzarte no *Compêndio da Ordem do Carmo*: Camarate (Loures).

Leonor de Almeida (Dona), casada com D. Rodrigo de Melo (vide); filha de D. Francisco de Almeida (vide): Cadaval (Cadaval).

Leonor de Alvim (Dona), consta que foi recebida pelo rei D. Fernando (vide), juntamente com seu marido, o Condestável Nuno Álvares Pereira (vide), no lugar de Vila Nova, termo de Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Leonor de Aragão (Dona), esposa do Infante D. Duarte (vide) com quem casou em 1428; mãe do Infante D. Duarte (vide); deu aos frades dominicanos de Azeitão o moinho, hoje chamado das Quatro Rodas; partiu de Alenquer, já viúva, para as Cortes de 1439 com o filho D. Afonso V (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); foi seu escrivão da puridade João Vaz ou Vasques (vide): Alenquer – Nª Srª da Assumpção (Alenquer).

Leonor Fernandes, instituiu o morgado do Estoril, nos Rangéis de Lisboa, no ano de 1561; está enterrada no convento de Stº António de Xabregas; casada com Roque Lopes (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Leonor Francisca, ilustre; fundadora, juntamente com seu marido, Sebastião Luís (vide) do altar de Santo António de Lisboa, na igreja de Santo Antão do Tojal: sogra de Simão Correia (vide); mãe de Dona Paula da Silveira (vide); nasceu e morou em Stº António do Tojal; fundadora da capela de Stº António, junto da qual está enterrada, na igreja matriz de Santo Antão do Tojal (Loures).

Leonor Martins (Dona), mãe de madre Brites do Nascimento (vide); esposa de Álvaro Silveira (vide): Madalena (Lisboa).

Leonor Teles de Meneses (Dona), filha de João Afonso Teles de Meneses (vide); esposa de D. Rodrigo de Castro (vide); mãe de D. João de Castro (vide), de Dona Joana de Castro (vide) e de D. Álvaro (vide); donatária de Cadaval (Cadaval).

Libório, papa; um prodígio sucedido no seu tempo, em Roma, teve semelhante sucesso em Cascais, que deu origem à festa de Nª Srª das Neves: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Lopo (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Lopo de Azevedo, ilustre em Armas; insigne capitão na Índia na guarda de Agacim; tenente general do mar de Malaca onde obrou proezas: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Lopo de Castelo Branco (D.), o conde de Vila Nova, Gregório de Castelo Branco (vide) é obrigado a mandar dizer uma missa quotidiana e um aniversário com missa cantada a 3 de Novembro por sua alma: S. Martinho (Lisboa).

Lopo Tavares, último administrador da capela que fundou Joana Ferreira (vide) na igreja de Unhos (Loures).

Lopo Vaz de São Paio, foi governador do Estado da Índia; mandou fazer a capela dos Três Reis, na igreja do convento da Santíssima Trindade, para sua sepultura; tinha capela de Nª Srª do Rosário no corpo da igreja do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa); governador da Índia ao tempo em que para lá foi D. João Bermudes (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Lopo Vaz Vogado, ilustre em Armas; capitão na conquista de Azamor: Alenquer – S. Tiago (Alenquer), Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Lourenço (frei), ilustre em Virtude; confessor da rainha Dona Leonor (vide); nasceu-lhe um *maravilhoso espinairo* na boca depois de sepultado com estas palavras nas folhas: *stabam quem videret Moires*: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Lourenço Baptista Feio, ilustre em Letras; escritor; prelado da Santa Igreja de Lisboa; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Lourenço Beaumont, francês, virtuoso benfeitor do hospital da Luz que morreu em Portugal com evidências de predestinado: Carnide (Lisboa).

Lourenço de Almada (D.), donatário de Runa: (Torres Vedras).

Lourenço de Lencastre (D.), proprietário de quinta onde está a ermida de S. João Baptista, no lugar de Vale de Deus: Odivelas (Odivelas).

Lourenço de Mila e Brito Nogueira (D.), instituiu capela de Santa Ana: S. Lourenço (Lisboa).

Lourenço Esteves, foi prior de Stª Maria do Castelo de Torres Vedras em 1424, altura em que erigiu a capela do Salvador, que dotou com muitas fazendas para que os seus sucessores pagassem a um capelão para dizer missa quotidina e rezar no coro *por emolumento annual, oitenta libras de dinheiro português, as quaes por no tempo prezente ser modica esmola não há capelão que a queira* servir: Stª Maria do Castelo de Torres Vedras (Torres Vedras).

Lourenço Figueiró, soldado; enforcado na ponte por morte do filho de um pescador em 7 de Abril de 1592: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Lourenço Franco, administrador da ermida de Nª Srª das Angústias: Carnota (Alenquer).

Lourenço Lobo Brandão, ilustre em Armas; capitão num dos regimentos de Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Lourenço Luís Galvão, estribeiro menor de Sua Majestade que deixou legados e testamento a Nª Srª da Conceição: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Lourenço Martins, escanção de D. Dinis (vide) de quem teve licença para construir moinho no lugar de Stª Catarina, na ribeira de Alenquer, pese embora fosse senhora de Alenquer a rainha Santa Isabel (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); doou a igreja de S. Tiago de Alenquer ao mosteiro de Odivelas depois da extinção dos cavaleiros Templários: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); edificou a ermida de Stª Catarina na era de Cristo de 1311, à qual deixou muitos bens para sustento de quatro capelães e deixou seu filho, Afonso Lourenço (vide) como administrador: Alenquer – S. Pedro (Alenquer); edificou a ermida de Stª Catarina, como consta em testamento de que Mendesteres (vide) foi tabelião: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

Lourenço Rodrigues Pescado/Riscado, ilustre em Armas; muito insigne capitão tenente de mar-e-guerra, tanto no caminho da Índia como no *dilatado da China onde muntos tempos foi sempre com prospera fortuna, e tinha excogitado hum novo caminho para hir a ella por onde se podia navegar e hir lá em menos de cinco meses, que a não atalhar a morte estes designios seriam de sua eterna fama, gloriosos trofeos*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Lourenço Vaz Pegado, ilustre em Armas; juntamente com seu pai, Mem Pegado (vide) e mais dezassete homens foram os primeiros que descobriram o rio Maranhão e 100 léguas por ele acima, fazendo paz com os régulos confinantes; filho de Cecília Perestrela (vide); morador na quinta da Carnota: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Louriçal (marquês de), administrador de Alcabideche, por ser pai e tutor da marquesa de Cascais (vide): Alcabideche (Cascais); casado com Dona Maria Josefa da Graça (vide): Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais); pai e tutor de Dona Ana Josefa Maria da Graça (vide): Ressurreição da vila de Cascais

(Cascais); com a ruína e o incêndio do seu palácio houve *perda lastimosa na maior parte de sua ínclita livraria, e tam sumptuoso palacio em que se contavam trinta e três cazas famosas*, têm *florecido* na freguesia, tendo-se dela retirado pela destruição do seu palácio; tem jardim: São José (Lisboa); donatário de Ericeira (Mafra); donatário de S. Lourenço dos Francos (Lourinhã); no seu palácio, no lugar da Portela, está a ermida de S. José, onde há uma irmandade de que é juiz perpétuo: Charneca (Lisboa); padroeiro dos conventos de Stº António e dos religiosos franciscanos; apresenta o administrador do hospital de Castanheira do Ribatejo; administrador da ermida do Espírito Santo: Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira). (Vila Franca de Xira).

Louriçal (marquesa do), padroeira do convento dos Capuchos: Povos (Vila Franca de Xira).

Luciano Barcene Leite, proprietário da ermida da Senhora da Graça, sita na quinta da Calçada: Calhandriz (Vila Franca de Xira).

Lucio Vero, na base de uma estátua a si levantada em Lisboa estava uma inscrição romana: Madalena (Lisboa).

Lucrécia Fernandes, mulher de Jorge Vaz (vide); por epitáfio na sua sepultura sabe-se que a ermida de Nª Srª da Ajuda é mais antiga que a igreja paroquial: Alhandra (Vila Franca de Xira).

Luís (D.), Infante de Portugal; cunhado de Dona Isabel (vide) de quem tomou a tarefa de fundar um convento de religiosos arrábidos no sítio da ermida de Stª Catarina de Ribamar, tendo celebrado para tal um contrato com o prior e beneficiados da igreja de Stª Cruz do Castelo, da cidade de Lisboa, o qual foi autorizado por D. João III (vide): Carnaxide (Oeiras).

Luís (D.), Infante de Portugal; filho de D. Manuel I (vide); foi seu camareiro-mor Rui Teles de Meneses (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Luís Álvares da Rocha, ilustre em Letras; inquiridor da Mesa Grande; tio de Luís Álvares da Rocha (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Luís Álvares da Rocha, ilustre em Letras; inquiridor da Mesa Grande; sobrinho de Luís Álvares da Rocha (vide); irmão do doutor José de Sousa Pereira (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Luís Alves de Andrade, na sua quinta está a ermida de Stº António: Anjos (Lisboa).

Luís Anastácio da Fonseca, proprietário da quinta do Inferno e casas onde está a ermida de Nª Srª da Conceição: Santa Isabel (Lisboa).

Luís António de Basto Baharem, último administrador do morgado que instituiu António Simões (vide) e sua filha Dona Catarina de Pina (vide), que administra a ermida de Ascensão de Cristo; pai da esposa de D. João de Lencastre (vide): Mercês (Lisboa).

Luís Botto, padre; Ilustre em Letras; *eminente em todo o genero de sciencias como esteficam as suas antigas memorias*: Cercal (Cadaval).

Luís Caetano, proprietário de quinta de maior colheira e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais).

Luís César (frei), religioso do convento do Carmo, de Lisboa; deu relíquia de S. Sebastião ao prior Félix Dantas Barbosa (vide); deu relíquia de S. Sebastião e de S. Roque ao rei D. João V (vide), para a igreja patriarcal, com as quais se fez uma cruz que era levada na procissão que a Câmara de Lisboa fazia à Nª Srª da Saúde e que desapareceu no Terramoto: Santo Antão do Tojal (Loures).

Luís Correia da Paz, fundou a ermida de Nª Srª da Madre de Deus, de que é padroeiro o seu neto Francisco Xavier Teles de Melo (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Luís Coutinho (D.), prelado de Lisboa que, entre outros, mediou entre o arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) e D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide) e que o memorialista aponta para provar que as obras feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses (vide) foram de reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal, pois esta já existia o tempo de D. João Esteves de Azambuja (vide), altura em que considera ter sido feita a escritura de Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Luís da Assumpção (frei), religioso carmelita do convento da Piedade que está enterrado junto à ermida de Nª Srª do Rosário, primeiro irmão corista que na peste do ano de 1600 deu *heroico exemplo de se offerecer à morte curando os apestados*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Luís da Costa, vigário de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Luís da Cunha da Fonseca, pai de António da Cunha (vide); casado com Dona Antónia Maria de Sousa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Luís da Encarnação (D.), ilustre em Letras; doutor; cónego regrante de Santo Agostinho; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Luís de Albuquerque de Mendonça Furtado, o seu palácio, situado na Cova da Onça, acha-se todo *especcado e aponteado pelo muito que gemeram as paredes no Terremotto e não se tem feito concerto ou reparo algum*: Santa Engrácia (Lisboa).

Luís de Azevedo, padre; morador na vila de Arruda; proprietário da ermida de Nª Srª das Neves, sita na quinta do Bolhão: São João dos Montes (Vila Franca de Xira).

Luís de Barros, marido de Margarida Lopes (vide); instituiu uma capela de missas todos os Sábados do ano a Nossa Senhora; foi aprisionado pelos Mouros em 5 de Agosto, pelos anos de 1500, tendo sido miraculosamente salvo do seu cativeiro, depois de ter feito um voto a Nº Srª das Neves e de lhe ter prometido fazer uma capela com a invocação do seu Santíssimo Rosário, o que tratou de fazer, mandando vir Breve de Roma ao tempo do papa Pio IV (vide); este caso está na origem da festa de Nª Srª das Neves e foi semelhante a um outro caso que sucedeu em Roma, ao tempo do papa Libório (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Luís de Camões, ilustre em Letras; *Princepe dos Poetas, sobre cuja verdadeira patria, como da de Homero, há diversas contendas entre os doutos. E além de que*

muitos quazi coetaneos ao poeta asseverassem que a patria deste era Alanquer, o que bastava, os contrarios fundam a sua openião sobre suppostos falços ou conjeturas muito faliveis. E as que há a favor de Alanquer são muito fortes, assim pello amor que o Poeta mostrou ter a Alanquer e a seus naturaes, como se prova de diversos lugares das suas obras, como pella tradição que há-de ter sido de hum grande Poeta o cazal do Camõens deste termo que hé hoje dos condes de Sabugoza e o ser alcaide mor ou governador nesta villa Vasco Pires de Camõens (vide)*, ascendente do mesmo poeta, de cuja familia havia pessuidores de beins nesta villa e termo*: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Luís de Castro (D.), conde de Monsanto; filho de Dona Inês Pimentel (vide) e de D. António de Castro (vide); pai de D. Álvaro Pires de Castro (vide); padroeiro do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade tendo prometido acabar o convento, dando todos os anos para as obras 500 cruzados *com algumas condições que pos*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Luís de Coimbra, sua quinta é referida em documento que estabelece os limites de Sacavém (Loures).

Luís de Fóios de Sousa, vereador da câmara de Lisboa; em 1684 edificou ermida de Stº António; irmão de António de Fóios (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Luís de Mendonça Albuquerque Furtado, coronel; proprietário da quinta da Granja de Cima: Runa (Torres Vedras).

Luís de Mendonça, morador em Lisboa; proprietário da ermida de Nª Srª da Conceição, que está servindo de freguesia, uma vez que a igreja paroquial foi destruída pelo Terramoto: Alcabideche (Cascais).

Luís de Noronha (D.), pai de D. Rodrigo de Noronha (vide); filho bastardo de D. Sancho de Noronha (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Luís de Poinsot (frei), ilustre em Virtudes; padre mestre da ordem da Santíssima Trindade; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Luís de Portugal (D.), irmão de Dona Luísa de Gusmão (vide); morou em Santo Antão do Tojal (Loures).

Luís de Portugal (D.), na sua quinta, no lugar da Brandoa, está a ermida de Nª Srª do Pilar; nesta quinta da Brandoa nasce o rio da Fonte, nos olhos de água chamados Abrolhos de Castelo Picão: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira); em sua quinta, no casal chamado Cabeça da Rosa há uma fonte de água medicinal que adquiriu o nome de Fonte Santa: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Luís de Portugal (D.), quarto conde de Vimioso; presidente da câmara de Lisboa; comendador de S. Vicente de Vimioso; casado com Dona Joana de Mendonça (vide), sua sobrinha; filho de D. Afonso de Portugal (vide) e de Dona Luísa de Gusmão (vide); irmão de D. Nuno Álvares Pereira de Portugal (vide), de D. Manuel de Portugal (vide), de Dona Constança (vide), de Dona Joana (vide) e de Dona Maria (vide); morador em Santo Antão do Tojal (Loures).

Luís de Serpa (frei), primeiro dos conventuais de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Luís de Sousa (D.), cardeal patriarca de Lisboa; conferiu seu sobrinho, o marquês de Marialva (vide), como beneficiado da igreja de São Jorge de Arroios (Lisboa); incumbiu D. Frei Pedro de Fóios (vide) de lançar a primeira pedra da igreja da Imaculada Conceição Mãe de Deus e no dia 13 de Setembro de 1698 levou o Santíssimo em custódia, em procissão acompanhada por todo o clero da cidade de Lisboa, a colocá-lo na nova igreja paroquial de Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Luís de Vasconcelos, segundo filho de Francisco [Aréz] e Vasconcelos (vide); governador do Estado do Maranhão com a patente de tenente-coronel: Povos (Vila Franca de Xira).

Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco; o seu palácio situado no caminho que vai de Stª Apolónia para Santos não padeceu ruína considerável no Terramoto e está concertado e habitado: Santa Engrácia (Lisboa); o seu palácio tem parte que faz frente com o palácio do senhor de Pancas (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Luís dos Santos de Gusmão, encomendado de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Luís Fernandes Portugal, proprietário de quinta na Malveira: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Luís Francisco Pimentel, cosmógrafo-mor do Reino; na esquina da sua quinta está a ermida de S. Gonçalo, com porta para a rua e para a sua quinta; sobrinho de Francisco Pimentel (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Luís Garcez Palha de Almeida, ilustre em Armas; governador de Almeida; filho de João Lobo Brandão da Costa (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Luís Garcia de [Bivar], dono da quinta do Ramalhão onde mandou fazer a ermida de Santo António: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

Luís Gomes de Basto, ilustre em Letras; doutor; desembargador do Paço; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Luís Gonçalves da Câmara, último alcaide do castelo de Torres Vedras; filho de D. Gastão Coutinho (vide): Torres Vedras – Santiago (Torres Vedras.

Luís José Taveira Sarmento, doutor; proprietário da ermida do Senhor Jesus dos Incuráveis; administra hospital e Misericórdia de Vila Franca de Xira (Vila Franca de Xira).

Luís José Tomás de Castro (D.), último marquês de Cascais; por sua morte vagou Cascais para a Coroa, da qual tomou posse D. João V (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Luís Manoel da Camara (D.), ilustre em Armas; conde da Ribeira Grande; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Luís Manuel (D.), ilustre em Armas; irmão de D. João Manuel de Noronha (vide); natural da freguesia de Mártires (Lisboa),

Luís Meneses (D.), atual marquês de Louriçal (vide); filho de D. Francisco Xavier de Meneses (vide); pai de

D. Francisco de Meneses; tem *florecido* na freguesia: São José (Lisboa).

Luís Paulino, proprietário de vinha onde foram enterrados os vasos sagrados da freguesia de Odivelas, que está na origem da devoção ao Senhor Roubado: Lumiar (Lisboa).

Luís Poinsot (frei), ilustre em Letras; escritor; padre mestre da ordem da Santíssima Trindade; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Luís Simões de Azevedo, ilustre em Letras; escritor; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Luís Tomé, edificou a ermida de Nª Srª do Cabo, no lugar do Cabo, que é administrada por Francisco Martins (vide): Carnaxide (Oeiras).

Luísa Casimira Nassau (Dona), filha da marquesa de Arronches (vide); casada com o príncipe de Legni (vide); Sacramento (Lisboa).

Luísa de Gusmão (Dona), ilustre; filha de D. Francisco de Gusmão (vide); viúva de D. Afonso de Portugal (vide); irmã de D. Luís de Portugal (vide); morou em Santo Antão do Tojal (Loures).

Luísa de Távora (Dona), fundou convento das religiosas carmelitas descalças de Stª Teresa; *comendadeira* do convento de Santos em 1681: Mercês (Lisboa).

Luísa Gabriela de Gusmão (Dona), rainha; fundou o recolhimento de Santa Apolónia, que dará origem ao convento, quando a 8 de Fevereiro veio com duas beatas de hábito Terceiro visitar a ermida de Stª Apolónia e estas lhe pediram para ficar na ermida e que ordenasse aos donos da ermida *lha quisessem largar, com as cazas que juntamente tinham*: Santa Engrácia (Lisboa).

Luísa Maria Manuel de Mendonça (Dona), moradora na cidade de Lisboa; deixou como seu testamenteiro o doutor João Moniz da Silva (vide), determinando que despendesse os bens deixados em obras pias: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Lumiares (conde de), proprietário da quinta de Carneiro onde está a ermida de S. Sebastião: Alenquer – Nª Srª da Assumpção (Alenquer).

Manços, senhores da capela das Almas, situada na igreja do convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Manuel, cardeal; concedeu licença para oratório, com título de ermida, no interior da Casa da Moeda, enquanto não houvesse paróquia, em que os moedeiros festejam Santa Ana: São Paulo (Lisboa); determinou, por pastoral a todo o patriarcado e que D. José, por Aviso, mandou a todos os prelados do Reino, se fizesse procissão geral de voto e acção de graças perpetuamente à Virgem Santíssima *pelo infausto sucesso do Terramoto*: Santo Antão do Tojal (Loures); o pároco de Nª Srª da Conceição deu-lhe conta que a irmandade do Santíssimo apresenta a tesouraria da paróquia *e quer a sirva o thezoureiro sem tirar carta como ordena a Constituição*: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Manuel (D.), filho do rei D. António (vide); mandou trasladar os seus ossos para o convento de S. Francisco de Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Manuel (D.), Infante de Portugal; da freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel (D.), Infante de Portugal; é seu camarista Rodrigo António de Figueiredo (vide): Fanga da Fé (Mafra).

Manuel (D.), marquês de Cascais; governador do Reino do Algarve ao tempo dos feitos de Duarte Pereira (vide), que o apresentou ao rei D. Pedro II (vide): Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Manuel (D.), rei de Portugal; deu o priorado de Paúl de Ota ao hospital real de Todos os Santos: Paúl de Ota (Alenquer); em 1508 deu regimento, assinado por sua mão, à casa do Espírito Santo, mandando-a governar por um provedor e um escrivão perpétuos, em que um despachasse e o outro processasse judicial e extrajudicialmente os negócios e demandas da casa e hospital do Espírito Santo: Alenquer – S. Pedro (Alenquer); mandou edificar em 1500 o convento do Mato, arruinado por um terramoto, dando-lhe algumas rendas: Pereiro de Palhacana (Alenquer); mandou tombar a fazenda da casa da Misericórdia de Azueira que por tradição se diz teve origem no tempo da rainha Santa Isabel (vide): Azueira (Mafra); instituiu hospital de Enxara do Bispo (Mafra); pai do arcebispo de Lisboa D. Afonso (vide); foi seu capelão D. Ambrósio (vide): Runa (Torres Vedras); confirmou compromisso de confraria de S. Pedro da Cadeira (Torres Vedras); no seu tempo foi fundado o convento de Nª Srª da Madre de Deus, pela rainha viúva Dona Leonor (vide): Santa Engrácia (Lisboa); foi do seu Conselho, António Carneiro (vide): Sacramento (Lisboa); é do seu tempo a fundação do hospital real de Todos os Santos: Santa Justa e Rufina (Lisboa); em 1496 doou à rainha Dona Leonor o padroado da igreja de S. Martinho (Lisboa); pai da Infanta Dona Maria (vide); casado com a rainha Dona Leonor (vide): Carnide (Lisboa); consignou a igreja dos freires da ordem de Cristo, transferindo-os da ermida de Nª Srª de Belém: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa); continuou a obra no convento de S. Francisco da freguesia da Mártires, construindo a igreja que continuou D. João III (vide): Mártires (Lisboa); foi seu desembargador do Paço, Cristóvão Esteves de Espargos (vide): Santo Antão do Tojal (Loures); em 1497 deu a sua mulher Dona Leonor (vide) *hum equivalente enquanto não vagava Alenquer e as mais terras que possuia a sua irmã Dona Leonor* (vide); mandou reedificar o convento do Mato, onde ia muitas vezes e rezava no coro com os frades; em 1507, estando em Alenquer, mandou passar carta de camareiro-mor de seu filho o Infante D. Luís (vide) a Rui Teles de Meneses (vide); em 1513 reformou o foral de Alenquer e deu regimento à casa do Espírito Santo: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); por seu decreto as rendas do hospital de S. Brás foram unidas às do hospital real da casa do Espírito Santo: Alenquer – Nª Srª da Assumpção (Alenquer); mandou fazer o convento de Nª Srª da Penha; mandou vir de Roma, Nicolau Chanterenne (vide), dito Francês, para fazer a capela-mor da igreja do convento de Nª Srª da Pe-

nha: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra); mudou a freguesia para o lugar onde hoje se acha; veio por [reinação] a Povos (Vila Franca de Xira).

Manuel Alves da Costa, ilustre; prior de Stª Justa; bispo das Ilhas: Santa Justa e Rufina (Lisboa).

Manuel António de Ataíde, padre; oficial reformador do arquivo de Stª Maria Maior, da Torre do Tombo e do cartório da Casa de Bragança, que passou a certidão de D. Tomás de Almeida (vide) sobre a confirmação em como a apresentação dos benefícios da igreja de Savacém pertence aos priores e não ao Ordinário, como sucede em 1758: Sacavém, (Loures).

Manuel António Godinho de Gama, nas suas casas, na quinta do jardim está a ermida de S. João Baptista: Oeiras (Oeiras).

Manuel Antunes da Silva, pai de Estácio Ribeiro Borralho (vide); marido de Constança de Pontes Borralha (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Manuel Cachano de Almeida, proprietário da quinta da Lapa, composta de muitos foros: Vila Nova de S. Pedro de Arrifana (Azambuja).

Manuel Caetano da Costa Pinto e Sousa, professo da ordem de Cristo; proprietário de ermida: Runa (Torres Vedras).

Manuel Carvalho Leitão Cotrim, nas suas casas, chamadas o Paço, está a capela de S. Francisco de Paula de que é proprietário: Azambuja (Azambuja).

Manuel Correia Tagarro, numa quinta que foi sua instituiu uma capela de missa quotidiana que na sequência do Terramoto se encontra sem uso por estar danificada: Charneca (Lisboa).

Manuel Correia, ilustre; licenciado, examinador sinodal; um dos melhores comentadores de *Os Lusíadas* de Luís de Camões, *Principe dos Poetas do seu tempo*; cura em S. Sebastião da Mouraria; da freguesia de Santa Justa e Rufina (Lisboa).

Manuel da Câmara (D.), ilustre em Armas; sexto capitão donatário da ilha Terceira, morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel da Câmara (D.), ilustre em Letras; porcionista do colégio de São Pedro; lente de Cânones; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel da Costa (Beato Frei), ilustre em Virtudes e Letras; mártir em Tolosa; frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Manuel da Costa de Oliveira, prior; desembargador da Relação Eclesiástica; juiz das Justificações de Genere; prelado do isento de Tomar; pessoa da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa).

Manuel da Costa, de Sintra; proprietário da ermida de Nª Srª do Ó: S. João de Lampas (Sintra).

Manuel da Cunha Rocha Teles, recebeu o morgado de Francisco Luís Teles da Rocha (vide); guarda-respostas de Sua Majestade; pai de António da Cunha Rocha Teles (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Manuel da Cunha Sardinha, ilustre em Letras; doutor; procurador da Fazenda do Reino; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel da Madre de Deus (frei), *exemplarissimo*; muito conhecido pelos grandes milagres que obrou; faleceu em 2 de Setembro de 1746: Vila Verde dos Francos (Alenquer).

Manuel da Maia, coronel; guarda-mor do cartório da Casa de Bragança, na qual se conservava as chaves do arquivo da basílica de Stª Maria Maior, cujo oficial reformador, o padre Manuel António de Ataíde (vide) passou a certidão de D. Tomás de Almeida (vide) sobre a confirmação em como a apresentação dos benefícios da igreja de Savacém pertence aos priores e não ao Ordinário, como sucede em 1758: Sacavém, (Loures); viveu na freguesia do Sacramento e nela foi baptizado; mestre de campo general; engenheiro-mor, guarda-mor da Torre do Tombo; mestre de Sua Majestade; *doutissimo em todas as ciencias*: Sacramento (Lisboa).

Manuel da Ressurreição (frei), ilustre em Letras; escritor; padre mestre da ordem Seráfica; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel da Silva e Sousa, almoxarife da Torre de Sacavém; administrador do capelão da ermida de S. Pedro: Camarate (Loures).

Manuel da Silva Francês (D.), bispo de Tagaste; primeiro protetor da congregação do Senhor Jesus dos Perdões, da igreja da Madalena, a quem deu um precioso relicário com relíquias de Stª Catarina e do Santo Lenho: Madalena (Lisboa); ilustre; natural da freguesia de Stª Maria do Castelo de Torres Vedras onde foi beneficiado; vigário geral e provisor do bispado do Porto, sendo que nesse tempo *compôs e deu à luz a sua Constituição que ao prezente se observa com aprovação geral de todos os bons letrados*; vigário geral e provisor do bispado de Braga ao tempo do arcebispo D. João de Sousa (vide), tendo-o acompanhado quando este foi nomeado arcebispo de Lisboa, tendo aí sido nomeado bispo de Tagaste, seu coadjutor, provisor e vigário geral; foi ministro do Santo Ofício; prior de Santa Cruz do Castelo, em cuja igreja se mandou sepultar: Stª Maria do Castelo de Torres Vedras (Torres Vedras).

Manuel da Silveira Magalhães, sargento-mor; foi administrador de albergaria para mulheres que existe em Sacavém, sendo actualmente sua irmã, por ter falecido: Sacavém: (Loures).

Manuel das Chagas (frei), ilustre em Letras; escritor; padre mestre carmelita; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel das Neves (frei), *exemplarissimo*; muito conhecido pelos grandes milagres que obrou; confessor; faleceu em [20] de Maio de 1749: Vila Verde dos Francos (Alenquer).

Manuel de [Pina], vigário de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Manuel de Almeida de Carvalho, ilustre em Letras e Virtudes; filho de António de Almeida de Carvalho (vide); freire de São Bento de Avis; juiz geral das Ordens; desembargador de Agravos; desembargador do Paço; ministro do conselho geral do Santo Ofício; prior do Crato; ministro e procurador da Fazenda da Seriníssima Casa de Bragança; nascido e baptizado em São Jorge de Arroios (Lisboa).

Manuel de Almeida, ilustríssimo; no sítio do [Coina] tem uma grande fazenda: Loures (Loures).

Manuel de Assumpção (frei), por sua acção foi reedificado o convento de Montejunto em que estiveram os dominicanos e lá se instalou a ordem dos Pregadores: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Manuel de Freitas, as casa em que morava, no Outeiro da Fundição, arruinaram-se com o Terramoto: São Vicente de Fora (Lisboa).

Manuel de Jesus, homem de negócio; proprietário das casas onde está a ermida de Nª Srª dos Milagres, na rua do mesmo nome: Santa Isabel (Lisboa).

Manuel de Oliveira de Abreu e Lima, provedor da Alfândega do Tabaco; administrador de capela de cem missas rezadas cada ano no altar de Nª Srª da Piedade, de que é escrivão Manuel de Pontes (vide): S. Martinho (Lisboa).

Manuel de Oliveira, na sua quinta está a ermida de Nª Srª dos Remédios: Anjos (Lisboa).

Manuel de Pina, as casas que lhe pertenceram ficaram bastante arruinadas e quase demolidas com o Terramoto de 1755: Santo Antão do Tojal (Loures).

Manuel de Pontes, escrivão da capela de cem missas rezadas no altar de Nª Srª da Piedade: S. Martinho (Lisboa).

Manuel de Portugal (D.), irmão de D. Luís de Portugal (vide), de D. Nuno Álvares Pereira de Portugal (vide), de Dona Constança (vide), de Dona Joana (vide) e de Dona Maria (vide); pai de Dona Joana de Mendonça (vide): em Santo Antão do Tojal (Loures).

Manuel de Roma, padre; juntamente com sua irmã Dona Catarina Saraiva (vide) foi senhor da quinta em que foi construído o convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Manuel de Sampaio e Pina, cavaleiro professo na ordem de Cristo; proprietário da ermida de Nª Srª do Monte do Carmo, na rua Formosa: Mercês (Lisboa).

Manuel de Santa Catarina (frei), segundo a *Corografia* do padre Carvalho da Costa era provincial dos capuchos arrábidos e lançou a primeira pedra do convento do Sobral, em 2 de Maio de 1635, com o qual não concorda o pároco redactor da Memória de Alhandra (Vila Franca de Xira).

Manuel de Santa Inês (D. frei), ilustre em Virtudes e Letras; religioso carmelita descalço; ocupou vários graus e dignidades na sua ordem; passante de Teologia; leitor de Artes; lente de Prima na Universidade de Coimbra; prior de Braga; reitor de Coimbra; definidor geral de toda a sua ordem; bispo de Angola *que goza de presente com grande aceitação de toda aquela cidade e honra da sua Religião, tudo méritos das suas Virtudes e estupendas Letras*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Manuel de Távora [Matulo], da vila do Botão; proprietário *como secionario* da ermida do Senhor Jesus da Piedade que está dentro de um pomar: Povos (Vila Franca de Xira).

Manuel Dias de Carvalho, proprietário da quinta de Figueira, onde está a ermida de Nª Srª dos Remédios: Azueira (Mafra).

Manuel dos Mártires (frei), ilustre em Virtudes; da ordem seráfica da província de Portugal; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel dos Santos (D.), ilustre em Virtudes; bispo titular de Targa, *a quem os autores fazem da freguezia de Santos por haver nascido no destrito, que depois quando foi erecta se desemembrou desta, pois quando se erigio já este bispo hera conego regrante de Santo Agostinho*; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel Ferreira das Neves, vigário de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Manuel Francisco Bravo, sua viúva é proprietária da ermida de Nª Srª da Madre de Deus: Loures (Loures).

Manuel Franco, padre; erigiu, dotou e é proprietário da ermida de Nª Srª da Conceição: Ventosa (Torres Vedras).

Manuel Gomes de Elvas, fundador do convento das trinas de Nª Srª dos Remédios: Santa Isabel (Lisboa).

Manuel Gonçalves Neves, deixou uma morada de casas à irmandade do Santíssimo com pensão de 20 missas pela sua alma: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Manuel Guerreiro Camacho, desembargador que tinha em sua posse justificação em que consta que Francisco de Fóios (vide) foi crucificado em Achém: Ameixoeira (Lisboa).

Manuel Jacques, segundo visconde de Fonte Arcada; não teve sucessão; filho de Manuel Jacques (vide) e de Dona Maria de Vilhena (vide); irmão de Dona Antónia de Vilhena (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Manuel Lopes Correia, beneficiado; proprietário da ermida de Nª Srª da Piedade sita no sítio do Chacoso: Loures (Loures).

Manuel Lopes Ribeiro, ilustre em Armas; capitão de infantaria na praça de Peniche: Cercal (Cadaval).

Manuel Lopes Simões (D.), ilustre em Letras; desembargador da Relação Patriarcal de Lisboa; juiz dos casamentos; bispo de Portalegre: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais); doutor; juiz dos resíduos do patriarcado; pelo remanescente dos bens que ficaram de um João Borges de Passos (vide), instituiu duas capelas perpétuas, cada uma com 120.000 réis de ordenado, pela obrigação de missa quotidiana e juntamente de coro; por desistência da irmandade do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Stª Mª Madalena de Lisboa e da Misericórdia de Lisboa do encargo anual de missas que tinha deixado em seu testamento Francisco Xavier da Silva (vide), transferiu esse encargo para a igreja de Santo Antão do Tojal pela porção de 70.000 réis, *deputando os dez mil réis que o mesmo testador determinava para a fabrica da mesma matriz*, tendo a capela o encargo de missa quotidiana: Santo Antão do Tojal (Loures): Santo Antão do Tojal (Loures).

Manuel Luís Ribeiro, colado por D. Tomás de Almeida (vide) como reitor, tal como o antecedente, da igreja do Sacramento (Lisboa).

Manuel Martins, padre; administrador da ermida de Nª Srª das Mercês que instituiu Maria Gomes (vide): Vermelha do Cadaval (Cadaval).

Manuel Monteiro da Costa, capitão; proprietário da ermida de Nª Srª da Nazaré: Aldeia Gavinha (Alenquer).

Manuel Monteiro do Rio, cónego; administrador da ermida do Senhor Roubado por provisão do cardeal-patriarca D. Tomás de Almeida (vide): Lumiar (Lisboa); administrador de ermida feita em *barraca espassoza*, localizada no sítio do Senhor Roubado em virtude do Terramoto ter destruído a existente na freguesia do Lumiar: Ameixoeira (Lisboa).

Manuel Moreira de Almeida, proprietário da quinta das Laranjeiras onde está a ermida *mui perfeita e bem acabada* de Nª Srª das Mercês, cuja quinta e capela tinham sido pertença do padre André Carvalho (vide): Loures (Loures).

Manuel Moreira de Sousa, excelentíssimo senhor; natural de Madalena; principal da igreja Patriarcal: Madalena (Lisboa).

Manuel Nobre Pereira, ilustre em Letras; do lugar da Portela; foi colegial no colégio pontifício em Coimbra; lente de Cânones, cónego doutoral na Sé de Coimbra; faleceu sendo vigário capitular com o governo do bispado de Coimbra: Vila Verde dos Francos (Alenquer).

Manuel Nunes Silvestre, ilustre; tenente-coronel do regimento de dragões, residente na cidade de Évora: Mafra (Mafra); proprietário da quinta do Arquiteto onde está situada a ermida de Nª Srª do Socorro: Mafra (Mafra).

Manuel Pereira (D. frei), bispo do Rio de Janeiro; secretário de Estado; morador e natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Manuel Pereira Borralho, capitão; há disputa entre si e o povo sobre a propriedade da ermida de Nª Srª da Aflição, antes de Santo André, sendo que a chave da ermida está na sua posse: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

Manuel Pereira da Silva (D. frei), ilustre em Letras; bispo do Rio de Janeiro; secretário do rei D. Pedro II (vide): Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

Manuel Pereira de Castro, juiz que serviu a confraria do Santíssimo Sacramento que lhe levou todo o dinheiro que nela havia, que importa hoje a *um conto e trezentos mil réis*, bem como o compromisso, o tombo e os livros dos foros; serviu também a ermida do Espírito Santo *com o mesmo zelo que servio ao Santissimo Sacramento porque lhe levou o tombo e livro de foros, deppois de não dar contas dos que cobrou*, não tendo entregue os livros da ermida, razão pela qual não se pode reedificar a ermida, derrubada com o Terramoto: Unhos (Loures).

Manuel Pires Rangel, proprietário da ermida de Nª Srª da Conceição na sua quinta, no sítio da Promialha: Loures (Loures).

Manuel Rodrigues Cortez, deixou legado anual de 80.000 réis para vestirem quatro pobres: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Manuel Rodrigues Leitão, *grande*; baptizado na igreja da Madalena a 2 de Fevereiro de 1630; *foi um maiores homes que teve Portugal, assim em Letras, como em Prudencia*; foi para a congregação do Oratório, saindo dela para fundar a casa do Porto; faleceu em 5 de Julho de 1691: Madalena (Lisboa).

Manuel de Sequeira e Silva, desembargador; foi proprietário da quinta da Praia que é regada com uma nora: S. Julião do Tojal (Loures).

Manuel Teixeira, ao seu trabalho e zelo, juntamento com o de Domingos Ribeiro de Gouveia (vide) e Inocêncio Martins (vide) deve o povo da freguesia as obras na fábrica da igreja durante os dez anos que o Santíssimo esteve na capela do Socorro e duraram as obras até 21 de Dezembro de 1681: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Manuel Teles da Silva, ilustre; marquês de Alegrete (vide); cronista insigne de D. João II (vide), na língua latina, muito pura e elegante: Santa Justa e Rufina (Lisboa).

Manuel Velho, assistente em Carnide; com seu empenho e devoção, juntamente com o de seu irmão, Francisco Velho (vide) manteve-se a festa à Senhora da Guia: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Marcelino de Franca e Horta, administrador do hospital de Pêro Moniz (Cadaval).

Marcos da Cruz, pintor; é de sua autoria a pintura da Ceia do Senhor que está na boca da tribuna da igreja de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Margarida (Dona), juntamente com seu marido, Gaspar Barreto (vide) foi administradora do altar de Nome de Deus, na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Margarida da Madre de Deus, faleceu em 1665 no recolhimento de beatas da ordem Terceira de S. Francisco que houve na igreja de Nª Srª do Rosário; irmã de Isabel do Anjos (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Margarida das Chagas (madre), ilustre em Virtudes; do mosteiro de Santo Alberto de Lisboa; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Margarida de Jesus das Montanhas (Dona), mulher do capitão Gonçalo João de Azevedo (vide) com quem instituiu capelas, para o que vinculou a quinta de Cima em Carnaxide (Oeiras).

Margarida do Sacramento (madre), ilustre em Virtudes; do mosteiro de Santa Clara de Lisboa; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Margarida Lopes, fundadora do recolhimento de beatas da ordem Terceira de S. Francisco que houve na igreja de Nª Srª do Rosário; esposa de Luís de Barros (vide); instituiu uma capela de missas todos os Sábados do ano a Nossa Senhora; quando seu marido foi aprisionado pelos Mouros e não sabendo o que lhe tinha acontecido prometeu fazer uma capela em Cascais, com a invocação de Nª Srª do Rosário, o que tratou de fazer, mandando vir Breve de Roma ao tempo do papa Pio IV (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Margarida Mariana Pereira (Dona), proprietária da ermida de Stª Ana e de Nª Srª do Carmo, situada defronte da igreja nova de Santa Isabel (Lisboa).

Margarida Pascoal, esposa de Gil Alvelo (vide) a quem D. Afonso IV (vide) deu em 1336 umas herdades que tinha junta da Mata da Ota, entre os lugares do Bairro e Atouguia, bem como a seu cunhado Afonso Alvelo (vide) e sua mulher Domingas Domingues (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Margarida Rodrigues Gralha, fundou a capela de S. Bartolomeu e instituiu missa quotidiana para o que vinculou várias propriedades na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Maria (Dona), filha de D. Afonso de Portugal (vide) e de Dona Luísa de Gusmão (vide); irmã de D. Nuno Álvares Pereira de Portugal (vide), de D. Manuel de Portugal (vide), de D. Luís de Portugal (vide), de Dona Constança (vide) e de Dona Joana (vide); casada com o conde de Monsanto (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Maria (Dona), ilustre; baptizada na paróquia em 10 de Setembro de 1580: Santo Antão do Tojal (Loures).

Maria (Dona), Infanta de Portugal; filha de Dona Catarina (vide) com quem se retirou para Alenquer *por ser lugar sadio e haver peste no Reino*: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Maria (Dona), Infanta de Portugal; filha do rei D. Manuel I (vide) e da rainha Dona Leonor (vide); fundou o convento de Nª Srª da Luz; instituiu o hospital da Luz e o dotou com 5.000 cruzados de renda cada ano: Carnide (Lisboa); segundo a tradição fundou a paróquia de Stª Engrácia, tendo doado, em 1595, pelo arcebispo D. Miguel de Castro (vide), *hum meio corpo de prata dos maes perfeitos que hoje tem Lisboa, de lavor antiguo, mas primorosamente obrado, encarnado o rostro sobre a mesma prata, e dentro huma ambola de reliquias de Santa Engracia*: Santa Engrácia (Lisboa).

Maria (Dona), Infanta; filha ilegítima de D. João IV (vide); na fábrica do real convento de Stª Teresa, de carmelitas descalças, vê-se a sua generosidade; fundou o convento de S. João da Cruz: Carnide (Lisboa).

Maria (Dona), irmã do rei D. João III (vide); foi seu mordomo-mor D. Francisco de Gusmão (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Maria Ana de Áustria (Dona), rainha de Portugal; concorreu para o novo convento dos religiosos missionários de S. Domingos: Ventosa (Alenquer).

Maria Anes, doou foros para um hospital que administra a Misericórdia de Alhandra (Vila Franca de Xira).

Maria Bela, tem capela de meio anal de missas na igreja da Misericórdia de Alhandra (Vila Franca de Xira).

Maria Coutinho (Dona), ilustre; mulher de D. Pedro de Almeida (vide), tendo vivido muitos anos em Stª Antão do Tojal, onde nasceram suas filhas: Santo Antão do Tojal (Loures).

Maria da Assumpção (soror) ilustre em Virtudes; fundadora do mosteiro do Calvário (comparar com soror Maria da Conceição: do convento da Castanheira: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Maria da Encarnação, faleceu em 1664 no recolhimento de beatas da ordem Terceira de S. Francisco que houve na igreja de Nª Srª do Rosário: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Maria de Ataíde (Dona), ilustre em Letras; moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Maria de Brito (Dona), administradora da ermida de S. João Baptista: Ventosa (Torres Vedras).

Maria de Faro (Dona), ilustre em Letras; moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Maria de Jesus, faleceu no recolhimento de beatas da ordem Terceira de S. Francisco que houve na igreja de Nª Srª do Rosário: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Maria de Santo António (madre), ilustre em Virtudes; saiu do recolhimento de Olhalvo para o convento de Stª Mónica, da cidade de Lisboa: Olhalvo (Alenquer).

Maria de Vilhena (Dona), filha de Dona Paula de Silveira (vide) e de Simão Correia Baharem (vide); casada com Pedro Jacques de Magalhães (vide); mãe de Manuel Jacques (vide) e de Dona Antónia de Vilhena (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Maria do Céu (madre); ilustre em Letras; escritora; religiosa do mosteiro da Esperança de Lisboa; irmã de Dona Isabel Senhorinha (vide); moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Maria dos Santos, ilustre em Virtudes; *Terceira de habito inteiro de Nossa Senhora do Monte do Carmo*; faleceu em Outubro de 1710; deu muitos sinais de santidade e se conservam as memórias da sua exemplar vida em humildade, caridade, oração e todas as mais virtudes: Camarate (Loures).

Maria Esteves, D. Dinis (vide) e a rainha Santa Isabel (vide) doaram-lhe e a seu marido Aires Martins (vide) a igreja de Stº André; criou reitor e cinco capelães em Stª Iria: Stº André (Lisboa).

Maria Francisca Isabel de Sabóia (Dona), rainha de Portugal; foi moradora na freguesia de Mártires (Lisboa) *vide* Dona Maria Sofia: Santos o Velho (Lisboa).

Maria Gomes, instituiu a ermida de Nª Srª das Mercês, moradora na aldeia de Vale de Canada: Vermelha do Cadaval (Cadaval).

Maria Isabel (Dona), proprietária da ermida situada em a Boca da Lapa; filha de João Rodrigues Garção (vide): Vialonga (Vila Franca de Xira).

Maria Josefa da Graça (Dona), donatária de Cascais por doação de D. João V (vide); casada com o marquês de Louriçal (vide); faleceu no Terramoto de 1755: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); mãe de Dona Ana Josefa Maria da Graça (vide): Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Maria Leonor (Dona), ela ou a casa de D. João Manuel da Costa (vide) são padroeiros da capela de Nª Srª do Rosário, situada no convento de Stº António: Vialonga (Vila Franca de Xira).

Maria Lopes, a Mata Sete; faleceu em 1651 com 105 anos de idade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Maria Luísa, conta-se que, zangada por ter sido seu marido, George de [Sousa], escolhido pela terceira vez para ser Imperador, pelo que teria de fazer os bolos

para os pobres, disse que *se vos tornaes imperador cortados tenha eu o dedo por aqui, apontando na raiz dos dedos*, sucede que tendo amassado o pão com má vontade quando, depois de se ter deitado, se levantou *sem eles e cortados por onde ella os tinha signalado*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Maria Micaela de Sousa (Dona), proprietária da ermida de Stº António, sita em Caranque: Anjos (Lisboa).

Maria Pedrosa, mãe de Agostinho Ferreira (vide): S. Martinho (Lisboa).

Maria Pedrosa, instituiu capela de S. Pedro, juntamente com seu marido Pedro Dias (vide), com missa quotidiana na igreja de Granja de Alpriate (Vila Franca de Xira).

Maria Pimenta (Dona), pessoa da antiga nobreza; fundadora, juntamente com seu marido Nuno Barreto Fuzeiro (vide), do convento de Nª Srª da Conceição da Luz, para o qual converteram as suas nobres casas em igreja e mosteiro que tudo caiu com o Terramoto: Carnide (Lisboa)

Maria Preta de Negreiros, instituidora de capela pela sua alma, de que é administrador o prior de S. Martinho (Lisboa).

Maria Sofia (Dona) (sic, por Dona Maria Francisca Isabel), rainha; fundou o convento do Santo Crucifixo (vide), de religiosas franciscanas: Santos-o-Velho (Lisboa).

Maria Sofia Isabel de Neuburg, rainha de Portugal; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Marialva (marquês de), na sua quinta de Milides está a ermida de Nª Srª de Milides: Colares (Sintra).

Marialva (marquês de), nasceu e baptizou-se na igreja de São Jorge de Arroios, onde também foi beneficiado, que lho conferiu seu tio, o cardeal D. Luís de Sousa (vide); estribeiro-mor de El-Rei e seu general das Armas junta a pessoa: São Jorge de Arroios (Lisboa).

Mariana (Dona), rainha de Portugal; concedeu duas feiras francas a Ota por petição do vigário de Ota (Alenquer).

Mariana de Áustria (Dona), foi seu estribeiro-menor João Xavier da Silveira (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Mariana de Castelo Branco e Rego (Dona), ilustre; pessoa muito ilustre em nobreza e sangue; pai de Francisco Soares de Macedo (vide); casada com Pedro Vaz Soares (vide): Apelação (Loures).

Mariana de Jesus (madre), ilustre em Virtudes; do mosteiro do Salvador de Lisboa; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Mariana Miguel Romba (Dona), proprietária de quinta situada no lugar da Urmeira, onde está a ermida de Nª Srª da Boa Viagem: Lumiar (Lisboa).

Marinha Anes, teve licença de D. Dinis para, juntamente com seu marido Domingos da Gaia (vide), construir moinho na ribeira de Alenquer, pese embora fosse senhora de Alenquer a rainha Santa Isabel (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Mário de Oliveira Tavares, nas suas casas está a ermida de S. Joaquim, no lugar de Queijas: Carnaxide (Oeiras).

Marta Maria do Calvário (madre), ilustre em Letras; escritora; do mosteiro do Crucifixo de Lisboa; moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Martim Afonso de Sousa, ilustre em Armas; governador da Índia; morador na freguesia de Mártires (Lisboa); Vice-Rei da Índia; pai de Dona Isabel Pimentel (vide): Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Martim Afonso de Sousa, ilustre em Letras; escritor; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Martim Afonso, propriedades suas confrontam com as propriedades do convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Martim Alho, arcediago de Lisboa; está sepultada junto à sepultura de Gonçalo Esteves (vide), Ana Vasques (vide) e Sentil Esteves (vide): Madalena (Lisboa).

Martim Botelho Vogado, teve demanda com a Coroa por causa de uma adega que construiu no Feijoal, em que foi juiz Vicente Domingues (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Martim Gonçalves de Ataíde, depois da retirada da rainha Dona Leonor (vide) para Santarém ficou com o governo de Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Martim Leitão, ilustre; doutor; desembargador da Casa da Suplicação; cavaleiro professo da ordem de Cristo; casado com Dona Ouriana de Brito (vide); pai do doutor Gaspar Barreto (vide); nasceu e casou-se em Santo Antão do Tojal (Loures).

Martim Monteiro de Azevedo, principal Deão; tem *florecido* na freguesia: São José (Lisboa).

Martim Vicente, tabelião de Almada; fez escritura pela qual Nuno Álvares Pereira (vide) doou muitos bens para o património do convento de Nª Srª do Monte do Carmo em 28 de Julho de 1404: Sacramento (Lisboa).

Martinho (D.), primeiro bispo da Guarda; autor de *Catálogo dos Bispos*, no seu tempo, em 1203 já havia prior em Stª Maria da Várzea de Alenquer, pois o prior foi juiz apostólico na causa contra si: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Martinho da Costa (D.), prelado de Lisboa que, entre outros, mediou entre o arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) e D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide) e que o memorialista aponta para provar que as obras feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses foram de reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal, pois esta já existia o tempo de D. João Esteves de Azambuja (vide), altura em que considera ter sido feita a escritura de Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Martinho de Abrantes (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Martinho de Miranda (D.), bispo de Coimbra a quem D. João I (vide) doou o padroado da igreja de São Cristóvão (Lisboa).

Martinho de Sousa Sampaio, administrador da ermida de Stº António: Carnota (Alenquer).

Martinho do Amor Divino (frei), religioso da província de Santo António; cronista desta mesma Religião; doutor em Leis; opositor em Leis na Universidade

de Coimbra; colegial no Real Colégio de S. Paulo; cantou o Evangelho na cerimónia em que D. Tomás de Almeida (vide) sagrou o sino da igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Martinho Mascarenhas (D.), ilustre em Armas; quarto conde de Santa Cruz; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Martinho Pires (D.), arcebispo de Braga em 1199, altura em que a diocese de Lisboa deixou de ser sufragânea à igreja de Braga e passou a ser de Santiago de Compostela: Santo Antão do Tojal (Loures).

Martinho Velho, proprietário da quinta de Cima, onde está a ermida de S. João Baptista: Cachoeiras (Vila Franca de Xira).

Martinho Velho da Rocha, sua mulher é padroeira da ermida de Nª Srª do Rosário, na quinta de Vale de Flores: Cadafais (Alenquer).

Mateus Bernardes, desembargador na Relação eclesiástica; por ordem do cardeal D. Miguel de Castro (vide) fez visita à paróquia em 5 de Junho de 1595 e referiu ser a ermida de S. Roque *antiquissima*, pelo que presume o memorialista que a data de 1568 esculpida na verga da porta principal seja a data da reedificação, pois considera a ermida como a *segunda caza que o mesmo sancto teve nestes Reinos*; obrigou Diogo Mendes dos Reis (vide) a mostrar os títulos de propriedade que tem da ermida de S. Roque: Santo Antão do Tojal (Loures).

Mateus de Azevedo Pereira, em 1722, ano da sua morte, era capitão-mor de Alhandra (Vila Franca de Xira).

Mateus Pereira, padre; proprietário da ermida de Nª Srª da Madre de Deus, sita em Vila Fria: Oeiras (Oeiras).

Mateus Ribeiro, licenciado; pároco de Azueira, a cujos rogos os seus fregueses erigiram a ermida de Nª Srª do Livramento há setenta anos, em virtude de um amigo lhe ter deixado a imagem da Senhora quando embarcou para a Índia e, não tendo voltado, colocou a imagem em lugar público para o que se havia de fazer uma ermida: Azueira (Mafra).

Mateus Vieira, ilustre em Virtudes; da ordem Terceira de São Francisco; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Matias Aires Ramos da Silva, provedor da Casa da Moeda; enfiteuta do casal da Igreja: Ventosa (Alenquer).

Matias de Carvalho, ilustre em Armas; fidalgo da Casa de Sua Majestade; moço de câmara de D. Pedro; foi várias vezes à Índia ao serviço do rei D. Pedro II (vide): Cercal (Cadaval).

Matias José de Castro Patrão, ilustre em Letras; desembargador da Relação Eclesiástica do patriarcado de Lisboa; formado em Cânones pela Universidade de Coimbra: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Matias Rebelo, ilustre em Armas; governador de Cabo Verde; professo na ordem de Cristo e fidalgo da Casa: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Mécia de Meneses (Dona), ilustre; foi casada com D. Pedro de Castro (vide); nasceu, viveu e morreu em Santo Antão do Tojal (Loures).

Mem Martins, raçoeiro citado no documento transcrito por Cosmo Fernandes (vide) em que estão os compromissos entre o prior e os raçoeiros da igreja de Santa Maria de Sacavém: (Loures).

Mem Pegado, ilustre em Armas; juntamente com seu filho, Lourenço Vaz Pegado (vide) e mais dezassete homens, foram os primeiros que descobriram o rio Maranhão e 100 léguas por ele acima, fazendo paz com os régulos confinantes; casado com Cecília Perestrela (vide); morador na quinta da Carnota: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Mendesteres, tabelião de Alenquer que aprovou compromisso ou testamento em que consta que Lourenço Martins (vide) edificou a ermida de Stª Catarina: Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

Mendo de Fóios Pereira, secretário de Estado; mandou reedificar fonte situada entre o lugar e serra da Ameixoeira que, segundo tradição, já existia no tempo dos Mouros: Ameixoeira (Lisboa).

Mesquitas de Castelo Branco, administradores do altar de Nome de Deus, na igreja de Santo Antão do Tojal (Loures).

Mesquitas, família de Torres Novas que apresentam hoje, *contra toda a forma de direito*, o cura de Unhos (Loures).

Micer Carlos Pessanha, almirante de Portugal; proprietário, juntamente com sua mulher Dona Brites Pereira (vide), das terras que estavam a Sul da igreja do convento de Nª Srª do Monte do Carmo, onde estavam os arcos: Sacramento (Lisboa).

Miguel Ângelo Conti (D.), Núncio Apostólico, cardeal; papa [Inocêncio XIII]; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Miguel Castro (D.), arcebispo que em 1590 fez a ermida de S. Sebastião em freguesia, apresentando como sacerdote António Vaz (vide): S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Miguel da Costa Moreira, proprietário de quinta situada junto à paróquia de Campo Grande (Lisboa).

Miguel da Cunha, juiz da balança da Alfândega do Tabaco; pai de Dona Feliciana Francisca Xavier da Cunha (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Miguel de Castro (D.), arcebispo de Lisboa em 1612 quando aprovou o compromisso da Misericórdia de Vermelha do Cadaval (Cadaval); apresentou em 1618 o padre Bartolomeu Esteves (vide) beneficiado da igreja de São Cristóvão (Lisboa); através de si doou à infanta Dona Maria (vide) uma relíquia de Stº Engrácia: Santa Engrácia (Lisboa); Filipe I (vide) doou-lhe Alhandra com muitas restrições: Alhandra (Vila Franca de Xira); beneficiado e prior da igreja de S. Cristóvão; pessoa da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa); completou a igreja, palácio e jardim de Santo Antão do Tojal onde mandou gravar as suas armas de pedra, tendo nas obras de reedificação da igreja acabado a torre e colocado o relógio; pagou a onze padres para ajudar na reza coral e a quatro meninos do coro na igreja de Santo Antão do Tojal; aprovou o compromisso da ermida do Espírito Santo; ordenou visita de Mateus Bernar-

des (vide) à paróquia de Santo Antão do Tojal; no seu tempo ou no de D. Jorge Almeida (vide) ou D. Henrique (vide) desanexou-se à paróquia de Santo Antão do Tojal a ermida de S. Saturnino a qual se fez paróquia: Santo Antão do Tojal (Loures); confirmou o padre João Rodas Monteiro como beneficiado da igreja de S. Cristóvão (Lisboa).

Miguel de Contreiras (frei), ilustre; venerável; instituidor da irmandade de Misericórdia na Corte; frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Miguel de Moura, ilustre em Letras; escritor; secretário de Estado; morador na freguesia de Mártires (Lisboa); juntamente com sua mulher, Dona Brites da Costa (vide), foi fundador do convento de Stª Clara e reforma de Stª Coleta, na antiga ermida de Nª Srª dos Martires, edificada por D. Afonso Henriques (vide); secretário de Estado do rei D. Sebastião (vide) que lhe deu a ermida de Nª Srª dos Mártires: Sacavém: (Loures).

Miguel de Noronha (D.), filho de D. Álvaro de Noronha (vide) e de Dona Teresa de Noronha (vide); irmão de D. José de Noronha (vide): baptizado na freguesia do Sacramento (Lisboa).

Miguel de Pavia Sotomaior, seus herdeiros são proprietários da ermida de Nª Srª do Repouso, sita no lugar das Marnotas: Loures (Loures).

Miguel de Salema, na sua quinta, no lugar de A-dos--Potes está a ermida de S. José: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Miguel de Sousa de Brito, ilustre em Armas; irmão de Bernardo de Sousa de Brito (vide) e de Inácio de Sousa de Brito (vide); *por baixo de hum diluvio de ballas carregaram com as escadas para a expugnação de Alorna pello primeiro marquês della*: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Miguel Jorge, diz missas por sua alma e de sua mulher um capelão de Domingos e dias santos na capela de Nª Srª do Livramento, tendo este para tal o ordenado de um moio de trigo: Azueira (Mafra).

Miguel Lopes Leão, procurador da Mitra que, *com sua costumada literatura*, mostrou que Filipe I (vide) tirou aos bispos de Lisboa, como donatários de Alhandra, poderes militares: Alhandra (Vila Franca de Xira).

Miguel Pereira Forjaz Coutinho (D.), à entrada do pátio da sua quinta está a ermida de Santo António: Peral (Cadaval).

Miguel Salema Lobo de Saldanha, padroeiro do convento de S. Romão, de carmelitas observantes; fidalgo da Casa de Sua Majestade; professo na ordem de Cristo; familiar do Santo Ofício; morador em quinta no lugar de A-dos-Potes; tem obrigação de tratar da capela-mor da igreja de S. Romão do convento, onde tem jazigo: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Minas (marquês de), fundador do convento de S. Francisco de Paula, para o que deu D. João V (vide) umas casas que estavam sequestradas: Santos-o-Velho (Lisboa).

Miramolim, imperador de Marrocos; em 1184 sitiou, sem sucesso, Alenquer durante vários dias: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Missia Pimenta ou **Pimentel (Dona)**, virtuosa; segundo a tradição deu santuário de relíquias da Misericórdia de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Mónica Baptista, moça de especial virtude que está enterrada na capela de Nª Srª do Rosário: Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Monsanto (conde de), casado com Dona Maria (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Monteiro-mor, tem quinta na Granja; tem, no sítio da Mata Solar, uma boa mata, grandiosa quinta, magnífica casa e *unica sem igual capella* com graça concedida pelo papa Benedito XIV (vide) para nela se conservar o Santíssimo Sacramento; na sua quinta passa o rio Trancão; às suas salinas vêm carregar sal barcos cacilheiros: Loures (Loures).

Morato Roma, sua viúva é administradora da ermida de S. João: Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Murça (senhor de), administrador da ermida de Stª Rosa, em Arroios: Anjos (Lisboa).

N., identificação do administrador de ermida de Stº André; rendeiro de frei António Bernardes da Silva (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Nassau (princesa de), casou com Francisco de Sousa Pacheco (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Nicolau Chanterene, Nicolau Francês, *mais insigne artista daquele tempo* (…) *ao qual o augustissimo senhor rei D. Manoel mandou vir de Roma e gastou onze annos* na fábrica da capela-mor do convento de Nª Srª da Penha, feita de alabastro: Sintra-S. Pedro de Penaferrim (Sintra).

Nicolau da Cunha Manuel, ilustre; fidalgo da Casa de Sua Majestade e *mosso da sua goarda-roupa*; serviu a D. João V (vide) e a D. José I (vide) durante 45 anos sempre com verdade, amor e fidelidade; faleceu a 9 de Maio de 1758; conseguiu muitos benefícios para o lugar de Runa (Torres Vedras).

Nicolau de Melo da Silva, proprietário da quinta do Arneiro, onde está situada a ermida de Nª Srª da Ajuda: Azueira (Mafra).

Nicolau Fernandes Colares, prior; compôs *utilissimos volumes espirituaes*; pessoa da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa).

Nicolau IV, papa; elegeu D. Domingos Jarda (vide) bispo de Lisboa em 7 de Outubro 1289, ao tempo do rei D. Dinis (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Nicolau Luís, morgado de Assamara; proprietário de ermida de Nª Srª do Livramento: Alcabideche (Cascais).

Nicolau Monteiro (D.), bispo do Porto, morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Nicolau V, papa; anexou a igreja de Sacavém à de Santa Maria de Ourém, por Breve de 16 de Maio de 1452: Sacavém, (Loures).

Noé, *segundo reparador do género humano*; ascendente de Tubal (vide) e de Brigo (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Nossa Senhora do Rosário (morgado de), tem muita fazenda; morgado digno que dele se faça menção: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Nuno (D.), terceiro duque de Cadaval; filho de D. Jaime (vide) e neto de D. Nuno Álvares de Melo (vide): Cadaval (Cadaval).

Nuno Álvares de Melo (D.), conde de Tentúgal; senhor de Ferreira; senhor de Cadaval; casou em Castela e foi pai de D. Francisco de Melo (vide): Cadaval (Cadaval).

Nuno Álvares de Melo (D.), primeiro duque de Cadaval, a quem sucedeu seu filho, D. Jaime (vide) e seu neto D. Nuno (vide): Cadaval (Cadaval).

Nuno Álvares Pereira (condestável), consta que foi recebido pelo rei D. Fernando, juntamente com sua mulher Dona Leonor de Alvim (vide), no lugar de Vila Nova, termo de Alenquer; sitiou Alenquer, juntamente com o Mestre de Avis, tendo que retirar depois de saber que o rei de Castelo estava já em Santarém; pôs cerco a Alenquer, pela terceira vês, juntamente com o Mestre de Avis (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); avô de D. Afonso (vide); 4º avô de D. Teodósio (vide): Sacavém (Loures); comprou uma ermida aos religiosos da Santíssima Trindade que serviu para o chão do convento de Nª Srª do Monte do Carmo; *teve munta comunicação* com frei Afonso de Alfama (vide) e frei Gomes de Santa Maria (vide) na fundação convento de Nª Srª do Monte do Carmo; pediu a frei Afonso de Almeida (vide) religiosos do carmo de Moura para o de Nª Srª do Monte do Carmo; em 28 de Julho de 1404, por escritura feita pelo tabelião Martim Vicente (vide), doou muitos bens para o património do convento de Nª Srª do Monte do Carmo em 28 de Julho de 1404, entre eles os bens de David Negro (vide) que D. João I (vide) lhe tinha doado; encarregou o seu escrivão da puridade Gil Aires Dinis (vide), na companhia de Vasco de Moura (vide) para entregar aos religiosos do convento os bens doados: Sacramento (Lisboa); foi persuadido por Frei Constantino Pereira (vide) *a deixar o secullo para servir a Deos na mesma Religião*: Sacramento (Lisboa); educou D. frei João Manuel (vide): Sacramento (Lisboa); no sítio onde tinha casas foi construído o convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Camarate (Loures).

Nuno Álvares Pereira (D.), inquisidor; proprietário das casas onde está a ermida de Stº António e Nª Srª da Conceição: Santa Isabel (Lisboa).

Nuno Álvares Pereira de Portugal (D.), foi crismado por D. Sebastião da Fonseca a 11 de Março de 1585; filho de D. Afonso de Portugal (vide) e de Dona Luísa de Gusmão (vide); irmão de D. Luís de Portugal (vide), D. Manuel de Portugal (vide), Dona Joana (vide), Dona Constança (vide) e Dona Maria (vide); são seus descendentes os condes de Aveiras (vide): morador em Santo Antão do Tojal (Loures).

Nuno Barreto Fuzeiro, pessoa da antiga nobreza; fundador, juntamente com sua mulher Dona Maria Pimenta (vide), do convento de Nª Srª da Conceição da Luz, para o qual converteram as suas nobres casas em igreja e mosteiro que tudo caiu com o Terramoto: Carnide (Lisboa).

Nuno Caetano de Melo ou **Nuno Álvares Pereira de Melo**, duque de Cadaval (vide) em 1758: Pêro Moniz, Vermelha do Cadaval (Cadaval).

Nuno da Silva Teles (D.), *excelentissimo senhor;* administrador da ermida de S. José: Ramalhal (Torres Vedras).

Nuno da Silva Teles (D.), provedor do cabido da confraria da igreja de Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

Oeiras (conde de), o seu palácio arruinou-se no dia do Terramoto e incendiou-se: Sacramento (Lisboa).

Ourém (conde de), ajudou a rainha Dona Leonor (vide), depois da morte do rei D. Fernando (vide), na expedição dos negócios da monarquia; morto pelo Mestre de Avis (vide) em 6 de Dezembro de 1383: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Ouriana de Brito (Dona), casada com Martim de Leitão (vide); mãe do doutor Gaspar Barreto (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Pancas (senhor de), no seu palácio habita D. João Luís de Meneses (vide) e é administrado por D. Rodrigo de Noronha (vide); seu palácio tem parte que faz frente com o palácio de Luís Diogo Lobo da Silva (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Pantaleão Álvares Perestrelo, os seus herdeiros recebem pensão de 50.000 réis da irmandade do Santíssimo: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Pantaleão Teixeira, ilustre em Armas; coronel; *grande melitar nas Armas;* subiu todos os postos de soldados até coronel, no Reino do Algarve; irmão de Tomás Teixeira (vide); sobrinho do frade Lázaro de Cristo (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); cavaleiro professo da ordem de Cristo: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Pascoal Ribeiro, lavrador de Alcoentrinho; administrador da capela em que está a imagem da Senhora dos Prazeres, situada na quinta da Cala, propriedade de João Monteiro da Fonseca (*vide*): Vila Nova de S. Pedro de Arrifana (Azambuja).

Pastrana (duque de), pai de D. Diogo da Silva (vide): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Paula da Silveira (Dona), filha de Leonor Francisca (vide) e de Sebastião Luís (vide); casada com Simão Correia Baharem (vide); mãe de Dona Maria Vilhena (vide); baptizada em Santo Antão do Tojal (Loures).

Paula da Silveira, esposa de Simão Correia (vide); filha de Bastião Luís (vide) e de Leonor Francisca (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Paula Pimentel, ilustre em Virtudes; da ordem Terceira de São Francisco, moradora na freguesia de Mártires (Lisboa).

Paulo Correia de Almada, segundo cura de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Paulo de Barros, ilustre; sargento-mor de infantaria paga, *que faleceo com grandes e muitos serviços que em campanhas fez a Croa deste Reino*: Mafra (Mafra).

Paulo de Carvalho e Mendonça, ilustríssimo e reverendíssimo; do conselho de Sua Majestade; irmão do secretário de Estado Sebastião José Carvalho (vide); aguarda confirmação de provedor de propriedade de terras das capelas de D. Afonso IV (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Paulo de Carvalho, arcipreste da Stª Igreja de Lisboa; fez epitáfio em memória de António Saldanha (vide), o qual foi mandado fazer por António de Andrade (vide): Sintra-S. Martinho (Sintra).

Paulo de Carvalho, desembargador do Paço; tio de Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro padroeiro da igreja de Nª Srª das Mercês por contrato feito com o cabido da Sé em 1 de Dezembro de 1632, no tabelião João Lobato de Almeida (vide): Mercês (Lisboa).

Paulo de Palácios, doutor; foi prior da igreja de Ventosa; granatense; doutíssimo expositor a S. Mateus; lente de Véspera de Escritura na Universidade de Coimbra, ao tempo do rei D. Sebastião (vide): Ventosa (Alenquer).

Paulo de Varaze (frei), religioso barbadinho da província de Génova; fundou o hospício dos religiosos barbadinhos italianos a 5 de Março de 1695, no sítio onde está o recolhimento de Nª Srª dos Anjos: Santa Engrácia (Lisboa).

Paulo III, papa; confirmou D. João Bermudes (vide) como patriarca de Alexandria: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); concedeu graças e mercês espirituais aos confrades da confraria do Santíssimo Corpo de Cristo; os moradores do lugar de Ameixoeira impetraram-lhe uma Bula para conseguirem a desanexação da freguesia do Lumiar: Ameixoeira (Lisboa).

Paulo Pinto Ribeiro, padre; não foi confirmado beneficiado da igreja de S. Cristóvão pelo arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha (vide), por proposta do padre Gaspar Pinto Ribeiro (vide), prior da igreja de São Cristóvão, feita em 1643, tendo sido colado noutro benefício, pelo que correu demanda e foi sentenciada favoravelmente ao prior e anulada a colação do arcebispo: São Cristóvão (Lisboa).

Paulo V, papa; concedeu à casa de S. Pedro Gonçalves *tudo que pescam em os Domingos e dias santos, e o que cabe em huma rede que cada barco leva* para a sua canonização: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Pedro (D.), filho de D. João I (vide) e de Dona Filipa de Lencastre (vide); assinou escritura, juntamente com seus pais e seus irmãos D. Duarte (vide) e D. Henrique (vide), pela qual D. João I (vide) doava os bens de David Negro (vide) a Nuno Álvares Pereira (vide): Sacramento (Lisboa).

Pedro (D.), filho do Infante D. Francisco (vide); irmão de D. João (vide); da freguesia de Mártires (Lisboa).

Pedro (D.), Infante de Portugal; padroeiro e donatário de Cheleiros (Mafra).

Pedro (D.), Infante de Portugal; proprietário da capela real de Nª Srª da Conceição: Anjos (Lisboa).

Pedro (D.),infante de Portugal; administrador da casa do Infantado onde está incorporada Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Pedro (D.), infante; senhor de Povos (Vila Franca de Xira).

Pedro Afonso, porteiro do Infante D. Fernando (vide); o rei D. Pedro fez-lhe mercê de seis quarteiros de pão no casal da Várzea que era de D. Bordal (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Pedro Álvares Cabral Correia de Lacerda (D.), administrador do morgado que está junto à ermida de Nª Srª dos Anjos, ao pé do lugar da Barca: São João da Talha (Loures).

Pedro António Paradis, escrivão da Coroa, no processo que corre na Coroa há muitos anos sobre a quem pertence a apresentação dos benefícios de Sacavém (Loures).

Pedro Brandão (D. frei), bispo de Cabo Verde, natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Pedro Carvalho, deixou legado à congregação do Senhor Jesus dos Perdões da igreja de Madalena (Lisboa).

Pedro Carvalho, ilustre; casado com Dona Isabel Gomes Coelha (vide), *os quaes foram despensados e terceiro e quarto grao de consanguinidade*; militar com patente de infantaria na Guerra da Aclamação, por cujo valor lhe foi entregue a defesa do facho da vila de Óbidos e daí passou a servir na praça de Peniche; pai de Diogo de Carvalho (vide) e do doutor Estêvão Pedro de Carvalho (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Pedro César de Meneses, ilustre em Armas; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Pedro Coutinho (D.), fundador do colégio dos Inglesinhos ou de S. Pedro e S. Paulo em 1632: Mercês (Lisboa).

Pedro Cristóvão de Sousa Coutinho Barriga, proprietário da ermida de Nª Srª de Monserrate, no sítio da quinta da Varja: Loures (Loures).

Pedro da Cunha Mendonça e Meneses (D.), o seu palácio sito na rua que vai de Xabregas para o Grilo sofreu pouca ruína no Terramoto e está restaurado: Santa Engrácia (Lisboa).

Pedro de Alenquer, ilustre em Armas; matemático insigne; piloto famoso que foi o primeiro que descobrindo a Costa da Guiné se atreveu a dobrar o Cabo da Boa Esperança e depois chegou a Calecute: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Pedro de Almeida (D.), ilustre; primeiro presidente da câmara de Lisboa; comendador do Pinheiro e embarcado que foi a Castela; casado com Dona Maria Coutinho (vide), sua prima; filho de Francisco Pereira (vide); ascendentes dos condes de Avintes (vide), marqueses do Lavradio (vide), marqueses de Alorna (vide); irmão do arcebispo D. Jorge de Almeida (vide); morador em Stº Antão do Tojal durante muitos anos e onde nasceram as suas filhas: Santo Antão do Tojal (Loures).

Pedro de Almeida do Amaral, ilustre em Letras; doutor; juiz dos Feitos da Coroa; foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Pedro de Alverca (frei), ilustre em Virtudes; venerável; doutor; reformador da província de Aragão; frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Pedro de Bragança (D.), duque de Lafões; baptizado na freguesia do Sacramento pelo cardeal patriarca D. Tomás de Almeida (vide), com assistência do rei

Dom João V (vide); filho do infante D. Miguel (vide) e de Dona Luísa Casimira Nassau (vide); irmão de D. João de Bragança (vide) e de Dona Joana Perpétua (vide); o seu palácio arruinou-se no dia do Terramoto e incendiou-se; natural da freguesia do Sacramento (Lisboa).

Pedro de Castro (D.), casado em segundas núpcias com Dona Mécia de Meneses (vide); irmão do conde de Basto (vide); viveu e morreu em Santo Antão do Tojal (Loures).

Pedro de Coimbra (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Pedro de Covilhã (Beato frei), ilustre; primeiro mártir do Oriente, depois do glorioso apóstolo São Tomé; frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Pedro de Fóios (D. frei), bispo de Bona; por incumbência de D. Luís de Sousa (vide), arcebispo de Lisboa, a 15 de Junho de 1698 lançou a primeira pedra da igreja da Imaculada Conceição Mãe de Deus, erigida na rua Nova dos Ferros, destruída pelo Terramoto: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Pedro de Freitas, desembargador; na sua quinta há fonte com águas de qualidade para tratamento do estômago: Camarate (Loures).

Pedro de Jesus (frei), mestre do colégio de Filosofia que existiu no convento dos carmelitas descalços de Nª Srª da Piedade; primeiro provincial português da ordem: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Pedro de Noronha (D.), prelado de Lisboa que, entre outros, mediou entre o arcebispo D. João Esteves de Azambuja (vide) e D. Fernando de Meneses e Vasconcelos (vide) e que o memorialista aponta para provar que as obras feitas em 1554 pelo arcebispo D. Fernando de Meneses (vide) foram de reedificação da igreja de Santo Antão do Tojal, pois esta já existia o tempo de D. João Esteves de Azambuja (vide), altura em que considera ter sido feita a escritura de Gonçalo Domingues (vide) e Catarina Vicente (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Pedro de Oliveira, padre, erigiu a nobre congregação do Senhor Jesus dos Perdões na igreja de Madalena (Lisboa).

Pedro Dias, instituiu capela de S. Pedro, juntamente com sua mulher Maria Pedrosa (vide), com missa quotidiana na igreja de Granja de Alpriate (Vila Franca de Xira).

Pedro do Vale Cardoso, aforou ermida localizada no lugar de Covas ao seu administrador Fernando Leite de Sousa (vide): Ameixoeira (Lisboa).

Pedro dos Santos (frei), provincial dos capuchos de Santo António de Portugal que em 1597, lançou a primeira pedra do convento do Sobral, juntamente com os padres da província, definidores e custódios, bem como o padroeiro, Francisco de Sousa e Meneses (vide) e seu filho, Jorge de Sousa (vide): Alhandra (Vila Franca de Xira).

Pedro Estevens, juntamente com sua mulher fundou o hospital da vila Azambuja (Azambuja).

Pedro Fernandes de Castro (frei), ilustre; venerável padre, tio de frei Álvaro de Castro (vide); frade do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Pedro Florêncio de Almeida, moço da Câmara de Sua Majestade; proprietário das casas e quinta onde está a ermida de S. Pedro, no sítio de Val de Pereiro: Santa Isabel (Lisboa).

Pedro Gomes de Limi, ilustre em Armas; capitão na segunda conquista de Goa: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Pedro Gonçalves Cordeiro, desembargador; o rio Trancão causa prejuízos à sua quinta na altura das cheias: S. Julião do Tojal (Loures).

Pedro I (D.), rei de Portugal; marido de Dona Constança (vide); pai do rei D. Fernando (vide); filho de Dona Brites (vide); em 1361 fez mercê a Pedro Afonso (vide) de seis quarteiros de pão no casal da Várzea, que era de D. Bordal (vide); faleceu em 1377): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Pedro II (D.) rei de Portugal; tendo-lhe sido apresentado Álvaro Pereira (vide), em virtude dos seus feitos, premiou-o com o bastão de capitão-de-mar-e-guerra: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); fez mercê ao marquês de Angeja (vide) de apresentar o prior de São João da Praça (Lisboa); foi morador na freguesia de Mártires (Lisboa); foi-lhe administrada a extrema-unção pelo padre António Álvares Pereira (vide): Mártires (Lisboa); juntamente com D. João V (vide) lançou a primeira pedra da igreja Santa Engrácia; deixou em testamento a capela de S. Benedito do convento de Stª Maria de Jesus que executou seu filho D. João V (vide): Santa Engrácia (Lisboa); marcou presença, muitas vezes, na festa em honra do Santíssimo Sacramento, realizada no dia 11 de Maio: Odivelas (Odivelas); enviou a Roma o doutor José de Sousa Pereira (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer); mandou fazer ponte de dois arcos de cantaria, perto de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira); no seu tempo serviu o doutor Fernando da Cunha Henriques (vide): Enxara do Bispo (Mafra); foi seu secretário D. Frei Manuel Pereira da Silva (vide): Aldeia Galega da Merceana (Alenquer); ao seu serviço foi várias vezes à Índia Matias de Carvalho (vide): Cercal (Cadaval); foi seu secretário e juiz da Inconfidência Roque Monteiro (vide): Sacramento (Lisboa); foi-lhe apresentado Duarte Pereira (vide) pelo marquês de Cascais D. Manuel (vide): Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); deu o senhorio de Povos ao infante D. Francisco (vide), seu filho: Povos (Vila Franca de Xira).

Pedro Jacques de Magalhães, ilustre; general das armadas; natural de Stº Estêvão das Galés (Mafra); viúvo; casou com Dona Maria de Vilhena (vide); pai de Manuel Jacques (vide) e de Dona Antónia de Vilhena (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Pedro Janse, o seu palácio arruinou-se na maior parte com o Terramoto: São Vicente de Fora (Lisboa).

Pedro José de Noronha Camões (D.), marquês de Angeja; camarista de Sua Majestade; vedor da Fazenda Real; morgado solar de sua casa; juiz perpétuo da ir-

mandade do Santíssimo; padroeiro do convento dos religiosos de S. Francisco, da recoleção da Província dos Algarves; perpétuo provedor da Misericórdia de Vila Verde dos Francos; confirma os juízes ordinários, procurador do concelho e vereadores da câmara de Vila Verde dos Francos; donatário de Vila Verde dos Francos (Alenquer); por mercê de D. Pedro II (vide) feita aos seus antepassados, o cardeal Sousa (vide) e por D. João V ao marquês D. António (vide) e a si próprio, apresenta o prior de São João da Praça (Lisboa).

Pedro José, administrador da ermida de Nª Srª da Piedade: Ventosa (Torres Vedras).

Pedro Martins, escrivão que redigiu o aforamento que Fernão de Anes (vide) fez da fazenda do Rocio em 1318, sendo almoxarife Domingos Pires (vide) e tabelião Afonso Anes (vide), o que foi confirmado pelo rei D. Dinis (vide) em 1321: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Pedro Martins, *humilde e venturozo homem* do lugar de Carnide que estando preso em terra de Mouros, por milagre da Senhora da Luz, *foi trazido da escura prizam em que estava com os grilhõens que tinha* e *amanheceo livre na sua patria*; construiu ermida para colocar imagem da Senhora da Luz: Carnide (Lisboa).

Pedro Monteiro (frei), ilustre em Letras; escritor; padre mestre da ordem de São Domingos; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Pedro Nogueira, fundador da igreja de S. Lourenço (Lisboa).

Pedro Norberto de Acourt e Padilha, sua filha é administradora da capela fundada por Joana Ferreira (vide) na igreja de Unhos, depois da administração da capela ter vagado para a Coroa; é também administradora de uma albergaria, por mercê de D. João V (vide) que se encontra de todo extinta: Unhos (Loures).

Pedro Salgado, tesoureiro-mor do rei D. Dinis (vide); instituiu capela de Nª Srª da Purificação na igreja de Stª Marinha do Outeiro (Lisboa).

Pedro Vaz Soares de Rego Castelo Branco, proprietário da ermida de Stº Amaro que existe numa sua grandiosa quinta: Apelação (Loures).

Pedro Vaz Soares, ilustre; pessoa muito ilustre em nobreza e sangue; pai de Francisco Soares de Macedo (vide); casado com Dona Mariana de Castelo Branco e Rego (vide): Apelação (Loures).

Peixoto (Monsenhor), assiste nos palácios do duque de Cadaval (vide) no sítio de Palhavã: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Pêro Viegas, ilustre; primeiro-alcaide mor da cidade de Lisboa; *hum dos mais valerozos portuguezes que acompanharam El-Rei D. Afonso Henriques* (vide) *na conquista do Reino e da cidade de Lisboa aonde faleceo pela mesma ocazião com grande esforso e valor*; pensa-se que terá nascido em Stº Antão do Tojal, não havendo, no entanto, dúvida que lá foi morador, dando o nome ao bairro de Pêro Viegas: Santo Antão do Tojal (Loures); foi proprietário da quinta de Stº António do Tojal que comprou em 1758 D. Domingos Jardo (vide): Stº Antão do Tojal (Loures).

Pessanhas, proprietários do morgado de Stª Catarina; de Évora; descendentes de João Vaz (vide) e de Fulana Pessanha (vide): Alenquer – Nª Srª da Assunção (Alenquer).

Pio V (Santo), papa; por Bula sua foi desanexado o território da paróquia de Stª Engrácia da de Stº Estêvão de Alfama, ao tempo do arcebispo D. Jorge de Almeida (vide), reinando D. Sebastião (vide): Santa Engrácia (Lisboa); por Breve seu de 1567, passado a instâncias da rainha Dona Catarina (vide), passaram o número de religiosas do convento de Nª Srª da Madre de Deus de 20 para 33: Santa Engrácia (Lisboa).

Policarpo dos Santos Maia, ilustre em Letras; doutor de Capelo em Cânones; chantre da Sé de Portalegre: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Pombeiro (conde de), a sua casa é padroeira do convento dos frades arrábidos de Nª Srª da Conceição: Santa Iria de Azóia (Loures); proprietário de quinta no lugar da Panasqueira onde está ermida de Stº António; deu chão da sua quinta para ermida a Nª Srª da Encarnação: Charneca (Lisboa).

Povolide (conde de), tem *florecido* na freguesia: São José (Lisboa).

Principal de [Barão], na sua casa está a ermida de Nª Srª da Conceição, sita no lugar de Caxias: Oeiras (Oeiras).

Rafael Botado, erigiu capela e altar das Chagas, na igreja de Nª Srª da Assumpção de Torres Vedras, com obrigação de cinco missas em vínculo de morgado: Stª Maria do Castelo de Torres Vedras (Torres Vedras).

Rafael de Morais da Silva, doutor; junto às suas casas e fazenda está a ermida de Stº António: Apelação (Loures).

Redondo (conde de), proprietário da ermida do Senhor Jesus do Bom Jardim: Belas (Sintra); proprietário de quinta situada no lugar da Várgea onde está a ermida de Nª Srª da Madre de Deus, a qual foi mandada fazer pelo chantre da Santa Basílica de Lisboa: Sintra-S. Martinho (Sintra).

Redondo (condes de), têm *florecido* na freguesia; tem jardim: São José (Lisboa).

Reposteiro-mor (conde), proprietário do moinho do Conde; enfiteuta do Paúl de Ota (Alenquer).

Resende (conde de), almirante; o seu palácio está situado no Campo de Stª Clara tendo sofrido ruína no Terramoto, não tendo sido feito reparo algum; tem uma excelente varanda, *das melhores desta Corte*: Santa Engrácia (Lisboa).

Ricardo Russel, *exemplarissimo*; homem insigne que floresceu no colégio dos Inglesinhos; bispo de Portalegre e de Viseu, onde faleceu: Mercês (Lisboa).

Rocha e Teles, administradores do altar da Senhora do Rosário, da igreja de Santo Antão do Tojal, como descendentes da casa dos guarda-respostas de Sua Majestade: Santo Antão do Tojal (Loures).

Rodolfo Pires, bispo portuense; cardeal de Carpo; conservador da irmandade e confraria do Santíssimo Corpo de Cristo: Ameixoeira (Lisboa).

Rodrigo (D.), filho do marquês de Marialva; o seu palácio na travessa de D. Luís Caetano (vide), que hoje

lhe pertence, arruinou-se no dia do Terramoto e incendiou-se: Sacramento (Lisboa).

Rodrigo (D.), filho legítimo de D. Sancho de Noronha (vide) e de Dona Brites de Espargosa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Rodrigo (D.), rei visigodo; segundo a tradição, Turcifal foi fundada no tempo em que perdeu o *Império dos Godos e os Turcos habitaram as Espanhas*, derivando daí a origem etimológica de Turcifal, isto é *turcos* falsos destinados a destruir os maometanos, como comprova um sítio próximo chamado Mata Mouros, *donde se vem a colegir que o Ceo quis dar a esta terra a gloria de ter o seu principio em tirar aos Mouros a vida e falcificar a seita turquesa*: Turcifal (Torres Vedras).

Rodrigo Afonso de Melo (D.), conde de Olivença; pai de Dona Filipa de Melo (vide); avô de D. Rodrigo de Melo (vide): Cadaval (Cadaval).

Rodrigo Anes, prior de S. Pedro de Alenquer; em 1415 foi eleito reitor da Universidade de Lisboa: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Rodrigo António de Figueiredo, administrador da capela do Rei Salvador e tem carneiro na igreja: São Salvador (Lisboa).

Rodrigo António de Figueiredo, camarista do Infante D. Manuel (vide); padroeiro da ermida de Nª Srª da Encarnação: Fanga da Fé (Mafra).

Rodrigo António de Figueiredo, proprietário das ermidas de S. Brás dos Cavaleiros de Malta e a de S. Filipe e S. Tiago: Santiago (Lisboa).

Rodrigo da Cunha (D.), natural da freguesia da Madalena, onde foi baptizado a 24 de Novembro de de 1575; bispo de Portalegre; bispo do Porto; arcebispo de Braga; arcebispo de Lisboa: Madalena (Lisboa); arcebispo de Lisboa; não confirmou beneficiado da igreja de S. Cristóvão a proposta do prior Gaspar Pinto Ribeiro (vide), feita em 1643, tendo-o colado noutro benefício, pelo que correu demanda e foi sentenciada favoravelmente ao prior e anulada a colação do arcebispo: São Cristóvão (Lisboa).

Rodrigo de Castro (D.), recebeu de D. João I (vide) a vila de Cadaval em 2 de Dezembro de 1402; filho de Álvaro Peres de Castro (vide); casou com D. Leonor Teles de Meneses (vide) pai de D. João de Castro (vide), de Dona Joana de Castro (vide) e de D. Álvaro (vide): Cadaval (Cadaval).

Rodrigo de Melo (D.), filho de Dona Filipa de Melo (vide) e de D. Álvaro (vide); neto de D. Rodrigo Afonso de Melo (vide); primeiro conde de Tentúgal; marquês de Ferreira; casou com Dona Leonor de Almeida, filha de D. Francisco de Almeida (vide); pai de D. Francisco de Melo (vide); senhor de Cadaval (Cadaval).

Rodrigo de Noronha (D.), administrador, por sua mulher, do palácio do senhor de Pancas (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Rodrigo de Noronha (D.), casado com Dona Ana de Avelar (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Rodrigo de Sande, proprietário de quinta, no lugar de Manique, onde está situada a ermida de Nª Srª do Pilar: Alcabideche (Cascais).

Rodrigo Xavier (frei), ilustre em Letras; provincial da Graça: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Rodrigo Xavier Teles (D.), conde de Unhão; segundo a tradição, o seu palácio serviu de paço à Rainha Dona Leonor (vide) depois de enviuvar e sofreu ruína parcial no Terramoto; também é tradição que os senhores reis fizeram mercê dele aos senhores de Unhão; depois do Terramoto mandou fazer outro palácio nas mesmas terras, no sítio de Xabregas: Santa Engrácia (Lisboa).

Rodrigues de Sandre, proprietário de quinta de maior colheira e de vinhos excelentes: Carcavelos (Cascais).

Roque da Expectação (frei), ilustre em Virtudes; da província da Madre de Deus de Goa; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Roque Durão, deixou duas capelas na igreja dos freires da ordem de Cristo: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Roque Fernandes Barroso, instituiu capela para património de seu filho: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Roque Fernandes, o *Borgéis*; faleceu em 28 de Maio de 1597 com 117 anos de idade: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Roque Lopes, ilustre em Armas; insigne piloto na carreira da Índia; grande mestre prático; casado com Leonor Fernandes (vide); enterrado no convento de Santo António de Xabregas; fez muitos anos a carreira da Índia *que sabia de cor, com feliz sucesso sempre, nem El Rei teve outro semelhante naqueles tempos*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Roque Monteiro, secretário e juiz da Inconfidência do rei D. Pedro II (vide); mandou fazer de novo a capela-mor da igreja do convento da Santíssima Trindade para sua sepultura e seus herdeiros que era a condessa de Alva (vide); um palácio que foi seu arruinou-se no dia do Terramoto e incendiou-se: Sacramento (Lisboa).

Rosa Caetano Viterbo (Dona), viúva de José da Silva Pereira (vide); administradora da ermida de Nª Srª dos Milagres, situada na sua quinta: Campo Grande (Lisboa).

Rosendo José Teles, comissário do Santo Ofício; predecessor do actual reitor e vigário da vara de Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Rui da Silva, viveu na freguesia do Sacramento e nela foi baptizado bem como toda a sua família; floresceu em *nobreza antiquissima da sua caza mas também em doutissimas ciencias de Theologia e Filosofia, e em todo o genero de muzica* peritíssimo; irmão de Aires António da Silva (vide); o solar desta família era nas casas grandes junto à igreja da Madalena; o seu palácio que estava junto ao largo do Carmo arruinou-se no Terramoto e incendiou-se: Sacramento (Lisboa).

Rui Dias de Góis, marido de Inês de Oliveira de Macedo (vide); pai de Francisco de Macedo (vide); avô de Sebastião de Macedo (vide); casado com sua segunda mulher Isabel Gomes de Limi (vide): Alen-

quer – S. Pedro (Alenquer); pai de Damião de Góis: Alenquer-Nª Srª da Várzea (Alenquer).

Rui Gomes de Carvalhosa, ilustre em Armas; copeiro-mor de D. João I (vide); de distinto valor como o provou em Alcácer e Arzila; pai de Rui Gomes de Carvalhosa (vide): Enxara do Bispo (Mafra).

Rui Gomes de Carvalhosa, ilustre em Armas; passou à Índia em 1510 e participou na segunda tomada de Goa; filho de Rui Gomes de Carvalhosa (vide): Enxara do Bispo (Mafra).

Rui Teles de Meneses, o rei D. Manuel I (vide) passou-lhe carta de camareiro-mor do Infante D. Luís: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Rui Vaz de Sequeira, o seu palácio e mais três moradas arruinaram-se com o Terramoto e duas já estão reparadas: São Vicente de Fora (Lisboa).

Sabugosa (condes de), na sua casa está a família Césares que teve origem em Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Saldanha, cardeal; continuou as obras de recuperação do altar-mor da igreja matriz de Santo Antão do Tojal (Loures).

Saldanhas, em 1758 condes da Ponte; a sua casa está de posse dos vínculos do altar de S. João Baptista da igreja de Santo Antão do Tojal e satisfazem os encargos de três aniversários em cada ano: Santo Antão do Tojal (Loures).

Salema (Monsenhor), as casas onde morou arruinaram-se com o Terramoto e se acham meio reparadas: São Vicente de Fora (Lisboa).

Sancha (Dona), Santa; Infanta de Portugal; seu pai, D. Sancho I (vide) deixou-lhe em testamento, entre outros bens, a vila de Alenquer; irmã de D. Sancho II (vide); antes de 1215 doou vários bens às freiras do convento de Celas, em Alenquer, que eram as recolhidas da Redonda; em 1215 deu foral a Alenquer, que se encontra na Torre do Tombo; deu a frei São Zacarias (vide) uma ermida junto do rio de Alenquer, onde se fundou o primeiro convento que os franciscanos tiveram em Portugal; em 1216 deu a frei São Soeiro (vide) a ermida ou capela situado no alto do monte Tagro, chamado de Montejunto, onde se fundou o primeiro convento dos dominicanos em Portugal; apareceram-lhe os santos mártires de Marrocos, *na mesma ora em que foram mortos em odio da fé*, o que a levou a fazer doação do palácio em que teve a visão aos religiosos de S. Francisco para nele fazerem um convento, para onde estes passaram em 1222; faleceu em 1229 e passou a vila de Alenquer para a sua irmã, a rainha Stª Teresa (vide); tia de D. Sancho II (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); ilustre em Virtudes; *comendadeira* do mosteiro de Santos o Velho; moradora na freguesia de Mártires (Lisboa); fundadora do recolhimento e igreja de Nª Srª da Redonda, a quem doou muitos bens: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Sancho de Faro (D.), ilustre em Armas; conde de Vimieiro; natural da freguesia de Mártires (Lisboa).

Sancho de Noronha (D.), primeiro conde de Odemira; pai de D. Luís de Noronha (vide) e de D. Rodrigo (vide); casado com Dona Brites de Espargosa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Sancho I (D.), rei de Portugal; por morte de seu pai D. Afonso Henriques (vide) passou Alenquer para a sua posse; deu a Granja e o Paúl da Ota, do termo de Alenquer, aos frades de Alcobaça; faleceu em 1211 e deixou em testamento a sua filha a Infanta Dona Sancha (vide), entre outros bens, a vila de Alenquer: Alenquer – S. Tiago (Alenquer); deu foral a Povos (Vila Franca de Xira).

Sancho II (D.), rei de Portugal; no seu tempo faleceu Santo António de Lisboa, na era de 1231, muito posterior a Santo Antão ou Santo António Magno, padroeiro da primitiva igreja de Santo Antão do Tojal (Loures); sitiou Alenquer, por causa das pretensões que entendia ter sobre Alenquer, na posse de sua irmã Dona Sancha (vide); sobrinho da rainha Santa Teresa (vide) e da Infanta Santa Sancha (vide) com quem acordou que, por morte destas, Alenquer retomava à posse da Coroa; irmão de D. Afonso III (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); tomou sob sua protecção o convento de Celas de Coimbra e o recolhimento e igreja de Nª Srª da Redonda: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Santos Novos (Comendadeira de), da cidade de Lisboa; apresenta vigários de Aveiras de Baixo e de Aveiras de Cima; donatária de Aveiras de Cima (Azambuja).

São Lourenço (conde de), padroeiro da ermida de Nª Srª do Livramento, na quinta de César: Cadafais (Alenquer).

São Miguel (conde de), comendador do mestrado de Santiago; proprietário, como comendador, da capela-mor da igreja de Cardosas (Arruda dos Vinhos).

São Vicente (condes de), família da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa).

Sardinhas, família ilustre de Povos (Vila Franca de Xira).

Sarzedas (condes de), os seus herdeiros são proprietários de um palácio no sítio de Palhavã, onde *residem os serenissimos senhores infantes* [D. António e D. José]: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa).

Sebastiana (Dona), o rio Trancão causa prejuízos à sua quinta na altura das cheias: S. Julião do Tojal (Loures).

Sebastião (D.), rei de Portugal; ao seu tempo foi desanexado o território da paróquia de Stª Engrácia da de Stº Estêvão de Alfama, sendo arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida (vide): Santa Engrácia (Lisboa); depois da sua perda em África, sobreveio uma peste entre 1580 e 1600 que matou dois religiosos carmelitas que estão sepultados no alpendre da capelinha de Stº Aleixo: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); mandaram-lhe de França imagem de S. Sebastião que o rei quis colocar no mosteiro de S. Vicente de Fora, mas que não foi possível colocar por não ter a procissão podido passar da rua da Padieira: Madalena (Lisboa); no seu tempo chegou a Lisboa, D. João Bermudes (vide), não consentindo que saísse de Lisboa: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); no seu tempo foi instituído o convento de Stª Marta: São José (Lisboa); foi seu capitão da guarda,

João Gomes Cabral (vide): Enxara do Bispo (Mafra); no seu tempo foi prior de Ventosa, Paulo de Palácios (vide): Ventosa (Alenquer); os pesos e medidas de Alenquer, que são de bronze, têm as suas armas: Vila Verde dos Francos (Alenquer): segundo registo de [Meza] na sua *Estoria de Belo Africano*, a imagem de pedra de S. Sebastião, da ermida do mesmo santo, no lugar de Bodel, suou na ocasião da *emfeliz jornada que fez* em África: São João da Talha (Loures); deu a ermida de Nª Srª dos Mártires ao seu secretário de Estado, Miguel de Moura (vide); sua avó Dona Catarina (vide) renunciou em si a posse de Alenquer que, assim regressou à posse da Coroa: Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer); em 1563 aprovou a Misericórdia de Povos (Vila Franca de Xira).

Sebastião Álvares Vidigal, beneficiado; administrador da ermida de Nª Srª das Mercês, situada na sua quinta: Campo Grande (Lisboa).

Sebastião Barbosa de Sousa Pegado, sargento-mor; provedor da Misericórdia de Alverca do Ribatejo durante três anos que constituiu um *primoroso relicario de sagradas relliquias*: Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Sebastião César de Meneses, eleito bispo do Porto e Coimbra; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Sebastião da Conceição (frei), ilustre em Virtudes; religioso de S. Francisco da província dos Algarves; *religiozo de santa virtude que estando moribundo pedio aos religiozos lhe cantassem o Credo e respondendo-lhe que principiasse elle primeiro, e principiando-o elle a entoar quando chegou a dizer "et incarnatus est", expirou, e logo imediatamente tocaram os sinos só por si*; faleceu no convento de Setúbal: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Sebastião da Costa, ilustre em Armas; capitão-de-mar-e-guerra na Índia; tomou um navio de Mouros em 1607 e outro em 1608: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Sebastião da Fonseca (D.), bispo de Targa; crismou D. Nuno Álvares Pereira (vide) a 11 de Março de 1585: Santo Antão do Tojal (Loures).

Sebastião de Almeida e Amaral, monsenhor; na sua quinta está a ermida de Nª Srª da Ajuda: Colares (Sintra).

Sebastião de Jesus (frei), *exemplaríssimo*; muito conhecido pelos grandes milagres que obrou; mestre pregador jubilado; ex-definidor; faleceu em 20 de Março de 1746: Vila Verde dos Francos (Alenquer).

Sebastião de Macedo, ilustre em Letras; camarista do infante D. Henrique (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).; provedor da casa e hospital do Espírito Santo, e em cuja descendência se conserva a sua posse, sejam os viscondes de Vila Nova de Cerveira (vide), sejam os antepassados de Gonçalo Tomás da Silva Macedo e Carvalho (vide); fidalgo da casa do rei D. Henrique (vide) de quem foi camareiro, guarda-roupa e vedor da sua casa; filho de Francisco de Macedo (vide); neto de Rui Dias de Góis (vide) e de Inês de Oliveira de Macedo (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Sebastião de S. Leonardo (frei), *exemplaríssimo*; muito conhecido pelos grandes milagres que obrou; cronista; faleceu em 11 de Janeiro de 1694: Vila Verde dos Francos (Alenquer).

Sebastião Francisco da Horta, padre; padroeiro e administrador da ermida de Nª Srª do Carmo: Almargem do Bispo (Sintra).

Sebastião Gomes, ilustre em Virtude; mártir em África: Alenquer – Stº Estêvão; Alenquer – S. Tiago; Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Sebastião José de Carvalho e Melo, do Conselho de Sua Magestade; secretário de Estado dos Negócios do Reino; sucessor do morgado do seu tio Paulo de Carvalho (vide); padroeiro da igreja de Nª Srª das Mercês; tem capela de missa quotidiana que apresenta pela alma do primeiro padroeiro da igreja de Nª Srª das Mercês (Lisboa); proprietário da quinta e das casas que tem na ribeira de Alcântara, onde está a ermida de Santa Ana: Santa Isabel (Lisboa); os ofícios divinos fazem-se numa das suas casas: Sintra-S. Martinho (Sintra); irmão de Paulo de Carvalho e Mendonça (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Sebastião Luís, feitor da cidade de Malaca; casado com Leonor Francisca (vide); pai de Dona Paula da Silveira (vide); sempre morou em Stº António do Tojal, onde, na igreja matriz, fundou a capela de Stº António, junto da qual está enterrado: Santo Antão do Tojal (Loures).

Sebastião Pereira de Castro (frei), desembargador; comissário geral da Bula da Santa Cruzada; do conselho geral do Santo Ofício; desembargador do Paço; procurador-geral da Ordens; pessoa da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa).

Sebastião Pereira Rebelo, proprietário da ermida de Nª Srª dos Anjos e administrador do hospital a quem pertence a ermida do Espírito Santo: Aldeia Galega da Merceana (Alenquer).

Sebastião Xavier da Gama Lobo, proprietário da ermida de Stº António, sita na estrada da Luz: Anjos (Lisboa).

Sentil Esteves, mãe de João das Regras (vide); casada com Afonso Anes de Aregas (vide); filha de Gonçalo Esteves (vide) e de Ana Vasques (vide); viveu sempre na freguesia da Madalena no sítio das Penas Negras; foi sepultada na igreja da Madalena, na sepultura de seus pais; foi moradora na freguesia da Madalena (Lisboa).

Sequeiras, na sua quinta de Torre Vedra está situada uma ermida, arruinada por causa do Terramoto: Sacavém: (Loures).

Sequeiras, família ilustre de Povos (Vila Franca de Xira).

Silvério José da Cunha, administrador da capela de S. Pedro, fundada por Pedro Dias (vide) e sua mulher, Maria Pedrosa (vide); proprietário de quinta onde está a ermida de S. João Baptista: Granja de Alpriate (Vila Franca de Xira).

Silvestre dos Reis, cavador de enxada; administrador da fazenda da ermida de S. Bento, instituída pelo padre Baltasar Simões (vide): Cheleiros (Mafra).

Silvestre Nobre do Rego, padre; ilustre em Virtude; reitor no seminário de Lisboa; confessor das freiras da

Luz, da cidade de Lisboa; morreu com opinião de santo: Cercal (Cadaval).

Simão Caldeira, desembargador; as casas em que morava arruinaram-se totalmente com o Terramoto: São Vicente de Fora (Lisboa).

Simão Correia Baharem, senhor de Ponte do Sor; casado com Dona Paula da Silveira (vide); filho de António Correia Baharem (vide) e de Dona Isabel de Castro (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Simão Correia de Mesquita, capitão; proprietário da quinta da Tourinha: Azueira (Mafra).

Simão Correia, marido de Dona Paula da Silveira (vide); genro de Bastião Luís (vide) e Leonor Francisca (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Simão da Gama (D.), foi colado pelo prior de S. Cristóvão como beneficiado dessa freguesia, Diogo Mendes Pinheiro (vide), de que recorreu o bispo de Targa (vide), provisor, por entender pertencer-lhe o direito de apresentar; promovido a bispo de Algarve: São Cristóvão (Lisboa).

Simão Franco, ilustre; *insigne ministro*; *sabio e integrimo, mui virtuoso e munto mais escrupuloso*; teve várias judicaturas que ocupou e serviu com singular aplauso; provedor da comarca de Viana do Minho; faleceu em Cascais e está enterrado na sua capela de Stª Ana, do convento da Piedade e dos Carmelitas descalços: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Simão Torrezão Coelho, doutor; prior da igreja de S. Martinho; inquisidor da Mesa Pequena; em 1634 participou na cerimónia do lançamento da primeira pedra da segunda igreja de S. Martinho (Lisboa).

Simeão Porto, ilustre em Armas; capitão de mar-e-guerra; bateu-se com *mui grande valor na batalha naval de Corfú, hindo no almirante em que hia o conde de São Vicente, Dom Manoel* (vide)*, que sustentou todo o peso da batalha dos Turcos. Mas antes disso, tinha já mostrado o seu valor, quando por entre dous chuveiros de balas de duas fortalezas, foi a huma praça de Mourama a tirar huma embarcação nossa que os Mouros nos tinham captivas. Entrou pela barra dentro do inimigo e por entre hum incendio de fogo de toda a artelharia, e picando o amarrado navio o tirou a salvo, repassando por entre outro incendio de ballas, e sem nenhum perigo, estupenda façanha e intrepido valor. Ahinda fez outra [façanha]. Andava nos seus primeiros principios em huma curveta, pequena embarcação, e tão pequena que apennas se lhe pode dar o nome de curveta, porém petrechada de tudo quanto era percizo, e sobretudo armada do seu intrepido animo. Em huma ocazião se vio acometido de huma grande nau de guerra de Turcos, tão possante que podia engolir a curveta de hum bocado, mas foi tal a destreza e valor deste pequeno David contra aquelle Goliath Felisteo que metendo-se-lhe debaixo da artelharia, lhe abrio hum rombo com que a fez dar à costa, sendo elle o primeiro que acometeu sem fugir. E glorioso de ver todos os inimigos afogados, cantou vitorias de tão milagroso prodigio*: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais); ilustre em Armas; capitão-de-mar-e-guerra da Coroa; informante, fazendo as vezes de coronel do mar; cavaleiro fidalgo da Casa Real: Ressurreição da vila de Cascais (Cascais).

Soares Lusitano, ilustre em Letras; *grande*; bem conhecido na Companhia de Jesus pelas suas Letras e escritos que deu à luz; natural de Stª Maria do Castelo de Torres Vedras (Torres Vedras).

Soeiro (D.), segundo bispo de Lisboa; primeiro senhor da vila de Alhandra a quem *passou hum foral*: Alhandra (Vila Franca de Xira).

Soeiro (frei), santo; discípulo de S. Domingos (Vide); deu-lhe a infanta Dona Sancha (vide) a ermida ou capela situada no alto do monte Tagro, chamado de Montejunto, onde se fundou o primeiro convento dos dominicanos em Portugal: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Soeiro Viegas (D.), bispo de Lisboa que fundou o convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Soure (conde de), administrador da ermida de Nª Srª de Monte Agudo, sita no caminho de Penha de França: Anjos (Lisboa); padroeiro do *coleginho* de Stº Antão: Socorro (Lisboa); proprietário da ermida de S. João, no lugar da Malveira de Riba: Alcabideche (Cascais).

Sousa (Cardeal), antepassado do marquês D. António (vide) e de D. Pedro José de Noronha (vide) em quem D. Pedro II (vide) fez mercê de apresentar o prior de São João da Praça (Lisboa).

Sousas Coutinhos, família oriunda de Arrifana que apresentou o pároco e depois foi viver para Santarém: Vila Nova de S. Pedro de Arrifana (Azambuja).

Távora (marquês de), na sua quinta fica a ermida de Santo António: Sacavém: (Loures).

Teodósio (D.), duque de Bragança; deu a torre antiga que está junto da capela-mor de S. Silvestre para se fazer a torre dos sinos da igreja: Unhos (Loures).

Teodósio (D.), primeiro duque de Bragança; 4º neto de D. Nuno Álvares Pereira (vide); fez mercê de duas partes dos frutos da igreja de Sacavém: Sacavém, (Loures).

Teresa (Dona), Infanta de Portugal; da freguesia de Mártires (Lisboa).

Teresa (Santa), rainha de Leão; irmã de Santa Sancha (vide); por morte de sua irmã ficou na posse de Alenquer; deu privilégio aos bens do mosteiro de S. Vicente de Fora; faleceu em 1250; por sua morte Alenquer voltou para a posse da Coroa, na forma do ajustado com seu sobrinho o rei D. Sancho II (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); por sua ordem doze recolhidas de Alenquer passaram para o convento de Celas de Coimbra: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Teresa de Noronha (Dona), filha marqueses de Angeja (vide); casada com D. Álvaro de Noronha (vide); mãe de D. José de Noronha (vide) e de D. Miguel de Noronha (vide), e mais quatro filhas, todos baptizados na freguesia do Sacramento (Lisboa).

Teresa Polónia (Dona), proprietária da quinta do Penedo, onde está situada a ermida de Nª Srª da Penha de França: Runa (Torres Vedras).

Tomás Caetano de Bem (D.), padre; escreveu livro sobre as antiguidades e inscrições romanas encontradas nas casas da Merciaria: Madalena (Lisboa).

Tomás da Silveira (D.), administrador da capela de Stª Vitória que instituiu D. Vicente Martins Flor da Rosa (vide): S. Lourenço (Lisboa).

Tomás de Almeida (D.), ilustre em Dignidades e Letras; cardeal e primeiro patriarca de Lisboa: S. Lourenço (Lisboa); colou o primeiro reitor de Póvoa de Stº Adrião (Odivelas); por sua provisão foi erigida a congregação da Avé Maria: Loures (Loures); *especializou a freguezia e parrochia* de Santo Antão do Tojal (Loures); procedeu a obras de ampliação da igreja e do palácio de Santo Antão do Tojal; pouco anos depois de tomar posse da diocese nomeou três eclesiásticos para ajudar na reza coral e, durante a sua vida, foi pagando da sua fazenda a padres e meninos do coro para as funções da reza coral na igreja de Santo Antão do Tojal; a sua instâncias o papa Benedito XIV (vide) publicou a 18 de Outubro de 1740, uma Bula pela qual o escrivão da câmara era pensionado em 600.000 réis para cinco cantores só com a obrigação de ajudarem no coro e fazerem funções eclesiásticas da igreja com toda a perfeição, devendo os providos ser peritos no cantochão; deu de ordenado anual de 12.000 réis a quem conservasse asseada a igreja de Santo Antão do Tojal, no seu tempo, aquando da reforma da igreja matriz a ermida do Espírito Santo serviu de paróquia, como aconteceu várias vezes; juiz perpétuo da confraria de S. Roque; mandou fazer um sumptuoso chafariz no lugar de Santo António, junto ao palácio da Mitra e igreja matriz: Santo Antão do Tojal (Loures); baptizou D. Pedro de Bragança (vide): Sacramento (Lisboa); aprovou compromisso da irmandade do Senhor: Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais); comprou quinta e doou ao povo a utilização da água, prometendo fazer um chafariz: Alhandra (Vila Franca de Xira); em 1749 mandou reedificar a torre da igreja de Alhandra, bem como quase todo o corpo da igreja, quando caiu um raio na torre, em que foi despendido 8.000 cruzados: Alhandra (Vila Franca de Xira); comprou a residência do padre João de Morais Pereira (vide) para construir a residência dos priores de Santo Antão do Tojal; impôs ao rendeiro da Mitra 50.000 réis de pensão por considerar os poucos rendimentos dos priores para a sua subsistência; ordenou ao prior de Stº Antão do Tojal que fizesse novos estatutos à irmandade de Vera Cruz e Passos de Cristo; ordenou a mudança do sermão do Senhor para a igreja matriz em virtude da ermida do Espírito Santo ser estreita e haver muito concurso de povo; extinguiu a confraria do Nome de Deus, fazendo doar toda a fábrica da confraria à irmandade do Santíssimo; autorizou a erecção da confraria de Nª Srª do Rosário a frei José de Santo António (vide); por sua determinação é privilegiado todos os dias e para sempre o altar dos Santos Passos, na igreja matriz de Santo Antão do Tojal; fez distribuir por várias pessoas devotas e de quem julgou continuariam a dar-lhes culto, imagens antigas de vestir de Stª Luzia, de Stª Catarina e da Srª do Ó, que pertenciam à confraria de Nª Srª do Rosário; trouxe uma *fermoza* imagem de Nª Srª da Conceição que mandou colocar no altar-mor da igreja matriz, bem como, posteriormente, sagrou um sino *que hé o de maior calibre na igreja* de Santo Antão do Tojal; mandou vir de Génova as imagens em mármore de Nª Srª da Conceição, do patriarca S. João de Deus e de Stª Isabel para as colocar no frontispício da igreja matriz de Santo Antão do Tojal; doou relíquia do Santo Lenho, engastado em filigrana de prata, numa custódia de prata dourada, a 20 de Outubro de 1736; mandou ao prior Félix Dantas Barbosa (vide) uma caixa de chumbo em que estão fechadas várias relíquias para colocar no globo de pedra que serve de base à cruz episcopal de ferro que remata o frontispício da igreja matriz de Santo Antão do Tojal; (Loures); colou o padre Francisco Peres na igreja de Sacramento (Lisboa); colou o primeiro pároco de Stª Isabel, o padre Felisberto Leitão de Carvalho (vide), como reitor; as madres fundadoras do convento das Trinas de Nª Srª dos Remédios entraram no convento por sua ordem em 1721; autorizou a ida do padre Baltasar da Encarnação (vide) para o convento do Senhor Jesus da Boa Morte: Santa Isabel (Lisboa); criou a freguesia de Stª Isabel tendo tirado fogos do sítio de Alcântara e Campolide da freguesia de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); deu despacho a certidão que confirma que a apresentação dos beneficiados da igreja de Sacavém é feita pelos priores, e não pelo Ordinário como acontece em 1758, tendo sido a certidão passada pelo padre Manuel António de Ataíde (vide), a qual se queimou no incêndio que se seguiu ao Terramoto: Sacavém, (Loures); deu provisão para o cónego Manuel Monteiro do Rio (vide) ser administrador da ermida do Senhor Roubado: Lumiar (Lisboa); colou Anjos como reitoria: Anjos (Lisboa); por sua correição está o Santíssimo Sacramento na igreja de Aldeia Galega da Merceana (Alenquer); tomou pálio de arcebispo a 1 de Fevereiro de 1717, com assistência de D. João V (vide) e mais pessoas reais, na igreja de S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); foi desembargador da Casa da Suplicação; viveu alguns anos em São Jorge de Arroios (Lisboa); colou como primeiro reitor de Nª Srª da Conceição um seu capelão e esmoler, quando até então o pároco tinha o título de cura: Conceição-Nª Senhora da (Lisboa).

Tomás de Lima (D.), ilustre em Letras; visconde; estribeiro-mor; *destrissimo na arte de andar a cavallo sem outras sientes* : Alenquer – S. Tiago (Alenquer); visconde de Vila Nova de Cerveira (vide); donatário de Alcainça; apresenta o prior de Alcainça (Mafra).

Tomás de Pina, da cidade de Lisboa; foi administrador da ermida de S. Gregório, sita no lugar de Nogueiras, por cujo falecimento não se sabe a que pertence a administração: Santo Quintino (Sobral de Monte Agraço).

Tomás Ripel (frei), geral dos dominicanos; por patente sua, frei José de Santo António (vide) nomeou para comissário e protetor da confraria de Nª Srª do Rosá-

rio ao prior Félix Dantas Barbosa (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Tomás Rodrigues da Costa, pessoa principal; pai de António Brandão de Reboredo (vide); marido de Dona Catarina Brandoa de Reboredo (vide): Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira).

Tomás Teixeira, ilustre em Armas; vedor geral; insigne no zelo do serviço real; vedor geral; *incansavel na expedição da sua obrigação dos soldados, de summa charidade para com elles, e cortês afabilidade para com todos, sobretudo munto limpo de mãos emquanto tratava, em tanto grau que morreu pobre sem ter com que se enterrar, que a piedade do Senhor Rei Dom João o 5º* (vide) *o mandou enterrar, fazendo-lhe o funeral e exequias*; irmão de Pantaleão Teixeira (vide); sobrinho do frade Lázaro de Cristo (vide): Nª Srª da Assumpção da vila de Cascais (Cascais).

Tomé Joaquim da Costa Corte Real, secretário de Estado; filho de João Aires da Costa; pessoa da freguesia de S. Cristóvão que floresceu: São Cristóvão (Lisboa); na sua quinta está situada ermida de Nª Srª dos Enfermos: Almargem do Bispo (Sintra).

Tomé Pereira Pinheiro, beneficiado da igreja de S. Cristóvão, colado pelo prior da mesma igreja, Diogo Mendes Pinheiro (vide): São Cristóvão (Lisboa).

Tomé Pinheiro da Veiga, doutor; *celebre;* corregedor e provedor de Alenquer ao tempo de Filipe III (vide): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Tomé Roiz, as suas casas do Farinheiro ficaram bastante arruinadas com o Terramoto de 1755 e acham-se *no estado antigo*: Santo Antão do Tojal (Loures).

Toribo Lopes, doutor; foi prior na igreja de Ventosa; primeiro bispo de Miranda, eleito e nomeado por D. João III (vide): Ventosa (Alenquer).

Tristão Vogado, ilustre em Armas; fronteiro em Arzila; pai de João Vogado (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Trofa (senhores da), possuem quinta grande e boa: Alhandra (Vila Franca de Xira); eram parte interessada na posse do vínculo da capela do Nome de Deus que passou para os descendentes de José de Mesquita de Castelo Branco (vide) e do doutor Gaspar Barreto (vide): Santo Antão do Tojal (Loures).

Tubal, bisavô de Brigo (vide); descendente de Noé (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Unhão (conde de), embaixador de Castela; coronel da praça e regimento de Cascais; mudou a irmandade de Nª Srª da Vitória da capela da fortaleza para a igreja da Vitória: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Urbano VI, Papa; deu licença para a construção do convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Valadares (conde de), administrador da capela de missa quotidiana por alma de D. António de Castelo Branco (vide), de que é escrivão Jorge da Costa (vide): S. Martinho (Lisboa); tem uma distinta fazenda no lugar dos Calvos; a sua quinta tem águas abundantes: Loures (Loures); comendador de Granja de Alpriate (Vila Franca de Xira).

Vale de Reis (conde de), proprietário da quinta da Flamenga, onde está situada a ermida de Stº António; proprietário de pedreiras situadas junto aos casais de Stª Cruz: Vialonga (Vila Franca de Xira); o seu palácio arruinou-se totalmente com o Terramoto: São Vicente de Fora (Lisboa).

Valença (marquês de), neto de Nuno Álvares Pereira (vide); a pedido do avô, deu esmola perpétua de quatro moios de trigo e dez pipas de vinho ao convento de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa); padroeiro do convento de S. José de Ribamar: Carnaxide (Oeiras).

Valentim Feio da Mota, doutor; servia de provisor apostólico quando correu a sentença da questão que envolvia a colação do beneficiado de S. Cristóvão D. Simão da Gama (vide), o prior de S. Cristóvão, Diogo Mendes Pinheiro (vide) e o bispo de Targa (vide): São Cristóvão (Lisboa).

Valério (D. frei), ilustre; bispo de Angra; religioso professo na província de Stº António, com 78 anos de vida: Campo Grande (Lisboa).

Vasco (D.), bispo de Lisboa; fez visita a todas as igrejas do bispado de Lisboa, *declarando quem eram os padroeiros dellas e quem dava as reções, os ornamentos, obrigações e bens que tinham, descrevendo cada igreja com seu titolo*; na visita a Sacavém refere que a igreja é de El-Rei e o prior dá as *rações sem os raçoeiros*: Sacavém (Loures).

Vasco da Câmara (D.), ilustre em Letras; lente de Cânones na Universidade de Coimbra e sumilher da cortina; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Vasco da Câmara (D.), proprietário de quinta, junto a Ota: Ota (Alenquer).

Vasco de Moura, natural de Moura; acompanhou Gil Aires Dinis (vide) quando este deu posse aos religiosos do convento de Nª Srª do Monte do Carmo dos bens doados pelo Condestável em 1404: Sacramento (Lisboa).

Vasco de S. Vicente da Beira (frei), ilustre em Virtude: Pereiro de Palhacana (Alenquer).

Vasco Fernandes César, provedor dos Armazéns; mandou fazer capela de Stª Helena que estava no cruzeiro da igreja do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Vasco José da Gama Lobo, filho mais velho de Francisco de [Aréz] e Vasconcelos (vide); sargento-mor de cavalaria de Almeida; foi para religioso em Monchique: Povos (Vila Franca de Xira).

Vasco Pinto (frei), primeiro dos conventuais de Nª Srª do Monte do Carmo: Sacramento (Lisboa).

Vasco Pires de Camões, saiu de Alenquer para Atouguia da Baleia, onde foi duas vezes, com a rainha Dona Leonor (vide), para matar o Mestre de Avis (vide); ficou com o governo do castelo de Alenquer depois da retirada da rainha Dona Leonor (vide) para Santarém; nomeado governador de Alenquer pelo Mestre de Avis (vide) por este ter ficado *satisfeito do bem que lhe tinha disputado a conquista da praça*; revoltou-se contra o Mestre de Avis (vide) o que motivou que este impusesse o terceiro cerco de Alenquer; foi

preso pelo Mestre de Avis (vide) depois da batalha de Aljubarrota; ascendente de Luís Vaz de Camões (vide): Alenquer – S. Tiago (Alenquer); alcaide-mor de Alenquer ao tempo das guerras com o Mestre de Avis (vide): Alenquer – Stº Estêvão (Alenquer).

Vasco Tivés Cesas, proprietário da capela de S. Miguel que estava na igreja do convento da Santíssima Trindade: Sacramento (Lisboa).

Venceslau Pereira da Silva, ilustre em Letras; conselheiro no Conselho do Ultramar: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Veríssimo de Lencastre (D.), arcebispo de Braga; inquisidor geral; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Veríssimo de Lima (frei), ilustre em Letras; padre mestre da ordem de São Domingos, provincial da província de Portugal; deputado do Santo Ofício de Coimbra; morador na freguesia de Mártires (Lisboa).

Vicente Álvares da Silva, mestre de campo de Auxiliares da comarca de Torres Vedras; em sua quinta, no lugar de Mouguelas, está a ermida de Nª Srª do Desterro e S. José: Dois Portos (Torres Vedras).

Vicente Aparício, instituiu albergaria em Sacavém: (Loures).

Vicente Dinis Pinheiro, ilustre em Armas; governador da ilha de S. Tomé: Nª Srª da Assunção da vila de Cascais (Cascais).

Vicente Domingues, almoxarife de Alenquer em 1278; juiz na demanda que correu entre a Coroa e Martim Botelho Vogado (vide) sobre uma adega que este havia feito no Feijoal: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Vicente Martins Flor da Rosa (D.), instituiu capela de Stª Vitória, de que é administrador D. Tomás da Silveira (vide): S. Lourenço (Lisboa).

Vila Flor (conde de), copeiro-mor; numas suas casas, um majestoso palácio com muita especialidade, no sítio de Palhavã, está o tribunal do Santo Ofício: S. Sebastião da Pedreira (Lisboa); excelentíssimo; proprietário da ermida de Nª Srª da Humildade, sita no lugar da Subserra: São João dos Montes (Vila Franca de Xira); padroeiro do convento de Nª Srª dos Anjos; nas suas casas está a ermida de Stº António: Sobral (Vila Franca de Xira).

Vila Nova (conde de), na sua quinta do morgado de Póvoa de Dom Martinho, está sita a ermida de Nª Srª da Piedade: Santa Iria de Azóia (Loures).

Vila Nova de Cerveira (visconde de), donatário de Enxara dos Cavaleiros; proprietário da ermida de S. Paulo, situada no paço das suas casas, que com o Terramoto de 1755 ficou caiu totalmente até aos alicerces: Enxara do Bispo (Mafra); padroeiro da ermida de Stª Susana e S. Lourenço: Fanga da Fé (Mafra); tem uma quinta em Mafra que tem vários pomares, vinha e uma mata notável, por onde passa o rio e aonde se costumam vir recrear as pessoas reais quando vêm à vila de Mafra; proprietário da ermida de Santo António que tem na sua quinta: Mafra (Mafra); padroeiro da igreja de S. Lourenço (Lisboa); descendentes dos primeiros provedores da casa e hospital do Espírito Santo: Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Vilhena (Monsenhor), proprietário de quinta em Pancas onde está a ermida de Nª Srª da Conceição: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

Vimieiro (conde de), proprietário das capelas do Pópulo e de S. Roque; a sua quinta é feita à imitação da fortaleza de Diu e onde há o privilégio de nela se não prender pessoa alguma: Alcoentre (Azambuja).

Vimioso (condes de), hoje marqueses de Valença; fundadores do convento do Santíssimo Sacramento: Santos-o-Velho (Lisboa).

Vitorino Roiz Preto, padre; proprietário da ermida da Senhora do Bom Sucesso, situada no imediato de suas casas, no lugar do Casal: Póvoa de Stº Adrião (Odivelas).

Vivaldo Pandulfo (D.), genovês, marido de Dona Inês Fernandes (vide): Santa Engrácia (Lisboa).

Vogados, fidalgos de Alenquer; foi da sua família um governador de Malaca; são mencionados na *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Góis (vide): Alenquer – S. Pedro (Alenquer).

Zacarias (frei), beato; santo; primeiro guardião do convento de S. Francisco de Alenquer para onde em 1613 se trasladaram os seus ossos; discípulo de S. Francisco (vide); deu-lhe a Infanta Santa Sancha (vide) uma ermida que está na origem do primeiro convento dos franciscanos que existiu em Portugal: Alenquer – S. Tiago (Alenquer).

DISTRITO DE SETÚBAL

Abrantes (duquesa de), os seus iates, tal como os de D. João de Lencastre (vide) e de Sua Majestade, estão na quinta da Barroca ou no lugar do Seixal, onde apenas se pode desembarcar quando a maré está seca: Arrentela (Seixal).

Afonso Caetano, na sua quinta está a ermida de S. João Baptista, no lugar de Pera da Cima: Costa da Caparica (Almada).

Afonso de Albuquerque, em seu testamento mandou se fizesse uma albergaria, instituindo morgado que hoje está na posse de Dona Madalena Mascarenhas (vide): São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Afonso de Lencastre (D.), marquês de Vale de Fontes; marido da marquesa de Vale de Fontes (vide); deitou a terceira pedra da capela da Santíssima Trindade, propriedade de Geraldo Hugens (vide); irmão de D. Luís de Lencastre (vide): Moita (Moita).

Afonso Elói Guerreiro de Aboim, fidalgo da casa de Sua Majestade; mestre de campo do terço auxiliar de Campo de Ourique; morador na vila de Aljuster; proprietário da quinta de Sanchares, com o título de Jesus, Maria José, com o orago de Nª Srª da Natividade; proprietário de *pego*, situado dentro da sua quinta de Sancheres, onde quem ele permite pode e costuma pescar com redes: S. Romão do Rio Sadão (Alcácer do Sal).

Afonso Garcia, doutor; casado; primeiro instituidor da ermida de Nª Srª da Vida, juntamente com sua esposa, Júlia Carvalha (vide), onde está sepultado: Alcochete (Alcochete).

Afonso Henriques (D.), rei de Portugal; mandou repovoar Tróia, ao longo do rio Sado, em 1170, em cujo sítio habitavam em cabanas os pescadores de Palmela: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Afonso Leitão, ilustre; de alcunha *Pernas de Aço*; homem de grandes forças que, segundo se afirma, trabalhava tanto no dia como sete homens, mas que também comia como dez; quando caçava não usava espingarda pois matava a caça grossa à pedrada: Stª Margarida da Serra (Grândola).

Afonso Pires, fundou capela particular existente há mais de duzentos anos na igreja paroquial de Amora (Seixal).

Afonso V (D.), rei de Portugal; o Africano; diz-se que quando se casou, em Alcácer do Sal, *se recebeo* nas casas dos Borjas (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

Afonso VI (D.), rei de Portugal; segundo a tradição, mandou um letreiro com a inscrição de *Villa Nova de Seixal*: Seixal (Seixal).

Alberto (conde), cativo em África que por intercessão de Santa Susana e Nª Srª das Graças foi, miraculosamente, libertado; o que tudo se acha retratado num painel do retábulo da capela-mor da ermida de S. Brás, onde se encontra também a mó a que o cativo estava preso: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Alcáçovas (senhor das), proprietário da quinta do Carvacho, onde está a ermida de S. Salvador: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Alexandre de Bragança (D.), arcebispo de Évora; foi seu coadjuctor D. Frei Manuel dos Anjos (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Alexandre III, papa; em 12 de Março de 1493 confirmou o Breve de Xisto IV (vide) sobre os privilégios da confraria de Nª Srª da Concórdia em nomear cura: Costa da Caparica (Almada).

Alexandre Severo, vestimenteiro; proprietário de quinta da Boa Vista onde está ermida de Nª Srª do Carmo: Arrentela (Seixal).

Álvaro Correia de Freitas Carreiro, ilustre em Armas; serviu no Brasil, como capitão de infantaria do Terço do mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco (vide); foi governador de Sergipe de El-Rei ao tempo de D. Vasco de Mascarenhas (vide), por patente de 4 de Dezembro de 1663; faleceu no morgado do Lousal, no termo da vila de Grândola, em 15 de Outubro de 1674; filho de Simão de Freitas Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Álvaro Correia de Freitas, ilustre em Armas; passou à Índia no ano de 1612 onde serviu muito anos ocupando vários postos até ao de capitão de mar-e-guerra da Coroa, faleceu na Índia em 1630; filho de Manuel de Abreu Freitas (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal); da vila de Alcácer do Sal; fez escritura da capela da Senhora do Rosário ao pároco de Torrão (Alcácer do Sal).

Álvaro de Carvalho, pai de Francisco Rombo de Carvalho (vide); casado com Mécia Gomes Rombo (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Álvaro Esteves, benfeitor da Misericórdia de Alhos Vedros (Moita).

Álvaro José Botelho de Távora, *excelentissimo*; segundo conde de S. Miguel; varão insigne nas Ciências; filho de D. Francisco Botelho (vide): Costa da Caparica (Almada).

Alvor (condessa de), proprietária da herdade de Famões: Sitimos (Alcácer do Sal).

Ana de Mendonça (Dona), ilustre; mãe do infante D. Jorge (vide) tendo sido o pai de seu filho o rei D. João II (vide); mestre das ordens de S. Tiago e S. Bento de Avis; senhor de Montemor, Abrantes e Torres Novas; foi feita comendadeira do real mosteiro de Santos-o-Novo da ordem de S. Tiago por D. Manuel (vide): Alhos Vedros (Moita).

Ana Francisca Xavier de Sousa (Dona), proprietária da ermida de Stº António da Olaia; viúva de Francisco Rosignol (vide): Corroios (Seixal).

André de Albuquerque, *grande*; foi capitão de infantaria do seu Terço, Manuel de Abreu Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

André Feio Guerreiro, na sua quinta está situada a ermida de S. Sebastião das Amoreiras, de que é padroeiro e que a vai reconstruindo depois do Terramoto: Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

André Velho Freire, fundou o colégio dos padres da Companhia de Jesus onde tem nobre sepultura na capela-mor: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Ângela Maria, ilustre em Virtudes; a quem frei António do Lumiar (vide) mandava comungar todos os dias e de quem escreveu a sua santa vida e exemplar morte; depois de morta cresceu a cera que assistia ao seu funeral e enterro: Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela); também chamada *mãe Ângela* pela vida religiosa e exemplares virtudes em que se exercitava; filha de lavradores, da freguesia de S. Pedro; vivendo na vila de Setúbal depois de enviuvar foi viver para a serra da Arrábida com o filho, clérigo do hábito de S. Pedro que foi servir de capelão ermitão da ermida de Bom Jesus: Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela); viúva de Luís da Mota (vide); de vida exemplar; durante muitos anos fez vida eremítica, na companhia do seu filho, o padre Francisco Xavier de Brito (vide); confessada de frei António do Lumiar (vide); depois de morta esteve três dias o seu corpo por enterrar, exposto na igreja, flexível, sem corrupção alguma mas com um odorífero cheiro, em cujos dias concorreu muita gente a vê-la: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

António (D.), Infante; comendador da ordem de S. Tiago: Corroios (Seixal).

António Cardim Fróis, ilustre; dizem que é notório que na Índia fez grandes proezas; governador de Moçambique, capitão-general na Índia: Torrão (Alcácer do Sal).

António da Costa Lima, padroeiro do convento dos Carmelitas Descalços: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

António da Silva, ilustre em Virtude; morreu em Marrocos juntamente com Simão de Freitas (vide): Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

António de Abreu Freitas. Ilustre em Armas; fez bons serviços na guerra da Aclamação do rei D. João IV (vide); almirante da frota que vinha do Rio de Janeiro de 1650 e que *brigou tão valerosamente com três navios inglezes que, principindo na dita briga pelas nove horas da manham junto à barra de Lisboa, foi acabar junto da noite entre Nossa Senhora do Cabo e Setubal, à vista da torre de Oitão*; filho de Sebastião de Abreu Freitas (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

António de Matos Cabral, doutor; benfeitor da Misericórdia de Alhos Vedros a quem deixou toda a sua fazenda, que vinculou em capela com missas quotidianas dois terços na igreja de Stº Cruz, num valor perto de 200.000 réis e outros anos mais, e um terço para o administrador: Alhos Vedros (Moita).

António de Melo e Castro, de alcunha o *Pescadinha*; foi proprietário quinta dos Loureiros onde está situada a ermida de S. Diogo: Arrentela (Seixal).

António do Lumiar (frei), venerável padre; do termo de Lisboa; confessor de Ângela Maria (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal); religioso arrábido; confessor Ângela Maria (vide) a quem mandava comungar todos os dias, de quem escreveu a exemplar santa vida e prodigiosa morte: Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

António Domingos de Sousa (D.), padroeiro do recolhimento de mulheres junto à ermida de Nª Srª da Soledade: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

António Ferreira da Luz, cirurgião a quem pertence a quinta das Cabaquinhas: Arrentela (Seixal).

António Guedes Pereira, secretário de Estado; na sua quinta está a ermida de Nª Srª dos Prazeres, no lugar de Morfacém: Caparica (Almada).

António Lobo de Araújo, na sua quinta está a ermida de Stª Bárbara, no lugar da Paulina: Costa da Caparica (Almada).

António Luís da Silva e Araújo, administrador da capela de Nª Srª da Piedade, situada na quinta do Baraxão: Moita (Moita).

António Pinto da Gaia, baptizado em Amora; capitão de granadeiros no Pará; serviu muito nas armadas da Coroa; pai de Dona Francisca da Gaia (vide); possuidor de morgado com quinta em Cheira Ventos: Amora (Seixal).

António Rodrigues Sil, carpinteiro; proprietário de fábrica de cal, telha e tijolo, juntamente com Jorge Rodrigues (vide); morador em Lisboa: Palhais (Barreiro).

António Roiz Justo, reverendo desembargador; na sua quinta está a ermida de Nª Srª da Conceição, no lugar de Outeiro: Caparica (Almada).

António Salema de Abreu, ilustre em Armas; capitão de cavalos; tenente-coronel do regimento de Campo Maior, com que serviu na guerra da Liga *com invensivel valor por cujos serviços despachou Sua Magestade a seu irmão* Rui Correia Lucas (vide); filho de Sebastião Salema Correia (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

António Salema, ilustre em Letras; um dos primeiros colegiais do colégio de S. Paulo, da Universidade de Coimbra, onde leu uma cadeira de Instituta; desembargador dos Agravos; governador do Rio de Janeiro e de S. Tomé; faleceu em 1586 e jaz em S. Francisco, na cidade de Lisboa; filho de Diogo Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

António Soares Ferreira, fidalgo da Casa Real; pai de frei Miguel Soares (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Arcos (condes dos), senhores do lugar de Torre; têm morgados e casas de solar no lugar de Caparica: Costa da Caparica (Almada).

Aulio Cornélio Palmula, senador romano que reedificou Palmela e lhe deu o nome: Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Aveiro (duque de), donatário de Barreiro (Barreiro); donatário de Sines, mas ao presente o é o marquês de Gouveia (vide): Sines (Sines); está em suas terras a capela de Nª Srª da Saúde: Montevil (Alcácer do Sal); no interior do seu palácio está a capela de Stº António: Palma (Alcácer do Sal); padroeiro do convento de Nª Srª da Arrábida; tem boa quinta: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal); está indevidamente na posse da coutada de Motrena: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Azevedos, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Baltasar da Fonseca Lemos, corregedor de Setúbal; casado com Dona Mariana Josefa Lobata (vide); pai do

padre João Baptista (vide): Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Baltasar de Alcácer (frei), ilustre em Virtudes; religioso franciscano que se passou para a Província da Piedade *aonde floresseu em tantas virtudes que no anno de mil quinhentos e sessenta e quatro fizeram preciosa a sua morte no convento de Val Verde*: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Barretos, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Bartolomeu Azedo, ilustre em Armas; natural de Palmela; oriundo das famílias nobres de Palmela; acompanhou D. Sebastião (vide) na jornada de África onde foi feito cativo e foi resgatado à sua custa; Filipe I (vide) fez-lhe várias mercês de hábito, comendas, bem como o ofício de escrivão da câmara de Palmela – S. Pedro (Palmela).

Bartolomeu Roiz Lucas, ilustre em Letras; desembargador da Casa da Suplicação; corregedor do crime da Corte; juiz dos cavaleiros; jaz na sua capela de Nª Srª da Piedade da igreja de Stº António dos Capuchos, de Lisboa; pai de Rui Correia Lucas (vide); filho de Rodrigo Anes Lucas (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Bartolomeu Xavier, oficial dos contos; proprietário da quinta do Ingres onde está situada a ermida de Stª Ana: Arrentela (Seixal).

Beatriz Gomes, benfeitora da Misericórdia de Alhos Vedros, tendo-lhe deixado os foros da Enxara dos Cavaleiros e duas propriedades na vila de Alhos Vedros e outros foros e rendimentos de pouca entidade: Alhos Vedros (Moita).

Bernardo António de Távora, filho de D. Francisco de Távora (vide); o rei D. João V (vide) fez-lhe mercê da Moita em 29 de Agosto de 1713, tendo tomado dela posse a 26 de Fevereiro de 1714: Moita (Moita).

Betaça (Dona), rainha da Grécia; segundo o auto de visitação de 1605 feito pelo desembargador Jácome Ribeiro de [Lira] (vide) e Fernão Velho de Azevedo (vide) foi ela quem mandou fazer a capela de Nª Srª das Salas e não D. Vasco da Gama (vide): Sines (Sines).

Borjas, família de Alcácer do Sal que se diz recebeu D. Afonso V (vide) quando este se casou, em Alcácer do Sal: Torrão (Alcácer do Sal).

Botelhos, família ilustre de Alhos Vedros (Moita).

Brás de Oliveira, capitão; marido que foi de dona Maria Tomásia (vide): Seixal (Seixal).

Brites (Dona), duquesa de Coimbra; esposa de D. Jorge (vide); fundou o mosteiro de S. João em 1529: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Cabrais, família de Setúbal; actuais padroeiros do convento de S. Francisco, por parte de Missia Lopes (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

Carlos (duque de Borgonha), foi seu camareiro do conselho, Vasco Queimado Vila Lobos (vide): São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Carqueija, alcunha de homem a quem pertencia a quinta do Outeiro: Arrentela (Seixal).

Castor (Santo), ilustre em Virtude: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

Catarina (Dona), rainha de Portugal; Rui Carreiro de Távora (vide) fez-lhe grandes serviços, bem como a seu marido, o rei D. João III (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Catarina (Santa), ilustre; sofreu martírio na vila de Sines, ao tempo de Domiciano (vide): Sines (Sines).

Catarina Cremer (Dona), na sua quinta está erigida a ermida de Nª Srª da Conceição; tem boa quinta: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Catarina Vaz Moreira, filha de Matias Vasques Moreira (vide); *finou na guerra pestinhosa* a 12 de Julho de 1453, com 20 ano, sendo *moça escossa*; sepultada na capela de S. Sebastião onde tem túmulo com inscrição: Moita (Moita).

Codinhos, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Coelhos, família de Palmela dos quais descende Jacinto de Melo (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Cristóvão Salema Correia, ilustre em Letras; tesoureiro-mor da Sé de Évora; inquisidor na cidade de Évora, onde faleceu em 1745, onde jaz no convento da Cartuxa; filho de Sebastião Salema Correia (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Cristóvão Salema, pai de Diogo Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Cunhas, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Daniela do Reis (frei), ilustre em Letras; religioso franciscano: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

Digo Rangel, desembargador; tem boa quinta: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Dinis (D.), rei de Portugal; segundo a tradição foi fundador da ermida de S. Brás: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Dinis de Melo, primeiro conde de Galveias; teve à sua ilharga, em todas as batalhas no Alentejo, Domingos Lobato Quinteiro (vide): Amora (Seixal).

Dinis Veloso de Cerqueira, capitão; proprietário de morgado que existe na quinta de Palhavã e que administra a ermida de Nª Srª dos Remédios: São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Diogo Carvalho Salema, ilustre em Armas; passou à Índia em 1594 onde era capitão de mar-e-guerra em 1604; filho de João Salema de Carvalho (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Diogo de Mendonça Furtado, ilustre; presidente da Mesa da Consciência: Alhos Vedros (Moita).

Diogo de Sousa (D.), arcebispo de Évora; foi seu coadjuctor D. frei Manuel dos Anjos (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Diogo de Sousa Messias, desembargador; proprietário de moinho: Seixal (Seixal); proprietário de moinho: Arrentela (Seixal).

Diogo Lameira, ilustre em Letras; desembargador do Paço ao tempo do rei D. Sebastião (vide); fidalgo da Casa de Sua Majestade, comendador de Santa Maria de Felgueiras em 1586; não casou, nem teve geração, tendo deixado os seus bens às Misericórdias de Setúbal, Lisboa e Alcácer; *comprou para sempre hum lugar de freire no convento da mesma villa, cujo lu-*

gar seria provido em huma parenta sua, pelo provedor de Mizericordia da mesma villa, na qual fez a capella dos Santos Reis Magos, no convento de S. Francisco, onde está enterrado juntamente com pai, mãe, irmãos e avós: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Diogo Manuel, cavaleiro do Hábito; assiste em Setúbal; proprietário de capela sita na quinta do Ouvidor onde está um altar com um retábulo com a imagem do Cristo Crucificado: Palma (Alcácer do Sal).

Diogo Martins, homem bom de Palmela; fundador, em 1461, juntamente com Rodrigo Afonso Reimão (vide), da ermida do Espírito Santo que está na origem da Santa Casa da Misericórdia: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Diogo Salema, ilustre em Letras; filho de Cristóvão Salema (vide);desembargador de Agravos; provedor-mor da saúde; governador de S. Tomé; do conselho do rei D. Henrique (vide); comendador da Conceição de Lisboa e de S. Salvador de Arouca, provido em 1583; instituidor de morgado encabeçado pela capela de Stª Maria da Graça de Setúbal; onde jaz enterrado com sua mulher e prima Dona Maria Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Diogo Salema, pai de António Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Domiciano, imperador romano; dizem escritores antigos que no seu tempo sofreu martírio em Sines, Santa Catarina (vide): Sines (Sines).

Domingos Lobato Quinteiro, baptizado e sepultado em Amora; morreu desembargador do Paço; sendo ouvidor de Beja *sempre se achou à ilharga de D. Deniz de Mello* (vide) em todas as batalhas ocorridas no Alentejo; irmão de João Lobato Quinteiro (vide) e de Francisco Lobato Quinteiro (vide); filho de Simão Lobato Quinteiro: Amora (Seixal); proprietário de quinta, considerada *a milhor*: Arrentela (Seixal).

Domingos Lobato Quinteiro, proprietário da ermida de S. João Baptista, no lugar de Cheira Ventos, fundada por seu bisavô Simão Lobato Quinteiros (vide): Amora (Seixal).

Domingos Maria Afonso, na quinta dos seus herdeiros está a ermida de Nª Srª do Carmo, no lugar de Silveira: Caparica (Almada).

Duarte (D.), rei de Portugal; foi seu escudeiro, criado e vassalo Vasques Moreira (vide): Moita (Moita).

Duarte Nunes (D. frei), ilustre; bispo de Laodiceia; da ordem dos pregadores: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Elias (D.), ilustre em Armas; fidalgo francês que entrou na tomada de Alcácer aos Mouros com o bispo D. Mateus (vide) em cuja empresa obrou grandes prodígios; apesar de não ser natural de Alcácer *esta terra foi o teatro em que obrou tantas maravilhas e ficou deixando descendencia*, como são os Salemas, os Correias e os Sousas, razões pelas quais deve ser enumerado entre os seus naturais: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Estêvão da Gama (D.), fundador do convento de religiosos capuchos da província da Arrábida; filho de D. Vasco da Gama (vide): Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Estêvão de Barredo; ilustre em Armas; cavaleiro: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Estêvão Martins Correia, ilustre em Armas; Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Feliciano Velho da Rocha, proprietário de moinho: Arrentela (Seixal).

Feliciano Velho Oldemberg, na sua quinta está a ermida de S. Miguel, no lugar de Vale de Rosal: Caparica (Almada).

Felicíssima (santa), ilustre em Virtudes; virgem e mártir; natural de Alcácer do Sal; padeceu martírio em 12 de Agosto de 269 juntamente com sua mãe, sendo festejada na cidade castelhana de Itálica: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Fernando Álvares Sardinha, ilustre em Armas; juntamente com seus irmãos, João Álvares Sardinha (vide), Pedro Álvares Sardinha (vide), Manuel Sardinha (vide) serviu com extraordinário valor nas armadas da costa da Mina e do Reino de Angola, durante 19 anos, na guerra contra os Holandeses, onde morreu; natural da vila de Palmela; filho de Damião Álvares (vide) e de Maria Sardinha (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Fernando Cabral, fundador da ermida de S. Pedro, situada nas terras de Pedro Álvares Cabral de Lacerda (vide); chanceler-mor do Reino: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Fernando de Castilho e Mendonça, cidadão nobre de Lisboa; numa sua quinta fundou o convento dos religiosos ermitas de Stº Agostinho, tendo princípio a fundação em 1660 e acabou em 1668: Caparica (Almada).

Fernando Xavier de Miranda Henriques, administrador de morgado que instituiu Diogo Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal); padroeiro do convento de S. Francisco, dos religiosos Observantes: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

Fernando Xavier de Miranda, padroeiro do convento de religiosas da ordem de S. Francisco: Alcácer do Sal – Stª Maria do Castelo (Alcácer do Sal); proprietário da ermida de S. João, situada na sesmaria de Gambia; enquanto assistiu em Setúbal tinha a ermida capelão: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Fernão Velho de Azevedo, prior que, juntamente com o desembargador Jácome Ribeiro de [Lira] (vide), em auto de visitação, mandou retirar as armas de D. Vasco da Gama (vide) da capela de Nª Srª das Salas: Sines (Sines).

Filipe (duque de Borgonha), foi seu camareiro do conselho, Vasco Queimado Vila Lobos (vide): São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Filipe I (D.), fez várias mercês a Bartolomeu Azedo (vide) e a Francisco Rombo de Carvalho (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Filipe III (D.), no seu tempo foram arrancadas e despedaçadas as Armas de Castela da fortaleza de S. Sebastião, também chamada de Torre Velha ou Torre dos Castelhanos: Costa da Caparica (Almada).

Francisca da Gaia (Dona), filha de António Pinto da Gaia (vide); mulher de Sebastião da Gama Lobo (vide); avó de Sebastião Xavier da Gama Lobo (vide): Amora (Seixal).

Francisca de Azambuja (Dona), fundadora do convento da Verderena; esposa de Luís Mendes de Vasconcelos (vide): Barreiro (Barreiro).

Francisco (D.), infante de Portugal; quis levar de Alcochete a imagem de S. João Baptista: *fazendo mil partidos a todo este povo*: Alcochete (Alcochete); quis levar para a Corte a imagem de Nossa Senhora dos Anjos não o tendo conseguido por ser *tal a tro. menta no Tejo que tornaram para trás*: Alhos Vedros (Moita).

Francisco Anes, ilustre; insigne na arte da náutica e pilotagem; viveu pelos anos de 1707: Santiago (Sesimbra).

Francisco António, padre, na quinta dos seus herdeiros está a ermida de Nª Srª dos Enfermos, no lugar de Azinhaga: Caparica (Almada).

Francisco Barroso de Faria, ilustre em Armas; grande jurista e de grande engenho; morreu aposentado como desembargador do Porto *por falta de vista que padesceo mais de quarenta e cinco anno*; por ordem de D. Pedro II (vide) acompanhou o seu irmão na guerra de 1704, na campanha da Beira, onde também foi soldado das guardas de corpo, voluntário e à sua custa: jaz sepultado na igreja do Espírito Santo de Lisboa, da congregação de S. Filipe de Neri; irmão de João Lobato Quinteiro (vide); filho de Francisco Lobato Quinteiro (vide); primo de Pedro da Coata Lobato (vide); neto de Simão Lobato Quinteiro (vide): Amora (Seixal).

Francisco Botelho (D.), ilustre em Armas e Letras; primeiro conde de S. Miguel; acabou o resto da sua vida heróica nesta freguesia *honde veio descançar das fadigas da guerra em que teve excelentes progressos*; conhecido na Corte de Madrid com o apelido de *Conde Erudito*; pai e Álvaro José Botelho de Távora (vide): Costa da Caparica (Almada).

Francisco Carneiro de Araújo, nas suas casas está ermida de Stº António, no lugar de Sobreda: Costa da Caparica (Almada).

Francisco Carreiro, fidalgo da Casa de D. Manuel (vide) e tronco dos Carreiros de Alcácer; pai de Rui Carreiro de Távora (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Francisco Carreiro, morreu com D. Sebastião (vide) em África; filho de Rui Carreiro de Távora (vide); irmão de Paulo Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Francisco de Borja (São), diz-se que a sua mãe, do morgado dos Castros, foi de Alcácer do Sal para Castela como Dama do Paço e lá casou com seu pai: Torrão (Alcácer do Sal).

Francisco de Magalhães, ilustre em Virtudes; venerável; da Companhia de Jesus; um dos 40 mártires que, juntamente com o padre Inácio de Azevedo (vide), padeceu martírio glorioso às mãos dos hereges calvinistas no dia 15 de Julho de 1570; filho de Sebastião de Magalhães (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Francisco de Távora (D.), conde de Alvor, o rei D. Pedro II (vide) fez-lhe mercê da Moita em 1681, da qual tomou posse em 9 de Fevereiro de 1692; pai de Bernardo António de Távora (vide): Moita (Moita).

Francisco Dias Zagalo, ilustre em Letras; fidalgo da Casa Real; desembargador da Casa da Suplicação ao tempo do rei D. João III (vide); enterrado em nobre sepultura no meio da igreja matriz da vila, onde está também enterrado o seu filho João de Sande (vide); faleceu em 3 de Abril de 1554: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Francisco Jorge, dos primeiros benfeitores da Misericórdia de Alhos Vedros que a *dotaram com mais liberalidade*, no ano de 1572, deixando-lhe toda a fazenda e várias pensões: Alhos Vedros (Moita).

Francisco Lobato Quinteiro, ilustre em Armas; capitão de infantaria em Setúbal, no tempo da Aclamação de D. João IV (vide); nascido, baptizado e sepultado em Amora; irmão de Domingo Lobato Quinteiro (vide) e João Lobato Quinteiro (vide); pai de João Lobato Quinteiro (vide) e de Francisco Barroso de Faria (vide): Amora (Seixal).

Francisco Lucas de Reboriedo Cardim, administrador da ermida de Stª Marta: Corroios (Seixal).

Francisco Manuel de Brito, da vila de Setúbal; diz-se que tem na sua posse moedas com a efígie dos imperadores romanos Nero (vide), Vespasiano (vide) e Tito (vide), sendo que numa está figurado Nero debaixo dos pés de Vespasiano, e este segurando o punhal com que o tinha morto: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Francisco Pinto, na sua quinta de Coina a Velha está erigida a ermida de Stº Amaro: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Francisco Rombo de Carvalho, ilustre em Armas; natural de Palmela; cavaleiro da ordem de Santiago; filho de Álvaro de Carvalho (vide) e de Mécia Gomes Rombo (vide); acompanhou D. Sebastião (vide) na jornada de África onde foi feito cativo de onde foi resgatado; fez-lhe D. Filipe I (vide) mercê do hábito de Santiago e uma comenda da mesma ordem: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Francisco Rosignol, marido que foi de Ana Francisca Xavier de Sousa (vide): Corroios (Seixal).

Francisco Xavier de Brito, padre, clérigo presbítero do hábito de S. Pedro; de vida exemplar; filho de Ângela Maria (vide) com quem fez via eremítica durante muitos anos; filho de Luís da Mota (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Fruela (D.), rei de Leão; conquistou Tróia aos Mouros em760: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Fuzeiros, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Gabriel de Lencastre (D.), duque de Aveiro; último comendador de Sesimbra: Santiago (Sesimbra); é público que lhe foram entregues uns pergaminhos que continham privilégios, antiguidades ou coisas dignas de memória de Torrão (Alcácer do Sal).

Gamita, fundou moinho: Setúbal – Stª Maria da Graça (Setúbal).

Gaspar Coelho, padre; doutor; ilustre em Letras e Virtudes; graduado em Teologia e em Cânones; foi para o reino de Malaca em 1504, juntamente com o seu primo, o padre Luís da Cruz (vide), onde padeceu martírio em 1508: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Gaspar de Campos Barreto, fidalgo de Sua Majestade; pai de Dona Teresa Rosa (vide); casado com Dona Madalena Maria de Correia Proença (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Gaspar de Moura Ferreira, ilustre em Armas; natural de Palmela e da nobreza da mesma; serviu com grande valor no Estado da Índia; foi piloto-mor da carreira da Índia; teve mercê do hábito de Santiago com sua comenda: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Gaspar Luís Branco, antigo prior de Palmela – S. Pedro (Palmela).

George da Padilha (D. frei), ilustre; bispo de Cittaducale; da ordem dos pregadores: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Geraldo Hugens, flamengo; proprietário da quinta de Esteiro Furado onde está situada a capela da Santíssima Trindade, iniciada em Julho de 1629, tendo deitado a primeira pedra D. Jorge de Lencastre (vide), a segunda a marquesa de Val de Fontes (vide), a terceira o marquês D. Afonso de Lencastre (vide), a quarta D. Luís de Lencastre (vide), a quinta frei João de Lencastre (vide): Moita (Moita).

Gil Fernandes de Carvalho (D.), mestre; foi com Rui Pires Correia (vide) a Aragão: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Gomes Freire de Andrade, foi substituído no lugar de governador, muitas vezes, por Patrício Manuel (vide): Amora (Seixal).

Gonçalo Neto, ilustre em Armas; matou o Xemim de Catão: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal); isto é referido por Fernão Mendes Pinto pelo que *dei-se-lhe o credito que merece o seu* author: Setúbal – Stª Maria da Graça (Setúbal).

Gouveia (marquês de), donatário de Sines no presente, sendo que o seu proprietário é o duque de Aveiro (vide): Sines (Sines).

Gregório Lourenço, fundador e proprietário de capela situada na sua quinta, no lugar de Cheira Ventos, com faculdade do primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida (vide):Amora (Seixal).

Gualter de Andrade Rua, conselheiro da Fazenda; fez o regimento do Tribunal da Junta da Repartição do Sal: Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Henrique (D.), cardeal-rei; foi seu esmoler João de Sande (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Henrique de Andreia, arcediago; na sua quinta está a ermida de S. João, no lugar de Varge: Costa da Caparica (Almada).

Henrique Henriques de Maia, vigário geral da vila de Setúbal: Santiago (Sesimbra).

Hortas, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Inácio de Azevedo, padre; um dos 40 mártires que, juntamente com o venerável Francisco de Magalhães (vide), padeceu martírio glorioso às mãos dos hereges calvinistas no dia 15 de Julho de 1570: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Inácio Feliz Rouxinol, proprietário de quinta: Arrentela (Seixal).

Isabel (Rainha Santa), segundo a tradição a imagem de Nª Srª da Vida foi do seu santuário para Alcochete (Alcochete).

Isabel Gomes (Dona), em 1472, com os demais moradores, recorreu ao papa Xisto V (vide) para colocar pia baptismal na ermida de Stª Maria do Monte e elegerem cura; viúva de Pedro Gonçalves Malafaia (vide): Caparica (Almada).

Jacinto de Melo, frade graciano e depois clérigo; fundou o convento dos Agostinhos; filho de Manuel Coelho de Melo (vide); descendente dos Coelhos (vide), de Palmela: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Jácome de Lima, pai de Teresa Isabel de Lima (vide): Corroios (Seixal).

Jácome Ribeiro de [Lira], desembargador que, juntamente com o prior Fernão Velho de Azevedo (vide), em auto de visitação, mandou retirar as armas de D. Vasco da Gama (vide) da capela de Nª Srª das Salas: Sines (Sines).

Januário (São), o primeiro entre os *insignes* em Virtudes; *hum dos seus primeiros bispos*; assistiu ao concílio Eliberitano, pelos anos 300: foi sua firma *Januarius episcopus salariencis*; padeceu martírio no dia 7 de janeiro com seus companheiros: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Jerónimo de Brito e Melo (D. Frei), ilustre em Armas; natural de Palmela; professo na ordem de Malta; filho de Pedro Coelho Cardoso (vide) e de Dona Maria de Melo (vide); comendador de Vera Cruz; balio de Leça; governador do priorado do Crato; governador das Armas de Setúbal: Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela); fundador da ermida de S. João Baptista, que em 1758 serve de matriz por estar a igreja arruinada: Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Jerónimo Leite de Vasconcelos, em suas casas está a ermida de S. Jerónimo, no lugar de Trafaria: Costa da Caparica (Almada).

Jerónimo Pantojo, proprietário da quinta da Torre: Sitimos (Alcácer do Sal).

João António da [Lança] Pereira, morador na vila do Torrão; proprietário da ermida ou capela de Nª Srª da Esperança, situada na herdade da Quinta Nova: S. Romão do Rio Sadão (Alcácer do Sal).

João Álvares Sardinha, ilustre em Armas; juntamente com seus irmãos, Fernando Álvares Sardinha (vide), Pedro Álvares Sardinha (vide), Manuel Sardinha (vide) serviu com extraordinário valor nas armadas da costa da Mina e do Reino de Angola durante 19 anos na guerra contra os Holandeses; natural da vila de Palmela; filho de Damião Álvares (vide) e de Maria Sardinha (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

João Baptista, ilustre; padre, mestre da congregação de S. Filipe de Néri; regente dos estudos no real convento de Nª Srª das Necessidades de Lisboa; escreveu *Philozofia aristotelica restituta et illustrata*; filho de Baltasar da Fonseca Lemos (vide) e de Dona Mariana Josefa Lobata (vide); nascido e baptizado em Setúbal – S. Julião (Setúbal).

João Cardim, ilustre em Virtudes; padre da Companhia de Jesus; uns dizem que é natural de Viana *par de Evora* outros dizem que é de Torre de Moncorvo; tem três irmãos ou parentes que também floresceram em Virtude: Torrão (Alcácer do Sal).

João Cardoso Castelo (D.), arcebispo de Lacedemónia; colou o primeiro vigário de Moita (Moita).

João Cardoso Teles, os seus herdeiros são proprietários da quinta de Stº António onde está a ermida de Stº António: Arrentela (Seixal).

João Coelho (frei), natural de Palmela, freire da ordem de Aviz; fidalgo da Casa de Sua Majestade; trouxe de Roma custódia de prata e três relíquias de três ossos de S. Sebastião, S. Fabião e S. Brás, que lhe foram dadas pelo papa Júlio III (vide) juntamente com a bula, que estão na igreja Misericórdia: Palmela – S. Pedro (Palmela).

João Correia Lucas, pai de Manuel de Abreu Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

João da Costa (frei), ilustre; venerável padre; morreu mártir no Japão: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

João da Costa, padre; subdiácono em 1630 quando se disse a primeira missa na capela da Santíssima Trindade, propriedade de Geraldo Hugens (vide): Moita (Moita).

João de Brito Salema de Reboredo Carreiro, administrador do grande morgado instituído por Vasco Correia Salema (vide); administrador de morgado instituído por Paulo Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

João de Castro (D.), *famozo* vice-rei da Índia; discípulo de Pedro Nunes (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

João de Deus, médico; morador na vila de Setúbal; padroeiro e proprietário da ermida ou capela de Nª Srª do Rosário, situada na herdade de Rio de Arcos: S. Romão do Rio Sadão (Alcácer do Sal).

João de Eça (D.), padroeiro da capela de Stª Catarina: Torrão (Alcácer do Sal).

João de Lencastre (D.), proprietário de quinta; os seus iates, tal como os da duquesa de Abrantes (vide) e de Sua Majestade, estão na quinta da Barroca ou no lugar do Seixal, onde apenas se pode desembarcar quando a maré está seca: Arrentela (Seixal).

João de Lencastre (frei), religioso de Stº Agostinho; deitou a quinta pedra da capela da Santíssima Trindade, propriedade de Geraldo Hugens (vide): Moita (Moita).

João de Sande, arcediago do bago da Sé de Évora; esmoler do cardeal rei D. Henrique (vide); filho de Francisco Dias Zagalo (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

João de Sousa, padre; na casa dos seus herdeiros está a ermida de S. João Baptista, no lugar de Fonte Santa: Caparica (Almada).

João Fernandes Barregão, prior de Nª Sª do Castelo de Alcácer; visitou o paço do grão-mestre D. Jorge (vide) em Dezembro de 1565, juntamente com D. Rodrigo de Meneses (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

João Galvão Castelo Branco, proprietário de moinho: Arrentela (Seixal); Seixal (Seixal).

João Guedes Pereira, *ilustríssimo*; na sua quinta está a ermida de Nª Srª da Conceição, no Sítio da Cova: Caparica (Almada).

João Guedes Pereira, monsenhor; ilustríssimo; administrador do hospital de Seixal (Seixal).

João I (D.), rei de Portugal; até ao seu tempo Alhos Vedros *foi* grande, altura em que tinha *outocentos e tantos moradores*: Alhos Vedros (Moita).

João II (D), marido de Dona Leonor (vide): Alcochete (Alcochete); foi do seu Conselho, Pedro Gonçalves Malafaia (vide): Caparica (Almada); pai de D. Jorge (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal); Alhos Vedros (Moita); Rui Carreiro de Távora (vide) fez-lhe grandes serviços, bem como a sua mulher Dona Catarina (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

João III (D.), rei de Portugal; no seu tempo foi desembargador da Casa da Suplicação, Francisco Dias Zagalo (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

João IV (D.), rei de Portugal; concedeu privilégio de feira franca de quatro dias a Palmela – S. Pedro (Palmela); deram-se os primeiros vivas à sua Aclamação na quinta do Anjo, pertença de D. Manuel de Sousa Coelho (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela); na sua guerra da Aclamação fez-lhe bons serviços António de Abreu Feita (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal); Pedro de Mendonça Furtado (vide) foi um dos quarenta fidalgos que foram *motores* da sua aclamação: Alhos Vedros (Moita).

João Lobato Quinteiro, ilustre em Armas; do Conselho de D. João V (vide); Conselheiro da fazenda; cavaleiro da ordem de Cristo; juiz do tombo da Coroa da vila de Santarém, onde faleceu e jaz sepultado na capela dos Terceiros de S. Francisco de Santarém; acompanhou D. Pedro II (vide) na guerra de 1704, na campanha da Beira, de quem foi muito *asseito*, e a quem acompanhou na Corte e nela foi soldado das guardas do corpo; desembargador do Porto; filho de Francisco Lobato Quinteiro; neto de Simão Lobato Quinteiro (vide); irmão de Francisco Barroso de Faria (vide); primo de Pedro da Costa Lobato (vide): Amora (Seixal).

João Lobato Quinteiro, ilustre em Armas; natural de Amora e nela baptizado e sepultado; morreu aos vinte e cinco anos de idade, em que fez acções de grande valor; foi capitão de infantaria na praça de Almeida, onde serviu nas guerras da Aclamação; irmão de Domingos Lobato Quinteiro (vide) e de Francisco Lobato Quinteiro (vide); filho de Simão Lobato Quinteiro (vide): Amora (Seixal).

João Martins Serrão, ilustre em Armas; *governou os cidadões e era cabo dos cavaleiros de Alcacere no*

anno de 1300: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

João Pinheiro (frei), ilustre em Virtude; religioso dominicano: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

João Rodrigues Gorelho, escrivão da câmara da vila de Palmela que, enlouquecendo, queimou grande parte do cartório da câmara: Palmela – S. Pedro (Palmela).

João Rodrigues Roxo, ilustre em Armas: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal); faz-lhe referência nas suas *Epanáforas*, D. Francisco Manuel de Melo: Setúbal – Stª Maria da Graça (Setúbal).

João Salema de Carvalho, fidalgo da Casa Real; pai de Diogo Carvalho Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

João V (D.), rei de Portugal; fez-lhe requerimento o pároco de Monte, Manuel Antunes de Matos (vide) para mandar fazer igreja de Nª Srª do Monte, a qual foi a primeira que mandou fazer em Portugal, principiando a 10 de Abril de 1752 e acabando em 4 de Maio de 1754: Monte [Val de Guizo] (Alcácer do Sal); foi do seu Conselho João Lobato Quinteiro (vide); Francisco Lobato Quinteiro (vide) foi capitão de infantaria em Setúbal no tempo da sua Aclamação: Amora (Seixal); nomeou capelão da ermida de Nª Srª dos Prazeres o padre Macário José Ferreira Nabo (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

João Velho, proprietário de moinho: Seixal (Seixal).

João Xavier da Cunha Dessa, morador na vila de Alcácer do Sal; proprietário da ermida de Stª Ana, situada na sua quinta do Cónego: S. Romão do Rio Sadão (Alcácer do Sal).

João; ilustre em Letras; mestre; religioso paulista; compôs vários volumes de Teologia e de Sermonários: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Joaquim de Jesus Maria José (D.), ilustre em Virtudes; cavaleiro da ordem de S. Tiago; depois de estudar na Universidade de Évora *com avultado aproveitamento, bem patrimoniado de bens da terra* entrou para a ordem Cartuxa, onde foi prior; faleceu em Abril de 1742 *mais cheio de Virtudes que de anos*: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Joaquim Ribeiro de Macedo, capitão; na sua quinta está a ermida de Nª Srª do Bom Sucesso, no lugar de raposeira: Caparica (Almada).

Jorge (D.), grão-mestre; junto ao seu paço, a que chamam o Castelo, fica a igreja matriz de Torrão; o seu paço do Castelo foi visitado em 1563 por D. Rodrigo de Meneses (vide) e por João Fernandes Barregão (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

Jorge, ilustre em Virtudes; beatificado na Ordem de S. Domingos: Vale de Santiago – Santa Catarina (Santiago do Cacém).

Jorge (D.), Infante; filho de Dona Ana de Mendonça (vide) e de D. João II (vide); mestre da ordem de S. Tiago e da ordem de S. Bento de Avis; senhor de Montemor, Abrantes e Torres Novas; passou provisão em 12 de Abril de 1514 para que as povoações do Lavradio, Barreiro, os Verderanos, Telha Palhais e Mouta fossem assistir à festividade de Nossa Senhora dos Anjos *na forma antiga com cruzes, cirios e fogaças em honra da Senhora em memoria* do dia e triunfo da vitória sobre os Mouros em 1148: Alhos Vedros (Moita); grão-mestre da ordem de Santiago; juntamente com sua mulher, Dona Brites (vide) fundou o mosteiro de S. João em 1529; deu igreja do Espírito Santo onde se fundou a Misericórdia de Setúbal; mandou vedar o rio Arcão de frutas e madeiras: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Jorge da Encarnação (frei), ilustre; padre, mestre de S. Domingos; regente de estudos na sua província; morador no convento de Lisboa; filho de José Rodrigues Lobo; nascido e baptizado em Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Jorge de Cabedo de Vasconcelos, ilustre em Letras; desembargador do Paço; moço fidalgo da Casa de Sua Majestade; compôs a primeira e segunda partes de *Alegações Jurídicas*; filho de Miguel de Cabedo (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Jorge de Cabedo e Vasconcelos, ilustre em Armas; foi capitão de cavalos e coronel de infantaria pago de um dos regimentos da Província do Minho *portando-se em todas as ocazioens bélicas com valoroso animo, igual ao seu nascimento*; neto ou bisneto de Jorge de Cabedo de Vasconcelos (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Jorge de Lencastre (D.), duque de Torres Novas; deitou a primeira pedra da capela da Santíssima Trindade, propriedade de Geraldo Hugens (vide): Moita (Moita).

Jorge de Sousa, proprietário, juntamente com seus herdeiros, de moinho de água salgada, que dizem é morgado; o qual está caído pelo Terramoto: Palhais (Barreiro).

Jorge Rodrigues, pedreiro; proprietário de fábrica de cal, telha e tijolo, juntamente com António Rodrigues (vide); morador em Lisboa: Palhais (Barreiro).

José Borges de Brito, proprietário de quinta: Arrentela (Seixal).

José de Melo (D.), arcebispo de Évora; foi seu coadjuctor D. frei Manuel dos Anjos (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

José de Meneses (D.), senhor de quinta, que é lugar, onde há cinco fogos e a ermida do Bom Jesus: Caparica (Almada).

José de Meneses e Távora (D.), *excelentissimo*; governador da fortaleza de S. Sebastião: Caparica (Almada); padroeiro do convento de religiosas da Província da Arrábida: Caparica (Almada).

José de Noronha (D.), nas suas casas está a ermida de Nª Srª da Piedade, no lugar de Fonte Santa: Caparica (Almada).

José de Oliveira Brandão, alferes; fundador da ermida de Stº António, no lugar da Fonte da Prata: Amora (Seixal).

José Duarte da Silva, padre; nas suas casas está a ermida de Nª Srª da Conceição, no lugar da Trafaria: Caparica (Almada).

José Feliz da Cunha, administrador da capela de S. Sebastião; administrador da capela de Nª Srª dos Matos: Alcochete (Alcochete); Samouco (Alcochete); administrador da ermida de Nª Srª da Anunciada: Arrentela (Seixal).

José I (D.), rei de Portugal; mandou fazer uma grande cavalariça junto aos muros da quinta do palácio em forma de castelo: Palma (Alcácer do Sal).

José Monteiro de Sousa, proprietário de quinta: Arrentela (Seixal).

José Rodrigues Lobo, pai de frei Jorge da Encarnação: Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Júlia Carvalha, primeira instituidora da ermida de Nª Srª da Vida, juntamente com seu marido, o doutor Afonso Garcia (vide); está sepultada na ermida de Nª Srª da Vida: Alcochete (Alcochete).

Juliana de Castro (Dona), padroeira da capela-mor da igreja do convento dos religiosos do Carmo Calçados: Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Júlio III, papa; deu bula e três relíquias a frei João Coelho (vide) que estão na igreja da Misericórdia: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Justa Rodrigues, ama do rei D. Manuel (vide); padroeira do convento de religiosas de Jesus: Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Leonor (Dona), rainha de Portugal; esposa de D. João II (vide); deu a igreja de Nª Srª da Sebonha aos frades recoletos para seu convento: Alcochete (Alcochete).

Leonor Duarte, benfeitora da Misericórdia de Alhos Vedros, deixando-lhe duas marinhas pequenas, umas quatro vinhas, quatro courelas de pinhal e duas moradas de casas: Alhos Vedros (Moita).

Leonor Inácia, mãe de frei Pedro de São Tomás (vide); esposa de Manuel Dias (vide): Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Lobatos, família antiquíssima de Amora, todos baptizados e sepultados no seu próprio jazigo, com solar na quinta de Cheira Ventos, de onde têm saído para todo o serviço real na Índia, Paço e Reino, desde o reinado de D. João V: Amora (Seixal).

Lopo de Lagares Pessanha, ilustre em Letras; ouvidor geral na Índia aonde vivia em 30 de Outubro de 1646; filho de Pedro Freire (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Lopo Esteves Correia, ilustre em Armas; Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Lourenço Anes de Silves, ilustre em Armas; cavaleiro: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Lourenço da Piedade (D. frei), ilustríssimo; da ordem dos menores da província de Stº António; bispo do Funchal e de Elvas: São Lourenço de Azeitão (Setúbal).

Lourenço Pires de Távora, por sua devoção, generosidade, zelo e expensas foi feito o convento dos religiosos da Província da Arrábida, fundado em 1558: Caparica (Almada).

Lourenço Pires Távora, residiu em Monte de Caparica; famoso nas acções da guerra, tal como os ilustríssimos descendentes a quem os genealógicos chamam os Távoras de Caparica, onde conservam morgado e sempre tiveram domicílio com o governo da fortaleza de S. Sebastião: Caparica (Almada).

Luís (D.), Infante de Portugal; filho do rei D. Manuel (vide); discípulo de Pedro Nunes (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Luís (frei),ilustre em Virtudes; leigo capucho que faleceu com *extremos, com signaes de predestinado*: Torrão (Alcácer do Sal).

Luís da Cruz, padre; religioso capucho; padeceu martírio em 1508, no reino de Malaca, para onde foi em 1504 juntamente com o padre Gaspar Coelho (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Luís da Cunha de Eça, na sua quinta está a ermida de Nª Srª da conceição, no lugar de Portinho da Costa: Caparica (Almada).

Luís da Mota, mestre pintor; marido de Ângela Maria (vide); pai do padre Francisco Xavier (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Luís de Lencastre (D.), deitou a primeira pedra da capela da Santíssima Trindade, propriedade de Geraldo Hugens (vide); irmão de D. Afonso de Lencastre (vide): Moita (Moita).

Luís de Lencastre (D.), ilustre; foi conde de Vila Nova: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Luís de Noronha (D.), *excelentissimo principal*; na quinta que foi sua está a ermida de Nª Srª da Conceição, no lugar de Val de Figueira: Caparica (Almada).

Luís de Portugal e Gama (D.), na sua casa anda o padroado do convento dos religiosos capuchos da província da Arrábida; nas suas terras está a ermida de Stº António a quem pertence também o seu cuidado: Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Luís Guedes de Miranda, marido que foi de Dona Madalena Mascarenhas (vide): São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Luís Mendes de Vasconcelos, marido de Dona Francisca de Azambuja (vide): Barreiro (Barreiro).

Macário José Ferreira Nabo, padre; capelão da ermida de Nª Srª dos Prazeres posto por D. João V (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Madalena Maria de Correia de Proença (Dona), mãe de Dona Teresa Rosa (vide); casada com Gaspar de Campos Barreto (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Madalena Mascarenhas (Dona), proprietária do morgado instituído por Afonso de Albuquerque (vide); viúva de Luís Guedes de Miranda (vide): São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Manuel (D.), rei de Portugal; deu foral a Sines em 1 de Julho de 1512: Sines (Sines); no seu tempo teve princípio a Misericórdia de Almada (Almada); em Alcochete; deu foral a Alcochete (Alcochete); concedeu foral a Palmela – S. Pedro (Palmela); fez comendadeira perpétua do real mosteiro de Santos-o-Novo a Dona Ana de Mendonça (vide): Alhos Vedros (Moita); foi sua ama Justa Rodrigues (vide): Setúbal – S. Julião (Setúbal); pai do infante D. Luís (vide); foi fidalgo da sua casa Francisco Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal); segundo a tradição erigiu a ermida de Nª Srª da Conceição para nela ouvirem missa os oficiais e mestrança *da primeira Ribeira das Naos*: Seixal (Seixal).

Manuel António, na sua quinta está erigida a ermida de Nª Srª da Penha de França: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Manuel Antunes de Matos, pároco de Monte que fez requerimento a D. João V (vide) para mandar fazer a igreja de Nª Srª do Monte no largo do monte, por estar a original arruinada e situada na aba do mesmo monte: Monte [Val de Guizo] (Alcácer do Sal).

Manuel Barbosa Torres, na sua quinta está a ermida de Nª Srª da Estrela, no lugar de Casas Velhas: Costa da Caparica (Almada).

Manuel Barrocas Aguio, ilustre em Armas; natural de Palmela e das nobres famílias dela; serviu com grande valor em várias armadas e na restauração do Rio de Janeiro e nas fronteiras do Alentejo nas guerras da Aclamação de D. João IV (vide); foi provido no posto de governador das praças de Campo Maior e Ouguela, com hábito e comenda: Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Manuel Caiado (Frei), na quinta que foi sua está a ermida de S. João Baptista, no lugar de Vale: Costa da Caparica (Almada).

Manuel Coelho de Melo, pai de frei Jacinto de Melo (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Manuel Correia de Freitas e Abreu Carreiro, capitão-mor de Alcácer; administrador do morgado de Lousal, instituído por seu bisavô Álvaro Correia de Freitas Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Manuel da Costa Cruz, cónego; fundador e administrador da ermida de Nª Srª da Purificação, situada na sua quinta: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Manuel da Costa Cruz, ilustre; doutor; cónego da basílica de Stª Maria Maior, grande teólogo; filho de Manuel da Costa Cruz (vide) e de Francisca Josefa (vide): Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Manuel da Costa Cruz, pai de Manuel da Costa Cruz (vide); marido de Francisca Josefa (vide): Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Manuel da Costa Fragoso, natural de Amora, cavaleiro da ordem de Cristo; tenente-coronel de cavalos no regimento de Serpa; esteve servindo como governador de Beja: Amora (Seixal).

Manuel da Cruz (frei), ilustre em Virtudes; capucho arrábido; morador no convento de Alferrara, onde está o seu corpo sepultado; obrou muitos prodígios em vida e depois de morto tem obrado muitos milagres: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Manuel de Abreu Freitas, fidalgo da Casa Real; pai de Álvaro Correia de Freitas (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Manuel de Abreu Salema, ilustre em Armas; serviu na guerra da Aclamação com o posto de capitão de infantaria do terço de André de Albuquerque (vide), por cujos serviços se despachou seu sobrinho, Sebastião Salema Correia (vide); filho de João Correia Lucas (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Manuel de Aguiar, ilustre em Letras; natural de Alcácer do Sal; lente de Instituta na Universidade de Coimbra no tempo dos Filipes; faleceu em Coimbra: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Manuel de Almeida e Silva, na sua quinta está a ermida de S. Gonçalo, no lugar de Fonte Santa: Costa da Caparica (Almada).

Manuel de Assis Mascarenhas (D.), conde de Óbidos; donatário de Palma (Alcácer do Sal).

Manuel de Brito e Sampaio, ilustre em Armas; sargento-mor de cavalaria *que também nas ocaziõens belicas soube desempenhar o valeroso animo Luzitano*: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Manuel de Oliveira, tabelião; foi proprietário da quinta do Castelo Picão onde está anexa a ermida de S. João e que hoje pertence aos seus herdeiros: Arrentela (Seixal).

Manuel de Sousa Coelho (D.), chamado o *Calhariz*; proprietário da quinta do Anjo, onde está situada a ermida de Nª Srª da Redenção, onde também se deram os primeiros vivas à Aclamação de D. João IV (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Manuel Dias, pai de frei Pedro de São Tomás (vide); marido de Leonor Inácia (vide): Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Manuel dos Anjos (D. frei), ilustre em Virtudes; religioso franciscano *aonde ocupou os maiores lugares e exercitou tantos actos de Virtude e Relligião*; eleito bispo de Fez; coadjuctor dos arcebispos de Évora, D. Alexandre de Bragança (vide), D. José de Melo (vide) e D. Diogo de Sousa (vide); deputado da Inquisição na cidade de Évora; jaz na capela-mor do convento da cidade de Évora em honorífica sepultura e com epitáfio; faleceu em 28 de Setembro de 1634: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Manuel Gomes de Carvalho e Silva, tenente general de artilharia; padroeiro do altar do Senhor dos Passos e Nª Srª do Rosário: Santiago (Sesimbra).

Manuel Lopes de Oliveira, desembargador do Paço; foi administrador da capela da Santíssima Trindade, propriedade de Geraldo Hugens (vide): Moita (Moita).

Manuel Martins, recuperou a ermida de Nª Srª das Necessidade de 1748 a 1750: São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Manuel Sardinha, ilustre em Armas; juntamente com seus irmãos, Fernando Álvares Sardinha (vide), Pedro Álvares Sardinha (vide), Manuel Sardinha (vide) serviu com extraordinário valor nas armadas da costa da Mina e do Reino de Angola durante 19 anos na guerra contra os Holandeses, onde morreu; natural da vila de Palmela; filho de Damião Álvares (vide) e de Maria Sardinha (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Marcos José de Noronha (D.), conde; *excelentissimo*; criou-se e assistiu nesta freguesia até ao tempo em que foi eleito governador das Províncias da América; Vice-rei da Baía que exerce com *inimitavel dezinteresse, prudencia e virtude rara*; filho de D. Tomás de Noronha e Brito (vide): Caparica (Almada).

Marecos, família ilustre de Alhos Vedros (Moita).

Margarida Gomes Pedreira da Maia, benfeitora da Misericórdia de Alhos Vedros (Moita).

Maria (Dona), proprietária de quinta: Arrentela (Seixal).

Maria da Assumpção, ilustre em Virtude; religiosa terceira de S. Francisco: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

Maria de Guadalupe (Dona), ilustre; duquesa de Aveiro: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Maria de Melo (Dona), casada com Pedro Coelho Cardoso (vide); mãe de D. Jerónimo de Brito e Melo (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Maria Palha (Dona),padroeira do convento da Verderena: Lavradio (Barreiro).

Maria Pinta, instituiu o convento de religiosas de Stª Clara, com a invocação da Senhora da Graça, na capela de Santa Marta, onde vivia, juntamente com outra beata: Torrão (Alcácer do Sal).

Maria Salema (Dona), esposa de Diogo Salema (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Maria Tomásia (Dona), proprietária de quinta; viúva de Brás de Oliveira (vide): Seixal (Seixal).

Marialva (marquês de), obrigado a jugada: Corroios (Seixal).

Mariana Josefa Lobata (Dona), casada com Baltasar da Fonseca Lemos (vide); pai do padre João Baptista (vide): Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Martinho de Stª Marta (frei), fundador do convento de Nª Srª da Arrábida, juntamente com S. Pedro de Alcântara (vide): São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Mateus (D.), bispo que tomou Alcácer aos Mouros, juntamente com D. Elias (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Mécia Gomes Rombo, mãe de Francisco Rombo de Carvalho (vide); casada com Álvaro de Carvalho (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Melícia [Fernandes], ilustre em Virtude: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

Mem Gonçalves Salema, pai de Vasco Correia Salema: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Mendes, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Mendo Seabra, fundador do convento dos religiosos ermitas de S. Paulo, no lugar de Casalinho da Rosa: Costa da Caparica (Almada).

Mendonças, fidalgos da Cova que enviaram da Índia a imagem do Senhor dos Passos: Alhos Vedros (Moita).

Miguel de Cabedo, ilustre em Letras; desembargador dos Agravos; pai de Jorge de Cabedo de Vasconcelos: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Miguel de Castro (D.), arcebispo de Lisboa; aprovou compromisso em 1570 que diz que a igreja de Corroios é de tempo imemorial: Corroios (Seixal).

Miguel de Távora (D. frei), acrescentou a cerca ao convento das religiosas de Stª Clara; concedeu sacramento à capela do hospital: Torrão (Alcácer do Sal).

Miguel Gonçalves de Aguiar, aos seus herdeiros, assistentes em Lisboa, pertencem a ermida de Stº António: Moita (Moita).

Miguel João Botelho de Távora, mestre de campo general com o governo das Armas da Província do Minho; baptizado em Caparica (Almada).

Miguel Soares (frei), ilustre em Letras; frade de S. Jerónimo e prior no convento de Évora onde faleceu em 20 de Dezembro de 1660; *teve grande instrução da Hestoria sagrada e profana*; filho de António Soares Ferreira (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Minas (marquês de), comendador de Sines (Sines); nas suas terras estão as ermidas de Nª Srª das Brotas, de S. Gonçalo e de Stº Ovídio, de que é administrador e padroeiro: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Miranda, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Missia Lopes, fundadora de convento de S. Francisco, juntamente com Vasco Borralho Vila Lobos (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

Monteiros, proprietários de ermida de Nª Srª da Boa Hora, situada em quinta no lugar de Arrentela (Seixal).

Nero, imperador romano que figura em moedas encontradas em praias de Tróia e que dizem estar em poder de Francisco Manuel de Brito (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal); no seu tempo viveu São Torpes (vide): Sines (Sines).

Nicolau Aranha Pacheco, foi capitão de infantaria do seu terço, no Brasil, Álvaro Correia de Freitas Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Nuno (D.), bispo de Tânger; sagrou a igreja de Monte de Caparica em 24 de maio de 1482: Costa da Caparica (Almada).

Nuno Álvares Pereira (D.), conde; fundador da igreja de Corroios; doou aos padres do Carmo de Lisboa a quinta onde está uma torre alta: Corroios (Seixal).

Paio Pires Correia (D. frei), comendador da ordem de Santiago; segundo as *vozes do povo* fundou o lugar de Paiopires: Arrentela (Seixal); comendador de Sesimbra aquando da doação feita por D. Sancho II (vide): Santiago (Sesimbra).

Palma (conde de), proprietário da herdade da Cobiça onde os barcos vão buscar lenhas, frutas, melões e melancias: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Patrício Manuel, ilustre; baptizado em Amora; cavaleiro da ordem de Cristo; coronel no Rio de Janeiro; muitas vezes serviu de governador em substituição de Gomes Freire de Andrade (vide): Amora (Seixal).

Paulo Carreiro, filho de Rui Carreiro de Távora (vide); irmão de Francisco Carreiro (vide); herdou os serviços de seu pai e de seu irmão em 8 de Agosto de 1582; serviu em África, na Índia e no Reino; faleceu sendo capitão-mor de Alcácer do Sal onde instituiu um morgado: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Pedro (D.), Infante; foi seu guarda-mor Vasco Queimado Vilas Lobos (vide): São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Pedro (D.), Infante; proprietário de quinta: Arrentela (Seixal).

Pedro Álvares Cabral de Lacerda, nas suas terras, no sítio de Rio Frio, está a ermida de S. Pedro: Palmela – S. Pedro (Palmela); a câmara de Palmela deu a seus antepassados, de sesmaria, vários casais, na maior distância de nove léguas entre Benavente e Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Pedro Álvares Sardinha, ilustre em Armas; juntamente com seus irmãos, Fernando Álvares Sardinha (vide),

Pedro Álvares Sardinha (vide), Manuel Sardinha (vide) serviu com extraordinário valor nas armadas da costa da Mina e do Reino de Angola durante 19 anos na guerra contra os Holandeses; natural da vila de Palmela; filho de Damião Álvares (vide) e de Maria Sardinha (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Pedro António Vergolino, na sua quinta está a ermida de S. Carlos Borromeu, no lugar de Areeiro: Costa da Caparica (Almada).

Pedro Coelho Cardoso, fidalgo da Casa de Sua Majestade; casado com Dona Maria de Melo (vide); pai de D. Jerónimo de Brito e Melo (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela).

Pedro Correia da Silva, padroeiro do convento das religiosas de Stª Clara e possuidor do margado que instituiu Simão Soares de Carvalho (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

Pedro da Costa Lobato, ilustre; freire conventual em Palmela; juiz geral das ordens; neto de Simão Lobato Quinteiro (vide); primo de João Lobato Quinteiro (vide) e de Francisco Barroso de Faria (vide): Amora (Seixal).

Pedro de Alcântara (São), fundador do convento de Nª Srª da Arrábida, juntamente com frei Martinho de Stª Marta (vide); viveu, com alguns religiosos, na lapa onde está erigida a ermida de Nª Srª da Memória, e que se chama o Convento Velho: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Pedro de Lemos Varregoso, ilustre; natural de Amora; capitão famoso na Índia e nas armadas da mesma carreira: Amora (Seixal).

Pedro de Mascarenhas, *grande*; conde de Sandomil; assistiu muitos anos em Monte de Caparica de onde saiu para os empregos militares *acompanhado sempre de nimia felicidade nos singulares progressos de suas eroicas acções, sendo terror da Espanha como admiraram todas as nações da Europa, posto que as da Azia o viram menos gloriozo em seos triunfos*: Costa da Caparica (Almada).

Pedro de Mascarenhas, ilustre em Armas; vice-rei da Índia: Setúbal – Stª Maria da Graça (Setúbal).

Pedro de Mendonça Furtado, ilustre em Armas; foi um dos quarenta fidalgos *que foram motores* da Aclamação de D. João IV (vide) tendo ido a Vila Viçosa anunciar o facto, acompanhando-o, com mais três fidalgos, à Corte e a Lisboa a aceitar a Coroa: Alhos Vedros (Moita).

Pedro de São Tomás (frei), ilustre; padre mestre; religioso do Carmo Calçado; lente de Controvérsia na Universidade de Coimbra; filho de Manuel Dias (vide) e de Leonor Inácia (vide); nascido e baptizado em Setúbal – S. Julião (Setúbal).

Pedro de Sousa Castelo, foi administrador da capela de Nª Srª do Rosário e S. João Evangelista, sendo hoje um seu filho: Moita (Moita).

Pedro Escacho (D.), ilustre em Armas; Grão-mestre da ordem de Santiago até ao ano de 1367: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Pedro Freire, pai de Lopo de Lagares Pessanha (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Pedro Gonçalves Malafaia, do Conselho de D. João II (vide); marido de Dona Isabel Gomes (vide): Costa da Caparica (Almada).

Pedro II (D.), rei de Portugal; em 1681 deu o título de vila à Moita e fez mercê dela a D. Francisco de Távora, conde de Alvor (vide): Moita (Moita); na guerra de 1704, na campanha da Beira foi acompanhado por João Lobato Quinteiro (vide): Amora (Seixal); anexou a igreja do convento dos religiosos de Stª Teresa à igreja matriz de Setúbal – S. Julião (Setúbal); fez mercê da Moita a D. Francisco de Távora (vide) em 1692: Moita (Moita).

Pedro Lagarto (frei), ilustre em Virtudes; viveu e morreu com opinião de grande santidade; natural do casal de Andreza, situado junto à cerca do convento de Alferrar e não na vila de Setúbal, como diz o autor da *Crónica da província dos Arrábidos*: Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Pedro Mascarenhas, ilustre em Armas: Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

Pedro Monteiro (frei), ilustre em *Letras de Religião dos Pregadores*; mestre; *prezentado na Sagrada Teologia*, deputado do Santo Ofício; examinador do arcebispado e do priorado do Crato: Seixal (Seixal).

Pedro Nunes, ilustre em Letras; *a todos estes sogeitos* (ilustres) *serve de coroa*; natural de Alcácer do Sal; *hum dos mais excelentes mathematicos que teve o mundo athé ao seu tempo e por singular o numera entre os mais insignes de Espanha a Geografia Blaviana. Escreveo de quaze todas as materias mathematicas como mestre que era dellas*; primeiro lente que houve *desta faculdade* na Universidade de Coimbra; teve por discípulos o Infante D. Luís (vide), D. João de Castro (vide) e o rei D. Sebastião (vide), a quem prognosticou no dia da sua coroação a *infeliz catastrofe que havia de ter*; sobre ele escreveram *muitos homes doutos e ainda estrangeiros dezentressados nas nossas glorias*: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Pedro Xavier de Oliveira, proprietário de quinta onde está a ermida de S. Bartolomeu, no lugar da Igreja: Caparica (Almada).

Roberto Homem da Costa, numa sua quinta está a ermida de S. Pedro, no lugar da Paulina: Caparica (Almada).

Rodrigo Afonso Reimão, homem bom de Palmela; fundador, em 1461, juntamente com Diogo Martins (vide) da ermida do Espírito Santo que está na origem da Santa Casa da Misericórdia: Palmela – S. Pedro (Palmela).

Rodrigo Afonso, cura da freguesia da Moita em 1630, quando se disse a primeira missa na capela da Santíssima Trindade, propriedade de Geraldo Hugens (vide): Moita (Moita).

Rodrigo Anes Lucas, secretário de Estado na Índia; pai de Bartolomeu Roiz Lucas (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Rodrigo da Cunha (D.), arcebispo de Lisboa; concedeu sino público à ermida de S. João Baptista: Amora (Seixal).

Rodrigo de Meneses (D.), fidalgo da Casa de Sua Majestade; comendador das comendas da vila de Cacela e da igreja do Salvador de Santarém e de Treze; visitou o paço do grão-mestre D. Jorge (vide) em Dezembro de 1565, juntamente com João Fernandes Barregão (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

Rodrigo de Noronha (D.), tem boa quinta: São Lourenço – de Azeitão (Setúbal).

Rodrigo de Oliveira Zagalo, *meritissimo dezembargador*; procurador da Fazenda; natural e baptizado em Monte de Caparica: Caparica (Almada).

Rodrigo Silvestre Rogado, ilustre; cavaleiro da ordem de Cristo; governador da fortaleza de Alvarquel; baptizado em Amora (Seixal).

Rodrigo Ximenes, administrador da ermida de Stº António, no sítio da Barroca d'Alva: Alcochete (Alcochete).

Rui Carreiro de Távora, ilustre em Armas; fez grandes serviços a D. João III (vide) e à rainha Dona Catarina (vide) tanto no Reino como fora dele; fez doação dos seus serviços e dos de seu filho Francisco Carreiro (vide), morto com D. Sebastião (vide), a seu filho, Paulo Carreiro (vide) em 8 de Agosto de 1582: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Rui Correia Lucas, irmão de António Salema de Abreu (vide); filho de Sebastião Salema Correia (vide); pelos serviços do seu irmão foi despachado por Sua Majestade: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Rui Correia Lucas, tenente general de artilharia; deputado da Junta dos Três Estados; provedor dos Armazéns; comendador de S. Pedro de Torres Vedras; fundador do colégio dos Clérigos Pobres; filho de Bartolomeu Roiz Lucas (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Rui Pires Correia, ilustre em Armas; foi com mestre D. Gil Fernandes de Carvalho (vide) a Aragão: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Sancho I (D.), rei de Portugal; deu foral a Setúbal: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Sancho II (D.), rei de Portugal; em 1224, como consta do seu segundo foral, deu Palmela à Ordem de Santiago: Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela); doou Sesimbra à ordem de Santiago em 19 de Janeiro de 1264, sendo comendador Paio Pires Correia (vide): Santiago (Sesimbra).

São Lourenço (conde de), *excelentissimo*; padroeiro do convento dos religiosos ermitas de S. Paulo, no lugar de Casalinho da Rosa: Costa da Caparica (Almada).

Sardinhas, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Sebastião (D.), rei de Portugal; confirmou Breve de Xisto IV (vide) sobre os privilégios da confraria de Nª Srª da Concórdia: Costa da Caparica (Almada); foi acompanhado na jornada a África por Bartolomeu Azedo (vide) e por Francisco Rombo de Carvalho (vide): Palmela – S. Pedro (Palmela); fundou o convento de S. Domingos em 1566: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal); discípulo de Pedro Nunes (vide); consigo morreu em África, Francisco Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal); no seu tempo foi desembargador do Paço, Diogo Lameira (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Sebastião da Gama Lobo, marido de Dona Francisca da Gaia (vide); avô de Sebastião Xavier da Gama Lobo (vide): Amora (Seixal).

Sebastião de Abreu Freitas, fidalgo da Casa Real: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Sebastião de Magalhães, pai do venerável Francisco de Magalhães (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Sebastião Salema Correia, moço fidalgo; pai de Cristóvão Salema Correia (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Sebastião Salema Correia, moço fidalgo; sobrinho de Manuel de Abreu Salema (vide); pai de António Salema de Abreu (vide) e de Rui Correia Lucas (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Sebastião Xavier da Gama Lobo, neto de Sebastião da Gama Lobo (vide) e de Dona Francisca da Gaia (vide) de quem herdou o morgado com quinta de Cheira Vento: Amora (Seixal); proprietário de quinta de *excessiva e inestimavel grandeza que para sua cultura lhe não bastam três noras que tem. E além de duas grandes ruas que tem e alameda de louros, chopos e sicomoros e freixos, tem hum excelente viveiro de agua salgada que lhe entra todas as enchentes da maré por aquedutos que tem por baixo do cham, feito todo de pedra de cantaria, obra por antiga mais magnifica*; proprietário de estalagem; proprietário da quinta de Val do Grou; proprietário de moinho: Arrentela (Seixal); proprietário de moinho: Seixal (Seixal).

Sebastião Zagalo Preto, na sua quinta está a ermida de Nª Srª da Boa Viagem, no lugar de Ribeiro: Caparica (Almada).

Severino José Xavier, juntamente com outros devotos e com esmolas, mandou fazer o nicho e a imagem de S. João Nepomuceno: Torrão (Alcácer do Sal).

Simão de Freitas Carreiro, fidalgo da Casa Real; pai de Álvaro Correia de Freitas Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Simão de Freitas, ilustre em Virtude; morreu em Marrocos juntamente com António da Silva (vide): Setúbal – Nª Srª da Anunciada (Setúbal).

Simão Lobato Quinteiro, ilustre em Armas; capitão de infantaria na Índia; pai de João Lobato Quinteiro (vide), Domingos Lobato Quinteiro (vide) e de Francisco Lobato Quinteiro (vide); avô de Pedro da Costa Lobato (vide) e de João Lobato Quinteiro (vide) e de Francisco Barroso de Faria (vide): Amora (Seixal).

Simão Lobato Quinteiro, bisavô de Domingos Lobato Quinteiro (vide); fundador da ermida de S. João Baptista, vinte anos antes da aclamação de D. João V, com sino publico concedido pelo arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha (vide): Amora (Seixal).

Simão Soares de Carvalho, instituidor de morgado que é proprietário Pedro Correia da Silva (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

Simeão Fernandes Ochoa, padre; mandou fazer capela da Senhora do Rosário: Torrão (Alcácer do Sal).

Sisto V, papa; recomendou ao arcebispo D. Teotónio de Bragança que mandasse procurar as relíquias de São Torpes: Sines (Sines).

Sousas e Patos, família ilustre de Alhos Vedros (Moita).

Souzas, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Tancos (marquês de), proprietário de quinta: Arrentela (Seixal).

Targa (**Bispo de)** provisor que não quis instituir como beneficiado de S. Cristóvão a D. Simão da Gama (vide) por instituição do prior Diogo Mendes Pinheiro (vide): São Cristóvão (Lisboa).

Tavares, família ilustre de Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Teodósio (D.), príncipe; sob sua direção foi feito o novo forte de Setúbal: Setúbal – Stª Maria da Graça (Setúbal); Setúbal – S. Julião (Setúbal); *serenissimo principe*; residiu em Monte de Caparica: Caparica (Almada).

Teotónio de Bragança (D.), arcebispo; por sua diligência, recomendada pelo papa Sixto V (vide), foram achadas as relíquias de São Torpes, colocadas na sepultura que lhe mandou fazer Santa Catarina (vide): Sines (Sines).

Teresa Isabel de Lima, solteira; proprietária da ermida de S. Pedro; filha de Jácome de Lima (vide): Corroios (Seixal).

Teresa Rosa (Dona), ilustre em Virtudes; filha de Gaspar de Campos Barreto (vide) e de Dona Madalena Maria de Correia de Proença (vide); ainda de tenra idade começou a dar indícios de virtude: faleceu com 13 anos de idade; o seu corpo estava incorrupto quando faleceu o seu pai, passados mais de 40 anos: Palmela – S. Pedro (Palmela); Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Tito, imperador romano que figura em moedas encontradas em praias de Tróia e que dizem estar em poder de Francisco Manuel de Brito (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Tomás da Costa de Almeida Castelo Branco, superintendente da Junta do Sal; desembargador: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Tomás de Almeida (D.), primeiro cardeal patriarca de Lisboa; aprovou compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Monte Sião; por sua faculdade Gregório Lourenço (vide) fundou capela: Amora (Seixal).

Tomás de Noronha e Brito (D.), excelentissimo; pai de D. Marcos José de Noronha (vide); foi baptizado em Monte de Caparica de onde saiu para os empregos da guerra, na qual mostrou grande valor: Caparica (Almada).

Torpes (São), mártir do primeiro século; do tempo de Nero (vide); os escritores antigos falam nele e para justificar a antiguidade de Sines (Sines).

Tristão de Mendonça Furtado, ilustre; coronel do regimento de Setúbal e comandante nas guardas costas: Alhos Vedros (Moita).

Tubal, patriarca; segundo a *vulgar opinião* a ele se deve a fundação de Tróia, sitio onde foi fundada Setúbal, 2103 a. C.: Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

Val de Reis (conde de), donatário de Vale de Reis; proprietário de estalagem muito frequentada de almocreves e passageiros em Vale de Reis (Alcácer do Sal).

Vale de Fontes (marquesa de), esposa de D. Afonso de Lencastre (vide); deitou a segunda pedra da capela da Santíssima Trindade, propriedade de Geraldo Hugens (vide): Moita (Moita).

Vasco Borralho de Vila Lobos, instituidor de convento de S. Francisco, juntamente com Missia Lopes (vide): Torrão (Alcácer do Sal).

Vasco Correia Salema, ilustre em Armas; cavaleiro fidalgo; comendador de Vilar Torpim, na ordem de Cristo; do tronco dos Salemas, Correias e Carvalho da vila de Alcácer do Sal; filho de Mem Gonçalves Salema (vide); fez grandes serviços em África e neste Reino; instituiu um grande morgado: Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Vasco da Gama (D.), primeiro conde da Vidigueira; almirante; vice-rei da Índia; na ermida de Nª Srª das Salas há uma capela em que estão gravadas as suas armas em que dizem que mandou fazer esta capela em 1529, no entanto o capítulo de visitação de 1605, de Jácome Ribeiro de [Lira] (vide) e Fernão Velho de Azevedo (vide) mandou retirar estas armas por não ter sido o seu fundador mas sim a rainha da Grécia, Dona Betaça (vide): Sines (Sines); pai de D. Estêvão da Gama (vide): Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Vasco de Mascarenhas (D.), primeiro conde de Óbidos; no tempo *em que governava* o Brasil foi nomeado governador do Sergipe de El-Rei, Álvaro Correia de Freitas Carreiro (vide): Alcácer do Sal – Santiago (Alcácer do Sal).

Vasco José Cardim de Vila Lobos, actuais padroeiros do convento de S. Francisco: Torrão (Alcácer do Sal).

Vasco Queimado Vila Lobos, fidalgo da Casa de El-Rei; guarda-mor do Infante D. Pedro (vide); camareiro do conselho dos duques Filipe e Carlos de Borgonha (vide), como se acha na inscrição no pé de dois altares da ermida de Nª Srª das Necessidades, datada de 1174, em que refere ter mandado pôr uma cruz: São Simão – de Azeitão (Setúbal).

Vasques Moreira, escudeiro criado e vassalo de D. Duarte (vide); pai de Catarina Martins Moreira (vide): Moita (Moita).

Vespasiano, imperador romano que figura em moedas encontradas em praias de Tróia e que dizem estar em poder de Francisco Manuel de Brito (vide): Setúbal – S. Sebastião (Setúbal).

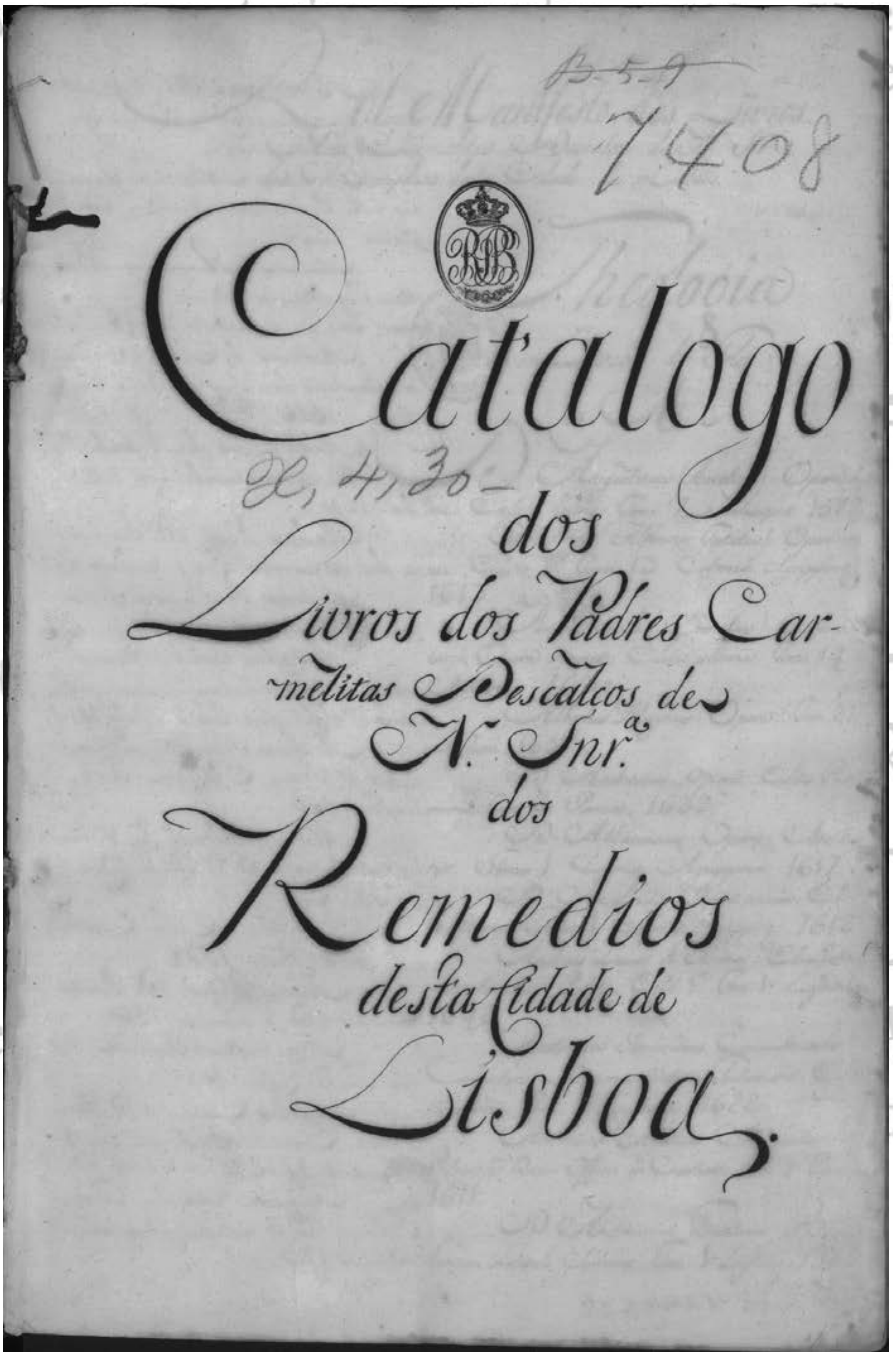
Vicente Neto, antigo prior de Stª Maria do Castelo de Palmela que, por moléstias que padecia, deixou que a igreja de Nª Srª da Ajuda deixasse de ser filial da sua paróquia: Palmela – Stª Maria do Castelo (Palmela).

Vitório Zagalo Preto, almirante das frotas do Brasil, general das armadas do Brasil *pelas grandes acções navaes que teve entre os Olandezes;* natural e baptizado em Monte de Caparica*:* Costa da Caparica (Almada).

Xisto IV, papa; deu Breve à confraria de Nª Srª da Concórdia: Costa da Caparica (Almada).

Xisto V, papa; concedeu Bula Apostólica para colocarem pia baptismal e elegerem cura na ermida de Stª Maria do Monte: Costa da Caparica (Almada).

ÍNDICE GERAL



– DMANUEL CLEMENTE
NOTA PRÉVIA *MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758*, *MUITO MAIS DO QUE UM REGISTO EPOCAL* 7
– **APRESENTAÇÃO** 9

ESTUDOS INTRODUTÓRIOS 13

A DESCRIÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO E OS PÁROCOS MEMORIALISTAS
1. A descrição histórico-geográfica de Portugal sob o Antigo Regime. A construção do paradigma da descrição local no século XVIII e as *Memórias Paroquiais de 1758* 17
1.1. Geografias, cosmografias e corografias do Portugal Moderno 17
1.2 Portugal no século XVIII 21
a) A *Corografia Portuguesa* de Carvalho da Costa
b) A Academia Real da História (1720) e a nova História eclesiástica e secular
c) João Baptista de Castro: o *Mapa de Portugal* (1745-1758) com as *Noticias* das paróquias da cidade de Lisboa
1.3. Em direcção às *Memórias Paroquiais de 1758* 27
a) A descrição diocesana e paroquial
b) Os corpos e *itens* do Inquérito de 1758
c) A realização do Inquérito Paroquial de 1758 em Lisboa e Setúbal

2. Párocos e memorialistas. Perfis institucionais e culturais 35
2.1. Perfis institucionais 35
2.2. Perfis culturais. Corpos de referências bibliográficas 38
2.3. Suporte documental à redacção das *Memórias Paroquiais* 43

GEOGRAFIA E ECONOMIA DO TERRITÓRIO. CORSO E PIRATARIA
3. Geografia e articulações marítimas e terrestres 49
3.1. Geografia física e horizontes geográficos 49
3.2. Articulações marítimas e terrestres 51
a) Ligações da serra e terra com o mar Atlântico
b) O grande estuário e ancoradouro do Tejo
c) O «mar» de Setúbal
3.3. Equipamentos portuários 57

4. Geografia e economia produtiva e mercantil 58
4.1. Lisboa. Estímulos à produção e especialização regional 58
4.2. Quadros de produção, subsistências e circuitos mercantis 60
a) O termo da cidade de Lisboa e a região saloia. Hortas, pomares e vinhedos
b) Por terras de vinho e trigo: Mafra, Torres Vedras, Alenquer, Lourinhã e Cadaval
c) No "mar" do Tejo. Terras de vinhas, sal e pescarias
d) Mar de Setúbal e ribeira do Sado
e) Em direcção ao Alentejo, interior e atlântico
4.3. «Indústrias rurais» 66
a) Moagens e panificação
b) Cal, telha e tijolo, louça e vidro
c) Madeiras, lenhas, carvão, matos e pedra
4.4. Feiras e Mercados. O papel do grande mercado de Lisboa 70
a) O mapa das feiras no território
b) Lisboa. Integração mercantil

5. Defesa do território. Corso e pirataria 77
5.1. Estruturas e defesas militares 77
5.2. Corso e pirataria 81

QUADROS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS E SOCIAIS

6. A geografia histórica do território 89
6.1. Geografia eclesiástica. A diocese e o patriarcado de Lisboa 89
6.2. Geografia civil 91
a) Província e comarcas
b) Lisboa. Cidade, bairros, julgados e vintenas
6.3. Os concelhos e as suas instituições 96
a) Coroa e senhorios donatariais nos concelhos
b) O município de Lisboa
c) Os municípios e concelhos do território
d) As vintenas nos territórios concelhios

SOCIEDADE E INSTITUIÇÕES PAROQUIAIS

7. Equipamentos sociais concelhios. As misericórdias e os hospitais 109
7.1. Misericórdias 109
7.2. Hospitais e albergarias 111

8. A Sociedade de Lisboa ao tempo de D. João V. Suportes e enquadramentos eclesiásticos 119
8.1. A criação do patriarcado e acção do primeiro patriarca nos testemunhos das *Memórias Paroquiais* 120
8.2. O protocolo da nova procissão do Corpo de Deus de 1717-1719 e a configuração política da sociedade de Lisboa ao tempo de D. João V 126

9. Paróquias e equipamentos paroquiais 133
9.1. Génese e formação das freguesias 133
9.2. As igrejas matrizes. A dimensão das igrejas pelo número de altares 136
9.3. Outras igrejas comunitárias 140
9.4. Ermidas e capelas 145
a) Enquadramento paroquial
b) Capelas. Padroados/administração

10. Paróquias. População e povoamento 151
10.1. A população da cidade de Lisboa sob o Terramoto 151
10.2. A população pelo território dos concelhos do distrito de Lisboa 157
10.3. População do território dos concelhos do distrito de Setúbal 161

11. Sociedade paroquial. Padroeiros, párocos e beneficiados 163
11.1. As paróquias da cidade de Lisboa 163
a) Padroeiros das paróquias de Lisboa
b) Párocos. Títulos e rendimentos
c) Benefícios simples e capelanias
11.2. As paróquias dos concelhos do distrito de Lisboa 170
a) Padroeiros
b) Párocos
11.3. As paróquias dos concelhos do distrito de Setúbal 173
a) Padroeiros
b) Os párocos
11.4. O impacto do Terramoto de 1755 nas rendas das igrejas de Lisboa 175

TERRITÓRIO RELIGIOSO. DEVOÇÕES PAROQUIAIS. FESTIVAS, VOTIVAS E ROMEIRAS
12. Suportes institucionais do devocionário paroquial 179
12.1. Devoções e invocações nas igrejas, ermidas e irmandades 179
a) Oragos e patronos das igrejas matrizes
b) Devoções nos altares das igrejas matrizes, ermidas e irmandades
12.2. Irmandades e acção paroquial 184
a) As confrarias de irmandade
b) Enquadramento paroquial
c) As devoções das irmandades

13. Devocionário festivo, votivo e romeiro. Vivências do território 194
13.1. Devocionário festivo «constitucional» diocesano de Lisboa e nacional 194
13.2. Romagens históricas 198
13.3. As capelas, as festas, os vodos do Espírito Santo 200
13.4. Cronologia, geografia, raio de acção do movimento romeiro 204
13.5. Cristalização e renovação do devocionário português 209

AS MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 DOS DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL
Distrito de Lisboa 217
– Concelho de Alenquer 217
– Concelho da Amadora 259
– Concelho de Arruda dos Vinhos 261
– Concelho da Azambuja 267
– Concelho do Cadaval 275
– Concelho de Cascais 289
– Concelho de Lisboa 311
– Concelho de Loures 395
– Concelho da Lourinhã 449
– Concelho de Mafra 455
– Concelho de Odivelas 483
– Concelho de Oeiras 489
– Concelho de Sintra 499

– Concelho de Sobral de Monte Agraço 519
– Concelho de Torres Vedras 525
– Concelho de Vila Franca de Xira 559

Distrito de Setúbal 585
– Concelho de Alcácer do Sal 585
– Concelho de Alcochete 609
– Concelho de Almada 617
– Concelho do Barreiro 627
– Concelho de Grândola 635
– Concelho da Moita 639
– Concelho do Montijo 649
– Concelho de Palmela 653
– Concelho de Santiago do Cacém 673
– Concelho do Seixal 687
– Concelho de Sesimbra 699
– Concelho de Setúbal 705
– Concelho de Sines 729

ÍNDICES E ROTEIROS PARA A LEITURA E EXPLORAÇÃO DAS MEMÓRIAS PAROQUIAIS

– Párocos redactores das *Memórias Paroquiais de 1758* 739
Distrito de Lisboa 739
Distrito de Setúbal 742

– População, fogos e moradores (almas) dos territórios das paróquias 745
Distrito de Lisboa 746
Distrito de Setúbal 750

– Antigos concelhos dos territórios dos distritos de Lisboa e Setúbal 753

– Títulos e rendimentos nos párocos dos benefícios paroquiais 803
Distrito de Lisboa 803
Distrito de Setúbal 813

– Mosteiros e conventos, misericórdias e hospitais 817
1 - Mosteiros e conventos da cidade e correição de Lisboa 817
2 - Mosteiros e Conventos do distrito de Lisboa 819
3 - Mosteiros e conventos do distrito de Setúbal 820
4 – Hospitais da cidade de Lisboa 821
5 – Misericórdias e Hospitais dos Distritos de Lisboa e Setúbal 822
6 – Rendas das Misericórdias e Hospitais/Albergarias dos distritos de Lisboa e Setúbal 826

– Capelas paroquiais, dedicações e padroeiros 829
Concelhos do distrito de Lisboa 829
Concelhos do distrito de Setúbal 842

– Irmandades e confrarias paroquiais 849
Concelhos do distrito de Lisboa 849
Concelhos do distrito de Setúbal 855

– Dedicações e devoções nos altares das igrejas matrizes paroquiais 859
Distrito de Lisboa 860
Dedicações e devoções (por paróquias e concelhos) 860
Dedicações e devoções (por conjuntos de devoções) 866

Distrito de Setúbal 876
Dedicações e devoções (por paróquias e concelhos) 876
Dedicações e devoções (por conjuntos de devoções) 879

– *Insígnes por Virtudes, Letras ou Armas* 883
Distrito de Lisboa 883
Distrito de Setúbal 945

Índice Geral **959**